PODER JUDICIÁRIO
DO ESTADO DE MATO GROSSO

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso - Ano XXXII - Cuiabá/MT
DISPONIBILIZADO na Segunda-Feira, 16 de Dezembro de 2019 - Edição nº 10640

ASSINADO DIGITALMENTE TJMT DJE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

SUUM CUIQUE TRIBUERE

ESTRUTURA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

TRIBUNAL PLENO

Reunir-se-á mediante convocação do Presidente do Tribunal

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Alberto Ferreira de Souza
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. Dirceu dos Santos
Des. Luiz Carlos da Costa
Des. João Ferreira Filho
Des. Pedro Sakamoto
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Des. Gilberto Giraldelli
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

ÓRGÃO ESPECIAL
Sessões: 2ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Judiciária - Plenário 01
Sessões: 4ª - Quinta-feira do mês - 14:00
Matéria Administrativa - Plenário 01
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Des. Orlando de Almeida Perri
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Márcio Vidal
Des. Rui Ramos Ribeiro
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Marcos Machado
Des. João Ferreira Filho
Des. Rondon Bassil Dower Filho

CONSELHO DA MAGISTRATURA
Sessões: 4ª- Segunda-Feira do mês - 9:00
Des. Carlos Alberto Alves da Rocha - Presidente
Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Des. Luiz Ferreira da Silva

PRIMEIRA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 01 - 14:00
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Des. Dirceu dos Santos
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 1º Quintas-feiras do mês
Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

TURMA DE CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS
Sessões: 1ª - Quinta-feira do mês
Plenário 02 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Juvenal Pereira da Silva
Des. Rui Ramos Ribeiro
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Marcos Machado
Des. Pedro Sakamoto
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. João Ferreira Filho - Presidente
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 02 - 8:30
Des. Sebastião de Moraes Filho - Presidente
Desa. Clarice Claudino da Silva
Desa. Marilsen Andrade Addário

TERCEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 01 - 14:00
Des. Dirceu dos Santos - Presidente.
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 8:30
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Serly Marcondes Alves

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Segundas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Márcio Vidal - Presidente
Desa. Maria Erotides Kneip
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: Terças-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des.Luiz Carlos da Costa - Presidente.
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Des. Mario Roberto Kono de Oliveira

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Terças-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Orlando de Almeida Perri - Presidente
Des. Paulo da Cunha
Des. Marcos Machado

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 04 - 14:00
Des. Rui Ramos Ribeiro - Presidente
Des. Alberto Ferreira de Souza
Des. Pedro Sakamoto

TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
Sessões: Quartas-feiras - Plenário 03 - 14:00
Des. Juvenal Pereira da Silva - Presidente
Des. Rondon Bassil Dower Filho
Des. Gilberto Giraldelli

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E COLETIVO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 9:00
Plenário 02
Des. Márcio Vidal - Presidente.
Desa. Maria Erotides Kneip
Des. Luiz Carlos da Costa
Desa. Marilsen Andrade Addário
Desa. Maria Aparecida Ribeiro
Desa. Serly Marcondes Alves
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves
Desa. Helena Maria Bezerra Ramos
Des. Mário Roberto Kono de Oliveira

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Sessões: 3ª Quinta-feira do mês - 14:00
Plenário 01
Des. Rubens de Oliveira Santos Filho - Presidente
Des. Sebastião de Moraes Filho
Des. Guiomar Teodoro Borges
Desa. Clarice Claudino da Silva
Des. Dirceu dos Santos
Des. João Ferreira Filho
Desa. Marilsen Andrade Addário
Des. José Zuquim Nogueira
Desa. Serly Marcondes Alves
Des. Sebastião Barbosa Farias
Desa. Nilza Maria Pôssas de Carvalho
Desa. Antônia Siqueira Gonçalves

Índice

COMARCAS **3**
Entrância Especial **3**
Comarca de Rondonópolis **3**
Diretoria do Fórum **3**
Central de Arrecadação e Arquivamento 6

Varas Cíveis **9**
1ª Vara Cível 9
2ª Vara Cível 15
3ª Vara Cível 19
4ª Vara Cível 22
1º Juizado Especial 25
2º JUIZADO ESPECIAL 32

Varas Especializadas de Família e Sucessões **42**
1ª Vara Especializada da Família e Sucessões 42
2ª Vara Especializada da Família e Sucessões 51

Varas Especializadas da Fazenda Pública **63**
1ª Vara Especializada da Fazenda Pública 66
2ª Vara Especializada da Fazenda Pública 70

Varas Criminais **72**
1ª Vara Criminal 72
2ª Vara Criminal 72
3ª Vara Criminal 77
4ª Vara Criminal 79
5ª VARA CRIMINAL 79
Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 81
JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental 90

Comarca de Sinop **92**
Diretoria do Fórum **92**
1ª Vara Cível 92
2ª Vara Cível 102
3ª Vara Cível 115
4ª Vara Cível 117
5ª Vara Cível 126
6ª Vara Cível 128
7ª Vara Juizado Especial 141
1ª Vara Criminal 170
2ª Vara Criminal 170
4ª Vara Criminal 171

Comarca de Várzea Grande **172**
Diretoria do Fórum **172**
Diretoria do Fórum **172**
Divisão de Recursos Humanos 172

Varas Especializadas de Família e Sucessões **172**
1ª Vara Especializada da Família e Sucessões 172
2ª Vara Especializada da Família e Sucessões 174
3ª Vara Especializada da Família e Sucessões 174

Varas Cíveis **176**
1ª Vara Cível 176
2ª Vara Cível 181
3ª Vara Cível 186
4ª Vara Cível 189

Varas Especializadas da Fazenda Pública **202**
2ª Vara Especializada da Fazenda Pública 202
3ª Vara Especializada da Fazenda Pública 208

Varas Criminais **209**
1ª Vara Criminal 209
2ª Vara Criminal 210
3ª Vara Criminal 211
6ª Vara Criminal 212
Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher 214
Varas Especiais da Infância e Juventude 216

Juizados Especiais Cíveis e Criminais **217**
Juizado Especial Cível e Criminal do Jardim Glória **217**
Juizado Especial Cível e Criminal do Cristo Rei **298**
Vara Especializada de Direito Bancáriio 373

COMARCAS

Entrância Especial

Comarca de Rondonópolis

Diretoria do Fórum

Diretoria do Fórum

Portaria

PORTARIA Nº 141, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019
FRANCISCO ROGÉRIO BARROS, JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DE RONDONÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria N.1/2019, do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Estado e Mato Grosso;

Considerando o pedido formulado pela Excelentíssima Senhora Juíza de Direito do JUVAM - Juizado Volante Ambiental, Milene Aparecida Pereira Beltramini, por intermédio do Ofício145-2019-GAB, datado de 05.12.2019, o qual soli cita a lotação da servidora Joelma Borges de Oliveira Pereira no JUVA M - Juizado Volante Ambiental;

Considerando a concordância da Excelentíssima Senhora Juíza de Direito da 2ª Vara Criminal, Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni, quanto ao pedido acima men cionado, resolve;

Artigo 1º - Revogar, a partir de 03 de fevereiro de 2020, o artigo 1º da Portaria nº 121-1998, que lotou a servidora Joelma Borges de Oliveira Pereira, matrícula 7143, cadastrada no CPF 571.867.311-04, na 2ª Vara Criminal.

Artigo 2º - Lotar, a partir de 03 de fevereiro de 2020, a servidora Joelma Borges de Oliveira Pereira, matrícula 7143, cadastrada no CPF 571.867.311-04, no JUVAM - Juizado Volante Ambiental , para exercer função de confiança.

Artigo 3º - Determinar o retorno da servidora Joelma Borges de Oliveira Pereira, matrícula 7143, para a 2ª Vara Criminal, tão logo deixar de exercer função de confiança no JUVAM - Juizado Volante Ambiental.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROGÉRIO BARROS
Juiz de Direito e Diretor do Foro

Intimação

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1001063-95.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ALENCAR DOS SANTOS MESTRE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON NOVAES PORTO OAB - MT20487/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$148,46 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001426-48.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS BATISTA DIAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$144,41 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001206-84.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROSENI APARECIDA GOMES DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS GABRIEL SILVA FRANCA OAB - MT0019363A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$144,41 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001030-08.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA POCIANO DA SILVA TOLENTINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO OAB - MT16660/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
CAROLINA ROSSETO SANCHES OAB - MT19142-O (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$144,41 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002682-60.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA FIGUEIREDO MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO GONCALVES FERREIRA OAB - MT0020438A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$144,41 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000765-69.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VANILDO MARIANO GOMES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$144,41 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002064-81.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA CONCEICAO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$144,41 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1000911-76.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GERSON QUEIROZ DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais PRO RATA (50%) no valor de R$368,40 e da Taxa Judiciária no valor R$368,39 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$07,40 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1003562-52.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JAIRO RODRIGUES CASEIRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON NOVAES PORTO OAB - MT20487/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$145,20 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002034-46.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MAICKON DOUGLAS DOS ANJOS AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANILO AMARAL DE FREITAS OAB - MT0015476A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$145,20 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1000745-78.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROSALINA OLIVEIRA DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON NOVAES PORTO OAB - MT20487/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$145,20 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1001199-92.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ MACHADO DE MOURA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON NOVAES PORTO OAB - MT20487/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)

Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$145,20 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001944-38.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GILSON ALVES CARDOSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO OCAMPOS CARDOSO OAB - MT11878-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$145,20 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002051-82.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JESSE CORREIA RAMOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO CARVALHO ALVES OAB - MT19750/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO OAB - MT8506-A (ADVOGADO(A))

Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o recolhimento das Custas Processuais no valor de R$413,40 e da Taxa Judiciária no valor R$145,20 ao FUNAJURIS. Além do valor de R$14,81 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br). No botão "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "Custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e após clicar em "Buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65)3617-3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO. Caso contrário, clicar em "Ok entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "Enter". Escolher a opção "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher com os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após em "Gerar Guia", depois imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Após efetuados os pagamentos, juntar a guia de Recolhimento do Funajuris e todos os comprovantes, conforme Lei nº 7.603/2001.

Central de Arrecadação e Arquivamento

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 389101 Nr: 2729-66.2007.811.0003
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DELLA SUPERMERCADO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANHAMBI ALIMENTOS NORTE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SIRLEIA STROBEL - OAB:5.256/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VINÍCIUS DALL COMUNE HUNHOFF - OAB:OAB/MT 10.453
Nos termos do artigo 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, fica devidamente INTIMADA a PARTE AUTORA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o recolhimento do valor de R$ 60,22 ao Cartório Distribuidor (não oficializado), esclarecendo que, para o pagamento do Cartório Distribuidor, o valor deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de anotações no Cartório Distribuidor e consequente encaminhamento para protesto. Sendo mais de um processo, deverá ainda, o procurador realizar o recolhimento do Cartório Distribuidor, de forma individualizada, ou seja, um depósito/transferência para cada processo, e proceder à juntada nestes autos, por meio de petição, todos os comprovantes de depósitos/transferências realizados, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 710804 Nr: 5790-56.2012.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SEBASTIANA SIQUEIRA CAVALHEIRO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOJAS RIACHUELO, DROGARIA FARMA PLUS LTDA, LOJAS RENNER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANDERLEI SILVERIO PEREIRA - OAB:11.230-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA DO ESTADO DE MINAS GERAIS - OAB:, EVANDRO LUÍS PIPPI KRUEL - OAB:17211-A, RICARDO MAGALHÃES PINTO - OAB:OAB/RJ 123575
Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o recolhimento das Custas Judiciárias no valor de R$ 368,00 e Taxa Judiciária no valor R$ 144,41 ao FUNAJURIS, e o valor de R$ 60,22 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser

emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e "buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65) 3617 3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO, caso contrário, clicar em "Ok, entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "enter". Clicar em "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após "Gerar Guia", imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor e consequente encaminhamento para protesto, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda juntar a Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 448842 Nr: 4022-32.2011.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: OLIMPIO FERNANDES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): THIAGO LISSONI NANI MEIRELLES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATHERINE NUNES DE SOUZA CRIVELLARO - OAB:11422/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANA REGINA PIETSCH SACOMORI LIMA MARANHAO - OAB:33.571/PR, LEONARDO RANDAZZO NETO - OAB:3.504-A, PRISCILA KATIA MIGUEL FAKINE - OAB:13.706/MT
Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o recolhimento das Custas Judiciárias no valor de R$ 368,00 e Taxa Judiciária no valor R$ 144,41 ao FUNAJURIS, e o valor de R$ 60,22 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e "buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65) 3617 3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO, caso contrário, clicar em "Ok, entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "enter". Clicar em "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após "Gerar Guia", imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor e consequente encaminhamento para protesto, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda juntar a Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências, conforme Lei nº 7.603/2001.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 451102 Nr: 6282-82.2011.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CLODOVEU SILVA JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): JONES LEONIR KOLLN, ADRIELLA OLIVEIRA KOLLN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MICHEL JOSE GIRALDES PORTELA - OAB:OAB/MT10081
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RICARDO ALVES ATHAIDE - OAB:MT/11.858 - A
Nos termos do Art. 5º, § 3º, do Provimento nº 31/2016-CGJ, INTIMO a PARTE REQUERIDA para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o recolhimento das Custas Judiciárias no valor de R$ 7.422,60 e Taxa Judiciária no valor R$ 7.120,00 ao FUNAJURIS, e o valor de R$ 229,12 ao Cartório Distribuidor. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e "buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Ligar no telefone (65) 3617 3763, SOMENTE SE JÁ ESTIVER PROTESTADO, caso contrário, clicar em "Ok, entendi". Digitar o CPF/CNPJ do pagante e "enter". Clicar em "Custas Judiciais" e "Taxa Judiciária" e preencher os respectivos valores. Para finalizar, clicar em "Simular Guia" e após "Gerar Guia", imprimir e recolher. O valor do Cartório Distribuidor, deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação - DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo de anotações no Cartório Distribuidor e consequente encaminhamento para protesto, conforme CNGC/MT e Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda juntar a Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências, conforme Lei nº 7.603/2001.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 721638 Nr: 2659-39.2013.811.0003
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO CHAVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS HENRIQUE NUCCI VACARO PROCURADOR - OAB:4118-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS - MT
CENTRAL DE ARRECADAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS
PRAZO 15 DIAS
AUTOS N.º 2659-39.2013.811.0003
ESPÉCIE: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS - MT
PARTE REQUERIDA: ANTONIO CHAVES
INTIMANDO: EXECUTADO: ANTONIO CHAVES, CPF: 00663620163, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, acima especificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das Custas Processuais e Taxa Judiciária ao FUNAJURIS, de forma separada, porém em um único boleto, bem como, valor devido ao Cartório Distribuidor (não oficializado), conforme abaixo descrito. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link "Emissão de Guias Online", no item "Emitir Guias", digitar a palavra "custas", clicar no último item "CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES", digitar a numeração única e "buscar". Confirmar os dados e clicar em "Próximo". Para o pagamento do Cartório Distribuidor, o valor deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação-DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca e consequente encaminhamento para protesto, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça e no Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda, proceder a juntada nestes autos, da Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências realizados, conforme Lei nº 7.603/2001.
Fica Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciária implicará na restrição de vosso nome e CPF junto à divida ativa ou protesto extrajudicial, conforme

disposto no disposto no artigo 612 § 5º da CNGC-TJMT.
VALORES PARA PAGAMENTO:
Custas Processuais ..... R$ 368,00
Taxa Judiciária ..... R$ 144,41
Cartório Distribuidor ..... R$ 60,22
Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Sônia Aparecida dos Santos Barreto
Gestora Administrativa
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 721638 Nr: 2659-39.2013.811.0003
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO CHAVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS HENRIQUE NUCCI VACARO PROCURADOR - OAB:4118-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS - MT
CENTRAL DE ARRECADAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS
PRAZO 15 DIAS
AUTOS N.º 2659-39.2013.811.0003
ESPÉCIE: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS - MT
PARTE REQUERIDA: ANTONIO CHAVES
INTIMANDO: EXECUTADO: ANTONIO CHAVES, CPF: 00663620163, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, acima especificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das Custas Processuais e Taxa Judiciária ao FUNAJURIS, de forma separada, porém em um único boleto, bem como, valor devido ao Cartório Distribuidor (não oficializado), conforme abaixo descrito. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link “Emissão de Guias Online”, no item “Emitir Guias”, digitar a palavra “custas”, clicar no último item “CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES”, digitar a numeração única e “buscar”. Confirmar os dados e clicar em “Próximo”. Para o pagamento do Cartório Distribuidor, o valor deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação-DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca e consequente encaminhamento para protesto, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça e no Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda, proceder a juntada nestes autos, da Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências realizados, conforme Lei nº 7.603/2001.
Fica Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciária implicará na restrição de vosso nome e CPF junto à divida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no disposto no artigo 612 § 5º da CNGC-TJMT.
VALORES PARA PAGAMENTO:
Custas Processuais ..... R$ 368,00
Taxa Judiciária ..... R$ 144,41
Cartório Distribuidor ..... R$ 60,22
Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Sônia Aparecida dos Santos Barreto
Gestora Administrativa
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 23124 Nr: 1159-65.1995.811.0003
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAO PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS HENRIQUE NUCCI VACARO - OAB:5152-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS - MT
CENTRAL DE ARRECADAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS
PRAZO 15 DIAS
AUTOS N.º 1159-65.1995.811.0003
ESPÉCIE: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: FAZENDA PUBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT
PARTE REQUERIDA: JOAO PEREIRA DOS SANTOS
INTIMANDO: EXECUTADO: JOAO PEREIRA DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, acima especificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das Custas Processuais e Taxa Judiciária ao FUNAJURIS, de forma separada, porém em um único boleto, bem como, valor devido ao Cartório Distribuidor (não oficializado), conforme abaixo descrito. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link “Emissão de Guias Online”, no item “Emitir Guias”, digitar a palavra “custas”, clicar no último item “CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES”, digitar a numeração única e “buscar”. Confirmar os dados e clicar em “Próximo”. Para o pagamento do Cartório Distribuidor, o valor deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação-DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca e consequente encaminhamento para protesto, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça e no Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda, proceder a juntada nestes autos, da Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências realizados, conforme Lei nº 7.603/2001.
Fica Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciária implicará na restrição de vosso nome e CPF junto à divida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no disposto no artigo 612 § 5º da CNGC-TJMT.
VALORES PARA PAGAMENTO:
Custas Processuais ..... R$ 441,21
Taxa Judiciária ..... R$ 1.028,85
Cartório Distribuidor ..... R$ 375,66
Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Sônia Aparecida dos Santos Barreto
Gestora Administrativa
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 771213 Nr: 2829-40.2015.811.0003
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): VITELIO PINTO MARTINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RAFAEL XAVIER DE PAULA-PROCURADOR - OAB:13.969 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS - MT
CENTRAL DE ARRECADAÇÃO

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS
PRAZO 15 DIAS
AUTOS N.º 2829-40.2015.811.0003
ESPÉCIE: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE RONDONOPOLIS - MT
PARTE REQUERIDA: VITELIO PINTO MARTINI
INTIMANDO: Executado: VITELIO PINTO MARTINI, CPF: 30442770006, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, acima especificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento das Custas Processuais e Taxa Judiciária ao FUNAJURIS, de forma separada, porém em um único boleto, bem como, valor devido ao Cartório Distribuidor (não oficializado), conforme abaixo descrito. Para pagamento do FUNAJURIS, a guia deverá ser emitida no site do TJ/MT (www.tjmt.jus.br), no link “Emissão de Guias Online”, no item “Emitir Guias”, digitar a palavra “custas”, clicar no último item “CUSTAS E TAXAS FINAIS OU REMANESCENTES”, digitar a numeração única e “buscar”. Confirmar os dados e clicar em “Próximo”. Para o pagamento do Cartório Distribuidor, o valor deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sob pena de ser lavrada certidão e encaminhada ao Departamento de Controle e Arrecadação-DCA/TJMT, e à Procuradoria Estadual para a devida Execução Fiscal, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca e consequente encaminhamento para protesto, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça e no Provimento 20/2019 - CGJ, art. 4º. Deverá ainda, proceder a juntada nestes autos, da Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências realizados, conforme Lei nº 7.603/2001.
Fica Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciária implicará na restrição de vosso nome e CPF junto à divida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no disposto no artigo 612 § 5º da CNGC-TJMT.
VALORES PARA PAGAMENTO:
Custas Processuais ..... R$ 368,00
Taxa Judiciária ..... R$ 144,41
Cartório Distribuidor ..... R$ 60,22
Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Sônia Aparecida dos Santos Barreto
Gestora Administrativa
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 431616 Nr: 276-93.2010.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE IEMAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): FERNANDO BENEDITO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO OLIVEIRA CASTRO - OAB:9237/MT, MARCELO AMBROSIO CINTRA - OAB:8934/MT, PEDRO PAULO PEIXOTO DA SILVA JUNIOR - OAB:OAB/MT 12.007
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE RONDONÓPOLIS - MT
CENTRAL DE ARRECADAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PAGAMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS
PRAZO 15 DIAS
AUTOS N.º 276-93.2010.811.0003
ESPÉCIE: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE IEMAT
PARTE REQUERIDA: FERNANDO BENEDITO DA SILVA
INTIMANDO: Executado: FERNANDO BENEDITO DA SILVA, CPF: 39605698153, RG: 0471525-0 SJ MT, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO DA PARTE EXECUTADA, acima especificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, efetue o pagamento do valor devido ao Cartório Distribuidor (não oficializado), conforme abaixo descrito, esclarecendo que para o pagamento do Cartório Distribuidor, o valor deverá ser depositado/transferido para conta corrente 44017-5, agência 0551-7 do Banco do Brasil S/A, em nome Edilma Braga - Cartório Distribuidor, CNPJ nº 01.974.435/0001-08, sem prejuízo das devidas anotações no Cartório Distribuidor desta Comarca e consequente encaminhamento para protesto, na forma determinada na Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça e no Provimento 12/2017. Deverá ainda, proceder a juntada nestes autos, da Guia de Recolhimento do Funajuris, bem como, de todos os comprovantes de depósitos/transferências realizados, conforme Lei nº 7.603/2001.
Fica Vossa Senhoria ADVERTIDA de que o NÃO RECOLHIMENTO das custas processuais e/ou taxa judiciária implicará na restrição de vosso nome e CPF junto à divida ativa ou protesto extrajudicial, conforme disposto no disposto no artigo 612 § 5º da CNGC-TJMT.
VALORES PARA PAGAMENTO:
Cartório Distribuidor ..... R$ 60,22
Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Sônia Aparecida dos Santos Barreto
Gestora Administrativa
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Varas Cíveis

1ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009693-09.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO ALVES - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AFFONSO FLORES SCHENDROSKI OAB - MT0021669A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDALI OPERACOES INDUSTRIAIS S.A. (REQUERIDO)
D. ALBIERI E CIA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO LE SENECHAL HORTA OAB - GO7976 (ADVOGADO(A))

Intima-se a parte autora para que, no prazo de 05(cinco) dias, COMPLEMENTAR A DILIGÊNCIA PARA Oficial de Justiça JOACYR SILVA DA COSTA, conforme valor solicitado na Certidão ID 26389452 via Central de Pagamento de Diligências – CPD, nos termos do Provimento nº 7/2017 – CGJ, juntando-se a guia e o comprovante do referido pagamento nos autos. O recolhimento deverá ser feito através do site: http://arrecadacao.tjmt.jus.br/home#/home TUTORIAL: 1) clicar em "Emitir Guia"; 2) Selecionar Serviço: "COMPLEMENTAÇÃO DE DILIGÊNCIA"; 3) optar por "1º Grau"; 4) Informar o número do Processo e clicar "Buscar", conferir dados e clicar "Próximo" ; 5) Informar Dados do Pagante - CPF ou CNPJ; 6) Escolher a opção do Bairro no Campo "DILIGÊNCIA", e o sistema deverá informar o nome do Oficial de Justiça; 7) Informar o valor a complementar; 8) Clicar em "Gerar guia". OBSERVAÇÃO: Após o pagamento, a guia e o comprovante de pagamento deverão ser juntados ao processo.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009693-09.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO ALVES - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AFFONSO FLORES SCHENDROSKI OAB - MT0021669A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDALI OPERACOES INDUSTRIAIS S.A. (REQUERIDO)
D. ALBIERI E CIA LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO LE SENECHAL HORTA OAB - GO7976 (ADVOGADO(A))

Intima-se a Parte Autora para, caso queira, no prazo de 15(quinze) dias, impugnar a contestação oferecida nos autos.

Intimação Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1003790-90.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTADORA ROMA LOGISTICA LTDA (EMBARGANTE)
ROMUALDO NUNES CAVALHEIRO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO FRANGE JUNIOR OAB - MT6218-O (ADVOGADO(A))
VERONICA LAURA DE CAMPOS CONCEICAO OAB - MT7950/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO MERCANTIL DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Feitos Cíveis n. º 1003790-90/2017 Ação: Embargos à Execução Embargante: Transportadora Roma Logística Ltda e Outro. Embargado: Banco Mercantil do Brasil S/A. Vistos, etc. TRANSPORTADORA ROMA LOGÍSTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado e, ROMUALDO NUNES CAVALHEIRO, com qualificação nos autos, ingressaram neste juízo com os presentes "Embargos à Execução" em desfavor de BANCO MERCANTIL DO BRASIL S/A, com qualificação nos autos, sobreveio o pedido de suspensão da execução, vindo-me os autos conclusos. D E C I D O: Primeiramente, apensem-se os presentes embargos à ação de execução nº1001211-72.2017.8.11.0003, bem como, certifique-se se cumpridos os termos do artigo 915 do Código de Processo Civil. De acordo com o Art. 919, caput, Código de Processo Civil, os embargos dos executados não terão efeito suspensivo. Ao contrário de norma anterior, que determinava o recebimento dos embargos dos devedores em seu efeito suspensivo, a legislação processual em vigor prevê que, em regra, os embargos não suspendem a execução. De acordo com o dispositivo legal, para que os embargos dos devedores suspendam a execução, é necessária a verificação dos requisitos da tutela provisória, bem como, que seja garantido o juízo mediante penhora, depósito ou caução (Art. 919, §1º, CPC). Leciona Daniel Amorim Assumpção Neves, em seu Manual de Direito Processual Civil, Volume Único, Editora Juspodivm, 8ª Edição, ano: 2016, p.1.258, que para a concessão do efeito suspensivo deverá haver nos autos "a comprovação de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo" e, mais, que "segundo a redação do dispositivo ora analisado, a garantia do juízo deve ser suficiente, o que deve ser interpretado como garantia total do juízo". No caso posto em discussão, verifico que não há necessidade de se emprestar o efeito suspensivo aos embargos, porque, em tese não afloraram os requisitos da probabilidade, no sentido de restarem presentes motivos preponderantes e convergentes à aceitação de que são verossímeis as alegações da embargante. Ademais, o § 1º, do mencionado dispositivo legal, estabeleceu que, diante da presença de determinados pressupostos, vale dizer, a relevância dos fundamentos do embargante e, em decorrência do prosseguimento da execução, a possibilidade de lhe advir lesão grave e de difícil reparação, desde que esteja garantido o juízo, poderá o julgador atribuir efeito suspensivo à ação constitutiva-negativa, in verbis: " O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes", o que não é o caso dos autos, mesmo porque o embargante não oferece garantia integral (do pleito executório) ao juízo, bem como, o prazo de blindagem de (90) noventa dias fora deferido em 09.03.2017, portanto, já esgotado. Outrossim, o teor do §1º do art. 49 da Lei nº11.101/2005 é por demais claro: "Os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso". Humberto Theodoro Júnior, discorrendo sobre os requisitos necessários para a concessão de efeito suspensivo aos embargos do devedor, aduz que: "os fundamentos dos embargos deverão ser relevantes, ou seja, a defesa oposta à execução deve se apoiar em fatos verossímeis e em tese de direito plausível; em outros termos, a possibilidade de êxito dos embargos deve insinuar-se como razoável; é algo equiparável ao fumus boni iuris exigível para as medidas cautelares." (A Reforma da Execução do Título Extrajudicial, Ed. Forense, 1ª ed., pág. 195) Eis a jurisprudência: "RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CREDOR DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO - PROPRIETÁRIO FIDUCIÁRIO DE BEM MÓVEL - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA OU CESSÃO FIDUCIÁRIA - EXCLUSÃO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL - INTELIGÊNCIA DO ART. 49, § 3º, DA LEI Nº 11.101/2005 - SUSPENSÃO DA AÇÃO - ARTIGO 6º, § 4º, DA LEI DE RECUPERAÇÃO - LIMITE DE 180 DIAS JÁ ESGOTADO - RECURSO DESPROVIDO. Por força do § 3º, art. 49, da Lei nº 11.101/05, o crédito de Cédula de Crédito Bancário daquele que ocupa posição de proprietário fiduciário de bens móveis, não se submete aos efeitos da recuperação judicial, sendo irrelevante se a modalidade de garantia seja pelo instituto da alienação fiduciária ou cessão fiduciária. Não há que se falar em suspensão de ação prevista no art. 6º, § 4º, da Lei nº. 11.101/05, quando o limite temporal de 180 dias da blindagem já se esgotou, restando aos credores dar início ou continuar suas ações ou execuções, independentemente de pronunciamento judicial." (TJ-MT - AI: 01378731120138110000 137873/2013, Relator: DESA. MARILSEN ANDRADE ADDARIO, Data de Julgamento: 20/08/2014, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/08/2014) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO- REQUISITOS DO ART. 739-A, § 1º, DOCPC. - AUSÊNCIA - SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO - EXCEPCIONALIDADE - RECURSO DESPROVIDO. Preenchidos os requisitos legais previstos no artigo 739-A, § 1º, do Código de Processo Civil, poderá ser atribuído o efeito suspensivo aos embargos do executado - A ausência de qualquer um dos requisitos impostos pelo artigo 739-A, § 1º, CPC, impede a atribuição de efeito suspensivo aos embargos do executado." (AI 10024150010676001, Relator: Des. Moacyr Lobato, Data do Julgamento: 08/12/0015, Órgão Julgador: 5ª Câmara Cível – TJ/MG) (grifei) "AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EFEITO SUSPENSIVO NÃO CONFERIDO. PROSSEGUIMENTO DO FEITO EXECUTIVO. A concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução, a partir da vigência da Lei nº 11.382/06 passou a ser exceção a regra, consoante previsão do art. 739-A do CPC. Execução de título extrajudicial tem caráter definitivo, a teor do disposto no art.587 do CPC. In casu, os embargos à execução foram recebidos sem a atribuição de efeito suspensivo, motivo pelo qual não há ilegalidade na decisão agravada. AGRAVO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO." (Agravo de Instrumento Nº 70057484479, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 14/11/2013) Assim, não tendo como relevantes os argumentos levados a feito pela embargante a ensejar o almejado efeito suspensivo, hei por bem em receber os embargos sem efeito suspensivo – (art. 919, CPC) uma vez que não há demonstração de relevância para que o processo executivo tenha seu curso suspenso. Ouça-se a exequente/embargada no prazo de (15) quinze dias – (920, I, CPC), vindo aos autos vista a parte executada, ora embargante, para que se manifeste no prazo de (10) dez dias, após conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Roo-MT, 29 de junho de 2017. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1005605-59.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE BOCCHETTI NUNES OAB - RJ93294 (ADVOGADO(A))
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA OAB - MT14690-O (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONARDO TOMCZYK (RÉU)
EDUARDO TOMCZYK (RÉU)
ANNEMARIE PFANN TOMCZYK (RÉU)
RICARDO TOMCZYK (RÉU)

Intimações dos advogados da parte autora, para depositar a diligência margeada pelo Oficial de Justiça nos termos da certidão de Id. 27174962.

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1016372-54.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO LUZ PEREIRA OAB - MT0018473S (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
MARIONICE MARZOCHI DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1016372-54.2019 Ação: Busca e Apreensão Autor: BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento. Ré: Marionice Marzochi da Silva. Vistos, etc. BV FINANCEIRA S/A, CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, pessoa jurídica de direito privado, ingressara neste juízo com a presente "Ação de Busca e Apreensão" em desfavor de MARIONICE MARZOCHI DA SILVA, com qualificação nos autos, sobreveio o pedido de busca e apreensão liminar, vindo-me os autos conclusos. D E C I D O: Intime-se a parte autora, através de seu bastante procurador, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas e taxas judiciárias, bem como, comprove seu recolhimento nos autos, nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil e §2º art. 2º do Provimento nº22/2016-CGJ, sob pena de extinção nos moldes dos artigos 321 e 485, inciso I, do Código de Processo Civil e observando-se os Provimentos nº 40/2014/CGJ, nº 80/2014/CGJ nº 88/2014/CGJ. Transcorrido o prazo, o que deverá ser certificado nos autos, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Roo-MT, 13 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1016205-37.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCILENE VIANA DA SILVA GONCALVES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1016205-37.2019 Ação: Busca e Apreensão Autor: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. Ré: Lucilene Viana da Silva Gonçalves. Vistos, etc. BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, ingressara neste juízo com a presente "Ação de Busca e Apreensão" em desfavor de LUCILENE VIANA DA SILVA GONÇALVES, com qualificação nos autos, sobreveio o pedido de busca e apreensão liminar, vindo-me os autos conclusos. D E C I D O: Intime-se a parte autora, através de seu bastante procurador, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas e taxas judiciárias, bem como, comprove seu recolhimento nos autos, nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil e §2º art. 2º do Provimento nº22/2016-CGJ, sob pena de extinção nos moldes dos artigos 321 e 485, inciso I, do Código de Processo Civil e observando-se os Provimentos nº 40/2014/CGJ, nº 80/2014/CGJ nº 88/2014/CGJ. Transcorrido o prazo, o que deverá ser certificado nos autos, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Roo-MT, 13 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível

Despacho Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1016262-55.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENIO LEITE NOVAES JUNIOR OAB - PR10855 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO BUENO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1016262-55.2019 Ação: Carta Precatória (Busca e Apreensão) Juízo Deprecante: Curitiba - PR Autor: Banco Bradesco S/A. Réu: Luciano Bueno da Silva. Vistos, etc. BANCO BRADESCO S/A, pessoa jurídica de direito privado, ingressara neste juízo com a presente "Carta Precatória" em desfavor de LUCIANO BUENO DA SILVA, com qualificação nos autos, vindo-me os autos conclusos. D E C I D O: Cumpra-se a liminar deferida no (ID 27267521 – Processo n°0025875-84.2019.8.16.0001), nos termos do §12 do art.3º do Decreto-Lei nº911/69. Uma vez cumprida, intime-se a parte autora para requerer o que direito, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Roo-MT, 13 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1016391-60.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALTIELE NUNES FERREIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIANE ELENSILZIE DE OLIVEIRA OAB - MT0006141A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1016391-60.2019 Ação: Execução de Título Extrajudicial Exequente: Banco Itaú Unibanco S/A. Executado: Altiele Nunes Ferreira (Ferreira Transportes Me). Vistos, etc. BANCO ITAÚ UNIBANCO S/A, pessoa jurídica de direito privado, ingressara neste juízo com a presente "Ação de Execução de Título Extrajudicial" em desfavor de ALTIELE NUNES FERREIRA (FERREIRA TRANSPORTES ME), com pessoa jurídica de direito privado, sobreveio o pedido de citação, vindo-me os autos conclusos. D E C I D O: Intime-se a parte exequente, através de seu bastante procurador, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, sob pena de extinção nos moldes dos artigos 321 e 485, inciso I, do Código de Processo Civil e observando-se os Provimentos nº 40/2014/CGJ, nº 80/2014/CGJ nº 88/2014/CGJ: a) indicando o Código de Endereçamento Postal (CEP) da parte exequente, nos termos do artigo 319, II, do Código de Processo Civil e artigo 1º, da Resolução nº 021/2011/TP; b) recolhendo as custas e taxas judiciárias, bem como, comprovando seu recolhimento nos autos, nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil e §2º art. 2º do Provimento nº22/2016-CGJ. Transcorrido o prazo, o que deverá ser certificado nos autos, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Roo-MT., 13 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1016275-54.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GREICIANE MARTA SALES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1016275-54.2019 Ação: Carta Precatória Juízo Deprecante: Ji-Paraná/RO Autora: Greiciane Marta Sales. Réu: Fábio Francisco de Souza. Vistos, etc. GREICIANE MARTA SALES, com qualificação nos autos, ingressou neste juízo com a presente "Carta Precatória" em desfavor de FÁBIO FRANCISCO DE SOUZA, com qualificação nos autos, vieram-me os autos conclusos. D E C I D O: Intime-se a parte autora, através de seu bastante procurador, para que, no prazo de 15 (quinze dias) dias, emende a inicial da presente Carta Precatória, sob pena de devolução sem cumprimento: a) carreando aos autos mandato procuratório, eis que não aportara aos autos o referido documento, conforme determinam os artigos 260, II, §1º, e, 320 do Código de Processo Civil; b) recolhendo as custas e taxas judiciárias, bem como, comprovando o seu recolhimento nos autos, nos termos do artigo 320 do Código de Processo Civil e §2º do art.2º do Provimento nº22/2016-CGJ ou comprovando nos autos o deferimento da assistência judiciária (cópia da decisão). Oficie-se o juízo deprecante. Transcorrido o prazo, o que deverá ser certificado nos autos, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Roo-MT., 13 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da

1ª Vara Cível.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009924-65.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL DA SILVA SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO OAB - MT16660/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

Intima-se a Parte Autora para, caso queira, no prazo de 15(quinze) dias, impugnar a contestação oferecida nos autos.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013425-27.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
N C IMOVEIS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO GERALDO DE LIMA OAB - MT6256/O (ADVOGADO(A))
PAULA LUANA SAGGIN FACIONI DE LIMA OAB - MT21748/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KAREN FERNANDA DE OLIVEIRA SOUZA (RÉU)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001356-65.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELO GOMES DE ALMEIDA - ME (EXECUTADO)
ANGELO GOMES DE ALMEIDA (EXECUTADO)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000893-89.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR ALVES SPROCATI (EXECUTADO)
SONIA APARECIDA ALVES SPROCATI (EXECUTADO)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001577-48.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ALLIANZ SEGUROS S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA NIGRO FRANCISCATTO OAB - MT15249-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOARES BERTHOLDO - ME (EXECUTADO)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1002384-97.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA MARIA DE CARVALHO BALBINO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTINA DE CARVALHO BALBINO OAB - MT0009346A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RIBEIRO, VILARINHO DA SILVA & CIA LTDA - ME (RÉU)
DABSON JUNIOR SGUAREZI GOMES (RÉU)
GILBERTO SANTOS RIBEIRO (RÉU)
CAROLINA SILVANO VILARINHO DA SILVA (RÉU)
ARITUSA LEITE NOBREGA RIBEIRO (RÉU)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1012208-46.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE RICARDO VIEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON AFONSO DE MELO (RÉU)
SEBASTIAO AFONSO DE MELO NETO (RÉU)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000508-78.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KLEBER HENRIQUE LEMOS (EXECUTADO)
RODOLEMOS LOGISTICA E TRANSPORTES LTDA - EPP (EXECUTADO)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005802-77.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
OELTON ROBERTO DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT0011551S-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HENY BORGES SOARES (RÉU)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-94 DESPEJO
Processo Número: 1009084-55.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SUELI MENDES VILLAS BOAS (AUTOR(A))
SIDNEI FONSECA VILLAS BOAS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
WANDERSON CLAYTON PESTANA OAB - MT16728/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CDN COMERCIO E SERVICOS VEICULARES LTDA - ME (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO ALVES DA SILVA OAB - 007.950.231-89 (REPRESENTANTE)

Intima-se a parte autora para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que direito face a(s) correspondência(s) devolvida(s) nos autos.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1004899-08.2018.8.11.0003

Parte(s) Polo Ativo:
N C IMOVEIS LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO GERALDO DE LIMA OAB - MT6256/O (ADVOGADO(A))
PAULA LUANA SAGGIN FACIONI DE LIMA OAB - MT21748/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA JULIA GONCALVES (RÉU)
VALDEMIRO TEIXEIRA GOMES (RÉU)

Intimação do advogado da parte autora, para no prazo de (5) cinco dias, manifeste sobre a certidão de Id. 25377812.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 876403 Nr: 9010-86.2017.811.0003
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRUNO SIMONI
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS FRANCISCO QUESADA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Alexander Capriata - OAB:16876-MT, KARLOS LOCK - OAB:16828
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS FRANCISCO QUESADA - OAB:6288-A /MT
Intima-se o advogado do Requerente para, no prazo legal, manifestar-se sobre Laudo Pericial de fls. 135/182.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 452659 Nr: 7838-22.2011.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESCOLA CENECISTA 13 DE JUNHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ CARLOS ANGHINONI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DARA JOSISLENY PEIXOTO DANTAS - OAB:OAB/DF35.352, DÉBORA LEITE VILELA - OAB:30.185, GERFÂNIA DO SOCORRO DAMASCENO DA SILVA - OAB:17.552/GO, INAIARA SILVA TORRES - OAB:29.439/DF
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente, bem como do Provimento 56/2007 CGJ, impulsiono os autos para intimação do advogado do exequente para no prazo legal trazer aos autos o valor atualizado da dívida.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 730032 Nr: 10645-44.2013.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DÉCIO LINO MARCON-ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): J ROTANER TRANSPORTES DE CARGAS LTDA, YASUDA MARÍTIMA SEGUROS S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO ALVES ATHAIDE - OAB:MT/11.858 - A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE CORDELLA RIBEIRO - OAB:41289, MARCIO ALEXANDRE MALFATTI - OAB:16.943-A MT, PRISCILA IKEDA CAETANO - OAB:MT0018596/O
Do advogado das partes Requeridas para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso de Apelação de fls. 304/332, interposto pela parte Requerente.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 721377 Nr: 2400-44.2013.811.0003
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EURIPEDES FERREIRA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BJD DIREITOS CREDITÓRIOS S/S LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATO SAITO - OAB:13.392-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DAGOBERTO MARIANO BERNARDI - OAB:5052/MT, JOSEMAR CARMERINO DOS SANTOS - OAB:7072/MT, JULIANO HIGINO DA SILVA JUNIOR - OAB:4045/MT
Dos Advogados das partes, para, no PRAZO DE 5 (CINCO)dias, querendo manifestar-se dos Embargos de Declaração de fls. 1406/1407, e 1408/1417, nos termos do artigo 1.023, §2º do Código de Processo Civil.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001308-38.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON CAMPOS DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1001308-38.2018 Ação: Busca e Apreensão Autor: Banco Bradesco Financiamentos S/A. Réu: Nelson Campos de Oliveira. Vistos, etc. Atentando pela circunstância de ter sido firmado convênio pelo Tribunal de Justiça com o Banco Central, nominado “Bacenjud”, permitindo o bloqueio on line de valores e requisição de informações, bem como, os convênios “Renajud” e “Infojud”, hei por bem em deferir o pedido de busca de endereço da réu (Id. 241228717), conforme extratos em anexo. Intime-se a parte exequente, para que no prazo de (5) cinco dias, requeira o que de direito. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1001983-35.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VALDOMIRO BALIEIRO DE MORAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIMONE FENGLER SPIERING OAB - MT11920/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COFCO BRASIL S.A (EXECUTADO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1001983-35.2017 Vistos, etc. Considerando o v. acórdão deste Egrégio Tribunal de Justiça de (Id. 22637207), bem como, os termos do petitório de (Id. 22373846), em consonância com o disposto no artigo 854 do Código de Processo Civil e atentando pela circunstância de ter sido firmado convênio pelo Tribunal de Justiça com o Banco Central permitindo o bloqueio on line de valores, hei por bem em deferir a penhora on line junto ao Sistema BacenJud, determinando a penhora nas contas bancárias em nome do executado COFCO BRASIL S.A, no valor de R$53.425,94 (cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e noventa e quatro centavos). Na forma do disposto no §2º, do art.1º, do Provimento nº 04/2007, da Egrégia Corregedoria Geral da Justiça, os autos permanecerão no gabinete do Juiz até que se processe a ordem. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 09 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível. ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1001983-35.2017 Vistos, etc... Sobre o documento fornecido pelo convênio “BacenJud”, manifeste-se a parte exequente, no prazo de (5) cinco dias, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 13 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Decisão Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1000054-64.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ISA RIBEIRO DA SILVA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO ANTONIO MENDES DA SILVA OAB - MT0016484A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA PRESIDENTE VARGAS LTDA (RÉU)
Arvelino Barros de Carvalho (RÉU)
Paulo Sérgio F. dos Santos (RÉU)
PEDRO BATISTA DE ARAÚJO (RÉU)
Wanderson Teofilo da Cruz (RÉU)
Paulo José Lopes (RÉU)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1000054-64.2017 Ação: Usucapião Autora: Isa Ribeiro da Silva. Ré: Imobiliária Presidente Vargas Ltda. Vistos, etc. Inicialmente, determino o desentranhamento do mandado de (ID 9765198) para citação do confinante Pedro Batista de Araújo. Lado outro, determino à serventia que cientifique a União, o Estado e o Município, para que manifestem eventual interesse, encaminhando as cópias dos documentos pertinentes ao caso, bem como, certifique-se o decurso do prazo das citações dos confinantes Wanderson Teofilo da Cruz e Arvelino Barros de Carvalho. Ademais, atentando pela circunstância de ter sido firmado convênio pelo Tribunal de Justiça com o Banco Central, nominado "Bacenjud", permitindo o bloqueio on line de valores e requisição de informações, bem como, os convênios "Renajud" e "Infojud", hei por bem em deferir o pedido de busca de endereço da parte ré (ID 22419819 – item 'a'), conforme extrato em anexo. Por fim, considerando o petitório de (Id. 18222053), intime-se a parte autora, para que no prazo de (5) cinco dias, traga aos autos o CPF dos confinantes Paulo Sérgio F. dos Santos e Paulo José Lopes, a fim de possibilitar o cumprimento da diligência. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1004037-71.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB - MT11054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ EVANGELISTA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1004037-71.2017 Ação: Busca e Apreensão Autor: Disal Administradora de Consórcios Ltda. Réu: Luiz Evangelista da Silva. Vistos, etc. Atentando pela circunstância de ter sido firmado convênio pelo Tribunal de Justiça com o Banco Central, nominado "Bacenjud", permitindo o bloqueio on line de valores e requisição de informações, bem como, os convênios "Renajud" e "Infojud", hei por bem em deferir o pedido de busca de endereço do réu (Id 20681710), conforme extratos em anexo. Intime-se a parte autora, para que no prazo de (5) cinco dias, requeira o que de direito. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1010565-24.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
B. A. COMERCIO DE MADEIRAS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WAGNER MAX TAVARES DOS SANTOS SILVA OAB - MT0015472A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA CLAUDIA DE MATTOS 52217108115 (EXECUTADO)
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº1010565-24.2017 Ação: Execução Exequente: B.A. Comércio de Madeira Ltda Me. Executada: Ana Claudia Mattos Decorações. Vistos, etc. Atentando pela circunstância de ter sido firmado convênio pelo Tribunal de Justiça com o Banco Central, nominado "Bacenjud", permitindo o bloqueio on line de valores e requisição de informações, bem como, o convênio "Infojud", hei por bem em deferir o pedido de busca de endereço do executado (Id 21010530), conforme extratos em anexo. Intime-se a parte exequente, para que no prazo de (5) cinco dias, requeira o que de direito. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1006057-35.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA HELENA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NILSON NOVAES PORTO OAB - MT20487/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ICATU SEGUROS S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA CRISTINA VAZ PATINI OAB - MT11660-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
LUIZ ANTONIO SARI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS PRIMEIRA VARA CÍVEL Processo Judicial Eletrônico nº 1006057-35.2017 Ação: Cobrança de Seguro Autora: Maria Helena da Silva Réu: Icatu Seguros S/A Vistos, etc... MARIA HELENA DA SILVA, com qualificação nos autos, via seu bastante procurador, ingressou neste juízo com a presente 'Ação de Cobrança de Seguros' em desfavor de ICATU SEGUROS S/A, pessoa jurídica de direito privado, aduzindo: "Que, contratou um seguro de vida individual com a ré, com início da vigência em 01 de fevereiro de 2010, com término em 31 de janeiro der 2018, conforme apólice n° 93104323, com cobertura para doença grave; que, no ano de 2017 veio a sofrer de doença compatível com meningioma compressiva, levando-a ficar paraplégica; que, buscou o pagamento no mesmo ano, não obtendo êxito, assim, busca a procedência da ação, com a condenação da empresa ré nos encargos da sucumbência. Junta documentos e dá à causa o valor der R$ 100.000,00 (cem mil reais), postulando a ação sob o manto da assistência judiciária". Recebida a inicial, foi designado dia e horário para audiência de conciliação, a qual se realizou, não se obtendo êxito. Devidamente citado, contestou o pedido, onde procura rechaçar as assertivas levadas a efeito pela autora, dizendo: "Em preliminar, a impugnação ao valor da causa, asseverando que o mesmo deve restar no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais); que, houve contrato de seguro entre as partes, instrumentalizado pela apólice n° 93.104.323, proposta n° 9305815439 e certificado individual n° 6301.267120-4, com início de vigência do risco individual a partir de 27 de janeiro de 2017 até 31 de janeiro de 2020, apresentando cobertura, dentre outros casos, para doenças graves, no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais); que, ao assinar a proposta de adesão a autora firmou declaração pessoal de saúde, não fazendo quaisquer ressalvas quanto ao seu estado der saúde, deixando de relatar a existência de qualquer doença de seu conhecimento; que, a autora detinha conhecimento da debilidade desde a data de 29 de dezembro de 2016; que, como a segurada não informou à seguradora, por ocasião do seu pedido de inclusão no seguro, que já apresentava as enfermidades que deram causa ao seu atual estado de saúde, apesar de plenamente ciente desta condição, é certo que não é devida a cobertura pretendida, assim, pugna pela improcedência da ação, com a condenação da autora nos ônus da sucumbência. Junta documentos". Sobre a contestação, manifestou-se a autora. Foi determinada a especificação das provas, bem como acatada a impugnação ao valor da causa. O processo foi saneado, sendo designada audiência de instrução, a qual se realizou, ocasião em que não foram ouvidas testemunhas. Encerrada a instrução, as partes apresentaram as alegações finais, ocasião em que ratificaram as teses anteriormente esposadas, vindo-me os autos conclusos. É o relatório necessário. D E C I D O: Maria Helena da Silva aforou a presente ação em desfavor da seguradora Icatu Seguros S/A, porque, segundo a inicial assinou contrato de seguro com início de vigência em 01 de fevereiro de 2010, com término

em 31 de janeiro de 2018, onde busca ser indenizada na importância de R$ 100.000,00 (cem mil reais), uma vez que passou a sofrer doença grave. Buscou solução de forma administrativa, não logrando êxito. Analisando os argumentos de fato e de direito deduzidas pelas partes e diante das provas trazidas à colação, tenho comigo que a presente ação não merece acolhimento, pois, em que pese a versão trazida na peça de ingresso, entendo que não há provas suficientes a demonstrar que a culpa pela ocorrência do fato narrado na exordial, deve ser debitado à empresa ré, que tomara as providências necessárias que o caso, naquele momento exigia. Pois bem. Pelo documento de (fl.34 – Id 9691784), nota-se que houve por parte da autora a contratação de seguro de vida individual instrumentalizado pela apólice n° 93104323, proposta n° 9305815439 e certificado individual n° 6301.267120-4 com início de vigência em 27 de janeiro de 2017, e término em 31 de janeiro de 2020, com cobertura para doenças graves. Também, há nos autos documento informando que a autora, antes de firmar o certificado com vigência janeiro/2017 a janeiro/2020, detinha conhecimento da debilidade, consoante exame realizado em 29 de dezembro de 2016. Inequívoco, também, que se encontra encartado nos autos a declaração pessoal de saúde da autora, onde não há qualquer ressalva quanto ao seu estado de saúde, quando tinha plena ciência e consciência da doença. De forma que é evidente o vício contratual, dando motivo mais que suficiente à seguradora em negar o pagamento. Como frisado anteriormente, a seguradora sustenta não possuir obrigação de indenizar, uma vez que no ato da contratação a segurada já possuía problema sério na coluna cervical, para não dizer crônico, omitido por ocasião do preenchimento da proposta de adesão, que constitui motivo para a recusa de pagamento da indenização pleiteada pela autora. Não se olvida que o Colendo Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que "a doença preexistente pode ser oposta pela seguradora ao segurado se houver prévio exame médico ou prova inequívoca da má-fé do segurado" (STJ - AgRg no Ag nº 818.443/RJ; Rel. Min. Nancy Andrighi; DJU 19/03/2007). Como se vê, o simples fato de a seguradora não ter realizado prévio exame médico, por si, não constitui óbice à recusa da seguradora, pois a comprovação da má-fé quando da celebração do contrato de seguro se mostra apta a ilidir a responsabilidade contratual que pesa sobre a seguradora. Em posicionamento expresso sobre o tema, segue julgado do Superior Tribunal de Justiça: “PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO DE VIDA. DOENÇA PRE-EXISTENTE. INVALIDEZ PERMANENTE. APOSENTAORIA. MESMAS DOENÇAS. OMISSÃO DE INFORMAÇÃO. MÁ-FÉ. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. 1. A exigência da realização de prévio exame médico para que a seguradora se oponha ao pagamento da indenização prevista na apólice de seguro, sob a alegação de doença pré-existente, não se aplica nas hipóteses em que ficar comprovado que o contrato foi celebrado de má-fé pelo segurado. Precedentes da 2ª Seção. 2. Hipótese em que a alteração da conclusão das instâncias de origem no sentido de que a contratante agiu de má-fé, ao omitir que pouco antes da assinatura da proposta de seguro teve diagnosticadas as mesmas moléstias que ensejaram a sua aposentadoria por invalidez permanente, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, procedimento vedado no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ). 3. Agravo regimental a que se nega provimento”. (AgRg no REsp 1215413/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 20/08/2014) “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO - SEGURO DE VIDA - MOLÉSTIA CRÔNICA E DE DIFÍCIL CONTROLE - PRÉVIA CIÊNCIA COMPROVADA - OMISSÃO DA SEGURADA - DOENÇA PRÉ-EXISTENTE - COMPROVADA MÁ-FÉ - RESPONSABILIDADE DA OPERADORA AFASTADA. - É cediço que a não realização de exames prévios de admissibilidade do contratante ao plano de seguro-saúde implica a assunção de risco pela seguradora e, consequentemente, sua responsabilização por eventual sinistro, salvo no caso de má-fé do segurado ou quando este tenha plena ciência da doença preexistente e omite tal informação (AgRg no REsp 1172420/SP, DJe 29/04/2014). No caso posto à liça, nenhuma dúvida paira de que a autora tinha ciência do seu estado de saúde, e, quando ao prestar a declaração pertinente, restou silente, chamando para si toda responsabilidade. Assim, comprovada a má-fé do segurado, ao omitir doença pré-existente à contratação do plano de seguro, é lícito à seguradora se opor à cobertura contratada, nos termos dos artigos 765 e 766, ambos do Código Civil. Destarte, é indevido o pagamento de indenização decorrente de contrato de seguro de vida quando do conjunto probatório produzido no feito restar comprovado que o segurado silenciou sobre a doença preexistente, configurando a sua má-fé no ato da contratação. Face ao exposto e princípios de direito aplicáveis à espécie JULGO IMPROCEDENTE a presente 'Ação de Cobrança de Seguro" promovida por MARIA HELENA DA SILVA, com qualificação nos autos em desfavor de ICATU SEGUROS S/A, com qualificação nos autos, condenando a autora no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento), sobre o valor dado à ação, o qual deverá ser corrigido, devendo ser observado o disposto no § 3º, do artigo 98 do Código de Processo Civil. Transitada em julgado e feitas as anotações de estilo, o que deve ser certificado, arquive-se. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 13 de dezembro de 2.019. Dr. Luiz Antonio Sari, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível.-

2ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001207-69.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VALDA GOMES PEREIRA SCHWEGER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO CHALFIN OAB - MT20332-A (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte autora, no prazo legal, apresentar contrarrazões ao Recurso de Apelação ID 23812133.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000101-38.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO FRANCISCO DA COSTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINE FLORENCIANA DURAN OAB - MT20179/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARLI TEREZINHA MELLO DE OLIVEIRA OAB - MT5134-O (ADVOGADO(A))

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte autora, no prazo legal, se manifestar sobre os Embargos de Declaração ID 22793024.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000220-96.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GISLEIDE PEREIRA LOPES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS INTIMAÇÃO Rondonópolis, 12 de junho de 2017. O presente expediente tem por finalidade a intimação de vossa Senhoria para APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO, no prazo legal. Nº DO PROCESSO: 1000220-96.2017.8.11.0003 VALOR DA CAUSA: R$ 20.709,05 ESPÉCIE: PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) Advogado do(a) AUTOR: GILBERTO DE MORAES VIANA - MT19177/O OBSERVAÇÃO. O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, nos TERMOS DO ARTIGO 9º DA LEI 11.419/2006. Atenciosamente. Gestor(a) Judiciário(a) ASSINATURA POR ORDEM DO(A) MM(ª) JUIZ(A) SEDE DO JUÍZO DEPRECANTE E INFORMAÇÕES: 2ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS (66) 34106100

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014120-78.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:

ANTONIO BERNARDO DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte autora para que, efetue o depósito da diligência do Sr. Oficial de Justiça, para cumprimento do Mandado, no prazo legal.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 444882 Nr: 64-38.2011.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ANGONESE & CIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): RANKING ADUBO FOLIAR LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS APARECIDO DE AGUIAR - OAB:9769/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GELSON LUIS GALL DE OLIVEIRA - OAB:3966/MT, GUSTAVO BOUVIE DE OLIVEIRA - OAB:16323, ISABELA MARRAFON - OAB:8565/MT
Autos nº 444882 – Cumprimento de sentença
Vistos etc.
Intime-se o subscritor da peça processual de fl. 309, para, que, no prazo de 05 (cinco) dias, traga aos autos o instrumento que lhe outorga poderes para requestar a providência postulada em tal petição.
Após, prossiga-se no cumprimento do comando judicial de fl. 307/307v.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 432013 Nr: 677-92.2010.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELI DINIZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): SADIA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SAJÚNIOR LIMA MARANHÃO - OAB:MT/6.356
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRA FRANCISCO DE MELO FRANCO - OAB:14542-A/MT, JEAN WALTER WAHLBRINK - OAB:5658/MT
Autos n.º 432013 – Cumprimento de Sentença
Vistos etc.
Defiro o requerimento retro e, para tanto, determino o levantamento da importância depositada na espécie, mediante a expedição do competente alvará.
Após, em face do adimplemento da obrigação, cujo cumprimento foi requestado neste feito, determino seu arquivamento, mediante as cautelas de estilo.
Intime-se.
Expeça-se o necessário
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 717473 Nr: 12912-23.2012.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS ALBERTO BALDI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS - OAB:8123/PR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Intimação do patrono da parte requerida, para manifestar acerca da penhora realizada às folhas 109/110, no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 384200 Nr: 12335-55.2006.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ABASTECEDORA RIO VERMELHO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEXANDRE MENDONCA DE AMORIM, ELEDIR MIRANDA AMORIM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDNALDO DE CARVALHO AGUIAR - OAB:3179/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRA CARDOSO DE OLIVEIRA - OAB:MT/1418, LUIS FILIPE OLIVEIRA DE OLIVEIRA - OAB:7.206-B
Certifico e dou fé que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, DESIGNANDO o dia 27/03/2020 (1ª Praça) para a realização do leilão a partir das 13:00 horas, sendo realizado, no mesmo dia, a 2ª Praça a partir das 14:00 horas.
Certifico ainda que, os referidos leilões serão realizados Através do site www.portalax.com.br. via eletrônica, por meio da plataforma de leilões própria, conforme especificado pelo Leiloeiro Público na petição juntada à folha nº 141.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 431958 Nr: 622-44.2010.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANTANA TEXTIL MATO GROSSO S/A, BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SIDINEIA GOMES VIEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREIA PINHEIRO - OAB:10946, BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:OAB/MT14992-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IISON JOSÉ GALDINO - OAB:11.554/MT
Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte executada, para se manifestar acerca do petitório de folha 260, no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 441945 Nr: 10614-29.2010.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE CELSO JARDIM RODRIGUES DA CUNHA, MARILDA MOREIRA RODRIGUES DA CUNHA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT14.258-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO RIBEIRO MARTINS - OAB:MT 4.112
Autos nº 441945 – Execução
Vistos etc.
Defiro a realização da perícia postulada pelos executados (fl. 124) e, para tanto, nomeio como perito Judicial Forense Lab Perícias & Consultoria (www.forenselab.com), tel.: (65) 98112-2338 e e-mail: contato@forenselab.com, que servirá escrupulosamente, independentemente de compromisso.
Intime-se a expert para apresentar proposta de honorários, currículo, com comprovação de especialização, contatos profissionais, em especial o endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 465, §2º, I, II e III, do CPC).

Em seguida, intimem-se os demandados para depositarem o valor dos honorários, no prazo de 10 (dez) dias (art. 95, do CPC), a fim de que o feito possa prosseguir.

Após, intimem-se as partes para indicar assistentes técnicos, bem como para formularem quesitos, em 15 (quinze) dias, (CPC, art. 465, §1º, I e II).

Posteriormente, intime-se o perito a apresentar o laudo em cartório, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante a fiel observância ao estabelecido no artigo 473, do CPC.

Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo (CPC, art. 477, §1º).

Intimem-se.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.

JORGE IAFELICE DOS SANTOS

JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Jorge Iafelice dos Santos

Cod. Proc.: 407849 Nr: 3547-81.2008.811.0003

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ABASTECEDORA RIO VERMELHO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MURILLO ESPINOLA DE OLIVEIRA LIMA - OAB:3.127-A MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Autos n.º 407849 – Cumprimento de sentença

Vistos etc.

Indefiro o pedido de indisponibilidade de bens através do Sistema CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, pois não há previsão legal para a indisponibilidade de bens da parte devedora em feitos executivos de título extrajudicial ou pedido de cumprimento de sentença.

Saliento que, conforme Provimento nº 39/2014 do CNJ, que instituiu a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, esta só pode ser utilizada nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos legais e constitucionais: CF, art. 37, § 4º; Lei 6.024/1974, art. 36; Lei 8.397/1992, art. 4º; CTN, art. 185-A; Lei 8.429/1992, art. 7º; CPC, arts. 752, 796 a 812; Lei 11.101/2005, art. 82, § 2º e art. 154, § 5º; CLT, art. 889; Lei 9.656/1998, art. 24-A; Lei 8.443/1992, art. 44, § 2º; Lei Complementar 109/2001, art. 59, §§ 1º e 2º, art. 60 e art. 61, § 2º, II; e Decreto 4.942/2003, art. 101. E em nenhuma dessas situações se enquadra a presente lide.

Outrossim, determinando a inclusão do nome da executada nos cadastros de inadimplentes (SPC/SERASA), conforme autoriza o art. 782, § 3º, do CPC.

No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, devendo requerer o que entender de direito.

Intime-se.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se.

Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.

JORGE IAFELICE DOS SANTOS

JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 425326 Nr: 7526-17.2009.811.0003

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ESCOLA CENECISTA 13 DE JUNHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): VALERIA BISPO DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DARA JOSISLENY PEIXOTO DANTAS - OAB:OAB/DF35.352, GERFÂNIA DO SOCORRO DAMASCENO DA SILVA - OAB:17.552/GO, INAIARA SILVA TORRES - OAB:29.439/DF

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o patrono da parte autora, para se manifestar sobre folhas 155/156, bem como, indicar a localização de bens penhoráveis, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 372388 Nr: 826-30.2006.811.0003

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CHEMINOVA BRASIL LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ROMILDO LUIS FADANELLI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO UMBERTO LUCHESI - OAB:76458/SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ILDO ROQUE GUARESCHI - OAB:5417-B/MT, SERGIO HENRIQUE GUARESCHI - OAB:9724-B/MT

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, DESIGNANDO os dias 28/01/2020 (1ª Praça) e 04/02/2020 (2ª Praça), para realização dos leilões, das 07:00 (sete horas) as 17:00 (dezessete horas) .

Certifico ainda que, os referidos leilões serão realizados Através do site www.portalax.com.br. via eletrônica, por meio da plataforma de leilões própria, conforme especificado pelo Leiloeiro Público na petição juntada à folha nº 141.

Intimação das Partes

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 709742 Nr: 4680-22.2012.811.0003

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CENTRO OESTE DISTRIBUIDORA DE CARNES LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CASA DE CARNE AVENIDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DUILIO PIATO JUNIOR - OAB:OAB/MT3719

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS HENRIQUE MAGALHÃES FERNANDES - OAB:18804/O, DANIELA CABETTE DE ANDRADE - OAB:9889-B/MT

Certifico e dou fé que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, DESIGNANDO os dias 28/01/2020 (1ª Praça) e 04/02/2020 (2ª Praça), para realização dos leilões, das 07:00 (sete horas) as 17:00 (dezessete horas) .

Certifico ainda que, os referidos leilões serão realizados Através do site www.portalax.com.br. via eletrônica, por meio da plataforma de leilões própria, conforme especificado pelo Leiloeiro Público na petição juntada à folha nº 141.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 406130 Nr: 1849-40.2008.811.0003

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: RANDON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): MAURO FELIPE QUIROGA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELE IZAURA DA SILVA CAVALLARI REZENDE - OAB:6057/MT, JACKSON NICOLA MAIOLINO - OAB:17147/O, PATRICIA BIONDO - OAB:51346/RS, ROBERTA BASSO CANALE - OAB:47034/RS

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

INTIMAÇÃO do procurador da parte autora que os autos encontram-se com vistas.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Jorge Iafelice dos Santos

Cod. Proc.: 739920 Nr: 1926-39.2014.811.0003

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: LUIS PAULO SOUZA ORLATO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELETRICAS MATOGROSSENSES S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO FIGUEIREDO MARQUES - OAB:OAB/MT13.772

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAYARA BENDÔ LECHUGA

GOURLART - OAB:OAB /M 20.191-A
Autos n.º 739920 – Cumprimento de Sentença
Vistos etc.
Defiro o requerimento retro e, para tanto, determino o levantamento da importância depositada na espécie, mediante a expedição dos competentes alvarás, em favor dos credores, conforme postulado.
Após, em face do adimplemento da obrigação, cujo cumprimento foi requestado neste feito, determino seu arquivamento, mediante as cautelas de estilo.
Intimem-se.
Expeça-se o necessário
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 727459 Nr: 8333-95.2013.811.0003
AÇÃO: Exibição->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FLORIANA DE SOUZA SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ETAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO RICARDO FILIPAK - OAB:OAB/MT 11.551
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NEIDER PEREIRA DE MACEDO - OAB:MG 108.593
Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de fl. 140.Destarte, autorizo o levantamento da importância depositada à fl. 138, em favor do credor, mediante a expedição do competente alvará.Após, em face do adimplemento da obrigação, cujo cumprimento foi requestado neste feito, determino seu arquivamento, mediante as cautelas de estilo.Intime-se.Expeça-se o necessário.Cumpra-se.Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.JORGE IAFELICE DOS SANTOSJUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 729277 Nr: 9972-51.2013.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JORCELINA BARBOSA VILELA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDOMIRO ALVES PEQUENO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDIVILSON JOSE GUIMARÃES - OAB:MT/6.534
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GILMAR D`MOURA - OAB:MT/5.681, MAURICIO CASTILHO SOARES - OAB:MT/11.464, WELITON WAGNER GARCIA - OAB:12458
Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte autora, para se manifestar acerca do ofício de folha 234, no prazo legal, requerendo, para tanto, o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 704074 Nr: 12051-71.2011.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AHMAD CHAOUKI KHALIL ZAHER
PARTE(S) REQUERIDA(S): SILVANA MARIA CETOLIN FERRARI PAULISTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE APARECIDO ALVES PINTO - OAB:4738/MT, SEBASTIÃO PAULA DO CANTO JÚNIOR - OAB:OAB/MT 7129 - B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ZAID ARBID filho - OAB:MT/1822A
Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte autora, para manifestar-se sobre a diligência Negativa do Oficial de Justiça fls.359/360, requerendo o que entender de direito, no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 712639 Nr: 7715-87.2012.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DUILIO PIATO JUNIOR
PARTE(S) REQUERIDA(S): SADI LUIZ PICCINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DUILIO PIATO JUNIOR - OAB:OAB/MT3719
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LORIVALDO FERNANDES STRINGHETA - OAB:3517/MT
Autos n.º 712639 – Cumprimento de Sentença
Vistos etc.
Tendo em vista a certidão retro, defiro o requerimento de fls. 208/209 e determino o levantamento da importância depositada na espécie, mediante a expedição do competente alvará, em favor da parte credora.
Após, em face do adimplemento da obrigação, cujo cumprimento foi requestado neste feito, determino seu arquivamento, mediante as cautelas de estilo.
Intimem-se.
Expeça-se o necessário
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 33733 Nr: 8414-74.1995.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GILBERTO FLAVIO GOELLNER
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTANISLAU WELFER, EDI CHINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDIR BRAGA JUNIOR - OAB:MT/4735
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Autos n.º 33733 – Execução
Vistos etc.
Indefiro o pedido de indisponibilidade de bens através do Sistema CNIB – Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, pois não há previsão legal para a indisponibilidade de bens da parte devedora em feitos executivos de título extrajudicial ou pedido de cumprimento de sentença.
Saliento que, conforme Provimento nº 39/2014 do CNJ, que instituiu a Central Nacional de Indisponibilidade de Bens, esta só pode ser utilizada nas hipóteses previstas nos seguintes dispositivos legais e constitucionais: CF, art. 37, § 4º; Lei 6.024/1974, art. 36; Lei 8.397/1992, art. 4º; CTN, art. 185-A; Lei 8.429/1992, art. 7º; CPC, arts. 752, 796 a 812; Lei 11.101/2005, art. 82, § 2º e art. 154, § 5º; CLT, art. 889; Lei 9.656/1998, art. 24-A; Lei 8.443/1992, art. 44, § 2º; Lei Complementar 109/2001, art. 59, §§ 1º e 2º, art. 60 e art. 61, § 2º, II; e Decreto 4.942/2003, art. 101. E em nenhuma dessas situações se enquadra a presente lide.
No mais, intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, promover o andamento do feito, devendo requerer o que entender de direito.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Jorge lafelice dos Santos
Cod. Proc.: 787143 Nr: 9048-69.2015.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CREDITO POUPANÇA E INVESTIMENTO DO SUL DE MATO GROSSO - SICREDI SUL MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERMANO RIBEIRO NUNES DOS SANTOS, ESPOLIO DE ROSIMEIRE CRISTINA VIDOVIX, GERMANO HENRIQUE VIDOVIX NUNES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KASSIO BARBOSA DA SILVA - OAB:MT-15.562/0, LEONARDO SANTOS DE RESENDE - OAB:MT 6358-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DARCI CRISTIANO DE

OLIVEIRA - OAB:7313 OAB/MS
Autos n.º 787143 – Execução
Vistos etc.
Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se quanto ao petitório retro, devendo requerer o que entender de direito.
Intime-se.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 770700 Nr: 2486-44.2015.811.0003
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SOCIEDADE IMPRESSORA SOUZA LTDA - JORNAL A TRIBUNA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JORGE AMERICO TAVARES CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDNALDO DE CARVALHO AGUIAR - OAB:3179/MT, GABRIEL RAPOSO DE MEDEIROS AGUIAR - OAB:15614/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JUSSIANNEY VIEIRA VASCONCELOS - OAB:11.287 - MT
Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO o procurador da parte autora, para se manifestar sobre folha 53, no prazo legal, requerendo, para tanto, o que entender de direito.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 773106 Nr: 3624-46.2015.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VERA LUCIA RAMALHO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): FENIX IMOBILIARIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEYSE DAYANE ROCHA NUNES - OAB:OAB/MT 17.292
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALI VEGGI ATALA - OAB:OAB/MT 24.793, DANILO PIRES ATALA - OAB:6062
Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO os procuradores das partes, para manifestarem no prazo legal acerca do retorno deste feito do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 781680 Nr: 6854-96.2015.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ILSON PEREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): OI S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Almir M. Gimenez - OAB:OAB/MT 10.083
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENNER B MASCARENHAS BARBOSA - OAB:13.245-A
Certifico que, em cumprimento ao Artigo 203, § 4º do NCPC, bem como, ao Capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, IMPULSIONO os presentes autos, INTIMANDO os procuradores das partes, para manifestarem no prazo legal acerca do retorno deste feito do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge Iafelice dos Santos
Cod. Proc.: 797104 Nr: 13158-14.2015.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARILE SOARES
PARTE(S) REQUERIDA(S): ENERGISA MATO GROSSO-DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALAN SALVIANO DOS SANTOS - OAB:12851-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAYARA BENDÔ LECHUGA GOULART - OAB:OAB/MT 20.191-A
Autos n.º 797104 – Cumprimento de Sentença
Vistos etc.
Defiro o requerimento de fl. 173 e determino o levantamento da importância depositada na espécie, mediante a expedição do competente alvará, em favor da parte credora.
Após, em face do adimplemento da obrigação, cujo cumprimento foi requestado neste feito, determino seu arquivamento, mediante as cautelas de estilo.
Intimem-se.
Expeça-se o necessário
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

Intimação das Partes
JUIZ(A): Jorge Iafelice dos Santos
Cod. Proc.: 819701 Nr: 2802-23.2016.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CARLOS CELÇO PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): EXCELSIOR SEGUROS, LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ FERNANDO INDIO SOUZA - OAB:18820
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736/O
Autos n.º 819701 – Cumprimento de Sentença
Vistos etc.
Tendo em vista a decisão proferida em Superior Instância (fls. 155/158), defiro o pedido retro e determino o levantamento da importância depositada na espécie (fl. 160/160v), em favor da executada, mediante a expedição do competente alvará.
Após, arquivem-se, mediante as cautelas de estilo.
Intime-se.
Expeça-se o necessário
Cumpra-se.
Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019.
JORGE IAFELICE DOS SANTOS
JUIZ DE DIREITO

3ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1011974-64.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA RAFAELLA MONTEIRO DE BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDALVA VARELA DA SILVA OAB - MT20260/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA NOSSA SENHORA APARECIDA (RÉU)

Certifico que deixei de expedir citação para a parte requerida tendo em vista não constar endereço para expedição do mandado/carta de citação, tampouco haver determinação diversa no despacho inicial. Deixei também de citar os confinantes, que além de não estarem cadastrados no sistema, não possuem qualificação completa (CPF de todos e CEP da confinante Nair) para o cadastro. Impulsiono os autos a fim de intimar o advogado da parte autora para trazer todos os dados (em apenas uma petição) para que possa ser efetivada a expedição de das citações.

Intimação Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1002693-89.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTADORA CZM LTDA (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JUNIOR OAB - MT3876/O (ADVOGADO(A))
APERLINO LOUREIRO NETO OAB - MT0015612A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
REINALDO AMERICO ORTIGARA OAB - MT9552-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da legislação vigente, impulsiono estes autos a fim de intimar a parte APELADA para apresentar contrarrazões, no prazo legal, ao recurso de Apelação interposto tempestivamente.

Expediente

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 758002 Nr: 12128-75.2014.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NELSON SILVEIRA CARVALHO, MARA ALZIRA FERRAZ CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADÉLIA DE JESUS FONTOURA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SEBASTIAO GERALDO DE LIMA - OAB:OAB/MT-6256
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEIR ALEXSANDER FRODER - OAB:MT/9699, DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS - OAB:23352/MT, PRISCILLA PEREZ GOES - OAB:OAB/MT14641
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) DANIELLY CRISTINA ROCHA CAMPOS, para devolução dos autos nº 12128-75.2014.811.0003, Protocolo 758002, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adoção das medidas cabíveis.

Citação

Citação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1011974-64.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA RAFAELLA MONTEIRO DE BARROS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDALVA VARELA DA SILVA OAB - MT20260/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IMOBILIARIA NOSSA SENHORA APARECIDA (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE RONDONÓPOLIS 3ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 2.299, TELEFONE: (65) 3410-6100, JARDIM GUANABARA, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI PROCESSO n. 1011974-64.2019.8.11.0003 Valor da causa: R$ 80.000,00 ESPÉCIE: [USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA]->USUCAPIÃO (49) POLO ATIVO: Nome: BARBARA RAFAELLA MONTEIRO DE BARROS POLO PASSIVO: Nome: IMOBILIARIA NOSSA SENHORA APARECIDA CITANDO: RÉUS AUSENTES, INCERTOS, DESCONHECIDOS E EVENTUAIS INTERESSADOS FINALIDADE: CITAÇÃO dos réus ausentes, incertos, desconhecidos e eventuais interessados, na forma do art. 259, I e §4º do art. 1.071, ambos do NCPC, dos termos da presente ação de usucapião do imóvel adiante descrito e caracterizado, consoante consta da petição inicial, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da expiração do prazo deste edital, apresentarem resposta, querendo, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na peça vestibular. DESCRIÇÃO DO IMÓVEL USUCAPIENDO: Ação de usucapíão do seguinte imóvel usucapiendo: uma área de 178,08 m², formado por parte da matrícula nº 82.735 e parte da matrícula nº 80.487, caracterizado lote nº 16/17, localizado na quadra 08, loteamento Nossa Senhora Aparecida, Zona Urbana de Rondonópolis/MT, dentro dos seguintes limites e confrontações: Frente: para rua Pernambuco, com 8,00 metros; Fundos: para parte do lote 15, com 6,95metros; Lado direito: para o lote nº 18, com 24 metros; Lado esquerdo: fundos dos lotes 16 e 17 DECISÃO: id. 24688091 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é contado do término do prazo deste edital. 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). Eu, THAYSA MONTEIRO DAMASCENO, digitei. RONDONÓPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Citação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1004666-74.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ILDESI RITA DE SOUZA (AUTOR(A))
LEONIDAS SOARES CAMPOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DENISVALDO SILVA JARDIM OAB - MT0008183S-O (ADVOGADO(A))
VIRIATO BISPO SEABRA OAB - MT0011061S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Espólio de JOSÉ SALMEN HANZE (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
JUPIA DE OLIVEIRA MESTRE OAB - 023.005.911-20 (REPRESENTANTE)
Outros Interessados:
HONORIA CANUTA (CONFINANTES)
HUSSEIN YBRAHIM CHARANEK (CONFINANTES)
Espólio de JOSÉ SALMEN HANZE (CONFINANTES)
JOSE EDVALDO DE AMORIM (CONFINANTES)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE RONDONÓPOLIS 3ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS RUA BARÃO DO RIO BRANCO, Nº 2.299, TELEFONE: (65) 3410-6100, JARDIM GUANABARA, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI PROCESSO n. 1004666-74.2019.8.11.0003 Valor da causa: R$ 67.659,88 ESPÉCIE: [USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA]->USUCAPIÃO (49) POLO ATIVO: Nome: LEONIDAS SOARES CAMPOS Nome: ILDESI RITA DE SOUZA POLO PASSIVO: Nome: Espólio de JOSÉ SALMEN HANZE Nome: JUPIA DE OLIVEIRA MESTRE FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DO POLO PASSIVO, acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. IMÓVEL USUCAPIENDO: imóvel descrito com os

seguintes limites e confrontações: Frente: Para a Rua Sete de Setembro, medindo 7,50m. Fundos: Confrontando com parte do Lote nº 07, com 7,50m. Lado Direito: Confrontando com o Lote nº 1-A, medindo 15,00m e para com o Lote nº 1-B, medindo 22,50m. Lado Esquerdo: Confrontando com o Lote nº 2-B, medindo 37,50m. DECISÃO: ID. 24723014 ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é contado do término do prazo deste edital. 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). Eu, THAYSA MONTEIRO DAMASCENO, digitei. RONDONÓPOLIS, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009389-73.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO MIO FERNANDES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ROSENILDA PEREIRA DO LAGO OAB - MT23616/O (ADVOGADO(A))
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT0011551S-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI

.Processo nº 1009389-73.2018.8.11.0003. Vistos etc. A requerida alega em preliminar, a falta de interesse de agir em face da pendência do pedido administrativo. É sabido, que o interesse de agir diz respeito ao binômio necessidade-adequação, sendo que a necessidade está relacionada ao fato de a parte ter de submeter a questão à análise do Poder Judiciário para ver satisfeita a sua pretensão, ao passo que a adequação refere-se à utilização de meio processual apto à solução da lide. Sobre o tema, assim leciona Humberto Theodoro Júnior: "Localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo como remédio apto à aplicação do direito objetivo no caso concreto, pois a tutela jurisdicional não é jamais outorgada sem uma necessidade, como adverte Allorio. Essa necessidade se encontra naquela situação que nos leva a procurar uma solução judicial, sob pena de, se não fizermos, vermo-nos na contingência de não podermos ter satisfeita uma pretensão" (in "Curso de Direito Processual Civil", 15 ed., Forense, v. 1, pág. 56). Com efeito, o STF, quando do julgamento do RE 839314, nos termos do voto do eminente Ministro Luiz Fux, assim deixou assentado, apensas acerca da necessidade do requerimento prévio administrado como condição para o acesso ao Judiciário, não sendo prescindível o deferimento ou não do pedido. Veja: "(...) O estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no art. 5.º, XXXV da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejar a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03.09.14, conforme se pode destacar do seguinte trecho da manifestação do referido julgado: "A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo (...)." (data do julgamento: 10/10/2014). No caso dos autos, a parte autora demonstrou ter requerido administrativamente o pagamento da indenização correspondente ao seguro DPVAT solicitado na inicial, tendo inclusive a demandada contestado a ação. Assim, entende-se que há interesse de agir superveniente. Portanto, não se há de falar em carência de ação. Nesse sentido: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INTERESSE DE AGIR SUPERVENIENTE - EXISTÊNCIA - LAUDO PERICIAL - FALTA DE PROVA DO NEXO CAUSAL - PEDIDO JULGADO PROCEDENTE - APELAÇÃO - PEDIDO DE REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO PARA VALOR REFERENTE A REPERCUSSÃO INTENSA - NÃO CABIMENTO - AUSÊNCIA DA AMPARO LEGAL - RECURSO JULGADO NOS LIMITES DO REQUERIDO PELA PARTE - NÃO PROVIMENTO. Para a propositura de ação de cobrança de indenização correspondente a seguro DPVAT faz-se necessária a comprovação de prévio pedido administrativo à seguradora, o que se deixa de exigir se a seguradora contesta o pedido, pois surge, aí, o interesse de agir superveniente. Ao tribunal cabe decidir tão-somente o que lhe foi devolvido nos limites das razões do recurso e do pedido de nova decisão. O valor da indenização do seguro DPVAT deve observar a tabela progressiva prevista na Lei de regência, considerado o grau de invalidez." (TJMG - Apelação Cível 1.0702.13.009902-2/001, Relator(a): Des.(a) Evandro Lopes da Costa Teixeira , 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 17/12/2015, publicação da súmula em 26/01/2016).” Posto Isto, rejeito preliminar suscitada na peça defensiva. Não havendo outras preliminares a serem apreciadas ou prejudiciais que impeçam o andamento do feito, dou o processo por SANEADO. Fixo os pontos controvertidos da demanda na prova da invalidez permanente da parte requerente. Designo o dia 11 de março de 2020 às 11h50, para realização do mutirão de julgamento de processos DPVAT, no qual a parte autora será submetida à perícia médica judicial e, não obtida a conciliação, no mesmo ato será prolatada sentença. Nomeio como perito do Juízo, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC), o médico Dr. Alexander Paul Winnikow, com endereço profissional na Rua José Salmem Hanzem, nº 557, Vila Birigui, nesta cidade, CEP 78.705-057. Arbitro os honorários do perito judicial no importe de R$ 300,00 (trezentos reais). As diligências e providências necessárias para a realização do ato, bem como os honorários periciais serão arcados pela requerida. Intime a requerida para proceder o depósito do valor dos honorários periciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de não realização do mutirão. Efetivado o depósito, intime a parte autora, pessoalmente por ARMP, bem como por intermédio de seu procurador constituído, para comparecer junto ao Fórum desta Comarca às 11h00, na data aprazada, munida de todos os documentos médicos relativos à invalidez alegada (exames, atestados, imagens e etc), ainda que tais documentos já estejam nos autos. Caso a parte autora não compareça ao ato, salvo por justo motivo, o feito será sentenciado de acordo com o conjunto probatório produzido nos autos e haverá a devolução do valor depositado em favor da seguradora, em conta bancária a ser indicada. Intime as partes para indicarem assistente técnico e/ou formularem quesitos, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que o assistente deverá comparecer ao dia designado independentemente de intimação deste Juízo. Intime. Cumpra. Expeça o necessário. Rondonópolis-MT, 13 de dezembro de 2019. MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI JUÍZA DE DIREITO

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Processo Número: 1002693-89.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
TRANSPORTADORA CZM LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JUNIOR OAB - MT3876/O (ADVOGADO(A))
APERLINO LOUREIRO NETO OAB - MT0015612A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FANCAR DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
REINALDO AMERICO ORTIGARA OAB - MT9552-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI

. Processo nº 1002693-89.2016.8.11.0003. Vistos etc. Considerando o comprovante anexo, não há como determinar a compensação de valores, vez que a quantia depositada nos autos já foi levantada em favor da requerida, conforme restou determinado na r. sentença. Em relação à condenação da requerida em litigância de má-fé, registra-se que, para a incidência dessa penalidade processual, faz-se imprescindível a caracterização da atitude malévola da litigante na busca de seus interesses, comprovando que a parte tenha praticado qualquer das condutas previstas nos incisos do artigo 80, do CPC, o que no presente caso, não restou demonstrado, motivo pelo qual indefiro o pedido. Promova as anotações e alterações necessárias para conversão do pedido em cumprimento de sentença. Intime a parte executada, na pessoa de seu patrono constituído, para pagamento do débito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena da incidência da multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios de 10% (dez por cento), nos termos dos artigos 513, §2º, II e 523, §1º, do CPC. Decorrido o prazo sem o pagamento do débito, atualize-o com a incidência da multa e honorários acima fixados. Expeça mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito e caso necessário, voltem-me conclusos. Efetuado o pagamento parcial do débito, o valor da multa e dos honorários advocatícios incidirão sobre o saldo remanescente. Após o decurso do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias, para, querendo, o devedor apresente impugnação, nos termos do artigo 525, do CPC. Formalizada a constrição judicial, intime o devedor, por meio de seu patrono constituído e caso não possua, intime-o via ARMP. Intime. Cumpra. Expeça o necessário. Rondonópolis-MT, 13 de dezembro de 2019. MILENE APARECIDA PEREIRA BELTRAMINI JUÍZA DE DIREITO

4ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1009306-57.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FAUSTO RODRIGUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO LEITAO BARROS OAB - MG120208 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL COSMOS DA SILVA NETO (REQUERIDO)
JOSE CARLOS ROVERI - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALBERTO PERGO CHILANTE OAB - MT0012995S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RENAN CARLOS LEAO PEREIRA DO NASCIMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS DESPACHO Processo: 1009306-57.2018.8.11.0003. REQUERENTE: FAUSTO RODRIGUES DA COSTA REQUERIDO: JOSE CARLOS ROVERI - ME, MANOEL COSMOS DA SILVA NETO Vistos e examinados I - Considerando o teor da certidão de id. 27282751, a qual informa que não fora expedido o mandado de citação para a testemunha, hei por bem, redesignar o presente ato para o dia 18/02/2020 às 14h00minh. II - Expeça-se, mandado de intimação para a testemunha, conforme endereço indicado na peça id: 23860822. III - Comunique-se o juízo deprecante. Saem os presentes intimados. V Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-96 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA
Processo Número: 1000996-28.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
UNI CONSTRUTORA LTDA - EPP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIELE ANICESIO DE OLIVEIRA OAB - MT23936/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GARDENIA VITURINO LIRA (RÉU)
WILKSON VITURINO LIRA (RÉU)

INTIMAÇÃO do Advogado da parte Autora para no prazo de cinco, (05) dias efetuar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, através do seguinte caminho: site do Tribunal de Justiça-Serviços-Guias-Diligências-Emissão de guias, devendo informar a numeração única e o endereço da diligência. Após deverá anexar aos autos a guia e o comprovante de seu pagamento.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005112-48.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIZA SOUSA DUTRA RIVELO (EXEQUENTE)
REGINALDO RIVELO DO CARMO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO SOUSA DUTRA OAB - MT0005809A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JUPIA DE OLIVEIRA MESTRE (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE AUTORA, PARA NO PRAZO DE 10 DIAS, IMPRIMIR E DAR CUMPRIMENTO À CARTA DE ADJUDICAÇÃO. APÓS ESSE PRAZO OS AUTOS SERÃO REMETIDOS AO ARQUIVO.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015621-67.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JAIR DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE EDUARDO MIRANDA OAB - MT5023-O (ADVOGADO(A))
LARAH BEATRISSIA QUEIROZ OLIVEIRA OAB - MT8126-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SABRINA FERREIRA DE SOUZA (RÉU)
MARCO AURELIO DOMINGUES MAZZI (RÉU)

INTIMAÇÃO do Advogado da parte Autora para no prazo de cinco, (05) dias efetuar o pagamento da diligência do Oficial de Justiça, para a citação dos requeridos e para o cumprimento da liminar em outra comarca, através do seguinte caminho: site do Tribunal de Justiça-Serviços-Guias-Diligências-Emissão de guias, devendo informar a numeração única e o endereço da diligência. Após deverá anexar aos autos a guia e o comprovante de seu pagamento.

Intimação Classe: CNJ-287 IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO
Processo Número: 1001287-62.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
AMW AGROPECUARIA LTDA (IMPUGNANTE)
FERTIMIG FERTILIZANTES LTDA (IMPUGNANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS OAB - MT7680-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DA AMAZONIA SA (IMPUGNADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELISANGELA HASSE OAB - MT8689-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
EDGAR PACHECO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
EDGAR PACHECO E SOUZA DA SILVA OAB - MT15007-B (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS SENTENÇA Processo: 1001287-62.2018.8.11.0003. IMPUGNANTE: FERTIMIG FERTILIZANTES LTDA, AMW AGROPECUARIA LTDA IMPUGNADO: BANCO DA AMAZONIA SA Vistos e examinados. AMW AGROPECUÁRIA LTDA e FERTIMIG FERTILIZANTES LTDA – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL ingressaram com a presente IMPUGNAÇÃO DE CRÉDITO em face de BANCO DA AMAZÔNIA. Relataram as impugnantes,

em apertada síntese, que os créditos decorrentes da ACC de nº 131894559 foram excluídos do quadro geral de credores pelo Administrador Judicial; e que os mesmos devem ser incluídos na recuperação judicial em homenagem ao princípio da preservação da empresa. Após o regular processamento o feito foi sentenciado, tendo sido confirmada a exclusão efetivada pelo Administrador Judicial. O impugnado BANCO DA AMAZÔNIA apresentou EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, requerendo a majoração dos honorários sucumbências, fixados em R$2.000,00, para a quantia correspondente a 10% a 20% do valor da causa. As impugnantes também apresentaram EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, postulando pela reinclusão do crédito. Nesse ínterim foi proferida decisão de mérito no RAI 1005808-25.2019, onde o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, em caso semelhante, determinou a reinclusão de crédito da mesma espécie (decorrentes de ACC) na lista de credores das impugnantes. Colaciono: "RAI 1005808-25.2019.8.11.0000 AGRAVANTE: FERTIMIG FERTILIZANTES LTDA e AMW AGROPECUÁRIA LTDA AGRAVADA: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (...) De fato, os créditos decorrentes de adiantamento de contrato de câmbio não estão sujeitos à recuperação judicial, nos termos do art. 49, §4º, e art. 36, inciso II, ambos da Lei de Recuperação Judicial, in verbis: "Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...) § 4º Não se sujeitará aos efeitos da recuperação judicial a importância a que se refere o inciso II do art. 86 desta Lei." (...) "Art. 86. Proceder-se-á à restituição em dinheiro: (...) II – da importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação, na forma do art. 75, §§ 3o e 4o, da Lei no 4.728, de 14 de julho de 1965, desde que o prazo total da operação, inclusive eventuais prorrogações, não exceda o previsto nas normas específicas da autoridade competente;" Todavia, a sua exclusão importaria no comprometimento das atividades empresariais das agravantes, principalmente quanto ao capital disponível para o plano de recuperação judicial, de modo que devem permanecer à disposição da recuperanda até o esgotamento do período de suspensão da exigibilidade. No mesmo sentido, colhem-se precedentes desta Corte Estadual. In verbis: AGRAVO DE INSTRUMENTO – PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – LEVANTAMENTO DE VALORES DEPOSITADOS EM JUÍZO A FAVOR DE EMPRESAS RECUPERANDAS - POSSIBILIDADE – COMPROVAÇÃO DA UTILIZAÇÃO DO VALOR BLOQUEADO PARA O IMPLEMENTO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL - INEXISTÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 66 DA LEI Nº 11.101/2005 – VALORES NECESSÁRIOS A PRESERVAÇÃO DA EMPRESA – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. A manutenção do bloqueio dos valores destinados à manutenção das necessidades da atividade produtiva da empresa em recuperação judicial viola o princípio da preservação da empresa, colocando em risco a recuperação judicial. (AI 180478/2015, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 24/01/2017, Publicado no DJE 27/01/2017). RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – BUSCA E APREENSÃO – BENS ESSENCIAIS ÀS ATIVIDADES DA EMPRESA - PRAZO DE BLINDAGEM EM VIGÊNCIA E ASSEMBLÉIA PARA APROVAÇÃO DO PLANO AINDA NÃO REALIZADA – RECURSO PROVIDO. Conforme orientação emanada do Superior Tribunal de Justiça, como também deste Egrégio Tribunal, os bens considerados essenciais à atividade recuperanda, poderão permanecer na posse da empresa até o encerramento do prazo de blindagem de 180 dias de que dispõe o artigo 6º, § 4º da Lei de nº. 11.101/2005. (AI 135611/2016, DESA. SERLY MARCONDES ALVES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 15/02/2017, Publicado no DJE 20/02/2017). Dispositivo. Ante o exposto, CONHEÇO do recurso e DOU-LHE PROVIMENTO, para determinar a reinclusão dos créditos referentes aos contratos de nº 130323335, 129842444 e 129899033. É como voto. Data da sessão: Cuiabá-MT, 14/08/2019. Desembargador Dirceu dos Santos". Deste modo, considerando o teor da v. decisão proferida pela Instância Superior no RAI 1005808-25.2019, aplicável ao presente caso, por ter sido proferida em Impugnação de Crédito apensa ao mesmo processo de Recuperação Judicial, RECEBO e DOU PROVIMENTO aos embargos de declaração das impugnadas, para, assim como decidiu do Egrégio Tribunal de Justiça, determinar a reinclusão do crédito objeto da lide na lista de credores do processo de recuperação judicial. De igual forma, RECEBO e DOU PROVIMENTO aos embargos de declaração da parte impugnada, na medida em que a recente orientação do Egrégio Tribunal de Justiça é no sentido de que os honorários sucumbenciais não podem ser fixados em quantia certa. Colaciono: "EMBARGOS DECLARATÓRIOS – APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – CONCOMITÂNCIA DA AÇÃO DE EXECUÇÃO – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – AUTONOMIA NO ARBITRAMENTO DESDE A SOMA NÃO ULTRAPASSE O LIMITE LEGAL - ERRO MATERIAL – CORREÇÃO – INCIDÊNICA SOBRE O VALOR ATUALIZADO DA CAUSA – RECURSO ACOLHIDO. (...) 3. Embargos acolhidos para manter a fixação dos honorários sucumbenciais nos embargos à execução em 10% sobre o valor atualizado da causa". (N.U 0015531-90.2014.8.11.0055, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO DE MORAES FILHO, Segunda Câmara de Direito Privado, Julgado em 17/04/2019, Publicado no DJE 24/04/2019). "APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO – NULIDADE DA CITAÇÃO – FÉ PÚBLICA DA CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA – INEXISTÊNCIA DE PROVA EM SENTIDO CONTRÁRIO – VALIDADE DA CITAÇÃO CONFIGURADA - PRESCRIÇÃO – INOCORRÊNCIA - CITAÇÃO VÁLIDA QUE INTERROMPE O PRAZO PRESCRICIONAL – NOVA AVALIAÇÃO – NECESSIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – REDUÇÃO IMPOSSIBILIDADE – RECURSO DA EMBARGANTE DESPROVIDO – RECURSO DO EMBARGADO DESPROVIDO. (...) 4. Na hipótese, a verba sucumbencial deveria ter sido arbitrada com base no valor atualizado da causa, que evidentemente ultrapassaria o montante fixado de R$ 15.000,00 (quine mil reais), tendo em vista que à época do ajuizamento destes embargos à execução o valor da causa equivalia a R$ 445.482,32 (quatrocentos e quarenta e cinco mil quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e dois centavos)." (N.U 0040753-34.2016.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SERLY MARCONDES ALVES, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 27/02/2019, Publicado no DJE 07/03/2019). "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO PROCEDENTES – EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO – CONDENAÇÃO ÀS CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA NÃO APRECIADO NA ORIGEM – PAGAMENTO DO PREPARO – IMPOSSIBILIDADE DE ARCAR COM AS VERBAS DE SUCUMBÊNCIA – NÃO COMPROVAÇÃO – APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA ISENÇÃO CONCEDIDA AOS PORTADORES DE DOENÇAS GRAVES – ART. 6º, XIV DA LEI N. 7.713/1988 – DESCABIMENTO – EXECUÇÃO DE SENTENÇA COLETIVA – REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS – INVIABILIDADE – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. (...) 5. De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, na hipótese de procedência no julgamento dos embargos à execução, devem ser fixados honorários advocatícios entre 10% e 20%, tomando-se como base de cálculo o valor da execução.6. Hipótese em que, considerados os valores da causa atribuídos à execução e aos embargos no caso concreto, a aplicação dos percentuais mínimos sobre quaisquer dessas bases de cálculo superaria em muito a quantia fixada na sentença a título de horários sucumbenciais, não sendo admitido a reformatio in pejus." (N.U 0008353-69.2013.8.11.0041, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PÚBLICO, MARIA APARECIDA RIBEIRO, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Julgado em 16/04/2019, Publicado no DJE 25/04/2019). Seguindo tal orientação, fixo os honorários sucumbenciais em 10% do valor atualizado da causa, haja vista o teor do artigo 85ss do CPC e da jurisprudência dominante no E. TJ/MT, devendo ser pagos pela parte impugnada à impugnante, haja vista a modificação do julgado. Intime-se a todos desta decisão. Intime-se o Administrador Judicial para as providências devidas. Notifique-se o Ministério Público. Após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, arquive-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Juiz(a) de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 403819 Nr: 17340-24.2007.811.0003

AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO SISTEMA S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): GRAFICA MODELO LTDA, JULIO CESAR DO NASCIMENTO, MARCIO ROGERIO BERTONI, DULCELINA SILVA NASCIMENTO, JOÃO BATISTA DE OLIVEIRA, CARLOS CEZAR BERTONI, SHEILA DAL BÓ, SIMONE DAL BÓ, SOUVENIR DAL' BÓ JUNIOR, MICHEL DAL' BÓ

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDA TORRES HOLLERBACH - OAB:RJ 189513, DIOGO REZENDE DE ALMEIDA - OAB:OAB/RJ

123.702, JACQUES FELIPE ALBUQUERQUE RUBENS - OAB:RJ 208.019, JOÃO MENDES DE OLIVEIRA CASTRO - OAB:RJ 134.474

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JUNIOR - OAB:3876/MT, ILDO ROQUE GUARESCHI - OAB:5417-B/MT, MANOEL ORNELLAS DE ALMEIDA - OAB:OAB/MT 2030, RAFAEL CESAR DO NASCIMENTO - OAB:16056 OAB/MT, RONALDO BATISTA ALVES PINTO - OAB:7556-B/MT, TELMA RACHEL CANDIL - OAB:OAB/MT 10.292-A, THALLES REZENDE LANGE DE PAULA - OAB:11922/MT, WELLINGTON GOMES DA SILVA BASTOS - OAB:8862/MT

CERTIFICO que, nesta data, habilitei a Dra. Telma Rachel Candil, OAB-MT10.292, como patrona dos autos da executada Simone Dal Bo.Diante disso, refaço a intimação da decisão proferida no dia 11/11/2019, em fls. 1.150/1.151, nos termos seguintes:" DECIDO 01 - DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Em face da decisão proferida houve a interposição de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO pelos executados SHEILA DAL BO e MICHEL DAL BO, onde afirmam que houve omissão, vez que o juízo não apreciou o seu pedido de intimação do exequente para informar se houve quitação parcial do débito exequendo pelos executados em razão dos quais houve a desistência da execução; bem como acerca do seu requerimento de manutenção de tais executados no polo passivo da lide, para exercício do direito de sub-rogação. (...) Isto posto, DOU PARCIAL PROVIMENTO AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, tão somente para determinar a intimação do exequente e dos executados para os quais a ação foi extinta por desistência, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, informem se houve a realização de pagamento parcial do débito exequente, discriminando datas e valores. 02 – DOS HONORÁRIOS PERICIAIS. (...)Deste modo, homologo a proposta de honorários apresentada, e determino a intimação do exequente para que, no prazo de 05 dias, efetue o depósito dos honorários periciais, sob pena de preclusão da perícia e consideração dos cálculos apresentados pelos executados. Registro, por fim, que não há que se falar em suspensão da realização da perícia, na medida em que não aportou aos autos nenhuma decisão de Instância Superior que tivesse atribuído efeito suspensivo à decisão anteriormente proferida por este Juízo. 03 – DO PEDIDO DE NOVA PENHORA. Deixo de apreciar, por ora, os pedidos de novas penhoras, formulados pelo exequente, determinando que se aguarde a realização da prova pericial deferida, quando então será apurado o real valor do débito exequendo e existirão elementos suficientes para evidenciar a necessidade (ou não) da penhora de outros bens.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 854345 Nr: 1196-23.2017.811.0003

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JÚLIA COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA, GLAUCIA ALBUQUERQUE BRASIL

PARTE(S) REQUERIDA(S): FRIBON TRANSPORTES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAUCIA ALBUQUERQUE BRASIL - OAB:OAB MT-13.810, REINALDO CAMARGO DO NASCIMENTO - OAB:2198/RO

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON MENDES DO NASCIMENTO - OAB:OAB/MT 16.221-A

CERTIFICO QUE OS AUTOS ENCONTRAVAM-SE EM CARGA DO DIA 14/11/2019 AO DIA 11/12/2019. DIANTE DISSO, REFAÇO A INTIMAÇÃO DE FL. 89 PARA A DRA. GLÁUCIA ALBUQUERQUE BRASIL:"Intimação da parte exequente para, no prazo legal manifestar-se quanto á impugnação ao cumprimento de sentença de fls 76/87."

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 781774 Nr: 6894-78.2015.811.0003

AÇÃO: Desapropriação->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONCESSIONÁRIA ROTA DO OESTE S/A, AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT

PARTE(S) REQUERIDA(S): RUMO S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA DO AMARAL LEÃO - OAB:OAB/MG 119614, FLAVIO FERNANDES DOMINGOS DE SIQUEIRA - OAB:MT/10.094, MARCELO ALEXANDRE OLIVEIRA DA SILVA - OAB:OAB/MT14039, USSIEL TAVARES DA SILVA FILHO - OAB:OAB/MT 3.150-A, VITOR DE OLIVEIRA TAVARES - OAB:OAB/MT 15.300

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAIO NOROEL MATSUOKA DE OLIVEIRA - OAB:24669/O, CAROLINI PASTRI PINTO REINAS - OAB:317.728/SP, TAINÁ GALVANI BUZO - OAB:406416

Nos termos da legislação vigente IMPULSIONO os autos para intimar o advogado Dr. CAIO NOROEL MATSUOKA DE OLIVEIRA, OAB/MT 24.669, para no prazo de 03 (três) dias, DEVOLVER em cartório os autos que se encontram com carga desde o dia 02/12/2019, SOB PENA de busca e apreensão, perda do direito à vista fora de cartório, multa correspondente à metade do salário-mínimo (artigo 234, §2º do CPC), BEM COMO expedição de ofício à Ordem dos Advogados do Brasil e Delegacia Regional Central da comarca para fins de apuração do crime previsto no artigo 356 do Código Penal.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Renan C. L. Pereira do Nascimento
Cod. Proc.: 350971 Nr: 6054-20.2005.811.0003

AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOAO SOARES DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): JACO LAMBERTO VAN RIEL

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA CABETTE DE ANDRADE - OAB:9889-B/MT, NELSON PEREIRA LOPES - OAB:3951/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARTA FABIANY MESSIAS PINHEIRO DE SOUZA - OAB:34191

Vistos e examinados.
Certifique-se a Secretaria quanto ao trânsito em julgado da decisão de fls. 215/216.
Em caso positivo, DEFIRO o pedido de fl. 235, devendo ser expedido alvará para a liberação do valor indicado, observando-se as contas bancárias apresentadas.
No mais aguarde-se os demais depósitos para o fim de satisfação integral do débito.
Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 722347 Nr: 3359-15.2013.811.0003

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JACKSON LUIS SEGABINAZI TROJAN, FERNANDA SAMIRA PAYÃO FRANCO

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA SAMIRA PAYÃO FRANCO - OAB:OAB/SP239437

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:OAB/MT25136, RAFAEL SGANZERLA DURAND - OAB:12208 A

INTIMAÇÃO do patrono dos exequentes para no prazo legal manifestar sobre a petição e documentos de fls. 385/390 e requerer o que entender de direito.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1009059-42.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO RODOBENS S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFERSON ALEX SALVIATO OAB - SP236655-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSENILDA PEREIRA DO LAGO OAB - MT23616/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RENAN CARLOS LEAO PEREIRA DO NASCIMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS SENTENÇA Processo: 1009059-42.2019.8.11.0003. REQUERENTE: BANCO RODOBENS S.A. REQUERIDO: APARECIDA MARTINS DE OLIVEIRA Vistos e examinados. Deferida a busca e

apreensão, o veículo foi apreendido e a requerida, em seguida, purgou a mora, o que justificou a determinação de restituição do bem. A parte autora afirmou concordar com os valores depositados para a purgação da mora. O veículo já foi devidamente restituído para a requerida. Isto posto, autorizo a expedição de alvará para que a parte autora levante os valores depositados pela parte requerida. Com fulcro no disposto no artigo 487, inciso III, alínea "a" do CPC, decreto a extinção do processo com julgamento de mérito. Após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, incluindo-se eventuais baixas e/ou restrições, providencie-se o arquivamento dos autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e com as cautelas de estilo. Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1008901-21.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ERLY MARIA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA OLIVEIRA ALVES OAB - MT0016060A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RENAN CARLOS LEAO PEREIRA DO NASCIMENTO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE RONDONÓPOLIS SENTENÇA Processo: 1008901-21.2018.8.11.0003. REQUERENTE: ERLY MARIA DE OLIVEIRA REQUERIDO: SEGURADORA LÍDER Vistos e examinados. Cuida-se de AÇÃO DE COBRANÇA de seguro DPVAT, na qual a parte requerente pleiteia indenização junto à ré, em virtude de lesões permanentes sofridas em acidente de trânsito. Em análise do laudo pericial, restou demonstrado que a parte autora ficou parcialmente incapacitada. Quanto à porcentagem observa-se que foi quantificada em 75% do ombro direito. Assim o pagamento da indenização deverá ser adequado à extensão à lesão que acometeu a parte autora. O artigo 3º, II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/07, vigente à época do sinistro, menciona a indenização de até R$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em caso de invalidez permanente, sendo certo que a graduação da indenização deve se ater a extensão da lesão e o grau de invalidez permanente. Ademais, tal matéria restou sumulada pelo Superior Tribunal de Justiça: "a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez" (Súmula 474, STJ). Dessa forma, comprovada a invalidez permanente parcial, a seguradora deve efetuar o pagamento proporcional ao grau da lesão, nos moldes da Tabela da SUSEP. Aplicando-se o decidido tem-se que a parte autora faz jus ao seguinte valor: A) Cobertura máxima: R$ 3.375,00. B) Tipo de lesão: ombro direito (percentual aplicável segundo tabela SUSEP). C) Percentual de debilidade apurado na perícia médica realizada = 75%. Dessa forma, a demandante tem direito a receber o valor de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos). DESPESAS MÉDICAS: A parte autora juntou comprovantes de despesas médicas e hospitalares nos valores de R$ 7.000,00 (sete mil reais), R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais) e R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), consoante comprovantes juntados no Id. 15758533, motivo pelo qual deve ser deferido o ressarcimento no valor de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), devidamente corrigido com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e correção monetária pelo INPC a partir do desembolso. Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e, consequentemente, JULGO EXTINTO o feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil para condenar a parte requerida ao pagamento de R$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) ao mês a partir da citação e correção monetária pelo INPC desde o evento danoso, bem como ao ressarcimento das despesas médicas no valor de R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), devidamente corrigido com juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e correção monetária pelo INPC a partir do desembolso. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 85, § 2º do CPC. Sendo a parte autora beneficiária da justiça gratuita, determino a suspensão da exigibilidade das verbas sucumbenciais, pelo prazo de 05 (cinco) anos. Saem os presentes intimados. Após o trânsito em julgado, arquivem-se com as baixas e anotações de estilo. Cumpra-se, expedindo-se o necessário e com as cautelas de estilo. Juiz(a) de Direito

1º Juizado Especial

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016409-81.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL OLIVEIRA FAVRETTO OAB - MT15606-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDO FLORES DE SOUZA (REQUERIDO)
ALESSANDRA DE BRITO VALVERDE FLORES (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016409-81.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:APARECIDA BATISTA DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAFAEL OLIVEIRA FAVRETTO POLO PASSIVO: ALESSANDRA DE BRITO VALVERDE FLORES e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016410-66.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEIDA ANDREIA KURSCHNER OAB - MT5274/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016410-66.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:LUZIA DA SILVA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CLEIDA ANDREIA KURSCHNER POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016416-73.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEMAR PINA DE SOUZA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016416-73.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:VALDEMAR PINA DE SOUZA OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1016422-80.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO SERAFIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016422-80.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ROGERIO SERAFIM DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016426-20.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA SILVA DOS ANJOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016426-20.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:CLAUDIA SILVA DOS ANJOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016428-87.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ARLINDO BATISTA DE MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016428-87.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ARLINDO BATISTA DE MORAIS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016430-57.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA APARECIDA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016430-57.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARTA APARECIDA GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016434-94.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARINALVA RIBEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016434-94.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARINALVA RIBEIRO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016435-79.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GILBERTO RODRIGUES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016435-79.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:GILBERTO RODRIGUES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 12:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016439-19.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO LUIZ PAULA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016439-19.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:FLAVIO LUIZ

PAULA DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 13:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016441-86.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZIARIO OLIVEIRA DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016441-86.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ELIZIARIO OLIVEIRA DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 13:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016442-71.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DECIVALDO ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016442-71.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:DECIVALDO ALVES DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 19/05/2020 Hora: 13:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016444-41.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
PEDRO MARCIANO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016444-41.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:PEDRO MARCIANO DE SOUSA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 08:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016445-26.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA DE LIMA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016445-26.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANA PAULA DE LIMA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 08:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016446-11.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE SILVIO DE JESUS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016446-11.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JOSE SILVIO DE JESUS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016447-93.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TEREZA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016447-93.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARIA TEREZA FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 09:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016450-48.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
PRISCILLA DA LUZ FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016450-48.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:PRISCILLA DA LUZ FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO BRADESCO SA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 09:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016458-25.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA APARECIDA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016458-25.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARIA APARECIDA ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 09:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016459-10.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO JOAO DE ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016459-10.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:GERALDO JOAO DE ANDRADE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 10:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016460-92.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO FERREIRA DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016460-92.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JOAO FERREIRA DE JESUS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 10:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016464-32.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ALVES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016464-32.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JOSE ALVES PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 10:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016465-17.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS RANGEL ALVES ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016465-17.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:LUCAS RANGEL ALVES ROCHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 11:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016469-54.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SILMARA RIBEIRO TAVARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016469-54.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:SILMARA RIBEIRO TAVARES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 11:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de

2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016473-91.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA FERREIRA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016473-91.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:VANESSA FERREIRA SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 11:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016474-76.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016474-76.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:EDIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 12:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016476-46.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ALVARO PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016476-46.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ALVARO PEREIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 12:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016481-68.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS RODER DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS RODER DE PAULA OAB - MT23934/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016481-68.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:LUCAS RODER DE PAULA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS RODER DE PAULA POLO PASSIVO: HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 12:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016483-38.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA AMORIM DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016483-38.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANA PAULA AMORIM DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 13:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016486-90.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DIONATHAN REIS DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016486-90.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:DIONATHAN REIS DE JESUS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 13:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016489-45.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
OSEIAS CARVALHO MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016489-45.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:OSEIAS CARVALHO MARTINS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 20/05/2020 Hora: 13:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016490-30.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO ALVES CAVALCANTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016490-30.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:CICERO ALVES CAVALCANTE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 08:00 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016493-82.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUCIO VILELA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO VINICIUS DOS REIS OAB - MT17942-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016493-82.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MUCIO VILELA DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: PEDRO VINICIUS DOS REIS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 08:20 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016510-21.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA SONIA DUARTE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIELLE BARBOSA DE BRITO OAB - MT25657/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016510-21.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARIA SONIA DUARTE DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: MARIELLE BARBOSA DE BRITO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SALA DE AUDIÊNCIAS DE CONCILIAÇÃO Data: 21/05/2020 Hora: 08:40 , no endereço: RUA BARÃO DO RIO BRANCO, 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, LA SALLE II, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1016377-76.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROZENILDA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1016377-76.2019.8.11.0003. REUERENTE: ROZENILDA MARIA DA SILVA REQUERIDO: MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, ajuizada por ROZENILDA MARIA DA SILVA, por intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, em desfavor do MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS, em que pede a antecipação de tutela para compeli-los a prestar serviço público essencial à saúde e à própria vida da enferma, o qual necessita do medicamento ENOXOPARINA 40MG (UMA DOSE DIÁRIA) ATÉ O FIM DA GESTAÇÃO, devidamente prescrito pelo médico, com urgência. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. A questão posta nos autos requer profunda análise da verossimilhança do direito invocado na exordial, sendo que os elementos autorizadores da medida devem estar sobejamente provados. Por tais considerações, POSTERGO a análise do pedido liminar para, inicialmente, remeter cópia dos autos ao Núcleo de Apoio Técnico – NAT/TJMT, nos termos da orientação contida no ofício circular nº 726/2013-CGJ/CSC, a qual recomendou: "(...) o cumprimento às seguintes recomendações (...) com vistas à eficiência e à uniformização de procedimentos ligados às decisões judiciais proferidas em ações que envolvam pedidos de assistência à saúde pública: a) orientação aos magistrados para que remetam ao NAT (Núcleo de Apoio Técnico), para consulta técnica, pedidos de providências médicas, hospitalares ou farmacêuticas que não contiverem expressa e clara 'justificativa' da urgência invocada" (...). Após, voltem-me os autos conclusos. Às providências, expedindo-se o necessário. Cumpra-se com urgência. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016410-66.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEIDA ANDREIA KURSCHNER OAB - MT5274/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1016410-66.2019.8.11.0003. REQUERENTE: LUZIA DA SILVA SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Pleiteia na exordial, concessão de antecipação de tutela a fim de que a requerida proceda com a exclusão de seu nome dos Cadastros Restritivos de Crédito. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 e não incide nas hipóteses do art. 330, ambos do Código de Processo Civil. A questão posta nos autos requer profunda análise da verossimilhança do direito invocado na exordial, sendo que os elementos autorizadores da medida devem estar sobejamente provados. Quanto ao pleito de antecipação de tutela, de início, cabe destacar que não há óbice para eventual concessão de tutela antecipada no âmbito dos Juizados Especiais, consoante orienta o Enunciado nº 03 dos Juizados Especiais Estaduais e nº 26 do FONAJE

(Fórum Nacional dos Juizados Especiais). No entanto, no caso vertente, pelo que consta da exordial e documentos, não verifico a existência de prova inequívoca, para de plano conceder tal medida pleiteada, ocorrendo risco de dano irreparável se concedida, assim, POSTERGO a análise do pedido de antecipação de tutela para após a apresentação da defesa. No mais, cite(m)-se e notifique(m)-se o(a)(s) Reclamado(a)(s) de todo o teor da presente ação (cópia anexa), bem como para que compareça(m) perante este Juizado Especial Cível, no Fórum desta Comarca, em audiência designada, advertindo-o(a)(s) de que o seu não comparecimento poderá(ao) lhe(s) acarretar prejuízos, como o de serem consideradas como verdadeiras as alegações iniciais e proferido o julgamento, de plano (arts. 18, § 1º e 20 da Lei n.º 9.099/95). Notifique(m)-se o(a)(s) Reclamante(s), constando da intimação que sua(s) ausência(s) implicará(ão) extinção do feito, na forma do art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95. Às providências, expedindo-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT. RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014668-06.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SOLEMAR MAGALHAES HINCHINCK (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCINEY DE MELO QUEIROZ OAB - MT24900/O (ADVOGADO(A))
VIRIATO BISPO SEABRA OAB - MT0011061S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1014668-06.2019.8.11.0003. REQUERENTE: SOLEMAR MAGALHAES HINCHINCK REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. A parte autora formula em peça vestibular pedido de tutela de urgência para determinar que a parte ré proceda com o restabelecimento da linha telefônica (66) 99697-5295. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. No caso vertente, verifico, ainda, que não é o caso de improcedência liminar do pedido, conforme disposto no art. 334 do Código de Processo Civil. E, nos termos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, para concessão da tutela de urgência é necessário que a parte requerente apresente elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, sendo vedada tal providência quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado (art. 300, §3º, do CPC). Ato contínuo, analisando detidamente a inicial e documentos com ela acostados, verifico a presença dos requisitos para a concessão da tutela urgência. In casu, analisando detidamente a inicial e documentos com ela acostados, verifico a presença dos requisitos para a concessão da tutela provisória e ou tutela de evidência. Sendo que, alega a parte autora possuir o numero de telefone (66) 99697-5295, junto à requerida, o qual pagava mensalmente o valor médio de R$ 90,00 (noventa reais). Ocorre que, a sua fatura do mês 10/2019 veio um valor diverso do outros meses no valor de R$ 206,54 (duzentos e seis reais e cinquenta e quatro centavos). Diante disso, a requerente entrou em contato com a requerida a fim de solucionar o ocorrido, visto isso ao invés de solucionar o problema, bloquearam a linha telefônica, por este motivo se vê impossibilitado de efetuar ligação e recebe. Analisando o caso, observo que, em principio, não ocorreu quebra de contrato por parte da reclamante que autorizasse a suspensão dos serviços oferecidos pela empresa reclamada, no entanto, teve o seu serviço de telefonia móvel suspenso. De outra banda, sendo certo, ainda, que o perigo da demora que justifica a concessão de uma medida urgente resta caracterizado pelos transtornos que vem enfrentando face ao desligamento da linha telefônica de seu aparelho. Por outro lado, conceder a tutela antecipada, não acarretará prejuízos à reclamada, nem prejudicará o prosseguimento normal do litígio, pois não se trata de questão irreversível, podendo ser modificada ou revogada a qualquer tempo. Por tais considerações, por não se tratar de questão irreversível e sem prejuízo de modificação ou alteração posterior, DEFIRO A MEDIDA DE URGÊNCIA PLEITEADA, e em consequência, ANTECIPO os efeitos da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil e do art. 6º da Lei nº 9.099/95. DETERMINO, pois, conforme o disposto no art. 497 e seguintes do Código de Processo Civil que a parte reclamada providencie no prazo de 05 (cinco) dias, o restabelecimento imediato da linha telefônica do requerente (66) 99697-5295. Caso a parte reclamada não cumpra esta determinação judicial no prazo estabelecido, fixo pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), sem prejuízo de incorrer em crime de desobediência. CITE-SE a parte reclamada dos termos da ação. DEFIRO a inversão do ônus da prova, posto a presença dos pressupostos que a autorizam, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do polo ativo, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor. INTIMEM-SE as partes da presente decisão e para comparecerem à sessão de CONCILIAÇÃO designada, oportunidade em que a ré poderá oferecer defesa escrita ou oral, por meio de advogado, ou defesa escrita no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Isento de custas, conforme o art. 54 da Lei 9.099/95. Às providências, expedindo-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT. RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015619-97.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LORRAINE NEVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
UNIC EDUCACIONAL LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1015619-97.2019.8.11.0003. REQUERENTE: LORRAINE NEVES DOS SANTOS REQUERIDO: UNIC EDUCACIONAL LTDA, BANCO BRADESCO Vistos, etc. A parte autora formula em peça vestibular, pedido de tutela urgência, objetivando determinação judicial para que a Requerida proceda de forma discriminada com os valores pertinentes aos serviços prestados, em especifico a emissão do boleto de rematrícula para o período de 2020/1. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. No caso vertente, verifico, ainda, que não é o caso de improcedência liminar do pedido, conforme disposto no art. 334 do Código de Processo Civil. Ato contínuo, analisando detidamente a inicial e documentos com ela acostados, verifico a presença dos requisitos para a concessão da tutela urgência. Quanto a fumaça do bom direito, a parte autora aduz ter solicitado junto a requerida a emissão da guia referente à rematrícula para o período 2020/1, no entanto, até o presente momento a requerida não fez a emissão do boleto conforme requerido. Diante disso, a requerente encontra-se impossibilitada de realizar o pagamento individualizado para realização da rematrícula. A verossimilhança da alegação está revelada nas provas documentais acostada aos autos. Por outro lado, conceder a tutela urgência, não acarretará prejuízos à empresa reclamada, nem prejudicará o prosseguimento normal do litígio, uma vez que a medida liminar poderá ser modificada ou revogada a qualquer tempo. Por tais considerações, por não se tratar de questão irreversível e sem prejuízo de modificação ou alteração posterior, DEFIRO PARCIALMENTE A MEDIDA DE URGÊNCIA PLEITEADA, e em consequência, ANTECIPO os efeitos da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil e do art. 6º da Lei n.º 9.099/95. DETERMINO, pois, conforme o disposto no art. 497 e seguintes do Código de Processo Civil que a parte reclamada providencie no prazo de 05 (cinco) dias, a emissão dos valores pertinentes aos serviços prestados, em especifico a emissão do boleto de rematrícula para o período de 2020/1. Caso a parte reclamada não cumpra esta determinação judicial no prazo estabelecido, fixo a pena de multa diária de R$200,00 (duzentos reais), sem prejuízo de incorrer em crime de desobediência (art. 330 do Código Penal) e outras sanções a serem aplicadas cumulativamente, conforme o caso. CITE-SE a parte reclamada dos termos da ação, consignando-se as advertências legais. DEFIRO a inversão do ônus da prova, eis que presentes os pressupostos que a autorizam, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do pólo ativo, nos termos do art. 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor. INTIMEM-SE as partes da presente decisão e para comparecerem à sessão de CONCILIAÇÃO designada, oportunidade em que a ré poderá oferecer defesa escrita ou oral, por meio de

advogado, ou defesa escrita no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Isento de custas, conforme o art. 54 da Lei 9.099/95. Às providências, expedindo-se o necessário. Considerando a urgência que o caso requer, com fundamento nos §§3º e 4° do artigo 674 da CNGC, determino o cumprimento do mandado, inclusive por Oficial de Justiça Plantonista, se for o caso. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT. RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH Juiz de Direito

2º JUIZADO ESPECIAL

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013405-36.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
IVETE FONSECA DOS REIS SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GENIHANY NOGUEIRA LOPES AGUIAR OAB - MT17130/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS PAULO MODESTO OAB - MT0015220A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DA PARTE AUTORA, DR. GENIHANY N. L. AGUIAR OAB-MT 17.130 E DR. THAIRO HENRIQUE DE PAULA ARAÚJO OAB-MT 25.634 PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012348-80.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANTA DONIZETH UNAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NALDECY SILVA DA SILVEIRA OAB - MT0020588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA, DR. NALDECY SILVA DA SILVEIRA OAB-MT 20.588 PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO, APRESENTADA TEMPESTIVAMENTE PELO RÉU

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012430-14.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISVAL PEREIRA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NALDECY SILVA DA SILVEIRA OAB - MT0020588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA, DR. NALDECY SILVA DA SILVEIRA OAB-MT 20.588 PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO À CONTESTAÇÃO, APRESENTADA TEMPESTIVAMENTE PELO RÉU

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010730-03.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO TERRA NOVA RONDONOPOLIS I (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CESAR MORAES COELHO OAB - MT24543-O (ADVOGADO(A))
LUCAS BRAGA MARIN OAB - MT0016300A (ADVOGADO(A))
EDUARDO CARVALHO GONCALVES OAB - MT0019989A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERLEI FERREIRA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DA PARTE AUTORA, DR. LUCAS BRAGA MARIN OAB-MT 16.300, DR. EDUARDO CARVALHO GONÇALVES OAB-MT 19.989 E DR. BRUNO CESAR MORAES COELHO OAB-MT 24.543, DA REDESIGNAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 27/02/2020 ÀS 09:40HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016414-06.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ROGERIO DANTAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALVES SANTOS OAB - MT22858/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016414-06.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARCOS ROGERIO DANTAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CRISTIANO ALVES SANTOS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 27/02/2020 Hora: 10:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012460-49.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GALVAO RONDONOPOLIS ALUGUEL DE EQUIPAMENTOS EIRELI - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FILLIPE MARCHIORI DE OLIVEIRA OAB - MT20726/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGM - ENGENHARIA LTDA - ME (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA FILLIPE MARCHIORI DE OLIVEIRA OAB-MT 20.726 DA REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 27/02/2020 ÀS 13:00HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016415-88.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILZA APARECIDA AGUILAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALVES SANTOS OAB - MT22858/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016415-88.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:EVANILZA APARECIDA AGUILAR ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CRISTIANO ALVES SANTOS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 27/02/2020 Hora: 13:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014710-55.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA DE FREITAS MORENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIAN FRAGA DE CASTRO OAB - MT20935-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS JOSE DE ARRUDA CASTRO JUNIOR OAB - MT20937-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DA PARTE AUTORA, DRA. LILIAN FRAGA DE CASTRO GOMES OAB-MT 20.935 E DR. VINICIUS JOSÉ DE ARRUDA CASTRO JR OAB-MT 20.937 DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 27/02/2020 ÀS 13:20HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011952-06.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA PAULA HUCALO (REQUERENTE)
SANDRA APARECIDA SALTARELI DOS SANTOS (REQUERENTE)
H. H. S. (REQUERENTE)
JAIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
DANILO SALTARELI DOS SANTOS (REQUERENTE)
PRISCILA SALTARELI DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR GUILHERME MOYA OAB - MT20235/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)
COLHEREIRO TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA, DR. VICTOR GUILHERME MOYA OAB-MT 20.235 DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 18/11/2019 ÀS 09:10HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO)

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011952-06.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
AMANDA PAULA HUCALO (REQUERENTE)
SANDRA APARECIDA SALTARELI DOS SANTOS (REQUERENTE)
H. H. S. (REQUERENTE)
JAIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
DANILO SALTARELI DOS SANTOS (REQUERENTE)
PRISCILA SALTARELI DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR GUILHERME MOYA OAB - MT20235/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)
COLHEREIRO TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA, DR. VICTOR GUILHERME MOYA OAB-MT 20.235 DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 27/02/2020 ÀS 14:00HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016418-43.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DEVAIR XAVIER DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016418-43.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:DEVAIR XAVIER DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 27/02/2020 Hora: 14:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016420-13.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LETICIA NATALIA JESUS PORTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016420-13.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:LETICIA NATALIA JESUS PORTO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 27/02/2020 Hora: 15:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012046-51.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS SILVA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE AUTORA , DR. SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB-MT 17.690 DA REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 27/02/2020 ÀS 15:00HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012046-51.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS SILVA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO DO PATRONO DA PARTE RÉ , DR. FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR, DA REDESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 27/02/2020 ÀS 15:00HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016421-95.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANIBA PEREIRA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016421-95.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANIBA PEREIRA GOMES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 27/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016423-65.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016423-65.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANTONIO DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 02/03/2020 Hora: 08:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014643-90.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
IPOG EDITORA E LIVRARIA LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMILLA LOPES DA SILVA OAB - GO33457 (ADVOGADO(A))
NAYARA RUTHE QUEIROZ NEGREIROS OAB - GO38882 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WENDEL HENRIQUE GARCIA (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DA PARTE AUTORA, DRA. AMILA LOPES OAB-GO 33.457 E DRA. NAYARA NEGREIROS OAB-GO 38.883, DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 02/03/2020 ÀS 08:00HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016425-35.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO DA SILVA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016425-35.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANTONIO DA SILVA DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 02/03/2020 Hora: 08:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016427-05.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MOACYR NOVAES ENZINA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016427-05.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MOACYR NOVAES ENZINA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 02/03/2020 Hora: 09:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1014919-24.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUAMAR NASCIMENTO CANUTO OAB - MT16660/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA SANTOS DE SOUZA (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO DOS PATRONOS DA PARTE AUTORA. DR. LUAMAR NASCIMENTO CANUTO MARTINS OAB-MT 16.660, DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 02/03/2020 ÀS 09:00HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016429-72.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
VERONICE ROSA SEVERO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016429-72.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:VERONICE ROSA SEVERO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 02/03/2020 Hora: 10:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013001-82.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SIVONE PEDROSA CURY MUSSI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA DE FRANÇA BORGES OAB - MT18745/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO CESAR SOUZA LIMA FILHO (REQUERIDO)
ALINE DE FATIMA DAL BO DA COSTA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DA PATRONA DA PARTE AUTORA, DRA. JANAÍNA DE FRANÇA BORGES OAB-MT 18.745 DA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO NO PRESENTE FEITO PARA O DIA 02/03/2020 ÀS 09:40HORAS A SE REALIZAR NA SALA DE AUDIÊNCIA DOS CONCILIADORES (TÉRREO).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016431-42.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN CELMA LEITE CARNEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016431-42.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MIRIAN CELMA LEITE CARNEIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO

- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 02/03/2020 Hora: 10:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016433-12.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA MIGUEL DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016433-12.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANDRESSA MIGUEL DIAS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 13:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016436-64.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
WILSON PIAZA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016436-64.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:WILSON PIAZA DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 13:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016437-49.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO THIAGO PAIVA DE AZEVEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016437-49.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:BRUNO THIAGO PAIVA DE AZEVEDO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 13:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016438-34.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR MARIANO ARAGAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016438-34.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:IGOR MARIANO ARAGAO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 14:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016443-56.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUCIONE SOARES TELLES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016443-56.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:CLAUCIONE SOARES TELLES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 14:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016448-78.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA VIEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016448-78.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANGELA MARIA VIEIRA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 14:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016449-63.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
INES APARECIDA MARTINS DAMACENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016449-63.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:INES APARECIDA MARTINS DAMACENO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 15:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016451-33.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL GREGORIO FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016451-33.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:RAFAEL GREGORIO FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 15:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016453-03.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRESSA DOS SANTOS COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016453-03.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ANDRESSA DOS SANTOS COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 02/03/2020 Hora: 15:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016454-85.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CICERO DOS SANTOS FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016454-85.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JOSE CICERO DOS SANTOS FILHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS - CEAL FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 08:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016456-55.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
KAIRO RODRIGO FRAGA CARVALHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016456-55.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:KAIRO RODRIGO FRAGA CARVALHO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 08:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016457-40.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ADELINO LUIZ PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016457-40.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ADELINO LUIZ PEREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 08:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016462-62.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DEVAIL MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016462-62.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:DEVAIL MARQUES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 09:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016466-02.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROSMARI TEREZINHA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016466-02.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:ROSMARI TEREZINHA DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 09:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016467-84.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JESSIKA MICHELLI DE SOUZA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016467-84.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JESSIKA MICHELLI DE SOUZA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 09:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016470-39.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CRISLAINE RAMOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016470-39.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:CRISLAINE RAMOS DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 10:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013487-67.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO PECKIN BRAGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA PATRICIA VILELA DO NASCIMENTO OAB - MT0015528A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO DA PATRONA DA PARTE AUTORA DRA. CARLA PATRÍCIA VILELA DO NASCIMENTO OAB-MT 15.528 PARA, QUERENDO, NO PRAZO DE CINCO DIAS, APRESENTAR CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTERPOSTOS TEMPESTIVAMENTE PELO RÉU.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016472-09.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LAURA RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016472-09.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:LAURA RODRIGUES DE SOUZA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período matutino Data: 03/03/2020 Hora: 10:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016477-31.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO OLIVEIRA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016477-31.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:FABIO OLIVEIRA DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 13:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016479-98.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JORGINA LILIANA DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016479-98.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JORGINA LILIANA DE AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 13:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de

dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016480-83.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNA DAIANE COSTA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016480-83.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:BRUNA DAIANE COSTA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 13:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016482-53.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA AUZELINA PARENTE DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016482-53.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:MARIA AUZELINA PARENTE DE PAULA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 14:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016484-23.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
RAQUEL DE BRITO ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016484-23.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:RAQUEL DE BRITO ALVES ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 14:20 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016487-75.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOEBER ERNESTO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR OAB - MT20812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016487-75.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:JOEBER ERNESTO DA SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 14:40 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016503-29.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA ZAMPRONI BRANCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA MOREIRA NERY SANTIAGO CLOSS OAB - MT14268/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1016503-29.2019.8.11.0003 POLO ATIVO:PATRICIA ZAMPRONI BRANCO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DANIELLA MOREIRA NERY SANTIAGO CLOSS POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: Conciliação período vespertino Data: 03/03/2020 Hora: 15:00 , no endereço: , 2299, Fórum Desembargador William Drosghic, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78710-100 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1012901-30.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANDERSON SERAPHIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARTA CRISTINA PRADO SILVEIRA OAB - MT25809/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CELIO CORREA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DESPACHO Processo: 1012901-30.2019.8.11.0003. REQUERENTE: ANDERSON SERAPHIM REQUERIDO: CELIO CORREA DOS SANTOS Vistos. RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 798 e seguintes do Código de Processo Civil. CITE-SE o devedor para pagar em 03 (três) dias o valor integral da dívida, consoante dispõe o artigo 829, §1º e §2º, do Código de Processo Civil. Não sendo encontrado o devedor, o Sr. Oficial de Justiça arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, do Código de Processo Civil.) e certificada a inexistência de bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto (art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95). Decorrido o prazo, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 (dez) dias se manifeste requerendo o que entender de direito e após, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Havendo penhora de bens/valores INTIME-SE o executado para comparecer à audiência de conciliação a ser designada pela Secretaria, oportunidade em que poderá oferecer embargos (art. 53, § 1º, da Lei 9.099/95), por si ou por meio de advogado. Concedo, se necessário, os benefícios do artigo 212, §§ 1º, 2º e 3º do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Tatyana Lopes de Araújo Borges Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015204-17.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ROMULO FAGUNDES DE FREITAS (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DESPACHO Processo: 1015204-17.2019.8.11.0003. REQUERENTE: JOAO ROMULO FAGUNDES DE FREITAS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. A parte autora formula em peça vestibular, concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica na UC 6/883956-5 e, deixe de incluir o NOME/CPF do requerente junto ao SERASA/SPC. Contudo, compulsando detidamente o feito, denoto que a parte autora afirma que recebeu em sua residência a fatura mensal de energia referente ao mês de novembro com valor acima do habitual, no entanto, não acosta aos autos nenhum documento capaz de evidenciar suas alegações. Neste contexto observe a inexistência de documentos como histórico de consumo, faturas anteriores ou qualquer justificativa capaz de evidenciar que a parte autora encontra-se adimplente com a concessionária demandada, ilustrando de forma clara os fatos alegados. Desta feita, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, INTIME-SE o requerente para, em 15 (quinze) dias, EMENDAR a inicial, devendo identificar quais seriam as provas com as quais pretende demonstrar a verdade dos fatos (art. 319, inciso VI, do Código de Processo Civil). Após, voltem-me os autos conclusos para análise do pedido liminar. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016304-07.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JESSIKA SANTANA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO RICARDO FILIPAK OAB - MT0011551S-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLEY SERAFIM DE SOUZA BERRES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DESPACHO Processo: 1016304-07.2019.8.11.0003. REQUERENTE: JESSIKA SANTANA RODRIGUES REQUERIDO: MARLEY SERAFIM DE SOUZA BERRES Vistos. Compulsando detidamente o feito, denoto a insuficiência de dados da parte autora, na medida em que não há nos autos comprovante de endereço em nome desta, o que vai de encontro os preceitos estabelecido no artigo 319, II, do Código de Processo Civil. Desta feita, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, INTIME-SE o requerente para, em 15 (quinze) dias, EMENDAR a inicial, devendo apresentar comprovante de endereço legível e atualizado em seu nome, ou documento hábil de forma a comprovar o vínculo com o titular do comprovante, adequando assim, a peça vestibular aos termos exigidos pelo art. 319, inciso II e art. 320, ambos do Código de Processo Civil, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 924940 Nr: 3143-44.2019.811.0003
AÇÃO: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumariíssimo->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: ELENICE AUREA DA SILVA PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): IDALINO AZEVEDO DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALGACYR NUNES DA SILVA JUNIOR - OAB:9496/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
SEGUNDO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE RONDONÓPOLIS_____
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO DO ADVOAGDO DA QUERELANTE DA AUDIÊNCIA PREIMINAR:
Fica vossa Senhoria devidamente intimada da audiência preliminar designada para o dia 29 de outubro de 2019, às 13h, a ser realizada na sala de conciliação do 2º Juizado Especial - térreo.
Rondonópolis/MT, 26 de setembro de 2019.
José Aparecido Ferreira
Gestor Judiciário
Autorizado pelo Provimento n° 52/2007-CGJ

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 924940 Nr: 3143-44.2019.811.0003
AÇÃO: Procedimento do Juizado Especial Criminal - Sumariíssimo->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: ELENICE AUREA DA SILVA PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): IDALINO AZEVEDO DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALGACYR NUNES DA SILVA JUNIOR - OAB:9496/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do advogado doutor Algacyr Nunes da Silva Júnior, da r. sentença de fl. 31.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 831371 Nr: 6163-48.2016.811.0003
AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DOUGLAS DE MELO SILVA, VALDIR ECONOMO DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NADIELE PERES DE SOUZA - OAB:18424 O
Intimação da advogada Nadiele Peres de Souza, da r. sentença de fl. 132.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014255-90.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
POLLYANNA ROSA PAES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIELLE BARBOSA DE BRITO OAB - MT25657/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1014255-90.2019.8.11.0003. REQUERENTE: POLLYANNA ROSA PAES DOS SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. A parte autora formula em peça vestibular, concessão de tutela de urgência objetivando a imediata retirada do protesto em seu nome, bem como a suspensão das faturas objetos da lide e, que exclua seu NOME/CPF junto aos órgãos de proteção ao crédito e ainda, se abstenha de interromper o fornecimento energia elétrica em sua unidade consumidora, qual seja UC nº 6/9372200-7. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. Ato contínuo, analisando detidamente a inicial e documentos a ela acostados, verifico a presença dos requisitos para a concessão da tutela provisória. No caso dos autos, a razoabilidade da boa aparência do direito pleiteado reside na notícia de

que a reclamante desconhece o consumo de energia faturado e cobrado, referente às faturas descritas na inicial, levando em conta a grande diferença do consumo anteriormente cobrado. Ocorre que diante do tal débito, a reclamada protestou o nome da parte requerente junto ao Cartório do 4º Tabelionato de Notas e Protestos de Títulos da Comarca de Rondonópolis-MT, assim como incluiu seu NOME/CPF nos órgãos de proteção ao crédito. Igualmente, a verossimilhança da alegação está revelada nas provas documentais, inclusive, pela certidão de protesto, bem como pelo histórico das faturas anteriores anexadas a peça vestibular. Aliás, em se tratando de fatura relativa à recuperação de consumo, como relata o reclamante, não é cabível a interrupção no fornecimento de energia elétrica, conforme orienta o seguinte julgado:REsp 1298735/RS - Recurso Especial 2011/0303769-6.Relator: Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - T2 Segunda Turma. Data do julgamento: 01.03.2012.EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ENERGIA ELÉTRICA. APURAÇÃO UNILATERAL DE FRAUDE NO MEDIDOR. SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. DÉBITO PRETÉRITO. 1. Este Tribunal considera legítima a interrupção de fornecimento de energia elétrica, desde que considerados certos requisitos, em situação de emergência ou após aviso prévio, nos casos previstos no art. 6º, § 3º, da Lei 8.987/95, a saber: a) em virtude de inadimplência do usuário; e b) por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações. (REsp 1194150/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 14/09/2010). 2. A jurisprudência desta Corte firmou o entendimento de ser ilegítima a suspensão do fornecimento de energia elétrica quando o débito decorrer de suposta fraude no medidor de consumo de energia apurada unilateralmente pela concessionária. 3. Ademais, este Tribunal possui jurisprudência no sentido de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento de energia elétrica por dívida pretérita, a título de recuperação de consumo, em face da existência de outros meios legítimos de cobrança de débitos antigos não pagos. 4. Recurso especial provido. (REsp 1298735/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/03/2012, DJe 09/03/2012). Cabe ressaltar que o perigo da demora em caso de não concessão da tutela de urgência é evidente, pois se levado em conta que o fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial, certo que a sua interrupção causará irreparáveis prejuízos, justificando, assim sua pretensão a uma medida urgente. Outrossim, vale lembrar que os efeitos do protesto geram prejuízos em qualquer relação comercial que a parte autora queira celebrar, sendo cediço que isso impede até mesmo de receber novos talonários de cheques, movimentar contas bancárias e praticar atos no comércio, gerando danos de difícil reparação, ou até mesmo irreparáveis a parte requerente. Aliás, mister frisar que tal inclusão causa danos em outros aspectos, como a honra e a dignidade da pessoa humana, prejudicando o bom nome perante a sociedade e causando constrangimentos aos inscritos, na medida em que são “barrados” no mercado de consumo, sendo indene de dúvidas que a parte autora irá sofrer danos maiores se a tutela postulada for deferida apenas ao final da demanda. Dispensa maiores delongas, posto a evidência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação com a ameaça do corte do fornecimento de energia elétrica à sua unidade consumidora da parte autora. Por outro lado, conceder a tutela provisória, não acarretará prejuízos à empresa reclamada, nem prejudicará o prosseguimento normal do litígio, uma vez que a medida liminar poderá ser modificada ou revogada a qualquer tempo. Por tais considerações, por não se tratar de questão irreversível e sem prejuízo de modificação ou alteração posterior, DEFIRO PARCIALMENTE A MEDIDA DE URGÊNCIA PLEITEADA e em consequência, ANTECIPO os efeitos da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil e do art. 6º da Lei n.º 9.099/95. Assim, conforme o disposto no art. 497 e seguintes do Código de Processo Civil, DETERMINO que a parte reclamada promova a SUSPENSÃO das faturas objeto da lide, assim como providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a RETIRADA do nome da parte reclamante dos Órgãos de Proteção ao Crédito, bem como SE ABSTENHA de interromper o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte autora UC 6/9372200-7, enquanto perdurar a lide, sob pena de incorrer em crime de desobediência e, caso já o tenha feito, que seja revertida a ação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas. Friso ainda, que a ordem judicial somente se refere à UC 6/9372200-7, por falta de pagamento das faturas nos valores de R$ 549,00 (quinhentos e quarenta e nove reais) e R$ 561,68 (quinhentos e sessenta e um reais e sessenta e oito centavos), ambas referentes ao mês de NOVEMBRO/2019 e vencimento em 30/07/2019. No mais, OFICIE-SE ao 4° Tabelionato de Notas e Privativo de Protestos de Títulos desta comarca de Rondonópolis para que, no prazo de 05 (cinco) dias, suspenda os efeitos do protesto lançado em nome da parte autora, referente ao protocolo nº.1152612, no valor de R$ 658,70 (seiscentos e cinquenta e oito reais e setenta centavos), enquanto estiver sendo discutido, ou seja, até o final da presente demanda. CITE-SE a parte reclamada dos termos da ação, consignando-se as advertências legais. DEFIRO a inversão do ônus da prova, posto a presença dos pressupostos que a autorizam, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do polo ativo, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. INTIMEM-SE as partes da presente decisão e para comparecerem à sessão de CONCILIAÇÃO designada, oportunidade em que a ré poderá oferecer defesa escrita ou oral, por meio de advogado, ou defesa escrita no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Isento de custas, conforme o art. 54 da Lei 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016168-10.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ROSENILDA JUNIA CARDOSO SANTANA WONGHON (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA JULIA BARKOSKI DE OLIVEIRA OAB - MT21784/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1016168-10.2019.8.11.0003. INTERESSADO: ROSENILDA JUNIA CARDOSO SANTANA WONGHON REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. A parte autora formula em peça vestibular, concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida exclua seu nome dos Cadastros de Proteção ao Crédito, bem como se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica na UC nº 6/2672888-1, haja vista que desconhece o débito que originou tal inclusão. Juntou documentos. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. Ato contínuo, analisando detidamente a inicial e documentos a ela acostados, bem como das razões apresentadas, não vislumbro de plano a presença dos requisitos que possam amparar a tutela vindicada. Isso porque, nos termos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, para concessão da tutela de urgência é necessário que a parte requerente apresente os elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Notadamente, no caso dos autos, verifico a ausência de um dos requisitos necessários para a concessão da tutela provisória e ou tutela de evidência, qual seja, perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora), haja vista que a parte autora possui outros registros no Cadastro de Proteção ao Crédito. Nesta senda, a não concessão da tutela de urgência, nesta fase processual, não acarretará nenhum dano irreparável ou de difícil reparação à parte autora, pois a existência de outros registros nos órgãos de proteção ao crédito, ainda impedirá a demandante de celebrar qualquer relação comercial no mercado de consumo. De mais a mais, a urgência alegada pela parte requerente não chega a impor que não se possa aguardar a realização da audiência conciliatória e, se for o caso, o contraditório e a instrução processual. Também, não é o caso de tutela de evidência, haja vista que a questão posta em juízo não se adequa a nenhuma das hipóteses do art. 311 do Código de Processo Civil. Assim, sem prejuízo de modificação ou alteração posterior, o indeferimento do pedido de tutela de urgência é medida que se impõe. Nesse contexto, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência nesta fase do processo, por entender que ausentes os requisitos necessários à concessão, em consonância com o ordenamento processual e com o artigo 300 do Código de Processo Civil. CITEM-SE a parte reclamada dos termos da ação, consignando-se as advertências legais. DEFIRO a inversão do ônus da prova, posto a presença dos pressupostos que a autorizam, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do polo ativo, nos termos do art. 6º, inciso

VIII, do Código de Defesa do Consumidor. INTIMEM-SE as partes da presente decisão e para comparecerem à sessão de CONCILIAÇÃO designada, oportunidade em que a ré poderá oferecer defesa escrita ou oral, por meio de advogado, ou defesa escrita no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Isento de custas, conforme o art. 54 da Lei 9.099/95. Intimem-se. Cumpram-se, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015827-81.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOEL DE OLIVEIRA SANTOS (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1015827-81.2019.8.11.0003. REQUERENTE: JOEL DE OLIVEIRA SANTOS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. Compulsando detidamente o feito e, em análise ao requerimento formulado pela parte autora (Id. 26878200), inclusive com prova documental anexada, denoto que a empresa reclamada interrompeu o fornecimento de energia elétrica junto a unidade consumidora da requerente, descumprindo assim, a medida de urgência determinada em decisão lançada em Id. 26889612. Ademais, observo do histórico das contas trazido aos autos que todas as faturas referentes à unidade consumidora da autora estão devidamente pagas, havendo em aberto somente o débito que está em discussão nestes autos (Id. 26878204), a qual não poderia ensejar um possível corte de energia elétrica. Assim, denoto flagrante descumprimento da ordem judicial, demonstrando grave ofensa à estrutura judiciária, principalmente porque se trata de débito que está em discussão, observando-se os princípios da ampla defesa e do contraditório, tendo em vista que foi deferida em sede de liminar a suspensão do corte no Id. 26889612. Desta feita, haja vista o notório descaso e descumprimento das decisões judicias, INTIME-SE a empresa requerida Energisa, através do senhor oficial de justiça para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, CUMPRA as determinações contidas nesta decisão, bem como na lançada em Id. 26889612, procedendo com o RESTABELECIMENTO da energia elétrica na Unidade Consumidora da parte autora (UC 6/1981132-2), nos termos das referidas decisões, sob pena de multa que arbitro no valor único de R$ 3.000,00 (três mil) reais, consoante prevê o artigo 537, § do Código de Processo Civil. Assim dispõe o aludido artigo 537 do Código de Processo Civil: "Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito." Ainda sobre o tema, os doutrinadores Nelson Nery Junior e Rosa Maria de Andrade destacam que: "O objetivo das astreintes não é obrigar o réu a pagar o valor da multa, mas obrigá-lo a cumprir a obrigação na forma específica. A pena é inibitória. Deve ser alta para que o devedor desista de seu intento de não cumprir a obrigação específica. Vale dizer, o devedor deve sentir ser preferível cumprir a obrigação na forma específica a pagar o alto valor da multa fixada pelo."(in Código de Processo Civil Comentado. 13ªed. Revista dos Tribunais. p.808). Ou seja, a imposição da multa astreinte é medida coercitiva, a qual objetiva o cumprimento da decisão e não uma reparação ao descumprimento. Intimem-se. Cumpra-se COM URGÊNCIA, ainda que em PLANTÃO JUDICIÁRIO. Às providências. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1016478-16.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANDREIA MONTEIRO MEDINA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUANA PRICILA BICUDO RINALDI OAB - MT21481/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1016478-16.2019.8.11.0003. REQUERENTE: ANDREIA MONTEIRO MEDINA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. A parte autora formula em peça vestibular, concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida restabeleça o fornecimento de energia elétrica em sua UC 6/2748909-5. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. Ato contínuo, analisando detidamente a inicial e documentos a ela acostados, verifico a presença dos requisitos para a concessão da tutela provisória. No caso dos autos, a razoabilidade da boa aparência do direito pleiteado reside na notícia de que o reclamante desconhece o consumo de energia faturado e cobrado, referente às faturas descritas na inicial, levando em conta a grande diferença do consumo passado da requerente, pois reside em kitnet com apenas dois cômodos e possui poucos eletrodomésticos. Ocorre que diante dos tais débitos, a reclamada suspendeu o fornecimento de energia elétrica em sua unidade consumidora. Igualmente, a verossimilhança da alegação está revelada nas provas documentais acostada aos autos, inclusive, pela fatura contestada. Cabe ressaltar que o perigo da demora em caso de não concessão da tutela de urgência é evidente, pois se levado em conta que o fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial, certo que a sua interrupção causará irreparáveis prejuízos, justificando, assim sua pretensão a uma medida urgente. Dispensa maiores delongas, posto a evidência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação com o corte do fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora da parte autora. Ademais disso, conceder a tutela provisória, não acarretará prejuízos à empresa reclamada, nem prejudicará o prosseguimento normal do litígio, uma vez que a medida liminar poderá ser modificada ou revogada a qualquer tempo. Por tais considerações, por não se tratar de questão irreversível e sem prejuízo de modificação ou alteração posterior, DEFIRO PARCIALMENTE A MEDIDA DE URGÊNCIA PLEITEADA e em consequência, ANTECIPO os efeitos da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil e do art. 6º da Lei n.º 9.099/95. Assim, conforme o disposto no art. 497 e seguintes do Código de Processo Civil, DETERMINO que a parte reclamada RESTABELEÇA o fornecimento de energia elétrica na UC 6/2748909-5, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, tão somente quanto às faturas nos valores de R$ 197,67 (cento e noventa e sete reais e sessenta e sete centavos) referente ao mês de SETEMBRO/2019, R$ 341,89 (trezentos e quarenta e um reais e oitenta e nove centavos) referente ao mês de OUTUBRO/2019, e R$ 366,66 (trezentos e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos) referente ao mês de NOVEMBRO/2019, até o final da presente demanda, sob pena de incorrer em crime de desobediência. CITE-SE a parte reclamada dos termos da ação, consignando-se as advertências legais. DEFIRO a inversão do ônus da prova, posto a presença dos pressupostos que a autorizam, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do polo ativo, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. INTIMEM-SE as partes da presente decisão e para comparecerem à sessão de CONCILIAÇÃO designada, oportunidade em que a ré poderá oferecer defesa escrita ou oral, por meio de advogado, ou defesa escrita no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Isento de custas, conforme o art. 54 da Lei 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se, ainda que em plantão judiciário, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016414-06.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS ROGERIO DANTAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANO ALVES SANTOS OAB - MT22858/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RHAMICE IBRAHIM ALI AHMAD ABDALLAH

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2º JUIZADO ESPECIAL DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1016414-06.2019.8.11.0003. REQUERENTE: MARCOS ROGERIO DANTAS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos. A parte autora formula em peça vestibular, concessão de tutela de urgência para determinar que a requerida se abstenha de interromper o fornecimento energia elétrica em sua unidade consumidora, qual seja UC nº 6/2050269-6. Juntou documentos. Primeiramente, RECEBO a inicial eis que preenche os requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil e não incide nas hipóteses do art. 330, do mesmo código. Ato contínuo, analisando detidamente a inicial e documentos a ela acostados, verifico a presença dos requisitos para a concessão da tutela provisória. No caso dos autos, a razoabilidade da boa aparência do direito pleiteado reside na notícia de que o reclamante alega que desconhece o consumo de energia faturado e cobrado, referente às faturas descritas na inicial. Ocorre que, o requerido recebeu faturas com valores desproporcionais em seu nome e, junto a isto, a reclamada vem ameaçando a parte reclamante/consumidor de suspender o fornecimento de energia em sua unidade consumidora. Igualmente, a verossimilhança da alegação está revelada nas provas documentais acostadas aos autos, inclusive, pelo histórico de consumo anexado aos autos. Cabe ressaltar que o perigo da demora em caso de não concessão da tutela de urgência é evidente, pois se levado em conta que o fornecimento de energia elétrica é considerado serviço essencial, certo que a sua interrupção causará irreparáveis prejuízos, justificando, assim sua pretensão a uma medida urgente. Dispensa maiores delongas, posto a evidência de risco de dano irreparável ou de difícil reparação com a ameaça do corte do fornecimento de energia elétrica à unidade consumidora da autora. Ademais disso, conceder a tutela provisória, não acarretará prejuízos à empresa reclamada, nem prejudicará o prosseguimento normal do litígio, uma vez que a medida liminar poderá ser modificada ou revogada a qualquer tempo. Por tais considerações, por não se tratar de questão irreversível e sem prejuízo de modificação ou alteração posterior, DEFIRO PARCIALMENTE A MEDIDA DE URGÊNCIA PLEITEADA e em consequência, ANTECIPO os efeitos da tutela jurisdicional pretendida, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil e do art. 6º da Lei n.º 9.099/95. Assim, conforme o disposto no art. 497 e seguintes do Código de Processo Civil, DETERMINO que a parte reclamada ABSTENHA-SE de suspender o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte reclamante UC 6/2050269-6, tão somente com relação aos débitos objeto desta ação nos valores de R$653,40 (seiscentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos), e R$5.989,34 (cinco mil, novecentos e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), referentes a recuperação de consumo, enquanto estiver sendo discutido, ou seja, até o final da presente demanda. CITE-SE a parte reclamada dos termos da ação, consignando-se as advertências legais. DEFIRO a inversão do ônus da prova, posto a presença dos pressupostos que a autorizam, quais sejam, a verossimilhança das alegações e a hipossuficiência do polo ativo, nos termos do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. INTIMEM-SE as partes da presente decisão e para comparecerem à sessão de CONCILIAÇÃO designada, oportunidade em que a ré poderá oferecer defesa escrita ou oral, por meio de advogado, ou defesa escrita no prazo de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos articulados na petição inicial. Isento de custas, conforme o art. 54 da Lei 9.099/95. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Rondonópolis/MT. Rhamice Ibrahim Ali Ahmad Abdallah Juiz de Direito em substituição legal.

Varas Especializadas de Família e Sucessões

1ª Vara Especializada da Família e Sucessões

Intimação

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001166-34.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
L. A. D. O. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADELINA NERES DE SOUSA CAMPOS OAB - MT3877-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. A. D. S. S. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1001166-34.2018.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte autora, através do(a) patrono(a), para retirar o ofício expedido nos autos e dar cumprimento, posto que o endereço indicado não é contemplado pela entrega dos correios, em cinco dias. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1001063-27.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
ALMERINDA ROSA DE JESUS TRINDADE (REQUERENTE)
AGIMIRO FERNANDES DE JESUS SILVA (REQUERENTE)
ANA ROSA DE JESUS SILVA (REQUERENTE)
MANOEL FERNANDES DE JESUS SILVA (REQUERENTE)
QUINTINO FERNANDES DA SILVA NETO (REQUERENTE)
JAQUELINE DE FARIAS SILVA (REQUERENTE)
DOMINGOS FERNANDES DE JESUS SILVA (REQUERENTE)
DARCI ROSA DE JESUS SILVA (REQUERENTE)
MARIA DA FE FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JORGE FERNANDES DE JESUS SILVA (INVENTARIADO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1001063-27.2018.8.11.0003 Vistos etc. 1. Defiro o pleito de ID: 24926524. 2. Após, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. 3. Intime-se. 4. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-71 ALVARÁ JUDICIAL
Processo Número: 1001288-13.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ALIZALDO JOSE LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS PEREIRA RODRIGUES OAB - MT12.105 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EFIGENIA JACINTA DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS SENTENÇA Processo: 1001288-13.2019.8.11.0003. REQUERENTE: ALIZALDO JOSE LOPES REQUERIDO: EFIGENIA JACINTA DA SILVA Visto. ALIZALDO JOSE LOPES e os demais herdeiros postulam pela concessão de ALVARÁ JUDICIAL, para que ALIZON JOSE LOPES, na qualidade de inventariante da AÇÃO DE INVENTÁRIO nº 1001689-46.2018.811.0003-PJE promova “o saque dos créditos bancários (poupança e conta corrente) existentes em nome da “de cujus”, EFIGÊNIA JACINTA SILVA, junto a Caixa Econômica Federal” (Id. 17965896). Com a inicial vieram os documentos necessários. Por sua vez, o MP opinou pelo prosseguimento do feito independentemente de sua manifestação (Id. 24026765). Os autos vieram-me conclusos. É o breve relato. Fundamento. Decido. Analisando detidamente os autos, vê-se que, de fato, há valores depositados em favor da “de cujus”, conforme documento de Id. 17965917. A legitimidade dos requerentes restou demonstrada, posto serem os únicos filhos da falecida. Sendo assim, a procedência do pedido é medida que se impõe. Pelo exposto, inexistindo prejuízos à futura partilha do feito principal, bem como atendendo a tudo mais que dos autos consta, sem mais delongas, DEFIRO o pedido veiculado na inicial, para determinar seja expedido ALVARÁ JUDICIAL autorizando o inventariante ALIZON JOSE LOPES, qualificado nos autos, a realizar o saque dos créditos bancários (poupança e conta corrente) existentes em nome da “de cujus”, EFIGÊNIA JACINTA SILVA, junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (AG: 0614 – Rondonópolis, CONTA: 115.721-3), devendo PRESTAR CONTAS ao Juízo dentro do PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS. Advirto ainda, o inventariante, para que bem observe as responsabilidades inerentes ao seu compromisso, a fim de se evitar futura alegação de dano ao monte partível, sob pena de remoção. Sem

condenação em custas e honorários advocatícios. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos procedendo-se às baixas e anotações de praxe. Publicada e registrada eletronicamente, intimem-se e cumpra-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Às providências. RONDONÓPOLIS, 17 de outubro de 2019. Juiz(a) de Direito

Despacho Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1015858-04.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA MATSUMOTO ALVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA ALINE LIMA CARVALHO BEDIN OAB - MT24630/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO LIMA DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1015858-04.2019.811.0003 Vistos etc. 1. A toda evidência, compulsando os autos com vagar, vê-se que, na forma em que a ação foi proposta, consta como parte requerente o menor, o qual, por sua vez, não possui legitimidade ad causam para ser parte em ação de guarda e visitas, na qual ele deve figurar como objeto do feito. 2. Assim, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, atendendo às disposições contidas no art. 319, do Estatuto Processual Civil, excluindo o menor do polo ativo e incluindo apenas seus genitores, sob pena de indeferimento da inicial (arts. 321, parágrafo único, e 330, inciso II, ambos do CPC). 3. Intime-se. 4. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1000993-73.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MARILEIDE MONTEIRO NERIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSICA THAIS FABIANO CASSOL MULLER OAB - MT23895/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1000993-73.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Ante o teor da certidão de ID: 23335159, intime-se a parte exequente para que requeira o que de direito, no prazo legal. 2. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1011993-70.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
A. E. G. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA GOMES DE ALMEIDA OAB - 042.057.921-40 (REPRESENTANTE)
JOSE CARLOS LOPES MONTEIRO OAB - MT25814/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. D. S. O. (RÉU)

Processo n.º 1011993-70.2019.811.0003 Vistos etc. 1. Recebo o presente cumprimento de sentença. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, inciso II, CPC). 2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo à parte requerente as isenções previstas no art. 98, do CPC. Entretanto, poderá este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela parte necessitada. 3. Na sistemática adotada pelo Código de Processo Civil, nota-se que o cumprimento da sentença que fixa a obrigação de pagar alimentos é regido pelo art. 528, sendo que o §8º do mencionado dispositivo autoriza que o exequente opte pela adoção do rito previsto no art. 523, do Código de Ritos, in verbis: "Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1º Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2º Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1º incidirão sobre o restante. § 3º Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação." 4. O Código Civil, em seu art. 1.695, dispõe que são devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho à própria mantença, e aquele, de quem se reclamem, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento. 5. Intime-se a parte devedora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito, sob pena da incidência de multa de 10% e honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito, bem como, persistindo a inadimplência, de lhe serem penhorados bens suficientes para quitação da obrigação alimentar (art. 523, §3º c.c. 528, §8º, do Código de Processo Civil). 6. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, sem necessidade de nova intimação, poderá a parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar sua impugnação, nos termos do art. 525, do Digesto Processual Civil. 7. Para a hipótese de pagamento pela parte executada, antes da intimação, intime-se a parte exequente para que se manifeste sobre o valor quitado, no prazo de 5 (cinco) dias, ex vi do disposto no art. 526, do Código de Ritos. 8. Abra-se vista ao Ministério Público. 9. Intime-se. 10. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 07 de outubro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1015729-96.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
NAIM ASSEF NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GELSON LUIZ GALL DE OLIVEIRA OAB - MT0003966A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JULIANA HARTOG ASSEF (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1015729-96.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial (art. 321, do CPC), atendendo às disposições do art. 319, inciso V, do Código de Ritos, adequando o valor da causa ao pedido e procedendo com o recolhimento das custas judiciais, sob pena de indeferimento da inicial (art. 321, parágrafo único, do CPC). 2. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005675-76.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
F. M. B. M. (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. P. D. S. P. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EMERSON SPIGOSSO OAB - MT5821-B (ADVOGADO(A))

Processo n.º 1005675-76.2016.811.0003 Vistos etc. 1. Analisando os autos com vagar, nota-se que o executado apresentou justificativa (ID: 14681772) aduzindo em suas razões ter outro filho menor e que não tem condições de efetuar o pagamento total da dívida, fazendo apenas o pagamento parcial, conforme atestam os comprovantes carreados nos autos. 2. Contudo, o pagamento parcial do débito e o fato de estar passando por dificuldades financeiras não obsta o prosseguimento da executio, não sendo cabível aqui a discussão do binômio necessidade/possibilidade, razão pela qual rejeito as alegações apresentadas pelo executado. 3. Cediço que a pessoa que é incapaz de poder prover o seu sustento com o próprio labor não pode ser deixado à própria sorte. 4. Nesse diapasão, o direito não descura o fato da vinculação da pessoa ao seu próprio organismo familiar, impondo, então, aos parentes do necessitado, ou pessoa a ela ligada por um elo civil/afetivo, o dever de promover-lhe as condições mínimas de sobrevivência, não como favor ou generosidade, mas como obrigação judicialmente exigível. 5. O dever de prestar alimentos funda-se na solidariedade humana e econômica que deve existir naturalmente entre os membros da família e parentes. Há um dever legal de mútuo auxílio familiar, transformado em norma, ou mandamento jurídico pelo legislador civilista.

Originariamente, nada mais era do que um dever moral, um comprometimento ético, que no direito romano se expressava pela equidade, chamado de officium pietatis, ou caritas. 6. Todavia, as razões que obrigam a sustentar os parentes, a prole e a dar assistência ao cônjuge transpassam as justificativas morais ou sentimentais, encontrando sua origem no próprio direito natural. É inata na pessoa a inclinação para prestar auxílio, socorrer e dar sustento, sobretudo quando quem necessita se trata de um familiar ou, principalmente, de um filho ainda menor. 7. Neste atual cenário econômico capitalista, onde há incidência de crises periódicas, a família e seus integrantes naturalmente necessitam de auxílio, em especial os enfermos, idoso, as crianças e os adolescentes que, a priori, não possuem meios próprios para prover o seu sustento, sendo que além da inerente função assistencialista, a família provê o sustento, educação, lazer e cultura de seus membros compatíveis com a sua condição econômica. 8. Insta consignar que a verba alimentar tem caráter vital para as manutenções básicas do necessitado, sendo imperioso que as prestações sejam realizadas corretamente, sob pena de se impor ao credor, que na maioria das vezes possui tenra idade e não pode prover o próprio sustento, uma situação degradável. 9. Sobre o tema, anoto as considerações doutrinárias: "(...) o alimento, em sentido amplo, abrange todo o necessário ao sustento, morada, vestuário, saúde e educação do ser humano. Atualmente, costuma-se acrescentar a este rol o lazer, considerado essencial para o desenvolvimento sadio e equilibrado de todo indivíduo." (JÚNIOR, Fredie Didier. Curso de Direito Processual Civil. 5ª ed., v. 5. Salvador: Juspodivm, 2013, p. 715) 10. No mais, tendo em vista que a parte executada apresentou pagamento parcial do débito, determino a remessa dos autos, com urgência, ao contador judicial para apuração, de forma discriminada, dos valores devidos relativos ao(s): a) 03 (três) meses anteriores à propositura da ação; b) os que venceram no curso do processo; e c) somatório dos itens anteriores. 11. Com o resultado do cálculo, abatendo-se o valor já quitado pelo executado, conforme confirmado pela parte autora no ID:18504675, em razão da manifesta inadimplência de pensão alimentícia devida à parte exequente intime-se o devedor a efetuar o pagamento integral do débito exequendo, no prazo improrrogável de 05 (cinco) dias, sob pena de ser decretada imediatamente a sua prisão, nos termos do art. 528, §3º, do CPC. 12. Intime-se. 13. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 08 de julho de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1003877-12.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ELISSANDRA TRAJANO PEREIRA MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NADIA FERNANDES RIBEIRO OAB - MT4038/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REGISTRO GERAL (INVENTARIADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1003877-12.2018.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a inventariante, através do(a) patrono(a), para se manifestar nos autos, em 5 (cinco) dias, sob pena de remoção da inventariança, nos termos do art. 622, inciso II, do Digesto Processual Civil, salientando-lhes o disposto no parágrafo único do art. 274 do mesmo Codex. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001893-90.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ QUEIROZ (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Solange Santana de Almeida OAB - MT21019/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1001893-90.2018.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte autora, através do(a) patrono(a), para se manifestar nos autos, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º, do Digesto Processual Civil, sob pena de extinção do feito, salientando-lhes o disposto no parágrafo único do art. 274 do mesmo Codex. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002501-59.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. D. S. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANGELO BERNARDINO DE MENDONCA JUNIOR OAB - MT16330/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
H. F. B. D. S. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1002501-59.2016.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte autora, através do(a) patrono(a), para se manifestar nos autos, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º, do Digesto Processual Civil, sob pena de extinção do feito, salientando-lhes o disposto no parágrafo único do art. 274 do mesmo Codex. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Ato Ordinatório Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003757-37.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
V. G. P. A. (REQUERENTE)
VILMA FRANCISCA PIMENTEL (REQUERENTE)
B. G. P. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA AUXILIADORA ARAUJO RAMOS OAB - MT0012776A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO JOSE OLIVEIRA AGUIAR (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AFFONSO FLORES SCHENDROSKI OAB - MT0021669A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1003757-37.2016.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte autora, através do(a) patrono(a), para se manifestar nos autos, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º, do Digesto Processual Civil, sob pena de extinção do feito, salientando-lhes o disposto no parágrafo único do art. 274 do mesmo Codex. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Ato Ordinatório Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008710-73.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA CORREA DA SILVA (AUTOR(A))
RAFAEL PIRANI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNNA LUIZA QUEIROZ MOLATO OAB - MT0018396A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANGELA MARIA CORREA DA SILVA (RÉU)
RAFAEL PIRANI (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1008710-73.2018.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte autora, através do(a) patrono(a), para se manifestar nos autos acerca do ofício de ID 17936430, em 5 (cinco) dias. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Despacho Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1005626-64.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO DA SILVA (REQUERENTE)
ROBERTO DA SILVA (REQUERENTE)

MARIA PIRES DA SILVA (REQUERENTE)
MAURO DA SILVA (REQUERENTE)
MARIA APARECIDA DA SILVA FERREIRA (REQUERENTE)
HILARIO DA SILVA (REQUERENTE)
ROSANGELA DA SILVA (REQUERENTE)
CELIA DA SILVA PAZZE (REQUERENTE)
FERNANDO DA SILVA (REQUERENTE)
EDNA DA SILVA BARROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL DA COSTA GARCIA OAB - MT0009478A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL DA SILVA (REQUERIDO)
RUTE CORREIA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1005626-64.2018.8.11.0003 Vistos etc. 1. Indefiro o pleito de ID: 24423460, uma vez que tais questões deverão ser dirimidas através de suscitação de dúvida junto ao juízo competente, nos termos do art. 198, da Lei n.º 6.015 de 1973. 2. Tendo em vista que o feito já foi sentenciado e que a sentença já transitou em julgado, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. 3. Intime-se. 4. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Ato Ordinatório Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1000602-89.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. G. L. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIRLENE FERNANDES DE OLIVEIRA OAB - MT21267/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WANDERSON PAULO LEONEL (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS 1000602-89.2017.8.11.0003 CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte autora, através do(a) patrono(a), para se manifestar nos autos, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º, do Digesto Processual Civil, sob pena de extinção do feito, salientando-lhes o disposto no parágrafo único do art. 274 do mesmo Codex. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. GERALDA ESPLENDO DOS SANTOS MORAES Gestor(a) de Secretaria

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 821025 Nr: 3256-03.2016.811.0003
AÇÃO: Arrolamento Sumário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARLEY INÊS LOPES DA SILVA, UDEVANIR JOSÉ DE OLIVEIRA, UVALNIR JOSE DE OLIVEIRA FILHO, MARLENE INES DE OLIVEIRA, MARLY INES OLIVEIRA RAMOS, UDENIR JOSÉ DE OLIVEIRA, UVALNIR JOSE DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPOLIO DE MARIA INES PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono os autos com a finalidade de intimar a inventariante e herdeiros, através de seu patrono para, no prazo legal, se manifestar sobre a avaliação de imóvel de fls. 95/96 .

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 396978 Nr: 10511-27.2007.811.0003
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CMDS, WMRL
PARTE(S) REQUERIDA(S): DLDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADELINA NERES DE SOUSA CAMPOS - OAB:3.877/MT, ANGELO BERNARDINO DE MENDONÇA JUNIOR - OAB:16330, ANGELO BERNARDINO DE MENDONÇA JUNIOR - OAB:16330/MT, THAYLANE BENEVIDES DA SILVA - OAB:23479/O, WENDELL PEREIRA DE MELO - OAB:23910/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEX MOREIRA PEREIRA - OAB:24064/MT, GEAN GUILHERME DA COSTA GASPARETO - OAB:24589/O, Ricardo Henrique Ayala Barbosa - OAB:MT 24326/O
Outrossim, nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito para intimação da parte autora, através de seu procurador, para manifestar nos autos, requerendo o que de direito, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 441332 Nr: 10002-91.2010.811.0003
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RZP
PARTE(S) REQUERIDA(S): RDOP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PRISCILA SANTOS RAIMUNDI CARLOS PEREIRA - OAB:18022/O, SARAH NOBREGA ABREU - OAB:18431/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FELIPE CEZÁRIO GUIMARÃES PEREIRA - OAB:17.662/MS, GEREMIAS GENOUD JÚNIOR - OAB:MT/12.387, JEAN PIERRE DA SIVA VARGAS - OAB:12.481/MS
Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito para intimação da parte autora, através de seu procurador, para manifestar nos autos sobre proposta de acordo de fls. 226/234, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 441375 Nr: 10045-28.2010.811.0003
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ISA, FCS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSYANE GONÇALVES DO PRADO GENARI - OAB:OAB/MT16.350, KARINA DOS REIS BELTRÃO GUIMARÃES - OAB:OAB/MT 12.225, ORLIENE HONORIO DE SOUZA - OAB:14029/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: NOHANA MORAES DE OLIVEIRA - OAB:47203/go
Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ e art. 1691 da CNGC, impulsiono o presente feito para intimação da parte autora, através de seu procurador, para manifestar nos autos sobre petição de fls. 165/190, no prazo legal.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 706068 Nr: 757-85.2012.811.0003
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: GSG, KCDSG
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRGF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GENIA PONTES DA SILVA DE PAULA - OAB:MT/8611, POLLYANA DE PAULA E SILVA FELDMANN - OAB:OAB/MT 12.412
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TIAGO RODRIGUES CUSTODIO - OAB:10.693/MT
Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando as partes, através dos(as) patronos(as), para se manifesarem, no prazo legal, sobre cálculo de atualização de fls. 252.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 706725 Nr: 1459-31.2012.811.0003
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SMDB, LMDB
PARTE(S) REQUERIDA(S): MJSD
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO RICARDO FILIPAK -

OAB:OAB/MT 11.551

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte exequente, através do(a) patrono(a), para manifestar sobre devolução de carta precatória com certidão de diligência negativa de fls. 133, requerendo o que de direito, em cinco dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 721422 Nr: 2445-48.2013.811.0003

AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JGMDS, VMDS

PARTE(S) REQUERIDA(S): JSB

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNA RODRIGUES BORGES - OAB:21.025, SUELIA XAVIER VILAS BOAS - OAB:25848/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ e art. 1691 da CNGC, impulsiono o presente feito para intimação da parte autora, através de seu procurador, para manifestar nos autos requerendo o que de direito, no prazo legal.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 339694 Nr: 7956-42.2004.811.0003

AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VIVIANE APARECIDA RICARDO DE BARROS, EMERSOM RICARDO DE BARROS

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPOLIO DE ELIO PEREIRA DE BARROS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS FRANCISCO QUESADA - OAB:6288-A /MT, DUILIO PIATO JUNIOR - OAB:OAB/MT3719, JÉSSIKA LOPES BORGES - OAB:OAB/MT 17409, JESSIKA LOPES BORGES - OAB:OAB/MT 17409

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 56/2007-CGJ, impulsiono o presente feito intimando a parte exequente, através do(a) patrono(a), para manifestar sobre extratos da conta judicial vinculada aos autos de fls. 279/280, requerendo o que de direito, em cinco dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 740060 Nr: 2020-84.2014.811.0003

AÇÃO: Divórcio Litigioso->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOSE ANTONIO DE SOUZA GALVAO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA APARECIDA VALE GALVAO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE ANTONIO DE SOUZA GALVÃO - OAB:12486/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRA AMPOLINI MASTELARO - OAB:8.995/ MT

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos para intimação do procurador da parte Autora para querendo, impugnar a contestação, em 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 767665 Nr: 1178-70.2015.811.0003

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JMDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ABDS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GEREMIAS GENOUD JÚNIOR - OAB:MT/12.387

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos com finalidade de intimar parte autora, através do patrono, para manifestar sobre certidão negativa do Oficial de Justiça, em cinco dias, requerendo o que de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 796626 Nr: 13007-48.2015.811.0003

AÇÃO: Arrolamento Sumário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ROSYMAR SOARES DE FIGUEIREDO BRITTO, MAYARA FERNANDA FIGUEREDO BRITTO, RUBENS FIGUEREDO BRITTO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ESPÓLIO DE RUBENS FERREIRA DE BRITTO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDIVILSON JOSE GUIMARÃES - OAB:MT/6.534

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos com finalidade de intimar a Inventariante, através do patrono, para manifestar sobre Ofícios, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 67392 Nr: 2641-43.1998.811.0003

AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: EDNLR, GRP

PARTE(S) REQUERIDA(S): SAB

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO ROBERTO PESCE - OAB:5137/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento nº 56/2007 - CGJ, impulsiono os autos com finalidade de intimar parte autora, através do patrono, para manifestar nos autos, requerendo o que de direito.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 5863 Nr: 364-93.1994.811.0003

AÇÃO: Inventário->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: GIOVANI FURLAN FERREIRA, GENNARO PIETRO MARESCIALLO, AGENIR TEREZINHA INOCENCIO, ELIS MARISA SILVA FERREIRA, AGAPIO FURLAN, ANTONIO EDSON LEAO DA SILVA FERREIRA BRAVO, FATIMA VILELA DO NASCIMENTO FREITAS, GINA ALEXANDRA FERREIRA BRAVO INOCENCIO SANTOS, GILMARA ELIANA SILVA FERREIRA BRAVO AGIO, ANTOGERRY INOCENCIO BRAVO, SILVIA REGINA SILVA FERREIRA BRAVO, SÔNIA INEZ FURLAM SAMPAIO DE OLIVEIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO FERREIRA BRAVO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FRANCISCO DE CARVALHO - OAB:1792-A, JADIR JOSE COPETTI NOVACZYK - OAB:5346-B, JADIR JOSE COPETTI NOVACZYK - OAB:5346/B, KARINE FAGUNDES GARCIA DUARTE ALVES PINTO - OAB:MT/ 6.294 - B, SILVANA PACHECO LEAL - OAB:3714/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

mpulsiono o feito para intimação dos terceiros interessados Gershon Gentilin e outros, através da patrona CRISTIANE DE SOUZA SANTOS, OAB/MT 10.574, do teor da sentença seguinte:

Vistos etc.

1. Considerando que, à fl. 409, foi informado que os imóveis que compõem o espólio foram cedidos em sua totalidade a terceiros, JULGO, por sentença (art. 659, CPC), o arrolamento dos bens deixados por Antônio Ferreira Bravo (qualificado nos autos), na forma delineada às fls. 395/408 e 422/459, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, atribuindo aos nele contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros.2. Custas, se houver, pelo inventariante. 3. Após o decurso do prazo recursal, sejam expedidas as competentes cartas de adjudicação, conforme requerido às fls. 395/408 e 422/459. 4. Em atendimento ao art. 659, § 2º, do CPC, após o cumprimento do item supra, abra-se vista à Fazenda Pública. 5. Após, arquivem-se, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 01 de novembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS. Juiz de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1006160-42.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MAURICIO SILVEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIELLE BARBOSA DE BRITO OAB - MT25657/O (ADVOGADO(A))
ALENCAR LIBANO DE PAULA OAB - MT0016175A (ADVOGADO(A))
CRISTIANO ALVES SANTOS OAB - MT22858/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARILZINETE MOTA GONZAGA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1006160-42.2017.811.0003 Vistos etc. 1. Ante o pleito de ID: 25345634 designo o dia 27.01.2020, às 13h30min, para a realização de audiência de tentativa de conciliação, devendo constar no mandado que as partes deverão se fazer presentes ou seus procuradores com poderes expressos para transigir. 2. Intimem-se as partes e seus procuradores. 3. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010150-07.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELLE SOUSA DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON SPIGOSSO OAB - MT5821-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSÉ VILMAR FERREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1010150-07.2018.811.0003 Vistos etc. 1. Abra-se vista dos autos ao Ministério Público para que, no prazo legal, se manifeste. 2. Após, venham-me conclusos. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004540-58.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN MENDES DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUCELINO BARRETO MONTEIRO OAB - MT3764/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELI RICARDO DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO ALVES JUNIOR OAB - MT9583/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1004540-58.2018.8.11.0003 Vistos etc. 1. Defiro o pleito de ID: 23945583, devendo proceder-se com o necessário para transferência do numerário bloqueado judicialmente à conta bancária de titularidade da parte exequente. 2. Empós, intime-se a parte exequente para requerer o que de direito, no prazo legal. 3. Intime-se. 4. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1003687-15.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
KETNY SCHAIANY BARBOSA MARTINIANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUSCIELE MORETTI DE MELO OAB - MT0018451A (ADVOGADO(A))
ROSANGELA MARIA PINHEIRO OAB - MT0019322A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDRIEL BERION ALVES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1003687-15.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Certifique a Sr.ª gestora judiciária quanto ao decurso do prazo manifestação acerca da certidão de ID: 21641639. Se decorrido, intimem-se a parte autora, pessoalmente, e seu procurador, via DJe, para se manifestarem nos autos, em 5 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º, do Digesto Processual Civil, sob pena de extinção do feito, salientando-lhes o disposto no parágrafo único do art. 274 do mesmo Codex. 2. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000434-19.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDIVINO JOSE GOMES (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITSUKO TIBANA (RÉU)
ANDREZA TIBANA (RÉU)
LUIS ARMANDO TIBANA (RÉU)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1000434-19.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Defiro o pedido de ID: 26088953, pelo que designo o dia 02.04.2020, às 13h, para a realização da audiência de tentativa de conciliação. 2. Intimem-se e notifiquem-se a parte autora, bem como o representante do Ministério Público. 3. Cite-se a parte requerida dos termos da inicial e para comparecer ao ato, salientando-lhe que o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC), fluirá a partir da realização da audiência de conciliação (arts. 693, 697 c.c. art. 335, inciso I, todos do CPC), ressaltando-se ainda à parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, conforme dicção do art. 344, do Digesto Processual Civil. 4. Sem prejuízo do acima determinado, oficie-se ao juízo depreacado para que informe quanto ao cumprimento da missiva em relação à citação da requerida Andreza Tibana. 5. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1005357-88.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDILSON DA ROCHA BARATA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON SPIGOSSO OAB - MT5821-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VITOR DANIEL DE SOUZA BARATA (RÉU)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1005357-88.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Defiro o pedido de ID: 23068114, pelo que designo o dia 28.01.2020, às 15h, para a realização da audiência de tentativa de conciliação. 2. Intimem-se e notifiquem-se a parte autora, bem como o representante do Ministério Público. 3. Cite-se a parte requerida dos termos da inicial e para comparecer ao ato, salientando-lhe que o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC), fluirá a partir da realização da audiência de conciliação (arts. 693, 697 c.c. art. 335, inciso I, todos do CPC), ressaltando-se ainda à parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, conforme dicção do art. 344, do Digesto Processual Civil. 4. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1015862-41.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BARBARA NASCIMENTO GOMES VIEIRA (INVENTARIANTE)
BIANCA NASCIMENTO GOMES VIEIRA (INVENTARIANTE)
ELIANE ARAUJO NASCIMENTO BARROS (INVENTARIANTE)
LUIS CARLOS ARAUJO NASCIMENTO (INVENTARIANTE)
ELAINE ARAUJO NASCIMENTO (INVENTARIANTE)
WALTER CARLOS ARAUJO NASCIMENTO (INVENTARIANTE)
ROSANGELA ARAUJO NASCIMENTO (INVENTARIANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KASSIO PEREIRA DA SILVA OAB - MT25637/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DA GLORIA VILTO ARAUJO (DE CUJUS)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1015862-41.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Recebo a exordial. 2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo-lhe as isenções previstas no art. 98, do CPC. Entretanto, poderá este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela necessitada. 3. Nomeio como inventariante a requerente Eliane Araújo Nascimento Vieira, conforme estabelece o art. 660, inciso I, do Código de Processo Civil. 4. Considerando a informação carreada à proemial, segundo a qual os herdeiros da de cujus são maiores e capazes, processe-se o feito sob o rito disciplinado no art. 659 e seguintes, do Código de Ritos, devendo a pessoa da inventariante providenciar a juntada das certidões negativas municipal, federal e estadual (emitida pela PGE), bem como o plano de partilha dos bens inventariados e os documentos que comprovem a sua propriedade em nome da falecida, nos termos do art. 1.227, do Código Civil. Deverá, ainda, carrear aos autos certidão acerca da inexistência de testamento deixado pelo autor da herança expedida pela CENSEC – Central Notarial de Serviços Compartilhados, atendendo às disposições contidas no art. 2º, do Provimento 56/2016, CNJ. 5. Após a juntada aos autos da documentação mencionada, abra-se vista dos autos ao Ministério Público. 6. Empós, conclusos para a sentença. 7. Intime-se. 8. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1016105-82.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JHENIFFER GOMES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO TORQUETE BARBOSA OAB - MT9127/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MICHAEL DOUGLAS DE SOUSA ALMEIDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1016105-82.2019.811.0003 Vistos etc. 1. Recebo a exordial. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, inciso II, CPC). 2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo à parte requerente as isenções previstas no art. 98, do CPC. Entretanto, poderá este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela parte necessitada. 3. Trata-se de AÇÃO DE DIVÓRCIO C.C. PARTILHA DE BENS E PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA aforada por JHENIFFER GOMES DE OLIVEIRA em face de MICHAEL DOUGLAS DE SOUSA ALMEIDA (qualificados na proemial). 4. A exordial, de ID: 27102352, foi instruída com os documentos de IDs: 27102353, 27102354, 27102356, 27102359 e 27102360 . 5. No mais, analisando detidamente os autos, verifica-se que a parte autora formulou pedido de tutela de urgência com o fito de retirar coercitivamente a parte requerida do lar conjugal, isto é, medida de separação de corpos, pleito que doravante passo a analisar. 6. Para tanto, salienta a requerente, em síntese, que se casou com o requerido em 16.12.2016 e que não tiveram filhos, apenas bens a partilhar. 7. Expõe, todavia, que o casal está com um relacionamento debilitado em função do desgaste da relação, que tornou insuportável a vida em comum e impossível a permanência das partes sob o mesmo teto. 8. Não há dúvida de que a medida postulada é provimento de urgência admitido pelo Código de Processo Civil, cabendo em casos muito especiais sua concessão inaudita altera pars. 9. O art. 297, do CPC, preceitua que "O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória...". Este dispositivo possibilita ao juiz, nos casos onde não há providência específica e delimitada, fixar a natureza e a oportunidade da medida para cada caso concreto, concedendo ou não a tutela cautelar pretendida. Trata-se do poder geral de cautela. 10. O mestre Galeno Lacerda leciona que "estamos aqui, em presença de autêntica norma em branco, que confere ao magistrado, dentro do estado de direito, um poder puro, idêntico ao pretor romano, quando no exercício do 'imperium', decretava os interdictos." (in Comentários ao CPC, Forense, Vol. VIII, Tomo II) 11. A tutela provisória tem o objetivo de evitar que ocorra determinada situação ou fato que ponha em perigo iminente o direito à boa prestação jurisdicional. 12. Sobre o tema dispõe o art. 300, do Código de Ritos, in verbis: "Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo." (grifo nosso) 13. A separação pretendida visa à expulsão do lar do companheiro e não a autorização para que a requerente dela se afaste. O requerimento enseja, pois, providência rigorosa, que em tese não se pode determinar, liminarmente, apenas com base em alegações da inicial, desacompanhadas de qualquer prova ou indício de veracidade, tanto mais que, como se sabe, em questões de família, deve ser redobrada a cautela no recebimento de alegações vindas somente de uma das partes. 14. Com efeito, para que seja deferido o pleito in limine mister se faz a presença dos pressupostos, probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, o que, no caso vertente, após a análise acurada dos documentos trazidos com a inicial, entendo não estarem presentes. Senão vejamos: 15. PROBABILIDADE DO DIREITO A probabilidade do direito corresponde ao antigo fumus boni juris, isto é, significa fumaça do bom direito, ou seja, a probabilidade de exercício presente ou futuro do direito de ação, pela ocorrência da plausibilidade, verossimilhança, do direito material posto em jogo. No caso sub examine, a probabilidade do direito não está consubstanciada, uma vez que as alegações não estão amparadas em nenhum documento que comprove as afirmações feitas na inicial, o que torna temerário, por ora, o seu deferimento. 16. PERIGO DE DANO OU O RISCO AO RESULTADO ÚTIL DO PROCESSO De igual modo, vislumbra-se ausente o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, pressuposto que corresponde ao anterior requisito do periculum in mora. Nota-se que este não está presente no caso dos autos tendo em vista que não há indícios de que a parte autora esteja sofrendo agressões ou qualquer constrangimento de modo a justificar o deferimento da medida. 17. Assim, por ora, entendo ser deveras gravosa a retirada compulsória do demandado do lar, mormente em sede de cognição sumária, mostrando-se temerária a concessão do pleito in limine de separação de corpos. 18. Portanto, ausentes os pressupostos de mister à concessão da mercê, após análise acurada do feito, tendo em vista os argumentos trazidos aos autos, indefiro a liminar de separação de corpos. 19. Designo o dia 05.02.2020, às 15h30min, para realização da audiência de tentativa de conciliação. 20. Intimem-se e notifiquem-se o requerente e seu procurador, bem como o representante do Ministério Público. 21. Cite-se a parte requerida dos termos da inicial e para comparecer ao ato, salientando-lhe que o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC), fluirá a partir da realização da audiência de conciliação (arts. 693, 697 c.c. art. 335, inciso I, todos do CPC), ressaltando-se ainda à parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, conforme dicção do art. 344, do Digesto Processual Civil. 22. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1003281-96.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIVAL POHL MOREIRA DE CASTILHO OAB - MT0003981A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DALTON VICENTE VITORINO MARTINS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1003281-96.2016.8.11.0003 Vistos etc. 1. A toda evidência, analisando os autos com vagar, nota-se que a parte autora requer nova tentativa de citação do requerido no endereço indicado no ID: 17466330 para obtenção de informações pessoais do demandado através de sua filha, mormente acerca de seu endereço, imputando como vaga a certidão do Sr. oficial de justiça. 2. Assim, por considerar que a busca de informações e endereço da parte ex adversa é de incumbência da parte demandante, indefiro o pleito formulado no ID: 21336327 3. Em consequência, abra-se vista dos autos à parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira o que de direito e informe o endereço atualizado do requerido, possibilitando, assim, a regular tramitação processual, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito, nos

termos do art. 485, inciso III, do Código de Ritos. 4. Intime-se. 5. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1013520-91.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CREUSA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATAIR LEME DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1013520-91.2018.8.11.0003 Vistos etc. 1. Primeiramente, indefiro o pedido de baixa definitiva dos veículos arrolados nas primeiras declarações, uma vez que tais providências deverão ser tomadas nas vias administrativas ou através de ação autônoma, perante o juízo competente. 2. Ademais, compulsando os autos com vagar, vê-se que não há nos autos documento que comprove a propriedade do bem veículo Caminhonete Hyundai Santa Fé 3.5, cor prata, Renavam 00252024893, Chassi 00232024093, Placa NTZ-4360 arrolado nas primeiras declarações. 3. Assim, intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, carrear aos autos documento hábil a comprovar a propriedade do veículo supracitado, bem como a certidão negativa da fazenda estadual (emitida pela PGE). Deverá, ainda, a inventariante, no mesmo prazo acima concedido, carrear aos autos documentos que comprovem a existência da dívida trabalhista arrolada nas primeiras declarações. 4. Cumpridas as determinações supra, citem-se os demais herdeiros arrolados nas primeiras declarações. 5. Não havendo impugnação às primeiras declarações, e tendo havido concordância das Fazendas Públicas quanto aos valores atribuídos aos bens do espólio (arts. 630 a 633, do CPC), lavre-se o termo de últimas declarações (art. 636, CPC), intimando-se a pessoa da inventariante para prestá-las. 6. Após, venham-me conclusos. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1010397-22.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANDRA FRANCISCA SERAFIM (REQUERENTE)
CRISTIANE FRANCISCA SERAFIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYLSON DOS SANTOS TORRES OAB - MT15706 (ADVOGADO(A))
CLAIRE INES GAI OAB - MT9307/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MANOEL JOSE SERAFIM (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LAURA FRANCESCA PIPI DE SOUZA WILLON OAB - MT10637/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
KLEYSLLER WILLON SILVA OAB - MT23307/O-O (ADVOGADO(A))
ALMIRA RITA DA SILVA (HERDEIRO)
LAURA FRANCESCA PIPI DE SOUZA WILLON OAB - MT10637/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1010397-22.2017.8.11.0003 Vistos etc. 1. Considerando que as questões relativas ao crédito previdenciário arrolado na exordial já foram dirimidas junto ao juízo competente, que tomando conhecimento do presente inventário, determinou a expedição de alvará para levantamento dos valores somente em favor da companheira do falecido, Sr.ª Almira Rita da Silva, com base na legislação específica, não cabe a este juízo nova discussão a respeito do respectivo crédito, devendo tais valores serem excluídos do acervo de bens do espólio. 2. Em relação ao imóvel urbano de matrícula n.º 10.2889, verifica-se que ele foi adquirido em 09.09.1998, data em que a Sr.ª Almira Rita da Silva e o falecido já conviviam em união estável, conforme se verifica da escritura pública de ID: 19665874, motivo pelo qual o referido bem deverá ser incluído no acervo de bens do espólio. 3. Assim, dirimidas tais questões, intime-se a inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar as últimas declarações (art. 636, CPC), devendo ser lavrado o respectivo termo. 4. Sem prejuízo do acima determinado, intime-se a inventariante para, no mesmo prazo acima concedido, carrear aos autos o comprovante de recolhimento de ITCMD (ou certidão de isenção se for o caso), bem como as certidões negativas das fazendas municipal, estadual (emitida pela PGE) e federal. 5. Após, abra-se vista ao representante do Ministério Público e, em seguida, venham-me conclusos. 6. Intime-se. 7. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1015808-75.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA MAGALHAES ARAKAKI (EXEQUENTE)
FRANCISCO SEIKO ARAKAKI (INVENTARIADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIVAL POHL MOREIRA DE CASTILHO FILHO OAB - MT0006174S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR PEREIRA SANTANA (EXECUTADO)
LATICINIO SAO LOURENCO LTDA - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1015808-75.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA proposta pelo ESPÓLIO DE FRANCISCO SEIKO ARAKAKI, representado pela inventariante, Sr.ª Silvia Magalhães Arakaki, em face de LATICÍNIO SÃO LOURENÇO LTDA e JAIR PEREIRA SANTANA. 2. Em relação à competência do juízo do inventário para o processamento das ações a ele atinentes, o Código de Processo Civil dispõe que: “Art. 48. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.” (grifo nosso) 3. Da análise vagarosa dos autos, verifica-se que além de a presente ação não ter o espólio do falecido como réu, não se adequando à norma prescrita no art. 48, CPC, esta não possui conexão ou continência com a ação de inventário, nos termos dos arts. 55 e 56, CPC, sendo, portanto, incompetente este juízo para o seu processamento. 4. Desta forma, ante o exposto, declaro-me incompetente para processar e julgar a presente demanda, e determino a imediata remessa destes autos a uma das varas cíveis desta Comarca. 5. Intime-se. 6. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1006600-67.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA ROBERTA DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BENEDITO JOÃO DA SILVA (RÉU)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1006600-67.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Ante o disposto na Portaria S/N., da presidência do e. Tribunal de Justiça de Mato Grosso, datada de 26.08.2019, que suspendeu o expediente forense em todo o Estado na data de 26.08.2019, em virtude da interrupção de todos os sistemas e serviços de tecnologia da informação e comunicação, dou por prejudicada a realização da audiência de tentativa de conciliação atempada nos autos (ID: 20937199). 2. No mais, considerando que o Direito acompanha a evolução da sociedade, sendo certo que os avanços tecnológicos, principalmente no ramo da informática, devem ser prestigiados na medida em que proporcionam a efetividade do processo judicial e, por conseguinte, da própria prestação jurisdicional, e tendo em linha de estima a racionalização que os s sistemas INFOSEG e INFOJUD possibilitam, em função de permitirem a busca de endereços com grande agilidade, consagrando os princípios da economia e celeridade processuais, bem como ante a disposição ínsita do art. 6º, do Código de Ritos, que dispõe sobre a obrigação de cooperação entre os sujeitos processuais para a melhor prestação jurisdicional, defiro o pleito de busca de endereços via sistemas INFOSEG e INFOJUD. 3. Após a consulta realizada junto aos sistemas INFOSEG e INFOJUD foi localizado o endereço da parte requerida, qual seja, Rua Trinta e Um, n.º 270, S

Shangrila, Município de Tangará da Serra/MT, CEP: 78300-000 e CPF n.º 055.230.374-78. 4. Tendo sido frutífera a localização do endereço da parte requerida, designo o dia 27.01.2020, às 14h, para a realização da audiência de tentativa de conciliação. 5. Intimem-se e notifiquem-se a parte autora, pessoalmente, seu procurador, bem como o representante do Ministério Público. 6. Cite-se a parte requerida dos termos da inicial e para comparecer ao ato, salientando-lhe que o prazo para contestação, de 15 (quinze) dias (art. 335, CPC), fluirá a partir da realização da audiência de conciliação (arts. 693, 697 c.c. art. 335, inciso I, todos do CPC), ressaltando-se ainda à parte requerida que, se não contestar a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora, conforme dicção do art. 344, do Digesto Processual Civil. 7. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1007390-51.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON NOVAES DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIEL DAS NEVES NOVAES (RÉU)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1007390-51.2019.811.0003 Vistos etc. 1. Recebo a exordial. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, inciso II, CPC). 2. Presentes os pressupostos, defiro os benefícios da gratuidade da justiça, concedendo à parte requerente as isenções previstas no art. 98, do CPC. Entretanto, poderá este juízo revogar essa concessão em qualquer fase do processo, se for constatada a inveracidade dos fatos alegados pela parte necessitada. 3. Trata-se de AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS CONSENSUAL aforada por EDSON NOVAES DOS SANTOS e GABRIEL DAS NEVES NOVAES (qualificados nos autos). 4. Os requerentes pleiteiam a exoneração alimentar devida pelo primeiro requerente ao segundo requerente, bem como que se proceda com o imediato cancelamento dos descontos em folha. 5. O representante do Ministério Público não intervém no feito. 6. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 7. As partes têm legitimidade e estão bem representadas. 8. Tendo em vista que os requerentes pleiteiam a exoneração da verba alimentar (ID: 21442961), homologo, por sentença, o acordado para que produza seus jurídicos e legais efeitos. 9. Ante o exposto e atendendo a tudo mais que dos autos consta, extingo o feito com resolução de mérito, ex vi do art. 487, inciso III, b, do Digesto Processual Civil, exonerando o primeiro requerente do dever de prestar alimentos ao segundo requerente. 10. No mais, oficie-se, com urgência, ao empregador do primeiro requerente para que cesse os descontos em folha referente a este processo. 11. Sem condenação em custas e sem condenação em honorários advocatícios, eis que o feito tramita sob o pálio da gratuidade da justiça. 12. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-530 RETIFICAÇÃO OU SUPRIMENTO OU RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVIL
Processo Número: 1001047-73.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
GENEDISES FREITAS DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WELSON GAIVA MARINO OAB - MT0014033A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n. 1001047-73.2018.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL intentada por GENEDICES FREITAS DE ARRUDA (qualificada nos autos). 2. Segundo ressai dos autos, em suma, a parte requerente pugna pela retificação de seu prenome, alegando que foi grafado de forma equivocada em seu registro de nascimento, razão pela qual postula pela retificação do nome “Genedices Freitas de Oliveira” para “Genedice Freitas de Oliveira”. 3. Manifestou-se o representante do Ministério Público pela improcedência do pedido exordial, ante a não comprovação de ocorrência de equívoco no mencionado assento de nascimento. 4. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 5. De acordo com o disposto no art. 109, caput, da Lei n.º 6.015/73 (LRP), é possível que aquele que deseja ver retificado assentamento no registro civil, o requeira ao magistrado competente, desde que instrua o pedido com todos os documentos que se prestem a comprovar suas alegações. 6. A análise dos autos permite afirmar que o objetivo da parte requerente é a retificação de seu assento civil de nascimento para que passe a constar o nome “Genedice Freitas de Oliveira” em vez de “Genedices Freitas de Oliveira”, que teria sido grafado equivocadamente. 7. Porém, conforme se verifica através dos documentos acostados aos autos, não há qualquer comprovação dos fatos alegados pela parte autora na exordial. 8. Além disso, a certidão encaminhada pelo cartório de registro civil em resposta ao ofício de ID: 18392866 não atesta qualquer equívoco por parte daquela serventia, razão pela qual o pedido formulado pela parte autora não merece acolhimento. 9. Vale dizer, havendo divergências entre os demais documentos da autora e seu registro de nascimento, em não existindo prova de erro em seu assento primário, deve a informação nele constante prevalecer sobre a dos documentos emitidos posteriormente. 10. Assim, em consonância com o parecer ministerial, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 11. Ante o exposto e atendendo a tudo mais que dos autos consta, em conformidade com a manifestação do Ministério Público, julgo improcedentes os pedidos veiculados no petitório inicial, ex vi do art. 487, inciso I, do Digesto Processual Civil. 12. Sem condenação em custas e sem condenação em advocatícios, vez que incabíveis à espécie. 13. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-385 EXECUÇÃO DE ALIMENTOS
Processo Número: 1012717-74.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LAURYVANIA DE SOUZA PINTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONALDO BEZERRA DOS SANTOS OAB - MT9521/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALTER JOAQUIM DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1012717-74.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS aforada por M.T.S.P.S., A.L.S.P.S., J.P.S.P.S., representados por sua genitora, Sr.ª Lauryvânia de Souza Pinto em face de VALTER JOAQUIM DOS SANTOS (qualificados nos autos). 2. A parte autora, no ID: 25943131, requereu a desistência da ação e a sua extinção sem resolução de mérito. 3. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 4. A legislação processual civil em vigor é clara ao disciplinar os modos de extinção do processo sem resolução de mérito e, dentre eles, encontra-se precisamente prevista no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, a hipótese que regula a extinção do feito quando o autor desistir da ação. 5. Pela análise dos autos, verifica-se que a extinção do feito não acarretará nenhum ônus à parte demandada, o que não incide na norma prescrita no §4º do art. 485 do Estatuto Processual Civil, sendo, então, possível à parte requerente a desistência da ação nos termos em que foi postulada. 6. Ante o exposto e atendendo a tudo mais que nos autos consta, extingo o feito sem resolução de mérito, ex vi do art. 485, inciso VIII, do Codex Processual Civil. 7. Sem condenação em custas e sem condenação em honorários advocatícios, eis que o feito tramita sob o pálio da gratuidade da justiça. 8. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1006095-76.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEY FERREIRA ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:

SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANALICE SILVA NASCIMENTO (RÉU)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1006095-76.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS aforada por EDINEY FERREIRA ARAUJO em face de A.R.N.A., representado por sua genitora, Sr.ª Analice Silva Nascimento (qualificados nos autos). 2. As partes formularam acordo, conforme termo de ajuste carreado no ID: 26490967. 3. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 4. As partes têm legitimidade e estão bem representadas. 5. Tendo em vista que as partes transigiram com vistas à solução da demanda, homologo, por sentença, o acordo entabulado nos autos (ID: 26490967) para que produza seus jurídicos e legais efeitos. 6. Ante o exposto, atendendo a tudo mais que dos autos consta, extingo o feito com resolução de mérito, ex vi do art. 487, inciso III, b, do Digesto Processual Civil, devendo ser oficiado ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para que cesse com os descontos nos proventos do requerente. 7. Sem condenação em custas e sem condenação em honorários advocatícios, eis que o feito tramita sob o pálio da gratuidade da justiça. 8. Notifique-se o representante do Ministério Público. 9. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1007714-41.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILENE VICTOR DA SILVA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
LUZIA CANDIDO VICTOR DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1007714-41.2019.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO DE INTERDIÇÃO aforada por LUCILENE VICTOR DA SILVA em face de LUZIA CANDIDO VICTOR DA SILVA (qualificadas nos autos). 2. Requereu a parte autora extinção do feito sem resolução de mérito (ID: 26472079), eis que constatou a existência de litispendência deste feito com outro que já está em trâmite perante o juízo da 2ª Vara Especializada de Família e Sucessões desta Comarca (Proc. n.º 1007713-56.2019.8.11.0003). 3. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 4. A legislação processual civil em vigor é clara ao disciplinar os modos de extinção do processo sem resolução de mérito e, dentre eles, encontra-se precisamente prevista no art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil, a hipótese que regula a extinção quando se verificar o instituto da litispendência. 5. Analisando os autos com vagar, verifica-se que o Proc. n.º 1007713-56.2019.8.11.0003, possui as mesmas partes, o mesmo pedido e a mesma causa de pedir deste processo, configurando, assim, a litispendência, motivo pelo qual a extinção do feito sem resolução de mérito é medida que se impõe. 6. Ante o exposto e atendendo a tudo mais que nos autos consta, extingo o feito sem resolução de mérito, ex vi do art. 485, inciso V, do Codex Processual Civil. 7. Sem condenação em custas e sem condenação em honorários advocatícios, eis que o feito tramita sob o pálio da gratuidade da justiça. 8. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1002401-70.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CLEIA PEREIRA DE ALMEIDA NOGUEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANO CARVALHO DO NASCIMENTO OAB - MT13547-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROBSON SOARES DE CARVALHO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GERALDO ROBERTO PESCE OAB - MT5137/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1002401-70.2017.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS aforada por K.L.A.C., representado por sua genitora, Sr.ª Cleia Pereira de Almeida Nogueira, em face de ROBSON SOARES DE CARVALHO (qualificados nos autos). 2. Pela manifestação carreada aos autos no ID: 21080683, infere-se que a parte devedora cumpriu sua obrigação alimentar. 3. O representante do Ministério Público, no ID: 26652200, manifestou-se favoravelmente a extinção do feito. 4. Vieram-me os autos conclusos. É o RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 5. A legislação processual civil em vigor é clara ao disciplinar os modos de extinção do processo de execução e, dentre eles, encontra-se precisamente prevista no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil, a hipótese que regula a extinção do feito quando o devedor satisfaz a obrigação. 6. Diante da manifestação da parte exequente, no ID: 21080683, verifica-se que a obrigação contida nesta ação executiva foi satisfeita, de maneira que, cumprida a obrigação, inexiste alternativa senão a extinção do feito em análise. 7. Ante o exposto e atendendo a tudo mais que dos autos consta, extingo o feito, nos termos do art. 924, inciso II, do Codex Processual Civil. 8. No mais, se necessário, expeça-se o competente contramandado de prisão junto ao BNMP, bem como proceda-se com a baixa às eventuais constrições ao patrimônio da parte executada, que por este processo tenham ocorrido. 9. Sem condenação em custas e sem condenação em honorários advocatícios, eis que o feito tramita sob o pálio da gratuidade da justiça. 10. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se os autos procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1004902-60.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANE APARECIDA DE SOUZA (AUTOR(A))
S. S. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA ANDREIA CIARINI VIOTT OAB - MT18199/O (ADVOGADO(A))
GEREMIAS GENOUD JUNIOR OAB - MT0012387S-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
WELLINGTON SOUSA AROUCHA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR PASSINATO AMORIM OAB - MT0007542A-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WANDERLEI JOSE DOS REIS

Processo n.º 1004902-60.2018.8.11.0003 Vistos etc. 1. Trata-se de AÇÃO DE ALIMENTOS aforada por S.S.A., representada por sua genitora, Sr.ª Cristiane Aparecida de Souza, em face de WELINGTON SOUSA AROUCHA (qualificados nos autos). 2. As partes formularam acordo, conforme termo de ajuste carreado no ID: 26637306. 3. O representante do Ministério Público opinou favoravelmente à homologação do acordo. 4. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. FUNDAMENTO e DECIDO. 5. As partes têm legitimidade e estão bem representadas. 6. Tendo em vista que as partes transigiram com vistas à solução da demanda, homologo, por sentença, o acordo entabulado nos autos (ID: 26637306) para que produza seus jurídicos e legais efeitos. 7. Ante o exposto, atendendo a tudo mais que dos autos consta e em conformidade com o parecer ministerial, extingo o feito com resolução de mérito, ex vi do art. 487, inciso III, b, do Digesto Processual Civil, devendo ser oficiado ao empregador do requerido para que proceda com os descontos em relação aos alimentos diretamente em sua folha de pagamento. 8. Sem condenação em custas e sem condenação em honorários advocatícios, eis que o feito tramita sob o pálio da gratuidade da justiça. 9. Notifique-se o representante do Ministério Público. 10. Tendo em vista que as partes renunciaram ao prazo recursal, a presente transita em julgado com sua publicação, assim, arquivem os autos, procedendo-se às baixas de estilo e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 13 de dezembro de 2019. WANDERLEI JOSÉ DOS REIS Juiz de Direito

2ª Vara Especializada da Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1014634-31.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. L. D. S. C. (REQUERENTE)
G. D. S. C. (REQUERENTE)
J. A. D. S. C. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILBERTO DE MORAES VIANA OAB - MT19177/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. T. S. M. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1014634-31.2019.8.11.0003 Vistos etc., 1. Processe-se em segredo de Justiça, conforme artigo 189, inciso II, do CPC. 2. DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária, com fundamento no artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil. 3. Trata-se de 'Ação de Guarda de Menor com Tutela Antecipada' ajuizada por MARIA LUCIA DA SILVA COELHO e JOSÉ ANTÔNIO DOS SANTOS COELHO, em desfavor de VINICIUS TAYLOR SIQUEIRA MENDES, todos devidamente qualificados nos autos, visando à modificação da guarda da menor A. E. S. C. (d.n. 21/03/2019). Destarte, em razão da própria natureza do instituto, por envolver direito familiar, sentimentos pessoais e, em especial, o interesse de crianças e/ou adolescentes, o requerimento de guarda provisória deve ser apreciado com extrema cautela, levando-se em consideração a realidade fática vivenciada pelos envolvidos, notadamente da menor, e visando sempre o seu bem-estar e regular desenvolvimento físico e psicológico. Deveras, em juízo de cognição sumária a esta fase reservada, denoto a presença da probabilidade do direito da parte autora consubstanciado nas informações narradas na inicial, e dos documentos registrados no ID 2601817, o qual evidencia as circunstâncias desencadeadoras da guarda fática vivenciada entre a avó materna e a criança em comento. Nesse sentido, verifica-se que a menor atualmente encontram-se sob os cuidados da avó materna, ora requerente, sendo aconselhável, nesse primeiro momento, que permaneça sob a guarda da mesma. Assim, tenho que os elementos até o momento apresentado evidenciam a probabilidade do direito perseguido. Posto isso, primando pelo bem-estar da menina e a sua segurança econômica e emocional DEFIRO a guarda provisória de A. E. S. C. em favor da avó materna MARIA LUCIA DA SILVA COELHO. Por oportuno, registra-se que sobrevindo fato novo, a guarda poderá ser revista, a qualquer tempo. Lavre-se o competente termo, com as cautelas legais. 4. Elabore-se estudo psicossocial na residência das partes, sem prévio aviso, visando aferir as condições econômicas, higiênicas, morais, afetivas e sociais (perante os vizinhos, escola e local de trabalho) para criação e educação da infante, a ser realizado pela equipe multidisciplinar do Juízo, em laudo circunstanciado no prazo de 40 dias. Aportando o laudo, intime-se a parte para se manifestar, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como colha-se parecer ministerial. 5. Diante das especificidades da causa e de modo a adequar o rito processual às necessidades do conflito apresentado, deixo para momento oportuno a análise da conveniência da sessão de tentativa de autocomposição (CPC, art. 139, VI e Enunciado n° 35 do ENFAM). Cite-se a parte requerida, para contestar o presente, desde que o faça por intermédio de advogado, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da realização da solenidade, sob pena de reputarem-se verdadeiros os fatos articulados na inicial (art. 341, CPC). Notifique-se o Ministério Público. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Rondonópolis-MT, 18 de novembro de 2019. Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1001436-58.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
C. A. F. D. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE TADEU DE MORAES OAB - SP294478 (ADVOGADO(A))
MURILO DE ANDRADE MELO OAB - SP400752 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. C. B. F. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ERIKA LUIZA GREGORIO AZEVEDO OAB - MT19388-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS CARLLOS CRUVINEL OAB - MT19490/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo: 1001436-58.2018.8.11.0003. Vistos etc., A par da petição derradeira aliada a lamentável postura eleita para comunicação entre os genitores (ID 27255319) o que evidência a ausência e diálogo e colaboração entre os envolvidos (pais e família extensa) em prol aos interesses da pequena Maria C., revejo posicionamento anterior para fixar a retirada da criança e a devolução da petiz diretamente na residência materna. Destarte, o dispositivo que fixou o período de convivência paterna nas festividades de final de ano e férias escolares relativas ao mês de janeiro, sem prejuízo de todas as ponderações vertidas no decisum de ID 25971076, fica assim estabelecido: (...) fixo em favor do genitor o convívio com a filha na festividade de Ano Novo, no período compreendido entre 29/12/2019 e 1º/12/2020, devendo o pai buscá-la na residência materna às 09h00min; ainda, o período de férias relativamente ao mês de Janeiro, no período compreendido entre 02/01/2020 e 31/01/2020, devendo o genitor devolver a prole até às 18h00min na residência materna. Intime-se a requerida pessoalmente, por Oficial de Justiça Plantonista. Intime o autor, via publicação oficial. Notifique-se. Às providências. Rondonópolis/MT, 12 de dezembro de 2019. (assinatura digital) Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1007061-73.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JANAINA SHEYLA VANNI DE BARROS CRIVELLARO (REQUERENTE)
LUIS CARLOS DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
FABIO HENRIQUE CRIVELLARO (REQUERENTE)
LUIS FERNANDO CRIVELLARO (REQUERENTE)
Katherine Nunes de Souza Crivellaro (REQUERENTE)
OSVANIR DOMINGOS CRIVELARO (REQUERENTE)
LUCIANA CRISTINA CRIVELLARO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Katherine Nunes de Souza Crivellaro OAB - MT11422/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVONE CURI CRIVELLARO (INVENTARIADO)

IMPULSIONO O FEITO PARA INTIMAR A ADVOGADA INVENTARIANTE PARA, NO PRAZO DE 0 (CINCO) DIAS, PROVIDENCIAR O RECOLHIMENTO DAS CUSTAS, EM GUIAS A SER EMITIDAS NO VALOR RECONHECIDO NO R. DESPACHO ID. 25533356, OU SEJA o quantum de R$ 1.192.500,00 (um milhão cento e noventa e dois mil e quinhentos reais, SOB PENA DE O PROCESSO SER LEVADO AO ARQUIVO SEM EXPEDIÇÃO DO (S) FORMAIS.

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1015374-86.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
R. D. S. G. M. (REQUERENTE)
JOICIMARA DE SOUZA LOPES (INVENTARIANTE)
R. F. S. L. G. (REQUERENTE)
R. K. S. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA CASTREQUINI TERNERO OAB - MT8379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANDERSON GIMENES MARTINS (INVENTARIADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo: 1015374-86.2019.8.11.0003 Vistos etc., 1. DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária, com fundamento no art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil. 2. Nomeio inventariante a requerente JOICIMARA DE SOUZA LOPES, facultando-a a firmar compromisso em 05 (cinco) dias, devendo prestar as primeiras declarações em 20 (vinte) dias, dispensando-se a lavratura do respectivo termo. Por oportuno, no que tange aos pretensos poderes amplos e gerais discriminados em favor da inventariante na pela de ingresso, é sabido que determinados atos demandam previa autorização judicial, especialmente diante do interesse de incapaz no feito, não sendo suficiente a assunção do r. múnus. 3. Sem prejuízo, deverá a inventariante apresentar, no mesmo prazo, os seguintes documentos: a) certidão negativa de débito do Município de Rondonópolis/MT em nome do extinto; b) certidão de nascimento do de cujus; c) certidão de matrícula do imóvel sob RGI nº. 3132; d) Guia de

Informação e Apuração de ITCMD, devidamente acompanhada da avaliação administrativa do acervo patrimonial inventariado, com a comprovação do pagamento do tributo ou declaração de isenção do mesmo. Quando da apresentação da Guia de Informação e Apuração do ITCD acompanhada da avaliação administrativa dos bens, deverá a inventariante retificar o valor atribuído à causa, pois 'o valor da causa em inventário ou arrolamento é calculado sobre o valor dos bens do espólio' (TJSP, 2ª Câm. Dir. Privado, Ag. 80877-4/1-00, Rel. Des. Cezar Peluso, j. 19.5.1998). 4. Havendo interesse de incapaz no feito, colha-se parecer ministerial. 5. Em seguida, ouça-se a Fazenda Pública para fins do disposto no art. 626, do CPC. Às providências. Rondonópolis-MT, 29 de novembro de 2019. (Assinado digitalmente) CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1014627-39.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO FONTES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
FLAVIO FONTES DE OLIVEIRA (INVENTARIANTE)
JOSE MESSIAS DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA NEIDE SOUSA DA CRUZ OAB - MT25636/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ZELMA PEREIRA FONTES (DE CUJUS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo nº.: 1014627-39.2019.8.11.0003 Vistos etc., 1. DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária, com fundamento no art. 99, § 3º, do Código de Processo Civil. 2. Nomeio inventariante o requerente FLAVIO FONTES DE OLIVEIRA, facultando-o a firmar compromisso em 05 (cinco) dias, dispensando-se a lavratura do respectivo termo. 3. A teor das informações vertidas na inicial, efetivo pesquisa perante o Sistema BacenJud para fins de apurar a existência de eventual saldo bancário aplicado em instituição financeira em favor da falecida ZELMA PEREIRA FONTES (CPF 424.323.911-57), conforme extrato anexo. 4. Outrossim, reportando-me ao esboço de partilha incluso na peça de ingresso, verifica-se que companheiro supérstite pretende ser beneficiado com a integralidade do imóvel sob RGI nº. 47.780, enquanto os descendentes perceberiam a divisão igualitária daquele de matrícula nº. 47.772. Com efeito, tal desiderato implica, necessariamente, na cessão dos direitos de meação do companheiro aos filhos, sobre o imóvel que será amealhado entre ambos, enquanto estes, a cessão dos direitos hereditários em favor daquele que passará ao domínio exclusivo do sobrevivente. Destarte, ante a intenção do companheiro supérstite e dos herdeiros em transmitir seus direitos sobre o monte, registro que a formalização do ato a ser praticado deve ser concretizado através de escritura pública de cessão de meação e de direitos hereditários, previamente a homologação da partilha, pois a disposição da meação do cônjuge/companheiro supérstite é ato de iniciativa inter vivos e não se confunde com a sucessão causa mortis. Ademais, a escritura pública é a forma prescrita pela lei como condição essencial para validade de alguns atos, e para tais, torna-se ela imprescindível, nos termos do artigo 108 do Código Civil. A propósito: “CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE NEGÓCIO JURÍDICO - PREJUDICIAL DE DECADÊNCIA - REJEIÇÃO - INSTRUMENTO DE CESSÃO DE MEAÇÃO FIRMADO POR ANALFABETO - VÍCIO DE CONSENTIMENTO POR ERRO E INOBSERVÂNCIA DA FORMA PRESCRITA EM LEI - NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO - VERIFICAÇÃO - RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. - Conforme disposto no art. 169, do CCB, o negócio jurídico nulo não é suscetível de confirmação e não convalesce pelo decurso de tempo, não havendo falar em decadência do direito da autora de requerer a declaração de nulidade do instrumento de cessão de meação firmado entre ela e os réus. - O vício de consentimento por erro gera a anulabilidade do contrato celebrado entre as partes, a teor do disposto no art. 171, do CCB. - O negócio jurídico firmado por pessoa analfabeta há que ser realizado sob a forma pública ou por procurador constituído dessa forma. Não observada a forma prescrita em lei, deve ser reconhecida a nulidade do negócio jurídico entabulado. - Recurso não provido.” (TJMG - Apelação Cível 1.0701.12.024364-0/001, Relator(a): Des.(a) Márcia De Paoli Balbino , 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/05/2014, publicação da súmula em 27/05/2014). Anoto, aliás, que a transmissão vindicada deverá observar o quanto disposto no art. 1.793 do Código Civil, podendo ser firmada também mediante termo nos autos, bastando o comparecimento de todos, com seus respectivos cônjuges/companheiros (em sendo o caso) ou através de procurador regularmente constituído para tal finalidade, em horário de expediente forense perante a Secretaria desta unidade judiciária. Acaso não seja efetivada a providência supra, o inventariante deverá apresentar novo plano de partilha, contemplando o quinhão hereditário de cada um dos sucessores de forma igualitária, em consonância a normativa vigente (art. 1.829, I, do CC). 5. Sem prejuízo, deverá o inventariante apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, os seguintes documentos: a) certidão negativa de débito estadual em nome da falecida; b) certidão de nascimento/casamento da autora da herança; c) CCIR expedida pelo INCRA, devidamente atualizada e autenticada. 6. Cumpridas as determinações, tornem-me conclusos para sentença. Às providências. Rondonópolis/MT, 21 de novembro de 2019. (Assinado digitalmente) CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1002688-33.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
C. S. D. S. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO JOSE GALDINO OAB - MT14575/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. O. P. D. S. (EXECUTADO)

Diante da certidão negativa, procedo à INTIMAÇÃO da parte exequente, através do patrono habilitado, para que requeira o que entender de direito, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009988-75.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. Z. D. F. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ILMAR SALES MIRANDA OAB - MT5388/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
H. B. D. S. (RÉU)
A. F. D. S. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILSON MENDES FERREIRA JUNIOR OAB - MT0016052A (ADVOGADO(A))

PROCEDO à intimação da parte AUTORA, para que, querendo, se manifeste sobre a contestação apresentada, nos termos do artigo 350, do CPC, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1004964-66.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
N. P. D. S. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO SANTOS DE RESENDE OAB - MT0006358A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. D. S. M. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDMAR GOMES DE VASCONCELOS OAB - MT0013612A (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo: 1004964-66.2019.8.11.0003. Vistos etc., Cuida-se de Cumprimento de Sentença sob o rito da coerção pessoal proposta por Pedro H. da S. M., Victor H. da S. M., e Luiz F. da S. M., estes últimos representados por sua genitora Sra. Neocilene P. de S. em face Ademilson da S. M., todos devidamente qualificados nos autos. Em síntese, objetiva o adimplemento das três parcelas alimentícias vencidas até o ajuizamento da demanda, consistente no período de fevereiro/2019 e março/2019, cada uma no valor de um salário mínimo, e abril/2019 no valor de R$ 598,00 em razão do adimplemento parcial promovida pelo executado, bem como daquelas que vencerem do curso do processo, no quantum de 1 (um) salário mínimo, fixados no processo de Código nº 709832 que tramitou nesta Unidade Especializada. Entre um ato e outro, o executado apresentou justificativa, alegando, em suma, que o exequente Pedro H. da S. M implementou a

maioridade ante do ajuizamento da ação, possui emprego lícito e declarou, mediante termo particular, que não necessita mais dos alimentos (ID 22072857 e 22154822). No mais, aduz a impossibilidade em efetivar o pagamento de débito no quantum antes fixado, uma vez que constitui nova família. Ao final, oferta acordo em 10 (dez) parcelas de R$ 264,10. Instada, a exequente pugnou pela exclusão do exequente Pedro H. da S. M. do polo ativo da demanda, ante a declaração por si emitida, assim como pelo não acolhimento das demais declarações do executado e, ao final, pela decretação da prisão civil (ID 24115612). Parecer ministerial (ID 23982521). É o relatório necessário. Decido. I. Prima facie, DEFIRO os benefícios da Assistência Judiciária ao executado, com fundamento no artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil. II. Doravante, muito embora a maioridade civil não constituir exoneração automática do dever alimentar do pai, não possuindo a demanda executiva o condão de desobriga-lo do encargo alimentar, levando em consideração a declaração do exequente maior de idade Pedro H., que manifesta desinteresse no prosseguimento desta executio (ID 22154822), sem qualquer objeção do patrono inicialmente constituído e do Ministério Público, determino a exclusão do exequente Pedro H. da S. M., do polo ativo da demanda, passando a presente execução ser promovida tão somente por Victor H. da S. M., e Luiz F. da S. M., representados por sua genitora Sra. Neocilene P. de S. Promovam-se as devidas retificações no sistema PJE. III. Deveras, apenas para não passar em branco, consigno que o encargo alimentar outrora fixado foi estabelecido na categoria intuitu familiae, isto é, sem a identificação do percentual de cada beneficiário ou englobadamente, de modo que todos são os titulares da integralidade do crédito e, havendo a desobrigação em relação a um dos beneficiários, não implica necessariamente na redução do quantum. Destarte, no escólio de Maria Berenice Dias, in verbis: "Constitui-se, voluntariamente, uma espécie de solidariedade em que todos são titulares da integralidade do valor avençado. Em face da natureza difusa da obrigação, cessando a necessidade de algum dos beneficiários, tal não implica na redução do valor dos alimentos. O montante dos alimentos é estabelecido em prol de todos e, quando ocorre a cessação do direito alimentar de algum dos beneficiários, a quota é acrescida aos demais (...)" (Alimentos aos Bocados, Editora Revista dos Tribunais, Edição 2013, pág. 56). Nessa perspectiva, tratando-se de obrigação alimentar conjunta eventual desinteresse na execução de um dos exequentes não implica em alteração do percentual devido aos demais, mantendo-se, ipsis litteris, o montante devido originário, isto é, em 1 um salário mínimo. IV. Pois bem, superado esses pontos imprescindíveis, é de trivial sabença que a Constituição Federal permite a prisão civil do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação alimentícia, conforme artigo 5º, inciso LXVII. Nesse aspecto, nos processos de cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal o débito que autoriza a prisão do devedor corresponde aquelas referentes até 3 (três) meses anteriores ao ajuizamento da ação, bem como aquelas que se venceram no curso da demanda, conforme disposição expressa da Súmula 309, do STJ e do artigo 528, §7º do CPC. No vertente caso, verifico estarem preenchidos os requisitos constitucionais da voluntariedade e inescusabilidade do inadimplemento da obrigação alimentar, eis que, malgrado a justificativa apresentada, não vislumbro fundamento idôneo, apto a afastar o pedido de decretação da sua prisão civil, mormente porque os simples argumentos relativos a dificultosa capacidade financeira e constituição de nova família não têm o condão de afastar a necessidade alimentar dos exequentes (Lei 8.069/90, art. 4º). Nesse ponto, "a justificativa do inadimplemento, em ação de execução de alimentos, somente deverá ser acolhida em situações excepcionalíssimas, quando comprovado o motivo de força maior que retirou a possibilidade de pagamento do devedor" (TJRS – 8ª Câm. Cível, RAI nº 70017947201, Rel. Des. Claudir Fidelis Faccenda, j. 06/12/2006). Demais disso, muito embora o executado sustente a impossibilidade de arcar com o encargo alimentar nos moldes outrora fixados, mormente em razão da alteração de sua capacidade contributiva, registro que tais questões deveriam ter sido aventadas em ação própria de exoneração de alimentos, com garantia de contraditório e ampla defesa em processo de conhecimento, inclusive com dilação e instrução probatória, e mesmo nos casos de implemento da maioridade no curso do processo, eis que tal fato não constitui exoneração automática do dever alimentar do pai, não possuindo esta demanda executiva o condão de desobrigar do encargo alimentar. Além disso, malgrado o executado assevere a existência de acordo verbal que ensejou a redução do valor dos alimentos, não houve reconhecimento pela represente legal dos exequentes acerca desta avença. A par desses argumentos e em razão da ausência de comprovação da impossibilidade absoluta de pagar os alimentos, eis que inexistente adminículo de prova neste sentido REJEITO a justificativa apresentada, devendo o feito prosseguir em seus ulteriores termos. III. Por derradeiro e ante as ponderações alhures, e em harmonia ao parecer ministerial intime-se o executado via publicação oficial para, no prazo 03 (dias) efetuar o pagamento do débito (ID 24115630), sob pena de ser decretada sua prisão civil. Escoado o prazo, tornem os autos conclusos para deliberação. Rondonópolis/MT, 28 de novembro de 2019. (assinatura digital) Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1006081-92.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
V. D. S. C. (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
E. P. D. N. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo nº.: 1006081-92.2019.8.11.0003 Vistos etc., Cuida-se de 'Ação de Alimentos c/c Alimentos Provisórios' ajuizada por ESTHER I. dos S. N. (d.n. 23/10/2013) e MARIA H. dos S. N. (d.n. 16/09/2017), representadas por sua genitora, VANESSA dos S. C., em desfavor de EDMILSON P. do N., todos bem qualificados nos autos. Recebida a exordial, designou-se audiência de conciliação que restou exitosa, tendo os genitores pactuado acerca da fixação da guarda das menores em favor da mãe, ajustando-se, ainda, o exercício do direito de convivência paterno de forma livre. Outrossim, as partes anuíram acerca da verba alimentar, estipulando-a no patamar equivalente a 30,06% (trinta vírgula zero seis por cento) do salário mínimo mensal, incluindo-se o 13º salário no mês de dezembro, a ser pago pelo pai em favor da prole comum até o dia 27 (vinte e sete) de cada mês, em espécie (mediante recibo), com início aos 27/08/2019, bem como o custeio de 50% (cinquenta por cento) das despesas médicas, farmacêuticas, vestuário e material escolar, conforme termo de assentada incluso no ID 22417199. O Parquet opinou pela homologação do aludido acordo (ID 22659855). Adiante, designou-se nova data para fins de esclarecimento do acordo, notadamente no que tange ao 13º salário (ID 22773843). Derradeiramente, em que pese a ausência das partes em audiência, os patronos externaram a r. manifestação de vontade, a par de duplicar a verba alimentar a ser percebida no mês de dezembro, incidindo o percentual supra sobre a verba ordinária e o 13º salário (ID 24516805). É o relatório. Decido. Pois bem. O acordo levado a efeito perante a Senhora Conciliadora Judicial está encartado aos autos, constando-se o teor de suas avenças, aliás, com as especificações constantes do ID 24516805. Apenas para não passar em branco, como sói acontecer nas espécies em comento, in verbis: "Ao homologar a transação entre as partes, o juiz atua na condição de terceiro imparcial em relação ao interesse sobre o qual recai a sua conduta, fazendo-o por dever de função, aplicando a lei ao caso concreto e tomando-a como limite de sua ação, atuação esta que caracteriza os dois pressupostos básicos da atividade jurisdicional." (Comentários ao Código de Processo Civil, volume 3, Do Processo de Conhecimento, arts. 243 a 269, Ed. Revista dos Tribunais, págs. 373/375). O que implica em dizer que embora não se desconheça o teor da jurisprudência em teses alhures referida, não é dado ao julgador pressupor a volição dos envolvidos na oportunidade da tratativa, hipótese esta apta a redundar em chancela diversa da pleiteada, configurando-se em disposição ultra petita. Superadas as argumentações expendidas e, levando-se em consideração que a transação realizada entre as partes preserva os interesses das menores em baila, a homologação é medida que se impõe. Por fim, insta salientar, por oportuno, que o deferimento da guarda conforme acordaram, não faz coisa julgada material, eis que havendo alteração da situação de fato, poderá a mesma ser revista no interesse da criança, consoante se infere pelo disposto no art. 35, da Lei nº 8.069/90. Posto isso, em sintonia ao parecer ministerial, HOMOLOGO, nos termos do artigo 487, III, "b" do CPC, o acordo tal qual o entabulado e, declaro, por consequência extinto o presente feito. Expeça-se termo de guarda, oportunamente. Sem custas e honorários, na forma do art. 90, § 3º, do CPC. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas de estilo. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Intimem-se.

Cumpra-se. Rondonópolis-MT, 09 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1002837-58.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
S. A. P. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO NAVES PASCHOAL MACKIEVICZ OAB - MT26652/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. V. C. D. O. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1002837-58.2019.8.11.0003 Vistos etc., Cuida-se de Ação de Curatela com pedido de tutela antecipada promovida por SUELI APARECIDA PINTOR em desfavor de MARIANI VICTÓRIA CÁRIS DE OLIVEIRA, sob o fundamento de que a mesma sofre de deficiência mental (cerebral), sendo totalmente incapaz para os atos civis desde o seu nascimento. Narra na exordial que a requerida encontra-se sob os cuidados da autora desde o seu nascimento, ante as limitações de locomoção e fala, sendo totalmente dependente da mesma para a prática de atos corriqueiros como alimentação e higiene. Postulando, ao fim, pela procedência da ação, com a interdição da parte requerida, nomeando-se a parte requerente como curadora em definitivo. Com a inicial vieram os documentos pertinentes. Recebida a exordial (ID 19074366), concedeu os benefícios da justiça gratuita, bem como deferiu a curatela provisória a autora. Aportou-se aos autos certidão positiva do Sr. Meirinho (ID 19331696). Sobreveio relatório de estudo psicossocial realizado pela equipe técnica do Juízo (ID 20313382). Em sede de entrevista in loco realizada aos 08/08/2019 (ID 22401723), dispensou a realização de pericia judicial e determinou-se a remessa dos autos ao curador especial nomeado por este juízo. O curador especial apresentou impugnação à curatela por negativa geral, conforme petição vertida no ID 23372050. Sequencialmente acostou-se auso autos réplica autoral (ID 24755855). Por fim, a douta Representante do Ministério Público reiterou parecer pela procedência da ação (ID 26965528). É o relatório. Fundamento e decido. Cuida-se de "AÇÃO DE INTERDIÇÃO CUMULDA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA EM CARÁTER LIMINAR (CURATELA PROVISÓRIA)" proposto por SUELI APARECIDA PINTOR em face de MARIANI VICTÓRIA CÁRIS DE OLIVEIRA, ambas bem qualificado nos autos. Pretende a parte autora que lhe seja concedido o encargo da curatela de sua filha Sra. MARIANI, porquanto a mesma não possui condições de responder por seus atos, carecendo de auxílio para a prática das atividades cotidianos da vida civil. Pois bem, é cediço que com a alteração do realizadas na codificação civilista pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência, passou-se a ser determinado como absolutamente incapazes tão somente os menores de dezesseis anos, conforme inteligência do art. 3º do aludido diploma legal. Destarte, importante salientar que a curatela é um instituto protetivo ao incapaz. Como preleciona Clóvis Bevilaqua: "curatela é o encargo público, conferido, por lei, a alguém, para dirigir a pessoa e administrar os bens dos maiores, que por si não possam fazê-lo" (BEVILAQUA, Clóvis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. 5ª ed. Vol. II. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1937, p.448). Desse modo, o instituto da curatela, passou a assegurar a pessoa com deficiência o "exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas" (art. 84, caput da Lei 13.146/2015), albergando meramente os atos da vida patrimonial e negocial do interdito, em consonância com o caso concreto (art. 85, caput do EPD). In casu, revela-se desnecessária a produção de qualquer outra prova nos autos, notadamente oral, posto que despojada de conteúdo técnico, ou mesmo a repetição do exame, já que, neste ponto, nota-se que não foram apontadas, especificamente, falhas quanto à realização da prova, como também não houve alegação de suspeição dos componentes da equipe interprofissional do juízo. Demais disso, impreciso mencionar que o Juiz é o destinatário das provas e a ele compete considerar a pertinência e o momento a ser definido a dilação probatória, quando julgar necessária para formação do seu convencimento, nos termo do art. 370 do CPC. Dito isso e diante das impressões colhidas em audiência de entrevista e relatório subscrito pela equipe multidisciplinar do juízo, ressai claro a demonstração de que a curatelanda é privado de discernimento, não possuindo condições de, por si só, gerir sua pessoa e praticar atos da vida civil, necessitando, desta forma, de auxilio de terceiros. Corroborando com tal assertiva, ilustro a conclusão obtida em sede de entrevista realizada aos 16/05/2019 pela equipe técnica do Juízo (ID 20313382): "A interditanda é acamada, aparentemente bem cuidada, totalmente dependente da requerente, dessa forma justificando-se a solicitação desta, bem como não sendo observado nenhum fato contrário" (sic.). Em face desse quadro e da manifestação do Ministério Público (ID 26965528), impõe-se a proteção dos interesses da parte requerida. Enfim, claro está que a requerida está sendo bem auxiliada pela parte requerente, pessoa de seu vínculo familiar, sua genitora não havendo razões para alterar tal quadro. Assim, em atenção à dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, da CF/88) e ao melhor interesse da parte requerida, tenho por possível o reconhecimento de que ele precisará de auxílio para o exercício dos atos da vida civil. Posto isso, com fundamento no art. 487, I, e art. 754 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de submeter MARIANI VICTÓRIA CÁRIS DE OLIVEIRA, inscrita no CPF n.º 009.721.671-29 à curatela restrita a aspectos patrimoniais, negociais e previdenciários (Causa da interdição: Epilepsia) a ser exercida por SUELI APARECIDA PINTOR, portadora do 593660 SSP/MT, e inscrita no CPF n.º 424.416.091-49, nos moldes do enunciado no art. 1.775, § 3º, do Código Civil, a quem competirá prestar contas dos atos de sua gestão, ficando advertida de que necessitará de prévia autorização judicial para que contraia obrigações em nome do requerido. Assim, fica a curadora cientificada de que deverá prestar contas da administração dos bens e valores eventualmente existentes em nome da parte requerida se e quando for instada a tanto, devendo por isso manter registro de recebimentos e gastos relativos ao eventual patrimônio. A medida abrange a prática de atos de disposição patrimonial, demandar ou ser demandada em juízo, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar e praticar atos de administração de seu patrimônio. A hipótese não reclama prestação de caução ou especialização da hipoteca legal, por considerar a presumida idoneidade da curadora e o desempenho do munus de considerável peso, destacando-se que qualquer ato de alienação deverá ser precedido de autorização judicial específica. Em obediência ao disposto no artigo 755, §3º do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se no órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Esta sentença, acompanhada da respectiva certidão de trânsito em julgado, servirá como edital, publicando-se o dispositivo dela pelo órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias. Dispenso a publicação na imprensa local em inteligência ao disposto no artigo 98, III, do CPC/2015. No mais, expeça-se o competente mandado de registro da sentença de interdição para Cartório de Registro Civil competente, para ser registrado e averbada a sentença junto à respectiva certidão da requerida. Sem condenação aos ônus de sucumbência por se tratar de processo necessário e que ganhou feição de procedimento de jurisdição voluntária. Oportunamente, arquivem-se com as devidas baixas. Publique-se. Intimem-se. Notifique-se. Cumpra-se. Rondonópolis-MT, 09 de dezembro de 2019. CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-275 INTERDIÇÃO
Processo Número: 1014438-61.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
I. G. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO PONTES OAB - MT16316 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
I. G. R. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1014438-61.2019.8.11.0003 Vistos etc., A teor da declaração de incompetência pelo Juízo da Segunda Vara Cível desta Comarca, recebo o feito no estado em que se encontra. Pois bem. Cuida-se de 'AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA' proposta por IVONE GOMES DA SILVA, em face de IONE GOMES RUBIM, ambas bem qualificados nos autos. Com a inicial vieram os documentos pertinentes. Destarte, verifica-se que em derradeira petição a parte autora pugnou pela de desistência da demanda (ID 26088854), argumentando o desinteresse no prosseguimento do feito. É o relatório. Decido. A desistência da ação é perfeitamente possível, registrando-se que à parte

autora compete analisar a conveniência ou não de prosseguir com a ação, dispondo do direito que lhe é garantido constitucionalmente, observados os requisitos da legislação instrumental, inexistindo in casu nada que obstaculize o acolhimento do pedido de desistência. Face ao exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus efeitos jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA formulada (art. 200, parágrafo único, CPC), e DECLARO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485, VIII, c/c o art. 354, ambos do CPC). Sem custas e honorários ante a gratuidade da Justiça que ora defiro em favor da autora. P. I. Arquivem-se com as baixas devidas. Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2019. CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1016085-91.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
A. M. E. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA CASTREQUINI TERNERO OAB - MT8379-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
V. C. D. S. F. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo: 1016085-91.2019.8.11.0003. Vistos etc., "Cuida-se de 'Ação de Dissolução de União Estável c.c Partilha de Bens, Concessão de Guarda de menor e fixação de alimentos" proposta por Andriely M. E., por si e na qualidade de representante legal da filha Alice S. E., em desfavor de Valdenir C. da S. F., todos devidamente qualificados nos autos. Com a exordial vieram os documentos pertinentes. Compulsando os autos, verifica-se que as requerentes direcionaram o presente demanda à Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, em razão da existência de recente medida protetiva deferida em favor das mesmas, consoante narrativa preliminar oposta na inicial. Com efeito, em razão da inadequada remessa dos autos a esta unidade judiciária, ao revés daquela a que foi inicialmente dirigida e, sendo de conhecimento dos jurisdicionados que a distribuição perante a r. Especializada ocorre de forma física, porquanto não compreendida nas Portarias nº. 161/2016-PRES e nº. 1493/2018-PRES, a petição inicial apresentada ao juízo é inepta. Sobre a matéria, recorro à lição de Nelson Nery Junior, in Código de Processo Civil Comentado, 3.ª ed., Ed. RT, pág. 520): "Emenda da inicial. Quando a petição inicial contiver alguma irregularidade, é preciso que se indague sobre a natureza do vício. Sendo sanável a irregularidade, o juiz deve dar oportunidade ao autor para emendar a petição inicial, sob pena de cerceamento de defesa. Sendo insanável, o indeferimento da inicial pode ser decretado de imediato, sem necessidade de qualquer outra providência por parte do magistrado". Destarte, deverá a parte autora providenciar a distribuição física da demanda à Unidade Judiciária competente, nos moldes indicados na preambular, conforme alhures delineado. Diante do exposto e considerando o que consta dos autos, com amparo no art. 330, I, do Código de Processo Civil, INDEFIRO LIMINARMENTE A PETIÇÃO INICIAL e, em consequência, nos termos do art. 485, I, do mesmo Codex, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito. Oportunamente, defiro à parte autora os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Honorários inaplicáveis à espécie. Com o trânsito em julgado, certifique-se, procedendo às anotações de estilo e arquivando-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se Rondonópolis-MT, 11 de dezembro de 2019. (assinatura digital) Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009080-86.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EDILIA FRANCISCA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LANNING PIRES AMARAL OAB - MT20910/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADRIANA VICUNA DA SILVA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo nº.: 1009080-86.2017.8.11.0003 Vistos etc., Trata-se de 'Ação de Exigir Contas c/c Pedido de Avaliação Judicial' movida por EDILIA FRASCISCA DE SOUZA, em face de ADRIANA VICUNA DA SILVA SOUZA, bem qualificadas nos autos. Narra a autora ser herdeira dos bens deixados por Pedro Viturino de Souza, cujo inventário tramitou perante esta unidade judiciária sob Código 760973, figurando a requerida como inventariante. Destarte, aduz que os bens amealhados correspondem a um lote matriculado no RGI nº. 5.540, um veículo Gol, placa ZJI-6251 e uma motocicleta Honda Biz, placa KAF-7694. Com efeito, relata que o bem de raiz encontrava-se locado à terceiro e, embora tenham sido repassados valores inerentes a r. locação, nunca houve o detalhamento do quantum recebido. Ademais, sustenta não ter sido declarado na inventariança os valores levantados a título de FGTS pela cônjuge supérstite. Por fim, pugnou pela realização de nova avaliação dos bens, sustentando ser controvertido o valor atribuído na inventariança. Com a inicial vieram os documentos pertinentes. A ação foi recebida no ID 10947389, registrando-se, na oportunidade, restar prejudicada a pretensa avaliação dos bens inventariados, eis que esgotada a prestação jurisdicional correlata. Citada (ID 17196178), a requerida deixou transcorrer in albis o prazo sem qualquer manifestação (ID 18818140). Instada a se manifestar, a autora pleiteou pela decretação da revelia da parte adversa e o julgamento antecipado do feito (ID 23153457). Era o que merecia registro. Fundamento. Decido. Cuida-se de 'Ação de Exigir Contas' manejada por EDILIA FRASCISCA DE SOUZA, em desfavor de ADRIANA VICUNA DA SILVA SOUZA, a qual titulava a condição de inventariante do Espólio de Pedro Viturino de Souza, ao argumento de que aquela não prestou os necessários esclarecimentos nos autos quanto à administração do bem imóvel inventariado. A lide comporta o julgamento antecipado, sendo desnecessária a designação de audiência para colheita de provas, porquanto nos autos encontram-se os subsídios necessários ao deslinde da demanda, na forma do art. 355, I, do CPC. Ab initio, verifico que apesar de pessoalmente citada, a demandada não contestou a presente ação, razão pela qual decreto a sua revelia. Não obstante, diante do parco conjunto probatório encartado aos autos, tenho que não incidem os seus efeitos, de modo que o direito a restituição de eventual saldo a ser conferido à autora deve ser comprovado (art. 345, IV, do CPC), sobretudo diante da vaga notícia de pagamento do quinhão correspondente. Pois bem. Está-se diante da primeira fase da ação de exigir contas, cujo desiderato único e exclusivo consiste em se verificar o dever da parte requerida em prestar as contas quanto a gerência do imóvel arrolado no processo de inventário findo, o qual se encontrava sob a sua administração em razão do encargo assumido. É cediço que a ação em baila divide-se em duas fases. Na primeira, verifica-se, tão-somente, se a parte ré possui ou não o dever de prestar contas à autora e, na segunda, serão analisadas as contas apresentadas e eventual saldo a ser restituído. Neste sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE PRESTAÇÃO OU DE EXIGIR CONTAS - FASES - OBRIGAÇÃO RECONHECIDA POR SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO - AUSÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE - ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO APENAS NA SEGUNDA FASE - DESCABIMENTO. I - O procedimento da ação de prestação ou de exigir contas é seccionado em duas fases: na primeira, há definição sobre a existência ou não de obrigação de o réu prestar contas; em caso positivo, acontece a segunda etapa, que consiste na apresentação das contas, com a apuração ou não de saldo em favor de uma das partes; II- Se a obrigação de prestar contas já foi aperfeiçoada, depois de reconhecida pela sentença da primeira fase transitada em julgado, revela-se descabida a alegação de prescrição dessa pretensão deduzida apenas na segunda fase, não fundada em qualquer fato superveniente." (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0331.06.002906-2/002, Relator (a): Des.(a) João Cancio, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 27/11/2019, publicação da súmula em 27/11/2019). "AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. HERDEIROS. BEM COMUM. PRIMEIRA FASE. 1. A ação de prestação de contas destina-se a apurar a existência de um crédito ou de um débito, e pode sempre ser exigida de quem administra bem ou bens de outra pessoa, podendo ser manejada por quem tem o direito de exigir as contas. Inteligência do art. 550 do NCPC. 2. Na primeira fase, a ação de prestação de contas focaliza apenas e tão-somente na existência da obrigação de prestar contas ou não, cabendo apenas na segunda fase a análise acerca das contas que foram prestadas. 3. Tendo o autor sido o inventariante e exercido também a administração da área de terras que lhe coube por herança, não tem o direito de pedir a prestação de contas ao outro herdeiro. Recurso desprovido." (Apelação Cível, Nº 70080666308, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em: 29-05-2019). Deveras, a ação de prestar/exigir contas trata-se de procedimento hábil à verificação de receitas e

despesas relacionadas à administração de bens, valores ou interesses de terceiros, jungidos por determinada relação jurídica. No caso concreto, é incontroverso o direito de exigir as contas referentes à gestão da inventariante, administradora dos bens e interesses comuns da massa, figurando a autora como ascendente/herdeira do autor da herança. Ainda, o dever da requerida em prestar contas é cristalino e decorre da própria lei, salientando que "Esse dever de prestar contas abrange o período referente à inventariança, bem como o período em que estiver administrando os bens dos herdeiros." (TJRS, Apelação Cível Nº 70046778478, Sétima Câmara Cível, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 29/05/2013). Outrossim, a prestação de contas lastreia-se em uma das atribuições do inventariante nomeado, conforme inciso VII, do art. 618 do Código de Processo Civil, o qual deve dar contas do patrimônio que detém sob sua gerência, bem como dos seus frutos, rendimentos e custos, vez que movimenta valores não só próprios, mas daqueles em cujo interesse se realizam pagamentos e recebimentos. Dessa forma, não tendo a então inventariante/requerida prestado as informações pertinentes, outra alternativa não resta a este Juízo senão a procedência do presente incidente, a fim de compeli-la a cumprir a r. obrigação legal. Nesse contexto, impõe-se a procedência da primeira fase da ação de prestar de contas para determinar que a requerida preste-as, nos exatos moldes dos arts. 553, caput e parágrafo único e 618, VII, ambos do Código de Processo Civil. Apenas para não passar em branco, passado em julgado o inventário, não há mais a figura do inventariante, conferindo-se a administração da herança aos aquinhoados (art. 1.991 e 2.023, do CC). No mais, no tocante as verbas a título de FGTS/PIS/PASEP supostamente omitidas pela requerida no seio do inventário, inexistindo indícios acerca da presença do r. quantum ou de seu levantamento, tem-se que a via adequada para alcançar o levantamento de eventual saldo é adstrita ao alvará judicial, já que não declarado no procedimento sucessório, a tempo e modo. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, em sua primeira fase procedimental, e CONDENO a requerida a apresentar as contas da gestão do imóvel do Espólio de Pedro Viturino de Souza, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 550, § 5º e 551, ambos do Código de Processo Civil. Prestadas as informações pela requerida, intime-se a parte autora para fins do art. 550, §2º do CPC. Em caso de inércia, deverá a requerente promover a apresentação das contas que entende devidas pela parte adversa, tomando-se por parâmetro os valores indicados no contrato de locação que acompanha a inicial e saldos não percebidos, de acordo com o seu quinhão (art. 550, §6º, CPC), sob pena de extinção sem resolução do mérito. Custas e honorários a serem enfrentados na sentença que pronuncia o termo da segunda fase, eis que a decisão que julga a primeira tem o condão de decisão interlocutória (Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais. Vol. II. 50ª Ed.Rev., atual., ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2016). Sem prejuízo, intime-se a parte autora para esclarecer, no lapso de 15 (quinze) dias, quais os valores foram por si percebidos a título de aluguéis do imóvel suprarreferido, indicando com exatidão onde reside o questionamento e o porquê da discordância (eventual saldo a ser auferido, a partir daquele noticiado no ID 10618957), adstrito, em todo caso, ao período sobre o qual recai a pretensão (20/03/2016 a 20/03/2017), nos termos do art. 324, do CPC. No mais, deverá a requerente elucidar qual o quinhão percebido, ante a divergência constante da peça inicial (em 25%) e a retificação lançada no ID 10619055, devidamente homologada (ID 10619093 - 50% do monte). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1003406-93.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
P. N. F. (REQUERENTE)
E. N. D. O. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDOMIRO DE LIMA PEREIRA JUNIOR OAB - MT9556/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
L. A. D. O. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

Processo: 1003406-93.2018.8.11.0003 Vistos etc., Cuida-se de Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c.c. Partilha de Bens e Alimentos ajuizada por PATRICIA NUNES FARIAS e outro, em desfavor de LAUDINEI ALVES DE OLIVEIRA, ambos devidamente qualificados nos autos. Após um ato e outro, a autora pugnou pela extinção do processo haja vista ter entabulado acordo com o requerido estando o conflito resolvido. O Parquet opinou pela extinção do processo. Relatei o essencial. Do exame da petição inicial e do pedido retro, tenho como impositiva extinção do processo pela perda superveniente de Interesse Processual. Neste sentido, eis os seguintes julgados selecionados por Alexandre de Paula, em seu Código de Processo Civil Anotado, vol. 1, 7.ª ed., Ed. RT, pág. 14: "O interesse de agir deve existir no momento em que a sentença for proferida. Se ele existir no início da causa mas desaparecer naquela fase, a ação deve ser rejeitada por falta de interesse" (Ac. un. da 7.ª Câm. do TJSP de 29.06.94, na Ap 212.187-1, res. Des. Leite Cintra; JTJSP 163/9)" "O interesse processual, cuja existência é indispensável, se existiu no início da causa, mas não está presente no momento da sentença, motiva a rejeição da ação" (Ac. un. da 2.ª Câm. do TJSP de 07.02.1995, na Ap 200.351-1, rel. Des. Vasconcellos Pereira: JTJSP 173/126)" Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente feito, nos termos do artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Via de consequencia, revogo o provimento liminar concedido derradeiramente. Sem custas e honorários ante a gratuidade da justiça. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. P. I. Arquivem-se com as baixas devidas. Cumpra-se. Rondonópolis-MT, 08 de dezembro de 2019. CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1003589-98.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
F. A. R. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRYDYS HANANDA MINGOTI OAB - MT0019871A (ADVOGADO(A))
KARINA DOS REIS BELTRAO GUIMARAES OAB - MT12225/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
W. S. S. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARIA ISABEL AMORIM PEREIRA PORTELA OAB - MT0007387A (ADVOGADO(A))

Vista à parte exequente para que, querendo, se manifeste sobre a certidão negativa e a manifestação do executado.

Intimação Classe: CNJ-283 DIVÓRCIO CONSENSUAL
Processo Número: 1016074-62.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
L. R. S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELA RABITO DE OLIVEIRA OAB - MT26343/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
T. C. A. D. S. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1016074-62.2019.8.11.0003 Vistos, etc. Cuida-se de 'Divórcio Direto Consensual' formulado por TULIO CESAR ALONSO DE SOUSA e LAIRA RABITO SILVEIRA ALONSO, ambos bem qualificados nos autos. As partes pugnam pela dissolução do vínculo matrimonial precedentemente vivenciado entre eles, vez que encontram-se separados de fato há mais de nove meses, consignando a dispensa recíproca da obrigação alimentar. No mais, informaram a inexistência de bens a serem partilhados. Por fim, regulamentaram a custódia do animal de estimação amealhado na constância do casamento, da raça Yorkshire Terrier, que ficará com o cônjuge virago, conforme disposto na peça inaugural (ID 27074995). Com a inicial vieram os documentos pertinentes. Relatei o essencial. Decido. Prima facie, processe-se em segredo de Justiça, com gratuidade processual. Considerando-se a natureza da causa, notadamente a ausência de interesse de incapazes, deixo de abrir vista dos autos ao Ministério Público, passando desde já ao exame do pedido autoral. Cuida-se de Divorcio Consensual, formulado por TULIO CESAR ALONSO DE SOUSA e LAIRA RABITO SILVEIRA ALONSO, ambos bem qualificados nos autos, pretendendo ver dissolvido o vínculo matrimonial, assim como regulamentado a custódia do animal de estimação adquirido na constância do casamento, que passará a ser exercida pela divorcianda. Pois bem, verifica-se que as partes são legítimas e bem representadas, presentes

estando os pressupostos processuais e as condições da ação. Os requerentes são casados consoante certidão vertida no ID n. 27074998. Em se tratando de pedido da espécie, em consonância com a Emenda Constitucional nº 66, publicada em 13.07.2010, com entrada em vigor na data da publicação - que suprimiu o requisito temporal na dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio – não mais se exige a comprovação do transcurso de qualquer prazo para a decretação do divórcio, tampouco do transcurso do prazo a contar da data da decisão que julgou a separação (art. 226, par. 6º, da Constituição Federal). No mais, pondero que no REsp 1.713.167/SP de Relatoria do Ministro Luiz Felipe Salomão, o Superior Tribunal de Justiça já reconheceu o direito dos ex consortes disporem acerca da guarda e visitas aos animais de estimação adquiridos na constância do casamento, aplicando analogicamente os dispositivos 1.583 a 1590 do CC. Logo, tenho como plenamente passível de homologação o ajuste entre as partes no que diz respeito à guarda do cachorro em comento. Desse modo, vislumbro que o ajuste celebrado resguarda os requisitos de VALIDADE, EXISTÊNCIA E EFICÁCIA dos NEGÓCIOS JURÍDICOS. Posto isso, HOMOLOGO por sentença, e para que todos os efeitos legais surtam o acordo realizado entre as partes e por via de consequência, DECRETO O DIVÓRCIO de TULIO CESAR ALONSO DE SOUSA e LAIRA RABITO SILVEIRA ALONSO, com fundamento no art. 226, §6º, da Constituição Federal, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens. A considerar a consensualidade em destaque e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito, ficando dispensada a sua lavratura. A requerente voltará a utilizar o nome de solteira. Sem custas ante a gratuidade da Justiça. Sem honorários ante a forma adotada para o deslinde da controvérsia. Expeça-se o competente mandado de averbação (art. 10, inciso I, do Código Civil em vigor e art. 29, §1º, alínea "a", da Lei 6.015/73) ao Cartório de Registro de Registro Civil de Pessoas Naturais. Após, arquive-se, com baixa nos registros. P.I. Notifique-se. Rondonópolis, 09 de dezembro de 2019. Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1008950-28.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
A. D. S. G. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARCIO RODRIGUES MOREIRA OAB - MT22628/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. S. D. M. (RÉU)
B. A. D. M. G. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1008950-28.2019.8.11.0003 VISTOS. Trata-se de ação de exoneração de encargo alimentar proposta por ANDERSON DA SILVA GONÇALVES em face de BARBARA APARECIDA DE MORAIS GONÇALVES, assistida por Sra. ANDREIA S. de M. Recebida a exordial foi designada audiência de conciliação, oportunidade em que as partes lograram êxito na composição, tendo a requerida concordado com o pedido de exoneração vindicado pelo Autor, ajustando-se como a forma como se dará o pagamento da verba alimentar vencida no quantum de R$ 2.800,00 (ID 25793137). O Ministério Público opinou pela homologação da r. tratativa (ID 27288108). É o relatório. Decido. Em análise ao ajuste entabulado entre as partes, vislumbro que os requisitos de VALIDADE, EXISTÊNCIA e EFICÁCIA dos NEGÓCIOS JURÍDICOS encontram-se presentes no r. ACORDO firmado judicialmente entre os mesmos. Posto isso, sem sintonia ao parecer ministerial, HOMOLOGO a referida transação e resolvo o MÉRITO com base no art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil, por conseqüência extingo o presente feito. Sem custas eis que o feito tramita sob o pálio da assistência judiciária gratuita, restando deferido em prol da requerida r. benesse. Sem honorários ante a solução consensual da controvérsia. Oportunamente, proceda-se ao arquivamento do feito com as cautelas de estilo. Ciência ao Parquet. P. I. Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019. CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1004216-34.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
J. P. B. N. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS PIMENTEL BARBOSA NETO OAB - MT18454/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F. M. G. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARILZA DE CASTRO BRANCO OAB - MT17146-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo: 1004216-34.2019.8.11.0003. Vistos etc., Cuida-se de "Ação de Divórcio Litigioso" ajuizada por Jonas Pimentel Barbosa Neto em face de Fernanda Medeiros Guimarães, ambos qualificados nos autos. Entre um ato e outro, sobreveio petição de acordo extrajudicial dos envolvidos (ID 26147909). É o necessário. Decido. Considerando-se a natureza da causa, notadamente ausência de interesse de incapaz, deixo de abrir vista dos autos ao Ministério Público, passando desde já ao exame dos termos da avença. Desta forma, registro que este Juízo não apreciará tema relativo a guarda e alimentos em favor da prole comum, uma vez que já houve acordo em relação a esta temática (ID 19637198), nos mesmos termos consignados na petição derradeira. Pois bem. As partes são legítimas e bem representadas, presentes estando os pressupostos processuais e as condições da ação. O pedido satisfaz às exigências do art. 40 da Lei n. 6.515/77, do art. 1.580, parágrafo segundo, do Código Civil/2002 e do art. 226, § 6º da Constituição Federal. Apenas para não passar em branco, cabe registrar que em relação ao bem imóvel financiado descrito na inicial, não pode ser cedido sem a prévia e expressa anuência do agente financiador. Demais disso, eventual homologação do divorcio consensual e judicial, tal qual ora celebrado, não tem o poder de modificar ou transferir direitos reais sobre imóveis, apenas declara ou reconhece direitos, conforme previsão do art. 843 e 844 do Código Civil. Nesse sentido, vale dizer que, tratando-se de imóvel financiado, não há como partilhar aquilo que nem sequer é de propriedade do casal, porquanto, até o adimplemento integral do contrato, não são eles proprietários do imóvel, mas somente promitentes compradores. Outrossim, caso demonstrem interesse na exclusão de adquirente e devedor do contrato de financiamento outrora firmado, conforme termos ajustados, deverão os divorciandos apresentarem carta de anuência por parte da instituição financeira respectiva para a transferência dos direitos e obrigações oriundos do contrato de financiamento relacionado ao imóvel descrito na exordial. Malgrado, a pretensa homologação só produziria efeitos em relação à r. instituição financeira mediante sua anuência expressa ou depois de quitada a dívida, tratando-se assim de cláusula não escrita perante referido terceiro. Logo, cabe ao juízo tão somente homologar a manifestação de vontade das partes, mormente em relação a situação fática trazida à baila, já que, conforme acima disposto, não tem o condão de modificar ou alterar direitos reais sobre imóveis perante terceiro não integrante à demanda e sem sua expressa anuência. Posto isso, sem maiores delongas HOMOLOGO o acordo tal qual o celebrado entre as partes, no que tange a partilha de bens. Via de consequência, decreto o DIVÓRCIO de JONAS PIMENTEL BARBOSA NETO e FERNANDA MEDEIROS GUIMARAES, declarando cessados todos os deveres inerentes ao casamento, inclusive o regime matrimonial de bens. Os nubentes, após o enlace, conservaram os mesmos nomes. Sem custas e honorários, face à gratuidade da Justiça precedentemente deferida, restando, outrossim deferido o r. benefício a requerida. Expeça-se o competente mandado de averbação (art. 10, I, do Código Civil e art. 29, §1º, I, da Lei 6.015/73) ao Cartório de Registro de Registro Civil de Pessoas Naturais. Diante da consensualidade em destaque, a publicação desta sentença nos autos gerará automaticamente o seu trânsito em julgado (dispensando a serventia de expedir certidão especifica). Após, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. P. I. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 11 de dezembro de 2019. (assinatura digital) Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1002725-94.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
J. A. N. B. (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KAREN KELLY ROSSATTO DOS SANTOS OAB - MT0019204A (ADVOGADO(A))

VERA LUCIA NOSSOL OAB - 616.862.981-53 (PROCURADOR)
Parte(s) Polo Passivo:
J. B. F. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELIZETE RAMALHO GERINO OAB - MT5614/O (ADVOGADO(A))

Intimação da parte exequente para que, querendo, se manifeste sobre a manifestação do executado ID. 26528962.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001995-78.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
P. R. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE LOUREDO FILHO OAB - MT0015840A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. C. (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1001995-78.2019.8.11.0003 Vistos etc. Trata-se de ação objetivando a exoneração de alimentos prestados por Paulo Rogerio da Silva em favor de sua filha Rhayanny Castro, ambos devidamente qualificados nos autos, sustentado que a alimentada já atingiu a maioridade, não mais estuda, bem como possui vínculo empregatício sendo plenamente capaz de prover o próprio sustento. Narra a exordial que o autor que está obrigado ao adimplemento mensal de 1/3 (um terço) do salário mínimo mensal a título de alimentos em favor da requerida, percebendo a quantia mensal de R$ 1.050,60 (mil e cinquenta reais e sessenta centavos) dos quais R$ 276.94 (duzentos e setenta e seis reais e noventa e quatro centavos) são descontados a título de pensão alimentícia, e, ainda, que possui mais dois filhos menores, a saber, R. F. G. S. e M. G. S. Ainda, noticia que a parte requerida por sua vez vive atualmente em união estável, possui vínculo laboral, percebendo salário igual ou superior ao do requerente. Juntou documentos. Através da decisão registrada no ID 185336423649989 restou deferida tutela antecipada para exonerar o autor liminarmente da obrigação alimentar em relação à requerida. A demandada foi citada pessoalmente para comparecer em audiência de conciliação, consoante rege a legislação especial aplicável à espécie, todavia deixou de comparecer à solenidade injustificadamente e, ainda, não apresentou defesa escrita (ID 22562616). A parte autora pugnou pela decretação da revelia e aplicação de seus efeitos, bem como o julgamento antecipado da lide para exonerar o autor definitivamente da obrigação alimentar, nos moldes da exordial. Relatei o essencial. Fundamento e DECIDO. Prima facie, entendo desnecessária a produção de maiores provas acerca do pedido, estando o feito devidamente instruído, motivo por que passo a julgá-lo antecipadamente em atenção ao disposto no art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, verifico que apesar de devidamente citada a requerida não contestou a presente ação. Assim, decreto a revelia da requerida deixando, contudo, de aplicar o efeito previsto no art. 344 do CPC, eis que se trata de direito indisponível. Deixo de nomear curador especial tendo em vista a não-incidência no vertente caso da norma processual constante do art. 72, II, CPC eis que a citação da demandada foi real e não ficta. Pois bem, embora não se reconheça os efeitos da revelia em matéria relativa a alimentos por ser de natureza indisponível, é cediço que, enquanto menor, o dever de sustento dos pais decorre do poder familiar, e, em face da incapacidade, as necessidades são presumidas e prescindíveis de comprovação. Com a maioridade civil extingue-se o dever de sustento dos pais. Todavia, poderá subsistir a obrigação alimentar se persistentes as necessidades e o interessado não puder prover, pelo seu trabalho, a própria mantença. É o que dispõe o art. 1.695 do CC. Ensina Regina Beatriz Tavares da Silva que “O instituto dos alimentos entre parentes compreende a prestação do que é necessário à educação independentemente da condição de menoridade, como princípio de solidariedade familiar. Pacificou-se na jurisprudência o princípio de que a cessação da menoridade não é causa excludente do dever alimentar. Com a maioridade, embora cesse o dever de sustento dos pais para com os filhos, pela extinção do poder familiar (art. 1.635, III), persiste a obrigação alimentar se comprovado que os filhos não têm meios próprios de subsistência e necessitam de recursos para a educação” (in “Novo Código Civil Comentado”/coordenador Ricardo Fiuza, São Paulo, Saraiva, 2002, p. 1503). No caso, o alimentante ajuizou ação de exoneração de alimentos, em face da implementação da maioridade da alimentanda e ante a capacidade laborativa da requerida. Esta, por sua vez, mesmo citada, não se manifestou na ação a respeito do pedido do autor. Tal comportamento da demandada, após citada, faz presumir que não necessita mais dos alimentos, isto é, que é capaz de prover o próprio sustento, sem o auxílio paterno. Ou seja, ao silenciar e não oferecer contestação, a alimentanda demonstrou total desinteresse pela prestação alimentar de que era credora, tendo assim, concordado tacitamente com a exoneração, pois, caso desejasse preservá-la, deveria comprovar a sua necessidade, havendo, neste caso, a inversão do ônus da prova. Ademais, na ação de exoneração de alimentos fundada na maioridade do alimentando, compete a este, requerido, o ônus da prova de que permanece a sua necessidade de receber alimentos (art. 373, II, do CPC), eis que, cessado o dever de sustento decorrente do poder familiar, torna-se necessária a prova de alguma circunstância excepcional a justificar a manutenção do encargo. A propósito: 'CIVIL - EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - MAIORIDADE - EXTINÇÃO DO PODER FAMILIAR - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DA RELAÇÃO DE PARENTESCO - AUSÊNCIA DE PROVA DA PERENIDADE DA NECESSIDADE ALIMENTAR - ALIMENTOS EXONERADOS - RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Os pais têm o dever de sustentar seus filhos menores em razão do poder familiar que sobre eles exercem. 2. Alcançada a maioridade civil, imediatamente cessa o poder familiar e todos os seus corolários, inclusive o dever de sustento a ele inerente (artigo 1635, inciso III, do CC/02). 3. Eventual perenidade da necessidade alimentar pode justificar a manutenção dos alimentos em razão da relação de parentesco, contanto que o interessado demonstre sua necessidade em recebê-los e a capacidade de quem está obrigado a provê-los. 4. Se o alimentando adquire a capacidade para a vida civil, mas não se exime do ônus da prova que lhe incumbe em relação à sua necessidade alimentar, correta a exoneração dos alimentos que lhe vinham sendo pagos por seu genitor. 5. Recurso de Apelação conhecido e improvido' (20060310079264APC, Relator BENITO TIEZZI, 2ª Turma Cível, TJDFT). 'APELAÇÃO CÍVEL - ALIMENTOS - EXONERAÇÃO - MAIORIDADE DOS ALIMENTADOS - PROCEDÊNCIA - DECISÃO CONFIRMADA - Alcançada a maioridade e não havendo demonstração por parte do alimentado acerca de circunstâncias especiais a justificar a permanência da prestação alimentícia, correta se mostra a decisão que acolheu o pedido de exoneração formulado pelo alimentante.' (TJMS - AC-Lei Especial 2004.012840-3/0000-00 - Miranda - 1ª T.Cív. Rel. Des. Josué de Oliveira). Nesse sentido já decidiu o colendo Superior Tribunal de Justiça: ‘PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. ALIMENTOS. EXONERAÇÃO.MAIORIDADE. NECESSIDADE. ÔNUS DA PROVA. 1. O advento da maioridade não extingue, de forma automática, o direito à percepção de alimentos, mas esses deixam de ser devidos em face do Poder Familiar e passam a ter fundamento nas relações de parentesco, em que se exige a prova da necessidade do alimentado. 2. A necessidade do alimentado, na ação de exoneração de alimentos, é fato impeditivo do direito do autor, cabendo àquele a comprovação de que permanece tendo necessidade de receber alimentos. 3. A percepção de que uma determinada regra de experiência está sujeita a numerosas exceções acaba por impedir sua aplicação para o convencimento do julgador, salvo se secundada por outros elementos de prova. 4. Recurso provido.’ (REsp 1198105/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2011, DJe 14/09/2011) Deste modo, considerando que a maioridade faz cessar a presunção da necessidade, impondo-se àquele que recebe os alimentos o ônus de demonstrar a necessidade da continuidade de perceber o auxílio financeiro, e que, no caso, a alimentanda, citada, sequer se manifestou, entendo haver presunção de que ela não mais necessita dos alimentos, impondo-se a procedência do pleito inicial para exonerar o genitor ao pagamento da prestação alimentícia à requerida. Diante disso, não evidenciado na demanda qualquer fator a denotar a necessidade da manutenção da obrigação, impõe-se o acolhimento do pedido inicial, desonerando-se o genitor do encargo Posto isso, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, exonerando o autor do pagamento de pensão alimentícia à requerida RHAYANNY CASTRO ARRUDA, consoante postulado. No mais, ratifico o provimento liminar concedido quando do recebimento da ação. Oficie-se ao órgão empregador do requerente para cessar definitivamente os descontos da prestação alimentícia destinada à requerida. Sem custas e honorários eis que o feito tramita sob o pálio da assistência judiciária gratuita. No mais, deixo de condenar a requerida nos ônus sucumbenciais, vez que não se opôs ao pedido, restando deferida de ofício a gratuidade

da Justiça em seu favor haja vista a natureza da ação aliada ao fato de não constar dos autos ser ela detentora de posses aliada a qualificação profissional (auxiliar de farmácia) da mesma inserida na exordial. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as baixas e cautelas de estilo. P.I. Cumpra-se. Rondonópolis-MT, 11 de dezembro de 2019. Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1009826-51.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
J. K. S. D. M. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON SPIGOSSO OAB - MT5821-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J. P. S. R. (RÉU)

Processo nº.: 1009826-51.2017.8.11.0003 Vistos. JOÃO GUILHERME SAMPAIO SANTOS DE MORAIS, menor, representado por sua genitora, JOZIR KELE SANTOS DE MORAIS, ajuizou AÇÃO DE ALIMENTOS em face de JOÃO PAULO SAMPAIO RICHTER, relatando, em síntese, que é filho do requerido, o qual, não contribui com o seu sustento. Aduziu que sua mãe, atualmente desempregada, não possui condições de suportar sozinha os encargos para sua criança. Sustenta que o requerido desenvolve atividade autônoma, sendo proprietário do restaurante 'alho e sol', auferindo renda mensal de aproximadamente cinco mil reais. Pediu a condenação do requerido ao pagamento de alimentos no importe mensal de 28 % dos rendimentos líquidos do requerido, quantum correspondente a um salário mínimo e meio. Com a inicial vieram os documentos necessários. Os alimentos provisórios foram fixados em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo (ID 10991887) foi ainda deferido ao autor os benefícios da assistência judiciária, designando-se audiência de conciliação cuja realização restou prejudicada. Apesar de citado (ID 21080635), o requerido não apresentou contestação. A parte autora pugnou pelo julgamento antecipado da lide (ID 23825009). Em parecer final, o Ministério Público opinou pela procedência parcial do pedido (ID 26969785). É o relatório. DECIDO. Trata-se de ação de alimentos ajuizada por JOÃO GUILHERME SAMPAIO SANTOS DE MORAIS, menor, representado por sua genitora, em face de JOÃO PAULO SAMPAIO RICHTER. Apesar de citado, o requerido não apresentou contestação, estando configurada sua revelia. Diante da revelia e inexistindo necessidade de produção de provas em audiência, possível o julgamento antecipado da lide (art. 355, II do Código de Processo Civil). A relação de parentesco a legitimidade para o recebimento de alimentos encontra-se comprovada no documento vertido no ID n. 10920080, sendo o autor filho do requerido. As necessidades do requerente, que é criança, são inquestionáveis, cujas despesas e necessidades básicas (alimentação, saúde, vestuário, educação, etc) são presumidas. Lado outro, tem-se que os alimentos não podem ser fixados em quantia que prejudique o alimentante, já que este tem de manter a própria subsistência. No caso, inexistem provas dos rendimentos auferidos pelo réu. Contudo, hei por bem manter em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo os alimentos em favor do requerente, quantia que certamente atende ao trinômio possibilidade-necessidade-proporcionalidade e que não foi questionada por qualquer das partes. Ainda, por força do princípio da proporcionalidade e do quadro probatório encartado aos autos, deixo de fixar valor a titulo de contribuição de despesas extraordinárias do infante. Pelo exposto, JULGO em parte PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o requerido JOÃO PAULO SAMPAIO RICHTER a pagar, a título de alimentos ao requerente, o valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) a ser pago até o dia dez de cada mês com crédito em conta bancária da genitora da parte autora. Sem custas e honorários eis que o feito tramita sob o pálio da assistência judiciária gratuita. No mais, deixo de condenar o requerido nos ônus sucumbenciais, vez que não se opôs ao pedido, restando deferida de ofício a gratuidade da Justiça em seu favor haja vista a natureza da ação aliada ao fato de não constar dos autos ser ele detentor de posses. Transitado em julgado, arquive-se. Ciência ao Parquet. P. R. Intime-se. Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019. CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1009793-27.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
A. F. F. D. C. S. A. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
J. A. D. C. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JESSICA KAROLINE DE SOUZA RODRIGUES OAB - MT21756/O (ADVOGADO(A))

ATO ORDINATÓRIO impulsiono os presentes autos com a finalidade de INTIMAR a parte requerida para manifestar-se em cinco dias, querendo acerca do documento atrelado a manifestação de ID n. 23578116

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1000651-33.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
E. A. C. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
R. F. D. O. C. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SAMIR BADRA DIB OAB - MT5205-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1000651-33.2017.8.11.0003 Vistos etc., Trata-se de 'Ação de Guarda de Menor' ajuizada por EDINEIDE APARECIDA COSTA em desfavor de RADAMEZ FERNANDO DE OLIVEIRA CORRÊA, visando regulamentar a guarda da menor ANNA REBECCA COSTA CORRÊA (d.n. 27/04/2008). Sustenta a autora ser genitor da menor Anna Rebeca sendo que as criança encontra-se sob seus cuidados de fato de longa data, razão pela qual pugna pela concessão da guarda definitiva da infante em seu favor. Aduz também que o genitor da criança está em local incerto e não sabido, porquanto o genitor jamais prestou qualquer auxílio na criação da menina. Junto à inicial veio documentação pertinente. O demandado foi citada por edital, tendo transcorrido 'in albis' o prazo para contestação, razão pela qual foi nomeado curador especial, que apresentou contestação por negativa geral. Relatório psicossocial encartado nos IDs n. 5514522 e n. 5915270. Em manifestação, a representante do Ministério Público opinou pelo julgamento procedente da ação (fls. 38/40), visando conferir a guarda definitiva da menor à Autora (ID 26967212). É o relatório do essencial. FUNDAMENTO E DECIDO. Prima facie, entendo desnecessária a produção de maiores provas acerca do pedido, estando o feito devidamente instruído, motivo por que passo a julgá-lo antecipadamente em atenção ao disposto no art. 355, I, do Código de Processo Civil. O Réu não contestou a presente ação, razão pela qual decreto a sua revelia sem, contudo, aplicar os efeitos ante a natureza do interesse em baila. Trata-se de ação de guarda, destinada a regularizar a situação de fato da menor ANNA REBECCA COSTA CORRÊA. A relação jurídica processual se desenvolveu regularmente, tendo sido instaurado o contraditório com a citação do genitor da menor, que preferiu a revelia. No mais, no escólio de Maria Helena Diniz, "a guarda é um dever de assistência educacional, material e moral (ECA, art. 33) a ser cumprido no interesse e em proveito do filho menor e do maior incapaz, garantindo-lhe a sobrevivência física e o pleno desenvolvimento psíquico. É um poder-dever exercido no interesse da prole." (Código Civil anotado, 9ª edição, Saraiva, 2003, pág. 1.078). Dito isto, analisando o mérito da causa, verifico que a pretensão inicial é manifestamente procedente, ante aos elementos de prova constantes dos autos. De fato, pelo estudo social e psicológico realizado no decorrer do feito, constata-se que a genitora da menor reúne condições de criá-la dignamente, fornecendo o que se mostra necessário ao adequado e regular desenvolvimento da mesma. Com efeito, o estudo social realizado pela assistente social do Juízo aponta que a criança vive em perfeita harmonia no seio familiar, inexistindo nos autos, portanto, indícios que censurem ou desaconselhem a permanência das mesmas sob a guarda e responsabilidade da mãe. Desta forma, analisando-se o relatório social aludido, o deferimento do pleito é medida que se impõe em observância ao bem estar das menores em referência. Ademais, concedida a guarda definitiva pretendida, não se vislumbram prejuízos às menores ou ao seu genitor caso sejam alteradas as condições atuais de desenvolvimento das infantes, tendo em vista que referida concessão não faz coisa julgada, observando-se, sempre e em todo caso, o exclusivo interesse das menores envolvidas. Acerca da matéria, já se decidiu: "A concessão da guarda, provisória ou definitiva, não faz coisa julgada, podendo ser modificada no interesse exclusivo do menor e desde que não tenham sido cumpridas as obrigações pelo seu guardião" (RT 637/52 e 596/262). Posto isso e considerando as circunstâncias e os fatos narrados no pedido e ainda com supedâneo no art. 355, I, do CPC, em sintonia ao parecer

ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido e concedo a guarda da menor ANNA REBECCA COSTA CORRÊA à Requerente EDINEIDE APARECIDA COSTA, devendo esta obedecer o artigo 33 e seus parágrafos do Estatuto da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de ulterior revogação, a qualquer tempo (art. 153 da Lei 8.069/90). Expeça-se o Termo Definitivo de Guarda. Sem custas e honorários ante a gratuidade da Justiça. Ciência ao Ministério Público. Transitada em julgado e realizadas as anotações de estilo, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessárias. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 8 de dezembro de 2019. Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-267 ARROLAMENTO COMUM
Processo Número: 1002674-83.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
CARMELUCIA GONZAGA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SANDRO SOARES GIGLIO OAB - MT0015474A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIME AURELIO PEREIRA (ESPÓLIO)
Outros Interessados:
M. A. D. A. P. (TERCEIRO INTERESSADO)
CARMELUCIA GONZAGA DE ALMEIDA OAB - 615.606.341-20 (REPRESENTANTE)
EDSON SOUZA PEREIRA (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo nº.: 1002674-83.2016.8.11.0003 Vistos etc., Trata-se de INVENTARIO sob o rito de ARROLAMENTO COMUM do ESPÓLIO de JAIME AURELIO PEREIRA, sendo inventariante CARMELUCIA GONZAGA DE ALMEIDA, ambos devidamente qualificados nos autos. Verifica-se que há no feito a certidão negativa de débito municipal (ID 12943235), estadual (ID 18742104) e federal (ID 12943264), certidão negativa de testamento em nome do falecido (ID 4592839), além de declaração de isenção do ITCMD (ID 13914252). Consta dos autos as primeiras declarações (ID 4146765) e plano final de partilha nos moldes legais (ID 24481920). Outrossim, há escritura pública de renúncia de direitos hereditários firmada pelo sucessor Edson Souza Pereira (ID 4963510). Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pela homologação da partilha (ID 26556912). Por derradeiro, o Fisco Estadual noticiou a isenção do tributo causa mortis (ID 13914252). Em face ao exposto, HOMOLOGO a partilha relativa aos bens deixados pelo falecido JAIME AURELIO PEREIRA, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, salvo erro ou omissão e ressalvados direitos de terceiros. Via de consequência, cumprindo as exigências dos artigos 200, caput e 487, I do CPC, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Sem custas, eis que as partes militam sob o pálio da Assistência Judiciária Gratuita. Honorários inaplicáveis à espécie. Após o trânsito em julgado, se nada requerido, expeça-se carta de adjudicação em favor do herdeiro Marco A. de A. P. (d.n. 01/08/2005), atinente ao bem imóvel pertencente ao acervo, sob RGI local nº. 26.138, nos termos do decisum de ID 20622679. Outrossim, defiro a expedição de alvará na forma pleiteada (ID 24481920), com prazo de 180 (cento e oitenta) dias, autorizando a inventariante Carmelucia Gonzaga de Almeida a transferir a si ou a quem indicar o veículo Fiat/Uno Mille Way Econ, placa NJL-0489, melhor descrito e caracterizado no CLRV acostado aos autos (ID 4146873), de propriedade do falecido Jaime Aurelio Pereira, resguardando-se, em todo caso, o pagamento do quinhão do herdeiro Marco A. de A. P., na importância de 50% (cinquenta por cento) do r. valor de mercado. Diante do diminuto valor do veículo e, tratando-se bem a ser colocado a disposição e usufruto também do menor para o transporte diário, deixo de exigir a prestação de contas, invocando para tanto o princípio da razoabilidade, cientificando-se, todavia, a companheira supérstite quanto a necessidade de emprega-lo ao conforto do filho, a par de desfrutar, inclusive, dos valores eventualmente auferidos em caso de alienação. Fica o órgão público competente autorizado a deixar de dar cumprimento ao alvará judicial, acaso verificada eventual restrição administrativa (bloqueio judicial do veiculo via RenaJud) ou restrição financeira (alienação fiduciária / arrendamento mercantil, etc..). Faça constar do alvará que a autorização judicial em questão não eximirá o proprietário do veículo do pagamento de multas ou impostos porventura pendentes no ato da transmissão. Cumpridas as diligências e procedendo-se às anotações necessárias e registro, arquive-se com as cautelas de estilo. Publique-se. Intimem-se. Notifique-se. Cumpra-se.

Rondonópolis-MT, 12 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1004587-03.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
F. T. D. S. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EMERSON SPIGOSSO OAB - MT5821-B (ADVOGADO(A))
DENISE RODEGUER OAB - SP0291039S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
P. C. D. S. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDERSON ROCHA DE SOUZA OAB - MT0012103S (ADVOGADO(A))
NALVA NILTA DE SOUZA BARROS MELO OAB - MT15898 (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDONÓPOLIS SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo nº.: 1004587-03.2016.8.11.0003 Vistos. Cuida-se de ação de alimentos proposta por ELOAH DOS SANTOS TRAJANO, devidamente representada pela genitora FAGNA TRAJANO DA SILVA em face de PAULO CESAR DOS SANTOS, ambos qualificados nos autos. Narra a exordial que a genitora da menor encontra dificuldade em sozinha fazer frente às despesas da infante, sendo que a situação financeira da requerida é estável, negando-se todavia em prestar qualquer auxilio para a criação da prole em comum. Pugna pela fixação da verba alimentar no quantum equivalente a um salário mínimo e meio (1.5 - um e meio salário mínimo). Por força da decisão vertida no ID n. 3714061 restou arbitrada a verba alimentar provisória no patamar equivalente a 30 % do salário mínimo, designando-se audiência de conciliação. A audiência de conciliação restou inexitosa (ID 4791065). Em sede de contestação o requerido pugnou pela concessão dos benefícios da gratuidade da Justiça. No mais, aduziu a impossibilidade de fazer frente ao quanto postulado pela autora porquanto, vem arcando com o pagamento de prestação mensal alimentícia equivalente a 21,18 % destinados a outros três filhos oriundos de relacionamentos diversos. Pugna pela redução da verba alimentar antes fixada no patamar equivalente a 18,15 % do salário mínimo nacional, sob pena de impor-se sacrifício exarcebado a sua esfera pessoal. Sobreveio réplica (ID 5538511), reiterando o pedido exordial. Através da petição vertida no ID n. 15687336 o requerido informou a sua superveniente situação de desemprego. Efetivada consulta ao sistema CAGED constatou-se que o requerido logrou êxito em reinserir-se no mercado de trabalho (ID 18970698). Adiante, consta informação dando conta da desvinculação ao referido vínculo (ID 20413410). Sequencialmente o requerido atualizou o seu endereço e informou o novel vínculo empregatício, aduzindo estar auferindo salário no quantum equivalente a R$ 1835,00. Sustenta que o r. valor é destinado ao pagamento de aluguel e demais despesas, bem como a verba alimentar destinada aos demais filhos. Reiterou o pedido de fixação da verba alimentar no patamar equivalente a 18 % do salário mínimo nacional (ID 20442610). O requerido apresentou o comprovante de recebimento de salário (maio de 2019) - ID 21540089. A autora reiterou o pedido de fixação da verba alimentar em 30 % dos rendimentos do requerido. A douta representante do Ministério Público opinou pela procedência parcial do pedido (ID 27166404). Relatei o essencial. Decido. O feito merece julgamento antecipado, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC, porque as provas documentais acostadas aos autos são suficientes para embasar o julgamento. Pois bem, no caso em tela, é inquestionável a necessidade da alimentanda, que, por óbvio, como qualquer criança (ID 3685287), necessita de diversos cuidados para manutenção da saúde, itens diversos de consumo destinados à higiene pessoal, vestimentas, alimentação, bem como lazer, entretenimento, etc. O Juízo segue orientação da jurisprudência do colendo Superior Tribunal de Justiça no sentido de que pesa sobre o demandado o ônus de provar sua incapacidade financeira. Nesse sentido: 'Cabe aos autores o ônus da prova do fato constitutivo do direito e compete ao réu constituir prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito reclamado' (STJ-2ª Turma, REsp. nº 510.114/AL, rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, j. em 23/10/2007, destaque meu). Consoante relatado, a narrativa exordial assinala que genitora também não ostenta condições de sustentar sozinha a filha. Assim, a obrigação de prestar alimentos à filha menor é inconteste. A questão que remanesce, então, centra-se apenas no valor. O valor dos

alimentos deve ser fixado respeitando o binômio necessidade/possibilidade. Esse quantum, entretanto, deverá ficar no patamar de 10 % dos rendimentos auferidos pelo requerido, enquanto empregado e de 20 % (vinte) salário mínimo, mensalmente, em caso de desemprego ou trabalho informal, o que é justo levando-se em consideração o trinômio possibilidade x necessidade x proporcionalidade. Menos do que isso seria muito ínfimo, e mais do que isso comprometeria a sobrevivência do réu que possui outros três filhos menores (ID 4981681, 4981687 e 4981677), aliado à necessária parcela contributiva da genitora, ressaltando que por ela ser detentora da guarda fática da menor, por evidente, a mesma dispende mensalmente valor bem superior ao ora fixado para a manutenção do bem estar da filha concedendo-lhe moradia adequada, alimentação, lazer, etc. Ora, a necessidade da autora é presumida em razão de sua tenra idade (4 anos de idade), sendo certo que tem despesas com alimentação, vestuário, saúde, lazer e outras próprias da idade. Assim, o percentual é o razoável e fica dessa forma decidido. Por decorrência, deverá pensionar o requerido a filha menor no patamar equivalente a 10 % dos seus rendimentos líquidos, enquanto empregado e de 20 % (vinte por cento) do salário mínimo, em caso de desemprego, por mês, até o dia 10 de cada mês, mediante desconto em folha ou pagos diretamente à genitora da petiz. Registro que o patamar equivalente a 10 % dos rendimentos líquidos auferidos pelo requerido deve ser entendido tal como o salário bruto menos a contribuição do INSS, imposto de renda e contribuição sindical, incluídos o 13º salário, o pagamento de férias indenizadas e o respectivo adicional de 1/3 (um terço), não incidindo, porém, sobre verbas de caráter eventual, como o FGTS e a respectiva multa, as verbas rescisórias, horas extras e demais verbas indenizatórias, a exemplo das verbas recebidas de gratificação por ocasião da adesão em plano de demissão voluntária - PDV, mediante desconto em folha de pagamento, com valor vencível, em qualquer dos casos, todo dia 10 de cada mês, devendo o pagamento ser feito na conta bancária de titularidade da genitora da autora informada na exordial. Assim, os alimentos, porque devidos, deverão ficar no patamar acima estabelecido, como forma de solução mais adequada ao caso em testilha e que melhor se amolda à regra do art. 1.694, § 1º do Código Civil, deixando de fixar a obrigação na moldagem in natura por entender estar o patamar ora fixado em sintonia ao principio da proporcionalidade. Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, JULGO em parte PROCEDENTE o pedido manifestado na presente Ação, dando o feito como EXTINTO com análise de seu mérito, nos termos do artigo 487, inc. I, do CPC, assinalando que a temática da verba alimentar em comento obedecerá ao acima determinado. Antecipo a tutela para determinar seja expedido ofício para desconto da pensão ora fixada, consoante dados constantes do extrato de ID n. 21540089, devendo a autora informar a integralidade das informações necessárias à expedição (art. 6º, CPC). Assim, OFICIE-SE ao órgão empregador do requerido, para que seja implementado o desconto em folha de pagamento da verba alimentar ora fixada, nos ditames acima especificados - devendo o pagamento ser feito na conta bancária de titularidade da genitora da autora, cujos dados atualizados deverão aportar aos autos no prazo de até quinze dias. Ante ao resultado de julgamento, à Procuradora da parte autora, fixo os honorários no patamar equivalente a 10 % do valor atribuído à causa, devidamente corrigido pelo INPC, notadamente tendo em vista a natureza da lide, de menor complexidade. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e das despesas processuais, bem como dos honorários do procurador da parte autora, no patamar acima descrito. Verifico, por fim, o pleito formulado pelo requerido de concessão do benefício da AGJ, que vai agora deferida. Assim, resta suspensa a cobrança das verbas sucumbenciais acima dispostas, uma vez que o demandado milita sob o pálio da assistência judiciária gratuita. Ficam as partes advertidas, desde logo, que a oposição de embargos de declaração fora das hipóteses legais e/ou com postulação meramente infringente lhes sujeitará a imposição da multa prevista pelo artigo 1026, § 2º, do Código de Processo Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver mais juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo "a quo" (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta, no prazo de 15 dias. Em havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, para apreciação do recurso de apelação. Preclusa a via recursal, arquivem-se os autos com as baixas estilares. Cientifique-se o Ministério Público. P. I. Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019. Cláudia Beatriz Schmidt Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1008296-41.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
M. M. T. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT0012062A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. O. Y. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE RONDONÓPOLIS Processo nº.: 1008296-41.2019.8.11.0003 Vistos etc., Cuida-se de 'Ação de Divórcio Litigioso' ajuizada por MIRTE M. T. Y., em desfavor de AKILA O. Y., ambos bem qualificados nos autos. Com a inicial vieram os documentos pertinentes. A ação foi recebida, determinando-se a citação da parte contrária (ID 22221791). A triangularização processual ocorreu no ID 24422855, aportando, oportunamente, a peça contestatória (ID 24931399). Na ocasião, a parte requerida apresentou proposta de acordo quanto a partilha dos bens, a par de conferir à varoa o imóvel sob RGI nº. 47.668 e a si aquele situado em Belo Horizonte/MG, inscrito na matrícula nº. 68343, anuindo com a dissolução do vínculo matrimonial. Intimada a se manifestar, a parte autora aquiesceu com a r. proposta, pugnando pela homologação da tratativa (ID 26109752). É o relatório. Decido. O acordo está encartado aos autos, constando-se o teor de suas avenças. Com efeito, de acordo com o teor do artigo 226, § 6º, da CRFB/88, com a redação conferida pela Emenda Constitucional n. 66, de 2010, "o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio", de modo que não há mais a obrigatoriedade do transcurso do prazo de 02 (dois) anos de separação de fato para a decretação do divórcio direto do casal. Deveras, considerando que nos termos do artigo 139, II e V, do Código de Processo Civil, compete ao Juiz, na direção do processo, zelar pela rápida solução do litígio, promovendo a qualquer tempo a autocomposição, deve o acordo entabulado entre as partes ser homologado por este Juízo. Acrescenta-se, ainda, que o artigo 487, III, 'b', do Código de Processo Civil, estabelece ser caso de extinção do processo, com resolução do mérito, o acordo firmado pelas partes, isso porque o mérito é da essência da transação. Nesse sentido: "Ao homologar a transação entre as partes, o juiz atua na condição de terceiro imparcial em relação ao interesse sobre o qual recai a sua conduta, fazendo-o por dever de função, aplicando a lei ao caso concreto e tomando-a como limite de sua ação, atuação esta que caracteriza os dois pressupostos básicos da atividade jurisdicional." (Comentários ao Código de Processo Civil, volume 3, Do Processo de Conhecimento, arts. 243 a 269, Ed. Revista dos Tribunais, págs. 373/375). Assim, com fundamento no art. 487, III, 'b', do Código de Processo Civil, HOMOLOGO o acordo tal qual entabulado entre as partes para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência, DECRETO O DIVÓRCIO do casal MIRTE M. T. Y. e AKILA O. Y., declarando dissolvido o vínculo matrimonial havido entre eles, nos exatos termos dos arts. 1.571, IV, c/c 1.580, § 2º do Código Civil e art. 24, caput, da Lei n.º 6.515/77. Por corolário, JULGO EXTINTO o presente feito. A autora permanecerá com o nome de casada, ante a ausência de manifestação a respeito da alteração do nome. Neste particular, o nome é um direito personalíssimo e a mulher pode optar por permanecer usando o patronímico do marido, quando da separação, se este já se incorporou a sua personalidade, bastando que manifeste tal pretensão, sendo que, in casu, nada foi assinalado a esse respeito. Oportunamente, ante ao pedido constante do ID 24931399, defiro ao requerido os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, com espeque no art. 99, §3º, do CPC. Sem custas e honorários, eis que as partes militam sob o pálio da gratuidade judiciária. Preclusa a via recursal, expeça-se o competente mandado de averbação (art. 10, I, do Código Civil em vigor e art. 29, par. primeiro, "a", da Lei 6.015/73) ao Cartório de Registro de Registro Civil de Pessoas Naturais, bem como formal partilha. Após o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se. Cientifique-se o demandado acerca do presente decisum, via Defensoria Pública local. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1011303-75.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
D. D. S. B. (REQUERENTE)
H. G. T. B. (REQUERENTE)

A. G. T. B. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARISTELA APARECIDA CAMPOS OAB - MT19027/O (ADVOGADO(A))
PAULO PEREIRA LISBOA OAB - MT20136/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
N. L. T. B. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEAN PETERSON DE CAMARGO OAB - MT0018102A (ADVOGADO(A))

ATO ORDINATÓRIO impulsiono os presentes autos com a finalidade de juntar RELATÓRIO PSICOSSOCIAL, bem como para as partes apresentarem os memorais na forma escrita no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1008573-57.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CANDIDO NETO (REQUERENTE)
ADEVAIR ALVES PINHEIRO (REQUERENTE)
JOSELITA ALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
MARIA ROSA PINHEIRO DE MACEDO (INVENTARIANTE)
DIVINA ALVES PINHEIRO (REQUERENTE)
JOAQUIM ALVES PINHEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA OLIVEIRA ALVES OAB - MT0016060A-O (ADVOGADO(A))
NALDECY SILVA DA SILVEIRA OAB - MT0020588A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO ALVES PINHEIRO (DE CUJUS)
JOANA ROSA ALVES PINHEIRO (DE CUJUS)

INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DA PARTE INVENTARIANTE, PARA PROCEDER A IMPRESSÃO DIRETAMENTE NO SISTEMA PJE, DO FORMAL DE PARTILHA ASSINADO ELETRONICAMENTE (ID. 22086890) E DAS PEÇAS ALI DESCRITAS, ENCAMINHANDO AOS SETORES COMPETENTES PARA AS PROVIDÊNCIAS DE DIREITO. PEÇAS QUE INTEGRAM O FORMAL: petição inicial, certidão de óbito e demais documentos das partes, plano de partilha, sentença e certidão de trânsito em julgado. Observação: Processo Judicial Eletrônico | PJe: a identificação das peças eletrônicas e sua respectiva apresentação deverão ser providenciadas pelo procurador da parte, via sistema.

Intimação Classe: CNJ-269 INVENTÁRIO
Processo Número: 1003286-84.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
DEYSE PIMENTEL LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTO GONCALVES FERREIRA OAB - MT0020438A (ADVOGADO(A))
PATRICIA PIMENTEL LOPES OAB - MT23260/O (ADVOGADO(A))
FRANCISCO EUDES GOMES DE LIMA OAB - MT5773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NELSON PEREIRA LOPES (INVENTARIADO)
Outros Interessados:
BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA LOPES (HERDEIRO)
LEONARDO PIMENTEL LOPES (HERDEIRO)
ARTHUR JOSE PIMENTEL LOPES (HERDEIRO)
FRANCISCO EUDES GOMES DE LIMA OAB - MT5773-O (ADVOGADO(A))
PATRICIA PIMENTEL LOPES (HERDEIRO)

IMPULSIONO O FEITO PARA INTIMAR A INVENTARIANTE PARA RECOLHER AS CUSTAS PROCESSUAIS, EM CONFORMIDADE COM A GUIA ANEXA, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, SOB PENA DE O FEITO SER LEVADO AO ARQUIVO, SEM A LAVRATURA DO FORMAL.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Cláudia Beatriz Schmidt
Cod. Proc.: 924141 Nr: 2904-40.2019.811.0003
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: PVM
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WILLIAN EPITACIO T DE CARVALHO - OAB:OAB/MS 5.759
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.,PAULO VICENTE MARTINS RODRIGUES ingressou com a presente 'Ação de guarda' em benefício da menor ELIETE MARTINS DA SILVA (d.n. 23/02/2006).Afirma ser tio materno da garota, estando a mesma atualmente sob sua responsabilidade e cuidado ante ao falecimento dos genitores, registrando que anteriormente a mesma era cuidada por Izabel Calixto da Silva, genitora do autor e avó da menor, sendo que ao visitar o Autor nesta cidade de Rondonópolis-MT, a menor adaptou-se muito bem querendo aqui permanecer. Posto isso, reconhecido e comprovado o falecimento dos genitores da menor ELIETE MARTINS DA SILVA com fundamento nos arts. 1.635, I, e 1.728, I, do Código Civil, DEFIRO o pedido inicial e coloco-a sob tutela do requerente Paulo Vicente Martins Rodrigues.Deixo de determinar a especialização de hipoteca legal por não constar que os menores e a requerente sejam proprietárias de bens que a justifiquem e por considerar que a tutela já acarretará razoáveis ônus de guarda, sustento e orientação.Lavre-se termo de compromisso, intimando-se o tutor nomeado a firmá-lo no prazo de 05 (cinco) dias, cientificando-o de seus encargos e atribuições.Transitada em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquivem-se, com isenção de custas ante gratuidade da Justiça.Sem custas ante a gratuidade da Justiça. Sem honorários. Ciência ao Ministério Público.P. I. Cumpra-se.Rondonópolis-MT, 03 de dezembro de 2019.CLÁUDIA BEATRIZ SCHMIDT Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 447515 Nr: 2695-52.2011.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JDM
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDJFM, EDAAM, SAG, FAG, ADSA, RAP, CAM, SADFN, AAM, ADSA, JAADF, EADF, EDSG, MDSM, GBA, GAB, RCB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO ROBERTO PESCE - OAB:5137/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
PROCEDO à intimação da parte AUTORA, para que, querendo, se manifeste sobre a contestação apresentada (fls. 200/201), nos termos do artigo 350, do CPC, no prazo legal, conforme fl. 178v.

Varas Especializadas da Fazenda Pública

Intimação

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1051184-08.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
ESPÓLIO DE CLARIMUNDO GONÇALVES PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLARIMUNDO GONCALVES PEREIRA FILHO OAB - 418.619.571-49 (REPRESENTANTE)
CLARICE SILVA ABREU OAB - DF54330 (ADVOGADO(A))
CASSIUS FERREIRA MORAES OAB - GO19582 (ADVOGADO(A))
VITOR CARVALHO PORTO OAB - DF27291 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCONDES BRAULIO DE PAIVA (REQUERIDO)
KENIA MARIA DE CARVALHO (REQUERIDO)
ALCIONE INACIO DA SILVA (REQUERIDO)
ALDO FRANCISCO ZAGO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALDO FRANCISCO ZAGO OAB - DF08476 (ADVOGADO(A))
MARCONDES BRAULIO DE PAIVA OAB - DF09021 (ADVOGADO(A))
DJALMA PEREIRA DE REZENDE OAB - SP137850 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
EUCLIDES BALERONI (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n° 1051184-08.2019.8.11.0041 Requerente: Espólio de Clarimundo Gonçalves Pereira Requeridos: Marcondes Braulio de Paiva; Alcione Inacio da Silva; Aldo Francisco Zago; Kenia Maria de Carvalho Data e horário: 10 de Dezembro de 2019, às 13h30min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães Advogado Requerente: Sidnei Guedes Ferreira (OAB/MT 7900) Advogado

Requeridos: Henrique Luiz de Souza Carvalho Domingues (OAB/MT 21720/A) Testemunha: Euclides Baleroni (CPF n.º 002.178.321-72) OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. O douto advogado dos requeridos Marcondes Braulio de Paiva, Aldo Francisco Zago e Kenia Maria de Carvalho formula a contradita da testemunha Dr. Euclides Baleroni, ao argumento de que vem a ser advogado dos autores em ação que tramita na Justiça Federal, trazendo como prova de tal fato um extrato do andamento da referida demanda, cujo documento pede juntada ao autos para todos os fins, cuja juntada foi deferida. Foi colhido o depoimento da testemunha arrolada pela parte requerente, conforme termo anexo e gravação audiovisual que acompanham a presente ata. DELIBERAÇÕES Vistos. A tempo, modo e forma devidos o douto advogado dos requeridos, Dr. Henrique Luiz de Souza Carvalho Domingues, formulou contradita da referida testemunha, por impedimento fundada no interesse do litígio e também na condição de advogado (CPC/15, art. 457, §1º c/c 447, §2º, III). O douto advogado do autor, Dr. Sidnei Guedes Ferreira, pugna pelo indeferimento do pedido da contradita formulada e pela colheita da oitiva da testemunha Euclides Baleroni. A contradita foi devidamente instruída, conforme consta da gravação audiovisual que acompanha a presente, e este Juízo se limitou a formular e instruir o incidente, não o decidindo, portanto, diante do entendimento de que somente as matérias expressas no rol do art. 267 do CPC/15 é que poderiam implicar na não oitiva da testemunha, cujo ato, diga-se, importaria na recusa do cumprimento da precatória. Em outras palavras, em conformidade a fundamentação articulada ao final da contradita, e com apoio em jurisprudência da Segunda Seção do STJ (CC41390, DJU 24.05.04), entende este Juízo deprecado que por ser mero executor dos atos deprecados não pode se negar a tomar o depoimento de testemunha considerada impedida ou suspeita, vale dizer, somente pode recusar o cumprimento da Carta nas expressas e limitativas hipóteses elencadas no art. 267 do CPC/15. Cumprida a finalidade da presente, devolva-se à origem mediante a adoção das providências pertinentes. Nada mais. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito Sidnei Guedes Ferreira Advogado Requerente Henrique Luiz de Souza C. Domingues Advogado Requeridos

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1051500-21.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
IVONE SABINO (TESTEMUNHA)
JOSILENE VIEIRA ROSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INAITA GOMES RIBEIRO SOARES CARVALHO OAB - MT7928/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NILSON DOMINGUES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
MUNICIPIO DE COLNIZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n° 1051500-21.2019.8.11.0041 Requerente: Josilene Vieira Rosa Requeridos: Município de Colniza-MT ; Nilson Domingues de Oliveira Data e horário: 10 de Dezembro de 2019, às 14h00min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. Ausentes as partes e respectivos advogados, embora regularmente intimados para comparecimento nesta solenidade, através do DJe n. 10.619 de 13/11/2019. Através da petição de id. 27209634, a parte autora informa que a testemunha Ivonete Sabino não poderá comparecer nesta solenidade, pois necessitou viajar com urgência para o município de Colniza, requerendo, portanto, prazo de 05 dias para juntada da passagem, bem assim redesignação da audiência. DELIBERAÇÕES Vistos. Diante da informação contida da petição de id. 27209634, defiro o prazo de 05 (cinco) dias para juntada da passagem a fim de justificar a ausência da testemunha nesta solenidade. Decorrido o prazo assinalado, certifique-se e conclusos. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1036729-38.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
Maria Benedita Ferreira (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALENTINA PONCE DEVULSKY MANRIQUE OAB - MT0003823A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TUT TRANSPORTES LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL (REQUERIDO)
IRB BRASIL RESSEGUROS S/A (REQUERIDO)
NOBRE SEGURADORA DO BRASIL LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILBER NORIO OHARA OAB - MT8261-O (ADVOGADO(A))
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-O (ADVOGADO(A))
MARCIO ALEXANDRE MALFATTI OAB - MT16943-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

Processo eletrônico n. 1036729-38.2019.811.0041 Vistos. Defiro o pedido da parte autora para cumprimento do ato deprecado no endereço informado na petição de id. 25994407. Expeça-se novo mandado de avaliação e intimação, devendo ser anexado o extrato do sistema Renajud de id. 22842720 (fls. 5/7). Uma vez cumprida a ordem, devolva-se à origem mediante a adoção das formalidades necessárias. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1014612-53.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PINHEIRO E ASSOCIADOS ADVOGADOS (LITISCONSORTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA FABIANA DO NASCIMENTO ZOGNO OAB - SP155768 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BEN BRAZIL HORTIFRUTT LTDA - EPP (LITISCONSORTE)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

Processo eletrônico n. 1014612-53.2019.811.0041 Vistos. Diante das informações contidas na petição de id. 24742427, expeça-se novo mandado de intimação/citação para cumprimento no endereço indicado, devendo ser anexado o documento de id. 24742431 (foto do local). Caberá à interessada comprovar o recolhimento da diligência do meirinho em 05 (cinco) dias, uma vez que não é beneficiária da gratuidade da justiça. No que se refere ao mandado de id. 21112472, oficie-se à Central de Mandados solicitando que o oficial de justiça promova a devolução do expediente devidamente cumprido em 72 horas. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1059674-19.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA DANTAS GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO BENTO JUNIOR OAB - MT0010863A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIZETE BATISTA ROSA (REQUERIDO)
ROBERTO CARLOS DE LARA PINT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

Processo eletrônico n. 1059674-19.2019.811.0041 Vistos. Cumpra-se, conforme deprecado. Após, devolva-se à origem mediante a adoção das formalidades necessárias. Cópia desta decisão servirá como mandado. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1059705-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DAYANNE DEYSE DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SARAH NOBREGA ABREU OAB - MT0018431A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

M DO CARMO FREIRE DE OLIVEIRA SERVICOS E TERCEIRIZACAO - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

Processo eletrônico n. 1059705-39.2019.811.0041 Vistos. Cumpra-se, conforme deprecado. Após, devolva-se à origem mediante a adoção das formalidades necessárias. Cópia desta decisão servirá como mandado. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1059711-46.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LEONILDO JOSE DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONILDO JOSE DA CUNHA OAB - MS7809 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CICERO INACIO BARBOSA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SANDRA PEREIRA DOS SANTOS BANDEIRA OAB - MS5730 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

Processo eletrônico n. 1059711-46.2019.811.0041 Vistos. Cumpra-se, conforme deprecado. Após, devolva-se à origem mediante a adoção das formalidades necessárias. Cópia desta decisão servirá como mandado. Às providências. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1052157-60.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
LISIANE NUNES DE NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TATIANA KANAGUSIKO OAB - SP347774 (ADVOGADO(A))
NELSON JOSE MODESTO OAB - SP366596 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONCESSIONARIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CLAUDIA KUGELMAS MELLO OAB - SP107102 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DAGMAR CRISTINA BATISTA DA ROCHA (DEPRECADO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n° 1052157-60.2019.8.11.0041 Requerente: Lisiane Nunes de Nunes Requerido: Concessionaria do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A. Data e horário: 10 de Dezembro de 2019, às 15h00min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães Advogada Requerida: Amanda Pires Costa (OAB/MT 18614) OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. Ausentes a parte autora e respectivos advogados, embora regularmente intimados para comparecimento nesta solenidade, através do DJe n. 10.619 de 13/11/2019. Também ausente a testemunha arrolada pela parte autora, a qual haveria ter sido intimada através de advogado. DELIBERAÇÕES Vistos. Conquanto devidamente cientes da audiência, aqui não se encontram a parte autora, seus advogados e a testemunha que seria ouvida, inexistindo nos autos quaisquer requerimentos que pudessem justificar tais ausências. O não comparecimento da testemunha, da parte que a arrolou e de seu advogado, implica em presumir que houve desistência da inquirição, nos termos no art. 455, §§ 2° e 3° do CPC. Diante do exposto, declaro preclusa a produção da aludida prova testemunhal, ordenando que a Secretaria promova a devolução desta precatória no estado em que encontra, mediante a adoção das providências necessárias. Nada mais. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito Amanda Pires Costa Advogada Requerida

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1044110-97.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
VILMA RODRIGUES DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINEI JUNG OAB - MS13429 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABRICA - QUIMICA, PETROLEO E DERIVADOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS ALBERTO DE JESUS MARQUES OAB - MS4862 (ADVOGADO(A))
FERNANDO DAVANSO DOS SANTOS OAB - MS12574 (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LAURO MENDES FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)
Estado de Mato Grosso (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n° 1044110-97.2019.8.11.0041 Requerente: Vilma Rodrigues da Costa Requerido: Fabrica – Química, Petróleo e Derivados LTDA. Data e horário: 10 de Dezembro de 2019, às 15h30min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães Procuradora do Estado de Mato Grosso: Débora Letícia Oliveira Vidal (matrícula n. 244569) Advogada Requerida: Cristiana Barbosa Arruda (OAB/MT 13.346) Testemunha: Lauro Mendes Filho (CPF n.º 035.018.091-15) Estagiário de Direito: Izael Peres dos Santos (CPF n.º 495.993.991-53) Estagiária de Direito: Creidiany Nunes do Nascimento (CPF n° 792.487.561-15) Estagiária de Direito: Laiane Santos de Brito (CPF n° 023.081.211-22) OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. Ausentes a parte autora e respectivos advogados, embora regularmente intimados para comparecimento nesta solenidade, através do DJe n. 10.619 de 13/11/2019. Foi colhido o depoimento da testemunha arrolada pela parte requerida Fabrica – Química, Petróleo e Derivados Ltda., conforme termo anexo e gravação audiovisual que acompanham a presente ata. DELIBERAÇÕES Vistos. Cumprida a finalidade da presente, devolva-se à origem mediante a adoção das providências pertinentes. Nada mais. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito Débora Letícia Oliveira Vidal Procuradora do Estado Cristiana Barbosa Arruda Advogada Requerida

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1052315-18.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARIKO KOGA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SERAFIM MOREIRA COELHO OAB - RS34332 (ADVOGADO(A))
DEISE OIKO COELHO OAB - PR86610 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVIA DE LIMA (REQUERIDO)
VIVIANE MUNIZ DE CARVALHO (TESTEMUNHA)
KAROLINY RODRIGUES MORAES (TESTEMUNHA)
VILMA MOREIRA DA SILVA DE OLIVEIRA (TESTEMUNHA)
SUELI VEBRA FONSECA (TESTEMUNHA)
Advogado(s) Polo Passivo:
SELMA PINTO DE ARRUDA GUIMARAES OAB - MT0003749A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n° 1052315-18.2019.8.11.0041 Requerente: Mariko Koga Requerida: Silvia de Lima. Data e horário: 10 de Dezembro de 2019, às 16h30min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães Advogada Requerente: Deise Oiko Coelho (OAB/PR 86610) Advogada Requerida: Maria Abadia Pereira de Souza Aguiar (OAB/MT 2906) Testemunha: Vilma Moreira da Silva Oliveira (CPF n.º 017.737.821-26) Testemunha: Viviane Muniz Carvalho (CPF n° 043.103.671-35) Testemunha: Karoliny Rodrigues de Moraes (CPF n° 018.490.251-77) Testemunha: Sueli Vebra Fonseca (CPF n° 931.493.281-87) Estagiário de Direito: Izael Peres dos Santos (OAB/MT 21351/E) OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. A advogada da parte requerida requer prazo de 05 (cinco) dias para juntada de substabelecimento, o qual resta deferido. Foram colhidos os depoimentos das testemunhas Sueli

Vebra Fonseca e Karoliny Rodrigues de Moraes, arroladas pela parte requerida, conforme termo anexo e gravação audiovisual que acompanham a presente ata. Quanto às testemunhas Vilma Moreira da Silva Oliveira e Viviane Muniz Carvalho, a parte ré neste ato desiste de suas oitivas, por desinteresse superveniente na produção da prova. DELIBERAÇÕES Vistos. Pelo exposto, e considerando que houve a desistência quanto a oitiva das testemunhas Vilma e Viviane, ordeno a devolução da presente mediante a adoção das providências pertinentes. Nada mais. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito Deise Oiko Coelho Advogada Requerente Maria Abadia Pereira de Souza Aguiar Advogada Requerida

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1044961-39.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
DYEGO SOUZA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARINA RIBEIRO DE ALMEIDA OAB - GO28028 (ADVOGADO(A))
ADERVAL TELES DE ALMEIDA OAB - GO15528 (ADVOGADO(A))
MARCUS VINICIUS RIBEIRO DE ALMEIDA OAB - GO33542 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Outros Interessados:
ANTÔNIO MARCONI RODRIGUES DE ALMEIDA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n.º 1044961-39.2019.8.11.0041 Requerente: Dyego Souza de Oliveira Requerido: Estado de Mato Grosso Data e horário: 10 de dezembro de 2019, 17h00min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães Advogado da Testemunha: Alberto da Cunha Macedo Procuradora do Estado de Mato Grosso: Maria Luiza da Cunha Cavalcanti Favarete (matrícula n. 96842) Testemunha: Antônio Marconi Rodrigues de Almeida (CPF n.º 179.777.543-04) OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. Ausentes a parte autora e respectivos advogados, embora regularmente intimados para comparecimento nesta solenidade, através do DJe n. 10.621 de 18/11/2019. Foi colhido o depoimento da testemunha arrolada pela parte requerida, conforme termo anexo e gravação audiovisual que acompanham a presente ata. Aqui presente, o ilustre advogado Alberto da Cunha Macedo informa estar acompanhando o ato a pedido de seu cliente, que vem a ser o Sr. Antônio Marconi Rodrigues de Almeida, arrolado como testemunha no juízo deprecante, trazendo o causídico documentos os quais a testemunha se referiu em seu depoimento nesta assentada. Este juízo entende por bem juntar os aludido documentos ao presente feito, sem oposição da testemunha. DELIBERAÇÕES Vistos. Cumprida a finalidade da presente, devolva-se à origem mediante a adoção das providências pertinentes. Nada mais. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito Maria Luiza da Cunha Cavalcanti Favarete Procuradora do Estado Alberto da Cunha Macedo Advogado da testemunha

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1048527-93.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
MARCON ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JACKSON MARIO DE SOUZA OAB - MT4635-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA TRIUNFO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO BENATO OAB - 037.418.479-84 (PROCURADOR)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

TERMO DE AUDIÊNCIA Carta Precatória n° 1048527-93.2019.8.11.0041 Requerente: Marcon Engenharia e Construções Ltda. Requeridos: Construtora Triunfo S/A Data e horário: 10 de Dezembro de 2019, às 14h30min. PRESENTES Juiz de Direito: Claudio Roberto Zeni Guimarães Advogado Requerente: Jackson Mário de Souza (OAB/MT 4635) Testemunha: Maycon Sérgio Amorim Oliveira (CPF n.º 032.363.601-27) Estagiário de Direito: Izael Peres dos Santos (CPF n° 495.993.991-53) OCORRÊNCIAS Vistos. Efetuado o pregão e aberta a solenidade, presentes as pessoas acima nominadas. Ausentes a parte ré e respectivos advogados, embora regularmente intimados para comparecimento nesta solenidade, através do DJe n. 10.634 de 06/12/2019. O douto advogado da empresa Marcon Engenharia e Construções Ltda. insiste na oitiva da testemunha Claudio Jose Martins, a qual não pode comparecer neste ato por motivo anteriormente justificado. Foi colhido o depoimento da testemunha Maycon Sérgio Amorim Oliveira, conforme termo anexo e gravação audiovisual que acompanham a presente ata. DELIBERAÇÕES Vistos. Diante de tal fato, e haja vista a reiteração do requerimento de oitiva da testemunha Claudio Jose Martins, redesigno esta solenidade para o dia 04/02/2020, às 14h00min. A parte autora, por seu advogado aqui presente, compromete-se em providenciar a intimação da testemunha, obedecendo as disposições do art. 455, §1º, do CPC, ciente da regra do §3° do mesmo artigo. Os presentes saem intimados. Comunique-se o juízo deprecante acerca desta decisão. Nada mais. Eu, Lorena Larranhagas Mamedes de Arruda, Assessora de Técnica Jurídica, digitei. Cumpra-se. Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito Jackson Mário de Souza Advogado Requerente

Decisão

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1059665-57.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
PORTOSEG S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIA APARECIDA VERRESCHI COSTA MOTA SANTOS OAB - SP157721 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNO CHARLES MOREIRA DE ARAUJO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLAUDIO ROBERTO ZENI GUIMARAES

Processo eletrônico n. 1059665-57.2019.811.0041 Vistos. Cuida-se de “pedido de expedição de mandado de busca e apreensão de veículo com alienação fiduciária”, com fundamento no art. 3º, §12, do Decreto-Lei n. 911/69, modificado em parte pela Lei. n. 13.043/2014, não se tratando, portanto, de carta precatória cível. Assim, deverá o pleito tramitar em uma das Varas que tem competência para processar e julgar ações de natureza Bancária desta Comarca, de modo que, ao declinar da competência em razão da matéria, deverá a Secretaria promover a redistribuição do presente mediante a adoção das providências necessárias. Cumpra-se com prioridade. Cuiabá, 13 de dezembro de 2019 Claudio Roberto Zeni Guimarães Juiz de Direito

1ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Despacho Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1007310-87.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONOPOLIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA OAB - MT0014885A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVAN NEI PALAMONI (RÉU)
Magistrado(s):
FRANCISCO ROGERIO BARROS

VISTO. Intime-se a parte autora para se manifestar nos autos, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção (artigo 485, §1º do Código de Processo Civil). Cumpra-se. Rondonópolis/MT, data do sistema. FRANCISCO ROGÉRIO BARROS Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1001021-75.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIELY KARINE SILVA DA MATA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

GILSON MENDES FERREIRA JUNIOR OAB - MT0016052A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Prefeitura de Rondonópolis-MT (IMPETRADO)
Magistrado(s):
FRANCISCO ROGERIO BARROS

VISTO. Intime-se a impetrante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos. Cumpra-se. Rondonópolis, data do sistema. FRANCISCO ROGÉRIO BARROS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1005135-91.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ESTADO DE MATO GROSSO (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
VICTOR LIRA DOS SANTOS (EXECUTADO)
ERICA ALESSANDRA DE FREITAS SANTOS (EXECUTADO)
V. L. DOS SANTOS & CIA LTDA - ME (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIULA ROSA OAB - MT25414/O (ADVOGADO(A))
IVANA BORGES KRUTINSKY OAB - MT25437/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS DECISÃO Processo: 1005135-91.2017.8.11.0003. EXEQUENTE: ESTADO DE MATO GROSSO EXECUTADO: V. L. DOS SANTOS & CIA LTDA - ME, VICTOR LIRA DOS SANTOS, ERICA ALESSANDRA DE FREITAS SANTOS VISTO. V.L. DOS SANTOS E CIA LTDA – ME interpôs exceção de pré-executividade na ação de execução promovida pela FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, aduzindo, em síntese, a) o Estado não observou o princípio da legalidade instituindo uma nova regra matriz de incidência do ICMS por meio de decreto; b) Afronta aos artigos 146 e 146-A da Constituição Federal em razão da alteração da natureza jurídica do lançamento sem lei complementar; c) Ilegalidade do artigo 30 da Lei 7.098/98; d) Inconstitucionalidade por violação ao princípio da isonomia e da essencialidade. Assim, requereu a NULIDADE absoluta da CDA nº 2017201266, vez que os créditos tributários estão eivados de inconstitucionalidade e ilegalidade; e, EXTINÇÃO da presente Execução Fiscal nº 1005135-91.2017.811.0003, por inconstitucionalidade e ilegalidade dos créditos tributários inscritos na CDA nº 2017201266. Intimado, a credora ofereceu ampla resistência à pretensão da devedora. É o relatório. Decido. Verifico que a devedora está sendo executada pela certidão de dívida ativa líquida, certa e exigível. Estabelece a jurisprudência que: "A exceção de pré-executividade, admitida em nosso direito por construção doutrinário-jurisprudencial, somente se dá, em princípio, nos casos em que o juízo, de ofício, pode conhecer da matéria, a exemplo do que se verifica a propósito da higidez do título executivo" (STJ-4ª Turma, REsp 157.018-RS, Rel. p/ ac. Min. Sálvio de Figueiredo, j.17.9.98, não conheceram, dois votos vencidos, DJU 12.4.99, p.158) ("Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", Theotonio Negrão, 31ª ed. p.735). No mesmo sentido: "Entretanto, se o título executivo apresenta, formalmente, a aparência de liquidez, certeza e exigibilidade, a sua descaracterização só poderá ser buscada através de embargos do devedor, nunca por simples petição nos autos" (RF 306/208) (Idem, Ibdem, p. 663). Encontra-se claro que a matéria levantada pelo devedor não pode ser objeto de exceção de pré-executividade, sendo necessária a apresentação de embargos com a garantia do juízo como é obrigatório. O caso dos presentes autos, refere-se a um processo executório motivado por uma certidão de dívida ativa, que goza da presunção de certeza, liquidez e exigibilidade. Não bastasse isto, a CDA apresenta todas as informações exigidas pelo artigo 202, incisos I, II, III, IV, V, parágrafo único e artigo 203 do CTN, sendo certo também que a questão da ausência de notificação do lançamento não diz respeito a aspectos formais do título executivo e não pode ser conhecida de ofício, não se mostrando, portanto, adequada a exceção de pré-executividade. Aliás, segundo o entendimento do Tribunal de Justiça mato-grossense, ao julgar caso idêntico, assentou que não se admite exceção de pré-executividade para discutir matérias que demandam ampla produção de provas. Vejamos: EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - EXECUÇÃO FISCAL - INOBSERVÂNCIA DA CONSTITUIÇÂO FORMAL DA CDA - NECESSIDADE DE EXAME DE PROVAS – IMPOSSIBILIDADE - EXCEÇÃO REJEITADA - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A exceção de pré-executividade não é cabível nas hipóteses em que há necessidade de exame aprofundado de provas, como é o caso em que se alega a inobservância da devida constituição da CDA objeto da execução fiscal (AI, 110437/2012, DESA. MARIA APARECIDA RIBEIRO, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data do Julgamento 12/03/2013, Data da publicação no DJE 25/03/2013). Com essas considerações, rejeito a exceção de pré-executividade proposta por ANGELO ANDREA MATARAZZO. Incabível o arbitramento de honorários advocatícios, por se tratar de decisão interlocutória que não põe termo ao processo (TJDF; Rec 2012.00.2.004322-2; Ac. 598.404; Quarta Turma Cível; Rel. Des. Cruz Macedo; DJDFTE 02/07/2012; Pág. 162). Após, intime-se o exequente para manifestar-se nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. RONDONÓPOLIS, 13 de outubro de 2019. Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1004729-36.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CAVARGE JESUINO DOS SANTOS OAB - SP242278 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (EMBARGADO)

VISTO. Intime-se o embargado para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos. Cumpra-se. Rondonópolis, data do sistema. FRANCISCO ROGÉRIO BARROS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1001021-75.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIELY KARINE SILVA DA MATA (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GILSON MENDES FERREIRA JUNIOR OAB - MT0016052A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Prefeitura de Rondonópolis-MT (IMPETRADO)

VISTO. Intime-se a impetrante para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento dos autos. Cumpra-se. Rondonópolis, data do sistema. FRANCISCO ROGÉRIO BARROS Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1011589-53.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DEBORA FERREIRA MACHADO OAB - DF40259 (ADVOGADO(A))
FABIO MENDONCA E CASTRO OAB - DF18484 (ADVOGADO(A))
PAULO ROBERTO MACHADO CUNHA OAB - DF13635 (ADVOGADO(A))
YURI FREITAS CARVALHO MACHADO CUNHA OAB - DF38457 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (EXECUTADO)

Certifico para os devidos fins que nesta data juntei o comprovante de encaminhamento de elaboração de Cálculos RPV.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 718714 Nr: 14182-82.2012.811.0003
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): T. S. CARNEIRO & CIA LTDA EPP, NILVANEI IGNACIO CARNEIRO, TANIA SANTOS CARNEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RODOLFO PEREIRA FAGUNDES - OAB:OAB/MT13249

VISTO.
Considerando que o presente feito foi integralmente digitalizado e distribuído perante o sistema PJE, conforme comprovante de fls. 89, determino as seguintes providências:
1. Dê-se ciências às partes, informando o novo número dos autos.
2. Constem no sistema Apolo que o processo foi digitalizado, bem como o seu novo número.
3. Após, encaminhem-se os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, a fim de que sejam arquivados, independentemente do pagamento de custas, haja vista que continuarão tramitando de forma eletrônica, por meio do sistema PJE.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 794118 Nr: 11975-08.2015.811.0003
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSALINA JORGE HEITZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MELISSA AREND DAS NEVES - OAB:OAB/MT 17.804-A, ORLIENE HONORIO DE SOUZA - OAB:14029/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
VISTO.
Libere-se para o perito o valor dos honorários periciais, mediante alvará eletrônico.
Intime-se a parte autora para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a petição e documentos de fls. (392/495).
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 437044 Nr: 5712-33.2010.811.0003
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FERNANDES & LOURENAO DE MOURA LTDA - EPP, PEDRO NATERCIO DE AQUINO, SELMA CRISTINA FARIAS GONCALVES, UDELSON LOURENCO DE MOURA, VALDENES FERNANDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JULIO TOMAZ - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KADMO MARTINS FERREIRA LIMA - OAB:MT/7039-B, PATRICIA MEIRELLES WICZOREK(ATUALIZADO) - OAB:12496
VISTO.
Considerando que o presente feito foi integralmente digitalizado e distribuído perante o sistema PJE, conforme comprovante de fls. 96, determino as seguintes providências:
1. Dê-se ciências às partes, informando o novo número dos autos.
2. Constem no sistema Apolo que o processo foi digitalizado, bem como o seu novo número.
3. Após, encaminhem-se os autos à Central de Arrecadação e Arquivamento, a fim de que sejam arquivados, independentemente do pagamento de custas, haja vista que continuarão tramitando de forma eletrônica, por meio do sistema PJE.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 349424 Nr: 4697-05.2005.811.0003
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: ADRIANO LIARIO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS - MT, ANTONIO ROGERIO PICHIONI, INES NARCISO DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALAN SALVIANO DOS SANTOS - OAB:12851-B/MT, JOSE APARECIDO ALVES PINTO - OAB:4738/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDNALDO DE CARVALHO AGUIAR - OAB:3179/MT, PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT - OAB:, SILVIA MACHADO MUCHAGATA - OAB:6872/MT
VISTO
Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre os embargos de declaração de fls. 516, em 05 (cinco) dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 706915 Nr: 1653-31.2012.811.0003
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: DOMINGOS GOMES DE CARVALHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSÉ CARLOS CARVALHO JÚNIOR - OAB:MT/5646
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTO
Dê ciência a parte autora do conteúdo da petição de fls. 245.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 792741 Nr: 11425-13.2015.811.0003
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: JAIR PAULO CORREA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUAMAR NASCIMENTO CANUTO - OAB:16660
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
VISTO
Intime-se a própria parte autora para manifestar-se nos autos, em 05 dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 767793 Nr: 1241-95.2015.811.0003
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MARIA ARAUJO OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIA MARIA MANCOSO BAPTISTA - OAB:3.560-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADOR - GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
VISTO
Dê ciência a parte autora do conteúdo da petição de fls. 557.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 923765 Nr: 2787-49.2019.811.0003
AÇÃO: Embargos de Terceiro->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: HANDERSON MARTINS FERREIRA ANUNCIAÇÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Com essas considerações, julgo procedente o pedido formulado nos embargos de terceiros apresentados por HANDERSON MARTINS FERREIRA ANUNCIAÇÃO em face da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, com fundamento no artigo 487, I do Código de Processo Civil, para desconstituir a penhora que recaiu sobre o veículo CHEVROLET AGILE LTZ, 2010/2011, placa NUB4417, RENAVAM nº 00226988708, levada a efeito no processo de execução fiscal nº 12908-78.2015.811.0003 (código 796373). Acesse o sistema RENAJUD para cancelar a referida penhora.Sem custas, em face do art. 3º, I, da Lei Estadual nº 7.603/01, que favorece a embargada.Deixo de condenar a Fazenda Pública Estadual ao pagamento dos honorários advocatícios à Defensoria Pública em atenção a Súmula 421 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis:"Súmula nº 421 - Honorários Advocatícios à Defensoria

Pública Contra Pessoa Jurídica de Direito Público. Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença."Junte-se cópia desta sentença nos autos nº 12908-78.2015.811.0003 (código 796373).P.R.I.C.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Francisco Rogério Barros
Cod. Proc.: 295154 Nr: 9605-13.2002.811.0003
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MUNICIPIO DE SÃO JOSE DO POVO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VICENTE TRINDADE NETO, GERALDO EUSTAQUIO DE CARVALHO, SUELI EUSTAQUIO DE CARVALHO MOTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANDERSON VATUTIN LOUREIRO JUNIOR - OAB:3876/MT, ANDRE LUIZ GOMES DURAN - OAB:16960, SEBASTIAO GERALDO DE LIMA - OAB:OAB/MT-6256
Com essas considerações, julgo IMPROCEDENTE a impugnação apresentada por SUELI EUSTÁQUIO DE CARVALHO MOTA.DEFIRO os benefícios da justiça gratuita a executada Sueli, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil.Deixo de condenar a executada/impugnante ao pagamento de honorários sucumbenciais, tendo em vista o entendimento do STJ no sentido de que, quando a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público for julgada procedente, descabe condenar a parte vencida em custas e honorários, aplicado extensivamente à impugnação ao cumprimento de sentença decorrente da ação civil pública.Intime-se o Ministério Público para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o que entende de direito.Intime-se. Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1007349-84.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANEAR - SERVIÇO DE SANAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS/MT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA OAB - MT0014885A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA CONCEICAO VIEIRA SOUZA (RÉU)
Magistrado(s):
FRANCISCO ROGERIO BARROS

VISTO. O autor requer a expedição de ofício ao cartório eleitoral local, com a finalidade de obter o novo endereço da requerida (Id. 27352078). Ocorre que, como sabido, é ônus da parte autora apresentar o endereço atualizado da parte requerida. O Judiciário não pode substituir a parte nos esforços que lhe cabe envidar para obter informações quanto ao endereço da parte contrária, sendo permitida sua intervenção somente quando restar frustradas todas as tentativas neste intuito, dada a excepcionalidade de tal medida. Na hipótese, o autor não comprovou a total impossibilidade de obter o endereço atual da requerida pelos meios ordinários cabíveis. Diante disto, INDEFIRO o pedido formulado na petição de Id. 27352078. Intime-se o autor para informar o endereço atualizado da requerida, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Rondonópolis, data do sistema. FRANCISCO ROGÉRIO BARROS Juiz de Direito

Edital Citação

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 DIAS
Dados do processo:
Processo: 1005332-46.2017.8.11.0003 (PJE);
Tipo: Cível; Espécie: EXECUÇÃO FISCAL [ISS/ IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS]; Valor causa: R$ 212.361,32;
Partes do processo:
Parte Autora: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS
Parte Ré: EXECUTADO: GENIOUS PNEUS LTDA
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s)
EXECUTADO: GENIOUS PNEUS LTDA, portador(a) do CPF/CNPJ de º 07.380.100/0005-63, Endereço: atualmente em lugar incerto e não sabido ;
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(a, s) acima qualificado(a, s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 05 (Cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida.
RESUMO DA INICIAL: COBRANÇA DE DIVIDA movida pelo MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS-MT contra a parte executada acima qualificada decorrente do não pagamento do I.S.S.Q.N.] referente aos ANOS DE 2012 - Certidão(ões) de Dívida Ativa, de nº(s): 821/2017.
ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(a, s) o(a, s) executado(a, s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ZFC, digitei. Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Débora Yanez Pereira Cláudio - Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS
EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO: 30 DIAS
Dados do processo:
Processo: 1007553-02.2017.8.11.0003 (PJE);
Tipo: Cível; Espécie: EXECUÇÃO FISCAL [IPTU/ IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO]; Valor causa: R$ 2.228,78;
Partes do processo:
Parte Autora: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS
Parte Ré: EXECUTADO: JOAO BATISTA BARBOZA DA SILVA
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s)
EXECUTADO: JOAO BATISTA BARBOZA DA SILVA, portador(a) do CPF/CNPJ de º 229.686.101-63, Endereço: atualmente em lugar incerto e não sabido ;
FINALIDADE: CITAÇÃO do(s) executado(a, s) acima qualificado(a, s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 05 (Cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, pagar o débito acima descrito, com atualização monetária e juros, ou nomear bens à penhora suficientes para assegurar o total do débito, sob pena de lhe serem penhorados tantos bens quantos necessários forem para a satisfação da dívida.
RESUMO DA INICIAL: COBRANÇA DE DIVIDA movida pelo MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS-MT contra a parte executada acima qualificada decorrente do não pagamento do I.P.T.U. referente aos ANOS DE 2013,2015,2014 - Certidão(ões) de Dívida Ativa, de nº(s): 49512/2017.
ADVERTÊNCIA: Fica(m) ainda advertido(a, s) o(a, s) executado(a, s) de que, aperfeiçoada a penhora, terá(terão) o prazo de 30 (trinta) dias para opor(oporem) embargos. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ZFC, digitei. Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Débora Yanez Pereira Cláudio - Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Edital Intimação

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
1ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS
EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 30 DIAS
Processo: 1004662-08.2017.8.11.0003 (PJE);
Valor causa: 50.185,20; Espécie/Assunto: EXECUÇÃO FISCAL (1116).
Parte Autora: EXEQUENTE: MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS
Parte Ré: EXECUTADO: CONAPI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAISLTDA – EPP
Pessoa(s) a ser(em) Intimada(s)
EXECUTADOS: 01) CONAPI COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAISLTDA - EPP, CPF/CNPJ: º 06.074.107/0001-60, Endereço: atualmente em lugar incerto e não sabido ;
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(s) executado(a, s) acima qualificado(a, s), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação executiva que lhe(s) é proposta, consoante consta da decisão id. 14237056 para, no

prazo de 05 (Cinco) dias, contados da expiração do prazo deste edital, para tomar ciência da PENHORA efetivada nos autos, uma vez que houve restrição judicial de veículo(s) automotor(es) de sua propriedade (01 VEÍCULO Placa KAG9191 MT FIAT/UNO MILLE FIRE FLEX; 01 VEÍCULO ALX5945 MT FORD/F350 G; através do sistema RENAJUD, e querendo, opor embargos, prazo de 30 (trinta) dias.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ZENILSON FERREIRA COIMBRA, digitei. . Rondonópolis - MT, 13 de dezembro de 2019.
Débora Yanez Pereira Cláudio Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

2ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1007014-65.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANEAR - SERVIÇO DE SANAMENTO AMBIENTAL DE RONDONÓPOLIS/MT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA OAB - MT0014885A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AUGUSTO FERREIRA DA SILVA (RÉU)

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar a parte Exequente para no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a petição do requerido juntada no id retro sobre a proposta de parcelamento da dívida.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1007003-36.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONOPOLIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA OAB - MT0014885A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIR BARBOSA (RÉU)

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar a parte Exequente para no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a certidão do oficial de justiça de id retro.

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1006914-13.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SANEAR-SERVICO DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE RONDONOPOLIS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL SANTOS DE OLIVEIRA OAB - MT0014885A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEURENICE RODRIGUES DOS SANTOS (RÉU)

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar a parte Exequente para no prazo de 10 (dez) dias manifestar sobre a certidão do oficial de justiça de id retro.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001076-26.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX SANDRO DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURI CARLOS ALVES DE ALMEIDA FILHO OAB - MT0009981A-B (ADVOGADO(A))
MARCIA MARIA MANCOSO BAPTISTA OAB - MT3560-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO POVO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSSILENE BITENCOURT IANHES BARBOSA OAB - MT5183/O (ADVOGADO(A))
RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA OAB - MT0018562A (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar os Procuradores das partes do retorno dos autos do TJ e requererem o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000844-48.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO BATISTA CARDOSO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURI CARLOS ALVES DE ALMEIDA FILHO OAB - MT0009981A-B (ADVOGADO(A))
MARCIA MARIA MANCOSO BAPTISTA OAB - MT3560-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO POVO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSSILENE BITENCOURT IANHES BARBOSA OAB - MT5183/O (ADVOGADO(A))
ROSSILENE BITENCOURT IANHES BARBOSA OAB - MT5183/O-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar os Procuradores das partes do retorno dos autos do TJ e requererem o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001295-10.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA BOMBONATO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RINALDO DO AMARAL LEAL OAB - MT0015854A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar os Procuradores das partes do retorno dos autos do TJ e requererem o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010290-75.2017.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
EUNICE FLORES VIDAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURI CARLOS ALVES DE ALMEIDA FILHO OAB - MT0009981A-B (ADVOGADO(A))
MARCIA MARIA MANCOSO BAPTISTA OAB - MT3560-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SAO JOSE DO POVO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA OAB - MT0018562A (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar os Procuradores das partes do retorno dos autos do TJ e requererem o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001885-84.2016.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
SHIRLEY FARIAS VALUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO ACASSIO MUNIZ JUNIOR OAB - MT8872-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (REQUERIDO)

Nos termos da Legislação vigente e do item 26.6.1.8 do Provimento 56/07 – CGJ, impulsiono estes autos, a fim de intimar os Procuradores das partes do retorno dos autos do TJ e requererem o que de direito no prazo de 05

(cinco) dias.

Citação

Citação Classe: CNJ-134 EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1003062-15.2018.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE RONDONOPOLIS (EXEQUENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
GESSE DE LOURDES ANDRADE PADILHA (EXECUTADO)

CARTA PRECATÓRIA CÍVEL ITINERANTE (CPC, ART. 204) CITAÇÃO E DEMAIS ATOS – EXECUÇÃO FISCAL PRAZO PARA CUMPRIMENTO 30 DIAS DEPRECANTE: JUÍZO DA COMARCA DE Rondonópolis - MT DEPRECADO: JUÍZO DA COMARCA DE CURITIBA - PR DADOS DE ORIGEM Nº DO PROCESSO: 1003062-15.2018.811.0003 (EXECUÇÃO FISCAL) PARTE CREDORA: FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS/MT ADVOGADO: PROCURADOR - GERAL DO MUNICÍPIO PARTE DEVEDORA: GESSE DE LOURDES ANDRADE PADILHA ENDEREÇO: AV. N. SRA. APARECIDA, Nº 501, SEMINARIO, CEP: 80.440.000, CURITIBA/PR DADOS PARA CUMPRIMENTO FINALIDADE: CITAÇÃO da parte devedora por todo conteúdo da petição, cuja cópia vai anexa e faz parte integrante desta carta, e do despacho ao final transcrito, para, no prazo de cinco (5) dias, pagar(em) a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, ou garantir(em) a execução por meio de: 1. Depósito em dinheiro, à ordem deste juízo, em estabelecimento oficial de crédito local, que assegure atualização monetária; 2. Fiança bancária; 3. Nomeação de bens próprios à penhora, ou indicação de bens de terceiros, com anuência destes. Não havendo pagamento ou garantia do juízo, proceda o(a) Sr(a). Oficial(a) de Justiça desse d. juízo aos demais atos executórios. e: a) PENHORE-LHE(S) ou ARRESTE-LHE(S) tantos bens quantos bastem para satisfação da dívida e acessórios se, decorridos os cinco (5) dias, não tiver sido efetuado o pagamento ou garantia da execução, devendo constar do auto também a avaliação dos bens penhorados. b) INTIME da penhora a parte devedora bem como o(s) seu(s) cônjuge(s), se casado for, e o(s) bem(ns) for(em) imóvel(eis). c) CIENTIFIQUE a parte devedora do prazo de trinta (30) dias para oferecimento de embargos, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou da intimação da penhora. d) PROVIDENCIE O REGISTRO da penhora ou do arresto no Cartório do Registro Público desta Comarca, se o bem for imóvel ou a ele equiparado, ou na repartição/órgão competente para emissão de certificado de registro, se for veículo ou outro bem sujeito a registro, valendo, para qualquer caso, este como mandado de registro, a quem os destinatários deverão dar cumprimento independentemente do pagamento de custas ou emolumentos (art. 37 da LEF). e) PROVIDENCIE O REGISTRO da penhora ou do arresto na Junta Comercial, na Bolsa de Valores e na Sociedade Comercial, se forem ações, debêntures, parte beneficiária, cota ou qualquer outro tipo, crédito ou direito proprietário nominativo. Não havendo Embargos, ou sendo estes improcedentes, proceder à Avaliação e Venda Judicial dos bens penhorados, praticando todos os demais atos necessários para satisfação integral do débito. ADVERTÊNCIAS: a) Em caso de nomeação de bens à penhora, deverá a parte devedora observar as disposições do art. 655 do CPC e apresentar documento comprobatório da propriedade e inexistência de ônus, bem como dar a estimativa do(s) valor do(s) mesmo(s). b) Deverá, ainda, a parte devedora, comparecer em cartório para assinar o termo de penhora e depósito, acompanhada do seu cônjuge, em se tratando de bem imóvel, no prazo de três (03) dias, a contar da sua intimação da aceitação do(s) bem(bens) pela parte credora, tudo sob pena de a nomeação ser declarada ineficaz e de a penhora se efetivar por oficial de justiça. VALOR DO DÉBITO, INCLUINDO CUSTAS E HONORÁRIOS: R$ 2.051,98 DESPACHO/DECISÃO: "I – Cite-se (o)a executado(a) para pagar o débito no prazo de 05 cinco dias (Art. 8° da Lei 6.830/80), ou garantir a execução nomeando, inclusive, bens a penhora, observada a ordem prevista no artigo 9° da mesma lei. II – Caso não pague a dívida, nem garanta a execução, deverão ser penhorados tantos bens quanto bastem para a satisfação do débito. III – Garantido o juízo, (o)a executado(a) poderá, no prazo de 30 dias (art. 16 da mesma lei), oferecer embargos. IV – Para pronto pagamento, fixo os honorários em 10% do valor da causa. V – Em sendo frustrada a citação por carta, expeça-se o devido mandado de citação pessoal, intimando-se a Fazenda para recolhimento da diligência, em 05 dias. VI – Transcorrido o prazo de 30 dias e sem o recolhimento da diligência para citação, pela Fazenda, expeça-se intimação pessoal para, em 05 dias, sob pena de extinção, art. 487, III do CPC, promover o pagamento do valor da diligência. VII – Sendo frustrada a citação pessoal, remetam-se os autos ao exequente para, em 05 dias, sob pena de extinção por ausência de procedibilidade (dada a não triangularização da lide), apresentar endereço atual e correto do devedor; oportunidade em que poderá requerer a citação por oficial de justiça, momento em que deverá promover o depósito da diligência em até 30 dias. VIII – Não sendo cumprido, pela Fazenda, os itens VI ou VII, voltem-me para sentença extintiva." Rondonópolis - MT, 22 de outubro de 2018. Edson Dias Reis Juiz(a) de Direito(a) CERTIFICO ser autêntica a assinatura supra, do MM., Juiz desta Vara/Comarca, Dr. Edson Dias Reis. JEANNIE CARLA COSTA GONCALVES Gestora(a) Judiciário(a) SEDE DO 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE RONDONÓPOLIS E INFORMAÇÕES: - TELEFONE: (66) 34106100

Decisão

Decisão Classe: CNJ-79 AÇÃO CIVIL PÚBLICA
Processo Número: 1006601-52.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELVENT BRASIL LTDA (RÉU)
FILIPE SANTOS CIRIACO (RÉU)
LUCIANO SANTOS DO REGO (RÉU)
ARGEMIRO JOSE FERREIRA DE SOUZA (RÉU)
PERCIVAL SANTOS MUNIZ (RÉU)
RICARDO TOMMASI FILHO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIO SPACCAQUERCHE BARBOSA OAB - SP235398 (ADVOGADO(A))
CAMILA ROZZO MARUYAMA OAB - SP307626 (ADVOGADO(A))
MARIA LUISA PARDO LOPES OAB - SP424610 (ADVOGADO(A))
TIAGO XAVIER DE PAULA OAB - MT0015473A (ADVOGADO(A))
LUCIANA CASTREQUINI TERNERO OAB - MT8379-O (ADVOGADO(A))
FABRICIO MIGUEL CORREA OAB - MT0009762S (ADVOGADO(A))
RAFAEL RODRIGUES SOARES OAB - MT0015559A (ADVOGADO(A))
ANDRE MARQUES GILBERTO OAB - SP183023 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
FRANCISCO ROGERIO BARROS

Vistos etc. Em detida análise aos autos, verifica-se que os requeridos Luciano Santos do Rego e Ricardo Tommasi Filho pugnaram por meio da petição vinculada ao ID 27280981 a expedição de ofício aos Bancos Ágora CTVM S/A e Itaú Unibanco S/A, a fim de informar a estes o desinteresse deste juízo na manutenção dos bloqueios de valores realizados em desfavor dos requeridos por meio da ordem de bloqueio expedida pelo sistema BACENJUD sob o Protocolo nº 20190005653289, haja vista que a decisão de ID 25675199 recebeu o seguro garantia ofertado pelos demandados e determinou a devolução dos valores bloqueados aos requeridos. Pois bem. Conforme se verifica pela decisão de ID 25675199, fora "determinado o levantamento de toda e qualquer indisponibilidade decretada nos autos em nome dos requeridos Luciano Santos do Rego e Ricardo Tommasi Filho, tendo em vista que a indisponibilidade decretada se encontra garantida por meio de seguro garantia". Em apreço a ordem de bloqueio de valores vinculada aos autos no ID 25881519 é possível verificar que o Banco Ágora CTVM S.A. informou que cumprirá a ordem de transferência dos valores indisponibilizados na conta do requerido Luciano Santos do Rego (CPF 190.645.938-09) para a conta única deste Tribunal até o dia 08/01/2020. Ocorre que entre a data em que foi dada a ordem de transferência dos valores e a data prevista para consumação da operação esta se tornou desnecessária, haja vista que o feito já se encontra garantido por meio de seguro garantia. O requerido Ricardo também informou nos autos que ainda consta ordem de indisponibilidade de valores em sua conta junto ao Banco Ágora, apesar de já ter sido expedido por este Juízo Alvará de Levantamento dos valores bloqueados em seu desfavor, sendo que o mesmo estaria ocorrendo junto ao Itaú Unibanco. Deste modo, conforme requerido pelos demandados, registro por meio desta decisão que não há interesse por parte deste juízo, em razão do autos de nº 1006601-52.2019.8.11.0003, em trâmite na 2ª Vara Especializada da Fazenda Pública de Rondonópolis, qualquer interesse em bloqueio de valores em contas dos requeridos Luciano Santos do Rego (CPF 190.645.938-09) e Ricardo Tommasi Filho (CPF 522.826.196-68),

especificamente em razão da ordem emanada pelo sistema BACENJUD sob o Protocolo nº 20190005653289, ficando os Bancos Ágora CTVM S/A e Itaú Unibanco S/A autorizados a descumprir a ordem de transferência determinada por este juízo por meio do referido Protocolo, podendo, se não houver óbices contratuais entre o Banco e os requeridos, liberarem as quantias indisponibilizadas a estes ou manter tais quantias desbloqueadas nas contas onde ocorreram os bloqueios de valores. Registre-se que tal medida só poderá ser feita em razão destes autos, devidamente descrito no parágrafo acima, devendo os Bancos cumprirem rigorosamente qualquer outra decisão judicial proferida em autos diversos em que tenha sido determinado o bloqueio de valores em contas dos requeridos. Por medida de celeridade, sirva a presente decisão como ofício, ficando a cargo dos requeridos a entrega da presente junto às instituições financeiras, conforme requerido por eles. No mais, cumpra-se integralmente a decisão que recebeu a inicial. Expeça-se o necessário. Às providências. Rondonópolis/MT, data da assinatura eletrônica. Francisco Rogério Barros Juiz de Direito em Substituição Legal

Varas Criminais

1ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 697733 Nr: 9833-03.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEONARDO ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DALTRO EDSON DOS SANTOS DAMIAN - OAB:3615-B-MT
(...) Por tais motivos entendo por bem a manutenção da prisão do indiciado. 3. Dispositivo. PRONUNCIO Leonardo Araújo de Souza para que seja julgado perante o Tribunal Popular do Júri desta Comarca pela prática do delito do art. 121, I, III, IV e VI, §2º "A", I e art. 211, ambos do Código Penal, com observância na Lei 8.072/1990. Mantenha-se o acusado em cárcere uma vez que a presente sentença apresenta os elementos fulcrais da prisão preventiva, apresentando prova da materialidade e indícios de autoria, ademais os motivos que ensejaram a prisão preventiva se mantêm. Após a coisa julgada desta decisão, intimem-se as partes para, em 05 dias, informarem às testemunhas que desejam oitivar em Plenário, nos termos do art. 422 do CPP. Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 630641 Nr: 2831-21.2015.811.0064
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, Rafaela Robertta Pesqueira Gimenes
PARTE(S) REQUERIDA(S): FERNANDO HENRIQUE DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Glaydon José de Freitas - OAB:5860 - OAB/TO
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: STALYN PANIAGO PEREIRA - OAB:6115 B
"O causídico do acusado é reconhecidamente uns dos advogados mais competentes Para continuidade do feito designo o dia 21 de fevereiro de 2020, às 09:00. Resta prejudicada a oitiva das testemunhas em que as partes não apresentaram os endereços conforme intimação de fls. 1.390, da data de 10/10/2019. As testemunhas presentes, Sérgio Gimenez Cordão e Kenji Nagali saem devidamente intimados, posto que compareceriam ao ato independente de intimação, com condução a ser promovida pelo Ministério Público. Expeça-se o competente mandado de prisão e intimação da defesa. Expeça-se nova missiva de intimação do acusado, desde já autorizada a intimação por hora certa, posto que foi despeito pelo meirinho que o réu se furtava a intimação. Assim encerrando, dispenso o corpo de sentença presente intimando-os para a sessão do dia 16/12/2019.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 317292 Nr: 2167-34.2008.811.0064
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): NEURIZETE ESTRELA DE ABRANTES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAYNARA SANTANA FERREIRA - OAB:23.945/B, RODRIGO MARTINS EVANGELISTA - OAB:6.624
Tratam-se os autos de ação penal promovida pelo Ministério público em desfavor de Neurizete Estrela Abrantes. Proferida sentença condenatória em desfavor do acusado. Foi interposto recurso de apelação que foi recebido e apresentada as suas razões, fls. 738/748. Breve relato.
Aportou, nesta data, acórdão proferido nos autos do HC nº 1017103-59.2018.811.0000, no qual fora concedida a segurança para substituir a prisão por cautelares diversas da prisão em favor do condenado, com as seguintes medidas cautelares: 1) comparecimento mensal ao juízo da Comarca de Teresina/PI, até o quinto dia útil, para informar e justificar suas atividades; 2) comprovar seu endereço nos autos principais, e não se ausentar da Comarca de Teresina/PI, sem autorização judicial, comunicando à autoridade judiciária, imediatamente, eventual mudança de endereço, fornecendo o novo lugar em que poderá ser encontrado e; 3) não se envolver em outro fato criminosa.
Deste modo:
I – Ciente do acórdão retro.
II – Expeça-se o competente contramandado de prisão em favor do réu Neurizete Estrela Abrantes.
III – Expeça-se missiva à Comarca de Teresina/PI para intimar o réu acerca das medidas cautelares impostas.
IV – Após, retornem os autos ao Ministério Público para apresentar as contrarrazões.
V – Por fim, remetam-se os autos ao E. TJMT para apreciação do recurso, com os mais sinceros elogios.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 698626 Nr: 10450-60.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRUNO DE LIMA PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Dispositivo.I – INDEFIRO o pedido de instauração de incidente de insanidade mental formulado às fls. 89/92 e 93/94.II – INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa.III – Confirmo o recebimento da denúncia e designo o dia 03 de janeiro de 2020, às 13h30min, para a realização de audiência de instrução e julgamento. IV – Intimem-se/requisitem-se as testemunhas e o acusado. V – Dê-se ciência a defesa e ao Ministério Público.

2ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 686926 Nr: 282-96.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROZELI DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Vistos etc.
Em face da existência de indícios satisfatórios da autoria e materialidade da prática dos delitos, que estratificam a existência de justa causa para a acusação — também conhecida como interesse de agir ou 'fumus commissi delicti' —, dos fatos narrados, RECEBO a denúncia nos seus termos.
Expeça(m)-se mandado(s) de citação do(s) acusado(s/as) para, querendo, apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, fazendo-se constar que não apresentada a resposta no prazo legal, ou se

o(s) acusado(s/as) não constituir defensor, será nomeado defensor para oferecê-la.
Nos termos do art. 1.373, § 3° da CNGC, deverá constar no mandado de citação a obrigatoriedade de o oficial de justiça indagar o(s) acusado(s/as) se ele(s/as) pretende(m) constituir advogado ou se a Juíza deve nomear-lhe um defensor público ou dativo para patrocinar a(s) sua(s) defesa(s), e, neste caso, as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor.
Ademais, deverá o oficial de justiça indagar o(s) réu(s) o(s) seu(s) endereço(s) residencial(ais) e/ou comercial(ais), onde poderá(ão) ser localizado(s) para fins de futuras intimações.
Cumpra-se o art. 1.453 da CNGC.
Defiro os demais pedidos formulados pelo Ministério Público.
Ciência ao Ministério Público.
Intime-se, notifique-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 695780 Nr: 8157-20.2019.811.0064
AÇÃO: Insanidade Mental do Acusado->Incidentes->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRE AMARILDO TEODORO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAUROZAN CARDOSO SILVA - OAB:18725-MT
(...)poderá tratar normalmente eventuais problemas com crise de ansiedade e depressão.Não pode ser olvidado, ainda, que o réu registra outra ação penal em andamento perante o Juízo da Comarca de Santo Antônio de Leverger (autos/cód. 55497), a qual, inclusive, encontra-se aguardando tão somente o retorno de cartas precatórias para a apresentação de memoriais finais, ou seja, está tramitando regularmente, conforme extrato em anexo, sem que tenha havido qualquer requerimento para instauração de incidente de insanidade mental por indícios razoáveis de dúvidas sobre a sua integridade mental.Portanto, à luz dos fundamentos acima delineados, especialmente diante da inexistência de indícios concretos que evidenciem dúvidas sobre a integridade mental do acusado à época dos fatos ou no presente momento, INDEFIRO o pedido de instauração de incidente de insanidade mental formulado pela defesa. Ressalvo, todavia, a possibilidade de nova análise do pedido em questão caso se mostre pertinente durante a instrução criminal.Intimem-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 686926 Nr: 282-96.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROZELI DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Vistos etc.
Diante do que consta dos autos, não verifico, por ora, a demonstração de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP, razão pela qual deixo de absolver sumariamente o acusado.
Assim, com fundamento no artigo 399 do CPP, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de setembro de 2020, às 16h.
Intime-se o acusado, o defensor, o Ministério Público e as testemunhas arroladas pelas partes e, se for o caso, do(s) querelante(s) e assistente(s) para que compareçam à audiência.
Se necessário, autorizo, desde já, a expedição de carta(s) precatória(s) com a finalidade do juízo deprecado interrogar o(s) réu(s) que esteja(am) preso(s) em unidade(s) prisional(is) aqui não situada(s) e inquirir a(s) testemunha(s) que resida(m) em outra(s) comarca(s), intimando-se a defesa da expedição da referida missiva em observância ao teor da Súmula 273 do STJ.
Requisite-se, se houver necessidade.
Intime-se. Notifique-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 698909 Nr: 10662-81.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAO MARCELO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Vistos etc.
Em face da existência de indícios satisfatórios da autoria e materialidade da prática dos delitos, que estratificam a existência de justa causa para a acusação — também conhecida como interesse de agir ou 'fumus commissi delicti' —, dos fatos narrados, RECEBO a denúncia nos seus termos.
Expeça(m)-se mandado(s) de citação do(s) acusado(s/as) para, querendo, apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, fazendo-se constar que não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) não constituir defensor, será nomeado defensor para oferecê-la.
Nos termos do art. 1.373, § 3° da CNGC, deverá constar no mandado de citação a obrigatoriedade de o oficial de justiça indagar o(s) acusado(s/as) se ele(s/as) pretende(m) constituir advogado ou se o Juiz deve nomear-lhe um defensor público ou dativo para patrocinar a(s) sua(s) defesa(s), e, neste caso, as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor.
Ademais, deverá o oficial de justiça indagar o(s) réu(s) o(s) seu(s) endereço(s) residencial(ais) e/ou comercial(ais), onde poderá(ão) ser localizado(s) para fins de futuras intimações.
Cumpra-se o art. 1.453 da CNGC.
Defiro os demais pedidos formulados pelo Ministério Público.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 630280 Nr: 2505-61.2015.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLEUMIR SANTOS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jair Camilo de Souza Junior - OAB:7.043/MT, RAYRANA SANTANA FERREIRA - OAB:23945/B
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 13h50min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 676851 Nr: 8618-26.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL OLIVEIRA TELES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 15h45min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 662445 Nr: 10975-13.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOURISVALDO DOURADO DE SOUZA, SINDERLEY ARAUJO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 13h45min.
II – Intimem-se os acusados e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 663634 Nr: 12101-98.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROBSON WESLEY PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 14h15min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 665942 Nr: 14134-61.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WERIC MARQUES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS - OAB:12062/MT
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 15h15min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 683553 Nr: 14605-43.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUSTINO OLIVEIRA FILHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 13h15min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 655743 Nr: 5142-14.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA DE LOURDES RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAEL TORSI DE OLIVEIRA - OAB:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 13h15min.
II – Intimem-se as testemunhas Ana Caroline Rodrigues dos Santos e Rubens Sérgio Ribeiro da Silva Filho nos endereços indicados pelo Ministério Público, fls. 213.
III – Intimem-se as testemunhas Maria Eluisa Rodrigues e Vilma Ineis Rodrigues Fernandes da Silva nos endereços de fls. 193/194.
IV – Intime-se a acusada.
V – Consigno que a testemunha Julio Matos Dourado restou oitivada por meio de carta precatória, fls. 205/212.
VI – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 658063 Nr: 7265-82.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MANOEL DINIZ RODRIGUES, WESLLEY DOS SANTOS ANDRADE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JURANDIR VERNEQUE DIAS - OAB:14.813-MT, JURANDIR VERNEQUE DIAS - OAB:14813 MT
I – HOMOLOGO a desistência da oitiva da testemunha João Raimundo Tito Barbosa, fls. 216, para que surta seus jurídicos e legais efeitos.
II – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 16h30min.
III – Intimem-se os acusados.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 658073 Nr: 7274-44.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELSON JOAQUIM DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEIDIANE BASILIO DA SILVA - OAB:MT-19029
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 07 de fevereiro de 2020, às 15h.
II – Expeça-se mandado de condução coercitiva para a testemunha Paulo Henrique Rodrigues Duarte, conforme determinado às fls. 87.
III – Intime-se o acusado.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 658321 Nr: 7491-87.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ CLAUDIO PEREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 14h15min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 689626 Nr: 2575-39.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIOGO CAMPOS MEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GETÚLIO BALDOINO DA SILVA TERRA JÚNIOR - OAB:15.193 MT
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de fevereiro de 2020, às 14h45min.
II – Intimem-se o acusado e as testemunhas.
III – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 684196 Nr: 15192-65.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRENDOL REINER RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO DORNELLES SALES - OAB:25782/O

I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência destes autos para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 09h30min.
II – Diante do teor da certidão de fls. 66, intime-se a defesa para declinar o endereço atualizado do acusado, e intime-se o réu.
III – Cumpram-se as demais determinações.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 686259 Nr: 17021-81.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADRIANA FÁTIMA CAYRES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JURANDIR VERNEQUE DIAS - OAB:14813
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNAR a audiência destes autos para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 09h30min.
II – Cumpram-se as demais determinações.
III – Intimem-se a acusada e a vítima, conforme fls. 101.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 662450 Nr: 10980-35.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VANDERLEI APARECIDO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DINAIR CRISTINA DE PAULA - OAB:18.040/MT, Henrique Morais de Oliveira - OAB:8551/MT
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência destes autos para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 09h30min.
II – Diante do teor da certidão de fls. 72, intime-se a defesa para declinar o endereço atualizado do acusado, e intime-se o réu.
III – Cumpram-se as demais determinações.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 695780 Nr: 8157-20.2019.811.0064
AÇÃO: Insanidade Mental do Acusado->Incidentes->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA:
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDRE AMARILDO TEODORO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAUROZAN CARDOSO SILVA - OAB:18725-MT
INTIMAÇÃO DR. MAUROZAN CARDOSO SILVA OAB 18725 DA DECISÃO QUE SEGUE"(...)Portanto, à luz dos fundamentos acima delineados, especialmente diante da inexistência de indícios concretos que evidenciem dúvidas sobre a integridade mental do acusado à época dos fatos ou no presente momento, INDEFIRO o pedido de instauração de incidente de insanidade mental formulado pela defesa. Ressalvo, todavia, a possibilidade de nova análise do pedido em questão caso se mostre pertinente durante a instrução criminal.
Intimem-se."

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 686926 Nr: 282-96.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROZELI DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:, RAFAELA MARCOS FABIAN - OAB:22111/0
Nos termos da legislação vigente, bem como em conformidade com o provimento n.º 52/2007-CGJ, por impulso oficial INTIMO o procurador da parte requerida, da audiência de instrução e julgamento designada para a data de 03/09/2020 às 16, nesta Vara.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Leonardo de C. C. S. Pitaluga
Cod. Proc.: 632618 Nr: 4406-64.2015.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO HENRIQUE BERALDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Vistos, em correição.
Trata-se de processo criminal que foi redistribuído a este juízo em fevereiro de 2018 a partir da ordem de serviço n° 001/2018/DF/ROO, a qual deu cumprimento à resolução n° 12/2017/TP do TJMT, de 23.11.2017, que redefiniu a competência das varas desta comarca, atribuindo a 2ª e 3ª varas criminais a competência para processar e julgar os delitos de trânsito.
A denúncia foi recebida no dia 18.04.2016 (fl. 42).
O réu não foi localizado para ser citado pessoalmente.
Assim, determino a citação do(s) acusado(s) por edital nos termos do art. 361 do CPP.
Decorrido o prazo do referido edital, abra-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 673425 Nr: 5539-39.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO LUIZ KOLLETT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Em face da existência de indícios satisfatórios da autoria e materialidade da prática dos delitos, que estratificam a existência de justa causa para a acusação — também conhecida como interesse de agir ou 'fumus commissi delicti' —, dos fatos narrados, RECEBO a denúncia nos seus termos.
Expeça(m)-se mandado(s) de citação do(s) acusado(s/as) para, querendo, apresente(m) resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, fazendo-se constar que não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) não constituir defensor, será nomeado defensor para oferecê-la.
Nos termos do art. 1.373, § 3° da CNGC, deverá constar no mandado de citação a obrigatoriedade de o oficial de justiça indagar o(s) acusado(s/as) se ele(s/as) pretende(m) constituir advogado ou se o Juiz deve nomear-lhe um defensor público ou dativo para patrocinar a(s) sua(s) defesa(s), e, neste caso, as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor.
Ademais, deverá o oficial de justiça indagar o(s) réu(s) o(s) seu(s) endereço(s) residencial(ais) e/ou comercial(ais), onde poderá(ão) ser localizado(s) para fins de futuras intimações.
Cumpra-se o art. 1.453 da CNGC.
Defiro os demais pedidos formulados pelo Ministério Público.
Outrossim, atenta às informações constantes dos autos, bem como as diretrizes do artigo 89 da Lei 9.099/95, vejo que o(s/as) acusado(s/as) preenche(m) os requisitos objetivos e subjetivos exigidos para concessão da medida despenalizadora .
Desse modo, DESIGNO a audiência para proposta de suspensão condicional do processo, para o dia 12 de março de 2019, às 15h20min.
Intime-se o(s/as) acusado(o/as) para que compareça(m) à audiência acompanhado(s) de advogado advertindo que, caso não possua(m) condições de contratar advogado, será nomeado um Defensor Público ou dativo para patrocinar a(s) sua(s) defesa(s).
Ciência ao Ministério Público.
Intime-se, notifique-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 632618 Nr: 4406-64.2015.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO HENRIQUE BERALDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Vistos etc.
Volvendo os autos, verifico que o réu PAULO HENRIQUE BERALDO não foi encontrado para sua citação pessoal, resultando na citação editalícia. Contudo, apesar de regularmente citado por edital, não compareceu em Juízo, motivo pelo qual, com fundamento no artigo 366 do CPP, determino a suspensão do processo e o curso de prazo prescricional, pelo prazo de lei, nos termos da súmula 415 do STJ.
Ademais, diante da não localização do denunciado e tendo em vista que o mesmo se mudou de endereço sem comunicar este Juízo, com fulcro nos artigos 328 e 343 do CPP, DECLARO quebrada a fiança recolhida às fls. 30 e, consequentemente, a perda de metade do seu valor, que será destinado ao pagamento das custas e encargos, bem como aqueles que futura e eventualmente sejam impostos, devendo o valor remanescente ser revertido em favor do Fundo Penitenciário, na forma dos artigos 345 e 346 do CPP.
Outrossim, analisando os elementos que instruem o processo, não verifico a necessidade de antecipar a produção de provas, porquanto inexistentes quaisquer dos fundamentos justificadores da medida excepcional.
Por fim, a realidade fático/processual ora apresentada é insuficiente para concluir pelo preenchimento dos fundamentos descritos no art. 312 do CPP, sobretudo porque o crime apurado não é considerado grave e não foi praticado mediante violência ou grave ameaça à pessoa, de maneira que numa eventual condenação – fazendo-se um juízo prospectivo da reprimenda – conclui-se que o regime a ser fixado não será o fechado, motivo pelo qual deixo de decretar a prisão do acusado.
Ciência ao Ministério Público.
Após, encaminhem-se os autos ao arquivo provisório com baixa nos relatórios estatísticos.
Intime-se. Notifique-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 673425 Nr: 5539-39.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO LUIZ KOLLETT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Diante da não intimação do acusado conforme certidão retro, cancelo a presente audiência.
Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.
Em seguida, conclusos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 673425 Nr: 5539-39.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO LUIZ KOLLETT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
DEFIRO o pedido formulado pelo Ministério Público às fls. 54.
REDESIGNO a audiência para proposta de suspensão do processo para o dia 31 de outubro de 2019, às 16h40min.
Cite-se e intime-se o acusado no endereço indicado às fls. 54.
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 643165 Nr: 4483-39.2016.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Douglas Cristiano Alves Lopes - OAB:15.616 MT, LAURIBERTO DONIZETTI DE GODOY - OAB:16.369-B MT
CERTIFICO que o Recurso de Apelação de fls. 113, foi interposto DENTRO DO PRAZO LEGAL, face a tempestividade, nos termos da legislação vigente, bem como em conformidade com o provimento n.º 52/2007-CGJ, impulsiono os autos intimando o Defensor do Sentenciado, para que no prazo legal, apresente as razões recursais, ao recurso retro.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 673425 Nr: 5539-39.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO LUIZ KOLLETT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
DEFIRO o pedido ministerial. Designo nova audiência de SURSIS, para cujo comparecimento deverá ser intimada a vítima Marco Coelho Sena (fls. 06), para o dia 23 de abril de 2020, às 14h30min. Saem os presentes intimados.
DEFIRO o prazo de 10 (dez) dias para juntada de procuração pela parte ré.
Intime-se a vítima, inclusive para que traga ao ato, caso possua, documentos que demonstrem a materialização dos gastos sofridos em decorrência da lesão aludida nos autos, a fim de subsidiar eventual acordo quanto aos danos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 673425 Nr: 5539-39.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO LUIZ KOLLETT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, ANTECIPO a audiência destes autos para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 13h15min.
II – Cumpram-se as demais determinações.
III – Intimem-se o acusado e a vítima, conforme fls. 66.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 673425 Nr: 5539-39.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDUARDO LUIZ KOLLETT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
I – Considerando a necessidade de readequação da pauta de audiência deste Juízo, REDESIGNO a audiência destes autos para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 13h15min.
II – Cumpram-se as demais determinações.
III – Intimem-se o acusado e a vítima, conforme fls. 66.
IV – Dê-se ciência às partes.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Leonardo de C. C. S. Pitaluga
Cod. Proc.: 615022 Nr: 5676-94.2013.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO NOVAIS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos em correição
Tratando-se de réu(s) solto(s), cuja citação pessoal restou infrutífera (fl. 104) e, não sendo o caso de aplicação do disposto no art. 362 do Código de Processo Penal, determino a citação por edital do(s) acusado(s) nos termos do art. 361 do CPP.
Decorrido o prazo do referido edital, o que deverá ser certificado nos autos, caso o(s) réu(s) não apresente(em) defesa, não compareça(m) em juízo ou não constitua(m) advogado, com fundamento no art. 366 do CPP, determino, desde já, a suspensão do processo e o curso no prazo prescricional, pelo prazo de 08 anos, nos termos da súmula 415 do STJ.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Após, encaminhem-se os autos ao arquivo provisório.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 615022 Nr: 5676-94.2013.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO NOVAIS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Compulsando detidamente os autos, observo que o acusado não foi encontrado para a citação pessoal, resultando na sua citação editalícia.
Contudo, apesar de regularmente citado por edital, o denunciado não apresentou defesa ou compareceu em juízo, motivo pelo qual com fundamento no art. 366 do CPP, DETERMINO a suspensão do processo e o curso no prazo prescricional, pelo prazo de lei, nos termos da súmula 415 do STJ.
Sem prejuízo dessa providência, manifeste-se o Ministério Público requerendo o que entender de direito quanto a eventuais providências de natureza cautelar in casu.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 697193 Nr: 9426-94.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELSON NUNES ARAUJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Vistos etc.
Diante do que consta dos autos, não verifico, por ora, a demonstração de quaisquer das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP, razão pela qual deixo de absolver sumariamente o acusado.
Assim, com fundamento no artigo 399 do CPP, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de dezembro de 2019, às 13h15min.
Intime-se o réu, a defesa, o Ministério Público e as testemunhas arroladas pelas partes, para que compareçam à audiência.
Se necessário, autorizo, desde já, a expedição de carta(s) precatória(s) com a finalidade do juízo deprecado interrogar o(s) réu(s) que esteja(m) preso(s) em unidade(s) prisional(is) aqui não situada(s) e inquirir a(s) testemunha(s) que resida(m) em outra(s) comarca(s), intimando-se a defesa da expedição da referida missiva em observância ao teor da Súmula 273 do STJ.
Requisite-se, se houver necessidade.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Aline Luciane Ribeiro Viana Quinto Bissoni
Cod. Proc.: 615022 Nr: 5676-94.2013.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO NOVAIS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
De início, torno sem efeito a citação por hora certa realizada às fls. 118, eis que ausentes os requisitos legais dos artigos 252 e 254 do CPC, nos moldes postulados pelas partes.
Por outro lado, considerando que o réu não localizado devido a sua ausência momentanea (viajando, segundo sua genitora), determino a expedição de novo mandado de citação no endereço declinado pelo Ministério Público às fls. 113, devendo o Oficial de Justiça responsável pela diligência retornar no endereço ao menos três vezes antes de proceder à devolução do mandado, certificando claramente, em cada diligência, o dia e horário em que ali esteve, bem como a motivação de não ter encontrado o denunciado.
Demais disso, em caso de não localização do acusado, deverá o meirinho questionar eventuais pessoas que se encontrem no imóvel sobre o seu possível atual endereço e horário em que poderá ser encontrado, declinando na certidão o nome e qualificação de eventuais pessoas que tenham prestado tais informações.
Intimem-se.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 697193 Nr: 9426-94.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELSON NUNES ARAUJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Homologo a desistência formulada dando por encerrada a instrução probatória. Deixo de prolatar sentença neste momento em decorrência da existência de várias audiências nesta data. Voltem-me para sentença

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Wagner Plaza Machado Junior
Cod. Proc.: 697193 Nr: 9426-94.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELSON NUNES ARAUJO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na denúncia para CONDENAR o réu ELSON NUNES ARAÚJO, qualificados nos autos, como incurso nas penas do art. 157, caput e art. 307, caput, ambos do CP. Em atenção ao princípio constitucional de individualização da pena, passo a dosá-la.3.1. Dosimetria de pena em relação ao crime de roubo.A culpabilidade não excede a normalidade do tipo. Deixo de manifestar quanto aos antecedentes criminais para não implicar em bis in idem com a reincidência. Os dados sobre sua conduta social e personalidade não são favoráveis, mas estão interligados à reincidência. Às circunstâncias do crime são normais ao tipo. Os motivos são egoísticos, mas estão interligados à culpabilidade. Não houve consequências, posto que o bem foi (...)

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 686259 Nr: 17021-81.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADRIANA FÁTIMA CAYRES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JURANDIR VERNEQUE DIAS - OAB:14813
Intimação do Dr. Jurandir Verneque Dias, OAB/MT nº. 14.813, para audiência de proposta de suspensão condicional do processo designada para o dia 20 de fevereiro de 2020, às 09h30min, a ser realizada neste Juízo da 2ª Vara Criminal.

3ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 675023 Nr: 6946-80.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANGELICA CORREIA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GETÚLIO BALDOINO DA SILVA TERRA JÚNIOR - OAB:15.193 MT
Autos nº 6946-80.2018.811.0064 – Cód. 675023
Vistos.
Analisando detidamente os autos, verifico que a ré ainda não cumpriu integralmente as condições acordadas para a suspensão condicional do processo (fls.67/68), haja vista que o sursis foi ofertado ainda este ano, e como o período de suspensão foi de 02 (dois) anos, logo, nota-se a princípio não merece acolhimento o requerimento de arquivamento formulado pelo Ministério Público, razão pela qual, o INDEFIRO, e determino o aguardo do cumprimento integral das condições impostas para a suspensão condicional do processo.
Ciência ao Ministério Público.
Cumpra-se.
Às providências.
Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019.
João Francisco Campos de Almeida
Juiz de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 695476 Nr: 7863-65.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDECI RODRIGUES FERREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Autos nº 12609-73.2019.811.0064 – Cód. 701659
Vistos.
Certificada a autenticidade da Carta Precatória para cumprimento de Mandado de Prisão, expedido em desfavor do réu FABIANO OLIVEIRA DOS SANTOS conforme certidão retro.
Cumpra-se na forma deprecada, contudo, considerando que o réu encontra-se solto, encaminhe à autoridade policial o referido mandado de prisão para cumprimento do mesmo.
Atinente à citação do denunciado, cumpra-se na forma deprecada.
Após, observadas as formalidades legais, devolva-se à Comarca de origem, com nossas homenagens.
Expeça-se o necessário.
Às providências.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 634726 Nr: 5996-76.2015.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ ANTÔNIO CÉZAR SANTOS, SANDRA BARBOZA GUIMARÃES, FERNANDO QUERUBIM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:, FERNANDO FERREIRA DA SILVA - OAB:14.924-MT
Intimação do Advogado Doutor FERNANDO FERREIRA DA SILVA - OAB:14.924-MT, para apresentar os Memoriais, no prazo legal.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 697339 Nr: 9546-40.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AJRL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Homologo a desistência de inquirição das vítimas Gabrieli Ketelen Moreira, Graziele Oliveira Barboza, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.
Diante da inquirição da testemunha, das vítimas, bem como do interrogatório do réu, declaro encerrada a audiência de instrução e determino vista dos autos às partes no prazo de 05 (cinco) dias, para que apresentem seus memoriais finais escritos.
Saem os presentes intimados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 695878 Nr: 8258-57.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAIO FELLIPE BATISTA VILAMAIOR - OAB:20.699/O-MT
Homologo a desistência de inquirição da testemunha Dayson Alex Benedetti, Juliana de Souza Ferreira Alves, Ademar Costa, para que surtam seus efeitos legais e jurídicos.
Diante da inquirição das testemunhas, bem como do interrogatório do réu, declaro encerrada a audiência de instrução e determino vista dos autos às partes no prazo de 05 (cinco) dias, para que apresentem seus memoriais finais escritos.
Saem os presentes intimados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 653150 Nr: 2733-65.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADSB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:
Diante da inquirição das testemunhas, da vítima, bem como do interrogatório do réu, declaro encerrada a audiência de instrução e determino vista dos autos às partes no prazo de 05 (cinco) dias, para que apresentem seus memoriais finais escritos.
Saem os presentes intimados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 698841 Nr: 10613-40.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IVALDO GONÇALVES DO NASCIMENTO, JULIANA MACHADO LIMA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:, ELLEN MÁRCIA GALVÃO ITACARAMBY - OAB:16.989/0-MT
Diante da inquirição das testemunhas, das vítimas, bem como do interrogatório dos réus, declaro encerrada a audiência de instrução e determino vista dos autos às partes no prazo de 05 (cinco) dias, para que apresentem seus memoriais finais escritos.
Saem os presentes intimados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 689610 Nr: 2559-85.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JHON JHONE KENEDY CASTRO CELESTINO DA SILVA, THALISSON DE OLIVEIRA MELLO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:, DEJALMA FERREIRA DOS SANTOS - OAB:12062/MT
Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para o requerimento do Dr. Marcos Rogerio Mendes.
Concedo vistas dos autos ao Ministério Público pelo prazo de 05 (cinco) dias para que se manifeste acerca das vítimas Alessandra Silva Reis, Gleuto Cardoso da Silva, Omar David Marques Queiroz, após manifestação, determino desde já a expedição de eventual mandado de intimação ou carta precatória a fim de proceder à inquirição das vítimas supramencionadas.

Diante da ausência justificada da testemunha Werner Cavalcante Jovino e não intimação da vítimas, designo audiência de continuação para o dia 13 de janeiro de 2020 às 16h50min.
Requisite novamente a testemunha Werner Cavalcante Jovino.
Requisite o acusado Thalisson de Oliveira Mello na Penitencia da Mata Grande, haja vista que o mesmo se encontra preso nesta Comarca.
Saem os presentes intimados.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Francisco C. de Almeida
Cod. Proc.: 332395 Nr: 3206-95.2010.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CHARLES HENRIQUE NASCIMENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLEYSON BATISTA DA SILVA - OAB:19.275/MT
(...)Ex positis, JULGO por sentença, extinta a punibilidade de Charles Henrique Nascimento, qualificada nos autos, em virtude da ocorrência da prescrição, fazendo-o com fundamento no artigo 107, inciso IV, c/c art. 110, § 1º e 109 caput e inciso IV, c/c art. 115, todos do Código Penal Brasileiro, e em consonância com o art. 61, do Código de Processo Penal. Transitada em julgado a presente sentença de extinção da punibilidade, arquivem-se os autos com as devidas baixas na distribuição e no relatório. Notifique-se o Ministério Público. Recolham-se os mandados prisionais em aberto.P. R. I. Cumpra-se.Rondonópolis - MT, 11 de Dezembro de 2.019.João Francisco Campos de Almeida Juiz de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 653238 Nr: 2821-06.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JHEINIFER RODRIGUES PESSOA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARY DA COSTA CAMPOS - OAB:16944/B-MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 90 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JHEINIFER RODRIGUES PESSOA, Rg: 23723823, Filiação: Carmelita Rodrigues da Silva e Valdeci Silva Pessoa, data de nascimento: 19/09/1995, brasileiro(a), natural de Rondonópolis-MT, casado(a), do lar. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Isto posto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal consubstanciada pela denúncia de fls. 06/08, para CONDENAR a ré Jheinifer Rodrigues Pessoa, brasileira, convivente, nascida em 19/09/1995, natural de Rondonópolis/MT, portadora do RG 2372382-3 SSP/MT e CPF 049.730.811-83, filha de Valdeci Silva Pessoa e de Carmelita Rodrigues da Silva, residente na Rua São João, quadra 04, lote 25, casa 03, Bairro Jardim Sumaré, nesta cidade e Comarca de Rondonópolis/MT, como incursa na prática do crime descrito no art. 157, § 2°, I e II, do Código Penal.Passo doravante a dosar a reprimenda. (...)Portanto, fixo a pena privativa de liberdade definitiva à ré Jheinifer Rodrigues Pessoa em 06 (seis) anos de reclusão, a serem cumpridos em regime inicial semiaberto e, ao pagamento de 20 (vinte) dias-multa, no valor de 1/30 do salário mínimo.A substituição de pena fica negada, com respaldo no artigo 44, I, do Código Penal, diante do quantum da pena aplicada e da prática do crime mediante violência e grave ameaça.DISPOSIÇÕES FINAIS.Finalizando, quanto ao direito de apelar, insta observar que a ré respondeu ao processo em liberdade e, considerando que, ao menos neste momento, os requisitos da prisão preventiva encontram-se ausentes, portanto, com arrimo no art. 387, § 1º, do Código de Processo Penal, concedo à citada ré a oportunidade de recorrer em liberdade da presente sentença.CONDENO a ré ao pagamento das custas e despesas processuais.Determino a destruição do par de chinelos apreendidos à fl. 34.Transitando esta sentença em julgado, expeça-se a guia definitiva de execução de pena e, em seguida, oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral e ao Instituto de Identificação.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se realizando e expedindo o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Vitória Gonçalves Dantas, digitei.
Rondonópolis, 13 de dezembro de 2019
Vanda Pio Cajango Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

4ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 697137 Nr: 9395-74.2019.811.0064
AÇÃO: Incidentes->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: ELENCLICIA NUNES DE MOURA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARIONALDO MADEIRA COSTA - OAB:13.075-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA.
Cuida-se de pedido de autorização para a Sra. Elenclicia Nunes de Moura, via Defesa constituída, para visitar o recuperando Mayk felipe Rosa da Silveira, preso na Penitenciária Major Eldo Sá Correa “Mata Grande”.
Fora juntado as fls. 62/63 Ofício da Penitenciária “Mata Grande”, informando que a requerente tentou adentrar a Unidade com entorpecentes, bem como, conforme regimento interno foi excluída do rol de visitantes da unidade.
O Ministério Público manifestou pelo indeferimento do pedido de autorização (fls.65).
É o breve relato. DECIDE-SE.
O maior objetivo da pena é a ressocialização dos recuperandos e a reinserção à estrutura social, bem como é fundamental o envolvimento da família e amigos para a transformação do apenado.
Por outro lado, o Juízo da Execução Penal não está adstrito à abstrata disposição legal ou, mesmo, a manifestação da autoridade administrativa.
Ademais, a unidade prisional possui regimento interno que regulamenta tal situação, onde define que no presente caso, considerando que a requerente tentou adentrar na penitenciaria com entorpecentes, e ainda responde ao Inquérito Policial de nº 2951-25.2019.8.11.0064 que tramita perante a 5ª Vara Criminal desta Comarca, pelo delito de tráfico de drogas.
Ante o exposto, o ESTADO-JUIZ INDEFERE o pedido da requerente para realizar visitas ao recuperando Mayk Felipe Rosa da Silveira.
Cientifique-se as partes desta decisão.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

5ª VARA CRIMINAL

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 695744 Nr: 8123-45.2019.811.0064
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MIRIÃ KARINA DE LARA, THIAGO ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO SILVEIRA GUIMARÃES JUNIOR - OAB:15.694 MT, DEFENSOR - OAB:, THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES - OAB:3402-B
Nesse contexto, não sendo possível se concluir, de modo insofismável, pela manifesta improcedência das acusações, de modo que, nesta fase de cognição sumária, não ocorrem qualquer das hipóteses do art. 395 do CPP, razão por que o Juízo RECEBE A DENÚNCIA ajuizada em desfavor de Miriã Karina de Lara e Thiago Alves da Silva.COMUNIQUE-SE o recebimento da denúncia à Central de Distribuição, ao Instituto Estadual de Identificação e à Delegacia de Polícia responsável pelo inquérito policial.Designa-se audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de março de 2020, às 16 horas, data única disponível.Intimem-se as partes, as testemunhas/informantes, bem como os acusados.Providencie a CITAÇÃO dos acusados na forma do art. 56 da Lei 11.343/06.Não

localizada alguma das pessoas a serem inquiridas, intime-se a parte interessada na inquirição para que, em 05 (cinco) dias, indique o respectivo paradeiro ou a substitua, desde já assentado que o silêncio será interpretado como desistência tácita, prosseguindo o feito em seus demais termos.CUMPRA-SE expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 693552 Nr: 6038-86.2019.811.0064
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JONES OLIVEIRA DOS SANTOS, PAULO SERGIO PEREIRA ANICESIO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO SILVEIRA GUIMARÃES JUNIOR - OAB:15.694 MT, DEFENSOR - OAB:, THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARÃES - OAB:3.402-B
III – DispositivoPosto isso, julga-se PROCEDENTE a pretensão vertida na denúncia para o fim de condenar os acusados JONES OLIVEIRA DOS SANTOS e PAULO SERGIO PEREIRA ANICESIO como incursos nas sanções penais do art. 33, 'caput' c.c art. 40, III, ambos da Lei 11.343/06, COM as implicações da Lei 8.072/90.Em observância ao princípio constitucional da individualização da pena, inscrito no art. 5º, inciso XLVI da CRFB/88, passa-se fazê-lo, observando-se o sistema trifásico adotado por nosso Código Penal (CP, 68).QUANTO AO ACUSADO JONES:

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 693133 Nr: 5667-25.2019.811.0064
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO PAULO DE SOUZA RODRIGUES, MANOEL VITOR PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR - OAB:, DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
Diante do exposto, EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA em favor dos acusados MANOEL VITOR PEREIRA DOS SANTOS, fixando as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: Nesse contexto, não sendo possível se concluir, de modo insofismável, pela manifesta improcedência das acusações, de modo que, nesta fase de cognição sumária, não ocorrem qualquer das hipóteses do art. 395 do CPP, razão por que o Juízo RECEBE A DENÚNCIA ajuizada em desfavor de JOÃO PAULO DE SOUZA RODRIGUES e MANOEL VITOR PEREIRA DOS SANTOS.COMUNIQUE-SE o recebimento da denúncia à Central de Distribuição, ao Instituto Estadual de Identificação e à Delegacia de Polícia responsável pelo inquérito policial.Designa-se audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de março de 2020, às 15 horas, data única disponível.INTIMEM-SE as partes, as testemunhas/informantes, bem como os acusados.Providencie a CITAÇÃO dos acusados na forma do art. 56 da Lei 11.343/06.Não localizada alguma das pessoas a serem inquiridas, intime-se a parte interessada na inquirição para que, em 05 (cinco) dias, indique o respectivo paradeiro ou a substitua, desde já assentado que o silêncio será interpretado como desistência tácita, prosseguindo o feito em seus demais termos.Antes de ser posto em liberdade o acusado Manoel Vitor deverá ser citado e intimado da audiência acima designada.Às providências. Cumpra-se expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 684641 Nr: 15575-43.2018.811.0064
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MAX MANOEL CORREIA DA SILVA, WESLEN HENRIQUE DE LIMA RAMOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Douglas Cristiano Alves Lopes - OAB:15.616 MT, ORIVALDO DIAS DE SOUZA - OAB:OAB/MT 7790
DECISÃO INTERLOCUTÓRIA
1. Considerando que os autos estiveram em carga com o Ministério Público Estadual de 30 de outubro de 2019 a 11 de dezembro de 2019, retornando sem a apresentação de contrarrazões, a fim de não causar prejuízo aos acusados, ENCAMINHEM-SE, com urgência, os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso a fim de que sejam os autos distribuídos a Câmara competente e analisado o recurso interposto.
2. Às providências. Cumpra-se expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 695748 Nr: 8127-82.2019.811.0064
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATA LEITE FONTOURA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO FERREIRA DA SILVA - OAB:14.924-MT
Demais a mais, o juízo positivo de admissibilidade da imputação "não demanda motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório." (STJ - AgRg no RHC 82.102/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 29/06/2018).5. Nesse contexto, não sendo possível se concluir, de modo insofismável, pela manifesta improcedência das acusações, de modo que, nesta fase de cognição sumária, não ocorrem qualquer das hipóteses do art. 395 do CPP, razão por que o Juízo RECEBE A DENÚNCIA ajuizada em desfavor de Renata Leite Fontoura.6. COMUNIQUE-SE o recebimento da denúncia à Central de Distribuição, ao Instituto Estadual de Identificação e à Delegacia de Polícia responsável pelo inquérito policial.7. Designa-se audiência de instrução e julgamento para o dia 13 de dezembro de 2019, às 17 horas, eis que se trata de acusada presa desde julho de 2019.8. INTIMEM-SE as partes, as testemunhas/informantes, bem como a acusada.9. Providencie a CITAÇÃO da acusada na forma do art. 56 da Lei 11.343/06.10. Não localizada alguma das pessoas a serem inquiridas, intime-se a parte interessada na inquirição para que, em 05 (cinco) dias, indique o respectivo paradeiro ou a substitua, desde já assentado que o silêncio será interpretado como desistência tácita, prosseguindo o feito em seus demais termos.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): João Filho de Almeida Portela
Cod. Proc.: 695744 Nr: 8123-45.2019.811.0064
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MIRIÃ KARINA DE LARA, THIAGO ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO SILVEIRA GUIMARÃES JUNIOR - OAB:15.694 MT, DEFENSOR - OAB:, THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARAES - OAB:3402-B
DECISÃO INTERLOCUTÓRIAI –Considerando que o Superior Tribunal de Justiça, através do HC n° 118.155 – MT (2019/0283217-1), concedeu prisão domiciliar à acusada Miriã Karina de Lara, DETERMINA-SE SUA IMEDIATA SOLTURA, devendo ser posta em liberdade, salvo de por outro motivo não estiver presa.Fixa-se as seguintes medidas cautelares, consignando que o não cumprimento poderá ensejar novo decreto preventivo:a) Permanecer no interior de sua casa, excetuando o horário de frequência a culto religioso, tratamento médico, e trabalho ou estudo no período noturno; b) Proibição de frequentar lugares onde haja venda e consumo de bebidas alcoólicas, eventos festivos de qualquer natureza, comícios e manifestações públicas bem como boates e congêneres; c) Não se ausentar da cidade onde reside bem como não mudar de endereço, sem prévia autorização judicial, diante de motivo justificável; d) comparecer na audiência de instrução e julgamento abaixo designada.II – Cuida-se de ação penal pública incondicionada que o Ministério Público do Estado de Mato Grosso promove em desfavor de Miriã Karina de Lara e Thiago Alves da Silva imputando-lhes a conduta típica descrita no art. 33 da Lei 11.343/06. Nesse contexto, não sendo possível se concluir, de modo insofismável, pela manifesta improcedência das acusações, de modo que, nesta fase de cognição sumária, não ocorrem qualquer das

hipóteses do art. 395 do CPP, razão por que o Juízo RECEBE A DENÚNCIA ajuizada em desfavor de Miriã Karina de Lara e Thiago Alves da Silva.COMUNIQUE-SE o recebimento da denúncia à Central de Distribuição, ao Instituto Estadual de Identificação e à Delegacia de Polícia responsável pelo inquérito policial.Designa-se audiência de instrução e julgamento para o dia 26 de março de 2020, às 16 horas, data única disponível.Intimem-se as partes, as testemunhas/informantes, bem como os acusados.

Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Intimação

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1002188-93.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
I. U. M. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JESSYCA NAGANO BEZERRA OAB - MT17185/O (ADVOGADO(A))
EVANDRO SILVA SALVADOR OAB - MT0010773S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. D. S. F. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WANESSA CORREIA FRANCHINI VIEIRA OAB - MT10907-O (ADVOGADO(A))
TASSIA DE AZEVEDO BORGES OAB - MT12296-A (ADVOGADO(A))
VILSON SOARES FERRO OAB - MT0011830A-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE RONDONÓPOLIS SENTENÇA Processo: 1002188-93.2019.8.11.0003. REQUERENTE: IDAIANA UHDE MARTINS REQUERIDO: MARCELO DOS SANTOS FERRO Vistos etc. Trata-se de requerimento de providências protetivas formulado por Idaiana Uhde Martins em desfavor de Marcelos dos Santos Ferro, ambos qualificados, diante da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340/2006. Consigno que, há quase de 06 (seis) meses, não houve nenhuma informação de descumprimento das providências protetivas por parte do indiciado, razão pela qual justifica o arquivamento do presente feito. Após, vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Passo a decidir. Sem maiores delongas, insta consignar que as medidas protetivas de urgência têm natureza cautelar, e, por isso, somente se justificam se houver urgência, preventividade, provisoriedade e instrumentalidade, não podendo ser atribuído a tais providências caráter definitivo. Diante disso, verifica-se que as providências protetivas, tem caráter provisório já atingiu sua finalidade, razão pela qual a extinção do presente feito nos termos do que determina o Artigo 485, VI, do Código de Processo Civil, é medida que se impõe, sem prejuízo da fixação de novas medidas em havendo necessidade. ISTO POSTO, JULGO EXTINTA a presente medida protetiva de urgência e determino o seu ARQUIVAMENTO nos termos do Artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Por fim, prejudicada a análise do requerimento de fls. retro. Intime-se a vítima, ainda que por edital, para que tenha ciência de que a qualquer momento, poderá requerer novamente medidas protetivas a seu favor, havendo novos motivos que ensejam a aplicação das medidas. Após, arquive-se o feito mediante as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019. Maria Mazarelo Farias Pinto Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1013284-08.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
L. V. D. S. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
A. A. D. S. (PARTE RÉ)
Outros Interessados:
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE RONDONÓPOLIS (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PÚBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE 1ª VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE RONDONÓPOLIS EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 15 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARIA MAZARELO FARIAS PINTO PROCESSO n. 1013284-08.2019.8.11.0003 Valor da causa: R$ 0,00 ESPÉCIE: [Medidas Protetivas]->MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) (1268) POLO ATIVO: Nome: LUCIENE VIEIRA DE SOUZA Endereço: RUA SÃO LUIZ, 1076, VILA MAMEDE, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78700-000 INDICIADO: Nome: AGUINALDO APARECIDO DOS SANTOS Endereço: RUA INDEFINIDA, QD. 12, 0, PROX. A CHÁCARA É DEMAIS, RESIDENCIAL EDELMINA QUERUBIM MARCHETTI, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78700-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO INDICIADO, quanto ao DEFERIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. MEDIDAS PROTETIVAS: "I – Proibição do agressor de se aproximar da ofendida fixando o limite mínimo de 500 (quinhentos) metros de distância entre eles, sob pena de multa de R$ 100,00 (cem reais), em caso de descumprimento da medida (Art. 22, inciso III, “a”, da Lei nº 11.340/2006). II – Proibição do agressor de manter contato com a ofendida por qualquer meio de comunicação. III – Proibição ao agressor de frequentar a residência da ofendida e o local de trabalho dela, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica, nos termos do Art. 22, inciso III, “c”, da Lei nº 11.340/2006". Intime-se o ofensor, acerca da presente decisão, deixando-o ciente de que o descumprimento das determinações aqui constantes importará em motivo para a decretação de sua prisão preventiva (se solto estiver) ou será empecilho para que se beneficie da liberdade provisória (se preso estiver), a teor do que dispõe o Artigo 313, III, do Código de Processo Penal, incluído pela Lei Maria da Penha. E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ELIANE DE FATIMA KEHRWALD NUNES, digitei. RONDONÓPOLIS-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-397 MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA)
Processo Número: 1013902-50.2019.8.11.0003
Parte(s) Polo Ativo:
L. M. F. (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
L. R. B. (PARTE RÉ)
Outros Interessados:
POLÍCIA JUDICIÁRIA CIVIL DO ESTADO DE MATO GROSSO - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE RONDONÓPOLIS (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PÚBLICO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE 1ª

VARA ESPECIALIZADA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE RONDONÓPOLIS EDITAL DE INTIMAÇÃO Prazo do Edital: 15 Dias EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MARIA MAZARELO FARIAS PINTO PROCESSO n. 1013902-50.2019.8.11.0003 Valor da causa: 0,00 ESPÉCIE: [Medidas Protetivas]->MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA (LEI MARIA DA PENHA) (1268) POLO ATIVO: Nome: LUZIA MARIA FAUSTINA Endereço: AV. JOSE BARRIGA, 1225, PROX. A LOJA E ESCOLA PINDORAMA, SANTA CRUZ, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78700-000 INDICIADO: Nome: LERGAN ROCHA BITENCOURT Endereço: JOSÉ BARRIGA, 2025, SANTA CRUZ, RONDONÓPOLIS - MT - CEP: 78700-000 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO INDICIADO, quanto ao DEFERIMENTO DAS MEDIDAS PROTETIVAS, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado.BEM COMO, PROCEDER À CITAÇÃO DO AGRESSOR para, querendo, contestar o pedido, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados pela ofendida (NCPC, artigos 306 e 307), advertindo-o de que o descumprimento da ordem poderá sujeitá-lo à imediata PRISÃO, sem prejuízo da infração penal ao art. 24-A da Lei 11.340/06. MEDIDAS PROTETIVAS: "(a) proibição de aproximar-se da ofendida, familiares desta e testemunhas, além do limite mínimo de 500 (quinhentos) metros; (b) proibição de realizar contato com a ofendida, familiares desta e testemunhas, por qualquer meio de comunicação; (c) vedação de frequentar a residência e trabalho, residência de parentes e o local de trabalho da ofendida." E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, ELIANE DE FATIMA KEHRWALD NUNES, digitei. RONDONÓPOLIS-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 697412 Nr: 9603-58.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEIDIANE LIMA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 9603-58.2019.811.0064 - Código: 697412
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 62/63) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 30/07/2020, às 14h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 685658 Nr: 16491-77.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): AVBO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Leudo Cândido de Andrade - OAB:OAB-CE 3.359
Código: 685658
Vistos etc.
Inicialmente, considerando o teor da certidão de fls. 250 e, tendo em vista os princípios constitucionais do contraditório, da ampla defesa e da duração razoável do processo, NOMEIO desde já, a Defensoria Pública, por seu digno Defensor Público, para patrocinar a defesa do acusado.
Sem prejuízo, tendo em vista que o causídico Leudo Cândido de Andrade, inscrito na OAB sob o nº 249, apesar de devidamente intimado (fls. 249/250), não apresentou os memoriais assim, determino que oficie-se à OAB - CE, para que adotem as providências que entenderem necessárias.
Após com a apresentação dos memoriais, retornem-me os autos conclusos.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de Dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 693450 Nr: 5951-33.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRENDON DE JESUS LOPES, GILNEY BONAIDO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:, RONALDO BEZERRA DOS SANTOS - OAB:9.521-B/MT
Código: 693450
Vistos etc.
Inicialmente, HOMOLOGO a desistência de oitiva da testemunha Henrique Sulino da Silva, ante o teor das manifestações de fls. 387 e fls. 389.
Ademais, consigno que a aludida testemunha não foi arrolada pela defesa do acusado Gilney Bonaido da Silva, consoante consta da resposta à acusação de fls. 266/274.
Por fim, considerando que não existem requerimentos pendentes, declaro encerrada a instrução processual e, faculto o prazo de 05 (cinco) dias para as partes apresentarem memoriais, iniciando-se pela acusação.
Às providências.

Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de Dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 695209 Nr: 7613-32.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CARLOS EDUARDO DE LARA SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 7613-32.2019.811.0064 - Código: 695209
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 53/54) não foram arguidas preliminares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 14h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 699894 Nr: 11302-84.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): VAGNER SOARES BARBOSA MACEDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 11302-84.2019.811.0064- Código: 699894
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 6364) não foram arguidas preliminares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 13h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 689895 Nr: 2810-06.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS VINICIUS DA COSTA HILARIO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 2810-06.2019.811.0064 - Código: 689895
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 95/96) não foram arguidas preliminares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 14h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 688297 Nr: 1446-96.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON RODRIGUES DUARTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 1446-96.2019.811.0064 - Código: 688297
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 90/91) não foram arguidas preliminares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 15h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio

requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 11 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 686869 Nr: 226-63.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FRANCISCO MARCOS SANTOS DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 226-63.2019.811.0064 - Código: 686869
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 70/71) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 15h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 666602 Nr: 14706-17.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FERNANDO FRANÇA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADEIR ALEXSANDER FRODER - OAB:9699 MT
Ação Penal: 14706-17.2017.811.0064 - Código: 666602
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fl. 61) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 30/07/2020, às 15h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 667607 Nr: 598-46.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEILA MARIA PEREIRA, JOSÉ ALBINO PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 598-46.2018.811.0064 - Código: 667607
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 68/69) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 17h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 668817 Nr: 1559-84.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LOURENÇO ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Ação Penal: 1559-84.2018.811.0064- Código: 668817
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 91/92) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 15h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência

proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 681202 Nr: 12678-42.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ORLANDO NEVES DE CARVALHO JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Ação Penal: 12678-42.2018.811.0064 - Código: 681202
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 46/47) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 30/07/2020, às 13h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 695707 Nr: 8086-18.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEX PAULO RIBEIRO NEVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CAIO FELLIPE BATISTA VILAMAIOR - OAB:20.699/O-MT
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO de defesa acerca da certidão: Certifico, em cumprimento ao mandado do MM Juiz de direito, dirigi nesta cidade, AVENIDA BAHIA NR 1418 BAIRRO VILA OPERARIA e aí sendo, no dia 05/12/2019 NÃO FOI POSSÍVEL PROCEDER A IINTIMAÇÃOO DO SR. ALEX PAULO RIBEIRO NEVES, tendo em vista, ter diligenciado ao endereço mencionado acima e no mandado, no momento da diligencia não logrei êxito em encontra-lo, e em contato com o Senhor João(prooprietário da sogra, disse que o Réu não mora, mudou-se, não sabendo precisar seu endereço., ((MAURO ROBERTO XAVIER DE LIMA MAT.: 7128)).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 698367 Nr: 10284-28.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WESLEY DA CONCEIÇÃO MIRANDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 10284-28.2019.811.0064 - Código: 698367
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 117/118) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 16h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 699536 Nr: 11081-04.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOÃO PAULO GOMES DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 11081-04.2019.811.0064 - Código: 699536
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 72/73) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 16h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com

fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 690007 Nr: 2912-28.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LEANDRO ALVES BARBOSA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 2912-28.2019.811.0064 - Código: 690007
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 87/88) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 14h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 690517 Nr: 3381-74.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCOS ANTONIO GERALDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 3381-74.2019.811.0064 - Código: 690517
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 81/82) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 16h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 690667 Nr: 3469-15.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WELLINGTON ALMEIDA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 3469-15.2019.811.0064 - Código: 690667
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 85/86) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 30/07/2020, às 16h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos perit os, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 690778 Nr: 3544-54.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLODOALDO ARAUJO BORGES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 3544-54.2019.811.0064 - Código: 690778
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 41/42) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 13h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for

o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 690935 Nr: 3693-50.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): IZAC TIAGO DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 3693-50.2019.811.0064 - Código: 690935
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 95/96) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 30/07/2020, às 14h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 692380 Nr: 5014-23.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIMOTEO NASCIMENTO SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 5014-23.2019.811.0064 - Código: 692380
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 41/42) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 17h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 693508 Nr: 6007-66.2019.811.0064
AÇÃO: Pedido de Prisão Preventiva->Pedido de Prisão->Medidas Cautelares->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: DDP
PARTE(S) REQUERIDA(S): ON2, GBDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RONALDO BEZERRA DOS SANTOS - OAB:OAB/MT 9521-B
Código: 693508
Vistos etc.
Aguarde-se o cumprimento da decisão nos autos em apenso.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de Dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 694117 Nr: 6565-38.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ROSALVO SOUZA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Ação Penal: 6565-38.2019.811.0064 - Código: 694117
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 42/43) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 30/07/2020, às 16h30min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.

Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 695074 Nr: 7481-72.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALISSON ALVES CAVALCANTE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEONARDO PAIVA BOROTTA - OAB:23181-MT, VICTOR GUILHERME MOYA - OAB:20.235-MT
Ação Penal: 7481-72.2019.811.0064 - Código: 695074
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 126/127) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 21/07/2020, às 14h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 641319 Nr: 2796-27.2016.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Johnathan Ramalho Gonçalves
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Tales Passos de Almeida - OAB:15.217-MT
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO TALES PASSOS DE ALMEIDA, OAB 15.217 MT, para que devolva os autos em epígrafe, com urgência, ante a proximidade da audiência designada para o dia 17/12/2019, que se encontra em carga desde 06/11/2019.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 654668 Nr: 4181-73.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANTONIO JOSE DO NASCIMENTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
Processo: 4181-73.2017.811.0064 – Código: 654668
Vistos etc.
Os autos retornaram do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, assim, verifica-se que o acórdão determinou que este Juízo aprecie os fatos tidos como delituosos, em tese, perpetrados contra o adolescente Diogo Rocha do Nascimento.
Portanto, determino a intimação das partes para que requeiram o que de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.
Sem prejuízo, oficie-se o da Vara Especializada da Infância e Juventude desta Comarca de Rondonópolis/MT, informando acerca da r. decisão órgão ad quem, remetendo-se cópia do acórdão.
Por fim, decorrido o período ora concedido das partes, o que deverá ser certificado, retornem-me os autos conclusos.
Às providências.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 658610 Nr: 7722-17.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ BENEVAL GOMES RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Ação Penal: 7722-17.2017.811.0064 - Código: 658610
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 61vº/62) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 29/07/2020, às 14h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 289950 Nr: 2026-88.2003.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): MPDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Tales Passos de Almeida - OAB:15.217-MT
INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ acerca da designação de audiência para o dia 17 de janeiro de 2020, às 13 horas na 8. Vara Criminal de Cuiabá/MT.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 687517 Nr: 818-10.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, SCDSDB
PARTE(S) REQUERIDA(S): GERALDO GOMES RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:

Ação Penal: 818-10.2019.811.0064 - Código: 687517
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 74/75) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 15/07/2020, às 16h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 688296 Nr: 1445-14.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELISANGELA VELOSO DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIA MACEDO GALVÃO - OAB:OAB/MT 15.668
Ação Penal: 1445-14.2019.811.0064 - Código: 688296
Vistos etc.
Inicialmente, compulsando os autos, verifico que na resposta à acusação (fls. 91/92) não foram arguidas prelimi6nares ou quaisquer das hipóteses previstas no Artigo 397 do Código de Processo Penal , limitando-se o acusado a promover defesa genérica, sem adentrar no mérito da ação penal, razão pela qual não é o caso de absolvição sumária.
Por tais razões, designo audiência de instrução para o dia 28/07/2020, às 16h00min.
Nos termos do Artigo 400 do Código de Processo Penal, na audiência proceder-se-á à tomada de declarações da \ofendida, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, nesta ordem, ressalvado o disposto no Artigo 222 do referido Código, bem como, se for o caso, aos esclarecimentos dos peritos, às acareações e ao reconhecimento de pessoas e coisas, interrogando-se, em seguida, o acusado. Os esclarecimentos dos peritos dependerão de prévio requerimento das partes.
Procedam-se às notificações e requisições que se fizerem necessárias.
Havendo pessoas residentes em outras Comarcas, expeça-se a respectiva Carta Precatória.
Por fim, DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, com fundamento no Artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil.
Notifiquem-se.
Às providências.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 696611 Nr: 8951-41.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BONIFACIO FEITOSA DE MOURA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAFAELLY PRISCILA REZENDE DE ALMEIDA - OAB:18562
ISTO POSTO, CONDENO o acusado BONIFÁCIO FEITOSA DE MOURA, a cumprir a pena privativa de liberdade de 06 (seis) meses de detenção, em regime inicial aberto (art. 33, caput c/c § 3º, do CP), já observada a regra do artigo 387, § 2º, do Código de Processo Penal, cujas condições serão fixadas em momento oportuno pelo Juízo da Vara de Execuções Penais.Cumpre salientar que torna-se impossível a aplicação isolada de pena de multa ante ao contido no Artigo 17 da Lei nº 11.340/2006.Não se aplica a substituição da pena privativa de liberdade pelas restritivas de direitos (art. 43 e seguintes do Código Penal), pois o artigo 44 do mesmo código, em seu inciso I, proíbe essa conversão quando o crime é cometido mediante violência e grave ameaça. Verifica-se ainda, a impossibilidade da suspensão condicional da pena, regido pelo artigo 77 do Código Penal.Em observância ao parágrafo primeiro do Artigo 387 do Código de Processo Penal, em análise da necessidade da prisão do acusado, verifica-se que estão claramente ausentes os requisitos da prisão preventiva a justificar a medida extrema de constrição da liberdade, ainda que sob a modalidade domiciliar, uma vez que é notória a contradição entre o cumprimento da pena em regime ABERTO e a manutenção ou decretação da prisão cautelar/domiciliar, submetendo o réu a regime mais grave de restrição de liberdade do que o previsto na sentença condenatória, o que fere aquilo que a doutrina convencionou chamar de princípio da homogeneidade (na verdade, proporcionalidade).

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 686693 Nr: 47-32.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RAFAEL DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR(A) PÚBLICO(A) - OAB:
Processo nº 47-32.2019.811.0064 – Código 686693.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intimem-se a testemunha e a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 125.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/07/2020, às 14h00min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 691559 Nr: 4237-38.2019.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): DAILTON MIGUEL RODRIGUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELISANGELA CAMPOS DE MORAES - OAB:25638/0 MT
Processo nº 4237-38.2019.811.0064 – Código 691559.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intimem-se as testemunhas e a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 96.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/07/2020, às 16h00min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 635252 Nr: 6475-69.2015.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO SÉRGIO MIRANDA SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RAYANNE RODRIGUES SILVA - OAB:20.349/O-MT
Processo nº 6475-69.2015.811.0064 – Código 635252.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intime-se a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 135.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 11/02/2020, às 16h00min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 667382 Nr: 408-83.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): Claudio da Silva Ramos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Processo nº 408-83.2018.811.0064 – Código 667382.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intimem-se as testemunhas e a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 105.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/07/2020, às 13h30min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 662409 Nr: 10941-38.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): HEVERLLON ALVES DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Processo nº 10941-38.2017.811.0064 – Código 662409.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intime-se a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 103.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/07/2020, às 15h00min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 665711 Nr: 13948-38.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOABE TEIXEIRA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOABE TEIXEIRA DE OLIVEIRA - OAB:136799
Processo nº 13948-38.2017.811.0064 – Código 665711.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intimem-se a testemunha e a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 102.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/07/2020, às 15h30min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Maria Mazarelo Farias Pinto
Cod. Proc.: 666345 Nr: 14478-42.2017.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CELIO PEREIRA BATISTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Processo nº 14478-42.2017.811.0064 – Código 666345.
Vistos etc.
Inicialmente, DEFIRO o parecer do Ministério Público. Sendo assim, intime-se a vitima conforme requerido na cota ministerial de fl. 153.
Portanto, redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 22/07/2020, às 14h30min.
Às providências.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Rondonópolis, 12 de dezembro de 2019.
Maria Mazarelo Farias Pinto
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 667206 Nr: 249-43.2018.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIR INACIO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO SILVEIRA GUIMARÃES JUNIOR - OAB:15.694 MT, THELMA APARECIDA GARCIA GUIMARÃES - OAB:3.402-B
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DE DEFESA para que informe o endereço atualizado do acusado ou para que compareça neste juízo em audiência já designada para o dia 06/02/2020, às 16:30 horas.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 646491 Nr: 7235-81.2016.811.0064
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RONICLEI ATANASIO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ary da costa campos - OAB:16.944/b MT
INTIMAÇÃO DO ADVOGADO DE DEFESA para que informe o endereço do acusado para ser interrogado ou para que compareça em audiência já designada para o dia 04/02/2020, às 13:30 horas.

JUVAM - Juizado Especial Volante Ambiental

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Milene Aparecida Pereira Beltramini
Cod. Proc.: 922838 Nr: 2445-38.2019.811.0003
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA
PARTE(S) REQUERIDA(S): W. P. DA COSTA MADEIRAS EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FREDERICO STECCA CIONI -

OAB:15848-A, RICARDO ZEFERINO PEREIRA - OAB:

Vistos etc. Considerando a ausência da testemunha arrolada pela acusação hei por bem redesignar a audiência para o dia 29 de janeiro de 2020 às 14h00. Requisite a testemunha arrolada pela acusação na forma orientada pela e. Corregedoria de Justiça. Oficie ao Juízo deprecante a nova data da audiência. Expeça o necessário. Intime. Cumpra.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Milene Aparecida Pereira Beltramini

Cod. Proc.: 859287 Nr: 2982-05.2017.811.0003

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): FF INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DENIS AUGUSTO MONTEIRO LOPES - OAB:2433

Defiro o pedido formulado pela empresa denunciada F F Indústria e Comércio de Madeiras Ltda à fl. 230, e determino a expedição de carta precatória à Comarca de Ariquemes/RO para realização de audiência para oferecimento da proposta de suspensão condicional do processo, ofertada pelo Ministério Público à fl. 05-v e 231.P. R. I.C.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Milene Aparecida Pereira Beltramini

Cod. Proc.: 868414 Nr: 6022-92.2017.811.0003

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDIO LUIZ GIANOTTO - EPP, MADEREIRA C R EIRELLI - EPP, EDMO SILVA JUNIOR MADEIRAS - EIRELLI- EPP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLEODIMAR BALBINOT - OAB:3663, DANILLO HENRIQUE FERNANDES - OAB:9.866 MT

Vistos etc.

Face o contido na certidão à fl. 180, expeça-se carta precatória à Comarca de Cuiabá/MT para oitiva da testemunha arrolada pela acusação Filogenio da Rocha Neto.

Intime-se. Cumpra, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Milene Aparecida Pereira Beltramini

Cod. Proc.: 931913 Nr: 5442-91.2019.811.0003

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA

PARTE(S) REQUERIDA(S): D. R. DOS SANTOS MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, M. E. TRANSPORTES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MIGUEL GARCIA NOGUEIRA - OAB:18790/O

Diante do exposto, DECLARO nesta ESFERA CRIMINAL o PERDIMENTO do PRODUTO FLORESTAL apreendido nestes autos, consistente em 52,4684m3, de madeira serrada em tábua e sarrafo, das essências florestais Schizolobium sp (Pinho Cuiabano), Lonchocarpus sp (Embira de Sapo), Bombax sp (Paineira), Parkia sp (Angelim Saia) e Trattinickia sp (Morcegueira), e determino a sua doação à SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA, na pessoa do Secretário Municipal de Meio Ambiente, para exclusiva aplicação em programas ambientais, devendo prestar contas nos autos acerca da destinação do referido produto florestal, no prazo de 60 (sessenta) dias. Depreque a realização de audiência preliminar em favor das indiciadas para oferecimento da proposta de composição civil e transação penal ofertada pelo Ministério Público à fls. 79/80.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Milene Aparecida Pereira Beltramini

Cod. Proc.: 883319 Nr: 11321-50.2017.811.0003

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JUSTICA PUBLICA

PARTE(S) REQUERIDA(S): TAURIM COMERCIO DE MOVEIS E MAT. DE CONST. LTDA, D. R. MACHADO EIRELLI - EPP, MARCELO VASSOLER - EPP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA CAROLINA R. SANTOS RAMOS - OAB:OAB/MT25.594, DANILLO HENRIQUE FERNANDES - OAB:9.866 MT

Vistos etc.

Cuida-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência, que visa apurar a prática, em tese, do delito ambiental previsto no artigo 46, Parágrafo único, da Lei n.º 9605/98, imputado a TAURIM COMERCIO DE MOVEIS E MAT. DE CONST. LTDA e OUTROS.

A indiciada Taurim Comercio de Moveis e Materiais de Construção Ltda postulou à fl.172/173 pela exclusão do polo passivo, afirmando que é destinatária do produto florestal em questão, e que não participou do carregamento da carga, como também, não recebeu a madeira descrita.

À fl. 176, o Ministério Público emitiu parecer postulando pela exclusão da indiciada Taurim Comercio de Moveis e Materiais de Construção Ltda do polo passivo deste feito, alegando que não há nos autos indícios de provas de que tenha agido com dolo, elemento subjetivo necessário para a configuração do ilícito penal, uma vez que não foi a responsável pela emissão da nota fiscal e guia de transporte, tampouco acompanhou o carregamento e transporte da carga.

D E C I D O

Analisando os autos, observo em consonância com o parecer Ministerial à fl. 176, e determino a exclusão da empresa TAURIM COMERCIO DE MOVEIS E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA do polo passivo deste feito, com a baixa e anotações necessárias, vez que a indiciada não foi a responsável pela emissão da nota fiscal e guia de transporte, tampouco acompanhou o carregamento e transporte da carga.

Após, aguarde-se cumprimento das cartas precatórias expedidas à fls. 167 e 169.

Intime-se.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Milene Aparecida Pereira Beltramini

Cod. Proc.: 885224 Nr: 11916-49.2017.811.0003

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): CAVALCANTE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME, I. MENDES ROCHAS & CIA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANILLO HENRIQUE FERNANDES - OAB:OAB/MT9866

Vistos etc.

Face o contido na certidão à fl. 129, expeça-se carta precatória à Comarca de Cuiabá/MT para oitiva da testemunha arrolada pela acusação Filogenio da Rocha Neto.

Intime-se. Cumpra, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 938368 Nr: 7510-14.2019.811.0003

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA

PARTE(S) REQUERIDA(S): ARANHA & LISBOA COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, E. L. SILVA RAMOS, R. A. CABRINI TRANSPORTES EPP, HENRIQUE DA SILVEIRA MAGALHÃES, JORGE LOPES BLANC JUNIOR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PATRICIA RODRIGUES SOARES - OAB:23146/O

INTIMAÇÃO da advogada das indiciadas R.A. Cabrini Transportes Epp e Jorge Lopes Blanck Junior ME, do inteiro teor da cota ministerial de fl. 30.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 937316 Nr: 7153-34.2019.811.0003

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA

PARTE(S) REQUERIDA(S): EVERSON APARECIDO DA SILVA, SOUZA & CAVASIN LTDA, TRANSPORTES CAVASIN EIRELI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PATRICIA RODRIGUES

SOARES - OAB:23146/O

INTIMAÇÃO da advogada da indiciada Transportes Cavasin Eireli ME, do inteiro teor da cota ministerial de fl. 73.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 938573 Nr: 7574-24.2019.811.0003

AÇÃO: Termo Circunstanciado->Procedimentos Investigatórios->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: JUSTIÇA PÚBLICA

PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSE LUIS BARROS DA SILVA, ROGERIO DA SILVA LIMA, SETOR INDUSTRIAL COMERCIO DE MADEIRAS E DERIVADOS LTDA ME, SUPREMA TRANSPORTE E COMERCIO EIRELI

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA CAROLINA RODRIGUES DOS SANTOS - OAB:25594/O, DANILLO HENRIQUE FERNANDES - OAB:OAB/MT9866

Nos termos do art. 203, § 4º do CPC e art. 995 da CNGC, impulsiono os autos para INTIMAR o advogado da empresa Rogério da Silva Lima e Cia Ltda, para apresentar certidão da SEMA em nome da referida empresa (CNPJ 20.982.589/0001-88), uma vez que foi apresentada somente certidão em nome da pessoa fisica, nos termos da cota ministerial de fl. 48.

Comarca de Sinop

Diretoria do Fórum

Portaria

A Portaria n. 181/2019-cnpar completa encontra-se no Caderno de Anexos do Diário da Justiça Eletrônico no final desta Edição.
Clique aqui
Caderno de Anexo

PORTARIA N. 182/2019-cnpar

O Doutor Cleber Luis Zeferino de Paula, Juiz de Direito e Diretor do Foro da Comarca de Sinop, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a necessidade de formar a Comissão permanente de Avaliação de Documentos – CPAD, nos termos da Recomendação n. 37, de 15 de agosto de 2011, do Conselho Nacional de Justiça, que recomenda aos órgãos do Poder Judiciário a observância das normas de funcionamento do programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME);

CONSIDERANDO ainda a determinação proferida nos autos do Processo Administrativo n. 96/2013 (0036427-62.2013), que estabelece que as Comarcas do estado deverão designar os membros de suas respectivas Comissões Permanentes de Avaliação de Documentos – CPAD;

CONSIDERANDO a determinação proferida nos autos do expediente n. 0040155-38.2018.8.11.00000 que estipula às Comarcas de Entrância Especial o prazo de 90 (noventa) dias para cumprimento da IN 05/2014, Portaria nº 242/2013-C.ADM e Tabela de Temporalidade de Documentos Unificados CNJ (área judiciária) TTDU;

CONSIDERANDO que a Comissão estabelecida nas Portarias nº 104/2013-DF, de 16.5.2013, e 55/2014-DF de 04.4.2014, não concluíram os trabalhos, e.

CONSIDERANDO a necessidade premente de espaço nos Arquivos do Fórum desta Comarca ;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora Letícia Lopes Lourenço, Gestora Geral, matrícula 21133, como Coordenador da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos, e os servidores, Rosimeiry Moraes Nunes, Gestora Administrativa II, matrícula 11493, como Presidente; Lívia Furquim Rodrigues Queiroz de Souza, Analista Judiciária, matrícula 11057, membro, Adelcir João Rhoden, Auxiliar Judiciário, matrícula 7962, membro; Dario Ramos de Lima, Auxiliar Judiciário, matrícula 5848, membro;

Art. 2º - REVOGO as Portarias nº 104/2013-DF e 5/2014-DF, datada de 16.5.2013 e 04.4.2014.

Art. 3º - Publica-se e cumpra-se, remetendo cópia a Presidente da Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do Poder Judiciário.

Sinop, 13 de dezembro de 2019
Assinada digitalmente
Cleber Luis Zeferino de Paula
Juiz de Direito e Diretor do Foro

1ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1014854-90.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THAIS DANIELA TUSSOLINI DE ALMEIDA OAB - MT21589-O (ADVOGADO(A))
LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS OAB - PR8123-A (ADVOGADO(A))
MARIA AMELIA CASSIANA MASTROROSA VIANNA OAB - PR27109-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M . M . DIAS MOREIRA - ME (REQUERIDO)
ORLANDO MOREIRA (REQUERIDO)
MARCIA MARIA DIAS MOREIRA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente à diligência do(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, para o cumprimento do mandado, devendo referida importância ser paga na forma disposta no artigo 4º do Provimento n. 07/2017-CGJ e parágrafos a seguir transcritos: "Art. 4º - A guia para pagamento das diligências dos Oficiais de Justiça será emitida exclusivamente pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (www.tjmt.jus.br). § 1º - Ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária. § 2º - Fica autorizada a emissão de uma única guia para a realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desse que referente ao mesmo processo. § 3º - Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar. § 4º - O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 (quarenta e oito) horas úteis." Informa-se que para gerar a guia inerente ao pagamento da diligência, o usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), selecionar o menu Serviços na barra superior, escolher a opção "Guias" que irá abrir a página do Departamento de Controle e Arrecadação. Nessa página, o usuário deve selecionar o tópico "Emissão de Guia de Diligência". Outras informações podem ser encontradas no Manual da Central de Pagamento de Diligências.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1014952-75.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SINAGRO PRODUTOS AGROPECUARIOS S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADAUTO DO NASCIMENTO KANEYUKI OAB - SP198905 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIUZA MARA BORGES MASTELARO (REQUERIDO)
JUCEMAR PICHOK (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente à diligência do(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, para o cumprimento do mandado, devendo referida importância ser paga na forma disposta no artigo 4º do Provimento n. 07/2017-CGJ e parágrafos a seguir transcritos: "Art. 4º - A guia para pagamento das diligências dos Oficiais de Justiça será emitida exclusivamente pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (www.tjmt.jus.br). § 1º - Ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária. § 2º - Fica autorizada a emissão de uma única guia para a realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desse que referente ao mesmo processo. § 3º - Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar. § 4º - O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 (quarenta e oito) horas úteis." Informa-se que para gerar a guia inerente ao pagamento da diligência, o usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), selecionar o menu Serviços na barra superior, escolher a opção "Guias" que irá abrir a página do Departamento de Controle e Arrecadação. Nessa página, o

usuário deve selecionar o tópico “Emissão de Guia de Diligência”. Outras informações podem ser encontradas no Manual da Central de Pagamento de Diligências.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1015029-84.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JACINTO & MELCHIOR LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MELORI ESTELA FAVETTI OAB - MT20251/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEVERSON DO NASCIMENTO RIBEIRO PEREIRA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente à diligência do(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, para o cumprimento do mandado, devendo referida importância ser paga na forma disposta no artigo 4º do Provimento n. 07/2017-CGJ e parágrafos a seguir transcritos: “Art. 4º - A guia para pagamento das diligências dos Oficiais de Justiça será emitida exclusivamente pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (www.tjmt.jus.br). § 1º - Ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária. § 2º - Fica autorizada a emissão de uma única guia para a realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desse que referente ao mesmo processo. § 3º - Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar. § 4º - O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.” Informa-se que para gerar a guia inerente ao pagamento da diligência, o usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), selecionar o menu Serviços na barra superior, escolher a opção “Guias” que irá abrir a página do Departamento de Controle e Arrecadação. Nessa página, o usuário deve selecionar o tópico “Emissão de Guia de Diligência”. Outras informações podem ser encontradas no Manual da Central de Pagamento de Diligências.

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1014907-71.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO SOARES FERREIRA DE JESUS (REQUERENTE)
ROSA MACHADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO PARMA TIMIDATI OAB - MT0016027A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA LUIZA BINI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LIVIA COMAR DA SILVA OAB - MT7650-B (ADVOGADO(A))
PEDRO OVELAR OAB - MT6270-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
RUDIMAR MENEGOTTO (TERCEIRO INTERESSADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP Processo: 1014907-71.2019.8.11.0015. REQUERENTE: ROSA MACHADO, FABIO SOARES FERREIRA DE JESUS REQUERIDO: MARIA LUIZA BINI Vistos etc. Cumpra-se a deprecata, servindo-se de sua cópia como mandado. Designo o dia 23 de janeiro de 2020, às 13:30 horas, para inquirição de testemunhas. Informe o juízo deprecante, para fins das intimações de estilo. Intimem-se. Sinop – MT, 11 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1011907-63.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MALUMA COMERCIO DE MOTO PECAS LTDA - EPP (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente à diligência do(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, para o cumprimento do mandado, devendo referida importância ser paga na forma disposta no artigo 4º do Provimento n. 07/2017-CGJ e parágrafos a seguir transcritos: “Art. 4º - A guia para pagamento das diligências dos Oficiais de Justiça será emitida exclusivamente pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (www.tjmt.jus.br). § 1º - Ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária. § 2º - Fica autorizada a emissão de uma única guia para a realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desse que referente ao mesmo processo. § 3º - Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar. § 4º - O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.” Informa-se que para gerar a guia inerente ao pagamento da diligência, o usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), selecionar o menu Serviços na barra superior, escolher a opção “Guias” que irá abrir a página do Departamento de Controle e Arrecadação. Nessa página, o usuário deve selecionar o tópico “Emissão de Guia de Diligência”. Outras informações podem ser encontradas no Manual da Central de Pagamento de Diligências.

Intimação Classe: CNJ-13 CARTA DE ORDEM
Processo Número: 1015144-08.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (ORDENANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (ORDENADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP CERTIDÃO Folha de Rosto para Carta de Ordem p/ Central de Mandados Carta Precatória nº 1015144-08.2019.8.11.0015 - Primeira Vara Cível - Sinop / MT O presente ato deverá ser cumprido de acordo com a finalidade da carta precatória, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal, Sinop / MT. (SETOR 02) SEDE DO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 TELEFONE: (66) 35203800

Intimação Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1012731-22.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CALCARIO MATO GROSSO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLA ANDRADE CAMPOS OAB - MT17270/O-O (ADVOGADO(A))
DIEGO CASTRO DE MELO OAB - MT14529/O-O (ADVOGADO(A))
MURILO CASTRO DE MELO OAB - MT11449-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO do(a) advogado(a) da parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o pagamento referente à diligência do(a) Senhor(a) Oficial(a) de Justiça, para o cumprimento do mandado, devendo referida importância ser paga na forma disposta no artigo 4º do Provimento n. 07/2017-CGJ e parágrafos a seguir transcritos: “Art. 4º - A guia para pagamento das diligências dos Oficiais de Justiça será emitida exclusivamente pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (www.tjmt.jus.br). § 1º - Ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária. § 2º - Fica autorizada a emissão de uma única guia para a realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desse que referente ao mesmo processo. § 3º - Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar. § 4º - O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 (quarenta e oito) horas úteis.” Informa-se que para gerar a guia inerente ao pagamento da diligência, o usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), selecionar o menu Serviços na barra superior, escolher a opção “Guias” que irá abrir a página do Departamento de Controle e Arrecadação. Nessa página, o usuário deve selecionar o tópico “Emissão de Guia de Diligência”. Outras

informações podem ser encontradas no Manual da Central de Pagamento de Diligências.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 31270 Nr: 1932-93.2003.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO ITAÚ S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SUL COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CAMILLA MOURA DA ROSA LYVIO - OAB:20.247, CARLA BEATRIZ RIEFFE FRANCO - OAB:/MT20720-B, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:6171, RAFAEL LOPES DE OLIVEIRA CASATI - OAB:OAB/MT 19.724-O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELA SEEFELD WERNER - OAB:7839-B/MT, GÉRSON LUÍS WERNER - OAB:MT-6298-A, LUCIANA WERNER BILHALVA - OAB:MT/12.222, MARCOS LEVI BERVIG - OAB:6312-A/MT
Vistos etc. [...] Nesse seguimento, tem corroborado o entendimento dos Tribunais: "RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO NA FORMA DO ARTIGO 791, III DO CPC/73. AUSÊNCIA DE BENS DO DEVEDOR PASSÍVEIS DE PENHORA. PROCESSO PARALISADO POR MAIS DE 07 (SETE) ANOS. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO CREDOR. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE CONFIGURADA. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 240 DO STJ. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. A Súmula nº 240 do STJ somente se aplica quando ocorre à extinção do processo sem resolução do mérito, por abandono da causa, com fulcro no art. 267, III, do CPC, hipótese esta que não se amolda ao caso em testilha. Em que pese durante a suspensão do processo com fundamento no art. 791, III, do CPC, via de regra, não flua o prazo prescricional, é cediço que o feito não pode ficar infinitamente suspenso, pois a paralisação indefinida da execução para localização de bens do devedor acabaria por perpetuar a execução, tornando a ação imprescritível, o que não pode ser aceito, sob pena de violar princípio constitucional de razoável duração do processo". (TJ-MT; APL 142525/2016; Vila Bela da Santíssima Trindade; Relª Desª Cleuci Terezinha Chagas; Julg. 07/12/2016; DJMT 13/12/2016; pág. 142). Isto posto, DETERMINO o arquivamento dos autos pelo prazo de 01 ano, vencido o qual se iniciará o curso da prescrição intercorrente, até que seja verificada ou que as partes se manifestem. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 272594 Nr: 11400-27.2016.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARIA DE LOURDES SOUZA LAUGE CORREIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCIO LUIZ DOS SANTOS, ALESSANDRA MACIEL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO CÉSAR DA SILVA AVELAR - OAB:21334/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
Diante do transcurso de lapso superior ao postulado na petição de p. 69, pronuncie-se a parte autora para, em 05 dias, dar prosseguimento ao feito, pugnando o que entender de direito, sob pena de extinção sem julgamento do mérito.
Intime-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 79558 Nr: 7846-36.2006.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE HAMILTON RIBEIRO DA LUZ & CIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): VILMAR COSTA, CLAUDENICE APARECIDA LEITE COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SAIONARA SUZANA JUELG - OAB:MT/6045-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, Intimo a parte autora por meio de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar nos autos acerca da certidão do Sr.Oficial de justiça, nos termos abaixo trasncrito, requerendo o que entender de direito.
Certifico e dou fé, eu, FERNANDO KREUZ DALLAGNOL, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao respeitável mandado do Meritíssimo (a) Juiz (a) de Direito da PRIMEIRA VARA CÍVEL desta Comarca de Sinop/MT, Excelentíssimo (a) Senhor (a) Doutor (a) WALTER TOMAZ DA COSTA, e, extraído dos autos de nº. CÓDIGO 79558, diligenciei no dia 10/09/2019, às 17h00min até o endereço fornecido nos Autos, oportunidade em que este Oficial fora recebido pelo Sr. José Carlos Ferreira, pessoa esta que afirmou ser genro do Sr. Vilmar Costa e que este é pessoa falecida, informou que antes de sua morte o Sr. Vilmar o autorizou a residir na propriedade, momento em que informei o Sr. José que existe em tramitação processo de reintegração de posse do imóvel, deixei-o ciente também acerca do prazo de 05 dias para comprovar o pagamento do acordo, bem como, em caso negativo, o prazo de 15 dias para a desocupação voluntária do imóvel.
Decorrido o prazo supra, retornei ao imóvel, onde fora possível constar a desocupação voluntária, bem como, a retirada de diversas benfeitorias feitas sobre o terreno (fotos em anexo).
CERTIFICO que no dia da primeira diligência ao local, o imóvel continha varanda na parte da frente, forro em pvc dentro do imóvel, grades no muro e portão corrediço metálico, todos retirados no ato da desocupação. Fora retirada também, 01 janela de ferro lateral ao imóvel.
O referido é verdade e dou fé.
Sinop, 22 de outubro de 2019.
Fernando Kreuz Dallagnol - Oficial de Justiça - Matrícula 25624

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 118893 Nr: 11190-20.2009.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): J. DA COSTA MADEIRAS-ME, GILMAR ALIBERTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT, CRISTINA CIBELI DE SOUZA SERENZA - OAB:5678/MS, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo parte autora por meio de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento da(s) diligência(s) do Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, necessárias ao cumprimento dos Mandados de Penhora e Avaliação determinados na decisão de fl.427, devendo a referida importância ser paga na forma disposta no artigo 4º do Provimento n. 07/2017-CGJ e parágrafos a seguir transcritos:
"Art. 4º A guia para pagamento das diligências dos Oficiais de Justiça será emitida exclusivamente pelo portal do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso (www.tjmt.jus.br).
§ 1º Ao valor da diligência será acrescida a importância referente à respectiva tarifa bancária.
§ 2º Fica autorizada a emissão de uma única guia para a realização de diversas diligências, ainda que em zonas de cumprimento diferenciadas, desse que referente ao mesmo processo.
§ 3º Em caso de complementação do valor da diligência, a parte deverá emitir guia específica para essa finalidade, devendo indicar, em campo próprio, o ato que se pretende complementar.
§ 4º O Sistema de Arrecadação Bancária identificará a compensação do pagamento da guia em até 48 (quarenta e oito) horas úteis."
Informa-se que para gerar a guia inerente ao pagamento da diligência, o usuário deve acessar o site do Tribunal de Justiça (www.tjmt.jus.br), selecionar o menu Serviços na barra superior, escolher a opção "Guias" que irá abrir a página do Departamento de Controle e Arrecadação. Nessa página, o usuário deve selecionar o tópico "Emissão de Guia de Diligência". Outras informações podem ser encontradas no Manual da Central de Pagamento de Diligências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):

Cod. Proc.: 151323 Nr: 12421-48.2010.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): C. R. C DE AZEVEDO-ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:OAB/MT 16691-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
CERTIFICO E DOU FÉ, que considerando o Princípio da Efetividade e da Celeridade dos atos processuais, realizei duas (02) diligencias urbanas, com o escopo de localizar a devedora, deduzindo as já pagas nos autos, com recurso próprio, deste modo, solicitado à intimação da parte autora para efetivar o ressarcimento da diligência complementar no valor no total de R$ 84,00 (oitenta e quatro reais), cujo numerário deverá ser recolhido mediante guia própria a ser expedida no Portal Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso nos termos do art. 4º, § 3º do Provimento nº 07/2017-CGJ/MT, não sendo possível a parte autora retirar a Guia no Sistema, entre em contato com Central de Mandados para devida emissão. Por ser verdadeiro e dou fé. Sinop/MT, 29/10/2019
EDÉZIO PEREIRA JORGE Oficial de Justiça

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 152007 Nr: 332-56.2011.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RICARDO ALVES, HELIO CARDOSO ALVES FILHO, SERGIO ALVES, CÉLIO GOUVEIA GALAN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:20495-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça, conforme transcrição abaixo:
Certifico, que em cumprimento ao r. mandado, extraído dos autos supra, estive no endereço descrito, onde ali conversei com o senhor LEANDRO, o qual informa ser inquilino, que o imóvel é locado e administrado pela Imobiliária Gralha Azul, e que não conhece o requerido.
Diante do exposto DEIXEI DE CITAR o requerido: SERGIO ALVES, pois não o localizei pessoalmente e devido o mandado em cartório para os devidos fins.
Dou fé, Sinop(MT), 02 de setembro de 2019.
GILMAR PANDOLFO - Oficial de Justiça

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 9853 Nr: 3289-50.1999.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): IRANICE REGINA PRADO RIBERIO - ME, IRANICE REGINA PRADO RIBEIRO, NILTON NORA RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:MT - 16.691/A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora através de seu(s) advogado(s) para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento do preparo da carta precatória a ser expedida nos endereços apontados na petição de fls. 118.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 21379 Nr: 5268-76.2001.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MADEIREIRA CONMAR LTDA, LÚCIO RICARDO MARCON, RITA DE CÁSSIA SOCCOL MARCON
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:OAB/PR 22.819, GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI - OAB:OAB/MT 17980-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimeno 56/2007-CGJ, Intimo a parte autora através de seu(s)advogado(s para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da devolução dos Ar's acostados às fls.212/214.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 94291 Nr: 1222-97.2008.811.0015
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PICOLO & BAGGIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO PIMENTEL, ARGEU ORTIZ KERBER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CESAR KREIN - OAB:OAB/MT 7350-B, CESAR KREIN - OAB:OAB/RS 26.417, RICARDO DE OLIVEIRA PENTEADO - OAB:18125
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIO ARAUJO SILVA - OAB:4876-B, ELPÍDIO MORETTI ESTEVAM - OAB:MT/4.877-A, MANOEL ANTÔNIO DE REZENDE DAVID - OAB:6078
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo as partes através de seus advogados para, manifestarem-se no prazo legal ,acerca da petição de fls. 265/272, aportada aos presentes autos pela leiloeira oficial - Sr.ª Cirlei Freitas Balbino da Silva.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 181130 Nr: 2017-30.2013.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PALOMA DISTRIBUIDORA DE VEÍCULOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRUNO DE OLIVEIRA PEREIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉYA MONTI OSÓRIO BUSTAMANTE - OAB:12605/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre Ofício de p.135.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 181341 Nr: 2246-87.2013.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SILVER LINE TRANSPORTES E LOGISTICA LTDA, JÚLIO ALBERTO PEREIRA PINTO, RODRIGO ZANOTTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT, CRISTINA CIBELI DE SOUZA SERENZA - OAB:5678/MS, DANILO SILVA OLIVEIRA - OAB:15359-B, NATALIA HONOSTORIO DE REZENDE - OAB:13714/MS, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora por meio de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da certidão negativa do Sr.Oficial de Justiça de fls. 180.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 186604 Nr: 7785-34.2013.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TRANSTERRA TERRAPLENAGEM E PAVIMENTAÇÃO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): AUGUSTINHO DE ANDRADE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VÊNUS MARA SOARES DA SILVA - OAB:8677/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora através de seu advogado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da certidão negativa do Sr.ª Oficiala de Justiça, conforme transcrição abaixo:
Certifico que em diligência à Rua das Alfazemas, 409, Jardim das Oliveiras, Sinop MT, DEIXEI DE EFETUAR À PENHORA E AVALIAÇÃO do imóvel localizado naquele endereço, por não ter encontrado ninguém no local (casa fechada).
Dou fé
Berndete Borba - Oficiala de Justiça

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 258474 Nr: 2771-64.2016.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco Cartões S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): PNEUFORTE COMERCIO DE PNEUS LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ NIETO MOYA - OAB:235738
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente intimo o(a) advogado(a) da parte autora para em quinze dias enviar o resumo da petição inicial (padrão word) via e-mail snp.1civel@tjmt.jus.br, para expedição do edital de citação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 224037 Nr: 2119-81.2015.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): NILSON LEO SAUER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GUSTAVO AMATO PISSINI - OAB:13842-A, JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A, LUIZ CARLOS ICETY ANTUNES - OAB:10062/MS, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14258-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar acerca da devolução do AR, conforme fl. 93 verso.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 275676 Nr: 13516-06.2016.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ITAÚ UNIBANCO S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): MIDIA CONFECÇÕES LTDA - ME, DILSON LEONIR KYNAST, CLEIDEMAR RAMALHO DA SILVA KINAST
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLA BEATRIZ RIEFFE FRANCO - OAB:OAB/MS 15.890, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9708-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIO RONALDO DE DEUS DA SILVA - OAB:MT - 13.171
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar nos presentes autos, requerendo o que entender de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 240575 Nr: 12353-25.2015.811.0015
AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BONFANTI ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): CHARLES DIOGO BOTTON
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: THAÍS DE SOUZA COSTA NICARETTA - OAB:MT-16945
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente intimo o(a) advogado(a) da parte autora para em quinze dias enviar o resumo da petição inicial (padrão word) via e-mail snp.1civel@tjmt.jus.br, para expedição do edital de citação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 242266 Nr: 13547-60.2015.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DA AMAZÔNIA S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDITORA GRÁFICA RONQUIM LTDA. - ME, RONIVALDO LEONARDO RONQUIM, JOÃO RONQUIM, JORNAL SÓ NEGÓCIOS LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELISANGELA HASSE - OAB:8689/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico e dou fé que decorreu o prazo legal sem que o executado João Ronquim efetuasse o pagamento do débito, bem como sem que embargasse a presente ação, mesmo citado pessoalmente.
Nos termos da legislação vigente INTIMO o/a(s) EXEQUENTE(s) para em 05 (cinco) dias juntar cálculo atualizado do débito, bem como, para, no mesmo prazo, recolher a diligência do Sr.Oficial de Justiça a fim de proceder com a penhora , avaliação e intimação dos bens apontados na petição de fls. 89.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 263886 Nr: 5903-32.2016.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: Banco Bradesco Cartões S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALERIA MORTELARO DE OLIVEIRA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ NIETO MOYA - OAB:235738
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente intimo o(a) advogado(a) da parte autora para em quinze dias enviar o resumo da petição inicial (padrão word) via e-mail snp.1civel@tjmt.jus.br, para expedição do edital de citação.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 229628 Nr: 5392-68.2015.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AGRINALDO BATISTA DOS SANTOS, A. DA COSTA TRAVASSO COMERCIO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): A. DA COSTA TRAVASSO COMERCIO LTDA, TODESCHINI S.A INDÚSTRIA E COMÉRCIO, AGRINALDO BATISTA DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VALDEMIR JOSE DOS SANTOS - OAB:MT- 17597
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EMERSON LEANDRO DE CAMPOS - OAB:6950/MT, RODRIGO MARTINS DE PAIVA - OAB:MT/9695, SABRINA TOCHETTO - OAB:11234/MT
Certifico e dou fé que os Embargos de Declaração de fls. 388/391 foram protocolados no prazo de lei.
Nos termos da legislação vigente (art. 1023, § 2º do CPC) INTIMO a parte requerente para manifestar em cinco dias sobre referidos embargos de declaração.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 219695 Nr: 18121-63.2014.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NORIVAL DO ROZARIO CAMPOS CURADO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AFONSO CELSO TESCHIMA JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO ROBALINHO ESTEVAM MORETTI - OAB:13.539 MT, ELPÍDIO MORETTI ESTEVAM - OAB:MT/4.877-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELIANA MACIEL ESCOBAR - OAB:16695/MT
Vistos etc. [...] Isto posto, equacionada a lide de forma amistosa e definidas as condições, cumpridas, homologo o acordo travado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, nos termos dos arts. 924, inciso III, e 925 do Código de Processo Civil, julgo e declaro extinta a execução em pauta. Promova-se a baixa na restrição incluída pela Central Nacional de Indisponibilidade de Bens. Custas e despesas processuais a cargo da parte executada. Honorários advocatícios a cargo da parte executada, calha frisar que, conforme acordado, o executado pagará ao procurador do exequente a título de honorários advocatícios o valor de R$ 5.000,00. Determino o levantamento dos valores depositados penhorados à p. 136/137em favor do exequente, devendo a transferência ser realizada na conta informada à p. 147. Expeça-se alvará. Registro automático da sentença com sua publicação, dispensado o uso do livro respectivo, a teor do art. 317, § 4.º, da CNGC.

Renunciado expressamente o prazo recursal, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas. P. I. C.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 203739 Nr: 5972-35.2014.811.0015
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIA EDICLEUMA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCIA MARIA DA SILVA - OAB:128938, RAPHAEL NEVES COSTA - OAB:12178-A/MS, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente intimo o(a) advogado(a) da parte autora para em quinze dias enviar o resumo da petição inicial (padrão word) via e-mail snp.1civel@tjmt.jus.br, para expedição do edital de citação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 176244 Nr: 11917-71.2012.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ITAÚ UNIBANCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): TRANSGLOBAL TRANSPORTES E TURISMO LTDA, PAMELA CAROLINE BOENO, OSNY DONIZETE DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRY CHEKERDEMIAN SANCHIK TULIO - OAB:11640/MS, DIEGO HENRIQUE BONETTI - OAB:OAB/MT 22.803, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:9708-A/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES - OAB:MT - 6972 / B
Vistos etc. [...] Isto posto, equacionada a lide de forma amistosa e definidas as condições, cumpridas, homologo o acordo travado entre as partes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Por conseguinte, nos termos dos arts. 924, inciso III, e 925 do Código de Processo Civil, julgo e declaro extinta a ação em pauta. Determino seja realizado o levantamento dos valores depositados judicialmente às p. 129/131 em favor da parte exequente, na conta informada À p. 133, mediante alvará judicial. Baixem-se a restrição lançada no prontuário dos veículos descritos à p. 177. Custas e despesas processuais, se houver, por conta da parte executada. Cada parte arcará com os honorários de seu patrono, conforme estipulado no acordo. Registro automático da sentença com sua publicação, dispensado o uso do livro respectivo, a teor do art. 317, § 4.º, da CNGC. Renunciado expressamente o prazo recursal, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações devidas. P. I. C.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 255981 Nr: 1384-14.2016.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALCEU JOSE BRESOLIN
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEMIR MEDEIROS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLODOALDO PIACENTINI - OAB:12.609/MT, LUCIANA WERNER BILHALVA - OAB:OAB/MT 12.222
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FRANCISCO ANTÔNIO BIOLCHI - OAB:MT - 18.488/O
Nos termos da legislação vigente e do provimento 56/2007-CGJ, intimo a parte autora por meio de seu(s)advogado(s)para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar acerca da certidão negativa do Sr. Oficial de justiça, conforme transcrição abaixo:
Certifico e dou fé, eu, VALTER MORTELARO LOPES, Oficial de Justiça, que em cumprimento ao respeitável mandado do Meritíssimo Juiz de Direito da Primeira Vara Cível desta Comarca de Sinop/MT, Excelentíssimo Senhor Doutor WALTER TOMAZ DA COSTA, e, extraído dos autos de nº. CÓDIGO: 255981 (MANDADO DE PENHORA – AVALIAÇÃO - INTIMAÇÃO – ESPÉCIE: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA em que ALCEU JOSÉ BRESOLIN move em desfavor de VALDEMIR MEDEIROS.
Diligenciei junto ao endereço constante no mandado, RUA DAS PRIMAVERAS, 449, BAIRRO: JARDIM JACARANDÁS, nesta urbe, local onde DEIXEI de proceder com a PENHORA haja vista a não localização de algum BEM OBJETO passível de penhora e que fosse de propriedade de VALDEMIR MEDEIROS.
Certifico ainda que, no endereço em questão está em atividade a Empresa GERAMATOS AUTOMOÇÃO, e na ocasião das diligencias, este meirinho foi atendido pelo colaborador LUCAS, o qual informou que VALDEMIR MEDEIROS, presta serviços para aquela empresa, porem não permanece naquele endereço, atendendo de forma itinerante aos clientes, bem como informou não saber o endereço residencial do senhor VALDEMIR.
Este meirinho continuou empreendendo diligencias no endereço constante no mandado, até que em data de 29 de outubro de 2019, por volta das 13h, logrou êxito no encontro de VALDEMIR MEDEIROS, o qual afirmou não possuir bens para indicar a penhora, sendo que naquele endereço este meirinho não encontrou qualquer bem passível de penhora (carro ou moto) que estivesse em sua posse ou que fosse de sua propriedade.
Solicito da Parte Autora a indicação no processo de possíveis bens de propriedade de VALDEMIR MEDEIROS, bem como a localização para efetivação da penhora, e, ainda, seu endereço residencial, pois o endereço constante no mandado é apenas uma empresa comercial.
Desta forma devolvo o presente mandado em cartório para os devidos fins.
O referido é verdade e dou fé.
Sinop/MT, 30 de outubro de 2019
VALTER MORTELARO LOPES -OFICIAL DE JUSTIÇA - MAT: TJMT - 3661

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 129592 Nr: 8807-35.2010.811.0015
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): RODONOP TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR - OAB:OAB/MT 14176-A, LUCIANO BOABAID BERTAZZO - OAB:8794-A/MT, MARIA LUCILIA GOMES - OAB:84.206-OAB/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da Legislação vigente intimo o(a) advogado(a) da parte autora para em quinze dias enviar o resumo da petição inicial (padrão word) via e-mail snp.1civel@tjmt.jus.br, para expedição do edital de citação.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 268238 Nr: 8565-66.2016.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESFERATUR PASSAGENS E TURISMO S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): BOZZ AGENCIA DE EVENTOS E TURISMO LTDA ME, JULIANA CENTENA MARTINEZ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABRIZIO TERENCE REIF BARBIERI - OAB:OAB/SC Nº 1075
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO LEANDRO SONNTAG - OAB:19.893-MT
Vistos etc. [...] Logo, proceda-se a pesquisa online, com ordem de indisponibilidade, por meio do sistema RENAJUD (CPC, art. 837), compatível com o valor do crédito em execução. Se exitosa a localização de veículos, determino seja feita restrição eletrônica de transferência e a respectiva anotação da penhora no órgão de trânsito correspondente, vinculando-o a este processo. Junte-se aos autos o extrato respectivo, pelo que restará formalizada a penhora, com vistas à parte credora para se pronunciar em 05 (cinco) dias. Se aceito o bem contristado, intime-se a parte executada, acerca do seu encargo como depositário judicial, ressalvada a possibilidade, desde que justificada, de o bem ser entregue à parte exequente sob a mesma responsabilidade, qual seja, depositário judicial, na forma do art. 840, § 2º, do CPC. Formalizada a penhora, nos termos acima alinhavados, avalie-se o respectivo acervo, via oficial de justiça, de forma direta, individualizado, se for localizado, ou de forma indireta, se não localizado.Sobre a avaliação, digam as partes em 05 dias, sobretudo a credora se pretende adjudicação ou indicando desde logo a forma de alienação pretendida. Não sendo requerida a adjudicação e nada mais reclamado, aos demais atos de alienação pela forma que foi indicada. Caso a parte executada não apresente embargos no prazo legal ou se já

escoado este lapso (CPC, art. 915) e nem se insurgir de outra forma, certifique-se.Acaso apresentada alguma impugnação, diga a parte adversa em 05 dias, na hipótese de se tratar de execução de título extrajudicial, ou em 15 dias, se se tratar de cumprimento de sentença (CPC, art. 854, §§ 2º e 3º; e 525, § 11); ou, se ainda possível, oferecidos os embargos do devedor, conclusos para sua análise.Após, cumpridas as diligencias retro, com ou sem sucesso, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 dias, dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito.Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 244027 Nr: 14452-65.2015.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE CELIO DE SOUZA ESCOSCIO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL I, BANCO SANTANDER
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS APARECIDO DE AGUIAR - OAB:9769/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ELÍSIA HELENA DE MELO MARTINI - OAB:1853/RN, GLAUCO GOMES MADUREIRA - OAB:188.483/SP, HENRIQUE JOSE PARADA SIMÃO - OAB:221386/SP, MARCELO DE MELO MARTINI - OAB:OAB/RN 8827, THIAGO MAHFUZ VEZZI - OAB:228213/SP
Isto posto, satisfeita a obrigação, julgo extinta a execução, nos termos do arts. 924, inciso II, e 925 do Código de Processo Civil.Determino o levantamento dos valores depositados à p. 384, devendo a transferência ser realizada na conta informada às p. 389/390, por meio de alvará eletrônico judicial.Custas e despesas processuais por conta da parte executada, nos termos da sentença de p. 201/207. Sobre os honorários advocatícios, já liquidados, também por conta da parte executada. Registro automático da sentença com sua publicação, dispensado o uso do livro respectivo, a teor do art. 317, § 4.º, da CNGC. Renunciado expressamente ao prazo recursal, certifique-se e ao arquivo, com as baixas e anotações necessárias. P. I. C.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 294333 Nr: 4938-20.2017.811.0015
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVONI MARIA SCHORR - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO ROGERIO MARÇAL - OAB:MT/12.492-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS - OAB:MT - 16.691/A
Vistos etc.
O cumprimento da sentença far-se-á nos mesmos autos, a teor dos arts. 513 e 516, inciso II, ambos do CPC. Anote-se como cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se tiver, ou, não o tendo, pessoalmente, para pagar em 15 dias o valor reclamado, a contar esse prazo da efetiva intimação, conforme demonstrativo de débito apresentado.
Não cumprida espontaneamente a sentença no aludido prazo, na forma da lei, incidente de modo automático a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito, que, ipso facto, determino seja acrescida nesta execução, cumulando-a com a obrigação, nos termos do art. 523, § 1º, do aludido Codex.
Na hipótese de não pagamento, acrescida a multa, expeça-se mandado de penhora e avaliação, a ser feita também esta desde logo pelo senhor meirinho (salvo se depender de conhecimentos técnicos especializados, hipótese em que, certificado a respeito, será nomeado avaliador), cujos honorários respectivos, conforme a coisa a ser avaliada, serão arbitrados posteriormente, a serem supridos pela parte exequente e carreados à parte executada ao final. Da penhora e da avaliação deve ser desde logo intimada à parte devedora, e desta última também a parte exequente.
Não sendo encontrados bens passíveis de penhora, intime-se a parte exequente a indicá-los, procedendo-se conforme tópico anterior.
Se a parte executada resolver impugnar a execução deverá efetivá-la em 15 dias, a contar da intimação da penhora e avaliação, hipótese em que deverão os autos vir conclusos para recebê-la, se for o caso, declarando-se em quais os efeitos, que de regra não terá efeito suspensivo, abrindo-se vistas à parte exequente para contrariá-la no mesmo lapso.
FIXO desde já os honorários advocatícios em sede de execução no valor de 10%, sobre o valor da causa, na esteira do art. 85, § 2.º e § 8.º, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 4661 Nr: 398-56.1999.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: K. R. TRANSPORTADOR REVENDEDOR E RETALHISTA DE PETRÓLEO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLÁUDIO APARECIDO PEREIRA PINTO, JÚLIO ALBERTO PEREIRA PINTO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO CARLOS GALLI - OAB:OAB/MT4661, PAULO SERGIO MATIAS PATRUNI - OAB:4360-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intime-se o advogado da parte exequente para, no prazo legal, manifestar acerca dos extratos anexados às fls.213/218, nos termos da r. decisão de fls.211/212.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 90227 Nr: 7580-15.2007.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALMIR SALVADORI, DEALMIR SALVADORI
PARTE(S) REQUERIDA(S): PISSINATI EMPREENDIMENTOS LTDA, MARCOS CESAR PISSINATTI GUERRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEDOCIR ANHOLETO - OAB:7502-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS - OAB:MT 10.924, THALES DEMARCHI DA SILVA - OAB:24131/MT
Vistos etc.
O cumprimento da sentença far-se-á nos mesmos autos, a teor dos arts. 513 e 516, inciso II, ambos do CPC. Anote-se como cumprimento de sentença.
Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se tiver, ou, não o tendo, pessoalmente, para pagar em 15 dias o valor reclamado, a contar esse prazo da efetiva intimação, conforme demonstrativo de débito apresentado.
Não cumprida espontaneamente a sentença no aludido prazo, na forma da lei, incidente de modo automático a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do crédito, que, ipso facto, determino seja acrescida nesta execução, cumulando-a com a obrigação, nos termos do art. 523, § 1º, do aludido Codex.
Na hipótese de não pagamento, acrescida a multa, expeça-se mandado de penhora e avaliação, a ser feita também esta desde logo pelo senhor meirinho (salvo se depender de conhecimentos técnicos especializados, hipótese em que, certificado a respeito, será nomeado avaliador), cujos honorários respectivos, conforme a coisa a ser avaliada, serão arbitrados posteriormente, a serem supridos pela parte exequente e carreados à parte executada ao final. Da penhora e da avaliação deve ser desde logo intimada à parte devedora, e desta última também a parte exequente.
Não sendo encontrados bens passíveis de penhora, intime-se a parte exequente a indicá-los, procedendo-se conforme tópico anterior.
Se a parte executada resolver impugnar a execução deverá efetivá-la em 15 dias, a contar da intimação da penhora e avaliação, hipótese em que deverão os autos vir conclusos para recebê-la, se for o caso, declarando-se em quais os efeitos, que de regra não terá efeito suspensivo, abrindo-se vistas à parte exequente para contrariá-la no mesmo lapso.
FIXO desde já os honorários advocatícios em sede de execução no valor de 10%, sobre o valor da causa, na esteira do art. 85, § 2.º e § 8.º, do Código de Processo Civil.
Intimem-se.

Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 223382 Nr: 1682-40.2015.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PAULO DOS SANTOS SANTANA
PARTE(S) REQUERIDA(S): NORTÃO PARAFUSOS LTDA ME., SUPERTEC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, METALURGICA TRAPP LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOHN LINCOLN SANTOS TEIXEIRA - OAB:MT/16.853
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANGELO RODRIGUES FELIPE - OAB:7278-B, EDSON LUÍS MILLNITZ - OAB:OAB/SC 9971, FELLIPE GEBAUER DE NEGREIRO - OAB:14583/MT, LUIZ CARLOS MOREIRA DE NEGREIRO - OAB:MT/3530-A, RICARDO ALENCAR ULRICH - OAB:OAB/SC 16.229, ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS - OAB:7429/MT, RUSSEL ALEXANDRE B. MAIA - OAB:MS/6.296
Vistos etc. [...] Portanto, libero o autor do ônus da prova, conforme já reconhecido anteriormente. Consumidor que é, invertido o ônus da prova, compete à parte requerida produzir a prova pericial. Nesta toada, a requerida Supertec Peças e Serviço Ltda. não postulou a produção da prova pericial. A requerida Metalúrgica Trapp Ltda., até pela alegada exorbitância dos honorários periciais, desistiu de produzi-la (p. 255). Assim, não sendo ônus do autor, liberado de produzir a prova pericial, desistente dela a requerida Metalúrgica Trapp Ltda., sobra esse ônus exclusivamente à requerida Nortão Parafusos ME, que deve assumir todo o pagamento da prova pericial, depositando-se o valor integral em 05 dias, sob pena de preclusão, nas bases adiante estabelecidas. Desta forma, o valor orçado para a realização do trabalho não deixa de ser expressivo, sobretudo por conta do valor da máquina defeituosa, de apenas R$ 2.024,48, enquanto o orçamento pericial para avaliá-la remonta a R$ 3.362,50, sendo contraproducente. Nesse embate, analisando toda a conjuntura do trabalho pericial a ser realizado, e o objeto da demanda, sem menoscabo de uma justa remuneração ao experto, hei por bem fixar o valor dos honorários periciais em R$ 998,00, correspondente a um salário-mínimo vigente. Isto posto, acolho a impugnação apresentada, quanto aos honorários cobrados pelo senhor perito nomeado, de maneira a reduzi-los à quantia de R$ R$ 998,00, a serem supridos pela requerida Nortão Parafusos Ltda. ME, no prazo de até 05 dias, sob pena de preclusão. Hipótese em que os autos deverão vir conclusos para sentença. Mantidas as demais determinações vertidas na r. decisão de p. 209/213. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 255376 Nr: 1066-31.2016.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CERES - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): VALDEMIR LIMA MENEZES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BARBARA FORTUNA SILVA - OAB:OAB. 20965/O, NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES - OAB:128341
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intime-se a parte exequente para, no prazo legal, informar o número do imóvel do endereço da inicial para o envio de nova carta de citação, ou no mesmo prazo recolha a diligência do Sr. Oficial de Justiça, nos termos da certidão de fls. 136.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 173784 Nr: 9047-53.2012.811.0015
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: COSTA PEREIRA & CIA LTDA - MADEIREIRA NOVO HORIZONTE
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIO ROGERIO MARÇAL - OAB:MT/12.492-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT, RENATO FELICIANO DE DEUS NERY - OAB:6193/MT
"Vistos etc. Acordo realizado na execução em apenso que nada menciona sobre estes embargos. Portanto, manifeste-se a parte embargante quanto a continuidade do feito, no prazo de 05 dias, pugnando o que de direito entender, ciente que seu silêncio será interpretado como concordância com a extinção da ação sem resolução de mérito pela falta de interesse processual, conforme autoriza o art. 485, inciso VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se."

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 79517 Nr: 7871-49.2006.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDENILZA COSTA DA SILVA, ANDRÉ APARECIDO JACOBOSKI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A, RENATO FELICIANO DE DEUS NERY - OAB:6193/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - SINOP - OAB:
Intime-se o antigo patrono da parte exequente - Dr. Renato F. D. Nery - para, no prazo de 05 (cinco) dias, informar os dados bancários a fim de dar cumprimento a r. sentença, a seguir descrita: "Vistos etc. Banco Bradesco S/A, devidamente qualificado nos autos, aforou Embargos de Declaração às p. 257/259 com fundamento no art. 1.022 e seguintes do Código de Processo Civil. Aduziu que há omissão na sentença de p. 254/255, posto que não atendeu ao pedido de arbitramento de honorários realizado na minuta de acordo entabulado entre as partes. (...). Posto isto, sem mais delongas, admitidos os presentes e tempestivos embargos declaratórios, acolho a pretensão neles deduzida para julgá-los procedentes, de maneira extirpar a omissão da sentença de p. 254/255, acrescentando-lhe o seguinte: “Sobre os honorários advocatícios acordados entre as partes de R$ 700,00, arbitro o quinhão de 50% entre os escritórios de advocacia discriminados na minuta de acordo de p. 246/248. Libere-se o valor por meio de alvará que deverá ser transferido para conta bancária indicada por eles”. No mais, permanecem hígidos os demais termos da sentença tais quais estão lançados. Defiro o pedido de exclusão da DPE da capa dos autos e demais registros, a fim de evitar a remessa equivocada àquele órgão. Intimem-se. Cumpra-se."

Decisão

Decisão Classe: CNJ-13 CARTA DE ORDEM
Processo Número: 1015145-90.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (ORDENANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (ORDENADO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP Processo: 1015145-90.2019.8.11.0015. ORDENANTE: MUNICIPIO DE SINOP ORDENADO: COLONIZADORA SINOP S A Vistos etc. Cumpra-se a h. carta de ordem, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-13 CARTA DE ORDEM
Processo Número: 1015144-08.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (ORDENANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (ORDENADO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP Processo: 1015144-08.2019.8.11.0015. ORDENANTE: MUNICIPIO DE SINOP ORDENADO: COLONIZADORA SINOP S A Vistos etc. Cumpra-se a h. carta de ordem, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à

origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-13 CARTA DE ORDEM
Processo Número: 1015142-38.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MUNICIPIO DE SINOP (ORDENANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
COLONIZADORA SINOP S A (ORDENADO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP Processo: 1015142-38.2019.8.11.0015. ORDENANTE: MUNICIPIO DE SINOP ORDENADO: COLONIZADORA SINOP S A Vistos etc. Cumpra-se a h. carta de ordem, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011006-32.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA DA SILVA SOUZA (AUTOR(A))
ROSELI SILVERIO DA SILVA SOUZA (AUTOR(A))
ANGELICA DA SILVA SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA CRISTOFOLO LEMOS OAB - SP152622 (ADVOGADO(A))
ANTONIO ALBERTO CRISTOFALO DE LEMOS OAB - SP113902 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLOVIS MARIO TEIXEIRA DE MELLO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
GILBERTO JUTHS RISSATO OAB - MT0005147A (ADVOGADO(A))
DANIELA RAMIRES OAB - SP185878 (ADVOGADO(A))
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT0013967A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1011006-32.2018.8.11.0015. AUTOR(A): ROSELI SILVERIO DA SILVA SOUZA, ANGELA DA SILVA SOUZA, ANGELICA DA SILVA SOUZA RÉU: CLOVIS MARIO TEIXEIRA DE MELLO Vistos etc. Pretensão indenizatória por danos morais, em valor a ser fixado por este juízo, aforada por Roseli Silveiro da Silva, Angélica da Silva Souza e Ângela da Silva Souza em face de Clóvis Mário Teixeira de Mello, todos qualificados. Sustentado serem esposa e filhas do finado Olicio Manoel de Souza, falecido em 18/08/1996, que teria sido supostamente assassinado por Luis Roberto Gomes Canile, réu no processo n.° 188/1996, em trâmite na Comarca de Nova Granada/SP, onde teria sido decretada sua prisão preventiva. Discorrido que na data de 04/03/2011 o acusado Luis Roberto Gomes Canile, depois de constatado o mandado de prisão em aberto pela Polícia Federal desta urbe, foi preso e encaminhado à Delegacia de Polícia local, e posteriormente transferido para o presídio Ferrugem, cumprindo a ordem judicial. Narrado que sete dias depois, em um plantão judiciário em final de semana, em um pedido de liberdade provisória formulado pela defesa do réu Luis, o requerido, mesmo com manifestação contrária do Ministério Público, recebeu o pedido da defesa como Habeas Corpus e ilegalmente concedeu a ordem determinando a soltura dele. Afirmado que diante do ato ilícito descrito as autoras e toda a família da vítima estão sofrendo muito desde a morte de Olicio sem que o réu tenha sido julgado. O despacho do requerido foi ilegal, pois era incompetente, uma vez que o decreto de prisão preventiva havia sido expedido pelo juízo de direito de Nova Granada/SP, demonstrando totalmente o dolo do requerido e o desrespeito à determinação do juízo competente. Pugnado ao final, pela procedência da demanda, a fim de que seja o requerido condenado a pagar-lhes indenização por danos morais. Atribuído à causa o valor de R$ 8.136,00. Juntou os documentos. Citado (Id. 16511794, pág.01), o requerido ofertou sua contestação em Id. 16511801, arguindo, preliminarmente, falta de interesse de agir e ilegitimidade passiva. A responsabilidade pessoal do juiz está disciplinada no art. 133 do CPC e art. 49 da LOMAN. Inexistente comprovação do nexo de causalidade entre a atividade jurisdicional e o dano, não havendo que se falar em ressarcimento a seu cargo. Arguido que a pretensão das requerentes é apenar o magistrado por um dano que não deu causa. No entanto, o controle disciplinar dos juízes é feito pelo próprio poder judiciário "interna corporis". Desta forma, carecem as autoras de interesse processual, devendo o processo ser extinto. No mérito, sustentado que a decisão emanada está em perfeita sintonia com a decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, o que significa a legitimidade da decisão que deu origem a ação. Defendido que o magistrado só pode ser demandado pessoalmente quando tiver agido com dolo ou fraude, não servindo o mero erro, ainda que culposo, como argumento capaz de gerar responsabilidade civil. A regra geral é a da não responsabilidade pessoal do juiz, tendo em vista a responsabilidade civil do Estado, com base no § 6.° do art. 37 da Constituição Federal, art. 133 do CPC e art. 49 da LOMAN (Lei complementar n.° 35/79). Rebatido que somente a ação ou omissão dolosa podem ensejar a responsabilidade direta do juiz, o que não é caso, razão pela qual o caminho deveria ter sido o de acionar o Estado, que responde objetivamente, o qual poderá regressivamente ingressar em face do juiz, se for o caso. Rechaçado que sua decisão baseou-se na CNGC, tendo em vista que a ordem de prisão somente pode ser cumprida por meio de carta precatória e que a prisão do réu Luis era ilegal, pois foi cumprida somente com cópia do mandado de prisão enviado via fax. O acusado estava preso há dias sem que houvesse sido comunicada sua prisão ao juízo de origem. Não tratou de habeas corpus contra a ordem de prisão emanada do juízo de Nova Granada/SP e, sim, do reconhecimento do constrangimento ilegal que vinha sofrendo o custodiado, pois até a data de sua soltura não havia nenhum expediente solene e jurídico que desse guarida àquela prisão. Assinalado que decisão está devidamente fundamentada e fala por si. Se outro é o entendimento de alguns, tal circunstância, nem de longe, aponta qualquer atitude dolosa ou fraudulenta do magistrado contestante. Ainda que fosse possível afirmar que o magistrado interpretou erroneamente a Lei e as Normas da Corregedoria, há que se ter prova de que o erro foi intencional, o que não é caso. Colacionou documentos. Requereu, por fim, o acolhimento da matéria preliminar ventilada, e, alternativamente, no mérito, a improcedência da ação. R. sentença proferida pelo juízo de Nova Granada/SP, onde o processo foi interposto primeiramente, acostada em Id. 16513900. Julgou improcedente o pedido por inexistir comprovação do envolvimento do requerido com o pronunciado, bem como ausência de comprovação de dano. A parte requerente apelou, Id. 16513906. Contrarrazões em Id. 16513912. Acórdão de Id. 16514201 anulou a r. sentença proferida, por incompetência absoluta da Justiça do Estado de São Paulo para processar e julgar o feito e determinou a remessa ao Tribunal de Justiça de Mato Grosso para fazê-lo, quando o processo, enfim, aportou neste juízo. Instado a especificarem as provas que pretendiam ainda produzir, a parte requerente suscitou o prosseguimento do feito nos termos descritos na petição inicial (Id. 23135746). A parte requerida em Id. 23348680 pugnou que seja proferida decisão não havendo mais provas a produzir. Julgo. 1. Do julgamento antecipado da lide Ressaltado neste introito que a parte requerente havia recorrido da r. sentença prolatada na Comarca de Nova Granada/SP, sob o argumento de que o pedido havia sido julgado antecipadamente sem que lhe tivesse sido oportunizada a produção de provas. Com fins de evitar questionamentos do tipo, este juízo determinou que as partes pronunciassem a respeito. Entretanto ambas nenhuma prova a mais sinalizaram produzir, conforme consta das manifestações de Id. 23135746 e Id. 23348680. Desta forma, sem o vislumbre de necessidade de dilação probatória, na mesma esteira do comportamento adotado pelas partes, calha consignar que o pedido comporta o julgamento antecipado, nos termos do inciso I art. 355 do Código de Processo Civil, com a seguinte redação: "Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: (...) I - não houver necessidade de produção de outras provas". O feito se encontra maduro para sentença, sem necessidade de produção de outras provas. Embora a questão versada nos autos seja de fato e de direito, a prova documental revela-se suficiente ao deslinde da causa. Cabe ressaltar apenas que, na conjuntura, ratifico, como ratificado tenho, todos os atos processuais praticados anteriormente no juízo tido por incompetente, de modo que, instruído o feito, sem outras provas a produzir, a solução é realmente a prolação de sentença. 2. Da preliminar de ilegitimidade passiva Advogado no campo preliminar, mas melhor fundamentado no mérito, a ilegitimidade passiva do magistrado acionado,

que deve ser acolhida. Os magistrados enquadram-se na espécie de agentes políticos investidos para o exercício das atribuições constitucionais, sendo dotados de plena liberdade funcional no desempenho de suas funções. Membro de Poder regularmente empossado no cargo, em regra, mediante concurso público de provas e títulos. De todo modo, quem responderia por eventuais danos causados pela autoridade judiciária no exercício de suas atribuições, como membro de Poder, que de fato é, seria o Estado, no caso, o Estado de Mato Grosso, o qual tem assegurado o direito de regresso contra o magistrado responsável, nas hipóteses de comprovado dolo, fraude ou culpa. Oportuno ressaltar que o magistrado responderá por perdas e danos no exercício de sua função quando restar caracterizados, dolo, fraude, recusa ou indevida omissão, sem justo motivo, nos termos do art. 49, incisos I e II, da Lei Complementar n.° 35/1979 (Lei Orgânica da Magistratura Nacional). Trata-se de um sistema misto de responsabilização, uma vez que adota a concepção objetiva para prescindir do elemento culpa, consagrando, embora não expressamente, o nexo causal entre o ato de seu agente e o dano efetivamente causado. Mas admite, por outro lado, o direito de regresso do Estado contra o responsável, nos casos que elenca, enveredando-se, neste ponto, para a teoria subjetiva. Eis a dicção do art. 49, caput, e incisos I e II, da LOMAN: Art. 49. Responderá por perdas e danos o magistrado, quando: I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude; II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício, ou a requerimento das partes. Parágrafo único. Reputar-se-ão verificadas as hipóteses previstas no inciso II somente depois que a parte, por intermédio do Escrivão, requerer ao magistrado que determine a providência, e este não lhe atender o pedido dentro de dez dias". Ademais, sem adentrar a questão de mérito, que refoge desta análise de tema preliminar - remetidas as interessadas às vias adequadas, se lhes aprouver - a inviabilidade do ajuizamento de ação indenizatória diretamente em face do magistrado foi expressamente prevista no CPC, em seu art. 143, in verbis (advérbio sublinhado), mas tão somente alcança-lo indiretamente, de modo regressivo, nos casos de dolo ou culpa, a praticamente repetir, atualizado, o disposto na LOMAN acima transcrito: "Art. 143. O juiz responderá, civil e regressivamente, por perdas e danos quando: I - no exercício de suas funções, proceder com dolo ou fraude; II - recusar, omitir ou retardar, sem justo motivo, providência que deva ordenar de ofício ou a requerimento da parte. Parágrafo único. As hipóteses previstas no inciso II somente serão verificadas depois que a parte requerer ao juiz que determine a providência e o requerimento não for apreciado no prazo de 10 (dez) dias". A completar essa sistemática das normas infraconstitucionais, sempre frisando a indireta e superveniente via regressiva, disciplina o art. 43 do Código Civil (termos enfatizados): "Art. 43. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte destes, culpa ou dolo". Tais disposições tendem a perfilhar a legislação adjetiva e substantiva à norma maior estabelecida pela Constituição Federal em seu art. 37, § 6.°, dada a evidente hierarquia das normas neste caso, cuja redação é a seguinte (parte grifada): "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) § 6º. As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa". Na interpretação jurisdicional dessas regras, reforçando o entendimento supracitado, o Supremo Tribunal Federal, recentemente, ao julgar o Tema n.° 940, em Repercussão Geral, deu provimento ao recurso RE 1027633/SP, por maioria, fixando a seguinte tese (excerto salientado): "A teor do disposto no art. 37, § 6.º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa", vencidos os Ministros Marco Aurélio, Edson Fachin e Luiz Fux. Falou, pela interessada, o Dr. Aristides Junqueira Alvarenga. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello e Cármen Lúcia. Presidência do Ministro Dias Toffoli. Plenário, 14.08.2019". Antes desse norteamento promovido pelo Excelso Tribunal, com repercussão geral, alicerçado na salutar interpretação jurisprudencial, já caminhava remansosa nessa direção, conforme os ilustrativos arestos ora compilados, com destaques em negrito e grifados: "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. INCLUSÃO DO AGENTE PÚBLICO NO POLO PASSIVO DA DEMANDA. IMPOSSIBILIDADE. ILEGITIMIDADE PASSIVA. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência da corte firmou-se no sentido de não reconhecer a legitimidade passiva do agente público em ações de responsabilidade civil fundadas no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, devendo o ente público demandado, em ação de regresso, ressarcir-se perante o servidor quando esse houver atuado com dolo ou culpa. 2. Agravo regimental não provido". (Supremo Tribunal Federal STF; ARE 908331; Segunda Turma; Rel. Min. Dias Toffoli; Julg. 15/03/2016; DJE 18/05/2016; pág. 47); "APELAÇÃO CÍVEL. AGRAVO RETIDO. PROVA PERICIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. RENOVAÇÃO DA PROVA. IMPOSSIBILIDADE. (...) PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DOS AGENTES ESTATAIS. ACOLHIMENTO. Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, o Estado responde, objetivamente, pelos danos que seu agente causar ao particular, bastando, para tanto, a demonstração do nexo de causalidade havido entre a conduta atribuída ao agente e o dano experimentado, sendo-lhe, contudo, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e culpa, não havendo, portanto, que se falar, em tais hipóteses, em litisconsórcio passivo necessário". (TJ-MG; APCV 1.0529.13.000963-0/002; Rel. Des. Judimar Biber; Julg. 27/09/2018; DJEMG 09/10/2018); "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. ATENDIMENTO MÉDICO/HOSPITALAR PRESTADO PELO SUS. ERRO DE DIAGNÓSTIVO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO MÉDICO. I) ação indenizatória por dano moral, fulcrada na alegação de que a ré/médica errou no diagnóstico do autor, ao interpretar sua biópsia. II) prestação do serviço médico-hospitalar que ocorreu mediante atendimento pelo Sistema Único de Saúde, pela médica residente, ora ré, preposta do hospital (sendo este demandado em outra ação pelo mesmo fato). III) hipótese onde se adota, necessariamente, o regime previsto no artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, que determina a responsabilidade civil objetiva das pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos por danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurando o direito de regresso contra o responsável. IV) ilegitimidade da médica/ré para figurar no pólo passivo da presente ação, cuja responsabilidade pode ser averiguada em ação de regresso pelo nosocômio. Precedentes. Ação julgada extinta, por ilegitimidade passiva (art. 485, VI, c/c § 3º, do CPC). Apelações prejudicadas". (TJ-RS; AC 0202810-27.2018.8.21.7000; Porto Alegre; Décima Câmara Cível; Relª Desª Catarina Rita Krieger Martins; Julg. 25/10/2018; DJERS 06/11/2018). O Poder Judiciário é parte integrante da estrutura estatal, possuindo o Estado de Mato Grosso indiscutível legitimidade para figurar no polo passivo da lide em que se pleiteia o pagamento de indenização em virtude de ato praticado nesta esfera do Poder. Neste diapasão, com inspiração no art. 2.° da Magna Carta, o art. 9.º da Constituição Estadual dispõe que são Poderes do Estado, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário: Constituição Federal: "Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário". Constituição Estadual: Art. 9º São Poderes do Estado, independentes, democráticos, harmônicos entre si e sujeitos aos princípios estabelecidos nesta Constituição e na Constituição Federal, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Parágrafo único: É vedada a qualquer dos Poderes a delegação de competência. Portanto, não pode ser cogitada a responsabilidade pessoal e direta do juiz da causa - senão apenas indiretamente, na senda regressiva, se provado o dolo, a fraude ou a culpa - por conta de sua atuação jurisdicional, no pleno exercício de suas funções no cargo em que se encontrar regularmente entronizado, com sua independência funcional, na racionalidade fundamentada de sua decisão. A responsabilização objetiva deve ser do Estado, que poderá eventualmente, em ação de regresso voltar-se contra seu agente, se este cometeu o ilícito, conforme já frisado, se provado que atuou com dolo, fraude ou culpa. Dada essa conjuntura, insubsistem dúvidas de que a ação foi proposta diretamente contra a pessoa do juiz de direito, por, de acordo com tese na exordial explicitada, discordarem de seus atos no uso das atribuições do serviço público por ele prestado como membro de poder. O que leva insofismavelmente à ilegitimidade passiva "ad causam", autorizando, portanto, a extinção do processo sem julgamento do mérito.

3. Do Dispositivo Isto posto, prejudicada a análise e solução das demais matérias, acolho a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam. Por conseguinte, hei por bem julgar o processo extinto sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso VI, primeira parte, do CPC. Condeno a parte requerente a pagar as custas e as despesas processuais, assim como honorários advocatícios da contraparte, que fixo, estes, em 10% do valor da causa, nos termos dos arts. 82, 84 e 85, § 2.°, incisos I a IV, do Código de Processo Civil. Restam, entretanto, suspensas todas essas verbas sucumbenciais por 05 anos, quando prescreverão, se até lá não restar demonstrado pelo interessado que a fortuna delas superou a hipossuficiência, posto que são serem beneficiárias da Assistência Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, § 3.°, do citado digesto adjetivo. Interposto recurso de apelação, independentemente da análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 994 a 1.014 do CPC, intime-se a parte apelada para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora ao E. Tribunal de Justiça, com os nossos cumprimentos. Registro automático da sentença com sua publicação, dispensado o uso do livro respectivo, a teor do art. 317, § 4.º, da CNGC. Preclusas as vias recursais, certifique-se e anote-se. Nada sendo requerido em 15 dias, baixe-se e arquive-se. P. I. C. Sinop - MT, 14 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

2ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000571-67.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CASSIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1000571-67.2016.8.11.0015. Vistos etc. 1. Considerando a apresentação do laudo pericial (ID. 13676896) e que não houve impugnação ao referido laudo (ID. 18117149), determino o levantamento dos honorários periciais em favor do perito nomeado nos autos. 2. Acaso não conste nos autos os dados bancários do perito, determino que a Sra. Gestora contate o perito nomeado, via telefone e/ou correio eletrônico, para que informe seus dados bancários para transferência dos valores depositados judicialmente. 3. Informados os dados, expeça-se o atinente alvará. 4. Sem prejuízo das determinações acima, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, indicando-as com objetividade e justificando a sua pertinência, ou digam se pretendem o julgamento antecipado, sob pena de preclusão. 5. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos. 6. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000571-67.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CASSIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP CERTIDÃO Certifico que, tendo em vista a não realização da perícia médica na autora, requisito para realização de acordo pela seguradora ré, fica redesignada a audiência de tentativa de conciliação para 29.8.2017, (terça-feira), às 08:00 horas, devendo as partes comparecerem pessoalmente ou mediante prepostos com poderes para transigir, permanecendo inalterados os demais termos da decisão proferida em 25.11.2016 (doc. Id 4191057).

Despacho Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1007140-16.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIULA MULLER OAB - PR22819-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAFAEL DE ALMEIDA RABELO (RÉU)
BRIGIDA MARIA DE ALMEIDA RABELO (RÉU)
LIGIA MARIA PREVIDELLI RABELO (RÉU)
SINOPARTS COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA - EPP (RÉU)
ADILSON JOSE RABELO (RÉU)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1007140-16.2018.8.11.0015. Vistos etc. 1. Previamente à homologação do acordo contido nos autos, determino, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de regularização do feito, a intimação das partes, por meio de seus advogados, para que, sob pena de preclusão: a) juntem aos autos uma via legível da petição de acordo; b) regularizem a representação processual do(s) executado(s), juntando aos autos instrumento procuratório ou para que ratifiquem a(s) assinatura(s) deste(s) com firma reconhecida. 2. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, voltem-me os autos conclusos. 3. Intime-se. Cumpra-se. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007513-13.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
EDERLICE DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO J. SAFRA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

PROCESSO Nº1007513-13.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:AUTOR(A): EDERLICE DOS SANTOS POLO PASSIVO:RÉU: BANCO J. SAFRA S.A CERTIDÃO Certifico que a contestação id. 26345825. Certifico ainda conforme autorizado pelo art. 152, inc. VI, do Novo CPC e Provimento 056/07–CGJ/MT, que INTIMO o(a) advogado(a) do(a) autor(a) a impugná-la caso queira no prazo de quinze dias. Sinop-MT, 13 de dezembro de 2019 LUZIMEIRY TOMAZ NAZARIO Gestor de Secretaria

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012471-76.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO FERREIRA LIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO PARRERA BENITEZ OAB - MT23191/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1012471-76.2018.8.11.0015 Vistos etc. 1. Intimem-se as partes, por meio de seus advogados, para, no prazo de 15 (quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, indicando-as com objetividade e justificando a sua pertinência, ou digam se pretendem o julgamento antecipado, sob pena de preclusão. 2.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, o que deverá ser certificado, voltem os autos conclusos. 3. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1015288-79.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TANIA REGINA RICCI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL FRANCISCO DA SILVA OAB - SP73788 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Cícero de Lima (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1015288-79.2019.8.11.0015. Vistos em correição permanente. 1. Considerando que o processo de origem trata-se de inventário, deve a presente carta precatória tramitar perante o Juízo da Vara Especializada de Família e Sucessões. 2. Assim, em observância à Resolução n. 15/2017/TP, DECLINO DA COMPETÊNCIA e, por conseguinte, determino a imediata remessa e redistribuição dos autos ao Juízo da Vara Especializada de Família e Sucessões desta Comarca, observadas as formalidades legais. 3. Intime-se. Cumpra-se. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 247215 Nr: 16652-45.2015.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): PLÁCIDO EVERALDO FICAGNA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública - Núcleo de Sinop/MT - OAB:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): PLÁCIDO EVERALDO FICAGNA, Cpf: 25062001854, Rg: 10433546, Filiação: Maria Terezinha Ficagna e Mateu Ficagna, brasileiro(a), casado(a), autonomo, aposentado, Telefone 9683-1238. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: Efetuar a INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ acima qualificada, para, querendo, apresentar impugnação, em conformidade com o art. 854, §§ 2º e 3º , do Código de Processo Civil, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do despacho ao final transcrito.
Resumo da Inicial: Trata-se de uma Ação de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por Banco Bradesco S.A. em face de Plácido Everaldo Ficagna, aduzindo na inicial ser credor do Executado, em razão de operação bancária com este realizada e consubstânciada na cédula de Crédito Bancário Empréstimo Pessoal nº 223139609, firmada em 18/09/2012, com um empréstimo no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), para ser pago em 24 (vinte e quatro) parcelas com vencimento de 13/10/2012 a 15/09/2014, no valor de R$ 1.443,12, cada uma. Ocorre que o Executado não cumpriu com o pactuado, o que ocasionou o vencimento antecipado da Cédula de Crédito Bancário, estando a dever as parcelas vencidas desde 15/02/2013. Fece ao exposto, o valor do débito, devidamente corrigido e atualizado até a data de 06/08/2015, atinge o valor de R$ 40.609,03 (quarenta mil, seiscentos e nove reais e três centavos).
Despacho/Decisão: Vistos etc.1. Considerando que o executado, devidamente citado da execução (fl. 63), quedou-se inerte (fl. 65), com fundamento no artigo 830, § 3º, c/c artigo 854, § 5º, ambos do Código de Processo Civil, converto o arresto em penhora e determino a transferência dos valores (fl. 30) para a conta única do TJMT, com a respectiva vinculação ao presente feito.2. Em seguida, com fundamento no art. 854, § § 2º e 3º, do Código de Processo Civil, intime-se o executado, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para, querendo, apresentar impugnação, em 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão.2.1. Decorrido o prazo sem manifestação, fica desde já nomeado(a) como curador(a) especial (art. 72, II, do CPC), o(a) Defensor(a) Público com atuação na 2ª Vara Cível desta Comarca, que deverá obter vista dos autos para se manifestar, no prazo legal.2.2. Caso seja apresentada impugnação à penhora “online” no prazo legal, o que deverá ser certificado, intime-se a exequente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.3. Cumprida as determinações acima, voltem-me conclusos.4. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE NASCIMENTO NUNES, digitei.
Sinop, 04 de dezembro de 2019
Luzimeiry Tomaz Nazário Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 85933 Nr: 3368-48.2007.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TATIANE CARLA LAURINDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): OANDERSON AMANCIO DE CARVALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BERNADETE CRECÊNCIO LAURINDO - OAB:MT/12.110
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DA COMARCA DE DOURADOS 0 MS - OAB:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): OANDERSON AMANCIO DE CARVALHO, Cpf: 68894597172, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: Efetuar a INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ acima qualificada, nos termos do processo acima indicado, por todo o conteúdo do despacho ao final transcrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do débito no valor de R$ 18.178,49 (dezoito mil, cento e setenta e oito reais e quarenta e nove centavos), em conformidade com o art. 523, "caput", do Código de Processo Civil.
Resumo da Inicial: Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, em fase de Cumprimento de Sentença, ajuizada por Tatiana Carla Laurindo em face de Oanderson Amâncio de Carvalho, ambos devidamente qualificados e representados nos autos, alegando ser credora do requerido na quantia de R$ 4.112,33 (quatro mil, cento e doze reais e trinta e três centavos), representada pela Nota Promissória n. 0004. Aduz que não logrou êxito em receber a quantia extrajudicialmente, razão pela qual intentou a presente de demanda.
Despacho/Decisão: Vistos etc.1. Recebo o pedido de cumprimento de sentença formulado às fls. 108/111, em conformidade com o Capítulo III, do Título II, do Livro I, da Parte Especial, do Código de Processo Civil.2. Intime(m)-se o(a,s) executado(a,s) – a. pelo Diário de Justiça, na pessoa de seu advogado constituído nos autos, caso tenha procurador constituído nos autos; b. por carta com aviso de recebimento, caso seja representado(a,s) pela Defensoria Pública ou caso não tenha procurador constituído nos autos; c. por edital, caso tenha sido citado(a,s) por edital na fase de conhecimento e tenha sido revel na fase de conhecimento – para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue(m) o pagamento do débito, em conformidade com o art. 523, “caput”, do Código de Processo Civil.2.1. Decorrido lapso temporal superior a 1 (um) ano entre o trânsito em julgado da sentença e o requerimento de cumprimento de sentença, a intimação deverá ser feita obrigatoriamente na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento, conforme disposto no art. 513, § 4º, do Código de Processo Civil.3. Se o(a,s) executado(a,s) não efetuar(em) o pagamento do débito no prazo de 15 (quinze) dias, intime-se o(a) exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, junte aos autos demonstrativo de débito discriminado e atualizado, em conformidade com o art. 524 do Código de Processo Civil, acrescido de eventuais custas processuais, bem como de multa de 10% (dez por cento) sobre o débito e, ainda, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o débito, sob pena de não expedição de mandado de penhora e avaliação, em conformidade com o art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.4. Após a juntada aos autos do demonstrativo de débito discriminado e atualizado, expeça-se mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para pagamento do débito atualizado, acrescido de eventuais custas processuais, bem como de multa de 10% (dez por cento) sobre o débito e, ainda, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre

o débito, em conformidade com o art. 523, § 3º, do Código de Processo Civil.5. Com a juntada do mandado de penhora e avaliação, intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste nos autos, sob pena de arquivamento.6. Após, voltem-me conclusos.7. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE NASCIMENTO NUNES, digitei.

Sinop, 04 de dezembro de 2019

Luzimeiry Tomaz Nazário Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 214680 Nr: 14693-73.2014.811.0015

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SORRISO - SICREDI CELEIRO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MARIO PIETRO FERNANDES NETO

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEAN CARLOS ROVARIS - OAB:MT - 12113/O, ZILAUDIO LUIZ PEREIRA - OAB:MT/4.427

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): MARIO PIETRO FERNANDES NETO, Cpf: 79505740115, Rg: 912642, brasileiro(a), casado(a), farmácia. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO da parte ré, acima qualificada, atualmente em local incerto e não sabido para cumprir a obrigação exigida pela parte autora, consistente no pagamento do débito no valor de R$ 44.718,11 (Quarenta e quatro mil e setecentos e dezoito reais e onze centavos) especificado na petição inicial em resumo abaixo, acrescido do pagamento dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao prazo final do edital (art. 231, IV, CPC/2015), sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702 do CPC/2015. CIENTE a parte citada que, no caso de integral pagamento no prazo estipulado (15 dias), ficará isento(a) do pagamento de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC/2015) ou, no mesmo prazo, reconhecendo a quantia devida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do seu valor, acrescido de custas e honorários de advogado, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, com correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Resumo da Inicial: Trata-se de Ação Monitória ajuizada por Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados Sorriso - SICREDI CELEIRO em face de Mario Pietro Fernandes Neto, aduzindo na inicial que, celebrou com o Requerido, na data de 27/08/2012, um Contrato de Abertura de Conta Corrente com Limite de Crédito, com a liberação de um limite no Cheque Especial e no Cartão de Crédito no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). O Requerido fez uso tanto do Cheque Especial, quanto do Cartão de Crédito mediante renovações, em uma sucessão de débitos e créditos até 30/04/2014 e 18/09/2014, respectivamente, resultando em um saldo negativo da conta corrente no valor de R$ 23.286,22 (vinte e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e vinte e dois centavos). Ainda, em razão do não pagamento da fatura do Cartão de Crédito em questão, e estando a mesma vencida desde 18 de setembro de 2014, totaliza um débito com saldo devedor de R$ 9.301,22 (nove mil, trezentos e um reais e vinte e dois centavos). Portanto, ainda que a Requerente tenha cumprido integralmente com suas obrigações o mesmo não se sucedeu por parte do Requerido, posto que, a dívida referente ao saldo negativo da Conta Corrente e ao débito do Cartão de Crédito, devidamente corrigida e atualizada até a data de 29/04/2016, perfaz o total de R$ 44.718,11 (quarenta e quatro mil, setecentos e dezoito reais e onze centavos).

Despacho/Decisão: Vistos etc.1. Certifique a Sra. Gestora se as tentativas de citação requerido foram realizadas em todos os endereços obtidos juntos aos convênios (fls. 51/60).2. Caso negativo, intime-se a parte autora, por meio de seus advogados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie o necessário para a citação da parte ré, sob pena de extinção do feito, sem resolução de mérito.3. Caso positivo, considerando que restaram infrutíferas as tentativas de localização da parte requerida, com fundamento no art. 256, § 3º, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de fls. 107/107-verso e, por conseguinte, determino a citação do réu Mario Pietro Fernandes Neto por edital, na forma estabelecida na determinação de fl. 31 e do artigo 701 e seguintes do CPC, para que, pague o débito, acrescido de honorários advocatícios de 5% sobre o valor da causa, ou apresente embargos, previstos no artigo 702 do CPC, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma estabelecida pelo inciso IV, do artigo 231 do CPC.3.1. No edital deverá constar que, caso haja cumprimento da obrigação, a parte ré ficará isenta do pagamento de custas processuais (artigo 701, § 1º, CPC). 3.2. Decorrido o prazo para pagamento e não havendo oferecimento de embargos monitórios, fica desde já nomeado(a) como curador(a) especial (art. 72, II, do CPC), o(a) Defensor(a) Público com atuação na 2ª Vara Cível desta Comarca, que deverá obter vista dos autos para se manifestar, no prazo legal.3.3. Caso sejam apresentados embargos no prazo legal, o que deverá ser certificado, intime-se a autora para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do Código Processual Civil, sob pena de preclusão.4. Ao final, voltem-me conclusos.5. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.

ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC/2015)

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE NASCIMENTO NUNES, digitei.

Sinop, 05 de dezembro de 2019

Luzimeiry Tomaz Nazário Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 270531 Nr: 10116-81.2016.811.0015

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: FERNANDO DE SOUZA LEITE

PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARTUR DENICOLÓ - OAB:OAB/MT 18.395

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): FERNANDO DE SOUZA LEITE, Cpf: 29752431895, Rg: 32753815-6, Filiação: Fatima de Souza Leite e Roberto de Matos Leite, data de nascimento: 30/06/1981, brasileiro(a), natural de Santo André-SP, separado(a) judicialmente, vigilante, Telefone 66 99922-8466. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: Efetuar a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA acima qualificada, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do artigo 485, § 1º do Código de Processo Civil, em conformidade com o despacho ao final transcrito.

Resumo da Inicial: Trata-se de Ação de Cobrança - Seguro DPVAT ajuizada por Fernando de Souza Leite em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, aduzindo na inicial que, em 07/10/2015, foi vítima de acidente automobilístico e como consequência veio a sofrer diversas lesões, as quais resultaram em inválidez permanente em um braço e uma perna, como também teve-se a necessitando de cirurgia. Sendo assim, o autor em razão do acidente automobilístico, faz jus à indenização no valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Muito embora tenha realizado pedido administrativo para o pagametno da indenização do seguro DPVAT, o Autor recebeu apenas a quantia de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Logo, diante da decisão da Seguradora Ré, busca o autor a condenação daquela ao pagamento da quantia de R$ 10.125,00 (dez mil cento e vinte e cinco reais).

Despacho/Decisão: Vistos em correição permanente.1. Ante a certidão de fl.126, intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, sem resolução de mérito (CPC, 485, § 1º).1.1. Havendo

manifestação, voltem-me os autos conclusos.1.2. Acaso seja intimada e não se manifeste no feito, certifique-se e façam-me os autos conclusos. 2. Caso a parte autora não seja localizada, desde já determino sua intimação por edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, sem resolução de mérito (CPC, 485, § 1º).3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. 4. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE NASCIMENTO NUNES, digitei.
Sinop, 05 de dezembro de 2019
Luzimeiry Tomaz Nazário Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 247074 Nr: 16542-46.2015.811.0015
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FUNDAÇÃO DE SAÚDE COMUNITÁRIA DE SINOP LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAO PEDRO CEBALHO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO DE FREITAS SARTORI - OAB:15884/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública - Núcleo de Sinop/MT - OAB:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOAO PEDRO CEBALHO, Cpf: 34527591134, Rg: 2285043, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: Efetuar a INTIMAÇÃO DA PARTE RÉ acima qualificada, com fundamento no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civi, para, querendo, apresentar impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme o despacho ao final transcrito.
Resumo da Inicial: Cuida-se de Ação de Execução de Título Extrajudicial, ajuizada por Fundação de Saúde Comunitária de Sinop (Hospital Santo Antônio) em face de João Pedro Cebalho, na qual o exequente é credor do executado da importância no valor originário de R$ 1.960,99 (um mil, novecentos e sessenta reais e noventa e nove centavos), consubstanciada em contrato de prestação de serviços hospitalares assumidos em seu favor, com as despesas efetivamente ocorridas, não pagas, e que corrigidas com as devidas atualizações monetárias, importa em R$ 3.708,13 (três mil, setecentos e oito reais e treze centavos). Importa salientar que, sob o pretexto de pagamento do referido contrato, o executado ao ser procurado pelo exequente teceu evasivas, sempre protelando a quitação e prometendo várias visitas nas dependências do exequente, nunca cumpridas. Assim, apesar de todos os esforços do Exequente no sentido de receber o referido crédito amigavelmente, foram ineficazes os meios suasórios, não obtendo êxito, razão pela qual, vale-se do presente remédio judicial na salvaguarda de seus direitos.
Despacho/Decisão: Vistos etc.1. Tendo em vista que foram encontrados valores em conta(s) bancária(s) pertencente(s) ao executado, procedo ao bloqueio e, para tanto, junto aos autos o extrato de protocolamento emitido pelo Sistema Bacenjud.1.1. Por conseguinte, determino que a Sra. Gestora Judiciária providencie o necessário para a vinculação do montante ao presente feito.2. Em seguida, previamente a análise dos pedidos subsidiários formulados às fls. 93/98, com fundamento no art. 854, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil, intime-se o executado, por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para, querendo, apresentar impugnação, em 05 (cinco) dias, sob pena de preclusão.2.1. Decorrido o prazo sem manifestação, fica desde já nomeado(a) como curador(a) especial (art. 72, II, do CPC), o(a) Defensor(a) Público com atuação na 2ª Vara Cível desta Comarca, que deverá obter vista dos autos para se manifestar, no prazo legal.2.2. Caso seja apresentada impugnação à penhora “online” no prazo legal, o que deverá ser certificado, intime-se a exequente para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de preclusão.3. Cumprida as determinações acima, voltem-me conclusos.4. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE NASCIMENTO NUNES, digitei.
Sinop, 06 de dezembro de 2019
Luzimeiry Tomaz Nazário Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 268058 Nr: 8428-84.2016.811.0015
AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SCANIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): R2 TRANSMEC EIRELI - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARIA JOSE MORAES DE PAULA E SILVA - OAB:123405
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): SCANIA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA, CNPJ: 96479258000191. atualmente em local incerto e não sabido
Finalidade: Efetuar a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA acima qualificada, nos termos do processo supramencionado, por todo o conteúdo do despacho ao final transcrito, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com o artigo 485, § 1º do Código de Processo Civil.
Resumo da Inicial: Cuida-se de Ação de Busca e Apreenção ajuizada por Scania Administradora de Consórcios LTDA. em face de R2 Transmec Eireli ME, aduzindo na inicial que através de um contrato de Alienação Fiduciária em Garantia foi transferida à Requerida a posse do Veículo Volkswagen, modelo Novo Gol 1.0, fabricado em 2012, chassi 9BWAA05U0DP153526, placa OBP-1709, por meio da aquisição da conta de consórcio, em que figurou como avalista a Sra. Zulmira Paes de Oliveira. Ocorre que, o Requerido não cumpriu com o pagamento de suas parcelas do consórcio, tornando-se inadimplente com uma dívida, devidamente corrigida e atualizada até a data de 22/06/2016, no valor de R$ 14.207,20 (quatorze mil, duzentos e sete reais e vinte centavos), ficando caracterizada, assim, a mora, dando ensejo ao presente processo.
Despacho/Decisão: Vistos etc.1. Intime-se a parte autora, pessoalmente, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, sem resolução de mérito (CPC, 485, § 1º).1.1. Havendo manifestação, voltem-me os autos conclusos.1.2. Acaso seja intimada e não se manifeste no feito, certifique-se e façam-me os autos conclusos. 2. Caso a parte autora não seja localizada, desde já determino sua intimação por edital, com o prazo de 20 (vinte) dias, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, sem resolução de mérito (CPC, 485, § 1º).3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. 4. Intime-se. Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, FELIPE NASCIMENTO NUNES, digitei.
Sinop, 06 de dezembro de 2019
Luzimeiry Tomaz Nazário Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 96781 Nr: 3790-86.2008.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DEISE BAGGENSTOSS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BRASIL TELECOM S/A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS - OAB:7429/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - OAB:13241-A/MT
CERTIDÃO DE INTIMAÇÃO Intimação do advogado(a) FERNANDO HENRIQUE CEOLIN, para devolução dos autos nº 3790-86.2008.811.0015, Protocolo 96781, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de

adoção das medidas cabíveis.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1007395-37.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEVERSON ALVES PESSOA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1007395-37.2019.8.11.0015. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda., em face de Cleverson Alves Pessoa, alegando, em síntese, que a parte ré integra grupo/cota de consórcio n. 39471/823 e, por força de contemplação da cota, adquiriu o veículo MARCA HONDA, MOTO BIZ 125 FLEX, COR PRETA, ANO 2018, PLACA QCR8646, CHASSI 9C2JC4830JR215229. Afirma que, em garantia, a parte ré transferiu em alienação fiduciária, o referido veículo à autora. Porém, a parte ré não cumpriu com as obrigações pactuadas, tornando-se inadimplente, sendo constituída em mora, sendo que o valor atual da dívida perfaz o montante de R$ 10.930,07 (dez mil novecentos e trinta reais e sete centavos). Requer, liminarmente, a busca e apreensão do bem. Ao final, pugna pela consolidação da posse. A inicial veio instruída com documentos (ID. 20343009/20374564). A busca e apreensão foi deferida liminarmente (ID. 20489164) e cumprida, consoante ID. 20992901/20992904, sendo o veículo apreendido e depositado em mãos do depositário indicado pela parte autora e a parte ré devidamente citada. A parte autora requereu a baixa de eventual restrição (ID. 21312630, bem como a prolação de sentença nos autos (ID. 22156724). Posteriormente, foi certificado o decurso do prazo sem purgação da mora ou oferecimento de contestação (ID. 25041156). É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, cumpre anotar que o feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do inciso I, artigo 355, do Novo Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de outras provas além das constantes nos autos. Considerando que houve o decurso do prazo legal sem purgação da mora ou oferecimento de contestação pela parte ré (ID. 25041156), decreto-lhe a revelia. Não havendo questões processuais pendentes, passo ao mérito. Verifica-se que o pedido inicial foi devidamente instruído com os documentos necessários para demonstrar a existência do negócio jurídico entre as partes, materializado pelo contrato constante no ID. 20343040 (contrato de alienação fiduciária), em que parte ré se obrigou ao pagamento de valores à parte autora em prestações mensais e sucessivas. Consta do referido contrato que, em garantia do débito, a parte ré alienou fiduciariamente em favor da parte autora o veículo descrito na inicial (ID. 20343040). Observa-se, ainda, que a parte autora comprovou a mora da parte ré, conforme se vê da notificação de ID. 20343294, pois o envio da notificação extrajudicial ao endereço declinado no contrato, ainda que recebida por terceiro, constitui o devedor em mora. A propósito: AGRAVO DE INSTRUMENTO – BUSCA E APREENSÃO – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – CONSTITUIÇÃO EM MORA – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA AO ENDEREÇO INDICADO PELO DEVEDOR NO CONTRATO – EFETIVO RECEBIMENTO, AINDA QUE POR TERCEIRA PESSOA – VALIDADE – RECURSO PROVIDO. Com o advento da recente Lei 13.043/2014, a constituição em mora do devedor passou a exigir apenas o encaminhamento de carta registrada, com aviso de recebimento, para o endereço informado no contrato, sendo dispensado seu recebimento pessoal. Restando demonstrado que a notificação extrajudicial foi devidamente encaminhada e recebida no endereço declinado no momento da celebração do contrato, ainda que por terceira pessoa estranha à relação jurídica, é de se concluir que o devedor foi regularmente constituído em mora, devendo ser deferida a liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente. (TJMT - AI: 00491504520158110000 49150/2015, Relator: Dra. Helena Maria Bezerra Ramos, Primeira Câmara Cível, j. 27.10.2015, p. 03.11.2015). Portanto, caracterizado o inadimplemento contratual, resta permitida a apreensão do bem, conforme dispõe o Decreto-lei nº 911/69, uma vez que a alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor possuidor direto e depositário com todas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem, de acordo com a lei civil e penal. No que diz respeito à purgação da mora, impende ressaltar que no julgamento do REsp. 1418593/MS, o Superior Tribunal de Justiça consolidou posicionamento no sentido da legalidade da cláusula que prevê o vencimento antecipado das parcelas, em caso de inadimplemento de contrato com alienação fiduciária em garantia, como na hipótese, competindo ao devedor, para fins de purgação da mora, pagar a integralidade da dívida apresentada pelo credor na peça exordial, consistente no valor das parcelas vencidas e vincendas. A propósito: RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO – PURGAÇÃO DA MORA – NECESSIDADE DO ADIMPLEMENTO INTEGRAL DO DÉBITO – PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS – EMISSÃO DE OFÍCIO AO DETRAN PARA RETIRADA DOS DÉBITOS DO VEÍCULO – IMPOSSIBILIDADE - DECISÃO REFORMADA - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. A despeito da questão posta, temos que, no julgamento do REsp. 1418593/MS, submetido ao rito do art. 543-C, do Código de Processo Civil (representativo de controvérsia), o Superior Tribunal de Justiça consolidou posicionamento no sentido da legalidade da cláusula que prevê o vencimento antecipado das parcelas, em caso de inadimplemento de contrato de financiamento com alienação fiduciária em garantia, como na hipótese, competindo ao devedor, para fins de purgação da mora, pagar a integralidade da dívida apresentada pelo credor na peça exordial. (TJMT - CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO: 10014193120188110000 MT, Relator: SERLY MARCONDES ALVES, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, j. 13/06/2018, p. 18/06/2018). AGRAVO REGIMENTAL – APELAÇÃO CÍVEL – BUSCA E APREENSÃO – NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL – AUSÊNCIA DE QUESTIONAMENTO EM PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE DA QUESTÃO EM GRAU RECURSAL - MORA DO DEVEDOR – VENCIMENTO ANTECIPADO DO CONTRATO – LEGALIDADE – PURGAÇÃO DA MORA – PAGAMENTO INTEGRAL DA DÍVIDA – NECESSIDADE - DECISÃO DO RELATOR MANTIDA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. [...] É perfeitamente legal a cláusula contratual que prevê o vencimento antecipado das parcelas, em caso de inadimplemento de contrato de financiamento com alienação fiduciária em garantia, competindo ao devedor, para fins de purgação da mora, pagar integralidade da dívida apresentada pelo credor na peça exordial. (TJMT - AgR 12328/2015, DESA. SERLY MARCONDES ALVES, SEXTA CÂMARA CÍVEL, j. 18.02.2015, p. 23.02.2015). Assim, não comprovada a quitação a tempo e modo do contrato, merece acolhimento o pedido da parte autora com a consolidação da posse e propriedade do bem em seu nome, cuja apreensão liminar torno definitiva. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de consolidar nas mãos da parte autora o domínio e a posse plena do veículo marca HONDA, MOTO BIZ 125 FLEX, COR PRETA, ANO 2018, PLACA QCR8646, CHASSI 9C2JC4830JR215229, descrito na inicial, confirmando a medida liminar, sendo facultada a venda a terceiros, após o trânsito em julgado da sentença, respeitando-se os termos do art. 2º do Decreto-Lei nº 911/69. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com fulcro no artigo 85, § 2º, incisos I a IV, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado, procedam-se com as anotações necessárias e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000879-69.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO ALVES VICTOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
DANIELA SEVIGNANI CONSTANTINI OAB - MT20689/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:

FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1000879-69.2017.8.11.0015. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DE DPVAT ajuizada por Antonio Alves Victor em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A, ambos qualificados nos autos. Alega, em síntese, que em 01.05.2016 foi vítima de acidente, adquirindo sequelas permanentes. Em razão disso, requer a condenação da seguradora ré ao pagamento de indenização no valor a ser apurado pelo grau de incapacidade estabelecido na perícia médica, com os acréscimos legais. A inicial veio instruída com documentos (ID. 4629600/4629639). Recebida a inicial, foram deferidos os benefícios da justiça gratuita, determinada a realização de perícia e nomeado perito, bem como fixados os respectivos honorários e, ainda, designada audiência de conciliação e determinada a citação da parte requerida (ID. 4710875). A parte requerida juntou documentos (ID. 4957292/4957342) e apresentou contestação (ID. 5068305). Pugnou pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de cobertura pelo seguro DPVAT em virtude do não pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório dentro do prazo de vencimento, bem como diante da inexistência de prova da invalidez, unilateralidade do boletim de ocorrência e ausência de nexo de causalidade. Sustentou, em caso de procedência do pedido, quanto a necessidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez, correção monetária com incidência a partir do ajuizamento da ação e os juros a partir da citação, bem como pela fixação dos honorários em patamar mínimo. Juntou documentos (ID. 5068311/5068319). A parte requerida efetuou o pagamento dos honorários periciais (ID. 5618319). A perícia foi realizada, tendo o laudo pericial aportado aos autos (ID. 8020108). As partes não transigiram em audiência (ID. 9358520). A parte requerida não se opôs ao laudo pericial (ID. 15053886). Os honorários periciais foram levantados (ID. 18467269). A parte autora não se manifestou acerca do laudo (ID. 19187652). É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, registro ser prescindível o depoimento pessoal da parte autora, conquanto a controvérsia gira em torno da existência de debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico, haja vista que a prova necessária se circunscreve em pericial e documental, as quais já se encontram produzidas no caderno processual. Não havendo questões processuais pendentes, passo ao mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art. 5º da Lei nº 6.194/74). De outro vértice, sabe-se que o Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida nos autos do ARE n. 704.520 (Tema 771), reconheceu a constitucionalidade das alterações na legislação sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), no que tange à fixação do valor da indenização em moeda corrente e à desvinculação do valor da indenização ao salário mínimo, introduzidas por dispositivos das Leis nºs. 11.482/2007 e 11.945/2009, estando, portanto, superada a discussão. Pois bem. No caso dos autos, cumpre destacar que, embora a parte ré indique a ausência de cobertura pelo seguro DPVAT em virtude do não pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório dentro do prazo de vencimento, conforme entendimento já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, tal situação não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Confira-se: Súmula 257 – "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. " (Segunda Seção, em 08.08.2001, DJ 29.08.2001, p. 100). Outrossim, tal entendimento também se estende aos proprietários inadimplentes, conforme orientação do próprio STJ e dos Tribunais de Justiça do Estado de Mato Grosso e Minas Gerais: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 8.441/92. VÍTIMA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". Verbete n. 257 da SÚMULA do STJ. A indenização devida a pessoa vitimada, decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres(DPVAT), pode ser cobrada mesmo tendo ocorrido o acidente previamente à modificação da Lei 6.194/74 pela Lei 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras. Precedentes. O fato de a vítima ser o dono do veículo não inviabiliza o pagamento da indenização. Recurso conhecido e provido." (STJ. REsp nº 621.962/RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, 4ª TURMA, j. 08.06.2004, DJ 04.10.2004, p. 325). APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – AUSÊNCIA DO PAGAMENTO DA PARCELA ÚNICA DO SEGURO PELO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE – IRRELEVÂNCIA – SÚMULA Nº 257 DO STJ – PRECEDENTES – AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização ao proprietário inadimplente. O fato da parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca. (TJMT – N.U 1017502-67.2016.8.11.0041, Câmaras Isoladas Cíveis de Direito Privado, Dirceu dos Santos, Terceira Câmara de Direito Privado, j. 31.07.2019, p. 05.08.2019). APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - SUMÚLA 257, DO STJ - APLICABILIDADE - PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE - DEVER DE INDENIZAÇÃO - MANUTENÇÃO. Não se consubstancia em circunstância a eximir a seguradora do pagamento do seguro obrigatório dpvat, a inadimplência do proprietário do veículo automotor envolvido no acidente, quanto ao recolhimento do valor do seguro e que, ainda assim, pleiteia a indenização respectiva. Inteligência da súmula 257, do STJ, segundo a qual a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. (TJMG - AC: 10000190525006001 MG, Relator: Valéria Rodrigues Queiroz, j. 06.08.2019, p. 14.08.2019). Destarte, não há se falar em ausência de cobertura pelo seguro DPVAT no caso "sub examine". Com relação às alegações de unilateralidade do boletim de ocorrência e a inexistência de prova da invalidez, impende consignar que tais argumentos não são capazes de desconstituir o direito autoral, uma vez que os fatos narrados no boletim de ocorrência (ID. 4629600) se coadunam com as ocorrências registradas no prontuário de atendimento e ficha de ambulatório hospitalar apresentados nos autos (ID. 4629639), demonstrando de maneira inequívoca, o acidente de trânsito e o nexo de causalidade entre este e a debilidade permanente da parte autora, conforme se infere da conclusão delineada no laudo pericial (ID. 8020108). Nesse quadro, comprovado o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194 de 1974, faz jus a parte autora ao recebimento da indenização securitária DPVAT, uma vez que a parte ré não comprovou qualquer causa extintiva, modificativa ou impeditiva do direito autoral (NCPC, art. 373, II). Assim, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194, de 1974, com a redação dada pela Lei 11.482/2007 que converteu a medida provisória 340/2006, e pela Lei 11.945/2009, o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada. Nesse sentido é orientação jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça cristalizada no enunciado da Súmula n.º474, editada em 19/06/2012: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo, o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Analisando o laudo pericial acostado aos autos (ID. 8020108), verifica-se que a parte autora apresenta perda parcial e permanente do tornozelo direito (25%) em grau leve (25%) decorrente do acidente, portanto, no presente caso, deve ser aplicado o artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.194/74, que assim estabelece: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; III - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1° No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão

ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. Assim, considerando que, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945/2009, em casos tais, o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 25% (vinte e cinco por cento), do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, ainda, o grau de repercussão da referida lesão de intensidade leve (25%), a indenização deve corresponder a R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), incidindo sobre esse valor a correção monetária e juros de mora. A propósito é o entendimento jurisprudencial: Apelação Cível. Ação de cobrança da indenização do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente. Sentença de parcial procedência. Recurso da ré. Conclusão do laudo pericial de que o autor apresenta sequela definitiva no tornozelo direito (25%), com repercussão leve (25%), o que totaliza 6,25% de acordo com a tabela DPVAT. Autor que faz jus ao recebimento de indenização de R$843,75, correspondente a 6,25% do valor máximo indenizável (= 6,25% de R$13.500,00). Sentença reformada. Apelação provida. (TJSP - APL: 10037928320148260347 SP 1003792-83.2014.8.26.0347, Relator: Morais Pucci, Data de Julgamento: 18/01/2019, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 18/01/2019). Seguro obrigatório. DPVAT. Cobrança de diferença de indenização. Alegação de invalidez permanente em maior extensão daquela reconhecida. Improcedência da ação. Incapacidade laboral que não se confunde com incapacidade parcial permanente no patrimônio físico da parte. Pagamento administrativo efetuado de acordo com a tabela anexa a Lei 11.482/07. Indenização de "até" R$ 13.500,00. Matéria submetida à sistemática dos recursos repetitivos, nos termos do artigo 543-C, do Código de Processo Civil. Julgamento da questão pelo C. STJ (Resp 1.246.432/RS). Fratura no ombro direito. Fixação do dano patrimonial em 6,25%. Pagamento proporcional à incapacidade. Diferença indevida. Recurso desprovido, com observação. Nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.246.432, relator o Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial permanente do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez (Súmula nº 474/STJ)". O autor é portador de fratura no ombro direito, com perda funcional leve no ombro direito, aplicando-se o percentual apurado pelo perito como sendo de grau leve 25% e aquele previsto na tabela da SUSEP de 25% "perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar" (25% x 25%= 6,25%) que corresponde a R$ 843,75 (R$ 13.500,00 x 6,25%), não havendo, portanto, qualquer diferença. (TJSP – 1013410-36.2016.8.26.0362, 32ª Câmara de Direito Privado, Relator: Kioitsi Chicuta, j. 18/07/2018, p. 18/07/2018). No que tange ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça proferido no recurso representativo de controvérsia REsp. n. 1.479.809/SC (TEMA 898), que definiu que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Ante o exposto, com fundamento na Lei n. 6.194/74, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de condenar a parte ré, Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A, a pagar à parte autora, Antonio Alves Victor, devidamente qualificado na inicial, a quantia de R$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), referentes à indenização do seguro DPVAT, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação inicial (Súmula 426 STJ) e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro, qual seja, 01.05.2016. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, § 2º, incisos I a IV, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011802-57.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA FERNANDA DURO DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
DANIELA SEVIGNANI CONSTANTINI OAB - MT20689/O (ADVOGADO(A))
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SEGURADORA LÍDER (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1011802-57.2017.8.11.0015. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT ajuizada por Maria Fernanda Duro da Silva em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A, ambos qualificados nos autos. Alega, em síntese, que em 04.06.2017 foi vítima de acidente de trânsito, vindo a adquirir sequelas permanentes. Formulou pedido administrativo, entretanto, este foi cancelado. Em razão disso, requer a condenação da seguradora ré ao pagamento de indenização no valor a ser apurado pelo grau de incapacidade estabelecido na perícia médica, com os acréscimos legais. A inicial veio instruída com documentos (ID. 10366665/10378535). Recebida a inicial, foram deferidos os benefícios da justiça gratuita, determinada a realização de perícia e nomeado perito, bem como fixados os respectivos honorários e, ainda, designada audiência de conciliação e determinada a citação da parte requerida (ID. 10666012). A parte requerida juntou documentos (ID. 11235523/11235527) e efetuou o depósito dos honorários periciais (ID. 11235530/11235539). A perícia foi agendada e realizada, tendo o laudo pericial aportado aos autos (ID. 12353282). A parte autora se manifestou acerca do laudo (ID. 12422322). As partes não transigiram em audiência (ID. 12447783). A parte ré se manifestou acerca do laudo em ID. 12489283 e, posteriormente, apresentou contestação (ID. 12760523/12760553), ocasião em que, pugnou pela improcedência do pedido inicial, ante a ausência de laudo do IML, bem como ausência de cobertura pelo seguro DPVAT em virtude do não pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório dentro do prazo de vencimento. Discorreu ainda quanto à necessidade de produção de prova pericial que quantifique a lesão alegada à invalidez permanente. Sustentou, em caso de procedência do pedido, quanto a necessidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez, correção monetária com incidência a partir do ajuizamento da ação e os juros a partir da citação, bem como pela fixação dos honorários em patamar mínimo. A parte autora apresentou impugnação (ID. 12857574). O perito solicitou o levantamento dos honorários (ID. 15647303). Em ID. 18209393 foi certificada a tempestividade da contestação e impugnação. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, registro ser prescindível o depoimento pessoal da parte requerente, conquanto a controvérsia gira em torno da existência de debilidade permanente decorrente de acidente automobilístico, haja vista que a prova necessária se circunscreve em pericial e documental, as quais já se encontram produzidas no caderno processual. No tocante a preliminar arguida (ausência de laudo do IML), tenho que se confunde com o mérito e como tal será analisada. Por conseguinte, não havendo questões processuais pendentes, passo à análise do mérito. O Seguro Obrigatório de Veículos Automotores de Vias Terrestres - Seguro DPVAT regulamentado na Lei n.º 6.194/74, dispõe que para o recebimento da indenização deve a parte comprovar, ainda que de forma simples, o acidente noticiado, o dano dele decorrente e o grau de invalidez do

membro ou órgão lesado a ser observado no cálculo da indenização (art. 5º da Lei nº 6.194/74). De outro vértice, sabe-se que o Supremo Tribunal Federal, em decisão proferida nos autos do ARE n. 704.520 (Tema 771), reconheceu a constitucionalidade das alterações na legislação sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), no que tange à fixação do valor da indenização em moeda corrente e à desvinculação do valor da indenização ao salário mínimo, introduzidas por dispositivos das Leis nºs. 11.482/2007 e 11.945/2009, estando, portanto, superada a discussão. No que toca a alegação de ausência de cobertura pelo seguro DPVAT em virtude do não pagamento do prêmio do Seguro Obrigatório dentro do prazo de vencimento, conforme entendimento já sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, tal situação não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. Confira-se: Súmula 257 – "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. " (Segunda Seção, em 08.08.2001, DJ 29.08.2001, p. 100). Outrossim, tal entendimento também se estende aos proprietários inadimplentes, conforme orientação do próprio STJ e dos Tribunais de Justiça do Estado de Mato Grosso e Minas Gerais: AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). FALTA DE PAGAMENTO DO PRÊMIO. SINISTRO OCORRIDO ANTES DA VIGÊNCIA DA LEI N. 8.441/92. VÍTIMA PROPRIETÁRIA DO VEÍCULO. INDENIZAÇÃO. POSSIBILIDADE. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". Verbete n. 257 da SÚMULA do STJ. A indenização devida a pessoa vitimada, decorrente do chamado Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres(DPVAT), pode ser cobrada mesmo tendo ocorrido o acidente previamente à modificação da Lei 6.194/74 pela Lei 8.441/92 e antes da formação do consórcio de seguradoras. Precedentes. O fato de a vítima ser o dono do veículo não inviabiliza o pagamento da indenização. Recurso conhecido e provido." (STJ. REsp nº 621.962/RJ, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, 4ª TURMA, j. 08.06.2004, DJ 04.10.2004, p. 325). APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – AUSÊNCIA DO PAGAMENTO DA PARCELA ÚNICA DO SEGURO PELO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO CAUSADOR DO ACIDENTE – IRRELEVÂNCIA – SÚMULA Nº 257 DO STJ – PRECEDENTES – AUSÊNCIA DE SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização ao proprietário inadimplente. O fato da parte autora não ter alcançado o quantum efetivamente pleiteado no momento do ajuizamento da inicial, não implica sucumbência recíproca. (TJMT – N.U 1017502-67.2016.8.11.0041, Câmaras Isoladas Cíveis de Direito Privado, Dirceu dos Santos, Terceira Câmara de Direito Privado, j. 31.07.2019, p. 05.08.2019). APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - SUMÚLA 257, DO STJ - APLICABILIDADE - PROPRIETÁRIO INADIMPLENTE - DEVER DE INDENIZAÇÃO - MANUTENÇÃO. Não se consubstancia em circunstância a eximir a seguradora do pagamento do seguro obrigatório dpvat, a inadimplência do proprietário do veículo automotor envolvido no acidente, quanto ao recolhimento do valor do seguro e que, ainda assim, pleiteia a indenização respectiva. Inteligência da súmula 257, do STJ, segundo a qual a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização. (TJMG - AC: 10000190525006001 MG, Relator: Valéria Rodrigues Queiroz, j. 06.08.2019, p. 14.08.2019). Destarte, não há se falar em ausência de cobertura pelo seguro DPVAT no caso "sub examine". Com relação à alegação de inexistência de prova da invalidez por ausência de laudo do IML, impende consignar que tais argumentos não são capazes de desconstituir o direito autoral, uma vez que os fatos narrados no boletim de ocorrência (ID. 10366856 e 10366862) se coadunam com as ocorrências registradas nos prontuários de atendimento/ficha de internação hospitalar e demais documentos hospitalares apresentados nos autos (ID. 10366665/10366831), demonstrando de maneira inequívoca, o acidente de trânsito e o nexo de causalidade entre este e a debilidade permanente da parte autora, conforme se infere da conclusão delineada no laudo pericial judicial de ID. 12353282. Nesse quadro, comprovado o preenchimento dos requisitos da Lei 6.194/74, faz jus a parte requerente ao recebimento da indenização securitária DPVAT, uma vez que a parte requerida não comprovou qualquer causa extintiva, modificativa ou impeditiva do direito requerente (NCPC, art. 373, II). Assim, em atenção ao comando do artigo 3°, inciso II e §1°, da Lei n° 6.194/74, com a redação dada pela Lei 11.482/2007 que converteu a medida provisória 340/2006, e pela Lei 11.945/2009, o valor da indenização deve ser proporcional ao grau da repercussão da debilidade suportada. Nesse sentido é orientação jurisprudencial do E. Superior Tribunal de Justiça cristalizada no enunciado da Súmula n.º474, editada em 19/06/2012: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945/2009, em caso de perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores, o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento), do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais). Analisando o laudo pericial acostado aos autos (ID. 12353282), verifica-se que a parte requerente apresenta perda funcional parcial e permanente do membro inferior direito (70%) em grau médio (50%), portanto, no presente caso, deve ser aplicado o artigo 3º, § 1º, inciso II, da Lei n.º 6.194/74, que assim estabelece: "Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada: I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte; II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; III - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas. § 1° No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. (grifei) Assim, considerando que, pela tabela anexa à Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945/2009, em casos tais, o valor da indenização deve corresponder ao percentual de 70% (setenta por cento), do teto que é R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e, ainda, o grau de repercussão das referidas lesões de intensidade moderada (50%) do membro inferior direito, a indenização deve corresponder a R$ 4.725,00 (quatro mil e setecentos e vinte e cinco reais). A propósito é o entendimento jurisprudencial: AGRAVO INTERNO - SEGURO DPVAT - NULIDADE DA DECISÃO AGRAVADA - MATÉRIAS PACIFICADAS PELO ORDENAMENTO JURÍDICO - POSSIBILIDADE DO JULGAMENTO MONOCRÁTICO - LAUDO PERICIAL QUE ATESTA A INVALIDEZ PERMANENTE DA VÍTIMA - REPERCUSSÃO QUANTIFICADA EM MÉDIA - INDENIZAÇÃO FIXADA DE ACORDO COM A TABELA ANEXA A LEI 11.945/09 - CORREÇÃO MONETÁRIA - TERMO INICIAL - EVENTO DANOSO - JUROS DE MORA - DEVIDOS DESDE A CITAÇÃO - VERBETE SUMULAR Nº 426 DO STJ - HONORÁRIOS MANTIDOS - VALOR FIXADO DENTRO DOS PARÂMETROS DE RAZOABILIDADE - PREQUESTIONAMENTO - DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. Não há falar em nulidade do julgamento monocrático quando as matérias suscitadas no Apelo já se encontram pacificadas pelo ordenamento jurídico, conforme autoriza o artigo 557, caput, do CPC. Não há falar em inocorrência de invalidez permanente da vítima, quando as provas dos autos são conclusivas nesse sentido. In casu, a vítima apresenta invalidez permanente parcial incompleta do fêmur direito de média repercussão quantificada em 50% de 70% (percentual previsto para perda anatômica e/ou funcional de um dos membros

inferiores) do valor máximo indenizável pela Lei nº 11.482/07, fato que justifica a modificação da sentença que julgou improcedente o pedido de indenização. Mostra-se desnecessária a realização de nova perícia, quando o laudo acostado aos autos, aponta de forma clara o grau de incapacidade da vítima. Na hipótese, o valor da verba indenizatória deve ser calculado da seguinte forma: 50% (cinquenta por cento para as perdas de repercussão média) de 70% (percentual previsto para perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores) do valor máximo indenizável pela Lei 6.194/74 que é de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), o que corresponde a R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais). (...). É dispensável a manifestação expressa acerca de cada dispositivo legal tido como violado pela parte, para fins de prequestionamento. (TJMT – Ag 63401/2015, Desa. Clarice Claudino da Silva, Segunda Câmara de Direito Privado, j. 01.07.2015, p. 08.07.2015). (grifos acrescidos) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR INVALIDEZ PERMANENTE. INDENIZAÇÃO DEVIDA DE ACORDO COM O GRAU DE INVALIDEZ DO SEGURADO. PERÍCIA. COMPENSAÇÃO DE HONORÁRIOS. 1. Tratam-se de apelações cíveis referente à ação de cobrança relativa à complementação de valores devidos a título de seguro DPVAT, sustentando a parte requerente para que haja a reforma da sentença alegando não ter sido aplicado o percentual correto ao caso a título de pagamento de valores complementares, bem como a não compensação dos honorários sucumbenciais, ao passo que a requerida sustenta que o valor fixado na sentença a título de complementação é superior ao devido em razão de pagamento de indenização anterior. 2. (...). 4. A Lei 11.945 de 04 de junho de 2009, definiu a necessidade de graduação da invalidez para a fixação do montante indenizatório, ao qual a indenização securitária deverá observar o grau de invalidez da parte segurada, atestado através de realização de perícia judicial (fl. 69) que identificou invalidez parcial permanente em grau médio. 5. Aplicando-se os percentuais definidos na L. 11.945/2009 termos a incidência de 70% sobre a totalidade desse valor, ao qual, considerando o resultado da perícia que apurou ter sofrido o demandante perda funcional de grau médio, deve-se calcular em 50% do valor encontrado, totaliza-se um valor de R$ 4.725,00, devendo-se, contudo, ser abatido parte desse valor em razão de ter sido efetuado o pagamento de R$ 1.687,50 (fl. 30) em sede de via administrativa referente ao pagamento do presente sinistro, devendo ser, portanto, pago, a título de complementação, o valor de R$ 3.037,50, mantendo-se os índices de correção monetária e juros aplicados na sentença. 6. (...). 7. (...). DERAM PROVIMENTO AO APELO DA PARTE REQUERENTE E NEGARAM PROVIMENTO AO APELO DA PARTE REQUERIDA. (TJRS – Apelação Cível Nº 70070143508, Sexta Câmara Cível, Rel. Rinez da Trindade, j. 09.03.2017, p. 13.03.2017). (grifos acrescidos) No que tange ao termo inicial da cobrança dos juros de mora, consoante a Súmula n. 426 do Superior Tribunal de Justiça "Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação". Relativo à correção monetária, deve ser aplicado o entendimento do Superior Tribunal de Justiça proferido no recurso representativo de controvérsia REsp. n. 1.479.809/SC (TEMA 898), que definiu que a correção monetária nas indenizações do Seguro Obrigatório deve ser computada da data do evento danoso. Ante o exposto, com fundamento na Lei n. 6.194/74, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de condenar a parte requerida Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT S/A, a pagar à parte requerente, Maria Fernanda Duro da Silva, a quantia de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), referentes à indenização do seguro DPVAT, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação e correção monetária a partir da data da ocorrência do sinistro (04.06.2017). Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Condeno a parte requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, com fulcro no artigo 85, § 2º, incisos I a IV, do Código de Processo Civil. Determino o imediato levantamento dos honorários periciais depositados, mediante transferência para a conta bancária indicada pelo perito (ID. 12353282). Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, procedam-se com as anotações necessárias e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO

Processo Número: 1006660-04.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO J. SAFRA S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MICHEL DE ASSIS MAGALHAES OAB - MG91045-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA REGINA GAB (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDILO TENORIO BRAGA OAB - MT0014070A (ADVOGADO(A))
PAULO FIDELIS MIRANDA GOMES OAB - MT23126/O-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1006660-04.2019.8.11.0015. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO pelo Decreto-Lei nº 911/69, ajuizada por Banco J. Safra S/A, em face de Sandra Regina Gab, alegando, em síntese, que concedeu à requerida um financiamento no valor de R$ 42.196,32 (quarenta e dois mil cento e noventa e seis reais e trinta e dois) a ser pago em 48 prestações mensais e sucessivas, no valor de R$ 879,09 (oitocentos e setenta e nove reais e nove centavos) cada, com vencimento inicial em 12/07/2017 e final em 12/06/2021, mediante Contrato de Financiamento n.º 145015242 para Aquisição de Bens, garantido por Alienação Fiduciária, celebrado em 12/06/2017. Em garantia das obrigações assumidas a requerida transferiu em Alienação Fiduciária, o seguinte bem: Automóvel, Marca Hyubdai, Modelo HB20, Comfort 1.0, 12v, Flex4P com AG, cor branca, ano 2017/2017 placa QBJ1816, Chassi 9BHBG51CAHP778501. Porém, o réu não cumpriu com as obrigações pactuadas, tornando-se inadimplente a partir da parcela com vencimento em 12.02.2019, incorrendo em mora. Aduz que o débito atualizado até a data de propositura da ação perfaz o total de R$ 22.272,58 (vinte e dois mil duzentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos). Assim, pugnou, liminarmente, pela busca e apreensão do bem e, ao final, pela consolidação da posse. A inicial veio instruída com documentos (ID. 19943540/20077183). Em ID. 20048694 foi deferida a liminar de busca e apreensão e indeferido os demais pedidos formulados. A parte autora opôs embargos de declaração (ID. 20847284). A liminar foi cumprida, sendo efetivada a busca e apreensão do bem e a parte ré devidamente citada (ID. 20847889/20848401/20848409) A parte ré requereu habilitação de seus procuradores e juntou documentos (ID. 20928014/20928017), bem como informou a purgação da mora e requereu a restituição do bem (ID. 20934196). Juntou aos autos o comprovante de depósito judicial e outros documentos (ID. 20934205/20934210). Em ID. 20951540 foi certificada a tempestividade da purgação da mora. Na sequência, foi determinada a restituição do veículo e o decurso do prazo para oferecimento de contestação (ID. 20972203). A parte ré juntou aos autos guia de recolhimento da diligência para restituição do veículo (ID. 21043588/21043794), sendo o veículo restituído (ID. 21135935/21136191). A parte autora requereu a expedição de alvará judicial para transferência dos valores depositados judicialmente (ID. 21882660). Em ID. 25036784 foi certificado o decurso do prazo sem oferecimento de contestação. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Inicialmente, cumpre anotar que o feito comporta o julgamento antecipado, nos termos do inciso I, artigo 355, do Novo Código de Processo Civil, uma vez que se trata de matéria unicamente de direito, não havendo necessidade de produção de outras provas além das constantes nos autos. Não havendo questões processuais pendentes, passo ao mérito. Verifica-se que o pedido inicial foi devidamente instruído com os documentos necessários para demonstrar a existência do negócio jurídico entre as partes, materializado pelo contrato constante no ID. 19943995 (cédula de crédito bancário), em que parte ré se obrigou ao pagamento de valores à parte autora em prestações mensais e sucessivas. Consta do referido contrato que, em garantia do débito, a parte ré alienou fiduciariamente em favor da parte autora o veículo descrito na inicial. Observa-se, ainda, que a parte autora comprovou a mora da parte ré, conforme se vê da notificação de ID. 19943999, pois o envio da notificação extrajudicial ao endereço declinado no contrato, ainda que recebida por terceiro, constitui o devedor em mora. Demais disso, vislumbra-se que após a concessão de liminar para busca e apreensão do veículo, a parte ré informou a purgação da mora comprovando o consequente pagamento do valor apontado na inicial para fins de purgação, no valor de R$ 25.538,50 (vinte e cinco mil quinhentos e

trinta e oito reais e cinquenta centavos). O referido pagamento foi depositado judicialmente (ID. 20934205). Portanto, diante da purgação da mora realizada pela parte ré e não tendo ela se oposto aos pedidos iniciais, deixando de apresentar contestação nos autos, tenho que restou retratada a hipótese de reconhecimento jurídico do pedido (art. 487, inciso III, alínea "a", do NCPC), impondo-se a extinção do feito. A propósito: APELAÇÃO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - EXTINÇÃO DO FEITO COM BASE NO ART. 924, II, DO CPC/2015 - PURGAÇÃO DA MORA - PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DO DÉBITO - COMPROVADO - MANTIDA A SENTENÇA EXTINTIVA SOB OUTRO FUNDAMENTO - EXTINÇÃO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO PELO RECONHECIMENTO DO PEDIDO - RECURSO DESPROVIDO. Purgada a mora, mediante a comprovação do pagamento da integralidade da dívida pendente (parcelas vencidas e vincendas), não há saldo remanescente a ser complementado. Logo, mantém-se a extinção da ação, no entanto, sob outro fundamento, de extinção, com resolução do mérito, pelo reconhecimento do pedido, nos termos do art. 487 do CPC. (TJMT - APL: 00024105320168110013 162416/2016, Relator: DES. GUIOMAR TEODORO BORGES, Data de Julgamento: 14/12/2016, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/12/2016). Ante o exposto, torno sem efeito a medida liminar e declaro extinta a presente ação de busca e apreensão, com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea "a", do Código de Processo Civil e, em atenção ao princípio da causalidade, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, os quais fixo no importe 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do art. 85, § 2º do CPC. Deixo de determinar a restituição do bem, uma vez que tal providência já foi efetivada. Considerando que houve a purgação da mora, resta prejudicada a análise dos embargos de declaração. Publique. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, expeça-se alvará em favor da parte autora para transferência dos valores na conta bancária indicada em ID. 21882660. Após as providências necessárias, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1014513-64.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA OAB - SP115665 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S. SCHNEIDER LAVANDERIA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1014513-64.2019.8.11.0015. Vistos etc. 1. HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da ação formulada nos autos (ID. 26653528). 2. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 3. Eventuais custas remanescentes, pela parte autora (CPC, art. 90). Sem condenação em honorários advocatícios. 4. P.R.I.C. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000669-52.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEIR SANTANA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ADALBERTO ORTEGA FERREIRA OAB - MT0018935A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ISAEL BERNARDO DE OLIVEIRA OAB - CE6814 (ADVOGADO(A))
KARIZZIA MARIA PITOMBEIRA SILVA OAB - DF38988 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1000669-52.2016.8.11.0015. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E DANOS MORAIS c/c pedido de tutela antecipada ajuizada por Valdeir Santana da Silva em face de BNB – Banco do Nordeste do Brasil S/A, ambos qualificados nos autos. Alega que ao tentar realizar financiamento de uma motocicleta foi surpreendido ao verificar que seu nome estava inscrito nos órgãos de proteção ao crédito, por um débito com a parte requerida. Afirma que nunca manteve qualquer relação com a parte ré, nem realizou qualquer empréstimo ou foi seu correntista, razão pela qual seria indevida a negativação. Assevera que tentou solucionar o problema administrativamente e que não foi encontrada qualquer pendência nos sistemas da parte ré, entretanto, ainda se encontra negativado. Requereu a tutela de urgência para determinar a retirada de seu nome dos órgãos de proteção ao crédito. No mérito, requereu a declaração de inexistência de débito e a condenação da parte ré ao pagamento de danos morais no valor de quinze mil reais. A inicial veio acompanhada de documentos (IDs. 3207030/3207090). Recebida a inicial, foram deferidos os benefícios da gratuidade, deferida a tutela de urgência para determinar a exclusão/abstenção de restrições de crédito, bem como determinada a citação da parte ré e designada audiência de conciliação (ID. 3695988), entretanto, as partes não conciliaram em audiência (ID. 5797813). A parte ré apresentou contestação (ID. 6110215). Afirma que a parte autora contratou uma operação de capital de giro solidário, em 28.08.2014, via agente financeiro parceiro do Banco do Nordeste, o INEC (Instituto Nordeste Cidadania), que atua e atende os clientes nas dependências do Banco e operacionaliza o Programa de Microcrédito Crediamigo, conforme Termo de Parceria. Assevera que tal operação foi quitada. Afirma, ainda, que na Agência de Itaberaba/BA uma ação fraudulenta de responsabilidade de um funcionário contratado/terceirizado do INEC e que a negativação é originária de fraude perpetrada por esse terceirizado, sendo que o Banco providenciou o imediato afastamento do funcionário de todas suas atividades. Assim como a retirada imediata do nome negativado, o qual permaneceu nessa condição por pouco mais de um mês. Defendeu que não praticou qualquer ilícito e inexiste o dever de indenizar, pois, houve fraude praticada por terceiro. Ao final, requereu a improcedência dos pedidos e, em caso de condenação, pela fixação do "quantum" levando-se em conta o princípio da razoabilidade. Juntou documentos (ID. 6110238/6110432). A parte autora apresentou impugnação à contestação (ID. 9800292/9800296). Instadas acerca da produção de provas, as partes requereram o julgamento antecipado (ID. 15024354 e 15065365). É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Passo a conhecer diretamente do pedido, nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil, uma vez que versando sobre questão de fato e de direito, o feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo desnecessárias provas outras para o deslinde da questão que remanesce, sendo certo que as partes não manifestaram interesse na produção de outras provas. Por não haver questões processuais pendentes, passo ao mérito. Inicialmente, cumpre ressaltar que a relação jurídica estabelecida entre as partes está sujeita às disposições do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que está perfeitamente caracterizada a condição da parte autora como consumidora e da parte ré como fornecedora, na forma dos artigos 2º e 3º, ambos do CDC. Desta feita, no tocante ao "ônus probandi", milita em favor da parte autora (consumidor) a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Demais disso, tendo a parte autora alegado fato negativo, ou seja, a inexistência de débito, incumbe à parte ré a prova da existência do negócio que deu origem à dívida, nos termos do artigo 373, incisos I e II, do Código de Processo Civil: Pois bem. Considerando as alegações e documentos contidos nos autos, nota-se que assiste razão à parte autora. Alega a parte autora que foi surpreendida com a negativação do seu nome, sendo que esta ocorreu em razão de uma dívida de R$ 2.339,00 (dois mil trezentos e trinta e nove reais), com vencimento em 30.6.2016, referente ao contrato nº 8084201600125. Como prova de suas alegações, junta aos autos extratos de consulta ao banco de dados do SPC – CDL/Sinop (ID. 3207084), comprovando a negativação do seu nome inserida pela parte ré e originária do contrato supramencionado. Por sua vez, a parte ré afirma que a parte autora contratou uma operação de capital de giro solidário, em 28.08.2014, via agente financeiro parceiro do Banco, que operacionaliza programa de microcrédito, apresentando Termo de Parceria (ID. 611027). Explana, ainda, que houve fraude de terceiro e, ainda, tece alegações genéricas acerca da inexistência de dano moral, não trazendo aos autos quaisquer documentos que comprovem a efetiva contratação do empréstimo que deu origem à negativação. Assim, verifica-se que a parte requerida não cumpriu com o ônus que lhe

incumbia, pois não fez prova mínima no sentido de apresentar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado na exordial, não tendo demonstrado sequer a contratação e prestação do serviço, tampouco a inadimplência do valor que resultou na inscrição do nome da parte autora nos órgãos restritivos de crédito. Com efeito, impunha-se à parte ré, a teor do art. 373, II, do CPC, e art. 14, § 3º, do CDC, provar a existência da relação jurídica. Porém, não trouxe aos autos qualquer documento assinado pela parte autora que demonstrasse a existência de relação jurídica entre as partes, referente ao contrato objeto da lide, uma vez que o documento de ID. 6110432 não se mostra apto nesse sentido. De fato, o documento que subsidia a contestação se trata de mero "relatório de histórico de cliente", totalmente apócrifo, de modo que não comprova a efetiva contratação pela parte autora. Demais disso, no que toca à responsabilidade por atos praticados por terceiro falsário, a parte ré, no exercício de empresa, assume o risco inerente a este tipo de operação, o que inclui a necessidade de se criarem sistemas eficazes para evitar a perpetração de fraudes, sendo certo que a atuação de fraudadores não configura caso fortuito, porquanto possível evitar ou impedir seus efeitos (§ único, art. 393, CC). Outrossim, no caso de fraude, a parte ré responde por eventual prejuízo que causar àquele que efetivamente não solicitou o serviço, não podendo o consumidor, sob qualquer pretexto, ser lesado por práticas ilícitas. Confira-se: APELAÇÕES CÍVEIS. AÇÃO DECLATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. TELEFONIA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. FRAUDE. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DO DÉBITO E CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. QUANTUM MANTIDO. TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA. ÔNUS SUCUMBENCIAIS. 1. Caso em que a ré deixou de comprovar a contratação pela autora, ônus que lhe incumbia, nos termos do art. 373, II, do CPC. Contratação fraudulenta, aplicando-se ao caso a Teoria do Risco do Empreendimento, segundo a qual responde o fornecedor pelos riscos decorrentes de sua atividade lucrativa. A responsabilidade, no caso, é objetiva, independente de culpa, nos termos do que dispõem os artigos 14, caput e art. 17 do CDC, não havendo que se falar em culpa exclusiva de terceiro. Declaração de inexistência do débito e determinação de cancelamento do registro creditício mantida. 2. Danos morais presumidos (in re ipsa), prescindindo de prova de prejuízo, tendo em vista o indevido apontamento do nome da parte autora em cadastro de inadimplentes, causando-lhe lesão à honra e reputação. Quantum indenizatório arbitrado a título de dano moral mantido, pois fixado em atenção às peculiaridades do caso concreto e aos critérios estabelecidos pela doutrina e jurisprudência. 3. Juros de mora incidentes a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ, por se tratar de responsabilidade civil extracontratual. Apelação da autora não conhecida, no ponto, e da ré desprovida. 4. A responsabilidade pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios é da parte que restou vencida (art. 82, §2º e 85, caput, do CPC), no caso, a demandada, sendo que a aplicação do princípio da causalidade conduziria à mesma conclusão, pois quem deu causa ao ajuizamento da ação foi a ré que, procurada pela autora, deixou de solucionar o conflito administrativamente. APELAÇÃO DA AUTORA PARCIALMENTE CONHECIDA E, COM ESTE LIMITE, DESPROVIDA. APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. (TJRS – Apelação Cível, Nº 70081266173, Décima Câmara Cível, Relator: Thais Coutinho de Oliveira, j. 28/11/2019). RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. NOME DO CONSUMIDOR INSERIDO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. AUTOR VÍTIMA DE FRAUDE. NEGATIVAÇÃO INDEVIDA. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA 385 DO STJ. ANOTAÇÃO ANTERIOR QUESTIONADAS JUDICIALMENTE. DANO MORAL CONFIGURADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. O artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor atribui ao fornecedor de serviços a responsabilidade objetiva quanto aos danos causados ao consumidor, decorrentes de falha na prestação do serviço, baseada na teoria do risco do negócio. A empresa de telefonia que permite que terceiro contrate em nome do consumidor, mediante fraude, e insere o nome deste em órgão de proteção ao crédito, em razão do não pagamento do débito, age ilicitamente e gera a obrigação de indenizar a título de dano moral, na modalidade "in re ipsa". Demonstrado nos autos que a anotação preexistente foi questionada judicialmente, deve ser afastada a aplicação da Súmula 385, do Superior Tribunal de Justiça. O valor da indenização por dano moral deve atender aos parâmetros da proporcionalidade e razoabilidade. (TJMT – N.U 8010185-23.2014.8.11.0087, TURMA RECURSAL, VALMIR ALAERCIO DOS SANTOS, Turma Recursal Única, Julgado em 31/05/2019, Publicado no DJE 03/06/2019). RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE REJEITADA – INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO – ALEGAÇÃO DE INEXISTÊCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA – JUNTADA DE CONTRATO E CNH – DOCUMENTO FALSO – FRAUDE NA CONTRATAÇÃO – ATO ILÍCITO CARACTERIZADO – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DA PARTE PROMOVIDA – FRAUDE NA CONTRATAÇÃO – RISCO DO NEGÓCIO – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DANO MORAL CARACTERIZADO- – VALOR RAZOÁVEL – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. Havendo sucumbência, mediante a parcial procedência da pretensão inicial, detém a parte promovida interesse recursal na obtenção de reforma da sentença, razão pela qual lhe assiste o direito a recurso. Havendo alegação de inexistência de relação jurídica pelo consumidor, incumbe ao fornecedor de produtos e serviços que requereu a negativação comprovar que houve a contratação, a contraprestação do serviço e o respectivo inadimplemento. Havendo comprovação de que houve fraude praticada por terceiros, os quais contrataram em nome da parte promovente se utilizando de documento falso, de rigor o reconhecimento de que a inscrição é indevida, pois o risco do negócio deve ser suportado pelo fornecedor de produtos e serviços e não pelo consumidor. A inscrição indevida do nome do consumidor nos órgãos de proteção ao crédito, por contratação realizada mediante fraude, é causa que enseja o recebimento de indenização por dano moral, uma vez que se trata de dano moral "in re ipsa". O valor da indenização por dano moral deve ser mantido quando fixada com razoabilidade. Sentença mantida. Recurso desprovido. (TJMT – N.U 1000625-62.2018.8.11.0015, TURMA RECURSAL, LUCIA PERUFFO, Turma Recursal Única, Julgado em 02/07/2019, Publicado no DJE 03/07/2019). Ademais, sequer restou demonstrado nos autos a inadimplência, visto que a própria parte ré indicou que a operação foi quitada. Portanto, verifica-se claramente que a parte ré não se desobrigou do ônus que lhe cabia no sentido de demonstrar a efetiva contratação e utilização dos serviços pela parte da autora, restando clara a ilegalidade da cobrança e a respectiva negativação. Com efeito, o nexo causal resta evidente, pois, a inserção do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito se deu em razão da inscrição realizada pela parte ré, face ao suposto débito daquela para com esta. Nessa perspectiva, ausente prova da contratação do serviço que resultou na indevida inscrição do nome da parte autora nos órgãos restritivos de crédito, impõe-se a declaração de inexistência do débito. Por conseguinte, considerando que houve a negativação indevida, resta caracterizado o dano moral, porquanto a inscrição indevida nos órgãos de proteção ao crédito enseja dano moral "in re ipsa", conforme entendimento pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. TELEFONIA. INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NO CADASTRO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL IN RE IPSA. VALOR DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICOPROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. EXAME PREJUDICADO. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. DATA DA FIXAÇÃO. SÚMULA 362/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. DATA DO EVENTO DANOSO. SÚMULA 54/STJ. 1. (...). 2. A jurisprudência do STJ é firme e consolidada no sentido de que o dano moral, oriundo de inscrição ou manutenção indevida em cadastro de inadimplentes ou protesto indevido, prescinde de prova, configurando-se in re ipsa, visto que é presumido e decorre da própria ilicitude do fato. 3. (...). 6. Recurso Especial parcialmente provido. (STJ – REsp 1715545/RS, Relator: Ministro Herman Benjamin, Órgão Julgador: 2ª Turma, j. 15.03.2018, p. 16.11.2018). No mesmo sentido tem se posicionado o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. PROVAS CONSTANTES DOS AUTOS INSUFICIENTES PARA INFIRMAR O DIREITO DA PARTE AUTORA. INSTRUMENTO CONTRATUAL APRESENTADO PELA PARTE ADVERSA DIVERSO DO CONTRATO UTILIZADO PARA A NEGATIVAÇÃO. CONTRATAÇÃO NÃO COMPROVADA. ÔNUS DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. ART. 373, II DO CPC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RELAÇÃO JURÍDICA QUE ENSEJOU A NEGATIVAÇÃO INEXISTENTE. INSCRIÇÃO INDEVIDA. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO "IN RE IPSA". DEVER DE INDENIZAR. VALOR ARBITRADO EM CONSONÂNCIA COM OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. APLICABILIDADE DO CARÁTER PUNITIVO E PEDAGÓGICO DA CONDENAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO

DO BANCO DO BRASIL DESPROVIDO. RECURSO DE DOUGLAS GUTIERREZ DE MELO PROVIDO. 1. Na hipótese do réu não trazer provas capazes para demonstrar o fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito postulado pelo autor, a pretensão deve ser acolhida.2. A inscrição/manutenção indevida do nome do devedor no cadastro de inadimplente enseja o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado a própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos. (AgRg no AREsp 456.673/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 13/05/2014, DJe 21/05/2014) 3. Para a fixação da quantia indenizatória, deve-se levar em consideração a extensão do dano, ao comportamento dos envolvidos, às condições econômicas das partes, à repercussão do fato, além da observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, bem como o caráter punitivo e pedagógico da condenação, a fim de que não se caracterize enriquecimento ilícito.4. Sentença reformada. (TJMT – N.U 0007185-52.2009.8.11.0015, CÂMARAS ISOLADAS CÍVEIS DE DIREITO PRIVADO, SEBASTIAO BARBOSA FARIAS, Primeira Câmara de Direito Privado, Julgado em 30/07/2019, Publicado no DJE 31/07/2019). RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ANULATÓRIA DE PROTESTO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS – INÉPCIA DA INICIAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA – PRELIMINARES REJEITADAS – DUPLICATAS PROTESTADAS – QUITAÇÃO DA DÍVIDA – MANUTENÇÃO INDEVIDA DO PROTESTO – DANO MORAL CONFIGURADO – INDENIZAÇÃO FIXADA EM VALOR RAZOÁVEL – REDUÇÃO – INVIABILIDADE – RECURSO DESPROVIDO. Não é inepta a petição inicial quando a causa de pedir e o pedido formulados são plenamente lógicos e cognoscíveis, de modo a conduzir o julgador correta compreensão dos fatos articulados. (...). Para a caracterização do abalo moral passível de reparação pecuniária, é despicienda a comprovação de efetivo prejuízo ao ofendido, bastando o simples manutenção do apontamento indevido de seu nome junto ao cartório local. Na fixação do quantum, deve o julgador observar a capacidade econômica das partes, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, visto que o valor da indenização deve ser fixado em parâmetro que a de caráter pedagógico, desestimulando a reiteração da conduta ilícita, mas que não leve o devedor a bancarrota. (TJMT - N.U 0004024-31.2013.8.11.0003, , Serly Marcondes Alves, Quarta Câmara de Direito Privado, j. 23.05.2018, p. 25.05.2018). No que se refere ao “quantum” da indenização, é assente na jurisprudência que, para a fixação da indenização por danos morais, devem-se levar em consideração as circunstâncias concretas do fato e a capacidade econômica dos litigantes, a fim de que a reparação pretendida seja justa, sem proporcionar enriquecimento sem causa, nem perder o seu caráter pedagógico. Destarte, tendo como parâmetro os critérios acima referidos, nota-se que a fixação do “quantum” indenizatório no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) é o suficiente a reparar, nos limites do razoável e proporcional, o prejuízo moral que o fato acarretou. Com relação ao termo inicial da correção monetária, esta incide desde o arbitramento, nos termos da Súmula m. 362 do STJ. Já no que se refere aos juros moratórios estes são devidos desde a data do evento danoso, de acordo com a Súmula n. 54 do Superior Tribunal de Justiça. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para declarar a inexistência de débito indicado na exordial, bem como para condenar a parte ré ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, à parte autora, cuja correção monetária será feita pelo INPC, a partir da prolação da sentença, com incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do evento danoso. Com fulcro no artigo 85, §§ 2º e 8º, do Código de Processo Civil, condeno a parte ré ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado, procedam-se com as anotações necessárias e, em seguida, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1005182-58.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONEI OIRES BATISTA DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1005182-58.2019.8.11.0015. Vistos etc. 1. HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da ação formulada nos autos (ID. 22745589). 2. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 3. Eventuais custas remanescentes, pela parte autora (CPC, art. 90). Sem condenação em honorários advocatícios. 4. Publique. Intime-se. Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1007088-83.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR OAB - MT0019339S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDINALDO DA ROSA LIMA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1007088-83.2019.8.11.0015. Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ajuizada por YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA., em face de EDINALDO DA ROSA LIMA, visando a busca e apreensão do veículo motocicleta Yamaha modelo YS 150 FAZER SED, 2017/2018, Chassi 9C6RG3810J0011274, placa QCA6757, em razão da inadimplência da parte ré em relação ao contrato com garantia de alienação fiduciária. Ao final, pugnou pela consolidação da posse. A inicial veio acompanhada de documentos (ID. 20152625/20152636). Em ID. 20409758 foi determinada a emenda da inicial para a comprovação da mora da parte requerida e do recolhimento de custas e taxas judiciárias, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 321 do CPC, sobrevindo manifestação da parte requerente em ID. 21073461. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Sabe-se que nas dívidas garantidas por alienação fiduciária, a mora decorre do simples vencimento do prazo para pagamento. Contudo, o artigo 3.º, “caput”, do Decreto-Lei n.º 911/69, condiciona a busca e apreensão do bem dado em garantia à comprovação da mora, admitindo que esta se dê via carta registrada, consoante se pode inferir do § 2º, do artigo 2º, do referido diploma legal. Assim, o simples inadimplemento contratual do devedor não é suficiente para que ocorra o acolhimento da ação de busca e apreensão, sendo indispensável à comprovação da mora. Aliás, insta consignar que a jurisprudência é pacificada no sentido de que para a constituição em mora, não é necessário provar que a notificação foi pessoalmente recebida pelo devedor, bastando que seja enviada ao local mencionado no contrato, com a prova de que tenha sido recebido por alguém: PROCESSUAL CIVIL. BUSCA E APREENSÃO. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. CONSTITUIÇÃO EM MORA. NÃO COMPROVADA. DETERMINAÇÃO. EMENDA. NÃO ATENDIDA. INDEFERIMENTO. INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO. 1. Nos termos do § 2º do art. 2º do decreto-lei n. 911/69, a mora deve ser demonstrada com a comprovação da notificação do devedor, mediante carta registrada por intermédio de cartório de títulos e documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor. 2. O envio da notificação extrajudicial para o endereço indicado no contrato, sem prova de que alguém a tenha recebido, não atende o disposto no artigo 2º, § 2º, do decreto-lei n. 911/69. 4. O indeferimento da inicial é medida que se impõe, quando descumprida a determinação de emenda à inicial. Inteligência do parágrafo único do art. 321 do Código de Processo Civil. 5. Recurso conhecido e desprovido.”(TJ-DF 20170610004902 DF 0000479-13.2017.8.07.0006, Relator: MARIA DE LOURDES ABREU, Data de Julgamento: 24/01/2018, 3ª TURMA CÍVEL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 02/02/2018 . Pág.: 246/256) “In casu”, infere-se que a tentativa de notificação pessoal foi em nome de terceiro estranho a lide e não do requerido e em endereço totalmente divergente do constante no contrato (ID. 20152630 e 20152634). Com efeito, o requerido se trata de Edinaldo da Rosa Lima, residente na Rua Morumbi, n. 176,

Jardim Ibirapuera, Sinop/MT, consoante ficha cadastral/contrato acostado em ID. 20152628/20152630. Já a notificação extrajudicial foi encaminhada para Rogério Marcelino Goes, residente Rua José Quirino Bueno, Qd. C, Lt. 06, Cs. 02, Trindade/GO, sendo recebida por Edilene P. G. Carvalho (ID. 20152634). Outrossim, oportunizada a emenda, a parte autora limitou-se a justificar que a notificação pode ser recebida por terceiro (ID. 21073461). Ora, em que pese a notificação possa ser recebida por terceiro, essa somente constitui o devedor em mora quando enviada ao endereço declinado no contrato, o que não é o caso dos autos. A propósito: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO PELA AUSÊNCIA DE CONSTITUIÇÃO DA MORA DO DEVEDOR. MORA NÃO COMPROVADA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA A ENDEREÇO DIVERSO DAQUELE CONSTANTE NO CONTRATO DE FINANCIAMENTO E RECEBIDA POR TERCEIRO ESTRANHO À RELAÇÃO BANCÁRIA. FALTA DE PRESSUPOSTO PROCESSUAL PRÓPRIO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. SENTENÇA MANTIDA. Na ação de busca e apreensão a comprovação da constituição da mora do devedor é pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo e, como tal, deve estar perfectibilizada no momento da propositura da demanda, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. (TJSC - AC: 03213378720158240038 Joinville 0321337-87.2015.8.24.0038, Relator: Janice Goulart Garcia Ubialli, Data de Julgamento: 25/07/2017, Quarta Câmara de Direito Comercial). Destarte, o artigo 330, inciso IV, do Código de Processo Civil, dispõe que a petição inicial será indeferida quando: "não atendidas as prescrições dos arts. 106 e 321.", sendo que o indeferimento da inicial dá ensejo à extinção do processo sem resolução do mérito, conforme estabelece o art. 485, inciso I, do mesmo diploma legal. Desta feita, diante dessas considerações, a ausência da comprovação da mora é causa de extinção do processo e, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento de mérito, nos termos do artigo 485, inciso I c/c artigo 330, inciso I, ambos do Código de Processo Civil. Eventuais custas remanescentes pelo requerente. Sem condenação em honorários advocatícios. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1011339-47.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUBENSON VITORIO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1011339-47.2019.8.11.0015. Vistos etc. 1. HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da ação formulada nos autos (ID. 26325712). 2. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 3. Eventuais custas remanescentes, pela parte autora (CPC, art. 90). Sem condenação em honorários advocatícios. 4. P.R.I.C. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-56 CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO
Processo Número: 1002353-41.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS HENRIQUE BENEDITO (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE APARECIDO MACHADO (RÉU)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1002353-41.2018.8.11.0015. Vistos etc. 1. HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da ação formulada nos autos (ID. 22276572). 2. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 3. Sem custas. Sem condenação em honorários advocatícios. 4. P.R.I.C. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-51 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1015250-67.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX DOMINGOS COTRIM (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS ALEXANDRE VILAR BORGES OAB - MT25812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO LUIZ SPOLADOR (RÉU)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE SINOP Número do Processo: 1015250-67.2019.8.11.0015. Vistos etc. 1. HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da ação formulada nos autos (ID. 27369485). 2. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 3. Sem custas. Sem condenação em honorários advocatícios. 4. P.R.I.C. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012406-47.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS SORRISO - SICREDI CELEIRO DO MT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN CARLOS ROVARIS OAB - MT12113-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS ELY JORGE DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP Número do Processo: 1012406-47.2019.8.11.0015 Vistos em correição permanente. 1. HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a DESISTÊNCIA da ação formulada nos autos (Id. 25085498). 2. Ante o exposto, com fulcro no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 3. Eventuais custas remanescentes, pela parte autora (CPC, art. 90). Sem condenação em honorários advocatícios. 4. P.R.I.C. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-121 LIQUIDAÇÃO POR ARTIGOS
Processo Número: 1009129-91.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MOISES SERGIO TAVARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISAIAS RAMOS FRANCA OAB - MT0016144A (ADVOGADO(A))
SONIA MARIA ALVES SANTOS OAB - MT0003524A (ADVOGADO(A))
JOSE OLIVEIRA SILVA NETO OAB - MT0018491A (ADVOGADO(A))
KERLEN CAETANO MORO OAB - MT0020033A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (REQUERIDO)
CARLOS NATANIEL WANZELER (REQUERIDO)
CARLOS ROBERTO COSTA (REQUERIDO)
JAMES MATTEW MERRIL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DA

COMARCA DE SINOP Número do Processo: 1009129-91.2017.8.11.0015 Vistos em correição permanente. 1. Trata-se de "CUMPRIMENTO DE SENTENÇA" movida por MOISES SERGIO TAVARES em face de YMPACTUS COMERCIAL LTDA., CARLOS ROBERTO COSTA, CARLOS NATANIEL WANZELER e JAMES MATTEW MERRIL. 1.1. Na decisão sob Id. 10806208, foi indeferido o benefício da gratuidade de justiça à parte requerente, sendo determinado o recolhimento das custas e taxa judicial, no prazo de 15 (quinze) dias. 1.2. Devidamente intimada, a parte requerente quedou-se inerte, sem que fosse apresentado o comprovante de recolhimento das custas processuais, consoante se infere da certidão sob Id. 14000797. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. 2. Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora não comprovou o recolhimento das taxas e custas processuais devidas, conforme certificado no Id. 14000797. 2.1. Sobre o assunto, o art. 290 do CPC estabelece que: "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias.". 2.2. Por sua vez, o artigo 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, por sua vez, dispõe que: "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial". 2.3. Destarte, sabe-se que o indeferimento da inicial é causa ensejadora da extinção do processo, conforme estabelece o art. 485, inciso I, do referido diploma legal, sendo que nos casos em que há ausência de recolhimento das custas processuais devidas é causa de extinção do processo, independentemente da intimação pessoal da parte, conforme já se decidiu: "APELAÇÃO CÍVEL – EMBARGOS À EXECUÇÃO – INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA – INTIMAÇÃO PARA RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS – DESCUMPRIMENTO - CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO – ART. 290 DO CPC – EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO – CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DAS DESPESAS PROCESSUAIS – DESCABIMENTO – RELAÇÃO PROCESSUAL NÃO-PERFECTIBILIZADA - SENTENÇA TERMINATIVA FUNDAMENTADA JUSTAMENTE NO INADIMPLEMENTO DAS CUSTAS INICIAIS – RECURSO PROVIDO. Incabível a condenação ao pagamento das despesas processuais se o cancelamento da distribuição do feito e a consequente extinção do processo sem resolução do mérito ocorreu justamente pelo inadimplemento das custas iniciais, sobretudo se a sentença terminativa precedeu à triangularização processual, não havendo nos autos qualquer discussão além do incidente relacionado ao benefício da gratuidade judiciária.". (TJMT n. 1003861-29.2016.8.11.0003 - Des. Serly Marcondes Alves, Quarta Câmara de Direito Privado, Julgado em 30/05/2018, Publicado no DJE 05/06/2018). 2.4. Ante o exposto, considerando que a parte requerente não providenciou o recolhimento das custas processuais, com supedâneo no artigo 485, inciso I c/c artigo 321, parágrafo único, ambos do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento de mérito, determinando o cancelamento da distribuição. 2.5. Sem condenação em honorários advocatícios. 2.6. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito

3ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1014746-61.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA BARBOSA SILVA (REQUERIDO)

Intimar o advogado do autor para que no prazo de cinco (5) dias dê prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito quanto ao NÃO cumprimento do mandado de citação conforme certidão de ID 27364632. Ainda, para que no mesmo prazo efetue o depósito da diligência complementar do Oficial de Justiça constante do ID 27364632, no valor de R$ 1.260,00 (um mil e duzentos e sessenta reais), devendo para tanto recolher a guia através do site www.tjmt.jus.br – acessar Serviços – guias – emitir guias – digitar diligência - escolher a opção guia de diligência/complementação de diligência – 1º grau - adicionar o número do processo – buscar - próximo - cidade – bairro(acima mencionado) – selecionar o bairro - adicionar CPF/CNPJ do pagante e gerar guia, juntando a mesma aos autos para posterior repasse ao oficial de justiça, em conformidade com o Provimento 7/2017 - CGJ.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006454-87.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO LUIS BESSANI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KARINA DE LIMA OAB - SP348611 (ADVOGADO(A))
FABIANO DE MELLO BELENTANI OAB - SP218242 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS EDUARDO SCARAMUZA CRISTOVAO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT0004284A (ADVOGADO(A))

Intimar o advogado do autor para que no prazo de cinco (5) dias dê prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito quanto ao não cumprimento do mandado de penhora e avaliação conforme certidão de ID 27341200.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1008432-02.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO VIEIRA DO PRADO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Intimar o advogado do autor para que, querendo no prazo de quinze (15) dias apresente impugnação à contestação.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009580-48.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA JOSEFINA PETINI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA OAB - MG109730 (ADVOGADO(A))
MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA OAB - MG0063440A (ADVOGADO(A))

Intimar o advogado do autor para que, querendo no prazo de quinze (15) dias apresente impugnação à contestação.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1015189-12.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEIZIANI RODRIGUES NOVAIS (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE SINOP NÚMERO DO PROCESSO: 1015189-12.2019.8.11.0015 REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: DEIZIANI RODRIGUES NOVAIS Vistos etc. 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão pelo Decreto-Lei nº 911/69, na qual se requer a concessão de medida liminar, ante a inadimplência das prestações assumidas no contrato firmado entre as partes. 1.2. Com a inicial, foram apresentados os devidos documentos. É o breve relatório. Fundamento e decido: 2. Compulsando os autos, verifica-se que a ação foi devidamente instruída com o contrato (ID 27319430), comprovando que o bem descrito na inicial foi dado em alienação fiduciária em favor do requerente. 2.1. Restou

comprovada, ainda, a constituição em mora da parte requerida, consubstanciada na notificação extrajudicial de ID 27319430 – pág. 10. 3. Deste modo, restam preenchidos os requisitos exigidos pelo § 2º, do art. 2º, do Decreto-Lei n.º 911/69, o que autoriza a medida pretendida. 4. Assim, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei 911/69, concedo os pedidos liminares e, em consequência, determino a busca e apreensão do veículo descrito na inicial. 5. Expeça-se o competente mandado, depositando-se o bem em mãos da parte requerente, que se sujeitará às cominações legais de fiel depositário, o qual deverá ser advertido de que o bem somente poderá ser retirado desta comarca, após o prazo para purgação da mora, sob pena de responder pelos danos que vier dar causa. 5.1. Por ocasião do cumprimento do mandado, a parte devedora deverá entregar o bem e seus respectivos documentos (art. 3º, § 14º, do Decreto-Lei n. 911/69). 5.2. Consigno que os atos processuais para cumprimento do item 04 poderão realizar-se nos termos do disposto no artigo 212, § 2º, do CPC. 6. Cite-se a parte requerida, que poderá, no prazo de 05 (cinco) dias, após executada a liminar, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa. Advirta-a, ainda, de que poderá contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução da liminar, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. 6.1. Consigno, por oportuno, que o prazo para purgação da mora não possui natureza processual, tratando-se de prazo material, ou seja, deve ser contado em dias corridos, e não em dias úteis. 7. Havendo pagamento da integralidade da dívida (Recurso Especial Repetitivo nº 1.418.593/MS), restitua-se o bem a parte requerida, expedindo-se o necessário. 8. Contestado ou não o pedido, voltem-me conclusos para decisão. 9. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito em Substituição Legal

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013369-55.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SPE - ATALAIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
EURIPEDES BALSANUFO COSTA FERREIRA JUNIOR OAB - GO0026194A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTER ALVES PAULINO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
ANTONIO CARLOS FERREIRA LIMA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

Intimar o advogado do autor para que no prazo de cinco (05) dias, efetue o depósito da diligência do Oficial de Justiça, a fim de proceder o cumprimento do mandado de citação, no bairro Jardim Bougainville, devendo para tanto recolher a guia através do site www.tjmt.jus.br – acessar Serviços – guias – emitir guias – digitar diligência - escolher a opção guia de diligência/complementação de diligência – 1º grau - adicionar o número do processo – buscar - próximo - cidade – bairro(acima mencionado) – selecionar o bairro - adicionar CPF/CNPJ do pagante e gerar guia, juntando a mesma aos autos para posterior expedição de mandado, em conformidade com o Provimento 7/2017 - CGJ. Intimá-lo ainda de que foi designado o dia 20/5/2020, às 15:30 horas para a realização da audiência de tentativa de conciliação, conforme certidão abaixo transcrita, ocasião em que deverá comparecer acompanhado da parte autora. NÚMERO DO PROCESSO: 1013369-55.2019.8.11.0015 AUTOR(A): SPE - ATALAIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA RÉU: ANTONIO CARLOS FERREIRA LIMA, ESTER ALVES PAULINO Certifico que, em cumprimento a determinação sob ID-26075636 designo Audiência de Tentativa de Conciliação para o dia 20 de maio de 2020, às 15:30hs, conforme autorizado pelo art. 203, § 4º do CPC ou Capítulo 2, Seção 17, ítem 2.17.4 – VI da CNGC-MT e item 9.1.1 do Provimento nº- 56/07 – CGJ. Certifico ainda que, não será expedida intimação para a parte autora conforme artigo 334, § 3º (A intimação do(a) autor(a) para a audiência será feita na pessoa de seu advogado).

Expediente

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 188821 Nr: 10118-56.2013.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ODIR LOPES PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GP2 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANDERSON PAULI - OAB:MT - 13534 / O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SINOP - MT
JUIZO DA TERCEIRA VARA
188821 §!3y6¨
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 20 DIAS
AUTOS N.º 10118-56.2013.811.0015 - 188821
ESPÉCIE: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE REQUERENTE: ODIR LOPES PEREIRA
PARTE RÉQUERIDA: GP2 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
INTIMANDO/CITANDO/NOTIFICANDO: Requerido(a): Gp2 - Comércio de Veículos Ltda - Me, CNPJ: 07843571000137, brasileiro(a), Endereço: Avenida Perimetral Sul, 250, Bairro: Setor Industrial Sul, Cidade: Sinop-MT
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, para que no prazo de quinze (15) dias, contados da expiração do prazo do deste edital, cumpra a obrigação, ou seja, efetue o pagamento do débito no montante de R$ 12.805,14 (Doze mil, oitocentos e cinco reais e quatorze centavos), conforme requerido na petição de fls. 130/133, sob pena de aplicação da multa de 10% sobre o valor da condenação e mais honorários de 10%, ficando ciente que findo o prazo sem pagamento inicia-se automaticamente o prazo de 15 dias para o oferecimento de impugnação, conforme art. 525 do NCPC.
DECISÃO/DESPACHO: Vistos etc. Trata-se de ação de reintegração de posse que Odir Lopes Pereira move contra GP2 Comércio de Veículos Ltda-MT ao fundamento de que deixou emprestou a sua camionete L200 Triton, placas NPL-1309 ao Sr. Paulo Adriano Nogueira para que ele a experimentasse e conferisse a mecânica, no entanto ele não devolveu o veículo conforme o combinado. Esclarece que registrou o ocorrido no Boletim de Ocorrência nº 2013/46798 e soube que posteriormente o veículo foi apreendido na posse de Anderson Hoffman dos Santos. Por fim, conclui que “sofreu esbulho possessório, consistente na apropriação indevida do veículo, ou seja, o veículo encontra-se apreendido em razão de vício de origem, pois o requerido, após apropriar-se, cedeu ou alienou a terceiros”, razão pela qual ingressou com a presente ação visando retomar a posse sobre o bem. Posteriormente emendou a inicial, fls. 45/46, esclarecendo que na verdade deixou o veículo consignado na garagem Gp2, vindo sofrer um golpe, pois o proprietário da garagem “anoiteceu e não amanheceu”, prejudicando dezenas de pessoas. A inicial foi recebida pela decisão de fl. 48, ocasião em que foi deferida a liminar de reintegração de posse sobre o bem, a qual restou devidamente cumprida, conforme certidão de fl. 60. A requerida foi devidamente citada por edital, fl. 93, e não apresentou defesa, fl. 100, sendo-lhe nomeado curador especial na pessoa da defensoria pública, a qual contestou o feito por negativa geral, fl. 101. Impugnação às fls. 104/112. É o relato do necessário. DECIDO. Trata-se de ação de reintegração de posse que Odir Lopes Pereira move contra GP2 Comércio de Veículos Ltda-MT. Conforme se verifica nos pedidos constantes na exordial, o requerente visa através da presente ação apenas e tão somente ser reintegrado na posse da camionete L200, placa NPL-1309.

Ocorre que após o cumprimento da liminar de reintegração de posse deferida à fl. 48, o Sr. Claudecir Rodrigues dos Santos ingressou com os embargos de terceiro nº 10415-63.2013 em apenso, o qual foi julgado procedente e determinou “a restituição do veículo MMC/L200 Triton 3.2 D, fabricação/modelo 2009/2009, cor preta, placa NPL-1309, renavan 166177121, chassi 93XJRKB8T9C914247” a ele, o que evidencia a perda do objeto da presente ação. Conforme certificado à fl. 309 dos referidos embargos de terceiro, a referida sentença transitou em julgado, ocasionando a perda do objeto do presente feito, razão pela qual julgo extinta a presente ação de reintegração de posse com fundamento no artigo 485, IV do CPC. Atento ao princípio da causalidade, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa. Com o

trânsito em julgado, observadas as formalidades legais, arquive-se com as cautelas de estilo. P.R.I.C. Sinop/MT, 14 de agosto de 2019. CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA JUIZ DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL. Eu, Silvia Regina Gouveia, Auxiliar Judiciária, digitei.
Sinop - MT, 10 de dezembro de 2019.
Vânia Maria Nunes da Silva
Gestor(a) Judiciário(a)

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 188821 Nr: 10118-56.2013.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ODIR LOPES PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GP2 - COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANDERSON PAULI - OAB:MT - 13534 / O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
Intimar o advogado do autor Dr. VANDERSON PAULI para que, caso queira a publicação na imprensa oficial e local do Edital de intimação expedido, compareça perante esta escrivania no prazo de cinco (5) dias e faça a retirada do mesmo, entretanto conforme dispõe o novo CPC, referido edital já foi encaminhado para publicação via DJE, bem como foi afixada cópia do mesmo, em local visível e de costume no átrio do Fórum.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 117431 Nr: 9738-72.2009.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUNIOR SERGIO DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO FINASA S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEBER DA SILVA GARCIA - OAB:OAB/MT 14.815
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CELSO MARCON - OAB:OAB/MT 11.340-A
Certifico e dou fé, que nos termos do Provimento 56/2007-CGJ, e art. 152, Inciso VI, do novo CPC, impulsiono estes autos, com a finalidade de intimar a(o) Advogado(a) do(a) Requerente, para manifestar-se no prazo de 05(cinco) dias acerca da petição e guia de depósito de fls. 145/146, referente ao cumprimento da sentença.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 175946 Nr: 11589-44.2012.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RESTAURANTE SABOR ÚNICO LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): COMPANHIA BRASILEIRA DE MEIOS DE PAGAMENTO - CIELO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Clovis Alexandre Stasiak Neris - OAB:16935/MT, Fernando Henrique Ceolin - OAB:MT/9.602, LUIS CARLOS CORTES - OAB:17.750/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALFREDO ZUCCA NETO - OAB:154.694 OAB/SP
Nos termos do Provimento 56/2007-CGJ, certifico que o Recurso de Apelação interposto pelo Requerente, juntado aos autos às fls.146/153, fora protocolizado no prazo de Lei, bem como, que a parte recorrente deixou de efetuar o recolhimento do preparo, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Certifico ainda, que nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC/2015, procedo a intimação do Advogado da Apelada, para apresentar as contrarrazões ao Recurso de Apelação, no prazo de 15(quinze) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 192608 Nr: 14307-77.2013.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EMERSON LOPES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO BRADESCO S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO BULHÕES DOS SANTOS - OAB:8182/MT, DARVIN KRAUSPENHAR JUNIOR - OAB:9061-B-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MAURO PAULO GALERA MARI - OAB:3056/MT
Nos termos do Provimento 56/2007-CGJ, certifico que o Recurso de Apelação interposto pelo Requerente, juntado aos autos às fls.93/105, fora protocolizado no prazo de Lei, bem como, que a parte recorrente deixou de efetuar o recolhimento do preparo, por ser beneficiária da assistência judiciária gratuita.
Certifico ainda, que nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC/2015, procedo a intimação do Advogado do Apelado, para apresentar as contrarrazões ao Recurso de Apelação, no prazo de 15(quinze) dias.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1015189-12.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAMIL ALVES DE SOUZA OAB - MT12880-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEIZIANI RODRIGUES NOVAIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE SINOP NÚMERO DO PROCESSO: 1015189-12.2019.8.11.0015 REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: DEIZIANI RODRIGUES NOVAIS Vistos etc. 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão pelo Decreto-Lei nº 911/69, na qual se requer a concessão de medida liminar, ante a inadimplência das prestações assumidas no contrato firmado entre as partes. 1.2. Com a inicial, foram apresentados os devidos documentos. É o breve relatório. Fundamento e decido: 2. Compulsando os autos, verifica-se que a ação foi devidamente instruída com o contrato (ID 27319430), comprovando que o bem descrito na inicial foi dado em alienação fiduciária em favor do requerente. 2.1. Restou comprovada, ainda, a constituição em mora da parte requerida, consubstanciada na notificação extrajudicial de ID 27319430 – pág. 10. 3. Deste modo, restam preenchidos os requisitos exigidos pelo § 2º, do art. 2º, do Decreto-Lei n.º 911/69, o que autoriza a medida pretendida. 4. Assim, com fundamento no art. 3º, do Decreto-Lei 911/69, concedo os pedidos liminares e, em consequência, determino a busca e apreensão do veículo descrito na inicial. 5. Expeça-se o competente mandado, depositando-se o bem em mãos da parte requerente, que se sujeitará às cominações legais de fiel depositário, o qual deverá ser advertido de que o bem somente poderá ser retirado desta comarca, após o prazo para purgação da mora, sob pena de responder pelos danos que vier dar causa. 5.1. Por ocasião do cumprimento do mandado, a parte devedora deverá entregar o bem e seus respectivos documentos (art. 3º, § 14º, do Decreto-Lei n. 911/69). 5.2. Consigno que os atos processuais para cumprimento do item 04 poderão realizar-se nos termos do disposto no artigo 212, § 2º, do CPC. 6. Cite-se a parte requerida, que poderá, no prazo de 05 (cinco) dias, após executada a liminar, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa. Advirta-a, ainda, de que poderá contestar o pedido, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da execução da liminar, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial. 6.1. Consigno, por oportuno, que o prazo para purgação da mora não possui natureza processual, tratando-se de prazo material, ou seja, deve ser contado em dias corridos, e não em dias úteis. 7. Havendo pagamento da integralidade da dívida (Recurso Especial Repetitivo nº 1.418.593/MS), restitua-se o bem a parte requerida, expedindo-se o necessário. 8. Contestado ou não o pedido, voltem-me conclusos para decisão. 9. Intime-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Sinop/MT, 13 de dezembro de 2019. Cleber Luis Zeferino de Paula Juiz de Direito em Substituição Legal

4ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1013120-75.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CHARLES PAMPLONA ZIMMERMANN OAB - SC0008685A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANDERSON BERTUOL BUENO (RÉU)

INTIMAÇÃO DA PARTE REQUERENTE para que manifeste nos autos acerca da Carta de Citação devolvida conforme ID 20345030.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007863-35.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ERCIO ERNO KETZER (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ERCIO ERNO KETZER OAB - MT0005072A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento 56/2007-CGJ, INTIMO as partes/advogados, para no prazo de 15(quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, além das já constantes dos autos, indicando-as com objetividade e justificando a sua pertinência, ou digam se pretendem o julgamento antecipado, sob pena de preclusão.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008907-26.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO DOS SANTOS (REQUERENTE)
ROZANGELA APARECIDA SONZA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA MOURA OAB - MT21118/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE MARCONDES RODRIGUES GARCIA - ME (REQUERIDO)

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento 56/2007-CGJ, INTIMO as partes/advogados, para no prazo de 15(quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, além das já constantes dos autos, indicando-as com objetividade e justificando a sua pertinência, ou digam se pretendem o julgamento antecipado, sob pena de preclusão.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001376-49.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DISMOBRAS IMPORTACAO, EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ASSOCIACAO VALE TELES PIRES DE COMUNICACAO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ORLANDIR DA ROLD OAB - MT0007184A-B (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação vigente e do Provimento 56/2007-CGJ, INTIMO as partes/advogados, para no prazo de 15(quinze) dias, especificarem as provas que pretendem produzir, além das já constantes dos autos, indicando-as com objetividade e justificando a sua pertinência, ou digam se pretendem o julgamento antecipado, sob pena de preclusão.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001940-91.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARTINS & MARTINS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMUALDO JOSE ZALEVSKI OAB - MT0012292A (ADVOGADO(A))
MARIA JULIETA SANTOS ZALEVSKI OAB - MT24152/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LORENA MARIA MENEZES LOPES 93409737120 (EXECUTADO)

CERTIFICO que, decorreu o prazo para a parte Executada efetuasse o pagamento do débito exequendo, embora devidamente citada. Assim sendo, nos termos da legislação em vigor, bem como do Provimento 056/2007/CGJ, INTIMO a parte autora, na pessoa de seu ADVOGADO, para dar prosseguimento ao feito, pugnando o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo recolher as diligências necessárias, para expedição do Mandado de Penhora e Avaliação, no endereço atualizado da Executada (a ser informado).

Intimação Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1008213-23.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FARMACIA SANTA JULIA LTDA - ME (RÉU)

CERTIFICO que, decorreu o prazo para a parte Requerida efetuasse o pagamento do débito, embora devidamente citada. Assim sendo, nos termos da legislação em vigor, bem como do Provimento 056/2007/CGJ, INTIMO a parte autora, na pessoa de seu ADVOGADO, para dar prosseguimento ao feito, pugnando o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

Despacho Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1001059-17.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ CARLOS TELLES DA SILVEIRA (AUTOR(A))
D S L SILVEIRA & CIA LTDA - EPP (AUTOR(A))
DIRLEI SALETTE LERNER SILVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVANO FERREIRA DOS SANTOS OAB - MT0006317A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DESPACHO Autos nº 1001059-17.2019.8.11.0015 Ante o V. acordão que negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelo embargante (Autos: 1011075-75.2019.8.11.0000), em face a decisão prolatada por este juízo Id. 21259856, intime-se o embargante para comprovar o recolhimento das custas, no prazo de cinco dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se. JM

Despacho Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1005229-03.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
OSVALDO MARTINS DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAIRTON DIAS NEVES (RÉU)
Outros Interessados:
ROBERTO TREVISAN DE OLIVEIRA (CONFINANTES)
CAIO MARCIO BATISTA MEDINA (CONFINANTES)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DESPACHO Autos nº 1005229-03.2017.8.11.0015 Ante o lapso temporal decorrido desde o pedido de suspensão formulado por ocasião da tentativa de conciliação e haja vista que o requerido sequer foi citado, suspendo o feito até 15/02/2020. Decorrido o prazo, intime-se a parte autora a dar seguimento ao feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção sem julgamento do mérito. Intime-se. JM

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007078-39.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALLIANZ SEGUROS S/A (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:
LEMMON VEIGA GUZZO OAB - SP187799 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KELMI TALITA AMORIM (RÉU)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DESPACHO Autos nº 1007078-39.2019.8.11.0015 Indefiro o pedido formulado na petição de Id. 24997012, nos termos do art. 334 do CPC, ante a necessária manifestação de ambas as partes para que seja dispensada a referida solenidade. Intimem-se. JM

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013825-05.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ASSOCIACAO DOS PROPRIETARIOS DE SALAS COMERCIAIS DO EDIFICIO CLASSIC CENTER EMPRESARIAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL WINTER OAB - MT0011470S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MILTON MATTIOLLI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DESPACHO Autos nº 1013825-05.2019.8.11.0015 Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar cópia atualizada da matrícula do imóvel mencionado no Id. 26791141. Ademais, oficie-se o Serviço de Proteção ao Crédito – SPC e SERASA, com fulcro no art. 782, §3º do CPC, a fim de incluir o nome do executado MILTON MATTIOLLI – CPC n° 491.528.159-00 em seus cadastros. Após, voltem-me conclusos. Intime-se.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1003122-83.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR CLAUDINO VIANA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SIRLENE DE JESUS BUENO OAB - MT0006697S (ADVOGADO(A))
DALINE BUENO FERNANDES OAB - MT15847 (ADVOGADO(A))
RAFAEL EDUARDO BABINSKI OAB - MT0018584A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRA SILVA CIRQUEIRA (RECONVINDO)
AUTO ELETRICA DACAR EIRELI - ME (RECONVINDO)
BANCO DA AMAZONIA SA (RÉU)
ADEMIR CLAUDINO VIANA (RECONVINDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDSON LUIZ PERIN OAB - MT8804-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DESPACHO Processo nº 1003122-83.2017.8.11.0015 Ante a juntada de contestação, Id. 25467604, intime-se a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar impugnação a contestação. Após, especifiquem as partes as provas que pretendem produzir, indicando-as com objetividade e justificando a sua pertinência, ou digam se pretendem o julgamento antecipado, no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. JM

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1011695-42.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MILTON DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LANEREUTON THEODORO MOREIRA OAB - MT0009667A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE PEREIRA DOS SANTOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jose Roberto Alvim OAB - MT3285/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP Estando devidamente cumprida, devolva-se a presente ao Juízo Deprecante, com as devidas baixas e anotações.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000389-81.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DA AMAZONIA SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIEL DA ROCHA SILVA OAB - PA015889 (ADVOGADO(A))
HELIANE NUNES PIZA OAB - PA015086 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOLANGE MARAVAI DE LIMA (EXECUTADO)
DE LIMA & DE LIMA LTDA - ME (EXECUTADO)
GILBERTO DE LIMA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALTER VINICIUS PINHEIRO ALENCAR OAB - MT23591/O (ADVOGADO(A))
BRUNO PINHEIRO ALENCAR OAB - MT13619/B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP Autos n.º 100389-81.2016.8.11.0015 Chamo o feito a ordem, uma vez que é irregular a penhora dos semoventes realizada por termo nos autos (id. 20410366), já que a mesma deve se dar mediante a apreensão dos bens. Ademais, os executados não foram intimados da penhora que recaiu sobre o imóvel e sobre os veículos (id.19254505), bem como não foi providenciada a avaliação dos bens penhorados. Verifico, ainda, que os referidos veículos foram entregues ao credor pelos executados (id. 25599260), de modo que fica o mesmo constituído como fiel depositário dos bens. Assim, determino: 1) A intimação da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, comparecer perante a secretaria deste juízo a fim de assinar o termo de compromisso de fiel depositário, sob pena de restituir os veículos penhorados no id. 19254505. 2) A intimação dos executados da penhora dos bens descritos no id 19254505, bem como da condição de depositários sobre o bem imóvel de matrícula nº. 327, do CRI de Novo Progresso-PA, devendo acompanhar o mandado o respectivo termo de compromisso, sob pena dos bens serem depositados em mãos do exequente. Intimem-se, igualmente, os cônjuges e credores hipotecários, caso houver, acerca da referida penhora. 3) A expedição de mandado de penhora dos semoventes dados em garantia no título executivo dos Ids 3014762/3014772, com a posterior intimação das partes. 4) Proceda-se com a avaliação dos bens penhorados, intimando-se as partes a se manifestarem, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000389-81.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DA AMAZONIA SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIEL DA ROCHA SILVA OAB - PA015889 (ADVOGADO(A))
HELIANE NUNES PIZA OAB - PA015086 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOLANGE MARAVAI DE LIMA (EXECUTADO)
DE LIMA & DE LIMA LTDA - ME (EXECUTADO)
GILBERTO DE LIMA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VALTER VINICIUS PINHEIRO ALENCAR OAB - MT23591/O (ADVOGADO(A))
BRUNO PINHEIRO ALENCAR OAB - MT13619/B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP Processo nº 1000389-81.2016.8.11.0015 Considerando que os embargos à execução foram opostos nos autos do processo em execução, intimem-se os executados para, no prazo de 15 (quinze) dias, procederem a redistribuição dos embargos à execução por dependência e autuados em apartado, conforme dispõe o art. 914, § 1º do CPC/2015. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se.

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 79520 Nr: 7854-13.2006.811.0015

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): NORTE SILOS INDUSTRIA E COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA., CARLOS AURELIO DA SILVA VIEIRA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS - OAB:13.994-A/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - SINOP - OAB:

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): NORTE SILOS INDUSTRIA E COM. DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS LTDA., CNPJ: 05262485000105 e atualmente em local incerto e não sabido CARLOS AURELIO DA SILVA VIEIRA, Cpf: 37131281034, Rg: 9025097032, comerciante, Telefone 46-225-8891. atualmente em local incerto e não sabido

Finalidade: INTIMAÇÃO DOS EXECUADOS para, no prazo de 10 (dez) dias, informar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, ou, se for o caso, apresentar certidão negativa de propriedade, sob pena de incidir a multa do art. 774 do CPC. (VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO - R$ 80.513,47 - Oitenta mil, quinhentos e treze reais e quarenta e sete centavos - em 22/04/2019)

Despacho/Decisão: Defiro os pedidos de fls. 205. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha com o cálculo do valor atualizado do débito.Após, intime-se o executado para, no prazo de 10 (dez) dias, informar quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, ou, se for o caso, apresentar certidão negativa de propriedade, sob pena de incidir a multa do art. 774 do CPC.Intime-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Geni Rauber Pires, digitei.

Sinop, 01 de novembro de 2019

Clarice Janete da Fonseca Oliveira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 192008 Nr: 13645-16.2013.811.0015

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS SORRISO - SICREDI CELEIRO

PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATO TOMAZINE DEPOSITO DE MADEIRAS -EPP, RENATO TOMAZINE

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JEAN CARLOS ROVARIS - OAB:MT - 12113/O, ZILAUDIO LUIZ PEREIRA - OAB:MT/4.427

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 30 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): RENATO TOMAZINE DEPOSITO DE MADEIRAS -EPP, CNPJ: 13840097000192 e atualmente em local incerto e não sabido RENATO TOMAZINE, Cpf: 94888752168, Rg: 1421130-0, Filiação: Maria Olinda Tomazine e Nelson Tomazine, data de nascimento: 27/03/1981, brasileiro(a), natural de Tuparendi-RS, convivente, do comércio, Telefone 9612-9293. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO da parte ré, acima qualificada, atualmente em local incerto e não sabido para cumprir a obrigação exigida pela parte autora, consistente no pagamento do débito no valor de R$ 6.107,48 (Seis mil e cento e sete reais e quarenta e oito centavos) especificado na petição inicial em resumo abaixo, acrescido do pagamento dos honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados do dia útil seguinte ao prazo final do edital (art. 231, IV, CPC/2015), sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos previstos no art. 702 do CPC/2015. CIENTE a parte citada que, no caso de integral pagamento no prazo estipulado (15 dias), ficará isento(a) do pagamento de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC/2015) ou, no mesmo prazo, reconhecendo a quantia devida e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do seu valor, acrescido de custas e honorários de advogado, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, com correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.

Resumo da Inicial: No dia 17 de janeiro de 2012, o primeiro Requerido emitiu em favor da Requente Cédula de Crédito Bancário Limite para Operações de Desconto de Recebíveis, registrado sob o nº. B20230150-6, sendo disponibilizando um limite de crédito, exclusivamente para operações de desconto de “recebíveis” – cheques e duplicatas, no valor de R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com prazo máximo de utilização de 360 dias, vencendo, portanto, em 110/01/2013. A utilização do referido limite dar-se-ia através da liberação de recursos pela Cooperativa Requerente em contrapartida à apresentação pelos Requeridos de recebíveis relacionados em borderôs de desconto, os quais seriam aceitos e passariam a integrar o contrato de abertura de limite para todos os efeitos legais. Em acordo, a taxa de juros de normalidade seria fixada a cada liberação de desconto, a qual os Requeridos aceitariam mediante a simples assinatura oposta no respectivo borderô de desconto. Conforme cláusula forma de pagamento, o pagamento seria efetuado de acordo com o cronograma de vencimento dos títulos previstos nos borderôs de desconto. E, em caso de inadimplência, uma multa moratória no valor de 2%, bem como honorários advocatícios judiciais em 10%. Após ter sido firmado o mencionado contrato de nº. B20230150-6, os Requeridos passaram a descontarem seus recebíveis, emitindo o seguinte borderô de desconto: (i) Em 16/07/2012, foi contratado o borderô de desconto título de n. B20233593-1, cujo valor de desconto é de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com vencimento em 24/09/2012. Ocorre que, apesar do valor liberado em favor dos Requeridos, os títulos descontados não foram integralmente pagos, restando um saldo devedor, no importe de R$6.107,48 (seis mil, cento e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme borderôs e ficha gráfica nos autos.

Despacho/Decisão: Decisão: fl. 30 - Vistos etc. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem através de petição devidamente instruída por prova escrita sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102-A, do CPC). Destarte, defiro, de plano, a expedição do mandado de citação e pagamento, com o prazo de 15 dias, nos termos pedidos da inicial (art. 1.102-B, do CPC), anotando-se, nesse mandado, que, caso os réus o cumpram, ficarão isentos de custas e honorários advocatícios (art. 1.102-C, § 1º, do CPC), fixados, entretanto, estes, para o caso de não-cumprimento, no valor 10%. Conste, ainda, do mandado que, nesse prazo, os réus poderão oferecer embargos, e, caso não haja o cumprimento da obrigação ou o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (CPC art. 1.102c). Intime-se. Às providências. Decisão: fl. 97 - Código nº 192008 - Tendo em vista o detalhamento de ordem judicial de pesquisa de endereço dos requeridos através do sistema BACENJUD, dando conta da localização de endereço diverso do constante nos autos, expeça-se mandado de citação dos requeridos, nos termos da decisão de fls. 30, na Rua Rio de Janeiro, n. 2730, bairro Setor Industrial Norte, CEP 78550-000, Sinop/MT. Restando infrutífera, cite-se por edital. Intime-se.

ADVERTÊNCIA: Será nomeado curador especial em caso de revelia (art. 257, IV, CPC/2015)

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Geni Rauber Pires, digitei.

Sinop, 29 de novembro de 2019

Clarice Janete da Fonseca Oliveira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 216737 Nr: 16135-74.2014.811.0015

AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO AYMORÉ CRÉDITO,FINANCIAMENTO E

INVESTIMENTO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): SIRLEY SIQUEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA - OAB:MT/9948-A, JAMIL ALVES DE SOUZA - OAB:12880/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 30 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): SIRLEY SIQUEIRA, Cpf: 02847820175, Rg: 1975998, Filiação: Maria Aparecida Siqueira e Não Consta, natural de Sinop-MT, viuvo(a), pensionista. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO dO(A) REQUERIDO(a) acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 dias, contados do término do prazo deste edital, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial.

Resumo da Inicial: 1º) Por "Contrato de Financiamento" (doc.04), celebrado entre as partes no dia 17/12/2012, o Requerente concedeu um crédito ao(a) Requerido(a), no valor líquido de R$ 6.300,00 (seis mil e trezentos reais) que deveria ser pago em 36 prestações no valor de R$ 358,71 (trezentos e cinquenta e oito reais e setenta e um centavos), cada uma, cujo vencimento da primeira estava previsto para o dia 17/01/2013 e da última para o dia 17/12/2015, destinado à aquisição de um veículo alienado fiduciariamente, marca VOLKSWAGEN, modelo SAVEIRO CL, ano fabricação 1998, chassi 9BWZZZ376WP027542, placa CPH-3432, cor VERDE e renavam nº 704427664. 2º) Ocorre, entretanto, que o(a) Requerido(a) não cumpriu as obrigações voluntariamente pactuadas, deixando de pagar as prestações vencidas a partir de 17/07/2014, cuja mora está devidamente comprovada pela inclusa notificação extrajudicial (doc.05), nos termos da decisão proferida no M.S. nº28.772, do Ministro Dias Toffoli, Ação Originária 1.892 – São Paulo/SP (cópia inclusa). 3º) Esgotados todos os meios para que o(a) Requerido(a) liquidasse o seu débito, o Requerente, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer se digne ordenar a Busca e Apreensão do bem da sua propriedade que está na posse precária do(a) Requerido(a), para tanto, expedindo-se liminarmente, mandado de busca e apreensão, no endereço já mencionado ou no lugar onde o bem estiver, depositando-o em mãos do Requerente. 4º) Outrossim, requer que seja efetivada a citação do(a) Requerido(a) para e no prazo de quinze (15) dias, querendo, conteste a presente ação, sob pena de revelia, facultando-lhe, ainda, o prazo de cinco (05) dias após a citação para o pagamento da dívida pendente, que nesta data importa em R$ 5.405,90 (cinco mil, quatrocentos e cinco reais e noventa centavos), mais os encargos moratórios previstos no contrato pelo atraso do pagamento das prestações vencidas, sob pena de, não o fazendo, ficar, desde logo, consolidada a posse plena e exclusiva do bem nas mãos do Requerente, facultando-lhe a venda para o pagamento do débito principal, mais os encargos moratórios previstos contratualmente, respeitando sempre, para todos os acréscimos, os limites, normas e restrições legais. 5º) Requer, seja efetuado o bloqueio judicial do bem pelo sistema eletrônico (RENAJUD), restringindo o licenciamento, transferência e circulação em relação ao veículo, aguardando-se notícias de eventual apreensão pelas autoridades de trânsito, tendo em vista que o veículo, objeto da presente ação, encontra-se "sub judice", conforme guia em anexo, devidamente recolhida. 6º) Posto isso, requer ao final que seja julgada procedente a presente ação, com a definitiva consolidação da propriedade e a posse plena e exclusiva do bem em mãos do credor fiduciário e a condenação do(a) Requerido(a) ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como os honorários advocatícios. 7º) Requer, ainda, seja deferido o depósito do bem em mãos dos procuradores ou dos Srs. João Luiz Cintra Silveira e Jamil Alves de Souza autorizando-os também a retirar ofícios e cartas precatórias mediante recibo nos autos, bem como a retirada dos autos fora do Cartório para extração de cópias reprográficas. 8º) Por fim, requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admissíveis, consignado ainda, que todas as peças do processo são cópias autênticas dos documentos originais, conforme dispõe o artigo 365, IV, do Código de Processo Civil. Termos em que, dando-se a presente, o valor de R$ 5.405,90 (cinco mil, quatrocentos e cinco reais e noventa centavos), requerendo os benefícios do Artigo 172 e parágrafos do Código de Processo Civil e, ainda, oferecendo, condução aos Srs. Oficiais de Justiça, de 2ª à 6ª feira, na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº 1.894, 8º andar, sala 802, Bosque da Saúde, Cuiabá - MT - Tel. (65) 3619-3100, para as diligências necessárias, e D.R. e A. esta, pede e espera, Deferimento. Sorocaba, 20 de Outubro de 2014. ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA ADVOGADO – OAB/MT nº 9.948-A CPF/MF nº 025.848.158-77
Despacho/Decisão: Decisão: fl. 47 - Vistos etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com pedido liminar proposta por AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, em desfavor de SIRLEY SIQUEIRA, relativa ao veículo marca Volkswagen, modelo: Saveiro CL, conforme descrito na inicial. Aduz o requerente que celebrou com a parte requerida contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária, sendo que a devedora fiduciária não cumpriu as obrigações assumidas, tornando-se inadimplente a partir da parcela vencida em 17.07.2014. Assim, requereu o autor a concessão de liminar de busca e apreensão do veículo descrito na inicial, nos termos do Decreto-Lei n.º 911/69. Com a inicial vieram os documentos de fls. 07/46. Relatei o necessário. Fundamento e decido. Pois bem, como é reconhecido no artigo 3º, 'caput', do Decreto-Lei n.º 911/69, a medida liminar necessita apenas da comprovação da mora ou da inadimplência, o que se verificará pela notificação extrajudicial expedida por intermédio do cartório de títulos e documentos ou pelo protesto do título, a critério do credor. Perscrutando os autos, observo que a ação foi devidamente instruída com o contrato de fls. 16/21, comprovando que o referido bem foi dado em alienação fiduciária em favor do requerente. Por outro lado, os documentos de fls. 23/24, demonstram a constituição em mora da requerida, consubstanciada na notificação extrajudicial. Assim, atendeu-se ao disposto no artigo 2º, § 2º, do indigitado Decreto-Lei. (...) Cite-se a requerida para, querendo, apresentar contestação, no prazo de quinze dias da execução da liminar (§ 3.º, com a redação dada pela Lei nº 10.931/04), sob pena de revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato. Defiro os benefícios do art. 172 do CPC. Expeça-se o necessário. Intime-se. Às providências. Decisão: fls. 98 - Indefiro o pedido de citação por edital de fls. 94/95, uma vez que a citação editalícia somente é admitida nas hipóteses estabelecidas no art. 256 do CPC. Deste modo, é inviável o seu deferimento antes de esgotadas todas as possibilidades de obter a localização do endereço da requerida. Assim, determino a busca de endereço da requerida SIRLEY SIQUEIRA – CPF nº 028.478.201-75, através dos Sistemas INFOJUD e BACENJUD. Localizado endereço diferente dos já diligenciados, cite-se, nos termos da decisão de fls. 47. Restando infrutífera a diligência, cite-se por edital. Intime-se.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Geni Rauber Pires, digitei.
Sinop, 29 de novembro de 2019
Clarice Janete da Fonseca Oliveira Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 284486 Nr: 18629-38.2016.811.0015
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LOURDES ALVES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SILVIO GERALDO MIRANDA, SILVANA DA SILVA MIRANDA, JOSÉ CARLOS DE JESUS CARDINI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS CARLOS B. TEIXEIRA - OAB:14.077-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DULCINEIDE APARECIDA BARBOSA - OAB:17329-0/MT, DULCINEIDE APARECIDA BARBOSA - OAB:MT 17329-0
CERTIFICO que a CONTESTAÇÃO apresentada pelos Requeridos, às fls. 96/107, foi protocolada no prazo legal, Assim, procedo a INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA para que apresente Impugnação à Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Giovana Pasqual de Mello
Cod. Proc.: 186838 Nr: 8047-81.2013.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADELMO RAGNINI

PARTE(S) REQUERIDA(S): BV FINANCEIRA S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO BULHÕES DOS SANTOS - OAB:8182/MT, DARVIN KRAUSPENHAR JUNIOR - OAB:9061-B-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ RODRIGUES WAMBIER - OAB:14469-A/MT, WAMBIER, YAMASAKI, BEVERVANÇO & LOBO ADVOGADOS - OAB:OAB/PR 2.049

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para o fim de declarar inexigível o débito no valor de R$28.165,00 (vinte e oito mil, cento e sessenta e cinco reais), referente ao contrato de nº. 1247000063425, determinando a exclusão do nome do requerente nos órgãos de proteção ao crédito. Ademais, condeno a requerida ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), a ser corrigido pelo INPC, a partir desta data, nos termos da Súmula nº 362 do STJ, com incidência de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, devidos a partir do evento danoso (08/11/2011 - súmula 54 STJ).Por fim, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, consoante o disposto no artigo 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado, pagas as custas processuais, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas e anotações necessárias.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Giovana Pasqual de Mello

Cod. Proc.: 202589 Nr: 4995-43.2014.811.0015

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: VANIA MARIA NUNES DA SILVA, HUDSON HENRIQUE NUNES SILVA, DEBORA MAYARA NUNES SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): CAIXA SEGURADORA S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO VALTER DORNELLES DIAS - OAB:OAB/MT 9084-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A, THAYSE TEIXEIRA DE FIGUEIREDO - OAB:17497

Diante do cumprimento da obrigação, expeça-se alvará eletrônico para levantamento dos valores depositados (fls. 297/298), transferindo o valor vinculado aos autos para a conta indicada às fls. 317, em favor do patrono dos exequentes, tendo em vista que este possui poderes específicos para receber (fls. 63).

Após, pagas as custas, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações necessárias.

Intime-se.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 156826 Nr: 3910-27.2011.811.0015

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: PAULO MORELI, ELIANA MACIEL ESCOBAR

PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELIANA MACIEL ESCOBAR - OAB:16695/MT, PAULO MORELI - OAB:13052/PR

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:19.081-A, SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS - OAB:14258-A

CERTIFICO que decorreu o prazo sem que houvesse manifestação da Parte Executada, acerca da indisponibilidade dos ativos financeiros efetuada em 18/11/2019, no valor de R$ 31.617,98 (trinta e um mil seiscentos e dezessete reais e noventa e oito centavos), embora intimada na pessoa de seu advogado às fls. 264/268.

ASSIM, INTIMO A PARTE EXEQUENTE para se manifestar em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Giovana Pasqual de Mello

Cod. Proc.: 177361 Nr: 13154-43.2012.811.0015

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JOÃO CLEDECIR ÁVILA CONTREIRA

PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA SEVIGNANI CONSTANTINI - OAB:20.689-MT, FABIANO PAULO CONSTANTINI - OAB:13433-A/MT, GABRIELA SEVIGNANI - OAB:OAB/MT.20.064

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FAGNER DA SILVA BOTOF - OAB:12903/MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:OAB/MT 8.184-A

Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial. Condeno o requerente ao pagamento das custas/despesas processuais, bem como dos honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos termos do artigo 85, § 2º, do Novo Código de Processo Civil. Todavia, por ser o requerente beneficiário da gratuidade judiciária (fls. 18), a exigibilidade de tais verbas fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Novo Código de Processo Civil. Com o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado, arquivem-se os autos, procedendo-se às baixas e anotações necessárias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Giovana Pasqual de Mello

Cod. Proc.: 180432 Nr: 1261-21.2013.811.0015

AÇÃO: Monitória->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ADAIR JORGE MOMBACH

PARTE(S) REQUERIDA(S): EDISON DE FREITAS NUNES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIS AUGUSTO LOUREIRO DE CARVALHO - OAB:17.798/ - MT, THALISSON MAKE FERNANDES RAMOS - OAB:23.316-MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PUBLICO - OAB:

À vista do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos monitórios para CONVERTER o mandado inicial em executivo (art. 702, §8º, do CPC/2015), condenado o requerido ao pagamento da importância de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), valor que deverá ser atualizado monetariamente pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, a partir do seu vencimento (23/05/2017 – fls. 14). A propósito:"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA. DEMONSTRAÇÃO DA CAUSA DEBENDI. DESNECESSIDADE. REEXAME DE FATOS. SÚMULA Nº 7/STJ CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS MORATÓRIOS. MARCO INICIAL. DATA DO VENCIMENTO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISPOSITIVO LEGAL. VIOLAÇÃO.AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO. SÚMULA Nº 284/STF. DISSÍDIO NÃO DEMONSTRADO.1. Na ação monitória, instruída com título de crédito que perdeu a eficácia executiva, é desnecessária a demonstração da causa debendi.2. Rever questão decidida com base no exame das circunstâncias fáticas da causa esbarra no óbice da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça 3. A correção monetária, por não constituir nenhum acréscimo à dívida, senão mera recomposição de seu valor, há de incidir desde o vencimento, nos termos da reiterada jurisprudência desta Corte. Precedentes. 4. Nota promissória-fluência dos juros a partir da data do vencimento da dívida. Precedentes. [...]". (AgInt no AgRg no AREsp 791.310/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/10/2016, DJe 18/10/2016 – grifei).Por fim, condeno o requerido ao pagamento das custas processuais, bem como dos honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o valor da condenação, com fulcro no artigo 85, § 2º, incisos I a IV, do Código de Processo Civil. Transitada esta em julgado, o que deverá ser certificado pela Sra. Gestora, intime-se o credor a se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Giovana Pasqual de Mello

Cod. Proc.: 254485 Nr: 479-09.2016.811.0015

AÇÃO: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.

PARTE(S) REQUERIDA(S): AILTON BERNARDINO DOS SANTOS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JONAS J. F. BERNARDES -

OAB:8.247-B, MARCELO HUCK JUNIOR - OAB:OAB/MT-17976, RICARDO LUIZ HUCK - OAB:5651/MT

Código nº 254485

O requerente opôs impugnação, manifestando irresignação quanto ao valor da multa aplicada para o caso de descumprimento da obrigação, sustentando que o valor arbitrado acarretará o enriquecimento sem causa da parte adversa. Requer, ao final, o afastamento da multa diária e, alternativamente, sua redução, conforme petitório de fls. 180/181.

Instado a se manifestar, o requerido quedou-se silente, conforme certificado às fls. 185.

Decido.

Cumpre anotar que a multa diária arbitrada em R$ 500,00 (quinhentos reais), de acordo com a decisão de fls. 176/177, não se revela abusiva, ao contrário do aventado na petição de fls. 180/181.

Ademais, não se pode olvidar que, sequer houve o início do prazo para incidência da multa diária, nos moldes da aludida decisão, uma vez que, para tanto, é imprescindível a intimação pessoal do requerente ao cumprimento da obrigação imposta.

Deste modo, indefiro o pedido de fls. 180/181 e, por consectário lógico, mantenho a multa diária fixada em R$ 500,00 (quinhentos reais), caso não haja o cumprimento da obrigação consubstanciada na transferência do veículo objeto da lide para este Estado da Federação, bem como para o nome do requerido, no prazo de 15 (quinze) dias, nos exatos termos da decisão de fls. 180/181.

INTIME-SE PESSOALMENTE O REQUERENTE.

Intimem-se.

Sinop/MT, 12/12/2019

GIOVANA PASQUAL DE MELLO

Juíza de Direito

Intimação das Partes

JUIZ(A): Giovana Pasqual de Mello

Cod. Proc.: 267528 Nr: 8081-51.2016.811.0015

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SILMARA NASCIMENTO CARVALHO

PARTE(S) REQUERIDA(S): EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLEISON LEANDRO DE ARAÚJO - OAB:OAB/MT 16662

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CÉSAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:13431-B/MT

Diante do cumprimento da obrigação, expeça-se alvará eletrônico para levantamento dos valores depositados (fls. 149verso), transferindo o valor vinculado aos autos para a conta indicada às fls. 151, em favor do patrono do requerente, tendo em vista que esta possui poderes específicos para receber (fls. 118).

Após, pagas as custas, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações necessárias.

Intime-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA

Processo Número: 1001107-10.2018.8.11.0015

Parte(s) Polo Ativo:

ANGELICA BERNARDES HILESHAIN (AUTOR(A))

Advogado(s) Polo Ativo:

GEISA LIZIANY DE OLIVEIRA RODRIGUES OAB - MT21993/O (ADVOGADO(A))

AILTON FUSTINONI OAB - MT23162/O-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ELDEVIR DA ROSA (RÉU)

Magistrado(s):

GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1001107-10.2018.8.11.0015 Cuida-se de AÇÃO MONITÓRIA proposta por ANGÉLICA BERNARDES HILESHAIN em face de ELDEVIR DA ROSA, alegando ser credor da requerida do saldo de R$6.000,00 (seis mil reais), representados por instrumento particular de confissão de divida Id. 11788208. Com a inicial juntou documentos. Recebida a inicial, a parte requerida foi citada (ID: 25122598), quedando-se inerte quanto ao pagamento e/ou oposição de embargos monitórios, conforme certificado no Id. 27150062. DECIDO Primeiramente, compulsando os autos, verifico que a parte requerida, embora devidamente citada (ID: 25122598), deixou transcorrer "in albis" o prazo para quitação do débito e/ou oferecimento de embargos monitórios. Assim, não cumprido o mandado monitório, constitui-se o título executivo judicial, nos termos do que disciplina o artigo 702, §8º, do Código de Processo Civil. Dessa forma, CONVERTO o mandado inicial em executivo, nos termos do artigo 702, §8º do Código de Processo Civil, devendo ser retificado o registro e a autuação para constar doravante como execução de sentença. Intimem-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, se não o tiver, diretamente, para cumprimento da presente decisum, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de, não o fazendo, incidir multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, nos termos do art. 523, do CPC, acrescentado pela Lei nº 11.232/2005. Decorrido o prazo sem cumprimento, o que deverá ser certificado, expeça-se mandado de penhora e avaliação, nos termos do que estabelece o art. 523, §3º, do CPC, acrescentado pela Lei nº 11.232/2005. Efetuada a penhora e avaliação, intime-se a executada para, querendo, oferecer impugnação no prazo de 15 (quinze dias), tudo nos exatos termos do art. 525, do CPC, acrescentado pela Lei nº 11.232/2005. Intimem-se. JM

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 1007475-35.2018.8.11.0015

Parte(s) Polo Ativo:

SELMA KATRINE DOURADO DE BARROS (EXEQUENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

THALISSON MAKE FERNANDES RAMOS OAB - MT23316/O-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ELVIS EDUARDO SAMPAIO (EXECUTADO)

Magistrado(s):

GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1007475-35.2018.8.11.0015 Cuida-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL POR QUANTIA CERTA movida por SELMA KATRINE DOURADO DE BARROS em face de ÉLVIS EDUARDO SAMPAIO. Conforme certidão de Id. 26752446, a parte autora não procedeu ao recolhimento das custas processuais. DECIDO. Verifico que a parte autora não comprovou o recolhimento das taxas e custas processuais devidas. O art. 290 do CPC estabelece que: "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias" . O artigo 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, por sua vez, dispõe que: "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial". O indeferimento da inicial dá ensejo à extinção do processo, conforme estabelece o art. 485, inciso I, do mesmo diploma legal. Diante de tais disposições, a ausência de recolhimento das custas processuais devidas é causa de extinção do processo, independentemente da intimação pessoal da parte, conforme já se decidiu: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO CRÉDITO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INDEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. Tendo em vista que a parte autora não está ao abrigo da gratuidade judiciária, e não efetuou, no prazo determinado pelo Juízo de origem, o pagamento das custas iniciais, cabe o cancelamento da distribuição, na forma do art. 257 do CPC, sendo desnecessária a intimação pessoal. Sentença mantida. APELAÇÃO DESPROVIDA". (Apelação Cível Nº 70052996022, Vigésima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Julgado em 27/03/2013). (TJ-RS - AC: 70052996022 RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Data de Julgamento: 27/03/2013, Vigésima Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/04/2013). Ante o exposto, considerando que o autor não providenciou o recolhimento das custas processuais, com supedâneo no artigo 485, inciso I c/c artigo 321, parágrafo único, ambos do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento de mérito, determinando o cancelamento da distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. JM

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 8010738-24.2016.8.11.0015

Parte(s) Polo Ativo:

LAUDICEIA DE PAULA ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
DANIEL FRANCA SILVA OAB - DF24214-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 8010738-24.2016.8.11.0015 Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE LIMINAR INAUDITA ALTERA PARTE movida por LAUDICEIA DE PAULA ANDRADE em face de TELEFÔNICA BRASIL S/A. Conforme certidão de Id. 26775873, a parte autora não procedeu ao recolhimento das custas processuais. DECIDO. Verifico que a parte autora não comprovou o recolhimento das taxas e custas processuais devidas. O art. 290 do CPC estabelece que: "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias" . O artigo 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil, por sua vez, dispõe que: "se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial". O indeferimento da inicial dá ensejo à extinção do processo, conforme estabelece o art. 485, inciso I, do mesmo diploma legal. Diante de tais disposições, a ausência de recolhimento das custas processuais devidas é causa de extinção do processo, independentemente da intimação pessoal da parte, conforme já se decidiu: "APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATOS DE CARTÃO CRÉDITO. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. INDEFERIMENTO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. FALTA DE RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INICIAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. Tendo em vista que a parte autora não está ao abrigo da gratuidade judiciária, e não efetuou, no prazo determinado pelo Juízo de origem, o pagamento das custas iniciais, cabe o cancelamento da distribuição, na forma do art. 257 do CPC, sendo desnecessária a intimação pessoal. Sentença mantida. APELAÇÃO DESPROVIDA". (Apelação Cível Nº 70052996022, Vigésima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Julgado em 27/03/2013). (TJ-RS - AC: 70052996022 RS, Relator: Altair de Lemos Junior, Data de Julgamento: 27/03/2013, Vigésima Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/04/2013). Ante o exposto, considerando que o autor não providenciou o recolhimento das custas processuais, com supedâneo no artigo 485, inciso I c/c artigo 321, parágrafo único, ambos do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo, sem julgamento de mérito, determinando o cancelamento da distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. JM

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1008921-39.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA FERREIRA TIBURTINO OAB - MT23683-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JEFERSON ROBERTO DA CONCEICAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1008921-39.2019.8.11.0015 HOMOLOGO por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a desistência da ação, requerida pela parte autora no Id. 26150740. Em consequência, com fulcro no artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO sem julgamento do mérito, o Processo nº 1008921-39.2019.8.11.0015 – AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO DE LIMINAR movida por OMNI S/A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO em face de JEFERSON ROBERTO DA CONCEIÇÃO. Revogo a liminar concedida no Id. 25788252. Proceda-se a baixa da restrição de Id. 26641518. Transitada esta em julgado, pagas as custas pelo requerente, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações necessárias, devendo a Sra. Gestora observar a CNGC, no que concerne as custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. JM

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015214-25.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDETE DE MORAES CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1015214-25.2019.8.11.0015 Defiro a prioridade na tramitação do feito, de acordo com o que estabelece o art. 1.048, inciso I, do CPC. Sem prejuízo de ulterior revogação, com fundamento no artigo 98 do CPC, DEFIRO os benefícios da gratuidade judiciária, eis que presentes os requisitos legais previstos no art. 99, §§ 1º, 3º e 4º, conforme declaração e documentos apresentado nos autos. Tendo em vista que a parte requerente informa não ter interesse na audiência de conciliação (ID: 27204607), bem como considerando que existem inúmeros processos semelhantes a este e que é improvável o acordo nesta fase, recebo a inicial e deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o requerido dos termos da ação, cientificando-o de que poderá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observando as matérias de defesa elencadas nos artigos 336 e 337 do CPC, sob pena de revelia. Ademais, deverá, no prazo da contestação, apresentar o contrato referido na inicial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo de resposta, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intimem-se as partes a especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. AB

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015207-33.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BERNARDETE DE MORAES CARVALHO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1015207-33.2019.8.11.0015 Defiro a prioridade na tramitação do feito, de acordo com o que estabelece o art. 1.048, inciso I, do CPC. Sem prejuízo de ulterior revogação, com fundamento no artigo 98 do CPC, DEFIRO os benefícios da gratuidade judiciária, eis que presentes os requisitos legais previstos no art. 99, §§ 1º, 3º e 4º, conforme declaração e documentos apresentado nos autos. Tendo em vista que a parte requerente informa não ter interesse na audiência de conciliação (ID: 27204607), bem como considerando que existem inúmeros processos semelhantes a este e que é improvável o acordo nesta fase, recebo a inicial e deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o requerido dos termos da ação, cientificando-o de que poderá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observando as matérias de defesa elencadas nos artigos 336 e 337 do CPC, sob pena de revelia. Ademais, deverá, no prazo da contestação, apresentar o contrato referido na inicial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo de resposta, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intimem-se as partes a especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. AB

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1008045-21.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ARTUR LUAN PASSARINI (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
MOISES ROBERTO TICIANEL OAB - MT19223/O (ADVOGADO(A))
JOAO GABRIEL DAN LOPES OAB - MT0015678A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUIZ ANTONIO RIBEIRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP Considerando que o requerente é beneficiário da justiça gratuita, defiro a dispensa da caução requerida no id. 24234409. Intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013248-27.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA MARLENE MANENTI MAZOCCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA ROMFIM GOBBI OAB - MT0012696A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CEZAR CLAUDIO GRANETTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP Autos nº 1013248-27.2019.8.11.0015 Cuida-se ação de execução de título extrajudicial com pedido de tutela de urgência, em que a parte exequente requer seja determinada a indisponibilidade do bem imóvel objeto do contrato de compra e venda celebrado entre as partes, mediante a alegação da inadimplência do executado e o anúncio de venda do imóvel. DECIDO. Sem prejuízo de ulterior revogação, com fundamento no artigo 98 do CPC, DEFIRO os benefícios da gratuidade judiciária, eis que presentes os requisitos legais previstos no art. 99, §§ 1º, 3º e 4º, todos do CPC. Conforme dispõe o artigo 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando evidenciada a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O artigo 301, por sua vez, dispõe que a tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguração do direito. No caso, verifico que a documentação que instrui a inicial é, ao menos nesta fase de cognição sumária, insuficiente à comprovação das alegações de que o executado encontra-se "executando manobras tendentes a esvaziar a eficácia da medida judicial" ou reduzindo-se à "insolvência patrimonial", notadamente porque o fato de ter colocado o imóvel à venda não configura perigo de dano a autorizar a concessão da indisponibilidade pretendida. No ponto, para que seja autorizada a concessão da medida antecedente de indisponibilidade, o risco de perecimento do direito deve ser concreto, de modo que somente o fundamento da inadimplência é insuficiente, eis que não evidencia, por si só, a insuficiência de bens pelo executado para saldar a dívida. Nesse sentido: "AGRAVO INTERNO. DECISÃO QUE INDEFERIU PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA RECURSAL PARA DECLARAR A INDISPONIBILIDADE DE IMÓVEL URBANO. A declaração de indisponibilidade do bem, conforme requerido pela agravante em sede de antecipação de tutela recursal, é uma medida drástica, cujo deferimento requer um juízo de quase-certeza do direito invocado pela parte. Na hipótese, havendo diversas questões fáticas que somente poderão ser esclarecidas no decorrer da instrução probatória, mostra-se prudente, por ora, manter a decisão que deferiu, apenas, a averbação da existência dessa demanda anulatória na matrícula do imóvel. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ-RS - AGV: 70070005491 RS, Relator: Dilso Domingos Pereira, Data de Julgamento: 10/08/2016, Vigésima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/08/2016). Ademais, insta salientar que a consequência lógica do processo de execução é a expropriação patrimonial do executado, isto porque, em caso de não ser encontrado o executado, serão arrestados bens tantos quantos bastem para garantia da execução ou, sendo localizado, se não pagar a divida, serão penhorados bens para garantia da obrigação. Deste modo, tratando-se de ação de execução de titulo extrajudicial, o executado será citado para pagar o débito e as providências de arresto serão efetivadas pelo Oficial de Justiça, de posse do mandado, como prescreve o artigo 827 e seguintes, do CPC. Posto isso, INDEFIRO a tutela de urgência de natureza antecedente. Cite-se o executado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito, sob pena de lhe ser penhorados bens suficientes para a garantia da execução (art. 829, art. 831, ambos do CPC). Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do débito, devidamente atualizado, sendo tal verba reduzida pela metade em caso de satisfação integral da dívida no prazo a que alude o art. 829, caput, do CPC/2015. (827, caput, §1º, do CPC). Não paga a dívida no prazo legal, deverá o Sr. Oficial de justiça proceder à penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para satisfação do crédito, intimando o devedor e seu cônjuge, caso a penhora recaia em bem imóvel, conforme dispõe o artigo 841 do Novo Código de Processo Civil. Se o Oficial de Justiça não encontrar os executados, arrestar-lhes-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução, procedendo-se nos termos do art. 830, do CPC/2015. Cientifique-se o executado de que poderá, independentemente de penhora, depósito ou caução, no prazo de 15 (quinze) dias, se opor a à execução por meio de embargos (art. 914, c.c. 915 e 919, do CPC/2015). Poderá o devedor, ainda, no prazo aludido no item anterior, reconhecendo o débito e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, requerer seja admitido a pagar o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 916, CPC/2015). Intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010328-80.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUIS FERNANDO MARTINS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA PAULA ALMEIDA FERRACIOLLI OAB - MT22152/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AYMORE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP Autos nº 1010328-80.2019.8.11.0015 Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL em que o requerente sustenta que o requerido, de forma indevida, alienou o veículo apreendido Fiat Strada Adventure Loc, placa NPQ-0804, cor prata, ano 2011/2012, renavam 341149870, o qual havia sido dado em garantia no contrato de crédito bancário de veículo de n. 291979912. DECIDO: O artigo 55, caput e §1º, do Código de Processo Civil dispõe que as ações conexas são aquelas que possuem em comum o pedido ou a causa de pedir, devendo ser reunidas para julgamento conjunto, a fim de que não sejam proferidas decisões conflitantes. De acordo com o art. 58 do novo CPC, "a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente". Ademais, o art. 59 do aludido diploma legal estabelece que a prevenção se da pela data do registro ou da distribuição do processo. Em consulta ao Processo Judicial Eletrônico (PJE), verifiquei que o veículo objeto de discussão nestes autos é objeto da ação de busca e apreensão (Autos nº. 1009006-59.2018.8.110015), em trâmite perante a 1ª Vara Cível desta Comarca e que há identidade de partes em ambos os processos, verificando-se a conexão, sendo necessária a reunião dos autos para julgamento simultâneo, com a devida remessa ao juízo prevento. Assim, considerando que o processo nº. 1009006-59.2018.8.110015 foi distribuído em primeiro lugar (11/08/2018), enquanto este feito foi distribuído em 05/08/2019, o juízo da 1º Vara Cível se tornou prevento. Posto isso, DECLINO da competência para processar e julgar este feito e determino a remessa destes autos ao Juízo da 1ª Vara Cível desta Comarca, para ser apensado ao processo nº 1009006-59.2018.8.110015, com as baixas e anotações necessárias. Procedam-se às anotações necessárias. Intimem-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015268-88.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FAUSTINO VENTURA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (RÉU)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1015268-88.2019.8.11.0015 Defiro a prioridade

na tramitação do feito, de acordo com o que estabelece o art. 1.048, inciso I, do CPC. Sem prejuízo de ulterior revogação, com fundamento no artigo 98 do CPC, DEFIRO os benefícios da gratuidade judiciária, eis que presentes os requisitos legais previstos no art. 99, §§ 1º, 3º e 4º, conforme declaração e documentos apresentado nos autos. Tendo em vista que a parte requerente informa não ter interesse na audiência de conciliação (ID: 27208118), bem como considerando que existem inúmeros processos semelhantes a este e que é improvável o acordo nesta fase, recebo a inicial e deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o requerido dos termos da ação, cientificando-o de que poderá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observando as matérias de defesa elencadas nos artigos 336 e 337 do CPC, sob pena de revelia. Ademais, deverá, no prazo da contestação, apresentar o contrato referido na inicial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo de resposta, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intimem-se as partes a especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. AB

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015256-74.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE FERREIRA DAS SANTOS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1015256-74.2019.8.11.0015 Defiro a prioridade na tramitação do feito, de acordo com o que estabelece o art. 1.048, inciso I, do CPC. Sem prejuízo de ulterior revogação, com fundamento no artigo 98 do CPC, DEFIRO os benefícios da gratuidade judiciária, eis que presentes os requisitos legais previstos no art. 99, §§ 1º, 3º e 4º, conforme declaração e documentos apresentado nos autos. Tendo em vista que a parte requerente informa não ter interesse na audiência de conciliação (ID: 27167225), bem como considerando que existem inúmeros processos semelhantes a este e que é improvável o acordo nesta fase, recebo a inicial e deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o requerido dos termos da ação, cientificando-o de que poderá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observando as matérias de defesa elencadas nos artigos 336 e 337 do CPC, sob pena de revelia. Ademais, deverá, no prazo da contestação, apresentar o contrato referido na inicial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo de resposta, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intimem-se as partes a especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. AB

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1015251-52.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA ALVES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO CARDOSO RAMOS OAB - MT26167/A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (RÉU)
Magistrado(s):
GIOVANA PASQUAL DE MELLO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE SINOP DECISÃO Autos nº 1015251-52.2019.8.11.0015 Defiro a prioridade na tramitação do feito, de acordo com o que estabelece o art. 1.048, inciso I, do CPC. Sem prejuízo de ulterior revogação, com fundamento no artigo 98 do CPC, DEFIRO os benefícios da gratuidade judiciária, eis que presentes os requisitos legais previstos no art. 99, §§ 1º, 3º e 4º, conforme declaração e documentos apresentado nos autos. Tendo em vista que a parte requerente informa não ter interesse na audiência de conciliação (ID: 27167225), bem como considerando que existem inúmeros processos semelhantes a este e que é improvável o acordo nesta fase, recebo a inicial e deixo de designar a audiência prevista no art. 334 do Código de Processo Civil. Cite-se o requerido dos termos da ação, cientificando-o de que poderá apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, observando as matérias de defesa elencadas nos artigos 336 e 337 do CPC, sob pena de revelia. Ademais, deverá, no prazo da contestação, apresentar o contrato referido na inicial, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial. Decorrido o prazo de resposta, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intimem-se as partes a especificarem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se. AB

5ª Vara Cível

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 347397 Nr: 1877-83.2019.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AAM
PARTE(S) REQUERIDA(S): RCV
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ AUGUSTO MALHEIROS ABREU CAVALCANTI - OAB:18.806, MAURICIO AUDE - OAB:4.667/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IBRAHIN CARDOSO - OAB:15479/MT, RAFAEL RODRIGO FEISTEL - OAB:10749-B/MT
3. Ante o exposto, reconheço a união estável que existiu entre André Aparecido Molina e Rosilene Cristina Vaz, entre março/1997 e setembro/2015 bem como decreto sua dissolução e, ainda, HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo acima entabulado. Por conseguinte, julgo extinto os presentes processos códigos 252427 e 347397, com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, alíneas “a” e “b”, do Código de Processo Civil.3.1. Sem honorários advocatícios, tendo em vista o acordo ora encetado. Custas e despesas processuais pelo requerido André Aparecido Molina, as quais defiro o pagamento parcelado em até 6 (seis) vezes, em parcelas mensais e consecutivas, mediante correção monetária (art. 468, par. 7, CNGC). 3.2. Dou a sentença por publicada em audiência, saindo os presentes intimados. Registre-se. 3.3. Em seguida, certifique-se e arquive-se, procedendo-se as baixas e anotações necessárias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 226504 Nr: 3632-84.2015.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ACDCP, ELDCDN
PARTE(S) REQUERIDA(S): MMP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAUBER DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública - Núcleo de Sinop/MT - OAB:
“Vistos.
Cuida-se de ação de alimentos proposta por Ana Clara do Carmo Pinheiro, representada por Edina Lopes do Carmo.
É o breve relatório. FUNDAMENTO E DECIDO.
Compulsando os autos, verifica-se que a parte autora nunca compareceu às audiências designadas no presente feito. Nos termos do artigo 274, parágrafo único, do Código de Processo Civil, tem-se como válida a intimação da parte no último endereço declinado nos autos para manifestar-se, cumprindo a ela atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva, o que não ocorreu no presente caso (f. 57).
Assim, não há razão para o prosseguimento do feito, já que a inércia da parte autora demonstrou o seu desinteresse na causa, o que impõe a extinção do processo sem análise do mérito.
Ante o exposto, com fulcro no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito.
Sem custas. Sem condenação em honorários advocatícios.
Dou a presente por publicada. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.”

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 279538 Nr: 15709-91.2016.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AIDSL, RDSS
PARTE(S) REQUERIDA(S): ACRL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
3. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1566, IV do CC, e 229 da Constituição Federal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para o fim de condenar o requerido Antonio Carlos Roche Lopes, no pagamento de pensão alimentícia em favor do(a)(s) menor(es) Ana Isabella de Souza Lopes, no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, além de metade das despesas extraordinárias (médicas, odontológicas, farmacêuticas, materiais escolares etc), mediante depósito bancário na conta indicada na exordial, devidos a partir da citação.3.1. Sem sucumbência, por se tratar de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita. 3.2. Dou a presente por publicada neste ato. Registre-se. Cumpra-se. Cumpridas todas as deliberações, e certificado o trânsito em julgado, ao arquivo."

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 274454 Nr: 12736-66.2016.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AILDS, SLS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MJADS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
3. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1566, IV do CC, e 229 da Constituição Federal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para o fim de condenar o requerido Marcos José Alves de Souza no pagamento de pensão alimentícia em favor do(a)(s) menor(es) Ana Iria Lopes de Souza, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante depósito bancário na conta indicada na exordial, devidos a partir da citação.3.1. Sem sucumbência, por se tratar de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita. 3.2. Dou a presente por publicada neste ato. Registre-se. Cumpra-se. Cumpridas todas as deliberações, e certificado o trânsito em julgado, ao arquivo."

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 256329 Nr: 1584-21.2016.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MC, EGR
PARTE(S) REQUERIDA(S): JPMDCN
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLODOALDO PIACENTINI - OAB:12.609/MT, EZEQUIEL LOPES DOS SANTOS - OAB:24052, LEONARDO DIAS FERREIRA - OAB:9073-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
"Vistos.
1. Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 15:00 horas.
2. Intime-se o requerido para comparecer na próxima audiência, pela via editalícia, conforme redesignado no item supra, bem como a Defensoria Pública, na qualidade de curadora especial.
3. Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público e, em caso de manifestação de suspeição ou impedimento, intime-se para o ato designado no item "1" o ilustre promotor de justiça substituto do titular.
4. Saem os presentes intimados.
5. Cumpra-se."

Intimação das Partes
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 261647 Nr: 4671-82.2016.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BFM, DDSF
PARTE(S) REQUERIDA(S): JAM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLARISSE ODETE FACCIO FRONZA- (Nucleo Juridico Fasip) - OAB:14928/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Defensoria Pública - Núcleo de Sinop/MT - OAB:
3. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1566, IV do CC, e 229 da Constituição Federal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para o fim de condenar o requerido José Antônio Mesquita, no pagamento de pensão alimentícia em favor do(a)(s) menor(es) Beatriz Farias Mesquita, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante depósito bancário na conta indicada na exordial, devidos a partir da citação.3.1. Sem sucumbência, por se tratar de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita. 3.2. Dou a presente por publicada neste ato. Registre-se. Cumpra-se. Cumpridas todas as deliberações, e certificado o trânsito em julgado, ao arquivo."

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 215067 Nr: 14972-59.2014.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PLAPDB, GPBP
PARTE(S) REQUERIDA(S): LRDBGP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALINE EVELLIN MARCON - FASIP (Núcleo Juridico Fasip) - OAB:14.003-MT, CLARISSE ODETE FACCIO FRONZA- (Nucleo Juridico Fasip) - OAB:14928/MT, LUIZ GUSTAVOCARATTI DE OLIVEIRA(núcleojuridicofasip) - OAB:16.666/A, NAYARA MOURA FEITOZA(Núcleo Juridico Fasip) - OAB:21119-O/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
3. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1566, IV do CC, e 229 da Constituição Federal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para o fim de condenar o requerido Leandro Rodrigo de Barro0s Gomes Pereira, no pagamento de pensão alimentícia em favor do(a)(s) menor(es) Petterson Leonel Albertoni Paixão de Barros, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante depósito bancário na conta indicada na exordial, devidos a partir da citação.3.1. Sem sucumbência, por se tratar de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita. 3.2. Dou a presente por publicada neste ato. Registre-se. Cumpra-se. Cumpridas todas as deliberações, e certificado o trânsito em julgado, ao arquivo."

Intimação das Partes
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 252427 Nr: 19584-06.2015.811.0015
AÇÃO: Dissolução e Liquidação de Sociedade->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RCV
PARTE(S) REQUERIDA(S): AAM
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IBRAHIN CARDOSO - OAB:15479/MT, RAFAEL RODRIGO FEISTEL - OAB:10749-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDRO TARCÍSIO ALMEIDA DA SILVA - OAB:4677/MT, LUIZ AUGUSTO MALHEIROS ABREU CAVALCANTE - OAB:18.806/MT, MAURICIO AUDE - OAB:4.667/MT, MIKAEL AGUIRRE CAVALCANTI - OAB:OAB/MT 9.247, PEDRO SYLVIO SANO LITVAY - OAB:7042/MT, RODRIGO SALDELA BÍSCARO - OAB:11276/MT
3. Ante o exposto, reconheço a união estável que existiu entre André Aparecido Molina e Rosilene Cristina Vaz, entre março/1997 e setembro/2015 bem como decreto sua dissolução e, ainda, HOMOLOGO, para que produza seus efeitos jurídicos e legais, o acordo acima entabulado. Por conseguinte, julgo extinto os presentes processos códigos 252427 e 347397, com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, inciso III, alíneas "a" e "b", do Código de Processo Civil.3.1. Sem

honorários advocatícios, tendo em vista o acordo ora encetado. Custas e despesas processuais pelo requerido André Aparecido Molina, as quais defiro o pagamento parcelado em até 6 (seis) vezes, em parcelas mensais e consecutivas, mediante correção monetária (art. 468, par. 7, CNGC). 3.2. Dou a sentença por publicada em audiência, saindo os presentes intimados. Registre-se. 3.3. Em seguida, certifique-se e arquive-se, procedendo-se as baixas e anotações necessárias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 157305 Nr: 4426-47.2011.811.0015
AÇÃO: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ELDSP, MDSS
PARTE(S) REQUERIDA(S): WDSP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Cintia Mary Dutra Belini Rodrigues - OAB:OAB/MT 19060, MAYARA TONETTI GALIASSI SCHEID WEIRICH - OAB:18.157-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
3. ANTE O EXPOSTO, nos termos do artigo 1566, IV do CC, e 229 da Constituição Federal, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para o fim de condenar o requerido Warllen dos Santos Patrício, no pagamento de pensão alimentícia em favor do(a)(s) menor(es) Evelin Luana da Silva Patrício, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo, mediante depósito bancário na conta indicada na exordial, devidos a partir da citação.3.1. Sem sucumbência, por se tratar de parte beneficiária da assistência judiciária gratuita. 3.2. Dou a presente por publicada neste ato. Registre-se. Cumpra-se. Cumpridas todas as deliberações, e certificado o trânsito em julgado, ao arquivo."

Intimação das Partes
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 165962 Nr: 760-04.2012.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GMR
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KELLY FRANCIANE MENZEL RAMPAZO - OAB:MT/13.532
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCOS APARECIDO DE AGUIAR - OAB:9769/MT, VITOR MENDES NUNES FILHO - OAB:14037/MT
3. Ante o exposto, conforme fundamentação acima, que integra este dispositivo para todos os fins, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, com fulcro no artigo 1.723 e seguintes do Código Civil, e, consequentemente, reconheço a união estável havida entre Graciliano Martinez Ribas e Eunice Maria Pereira, no período compreendido entre os anos de 1999 e 2011, bem como a extingo no presente ato, determinando a partilha nos termos acima alinhavados, restando extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.3.1. Sem custas ou honorários advocatícios, ante o benefício da justiça gratuita, que ora defiro em favor das partes.3.2. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.3.3. Dou a presente por publicada em audiência. Saem os presentes intimados, Registre-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Gleidson de Oliveira G. Barbosa
Cod. Proc.: 196755 Nr: 18465-78.2013.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MBDR, NMDM
PARTE(S) REQUERIDA(S): DDNR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GLAUBER DA SILVA (DEFENSOR PÚBLICO) - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CLAUDIA INOCENTE S. BONDESPACHO - OAB:MT-16.512, JOCILÉIA FERREIRA SILVA - OAB:27241/O
3. Diante do exposto, ACOLHO PARCIALMENTE a justificativa apresentada pelo executado às f. 119/121 e documentos e, por conseguinte, em razão do pagamento parcial, MANTENHO A ORDEM DE PRISÃO CIVIL do executado DOMINGOS NASCIMENTO DA ROCHA, pelo prazo de 02 (dois) meses ou até que efetue ou comprove o pagamento referente aos meses de fevereiro/2017 e março/2017, bem como dos juros de mora das prestações efetuadas a destempo. 3.1. Intime-se a parte exequente, por meio da Defensoria Pública, para se manifestar em 05 (cinco) dias, colacionando aos autos cálculo discriminado e atualizado do débito, nos termos do dispositivo supra, sob pena de revogação da ordem de prisão.3.2. Intimem-se. Cumpra-se.

6ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014397-58.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO AUGUSTO LEANDRO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO FANHANI ALVES OAB - MT0017046A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 INTIMAÇÃO Número do Processo Referência: 1014397-58.2019.8.11.0015 VALOR DA CAUSA: R$ 1.000,00 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) POLO ATIVO:FABIO AUGUSTO LEANDRO POLO PASSIVO:ESTADO DE MATO GROSSO Senhor: Procedo a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de REQUERENTE, para querendo, manifestar-se requerendo que entender de direito, acerca da manifestação de ID: 27384878. Atenciosamente, Caroline Fernanda Dorigo Hara Gestor(a) Judiciário(a) SINOP,13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1015121-62.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BEATRIZ DALLAGNOL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ALBERTO DE PAULA OAB - MT0010374A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP 15.024.003/0001-32 (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 INTIMAÇÃO Número do Processo Referência: 1015121-62.2019.8.11.0015 VALOR DA CAUSA: R$ 41.335,97 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) POLO ATIVO:BEATRIZ DALLAGNOL POLO PASSIVO:MUNICIPIO DE SINOP 15.024.003/0001-32 Senhor: Procedo a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria, na qualidade de REQUERENTE, para querendo, apresente Cumprimento de Sentença, conforme despacho de ID: 27219524. Atenciosamente, CAROLINE FERNANDA DORIGO HARA Gestor(a) Judiciário(a) SINOP,13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013833-79.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO GUBERT (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO ULYSSES PAGLIARI OAB - MT3047/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SINOP/MT Processo n.: 1013833-79.2019.811.0015 Requerente: José Antonio Gubert Requerido: Estado de Mato Grosso O ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, por meio da Procuradora do Estado subscritora, vem, respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos da Ação Anulatória de Atos Administrativos c/c Pedido de Antecipação de Tutela em epígrafe, apresentar CONTESTAÇÃO, com base nos fundamentos de fato e de direito a seguir delineados. 1 - DOS FATOS O requerente ingressou com a

presente ação almejando, em breve síntese, a anulação do auto de infração n. 109067, lavrado pelo órgão ambiental estadual, que culminou na imposição de uma multa no valor de R$ 2.151.295,50 (dois milhões, cento e cinquenta e um mil, duzentos e noventa e cinco reais e cinquenta centavos), por reincidentemente provocar incêndio em mata ou floresta e em área agropastoril sem autorização do órgão ambiental competente. Para tanto, argumenta: (a) a ocorrência da prescrição intercorrente; (b) a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva; (c) a ausência de cientificação dos atos administrativos praticados; (d) a inexistência de nexo causal, uma vez que não ateou fogo na propriedade; (e) a incompetência do agente autuante; (f) a ofensa ao princípio da proporcionalidade no que tange ao valor da multa estipulada; (g) a necessidade de aplicação de advertência no lugar da multa; (h) a necessidade de conversão da multa em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente. Assim, após defender a presença dos requisitos necessários à antecipação dos efeitos da tutela, pugnou pela suspensão do processo administrativo n. 33335/2008, com o consequente sobrestamento da inscrição em dívida ativa n. 20191047, de modo a possibilitar a obtenção de certidão positiva com efeito negativo. A liminar vindicada foi deferida pelo juízo de 1º grau (id. 25889862). É a síntese necessária. 2. DA INEXISTÊNCIA de prescrição O requerente sustenta que deve ser reconhecida a ocorrência da prescrição intercorrente, bem como da prescrição da pretensão punitiva no presente caso. Contudo, desde já é válido anotar que não restou configurada qualquer das modalidades de prescrição no processo administrativo n. 33335/2008. Dito isso, inicialmente cabe destacar que a prescrição intercorrente é aquela que decorre da inércia da Administração em concluir o processo instaurado para apurar a ocorrência da infração administrativa, isto é, quando o processo já iniciado fica paralisado pendente de qualquer despacho ou decisão por um determinado período de tempo. Assim dispõe o Decreto Federal n. 6.514/2008, que versa exclusivamente sobre as infrações ambientais, verbis: Art. 21. Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado. § 1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração. § 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante Requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008). No mesmo sentido estabelece o Decreto Estadual nº 1.986/2013, veja: Art. 19. Prescreve em 5 (cinco) anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessada. § 2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do Auto de Infração paralisado por mais de 3 (três) anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação. Ocorre que referido prazo de 03 anos para prescrição intercorrente não pode ser aplicado ao presente caso. Isso porque, tanto o Decreto Federal nº 6.514/2008 se refere ao âmbito da Administração Pública Federal. Por outro lado, não pode ser aplicado o Decreto Estadual nº 1.986/2013, por este ter entrado em vigência apenas em 01/11/2013, tendo o auto de infração sido lavrado em 26/11/2007. Desse modo, ante a omissão legislativa no Estado de Mato Grosso, em relação ao prazo de prescrição intercorrente aplicável aos processos administrativos ambientais até a edição do Dec. nº 1.986/2013, deve-se aplicar o Dec.-Lei nº 20.910/32, em razão da isonomia. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - MANDADO DE SEGURANÇA OBJETIVANDO A ANULAÇÃO DE MULTA AMBIENTAL - INAPLICABILIDADE DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE PREVISTA PELA LEI Nº 9.873/99 E PELO DECRETO Nº 6.514/2008 - ANALOGIA INTEGRATIVA INADMITIDA PELA DOUTRINA E PELA JURISPRUDÊNCIA - POSICIONAMENTO REMANSOSO DE QUE A AUSÊNCIA DE REGRA PRESCRICIONAL PRÓPRIA AOS ESTADOS E MUNICÍPIOS DEVA SER SUPRIDA PELA REGRA GERAL DO DECRETO Nº 20.910/32 - INEXISTÊNCIA DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL - DECISÃO ADMINISTRATIVA QUE DIRIMIU A CONTROVÉRSIA ATÉ ENTÃO HAVIDA NA ESFERA ADMNISTRATIVA ACERCA DO CUMPRIMENTO DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TÍTULO EXECUTIVO QUE SÓ ENTÃO SE TORNOU PLENO (LÍQUIDO, CERTO E EXIGÍVEL) - APLICAÇÃO DA SÚMULA 467 DO STJ - PRESCRIÇÃO CONTADA DO TÉRMINO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO - INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSIVIDADE QUE JUSTIFIQUE A CONCESSÃO DE UMA ORDEM DE SEGURANÇA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJPR- 4ª C. CÍVEL – AC – 1108567-5 – CURITIBA – Rel. Coimbra de Moura - Unânime – J. 11.02.2014) Como o Decreto-Lei 20.910/32 é absolutamente silente sobre a prescrição intercorrente, tem-se que este instituto sequer pode incidir no presente caso. É nesse sentido, inclusive, o entendimento do STJ: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. LEI 9.873/1999. INAPLICABILIDADE ÀS AÇÕES ADMINISTRATIVAS PUNITIVAS DESENVOLVIDAS POR ESTADOS E MUNICÍPIOS. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DO DECRETO 20.910/1932. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. (...) 4. O art. 1º do Decreto 20.910/1932 apenas regula a prescrição quinquenal, não havendo previsão acerca de prescrição intercorrente, apenas prevista na Lei 9.873/1999, que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica às ações administrativas punitivas desenvolvidas por Estados e Municípios, em razão da limitação do âmbito espacial da lei ao plano federal. 5. Dessa forma, ante a ausência de previsão legal específica para o reconhecimento da prescrição administrativa intercorrente na legislação do Estado do Paraná, ante a inaplicabilidade dos arts 1º do Decreto 20.910/1932 para este fim, bem como das disposições da Lei 9.873/1999, deve ser afastada a prescrição da multa administrava no caso, já que, em tais situações, o STJ entende caber "a máxima" inclusio unius alterius exclusio, isto é, o que a lei não incluiu é porque desejou excluir, não devendo o intérprete incluí-la" (REsp 685.983/RS, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJ 20/6/2005, p. 228). 6. Agravo Regimental não provido. (AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.304, RELATOR: MINISTRO HERMAN BENJAMIN, julgado em 10/03/2016). Não obstante o disposto acima, mesmo que fosse aplicado o prazo prescricional de 03 (três) anos, nota-se, da cópia que acompanha a exordial, que o respectivo processo administrativo em momento algum chegou a ficar paralisado sem qualquer tipo de andamento/despacho por período superior a três anos. Ao exame do feito, tem-se que: 1) A autuação ocorreu em 26/11/2007 (fls. 02 do processo administrativo); 2) Emissão de ofício n. 1001 ao autuado em 28/11/2007 (fls. 03 do processo administrativo); 3) Despacho em 11/02/2009 (fls. 07 do processo administrativo); 4) Certidão de antecedentes em 05/05/2009 (fls. 08 do processo administrativo); 5) Decisão interlocutória em 04/05/2009 (fls. 09/11 do processo administrativo); 6) Emissão de ofício n. 2503 em 14/06/2010 (fls. 13 do processo administrativo); 7) Juntada de devolução de aviso de recebimento em 30/11/2010 (fls. 14/16 do processo administrativo); 8) Publicação de edital de notificação em 26/01/2011 (fls. 17/18 do processo administrativo); 9) Despacho em 17/12/2013 (fls. 19 do processo administrativo); 10) Certidão de antecedentes em 26/03/2015 (fls. 20 do processo administrativo); 11) Despacho de encaminhamento em 01/01/2015 (fls. 21 do processo administrativo) 12) Despacho n. 165/2015 em 15/04/2015 (fls. 22 do processo administrativo) 13) Publicação de edital de notificação em 07/07/2015 (fls. 23 do processo administrativo); 14) Certidão de antecedentes em 20/06/2018 (fls. 24 do processo administrativo); 15) Despacho em 29/06/2018 (fls. 25 do processo administrativo); 16) Decisão administrativa em 11/07/2018 (fls. 26 do processo administrativo); 17) Homologação da decisão administrativa em 23/07/2018 (fls. 26v do processo administrativo). Ademais, é importante registrar que, conforme já decidido pela jurisprudência pátria, todas as manifestações listadas são aptas a interromper o prazo da prescrição intercorrente, verbis: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. MULTA ADMINISTRATIVA. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. OBSERVÂNCIA DOS MARCOS INTERRUPTIVOS PREVISTOS NA LEI Nº 9.873/99. 1. A Lei nº 9.873/99 cuida da sistemática da prescrição da pretensão punitiva e da pretensão executória referidas ao poder de polícia sancionador da Administração Pública Federal. 2. Todas as manifestações ocorridas no curso do processo administrativo têm o condão de interromper o prazo prescricional, visto que necessárias à conclusão do iter procedimental instaurado para a apuração do fato, integrando, portanto, o conceito de ato inequívoco previsto no art. 2º, II, da Lei nº 9.783/99. 3. Na hipótese, não resta caracterizada a prescrição intercorrente reconhecida na sentença a quo, porquanto o processo administrativo não permaneceu inerte por mais de três anos (art. 1º, § 1º, da Lei nº 9.873/99). (TRF da 4ª Região, APELAÇÃO/REEXAME NECESSÁRIO Nº 5065566-17.2014.404.7000/PR, RELATOR: LUÍS ALBERTO D AZEVEDO

AURVALLE, julgado em 02/06/2015). Em sendo assim, é forçoso concluir, sob qualquer ângulo que se analise a pretensão deduzida, que não ocorreu a alegada prescrição intercorrente, considerando que foram praticados diversos atos para apuração da infração, atos esses que interromperam o prazo prescricional. Dito isso, oportuno demonstrar agora a inexistência também da prescrição da pretensão punitiva, vejamos A prescrição da pretensão punitiva não é aquela que ocorre no curso do processo devido a paralisação do mesmo (intercorrente), mas sim aquela relativa ao prazo conferido à Administração para adoção das providências cabíveis quando identificada uma infração. Para aferir a ocorrência da prescrição, deve ser considerada, no caso dos autos, a regra geral prevista no art. 21 do Decreto Federal n. 6514/2008, eis que à época da lavratura do auto de infração (26/11/2007) não estava em vigor o Decreto Estadual n. 1.986, de 01/11/2013, que trata especificamente das infrações ambientais no Estado de Mato Grosso, não podendo, assim, retroagir para reger o caso em análise. TRIBUTÁRIO FINSOCIAL -PRESCRIÇÃO - COMPENSAÇÃO - JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA I- A Lei Complementar no 118/2005 determinou alteração no artigo 174 do CTN. Estabeleceu que a prescrição para a propositura da ação de cobrança tributária seria interrompida pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal. Entretanto, ainda que a norma tenha entrado em vigor, A PRESCRIÇÃO É INSTITUTO DE DIREITO MATERIAL, o que faz com que a nova norma não se aplique a fatos pretéritos. (...)" (TRF-2 - APELAÇÃO CIVEL: AC 256818 RJ 2001.02.01.001164-0 - Desembargadora Federal TANIA HEINE - julgado em 14/11/2006) Dito isso, calha transcrever o art. 21 e 22 do Decreto 6.514/2008: Art. 21. Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado. §1º Considera-se iniciada a ação de apuração de infração ambiental pela administração com a lavratura do auto de infração. §2º Incide a prescrição no procedimento de apuração do auto de infração paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação. §3º Quando o fato objeto da infração também constituir crime, a prescrição de que trata o caput reger-se-á pelo prazo previsto na lei penal. §4º A prescrição da pretensão punitiva da administração não elide a obrigação de reparar o dano ambiental. Art. 22. Interrompe-se a prescrição: I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital; II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e III - pela decisão condenatória recorrível. Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo. Pois bem, da análise do dispositivo mencionado, extrai-se que o Estado pode autuar e formalizar o procedimento visando responsabilizar o requerente/agravado em 05 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato gerador do crédito, que, na hipótese, consubstancia-se em uma conduta ilícita. Logo, a prescrição da pretensão punitiva refere-se ao prazo que a Administração Pública tem para lavrar o auto de infração e iniciar, consequentemente, o respectivo processo administrativo, contado da data em que ocorreu a infração ambiental ou do dia em que tiver cessado, no caso de infração permanente ou continuada. Nota-se que não há nenhum substrato jurídico para se entender que a prescrição da pretensão punitiva refere-se ao prazo total de duração do processo administrativo, ademais sem considerar a presença de nenhum marco interruptivo. Tanto é assim, que mesmo com o advento do Decreto Estadual n. 1.986/2013, este Egrégio Sodalício já se manifestou em recente decisão do i. Desembargador Luiz Carlos da Costa, reconhecendo que "o prazo prescricional previsto no artigo 19, cabeça, do Decreto do Estado de Mato Grosso no 1.986, de 1o de novembro de 2013, está a se referir ao prazo para a Administração instaurar processo administrativo para apurar a existência de infração ambiental, não de hipótese de prescrição intercorrente".[1] Nesse mesmo sentido, assim também já decidiu a i. Desa. Helena Maria Bezerra Ramos no Agravo de Instrumento n. 1008286-40.2018.8.11.0000: "Ocorre que, o prazo prescricional previsto no artigo 19, caput, do referido Decreto, se refere a contagem do prazo de cincos anos para a instauração do processo administrativo ambiental e apuração da conduta ilícita, que se iniciará a partir do ato ilícito contra o meio ambiente, ou, no caso das infrações permanentes ou continuadas, quando da cessação da atividade ilegal. Difere-se, em contrapartida, da prescrição intercorrente que poderá se dar no curso do procedimento administrativo e decorre unicamente da inércia da Administração Pública em promover atos necessários ao deslinde da causa. No presente caso, o Magistrado de Primeiro Grau entendeu que a prescrição ocorreu no curso do processo administrativo, no entanto, o artigo retro mencionado não se trata de hipótese de prescrição intercorrente". Assim, diante de tais ponderações, evidente a INEXISTÊNCIA de prescrição da pretensão punitiva in casu, já que a queimada ocorreu no período proibitivo do ano de 2007, e o auto de infração foi lavrado em 27/11/2007. De mais a mais, ainda que se admita que a prescrição punitiva e a intercorrente são computadas conjuntamente a partir do início do Processo Administrativo Ambiental, não há base legal para se realizar a contagem do prazo de prescrição punitiva ignorando todos os atos processuais realizados pela Administração no curso do processo, havendo previsão legislativa expressa de atos interruptivos da prescrição. Com efeito, o art. 22 do Decreto 6.514/2008 (ou, ainda que se entenda não ser esta a legislação aplicável, o art. 20, do Decreto Estadual no 1.986/13), ao enumerar os marcos interruptivos da prescrição, não faz nenhuma distinção sobre quais seriam aplicados à modalidade intercorrente e quais seriam destinados à punitiva. Veja-se a redação dos dispositivos de ambos os diplomas legislativos: Art. 22, Decreto 6.514/2008. Interrompe-se a prescrição: I - pelo recebimento do auto de infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital; II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e III - pela decisão condenatória recorrível. Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem instrução do processo. Art. 20, Decreto Estadual no 1.986/13. Interrompe-se a prescrição: I - pelo recebimento do Auto de Infração ou pela cientificação do infrator por qualquer outro meio, inclusive por edital; II - por qualquer ato inequívoco da administração que importe apuração do fato; e III - pela decisão condenatória recorrível. Parágrafo único. Considera-se ato inequívoco da administração, para o efeito do que dispõe o inciso II, aqueles que impliquem em instrução ou impulso processual. Logo, não cabe ao julgador distinguir onde o legislador não o fez, ainda mais se for para excluir marcos que foram expressamente especificados pela lei. Verifica-se, portanto, sob qualquer ângulo que se analise a presente pretensão, que inexiste prescrição a ser reconhecida no presente caso e, por esse motivo, deve ser julgada improcedente a presente ação. 3. DA REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 33335/2008 - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE – INTIMAÇÃO VIA EDITAL. O requerente argumenta que não foi cientificado de nenhum ato administrativo ocorrido no bojo do processo administrativo n. 3335/2008. As alegações não prosperam. Conforme consta da cópia do procedimento administrativo juntado pelo próprio autor, verifica-se que a SEMA/MT, após a lavratura do Auto de Infração n. 109067, encaminhou a notificação do ato para o seguinte endereço: Rua das Palmeiras, n. 110, Setor Industrial, Sorriso, CEP 78890-000. Destaca-se que o próprio requerente havia informado tal endereço ao órgão ambiental no decorrer do processo administrativo de licenciamento n. 106893/2005, referente à propriedade rural denominada Fazenda Boa Esperança, conforme se observa pelo teor do ofício de pendência abaixo colacionado. Em que pese não constar nos autos o aviso de recebimento da referida correspondência, consta nos autos que a SEMA efetuou uma segunda tentativa de notificar o autuado via correspondência, desta vez para apresentação de alegações finais. Entretanto, não obteve êxito em razão da ausência do autuado (fls. 13/15). Intimou-o, ainda, para manifestar-se sobre a reincidência, conforme se nota da fl. 23 do processo administrativo. Sendo assim, intimou o autuado por edital para apresentações de alegações finais e para manifestar-se sobre a agravante – o que acabou também por intimá-lo da própria autuação. Ora, a Administração Pública Ambiental não dispõe de servidores semelhantes a oficiais de justiça, sendo certo, portanto, que é incabível a exigência de que se promovam diligências com o fim de descobrir o endereço dos autuados ou as razões pelas quais os mesmos não são encontrados pelos correios. Note-se, ainda, que a possibilidade de notificação por editais, quando esgotadas por tentativas por remessa postal, decorre de previsão inscrita na própria lei que regulamenta o processo administrativo ambiental no Estado de Mato Grosso (Lei Complementar nº 38/95). Assim, não há que se cogitar, portanto, de qualquer vício de forma ou mesmo de violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa, considerando que o autor fora devidamente notificado de todos os atos processuais, de modo que a sua irresignação não encontra qualquer respaldo. O que se vê, a bem da

verdade, é que o requerente, inconformado com o deslinde do processo administrativo que lhe impingiu a penalidade de multa, pretende, agora, a todo custo, forçar uma indevida interferência do Poder Judiciário no mérito de um procedimento totalmente escorreito e de acordo com as leis. Certo é que não prosperam os argumentos da requerente de que ocorreu nulidade no processo administrativo n. 33335/2008, uma vez que os atos praticados em seu curso seguiram os mandamentos previstos na lei de regência, razão pela qual os argumentos devem ser julgados improcedentes. 4. DA LEGITIMIDADE DA PARTE AUTUADA. EXISTÊNCIA DE NEXO CAUSAL. O requerente alega que a autuação seria nula em razão da sua suposta ilegitimidade para figurar como autuado no caso em questão, sob o fundamento de que não teria ateado o fogo em sua propriedade. Todavia, em que pese a tentativa empreendida, o entendimento exposto não pode em hipótese alguma prevalecer. Inicialmente, deve ser destacado que, conforme orienta o artigo 3º, inciso VI, da Lei n. 6.938/1981, considera-se poluidor, sob o regime da Lei de Política Nacional do Meio Ambiente, todo aquele que tenha contribuído ou estivesse em condições de contribuir para o evento nocivo, pessoa física ou jurídica. Confira-se, por oportuno, o destaque que segue transcrito: “Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: [...] IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;” Note-se que o texto é claro ao não requerer para a determinação da condição de poluidor a concorrência direta de um comportamento do agente, sendo suficiente, para este fim, a determinação de sua contribuição indireta para o resultado nocivo. Nesse norte, como o requerente não logrou êxito em colacionar provas robustas e capazes de demonstrar que não teve qualquer participação, ainda que indireta, no evento danoso, prevalece indene de dúvidas que o simples fato do ilícito ter se consumado em seu imóvel rural justifica, à míngua de prova em sentido contrário, o estabelecimento do nexo de causalidade para motivar seu dever de reparar o dano e justificar sua responsabilização administrativa, até mesmo porque restou incontroversa a ocorrência da queimada em sua propriedade. Nota-se que os agentes de fiscalização acertadamente demonstraram tanto a materialidade quanto a autoria da queimada que deu ensejo ao auto de infração n. º 109067, sobretudo porque decorreu da análise de imagens de satélite em atividades de monitoramento remoto realizadas pelo órgão ambiental estadual. Assim, não é possível eliminar do autor o dever de suportar a reparação dos danos, seja por meio da ação administrativa ou por meio de medidas de reparação civil. Não obstante o disposto acima, ressalta-se que a responsabilidade subjetiva por infração ambiental não decorre apenas do dolo, mas também da culpa lato sensu, a qual engloba negligência, imprudência e imperícia. Dessa maneira, uma vez que não foi negado o fato [o autor confirma que a queimada ocorreu], e, por todo o exposto acima, sob a perspectiva da aplicação do artigo 14, § 1º, da Lei n. 6.938/1981, afigura-se improcedente o pedido formulado na peça inicial. Por fim, não se pode perder de vista que a presente ação está questionando a validade de um auto de infração, que, assim como todo ato administrativo, é revestido da presunção de legitimidade e veracidade, que somente pode ser afastada mediante a produção de provas vigorosas que demonstrem eventual equívoco da Administração, cujo ônus, vale destacar, recai integralmente sobre o requerente. Aliás, assim é a lição de EDIS MILARÉ (in Direito do Ambiente. 3 ed. Editora Revista dos Tribunais. p. 698): “Portanto, em virtude desse atributo, o ônus da prova é carregado ao suposto infrator, a quem incumbe desconstituir o auto de infração, demonstrando estarem ausentes os pressupostos jurídicos da responsabilidade administrativa”. No mesmo sentido também é assente o entendimento jurisprudencial – verbis: ADMINISTRATIVO E AMBIENTAL. APELAÇAO. AÇÃO ORDINÁRIA. IBAMA. INFRAÇÃO AMBIENTAL. ANULAÇÃO. DESMATAMENTO SEM AUTORIZAÇÃO. APLICAÇÃO DA MULTA. ANULAÇÃO. ONUS DO AUTUADO. DESPROVIMENTO. 1. Foram lavrados autos de infração pelo IBAMA em razão de desmatamentos realizados sem a devida autorização. 2. As autuações lavradas pelo IBAMA por cometimento de infrações ambientais, atos administrativos que são, gozam do atributo de presunção de veracidade e legalidade, cabendo ao administrado desconstituí-los, mediante prova em contrário, o que não se verificou na hipótese. 3. Apelação conhecida e desprovida. (TRF1 - 6ª Turma - Relator Des. Federal Kassio Nunes Marques – Apelação n. 00127043220104014300 - julgado em 13/02/2017) Logo, por essas razões, deverá a demanda ser julgada improcedente. 5. DA COMPETÊNCIA DO AGENTE DE FISCALIZAÇÃO PARA AUTUAR O requerente alega, ainda, a incompetência do agente ambiental que lavrou o auto de infração, aduzindo que o referido agente não possuía atribuições de fiscalização. Acerca da competência para lavratura do Auto de Infração, a Lei Federal n° 9605/98, ao tratar do assunto em questão, estabeleceu o seguinte: Art. 70. Considera-se infração administrativa ambiental toda ação ou omissão que viole as regras jurídicas de uso, gozo, promoção, proteção e recuperação do meio ambiente. § 1º. São autoridades competentes para lavrar auto de infração ambiental e instaurar processo administrativo os funcionários de órgãos ambientais integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente SISNAMA, designados para as atividades de fiscalização, bem como os agentes das Capitanias dos Portos, do Ministério da Marinha. A Lei de Política Nacional do Meio Ambiente Lei Federal nº 6.938/81 -, por sua vez, elenca em seu artigo 6º os integrantes do SISNAMA, senão vejamos: Art. 6º. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente SISNAMA (...). Assim, verifica-se que os funcionários dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA são todos competentes para a lavratura do auto de infração. Impende ressalvar que a designação para o exercício da atividade fiscalizatória decorre do próprio Código Ambiental do Estado - Lei Complementar n. 38/95, que estabelece que o controle, o monitoramento e a fiscalização das atividades, competem aos seus agentes, ao dispor o seguinte em seu artigo 27, in verbis: Art. 27. O controle, o monitoramento e a fiscalização das atividades, processos e obras que causem ou possam causar degradação ambiental, serão exercidos pela SEMA, através de seus agentes, com observância dos seguintes princípios: I - o controle ambiental será realizado por todos os meios e formas legalmente permitidos, compreendendo o acompanhamento regular das atividades, processos e obras públicas e privadas, sempre tendo como objetivo a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado. II - a constatação operativa das infrações ambientais implicará na aplicação de um sistema de sanções gradativas e não cumulativas, caracterizadas em razão da natureza e gravidade de conduta medida por seus efeitos e ameaças que representem à integridade do meio ambiente. (g.n.) Assim, verifica-se que não só os analistas de meio ambiente, mas sim TODOS os funcionários dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA são competentes para a lavratura do auto de infração, independentemente a que título estejam integrando o quadro funcional do Órgão responsável pela proteção ambiental, se efetivos, comissionados ou cedidos. É evidente que o agente autuante, possuía plena atribuição para lavratura do auto de infração que ora é questionado. Dessa forma, em face do princípio da prevenção, previsto no art. 225, da Constituição, impedir o exercício do poder de polícia do órgão ambiental, quando os servidores possuem tal atribuição prevista em lei, já que nos termos do artigo 70, § 3º, da Lei Federal nº 9.605/98, a autoridade ambiental que “tiver conhecimento de infração ambiental é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante processo administrativo próprio, sob pena de corresponsabilidade”. Nesse sentido é a orientação da jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IBAMA. ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO. AUTO DE INFRAÇÃO. LAVRATURA. COMPETÊNCIA FUNCIONAL. ANALISTA ADMINISTRATIVO. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. 1. Nada impede que, dentro do trabalho de planejamento efetuado pelos analistas ambientais, haja a indicação de ocupantes de outros cargos para colocar em prática as ações de competência do órgão ambiental definidas pelo legislador. Ademais, a simples nomenclatura do cargo não possui o condão de limitar as atribuições do servidor, sendo desnecessária a criação de um cargo denominado "fiscal" para permitir o exercício do poder de polícia pelo IBAMA. 2. Com efeito, sendo a fiscalização a principal atividade do IBAMA, há ainda a possibilidade de designação de outros servidores, da mesma classe funcional ou não, sejam ou não comissionados, para o exercício desta atividade. Tanto é verdade que o artigo 17-Q da Lei nº. 6.938/81, com redação dada pela Lei 10.165/2000, permite que o IBAMA, inclusive, celebre convênios com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para que servidores destes entes desempenhem atividades de fiscalização ambiental, não restringindo a atribuição aos servidores de seu quadro. 3. Nessa linha de idéias, não seria lógico ou coerente com o princípio da prevenção, previsto no art. 225 da Constituição, impedir ou condicionar à criação de cargo específico o exercício do poder de polícia pelo IBAMA, quando outros servidores possuem tal atribuição prevista em lei. 4. Há entendimento pacificado nesta Corte de que deve ser obstada a inscrição do devedor em cadastros de

inadimplentes quando existe discussão judicial acerca do débito. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. (TRF-4 - AG: 16505 PR 2008.04.00.016505-0, Relator: LUIZ CARLOS DE CASTRO LUGON, Data de Julgamento: 25/11/2008, TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 14/01/2009). Logo, seria extremamente desproporcional desconsiderar todo o trabalho efetivado pela EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO da SEMA/MT, apenas e tão somente para privilegiar as formalidades inerentes à nomenclatura do cargo do agente autuante. De outro modo, ainda que fosse reconhecida eventual irregularidade formal quanto lavratura do auto de infração, a alegada nulidade NÃO trouxe qualquer PREJUÍZO às garantias do devido processo legal. É certo que a autuação em questão não merece qualquer censura, mormente porque será posteriormente CONVALIDADA pela autoridade competente no ato da emissão da decisão administrativa e homologação pelo Secretário de Estado do Meio Ambiente. Em caso semelhante, assim tem se posicionado a jurisprudência pátria: (...) 4. A situação expõe um conflito de princípios: de um lado, a formalidade do ato administrativo, que é essencial à segurança jurídica; de outro, o direito difuso de equilíbrio do meio ambiente, previsto constitucionalmente, que alcança toda a sociedade. 5. Diante da atribuição legal (Lei 9.605/98, art. 70, §1º) de competência para a todos os funcionários dos órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, tem-se que não se trata de competência exclusiva. A formalidade que está sendo valorada, no presente caso, não se apresenta como uma formalidade essencial. Nesse sentido, o STJ já decidiu que "o vício na competência poderá ser convalidado desde que não se trate de competência exclusiva, o que não é o caso dos autos. Logo, não há falar em nulidade do procedimento ..." (REsp 1348472, Rel.: Ministro HUMBERTO MARTINS, 2ª TURMA, DJe 28/05/2013). 6. Desse modo, diante da inconsistência da formalidade em questão aliada à importância do valor conferido ao direito difuso de se viver em um meio ambiente ecologicamente equilibrado, mostra-se razoável priorizar a proteção ao meio ambiente, razão pela qual merece reforma a sentença, para considerar válido o ato administrativo de autuação, a consequente aplicação da multa e o respectivo processo administrativo. (...) (TRF5 1ª Turma Recurso de Apelação n. 0800006-60.2014.4.05.8001 - Relator Desembargador Federal Convocado Emiliano Zapata Leitão) Assim, diante todas essas considerações, não há que se falar em nulidade do auto de infração por incompetência do agente autuante, eis que, repita-se: (a) a atribuição de fiscalização ambiental não é exclusiva dos analistas de meio ambiente; (b) a Lei Complementar Estadual n. 38/1995 confere atribuição fiscalizatória a TODOS os funcionários/servidores do Órgão de proteção ambiental, no caso, a SEMA/MT; (c) ainda que fosse reconhecida eventual irregularidade formal quanto à lavratura do auto de infração, não restou demonstrado, por outro lado, qualquer PREJUÍZO que possa justificar a declaração de nulidade do ato; (d) o ato foi perfeitamente submetido ao devido processo legal e CONFIRMADO/CONVALIDADO pela autoridade competente; (e) a relevância do bem tutelado não pode ser suplantada ante uma mera formalidade que não embaraçou em nada o devido processo legal no caso e muito menos alterou a substância do ato. Logo, diante de tais ponderações, inexiste nulidade no processo administrativo oriunda do agente autuante. 6. DA INEXIGIBILIDADE DE PRÉVIA ADVERTÊNCIA. Em que pesem os argumentos declinados na exordial, desde logo deve ser consignado que os mesmos não merecem prosperar no que tange à obrigatoriedade de aplicação de advertência prévia. Sem razão o requerente. A advertência não é pressuposto para a aplicação de nenhuma outra penalidade, inclusive a de multa, notadamente porque assim preceituam os artigos 5º e 6º, do Decreto Federal n. 6.514/2008: Art. 5o A sanção de advertência poderá ser aplicada, mediante a lavratura de auto de infração, para as infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente, garantidos a ampla defesa e o contraditório. § 1o Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa máxima cominada não ultrapasse o valor de R$ 1.000,00 (mil reais), ou que, no caso de multa por unidade de medida, a multa aplicável não exceda o valor referido. (...) Art. 6o A sanção de advertência não excluirá a aplicação de outras sanções. (destaque nosso). Acerca do assunto, bastante esclarecedora é a lição de EDIS MILARÉ, em sua obra Direito do Ambiente, Ed. Revista dos Tribunais, pp 700 e 701, in verbis: “Essa penalidade, conforme reza o § 2º do art. 72 da Lei 9.605/98, será aplicada pela inobservância da legislação ou dos regulamentos (p. ex., lançamento de efluentes fora dos padrões), sem prejuízo das demais sanções aplicáveis. (...) A interpretação literal desse dispositivo, sem considerar o disposto no art. 6º da Lei 9.605/98, tem levado ao equivocado entendimento de que, em toda e qualquer infração, a advertência deveria sempre preceder a aplicação das penalidades mais graves, e, ainda, que jamais seria aplicada isoladamente. O bom senso repudia esse entendimento. O art. 6º da Lei 9.605/98 e o art. 6º do Dec. 3.179/99 deixam muito claro que a aplicação de qualquer penalidade há de considerar a gravidade do fato e os antecedentes do infrator. Por esse motivo, conforme as características do caso, nada impede que a autoridade aplique diretamente a multa ou outra sanção que entender cabível, independentemente da incidência de uma advertência anterior. ” E ainda segundo o entendimento de Curt Trennepohl[1]: “Ao contrário do que comumente é alegado nas defesas de quem é autuado administrativamente, o que determina qual a penalidade aplicável é o tipo e a gravidade da transgressão cometida, não cabendo uma progressão gradativa na ordem estabelecida pela lei. Isto é, a aplicação de multa simples ou de embargo de atividade não precisa ser, necessariamente, precedida pela advertência. A advertência é aplicável como medida de precaução, para evitar que alguma atividade resulte em dano ao meio ambiente. (...) A prática de qualquer dos tipos específicos, com penalidade dosada no Decreto nº 3.179/99, sujeita o infrator àquelas penas”. Sendo assim, diante de tais ponderações, evidente que o ato ora questionado encontra-se em perfeita sintonia com a legislação pátria e que não há, portanto, nada que possa ensejar a pretendida declaração de nulidade. Logo, requer seja julgada totalmente improcedente a presente ação. 7. VALOR DA MULTA. FIXAÇÃO NO MÍNIMO LEGAL. O requerente sustentou, ainda, que o valor da multa estipulada ofenderia ao princípio da proporcionalidade. No entanto, apesar da irresignação externada, contata-se que os dispositivos infringidos não preveem pena máxima e pena mínima. De fato, os artigos 28 e 40, ambos do Decreto Federal n. 3.179/1999 estabelecem valores fixos, senão vejamos: “Art. 28. Provocar incêndio em mata ou floresta: Multa de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), por hectare ou fração queimada.” “Art. 40. Fazer uso de fogo em áreas agropastoris sem autorização do órgão competente ou em desacordo com a obtida: Multa de R$ 1.000,00 (mil reais), por hectare ou fração.” Portanto, observa-se que o órgão ambiental fixou a pena de multa seguindo rigorosamente os valores indicados pela legislação para cada hectare degradado. Cabe destacar, ainda, que ante a reincidência específica, o valor total da multa foi triplicado, conforme determina expressamente o parágrafo único do artigo 10, do Decreto Federal n. 3.179/1999. Veja-se: Art. 10. Constitui reincidência a prática de nova infração ambiental cometida pelo mesmo agente no período de três anos, classificada como: I - específica: cometimento de infração da mesma natureza; ou II - genérica: o cometimento de infração ambiental de natureza diversa. Parágrafo único. No caso de reincidência específica ou genérica, a multa a ser imposta pela prática da nova infração terá seu valor aumentado ao triplo e ao dobro, respectivamente. Com essas considerações, resta evidente que não prosperam as alegações do autor. 8. DA CONVERSÃO DA MULTA EM SERVIÇOS DE PRESERVAÇÃO, MELHORIA E RECUPERAÇÃO DA QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE. MT-LEGAL. LEI COMPLEMENTAR N. 343/2008 E DECRETO N. 2.238/2009. NÃO APLICABILIDADE. Ressalta ainda que faria jus à conversão da multa em prestação de serviços, uma vez que teria aderido ao Programa MT Legal. As alegações não devem ser acolhidas. Verifica-se que o auto de infração n. 109067 foi lavrado no dia 26/11/2007. Sendo assim, o requerente não poderia ser beneficiado pelos efeitos da Lei Complementar Estadual n. 343/2008, como requer, considerando que a referida Lei só foi regulamentada em 13/11/2009, por intermédio do Decreto Estadual n. 2.238/2009, posteriormente revogado pelo Decreto 420, de 05/02/2016. Conforme se pode verificar do texto do artigo 2º, §§ 1º e 3º, do Decreto Estadual n. 2.238/2009, somente poderiam ser beneficiados pelos efeitos do programa os proprietários que ainda não tivessem sido autuados ao tempo de sua adesão ao CAR. Confira-se, por oportuno, os destaques do dispositivo referido: Art. 2° Para a adesão ao MT LEGAL, o proprietário ou possuidor de imóvel rural deverá requerer o Licenciamento Ambiental das atividades nele desenvolvidas, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data de publicação deste decreto. §1° O proprietário ou possuidor de imóvel rural que, até dezembro de 2007, tiver convertido área de preservação permanente e/ou reserva legal em extensão superior a estabelecida na legislação e que aderir ao MT LEGAL, no prazo fixado no caput, não será autuado e deverá regularizar o seu passivo ambiental no curso do processo de licenciamento ambiental, mediante Termo de Ajustamento de Conduta. §2° O proprietário ou possuidor rural que, até dezembro de 2007, tenha convertido a vegetação nativa de área passível,

para uso alternativo do solo, sem a devida licença ambiental, e que aderir ao MT LEGAL, não sofrerá autuação. §3° O proprietário ou possuidor que tiver feito exploração seletiva na área de reserva legal, sem autorização, até dezembro de 2007, não será autuado desde que se comprometa, mediante Termo de Ajustamento de Conduta, a recuperar a área degradada. §4º As infrações não lavradas em decorrência da adesão ao Programa Mato-grossense de Regularização Ambiental Rural se farão constar dos termos de ajustamento de conduta ambiental firmados, cuja exigibilidade e prescrição ficarão suspensas até o cumprimento integral das obrigações ajustadas. Analisando o texto, constata-se que o decreto regulamentar, posterior à lavratura do auto de infração, restringe os benefícios do programa às hipóteses em que ainda não havia autuação, não retroagindo para desconstituir os autos de infração já lavrados, sendo que, para estes vige o princípio tempus regit actum, previsto no art. 6º da LINDB. Desse modo, conclui-se não ser aplicável a conversão da multa solicitada. 9. PEDIDOS Ante o exposto, o Estado de Mato Grosso requer sejam julgados totalmente improcedentes os pedidos deduzidos na peça vestibular, condenando-se, via de consequência, a requerente ao pagamento dos ônus sucumbenciais, notadamente os honorários advocatícios. Pugna, outrossim, pela utilização de todas as provas legalmente admitidas. Termos em que pede deferimento. Cuiabá (MT), 13 de dezembro de 2019. Paola Biaggi Alves de Alencar Procuradora do Estado [1] TRENNEPOHL. Curt. Infrações contra o meio ambiente: multas e outras sanções – comentários ao Decreto nº 3.179, de 21.09.1999. Editora Fórum, p. 77.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1012440-22.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FUNDACAO DE SAUDE COMUNITARIA DE SINOP (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KAREN RUBIN OAB - MT10803/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE SINOP/MT Autos nº: 1012440-22.2019.8.11.0015. Requerente: FUNDACAO DE SAUDE COMUNITARIA DE SINOP. Requerido: ESTADO DE MATO GROSSO. O ESTADO DE MATO GROSSO, já qualificado nos autos, por meio de seu Procurador do Estado subscritor, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência, nos autos da ação em epígrafe, que lhe move a já qualificada parte autora FUNDACAO DE SAUDE COMUNITARIA DE SINOP, apresentar CONTESTAÇÃO, com base no artigo 335 e ss. do Código de Processo Civil, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas. I - RESUMO DA INICIAL Trata-se de ação de cobrança em que a parte autora alega que celebrou contrato administrativo denominado "Contrato de Gestão n. 006/2012/SES/MT", cujo objeto era o gerenciamento e operacionalização dos serviços de saúde dentro do Hospital Regional de Sinop. Aduz que na data de 04/11/2014 o Hospital Regional de Sinop sofreu intervenção, nos termos do Decreto n. 2.588/2014, sendo que a intervenção determinava que no prazo de 30 (trinta) dias o Estado instaurasse procedimento administrativo para apuração de irregularidades no gerenciamento do hospital. Narra que em 01/02/2016, o contrato de gestão foi restituído à Fundação. Alega que após a retomada, foi assinado o Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato "repactuando os serviços que seriam disponibilizados à população, valores de repasses e obrigação do Estado/SES-MT acerca do ressarcimento dos gastos com custeio da unidade que ultrapassassem o valor mensal do repasse". Aduz que a Secretaria de Estado de Saúde decidiu por ressarcir as diferenças no período entre fevereiro a agosto de 2016 e, após isso, por meio de avaliações trimestrais dos técnicos da SES. Afirma que, todavia, o pagamento nunca ocorreu. Em razão disso, pede a condenação do Estado de Mato Grosso ao pagamento de R$ 8.293.537,55 (oito milhões, duzentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e cinco centavos). O magistrado competente acertadamente negou o pedido de antecipação de tutela, nos seguintes termos (Id 24613408): Nesse mesmo sentido, quanto a este último requisito, a EXPERIÊNCIA tem DEMONSTRADO, especialmente em razão das inúmeras DEMANDAS afetas à SAÚDE PÚBLICA que TRAMITARAM perante este Juízo e que se SOLUCIONAVAM, em sua maioria, com BLOQUEIOS JUDICIAIS, que o ESTADO DE MATO GROSSO sempre apresenta NUMERÁRIOS SUFICIENTES e À DISPOSIÇÃO, representados pelos BLOQUEIOS FRUTÍFEROS em TODOS os CASOS, razão pela qual NÃO se CONFIGURA eventual PERIGO DE DANO ou RISCO ao RESULTADO ÚTIL desse PROCESSO. Verifica-se, portanto, que o PEDIDO, como dito, apresenta uma CONSEQUÊNCIA SATISFATIVA e IRREVERSÍVEL, de maneira que sua execução produz resultado prático que INVIABILIZA o RETORNO ao "status quo ante", em caso de sua revogação, conforme art. 300, § 3º, do CPC que preceitua que "a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão". Com efeito, o PEDIDO na forma PRETENDIDA acarretaria no RECONHECIMENTO do PROVIMENTO DEFINITIVO da tutela pretendida na inicial, ou seja, em SEDE IMPRÓPRIA estar-se-ia proclamando o JUÍZO de CERTEZA, o que só é possível com a REGULAR INSTRUÇÃO PROBATÓRIA e por meio do JUÍZO de COGNIÇÃO EXAURIENTE. De outra banda, nada impede que o pedido de TUTELA de URGÊNCIA seja renovado, entretanto nessa quadra processual, o INDEFERIMENTO é medida que se impõe. "Ex positis", "INDEFIRO a TUTELA ANTECIPADA postulada. É a síntese do necessário. As alegações não merecem ser acolhidas, conforme se demonstrará. II - DO DIREITO II.1 - SUPRESSÃO DA FASE DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO – SEM INTERESSE Em relação a eventual designação de audiência conciliatória, tem-se que o Procurador do Estado não dispõe de prerrogativas atinentes à disposição de direitos de natureza pública, cujo cariz de indisponibilidade se impõe. Noutros dizeres, tratando-se de interesses indisponíveis, tal como aqueles em voga, não se mostra condizente a transação, mormente por agente destituído de competência para tanto. Ressalte-se que, de acordo com a Lei Complementar Estadual 111/2002, em seu art. 8º, VII, apenas o Procurador-Geral do Estado pode transigir em juízo, o que denota a excepcionalidade da circunstância. Por conseguinte, a inaptidão para transacionar direitos ou interesses do Estado de Mato Grosso, aliado à própria indisponibilidade destes, tornaria inócua a participação em audiência de conciliação. Ante o exposto, e em atenção ao Ofício Circular nº 03/GPG/PGE/2016, datado de 18 de março de 2016, o Estado de Mato Grosso manifesta, expressamente, o desinteresse na composição consensual, para os fins do art. 334, § 4º, inciso I do Código de Processo Civil, requerendo a supressão da fase de designação de audiência. II.2 - DA IMPUGNAÇÃO À JUSTIÇA GRATUITA É certo que para a concessão dos benefícios da justiça gratuita à pessoa física basta a simples afirmação de sua pobreza, nos termos do art. 99, § 3º, do CPC/15. Contudo, a situação é diversa quando se trata de pessoa jurídica. Ao contrário do que ocorre com a pessoa natural, não basta à pessoa jurídica alegar a insuficiência de recursos, precisa provar o fato de estar em situação inviabilizadora da assunção dos ônus decorrentes do ingresso em juízo, ainda que se trate de pessoa jurídica sem fins lucrativos. A jurisprudência é pacífica nesse sentido, estando consolidada pela súmula 481, do Superior Tribunal de Justiça: Súmula 481 do STJ: "Faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais." (grifo nosso) Nesse sentido, também, é o seguinte acórdão do Superior Tribunal de Justiça: "3. O fato de se tratar de associação sem fins lucrativos, por si só, não gera direito à isenção no recolhimento das custas do processo, e para obtenção do benefício é mister a demonstração de miserabilidade jurídica. Súmula 83/STJ." (STJ – 4ª Turma - REsp 1281360/SP – Rel. Min. Luiz Felipe Salomão – J. 21.06.2016 – DJe 01.08.2016). Desse modo, o ônus da prova pertence à autora, que se trata de pessoa jurídica. Para concessão do benefício, esta precisa demonstrar, de forma satisfatória, a impossibilidade de arcar com os custos do processo sem comprometer a existência da entidade. A comprovação da miserabilidade jurídica deve ser feita de maneira contextualizada, por meio de documentos públicos ou particulares, que retratem a precária situação financeira da entidade, como, por exemplo, a declaração de imposto de renda, livros contábeis registrados na junta comercial, etc. No caso em exame, não há prova alguma de que a autora está em dificuldade financeira. Quanto a isso, não há que se falar em dever do impugnante de trazer provas aos autos de que a parte autora não deveria gozar do benefício da justiça gratuita. Isso seria prova diabólica, uma vez que somente a empresa autora tem acesso às suas próprias receitas. Por essas razões, requer seja a parte autora intimada para pagamento das custas processuais, devendo ser indeferido o pedido de justiça gratuita. II.3 - DA INEXISTÊNCIA DO DÉBITO – QUITAÇÃO CONFORME O MEMORANDO Nº 1214/2019/2019/GBSAAF/SUPF/SES/MT – NECESSIDADE DE PAGAMENTO EM DOBRO Diante da presente ação movida pela parte autora, foi enviado Ofício nº

4.076/2019/PGE-MT/Subjudicial à Secretaria do Estado de Saúde, questionando acerca da veracidade das alegações. Em resposta, adveio o Memorando nº 1214/2019/GBSAAF/SUPF/SES/MT, junto com o Ofício nº 3883/2019/UNIDADEJURIDICA/GBSES-PGE/HE, em que se afirmou o seguinte: "(...) Em referência ao processo nº 554117/2019, Memorando Interno nº 2534/2019/UNIDADEJURIDICA/GBSES/SES-MT, referente à ação de cobrança judicial nº 1012440-22.2019.811.0015, que solicita informações acerca da diferença dos gastos de custeio do Hospital Regional de Sinop no período de fevereiro a agosto de/2016, informamos que as competências questionadas passaram pela avaliação da área técnica competente e, após a apuração do quantitativo e qualitativo dos serviços prestados foram apontados os valores efetivamente devidos, de modo que o período questionado encontra-se devidamente pago, conforme relatório FIP 680 anexo. (...)" Em razão disso, deve ser aplicado o art. 940 do Código Civil, que assim prevê: Art. 940. Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressalvar as quantias recebidas ou pedir mais do que for devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição. Desse modo, estando demonstrado que a dívida já foi paga, conforme informou a Secretaria de Saúde do Estado nos documentos em anexo, o autor da presente ação deve ressarcir o Estado de Mato Grosso em dobro, em sede de reconvenção. II.4 - DA IMPOSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DE TUTELA PROVISÓRIA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA QUE IMPLIQUE OBRIGAÇÃO DE PAGAR Como se sabe, a Fazenda Pública se submete ao regime de precatórios, conforme impõe o art. 100 da CF/88. Por este motivo, foi editada a Lei nº 8.437/1992, disciplinando especificamente a possibilidade de concessão de medidas cautelares em face do poder Público. Em seu art. 1º há a seguinte previsão: Art. 1° Não será cabível medida liminar contra atos do Poder Público, no procedimento cautelar ou em quaisquer outras ações de natureza cautelar ou preventiva, toda vez que providência semelhante não puder ser concedida em ações de mandado de segurança, em virtude de vedação legal. § 1° Não será cabível, no juízo de primeiro grau, medida cautelar inominada ou a sua liminar, quando impugnado ato de autoridade sujeita, na via de mandado de segurança, à competência originária de tribunal. § 2° O disposto no parágrafo anterior não se aplica aos processos de ação popular e de ação civil pública. § 3° Não será cabível medida liminar que esgote, no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação. § 4° Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado. § 5o Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários. (destacamos) De outro giro, o art. 2º-B da Lei 9.494/97 assim prevê: Art. 2o-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado. Com disposição semelhante, a Lei nº 12.016/2009, que disciplina o Mandado de Segurança, assim prevê seu art. 7º, §2º: Art. 7o Ao despachar a inicial, o juiz ordenará: (...) § 2o Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza. Desse modo, é de fácil constatação a impossibilidade de concessão de medida cautelar cujo objeto seja sequestro de valores do Estado, por afrontar disposição legal expressa (art. 1º da Lei 8.437/1992 c.c art. 7º, §2º da Lei 12.016/2009). De mais a mais, a decisão esgota o objeto da ação, o que afronta o art. 1º, §3º da Lei 8.437/1992. É importante destacar que o presente não se insere entre aqueles em que o Supremo Tribunal Federal excepcionalmente admite a concessão de medida cautelar em face do Poder Público. Desse modo, não é cabível a antecipação de tutela pleiteada na inicial. III - DOS PEDIDOS Ante o exposto, requer: a) A revogação do benefício da justiça gratuita; b) Seja julgada a improcedente a ação; c) Seja a parte autora condenada a pagar em dobro o valor cobrado do Estado de Mato Grosso; d) Seja a parte autora condenada ao pagamento de honorários e custas processuais; e) A juntada do Ofício n. 3883/2019/UNIDADEJURIDICA/GBSES-PGE/HE. Nestes termos, pede deferimento. Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2019. Pedro Salim Carone Procurador do Estado

Despacho Classe: CNJ-35 CAUÇÃO
Processo Número: 1014923-25.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALAN EDWARD BACHINSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALINE ZAMPIERI PEDROSO OAB - PR45950 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1014923-25.2019.8.11.0015 REQUERENTE: ALAN EDWARD BACHINSKI REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. I - A ANÁLISE do PEDIDO LIMINAR passa necessariamente pela verificação de ESCLARECIMENTOS a serem prestados pelo Requerido, razão pela qual, em ANALOGIA ao disposto no artigo 2º da Lei nº 8.437/92, DETERMINO a NOTIFICAÇÃO do Requerido para que, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, INFORME se foi proposta Ação de Execução Fiscal referente as CDA's n° 20193214248 (ID. 26807796), n° 201613468 (ID. 26807801), n° 2017502089 (ID. 26807807), n° 20174344 (ID. 26807817) e n° 201517062 (ID. 26807819), INDICANDO, em caso positivo, os NÚMEROS das respectivas ações. II - DECORRIDO o PRAZO, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1014764-82.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (EMBARGANTE)
ITAU UNIBANCO S.A. (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CAVARGE JESUINO DOS SANTOS OAB - SP242278 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (EMBARGADO)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1014764-82.2019.8.11.0015 EMBARGANTE: ITAU UNIBANCO S/A, ITAU UNIBANCO S.A. EMBARGADO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. I – Inicialmente, cumpre os seguintes esclarecimentos: Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal – LEF: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". Logo, a EFETIVAÇÃO da GARANTIA da EXECUÇÃO configura PRESSUPOSTO NECESSÁRIO ao PROCESSAMENTO dos EMBARGOS à EXECUÇÃO, em se tratando de EXECUÇÃO FISCAL, objeto da Lei 6.830/1980. Embora o art. 914 do Código de Processo Civil – que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo – tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, eis que, em decorrência do PRINCÍPIO da ESPECIALIDADE, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Na lição de Humberto Theodoro Júnior: "(...) a segurança do juízo, na espécie, é uma condição de procedibilidade, ou seja, uma condição da ação, a cuja falta o pedido do devedor se torna juridicamente impossível". Neste sentido segue o entendimento do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEF SOBRE O CPC. 1. Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal que "não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". 2. A efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. 3. Embora o art. 736 do Código de Processo Civil - que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo - tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, tendo em vista que, em decorrência do princípio da especialidade, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Precedente do STJ. 4. Recurso Especial não provido.

(STJ - REsp: 1225743 RS 2010/0227282-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/02/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2011) (grifo nosso). Daí se conclui que a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da mencionada Lei 6.830/1980. II – Nesse sentido, considerando que o EMBARGANTE oferece o DEPÓSITO JUDICIAL nos autos da EXECUÇÃO FISCAL PJE nº 1004314-80.2019, conforme COMPROVA em ID. 26616337 destes Embargos, representando, dessa forma, a GARANTIA do JUÍZO, nos termos do artigo 16, inciso III, da L.E.F., RECEBO os EMBARGOS para DISCUSSÃO, atribuindo EFEITO SUSPENSIVO; III - Após, INTIME-SE a parte EMBARGADA para, querendo, IMPUGNAR os EMBARGOS no prazo de 30 (trinta) dias, conforme disposição do artigo 17 da L.E.F.; IV - Apresentada impugnação pela parte Embargada, INTIME-SE a parte EMBARGANTE para MANIFESTAR, no prazo de 15 (quinze) dias; V – Por fim, DETERMINO o APENSAMENTO dos presentes à EXECUÇÃO FISCAL PJE nº 1004314-80.2019.8.11.0015; VI - Decorridos os prazos, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005218-71.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA FERREIRA DA CUNHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILBERTO VARGAS (RÉU)
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP 6ª VARA CÍVEL - FAZENDA PÚBLICA #1005218-71.2017.8.11.0015 AUTOR: CARLA FERREIRA DA CUNHA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, GILBERTO VARGAS Vistos etc. I – CERTIFIQUE-SE quanto EVENTUAL DECURSO do PRAZO para IMPUGNAÇÃO; II - DETERMINO a INTIMAÇÃO das PARTES para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ESPECIFIQUEM as PROVAS que, eventualmente, pretendem produzir, especificando e delimitando a pertinência das mesmas, para, APÓS aportados os petitórios, sejam os autos feitos em conclusão para DECISÃO DE SANEAMENTO, nos termos do art. 357 do CPC/2015, ou, se for o caso, JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE; III – Decorridos os prazos, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 72170 Nr: 919-54.2006.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ILO OSCAR SOARES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO, JOAO CARLOS CORREA DE OLIVEIRA, 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE SINOP/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS - OAB:7429/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSOR PÚBLICO - SINOP - OAB:, MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA(Proc. Do Estado de MT) - OAB:MT 0000, OVÍDIO ILTOL ARALDI - OAB:MT / 7.974-B
Vistos etc.
I – Considerando que a PERÍCIA GRAFOTÉCNICA é IMPRESCINDÍVEL para CONSTATAR a FALSIDADE da ASSINATURA oposta no documento de TRANSFERÊNCIA do VEÍCULO e que a parte Autora DESISTIU da REALIZAÇÃO da REFERIDA PROVA, INTIME-A, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, REQUEIRA o que ENTENDER de DIREITO.
II – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO.
Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 95946 Nr: 2965-45.2008.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDVINO RIBEIRO WOLLINGER
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KELMA REGINA BARBERATO - OAB:MT/10.814-B, LUANA SILVA LIMA NOGUEIRA - OAB:16050-MT, MASSAKI TARUMOTO - OAB:9281-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERNANI DA SILVA LARA NETO CASTRILLON - OAB:CRM/MT 7922
Vistos etc.
I – INTIME-SE a parte Autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, MANIFESTE-SE quanto a eventual PERDA do OBJETO da presente ação, eis que ao que tudo indica FOI CONCEDIDO ADMINISTRATIVAMENTE o benefício de APOSENTADORIA POR INVALIDEZ n° 610.373.288-7, SEM DECISÃO JUDICIAL.
II – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO.
Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 102503 Nr: 9518-11.2008.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JORGE FERNANDES DE FARIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HENEI RODRIGO BERTI CASAGRANDE - OAB:7483-B/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DILSON FERREIRA PEDROSA FILHO -PROCURADOR FEDERAL - OAB:5416
Vistos etc.
I – Diante do ACÓRDÃO de fls. 122-127, que DECLAROU a NULIDADE da SENTENÇA e DETERMINOU que fosse INTIMADO o PERITO para PRESTAR ESCLARECIMENTOS, DEFIRO o PETITÓRIO de fls. 69-71 e fls. 134-135, ao que DETERMINO a INTIMAÇÃO dos PERITOS Dr. Nelson Urio e Dr. Rogério O. Mendonça, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, ESCLAREÇA a contrariedade alegada pela Requerente às fls. 69-71 e RESPONDA aos QUESITOS do JUÍZO (fls. 49-v), bem como aos da parte Autora (fls.12);
II – Com o aporte, INTIMEM-SE as PARTES para MANIFESTAÇÃO, no prazo de 15 (quinze) dias.
Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 228723 Nr: 4861-79.2015.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EDGLEIS PEREIRA DE ARAUJO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VOLMIR RUBIM - OAB:OAB/MT 13.078
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
"Ex positis", JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da parte Autora, a fim de CONDENAR a parte Requerida a IMPLANTAR o benefício previdenciário de AUXÍLIO-ACIDENTE em favor de EDGLEIS PEREIRA DE ARAUJO a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença que se deu em 25/08/2010, que corresponderá a 50% do valor do salário de benefício, sendo pago até a véspera do início de qualquer aposentadoria, ou até a data do óbito do segurado, pagando as parcelas devidas e vencidas atualizadas de acordo com os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança (artigo 1º-F, da Lei nº 9.494/97 – introduzido pela Lei n. 11.960/09), observando a prescrição quinquenal, prevista no artigo 104 da Lei 8.213 /1991, quando for o caso. Via de consequência, DECLARO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, I do CPC/2015.Em cumprimento ao Provimento n° 20/2008 – CGJ, para melhor auxiliar a PGF no cumprimento da sentença, descrevo os DADOS NECESSÁRIOS à IMPLANTAÇÃO do BENEFÍCIO em favor da parte Requerente:*Nome do segurado: EDGLEIS PEREIRA DE ARAUJO* CPF: 001.723.971-03*Benefício Concedido: Auxílio-Acidente

*RMI - Renda mensal inicial: vide art. 86 da Lei n.º 8.213/91.*DIB Data do início do Benefício: a PARTIR do DIA SEGUINTE ao da CESSAÇÃO do AUXÍLIO-DOENÇA que se deu em 25/08/2010.Prazo para cumprimento da sentença: 30 (trinta) diasCópia desta sentença servirá como OFÍCIO REQUISITÓRIO ao INSS, para que proceda IMPLANTAÇÃO DO BENEFÍCIO em nome da parte Autora, na forma acima exposta, devendo apresentar a este juízo o COMPROVANTE DA IMPLANTAÇÃO.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 222612 Nr: 1222-53.2015.811.0015
AÇÃO: Impugnação ao Valor da Causa->Incidentes->Outros Procedimentos->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CONSTRUTORA IMPACTO LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE SINOP - MT.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA GABRIELA VIEIRA ADAMI - OAB:14043/MT, THIAGO SILVA MENDES - OAB:MT/14.934
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
I – Não obstante, a Impugnante ter alegado que o valor da causa deveria ser R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), eis que a ação principal pretende a obtenção da Certidão Negativa de Débitos, que não foi emitida em razão de débitos junto a Receita Federal, não colaciona aos autos, documentos que comprovem referido valor.
II – Sendo assim, INTIME-SE a parte Impugnante, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, COLACIONE aos AUTOS DOCUMENTOS que COMPROVEM o VALOR dos DÉBITOS junto à RECEITA FEDERAL.
III – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO.
Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 216731 Nr: 16132-22.2014.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSTRUTORA IMPACTO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DIRCEU DA SILVA - OAB:, MARCEL NATARI VIEIRA - OAB:13422-MT, Silverio Gonçalves Pereira - OAB:OAB/MT4720/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA GABRIELA VIEIRA ADAMI - OAB:14043/MT, PEDRO FERREIRA MENDES - OAB:MT-3.167-A, THIAGO SILVA MENDES - OAB:MT/14.934
Vistos etc.
I – Em razão do lapso temporal entre a presente e a data do protocolo da petição de fls. 176-178, INTIME-SE a parte Autora, por intermédio do PROCURADOR JURÍDICO subscritor do PETITÓRIO de fls. retro, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, INFORME se houve CUMPRIMENTO do ACORDO, REQUERENDO o que ENTENDER de DIREITO.
II – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO.
Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 102776 Nr: 9783-13.2008.811.0015
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): SONOCLEL IND. E COM. DE ESPUMAS LTDA, SAMUEL JOAQUIM JACOBS COSTA, CLAUDIO DUBIANI REZENDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOW JÚNIOR (SUBPROCURADOR-GERAL FISCAL) - OAB:SUBPROCURADOR
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS - OAB:5395-B
"Ex positis", PRONUNCIO a PRESCRIÇÃO do CRÉDITO TRIBUTÁRIO EXECUTADO nestes autos, e conseqüentemente, DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO do MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso II do Código de Processo Civil/2015. Concernente à TUTELA CAUTELAR postulada, este Juízo entende que o "fumus bonis juris" e o "periculum in mora" estão demonstrados pelos próprios fundamentos da sentença. Assim, ANTECIPO a TUTELA JURISDICIONAL PRETENDIDA e DETERMINO que o Exequente se ABSTENHA de incluir a dívida de CDA 20093079 na conta corrente do Executado Samuel Joaquim Jacobs e consequentemente EXPEÇA em seu favor a CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FISCAIS junto a SEFAZ/MT e PGE/MT. Quanto à sucumbência, DEIXO de CONDENAR o EXEQUENTE nas CUSTAS PROCESSUAIS, em razão do direito à isenção de custas, nos termos do art. 3º da Lei 7.603/2001 e artigo 46.0 da CNGC/MT, CONTUDO CONDENO-O ao pagamento dos HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS no valor de 10% sobre o valor da causa, conforme artigo 85, § 2º e § 3º, inciso I, do CPC/2015. Havendo penhora, PROCEDA-SE com as baixas necessárias, expedindo-se o necessário, bem como o DESBLOQUEIO DE CONTAS. Transcorrido "in albis" o prazo recursal, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado e, após, ARQUIVE-SE os autos mediante observância das formalidades legais. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 231984 Nr: 6854-60.2015.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCOS APARECIDO DE AGUIAR
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCOS APARECIDO DE AGUIAR - OAB:9769/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc. (...) "Ex positis", NÃO CONHEÇO dos EMBARGOS de DECLARAÇÃO interpostos, seja pela sua INTEMPESTIVIDADE, seja por restar PREJUDICADA sua ANÁLISE em razão do JULGAMENTO do RE 870.947 (Tema 810 STF). CUMPRA-SE a SENTENÇA de fls. 97-101. Oportunamente, CONCLUSO. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte
Cod. Proc.: 255049 Nr: 864-54.2016.811.0015
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): WESTER CARDOSO CAMPOS, AUSTRUGESILO VIEIRA DOS SANTOS, WESTER CARDOSO CAMPOS, STEPHANY RAYMARA SANTOS CARDOSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MÔNICA PAGLIUSO SIQUEIRA(Proc. Do Estado de MT) - OAB:MT 0000
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIA GRAZIELA MARTINS PORTO - OAB:12579
"Ex positis", CONHEÇO dos EMBARGOS DECLARATÓRIOS, SANANDO a ventilada OMISSÃO, no entanto NEGO-LHES PROVIMENTO.Assim, INTIME-SE o EXCEPTO para IMPUGNAR a EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE oposta às fls. 23-51, no prazo de 30 (trinta) dias, em analogia ao disposto no art. 17 da Lei nº 6.830/80.Após, INTIME-SE o EXCIPIENTE para MANIFESTAR, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorridos os prazos, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO.Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 184266 Nr: 5342-13.2013.811.0015
AÇÃO: Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública->Procedimento de Cumprimento de Sentença/Decisão->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: DERLI SCHIMER
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE SINOP - MT.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DAIVID RAFAEL DOS SANTOS SILVA - OAB:MT 16.557/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Intimação do advogado da parte autora para, querendo, manifestar quanto a impugnação de fls. 182/187 no prazo de 15(quinze) dias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 324619 Nr: 6066-41.2018.811.0015
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: VILSON PIRES

PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DAIVID RAFAEL DOS SANTOS SILVA - OAB:MT 16.557/O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 05(cinco) dias manifestar sobre o Ofício do INSS, juntado as fls. 82 destes autos.

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Mirko Vincenzo Giannotte

Cod. Proc.: 188848 Nr: 10145-39.2013.811.0015

AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO

PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE SINOP - MT., COLONIZADORA SINOP S/A, VITALE INDUSTRIAL NORTE S/A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: AUDREY THOMAZ ILITY (PROMOTORA DE JUSTIÇA) - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOÃO LUIZ MONTI GOULART - OAB:OAB/MG 191306, Mario Goulart Bacha Bustamante - OAB:MT0026454O, SIMONE BESOLD - OAB:17.545-O-MT

Vistos etc.

I – Inicialmente, CIENTE acerca do teor da PETIÇÃO de fls. 603, ANOTE a SERVENTIA de que doravante, as intimações da Requerida COLONIZADORA SINOP S/A, deverão ser realizadas em nome da subscritora da referida petição;

II – Ademais, DEFIRO o PEDIDO formulado pela Requerida COLONIZADORA SINOP S/A às fls. 608-609, na medida em que o "ITEM 01" e "ITEM 06" do TERMO de AUDIÊNCIA de fls. 510-511 se complementam, logo mister a MANIFESTAÇÃO COMPLETA do Requerido Município de Sinop, razão pela qual DETERMINO sua INTIMAÇÃO para que, no prazo de 05 (cinco) dias, APRESENTE "o estudo de comprovação elaborado pelo historiador Luiz Erardi, a prova da relevância do local físico a que se destina a instalação do complexo cultural".

Com o aporte, INTIME-SE a Requerida COLONIZADORA SINOP S/A para que, no prazo de 05 (cinco) dias, CUMPRA com o ACORDADO no "ITEM 02" do TERMO de AUDIÊNCIA às fls. 510-511, nos termos da DECISÃO de fls. 584-586.

Na sequência, CUMPRAM-SE as DEMAIS DETERMINAÇÕES do TERMO de AUDIÊNCIA às fls. 510-511 - "ITENS 3, 4 e 5".

III – Por fim, INDEFIRO o PEDIDO formulado pelo Autor às fls. 630, na medida em que a manifestação do historiador Luiz Erardi está relacionada dentre as obrigações assumidas pelo Requerido Município de Sinop no Termo de Audiência de fls. 510-511 ("item 06"), sendo este reiterado por meio do presente "decisum" (item II alhures);

IV – Oportunamente, CONCLUSO.

Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-37 CAUTELAR INOMINADA

Processo Número: 1000979-53.2019.8.11.0015

Parte(s) Polo Ativo:

AUTO POSTO CANARINHO LTDA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:

TIAGO PACHECO DOS SANTOS OAB - MT0017601A-A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:

ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA EIRELI (REQUERIDO)

ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA (REQUERIDO)

MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:

VILSON PAULO VARGAS OAB - MT15997/O (ADVOGADO(A))

Magistrado(s):

MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1000979-53.2019.8.11.0015 REQUERENTE: AUTO POSTO CANARINHO LTDA REQUERIDO: ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA EIRELI, ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA, MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES interpostos pela ÉRICA DOS SANTOS OLIVEIRA EIRELE – ME e ERICA DOS SANTOS OLIVEIRA em relação à DECISÃO de ID. 26276874. É o Breve Relato. Decido. Os EMBARGOS de DECLARAÇÃO é recurso processual, endereçado ao Juízo que proferiu decisão interlocutória ou sentença, de cabimento vinculado às hipóteses previstas legalmente: OMISSÃO, OBSCURIDADE e CONTRADIÇÃO ou, ainda, para sanar ERRO MATERIAL. Vejamos: Art. 1.022 do CPC/2015. "Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º". Nesse sentido, se o(s) fundamento(s) dos Embargos de Declaração estiverem relacionados à JUSTIÇA DA DECISÃO, à INTERPRETAÇÃO DE NORMA ou NEGÓCIO JURÍDICO, à VALORAÇÃO ou REANÁLISE de PROVAS e a outras situações que não sejam as hipóteses citadas anteriormente; NÃO HÁ FALAR EM SEU CABIMENTO, mas sim o de outro RECURSO APROPRIADO que, dependendo da tipologia da decisão atacada, poderá ser o Recurso de Agravo de Instrumento e de Apelação. Em relação às premissas levantadas acima, trago os seguintes JULGADOS do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. (ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIÇO DE ESGOTO SANITÁRIO. COBRANÇA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SITUAÇÃO FÁTICA FIXADA NO ACÓRDÃO RECORRIDO. MODIFICAÇÃO. VEDAÇÃO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7 DO STJ. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. APLICAÇÃO, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 284/STF.) 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior no sentido de que não cabem embargos de declaração para que o STJ enfrente matéria constitucional, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Precedente. 2. A rediscussão, via embargos de declaração, de questões de mérito já resolvidas configura pedido de alteração do resultado do decisum, traduzindo mero inconformismo com o teor da decisão embargada. Assim, essas questões levantadas não configuram as hipóteses de cabimento do recurso - omissão, contradição ou obscuridade -, delineadas no art. 535 do CPC, nesses casos, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que os embargos não merecem prosperar. 3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 1251048 / RJ, Relator(a) Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, Data do Julgamento 28/02/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 08/03/2012). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - EMBARGOS DE CONOTAÇÃO PROTELATÓRIA DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. EMBARGOS REJEITADOS. 1. Os embargos de declaração constituem recurso de estritos limites processuais de natureza integrativa, cujo cabimento requer estejam presentes os pressupostos legais insertos no art. 535 do Código de Processo Civil. 2. Afasta-se a violação do mencionado artigo quando, em relação à controvérsia, o decisório está claro e suficientemente fundamentado. 3. Enfrentados os fatos e adequadamente fundamentada a decisão embargada, não há confundir omissão com provimento jurisdicional contrário aos interesses da parte. 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no REsp 1021472 / PR, Relator(a) Ministro ADILSON VIEIRA MACABU - DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/RJ -, QUINTA TURMA, Data do Julgamento 16/02/2012, Data da Publicação/Fonte DJe 08/03/2012). "In casu", vislumbro que a parte Embargante PRETENDE a REDISCUSSÃO do MÉRITO, manifestando seu INCONFORMISMO em relação à DECISÃO combatida, cumprindo ressaltar que "o julgador não é obrigado a se manifestar específica e explicitamente sobre todos os pontos alegados pelas partes, quando apresenta fundamentação e motivação clara e suficiente em sua decisão, apta a dar sustentação ao seu convencimento e ao provimento jurisdicional adotado" (TJPR; EmbDecCv 1676247-1/01; Londrina; Décima Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Mario Luiz Ramidoff; Julg. 01/08/2018; DJPR 30/08/2018; Pág. 67) (grifo nosso), senão vejamos: DIREITO CIVIL. DIREITO PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO INTERNO. Acordão que manteve a decisão monocrática proferida no agravo de instrumento. Contradição. Ausência. Reexame da matéria. Mero inconformismo. Impossibilidade. Intuito de prequestionamento. Desnecessidade de

manifestação, pelo julgador, sobre todos os argumentos da parte ou das normas que entende aplicáveis ao caso. Art. 1.025 da Lei n. 13.105/2015. 1. Eventual insurgência contra o resultado de decisão judicial deve ser veiculada pelas vias recursais apropriadas, sendo defeso à parte, a pretexto de sanar irregularidades, postular o reexame da matéria por meio de embargos de declaração. 2. O julgador não é obrigado a se manifestar específica e explicitamente sobre todos os pontos alegados pelas partes, principalmente, quando deixou de conhecer do recurso ante a sua inadmissibilidade. 3. Embargos de declaração conhecidos e, no mérito, rejeitados. (TJPR; EmbDecCv 1603947-3/02; Maringá; Décima Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Mario Luiz Ramidoff; Julg. 01/08/2018; DJPR 30/08/2018; Pág. 61) (sem destaque no original). PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITO MODIFICATIVO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. PONTOS DEVIDAMENTE ENFRENTADOS NO ACÓRDÃO RECORRIDO PREQUESTIONAMENTO. MANIFESTO PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA APRECIADA. MANUTENÇÃO DO "DECISUM". REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. Os embargos de declaração servem apenas para os casos em que a decisão embargada venha eivada de obscuridade, contradição ou omissão, não se prestando ao reexame do julgado. Inexistindo quaisquer das hipóteses justificadoras, devem os mesmos ser rejeitados. Ao julgador não é imposta a obrigação de se manifestar sobre todos os argumentos e fundamentos legais indicados pelas partes, nem mesmo para fins de prequestionamento da matéria, mormente, quando tais argumentos já vêm claramente evidenciados na decisão recorrida, com a indicação dos dispositivos legais em que se escoram. (TJPB; EDcl 0017290-07.2007.815.2001; Segunda Câmara Especializada Cível; Rel. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos; DJPB 29/08/2018; Pág. 8) (sem destaque no original). EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. ALEGADA OMISSÃO. PONTOS ENFRENTADOS NO JULGAMENTO. PROPÓSITO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. DESCABIMENTO DOS ACLARATÓRIOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DESPROVIDOS. 1) De acordo com o art. 1.022 do CPC, os embargos de declaração são cabíveis contra qualquer decisão judicial para (I) esclarecer obscuridade ou eliminar contradição interna; (II) suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juízo de ofício ou a requerimento; e (III) corrigir erro material; 2) Na hipótese em apreço, não se constata omissão, tampouco contradição, quanto aos pontos embargados: O V. Acórdão enfrentou amplamente a questão da responsabilidade objetiva da CETURB, bem como a alegação de culpa concorrente das vítimas. 3) Ademais, consoante entendimento jurisprudencial da Corte Superior de Justiça, o magistrado não está obrigado a se manifestar sobre todos os dispositivos legais invocados pelas partes, desde que encontre fundamentação suficiente para o deslinde da controvérsia, como ocorreu no caso (RESP 1.366.721/BA). 4) Sendo a matéria devidamente examinada, como um todo, o que os embargantes pretendem, em verdade, é a rediscussão do pleito autoral, o que é inadmissível em sede de embargos de declaração, porquanto este não se presta para sanar error in judicando. 5) Embargos de declaração conhecidos e desprovidos. (TJES; ED-Ap-Reex 0020019-75.2012.8.08.0012; Terceira Câmara Cível; Relª Desª Eliana Junqueira Munhos Ferreira; Julg. 14/08/2018; DJES 24/08/2018) (sem destaque no original). Ora, o DEFERIMENTO do PEDIDO LIMINAR fundamentou-se no fato de a Empresa Requerida Erica dos Santos de Oliveira Eireli – ME não ter preenchido os requisitos previstos na Lei Municipal nº 2096/2014, quando da emissão da Certidão de Viabilidade n° 13/2018, conforme bem explicado pelo Município de Sinop em ID. 18505644, não devendo, portanto, dentro desse cenário, autorizar que um posto de combustível seja construído sem estar em conformidade com a legislação. Por tais razões, DEIXO de CONHECER dos EMBARGOS DECLARATÓRIOS por não visualizar qualquer omissão indicada pelas Embargantes. "Ex positis", REJEITO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos, por não vislumbrar qualquer OMISSÃO na DECISÃO objurgada, MANTENDO-A da forma que fora lançada. MANTENHO a DECISÃO em TODOS os seus TERMOS. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005218-71.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA FERREIRA DA CUNHA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILBERTO VARGAS (RÉU)
Estado de Mato Grosso (RÉU)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1005218-71.2017.8.11.0015 AUTOR(A): CARLA FERREIRA DA CUNHA RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO, GILBERTO VARGAS Vistos etc. I – INDEFIRO o PEDIDO formulado em ID. 9492870, eis que a parte Autora deve arcar com o ônus da citação, portanto, faz-se necessário empreender esforços a fim de esgotar todas as alternativas para fornecer o endereço correto da parte demandada, de modo que não compete, inicialmente, ao Juízo se substituir às partes naquilo em que a elas lhes compete diligenciar. As diligências que objetivam obter informações sobre o endereço da parte Requerida, a fim de possibilitar sua citação, são medidas excepcionais, autorizadas apenas quando a parte Autora esgotou os meios de tentar localizá-lo, o que não se verifica no caso dos autos. II – Sendo assim, INTIME-SE a parte Autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, INDIQUE ENDEREÇO ATUALIZADO do Requerido Gilberto Vargas, caso em que DETERMINO, desde já, sua CITAÇÃO, nos termos do DESPACHO de ID. 8274066, ou, DEMONSTRE que envidou esforços na tentativa de obter seu endereço, requerendo, ao final, o que entender cabível; III – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1014727-55.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA VILAS BOAS REIS BISLER DA SILVA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIZANGELA BRAGA SOARES ALTOE OAB - MT0016126A (ADVOGADO(A))
ANELISE INES ANDRUCHAK OAB - MT0015178A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (EMBARGADO)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1014727-55.2019.8.11.0015 EMBARGANTE: PAULA VILAS BOAS REIS BISLER DA SILVA EMBARGADO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. I – Inicialmente, cumpre os seguintes esclarecimentos: Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal – LEF: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". Logo, a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. Embora o art. 914 do Código de Processo Civil – que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo – tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, eis que, em decorrência do PRINCÍPIO da ESPECIALIDADE, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Na lição de Humberto Theodoro Júnior: "(...) a segurança do juízo, na espécie, é uma condição de procedibilidade, ou seja, uma condição da ação, a cuja falta o pedido do devedor se torna juridicamente impossível". Sobre as mudanças, Leonardo José Carneiro da Cunha leciona: "A partir das mudanças levadas a cabo pela Lei n. 11.382/2006, o executado, na execução fundada em título extrajudicial, é citado para, no prazo de três dias, efetuar o pagamento da dívida (CPC, art. 652). Juntado aos autos o mandado de citação devidamente cumprido, inicia-se o prazo de quinze dias para oferecimento dos embargos à execução, que serão opostos independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, arts. 736 e 738). Tais mudanças não atingem a execução fiscal, cujo procedimento mantém regime próprio, previsto na lei n. 6.830/1980. Seu art. 8º dispõe que o executado será citado para, no prazo de cinco dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução com depósito em dinheiro, com fiança bancária ou com nomeação de bens à penhora, observada a ordem prevista no art. 11 da própria Lei n.

6.830/1980". (Terceira Etapa da Reforma do Código de processo Civil, Editora Jus Podivm, p. 269, 1ª Edição, 2007). Neste sentido, segue o ENTENDIMENTO do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEF SOBRE O CPC. 1. Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal que "não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". 2. A efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. 3. Embora o art. 736 do Código de Processo Civil - que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo - tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, tendo em vista que, em decorrência do princípio da especialidade, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Precedente do STJ. 4. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp: 1225743 RS 2010/0227282-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/02/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2011) (grifo nosso). Daí se conclui que a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da mencionada Lei 6.830/1980. II – Nesse sentido, CONDICIONO o RECEBIMENTO dos EMBARGOS à GARANTIA DO JUÍZO, a qual deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, consoante a Legislação Fiscal, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, VI, do CPC c/c art. 16, parágrafo 1º, da L.E.F. "In casu", em que pese a parte Embargante informar "que garantiu o juízo apresentando bens à penhora, como se comprova pelos documentos anexo", e, ao final, pugnar pela "g) aceitação dos bens dado como garantia para propor os embargos" (ID. 26574288), não há nos autos a apresentação dos mencionados bens. III – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO para apreciação quanto ao RECEBIMENTO dos presentes EMBARGOS. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1014377-67.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA OAB - SP299951-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP 15.024.003/0001-32 (EMBARGADO)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1014377-67.2019.8.11.0015 EMBARGANTE: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A EMBARGADO: MUNICIPIO DE SINOP 15.024.003/0001-32 Vistos etc. I – Inicialmente, cumpre os seguintes esclarecimentos: Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal – LEF: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". Logo, a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. Embora o art. 914 do Código de Processo Civil – que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo – tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, eis que, em decorrência do PRINCÍPIO da ESPECIALIDADE, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Na lição de Humberto Theodoro Júnior: "(...) a segurança do juízo, na espécie, é uma condição de procedibilidade, ou seja, uma condição da ação, a cuja falta o pedido do devedor se torna juridicamente impossível". Sobre as mudanças, Leonardo José Carneiro da Cunha leciona: "A partir das mudanças levadas a cabo pela Lei n. 11.382/2006, o executado, na execução fundada em título extrajudicial, é citado para, no prazo de três dias, efetuar o pagamento da dívida (CPC, art. 652). Juntado aos autos o mandado de citação devidamente cumprido, inicia-se o prazo de quinze dias para oferecimento dos embargos à execução, que serão opostos independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, arts. 736 e 738). Tais mudanças não atingem a execução fiscal, cujo procedimento mantém regime próprio, previsto na lei n. 6.830/1980. Seu art. 8º dispõe que o executado será citado para, no prazo de cinco dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução com depósito em dinheiro, com fiança bancária ou com nomeação de bens à penhora, observada a ordem prevista no art. 11 da própria Lei n. 6.830/1980". (Terceira Etapa da Reforma do Código de processo Civil, Editora Jus Podivm, p. 269, 1ª Edição, 2007). Neste sentido, segue o ENTENDIMENTO do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEF SOBRE O CPC. 1. Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal que "não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". 2. A efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. 3. Embora o art. 736 do Código de Processo Civil - que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo - tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, tendo em vista que, em decorrência do princípio da especialidade, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Precedente do STJ. 4. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp: 1225743 RS 2010/0227282-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/02/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2011) (grifo nosso). Daí se conclui que a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da mencionada Lei 6.830/1980. II – Nesse sentido, CONDICIONO o RECEBIMENTO dos EMBARGOS à GARANTIA DO JUÍZO, a qual deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, consoante a Legislação Fiscal, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, VI, do CPC c/c art. 16, parágrafo 1º, da L.E.F. "In casu", ainda que a parte Embargante argumente a "presença dos pressupostos elencados nos art. 300 do CPC (probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo)" (ID. 26265028) como fundamento à atribuição do Efeito Suspensivo, a garantia do Juízo é requisito "sine qua non" de admissibilidade e conhecimento dos Embargos à Execução Fiscal. III – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO para apreciação quanto ao RECEBIMENTO dos presentes EMBARGOS. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1014386-29.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
UNIVERSO ONLINE S/A (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TAIS BORJA GASPARIAN OAB - SP0074182A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (EMBARGADO)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1014386-29.2019.8.11.0015 EMBARGANTE: UNIVERSO ONLINE S/A EMBARGADO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. I – Inicialmente, cumpre os seguintes esclarecimentos: Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal – LEF: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". Logo, a EFETIVAÇÃO da GARANTIA da EXECUÇÃO configura PRESSUPOSTO NECESSÁRIO ao PROCESSAMENTO dos EMBARGOS à EXECUÇÃO, em se tratando de EXECUÇÃO FISCAL, objeto da Lei 6.830/1980. Embora o art. 914 do Código de Processo Civil – que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo – tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, eis que, em decorrência do PRINCÍPIO da ESPECIALIDADE, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Na lição de Humberto Theodoro Júnior: "(...) a segurança do juízo, na espécie, é uma condição de procedibilidade, ou seja, uma condição da ação, a cuja falta o pedido do devedor se torna juridicamente impossível". Neste sentido segue o entendimento do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO

ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEF SOBRE O CPC. 1. Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal que "não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". 2. A efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. 3. Embora o art. 736 do Código de Processo Civil - que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo - tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, tendo em vista que, em decorrência do princípio da especialidade, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Precedente do STJ. 4. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp: 1225743 RS 2010/0227282-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/02/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2011) (grifo nosso). Daí se conclui que a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da mencionada Lei 6.830/1980. II – Nesse sentido, considerando que o EMBARGANTE oferece o DEPÓSITO JUDICIAL em ID. 25236049 nos autos da EXECUÇÃO FISCAL PJE nº 1001456-76.2019, representando, dessa forma, a GARANTIA do JUÍZO, nos termos do artigo 16, inciso III, da L.E.F., RECEBO os EMBARGOS para DISCUSSÃO, atribuindo EFEITO SUSPENSIVO; III - Após, INTIME-SE a parte EMBARGADA para, querendo, IMPUGNAR os EMBARGOS no prazo de 30 (trinta) dias, conforme disposição do artigo 17 da L.E.F.; IV - Apresentada impugnação pela parte Embargada, INTIME-SE a parte EMBARGANTE para MANIFESTAR, no prazo de 15 (quinze) dias; V – Por fim, DETERMINO o APENSAMENTO dos presentes à EXECUÇÃO FISCAL PJE nº 1001456-76.2019; VI - Decorridos os prazos, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

Decisão Classe: CNJ-129 EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL
Processo Número: 1014447-84.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONILDE VIEIRA DOS SANTOS (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS APARECIDO DE AGUIAR OAB - MT9769-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (EMBARGADO)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP VARA ESPECIALIZADA DA FAZENDA PÚBLICA #1014447-84.2019.8.11.0015 EMBARGANTE: CLEONILDE VIEIRA DOS SANTOS EMBARGADO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. I – Inicialmente, cumpre os seguintes esclarecimentos: Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal – LEF: "Art. 16 - O executado oferecerá embargos, no prazo de 30 (trinta) dias, contados: I - do depósito; II - da juntada da prova da fiança bancária; III - da intimação da penhora. § 1º - Não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". Logo, a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. Embora o art. 914 do Código de Processo Civil – que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo – tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, eis que, em decorrência do PRINCÍPIO da ESPECIALIDADE, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Na lição de Humberto Theodoro Júnior: "(...) a segurança do juízo, na espécie, é uma condição de procedibilidade, ou seja, uma condição da ação, a cuja falta o pedido do devedor se torna juridicamente impossível". Sobre as mudanças, Leonardo José Carneiro da Cunha leciona: "A partir das mudanças levadas a cabo pela Lei n. 11.382/2006, o executado, na execução fundada em título extrajudicial, é citado para, no prazo de três dias, efetuar o pagamento da dívida (CPC, art. 652). Juntado aos autos o mandado de citação devidamente cumprido, inicia-se o prazo de quinze dias para oferecimento dos embargos à execução, que serão opostos independentemente de penhora, depósito ou caução (CPC, arts. 736 e 738). Tais mudanças não atingem a execução fiscal, cujo procedimento mantém regime próprio, previsto na lei n. 6.830/1980. Seu art. 8º dispõe que o executado será citado para, no prazo de cinco dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução com depósito em dinheiro, com fiança bancária ou com nomeação de bens à penhora, observada a ordem prevista no art. 11 da própria Lei n. 6.830/1980". (Terceira Etapa da Reforma do Código de processo Civil, Editora Jus Podivm, p. 269, 1ª Edição, 2007). Neste sentido, segue o ENTENDIMENTO do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. GARANTIA DO JUÍZO. PREVALÊNCIA DAS DISPOSIÇÕES DA LEF SOBRE O CPC. 1. Dispõe o art. 16 da Lei de Execução Fiscal que "não são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução". 2. A efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da Lei 6.830/1980. 3. Embora o art. 736 do Código de Processo Civil - que condicionava a admissibilidade dos Embargos do Devedor à prévia segurança do juízo - tenha sido revogado pela Lei 11.382/2006, os efeitos dessa alteração não se estendem aos executivos fiscais, tendo em vista que, em decorrência do princípio da especialidade, deve a lei especial sobrepor-se à geral. Precedente do STJ. 4. Recurso Especial não provido. (STJ - REsp: 1225743 RS 2010/0227282-7, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 22/02/2011, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/03/2011) (grifo nosso). Daí se conclui que a efetivação da garantia da execução configura pressuposto necessário ao processamento dos Embargos à Execução, em se tratando de Execução Fiscal, objeto da mencionada Lei 6.830/1980. II – Nesse sentido, CONDICIONO o RECEBIMENTO dos EMBARGOS à GARANTIA DO JUÍZO, a qual deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias, consoante a Legislação Fiscal, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, VI, do CPC c/c art. 16, parágrafo 1º, da L.E.F. Na hipótese em apreço, a PENHORA ON-LINE realizada nos autos da EXECUÇÃO FISCAL PJE nº 1003428-52.2017 é REQUISITO para a OPOSIÇÃO dos EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL, nos termos da sua Lei de Regência. Desse modo, se a parte Embargante pretende, em sede de tutela de urgência no bojo dos Embargos à Execução Fiscal, o desbloqueio daqueles valores, deverá, de toda forma, garantir o Juízo. Outrossim, alega, para tanto, que os valores foram bloqueados de sua conta poupança, no entanto o EXTRATO de ID. 26324322 - Pág. 1, indica, aparentemente, que trata-se de CONTA CORRENTE de LIVRE MOVIMENTAÇÃO, conforme pagamentos efetuados em Loja de Material de Construção e Posto de Combustível, por exemplo. Nessa linha, vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. Execução de título extrajudicial. Bloqueio de numerário depositado em duas cadernetas de poupança. Contas poupança de livre movimentação utilizadas como se fossem contas correntes. Natureza preponderante de conta corrente remuneratória. Descabimento da invocação da impenhorabilidade do poupador prevista no artigo 833, X, do NCPC. Por outro lado, por exegese do art. 833, IV, do NCPC. A prova encartada aos autos se mostra suficiente para reconhecimento da impenhorabilidade dos valores existentes somente em uma das contas, junto à CEF, já que tal poupança é utilizada por uma das agravantes, exclusivamente, para recebimento de benefícios previdenciários. Impenhorabilidade reconhecida somente nessa conta bancária, com fundamento no artigo 833, IV, NCPC. Decisão reformada. Recurso parcialmente provido. (Agravo de Instrumento nº 2174833-70.2017.8.26.0000, Rel. Des. Silveira Paulilo, j. 17.01.2018) (grifo nosso). EMBARGOS DE TERCEIRO. Execução de título extrajudicial. Bloqueio de ativos financeiros em conta poupança. Alegação do embargante de que a conta é destinada exclusivamente ao recebimento de pensão alimentícia. Sentença de parcial procedência do pedido. Apelo do embargante. Impenhorabilidade. Demonstração de que a conta poupança é movimentada para finalidades diversas, inclusive para transferência de valores para a conta pessoal da genitora do embargante, codevedora do processo executivo, com o objetivo de fraudar credores. Descaracterização do uso da conta como meio de investimento, transmutando-a para conta corrente de livre movimentação, o que permite a relativização da impenhorabilidade prevista no inc. IV, do art. 833 do CPC, de modo a possibilitar a incidência do art. 854, caput, do referido Estatuto Processual. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (Apelação nº 1003722-03.2015.8.26.0001, Rel. Des. Carmen Lucia da Silva, j. 14.11.2017) (grifo nosso). Dessa forma, a Embargante deverá promover a GARANTIA do JUÍZO, para fins de RECEBIMENTO e PROCESSAMENTO dos presentes Embargos, bem como COMPROVAR que os VALORES foram, de fato, BLOQUEADOS de CONTA POUPANÇA. III – Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSO para apreciação quanto ao RECEBIMENTO dos presentes EMBARGOS. Às providências. Intime-se. Cumpra-se.

7ª Vara Juizado Especial

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010499-20.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SOCIEDADE EDUCACIONAL MARINGA LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILLION MATHEUS POLTRONIERI OAB - MT0016183A (ADVOGADO(A))
CLEUSA TERESINHA HAUBERT OAB - MT0019234A (ADVOGADO(A))
ALANA HAUBERT SANTOLIN ANDRADE OAB - MT0022002A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDINA CRISTINA TONETT SCHEID (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação Vigente, tendo sido infrutífera a pesquisa via RENAJUD, intimo o(s) advogado(s) do(a) Exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique bens de propriedade do(a) Executado(a) passíveis de penhora, sob pena de extinção/arquivamento do feito, (art. 53 §4º-Lei 9.099/95).

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1000004-02.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DINARTI VITOR DE ALMEIDA CARLI JUNIOR (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO SEGURA OAB - MT4722-O (ADVOGADO(A))
WILSON CLAUDIO DA SILVA OAB - MT0011316S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
MIRKO VINCENZO GIANNOTTE

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE SINOP 6ª VARA CÍVEL - FAZENDA PÚBLICA #1000004-02.2017.8.11.0015 AUTOR: DINARTI VITOR DE ALMEIDA CARLI JUNIOR RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. I – INTIME-SE o REQUERENTE para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste quanto os Ids. 8078182, 8078192, 8078223, 8078195, 8078204; II – Após, CONCLUSO; Às Providências. Intime-se. Cumpra-se.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001744-29.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
C.M COMERCIO DE ALUMINIOS SINOP LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-O (ADVOGADO(A))
CAMILA SILVA ROSA OAB - MT0015100A (ADVOGADO(A))
EDNEY LUIZ HEBERLE OAB - MT0015191A (ADVOGADO(A))
EDUARDO MARQUES CHAGAS OAB - MT13699-O (ADVOGADO(A))
JORGE AUGUSTO BUZETTI SILVESTRE OAB - SP276791 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUELY DA SILVA VIEIRA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos etc. Compulsando os autos, apesar do certificado pela Conciliadora, verifica-se que a parte Requerente, após intimada a informação o endereço atualizado da parte Requerida, não foi intimada da data designada para a audiência de conciliação; desta forma, DESIGNE-SE nova conciliação, conforme pauta deste Juízo. Devendo a parte Requerente ser intimada da nova data na pessoa de seus patronos já habilitados e a parte Requerida através do telefone utilizado para promover sua citação. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Despacho Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8011496-08.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS CESAR FERREIRA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO SERGIO MATIAS PATRUNI OAB - MT0004360A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONY PETERSON BARBOSA DE OLIVEIRA OAB - MT15565/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos, etc. 1. Em atenção ao pedido de início da fase de cumprimento de sentença, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra voluntariamente a sentença proferida nos autos, sob pena de ter o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10%, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015); 2. Ultrapassado o aludido prazo, com ou sem manifestação do executado, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste requerendo o que de direito para prosseguimento do feito. 3. Oportunamente tornem os autos conclusos para deliberação. Cumpra-se, servindo a presente como CARTA PRECATÓRIA, OFÍCIO, CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃO. Às providências.

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010756-50.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MONTEVEDE MADEIRAS LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMUALDO JOSE ZALEVSKI OAB - MT0012292A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARLY QUINTINO ALEXANDRE (EXECUTADO)
JOSE CARLOS ALEXANDRE (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EUCLESIO BORTOLAS OAB - MT17544/O (ADVOGADO(A))
PHILIPPE ZANDARIN VILLELA MAGALHAES OAB - MT0016244A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Numero do Processo: 8010756-50.2013.8.11.0015 EXEQUENTE: MONTEVEDE MADEIRAS LTDA - EPP EXECUTADO: JOSE CARLOS ALEXANDRE, MARLY QUINTINO ALEXANDRE Vistos, etc. Compulsando os autos, verifica-se que após sucessivas tentativas de penhora até o presente momento nada foi encontrado, nem tampouco houve possibilidade de acordo. Com efeito, intime-se a parte exequente, para que manifeste-se e eventualmente indique bens passíveis de penhora, sob pena do feito ser extinto, nos termos do que dispõe o artigo 53 e seus parágrafos da Lei 9.099/95. ÀS PROVIDÊNCIAS.

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8020117-23.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA HELENA RAUBER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ IORI OAB - MT0007865A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRACEMA FRANCISCA NOVAES (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS RUIZ OAB - MT0016558A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Numero do Processo: 8020117-23.2015.8.11.0015 REQUERENTE: CARLA HELENA RAUBER REQUERIDO: IRACEMA FRANCISCA NOVAES Vistos, etc. 1. Em atenção ao pedido de cumprimento de sentença, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra voluntariamente as sentença, sob pena de ter o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10%, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. 2. Ultrapassado o aludido prazo, com ou sem manifestação do executado, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste requerendo o que de direito para prosseguimento do feito. 3. Oportunamente tornem os autos conclusos para deliberação.

Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Despacho Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8012191-88.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
G.S KELM & CIA LTDA - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA TONETT GALIASSI SCHEID WEIRICH OAB - MT0018157A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA APARECIDA CABOCLO DA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BRUNO JIVAGO BUDNY OAB - MT0011626A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Numero do Processo: 8012191-88.2015.8.11.0015 EXEQUENTE: G.S KELM & CIA LTDA - EPP EXECUTADO: MARIA APARECIDA CABOCLO DA SILVA Vistos, etc. Intime-se a executada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste quanto a petição de Id 4774215. Oportunamente, conclusos para deliberação. ÀS PROVIDÊNCIAS.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8012901-74.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FELIX COMERCIO DE PRODUTOS OTICOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMANDA APARECIDA PEREIRA (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação Vigente, intimo o(s) advogado(s) do(a) Exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m) o que entender de direito, sob pena de extinção do feito(art. 53, § 4º, da lei 9.099/95).

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001416-65.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Ativo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLAUDETE FATIMA REIMERS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
JADSON SOUZA NOBRE OAB - MT15308-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP Nos termos da legislação vigente, INTIMO os(as) advogados(as) da(s) parte(s) acerca da audiência de conciliação designada para 06/10/2017 09:00. Quinta-feira, 21 de Setembro de 2017.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8012016-94.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DISTRIBUIDORA DE MOLAS MATO GROSSO LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE PEREIRA DOS SANTOS RUIZ OAB - MT0016558A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDA DE MATTOS VALERIO (REQUERIDO)
B F X TRANSPORTES LTDA - ME (REQUERIDO)
ROBERTO LUIZ DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANGELIZA NEIVERTH OAB - MT0013851A (ADVOGADO(A))

Vistos, etc. 1. Em atenção ao pedido de início da fase de cumprimento de sentença, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra voluntariamente a sentença proferida nos autos, sob pena de ter o montante do débito acrescido de multa no percentual de 10%, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. 2. Ultrapassado o aludido prazo, com ou sem manifestação do executado, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste requerendo o que de direito para prosseguimento do feito. 3. Oportunamente, tornem os autos conclusos para deliberação. Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA DE INTIMAÇÃO e CITAÇÃO. Intime-se. Cumpra-se. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015247-15.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO ALVES ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PRYSCILLA BARBOSA SILVA OAB - PR0037929A (ADVOGADO(A))
JULIANA NOGUEIRA OAB - MT25578-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015247-15.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:FABIO ALVES ROCHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JULIANA NOGUEIRA, PRYSCILLA BARBOSA SILVA POLO PASSIVO: AZUL LINHAS AEREAS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SINOP - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SALA 01 Data: 11/02/2020 Hora: 13:30 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 . CUIABÁ, 12 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015257-59.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ARIANE TAYS LOPES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LORENA KELLY TORRES TEIXEIRA OAB - MT20091-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015257-59.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:ARIANE TAYS LOPES DE OLIVEIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LORENA KELLY TORRES TEIXEIRA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SINOP - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SALA 01 Data: 11/02/2020 Hora: 13:45 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010948-80.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LOURIVAL BARBOSA DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KEOMAR GONCALVES OAB - MT0015113A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP INTIMAÇÃO A presente carta, extraída dos autos da AÇÃO/RECLAMAÇÃO acima-identificada, tem por finalidade a INTIMAÇÃO da(s) parte(s) promovente(s), para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste, mormente requerendo o que de direito. Quarta-feira, 19 de julho de 2017. Karine Danielle Rodrigues Gestora Judiciária SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015259-29.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALEX DOMINGOS COTRIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS ALEXANDRE VILAR BORGES OAB - MT25812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAO LUIZ SPOLADOR (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015259-29.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:ALEX DOMINGOS COTRIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DOUGLAS ALEXANDRE VILAR BORGES POLO PASSIVO: JOAO LUIZ SPOLADOR FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SINOP - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SALA 01 Data: 11/02/2020 Hora: 14:00 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8012969-24.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONICE RETROVATO DE SOUZA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO GUTIERREZ DE MELO OAB - MT0009231S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))

INTIMAÇÃO PARTE AUTORA PARA INFORMAR OS DADOS PESSOAIS E BANCÁRIOS PARA EXPEDIR ALVARA DE LEVANTAMENTO, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS.

Certidão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003054-36.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
REINALDO MACHAO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DE FIGUEIREDO PAGOTTO OAB - MT0020983A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

AGUARDANDO PROCURAÇÃO

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015179-65.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO SMIDERLE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IEDY SILVA COTRIM SMIDERLE OAB - MT25585/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MASTERCARD BRASIL LTDA (REQUERIDO)
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1015179-65.2019.8.11.0015 A presente certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 11/02/2020 14:30, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. RICARDO SMIDERLE CPF: 002.850.401-11, IEDY SILVA COTRIM SMIDERLE CPF: 722.791.171-34 Endereço do promovente: Nome: RICARDO SMIDERLE Endereço: AVENIDA DOS GUARANTÃS, 960, - DE 726 A 1192 - LADO PAR, JARDIM MARINGÁ, SINOP - MT - CEP: 78556-258 Endereço do promovido: Nome: BANCO FINASA BMC S.A. Endereço: BANCO BRADESCO S.A., S/N, NÚCLEO CIDADE DE DEUS, S/N, VILA YARA, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Nome: MASTERCARD BRASIL LTDA Endereço: AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 14171, ANDAR 19 E 20 CRYSTAL TOWERS EDIF ROCHAVERA, VILA GERTRUDES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04794-000 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002043-69.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DE LIMA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ IORI OAB - MT0007865A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RÉU)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1002043-69.2017.8.11.0015. AUTOR(A): ADILSON DE LIMA DA SILVA RÉU: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. Dispenso o relatório, em atenção ao que dispõe o artigo 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por ADILSON DE LIMA DA SILVA em desfavor de MUNICIPIO DE SINOP, ambos qualificados. As sentenças nos Juizados Especiais obedecerão aos limites traçados no art. 2º e art. 38 da Lei nº 9.099/95 c.c. art. 1.046, §2º e §4º, do CPC c.c. Enunciados nº 161 e 162 do FONAJE. Decido. Do Julgamento Antecipado: No caso, não havendo vício que possa obstar o regular prosseguimento do feito, preparado está o processo para julgamento antecipado, uma vez que as provas dos autos são suficientes para a solução da lide, sendo, portanto, dispensável dilação probatória. MÉRITO: Em sua petição inicial sustenta o Reclamante que foi aprovado em concurso público e nomeado em 01/04/2009 para o quadro efetivo no cargo de motorista II. Contudo, durante o período laboral não recebeu recomposição da diferença resultante da conversão do cruzeiro real para URV aos servidores públicos, ocorrida no ano de 1994, proveniente da Lei Federal n 8.880/94, ocasionando redução salarial no equivalente a 11,98%. Pleiteia o recebimento desta diferença. Ora, no dia 03/08/2016 transitou em julgado acórdão, proferido em sessão plenária ocorrida em 26/09/2013, no Supremo Tribunal Federal (STF) que, por unanimidade, deu provimento parcial ao Recurso Extraordinário (RE) 561836, com repercussão geral reconhecida, interposto pelo Estado do Rio Grande do Norte contra acórdão do Tribunal de Justiça potiguar (TJ-RN) que determinou a conversão dos vencimentos de uma servidora do Executivo, de cruzeiros reais para a Unidade Real de Valor (URV), com base na Lei federal n. 8.880/1994. De acordo com a decisão do STF, o percentual de correção apurado nos casos de erro de conversão deixa de ser aplicado a partir do momento em que houve reestruturação da remuneração da carreira dos servidores eventualmente prejudicados. Portanto o termo ad quem da incorporação dos 11,98% ou do índice obtido em cada caso, na remuneração do agente público, deve ocorrer no momento em que a sua carreira passar por uma reestruturação remuneratória, porquanto não há direito à percepção ad aeternum de parcela de remuneração por servidor público. Ocorre que em 21 de dezembro de 2011, a Lei Municipal de Sinop nº. 1.604, reestruturou o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Sinop, Esta Lei instituiu o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Prefeitura de Sinop - MT, de suas Fundações e Autarquias, destinado a organizar os cargos públicos de provimento efetivo. Sendo que a partir de então começou a correr o prazo prescricional quinquenal para ações de cobrança que visem o recebimento da diferença proveniente da Lei Federal nº. 8.880/1994. Considerando que o promovente ingressou com a ação em 15/02/2017, encontra-se prescrita a pretensão indenizatória, uma vez que transcorrido o lapso temporal de cinco anos, desde a restruturação da sua carreira até o ajuizamento da ação. Isto posto, forte no art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, para, ainda, declarar e reconhecer a ocorrência da prescrição. Deixo de condenar ao pagamento de custas e despesas processuais, assim como honorários advocatícios, em virtude da gratuidade da justiça no âmbito dos Juizados Especiais no primeiro grau de jurisdição, a teor dos arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/1995. Interposto recurso inominado, independentemente de análise dos requisitos de admissibilidade da insurgência, nos termos dos arts. 41 a 43 da Lei nº

9.099/95, intime-se a parte recorrida para as contrarrazões. Vencido o prazo, com ou sem elas, subam os autos sem demora a E. Turma Recursal, com os nossos cumprimentos Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido em 10 dias, certifique-se, anote-se, baixe-se e arquive-se. P. I. C.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002827-80.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO 77413938120 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LURDES ELIANE DAL ZOT OAB - MT0018567A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SALETE ADAMS (EXECUTADO)

INTIMAÇÃO PARTE CREDORA APRESENTAR DADOS PESSOAIS E BANCÁRIOS PARA EXPEDIR ALVARA DE LEVANTAMENTO, NO PRAZO DE 05 DIAS.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013039-58.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ERICA LETICIA LEAL DOS SANTOS - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADONIS FERNANDO VIEGAS MARCONDES OAB - MT21061/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADEMIR DE MATOS COSTA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUILHERME NOGUEIRA RAMOS OAB - SP349338 (ADVOGADO(A))
RENATO FIALHO DE BRITO OAB - SP434114 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1013039-58.2019.8.11.0015 A presente certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 31/01/2020 14:15, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. ERICA LETICIA LEAL DOS SANTOS - ME CPF: 23.246.177/0001-78, ADONIS FERNANDO VIEGAS MARCONDES CPF: 017.609.991-30 Endereço do promovente: Nome: ERICA LETICIA LEAL DOS SANTOS - ME Endereço: RUA MILENA, 31, - ATÉ 304/305, RESIDENCIAL FLORENÇA, SINOP - MT - CEP: 78555-384 Endereço do promovido: Nome: ADEMIR DE MATOS COSTA - ME Endereço: AVENIDA 7 DE SETEMBRO, 2170, JARDIM SANTANA, LEME - SP - CEP: 13616-443 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013047-35.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILLA BARBIERI SOUTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIS AUGUSTO CUISSI OAB - MT14430-O (ADVOGADO(A))
REGINA DA SILVA SOUZA OAB - MT22876/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUBEM BASTO DA SILVA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1013047-35.2019.8.11.0015 A presente certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 31/01/2020 14:30, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. KAMILLA BARBIERI SOUTA CPF: 035.072.781-38, REGINA DA SILVA SOUZA CPF: 015.522.051-93, LUIS AUGUSTO CUISSI CPF: 218.912.368-22 Endereço do promovente: Nome: KAMILLA BARBIERI SOUTA Endereço: RUA DAS SERIGUEIRAS, 755, JARDIM BOTANICO, SINOP - MT - CEP: 78557-521 RUBEM BASTO DA SILVA CPF: 720.488.242-34 Endereço do promovido: Nome: RUBEM BASTO DA SILVA Endereço: RUA TRIGÉSIMA TERCEIRA, 6, PIRACANÃ, ITAITUBA - PA - CEP: 68180-530 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8020101-69.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARGARETH MANICA DE ALMEIDA (EXECUTADO)
EVERTON RAMOS DA SILVA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
VINICIUS ROLIM DE MOURA OAB - MT23992/O (ADVOGADO(A))

Procedo a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado para que pague e comprove o pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida ao valor a multa de dez por cento, prevista no artigo 523, § 1o do CPC.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001659-43.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA MARTINS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))

Nos termos da Legislação Vigente, intimo o(s) advogado(s) do(s) Recorrido(s), para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente CONTRARRAZÕES ao recurso interposto.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001659-43.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA MARTINS RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))

Procedo à intimação da parte promovente para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, quanto ao pagamento efetuado, bem como a satisfação do débito, caso em que deverá se manifestar expressamente quanto à extinção do processo ou quanto à existência de eventual remanescente

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014716-26.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO TEICHEIRA TURRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIENE FERREIRA FERREIRA OAB - MT25340/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RUDY ROGER VAZ (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1014716-26.2019.8.11.0015 A presente

certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 31/01/2020 15:45, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. AGNALDO TEICHEIRA TURRA CPF: 514.780.131-68, ARIENE FERREIRA FERREIRA CPF: 993.839.931-20 Endereço do promovente: Nome: AGNALDO TEICHEIRA TURRA Endereço: Avenida Ruth de Souza Silva, 435, SETOR INDUSTRIAL, SINOP - MT - CEP: 78557-177 RUDY ROGER VAZ CPF: 429.982.711-20 Endereço do promovido: Nome: RUDY ROGER VAZ Endereço: RUA EMA KLUNCK, 274, JARDIM SAFIRA, SINOP - MT - CEP: 78551-366 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014719-78.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MONICA APARECIDA FERREIRA CHAVES (AUTOR(A))
HELLER PAOLINELLI CHAVES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEBAN RAFAEL BALDASSO ROMERO OAB - MT14717-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1014719-78.2019.8.11.0015 A presente certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 31/01/2020 16:00, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. HELLER PAOLINELLI CHAVES CPF: 634.139.066-15, ESTEBAN RAFAEL BALDASSO ROMERO CPF: 022.263.211-95, MONICA APARECIDA FERREIRA CHAVES CPF: 667.664.941-15 Endereço do promovente: Nome: HELLER PAOLINELLI CHAVES Endereço: RUA DAS CAMÉLIAS, 1053, JARDIM MARINGÁ, SINOP - MT - CEP: 78556-254 Nome: MONICA APARECIDA FERREIRA CHAVES Endereço: RUA DAS CAMÉLIAS, 1053, JARDIM MARINGÁ, SINOP - MT - CEP: 78556-254 Endereço do promovido: Nome: AZUL LINHAS AEREAS Endereço: AVENIDA MARCOS PENTEADO DE ULHÔA RODRIGUES, 939, Andar 9, Ed. Jatobá, Cond. Castelo Branco Office P, TAMBORÉ, BARUERI - SP - CEP: 06460-040 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013117-52.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALOMA TOSTA RODRIGUES FRANCHI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DINARTH ARAUJO CARDOSO JUNIOR OAB - DF0032596A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARLOS CESAR ALVES (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1013117-52.2019.8.11.0015 A presente certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 31/01/2020 17:00, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. ALOMA TOSTA RODRIGUES FRANCHI CPF: 101.652.048-42, DINARTH ARAUJO CARDOSO JUNIOR CPF: 016.063.131-93 Endereço do promovente: Nome: ALOMA TOSTA RODRIGUES FRANCHI Endereço: Inexistente, Inexistente, Inexistente, SINOP - MT - CEP: 78000-000 CARLOS CESAR ALVES CPF: 368.633.601-44 Endereço do promovido: Nome: CARLOS CESAR ALVES Endereço: Avenida das Chácaras, 1293, centro, SONORA - MS - CEP: 79415-000 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1005357-23.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FABRICIO LUIZ MARASSINI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT0013967A (ADVOGADO(A))
CLAYTON OUVERNEI OAB - MT0013051S (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO BIAZAO BASSO OAB - MT21707/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAIRO ALVES MAIA (EXECUTADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP Nos termos da legislação vigente, INTIMO os(as) advogados(as) da(s) parte(s) acerca da audiência de conciliação designada para 04/09/2017 08:45. Sexta-feira, 04 de Agosto de 2017.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000785-87.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TIAGO EDER LUPATINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ PIRES ROCHA OAB - MT0013067S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011035-82.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAELA BERNARDES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAIVID RAFAEL DOS SANTOS SILVA OAB - MT16557-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000964-55.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS IZIDORO ROGOWSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADSON SOUZA NOBRE OAB - MT15308-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Certifico que o recurso interposto bem como seu preparo, encontra-se dentro do prazo legal. Procedo à intimação da parte recorrida para apresentar as contrarrazões no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, §2.º da lei 9099/95.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015280-05.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
IONE TEREZINHA NORONHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VANDERSON PAULI OAB - MT0013534A (ADVOGADO(A))
RAFAEL JOSE PAULI OAB - MT0020244A (ADVOGADO(A))
GUISELA DAIANA NORONHA DORNELLES OAB - MT25456/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

TOPSAPP SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E REDES AVANCADAS LTDA - ME (REQUERIDO)
TATIANA ASSMANN MEINERZ - ME (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015280-05.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:IONE TEREZINHA NORONHA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GUISELA DAIANA NORONHA DORNELLES, VANDERSON PAULI, RAFAEL JOSE PAULI POLO PASSIVO: TOPSAPP SOLUCOES EM TELECOMUNICACOES E REDES AVANCADAS LTDA - ME e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SINOP - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SALA 01 Data: 11/02/2020 Hora: 14:45 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011466-65.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ILDA TOMAZ DO AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006571-49.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDENICE FRANCISCO DO SACRAMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA LINO SERRA TEIXEIRA OAB - MT23145-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002950-44.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAM MARCILEI DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA LINO SERRA TEIXEIRA OAB - MT23145-O (ADVOGADO(A))
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004972-41.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LILIANE RANECO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LILIANE RANECO OAB - MT0017579A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFONICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007384-76.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
IRINEU SILVA E SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA MONICA BRITEZ OAB - MT0019528A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DA AMAZONIA SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RODRIGO MISCHIATTI OAB - MT7568-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001671-86.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCISCO PINTO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1014763-97.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO PEGORARO LARENTES (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
IUNI EDUCACIONAL S/A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 1014763-97.2019.8.11.0015. REQUERENTE: BRUNO PEGORARO LARENTES REQUERIDO: IUNI EDUCACIONAL S/A. Vistos etc. Cumpra-se a deprecata, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Ocorrendo algumas das situações previstas no item 2.7.5 da CNGC/MT, intimadas previamente as partes e não havendo qualquer manifestação no prazo legal, fica, desde já, autorizada a devolução da presente deprecada. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1014893-87.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VISUAL FORMATURAS LTDA - ME (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JONIVAL SERGIO DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 1014893-87.2019.8.11.0015. REQUERENTE: VISUAL FORMATURAS LTDA - ME REQUERIDO: JONIVAL SERGIO DA SILVA Vistos etc. Cumpra-se a deprecata, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Ocorrendo algumas das situações previstas no item 2.7.5 da CNGC/MT, intimadas previamente as partes e não havendo qualquer manifestação no prazo legal, fica, desde já, autorizada a devolução da presente deprecada. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1015248-97.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NATALINO FERREIRA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERTONI DARI NITSCHE OAB - MT0012402A (ADVOGADO(A))
EMILLY SILVA DE CARVALHO OAB - MT22883/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO SILTRAO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 1015248-97.2019.8.11.0015. REQUERENTE: NATALINO FERREIRA - ME REQUERIDO: GERALDO SILTRAO Vistos etc. Cumpra-se a deprecata, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Ocorrendo algumas das situações previstas no item 2.7.5 da CNGC/MT, intimadas previamente as partes e não havendo qualquer manifestação no prazo legal, fica, desde já, autorizada a devolução da presente deprecada. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006175-72.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
BRUNO CARLOS PINTO CAVALCANTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA LINO SERRA TEIXEIRA OAB - MT23145-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015283-57.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN CORDEIRO VITOR PLASTER (REQUERENTE)
BERNARDO PLASTER NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGINALDO DE SOUZA SILVA OAB - MT27472/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SPE - ATALAIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015283-57.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:MIRIAN CORDEIRO VITOR PLASTER e outros ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: REGINALDO DE SOUZA SILVA POLO PASSIVO: SPE - ATALAIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SINOP - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SALA 01 Data: 27/01/2020 Hora: 08:00 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008739-24.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CICERO CARLOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAMILLA THUANY SOUZA AMARAL OAB - MT0020131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EMBRATEL - EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001338-71.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANIA GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CIDINEY RODRIGUES FERREIRA OAB - MT8359-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004273-50.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
YAN MARCEL BEJAMIM LESCANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESDRA SILVA DOS SANTOS OAB - MT15916-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006800-09.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA LINO SERRA TEIXEIRA OAB - MT23145-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008404-05.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MAYELLE CAETANO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA OAB - MT0010309A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011865-94.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NEIUMA RIBEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 8011929-07.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ BENTO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VOLMIR RUBIN OAB - MT0013078S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENATO DAVID PRANTE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL BARION DE PAULA OAB - MT11063-B (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1008998-19.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
WELINTON HEIDMANN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDILSE DE LURDES WACHEKOWSKI OAB - MT0017110A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CHARLES SCHULKE DE ARRUDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TIAGO PACHECO DOS SANTOS OAB - MT0017601A-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000380-22.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELENIZA SILVA DO AMARAL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012806-32.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANA CANEI POLONI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ISMAEL DOS SANTOS OAB - MT0021747A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001895-24.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS MENEZES DE PAULA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8011801-21.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TECNO BOMBAS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANE SILVA SANTOS OAB - MT27430/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE APARECIDO BORGES (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 8011801-21.2015.8.11.0015 Nos termos da legislação vigente e considerando que o executado fora citado por edital (2989656 - Citação), intimo a(s) parte(s) autora(s) da presente demanda para que forneça novo endereço do executado para penhora e avaliação do veículo, no prazo de 05 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1003387-51.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VOLNEI ALBERTO PACHECO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL EDUARDO BABINSKI OAB - MT0018584A (ADVOGADO(A))
SIRLENE DE JESUS BUENO OAB - MT0006697S (ADVOGADO(A))
DALINE BUENO FERNANDES OAB - MT15847 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1012355-07.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO CARDOSO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FRANCISCO ANTONIO BIOLCHI OAB - MT0018488A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 8010369-64.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VITORIA PERFILADOS DE ACO LTDA "Em Recuperação Judicial" (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAMILA SILVA ROSA OAB - MT0015100A (ADVOGADO(A))
EDNEY LUIZ HEBERLE OAB - MT0015191A (ADVOGADO(A))
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO MARQUES CHAGAS OAB - MT13699-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEBER C. DE ALMEIDA - ME (EXECUTADO)

Nos termos da Legislação Vigente, intimo o(s) advogado(s) do(a) Promovente para que, no Prazo de 05 (cinco) dias, manifeste(m) o que entender de direito.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000862-96.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GINALISSE NEVES DA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME DOUGLAS DEBASTIANI GUINDANI OAB - MT0018320A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012774-27.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA MAIELE SCANAGATTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1009987-88.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LAIRANI DE LIMA MELECHCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LIGIA MARIA PREVIDELLI RABELO OAB - MT15252/B-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EGS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ADALBERTO ORTEGA FERREIRA OAB - MT0018935A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005698-49.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
KELLEN DOS SANTOS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DULCINEIDE APARECIDA BARBOSA OAB - MT0017329A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CURSINO & CIA LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDILO TENORIO BRAGA OAB - MT0014070A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004510-21.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GISLAINE CRISTINA SAMPAIO LEMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIZ TERUO MATSUNAGA JUNIOR OAB - MT0022246S (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010626-09.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MOISES BATISTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010621-84.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL DE POLIO VALERIANO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011811-65.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIRLENE DE JESUS BUENO OAB - MT0006697S (ADVOGADO(A))
DALINE BUENO FERNANDES OAB - MT15847 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KELIA CRISTINA KIRSCH (REQUERIDO)
ALCIDES SOARES DE SOUZA NETO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALCIR FERNANDO CESA OAB - MT17596/O (ADVOGADO(A))
RUI HEEMANN JUNIOR OAB - MT15326/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8011811-65.2015.8.11.0015. REQUERENTE: ELIAS ALVES REQUERIDO: KELIA CRISTINA KIRSCH, ALCIDES SOARES DE SOUZA NETO Vistos etc. Com intuito de dar efetividade na prestação jurisdicional via da realização da audiência por videoconferência, conforme disponibilizado pelo juízo deprecado, oficie-se a respeito encaminhando-se o link respectivo para vincular os dois ambientes na data aprazada, qual seja: https://call.lifesizecloud.com/670267 Lembre-se que o estado de Mato Grosso possui uma hora atrasada em relação ao estado do Paraná, razão pela qual a audiência neste juízo se realizará às 12:30 horas. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Sinop – MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001787-92.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MIRIAN FRANCISCA CAPINAN LINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BARBARA CAROLINA VIEIRA LEAO OAB - MT22565/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SOCIEDADE EDUCACIONAL UNIFAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DIEGO GUTIERREZ DE MELO OAB - MT0009231S (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011948-13.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
WANDERSON RIBEIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO DIAS FERREIRA OAB - MT0009073A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EXTRALUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
QUEBIO DA SILVA OAB - MT23544/O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005560-48.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NELCILENE BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015179-65.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RICARDO SMIDERLE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IEDY SILVA COTRIM SMIDERLE OAB - MT25585/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Bradesco Financiamentos S.A (REQUERIDO)
MASTERCARD BRASIL LTDA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE SINOP JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP PRAÇA DOS TRÊS PODERES, Nº 175, TELEFONE: (66) 3520-3800, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78000-000 Processo n.: 1015179-65.2019.8.11.0015 A presente certidão tem por finalidade a INTIMAÇÃO acerca da audiência de CONCILIAÇÃO designada para 11/02/2020 14:30, na sede do Juizado Especial, sito no endereço ao final indicado, podendo, se assim o quiser, nela oferecer defesa escrita ou oral. RICARDO SMIDERLE CPF: 002.850.401-11, IEDY SILVA COTRIM SMIDERLE CPF: 722.791.171-34 Endereço do promovente: Nome: RICARDO SMIDERLE Endereço: AVENIDA DOS GUARANTÃS, 960, - DE 726 A 1192 - LADO PAR, JARDIM MARINGÁ, SINOP - MT - CEP: 78556-258 Endereço do promovido: Nome: MASTERCARD BRASIL LTDA Endereço: AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 14171, ANDAR 19 E 20 CRYSTAL TOWERS EDIF ROCHAVERA, VILA GERTRUDES, SÃO PAULO - SP - CEP: 04794-000 Nome: Banco Bradesco Financiamentos S.A Endereço: Núcleo Cidade de Deus, SN, PRÉDIO PRATA - 4 ANDAR, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Sinop, Sexta-feira, 13 de Dezembro de 2019. SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP E INFORMAÇÕES: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-000 - TELEFONE: (66) 30253800

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011329-71.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUCILENE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ALEIXO JUNIOR OAB - MT16527-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001113-85.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO SCHARNOWSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO HENRIQUE DE PAULA CARNEIRO OAB - MT0019366A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS SORRISO - SICREDI CELEIRO DO MT (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JEAN CARLOS ROVARIS OAB - MT12113-O (ADVOGADO(A))
ZILAUDIO LUIZ PEREIRA OAB - MT4427-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001489-03.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO TEIXEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005684-65.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
REGINALDO PICON FORNAZIERI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON MOREIRA DE LIMA OAB - MT0022372A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. C LEHMEN - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
WALMIR ANTONIO PEREIRA MACHIAVELI OAB - MT0004284A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011031-79.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEJANE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000343-24.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE NOELI CORREA DORTE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLA REGINA BATISTA DA SILVA OAB - MT20619-O (ADVOGADO(A))
LORENA KELLY TORRES TEIXEIRA OAB - MT20091-O (ADVOGADO(A))
MARCIA REGINA SOARES OAB - MT21794/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER BRASIL S/A (REQUERIDO)
B2W COMPANHIA DIGITAL (REQUERIDO)
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
THIAGO MAHFUZ VEZZI OAB - MT18017-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para

manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011515-60.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMAR CRISTINA GOMES DE ARAUJO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO AUGUSTINHO DE PAULA NETO OAB - MT21792/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB - MT12208-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8013746-09.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARINETE ALVES CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ESTEFANIA GONCALVES BARBOSA COLMANETTI OAB - DF0013158A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008478-59.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO CORONADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DINARTE SILVEIRA NEGRAO JUNIOR OAB - MT14750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GABRIELA RODRIGUES LAGO COSTA OAB - DF21924 (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005488-61.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS ALMEIDA DA FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008699-42.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MICHELE PINHEIRO DE CASTRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TERESINHA APARECIDA BRAGA MENEZES OAB - MT6972-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010849-76.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VALQUIRIA ALVES ROSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANA PETRI OAB - MT0014317A (ADVOGADO(A))
LUCIANA RODRIGUES ATAYDE RIVA OAB - MT14701/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EXTRALUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUDINEY RODRIGUES FERNANDES OAB - MT18677-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Numero do Processo: 8010849-76.2014.8.11.0015 EXEQUENTE: VALQUIRIA ALVES ROSA EXECUTADO: EXTRALUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP Vistos, etc. 1. Em atenção ao pedido de início da fase de cumprimento de sentença, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra voluntariamente a sentença proferida nos autos, sob pena de ter o montante da condenação acrescido de multa no percentual de 10%, nos termos do art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015); 2. Ultrapassado o aludido prazo, com ou sem manifestação do executado, CERTIFIQUE-SE e INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste requerendo o que de direito para prosseguimento do feito. 3. Oportunamente tornem os autos conclusos para deliberação. Cumpra-se, servindo a presente como CARTA PRECATÓRIA, OFÍCIO, CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃO. Às providências.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005760-55.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LAERCIO COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO ANTONIO GUERRA OAB - MT16276-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006413-91.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NILZA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONES EVERSON CARDOSO OAB - SP146007 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1009417-05.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLODOALDO PIACENTINI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCIANA WERNER BILHALVA OAB - MT0012222A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AZUL LINHAS AEREAS (REQUERIDO)

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1001367-24.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIELE DOS SANTOS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DULCINEIDE APARECIDA BARBOSA OAB - MT0017329A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015292-19.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FABIO SANTOS MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELKE TICIANE VIEIRA SAKATA DIAS OAB - MT24613/O (ADVOGADO(A))
DIONAS BRASIL DO NASCIMENTO OAB - MT25273/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1015292-19.2019.8.11.0015 POLO ATIVO:FABIO SANTOS MARTINS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: DIONAS BRASIL DO NASCIMENTO, ELKE TICIANE VIEIRA SAKATA DIAS POLO PASSIVO: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: SINOP - J.E - AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO - SALA 01 Data: 29/01/2020 Hora: 17:45 , no endereço: PRAÇA DOS TRÊS PODERES, 175, SETOR COMERCIAL, CENTRO, SINOP - MT - CEP: 78550-138 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006157-17.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROSIMEIRE POLIS RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LICINIO VIEIRA DE ALMEIDA JUNIOR OAB - MT16625-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8012660-03.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MULT CARD CARTOES LTDA - EPP (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDOCIR ANHOLETO OAB - MT0007502A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SANDRA APARECIDA DA SILVA 81152230930 (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PEDRO DE LIMA CORDEIRO JUNIOR OAB - MT0013735A-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005939-23.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DIENE KELY SANTANA ANTIQUEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JANAINA LINO SERRA TEIXEIRA OAB - MT23145-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002788-83.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA LAVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT0013079S-O (ADVOGADO(A))
EDISON PAULO DOS SANTOS ROBERTS OAB - MT0005395A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RÉU)

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011257-84.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CAMILA SILVA MENDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO DE MELO ROSA OAB - MT10097-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
LABORCLIN ANALISES CLINICAS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE ALEXANDRE RUBIO DE SOUZA OAB - MT19462-O (ADVOGADO(A))
TIAGO GALLAS OAB - MT16888-O (ADVOGADO(A))

Ante o retorno dos autos da Turma Recursal, INTIMO as partes para manifestarem o que entenderem de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 370266 Nr: 16843-51.2019.811.0015
AÇÃO: Carta Precatória->Cartas->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WESLEY NASCIMENTO DOS REIS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DIONIR ADRIANO CONTREIRA - OAB:OAB/MT 22337
Vistos etc.
Cumpra-se a deprecata, servindo-se de sua cópia como mandado.
Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos.
Ocorrendo algumas das situações previstas no item 2.7.5 da CNGC/MT, intimadas previamente as partes e não havendo qualquer manifestação no prazo legal, fica, desde já, autorizada a devolução da presente deprecada.
Intimem-se.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Walter Tomaz da Costa
Cod. Proc.: 370931 Nr: 17264-41.2019.811.0015
AÇÃO: Restituição de Coisas Apreendidas->Questões e Processos Incidentes->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MARCELO APARECIDO DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VANDERSON PAULI - OAB:MT - 13534 / O

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos etc.
De proêmio, apensem-se estes autos aos de cód. 370768.
Adiante, abra-se vistas ao Ministério Público.
Cumpra-se.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009406-10.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FELIX COMERCIO DE PRODUTOS OTICOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSUE DA COSTA SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos, etc. Trata-se de execução de título extrajudicial onde o requerente pugna pela antecipação da tutela com o fito de realizar bloqueio de verbas nas contas pertencentes ao executado. Compulsando detidamente os autos verifico que o exequente não trouxe qualquer elemento que demonstre o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da tutela, previstos no art. 300 do NCPC. Ademais, caso o executado venha a alienar bens após a citação da presente execução, de forma a frustrar o recebimento do débito pelo exequente, é certo que se configuraria verdadeira fraude à execução, havendo meios legais para a desconstituição da alienação em tal hipótese, não sendo justificável presumir a má fé do executado, imputando-lhe restrição aos bens, antes de oportunizar a citação para pagamento. Diante do exposto, indefiro o pedido cautelar e determino: 1. INTIME-SE a parte exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente o título executivo original junto ao Cartório deste Juizado, que será CONFERIDO e CARIMBADO pela Sr.ª Gestora, sob pena de extinção e arquivamento do feito; 2. CITE-SE a parte devedora, bem como, INTIME-SE a mesma nos termos do art. 829, do Código de Processo Civil, para pagar o débito exequendo no prazo de 03 (três) dias; 3. Decorrido o aludido prazo, certifique-se que não houve o pagamento do débito, e conforme parágrafo primeiro do referido dispositivo legal, PROCEDA-SE com a penhora e avaliação de bens, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado para, querendo, impugnar no prazo de 15 (quinze) dias. 4. Caso não localizado o devedor e bens penhoráveis, intime-se o exequente a indicá-los, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção (art. 53, § 4º, da lei 9.099/95). Expeça-se o necessário. Às providências.

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002143-87.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RENAVISAT MONITORAMENTO DE VEICULOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELLA MARIA LIMA SILVA GOMES OAB - MT0012687A (ADVOGADO(A))
JORGE AUGUSTO BUZETTI SILVESTRE OAB - SP276791 (ADVOGADO(A))
LUCA RIZZATTI MENDES OAB - MT20974-O (ADVOGADO(A))
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-O (ADVOGADO(A))
CAMILA SILVA ROSA OAB - MT0015100A (ADVOGADO(A))
EDNEY LUIZ HEBERLE OAB - MT0015191A (ADVOGADO(A))
ATALIAS DE LACORTE MOLINARI OAB - MT21814/O (ADVOGADO(A))
DAIANE FERREIRA CLARO ROSSAFA OAB - MT21127/B (ADVOGADO(A))
THALES DEMARCHI DA SILVA OAB - MT24131/O-O (ADVOGADO(A))
EDUARDO MARQUES CHAGAS OAB - MT13699-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RENISON FLAVIO FERREIRA RODRIGUES - ME (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1002143-87.2018.8.11.0015. EXEQUENTE: RENAVISAT MONITORAMENTO DE VEICULOS LTDA - ME EXECUTADO: RENISON FLAVIO FERREIRA RODRIGUES - ME Proceda-se com a tentativa de bloqueio on-line via BACENJUD. Realizada a penhora, designe-se audiência de conciliação e intimem-se as partes para nela comparecerem, advertindo-se a parte reclamada da oportunidade para interpor embargos (art. 53, §1º, da Lei n. 9.099/95). Infrutífera, ouça o credor em 05 (cinco) dias. Intimem-se e cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005316-85.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LOSI TRANSPORTES EIRELI - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA DE ANDRADE OAB - MT19931/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GERALDO APARECIDO CAMPANA DA SILVA (EXECUTADO)
MANOEL MESSIAS DE SOUSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1005316-85.2019.8.11.0015. EXEQUENTE: LOSI TRANSPORTES EIRELI - ME EXECUTADO: MANOEL MESSIAS DE SOUSA, GERALDO APARECIDO CAMPANA DA SILVA Proceda-se com a busca do endereço da parte executada via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Caso haja pedido de citação, cite-se a parte executada para efetuar o pagamento, no prazo de 03 (três) dias. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006139-59.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LOSI TRANSPORTES EIRELI - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA DE ANDRADE OAB - MT19931/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CEREALISTA TELES PIRES EIRELI - EPP (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1006139-59.2019.8.11.0015. EXEQUENTE: LOSI TRANSPORTES EIRELI - ME EXECUTADO: CEREALISTA TELES PIRES EIRELI - EPP Proceda-se com a busca do endereço da parte executada via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Caso haja pedido de citação, cite-se a parte executada para efetuar o pagamento, no prazo de 03 (três) dias. Intime-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003181-71.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
IREMAR ANDRADE DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA GABRIELA BALBINOT DOS ANJOS OAB - MT0018077A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO MINA DA SILVA BORGES (EXECUTADO)
SILVA BORGES CONSTRUTORA LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1003181-71.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: IREMAR ANDRADE DA SILVA EXECUTADO: MARCIO MINA DA SILVA BORGES, SILVA BORGES CONSTRUTORA LTDA A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 27008720). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo

de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8012241-51.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME PRADELA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMIA ROBERTA SILVA PRADELA OAB - MT0014598A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORIDES CAVENAGHI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8012241-51.2014.8.11.0015. EXEQUENTE: JAIME PRADELA EXECUTADO: ORIDES CAVENAGHI A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 25984714). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Execução

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003181-71.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
IREMAR ANDRADE DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA GABRIELA BALBINOT DOS ANJOS OAB - MT0018077A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARCIO MINA DA SILVA BORGES (EXECUTADO)
SILVA BORGES CONSTRUTORA LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1003181-71.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: IREMAR ANDRADE DA SILVA EXECUTADO: MARCIO MINA DA SILVA BORGES, SILVA BORGES CONSTRUTORA LTDA A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 27008720). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8012400-23.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 8012400-23.2016.8.11.0015. REQUERENTE: MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA REQUERIDO: CLARO S.A. Proceda-se o bloqueio on-line via BACENJUD conforme requerido. Em atendimento ao que dispõe o par. 2º do art. 1º do Provimento n. 04/2007 - CGJ, permaneçam os autos no gabinete até que se processe a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central. Efetivada a penhora, retornem os autos à escrivania, que deverá proceder a intimação da parte executada para, querendo e no prazo legal, apresentar embargos, devendo os autos permanecer em sigilo. Caso a tentativa de penhora reste infrutífera, ouça-se o credor, em 10 dias. Por fim, consigno que, a decisão poderá ser levada a protesto (Art. 517 CPC), ou ser determinada a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (art. 782 § 3 CPC), a requerimento das partes. Sem manifestação, ao arquivo. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008873-51.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME PRADELA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMIA ROBERTA SILVA PRADELA OAB - MT0014598A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEDIO LUIZ DASSI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1008873-51.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: JAIME PRADELA EXECUTADO: NEDIO LUIZ DASSI Cumpra-se a determinação contida no despacho de id. 25612394. Após, intime-se a parte autora a manifestar-se aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, para requerer o que entender de direito. Não havendo manifestação da parte autora, arquive-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8012400-23.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 8012400-23.2016.8.11.0015. REQUERENTE: MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA REQUERIDO: CLARO S.A. Proceda-se o bloqueio on-line via BACENJUD conforme requerido. Em atendimento ao que dispõe o par. 2º do art. 1º do Provimento n. 04/2007 - CGJ, permaneçam os autos no gabinete até que se processe a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central. Efetivada a penhora, retornem os autos à escrivania, que deverá proceder a intimação da parte executada para, querendo e no prazo legal, apresentar embargos, devendo os autos permanecer em sigilo. Caso a tentativa de penhora reste infrutífera, ouça-se o credor, em 10 dias. Por fim, consigno que, a decisão poderá ser levada a protesto (Art. 517 CPC), ou ser determinada a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (art. 782 § 3 CPC), a requerimento das partes. Sem manifestação, ao arquivo. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1006169-65.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR MULLER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT0013967A (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO BIAZAO BASSO OAB - MT21707/O (ADVOGADO(A))
CLAYTON OUVERNEI OAB - MT0013051S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAZARA CAROLINY TAQUES (REQUERIDO)

Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 1006169-65.2017.8.11.0015. REQUERENTE: ADEMIR MULLER REQUERIDO: LAZARA CAROLINY TAQUES A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 26384564). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8011841-71.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADENIS PASQUALETTO JUNIOR (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON MOREIRA DE LIMA OAB - MT0022372A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALMIR BAU (EXECUTADO)
Outros Interessados:
JULIANA FALCI MENDES OAB - SP223768 (ADVOGADO(A))
BANCO GMAC S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO OAB - SP0152305A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8011841-71.2013.8.11.0015. EXEQUENTE: ADENIS PASQUALETTO JUNIOR EXECUTADO: VALMIR BAU A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada (id. 26198980). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8012400-23.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 8012400-23.2016.8.11.0015. REQUERENTE: MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA REQUERIDO: CLARO S.A. Proceda-se o bloqueio on-line via BACENJUD conforme requerido. Em atendimento ao que dispõe o par. 2º do art. 1º do Provimento n. 04/2007 - CGJ, permaneçam os autos no gabinete até que se processe a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central. Efetivada a penhora, retornem os autos à escrivania, que deverá proceder a intimação da parte executada para, querendo e no prazo legal, apresentar embargos, devendo os autos permanecer em sigilo. Caso a tentativa de penhora reste infrutífera, ouça-se o credor, em 10 dias. Por fim, consigno que, a decisão poderá ser levada a protesto (Art. 517 CPC), ou ser determinada a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (art. 782 § 3 CPC), a requerimento das partes. Sem manifestação, ao arquivo. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8011841-71.2013.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADENIS PASQUALETTO JUNIOR (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEFFERSON MOREIRA DE LIMA OAB - MT0022372A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALMIR BAU (EXECUTADO)
Outros Interessados:
JULIANA FALCI MENDES OAB - SP223768 (ADVOGADO(A))
BANCO GMAC S.A. (TERCEIRO INTERESSADO)
ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO OAB - SP0152305A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8011841-71.2013.8.11.0015. EXEQUENTE: ADENIS PASQUALETTO JUNIOR EXECUTADO: VALMIR BAU A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada (id. 26198980). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8012400-23.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REGIS FERNANDO NIEDERAUER DA SILVEIRA OAB - MT3756-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DESPACHO Processo: 8012400-23.2016.8.11.0015. REQUERENTE: MARIA TEODORA DUARTE COIMBRA REQUERIDO: CLARO S.A. Proceda-se o bloqueio on-line via BACENJUD conforme requerido. Em atendimento ao que dispõe o par. 2º do art. 1º do Provimento n. 04/2007 - CGJ, permaneçam os autos no gabinete até que se processe a ordem perante as instituições financeiras por meio do Banco Central. Efetivada a penhora, retornem os autos à escrivania, que deverá proceder a intimação da parte executada para, querendo e no prazo legal, apresentar embargos, devendo os autos permanecer em sigilo. Caso a tentativa de penhora reste infrutífera, ouça-se o credor, em 10 dias. Por fim, consigno que, a decisão poderá ser levada a protesto (Art. 517 CPC), ou ser determinada a inclusão do nome do executado em cadastro de inadimplentes (art. 782 § 3 CPC), a requerimento das partes. Sem manifestação, ao arquivo. Intime-se. Cumpra-se. EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008873-51.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JAIME PRADELA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAMIA ROBERTA SILVA PRADELA OAB - MT0014598A-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEDIO LUIZ DASSI (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1008873-51.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: JAIME PRADELA EXECUTADO: NEDIO LUIZ DASSI Cumpra-se a determinação contida no despacho de id. 25612394. Após, intime-se a parte autora a manifestar-se aos autos, no

prazo de 5 (cinco) dias, para requerer o que entender de direito. Não havendo manifestação da parte autora, arquive-se. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012613-17.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY KARLA HOFFMANN 01292813105 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
XENIA MICHELE ARTMANN OAB - MT0013697A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIERLA RAQUIEL PASQUALOTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1012613-17.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: KELLY KARLA HOFFMANN 01292813105 EXECUTADO: TIERLA RAQUIEL PASQUALOTO A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 26186739). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011220-57.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NEILA SCHMITZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EMANUELE MENDONCA GUERINO OAB - MT25789/O (ADVOGADO(A))
QUELI FERNANDA DE FARIAS TEIXEIRA OAB - MT0012623A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARILDA PICHLER SYCHOCKI (REQUERIDO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1011220-57.2017.8.11.0015. REQUERENTE: NEILA SCHMITZ REQUERIDO: MARILDA PICHLER SYCHOCKI A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 26560668). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8011345-71.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MADECOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREIA ROMFIM GOBBI OAB - MT0012696A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DE JESUS CARNEIRO WANDERLEY (EXECUTADO)
Magistrado(s):
EMERSON LUIS PEREIRA CAJANGO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8011345-71.2015.8.11.0015. EXEQUENTE: MADECOL INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA - ME EXECUTADO: MARIA DE JESUS CARNEIRO WANDERLEY A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 24670391). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009441-96.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ EBARLE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEDOCIR ANHOLETO OAB - MT0007502A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1009441-96.2019.8.11.0015. REQUERENTE: LUIZ EBARLE REQUERIDO: BANCO PAN Vistos em regime de exceção. Constata-se que os embargos declaratórios possuem manifestos efeitos infringentes, sendo, pois, impositivo suscitar o contraditório. Cito: AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ACOLHIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO INFRINGENTE. AUSÊNCIA DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO EMBARGADO. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. VÍCIO INSANÁVEL. O julgado que acolheu embargos de declaração, atribuindo-lhes efeitos infringentes, sem a prévia intimação do embargado, encontra-se eivado de nulidade insanável. Necessária a anulação do julgamento dos embargos de declaração, eis que em desrespeito aos princípios da ampla defesa e do contraditório. Precedentes do STJ. Recurso provido. Unânime. (TJRS, 14ª Câmara Cível, rel. Des. Jorge Alberto Schereiner Pestana, j. 24.03.2012) E: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZATÓRIA. (RECURSO DO RÉU ¬ BANCO BRADESCO S/A). ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. OCORRÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITOS INFRINGENTES AOS QUAIS NÃO SE INTIMOU PREVIAMENTE A PARTE ADVERSA. OFENSA AO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. RECURSO DO AUTOR NÃO CONHECIDO EM FACE DE RESTAR PREJUDICADO PELA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO JULGAMENTO PROFERIDO EM PRIMEIRO GRAU. (TJ-PR 8544689 PR 854468-9 (Acórdão), Relator: Marco Antonio Antoniassi, Data de Julgamento: 25/04/2012, 14ª Câmara Cível) Posto isso, nos termos do art. 50, da Lei 9099/95, com a redação dada pelo art. 1065 do CPC, INTERROMPO o prazo para recurso e DETERMINO a intimação do embargado para, querendo, contrarrazoar, no prazo legal. Com a manifestação do embargado, ou transcorrido o prazo sem manifestação, VENHAM-ME conclusos. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 -CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8011578-34.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
EGON JOSE LENZ (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DAIVID RAFAEL DOS SANTOS SILVA OAB - MT16557-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOSE GASQUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8011578-34.2016.8.11.0015. EXEQUENTE: EGON JOSE LENZ EXECUTADO: JOSE GASQUES Vistos em regime de exceção. Diante dos embargos à execução opostos, SUSPENDO a presente execução. Em consequência disso, INTIME-SE a parte embargada para, no prazo de legal, manifestar-se. Após, TORNEM-ME os autos conclusos para sentença. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8013473-30.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO SARAIVA (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
JOAQUIM BALTAZAR GARAY DA SILVA OAB - MT0003535A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8013473-30.2016.8.11.0015. REQUERENTE: ROBERTO SARAIVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos em regime de exceção. Diante do que informado pela parte executada, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se quanto ao pleito, indicando, ainda, se concorda com a extinção dos autos pelo cumprimento da obrigação e determinação de expedição de alvará em favor das partes, sob pena de concordância tácita. Após, façam-se os autos conclusos para deliberação e possível extinção. Cumpra-se. Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 - CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011310-31.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
TATIANA ASSMANN MEINERZ - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO PERIM DE PAULA OAB - MT0020587A (ADVOGADO(A))
MAYLA DOVIGI OAB - MT27120/O (ADVOGADO(A))
DOUGLAS DE MELO COSTA OAB - MT21746/O (ADVOGADO(A))
THIAGO DOS SANTOS RICHOPPO OAB - MT0021462A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1011310-31.2018.8.11.0015. REQUERENTE: TATIANA ASSMANN MEINERZ - ME REQUERIDO: OI S/A Vistos em regime de exceção. Diante do petitório retro, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto ao pleito, sob pena de concordância. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013012-46.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DEMMETRIUS CESARIO CLAUDINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROGERIO PEREIRA TELES OAB - GO28337 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESFIHARIA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Vinicius Alexandre de Melo e Rodrigues OAB - PR30017-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013012-46.2017.8.11.0015. REQUERENTE: DEMMETRIUS CESARIO CLAUDINO REQUERIDO: ESFIHARIA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME Vistos em regime de exceção. I – DEFIRO o pedido de expedição de alvará, expeça-se o necessário, observando os dados bancários indicados no petitório retro. II – PROCEDA-SE a busca junto ao sistema RENAJUD, conforme requerido. III – Em sendo positiva a pesquisa via RENAJUD, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar endereço para a formalização da penhora do veículo encontrado na pesquisa. IV – Em sendo negativa, INTIME-SE a parte reclamante para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. V – Sem manifestação, AO ARQUIVO. VI – Desde já, fica AUTORIZADA a expedição de certidão de dívida em favor da reclamante. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 -CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010778-40.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RITA MARIA CARDOSO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONAS EDU GRUEN OAB - MT17876-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))
Paula Rodrigues da Silva OAB - MT0013605S-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010778-40.2015.8.11.0015. REQUERENTE: RITA MARIA CARDOSO DOS SANTOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos em regime de exceção. Peticiona o patrono da parte requerente informando que a decisão retro deixou de fixar o valor da URH. Acolho o pleito. Ante aos trabalhos realizados pelo defensor, fixo o valor de 2 (duas) URH's. Expeça-se o necessário. Após, ao arquivo. Cumpra-se. Sinop, (data registrada no sistema). Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 -CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013305-16.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DE FATIMA PEREIRA MERCEDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCIA ANA ZAMBIAZI OAB - MT11106/B (ADVOGADO(A))
ROBERTO CARLOS MELGAREJO DE VARGAS OAB - MT0007429A (ADVOGADO(A))
BRUNA NATALI GUARNIERI OAB - MT21755/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO ROBERTO VIGNA OAB - SP0173477A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013305-16.2017.8.11.0015. REQUERENTE: MARIA DE FATIMA PEREIRA MERCEDES REQUERIDO: BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA Vistos em regime de exceção. Devidamente intimada, a parte requerida quedou-se inerte. Posto isso, certifique-se o trânsito em julgado da presente demanda. Após, intime-se a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, postular o que entender de direito, sob pena de extinção. Cumpra-se. Sinop, (data registrada no sistema). Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 -CGJ

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010975-92.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VITORIA PERFILADOS DE ACO LTDA "Em Recuperação Judicial" (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNEY LUIZ HEBERLE OAB - MT0015191A (ADVOGADO(A))
EDUARDO MARQUES CHAGAS OAB - MT13699-O (ADVOGADO(A))
CAMILA SILVA ROSA OAB - MT0015100A (ADVOGADO(A))
JOAO PAULO AVANSINI CARNELOS OAB - MT10924-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSELI VIEIRA SOARES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010975-92.2015.8.11.0015. EXEQUENTE: VITORIA PERFILADOS DE ACO LTDA "EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL" EXECUTADO: ROSELI VIEIRA SOARES Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte requerente postulando a intimação da parte requerida por telefone. O pleito vai indeferido. Ora, a intimação via telefone traz insegurança aos autos, isso porque não se pode ter certeza se pessoa em posse do terminal móvel é a parte requerida, de modo que, muito embora tenha o CNJ permitido a intimação por telefone, tal permissivo se aplica aos feitos em que a parte a ser intimada solicitar que tais atos sejam promovidos por meio telefônico. Dito isso, INDEFIRO o pedido de id. 20955708. No mais, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar endereço válido para intimação, sob pena de extinção. CUMPRA-SE. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010210-87.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AUTO CENTER SINOP COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO GONZATTI RIBEIRO OAB - MT25790/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR CANDIDO DIAS (REQUERIDO)
J J RODEIO SHOW LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010210-87.2016.8.11.0015. REQUERENTE: AUTO CENTER SINOP COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME REQUERIDO: J J RODEIO SHOW LTDA - ME, GILMAR CANDIDO DIAS Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte exequente postulando a liberação dos valores encontrados por meio do sistema Bacenjud. Nada obstante ao que alegado, observa-se que a tentativa de penhora rstou infrutífera, isso porque o bloqueio se deu sobre monta irrisória, de modo que os numerários indicados no detalhamento da ordem de bloqueio foram todos liberados. Ora, muito embora a parte seja credora do executada, a penhora deve recair sobre valor significativo, fato que não ocorreu nos autos, uma vez que os ativos encontrados em comparação ao débito em execução eram extremamente inferiores. Posto isso, INDEFIRO o pleito de liberação dos valores bloqueado, eis que inexistentes. No mais, passo a análise pedido de pesquisa por meio do sistema Renajud. PROCEDA-SE a busca junto ao sistema RENAJUD, conforme requerido. Em sendo positiva a pesquisa via RENAJUD, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar endereço para a formalização da penhora do veículo encontrado na pesquisa. Em sendo negativa, INTIME-SE a parte reclamante para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Sem manifestação, AO ARQUIVO. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010507-70.2011.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA CECILIA DINARTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELISANGELA DINARTE SOARES OAB - MT0011875A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010507-70.2011.8.11.0015. EXEQUENTE: MARIA CECILIA DINARTE EXECUTADO: ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Vistos em regime de exceção. Cumpra-se a decisão de id. 26241556. Empós, ao arquivo. Sinop, (data registrada no sistema). Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 -CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001163-14.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FELIX COMERCIO DE PRODUTOS OTICOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SUELY DA SILVA SOUSA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1001163-14.2016.8.11.0015. EXEQUENTE: FELIX COMERCIO DE PRODUTOS OTICOS LTDA - ME EXECUTADO: SUELY DA SILVA SOUSA Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte reclamante postulando a realização de citação por telefone. O pleito vai indeferido. Com efeito, nada obstante aos princípios norteadores do juizado especial, entendo que a citação é ato processual formal, no qual se deve observar os meios permitidos em lei, conforme dispõe o artigo 246 do CPC. Ora, a citação via telefone traz insegurança aos autos, isso porque não se pode ter certeza se pessoa em posse do terminal móvel é a parte promovida. Desse modo, INDEFIRO o pedido de citação por telefone. De outro tanto, diante do endereço residencial indicado, EXPEÇA-SE mandado de citação, conforme requerido. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008154-98.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALCINER DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WEDER MOURA ZEMUNER OAB - MT25793/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CUNHA & SAKSIDA LTDA - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1008154-98.2019.8.11.0015. REQUERENTE: ALCINER DE SOUZA REQUERIDO: CUNHA & SAKSIDA LTDA - ME Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte requerente informando endereço para citação. Diante das informações, DESIGNE-SE audiência de conciliação, conforme a pauta do juízo. Após, EXPEÇA-SE mandado de citação, conforme requerido. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010869-67.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
APARECIDO VICENTE LOPES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO JIVAGO BUDNY OAB - MT0011626A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAIME ANHON (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010869-67.2014.8.11.0015. REQUERENTE: APARECIDO VICENTE LOPES REQUERIDO: JAIME ANHON Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte requerente informando que a obrigação de fazer imposta pela sentença não foi cumprida, estando o imóvel objeto da demanda ainda

registrado em seu nome, de sorte que postula seja oficiada a prefeitura municipal, a fim de que efetive o cumprimento da obrigação de fazer estabelecida. O pleito vai deferido. Com efeito, a sentença prolatada nos autos determinou que a requerida procedesse a transferência do imóvel objeto dos autos para seu nome, arcando com todos os emolumentos decorrentes do registro. Muito embora a parte requerida tenha sido intimada, essa permaneceu inerte, fato que persiste até a presente data. Ora, não pode o requerente ser imposta a situação de espera, até que o requerido decida por conta própria realizar os atos administrativos necessários para a transferência. Da mesma forma, não soa jurídico determinar que a parte aguarde o deslinde de uma demanda, ainda que célere, a fim de os atos executório forcem o requerido a realizarem os atos que, a princípio, podem ser solucionados pela administração pública e pelo cartório notarial desta comarca. Dito isso, em respeito aos princípios da celeridade e simplicidade, DEFIRO o pleito vindicado para determinar a expedição à Prefeitura Municipal para que promova o cumprimento da obrigação estabelecida. Feito isso, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, postular o que entender de direito. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002749-52.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLOTILDE EVANGELISTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOHN LINCOLN SANTOS TEIXEIRA OAB - MT0016853A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS OAB - MT13431-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1002749-52.2017.8.11.0015. REQUERENTE: CLOTILDE EVANGELISTA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos em regime de exceção. INTIME-SE a parte executada, na pessoa de seu advogado, para que proceda ao pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida ao valor a multa de 10% (dez por cento), prevista no artigo 523, §1º, primeira parte, do CPC. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 8010849-76.2014.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VALQUIRIA ALVES ROSA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
POLIANA PETRI OAB - MT0014317A (ADVOGADO(A))
LUCIANA RODRIGUES ATAYDE RIVA OAB - MT14701/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EXTRALUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AUDINEY RODRIGUES FERNANDES OAB - MT18677-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010849-76.2014.8.11.0015. EXEQUENTE: VALQUIRIA ALVES ROSA EXECUTADO: EXTRALUZ MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA - EPP Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte requerente postulando a expedição de mandado de penhora. DEFIRO o pleito, conforme requerido, EXPEÇA-SE mandado de penhora dos valores recebidos pela empresa executada em seu caixa. Sendo a penhora frutífera, deverá o Sr. Meirinho proceder o depósito dos valores penhorados em conta judicial vinculada a este processo. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8010677-66.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANEIS DALAMARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALANA HAUBERT SANTOLIN ANDRADE OAB - MT0022002A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISEU RODRIGUES DE CARVALHO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010677-66.2016.8.11.0015. REQUERENTE: VANEIS DALAMARIA REQUERIDO: ELISEU RODRIGUES DE CARVALHO Vistos em regime de exceção. Diante da certidão de id. 23888258, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005030-78.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DEUSIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTINA BURATO OAB - MT0018484A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MEU CREDITO SERVICOS DE INTERMEDIACOES FINANCEIRAS S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1005030-78.2017.8.11.0015. REQUERENTE: DEUSIMAR PEREIRA DE OLIVEIRA REQUERIDO: MEU CREDITO SERVICOS DE INTERMEDIACOES FINANCEIRAS S/A Vistos em regime de exceção. Diante do pleito retro, DESINGE-SE audiência de conciliação. Após, CITE-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013726-06.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JOSELIA ZOCH 34518274172 (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO PAULO CONSTANTINI OAB - PR0046009S (ADVOGADO(A))
GABRIELA SEVIGNANI OAB - MT20064-O (ADVOGADO(A))
DANIELA SEVIGNANI CONSTANTINI OAB - MT20689/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LORIANI MONTEIRO BORGES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013726-06.2017.8.11.0015. REQUERENTE: JOSELIA ZOCH 34518274172 REQUERIDO: LORIANI MONTEIRO BORGES Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte reclamante postulando a realização de citação por telefone. O pleito vai indeferido. Com efeito, nada obstante aos princípios norteadores do juizado especial, entendo que a citação é ato processual formal, no qual se deve observar os meios permitidos em lei, conforme dispõe o artigo 246 do CPC. Ora, a citação via telefone traz insegurança aos autos, isso porque não se pode ter certeza se pessoa em posse do terminal móvel é a parte promovida. Desse modo, indefiro o pedido de citação por telefone. No mais, intime-se a parte reclamante para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar endereço para citação, sob pena de extinção. Cumpra-se. Sinop, (data registrada no sistema). Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 - CGJ

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007254-18.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CARIN CRISTINA ARALDI SEGER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO GUTIERREZ DE MELO OAB - MT0009231S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EVANDRO SERGIO TOSTES DE CASTRO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1007254-18.2019.8.11.0015. REQUERENTE: CARIN CRISTINA ARALDI SEGER REQUERIDO: EVANDRO SERGIO TOSTES DE CASTRO Vistos em regime de exceção. Diante do documento juntado na movimentação anterior, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar endereço para citação, sob pena de extinção. Anoto que não poderá ser realizada a citação por telefone, ante a ausência de amparo legal e a formalidade que ato citatório requer. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005160-34.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ALFREDO DINAR BICA PARAIBA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS VICENTE DE FREITAS OAB - MT26150/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GIOVANI CURVO MUNIZ (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1005160-34.2018.8.11.0015. EXEQUENTE: ALFREDO DINAR BICA PARAIBA EXECUTADO: GIOVANI CURVO MUNIZ Vistos em regime de exceção. INDEFIRO o pedido de id. 26926233, nos termos do art. 18, § 2º, da lei 9.99/95. INTIME-SE a parte reclamante para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar endereço para citação. Em sendo indicado endereço, CITE-SE, por carta com aviso de recebimento. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010339-92.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
AUTO CENTER SINOP COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
REINALDO JACYNTHO DE ARAUJO OAB - SP0235135A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DINAMARI BISPO VIEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010339-92.2016.8.11.0015. EXEQUENTE: AUTO CENTER SINOP COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS LTDA - ME EXECUTADO: DINAMARI BISPO VIEIRA Vistos em regime de exceção. Diante do petitório de id. 21259195, EXPEÇA-SE mandado de citação, no endereço informado. Anoto que não poderá ser realizada a citação por telefone, ante a ausência de amparo legal e a formalidade que ato citatório requer. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012613-17.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY KARLA HOFFMANN 01292813105 (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
XENIA MICHELE ARTMANN OAB - MT0013697A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIERLA RAQUIEL PASQUALOTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1012613-17.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: KELLY KARLA HOFFMANN 01292813105 EXECUTADO: TIERLA RAQUIEL PASQUALOTO A reclamante requereu a busca de endereço da parte reclamada pelos sistemas disponíveis no Juízo (id. 26186739). Assim, proceda-se com a busca do endereço via sistema BACENJUD. Com o aporte das informações, manifeste-se a parte reclamante, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se. Emerson Luis Pereira Cajango Juiz de Direito em Regime de Exceção

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013535-87.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GERALDO ALOISIO SCHOMMER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALDESON PEREIRA DA SILVA OAB - MT0015846A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP 15.024.003/0001-32 (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013535-87.2019.8.11.0015. REQUERENTE: GERALDO ALOISIO SCHOMMER REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP 15.024.003/0001-32 Vistos etc. Recebo a inicial com inclusos documentos, vez que atendidos os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Com fulcro no art. 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, dispenso a audiência de conciliação ou mediação, em vista do enunciado n.º 01 dos Juízes dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso: “Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa”. Nada impede, contudo, que a audiência conciliatória ocorra se for do interesse do promovido. Cite-se a parte requerida para contestar em até 30 dias, conforme enunciado retromencionado. Consigne-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC). Aportada contestação, remetam-se os autos a tarefa específica “minutar sentença”. Serve a presente como mandado, carta precatória, ofício, carta de intimação/citação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001612-98.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DENISE OLTRAMARI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO VIZZOTTO ROBERTS OAB - MT0013079S-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1001612-98.2018.8.11.0015. REQUERENTE: DENISE OLTRAMARI REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. Por imposição do Enunciado Cível 166 do FONAJE, conforme tem prevalecido o honorável entendimento superior da Turma Recursal Única, malgrado o disposto no art. 1.010, § 3º, parte final, do CPC, passo a fazer o Juízo prévio de admissibilidade recursal. À míngua de elementos cognitivos razoáveis que infirmem a postulação por justiça gratuita, a dificultar uma análise mais acurada quanto à assistência judiciária reclamada, não me parece evidente ser caso de indeferimento da postulação, atendido o disposto pela Lei

Estadual de custas n.º 7.603/2001, art. 3.º, § 2.º, assim como as disposições do art. 98 do CPC e art. 5°, inciso LXXIV, da Constituição Federal. Destarte, sem óbice, por ora, a impedir a gratuidade de Justiça, posto que nada leva a crer na inveracidade da declaração de hipossuficiência firmada nos autos, DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça. Nesse passo, tempestivo e preparado, preenchidos os demais pressupostos recursais, RECEBO o Recurso Inominado, apenas em seu efeito devolutivo, a teor do art. 43 da Lei nº 9.099/1995. O efeito suspensivo só deve ser concedido em situações excepcionais e quando estiverem rigorosamente comprovados os requisitos do referido disposto legal. O que não é o caso. Já apresentadas as contrarrazões, encaminhem-se os autos sem demora à E. Turma Recursal Única, com os nossos cumprimentos. Cumpra-se. Sinop – MT, 13 de Dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-116 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA
Processo Número: 1008064-90.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CELSO DA SILVA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARA SILVIA ROSA DIAS CAVALCANTE OAB - MT5421-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELISANGELA DIAS CAVALHEIRO (EXECUTADO)
Outros Interessados:
MARIA PEREIRA LUNA DE OLIVEIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1008064-90.2019.8.11.0015. EXEQUENTE: CELSO DA SILVA EXECUTADO: ELISANGELA DIAS CAVALHEIRO Vistos em regime de exceção. Conforme se evola dos autos, a parte requerente não foi devidamente intimada a respeito da audiência de conciliação designada. De outro tanto, observa-se que a carta de citação expedida retornou negativa. Posto isso, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar endereço para citação, sob pena de extinção. Em sendo indicado endereço, DESIGNE-SE audiência de conciliação e CITE-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009651-50.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GREGORIA DE FATIMA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIEGO GONZATTI RIBEIRO OAB - MT25790/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ACE SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA OAB - PE23748-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1009651-50.2019.8.11.0015. REQUERENTE: GREGORIA DE FATIMA PEREIRA REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A., ACE SEGURADORA S.A. Vistos em regime de exceção. DEFIRO o pedido de Justiça Gratuita. Tendo sido interposto no prazo legal, tudo conforme previsto no art. 42, caput e parágrafo primeiro, da Lei nº 9.099/95, RECEBO o recurso inominado. INTIME-SE a parte recorrida para, se desejar, apresentar contrarrazões. Após, REMETAM-SE os autos à Turma Recursal. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011342-36.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ROSILEIDE ARAUJO RIBEIRO DE AZEVEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DIONAS BRASIL DO NASCIMENTO OAB - MT25273/O (ADVOGADO(A))
ELKE TICIANE VIEIRA SAKATA DIAS OAB - MT24613/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CCS ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS EIRELI - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1011342-36.2018.8.11.0015. REQUERENTE: ROSILEIDE ARAUJO RIBEIRO DE AZEVEDO REQUERIDO: CCS ADMINISTRADORA DE CONDOMINIOS EIRELI - ME Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte reclamante postulando a redesignação da audiência de tentativa de conciliação, porquanto estava impossibilitada de comparecimento ao ato na data em que designada. Ocorre que o presente feito já se encontra sentenciado não havendo a possibilidade de se reconsiderar o que deliberado por sentença, valendo ainda observar que a justificativa somente aportou após dois meses da data em que a sentença foi proferida. Ademais, tratando-se de sentença o ato guerreado pelo petitório de id. 23714569, impõe-se observar que contra ele deve, caso pretenda, manejar os recursos eventualmente cabíveis. Posto isso, INDEFIRO o pedido de id. 23714569. Preclusas as vias recursais, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010443-72.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO OAB - MT0016512A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOAIR GARCIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
WILSON ISAC RIBEIRO OAB - MT5871-O (ADVOGADO(A))
VOLMIR RUBIN OAB - MT0013078S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1010443-72.2017.8.11.0015. REQUERIDO: CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO REQUERENTE: JOAIR GARCIA DA SILVA Vistos em regime de exceção. PROCEDO a inversão dos polos da presente demanda. INTIME-SE a parte executada, na pessoa de seu advogado, para que proceda ao pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida ao valor a multa de 10% (dez por cento), prevista no artigo 523, §1º, primeira parte, do CPC. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008324-70.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VALDEVINO DOS SANTOS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA MASIERO OAB - MT23400-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT0013967A (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO BIAZAO BASSO OAB - MT21707/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
APARECIDO MARQUES DE SOUZA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo:

1008324-70.2019.8.11.0015. EXEQUENTE: VALDEVINO DOS SANTOS EXECUTADO: APARECIDO MARQUES DE SOUZA Vistos em regime de exceção. Diante dos endereços indicados pelo requerente, CITE-SE, por carta com aviso de recebimento, a parte executada, para que no prazo de (03) três dias, efetue o pagamento da dívida. (art. 829 do CPC). Não efetuado o pagamento no prazo supramencionado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e sua avaliação, INTIMANDO-SE a parte devedora (art. 829, § 1º do CPC). Recaindo a penhora em bens imóveis, INTIME-SE também o (a) cônjuge da parte executada (art. 842 do CPC). Em caso de penhora, o exequente deverá proceder a entrega do original do título de crédito à Secretaria do JEC (Enunciado 126 do FONAJE) até a audiência de conciliação, sob pena de extinção. Nos termos do que dispõe o art. 53, §1º, da Lei nº 9.099/95, efetuada a penhora, DESIGNE-SE audiência de conciliação, advertindo a parte devedora que será em audiência o momento oportuno para opor embargos à execução. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 8010777-55.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
RAMIRES BENETTI (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GETULIO GEDIEL DOS SANTOS OAB - MT0016948A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
REDE BRAZIL MAQUINAS S/A (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARY BRITES JUNIOR OAB - MS0018646A (ADVOGADO(A))
PAULA COELHO BARBOSA TENUTA DE CARVALHO OAB - MS0008962A (ADVOGADO(A))
FELIPE ANTONIO ANDRADE ALMEIDA OAB - SP339661 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8010777-55.2015.8.11.0015. EXEQUENTE: RAMIRES BENETTI EXECUTADO: REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A, REDE BRAZIL MAQUINAS S/A Vistos em regime de exceção. Diante do petitório retro, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de extinção. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003843-35.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO OAB - MT0016512A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VALDIRA DA SILVA BRITO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1003843-35.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO EXECUTADO: VALDIRA DA SILVA BRITO Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte exequente postulando a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado. DEFIRO o pleito, expeça-se mandado de penhora, avaliação e intimação dos bens que guarnecem a residência do executado, conforme o endereço indicado nos autos. Em sendo frutífera, CERTIFIQUE-SE quanto a apresentação de embargos à execução e, se necessário, INTIME-SE a parte exequente para manifestar-se. Em sendo infrutífera, INTIME-SE a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de extinção. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002664-66.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
IVANI JULIANO GONCALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LURDES ELIANE DAL ZOT OAB - MT0018567A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROSANGELA DE JESUS MORAES SILVA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RONY PETERSON BARBOSA DE OLIVEIRA OAB - MT15565/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1002664-66.2017.8.11.0015. REQUERENTE: IVANI JULIANO GONCALVES REQUERIDO: ROSANGELA DE JESUS MORAES SILVA Vistos em regime de exceção. INTIME-SE a parte executada, na pessoa de seu advogado, para que proceda ao pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida ao valor a multa de 10% (dez por cento), prevista no artigo 523, §1º, primeira parte, do CPC. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003962-93.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO OAB - MT0016512A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIENE TEODORO MENDES (EXECUTADO)
JOSEMAR MENDES SARATE (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1003962-93.2017.8.11.0015. EXEQUENTE: CLAUDIA INOCENTE SANTANA BONDESPACHO DO NASCIMENTO EXECUTADO: ELIENE TEODORO MENDES, JOSEMAR MENDES SARATE Vistos em regime de exceção. Peticiona a parte requerente postulando a penhora e consequente adjudicação da motocicleta objeto da restrição de id. 20009632. Com efeito, o Sistema Renajud possibilita ao magistrado o condão de registrar constrições sobre veículos cadastrados nos sistemas dos Detrans de todo o país. Todavia, em que pese a restrição se assemelhe com a penhora do veículo, tais atos são distintos, isso porque a restrição é mero ato de averbar nos registros do veículo a existência da execução e de eventual interesse do exequente de penhora do bem. Ao passo que a penhora é realizada por meio de competente mandado, ocasião na qual

será lavrado o termo de penhora, o veículo será avaliado e o seu proprietário será intimado para, se desejar, apresentar embargos. Posto isso, a fim de possibilitar o pleito de adjudicação, faz-se necessário a expedição de competente mandado, a fim de que o bem seja devidamente penhora e a parte executada seja devidamente intimada. Dessa maneira, em homenagem aos princípios da celeridade e simplicidade processual, DETERMINO a expedição de mandado de penhora, avaliação e intimação da motocicleta indicada pelo sistema Renajud. Após, CERTIFIQUE-SE o transcurso do prazo para apresentação de embargos à execução e, incontinenti, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito. Empós, TORNEM-ME os autos conclusos. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1002043-69.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADILSON DE LIMA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ IORI OAB - MT0007865A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RÉU)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1002043-69.2017.8.11.0015. AUTOR(A): ADILSON DE LIMA DA SILVA RÉU: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. A parte recorrente pugna pela concessão da gratuidade da justiça, benefício este que é destinado aos hipossuficientes que não têm condições de pagar as custa e despesas do processo. Na linha do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, a assistência jurídica integral e gratuita será concedida aos que comprovarem insuficiência de recursos. Assim, ante a ausência de elementos que autorizem o acolhimento de plano do pedido, convém oportunizar que a parte comprove o preenchimento dos respectivos pressupostos, na forma dos arts. 98, caput, e 99, § 2º, do CPC; da Lei nº 1.060/1950; e do aludido dispositivo constitucional. A propósito: "JUIZADO ESPECIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. DESERÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Intimada a comprovar a sua hipossuficiência econômica, para arcar com os custos do processo, ou recolher o preparo, que também compreende as custas processuais (ID 4957771), a parte recorrente quedou-se inerte (ID 5113116). 2. A sistemática recursal dos Juizados Especiais está plenamente disciplinada no art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento das custas processuais e preparo, no prazo de 48 horas da interposição do recurso inominado, independentemente de intimação, sob pena de deserção. Ademais, esclareça-se que, consoante art. 54, parágrafo único, da Lei 9099/95: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.? 3. Ausentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, forçoso é o reconhecimento de sua deserção. 4. RECURSO NÃO CONHECIDO. Condeno o recorrente vencido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixando em 10% sobre o valor da causa. 5. A ementa servirá de acórdão, conforme artigo 46 da Lei 9.099/95". (TJ-DF 07164598920188070016 DF 0716459-89.2018.8.07.0016, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO, Data de Julgamento: 15/10/2018, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/10/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.); "AGRAVO DE INSTRUMENTO — PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA — INDEFERIMENTO — HIPOSSUFICIÊNCIA — AUSÊNCIA DE PROVA — FIXAÇÃO DE PRAZO PARA COMPROVAÇÃO — NECESSIDADE. Deve-se, antes do indeferimento do pedido de assistência judiciária, facultar à parte ministrar prova de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Recurso provido em parte". (AI 49835/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 17/06/2015); "APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA – DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA – AUSÊNCIA DE PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA – GRATUIDADE INDEFERIDA – MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS DESPROVIDOS. 1. A assistência judiciária se destina a amparar aqueles que efetivamente desprovidos de recursos materiais mínimos, necessitam da demanda para promoverem a defesa de seus direitos e pretensões. Ausente comprovação da hipossuficiência alegada pela parte e existindo elementos nos autos que contrapõem a declaração de pobreza, de rigor o indeferimento da assistência judiciária gratuita. 2. A má-fé no pedido de obtenção do benefício de assistência judiciária depende de efetiva comprovação." (TJ/MT, Ap 165773/2014, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 16/06/2015). Isto posto, intime-se a parte recorrente para, no prazo de 10 dias, comprovar a hipossuficiência sustentada, carreando aos autos documentos que comprovem tal condição ou, querendo, recolher o preparo recursal, na forma do § 1º do art. 42 e parágrafo único do art. 54, ambos da Lei 9.099/1995, sob pena de não recebimento do recurso inominado interposto pela deserção. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1013872-76.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARICELMA LUIZA HAFNER (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
JESSICA LOPES DO AMARAL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013872-76.2019.8.11.0015. REQUERENTE: MARICELMA LUIZA HAFNER REQUERIDO: JESSICA LOPES DO AMARAL Vistos etc. Cumpra-se a deprecata, servindo-se de sua cópia como mandado. Após, à origem, com as anotações e baixas devidas, consignando nossos cumprimentos. Ocorrendo algumas das situações previstas no item 2.7.5 da CNGC/MT, intimadas previamente as partes e não havendo qualquer manifestação no prazo legal, fica, desde já, autorizada a devolução da presente deprecada. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013956-77.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
GLACI JACOBI STEFFEN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO SCOMPARIN OAB - MT0021803A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013956-77.2019.8.11.0015. REQUERENTE: GLACI JACOBI STEFFEN REQUERIDO: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. Recebo a inicial com inclusos documentos, vez que atendidos os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Com fulcro no art. 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, dispenso a audiência de conciliação ou mediação, em vista do enunciado n.º 01 dos Juízes dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso: "Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa". Nada impede, contudo, que a audiência conciliatória ocorra se for do interesse do promovido. Cite-se a parte requerida para contestar em até 30 dias, conforme enunciado retromencionado. Consigne-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC). Aportada contestação, remetam-se os autos a tarefa específica "minutar sentença". Serve a presente como mandado, carta precatória, ofício, carta de intimação/citação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL

Processo Número: 1008471-33.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA CINTRA VASCONCELOS ROSSINI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ IORI OAB - MT0007865A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RÉU)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1008471-33.2018.8.11.0015. AUTOR(A): PATRICIA CINTRA VASCONCELOS ROSSINI RÉU: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. A parte recorrente pugna pela concessão da gratuidade da justiça, benefício este que é destinado aos hipossuficientes que não têm condições de pagar as custa e despesas do processo. Na linha do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, a assistência jurídica integral e gratuita será concedida aos que comprovarem insuficiência de recursos. Assim, ante a ausência de elementos que autorizem o acolhimento de plano do pedido, convém oportunizar que a parte comprove o preenchimento dos respectivos pressupostos, na forma dos arts. 98, caput, e 99, § 2º, do CPC; da Lei nº 1.060/1950; e do aludido dispositivo constitucional. A propósito: "JUIZADO ESPECIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. DESERÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Intimada a comprovar a sua hipossuficiência econômica, para arcar com os custos do processo, ou recolher o preparo, que também compreende as custas processuais (ID 4957771), a parte recorrente quedou-se inerte (ID 5113116). 2. A sistemática recursal dos Juizados Especiais está plenamente disciplinada no art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento das custas processuais e preparo, no prazo de 48 horas da interposição do recurso inominado, independentemente de intimação, sob pena de deserção. Ademais, esclareça-se que, consoante art. 54, parágrafo único, da Lei 9099/95: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.? 3. Ausentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, forçoso é o reconhecimento de sua deserção. 4. RECURSO NÃO CONHECIDO. Condeno o recorrente vencido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixando em 10% sobre o valor da causa. 5. A ementa servirá de acórdão, conforme artigo 46 da Lei 9.099/95". (TJ-DF 07164598920188070016 DF 0716459-89.2018.8.07.0016, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO, Data de Julgamento: 15/10/2018, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/10/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.); "AGRAVO DE INSTRUMENTO — PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA — INDEFERIMENTO — HIPOSSUFICIÊNCIA — AUSÊNCIA DE PROVA — FIXAÇÃO DE PRAZO PARA COMPROVAÇÃO — NECESSIDADE. Deve-se, antes do indeferimento do pedido de assistência judiciária, facultar à parte ministrar prova de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Recurso provido em parte". (AI 49835/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 17/06/2015); "APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA – DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA – AUSÊNCIA DE PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA – GRATUIDADE INDEFERIDA – MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS DESPROVIDOS. 1. A assistência judiciária se destina a amparar aqueles que efetivamente desprovidos de recursos materiais mínimos, necessitam da demanda para promoverem a defesa de seus direitos e pretensões. Ausente comprovação da hipossuficiência alegada pela parte e existindo elementos nos autos que contrapõem a declaração de pobreza, de rigor o indeferimento da assistência judiciária gratuita. 2. A má-fé no pedido de obtenção do benefício de assistência judiciária depende de efetiva comprovação." (TJ/MT, Ap 165773/2014, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 16/06/2015). Isto posto, intime-se a parte recorrente para, no prazo de 10 dias, comprovar a hipossuficiência sustentada, carreando aos autos documentos que comprovem tal condição ou, querendo, recolher o preparo recursal, na forma do § 1º do art. 42 e parágrafo único do art. 54, ambos da Lei 9.099/1995, sob pena de não recebimento do recurso inominado interposto pela deserção. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013819-95.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LUCIANO DIAS TADIOTTO (REQUERENTE)
GLEIDSON FERREIRA DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DOUGLAS SANTOS BARBOSA OAB - MT24850/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESEQUIEL RAMOS DE SOUZA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013819-95.2019.8.11.0015. REQUERENTE: GLEIDSON FERREIRA DE JESUS, JOSE LUCIANO DIAS TADIOTTO REQUERIDO: ESEQUIEL RAMOS DE SOUZA Vistos etc. Verificado que a parte requerida ainda não foi citada, razão pela qual a parte autora por meio da petição de Id. 27265887 pugnou pela redesignação da solenidade e pela citação por meio de oficial de justiça no novo endereço informando. Portanto expeça-se mandado de citação/intimação que deve ser cumprida por meio de oficial de justiça no endereço declinado na petição anteriormente mencionada. Para tanto, designe-se nova data para audiência de conciliação, conforme critérios e pauta deste Juizado e intimem-se as partes, fazendo constar as advertências legais em caso de falta injustificada. Restando negativa a diligência, intime-se a parte autora para se manifestar no prazo de 05 dias, sob pena de extinção do feito. Serve a presente como mandado, ofício, carta precatória, carta de intimação/citação. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se. Sinop – MT, 13 dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1013854-55.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
SONIA MARIA DE ARAUJO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
NATHALIA ALEXANDRE RAMOS GALVAN OAB - MT0015044A (ADVOGADO(A))
ELIANA APARECIDA DE SOUZA OAB - MT23404/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICIPIO DE SINOP (RÉU)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1013854-55.2019.8.11.0015. AUTOR(A): SONIA MARIA DE ARAUJO RÉU: MUNICIPIO DE SINOP Vistos etc. Recebo a inicial com inclusos documentos, vez que atendidos os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Com fulcro no art. 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, dispenso a audiência de conciliação ou mediação, em vista do enunciado n.º 01 dos Juízes dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso: "Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa". Nada impede, contudo, que a audiência conciliatória ocorra se for do interesse do promovido. Cite-se a parte requerida para contestar em até 30 dias, conforme enunciado retromencionado. Consigne-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC). Aportada contestação, remetam-se os autos a tarefa específica "minutar sentença". Serve a presente como mandado, carta precatória, ofício, carta de intimação/citação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1014928-47.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
NILZA ANICETO ROCHA ANTONIOLI (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
NEILOR RIBAS NOETZOLD OAB - MT24036/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1014928-47.2019.8.11.0015. REQUERENTE: NILZA ANICETO ROCHA ANTONIOLI REQUERIDO: MATO GROSSO GOVERNO DO ESTADO Vistos etc. Recebo a inicial com inclusos documentos, vez que atendidos os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Com fulcro no art. 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, dispenso a audiência de conciliação ou mediação, em vista do enunciado n.º 01 dos Juízes dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso: "Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa". Nada impede, contudo, que a audiência conciliatória ocorra se for do interesse do promovido. Cite-se a parte requerida para contestar em até 30 dias, conforme enunciado retromencionado. Consigne-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC). Aportada contestação, remetam-se os autos a tarefa específica "minutar sentença". Serve a presente como mandado, carta precatória, ofício, carta de intimação/citação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-49 PROCEDIMENTO DE CONHECIMENTO
Processo Número: 1015070-51.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
DOUGLAS HENRIQUE ALGAYER (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEONARDO HERBERT OAB - MT26439/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Estado de Mato Grosso (REQUERIDO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1015070-51.2019.8.11.0015. REQUERENTE: DOUGLAS HENRIQUE ALGAYER REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Recebo a inicial com inclusos documentos, vez que atendidos os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Com fulcro no art. 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, dispenso a audiência de conciliação ou mediação, em vista do enunciado n.º 01 dos Juízes dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso: "Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa". Nada impede, contudo, que a audiência conciliatória ocorra se for do interesse do promovido. Cite-se a parte requerida para contestar em até 30 dias, conforme enunciado retromencionado. Consigne-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC). Aportada contestação, remetam-se os autos a tarefa específica "minutar sentença". Serve a presente como mandado, carta precatória, ofício, carta de intimação/citação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-133 EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA
Processo Número: 1015092-12.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
PHILIPPE ZANDARIN VILLELA MAGALHAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PHILIPPE ZANDARIN VILLELA MAGALHAES OAB - MT0016244A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
estado de mato grosso (EXECUTADO)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1015092-12.2019.8.11.0015. EXEQUENTE: PHILIPPE ZANDARIN VILLELA MAGALHAES EXECUTADO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. Recebo a inicial com inclusos documentos, vez que atendidos os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Com fulcro no art. 334, § 4º, inciso II, do Código de Processo Civil, dispenso a audiência de conciliação ou mediação, em vista do enunciado n.º 01 dos Juízes dos Juizados Especiais da Fazenda Pública do Estado de Mato Grosso: "Enunciado 1 – A critério do juiz, poderá ser dispensada a realização da audiência de conciliação, no âmbito do Juizado Especial da Fazenda Pública, desde que fixe o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa". Nada impede, contudo, que a audiência conciliatória ocorra se for do interesse do promovido. Cite-se a parte requerida para contestar em até 30 dias, conforme enunciado retromencionado. Consigne-se que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 344 do CPC). Aportada contestação, remetam-se os autos a tarefa específica "minutar sentença". Serve a presente como mandado, carta precatória, ofício, carta de intimação/citação. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010375-54.2019.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO BARAO DUARTE (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL APARECIDO ANIZIO CALDAS OAB - SP273528 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (RÉU)
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 1010375-54.2019.8.11.0015. AUTOR(A): MARCELO BARAO DUARTE RÉU: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos etc. A parte recorrente pugna pela concessão da gratuidade da justiça, benefício este que é destinado aos hipossuficientes que não têm condições de pagar as custa e despesas do processo. Na linha do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, a assistência jurídica integral e gratuita será concedida aos que comprovarem insuficiência de recursos. Assim, ante a ausência de elementos que autorizem o acolhimento de plano do pedido, convém oportunizar que a parte comprove o preenchimento dos respectivos pressupostos, na forma dos arts. 98, caput, e 99, § 2º, do CPC; da Lei nº 1.060/1950; e do aludido dispositivo constitucional. A propósito: "JUIZADO ESPECIAL. HIPOSSUFICIÊNCIA NÃO COMPROVADA. DESERÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Intimada a comprovar a sua hipossuficiência econômica, para arcar com os custos do processo, ou recolher o preparo, que também compreende as custas processuais (ID 4957771), a parte recorrente quedou-se inerte (ID 5113116). 2. A sistemática recursal dos Juizados Especiais está plenamente disciplinada no art. 42, § 1º, da Lei 9.099/95, que estabelece a obrigatoriedade do pagamento das custas processuais e preparo, no prazo de 48 horas da interposição do recurso inominado, independentemente de intimação, sob pena de deserção. Ademais, esclareça-se que, consoante art. 54, parágrafo único, da Lei 9099/95: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita.? 3. Ausentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, forçoso é o reconhecimento de sua deserção. 4. RECURSO NÃO CONHECIDO. Condeno o recorrente vencido ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixando em 10% sobre o valor da causa. 5. A ementa servirá de acórdão, conforme artigo 46 da Lei 9.099/95". (TJ-DF 07164598920188070016 DF 0716459-89.2018.8.07.0016, Relator: SONÍRIA ROCHA CAMPOS D'ASSUNÇÃO, Data de Julgamento: 15/10/2018, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/10/2018 . Pág.: Sem Página Cadastrada.); "AGRAVO DE INSTRUMENTO — PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA — INDEFERIMENTO — HIPOSSUFICIÊNCIA — AUSÊNCIA DE PROVA — FIXAÇÃO DE PRAZO PARA COMPROVAÇÃO —

NECESSIDADE. Deve-se, antes do indeferimento do pedido de assistência judiciária, facultar à parte ministrar prova de que não está em condições de pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família. Recurso provido em parte". (AI 49835/2015, DES. LUIZ CARLOS DA COSTA, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 17/06/2015); "APELAÇÃO CÍVEL – IMPUGNAÇÃO À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA - ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUÍTA – DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA – AUSÊNCIA DE PROVA DA HIPOSSUFICIÊNCIA – GRATUIDADE INDEFERIDA – MÁ-FÉ NÃO DEMONSTRADA – SENTENÇA MANTIDA – RECURSOS DESPROVIDOS. 1. A assistência judiciária se destina a amparar aqueles que efetivamente desprovidos de recursos materiais mínimos, necessitam da demanda para promoverem a defesa de seus direitos e pretensões. Ausente comprovação da hipossuficiência alegada pela parte e existindo elementos nos autos que contrapõem a declaração de pobreza, de rigor o indeferimento da assistência judiciária gratuita. 2. A má-fé no pedido de obtenção do benefício de assistência judiciária depende de efetiva comprovação." (TJ/MT, Ap 165773/2014, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 09/06/2015, Publicado no DJE 16/06/2015). Isto posto, intime-se a parte recorrente para, no prazo de 10 dias, comprovar a hipossuficiência sustentada, carreando aos autos documentos que comprovem tal condição ou, querendo, recolher o preparo recursal, na forma do § 1º do art. 42 e parágrafo único do art. 54, ambos da Lei 9.099/1995, sob pena de não recebimento do recurso inominado interposto pela deserção. Intime-se. Cumpra-se. Sinop - MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011811-65.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SIRLENE DE JESUS BUENO OAB - MT0006697S (ADVOGADO(A))
DALINE BUENO FERNANDES OAB - MT15847 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KELIA CRISTINA KIRSCH (REQUERIDO)
ALCIDES SOARES DE SOUZA NETO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ALCIR FERNANDO CESA OAB - MT17596/O (ADVOGADO(A))
RUI HEEMANN JUNIOR OAB - MT15326/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
WALTER TOMAZ DA COSTA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Processo: 8011811-65.2015.8.11.0015. REQUERENTE: ELIAS ALVES REQUERIDO: KELIA CRISTINA KIRSCH, ALCIDES SOARES DE SOUZA NETO Vistos etc. Com intuito de dar efetividade na prestação jurisdicional via da realização da audiência por videoconferência, conforme disponibilizado pelo juízo deprecado, oficie-se a respeito encaminhando-se o link respectivo para vincular os dois ambientes na data aprazada, qual seja: https://call.lifesizecloud.com/670267 Lembre-se que o estado de Mato Grosso possui uma hora atrasada em relação ao estado do Paraná, razão pela qual a audiência neste juízo se realizará às 12:30 horas. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Sinop – MT, 13 de dezembro de 2019. Walter Tomaz da Costa Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002154-53.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
JACKSON CAPISTRANO DA CUNHA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MATHEUS FAGANELLO DE PAULA OAB - PR75413 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISLAINE GONCALVES SAUER (EXECUTADO)
ADRIANO HERINGER SAUER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP DECISÃO Numero do Processo: 1002154-53.2017.8.11.0015 EXEQUENTE: JACKSON CAPISTRANO DA CUNHA EXECUTADO: ADRIANO HERINGER SAUER, FRANCISLAINE GONCALVES SAUER Vistos, etc. 1. Tendo em vista que o (a) executado (a) até o presente momento não quitou a dívida, bem como que o dinheiro tem preferência sobre os demais bens passíveis de penhora, consoante ordem elencada no artigo 835 do NCPC, DEFIRO o pedido de penhora on-line via BACEN-JUD, nos termos do inciso primeiro artigo supra. 2. JUNTE-SE aos autos cópia da operação; 3. Caso se constate frutífera a penhora, intime-se a executado (a) podendo o (a) mesma apresentar embargos em 15 dias (art. 915, do NCPC); 4. Apresentada a defesa do(a) executado (a), certifique-se, intimando o(a) exequente para se manifestar em 15 (quinze) dias; 5. Caso contrário, quedando-se inertes a executado (a), certifique-se e intime-se o(a) exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifeste, mormente requerendo o que de direito. 6. E ainda, na hipótese de restar infrutífera a penhora em conta do executado (a), INTIME-SE o (a) exequente para que este se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, conforme artigo 53, §4º da Lei n.º 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se, servindo a presente como CARTA PRECATÓRIA, OFÍCIO, CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃO. Cumpra-se Às providências.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8013487-14.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LURDES ELIANE DAL ZOT OAB - MT0018567A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OLIMPIO JOSE DE SOUZA JUNIOR (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos, etc. Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento imediato do mérito, nos termos do inciso I do artigo 355 do CPC, não havendo, a necessidade de dilação probatória. Ausente o relatório, com fulcro no artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento. Decido. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO em face de OLIMPIO JOSE DE SOUZA JUNIOR. Inicialmente cumpre observar a REVELIA da parte Requerida, eis que apesar de devidamente citada via AR (id nº 5773510), não compareceu a audiência de conciliação (id nº 5580459). Destaca-se que em referido procedimento foi obedecido o disposto no artigo 18, I da Lei n.º 9.099/95 e, ainda, em conformidade com o Enunciado nº 05 do FONAJE: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor. Assim não comparecendo a parte Requerida à audiência de conciliação, bem como aliado ao fato de que este não apresentarem defesa, é imperiosa a aplicação da revelia prevista nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95, in verbis: Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Desta forma, DECRETO A REVELIA da parte Requerida, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95. A parte Requerente, buscando a satisfação de seu crédito original total no valor de R$ 2.367,00 (dois mil trezentos e sessenta e sete reais) representado pelo cheque nº 000463, Banco Bradesco, agência 1641, Conta Corrente: 008101, vencido em 17.12.2011, o qual restou devidamente demonstrado pela documentação carreada com a inicial. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na presente ação para CONDENAR a parte Requerida, a pagar a parte Requerente a importância original total de R$ 2.367,00 (dois mil trezentos e sessenta e sete reais), devendo o título de crédito ser atualizado pelo INPC a partir do respectivo vencimento, com a incidência de juros legais, a partir da citação e, via de consequência, DECLARO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em virtude do exposto no artigo 55 da Lei n.º 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8011198-45.2015.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR CARLOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MANOEL PEREIRA DA SILVA NETO OAB - MT0017493A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO MUSSI (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DANIELA DE PAULA BERGAMASCHI OAB - MT0007367A (ADVOGADO(A))
PLINIO FRANCISCO BERGAMASCHI JUNIOR OAB - MT0008384A-B (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos, etc Ausente o relatório, com fulcro no disposto no artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento e decido. A parte Embargante, LEANDRO MUSSI, aduziu OMISSÃO e OBSCURIDADE na decisão de id nº 4376980 que não recebeu o recurso inominado interposto por esta no id nº 4376945. Em suas razões aduz que a decisão retro foi omissa quanto à justificativa apresentada no id nº 4376966; onde, a parte Embargante, aduz que incorreu em erro ao interpor diretamente perante a Turma Recursal o Recurso Inominado, pugnando pelo seu acolhimento. É a síntese do necessário. Apesar os argumentos apresentados pela parte Embargante, a decisão questionada não comporta modificação. Restou incontroversa a intempestividade do recurso interposto por esta que ao não observar o devido processo legal, interpôs se recurso diretamente perante a Turma Recursal. Pela análise dos argumentos expostos pela Embargante, restou nítido que em sua manifestação no id nº 4376966 buscou a aplicação do Princípio da Fungibilidade; todavia, a pacífica jurisprudência pátria entende de forma diversa. Na interpretação da Seção XII da Lei nº 9.099/95, em especial os artigos 42 e seguintes, verifica-se que o Recurso Inominado, até mesmo por ser o equivalente ao Recurso de Apelação, será protocolada perante o juízo de primeira instância. E, na ocorrência de erro grosseiro na interposição do recurso este não poderá ser conhecido. Neste sentido destaca-se: DECISÃO PETIÇÃO. AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTERPOSTO DIRETAMENTE NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ERRO GROSSEIRO. INAPLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. PETIÇÃO À QUAL SE NEGA SEGUIMENTO. (Pet 7269, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, julgado em 28/09/2017, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-227 DIVULG 03/10/2017 PUBLIC 04/10/2017). Por estas considerações, resta evidente a impossibilidade de acolhimento dos presentes Embargos. Diante do exposto, CONHEÇO os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos e NEGO-LHES PROVIMENTO, mantendo-se a decisão que não recebeu o Recurso Inominado interposto pela parte Embargante. Considerando que a parte Embargada já ofertou Recurso Inominado no id nº 4376903, devidamente recebido no id nº 4376929, com as contrarrazões conforme id nº 4376974, REMETAM-SE os autos à Turma Recursal, após as cautelas de praxe. Às providências. Intimem-se. Cumpra-se.

Sentença Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1002204-16.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
EVERTON MACIEL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADONIS FERNANDO VIEGAS MARCONDES OAB - MT21061/O (ADVOGADO(A))
ALINE ALENCAR DE OLIVEIRA OAB - MT0016037A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AMANDA BARBARA DE OLIVEIRA SODRE OAB - MT13333-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1002204-16.2016.8.11.0015. EXEQUENTE: EVERTON MACIEL EXECUTADO: OI BRASILTELECOM Vistos em regime de exceção. Verifica-se no caso em tela que a parte reclamada encontra-se em processo de recuperação judicial. Consoante o Enunciado n. 51 do Fonaje: “Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES)”. A respeito: Ementa: RECURSO INOMINADO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEMANDADO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE EXTINGUIU O FEITO, DETERMINANDO A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. ENUNCIADO51 DO FONAJE Foi proferida sentença neste feito, condenando a parte demandada ao pagamento de R$ 2.500,00 ao autor, a título de indenização por danos morais. O demandado recorreu, tendo sido improvido seu recurso. Após o trânsito em julgado, houve a intimação do devedor para pagamento no prazo de 15 dias, pelo que restou silente. Foi determinada a penhora on line de valores, que também foi negativa. Após, foi determinada expedição de carta precatória de penhora, avaliação, intimação e venda, nos moldes da Lei n. 11.232/2005. Da mesma forma, resultou negativa, com a informação de que a parte demandada encontrava-se em recuperação judicial. Sobreveio decisão determinando a extinção do presente processo de execução a teor do art. 8º, combinado com o art. 51, incisos II e IV, ambos da Lei n. 9.099/95 e art. 6º, § 3º da Lei n. 11.101/2005. A parte autora recorreu, alegando que seu crédito não está sujeito ao Juízo Universal da Recuperação Judicial, tendo em vista que foi constituído após o deferimento daquele pedido. Impossibilidade de tramitação da fase de cumprimento de sentença em sede do Juizado Especial Cível, consoante a regra do art. 8º, caput, da Lei n. 9.099/95, bem como do Enunciado 51 do FONAJE. Determinada a expedição da respectiva certidão de crédito, poderá o credor, querendo, buscar a satisfação de seu crédito pela via adequada. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO SENTENÇA MANTIDA (Recurso Cível Nº 71004970828, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Julgado em 16/07/2014) Assim, JULGO EXTINTO o presente processo, nos termos do art. 51, IV, da Lei Federal 9.099/95. No mais, EXPEÇA-SE certidão de crédito em favor da parte requerente, no valor atualizado da condenação. Preclusas as vias impugnativas e o exequente nada requerendo, REMETAM-SE os autos ao arquivo. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1002233-32.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO FERMINO DE TOLEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ IORI OAB - MT0007865A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1002233-32.2017.8.11.0015. REQUERENTE: CLAUDIO FERMINO DE TOLEDO REQUERIDO: OI S.A Vistos em regime de exceção. Verifica-se no caso em tela que a parte reclamada encontra-se em processo de recuperação judicial. Consoante o Enunciado n. 51 do Fonaje: “Os processos de conhecimento contra empresas sob liquidação extrajudicial, concordata ou recuperação judicial devem prosseguir até a sentença de mérito, para constituição do título executivo judicial, possibilitando a parte habilitar o seu crédito, no momento oportuno, pela via própria (nova redação – XXI Encontro – Vitória/ES)”. A respeito: Ementa: RECURSO INOMINADO. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DEMANDADO EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DECISÃO QUE EXTINGUIU O FEITO, DETERMINANDO A EXPEDIÇÃO DE CERTIDÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIMENTO DO FEITO EM SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. ENUNCIADO51 DO FONAJE Foi proferida sentença neste feito, condenando a parte demandada ao pagamento de R$ 2.500,00 ao autor, a título de indenização por danos morais. O demandado recorreu, tendo sido improvido seu recurso. Após o trânsito em julgado, houve a intimação do devedor para pagamento no prazo de 15 dias, pelo que restou silente. Foi determinada a penhora on line de valores, que também foi negativa. Após, foi determinada expedição de carta precatória de penhora, avaliação, intimação e venda, nos moldes da Lei n. 11.232/2005. Da mesma forma, resultou negativa, com a informação de que a parte

demandada encontrava-se em recuperação judicial. Sobreveio decisão determinando a extinção do presente processo de execução a teor do art. 8º, combinado com o art. 51, incisos II e IV, ambos da Lei n. 9.099/95 e art. 6º, § 3º da Lei n. 11.101/2005. A parte autora recorreu, alegando que seu crédito não está sujeito ao Juízo Universal da Recuperação Judicial, tendo em vista que foi constituído após o deferimento daquele pedido. Impossibilidade de tramitação da fase de cumprimento de sentença em sede do Juizado Especial Cível, consoante a regra do art. 8º, caput, da Lei n. 9.099/95, bem como do Enunciado 51 do FONAJE. Determinada a expedição da respectiva certidão de crédito, poderá o credor, querendo, buscar a satisfação de seu crédito pela via adequada. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO SENTENÇA MANTIDA (Recurso Cível Nº 71004970828, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Ana Cláudia Cachapuz Silva Raabe, Julgado em 16/07/2014) Assim, JULGO EXTINTO o presente processo, nos termos do art. 51, IV, da Lei Federal 9.099/95. DEFIRO, desde já, a expedição de certidão de crédito. Preclusas as vias impugnativas e o exequente nada requerendo, REMETAM-SE os autos ao arquivo. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Sentença Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004964-64.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LURDES ELIANE DAL ZOT OAB - MT0018567A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VANUSA APARECIDA DOS SANTOS (EXECUTADO)
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1004964-64.2018.8.11.0015. EXEQUENTE: VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO EXECUTADO: VANUSA APARECIDA DOS SANTOS Vistos em regime de exceção. Intimada a parte promovente para dar andamento ao feito, deixou que o prazo se esvaísse sem qualquer manifestação nos autos. Tal conduta é suficiente para caracterizar o abandono do processo por parte daquele cujo interesse, em tese, deveria estar mais aflorado. Desnecessária a intimação pessoal da parte, porquanto é de se entender vigente entre ela e o seu advogado o princípio da confiança, fato bastante para dispensar tal diligência. Posto isso, é que julgo extinto o feito, sem resolução do mérito, com fulcro na norma do art. 485, inciso III, do CPC. Intime-se. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Sinop, (data registrada no sistema). Jorge Alexandre Martins Ferreira Juiz de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 - CGJ

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000964-55.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS IZIDORO ROGOWSKI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADSON SOUZA NOBRE OAB - MT15308-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos, etc. Cuida-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS, em que a autora insurge-se quanto a negativação mantida pela requerida em seu nome, discorrendo que nunca realizou negócio jurídico com a mesma. A Reclamada por sua vez, aponta culpa de terceiros falsários e, ainda, que não há comprovação de aludidos danos morais. É a síntese do necessário, eis que, em sede de JEC o relatório é dispensado, nos termos do artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento e Decido. Inicialmente, cumpre ressaltar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento imediato do mérito, nos termos do inciso I do artigo 355 do CPC, não havendo, salvo melhor juízo, a necessidade de dilação probatória. Diante da inexistência de nulidade ou preliminares a serem analisadas, passo ao exame do mérito. É incontroverso nos autos que autora fora negativada por suposto débito com a Reclamada. Portanto, o ponto controvertido da presente ação é desvendar se o apontamento fora indevido, bem como a possível responsabilização da requerida por tal conduta. A parte autora carreou junto a pet. inicial a consulta realizada no SPC/SERASA, na qual consta o apontamento do débito litigado. Verifico que a requerida limita-se a alegar a existência do débito motivo da inclusão do nome da autora nos cadastros de proteção ao crédito. Contudo, não trouxe a reclamada qualquer comprovante do débito mencionado, invertendo-se neste caso o ônus da prova, tendo em vista a hipossuficiência técnica do requerente, nos termos do art. 6º, inc. VIII da lei 8.078/90. Assim, limitar-se a informar a existência de possível dívida e deixando de juntar aos autos documentos hábeis a comprovar suas alegações, não livra a parte promovida de seu ônus probatório, principalmente por se tratar de fato negativo que o autor não pode provar (ausência de contratação), incidindo ainda o disposto no art. 6º, inc. VIII, da lei 8.078/90. Em outras palavras, "(...) Na colisão de um fato negativo com um fato positivo, quem afirma um fato positivo tem de prová-lo, com preferência a quem afirma um fato negativo (...)". (STJ - 5ª T. AgRg no Ag 1181737/MG. Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima. J. 03/11/2009. DJe 30/11/2009). Nesse viés, não resta outra alternativa senão reconhecer como indevida a manutenção do nome da autora nos cadastros de restrição ao crédito, devendo a requerida tomar todas as medidas pela efetiva exclusão. Nesta senda, o dano moral, decorre como corolário natural do ato ilícito praticado pela ré, o que restou sobejamente comprovado pelo autor, não carecendo, portanto, de outras provas. Nesse passo, à vista dos elementos probatórios constantes dos autos, restando provada a inserção indevida do nome da autora nos órgãos de restrição ao crédito, não restam dúvidas de que tenha sofrido o aludido dano moral, devendo, por isso mesmo ser indenizado. Ademais, arrematando este entendimento, transcrevo o julgado da Turma Recursal de Mato Grosso, que em caso análogo assim se pronunciou: CONSUMIDOR - BANCO - DANO MORAL - DÍVIDA PAGA - MANUTENÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NO SERVIÇO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - AUSÊNCIA DE DÉBITOS PENDENTES - ÔNUS DA PROVA - ATO ILÍCITO CARACTERIZADO - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO MORAL PURO - ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS LEGAIS - MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. 1 - Quitada a dívida, cabe ao credor o dever de solicitar o cancelamento do cadastro negativo. A manutenção indevida dos dados do cliente em cadastro de proteção ao crédito depois de quitado o acordo firmado entre as partes para baixa do débito, enseja indenização por dano moral. 2 - A parte Autora juntou aos autos documentos que embasam a sua pretensão e conferem verossimilhança aos seus argumentos. A ré, por sua vez, não logrou comprovar a regularidade das cobranças que efetuou. 3 - Na ausência de qualquer prova da ré, a verossimilhança das alegações da parte Autora-consumidora erige-se à certeza. 4 - Deficiência na prestação do serviço, passível de indenização por danos morais, prescindindo da comprovação do prejuízo. 5 - Na fixação da reparação por dano extrapatrimonial, incumbe ao julgador, atentando, sobretudo, às condições do ofensor, às do ofendido e às do bem jurídico lesado, e aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, arbitrar quantum que se preste à suficiente recomposição dos prejuízos, sem importar, contudo, enriquecimento sem causa da vítima. 6 - Majoração do quantum indenizatório fixado em sentença, em razão do caráter compensatório e punitivo da medida. 5 - Recurso conhecido e parcialmente provido. (RI, 52/2012, DR. YALE SABO MENDES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Data do Julgamento 26/06/2012, Data da publicação no DJE 26/07/2012) destacamos No tocante ao valor da condenação por dano moral, é baseado no prudente arbítrio judicial. Não existe um critério matemático ou uma tabela para a recompensa do dano sofrido, mas a paga deve representar para a vítima uma satisfação, capaz de amenizar ou suavizar o mal sofrido. E, de outro lado, de significar para o ofensor um efeito pedagógico no sentido de inibir reiteração de fatos como esse no futuro. O valor não pode ser excessivo a ponto de ensejar o enriquecimento sem causa, mas também inexpressivo a ponto de ser insignificante. Maria Amália de Figueiredo Pereira Alvarenga, tecendo comentários acerca do quantum da indenização do dano moral, assim leciona: "Na reparação do dano moral, o juiz determina, por eqüidade, levando em conta as circunstâncias de cada caso, o quantum da indenização devida, que deverá corresponder à lesão e não ser equivalente, por ser impossível tal equivalência. A reparação pecuniária do dano moral é um misto de pena e satisfação compensatória. Não se pode negar sua função: penal,

constituindo uma sanção imposta ao ofensor; e compensatória, sendo uma satisfação que atenue a ofensa causada, proporcionando uma vantagem ao ofendido, que poderá, com a soma de dinheiro recebida, procurar atender às satisfações materiais ou ideais que repute convenientes, diminuindo assim, em parte, seu sofrimento."[1] A dúplice natureza da indenização por danos morais vem ressaltada na percuciente lição de Caio Mário, citado por Sérgio Cavalieri Filho, em seu Programa de Responsabilidade Civil[2]: "Como tenho sustentado em minhas Instituições de Direito Civil (v. II, n.176), na reparação por dano moral estão conjugados dois motivos, ou duas concausas: I - punição ao infrator por haver ofendido um bem jurídico da vítima, posto que imaterial; II – pôr nas mãos do ofendido uma soma que não é o pretium doloris, porém o meio de lhe oferecer oportunidade de conseguir uma satisfação de qualquer espécie, seja de ordem intelectual ou moral, seja mesmo de cunho material, o que pode ser obtido 'no fato' de saber que esta soma em dinheiro pode amenizar a amargura da ofensa e de qualquer maneira o desejo da vingança". Destarte, considerando todas as circunstâncias que envolveram os fatos, tenho que a quantia de R$ 3.000,00, se não consegue reverter a situação da parte autora ao "status quo ante", pelo menos lhe proporciona uma compensação pela dor sofrida. "Ex Positis", JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, para DECLARAR como INEXISTENTE o débito que deu azo à negativação efetivada em nome da autora, bem como, para CONDENAR a requerida a pagar a autora a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de indenização por DANOS MORAIS, acrescida de correção monetária, pelo INPC, e juros moratórios de 1% ao mês, ambos a partir da presente data (Súmula 362, do STJ). Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em virtude do exposto no artigo 55 da Lei n.º 9.099/95. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Decorrido o prazo recursal, o que deverá ser certificado, ao requerente para manifestar interesse na execução da sentença. Quedando-se inerte pelo prazo de 06 (seis) meses, arquivem-se estes autos com as devidas baixas e anotações. [1] O Quantum da Indenização do Dano Moral. Revista Jurídica da Universidade de Franca,1999, pp.123-126 [2] 5ª ed., pp.108-109

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013821-36.2017.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
FELIPPE GABRIEL MEDINA DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LAURA FAVARETTO OAB - MT22701/O-O (ADVOGADO(A))
JOSE ANTONIO BIAZAO BASSO OAB - MT21707/O (ADVOGADO(A))
FLAVIO DE PINHO MASIERO OAB - MT0013967A (ADVOGADO(A))
ANA CAROLINA MOREIRA DA SILVA MASIERO OAB - MT23400-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A M PIVOTTO AUTO PECAS - ME (REQUERIDO)
ADAO MAURICIO PIVOTTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DARVIN KRAUSPENHAR JUNIOR OAB - MT9061/B (ADVOGADO(A))
ADRIANO BULHOES DOS SANTOS OAB - MT8182-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1013821-36.2017.8.11.0015. REQUERENTE: FELIPPE GABRIEL MEDINA DIAS REQUERIDO: ADAO MAURICIO PIVOTTO, A M PIVOTTO AUTO PECAS - ME Vistos em regime de exceção. Trata-se de embargos de declaração em que a parte embargante alega divergência quanto ao nome que constou no polo passivo, pugnando pelo acolhimento dos presentes embargos para fazer constar no processo os nomes corretos das partes demandadas, quais sejam, ADAO MAURICIO PIVOTTO e A M PIVOTTO AUTO PECAS - ME. Conheço do recurso porquanto tempestivamente interposto. No mérito, impõe-se acolher os embargos de declaração. O reclamante promoveu a demanda em desfavor de ADAO MAURICIO PIVOTTO e A M PIVOTTO AUTO PECAS - ME. O equívoco deu-se com a sentença, que fez constar na a empresa denominada VIVO S/A. Trata-se à evidência de erro material que, segundo a jurisprudência, pode ser consertado pela via do recurso ora manejado. Cito: "Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. EMENTA. ERRO MATERIAL. NOME DE EMPRESA DISTINTA DA RÉ. EMBARGOS DEDECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA SANAR O ERRO MATERIAL. EMBARGOS DEDECLARAÇÃO ACOLHIDOS. UNÂNIME. (Embargos de Declaração Nº 70067718775, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Pedro Luiz Pozza, Julgado em 25/02/2016 Data de publicação: 29/02/20160)." Logo, ACOLHO os presentes embargos de declaração para, consertando o erro material, determinar a alteração do nome da reclamada, para onde se lê "VIVO S/A", leia-se "ADAO MAURICIO PIVOTTO e A M PIVOTTO AUTO PECAS – ME". Registro que o erro material que não tem a propriedade de alterar a substância do julgado. Preclusas as vias recursais, ARQUIVE-SE. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1000369-22.2018.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
MARILENE DOS SANTOS BAMPI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
OLMIR BAMPI JUNIOR OAB - MT24123/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
HENRIQUETA FERNANDA CHAVES ALENCAR FERREIRA LIMA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SINOP SENTENÇA Processo: 1000369-22.2018.8.11.0015. REQUERENTE: MARILENE DOS SANTOS BAMPI REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos em regime de exceção. Trata-se de cumprimento de sentença. Conforme se evola dos autos, a parte requerida foi intimada para cumprir o que determinado nos autos. Após a intimação, as partes quedaram-se inerte, fato que, ante ao que se vê, resulta no entendimento de que houve o efetivo cumprimento da obrigação imposta. Dito isso, cumprida a obrigação e inexistente quaisquer manifestações, DECLARO EXTINTO o processo, com fulcro no art. 924, II, do CPC Nada sendo requerido, ARQUIVEM-SE os presentes autos. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Sinop, (data registrada no sistema). Henriqueta Fernanda C.A.F. Lima Juíza de Direito em Regime de Exceção Portaria n. 131/2019 – CGJ

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 8013488-96.2016.8.11.0015
Parte(s) Polo Ativo:
VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LURDES ELIANE DAL ZOT OAB - MT0018567A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELAINE DE FATIMA SCHMIDT MACHADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
TIAGO SOUZA NOGUEIRA DE ABREU

Vistos, etc. Cumpre anotar que o caso em apreço é hipótese que comporta o julgamento imediato do mérito, nos termos do inciso I do artigo 355 do CPC, não havendo, a necessidade de dilação probatória. Ausente o relatório, com fulcro no artigo 38 da Lei n.º 9.099/95. Fundamento. Decido. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA proposta por VANDERLEI PEREIRA DE MACEDO em face de ELAINE DE FATIMA SCHMIDT MACHADO. Inicialmente cumpre observar a REVELIA da parte Requerida, eis que apesar de devidamente citada via AR (id nº 5557979), não compareceu a audiência de conciliação (id nº 5580499). Destaca-se que em referido procedimento foi obedecido o disposto no artigo 18, I da Lei n.º 9.099/95 e, ainda, em conformidade com o Enunciado nº 05 do FONAJE: A correspondência ou contra-fé recebida no endereço da parte é eficaz para efeito de citação, desde que identificado o seu recebedor. Assim não comparecendo a parte Requerida à audiência de conciliação, bem como aliado ao fato de que este não apresentarem defesa, é imperiosa a aplicação da revelia prevista nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95, in verbis: Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção

do Juiz. Desta forma, DECRETO A REVELIA da parte Requerida, nos termos do art. 20 da Lei 9.099/95. A parte Requerente, buscando a satisfação de seu crédito original total no valor de R$ 1.867,00 (um mil e oitocentos e sessenta e sete reais) representado pelo cheque nº 000332, Sicredi, Coop 8021, Conta 37009-6, vencido em 07.01.2013, o qual restou devidamente demonstrado pela documentação carreada com a inicial. Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na presente ação para CONDENAR a parte Requerida, a pagar a parte Requerente a importância original total de R$ 1.867,00 (um mil e oitocentos e sessenta e sete reais), devendo o título de crédito ser atualizado pelo INPC a partir do respectivo vencimento, com a incidência de juros legais, a partir da citação e, via de consequência, DECLARO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em virtude do exposto no artigo 55 da Lei n.º 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

1ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rosângela Zacarkim dos Santos
Cod. Proc.: 318104 Nr: 1718-77.2018.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WESLEY DOUGLAS NUNES DOS SANTOS, JAQUISON MARCELO OLIVEIRA DE LUNA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIS CARLOS B. TEIXEIRA - OAB:
Código n° 318104
Vistos,
Inicialmente, não obstante a sentença seja absolutória, intimem-se os acusados e o indiciado Erik, expedindo-se o necessário, considerando a recente atualização de endereço.
Outrossim, presentes os pressupostos de admissibilidade, recebo o recurso de apelação interposto pelo Ministério Público (fl. 404).
Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para que apresente as devidas razões recursais, no prazo legal.
Com o aporte aos autos das razões, intime-se a Defesa para contrarrazões.
Em seguida, remetam-se os autos ao E. TJMT, com as nossas homenagens.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rosângela Zacarkim dos Santos
Cod. Proc.: 316781 Nr: 774-75.2018.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARCELO DE SOUZA ARAUJO, RONIERI RAMOS NUNES, VANDERLEI ELIAS DE SOUZA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MOISES LEITE DA SILVA - OAB:24277/O, RICARDO DE OLIVEIRA PENTEADO - OAB:18125
Código n° 316781
Vistos,
Ante o teor da certidão retro, intime-se o advogado Ricardo de Oliveira Penteado, via DJE, (patrono de Marcelo de Souza e Ronieri Ramos) para apresentar a alegações finais, no prazo legal.
Outrossim, intime-se o advogado Moises Leite da Silva, via DJE, para ratificar, mediante assinatura, as alegações finais apresentadas às fls. 366/373, caso seja o autor, uma vez que aquelas são consideradas apócrifas, ante a ausência de assinatura final.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Rosângela Zacarkim dos Santos
Cod. Proc.: 173153 Nr: 8312-20.2012.811.0015
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO ROBERTO RONDON SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: REGINALDO MONTEIRO DE OLIVEIRA - OAB:9945/MT
Ante o exposto, adotando o entendimento jurisprudencial acima exposto, com fulcro no artigo 107, inciso IV, art. 109, inciso V ambos do Código Penal, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE de PAULO ROBERTO RONDON SILVA ante a prescrição da pretensão punitiva com relação ao crime imputado a ele neste processo.Em relação à arma de fogo e munições apreendidas, considerando o teor dos ofícios nº 95/2012 e 131/2012 e 1115/2012 (fls. 121/123), determino a devolução destes à Polícia Judiciária Civil de Mato Grosso. Publique-se. Intime-se.Transitando em julgado esta sentença, proceda-se às baixas, comunicações e anotações de estilo, arquivando-se os autos. Cumpra-se.

2ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Débora Roberta Pain Caldas
Cod. Proc.: 370585 Nr: 17032-29.2019.811.0015
AÇÃO: Liberdade Provisória com ou sem fiança->Liberdade->Medidas Garantidoras->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: ROBERTO GOMES SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IURI GONÇALVES ARAÚJO - OAB:24274/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
IPCD - Código Apolo 370585
Vistos.
Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva, formulado pelo acusado Roberto Carlos Gomes, por intermédio de advogado, alegando, em síntese, estarem ausentes as circunstâncias previstas para a manutenção de sua prisão cautelar, bem como possuir os requisitos para responder ao processo em liberdade (fls. 02/03).
O Ministério Público se manifestou às fls. 06/09-verso pelo indeferimento do pleito.
Vieram-me os autos conclusos.
É o relatório. Fundamento. DECIDO.
Analisando detidamente os autos, verifico inexistirem elementos novos, hábeis a modificar a decisão que converteu a prisão flagrancial do acusado em preventiva às fls. 57/60, por estarem presentes as circunstâncias autorizadoras previstas nos artigos 312 e 313, ambos do CPP.
Vale registrar que a prisão encontra-se fundamentada na garantia da ordem pública, haja vista se tratar de situação de reiteração criminosa, pois o acusado é reincidente (Executivo de Pena SEEU n. 0015369-79.2018.8.11.0015) e possui maus antecedentes (Código Apolo 118415 – Sinop/MT), ambos pela prática de delitos patrimoniais.
Registre-se, ainda, que o acusado ficou em liberdade por estes cinco anos, em razão de ter foragido da Delegacia local, mesmo após a conversão da sua prisão flagrancial em preventiva.
Outrossim, no Executivo de Pena em trâmite, acima citado, também existe mandado de prisão em aberto, em razão da sua não localização, o que justifica a manutenção da sua segregação, pois se colocado em liberdade neste momento, certamente obstará a aplicação da lei penal.
Posto isso, em consonância com o parecer do Ministério Público, e por não ter ocorrido fato novo (CPP, art. 316), INDEFIRO o pleito formulado pelo acusado Roberto Carlos Gomes.
Comunique-se, AINDA NESTA DATA, o Juízo da 3ª Vara Criminal desta Comarca sobre a prisão do acusado neste Juízo, para as providências cabíveis.
Cumpra-se.
Sinop, 12 de dezembro de 2019.
Débora Roberta Pain Caldas
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Débora Roberta Pain Caldas
Cod. Proc.: 170731 Nr: 5833-54.2012.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): TATIANE SOARES DE MACEDO, CRISTIANE APARECIDA FERRI GRANJA, SEBASTIÃO GALANI, REGINALDO FARIA DE MACEDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CRISTINA BURATO - OAB:18484/O, DEFENSOR PÚBLICO - SINOP - OAB:, SILVANO FERREIRA DOS SANTOS - OAB:6317
Ação Penal - Código Apolo 170731
Vistos.
Tendo em vista que, embora intimado (fl. 136), o advogado constituído pela acusada Cristiane não apresentou os memoriais finais no prazo legal (fl. 135), determino seja ele novamente intimado para tal finalidade, ou para juntar aos autos termo de renúncia, com o respectivo ciente da respectiva acusada e a comprovação do decurso de 10 (dez) dias de referida comunicação, sob pena de comunicação à OAB para instauração de processo disciplinar por desídia profissional, nos termos do Art. 34, inciso XI , da Lei n. 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil).
Transcorrido o prazo sem manifestação, intime-se a acusada, pessoalmente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, constitua novo patrono, ou indique a necessidade de ser assistida pela Defensoria Pública, bem como expeça-se o ofício à OAB para instauração de processo disciplinar por desídia profissional.
Com os memoriais defensivos da acusada Cristiane acostados aos autos, voltem-me conclusos.
Cumpra-se, expedindo-se o necessário.
Sinop, 03 de dezembro de 2019.
Débora Roberta Pain Caldas
Juíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Débora Roberta Pain Caldas
Cod. Proc.: 208778 Nr: 10034-21.2014.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOVENIR GONÇALVES JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADECLECY FERREIRA MARQUES JUNIOR - OAB:MT - 4.105/O, Valquiria Mirian Coutinho - OAB:19368/O
Ação Penal – Código Apolo 208778Acusado: Jovenir Gonçalves JuniorVistos..Determinada vista dos autos ao Ministério Público diante do cumprimento integral das condições impostas (fl. 67), sobreveio a manifestação às fls. 68/68-verso.Vieram-me os autos conclusos.É o relatório. Fundamento. D E C I D O.Compulsando os autos, verifico que transcorreu o prazo da suspensão condicional do processo (02 anos) sem que houvesse revogação desta, tendo o acusado cumprido todas as condições fixadas, sendo de rigor a declaração da extinção da punibilidade, nos exatos termos do § 5º, do artigo 89, da Lei 9099/95, verbis:"Expirado o prazo sem revogação, o juiz declarará extinta a punibilidade".Posto isso, tendo em vista o decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação, em consonância com a manifestação do Ministério Público, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Jovenir Gonçalves Junior, em relação ao fato apurado neste feito.Após o trânsito em julgado, restitua-se ao acusado o valor depositado à fl. 22, pago a título de fiança, o qual deverá ser intimado pessoalmente para que, no prazo de 10 (dez) dias, informe seus dados bancários e o seu CPF para a restituição do numerário.Acaso não localizado, intime-se o acusado por edital e, transcorrido o prazo de 90 (noventa) dias (CPP, artigo 122) sem comparecimento/manifestação, determino seja o numerário doado para o Conselho da Comunidade desta Comarca, com as cautelas de praxe.Cumpridas as determinações acima e feitas as comunicações aos órgãos competentes, ARQUIVEM-SE estes autos, com as baixas e anotações de vezo.Notifique-se o Ministério Público.Intime-se o advogado do acusado para os fins do artigo 1.387, da CNGC/MT.Publique-se. Dispensado o registro, nos termos do §4º do artigo 317, da CNGC/MT. Cumpra-se. Sinop, 11 de dezembro de 2019.Débora Roberta Pain Caldas Juíza de Direito

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 167750 Nr: 2642-98.2012.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP
PARTE(S) REQUERIDA(S): BDAB
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): BENEDITO DE ALMEIDA BORGES, Cpf: 00417634161, Rg: 1557125-4, Filiação: Nelita de Almeida Borges e Nelson Nunes Borges, data de nascimento: 03/06/1973, brasileiro(a), natural de Paranatinga-MT, solteiro(a), tratorista, Telefone 9638-4049. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: Consta do IP que no ano de 2007, em Sinop/MT, o denunciado por diversas vezes na qualidade de genitor, em continuidade delitiva, constrangeu a vítima N.M.B. com 11 anos de idade na época dos fatos, a praticar e permitir que com ele se praticasse diversos atos libidinosos diversos da conjunção carnal tudo conforme consta do B.O. nº 2011.368717, termo de declarações, constantes do I.P. Diante do exposto, o Ministério Público denuncia B.D.A.B. como incurso no art. 214 e art. 224 todos do Código Penal revogado pela lei 12.015/2009, em continuidade delitiva (art. 71, CP) requerendo ao final sua condenação.
Despacho: Ação Penal - Código Apolo 167750Vistos em correição.Não obstante o teor da certidão à fl. 117, em consulta ao Sistema BNMP não localizei o cadastro do mandado de prisão expedido em desfavor do acusado Benedito de Almeida Borges.Assim, a Senhora Gestora deverá adotar tal providência imediatamente. Cumprido o determinado acima, devolvam-se os autos ao arquivo provisório (art. 366, do CPP), para fins de aguardar o cumprimento do mandado de prisão (fl. 136) ou comparecimento voluntário acusado. Cumpra-se. Sinop, 24 de abril de 2019.Débora Roberta Pain CaldasJuíza de Direito
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Jussara Aparecida Andrade Lima, digitei.
Sinop, 13 de dezembro de 2019
Ana Lucia Castilho Lopes Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

4ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Mario Augusto Machado
Cod. Proc.: 352468 Nr: 5364-61.2019.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: A SAÚDE PÚBLICA, MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADRIANO RODRIGUES SIQUEIRA, MAICON WILLIAN FRITZEN RAMOS, LEONARDO DOS SANTOS PIRES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA MARIA MAGRO MARTINS - OAB:21775/O, DIANA ALVES RIBEIRO - OAB:OAB/20370
Por todo o exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia e condeno o réu Adriano Rodrigues Siqueira como incurso nas penas do artigo 33, caput e 35 da Lei nº 11.343/2006 e 12 da Lei nº 10.826/2003 e o réu Leonardo dos Santos Pires, como incurso nas penas do artigo 33, caput e 35 da Lei nº 11.343/2006.Não obstante, absolvo o réu Maicon Willian Fritzen Ramos da prática dos crimes tipificados no artigo 33, caput e 35, ambos c.c. artigo 40, VI, da Lei nº 11.343/2006, imputados na denúncia e absolvo, também, os réus Adriano Rodrigues Siqueira da prática do crime tipificado no artigo 2º, § 2º da Lei nº 12.850/2013 e Leonardo dos Santos Pires da prática do crime tipificado no artigo 2º, §§ 2º e 3º da Lei nº 12.850/2013, nos termos do artigo 386, VII, do CPP (...) Adriano Rodrigues Siqueira (...) pena total de 08 (oito) anos de reclusão, 01 (um) ano de

detenção e 1.210 (mil duzentos e dez) dias multa (...) considerando o quantum remanescente da pena de reclusão (07 anos, 03 meses e 06 dias), fixo o regime inicial semiaberto para o seu cumprimento e o regime aberto para o cumprimento da pena de detenção (...) revogo a prisão preventiva e concedo liberdade provisória ao condenado Adriano Rodrigues Siqueira (...) réu Leonardo dos Santos Pires (...) total de 10 (dez) anos de reclusão e 1.230 (mil duzentos e trinta dias multa (...) o regime de cumprimento de pena deve ser o inicial fechado(...)

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 363159 Nr: 12240-32.2019.811.0015
AÇÃO: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos->Processo Especial de Leis Esparsas->Processo Especial->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLEITON DE OLIVEIRA SARI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSE ROBERTO GOMES CANAVEZ - OAB:26985/O
CERTIFICO, nesta data, autorizada pelo artigo 203, § 4º do CPC e artigo 1.691 da CNGC/MT, que INTIMO o advogado do réu para, no prazo legal, apresentar as alegações finais, por memoriais.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 364959 Nr: 13488-33.2019.811.0015
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JESSICA LOPES DO AMARAL, MARCONDES FERREIRA DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EURIDES PARRON PARRON - OAB:20.719, MARCUS AUGUSTO GIRARDI MACEDO - OAB:13563
CERTIFICO, nesta data, autorizada pelo artigo 203, § 4º do CPC e artigo 1.691 da CNGC/MT, que INTIMO os advogados dos réus para, no prazo legal, apresentar as alegações finais, por memoriais.

Comarca de Várzea Grande

Diretoria do Fórum

Intimação

Processo n. º 3256-98.2019.8.11.0002 – CÓDIGO 206431
INTIMAÇÃO DO (A) DR (A). CAROLINA MONTEIRO CAMARGO, OAB/MT Nº 14.694, para que tome ciência que o processo n. 3256-98.2019.8.11.0002 – CÓDIGO 206431, da Segunda Vara Criminal da Comarca de Várzea Grande – MT, arquivado na caixa 1438, encontra-se disponível na Central de Arquivos de Processos, para retirada, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de novo arquivamento, conforme solicitação de desarquivamento protocolado em 11/12/2019.
Processo n. º 7507-04.2015.8.11.0002 – CÓDIGO 393511
INTIMAÇÃO DO (A) DR (A). JANAINA NEVES DE ARRUDA CAMPOS, OAB/MT N.º 17.268, para que tome ciência que o processo n. 7507-04.2015.8.11.0002 – CÓDIGO 393511, da Segunda Vara de Família e Sucessões da Comarca de Várzea Grande – MT, arquivado na caixa 1063, encontra-se disponível na Central de Arquivos de Processos, para retirada, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de novo arquivamento, conforme solicitação de desarquivamento protocolado em 10/12/2019.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Eduardo Calmon de A. Cezar
Cod. Proc.: 587677 Nr: 13618-62.2019.811.0002
AÇÃO: Pedido de Providências->PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS
PARTE AUTORA: MRV PRIME CHAPADA DO HORIZONTE INCORPORAÇÕES LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDRÉ JACQUES LUCIANO UCHÔA COSTA - OAB:80.055 OAB/MG, LEONARDO FIALHO PINTO - OAB:108.654 OAB/MG
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Código: 587677
Vistos em correição.
INTIME-SE o requerente para emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de trazer aos autos a cópia do Contrato Social do Escritório de Advocacia beneficiário da conta bancária indicada; apresentar a procuração atualizada com poderes especiais para receber valores e informar o endereço eletrônico (e-mail), nos termos da Instrução Normativa SCA n.º 02/2011.
Em seguida, regularizada a situação supra, SOLICITEM-SE informações ao(à) Gestor(a) Judiciário(a) da Terceira Vara Cível desta Comarca para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre a utilização da Guia N. 29763 (fl. 6).
Após, venham-me os autos conclusos.
Várzea Grande, 17 de setembro de 2019.
Eduardo Calmon de Almeida Cézar
Juiz de Direito Diretor do Foro

Divisão de Recursos Humanos

Portaria

PORTARIA N. 323/2019/RH
O doutor EDUARDO CALMON DE ALMEIDA CEZAR, Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;
Considerando o expediente CIA n. 0750232-25.2019.
RESOLVE
Art. 1º - RETIFICAR a Portaria n. 313/2019/RH, de 5 de dezembro de 2019, que designou o servidor MOYSÉS CARLOS VIEGAS, matrícula n. 4912, para exercer, a função de Gestor Judiciário Substituto, da 2ª Vara Criminal, ONDE SE LÊ: Técnico Judiciário, LEIA-SE: Auxiliar Judiciário, ficando inalterados os demais atos.
Várzea Grande, 10 de dezembro de 2019.
EDUARDO CALMON DE ALMEIDA CEZAR
Juiz de Direito Diretor do Foro

PORTARIA N. 321/2019/RH
O doutor EDUARDO CALMON DE ALMEIDA CÉZAR, Juiz de Direito Diretor do Foro da Comarca de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;
Considerando os termos da Lei Complementar nº. 04/90.
R E S O L V E
Art. 1º CONCEDER ao servidor FERNANDO AZEVEDO DE ALMEIDA, Analista Judiciário, matrícula n. 14.424, lotado na Central de Administração, 90 dias de Licença Prêmio referente ao quinquênio 2.4.2012 a 2.4.2017, condicionando o gozo à conveniência do serviço.
Várzea Grande, 10 de dezembro de 2019.
EDUARDO CALMON DE ALMEIDA CÉZAR
Juiz de Direito Diretor do Foro

Varas Especializadas de Família e Sucessões

1ª Vara Especializada da Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1013527-52.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ERIKA CLAUDIA MENDES DE SALES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENAN DOMINGUES BARROS OAB - MT18538/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CNF - ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS NACIONAL LTDA. (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE Vistos. verifico que a petição inicial não preenche os requisitos exigidos nos artigos 319, VI, e 320, do CPC, uma vez que não há nos autos prova do falecimento do 'de cujus'. Assim sendo, faculto à parte autora a emenda da inicial, para juntar a certidão de óbito do 'de cujus', no prazo de 15 (quinze) dias, em conformidade com o artigo 321 do CPC, sob pena de indeferimento. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1005990-73.2017.8.11.0002

Parte(s) Polo Ativo:
G. H. S. D. A. (AUTOR(A))
G. C. S. D. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ABRAHAM LINCOLN DE BARROS FERREIRA OAB - MT8777-O (ADVOGADO(A))
LIZANDRE CRISTINA SILVA FREITAS OAB - MT18062/O (ADVOGADO(A))
VANESSA CRISTINA DE ABREU SPERANDIO OAB - MT9175/B (ADVOGADO(A))
LIGIA CRISTINA DA SILVA OAB - 014.217.811-07 (REPRESENTANTE)
JOSE WILZEM MACOTA OAB - MT7481-B (ADVOGADO(A))
SERGIO MITSUO TAMURA OAB - MT17150/O (ADVOGADO(A))
JOSÉ CARLOS FORMIGA JUNIOR OAB - MT5645-N (ADVOGADO(A))
ELLEN LAURA LEITE MUNGO OAB - MT10604-O (ADVOGADO(A))
RONAN JACKSON COSTA OAB - MT4871/O (ADVOGADO(A))
CLAUDIO HEDNEY DA ROCHA OAB - MT6066-O (ADVOGADO(A))
PAULO FERNANDO SCHNEIDER OAB - MT8117-O (ADVOGADO(A))
CHARLES TAVARES RIBEIRO OAB - MT7401 (ADVOGADO(A))
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
BRUNO HENRIQUE DA ROCHA OAB - SP230904 (ADVOGADO(A))
ALYNE RAMMINGER PISSANTI OAB - MT12120/O (ADVOGADO(A))
LYZIA SPARANO MENNA BARRETO FERREIRA OAB - MT7329-O (ADVOGADO(A))
AFONSO WINTER JUNIOR OAB - MT7099/O (ADVOGADO(A))
LUCIANO SILVA ALVES OAB - MT8882-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. L. D. A. (RÉU)

Certifico que, nesta data, anexo a Carta Precatória devolvida, cuja diligência foi negativa, razão pela qual INTIMO A PARTE AUTORA a se manifestar, no prazo legal.

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1002020-94.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
F. V. D. S. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUCIDES FERREIRA OAB - MT12540-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
R. D. S. S. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
W. V. C. (TESTEMUNHA)
G. K. D. C. M. (TESTEMUNHA)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO Processo n. 1002020-94.2019.8.11.0002 FRANCISCO VIEIRA DE SOUZA - CPF: 825.978.631-15 (REQUERENTE) ROSELI DA SILVA SOUZA - CPF: 023.591.351-04 (REQUERIDO) CERTIDÃO NEGATIVA Diligência e Entrega de Mandados de Intimação, Citação, Notificação Certifico ... Certifico que em cumprimento ao mandado de Imissão na Posse, expedido pelo juízo desta Comarca de Várzea Grande MT, me dirigi na Rua Nereu Botelho, Bairro Gonçalo Botelho de CAmpos e lá estando não foi possível, não foi possível proceder a Intimação de ROSELI SILVA SOUZA, em face de não ter localizado A Casa 05, Quadra 05, nessa rua. Admilson Moraes Gonçalves – Oficial de Justiça /MT, 2 de dezembro de 2019. ADMILSON DE MORAES GONCALVES Oficial de Justiça SEDE DO E INFORMAÇÕES: - TELEFONE:

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1008213-62.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
M. E. S. A. (AUTOR(A))
G. E. S. A. (AUTOR(A))
L. E. S. A. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DE PAULA GIACOMINI OAB - MT17627-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. E. D. A. (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO VICTOR SOUSA PIO OAB - MT22670/O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA ESP. FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE Vistos. I- Acolho o parecer ministerial de id. 26031419. Intime-se o Executado, para pagar, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, no prazo de três dias, devendo os respectivos valores ser depositados na conta poupança indicada pela exequente nos autos. II- Advirto ao executado que caso não efetue o pagamento, ser-lhe-á decretada a prisão civil pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, ressaltando-se que o cumprimento da pena não exime o executado do pagamento das prestações vencidas e vincendas, bem será protestado o pronunciamento judicial (art. 528, §1º do CPC), aplicando-se, no que couber, o disposto no art.517. II- Intime-se.

Expediente

Intimação das Partes
JUIZ(A): José Antonio Bezerra Filho
Cod. Proc.: 81531 Nr: 4017-23.2005.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AAPDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO FERREIRA GOMES - OAB:23604/O, ELISSON APARECIDO DE SOUZA ALMEIDA - OAB:12937, IZONILDES PIO DA SILVA - OAB:MT 6.486-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA FLÁVIA PETERSEN MORETTI - OAB:7353
Vistos.
I- Considerando a vontade externada nos autos, expeça-se o necessário para alienação judicial do bem, sendo a alienação, a critério do leiloeiro nomeado, por pregão presencial, eletrônico ou pela combinação das duas modalidades anteriores (pregão híbrido), estes últimos com a utilização da rede mundial de computadores, devendo o leiloeiro empregar as cautelas necessárias para assegurar ampla segurança e publicidade das transações. Intimem-se as partes e advogados.
II- Intime-se a parte ex adversa nos termos pleiteados à fl. 428, itens 3 e 4, no prazo legal.
III- Às providências. Cumpra-se.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 248891 Nr: 8486-39.2010.811.0002
AÇÃO: Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ADEMIL JOSÉ DE CAMPOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUCIENE GUILHERMINA DA SILVA MATOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP DE MT
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
FINALIDADE: FINALIDADE: Pelo presente, fica a parte Autora acima identificada, devidamente INTIMADA a manifestar o interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco)dias, sob pena de extinção e arquivamento do processo, tendo em vista que o feito encontra-se paralisado há mais de 1 ano, a depender de providências única e exclusivamene do Requerente..
E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 255084 Nr: 13187-43.2010.811.0002
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JCDS, LKCDS
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCELO RODRIGUES LEIRIÃO - DEFENSOR PÚBLICO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 30 DIAS
FINALIDADE: FINALIDADE: Pelo presente, fica a parte Autora acima identificada, devidamente INTIMADA a manifestar o interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 (cinco)dias, sob pena de extinção

e arquivamento do processo, tendo em vista que o feito encontra-se paralisado há mais de 1 ano, a depender de providências única e exclusivamene do Requerente..
E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância no futuro, expediu-se o presente Edital, que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 381608 Nr: 27962-24.2014.811.0002
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KNMDS, KLDSM, AMDS
PARTE(S) REQUERIDA(S): LJDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Rodrigo Luis Ferreira - OAB:20452
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ABRAHAM LINCOLN BARROS FERREIRA - OAB:OAB/MT 8777, ALYNE RAMMINGER PISSANT - OAB:12.120/MT, BRUNO OLIVEIRA CASTRO - OAB:9237/MT, CLÁUDIO HEDNEY DA ROCHA-UNIVAG - OAB:6066 - MT
Certifico que diante do AR negativo do ofício de desconto em folha, fls 119, impulso os autos para que a parte autora se manifeste no prazo legal.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 126901 Nr: 789-55.1996.811.0002
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CATARINO BENEDITO DE CAMPOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): Leorene Domingas de Campos
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RODRIGO ELIAS DE SOUZA - OAB:12.400-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
Certifico que, em cumprimento a r. decisão de fls 129/130, intimo a parte autora para, querendo, manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias acerca do laudo do perito.

2ª Vara Especializada da Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1001609-22.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
J. G. M. D. P. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNÉIA SILVANA GONÇALVES OAB - MT12320-N (ADVOGADO(A))
Luiz Augusto Arruda Custodio OAB - MT11997-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORLANDO PAIVA DE ASSIS (RÉU)

PROCESSO : 1001609-22.2017.8.11.0002 CERTIFICO QUE, conforme autorizado pelo Art. 203, parágrafo 4º do CPC, abro vistas, intimar a parte autora através de seu Advogado , para que no prazo de 10 (dez) dias. manifestar nos autos. Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. Nercy Anchieta / Edith Garcia Gestora / Analista Judicial

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1004327-21.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
S. V. S. D. G. (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JESUS ANTONIO DAS GRACAS (RÉU)

PROCESSO : 1004327-21.2019.8.11.0002 CERTIFICO QUE, conforme autorizado pelo Art. 203, parágrafo 4º do CPC, abro vistas, intimar a parte autora através de seu Advogado para que no prazo de 10 (dez) dias, manifestar nos autos Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. Nercy Anchieta Gestora Judicial

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1004891-34.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LEONICE RICCI MACENA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO CESAR DE SOUZA HUNGRIA OAB - MT16800/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIEGO RICCI MACENA (REQUERIDO)
GABRIEL RICCI MACENA (REQUERIDO)

PROCESSO : 1004891-34.2018.8.11.0002 CERTIFICO QUE, conforme autorizado pelo Art. 203, parágrafo 4º do CPC, abro vistas, intimar a parte autora através de seu Advogado , para que no prazo de 10 (dez) dias manifestar nos autos . Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. Nercy Anchieta Gestora Judicial

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1015784-50.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIZETE DE ALMEIDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DE ALMEIDA OAB - MT15734-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILMAR LUCRÉCIO DELMÃO (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

PROCESSO : 1015784-50.2019.8.11.0002 CERTIFICO QUE, conforme autorizado pelo Art. 203, parágrafo 4º do CPC, abro vistas, intimar a parte autora através de seu Advogado para que no prazo de 10 (dez) dias , manifestar nos autos Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. Nercy Anchieta / Gestoraudicial

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 371162 Nr: 20294-02.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CADDO, CADDO, LPDAO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CDDO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBSON ARAÚJO DE OLIVEIRA - OAB:25.124-0
CERTIFICO E DOU FÉ QUE, conforme autorizado pelo art. 203, parágrafo 4º do NCPC., abro vistas:
(x) À Representante da Defensoria Pública Estadual, MNAIFESTAR NO PRAZO LEGAL

3ª Vara Especializada da Família e Sucessões

Intimação

Intimação Classe: CNJ-496 GUARDA
Processo Número: 1012566-14.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
C. C. J. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
C. L. D. S. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO AÇÃO DE GUARDA UNILATERAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA Vistos, Recebo o feito nos termos da Lei 13.058/14. Concedo os benefícios da gratuidade da justiça, conforme preceituado pelo Artigo 98 do Código de Processo Civil. Versam os autos sobre AÇÃO DE GUARDA CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA que CLODOALDO CORREIA JOSÉ move em desfavor de CRISTINA LÚCIA DA SILVA, todos qualificados nos autos. Afirma que é genitor de JULIA

VITÓRIA CORRÊA, nascida em 18 de outubro de 2009, frutos de um relacionamento com a requerida. Relata que a filha encontra-se sob os cuidados da mãe. Requer a Tutela Antecipada visando a regulamentação da guarda de JULIA VITÓRIA CORRÊA em seu favor. Junta documentos. É o relato. Decido. Considerando-se o artigo 334 do Código de Processo Civil, Lei n. 13105/2015, designo audiência de Conciliação para o dia 05/2/2020, às 13 horas. §8º do artigo 334 - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor a causa, revertida em favor da União ou do Estado. Em relação ao pedido de Guarda, com a publicação da Lei 13.058, de 22 de dezembro 2014, houve alteração dos artigos. 1.583, 1.584, 1.585 e 1.634 do Código Civil, visando estabelecer o significado da expressão "guarda compartilhada" e dispor sobre sua aplicação. Extrai-se do artigo 1.584, § 2°, do Código Civil, que: "Quando não houver acordo entre a mãe e o pai quanto à guarda do filho, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar, será aplicada a guarda compartilhada, salvo se um dos genitores declarar ao magistrado que não deseja a guarda do menor". Considerando os fatos narrados na inicial, encontrando-se ambos os genitores aptos a exercer o poder familiar e não havendo manifestação no sentido de não exercer a guarda em relação a infante, DEFIRO a GUARDA COMPARTILHADA, em atenção ao artigo 1.584, § 2°, do Código Civil, alterado pela Lei 13.058/2014, com a convivência a ser exercida provisoriamente de forma livre. Cite-se a parte demandada, nos termos da inicial, com as advertências do artigo 695 e parágrafos do CPC. Havendo discordância, manifestem-se a genitora acerca da distribuição do tempo de convivência, indicando o período que atenda o melhor interesse dos infantes, considerando o ambiente escolar e a rotina, incluindo lazer. A necessidade de estudo social ou multidisciplinar será analisada posteriormente em razão da conveniência do Juízo. "Havendo interesse das partes em entabular acordo, poderão comparecer em Juízo, às terças-feiras, das 13 às 16 horas". Expeça-se o termo de guarda compartilhada; notifique-se o Ministério Público e intimem-se as partes. Às providências. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli Juíza de Direito mj

Intimação Classe: CNJ-284 DIVÓRCIO LITIGIOSO
Processo Número: 1012263-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
E. C. R. B. D. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANO ALVES ZANARDO OAB - MT12770-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
G. D. G. (REQUERIDO)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO CUMULADO GUARDA E ALIMENTOS. Vistos. Concedo os benefícios da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Cuida-se de Ação de Divórcio Litigioso Cumulado com Guarda e Alimentos, movida por ELAINE CUNHA RIOS BRANDÃO DUTRA em desfavor GEOVANNI DUTRA GOMES, todos qualificados nos autos. Afirma que casou-se com o requerido em 27 de fevereiro de 2004, tendo a ruptura ocorrido há algum tempo . Destaca que dessa união adveio nascimento de 02 (dois) filhos, GEOVANNI DUTRA GOMES JUNIOR em 26 de novembro de 2009 e GABRIELA BEATRIZ BRANDÃO DUTRA em 27 de junho de 2005, conforme documentos de ID n. 23807485. Aduz que não adquiriram bens passíveis de partilha. Relata que deseja regulamentar a guarda e informa que o filho ficará em companhia do pai e a filha em companhia da mãe e cada um se responsabilizando pelas despesas inerentes aos cuidados do infante que estiver em sua companhia. Junta documentos. É o breve relato. DECIDO. Cite-se a parte requerida, com observância dos §§ 1º, 3º e 4º, Artigo 695 do Código de Processo Civil, intimando-se as partes, para comparecer a Audiência de Conciliação que se realizará no dia 05/02/2020, às 13:30 horas (Artigo 695, § 2º do Código de Processo Civil), fazendo-se constar que o prazo para contestação de 15 (quinze) dias, contar-se-á a partir da data da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição. (Artigos 695 e 697 do Código de Processo Civil). §8º do artigo 334 - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor a causa, revertida em favor da União ou do Estado. "Havendo interesse das partes em entabular acordo, poderão comparecer em Juízo, às terças-feiras, das 13:00 às 16:00 horas". Notifique-se o Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli Juíza de Direito mj

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1008314-36.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
WELLYTON EDGAR MARQUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN JACKSON COSTA OAB - MT4871/O (ADVOGADO(A))
ALYNE RAMMINGER PISSANTI OAB - MT12120/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ABEL DE SOUZA MARQUES (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO PROCESSO N. 1008314-36.2017.8.11.0002. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. REQUERENTE: W.E.M., representado por sua genitora ANA CLEMILDE DE SOUZA. REQUERIDO: ABEL DE SOUZA MARQUES. Vistos, Considerando-se o preceituado pelo Paragrafo Único do Artigo 693 do Código de Processo Civil, converto o rito do processamento pela Lei 5.478/68. Cite-se o requerido e intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento que designo para o dia 05/2/2020, às 15 horas, acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol, importando a ausência da parte autora em extinção e arquivamento do processo e da parte requerida em confissão e revelia. Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de Advogado, passando-se, em seguida, à ouvida das testemunhas e à prolação da sentença. §8º do artigo 334 - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor a causa, revertida em favor da União ou do Estado. "Havendo interesse das partes em entabular acordo, poderão comparecer em Juízo, às terças-feiras, das 13:00 às 16:00 horas". Ciência ao MP. Cumpra-se. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli Juíza de Direito ch

Intimação Classe: CNJ-81 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68
Processo Número: 1008314-36.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
WELLYTON EDGAR MARQUES (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN JACKSON COSTA OAB - MT4871/O (ADVOGADO(A))
ALYNE RAMMINGER PISSANTI OAB - MT12120/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ABEL DE SOUZA MARQUES (RÉU)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO PROCESSO N. 1008314-36.2017.8.11.0002. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. REQUERENTE: W.E.M., representado por sua genitora ANA CLEMILDE DE SOUZA. REQUERIDO: ABEL DE SOUZA MARQUES. Vistos, Considerando-se o preceituado pelo Paragrafo Único do Artigo 693 do Código de Processo Civil, converto o rito do processamento pela Lei 5.478/68. Cite-se o requerido e intimem-se as partes a fim de que compareçam à audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento que designo para o dia 05/2/2020, às 15 horas, acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol, importando a ausência da parte autora em extinção e arquivamento do processo e da parte requerida em confissão e revelia. Na audiência, se não houver acordo, poderá o requerido contestar, desde que o faça por intermédio de Advogado, passando-se, em seguida, à ouvida das testemunhas e à prolação da sentença. §8º do artigo 334 - O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionada

com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor a causa, revertida em favor da União ou do Estado. “Havendo interesse das partes em entabular acordo, poderão comparecer em Juízo, às terças-feiras, das 13:00 às 16:00 horas”. Ciência ao MP. Cumpra-se. Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli Juíza de Direito ch

Intimação Classe: CNJ-268 ARROLAMENTO SUMÁRIO
Processo Número: 1012596-49.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CELIA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
CRISTINA DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
JURACY MARIA DO NASCIMENTO (INVENTARIANTE)
JESUINO DOS SANTOS REI (REQUERENTE)
ANA MARIA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCEL ALEXANDRE LOPES OAB - MT6454-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MARIA DAS DORES DA SILVA (DE CUJUS)
Levino Jose da Silva (DE CUJUS)
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE TERCEIRA VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES Processo Judicial Eletrônico n. 1012596-49.2019.8.11.0002. ATO ORDINATÓRIO ATO ORDINATÓRIO. Nos termos da legislação vigente (art. 203, §4º/CPC) e com espeque no que dispõe o capítulo 2, Seção 17, item 2.17.4 - VI da CNGC, bem como o Provimento 56/2007 - CGJ, impulsiono estes autos à inventariante (na pessoa de seus advogados) para, no prazo de 20(vinte) dias, atender Petição da PGE/MT especialmente nos itens 1 e 3 descrito em documento de ID 26472682. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado Digitalmente JOANNE DA SILVA MESQUITA Analista Judiciário Sede do juízo e Informações: Avenida Castelo Branco, s/nº, Bairro Água Limpa, Várzea Grande-MT, CEP: 78.125-700 Contatos: Telefone (065) 3688-8421 – e-mail: vg.3familia@tjmt.jus.br

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Eulice Jaqueline da Costa Silva Cherulli
Cod. Proc.: 338548 Nr: 6750-44.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CGF, LRR
PARTE(S) REQUERIDA(S): FJDSF
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Jessika Naiara Vaz da Silva - OAB:21.354
Vistos.
Considerando pedido de fl. 141, intime-se pessoalmente a exequente (C.G.F., representada por sua genitora LUARA RAYLLINE RODRIGUES), para que no prazo de 05 (cinco) dias, cumpra determinação de fl. 140, sob pena de extinção do processo, nos termos do disposto no artigo 485, III, do Código de Processo Civil.
Sendo negativa a certidão, intime-se via edital – observando-se o prazo acima (artigo 275, § 2º, Código de Processo Civil), com a mesma finalidade.
Às providências.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 419778 Nr: 21887-32.2015.811.0002
AÇÃO: Tutela e Curatela - Nomeação->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MP, ERDB
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
2ª PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA: "Vistos. O MINISTÉRIO PÚBLICO ajuizou a presente AÇÃO DE INTERDIÇÃO em face de EULÁLIA RAMOS DE BRITO, haja vista que a interditada encontra-se atualmente abrigada no Lar dos Idosos São Vicente de Paula, nesta comarca, em virtude de situação de risco, ante sua condição pessoal e omissão familiar.(...) Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a necessidade de curatela por representação em favor de EULÁLIA RAMOS DE BRITO, nomeando-lhe curador o senhor JOÃO GUMERCINDO CASSIM (Diretor do Lar dos Idosos São Vicente de Paula), com base no artigo 1.772, do Código Civil, para representa-lo em todos os atos de sua vida. Em obediência ao disposto no artigo 755, § 3º do Código de Processo Civil e no artigo 9°, inciso III, do Código Civil, inscreva-se o presente no Registro Civil e publique-se na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 06 (seis) meses, na Imprensa local, 01 (uma) vez, e no órgão Oficial, 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias. Expeça-se termo de curador.
Sem custas. Sem honorários. P.I.C."

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 498244 Nr: 12802-51.2017.811.0002
AÇÃO: Interdição->Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALCIONE SILVA PAES
PARTE(S) REQUERIDA(S): Manoel Urbano Paes
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLEONES CELESTINO BATISTA - OAB:12141/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LEISLIE F. HAENISCH - OAB:5860 A
Vistos. Consoante a informação contida na manifestação do Perito Oficial nomeado de fls. 75 (não comparecimento à Perícia Médica), determino a intimação da parte autora, para que no prazo legal, informe ao Juízo o motivo pelo qual o interditando (MANOEL URBANO PAES) não compareceu à perícia designada. Às providências.

Varas Cíveis

1ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002511-72.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALICE DO AMOR DIVINO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
LUIZ GUSTAVO RABONI PALMA (PERITO / INTÉRPRETE)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Certidão Certifico que o Recurso de Apelação foi interposto tempestivamente, impulsiono para a parte autora apresentar as contrarrazões. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 TANIA SEBASTIANA RODRIGUES Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE E INFORMAÇÕES: AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 TELEFONE: (65) 36861848

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001114-75.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ANGELO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))

Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Certidão Certifico que o Recurso de Apelação foi interposto tempestivamente, impulsiono para a parte autora apresentar as contrarrazões. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 TANIA SEBASTIANA RODRIGUES Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE E INFORMAÇÕES: AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 TELEFONE: (65) 36861848

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1002483-41.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LEONARDO ALVES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Certidão de Impulsionamento Certifico que o Recurso de Apelação foi interposto tempestivamente, impulsiono a parte autora para apresentar as contrarrazões. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 TANIA SEBASTIANA RODRIGUES Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE E INFORMAÇÕES: AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 TELEFONE: (65) 36861848

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001350-27.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO FERREIRA CABRAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE CERTIDÃO DE IMPULSIONAMENTO Impulsiono estes autos para intimar a parte autora para impugnar a contestação

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001350-27.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTIANO FERREIRA CABRAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO ALVES DE SOUZA OAB - MT0012791A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGURO E CIA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FERNANDO CESAR ZANDONADI OAB - MT5736-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Certidão de Impulsionamento Certifico que o Recurso de Apelação foi interposto tempestivamente, impulsiono a parte autora para apresentar as contrarrazões. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 TANIA SEBASTIANA RODRIGUES Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE E INFORMAÇÕES: AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 TELEFONE: (65) 36861848

Despacho Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1019794-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA MACIEL PROVENZANO SOUZA (AUTOR(A))
ADELSON MARTINS DE SOUZA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
CLEBER CALIXTO DA SILVA OAB - MT7972-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ZULMIRA BOTURA REZENDE (RÉU)
SEBASTIÃO MANTUAN REZENDE (RÉU)
Magistrado(s):
ESTER BELEM NUNES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019794-40.2019.8.11.0002. AUTOR(A): ADELSON MARTINS DE SOUZA, EDNA MACIEL PROVENZANO SOUZA RÉU: ZULMIRA BOTURA REZENDE, SEBASTIÃO MANTUAN REZENDE Vistos... Emende a autora a inicial, juntando aos a petição inicial, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, art. 321, parágrafo único). Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) Ester Belém Nunes Juíza de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ester Belém Nunes
Cod. Proc.: 490696 Nr: 11342-64.2017.811.0055
AÇÃO: Liquidação Provisória de Sentença pelo Procedimento Comum->Procedimento de Liquidação->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FERNANDO ROBERTO TAGLIARI
PARTE(S) REQUERIDA(S): YMPACTUS COMERCIAL LTDA - ME
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ODACIR JOSE DIAS CAVALHEIRO - OAB:21159-MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
DIANTE DO EXPOSTO, julgo improcedente o pedido inicial e em consequência, resolvo o mérito, com fundamento no art. 487, I do CPC. Condenado a parte autora ao pagamento das custas e despesas processuais, cuja exigibilidade fica suspensa por ser beneficiário da justiça gratuita. Após, decorrido o prazo recursal, arquive-se os autos com as baixas e anotações necessárias.Publique-se.Intime-se.Cumpra-se.Várzea Grande-MT, 11 de dezembro de 2019.Ester Belém NunesJuíza de Direito

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Ester Belém Nunes
Cod. Proc.: 353565 Nr: 18418-12.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AKSL, RAQUEL PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIMED CUIABÁ - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, HOSPITAL JARDIM CUIABÁ LTDA, UNIMED FÁCIL CUIABÁ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: NADIELLY GARBIN FEITOSA FRANCO - OAB:MT 13.940
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACKSON FRANCISCO CLETQ COUTINHO - OAB:OAB/MT 9.172-B, JORGE LUIZ BRAGA - OAB:, Polisiel Advogados Associados S/C - OAB:355
Processo n° 18418-12/2014 (Cód. 353565)
Vistos...
Defiro o pedido do MP de fls. 324, para intimar a devedora, para que no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se a respeito da petição de fls. 314/316, sob pena de multa e honorários advocatícios.
Ademais, defiro o levantamento do valor incontroverso.
Intime-se.
Cumpra-se.
Várzea Grande-MT, 11 de dezembro de 2019.
Ester Belém Nunes
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Ester Belém Nunes
Cod. Proc.: 435601 Nr: 4404-52.2016.811.0002
AÇÃO: Execução de Alimentos->Execução de Título Judicial->Processo

de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NEVAIR FERREIRA DA CRUZ, SUZANA SANTANA DE ANUNCIAÇÃO CRUZ, ARIELLI ARRUDA RIBEIRO, ALADC
PARTE(S) REQUERIDA(S): ORIVAL BINI/ GALPÃO RESTAURANTE, UNIFORT SEGURANÇA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA - EPP
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANA PEREIRA CONAGIN - OAB:MT 12.598
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO GOMES DE ALMEIDA NETO - OAB:MT 18314, DANIEL MELLO DOS SANTOS - OAB:11.386
Processo n.º 4404-52/2016 (Cód. 435601)
Vistos...
Para fins de penhora online via Bacenjud, considerando a ausência de limites do referido sistema, que não raras as vezes realiza bloqueios múltiplos (diversas contas) desde que encontre numerário em cada uma, o que gera excesso de penhora, e tendo em vista as advertências contidas na Lei de Abuso de Autoridade, já sancionada e prestes a entrar em vigência, determino a intimação da parte credora para indicar a conta exata que pretende a constrição, a fim de evitar penhoras em excesso.
Intime-se.
Cumpra-se.
Várzea Grande–MT, 11 de dezembro de 2019.
Ester Belém Nunes
Juíza de Direito

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ester Belém Nunes
Cod. Proc.: 422024 Nr: 23052-17.2015.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TATIANE DA SILVA GOMES, BRUNO MAYKE LOPES DE SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): TATIANE DO CARMO SPALATTI, MAURO FRANCISCO SPALATTI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS EDUARDO CARMONA DE AZEVEDO - OAB:MT 4.522, Raul Claudio Brandão - OAB:19.145/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VANESSA PINHO SILVA - OAB:11183
DIANTE DO EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos desta Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais para CONDENAR os réus ao pagamento/ressarcimento das seguintes verbas:a) danos morais, que fixo em R$ 6.000,00 (seis mil reais) para cada autor, totalizando R$ 12.000,00 (doze mil reais); eb) danos materiais, que fixo em R$ 3.630,75 (três mil seiscentos e trinta reais e setenta e cinco centavos).Para fins de cumprimento da sentença, os valores referentes aos danos materiais deverão ser atualizados com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC desde os efetivos desembolsos. Relativamente aos danos morais, o valor deverá ser atualizado com juros de 1% ao mês desde a citação e correção monetária pelo INPC desde o arbitramento.Pelo princípio da sucumbência e mesmo considerando o disposto na Súmula 326, do STJ, arbitro o ganho de causa em favor dos autores em 80% e em favor dos réus em 20%, o que norteará o pagamento das custas processuais, bem como, honorários advocatícios, esses fixados em 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2o, do NCPC, com a ressalva do art. 98, § 3º, do CPC , com relação aos autores, beneficiários da assistência judiciária gratuita.As custas processuais que couberam aos autores deverá ser suspensa na forma do artigo supra citado.Deverão os rés recolher as custas processuais com base no valor atualizado da condenação. Acaso não sejam recolhidas, anotem-nas às margens da distribuição em seu nome para lastrear a expedição de Certidão de Dívida Ativa e eventual Execução Fiscal.Decorrido o prazo recursal, que deverá ser certificado, e não havendo manifestação das partes, arquivem-se os autos com as devidas baixas e anotações.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Ester Belém Nunes
Cod. Proc.: 404621 Nr: 13721-11.2015.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BRUNO LUIS GASPARINI
PARTE(S) REQUERIDA(S): TIM CELULAR S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MILTON JONES AMORIM VIEIRA - OAB:MT 16.216
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIS CARLOS LAURENÇO - OAB:16.780-BA
Processo n° 13721-11/2015 (Cód. 404621)
Vistos...
Realizadas diligências pelo sistema Bacenjud foi informado o bloqueio total da dívida em contas da parte devedora, ou seja, R$ 9.275,57, conforme peças de detalhamento em anexo, que determino a juntada.
Procedo à transferência do valor. Aguarde-se resposta da Conta Única do TJ confirmando a transação eletrônica.
Já certificado o decurso do prazo sem impugnação, ao credor para manifestar-se. Havendo concordância, conclusos para extinção. Caso contrário, deverá providenciar meios para prosseguimento, vindo-me os autos, em seguida, conclusos para análise.
Intime-se.
Cumpra-se.
Várzea Grande–MT, 12 de dezembro de 2019.
Ester Belém Nunes
Juíza de Direito

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 256487 Nr: 14196-40.2010.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RECICLAGEM IND. E COM. SUB. PROD. DE ANIMAIS DE MT LTDA -EPP
PARTE(S) REQUERIDA(S): DM BIOTECNOLOGIA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDO DE PAULA GOMES FERREIRA - OAB:22196, Marcela Leão Soares - OAB:7304-a
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono estes autos para intimar a parte autora para manifestar nos autos

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 265559 Nr: 4515-12.2011.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ MARQUES VINHAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDILSON LIMA FAGUNDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HUGO FLORENCIO DE CASTILHO - OAB:OAB/MT 15640, VIVIANNE CRISTINE CALDAS - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUCILENE LINS FAGUNDES - OAB:OAB/MT 14.970AV, MAURO BASTIAN FAGUNDES - OAB:8907/MT
Impulsiono estes autos para intimar as partes sobre o laudo pericial

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 385960 Nr: 2621-59.2015.811.0002
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GABRIELLY EDUARDA DE OLIVEIRA, NIANK BATISTA DE OLIVEIRA, LUIZ ANTONIO DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CELSO ALVES PINHO - OAB:12.709/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORRÊA DA SILVA - OAB:8.184-A/MT
Impulsiono estes autos para intimar a parte autora para fornecer os dados bancários para expedição alvará

Citação

Citação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1019687-93.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETH RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ISMAR MONTEIRO BRUNO (RÉU)

Outros Interessados:
FUNDOS - GILDO DE TAL (MORADOR DO IMÓVEL) (CONFINANTES)
FUNDOS - LUCIA DE TAL (MORADORA DO IMÓVEL) (CONFINANTES)
FUNDOS - BIA DE TAL (MORADORA DO IMÓVEL) (CONFINANTES)
FUNDOS - LUCINÉIA DE TAL (MORADORA DO IMÓVEL) (CONFINANTES)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO ESTER BELÉM NUNES PROCESSO n. 1019687-93.2019.8.11.0002 Valor da causa: R$ 67.798,84 ESPÉCIE: [USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA]->USUCAPIÃO (49) POLO ATIVO: Nome: MARGARETH RODRIGUES DA SILVA Endereço: Rua Oscar Soares, 13, quadra 74 casa 13, São Simão, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-001 POLO PASSIVO: Nome: ESPÓLIO DE ISMAR MONTEIRO BRUNO Endereço: desconhecido FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO DO POLO PASSIVO, acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. RESUMO DA INICIAL: A usucapiente MARGARETH RODRIGUES DA SILVA adquiriu o imóvel localizado nos lotes 02, 03 e 04 da Quadra 15/NG – Ampliação do Loteamento Jardim Glória, com área de 1.350,00m², por meio de doação do Sr. Ismar Monteiro Bruno, seu antigo patrão, conforme matrícula n.º 51.184, ficha 01, livro 02, no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande-MT. Cumpre consignar que a Requerente propôs Ação de Usucapião em 13/05/2010 onde comprovou indubitavelmente sua posse no imóvel pelo período de 13 (treze) anos, onde tinha uma casa de madeira construída, sendo adquirida por doação do requerido, por trabalhar como Ou seja, o seu direito aquisitivo de propriedade por Usucapião já restou configurado no ano de 2010. Ocorre que, depois de propor a ação os filhos do Requerido passaram a ameaça-la, inclusive na época teve sua casa assaltada a mando de Valdir, um dos filhos do Sr. Ismar, conforme consta no Boletim de Ocorrência lavrado em 23/01/2012 (doc.). Por este motivo, a Requerente deixou o imóvel, e perdeu o interesse na ação, sendo a mesma extinta sem resolução do mérito. Com o passar dos anos a Requerente obteve informações que nenhum dos herdeiros tomou posse do imóvel, demonstrando o total desinteresse deles com relação a essa propriedade. Assim, a Requerente buscou novamente a Defensoria Pública, a fim de propor a presente Ação de Usucapião para ver reconhecido o seu direito de propriedade dos terrenos. Observa-se que durante sua posse transcorreram 13 (treze) anos sem qualquer ameaça ou esbulho, sendo que foi doado pelo proprietário registral do imóvel. Assim, tendo em vista a posse mansa, pacífica e sem oposição a por 13 anos, e, ainda, a função social dado a imóvel, inegável a aquisição da propriedade pelo decurso do tempo até o ano de 2012, razão pela qual busca sua declaração pelo Poder Judiciário, com posterior, regularização da titularidade do bem junto ao Cartório de Registro de Imóvel. DECISÃO: Vistos... Defiro à parte autora a assistência judiciaria gratuita, nos moldes do artigo 98 do NCPC, com o pagamento das custas ao final caso haja levantamento de valores. Anote-se. Em virtude de que não se discute posse em forma de lide no usucapião e tão somente se comprova o lapso temporal da posse, deixo de designar audiência de conciliação; Determino a citação do réu, dos confinantes, bem como, a expedição de edital de citação aos interessados e ausentes, pelo prazo de trinta dias. Dê-se ciência às Fazendas Públicas, municipal e estadual, à União, bem como, ao representante do parquet, a fim de manifestarem quanto à pretensão inaugural. Intime-se. Cumpra-se. Ester Belém Nunes Juíza de Direito. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é contado do término do prazo deste edital. 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CAMILA FERREIRA DOS SANTOS, digitei. 1º VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte. CFS

Citação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1019687-93.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETH RODRIGUES DA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESPÓLIO DE ISMAR MONTEIRO BRUNO (RÉU)
Outros Interessados:
FUNDOS - GILDO DE TAL (MORADOR DO IMÓVEL) (CONFINANTES)
FUNDOS - LUCIA DE TAL (MORADORA DO IMÓVEL) (CONFINANTES)
FUNDOS - BIA DE TAL (MORADORA DO IMÓVEL) (CONFINANTES)
FUNDOS - LUCINÉIA DE TAL (MORADORA DO IMÓVEL) (CONFINANTES)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO ESTER BELÉM NUNES PROCESSO n. 1019687-93.2019.8.11.0002 Valor da causa: R$ 67.798,84 ESPÉCIE: [USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA]->USUCAPIÃO (49) POLO ATIVO: Nome: MARGARETH RODRIGUES DA SILVA Endereço: Rua Oscar Soares, 13, quadra 74 casa 13, São Simão, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-001 POLO PASSIVO: Nome: ESPÓLIO DE ISMAR MONTEIRO BRUNO Endereço: desconhecido FINALIDADE: EFETUAR A CITAÇÃO AOS INTERESSADOS E AUSENTES, acima qualificado(a), atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da ação que lhe é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta, caso queira, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial, conforme documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem descritas no corpo deste mandado. RESUMO DA INICIAL: A usucapiente MARGARETH RODRIGUES DA SILVA adquiriu o imóvel localizado nos lotes 02, 03 e 04 da Quadra 15/NG – Ampliação do Loteamento Jardim Glória, com área de 1.350,00m², por meio de doação do Sr. Ismar Monteiro Bruno, seu antigo patrão, conforme matrícula n.º 51.184, ficha 01, livro 02, no 1º Serviço Notarial e de Registro de Várzea Grande-MT. Cumpre consignar que a Requerente propôs Ação de Usucapião em 13/05/2010 onde comprovou indubitavelmente sua posse no imóvel pelo período de 13 (treze) anos, onde tinha uma casa de madeira construída, sendo adquirida por doação

do requerido, por trabalhar como Ou seja, o seu direito aquisitivo de propriedade por Usucapião já restou configurado no ano de 2010. Ocorre que, depois de propor a ação os filhos do Requerido passaram a ameaça-la, inclusive na época teve sua casa assaltada a mando de Valdir, um dos filhos do Sr. Ismar, conforme consta no Boletim de Ocorrência lavrado em 23/01/2012 (doc.). Por este motivo, a Requerente deixou o imóvel, e perdeu o interesse na ação, sendo a mesma extinta sem resolução do mérito. Com o passar dos anos a Requerente obteve informações que nenhum dos herdeiros tomou posse do imóvel, demonstrando o total desinteresse deles com relação a essa propriedade. Assim, a Requerente buscou novamente a Defensoria Pública, a fim de propor a presente Ação de Usucapião para ver reconhecido o seu direito de propriedade dos terrenos. Observa-se que durante sua posse transcorreram 13 (treze) anos sem qualquer ameaça ou esbulho, sendo que foi doado pelo proprietário registral do imóvel. Assim, tendo em vista a posse mansa, pacífica e sem oposição a por 13 anos, e, ainda, a função social dado a imóvel, inegável a aquisição da propriedade pelo decurso do tempo até o ano de 2012, razão pela qual busca sua declaração pelo Poder Judiciário, com posterior, regularização da titularidade do bem junto ao Cartório de Registro de Imóvel. DECISÃO: Vistos... Defiro à parte autora a assistência judiciaria gratuita, nos moldes do artigo 98 do NCPC, com o pagamento das custas ao final caso haja levantamento de valores. Anote-se. Em virtude de que não se discute posse em forma de lide no usucapião e tão somente se comprova o lapso temporal da posse, deixo de designar audiência de conciliação; Determino a citação do réu, dos confinantes, bem como, a expedição de edital de citação aos interessados e ausentes, pelo prazo de trinta dias. Dê-se ciência às Fazendas Públicas, municipal e estadual, à União, bem como, ao representante do parquet, a fim de manifestarem quanto à pretensão inaugural. Intime-se. Cumpra-se. Ester Belém Nunes Juíza de Direito. ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo é contado do término do prazo deste edital. 2. Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos (art.701, § 2º, do CPC). 3. Os embargos deverão ser assinados por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). 5. Efetuando o pagamento no prazo indicado, ficará o polo passivo isento das custas processuais. (art. 701, §1º, CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CAMILA FERREIRA DOS SANTOS, digitei. 1º VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE - MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1001114-75.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO ANGELO DE SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO DALTRO MOREIRA SILVA OAB - MT10208-O (ADVOGADO(A))
Lemir Feguri OAB - MT10335-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU SEGUROS DE AUTO E RESIDENCIA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FAGNER DA SILVA BOTOF OAB - MT12903-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ESTER BELEM NUNES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO Numero do Processo: 1001114-75.2017.8.11.0002 Vistos... Trata-se Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório em que, onde apresentada contestação, arguiu a ré matéria preliminar e prejudicial, pelo que abri prazo ao autor a fim de manifestar-se. DA SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL No tocante à substituição da seguradora ré pela Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT entendo que tal alteração subjetiva, que venho aplicando nos casos da mesma natureza, tem por fim aplicar o previsto em normatização da Fenaseg, bem como, facilitar a análise e pagamento das indenizações pleiteadas, ao passo que não gera qualquer prejuízo às partes envolvidas, especialmente à autora. Diante disso, DEFIRO A SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL da ré pela Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, determinando que o cartório promova as devidas alterações no pólo passivo, retificando-se a capa dos autos e os dados de distribuição no sistema Apolo. DA CARÊNCIA DE AÇÃO POR AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO Não merece prosperar a preliminar arguida, eis que a jurisprudência majoritária do STJ entende que "na ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT), a parte não precisa comprovar que houve recusa ao pagamento, não estando condicionada ao prévio pedido administrativo, consoante o princípio da inafastabilidade da jurisdição, que garante a todos o acesso à Justiça (CF, art 5.º, inc. XXXV)" (AREsp 228235, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, julgado em 19/03/2014). No mais, não havendo matéria de ordem pública que mereça apreciação prévia, estando as partes devidamente representadas e encontrando interesse processual latente, DOU O FEITO COMO SANEADO, remetendo-o à instrução. Considerando a necessidade da prova pericial para aquilatar o grau da lesão, nomeio o médico Dr. João Leopoldo Baçan, com endereço profissional na Rua da Guarita, s/n, Condomínio Terra Nova Várzea Grande, casa 327, em Várzea Grande-MT, CEP 78.110-903 e fone 9601-1639, para realização da perícia, independentemente de termo de compromisso, na forma do art. 422, do CPC. Concedo o prazo de cinco dias para que o autor apresente quesitos e, caso queira, assistente técnico. Desde já arbitro os honorários periciais em R$ 1.200,00 (mil e duzentos reais), verificando que o processo pertence à Justiça Gratuita e a perícia será paga pela ré, que pleiteou pela prova. Além do que, trata-se de uma perícia sem maior complexidade. Na forma do art. 426, II, do CPC, apresento os seguintes quesitos do juízo, a serem respondidos pelo expert: 1) Informe o médico a real existência de invalidez permanente e se foi causada pelo acidente narrado na inicial. 2) O autor está incapacitado para o exercício de suas funções habituais? 3) O autor possui todos os movimentos normais e originais dos membros afetados? Em caso positivo, indique o Sr. Perito a graduação da lesão dos membros afetados. A ré deverá depositar a integralidade dos honorários no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão da prova. Fica desde já autorizado o levantamento de 50% no início dos trabalhos periciais. Intime o Sr. Perito para que, em aceitando, designe data e horário para início dos trabalhos periciais, intimando-se, da data respectiva, as partes. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo pericial. Apresentado o laudo, às partes para manifestação no prazo comum de 05 (cinco) dias. Após, conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente por) Ester Belém Nunes Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1019707-84.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COSTA NORTE COMERCIO DE PESCADO LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
TALITHA LAILA RIBEIRO OAB - MT14887-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
ODAO PEREIRA BORGES NETO (RÉU)
Magistrado(s):
ESTER BELEM NUNES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019707-84.2019.8.11.0002. AUTOR(A): COSTA NORTE COMERCIO DE PESCADO LTDA - ME RÉU: ODAO PEREIRA BORGES NETO Vistos... Analisando os autos, verifico que a parte autora não juntou os comprovantes de recolhimentos das custas e taxas processuais. Dessa forma, DETERMINO a intimação da parte autora para que no prazo de 15 (quinze) dias providencie o recolhimento das custas e taxas processuais de ajuizamento, sob pena de cancelamento da distribuição deste feito (art. 290, NCPC). Havendo manifestação ou não, certifique-se, após conclusos. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) Ester Belém Nunes Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1001896-48.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
TEREZA LIMA DE MATOS (AUTOR(A))
GESUILTON LESSA MARTINS (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANA DE MATOS ARAUJO OAB - MT18347-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
desconhecida (RÉU)
Outros Interessados:
Adão Mattos e sua Esposa Diosina Lima de Matos (CONFINANTES)
Helce Teixeira da Costa e sua Esposa Sueli Lepre Costa (CONFINANTES)
Rodrigo Tavares Carlos (CONFINANTES)
Magistrado(s):
ESTER BELEM NUNES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1001896-48.2018.8.11.0002. AUTOR(A): GESUILTON LESSA MARTINS, TEREZA LIMA DE MATOS RÉU: DESCONHECIDA Processo nº 1001896-48.2018.8.11.0002 AÇÃO DE USUCAPIÃO S E N T E N Ç A Trata-se de USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO proposta por GESUILTON LESSA MARTINS E TEREZA LIMA DE MATOS, devidamente qualificados nos autos, em desfavor de usucapido DESCONHECIDO que, em síntese, informam e pleiteiam o seguinte: Afirmam os usucapientes que: vem há mais de 30 (trinta) anos exercendo e mantendo-se, contínua e tranquilamente, sem qualquer interrupção e sem a menor oposição, na posse plena do imóvel constituído de: um lote urbano com 384,00m2, identificado como lote n.º 25, da quadra 12, bairro Jardim Imperador, Município de Várzea Grande/MT, dentro das seguintes divisas e confrontações: Lote 25: frente com 12,00 metros confrontando com a Rua José Bonifácio, em direção a Oeste; fundo com 12,00 metros, confrontando os lotes nº 01 e 02, em direção a Leste; lateral direita com 32,00 metros confrontando com o Lote nº 26 e os Lotes 01 e 02, em direção ao Norte; lateral esquerda com 32,00 metros, confrontando com o Lote nº 24, em direção Sul, com inscrição imobiliária n. 000000000051065. Afirmam ainda que: Os usucapientes são únicos e exclusivos possuidores do lote urbano com 384,00 m2 identificado como lote n.º 25 da quadra 12 do Jardim Imperador, perfeitamente delimitado e individualizado, conforme planta e memorial descritivo Ao final requer: seja determinado a citação eventual do réu, para que querendo responda os termos elencados na peça inicial. A citação editalicia dos eventuais interessados e terceiros, notificação do Ministério Público para autuar no feito, requer ainda a notificação dos confinantes. Recebi a peça inaugural e determinei a citação dos confinantes e demais interessados. Com a citação das fazendas públicas e do Ministério Público Estadual sendo estes manifestando não ter interesse processual no presente caso, designei audiência de instrução e julgamento. Realizado a solenidade, as testemunhas arroladas pelo autor, confirmaram a tese de que o autor lá reside desde longa data. É O RELATÓRIO. FUNDAMENTO E DECIDO. Julgo esta ação antecipadamente por entender desnecessárias outras provas além das que constam nos autos, além do que o réu não se defendeu em que pese devidamente citado. Em virtude da inércia do réu em ofertar defesa, DECRETO SUA REVELIA, presumindo a aceitação aos fatos narrados na inicial. Trata-se de Ação de Usucapião Extraordinário, arguindo os autores que há mais de 30 (trinta) anos exercem a posse da coisa como se sua fossem, rogando pelo reconhecimento da prescrição aquisitiva. DO PEDIDO INICIAL Para reconhecimento do usucapião, necessária a comprovação da posse pública exercida claramente à vista de todos e conhecida por todos, por se tratar de elemento essencial. In casu, na modalidade de usucapião extraordinário, deve ser ininterrupta pelo prazo de quinze anos, conforme digressão do art. 1.238 do CC/2002, ou, caso mantenha o imóvel para sua moradia, o prazo é reduzido para dez anos (CC/02, art. 1.238, par. único), podendo, a isso, somar-se a posse de seus antecessores, na forma prevista no art. 1.243, do mesmo codex, não se aplicando o aumento de prazo do art. 2.069, do CC/02. Os autores alegam ocupar a área há mais de 30 (trinta) anos. Nesse aspecto a revelia induz como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, à luz do que dispõe o art. 344, do CPC[1]. Além da concordância tácita do réu, os autores comprovam o exercício da posse mediante juntada de faturas de consumo de água, energia elétrica e telefone, bem como, mediante juntada de comprovantes de pagamento do IPTU. Os autores também informaram que nesse período não foram procurados por qualquer pessoa a reclamar o imóvel ou a sua permanência ali. Portanto, tenho que os autores demonstraram os elementos atinentes ao art. 1.238, parágrafo único, do CC/2002, especificamente, posse de dez anos de forma contínua e incontestada e para fins de moradia, não se exigindo nessa modalidade de usucapião justo título, tão pouco, boa-fé. Verbis: Art. 1.238. Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé; podendo requerer ao juiz que assim o declare por sentença, a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro de Imóveis. Parágrafo único. O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo. Dessa forma, tenho que os autores exercem aquela posse prevista no art. 1.196 do Código Civil de 2002, ou seja, como se proprietários fossem. Eis o que estabelece o artigo em comento: Art. 1.196. Considera-se possuidor todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade. Consequentemente, o usucapião, como forma de aquisição da propriedade, reveste-se do mesmo escopo e a ele se presta. Assim, deve ser exercida posse qualificada e capaz de ensejar o usucapião e não qualquer posse, como explica o texto a seguir citado: "Não basta o comportamento exterior do agente em face da coisa, em atitude análoga à do proprietário; não é suficiente a gerar aquisição, que se patenteie a visibilidade do domínio. A posse ad usucapionem, assim nas fontes como no direito moderno, há de ser rodeada de elementos, que nem por serem acidentais, deixam de ter a mais profunda significação (...)"[2] Provados, portanto, os requisitos do usucapião extraordinária, entendo inexistir óbice ao deferimento do pedido, inclusive se considerado o interstício entre a propositura e o julgamento da ação, que, conforme orientação do C. Superior Tribunal de Justiça, também é elemento para contagem do lapso temporal. DIANTE DISSO, JULGO PROCEDENTE o pedido feito nesta Ação de Usucapião para o fim de DECLARAR em favor dos autores o USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIO E CONSEQUENTE DOMÍNIO sobre o lote urbano com área de 384,00m2, identificado como lote n.º 25, da quadra 12, bairro Jardim Imperador, Município de Várzea Grande/MT, dentro das seguintes divisas e confrontações: Lote 25: frente com 12,00 metros confrontando com a Rua José Bonifácio, em direção a Oeste; fundo com 12,00 metros, confrontando os lotes nº 01 e 02, em direção a Leste; lateral direita com 32,00 metros confrontando com o Lote nº 26 e os Lotes 01 e 02, em direção ao Norte; lateral esquerda com 32,00 metros, confrontando com o Lote nº 24, em direção Sul, com inscrição imobiliária n. 000000000051065. Transitado em julgado, expeça-se mandado ao cartório de registro de imóveis desta Comarca para transcrição e registros pertinentes, com cópia desta sentença. Cumpridas as exigências supra, arquivem-se estes autos com as devidas baixas e anotações. Publique-se Intime-se Cumpra-se Várzea Grande-MT, 10 de dezembro de 2019 Ester Belém Nunes Juíza de Direito [1] Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. [2] Pereira, Caio Mário Silva, Instituições de Direito Civil, vol. 4, 3.ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1994, p. 105.

2ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO

Processo Número: 1006610-51.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PLENA COMERCIAL LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Júlio César de Oliveira OAB - MT8312-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JENIFFER CRISTINA PIMENTEL COTA 04540193198 (REQUERIDO)
JENIFFER CRISTINA PIMENTEL COTA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE 2ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO Intimo a parte autora, para trazer aos autos comprovante de recolhimento de diligência para confecção de mandado de citação, conforme decisão de ID 24854208, no prazo de 5 (cinco) dias. VÁRZEA GRANDE, 11 de novembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1014215-14.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALESANDRO PIVETTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
VICTOR HUGO VIDOTTI OAB - MT11439-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1014215-14.2019.8.11.0002. AUTOR(A): ALESANDRO PIVETTA RÉU: TAM LINHAS AÉREAS S/A Vistos etc. Procedo com a retificação do despacho do Id. 27182101, somente no que concerne a data designada para a realização da audiência de conciliação, fazendo constar 26 de março de 2020, às 10h00min. Intimem-se e cumpra-se. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) ANDRÉ MAURICIO LOPES PRIOLI Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-120 LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO
Processo Número: 1005840-92.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO ALCANTARA BAREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ELIANE GOMES FERREIRA OAB - MT9862-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
YMPACTUS COMERCIAL S/A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE 2ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM. (ª)JUIZ(A) DE DIREITO ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI PROCESSO n. 1005840-92.2017.8.11.0002 Valor da causa: R$ 5.933,15 ESPÉCIE: [VALOR DA EXECUÇÃO / CÁLCULO / ATUALIZAÇÃO]->LIQUIDAÇÃO POR ARBITRAMENTO (151) POLO ATIVO: Nome: ANTONIO ALCANTARA BAREA Endereço: AVENIDA GOVERNADOR JÚLIO CAMPOS, - DE 7847/7848 AO FIM, JARDIM MARIA IZABEL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78150-000 POLO PASSIVO: Nome: YMPACTUS COMERCIAL S/A Endereço: AVENIDA NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES, - DE 265 AO FIM - LADO ÍMPAR, ENSEADA DO SUÁ, VITÓRIA - ES - CEP: 29050-335 FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO do autor, para, no prazo de 05(cinco) dias, manifestar sobre a correspondência devolvida. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pela Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria-Geral da Justiça OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 421610 Nr: 22823-57.2015.811.0002
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ARISTIDES SALLES MARURI
PARTE(S) REQUERIDA(S): PAULO ROGERIO PEREIRA EIRELI - EPP.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Carlos Alberto Gomes de Figueiredo Junior - OAB:18373
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que não houve qualquer manifestação da prte autora sobre a decisão de fls. 118.
Certifico ainda, que encaminho intimação ao requerente para indicar os dados bancários para transferência (CPF, banco com número, agência e conta), no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 378763 Nr: 25885-42.2014.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: S B SOARES & CIA LTDA, GERALDO NELSON PROCHNOW, MARIO ALLAN DE AMORIM PACHECO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAÚ SEGUROS S.A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANYLO FERREIRA DE ALCANTARA - OAB:13724, EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:MT 15.373, JEFERSON LEANDRO FULONI CARVALHO - OAB:17081/B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACÓ CARLOS SILVA COELHO - OAB:MT 15.013A

intimação do requerido, para, no prazo de 05(cinco) dias, efetuar o depósito de 2 diligências diligências do Oficial de Justiça, para cumprimento do mandado de intimação dos autores no bairro mapim em Várzea Grande-MT.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 378763 Nr: 25885-42.2014.811.0002

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: S B SOARES & CIA LTDA, GERALDO NELSON PROCHNOW, MARIO ALLAN DE AMORIM PACHECO

PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAÚ SEGUROS S.A

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANYLO FERREIRA DE ALCANTARA - OAB:13724, EDGAR FRANCISCO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:MT 15.373, JEFERSON LEANDRO FULONI CARVALHO - OAB:17081/B

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JACÓ CARLOS SILVA COELHO - OAB:MT 15.013A

Intimação do autor, para, no prazo de 05 dias, retirar a carta precatória para cumprimento, bem como, no mesmo prazo, comprovar o depósito das custas de distribuição.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 228273 Nr: 8423-48.2009.811.0002

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CONSTRUTORA MENDONÇA LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): KADE CONSTRUTORA LTDA, KADE ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA.

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EDILSON LIMA FAGUNDES - OAB:MT 5.994, MAURO BASTIAN FAGUNDES - OAB:8.907

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Intimo a parte autora para se manifestar acerca da certidão do oficial de justiça de fls.336 e petição de fls.337/348, no prazo de 5(cinco) dias.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 437616 Nr: 5473-22.2016.811.0002

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MARCIA SUZI DA SILVA

PARTE(S) REQUERIDA(S): Luciano Cesar Signor

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Gevanisio Alves Presentino Júnior - OAB:10953, Nilza Mendes Ozorio - OAB:MT 26.016

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Gezuíno Catarino da Cruz - OAB:, RODRIGO BATISTA DA SILVA - OAB:7697/MT

Certifico que, promovo nova publicação acerca de sentença de fls. 165/169, tendo em vista que, somente nesta data foram incluídos os respectivos advogados dos herdeiros necessários da parte requerente, que constam na peça acostada às fls. 158/164.

"Vistos.

(...)

Verifico o preenchimento dos requisitos do art. 98, por se tratar de pessoa cuja situação econômica não lhe permite pagar as custas, despesas processuais e os honorários de advogado, sem prejuízo próprio e de sua família, motivo pelo qual concedo-lhe os benefícios da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida na exordial, extinguindo o feito com resolução do mérito nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de confirmar a decisão que concedeu a liminar para determinar a reintegração da parte autora no imóvel descritos na inicial, qual seja o lote urbano localizado na Rua Rio de Janeiro, Lote 16 da Quadra 20, do Bairro Nova Várzea Grande, Município de Várzea Grande/MT.

No mais, acolho o pedido reconvencional para determinar que a parte autora indenize ao requerido as benfeitorias realizadas no imóvel, no valor de R$5.440,00 (cinco mil e oitocentos reais), corrigido monetariamente da data do desembolso e acrescido de jutos da presente data.

Condeno o requerido ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários sucumbenciais, que arbitro em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC. Todavia, tendo em vista ter sido concedido a gratuidade da justiça, a exigibilidade da condenação na sucumbência ficará suspensa, conforme o art. 98, § 3º do CPC.

Publique-se. Intimem-se.

Certificado o trânsito em julgado, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, arquive-se, procedendo-se às baixas e anotações de estilo, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido das partes.

Cumpra-se, expedindo-se o necessário."

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): André Maurício Lopes Prioli

Cod. Proc.: 4694 Nr: 1132-85.1995.811.0002

AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A

PARTE(S) REQUERIDA(S): IDEBERTO MARTINS

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA - OAB:MT 19.081-A, SERVIO TULIO DE BARCELOS - OAB:OAB/MT 14.258-A

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos etc.

Trata-se de ação decorrente de operação realizada por instituição financeira subordinada à fiscalização do Banco Central, cuja competência é da Vara Bancária.

Em sendo assim, DECLINO DA COMPETÊNCIA para processar e julgar o feito, e, por conseguinte, determino sejam os presentes autos encaminhados ao Cartório Distribuidor, para redistribuição à Vara Especializada de Direito Bancário desta Comarca.

Intime-se e cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): André Maurício Lopes Prioli

Cod. Proc.: 405699 Nr: 14369-88.2015.811.0002

AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: SONIR ERTES GONÇALVES, NOEL RODRIGUES GONÇALVES

PARTE(S) REQUERIDA(S): VANDER MARCIO DA SILVA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANA MARIA ROSA TREVISAN - OAB:15426, LIZY EMANOELLE DE AZEVEDO - OAB:15773

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JASSIO APARECIDO MARTINS CARVALHO - OAB:14520

Vistos etc.

Considerando que a sentença foi mantida pelo TJMT, e a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, arquivem-se os autos, com as baixas e anotações de estilo.

Às providências.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): André Maurício Lopes Prioli

Cod. Proc.: 299956 Nr: 20593-47.2012.811.0002

AÇÃO: Ação Civil Pública->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): EMBRATEL TVSAT TELECOMUNICAÇÕES LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: OLZANIR FIGUEIREDO CORRIJO - DEFENSORA PÚBLICA - OAB:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:MT 13.431-B, LUIZ ALBERTO BETTIOL - OAB:6.157/DF

LANÇAMENTO DE SENTENÇA PARA SER EXCLUÍDO DO RELATÓRIO DE META - PROCESSO JULGADO EXTINTO PELO TJVistos etc.

Diante do trânsito em julgado do acórdão dado ao RAI nº 150088/2012, determino o arquivamento dos presentes autos, com as baixas e

anotações de estilo.
Intimem-se

Intimação das Partes
JUIZ(A): André Maurício Lopes Prioli
Cod. Proc.: 420274 Nr: 22120-29.2015.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SUPERMERCADO PAULISTA LTDA.
PARTE(S) REQUERIDA(S): REDE FLEX MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HUDSON ROQUE BOBATO SCHMITT - OAB:MT 14.360
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ARAMIS MELO FRANCO - OAB:7816-B
De outra banda, JULGO PROCEDENTE o pedido reconvencional, para o fim de condenar o autor-reconvindo ao pagamento da quantia de R$2.022,00 (dois mil e vinte e dois reais), com correção monetária pela INPC e juros de mora de 1% ao mês, ambos a contar do vencimento (artigo 397 e 406 do Código Civil c/c o artigo 161, §1º, do CTN), extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC.Em razão da sucumbência, arcará o autor-reconvindo com o pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios ao patrono da ré-reconvinte, que arbitro em R$1.000,00 (mil reais), com fulcro no artigo 85, §8º, do Código de Processo Civil.Certificado o trânsito em julgado, em nada sendo requerido no prazo de 30 (trinta) dias, arquive-se, procedendo-se às baixas e anotações de estilo, sem prejuízo de posterior desarquivamento a pedido das partes.Publique-se. Intimem-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): André Maurício Lopes Prioli
Cod. Proc.: 38162 Nr: 6447-84.2001.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FABIANA GRANCONATO CONCATO MEURER
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALCANCE - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MOHAMAD RAHIM FARHAT - OAB:2.542 - MT, NAJILA PRISCILA FARHAT - OAB:MT 6.770
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:DP DE MT
Defiro o petitório de fls. 133.
Oficie-se ao Cartório do 1° Oficio de Registro de Imóveis, a fim de que se preceda o levantamento da averbação na matrícula do imóvel objeto desses autos.
Com a informação nos autos, proceda-se com o arquivamento.
Cumpra-se, expedindo o necessário.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1019685-26.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE ANTONIO COSTA NERES (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CRISTINA BENEDITA SANTANA COSTA NERES (RÉU)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos n. 1019685-26.2019.8.11.0002 AUTOR(A): JOSE ANTONIO COSTA NERES RÉU: CRISTINA BENEDITA SANTANA COSTA NERES Vistos, etc. I – Cite-se o proprietário do imóvel usucapiendo e todos os confinantes do referido imóvel. II – Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os interessados em lugar incerto e os eventuais interessados (Art. 256, I c/c 257, III, ambos do CPC). III – Por via postal, intime-se para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, encaminhando-se a estes a cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. IV - Oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis para que proceda a averbação da presente ação junto à matrícula do imóvel, objeto destes autos. V – Dê-se vistas ao Ministério Público. VI - Concedo o benefício da JUSTIÇA GRATUITA. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019060-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JURACY PERSIANI OAB - MT24536/O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
MONICKE SANT ANNA PINTO DE ARRUDA OAB - MT23880/O (ADVOGADO(A))
DIEGO MORAES DA SILVA OAB - MT22685-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANO PORTUGUES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos nº. 1019060-89.2019.8.11.0002 Vistos etc. Cite-se a parte executada para, no prazo legal de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do art. 829, caput, do CPC, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do valor do débito atualizado, observando o art. 840, do CPC. Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos seja a parte executada intimada, nos termos do art. 829, §1º do CPC. Não sendo encontrada a parte devedora, o Sr. Oficial de Justiça procederá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, caput, CPC). Poderá a parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias após a juntada do mandado de citação, opor embargos à execução (art. 915, caput, CPC), independentemente de penhora (art. 914, caput, CPC). Nos termos do art. 827 do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, que será reduzido pela metade em caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias. Intimem-se. Cumpra-se. Expeçam-se o necessário. Várzea Grande-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinada digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019154-37.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SENAI - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LENIRA MARIA SILVA DO ESPIRITO SANTO (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos nº. 1019154-37.2019.8.11.0002 Vistos etc. Cite-se a parte executada para, no prazo legal de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do art. 829, caput, do CPC, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do valor do débito atualizado, observando o art. 840, do CPC. Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos seja a parte executada intimada, nos termos do art. 829, §1º do CPC. Não sendo encontrada a parte devedora, o Sr. Oficial de Justiça procederá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, caput, CPC). Poderá a parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias após a juntada do mandado de citação, opor embargos à execução (art. 915, caput, CPC), independentemente de penhora (art. 914, caput, CPC). Nos termos do art. 827 do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, que será reduzido pela metade em caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias. Intimem-se. Cumpra-se. Expeçam-se o necessário. Várzea Grande-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinada digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

Processo Número: 1019158-74.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO S/A (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIELA KONKEL FERREIRA OAB - RJ224048 (ADVOGADO(A))
MARIA APARECIDA KASAKEWITCH CAETANO VIANNA OAB - RJ64585-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos nº. 1019158-74.2019.8.11.0002 Vistos etc. Cite-se a parte executada para, no prazo legal de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do art. 829, caput, do CPC, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do valor do débito atualizado, observando o art. 840, do CPC. Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos seja a parte executada intimada, nos termos do art. 829, §1º do CPC. Não sendo encontrada a parte devedora, o Sr. Oficial de Justiça procederá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, caput, CPC). Poderá a parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias após a juntada do mandado de citação, opor embargos à execução (art. 915, caput, CPC), independentemente de penhora (art. 914, caput, CPC). Nos termos do art. 827 do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, que será reduzido pela metade em caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias. Intimem-se. Cumpra-se. Expeçam-se o necessário. Várzea Grande-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinada digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019205-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICKE SANT ANNA PINTO DE ARRUDA OAB - MT23880/O (ADVOGADO(A))
DIEGO MORAES DA SILVA OAB - MT22685-O (ADVOGADO(A))
JURACY PERSIANI OAB - MT24536/O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDINALDO AVELINO DA SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos nº. 1019205-48.2019.8.11.0002 Vistos etc. Cite-se a parte executada para, no prazo legal de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do art. 829, caput, do CPC, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do valor do débito atualizado, observando o art. 840, do CPC. Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos seja a parte executada intimada, nos termos do art. 829, §1º do CPC. Não sendo encontrada a parte devedora, o Sr. Oficial de Justiça procederá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, caput, CPC). Poderá a parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias após a juntada do mandado de citação, opor embargos à execução (art. 915, caput, CPC), independentemente de penhora (art. 914, caput, CPC). Nos termos do art. 827 do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, que será reduzido pela metade em caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias. Intimem-se. Cumpra-se. Expeçam-se o necessário. Várzea Grande-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinada digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-62 MONITÓRIA
Processo Número: 1019169-06.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SENAI - SERVICO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RONEI DA SILVA MOTA (RÉU)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos n. 1019169-06.2019.8.11.0002 Vistos etc. A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 700, do CPC). Expeça-se mandado, com prazo de 15 dias, para pagamento. Conste, ainda que, nesse prazo, o réu poderá opor embargos nos próprios autos (art. 702 do CPC). Caso não haja cumprimento da obrigação, oferecimento de embargos ou, ainda, rejeitados estes, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial. (art. 702, §8º, CPC). No mais, nos termos do artigo 701, do CPC, fixo os honorários em 5% do valor da causa, anotando-se, no mandado, que caso o réu cumpra com o pagamento integral do débito, ficará isento de custas processuais (art. 701, §1º, do CPC). Intimem-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Várzea Grande-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1019210-70.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SESI - SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JURACY PERSIANI OAB - MT24536/O (ADVOGADO(A))
FERNANDA PAREJA OLIVEIRA OAB - MT9020-O (ADVOGADO(A))
SEBASTIAO AUGUSTO CORREA DE MORAES OAB - MT10416-O (ADVOGADO(A))
MONICKE SANT ANNA PINTO DE ARRUDA OAB - MT23880/O (ADVOGADO(A))
DIEGO MORAES DA SILVA OAB - MT22685-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DAGMAR MARTINHO FERREIRA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos nº. 1019210-70.2019.8.11.0002 Vistos etc. Cite-se a parte executada para, no prazo legal de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, nos termos do art. 829, caput, do CPC, sob pena de penhora de tantos bens quantos bastem à satisfação do valor do débito atualizado, observando o art. 840, do CPC. Não efetuado o pagamento, proceda-se de imediato a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos seja a parte executada intimada, nos termos do art. 829, §1º do CPC. Não sendo encontrada a parte devedora, o Sr. Oficial de Justiça procederá o arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução (art. 830, caput, CPC). Poderá a parte executada, no prazo de 15 (quinze) dias após a juntada do mandado de citação, opor embargos à execução (art. 915, caput, CPC), independentemente de penhora (art. 914, caput, CPC). Nos termos do art. 827 do CPC, fixo os honorários advocatícios em 10% do valor da causa, que será reduzido pela metade em caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias. Intimem-se. Cumpra-se. Expeçam-se o necessário. Várzea Grande-MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinada digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1019646-29.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EVANDEILDES SILVA DOS SANTOS (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IVO PEDRO TESSARO (RÉU)
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE SEGUNDA VARA CÍVEL Autos n. 1019646-29.2019.8.11.0002 AUTOR(A): EVANDEILDES SILVA DOS SANTOS RÉU: IVO PEDRO

TESSARO Vistos, etc. I – Cite-se o proprietário do imóvel usucapiendo e todos os confinantes do referido imóvel. II – Por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, citem-se os interessados em lugar incerto e os eventuais interessados (Art. 256, I c/c 257, III, ambos do CPC). III – Por via postal, intime-se para manifestar interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, do Estado e do Município, encaminhando-se a estes a cópia da inicial e dos documentos que a instruíram. IV - Oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis para que proceda a averbação da presente ação junto à matrícula do imóvel, objeto destes autos. V – Dê-se vistas ao Ministério Público. VI - Concedo o benefício da JUSTIÇA GRATUITA. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. (Assinado digitalmente) André Mauricio Lopes Prioli Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1002177-38.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETE SANDRA NASCIMENTO BATISTA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Odenizio da Silva (RÉU)
EURIDES (RÉU)
EZIDIO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
CARLOS GARCIA DE ALMEIDA OAB - MT2573-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
ANDRE MAURICIO LOPES PRIOLI

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1002177-38.2017.8.11.0002. AUTOR(A): MARGARETE SANDRA NASCIMENTO BATISTA RÉU: EZIDIO, EURIDES, ODENIZIO DA SILVA Vistos etc. 1 - Primeiramente faço a análise do requerimento postulado pelo autor no Id. 18521002, por meio do qual a parte autora requer a desistência da ação com relação aos requeridos Ezidio e Eurides, informando que os mesmos não mais se encontram no imóvel. Pois bem. Tratando-se de litisconsórcio passivo facultativo, pode o autor desistir da ação em relação a um dos réus independentemente da concordância do réu remanescente. Demais disso, por conta do princípio da autonomia dos co-litigantes, os litisconsortes serão considerados, em suas relações com a parte adversa, como litigantes distintos, exceto no litisconsórcio unitário; caso em que os atos e as omissões de um não prejudicarão os outros, mas os poderão beneficiar, consoante preconiza o art. 117 do CPC. A propósito, os seguintes precedentes: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE HOMOLOGAÇÃO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO REFERENTE A UM DOS RÉUS. INDEFERIMENTO. RECURSO DO RÉU ALEGANDO QUE NÃO SE TRATA LITISCONSÓRCIO PASSIVO. PROVIMENTO. A ação de origem trata de relação de consumo, tendo a ré, ora agravante, e outras duas empresas sido acionadas solidariamente. Entretanto, a solidariedade obrigacional não importa em exigibilidade da obrigação em litisconsórcio necessário (art. 47 do CPC), nem se aplica a regra do art. 485, § 4º, do CPC [oferecida a contestação, o autor não poderá, sem o consentimento do réu, desistir da ação], uma vez que tal regra foi direcionada apenas ao réu em favor do qual foi protocolado o pedido de desistência. Assim, o consentimento do réu para a homologação do pedido de desistência do feito formulado pelo autor não se aplica aos demais réus, mas tão somente àquele que o autor pretende ver extinto o feito. Reforma da decisão agravada. Homologação do pedido de desistência da ação, com declaração de extinção do processo sem resolução de mérito em relação ao réu CIFRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Prosseguimento do feito quanto aos demais réus. PROVIMENTO DO RECURSO. (TJ-RJ - AI: 00127913520198190000, Relator: Des(a). JUAREZ FERNANDES FOLHES, Data de Julgamento: 05/06/2019, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL) AGRAVO DE INSTRUMENTO. BEM MÓVEL. NEGÓCIO JURÍDICO. COMPRA E VENDA E CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE AUTOMÓVEL. RESCISÃO DA COMPRA E VENDA. AÇÃO AJUIZADA EM FACE DE TRÊS EMPRESAS. CONSUMIDOR QUE, DEPOIS DA CITAÇÃO DAS RÉS, DESISTE DA AÇÃO EM FACE DE APENAS UMA. INSURGÊNCIA DA RÉ REMANESCENTE. IMPOSSIBILIDADE. CONSUMIDOR QUE TEM A FACULDADE DE ESCOLHER CONTRA QUEM PRETENDE LITIGAR. RECURSO IMPROVIDO. Na ação proposta, o litisconsórcio passivo é facultativo, pois, tratando-se de relação de consumo, ao consumidor é facultado ajuizar a demanda contra qualquer um dos integrantes da cadeia de consumo e responsáveis pela ofensa ou dano, nos termos do art. 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), dada a solidariedade legal. Desnecessária a anuência dos outros réus para que a desistência opere seus efeitos. Compete apenas aquele que será excluído da lide não se opor à desistência. (TJ-SP 20049136420188260000 SP 2004913-64.2018.8.26.0000, Relator: Adilson de Araujo, Data de Julgamento: 05/03/2018, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 05/03/2018) Assim, nos termos do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, homologo a desistência manifestada, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, via de consequência julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, com relação aos requeridos EZIDIO e EURIDES. O feito terá sua tramitação normal com relação ao requerido Odenizio da Silva. Com o trânsito em julgado, procedam as baixas e anotações de estilo, com relação aos requeridos EZIDIO e EURIDES. 2 – Considerando que o Oficial de Justiça não cumpriu o mandado de reintegração de posse (certidão do Id. 26763526), ao argumento de que o imóvel encontra-se com cadeado e que o réu poderá ser encontrado somente no período noturno, defiro o requerimento do autor (Id. 27260146) e AUTORIZO O ARROMBAMENTO do imóvel. Consigno que o reforço policial já está deferido nos autos, e que a Polícia Militar já tem conhecimento da ordem. Expeça-se novo mandado de reintegração de posse, com reforço policial e ordem de arrombamento. 3 – Por fim, nada obstante constar na decisão do Id. 16927800 de que o requerido compareceu na audiência desacompanhado de advogado, este estava assistido pela Defensoria Pública (termo – Id. 18755797), pelo que, após cumprido os itens acima, deverá abrir vista à Defensoria Pública para apresentação de contestação. 4 – Cumpra-se, com as providências necessárias. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. (assinado digitalmente) ANDRÉ MAURICIO LOPES PRIOLI Juiz de Direito

3ª Vara Cível

Intimação

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1015852-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EXECUTIVO MOTEL LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JORDAN NAVES COSTA OAB - MT22545/O (ADVOGADO(A))
MARIA DIVINA DA SILVA SANTANA OAB - MG170976 (ADVOGADO(A))
HELIA MARIA PEREIRA AZEVEDO OAB - MG31761 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1015852-97.2019.8.11.0002. REQUERENTE: EXECUTIVO MOTEL LTDA - ME REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, Trata-se de ação anulatória de débito c/c tutela antecipada movida por Executivo Motel Ltda. ME em face de Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A, tendo sido deferida liminar na decisão de id. 25694915 para o fim de impedir a requerida de promover a cobrança das faturas nos valores de R$ 18.556,42 e R$ 6.098,40 (id. 25399871) e de incluir o nome da autora nos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. No id. 27382934 informa a parte autora que a requerida interrompeu o fornecimento de energia no seu estabelecimento comercial, requerendo, assim, o restabelecimento do fornecimento de energia e a majoração da multa-diária para no mínimo R$ 10.000,00. Pois bem. Embora a liminar não conste determinação expressa impeditiva a requerida de suspender o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da autora, não se olvida que a interrupção deste serviço constitui meio direto de cobrança das faturas questionadas, por induzir o consumir ao pagamento das faturas visando o restabelecimento do serviço de energia. Assim, considerando que a liminar impediu à requerida de promover a cobrança das faturas nos valores de R$ 18.556,42 e R$ 6.098,40 e que a suspensão do serviço de energia constitui um meio de cobrança, tem-se que entre as obrigações da requerida, implicitamente de acordo com a liminar, está a de não suspender o fornecimento de energia na unidade consumidora da parte

autora. Observo, no entanto, que existem dúvidas acerca da devida intimação da requerida sobre o teor da liminar deferida nos autos, uma vez que a carta de citação foi expedida apenas no dia 03.12.2019 e não há notícias do retorno do aviso de recebimento. Nesse quadrante, e uma vez satisfeitos os requisitos ensejadores da tutela de urgência, consoante já explanado nos autos, determino, expressamente, que a requerida restabeleça o fornecimento de energia elétrica na unidade consumidora da parte autora se a suspensão for decorrente dos débitos em discussão, devendo a requerida, à vista da urgência da medida, ser intimada via mandado e pelo Oficial de Justiça Plantonista. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019714-76.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CETAP DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO VICTOR DE OLIVEIRA RODRIGUES OAB - SP390919-O (ADVOGADO(A))
LUIS FILIPE DE OLIVEIRA GOMES OAB - MT21433/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DOMINGOS COSTA INDUSTRIAS ALIMENTICIAS SA (RÉU)
Magistrado(s):
LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1019714-76.2019.8.11.0002. AUTOR(A): CETAP DISTRIBUICAO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS EIRELI RÉU: DOMINGOS COSTA INDUSTRIAS ALIMENTICIAS SA Vistos. Venha a parte autora, em 30 (trinta) dias, proceder ao recolhimento das custas e despesas processuais, ou demonstrar documentalmente a incapacidade de fazê-lo, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 456, §1º, da CNGC/MT. Cumpra-se. Intime-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019822-08.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VERA REGINA DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Magistrado(s):
LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1019822-08.2019.8.11.0002. AUTOR(A): VERA REGINA DA SILVA RÉU: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta por Vera Regina da Silva em face de Energisa Mato Grosso, aduzindo, em suma, que encontra-se inadimplente quanto ao pagamento das faturas de energia vencidas entre fevereiro/2018 e agosto/2019, bem como que está sendo-lhe cobrada uma fatura no valor de R$ 1.633,52 a título de recuperação de consumo, cujo procedimento de apuração entende irregular. Assim, requer o restabelecimento da energia de sua unidade consumidora, por entender que dívida pretérita não pode ensejar a suspensão do fornecimento de energia. Contudo, descurou a parte autora de carrear aos autos cópia da fatura com vencimento em 30.11.2019, no valor de R$ 1.633,52 para fins de averiguar se realmente decorrente de recuperação de consumo. Deste modo, determino venha a parte autora, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial a fim de carrear aos autos cópia da fatura no valor de R$ 1.633,52, sob pena de indeferimento da inicial. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 7388 Nr: 1043-23.1999.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ASSOCIAÇÂO VARZEAGRANDENSE DE ENSINO E CULTURA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MARINA CICILIA BRANQUINHO GARCIA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: GERALDO CARLOS DE OLIVEIRA - OAB:4.032/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CARLOS GARCIA DE ALMEIDA - OAB:2.573/MT
Certifico, com a finalidade de INTIMAR a PARTE REQUERIDA para tomar conhecimento de que foi deferido o parcelamento das custas processuais cujas parcelas estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça: www.tjmt.jus.br > emissão de guias online > consultar > consulta de parcelamento, com vencimento da primeira parcela para o dia 17/12/2019.
Deozita Benedita de Souza Campos
Gestora Administrativa

Citação

Citação Classe: CNJ-68 USUCAPIÃO
Processo Número: 1015477-96.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ERCI MARQUES DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA HELENA GIRALDELLI OAB - MT0009141A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SAAD UNTAR (RÉU)
IUNES UNTAR (RÉU)
JAFAR UNTAR (RÉU)
JOANA UNTAR (RÉU)
ABDALA UNTAR (RÉU)
ALE UNTAR (RÉU)
NASSER UNTAR PEREIRA PINTO (RÉU)
ZARIFE UNTAR (RÉU)
ZAINE UNTAR ZARDETTE (RÉU)
MUSSE UNTAR (RÉU)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES PROCESSO n. 1015477-96.2019.8.11.0002 Valor da causa: R$ 25.000,00 ESPÉCIE: [USUCAPIÃO EXTRAORDINÁRIA]->USUCAPIÃO (49) POLO ATIVO: Nome: ERCI MARQUES DE OLIVEIRA Endereço: RUA SERGIPE, 100, (LOT PRQ TREMENDÃO), 23 DE SETEMBRO, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-802 POLO PASSIVO: Nome: NASSER UNTAR PEREIRA PINTO Endereço: RUA BRASÍLIA, 817, (LOT 23 DE SETEMBRO), 23 DE SETEMBRO, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-731 Nome: SAAD UNTAR Endereço: RUA CAPITÃO COSTA, 217, (LOT C SUL), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-035 Nome: MUSSE UNTAR Endereço: RUA ITAIPU, 38, VILA ALBA, CAMPO GRANDE - MS - CEP: 79100-050 Nome: JOANA UNTAR Endereço: AVENIDA COUTO MAGALHÃES, 1151, (LOT CENTRO), CENTRO-NORTE, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-400 Nome: IUNES UNTAR Endereço: RUA DIONÍSIA DE MIRANDA, 39, (LOT C SUL), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-123 Nome: ZAINE UNTAR ZARDETTE Endereço: RUA DIONÍSIA DE MIRANDA, 45, (LOT C SUL), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-123 Nome: ABDALA UNTAR Endereço: Rua Holanda, quadra 64, 04, Vila Real, CÁCERES - MT - CEP: 78200-000 Nome: ZARIFE UNTAR Endereço: RUA MAMED UNTAH, 104, (LOT CENTRO), CENTRO-NORTE, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-315 Nome: ALE UNTAR Endereço: RUA SALIM NADAF, 643, (LOT CENTRO), CENTRO-NORTE, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-430 Nome: JAFAR UNTAR Endereço: Avenida Professor Alberto Álvaro Pacheco, 216, Ramos, VIÇOSA - MG - CEP: 36570-236 CITANDO (A, S): eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos. FINALIDADE: CITAÇÃO dos eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, dos termos da presente ação que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, nos prazo de 15 (quinze) dias, contados da expiração do prazo deste edital, apresentar resposta, querendo, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na peça vestibular. RESUMO DA INICIAL: Trata-se de AÇÃO DE USUCAPIÃO

EXTRAORDINÁRIA proposta por ERCI MARQUES DE OLIVEIRA, brasileiro, viúvo, portador de cédula de identidade RG sob nº. 08147 MTE MT, inscrito no CPF/MF sob nº. 137.891.711-15, residente e domiciliado na Rua Sergipe, 100, Tremendão, Várzea Grande-MT, CEP: 78.110-802, em face de ESPÓLIO DE MAMEDE UNTAR, representado por seus herdeiros NASSER UNTAR PEREIRA PINTO, brasileiro, solteiro, portador de cédula de identidade RG sob nº. 106218-2 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº. 411.344.431-53, residente e domiciliado na Rua Brasília, 817, Bairro 23 de setembro, Várzea GrandeMT, CEP: 78.110-731, SAAD UNTAR, brasileira, divorciada, professora, portadora de cédula de identidade RG sob nº. 0202256-4 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº. 520.951.266-53, residente e domiciliada na Rua Capitão Costa, nº. 217, Bairro Centro Sul, Várzea Grande-MT, CEP: 78.110-035, MUSSE UNTAR, brasileiro, casado, portador de cédula de identidade RG sob nº. 09107215-5 – MEX, inscrito no CPF/MF sob nº. 007.343.571-68, residente e domiciliado na Rua Itaipu, nº. 38, Bairro Vila Alba, Campo Grande-MS, CEP: 79.100-050, JOANA UNTAR, brasileira, solteira, aposentada, portadora de cedula de identidade RG sob nº. 282.553, SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº. 079.296.761-53, residente e domiciliada na Avenida Couto Magalhães, 1.151, Centro, CEP: 78.110-400, Várzea Grande-MT, IUNES UNTAR, brasileiro, casado, aposentado, portador de cédula de identidade RG sob nº. 237.821 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº. 006.919.171-91, residente e domiciliado na Rua Dionísia Maria de Miranda, 39, Centro, Várzea Grande-MT, CEP: 78.110-123, ZAINE UNTAR ZARDETTI, brasileira, casada, portadora de cédula de identidade RG sob nº. 247.791, SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº. 048.793.411-34, residente e domiciliada na Rua Dionísia Maria de Miranda, 45, Centro, Várzea Grande-MT, CEP: 78.110-123, ABDALA UNTAR, brasileiro, divorciado, engenheiro agrônomo, portador de cédula de identidade RG sob nº. 063.232 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº. 117.301.106-49, residente e domiciliado na Rua Holanda, 04, quadra, 64, Vila Real, Cáceres-MT, CEP: 78.200-000, ZARIFE UNTAR, brasileira, divorciada, funcionária pública, portadora de cédula de identidade RG sob nº. 0274129-6, inscrita no CPF/MF sob nº. 063.767.111-20, residente e domiciliada na Rua Mamed Untar, 104, Centro, Várzea Grande-MT, CEP: 78.110-315, JAIR LUIZA DE CAMPOS UNTAR, brasileira, viúva, aposentada, portadora de cédula de identidade RG sob nº. 826.651 SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob nº. 006.693.771-04, residente e domiciliada na Rua Salin Nadaf, 643, Centro, Várzea Grande-MT, CEP: 78.110-430 e JAFAR UNTAR, brasileiro, viúvo, aposentado, portador de cédula de identidade RG sob nº. 198.768, SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob nº. 009.197.996-04, residente e domiciliado na Rua Alberto Pacheco, 216, Bairro Ramos, Viçosa-MG, CEP: 36.570-236, vez que na data de 16/04/2003, o Autor adquiriu dos herdeiros de MAMEDE UNTAR, um lote de terreno urbano, medindo 24 (vinte e quatro) metros de frente à Rua Livramento e, 30,00 (trinta) metros de fundo, totalizando uma área de 720 metros quadrados, localizada no Bairro Centro, neste Município de Várzea Grande, sendo estabelecido no contrato de compra e venda que a herdeira Joana Untar, representaria todos os demais herdeiros, tanto para realizar a compra e venda, quanto para assinar os recibos pelo pagamento da avença. os Requeridos jamais providenciaram a abertura do processo de arrolamento/inventário, impossibilitando o Autor de realizar a transferência do imóvel para seu nome e garantir-lhe a concretização do direito definitivo de propriedade que já exerce há mais de 16 (dezesseis) anos. O requerente exerce a posse do imóvel há mais de 16 anos, conforme vasta documentação comprobatória juntada aos autos, portanto, considerando que a exerce de forma mansa e pacífica, sem oposição e com "animus domini", de acordo com certidão negativa de ingresso de ações possessórias em desfavor do Autor, emitida pelo Tribunal de Justiça de Mato Grosso, que segue em anexo, não há qualquer impedimento cabível que posso ser trazido aos autos para embasar a não declaração da prescrição aquisitiva pela usucapião extraordinária. Atribui-se à causa o valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais). DECISÃO: Vistos. Acolho a emenda da inicial, a fim de que surtam seus legais e jurídicos efeitos. Deixo de designar audiência de conciliação nos autos (art. 334, CPC), haja vista que em se tratando de ação que possui litisconsórcio passivo, considerando que deverão ser citados os confinantes (art. 246, § 3º, CPC), bem como serão intimados a União, o Estado e o Município (art. 1.071, CPC), a realização da audiência de conciliação restará prejudicada à vista da impossibilidade de autocomposição pelos entes públicos, aliada à existência de citação ficta. Citem-se a parte requerida e os confinantes (Id. 25247618), bem como citem-se, por edital, eventuais interessados ausentes, incertos e desconhecidos, para que também apresentem defesa no prazo de 15 (quinze) dias. Oficiem-se à União, ao Estado e ao Município para que manifestem nos autos eventual interesse no imóvel, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presunção de desinteresse. Instruam-se os ofícios com cópias da petição inicial (Id. 25247618), bem como com cópia da matrícula do imóvel (Id. 25247978) e da planta e memorial descritivo do bem (Id. 25955419, 25955422). Oficie-se, ainda, ao Segundo Serviço Notarial e Registral da 1ª Circunscrição Imobiliária da Comarca de Cuiabá/MT com cópia da matrícula do imóvel (Id. 25247978), determinando as anotações devidas quanto à ação de usucapião proposta. Expeça-se e publique-se edital para conhecimento de eventuais interessados, como previsto no artigo 259, I, do CPC, observando o prazo de 30 (trinta) dias. Por oportuno, à vista de que, pelo momento, não existem os sítios eletrônicos mencionados no art. 257, II, do CPC/2015, bem assim considerando que o processo não pode ficar paralisado aguardando os tribunais se adequarem ao novo sistema processual, autorizo a publicação do edital de citação no DJE. Cumpra-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito ADVERTÊNCIAS À PARTE: 1. O prazo para contestação é contado do término do prazo deste edital. 2. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel e presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos alegados pela parte autora (art. 344, do CPC). Os prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos contarão da data da publicação do ato no Diário de Justiça Eletrônico - DJe (art. 346, do CPC). 3. A contestação deverá ser assinada por advogado ou por defensor público. 4. O prazo será contado em dobro em caso de réu (s) patrocinado pela Defensoria Pública (art. 186 do CPC) ou Escritórios de Prática Jurídica das Faculdades de Direito (§3º do art. 186 CPC) e caso o requerido seja a Fazenda Pública (art. 183 do CPC) ou o Ministério Público (art. 186 do CPC). E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Brandy Fujii Cavalcante, digitei. VÁRZEA GRANDE, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) JULIO ALFREDO PREDIGER Gestor Judiciário Aut. Art. 1205 da CNGC OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-43 OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS
Processo Número: 1019744-14.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIA DE OLIVEIRA CARNEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA JOSE LOPES DA SILVA BRITO OAB - MT11915-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIA DE CAMPOS MACIEL (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1019744-14.2019.8.11.0002. REQUERENTE: MARCIA DE OLIVEIRA CARNEIRO DA SILVA REQUERIDO: ANTONIA DE CAMPOS MACIEL Vistos. Trata-se de ação de retificação de registro imobiliário proposta por Marcia De Oliveira Carneiro da Silva, visando à retificação do registro descrito na inicial. A demanda é de competência de uma das Varas Especializadas de Família e Sucessões, todavia, os autos foram indevidamente distribuídos para esta Vara Cível. Isso porque, dispõe a Resolução n°. 11/2017/TP que compete à 1ª, 2ª e 3ª Vara Especializada de Família e Sucessões desta comarca "processar e julgar os feitos referentes à família e sucessões e os procedimentos de jurisdição voluntária". Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça deste Estado: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL – PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA – RESOLUÇÃO 11/2017-TP – COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE - CONFLITO IMPROCEDENTE. Visando primar pelo princípio da celeridade processual consagrado no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal; a Resolução n. 11/2017-TP, redefiniu a COMPETÊNCIA das Varas Cíveis e Criminais das Comarcas de Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande, assim dispondo:"2.ª Vara Esp. Família e Sucessões - Processar e julgar os feitos referentes à família e sucessões e os procedimentos de JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA, bem como as cartas precatórias cíveis de sua COMPETÊNCIA, mediante distribuição alternada e equitativa com as 1ª e 3ª Varas de Família e Sucessões". Desse modo, não há dúvidas de que a COMPETÊNCIA para processar e julgar os procedimentos de JURISDIÇÃO VOLUNTARIA é da Vara Especializada de Família e Sucessões, posto que está claramente fixada." (N.U 1006756-64.2019.8.11.0000, CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado, Julgado em 04/07/2019, Publicado no DJE 11/07/2019) Assim, considerando que a retificação de registro é procedimento de jurisdição voluntária, deve a presente ser encaminhada a uma das Varas competentes para processar a matéria sub judice. Posto isso, declino de minha competência para processar e julgar a presente e determino a distribuição dos autos a uma das Varas Especializadas de Família e Sucessões, desta Comarca, nos termos da fundamentação supra. Consigne-se, como sempre, meus melhores cumprimentos. Intimem-se. Cumpra-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-14 CARTA PRECATÓRIA CÍVEL
Processo Número: 1019676-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
Banco Safra S-A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MICHEL DE ASSIS MAGALHAES OAB - MG91045-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JACI PINHEIRO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1019676-64.2019.8.11.0002. REQUERENTE: BANCO SAFRA S-A REQUERIDO: JACI PINHEIRO DOS SANTOS Vistos. Trata-se de carta precatória relativa à ação de reintegração de posse fundada em contrato de arrendamento mercantil, a qual é de competência da Vara Especializada em Direito Bancário, uma vez que o objeto da lide decorre de operações realizadas por instituição financeira subordinada à fiscalização do Banco Central, conforme §1º, do art. 3º, da Ordem de Serviço n°. 01/2015/DF, in verbis: "§1º. Deverão tramitar por essa vara especializada, por exemplo, as ações oriundas de abertura de crédito em conta corrente; alienação fiduciária; arrendamento mercantil; cartões de crédito; cédulas de crédito; consórcios; descontos de duplicata; financiamento, inclusive de casa própria; mútuo; seguro; títulos vinculados a contratos e demais operações bancárias como as notas promissórias e as confissões de dívidas". Posto isso, declino de minha competência para processar a presente e determino a redistribuição dos autos a Vara Especializada em Direito Bancário, desta Comarca, nos termos da fundamentação supra. Informe o juízo deprecante. Cumpra-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito

Decisão Classe: CNJ-279 ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80
Processo Número: 1019805-69.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLEONICE MARIA RODRIGUES DE AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROMILSON ALEXANDRE DA SILVA OAB - MT22661-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEONIR MENDES BOA MORTE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
LUIS OTAVIO PEREIRA MARQUES

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 3ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1019805-69.2019.8.11.0002. REQUERENTE: CLEONICE MARIA RODRIGUES DE AMORIM REQUERIDO: LEONIR MENDES BOA MORTE Vistos, Trata-se de pedido de alvará judicial proposta por Cleonice Maria Rodrigues de Amorim visando à expedição de alvará judicial relativo a valores vinculados ao PIS/PASEP e FGTS aos herdeiros do falecido Leonir Mendes de Boa Morte. Pois bem. A demanda é de competência de uma das Varas Especializadas de Família e Sucessões, todavia, os autos foram indevidamente distribuídos para esta Vara Cível. Isso porque, dispõe a Resolução n°. 11/2017/TP que compete à 1ª, 2ª e 3ª Vara Especializada de Família e Sucessões desta comarca "processar e julgar os feitos referentes à família e sucessões e os procedimentos de jurisdição voluntária". Nesse sentido, já decidiu o E. Tribunal de Justiça deste Estado: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA – AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO JUDICIAL – PROCEDIMENTO DE JURISDIÇÃOVOLUNTÁRIA – RESOLUÇÃO 11/2017-TP – COMPETÊNCIA DA VARA ESPECIALIZADA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DE VÁRZEA GRANDE - CONFLITO IMPROCEDENTE. Visando primar pelo princípio da celeridade processual consagrado no inciso LXXVIII do artigo 5º da Constituição Federal; a Resolução n. 11/2017-TP, redefiniu a COMPETÊNCIA das Varas Cíveis e Criminais das Comarcas de Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande, assim dispondo:"2.ª Vara Esp. Família e Sucessões - Processar e julgar os feitos referentes à família e sucessões e os procedimentos de JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA, bem como as cartas precatórias cíveis de sua COMPETÊNCIA, mediante distribuição alternada e equitativa com as 1ª e 3ª Varas de Família e Sucessões". Desse modo, não há dúvidas de que a COMPETÊNCIA para processar e julgar os procedimentos de JURISDIÇÃO VOLUNTARIA é da Vara Especializada de Família e Sucessões, posto que está claramente fixada." (N.U 1006756-64.2019.8.11.0000, CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PRIVADO, CLARICE CLAUDINO DA SILVA, Primeira Turma de Câmaras Cíveis Reunidas de Direito Privado, Julgado em 04/07/2019, Publicado no DJE 11/07/2019) Assim, considerando que o alvará judicial é um procedimento de jurisdição voluntária, a rigor do que prevê o art. 725, VII do CPC, deve a presente ser encaminhada a uma das Varas competentes para processar a matéria sub judice. Posto isso, declino de minha competência para processar e julgar a presente e determino a distribuição dos autos a uma das Varas Especializadas de Família e Sucessões, desta Comarca, nos termos da fundamentação supra. Cumpra-se. Às providências necessárias. LUIS OTÁVIO PEREIRA MARQUES Juiz de Direito

4ª Vara Cível

Intimação

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010067-91.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CREUDINEIA ALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLANGE APARECIDA GONCALVES OAB - MT4533-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE QUARTA VARA CÍVEL Vistos. Trata-se de ação de rescisão contratual c/c danos morais e materiais c/c pedido de tutela provisória proposta por Creudineia Alves dos Santos, em face de Lumen S/A Construtora e Incorporadora alegando em síntese, que firmou contrato de compra e venda de imóvel com a requerida, localizado na Rua J, quadra 07, lote 15, residencial altos dos imigrantes, nesta Comarca, pelo valor de R$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais). Contudo, sustenta que o prazo

para entrega do imóvel findou-se em novembro/2017, bem com o prazo da cláusula de tolerância de 180 dias, havendo assim o descumprimento contratual pela requerida, razão pela qual requer a concessão de tutela de urgência a fim de que seja declarada a cessação da exigibilidade contratual e determinar que a requerida suspensa a cobrança de qualquer valor referente ao contrato, bem como se abstenha de incluir o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito, bem como se abstenha de propor ações de execução em seu desfavor, sob pena de multa diária. É a síntese do necessário. DECIDO. Presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, fundamentado no que dispõe o § 2º do artigo 99 do CPC, DEFIRO ao requerente os benefícios da gratuidade da justiça, até que se prove o contrário das afirmações consignadas. Anote-se. Da Inversão do Ônus da Prova Observo que a relação de direito material judicializada está sujeita à legislação protetiva do consumidor, uma vez que o serviço prestado pela requerida ao autor representa relação de consumo, conforme elucidam os artigos 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. A propósito, colaciono o seguinte aresto: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA. IMÓVEL NA PLANTA. REVISÃO CONTRATUAL. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. POSSIBILIDADE. ATRASO NA ENTREGA DA OBRA. EXCLUDENTE DE RESPONSABILIDADE. CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR. NÃO VERIFICADO. LUCROS CESSANTES. CABIMENTO. 1. A relação jurídica havida entre as partes encontra-se submetida aos ditames do Código de Defesa do Consumidor, pois há a figura do consumidor, destinatário final econômico e fático do produto (unidade imobiliária) construído, incorporado e comercializado pelas requeridas fornecedoras de modo habitual e profissional (artigos 2º e 3º do CDC). 2. Cabível a inversão do ônus da prova, em favor do consumidor, quando demonstrada a verossimilhança das suas alegações, ou quando provada sua condição de hipossuficiente (art. 6º, VIII, CDC). (...) (TJ-DF - APC: 20130210011864, Relator: ANA CANTARINO, Data de Julgamento: 09/12/2015, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 17/12/2015 . Pág.: 187) No presente caso, a requerida reúne melhores condições de comprovar tais causas, em detrimento da hipossuficiência do autor, considerando ainda que além da verossimilhança das alegações trazidas pelo autor, tal inversão é indispensável, eis que, por tratar-se de prova negativa, não há como o autor comprovar os fatos alegados na inicial, razão pela qual determino a inversão do ônus da prova, conforme postulado. Da liminar Trata-se de tutela de urgência antecipada, com fundamento no art. 300 do CPC, a qual depende da coexistência dos seguintes requisitos: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Outrossim, o art. 300, §3º, do CPC, prevê que a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Dessa sorte, cabe enfrentar o primeiro requisito da liminar, qual seja, a probabilidade do direito alegado, este que envolve dose significativa de subjetividade, posto que guiado por um juízo de cognição sumária. Efetivamente, a probabilidade do direito vem assentada nos autos, pelos documentos pessoais da parte autora (Id. 16456600), especialmente pelo instrumento particular de promessa de compra e venda e unidade autônoma, firmado entre as partes, de imóvel situado nesta comarca (Ids. 16456602, 16456603 e 16456604). Tampouco há que se por em dúvida a presença do “perigo de dano”, ante aos nefastos prejuízos que podem advir à parte autora em razão da prosseguir no pagamento das parcelas referentes ao contrato, tendo em vista a sua pretensão em rescindir o mesmo. Ressalto que é certo que a rescisão de contrato é afeta à própria matéria de fundo da ação, demandando, por isso mesmo, a formação do contraditório e devida dilação probatória, mormente quando tem por fundamento suposto inadimplemento contratual da requerida, qual seja o atraso na entrega do imóvel. Entretanto, não vejo óbice à concessão da medida antecipatória que, nada mais, objetiva a suspensão das obrigações contratuais por não subsistir interesse da parte autora na manutenção do pacto na forma realizada. O que, frise-se, não implica no reconhecimento de culpa da parte adversa e nem exime o requerente do pagamento de encargos decorrentes da rescisão, tudo quanto se apurará no deslinde da causa. Impende ressaltar que inexiste, neste momento, qualquer prejuízo que possa agravar o estado da ré, pois se os pedidos forem julgados improcedentes, poderá se utilizar dos meios legais a fim de cobrar eventuais valores em aberto e acréscimos, se existentes. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA. RESCISÃO DE CONTRATO. LIMINAR. COBRANÇA. A suspensão de atos de cobrança extrajudicial ou de registros negativos quando pende ação de rescisão do contrato é medida que se justifica ante a verossimilhança do inadimplemento. - Circunstância dos autos em que se impõe manter liminar para obstar atos de cobrança enquanto tramita a ação. RECURSO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70067073007, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Moreno Pomar, Julgado em 16/12/2015). Na mesma toada, tenho pelo deferimento do pedido visando que a parte requerida se abstenha de levar o nome do autor aos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, considerando a tese acima consignada. Contudo por outro lado, vislumbro que a antecipação de tutela no que tange ao pedido de que seja declarada a cessação da exigibilidade contratual, bem como que a requerida se abstenha de propor ações de execuções em seu desfavor, corresponde ao próprio mérito da pretensão deduzida, ferindo o princípio do devido processo legal, além de decorrer em consequências fáticas irreversíveis. Sendo assim, tenho que o acatamento da pretensão da parte autora, neste momento de cognição sumária, implicaria em reconhecer de forma sumária a responsabilidade da requerida, sem a observância do contraditório, o que importaria em precipitação temerária, precisando, portanto avançar em termos procedimentais para que se tenha a necessária segurança no exame da pretensão apresentada na inicial. Posto isso, defiro parcialmente os pedidos de tutela de urgência, devendo a parte requerida ser intimada para que suspenda provisoriamente as cobranças relativas ao contrato de promessa de compra e venda objeto da presente demanda, e, ainda, se abstenha de encaminhar o nome da parte autora ao cadastro dos órgãos de proteção ao crédito, consoante requerido na inicial, sob pena de multa-diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 20 (vinte) dias-multa, fixada com fulcro no artigo 537, do Código de Processo Civil. Nos termos do artigo 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 12 de agosto de 2019 às 10h00min, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, nos termos do art. 334, caput, do CPC, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos temos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, ficando desde já a parte autora intimada da respectiva solenidade por meio da presente, à luz do disposto no § 3º do art. 334, do CPC. Cite-se a parte requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a respectiva audiência de conciliação, facultando-lhe a prerrogativa de manifestar seu desinteresse na auto composição, dentro do prazo de 10 (dez) dias antecedentes à data da audiência designada, hipótese em que a audiência será cancelada e o prazo para contestar, contar-se-á a partir do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, (§5º c/c artigo 335, inciso II, ambos do CPC). As partes deverão comparecer à audiência pessoalmente ou através de preposto com poderes para negociar e transigir, bem assim acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9ª e § 10, do CPC). Registro que o não comparecimento injustificado de qualquer uma das partes à audiência constituir-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa, na forma do artigo 334, §8º, do CPC. Não havendo o comparecimento de qualquer das partes ou, comparecendo, não houver auto composição, poderá a parte requerida oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias a iniciar da data da audiência de conciliação supra ou da última sessão de conciliação, caso houver (inciso I, art. 335, CPC/2015), sob pena de aplicação da confissão e da revelia, no que for cabível (art. 344, CPC/2015). Na hipótese de ser apresentada contestação que traga preliminar e/ou documentos, à parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias a teor do art. 350 do CPC, oferecer impugnação. Encerrada a fase postulatória, sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, venham às partes, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir, sob pena de preclusão. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Expediente

Edital de Intimacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 345302 Nr: 12122-71.2014.811.0002

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JULIO IGLESIAS DE MORAIS

PARTE(S) REQUERIDA(S): GARTHEN INDUSTRIA E COMERCIO DE

MAQUINAS LTDA, 007 ASSISTENCIA TECNICA ESPECIALIZADA (E. C. ANDRADE GOMES SERVIÇOS -ME)

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ AUGUSTO ARRUDA CUSTODIO - OAB:MT 11.997

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARIA IOLY VIDAL - OAB:28327

EDITAL DE INTIMAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): 007 ASSISTENCIA TECNICA ESPECIALIZADA (E. C. ANDRADE GOMES SERVIÇOS -ME), CNPJ: 12013792000118. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .

Sentença: Ante o exposto, ACOLHO em parte a pretensão deduzida na inicial, para JULGAR PROCEDENTE o pedido da parte reclamante, razão por que CONDENO a parte reclamada Garthen Indústria E Comercio De Maquinas Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a título de indenização por danos morais, fixando, desde já, juros de mora legais em 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. art. 406 do CC/2002,cuja incidência deverá ser feita a partir do evento danoso, bem como a correção monetária a partir da prolação da sentença. Também CONDENO a parte reclamada Garthen Indústria E Comercio De Maquinas Ltda. ao pagamento da quantia de R$ 336,13 (trezentos e trinta e seis reais e treze centavos), a título de indenização por danos materiais, fixando, desde já, juros de mora legais em 1% (um por cento) ao mês, nos termos do art. art. 406 do CC/2002, bem como a correção monetária, ambos incidindo a partir do respectivo desembolso (27.03.2012). Por fim, eximo de responsabilidade em reparar os danos causados a 2ª reclamada 007 – Assistência Técnica Especializada (E. C. Andrade Gomes Serviços-ME), motivo porque DECLARO EXTINTO o feito e resolvo o mérito nos termos do inciso I, art. 487, do Código de Processo Civil, em face da primeira ré.De conseguinte, CONDENO o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, ante a natureza da causa, que não exigiu dilação probatória, do grau do zelo dos trabalhos profissionais, do local da prestação dos serviços e do tempo despendido (CPC - §2º, art. 85).Após, decorrido o prazo recursal, transitado em julgado, prossiga-se o feito na forma prevista no Título II do Livro I da parte especial do CPC (cumprimento de sentença).Vale ressaltar que a 2ª reclamada deverá ser INTIMADApor EDITAL, este com prazo de 20 (vinte) dias, nos termos dos artigos 269 e 272, do Código de Processo Civil/2015.Sem prejuízo do acima DETERMINO, PUBLIQUE-SE o edital também no DJE.INTIMEM-SE. CUMPRA-SE, expedindo-se o necessário.

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Edileuse da Silva Porto, digitei.

Várzea Grande, 21 de novembro de 2019

Roseli Aparecida Cáceres Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.205/CNGC

Intimação das Partes

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 225173 Nr: 5336-84.2009.811.0002

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: WATT - DISTRIBUIDORA BRASILEIRA DE COMBUSTÍVEIS E DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA, ARAMIS MELO FRANCO, LUIS EDUARDO DE CASTRO NASSIF

PARTE(S) REQUERIDA(S): POSTO DA FEB COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIRA LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ARAMIS MELO FRANCO - OAB:7816-B, LUIS EDUARDO DE CASTRO NASSIF - OAB:11866

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCELO FALCÃO FERREIRA - OAB:MT 11.242

Vistos, etc.Trata-se de AÇÃO DE FALÊNCIA requerida por WATT-Distribuidora Brasileira de Combustíveis de Petróleo, em face da empresa Posto da FEB Comércio de Combustíveis LTDA.(..).É o relatório.Fundamento e decido.(..)Diante desta quadra fática, bem como da necessidade de dar maior celeridade aos atos processuais, sobretudo para o efetivo e correto encerramento da presente falência, entendo providente a substituição do atual Síndico, Dr. Aramis de Melo Franco, e, em substituição ao cargo de Administrador Judicial da Massa Falida da empresa Posto da FEB Comércio de Combustíveis LTDA, nomeio a empresa DUX ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL MATO GROSSO LTDA. - ME, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, Ed. American Business Center, n. 2254, sala 603, Bosque da Saúde, e-mail: contatomt@dux.adm.br, tel.: (65) 3027-7209/ (65) 3027-7219, que deverá ser intimada pessoalmente com cópia da presente decisão, para dela tomar ciência e, em quarenta e oito (48) horas, dizer se aceita o encargo. Em caso positivo deverá assinar, na sede deste Juízo, o respectivo termo de compromisso, se comprometendo a fielmente desempenhar a função e todas as responsabilidades a ela inerentes, especialmente nos termos dos arts. 21, 22, 23 e 33 da Lei n. 11.101/05.Caso aceite a nomeação, determino ao administrador judicial para, em 05 (cinco) dias, apresentar proposta de valor relativo à remuneração para o exercício do encargo.Em consequência, determino que o novo administrador judicial, traga aos autos, no prazo de 10 (dez) dias, um relatório sucinto dos autos, podendo, ainda, noticiar quaisquer fatos que repute como relevantes ao conhecimento do Juízo.Com a manifestação do novo Administrador Judicial, vistas ao Ministério Público para parecer.Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário.

Intimação da Parte Autora

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 397609 Nr: 10070-68.2015.811.0002

AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: REFORMADORA DE PNEUS NACIONAL LTDA, JOAO PAULO FORTUNATO, BANCO VOLKSWAGEN S/A, BANCO DO BRASIL S/A, ITAÚ UNIBANCO S.A

PARTE(S) REQUERIDA(S):

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA - OAB:MS 20.495-A, ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI - OAB:39274/PR, JOÃO PAULO FORTUNATO - OAB:CRC/MT 6763/O-9, LEONARDO SULZER PARADA - OAB:11846, Wilber Norio Ohara - OAB:MT 8.261, WILLIAM CARMONA MAYA - OAB:257.198-SP

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Vistos, etc.

Recebo as informações prestadas pelo digno Administrador Judicial às fls. 774/781 quanto ao cumprimento do plano recuperacional pela recuperanda.

Dessa forma, deverá a Secretaria providenciar a intimação dos interessados quanto aos documentos juntados, via certidão, para maior alcance e publicidade das atividades da recuperanda pelos envolvidos neste processo.

Dê-se ciência ao Ministério Público Estadual.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 18421 Nr: 7627-72.2000.811.0002

AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES

PARTE AUTORA: ARISCO INDUSTRIAL LTDA, ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS, ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS

PARTE(S) REQUERIDA(S): SUPERMERCADO DUARTE LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ELDER KENNIDY DE ALMEIDA SANTOS - OAB:18890, GUARACY CARLOS SOUZA - OAB:3287/MT, LUDOVICO ANTONIO MERIGHI - OAB:905-A/MT, TONY VITOR SANTOS SOUZA - OAB:10460/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VERIDIANA CHUEIREI POMPEU - OAB:5387/MT

Vistos, etc.

Com efeito, ACOLHO a cota ministerial (fls. 948/949) de modo que DETERMINO o cumprimento dos seguintes atos:

1 – INTIMEM-SE os diversos credores para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, manifestarem nos autos requerendo a devida habilitação

nos autos;
2 – CUMPRAM-SE os itens 2, 3, 7 e 8 descritos na petição de fl. 935;
3 – INTIME-SE, pessoalmente, o falido para, no prazo de 05 (dias) APRESENTAR os livros contábeis inerentes ao processo falimentar;
4 – RENOVE-SE a intimação pessoal da Administradora Judicial destituída dos autos, por Oficial de Justiça, devendo o digno meirinho certificar detalhadamente os atos necessários para cumprimento ou não do aludido mandado para, no prazo de 05 (cinco) dias, APRESENTAR prestação de contas, nos termos do artigo 22, III, alínea r, da Lei 11.101/05, sob pena de desobediência;
5 – Por fim, após o cumprimento de todos os itens acima, VISTAS ao Ministério Público, a fim de apresentar parecer quanto o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da falida.
Após a juntada da manifestação do parquet venham os autos conclusos, COM URGÊNCIA, por se tratar de processo META 2.
ÀS PROVIDÊNCIAS, expedindo-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 443200 Nr: 8446-47.2016.811.0002
AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: W.B.R. LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA EPP., RICARDO FERREIRA DE ANDRADE, HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MÚLTIPLO, BANCO DO BRASIL S/A, BANCO BRADESCO S/A, RODOBENS COMENRCIO E LOCAÇÃO DE VEICULOS LTDA, BANCO WOLKSWAGEN S.A, BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A, ITAÚ UNIBANCO S.A, BANCO SANTANDER
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALBERTO IVÁN ZAKIDALSKI - OAB:39274/PR, CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI - OAB:MT 17555-A, EDUARDO HENRIQUE VIEIRA BARROS - OAB:OAB/MT 7680, EUCLIDES RIBEIRO DA SILVA JUNIOR - OAB:OABMT5222, FLÁVIO NEVES COSTA - OAB:12.406-A, LEANDRO GARCIA - OAB:210.137/SP, MARCO ANDRÉ HONDA FLORES - OAB:MT 9.708-A, MARILI RIBEIRO TABORDA - OAB:OAB/MT14.431A, RAPHAEL NEVES COSTA - OAB:12411-A, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:MT 8.184-A, RICARDO FERREIRA DE ANDRADE - OAB:MT 9.764-A, RICARDO NEVES COSTA - OAB:12410/MT, SERGIO TULIO DE BARCELOS - OAB:14.258A, WILLIAM CARMONA MAYA - OAB:257.198-SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc. Trata-se de RECUPERAÇÃO JUDICIAL proposta pela empresa W.B.R. LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA EPP(..)Assim, cabe a este juízo, neste momento, fazer a análise da legalidade do plano de recuperação judicial para, então, conceder a recuperação judicial em favor das empresas recuperandas na forma prevista na Lei n. 11.101/05. (..)III. DO DISPOSITIVOIII. 1. Com efeito, foram enfrentadas todas as questões que mereciam exercício do controle de legalidade do plano original apresentado pela recuperanda bem como do plano modificativo apresentado em AGC.Assim, uma vez aprovado o plano pelos credores em AGC, e afastadas as ilegalidade e irregularidades nele contidas, que não comprometam a essência do plano de recuperação judicial, sobretudo quanto ao fator econômico-financeiro, deve-se fazer valer a vontade dos credores.Por todo exposto, com fundamento no art. 58, da Lei n. 11.101/2005, HOMOLOGO O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONCEDO A RECUPERAÇÃO JUDICIAL A EMPRESA W.B.R LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA EPP., destacando-se o seu cumprimento nos termos dos artigos 59 a 61 da mesma lei, bem como na forma no plano de recuperação e sua proposta modificativa, aprovada em assembleia, com as observações relativas às premissas consideradas nulas e ineficazes nesta decisão.(..)IV. DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (FLS. 1.322/1.326) Trata-se de Embargos de Declaração opostos pela parte recuperanda, em que alega a existência de omissão e contradição na decisão proferida às fls. 1.320/1.321.(..) CONHEÇO DOS EMBARGOS, PORÉM OS REJEITO, por não haver qualquer omissão, contradição, obscuridade e/ou erro material passível de ser sanado no decisum de fls. 1.320/1.321 que, destarte, permanece na íntegra, tal como foi lançado.V. DO PETITÓRIO DE FLS. 1.332;Sobre o pedido formulado às fls. 1.332 pelo credor Banco Santander (BRASIL) S/A, intime-se o Sr. Administrador Judicial, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias.(..)Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 411366 Nr: 17398-49.2015.811.0002
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: SANDRO ROSA COELHO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGURO DPVAT S. A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HÉLIO TEIXEIRA LACERDA - OAB:MT 15.283
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:MT 8.184-A
Vistos.
O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).
Analisando os Embargos de Declaração verifica-se que o objetivo da embargante é unicamente rediscutir a matéria, assim, analisando a sentença embargada, não vislumbro tais vícios apontados, motivo pelo qual os presentes embargos merecem total rejeição, tendo em vista que não se prestam para modificar sentença.
A propósito:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO - EVIDENTE PROPÓSITO DE REDISCUTIR O CASO - VIA INADEQUADA - RECURSO NÃO PROVIDO. São incabíveis os Aclaratórios quando não há no decisum nenhuma das situações descritas no art. 1.022 do CPC, tratando-se de meio impróprio para provocar o prequestionamento ou a rediscussão de matéria devidamente analisada." (Tribunal de Justiça Mato Grosso, ED 109233/2017, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 04/10/2017, Publicado no DJE 06/10/2017) negritei
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCONFORMISMO.IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU CONTRARIEDADE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. MATÉRIA EXPRESSAMENTE EXAMINADA.UTILIZAÇÃO INADEQUADA DA VIA RECURSAL. RECURSO DESPROVIDO." (TJPR - 8ª C.Cível - EDC - 1180460-3/01 - São José dos Pinhais - Rel.: Sérgio Roberto N Rolanski - Unânime - - J. 17.09.2015) negritei
Com essas considerações, REJEITO os embargos de declaração de fls. 134/137, mantendo intacta a sentença de fls. 131/133.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 385282 Nr: 2210-16.2015.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSÉ DA SILVA SOUZA
PARTE(S) REQUERIDA(S): SEGURADORA LIDER DE CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VICTOR VIDOTTI - OAB:MT 11.439
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:MT 5.736/O
Vistos.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por José da Silva Souza, aduzindo que na sentença de fls. 99/100, existe contradição vez que na sentença condenou a ré ao pagamento de R$ 4.725,00 (quatro mil, setecentos e vinte e cinco reais), entretanto a perícia judicial atestou que o autor faz jus ao pagamento de R$ 7.931,25 (sete mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos).
É o necessário.
Decido.
O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).
Verifica-se que procede a alegação de contradição da sentença, considerando que a perícia médica judicial atestou 75% do membro inferior e 25% para a bacia, motivo pelo qual o requerente faz jus ao pagamento de R$ 7.931,25 (sete mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco

centavos).

Com essas considerações, ACOLHO EM PARTE os embargos de declaração de fl. 60, para que fique constando no dispositivo da sentença a seguinte redação:

"Ante o exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda e julgo extinto o feito COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO com base no art. 487, I, do Código de Processo Civil, a fim de condenar a empresa requerida ao pagamento do seguro obrigatório no importe de R$ 7.931,25 (sete mil, novecentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos) à parte autora, a título de indenização pelas lesões corporais decorrentes de acidente com veículo automotor."

Quanto ao mais, a sentença permanece como está lançada.

Na oportunidade, observa-se que a ré efetuou depósito à fls. 110/111, desta forma, determino que se expeça alvará em favor do autor, conforme requerido à fl. 114.

No mais, intime-se a parte ré para realizar o pagamento do remanescente, devidamente atualizado.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 450321 Nr: 12064-97.2016.811.0002

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: AMORIM & SOUZA LTDA ME

PARTE(S) REQUERIDA(S): TRANSPORTES PALOTÃO LTDA - EPP, A. H. P. TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ALEXANDRE PACHER - OAB:14421/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RODRIGO COSTA GONZALEZ - OAB:PR 57.524

Vistos.

O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).

Analisando os Embargos de Declaração verifica-se que o objetivo da embargante resta prejudicado, considerando que decisão de fl. 320 revogou integralmente o despacho de fl. 310, motivo pelo qual os presentes embargos merecem total rejeição.

Com essas considerações, REJEITO os embargos de declaração de fls. 312/317.

No mais, intime-se as partes para requerer o que entenderem ser de direito no prazo de 5 (cinco) dias.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 281788 Nr: 507-55.2012.811.0002

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ATACADÃO DA CONSTRUÇÃO LTDA

PARTE(S) REQUERIDA(S): D. N. MAGALHÃES - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANDREA KARINE TRAGE - OAB:5737/E OABMT, JULIERME ROMERO - OAB:6.240/MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IZONILDES PIO DA SILVA - OAB:MT 6.486-B

Vistos.

O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).

Analisando os Embargos de Declaração verifica-se que o objetivo da embargante é unicamente rediscutir a matéria, assim, analisando a sentença embargada, não vislumbro tais vícios apontados, motivo pelo qual os presentes embargos merecem total rejeição, tendo em vista que não se prestam para modificar sentença.

A propósito:

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO - EVIDENTE PROPÓSITO DE REDISCUTIR O CASO - VIA INADEQUADA - RECURSO NÃO PROVIDO. São incabíveis os Aclaratórios quando não há no decisum nenhuma das situações descritas no art. 1.022 do CPC, tratando-se de meio impróprio para provocar o prequestionamento ou a rediscussão de matéria devidamente analisada." (Tribunal de Justiça Mato Grosso, ED 109233/2017, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 04/10/2017, Publicado no DJE 06/10/2017) negritei

"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCONFORMISMO.IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU CONTRARIEDADE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. MATÉRIA EXPRESSAMENTE EXAMINADA.UTILIZAÇÃO INADEQUADA DA VIA RECURSAL. RECURSO DESPROVIDO." (TJPR - 8ª C.Cível - EDC - 1180460-3/01 - São José dos Pinhais - Rel.: Sérgio Roberto N Rolanski - Unânime - - J. 17.09.2015) negritei

Com essas considerações, REJEITO os embargos de declaração de fls. 106/112, mantendo intacta a sentença de fls. 101/102.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 324439 Nr: 20836-54.2013.811.0002

AÇÃO: Impugnação de Crédito->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: CEMAT - CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO

PARTE(S) REQUERIDA(S): COMPRE MAIS SUPERMERCADO LTDA

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:, Murillo Espinola de Oliveira Lima - OAB:3.127-A MT

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANTONIO AUGUSTO CALDERARO DIAS - OAB:MT 3.549, Denise Alves da Cunha - OAB:MT 10.110

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Compre Mais Supermercados LTDA., aduzindo que na sentença de fls. 56/57, existe omissão vez que na sentença deixou de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, requerendo o acolhimento destes embargos.

Impugnação aos embargos declaratórios apresentados às fls. 98/98.

É o necessário.

Decido.

O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).

Verifica-se que procede a alegação de omissão da sentença que não condenou a parte requerente ao pagamento das custas e honorários processuais. Com essas considerações, ACOLHO EM PARTE os embargos de declaração de fl. 60, para que fique constando no dispositivo da sentença a seguinte redação:

"Condeno a impugnante ao pagamento das custas processuais, se devida; bem como honorários advocatícios, que arbitro em R$ 2.000,00 (dois mil reais), haja vista que o valor da causa é elevado e, em tais hipóteses, a lei concernente autoriza à fixação de honorários em quantia certa."

Quanto ao mais, a sentença permanece como está lançada.

Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes

JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza

Cod. Proc.: 429521 Nr: 550-50.2016.811.0002

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: ORLI KNOOP, NELSA HINERASKI KNOOP

PARTE(S) REQUERIDA(S): LEANDRO ESTEVES WESTPHAL, GILSINEIA BISCONSINI STRALIOTTI WESTPHAL, CARTORIO/OFICIO DO REGISTRO CIVIL E NOTAS DO MUNICPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO - MT

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROBERTO SIMON - OAB:36.457

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: CEMI ALVES DE JESUS - OAB:4.264/MT

Vistos.

Trata-se de Embargos de Declaração com pedido de efeito infringentes opostos por Leandro Esteves Westphal e Gilsinéia Bisconsini Straliotti Westphal, aduzindo que na sentença de fl. 103, existe omissão vez que a sentença apenas julgou extinta a ação, não apreciando os demais pontos do acordo entabulado pelas partes, requerendo o acolhimento destes embargos.

É o necessário.
Decido.
O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).
Verifica-se que procede a alegação de omissão da sentença que não homologou os itens do acordo de fls. 99/101. Entretanto, o erro foi sanado à fl. 104, sendo devidamente homologado por sentença, o acordo entabulado pelas partes.
Com essas considerações, ACOLHO EM PARTE os embargos de declaração de fls. 105/108, apenas para revogar a sentença de fl. 103, tendo em vista a existência de decisão posterior, na qual homologou corretamente o acordo entabulado (fls. 99/101).
Outrossim, expeça-se ofício para o Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis de Paranatinga – MT para que promova a transferência do imóvel rural (matricula nº 7.251 – 242,00 hectares) para os requerentes, conforme acordado no item 6 do acordo extrajudicial (fls. 99/101).
Após, certifique-se o transito em julgado, arquivando os autos com as devidas baixas e anotações.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 265290 Nr: 4231-04.2011.811.0002
AÇÃO: Imissão na Posse->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: PATRICIA VILELA RODRIGUES
PARTE(S) REQUERIDA(S): SISTEMA FÁCIL ,INCORPORADORA E IMOBILÁRIA-VÁRZEA GRANDE-SPE LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: REINALDO JOSETTI DE OLIVEIRA - OAB:11145
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DILMAR DE ARRUDA CAMPOS LOPES FERRAZ - OAB:148100
Vistos.
O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).
Analisando os Embargos de Declaração verifica-se que o objetivo da embargante é unicamente rediscutir a matéria, assim, analisando a sentença embargada, não vislumbro tais vícios apontados, motivo pelo qual os presentes embargos merecem total rejeição, tendo em vista que não se prestam para modificar sentença.
A propósito:
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO - EVIDENTE PROPÓSITO DE REDISCUTIR O CASO - VIA INADEQUADA - RECURSO NÃO PROVIDO. São incabíveis os Aclaratórios quando não há no decisum nenhuma das situações descritas no art. 1.022 do CPC, tratando-se de meio impróprio para provocar o prequestionamento ou a rediscussão de matéria devidamente analisada." (Tribunal de Justiça Mato Grosso, ED 109233/2017, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 04/10/2017, Publicado no DJE 06/10/2017) negritei
"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INCONFORMISMO.IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA.INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E/OU CONTRARIEDADE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. MATÉRIA EXPRESSAMENTE EXAMINADA.UTILIZAÇÃO INADEQUADA DA VIA RECURSAL. RECURSO DESPROVIDO." (TJPR - 8ª C.Cível - EDC - 1180460-3/01 - São José dos Pinhais - Rel.: Sérgio Roberto N Rolanski - Unânime - - J. 17.09.2015) negritei
Com essas considerações, REJEITO os embargos de declaração de fls. 147/151, mantendo intacta a sentença de fls. 145/146.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 319456 Nr: 15831-51.2013.811.0002
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: TRANSAS COMUNIACAÇÃO E DIVERSÕES LTDA, Vilson Luiz Minossi
PARTE(S) REQUERIDA(S): JIOVANA GADOMSKI CHAVES EIRELI, JIOVANA GADOMSKI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIEL RACHEWSKY SCHEIR - OAB:16.449 MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: VICTOR HUGO DA SILVA PEREIRA - OAB:MT 11.625
Vistos.
Trata-se de Embargos de Declaração opostos por Transas Comunicação e Diversões Ltda, aduzindo que contradição na sentença homologatória de fl. 198, pois apresentou manifestação de interesse em receber a quantia de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a titulo de danos morais, valores estes podendo ser parcelados.
Entretanto, a requerida manifestou (fls. 196/197) erroneamente, aduzindo concordar com o recebimento da quantia de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) em 5 (cinco) parcelas iguais na conta corrente do patrono da ré.
É o necessário.
Decido.
O objetivo dos embargos de declaração é a manifestação sobre ponto obscuro, contraditório, omisso ou corrigir erro material existente na decisão em sentido amplo (art. 1022, incisos I, II e III do NCPC).
Verifica-se que procede a alegação de contradição da sentença, considerando que a requerente apenas manifestou o interesse em receber a quantia de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) a titulo de danos morais e não realizar o pagamento desta quantia para a parte ré.
Com essas considerações, ACOLHO os embargos de declaração de fls. 199/204, para revogar integralmente e tornar sem efeitos a sentença homologatória de fl. 198.
No mais, intimem-se as partes para especificarem as provas que porventura ainda pretendam produzir nos autos, justificando-as no prazo de 10 (dez) dias.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 339092 Nr: 7209-46.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LAURIENN SUELEN DE QUEIROZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLARO AMERICEL S/A - CLARO CELULAR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CLAUDISON RODRIGUES - OAB:MT 9.901, MILTON JONES AMORIM VIEIRA - OAB:MT 16.216
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:MT 13.431-B
Vistos.
Considerando a composição amigável entre os patronos da parte exequente (fls. 151/153) defiro o pedido para o levantamento dos valores depositados à fl. 143 em favor do Advogado Milton Jones Amorim Vieira – OAB n° 16.216.
Em decorrência da satisfação do débito, julgo extinto o presente cumprimento de sentença, com fulcro no artigo 924. II e III do NCPC.
No mais, arquivem-se os autos com as baixas devidas.
Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 428590 Nr: 26656-83.2015.811.0002
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: GUSTAVO FERREIRA DE OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: SAULO DALTRO MOREIRA SILVA - OAB:6346-E
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDO CESAR ZANDONADI - OAB:5736-O/MT
INTIMAÇÃO DAS PARTES para manifestarem a respeito DA AVALIAÇÃO MÉDICA, no prazo de 15 (quinze) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 84950 Nr: 6983-56.2005.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO

TRABALHO
PARTE AUTORA: JACAR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA, ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA, JACAR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA - OAB:16290
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: GABRIEL GAETA ALEIXO - OAB:MT 11.210-A, PAULO CÉSAR TAVELLA NAVEGA - OAB:259.251, VERA CECILIA C. DE S. FERREIRA - OAB:128132/SP
Vistos.
Diante da renúncia do patrono da ré (fls. 529/530), expeça-se mandado visando à intimação desta, para em 15 (quinze) dias, regularizar a sua representação processual, constituindo novo patrono nos autos, sob pena do processo ser extinto, (CPC – inc. I, art. 76).
Oportunamente venham-me os autos conclusos para deliberação.
Intimem-se. Cumpra-se.
Às providências necessárias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 88729 Nr: 10361-20.2005.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JACAR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO CÉSAR TAVELLA NAVEGA - OAB:259.251, VERA CECILIA C. DE S. FERREIRA - OAB:128132/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA - OAB:16290
Vistos.
Diante da renúncia do patrono da ré (fls. 302/303), expeça-se mandado visando à intimação desta, para em 15 (quinze) dias, regularizar a sua representação processual, constituindo novo patrono nos autos, sob pena do processo ser extinto, (CPC – inc. I, art. 76).
Oportunamente venham-me os autos conclusos para deliberação.
Intimem-se. Cumpra-se.
Às providências necessárias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 88266 Nr: 9902-18.2005.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: ASPEN DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JACAR DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: PAULO CÉSAR TAVELLA NAVEGA - OAB:259.251, VERA CECILIA C. DE S. FERREIRA - OAB:128132/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ANA VERONICA MORCELI RODRIGUES - OAB:21.188/MT, JOSE RENATO DE OLIVEIRA SILVA - OAB:6557/O, LUIZ EDUARDO BILIBIO PIVA - OAB:16290/MT
Vistos.
Diante da renúncia do patrono da ré (fls. 220/221), expeça-se mandado visando à intimação desta, para em 15 (quinze) dias, regularizar a sua representação processual, constituindo novo patrono nos autos, sob pena do processo ser extinto, (CPC – inc. I, art. 76).
Oportunamente venham-me os autos conclusos para deliberação.
Intimem-se. Cumpra-se.
Às providências necessárias.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 281820 Nr: 543-97.2012.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ROSA HELENA DO CARMO DA COSTA, VENILDA COSTA DA SILVA, VENILSON COSTA DA SILVA, ELIAS COSTA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VILSON PEDRO NERY - OAB:8015/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: WANESSA MAGNUSSON DE SOUSA - OAB:SP/197.531
Vistos.
Diante da confirmação da renúncia do Advogado Vilson Pedro Nery – OAB/MT nº 8015 (fl. 662), determino que se proceda com a habilitação da Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso como responsável pela defesa dos requerentes: Elias Costa da Silva, Venilda Costa da Silva e Rosa Helena do Carmo da Costa.
Com relação ao pedido de habilitação da herdeira do requerente Venilson Costa da Silva, deixo de apreciar no momento, considerando que na certidão de óbito (fl. 652) consta que o falecido Venilson Costa da Silva deixou 2 (duas) filhas.
Sendo assim, intimem-se os requerentes para que procedam com a habilitação das herdeiras no prazo de 10 (dez) dias.
Transcorrido o prazo, voltem-me imediatamente os autos conclusos para deliberações.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 267278 Nr: 8516-40.2011.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOSE JOAREZ DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A - CEMAT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CESAR LIMA DO NASCIMENTO - OAB:4.651/MT, JANE RODRIGUES BARROS - OAB:MT 13.028
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Murillo Espinola de Oliveira Lima - OAB:3.127-A MT
Vistos.Defiro o pedido do requerente para realização de prova pericial (fl. 221).Nomeio como perito deste juízo o engenheiro eletricista Dionizio Alves de Souza, que poderá ser encontrado na Avenida Governador Dante Martins de Oliveira, Chapada do Mirante, Bloco 10, Apartamento 203, Carumbé, Cuiabá/MT, e-mail: dioniziosouza@yahoo.com.br e telefones (65) 996580109 (65) 981360791, independentemente de compromisso (art. 466, do NCPC)(...)Com a proposta dos honorários nos autos, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 465, § 3º, NCPC).(...).Dessa forma, em respeito ao princípio da cooperação processual, aliado a hipossuficiência da autora, entendo perfeitamente possível que tal encargo seja suportado pela requerida, até porque poderá buscar o montante despendido com os honorários periciais da parte sucumbente.(...)Assim sendo, havendo concordância quanto aos honorários pericias, a parte requerida deverá efetuar o depósito em 05 (cinco) dias, ao que deverá o perito ser intimado para dar início aos trabalhos em 10 (dez) dias.O laudo deverá ser entregue no prazo de 20 (vinte) dias. Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 15 (quinze) dias, após a intimação das partes da apresentação do laudo (NCPC, art. 477, § 1°). No mais, sendo a matéria discutida de direito e fatos provados por documentos, indefiro a prova oral pretendida.Após, cumprida as determinações acima, bem como apresentado os laudos periciais manifestem-se as partes no prazo de 15(quinze) dias. Transcorrido o prazo para manifestação, volte-me o processo concluso para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 313954 Nr: 10182-08.2013.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIZA GEDI DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): 1º TABELIONATO DE NOTAS, PROTESTOS E OFÍCIO DE REGISTROS PÚBLICOS, ARY LEITE DE CAMPOS (ESPÓLIO), NILDA GODOY DE CAMPOS, ALESSANDRA PATRICIA DA SILVA CAMPOS, CRISTIAN ANTONIO JOSE DE CAMPOS, MARCELO AUGUSTO DE CAMPOS, FIRMINO JOSE DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Regiane Alves Cunha - OAB:MT 7.712
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADRIANA REGINA RAGNINI - OAB:MT 7.834, LAZARO ROBERTO DE SOUZA - OAB:OAB-MT 4801-B
Vistos.
Impõe-se chamar o feito à ordem.

Verifica-se que o patrono do Espólio de Ary Leite de Campos e a requerida Nilda Godoy de Campos não foi intimado para apresentar contrarrazões (fl. 255-v), vez que não consta cadastrado no Sistema Apolo para receber intimações.
Desta forma, determino a habilitação do advogado Murillo Barros da Silva Freire – OAB/MT 8.942 e da advogada Danielle Avila Almeida – OAB/MT 14442-B no Sistema Apolo para que todas as intimações e atos processuais sejam publicados exclusivamente em nome destes.
Após a habilitação, intime-se o patrono do Espólio de Ary Leite de Campos e da requerida Nilda Godoy de Campos para apresentar suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.
Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 28478 Nr: 7630-27.2000.811.0002
AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES
PARTE AUTORA: LAVROFÉRTIL - PRODUTOS DA LAVOURA LTDA, ROGERIO SILVEIRA, BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A, AGRICOM AGROPECUÁRIA E COMÉRCIO LTDA, ZAPAZ ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): JUSTIÇA PÚBLICA DO EST. DE MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BEATRIZ PINHEIRO BASILIO SILVA - OAB:MT 25.778/O, JULIANA DELLA VALLE BIOLCHI - OAB:42751/RS, LUIZ ALEXANDRE CRISTALDO - OAB:, MARIA LUCILA DA SILVA BARROS - OAB:3.616/MT, MARIANA DO NASCIMENTO SANTOS - OAB:MT 13.900, RENATO WIECZOREK - OAB:MT 7.498, ROGÉRIO SILVEIRA - OAB:5334, WILLIAM CARMONA MAYA - OAB:257.198-SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Trata-se de autofalência da Lavrofértil Produtos da Lavoura Limitada.
Cumpra-se decisão retro, com remessa dos autos ao Ministério Público para parecer a respeito da rescisão unilateral do PERT pela União, noticiada nos autos.
Com o parecer, retornem os autos conclusos, para deliberação dos demais pedidos.
Por fim, reexaminando a questão decidida, concluo que não deve ser modificada a decisão recorrida de fls. 4.252/4.256, cujos fundamentos, s.m.j., bem resistem às razões do recurso, de forma que a mantenho.
Presto, em ofício que segue, as informações que me foram requisitadas por meio do Ofício de n. 121/2019/GAB4VC, o qual foi encaminhado por meio eletrônico, conforme aviso de recebimento da correspondência enviada nestes autos.
Intime-se e cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 205845 Nr: 1853-80.2008.811.0002
AÇÃO: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCES
PARTE AUTORA: KOGA, KOGA & CIA LTDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): DIPESE - DISTRIBUIDORA DE PEÇAS & SERVIÇOS LTDA -ME, ANTONIO DE JESUS BARBOSA, CLAUDIANE VANESSA DE ALMEIDA, MARIA RUFINO LOPES BARBOSA, FRANCISCO FERNANDES OLIVEIRA MENDES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: WALDEMAR TEVANO DE AZEVEDO - OAB:OAB/SP 64.546
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos, etc.
Analisando detidamente aos autos, verifica-se que os requeridos Francisco Fernandes Oliveira Mendes e Claudiane Vanessa de Almeida não foram encontrados no endereço indicado nos autos, conforme se observa às fls. 177/179 e 194.
Com vistas a conferir celeridade à prestação jurisdicional, realizei busca do endereço dos requeridos junto ao Sistema INFOJUD, a qual possui a mesma base de dados da Secretaria da Receita Federal, Sistema RENAJUD, Sistema BACENJUD, sendo localizados novos endereços dos requeridos, conforme extratos em anexos.
Nesses termos, determino que seja expedida mandado de citação, visando à citação dos requeridos nos seguintes endereços:
• Requerido: Francisco Fernandes Oliveira Mendes
Rua Portugal, 50, Qd. 47, Bairro Nova Era, Várzea Grande-MT, CEP: 78130-540.
• Requerida: Claudiane Vanessa de Almeida
R Desembargador Carlos Avaloni, Bairro: Jardim Maria Izabel , Várzea Grande - MT, CEP: 78150-068;
Rua 29 19 Qd 33, São Benedito, Várzea Grande-MT, CEP: 78110-971;
Caso os requeridos não sejam localizados nos endereços acima descritos, intime-se a parte autora indicar novo endereço dos requeridos ou manifestar se possuí interesse na realização da citação via edital.
Intime-se. Cumpra-se, com urgência, tendo em vista tratar-se de processo Meta – 2.
Às providências necessárias.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Silvia Renata Anffe Souza
Cod. Proc.: 294567 Nr: 14719-81.2012.811.0002
AÇÃO: Recuperação Judicial->Procedimentos Regidos por Outros Códigos, Leis Esparsas e Regimentos->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: RONDOMAQ MAQUINAS E VEICULOS S/A, BRUNO CARVALHO DE SOUZA, ITAÚ UNIBANCO S.A, AGUILERA AUTO PEÇAS LTDA, INDÚSTRIA DE ROÇADEIRAS DESBRAVADOS AVARÉ LTDA, EQUAGRIL EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS LTDA, JS DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA, AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA, VENTUROSO, VALENTINI & CIA LTDA, COOPERATIVA D ECRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO SUL DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S):
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: Beatriz Helena Dos Santos - OAB:87192/SP, BRUNA THAISA DIAS PENACHIONI - OAB:OAB/MT 14.665, BRUNO CARVALHO DE SOUZA - OAB:MT 19.198, BRUNO MEDEIROS PACHECO - OAB:6.065/MT, CARLOS ALBERTO DO PRADO - OAB:4910, DIEGO ALVES CORREA BERNARDI - OAB:OAB/ 15.735, DOUGLAS MARTINHO ARRAES VILELA - OAB:GO 31.797, FAUSTO ALVES LÉLIS NETO - OAB:OAB/RS 29.684, FERNANDO JOSÉ GARCIA - OAB:OAB/SP 211.240, LEONARDO SANTOS RESENDE - OAB:OAB/MT 6358, MARCELO DEZAM DE AZEVEDO - OAB:OAB/SP 104.171, MARCOS TOMAS CASTANHA - OAB:4.575/MT, Mario Cardi Filho - OAB:MT 3.584-A, PAULO CESAR ZAMAR TAQUES - OAB:4268/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Diante do exposto, acolho os embargos e procedendo à correção nos termos supramencionados, permanecem inalterados os demais termos da decisão de fls. 1.745.Outrossim, considerando que não houve impugnação à Lista de Credores apresentada pelo Administrador Judicial, com a concordância do Ministério Público às fls. 1.735/1.736, homologo o Quadro Geral De Credores consolidado, nos termos apresentados pelo Administrador Judicial às fls. 1.721/1.722, dispensando a publicação, nos temos do artigo 14, da Lei n. 11.101/05.Certifique-se eventual transcurso de prazo das partes para apresentação de contrarrazões ao recurso de apelação de fls. 1.458/1.559.Defiro, ainda o Item IV da petição de fls. 1.719, devendo a Sra. Gestora Judiciária adotar as providencias de praxe.Por fim, conforme preleciona a exegese conjunta dos arts. 1.010, §3°, 1.011, I, e 932, III, todos do CPC, não é mais atribuição do Juízo de primeira instância conhecer da admissibilidade do recurso de apelação.Desta feita, cumpra-se o disposto no art. 1.010, §3°, do CPC, diante a interposição do recurso de apelação às fls. 1.458/1.477.Intimem-se. Cumpra-se. Às providencias necessárias.Várzea Grande/MT, 12 de dezembro de 2019.SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1019172-58.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARIAN HELENA MUSSA SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:

AGEMED SAUDE S/A (RÉU)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos. Trata-se de ação cominatória de obrigação de fazer e indenização por danos morais com pedido de tutela de urgência proposta por Marian Helena Mussa Silva em desfavor de Agemed Saúde S.A, alegando em síntese ser beneficiária do plano de saúde da requerida, se encontrando na 34ª (trigésima quarta) semana de gestação, sendo que seu parto se encontra previsto até o dia 10.01.2020. Sustenta que teve acompanhamento médico durante o seu pré-natal em rede credenciada pelo plano de saúde, contudo foi informada pelo consultório médico que o atendimento junto ao plano de saúde havia sido suspenso, razão pela qual realizou uma reclamação na ouvidoria da Agencia Nacional de Saúde, oportunidade em que o plano de saúde argumentou que para a cobertura do tratamento cirúrgico seria necessária a eminencia do parto. Por fim, aduz que a requerida além de suspender a prestação de serviços, fechou o escritório que mantinha na cidade de Cuiabá-MT, ocasionando maior dificuldade de atendimento. Assim, requer a concessão da tutela de urgência a fim de que a requerida autorize e custeie imediatamente a realização do parto normal ou cesariana, caso seja necessária, e forneça todas as condições materiais, conforme solicitado pelos médicos, arcando com as demais despesas médicas no Hospital Santa Rosa ou em outro hospital com disponibilidade de UTI Neo Natal, bem como avaliação por profissional especializado para avaliar a necessidade ou não da antecipação do parto, sob pena de multa diária. É a síntese do necessário. DECIDO. Presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, fundamentado no que dispõe o § 2º do artigo 99 do CPC, DEFIRO aos requerentes os benefícios da gratuidade da justiça, até que se prove o contrário das afirmações consignadas. Anote-se. Da Inversão do Ônus da Prova Observo que a relação de direito material judicializada está sujeita à legislação protetiva do consumidor, uma vez que o serviço prestado pela requerida ao autor representa relação de consumo, conforme elucidam os artigos 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. A propósito, colaciono o seguinte aresto: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ALEGAÇÃO DE INOVAÇÃO RECURSAL - PRELIMINAR REJEITADA - PACIENTE COM CÂNCER - NEGATIVA DO EXAME PET-CT - PROCEDIMENTO INCLUÍDO NO ROL DOS OBRIGATÓRIOS - RESOLUÇÃO DA ANS - APLICABILIDADE DO CDC - INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM BENEFÍCIO DO CONSUMIDOR (ART. 47 DO CDC) - COBERTURA DEVIDA - ATO INDENIZÁVEL - VALOR ADEQUADO - MANUTENÇÃO - SENTENÇA INALTERADA - RECURSO NÃO PROVIDO. (...) Os contratos de plano de saúde submetem-se ao Código de Defesa do Consumidor. (TJMT Ap 35797/2017, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 05/05/2017). No presente caso, a requerida reúne melhores condições de comprovar tais causas, em detrimento da hipossuficiência do autor, considerando ainda que além da verossimilhança das alegações trazidas pelo autor, tal inversão é indispensável, eis que, por tratar-se de prova negativa, não há como o autor comprovar os fatos alegados na inicial, razão pela qual determino a inversão do ônus da prova, conforme postulado. Da tutela de urgência Trata-se de pedido de tutela de urgência antecipada (art. 300, CPC/2015), a qual depende da coexistência de dois requisitos. O primeiro exige a probabilidade do direito, consubstanciado na exposição da lide e do fundamento, além da demonstração do direito que se objetiva assegurar. Em outras palavras, a verossimilhança da existência do direito acautelado. Já o segundo requisito depende da análise objetiva da existência de perigo de dano, pressuposto este denominado por alguns, de perigo da morosidade, o qual reveste a tutela do caráter de urgência. Há, ainda, um requisito, a saber, a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, nos termos do §3º do mencionado dispositivo. Munido desses conceitos, cotejando-os com a situação jurídica apresentada no inicio do processo, tenho que o pedido de tutela de urgência deve ser deferido pelos fundamentos que passo a expor. Na hipótese, verifica-se que a relevância da fundamentação encontra-se consubstanciada na cópia dos documentos pessoais da parte autora, bem como a cópia da carteirinha do plano de saúde colacionada (Id. 26925903), que demonstram a existência de vínculo e relação jurídica de consumo entre as partes. Ademais, conduzem também a formação de um juízo de probabilidade do direito ora invocado, o seu cartão pré-natal, que indica a data de previsão do parto para a data de 09.10.2020, subscrito pelo Dr. Ademar R. Carvalho (CRM 1130), ginecologista e obstetra que acompanhou a parte autora durante o seu pré-natal. Aliem-se a isso os ultrassons realizados na autora, colacionadas nos autos nos Ids. 26925922 e 26925925, solicitado pelo Médico da autora, e realizadas pela Dra. Gilda Helena A. S. Pacheco, médica Ultrassonografista, os quais corroboram a narrativa tecida na inicial. Assim considera-se a realização do parto normal ou cesariana na parte autora. Outrossim, resta demonstrada o perigo de dano, uma vez que o consultório médico o qual acompanhava a autora em seu pré-natal informou a suspensão da prestação de serviços referente a cobertura pelo plano de saúde requerido (Id. 26926347), bem como por ser de conhecimento público e notório que os planos de saúde da requerida estão suspensos pela ANS, sendo evidente, portanto que se a requerida não autorizar a realização do procedimento, poderá a parte autora e o recém-nascido virem a ter prejuízos. Assim, sendo indene de dúvida a necessidade de realização do parto pelo requerente, conforme devidamente constatado pelos documentos médicos acostados aos autos, certo que a requerida não pode negar o atendimento, razão pela qual tenho como indevida a suspensão do atendimento a parte autora, de modo que deve ser reconhecida a preponderância do Código de Defesa do Consumidor sobre eventual cláusula contratual restritiva, enquadrada como abusiva. Por esse viés, o ato da requerida em princípio se mostra abusivo, desarrazoado e até mesmo atentatório ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que é o princípio matriz do Sistema Constitucional Brasileiro. Não obstante, tenho pelo indeferimento da pretensão de realização dos procedimentos especificamente no Hospital Santa Rosa, uma vez que pode a requerida declinar a unidade de saúde de sua preferência e dentro das suas possibilidades. Sendo assim, defiro parcialmente o pedido de tutela de urgência formulado na inicial e, determino seja a requerida intimada com urgência pessoalmente, via Carta precatória, para que autorize imediatamente a realização do parto normal ou cesariana com previsão de até o dia 10.01.2020, fornecendo ainda todos os materiais e profissionais necessários para o procedimento, mediante hospital com disponibilidade de UTI Neonatal, a fim de fornecer atendimento adequado ao recém-nascido, sob pena de multa-diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), limitada à 20 dias-multa, que fixo com fulcro no artigo 537, do Código de Processo Civil. Determino ainda, que a requerida autorize a realização de todos os exames necessários para avaliar a eventual necessidade de antecipação do parto. Nos termos do artigo 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 02 de março de 2020 às 08:00 horas, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, nos termos do art. 334, caput, do CPC, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos temos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, ficando desde já a parte autora intimada da respectiva solenidade por meio da presente, à luz do disposto no § 3º do art. 334, do CPC. No mesmo ato, cite-se a requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a respectiva audiência de conciliação, facultando-lhe a prerrogativa de manifestar seu desinteresse na auto composição, dentro do prazo de 10 (dez) dias antecedentes à data da audiência designada, hipótese em que a audiência será cancelada e o prazo para contestar, contar-se-á a partir do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, (§5º c/c artigo 335, inciso II, ambos do CPC). As partes deverão comparecer à audiência pessoalmente ou através de preposto com poderes para negociar e transigir, bem assim acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9ª e § 10, do CPC). Registro que o não comparecimento injustificado de qualquer uma das partes à audiência constituir-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa, na forma do artigo 334, §8º, do CPC. Não havendo o comparecimento de qualquer das partes ou, comparecendo, não houver auto composição, poderá a parte requerida oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias a iniciar da data da audiência de conciliação supra ou da última sessão de conciliação, caso houver (inciso I, art. 335, CPC/2015), sob pena de aplicação da confissão e da revelia, no que for cabível (art. 344, CPC/2015). Na hipótese de ser apresentada contestação que traga preliminar e/ou documentos, à parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias a teor do art. 350 do CPC, oferecer impugnação. Encerrada a fase postulatória, sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, venham às partes, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem as provas que

ainda pretendem produzir, sob pena de preclusão. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1014904-58.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RUBILEI CARLOS DE OLIVEIRA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AMILTO CAMPOS LACERDA (RÉU)
ADRIANE (RÉU)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos, Designada audiência de justificação prévia para o dia 10/12/2019 (Id. 26191830), a parte autora através da Defensoria Pública que patrocina seus interesses compareceu aos autos no Id. 26252922 requerendo a intimação pessoal da parte autora. Ainda, sobreveio aos autos diligencia da intimação dos requeridos, informando apenas a intimação da requerida Adriana Rodrigues (Id. 26447730). Desse modo, diante da ausência de tempo hábil para intimação pessoal da parte autora, conforme requerido pela Defensoria Pública, cancelo a audiência designada e redesigno a audiência de justificação prévia para o dia 17 de março de 2019, às 16:00 horas. Intimem-se as partes via mandado, nos endereços constantes dos autos, consignando-se as deliberações contidas na decisão de Id. 26120218. Por fim, determino venha à parte autora manifestar acerca da diligência de intimação do requerido Amilto Campos Lacerda de Id. 26447730, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se. Intime-se. Às providências necessárias. Silvia Renata Anffe Souza Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1005574-71.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SP COMERCIO DE MAQUINAS PARA TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS ARRAIS CORREA OAB - MT19128/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA GOMES DA CUNHA (REQUERIDO)
H G DA CUNHA - ME (REQUERIDO)
FRANCISCO ELSON BARBOSA TEIXEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos. Analisando detidamente os autos, verifica-se que inicialmente ao propor a presente demanda, a parte autora requereu a concessão da tutela de urgência em caráter antecedente, pugnando pela busca e apreensão do veículo, sem ao menos indicar o pedido final da ação, a fim de reiterar o pedido final de busca e apreensão do veículo sub judice, sendo que por fim, realizou o aditamento da inicial, fazendo constar o pedido em ação rescisória de contrato de locação com reintegração de posse e pedido de tutela antecedente de busca e apreensão, conforme petição de Id. 15182883. Assim, este juízo incorreu em erro ao proferir decisão concedendo a antecipação da tutela de urgência, qual seja a busca e apreensão do veículo. Isso porque, o procedimento escolhido pelo requerente não atende aos aspectos de necessidade e adequação, ou seja, o requerente utilizou o meio inadequado para a solução de sua necessidade. Explico: É sabido que o Novo Código de Processo Civil suprimiu as cautelares nominadas, simplificando o procedimento ao instituir a tutela de urgência prevista no art. 300 e seguinte. Vale dizer, no Código revogado, as cautelares poderiam ser autônomas ou incidentais e nominadas (p.ex. arresto, sequestro, busca e apreensão, etc.) ou inominadas (poder geral de cautela). Em outros dizeres, na disciplina do Código anterior havia procedimentos cautelares específicos e o procedimento cautelar genérico – que se manifestava através do denominado poder geral de cautela e que abarcava as cautelares atípicas, ou seja, as inominadas. Todavia, entende-se que, no Código de Processo Civil vigente essa dicotomia acabou, além de não mais serem admitidas na forma de processo autônomo, as cautelares continuaram existindo, tendo sido, contudo, extintos os procedimentos próprios destinados ao seu requerimento e concessão. Assim, o objetivo do Código vigente foi unificar o regramento, criando um regime único para os casos de tutela provisória e, em particular, para as tutelas de urgência e de evidência. Nesse sentido, Cassio Scarpinella Bueno, em seu livro Novo Código de Processo Civil Anotado complementa: (...) a tutela provisória pode ter como fundamento a ocorrência de situação de urgência ou de evidência. A tutela provisória de urgência ocupa a maior parte dos dispositivos, arts. 300 a 310, que corresponde ao Título II do Livro V da Parte Geral. A tutela provisória de evidência restringe-se a um só, o art. 311, equivalente ao Título III. O parágrafo único do art. 294 apresenta para a tutela provisória de urgência duas espécies: a cautelar e a antecipada e a antecedente ou a incidente. Deste modo, evidente que a pretensão da parte autora no que se refere à busca e apreensão do veículo, não encontra guarida no ordenamento processual, uma vez que inexiste tutela cautelar autônoma, tal qual pugnado na inicial. Igualmente, não se pode falar em tutela antecipada antecedente que versa sobre matéria tipicamente cautelar, como requerido em emenda da inicial, de forma que cabe ao autor duas alternativas para o processamento da demanda. A um, pode o autor requerer a concessão de tutela cautelar antecedente, nos termos do art. 305 do CPC, a dois, formular pedido de tutela de urgência cautelar incidental, consoante art. 300 do CPC. Destarte, cabendo apenas às medidas de tutela cautelar antecedente ou tutela de urgência cautelar incidental, conforme realizado no aditamento da inicial, REVOGO a decisão proferida anteriormente, e determino que a Secretaria proceda com a solicitação de devolução da Carta Precatória expedida à Comarca de Ourilândia do Norte-PA, com ou sem cumprimento. Ademais, diante da situação jurídica apresentada, tenho pelo indeferimento do pedido de tutela de urgência, no que tange a reintegração de posse do veículo, levando em conta que a reintegração na posse do bem, no presente caso, decorre da declaração de rescisão contratual, não havendo que se falar em esbulho possessório enquanto não resolvida à relação de cunho obrigacional. Tal orientação decorre do fato de que, repousando a posse em contrato, é ela justa e merecedora de proteção, até que proclamada a rescisão contratual, quando se transforma em injusta e caracteriza o esbulho. Ademais, cumpre ressaltar que os documentos colacionados aos autos constituem provas frágeis para propiciar o deferimento da medida neste momento processual, quer seja no que tange ao alegado inadimplemento contratual, quer seja acerca da eventual prática de atos que demonstrem a pretensão do requerido em se desfazer da escavadeira. Observo, assim, que o retorno ao status quo ante, ou seja, a devolução do bem, com todas as implicações decorrentes da inadimplência e do esbulho, pressupõe a inexecução voluntária da parte adversa. Nesse sentido, a jurisprudência: PROCESSUAL CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE VEÍCULO - LIMINAR - REINTEGRAÇÃO DE POSSE - AUSÊNCIA DOS REQUISITOS - POSSE JUSTA DO DEVEDOR - NECESSIDADE DA RESOLUÇÃO JUDICIAL DO CONTRATO. Mesmo havendo cláusula resolutiva expressa que considere rescindido o contrato de promessa de compra e venda em caso de mora do devedor, enquanto não houver o pronunciamento judicial definitivo que declare rescindido o contrato, este permanece em vigor, tornando lícita a posse do réu devedor, o que obsta a concessão da liminar de reintegração de posse.(TJ-MG - AI: 10382140008014001 MG, Relator: Otávio Portes, Data de Julgamento: 03/06/2015, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 12/06/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA - CONTRATO DE GAVETA - VEÍCULO FINANCIADO - DESOBRIGAÇÃO CONTRATUAL - DEVOLUÇÃO DO VEÍCULO - IMPOSSIBILIDADE. Nos termos do disposto no art. 273 do Código de Processo Civil, para a concessão da tutela antecipada, indispensável à existência de prova inequívoca e da verossimilhança da alegação da parte. Diante da ausência destes elementos nos autos, o indeferimento da antecipação dos efeitos da tutela é medida que se impõe. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0479.15.005825-9/001, Relator(a): Des.(a) Edison Feital Leite , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 01/10/2015, publicação da súmula em 13/10/2015). Nesse passo, tenho que o deferimento da medida liminar implicaria no reconhecimento da rescisão do contrato por culpa exclusiva da requerida, o que não é viável em sede de cognição sumária. Pelo exposto, considerando que não restou demonstrada na espécie a probabilidade do direito acautelado, bem como a par do perigo de irreversibilidade para o caso de acolhimento prematuro da pretensão, indefiro o pedido de tutela formulado na petição inicial. Nos termos do artigo 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 24 de janeiro de 2020 às 08:00 horas, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos da

Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, nos termos do art. 334, caput, do CPC, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos temos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, ficando desde já a parte autora intimada da respectiva solenidade por meio da presente, à luz do disposto no § 3º do art. 334, do CPC. Cite-se a requerida, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer a respectiva audiência de conciliação, facultando-lhe a prerrogativa de manifestar seu desinteresse na auto composição, dentro do prazo de 10 (dez) dias antecedentes à data da audiência designada, hipótese em que a audiência será cancelada e o prazo para contestar, contar-se-á a partir do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, (§5º c/c artigo 335, inciso II, ambos do CPC). As partes deverão comparecer à audiência pessoalmente ou através de preposto com poderes para negociar e transigir, bem assim acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9ª e § 10, do CPC). Registro que o não comparecimento injustificado de qualquer uma das partes à audiência constituir-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa, na forma do artigo 334, §8º, do CPC. Não havendo o comparecimento de qualquer das partes ou, comparecendo, não houver auto composição, poderá a parte requerida oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias a iniciar da data da audiência de conciliação supra ou da última sessão de conciliação, caso houver (inciso I, art. 335, CPC/2015), sob pena de aplicação da confissão e da revelia, no que for cabível (art. 344, CPC/2015). Na hipótese de ser apresentada contestação que traga preliminar e/ou documentos, à parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias a teor do art. 350 do CPC, oferecer impugnação. Encerrada a fase postulatória, sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, venham às partes, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir, sob pena de preclusão. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011546-85.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SABRINA GOMES DA SILVA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONSTRUTORA PACTO LTDA (RÉU)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos, etc. Aportou certidão no Id. 26721093, aduzindo que não foi possível citar a parte requerida até a presente data, ao passo que a audiência está designada para 16/12/2019, não havendo tempo hábil para cumprimento do mandado de citação. Pois bem, diante da não citação da parte requerida, bem como diante da inexistência de tempo hábil para cumprimento da citação até a realização da audiência já designada nos autos, redesigno o ato para o dia 24 de janeiro de 2020, às 08h30 a ser realizada por conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos do art. 6º do Provimento n. 09/2016-CM, da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ. Fica, desde já, a parte autora intimada por meio da presente para comparecimento à respectiva solenidade. Cite-se a requerida, via correio, no endereço informado na exordial, consignando-se as deliberações constantes da decisão de Id. 26470564. Atente-se a Secretaria quanto a prioridade no cumprimento dos processos com audiência designada. Às providências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010067-91.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CREUDINEIA ALVES DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SOLANGE APARECIDA GONCALVES OAB - MT4533-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1010067-91.2018.8.11.0002. REQUERENTE: CREUDINEIA ALVES DOS SANTOS REQUERIDO: LUMEN CONSULTORIA,CONSTRUCOES E COMERCIO LTDA Vistos, etc. Compulsando os autos observo que foi designada audiência de conciliação para o dia 12/08/2019, porém verifico que a parte requerida não foi localizada no endereço declinado na inicial, sendo que a parte autora requereu a expedição de mandado de citação indicando novo endereço no id. 22079692. Pois bem, diante da não citação da parte requerida, redesigno o ato para o dia 24/01/2020, às 10h00 a ser realizada por conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos do art. 6º do Provimento n. 09/2016-CM, da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ. Cite-se a parte requerida via mandado, no endereço informado no id. 22079692, consignando-se as deliberações contidas na decisão de Id. 20970472. Intimem-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-112 RENOVATÓRIA DE LOCAÇÃO
Processo Número: 1000929-66.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MORAIS DOS SANTOS EMPREENDIMENTOS E ADMINISTRACAO DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROBERTO CAVALCANTI BATISTA OAB - MT5868-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos. Trata-se de ação renovatória de contrato de locação proposta por Banco Bradesco S.A alegando em síntese ser o atual locatário do imóvel situado na Avenida Couto Magalhães, n.º 2142, Centro, nesta Comarca, contrato de locação firmado em 04.08.2004 com a empresa Morais dos Santos Empreendimentos e Administração de Imóveis Próprios Ltda., e com prazo final de 04.08.2019. Sustenta que atualmente a locação perfaz o valor de R$ 17.124,72 (dezessete mil cento e vinte e quatro reais e setenta e dois centavos), todavia não obteve êxito em renovar o contrato com a empresa, requerendo assim exercer seu direito em renovar o contrato entabulado entre as partes, pelo período de 05 (cinco) anos. Logo em seguida, a parte autora aportou aos autos emenda a inicial, requerendo a alteração do polo passivo da demanda, haja vista que o imóvel fora vendido para Valdemir Carlos de Souza e Silvana Villas Boas de Souza (Id. 25078197), ainda aportou nova manifestação pugnando pela consignação do valor da locação judicialmente (Id. 25911800). O requerido Valdemir Carlos de Souza, compareceu espontaneamente aos autos apresentando contestação, requereu ainda a substituição do polo passivo da ação, bem como que os valores referentes aos alugueis sejam depositados em sua conta corrente, sob pena de lhe causar prejuízo. Pois bem, considerando a venda do imóvel sub judice, ainda na vigência do contrato de locação firmado com o antigo locador (mês de junho/2019), conforme apontado na matrícula do imóvel, acolho a emenda da inicial e, determino a retificação do polo passivo da presente demanda, fazendo constar Valdemir Carlos de Souza e Silvana Villas Boas de Souza. Outrossim, verifica-se que a parte requerida Silvana, não fora citada da presente demanda, e considerando que o respectivo pedido recai sobre direito real, indefiro por ora o pedido do requerido quanto ao levantamento dos valores depositados nos autos. Ademais, nos termos do artigo 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 24 de janeiro de 2020 às 11:00 horas, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, nos termos do art. 334, caput, do CPC, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos temos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, ficando desde já a parte autora e o requerido intimados da respectiva solenidade por meio da presente. Cite-se a parte requerida Silvana Villas Boas de Souza, para comparecer a respectiva audiência de conciliação, facultando-lhe a prerrogativa de manifestar seu desinteresse na auto composição, dentro do prazo de 10

(dez) dias antecedentes à data da audiência designada, hipótese em que a audiência será cancelada e o prazo para contestar, contar-se-á a partir do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, (§5º c/c artigo 335, inciso II, ambos do CPC). As partes deverão comparecer à audiência pessoalmente ou através de preposto com poderes para negociar e transigir, bem assim acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9ª e § 10, do CPC). Registro que o não comparecimento injustificado de qualquer uma das partes à audiência constituir-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa, na forma do artigo 334, §8º, do CPC. Não havendo o comparecimento de qualquer das partes ou, comparecendo, não houver auto composição, poderá a parte requerida oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias a iniciar da data da audiência de conciliação supra ou da última sessão de conciliação, caso houver (inciso I, art. 335, CPC/2015), sob pena de aplicação da confissão e da revelia, no que for cabível (art. 344, CPC/2015). Na hipótese de ser apresentada contestação que traga preliminar e/ou documentos, à parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias a teor do art. 350 do CPC, oferecer impugnação. Encerrada a fase postulatória, sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, venham às partes, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir, sob pena de preclusão. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1011729-56.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARICELMA FRANCISCA SANTOS (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SERGIO DA SILVA CAMPOS (RÉU)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos, etc. Aportou certidão no Id. 26726127, aduzindo que não foi possível citar a parte requerida até a presente data, ao passo que a audiência está designada para 16/12/2019, não havendo tempo hábil para cumprimento do mandado de citação. Pois bem, diante da não citação da parte requerida, bem como diante da inexistência de tempo hábil para cumprimento da citação até a realização da audiência já designada nos autos, redesigno o ato para o dia 24 de janeiro de 2020, às 09h00 a ser realizada por conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos do art. 6º do Provimento n. 09/2016-CM, da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ. Fica, desde já, a parte autora intimada por meio da presente para comparecimento à respectiva solenidade. Cite-se a requerida, via correio, no endereço informado na exordial, consignando-se as deliberações constantes da decisão de Id. 26472294. Atente-se a Secretaria quanto a prioridade no cumprimento dos processos com audiência designada. Às providências necessárias. Intimem-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1010517-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PABOLO JUNIOR LOURENCO (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA VAUCHER DE OLIVEIRA KLEIM OAB - MT12066-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
POSTAL SAÚDE - UNIDADE DE REPRESENTAÇÃO REGIONAL MATO GROSSO URR/MT (RÉU)
POSTAL SAUDE - CAIXA DE ASSISTENCIA E SAUDE DOS EMPREGADOS DOS CORREIOS (RÉU)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos. Inicialmente, acolho a emenda da inicial, a fim de que surtam seus legais e jurídicos efeitos, razão pela qual determino a retificação do polo ativo da presente demanda, fazendo constar Ana Vitória Souza Lourenço neste ato representada pelo seu genitor Pabolo Junior Lourenço. Pois bem, trata-se de ação indenizatória por danos morais c/c obrigação de fazer com pedido liminar proposta por Ana Vitória Souza Lourenço neste ato representada pelo seu genitor Pabolo Junior Lourenço em desfavor de Postal Saúde – Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios e Postal Saúde – Unidade de Representação Regional Mato Grosso URR/MT, alegando em síntese ser beneficiária do plano de saúde requerido, possuindo apenas 10 meses de vida e se encontra fazendo acompanhamento com neurologia infantil, com diagnóstico de paralisia cerebral do tipo hemiplégica, decorrente de um acidente vascular neonatal da artéria cerebral média direita. Sustenta necessita de acompanhamento multidisciplinar, como forma de reduzir o potencial das lesões e melhorar a qualidade de vida, razao pela qual foi solicitada fisioterapia motora pelo método bobath, todavia o procedimento não foi autorizado pelas requeridas. Assim, requer a concessão de tutela de urgência para que as requeridas sejam obrigadas a autorizar imediatamente a realização do tratamento, conforme pedido médico, sob pena de multa. No mérito requer seja confirmada a liminar concedida, bem como a condenação das requeridas em indenização por danos morais. É a síntese do necessário. DECIDO. Presumindo como verdadeira a condição econômica declarada nos autos, fundamentado no que dispõe o § 2º do artigo 99 do CPC, DEFIRO ao requerente os benefícios da gratuidade da justiça, até que se prove o contrário das afirmações consignadas. Da Inversão do Ônus da Prova Observo que a relação de direito material judicializada está sujeita à legislação protetiva do consumidor, uma vez que o serviço prestado pela requerida ao autor representa relação de consumo, conforme elucidam os artigos 2º e 3º, da Lei nº 8.078/90. A propósito, colaciono o seguinte aresto: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - ALEGAÇÃO DE INOVAÇÃO RECURSAL - PRELIMINAR REJEITADA - PACIENTE COM CÂNCER - NEGATIVA DO EXAME PET-CT - PROCEDIMENTO INCLUÍDO NO ROL DOS OBRIGATÓRIOS - RESOLUÇÃO DA ANS - APLICABILIDADE DO CDC - INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS EM BENEFÍCIO DO CONSUMIDOR (ART. 47 DO CDC) - COBERTURA DEVIDA - ATO INDENIZÁVEL - VALOR ADEQUADO - MANUTENÇÃO - SENTENÇA INALTERADA - RECURSO NÃO PROVIDO. (...) Os contratos de plano de saúde submetem-se ao Código de Defesa do Consumidor. (TJMT Ap 35797/2017, DES. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, SEXTA CÂMARA CÍVEL, Julgado em 03/05/2017, Publicado no DJE 05/05/2017). No presente caso, a requerida reúne melhores condições de comprovar tais causas, em detrimento da hipossuficiência do autor, considerando ainda que além da verossimilhança das alegações trazidas pelo autor, tal inversão é indispensável, eis que, por tratar-se de prova negativa, não há como o autor comprovar os fatos alegados na inicial, razão pela qual determino a inversão do ônus da prova, conforme postulado. Da tutela de urgência Trata-se de pedido de tutela de urgência antecipada (art. 300, CPC/2015), a qual depende da coexistência de dois requisitos. O primeiro exige a probabilidade do direito, consubstanciado na exposição da lide e do fundamento, além da demonstração do direito que se objetiva assegurar. Em outras palavras, a verossimilhança da existência do direito acautelado. Já o segundo requisito depende da análise objetiva da existência de perigo de dano, pressuposto este denominado por alguns, de perigo da morosidade, o qual reveste a tutela do caráter de urgência. Há, ainda, um requisito, a saber, a ausência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão, nos termos do §3º do mencionado dispositivo. Na hipótese, verifico que a relevância da fundamentação encontra-se consubstanciada na cópia dos documentos pessoais da parte autora, bem como pela carteirinha do plano de saúde (Id. 22771207), que demonstram a existência de vínculo e relação jurídica de consumo entre as partes. Ademais, também conduzem à formação de um juízo de probabilidade do direito ora invocado, o exame de ressonância magnética do crânio da parte autora e, relatório apresentando conclusão de "distúrbio lento, focal, moderado, em hemisfério cerebral direito. Distúrbio epileptiforme frequente, em região fronto – polar direita", aportado nos autos no Id. 22771212, especialmente o laudo médico subscrito pela Dra. Viviane Cabral Quixabeira (CRM-MT 6491) e a solicitação médica do tratamento, sendo a fisioterapia pelo método bobath baby 3 vezes por semana, considerando que a parte autora apresenta grande perda neuronal, cavidade porencefálica, subscrita pela Dra. Maria Elisa Noethen (CRM 1427-5). Assim, considera-se a realização da fisioterapia motora método bobath. Todavia, a requerida não autorizou a realização do tratamento solicitado, sob alegação de que o diagnóstico não esta incluído nas diretrizes da ANS para cobertura do tratamento solicitado. Assim, sendo indene de dúvida a necessidade de realização do exame na parte autora pela parte requerida, conforme devidamente constatado pelos laudos médicos, certo que a requerida não pode negar o

tratamento, alegando que não existe código específico para realização da fisioterapia, não sendo possível realizar a contratação direta por um profissional apenas baseado no fato dele utilizar o método bobath (Id. 22771218). Nesse sentido, é firme a jurisprudência do STJ no sentido de que: "o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de tratamento utilizado, sendo abusiva a negativa de cobertura do procedimento, tratamento, medicamento ou material considerado essencial para sua realização de acordo com o proposto pelo médico". [1] A par do exposto, diante da urgência apontada, tenho como indevida a negativa de cobertura do tratamento solicitado pela parte autora, uma vez que o rol da Agência Nacional de Saúde não é taxativo, ao contrário, elenca os procedimentos mínimos que devem ser postos à disposição do consumidor, de modo que deve ser reconhecida a preponderância do Código de Defesa do Consumidor sobre eventual cláusula contratual restritiva, enquadrada como abusiva. Por esse viés, o ato da requerida de não ter autorizado, até o presente momento, os procedimentos requisitados para tratamento da autora, em princípio se mostra abusivo, desarrazoado e até mesmo atentatório ao Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, que é o princípio matriz do Sistema Constitucional Brasileiro. Ademais, que em se tratando de direito à vida e à dignidade da pessoa humana, a presteza da resposta é condição de sua validade, não se sujeitando, portanto, a delongas de ordem burocrática. Ressalte-se, sem qualquer antecipação sobre o mérito da ação, reconhece-se a presença dos requisitos para a concessão da tutela de urgência, ante a possibilidade de a parte autora regredir em seu tratamento, devendo a sustentação ou não da exclusão do tratamento ser verificada à final, mediante a análise mais aprofundada de todas as demais questões que envolvem o presente caso. Nestas condições, presentes os requisitos informadores da espécie, a concessão da tutela de urgência é medida que se impõe. Posto isso, defiro a tutela de urgência pretendida e determino que a requerida autorize a realização da fisioterapia motora pelo método bobath, conforme solicitação (Id. 22771213), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa-diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), que fixo com fulcro no artigo 537, do Código de Processo Civil, limitada a 60 (sessenta) dias multa. Nos termos do artigo 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 24 de janeiro de 2019 às 09h30min, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos termos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, nos termos do art. 334, caput, do CPC, a ser realizada pelo conciliador capacitado pelo Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado, nos temos da Ordem de Serviço n. 01/2014 do NPMCSC e Resolução n. 125/2010 do CNJ, ficando desde já a parte autora intimada da respectiva solenidade por meio da presente, à luz do disposto no § 3º do art. 334, do CPC. No mesmo ato, cite-se a parte requerida, para comparecer a respectiva audiência de conciliação, facultando-lhe a prerrogativa de manifestar seu desinteresse na auto composição, dentro do prazo de 10 (dez) dias antecedentes à data da audiência designada, hipótese em que a audiência será cancelada e o prazo para contestar, contar-se-á a partir do protocolo do pedido de cancelamento (art. 334, (§5º c/c artigo 335, inciso II, ambos do CPC). As partes deverão comparecer à audiência pessoalmente ou através de preposto com poderes para negociar e transigir, bem assim acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 334, § 9ª e § 10, do CPC). Registro que o não comparecimento injustificado de qualquer uma das partes à audiência constituir-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa, na forma do artigo 334, §8º, do CPC. Não havendo o comparecimento de qualquer das partes ou, comparecendo, não houver auto composição, poderá a parte requerida oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias a iniciar da data da audiência de conciliação supra ou da última sessão de conciliação, caso houver (inciso I, art. 335, CPC/2015), sob pena de aplicação da confissão e da revelia, no que for cabível (art. 344, CPC/2015). Na hipótese de ser apresentada contestação que traga preliminar e/ou documentos, à parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias a teor do art. 350 do CPC, oferecer impugnação. Encerrada a fase postulatória, sem prejuízo de julgamento antecipado da lide, venham às partes, no prazo comum de 10 (dez) dias, especificarem as provas que ainda pretendem produzir, sob pena de preclusão. Intime-se. Cumpra-se. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito [1] (AgInt no AREsp 1181628/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO,QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 09/03/2018)

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO

Processo Número: 1005574-71.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SP COMERCIO DE MAQUINAS PARA TERRAPLENAGEM LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS ARRAIS CORREA OAB - MT19128/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HELENA GOMES DA CUNHA (REQUERIDO)
H G DA CUNHA - ME (REQUERIDO)
FRANCISCO ELSON BARBOSA TEIXEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE QUARTA VARA CÍVEL Autos n. 1005574-71.2018.8.11.0002 Vistos. Trata-se TUTELA DE URGÊNCIA DE BUSCA E APREENSÃO DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA proposta por SP COMÉRCIO DE MÁQUINAS PARA TERRAPLENAGEM LTDA em desfavor de HG DA CUNHA – ME, HELENA CUNHA GOMES e FRANCISCO ELSON BARBOSA TEIXEIRA. Aduz a requerente, em síntese, que em 10 de junho de 2016, celebrou com a requerida contrato particular de locação, cujo objeto foi 01(uma) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, Marca Link-Belt, Modelo 210X2, Motor Isuzu, diesel 04 cilindros e potência 157HP, Largura das Sapatas 700mm, Caçamba 1,34m³ e Braço de 2,41m, Chassi N° LBX210B5NFHEX1231, Nova, COM VIGÊNCIA DE 35 meses, iniciando em 10/06/2016 e terminando em 10/05/2019, sendo o valor estipulado para o aluguel de R$581.600,00 (quinhentos e oitenta e um mil e seiscentos reais) sendo uma entrada de R$100.000,00 e mais R$481.600,00 divididos em 35 parcelas de R$13.760,00 a serem pagas todo dia 25 de cada mês subsequente a assinatura do contrato, sendo sua primeira parcela em 25/07/2016. No entanto, salienta que a parte requerida no mês de setembro de 2017 não pagou o valor integral, ficando em débito no valor de R$560,00, novamente no mês de novembro de 2017 restou um débito não adimplido de R$910,00, e a partir do mês de fevereiro de 2018 até a presente data, a locatária não adimpliu mais suas parcelas mensais, totalizando o débito em R$84.364,19, motivo pelo qual aduz ter encaminhado notificação extrajudicial para que o requerido efetuasse os pagamentos no prazo de 03 (três) dias, não tendo obtido nenhuma resposta (ID. 14004586), realizando posteriormente protesto (ID. 14004588). Assim, pugna pela concessão de tutela antecipada de urgência requerida em caráter antecedente, para que seja concedida busca e apreensão da máquina escavadeira em posse da requerida, declarando o sócio proprietário Sr. Clesio de Paula como fiel depositário do bem até decisão final. É o breve relato. Fundamento e decido. O instituto da tutela de urgência é gênero da qual são espécies as tutelas cautelar e antecipatória, as quais podem ser antecedentes ou não e, estão compreendidas no conjunto de medidas empregadas pelo juiz com base em juízo de cognição sumária e perante uma situação de direito substancial de risco iminente ou atual, para assegurar o resultado útil e eficaz do processo cognitivo ou executório principal, podendo ainda apresentar caráter satisfativo. No presente caso, verifica-se que a pretensão da requerente apresenta características de um pedido de tutela de urgência antecipada em caráter antecedente de cunho satisfativo, uma vez que a demandante pugna pela busca e apreensão do bem discutido. Entre os documentos apresentados pela requerente na exordial, no Id. 14004583 demonstra-se o elo contratual entre as partes, no qual fora celebrado contrato particular de locação, cujo objeto foi 01(uma) ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS, Marca Link-Belt, Modelo 210X2, Motor Isuzu, diesel 04 cilindros e potência 157HP, Largura das Sapatas 700mm, Caçamba 1,34m³ e Braço de 2,41m, Chassi N° LBX210B5NFHEX1231, Nova, COM VIGÊNCIA DE 35 meses, iniciando em 10/06/2016 e terminando em 10/05/2019, no entanto, a requerida está inadimplente desde fevereiro do corrente ano. A partir dessa documentação, extrai-se dos autos à notificação extrajudicial sob ID. 14004586, comprovando a mora da requerida, podendo presumir-se na apropriação indevida do bem objeto da demanda. Logo, os documentos trazidos aos autos evidenciam de fato o direito da requerente e, consequentemente, demonstram o perigo de dano à empresa demandante, uma vez que o bem tutelado é bem móvel podendo ser deslocado facilmente, dificultando o direito garantido da requerente. Ante o exposto, estando presentes os requisitos autorizadores da medida, nos termos do artigo 303, do CPC, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA EM CARÁTER

ANTECEDENTE, determinando que se expeça CARTA PRECATÓRIA – Para que OFICIAL DE JUSTIÇA EFETUE A BUSCA E APREENSÃO da MAQUINA ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRAS MARCA LINK-BELT, MODELO 210X2, MOTOR ISUZU, DIESEL 04 CILINDROS E POTÊNCIA 157HP, LARGURA DAS SAPATAS 700MM, CAÇAMBA 1,34M³ E BRAÇO DE 2,41M, CHASSI N° LBX210B5NFHEX1231, para posterior depósito nas mãos do requerente e depositário fiel. Advirto que, a parte autora deverá aditar a petição inicial, com a complementação de sua argumentação, a juntada de novos documentos e a confirmação do pedido de tutela final, em 15 (quinze) dias (artigo 303, §1º, inciso I, do CPC), sob pena extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 303, §2º, do CPC/2015. Cite-se/ intime-se o réu, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer em audiência de conciliação que designo para o dia 24 de setembro de 2018, às 15h00min, constando que a peça contestatória deverá ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias após a realização do ato (artigo 335, inciso I, CPC). Registro que o não comparecimento injustificado de qualquer uma das partes à audiência supra constituir-se-á ato atentatório à dignidade da justiça, com aplicação de multa, na forma do artigo 334, §8º, do CPC. Após a contestação, vistas automáticas à parte autora para que, em 15 (quinze) dias, apresente a sua peça de impugnação à contestação (art. 351, CPC). Intime-se. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, 14 de agosto de 2018. (Assinado digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE SOUZA Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1001147-94.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
AUTO POSTO SIGA LTDA (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
KARLOS LOCK OAB - MT16828-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COLETIVIDADE DE CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ELSON DUQUES DOS SANTOS OAB - MT14234-O (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
DARLA EBERT VARGAS (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
CIAPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
ESTADO DE MATO GROSSO (TERCEIRO INTERESSADO)
ADVOCACIA GERAL DA UNIAO (TERCEIRO INTERESSADO)
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE (TERCEIRO INTERESSADO)
ELSON DUQUES DOS SANTOS OAB - MT14234-O (ADVOGADO(A))
VALERIA CASTILHO MUNHOZ VIVAN OAB - MT5956-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Vistos. Analisando detidamente os autos, verifica-se que na decisão retro restou determinado que a recuperanda apresentasse aos autos, escrituração contábil e relatórios auxiliares, bem como cópia do contrato social da empresa Comércio de Combustíveis Buritis Ltda., a fim de viabilizar sua manifestação (Id. 24255051). Logo em seguida, a recuperanda apresentou manifestação no Id. 24633279, acompanhada do contrato social da empresa mencionada, conforme determinado, requerendo ainda a dilação do prazo para apresentação da documentação, ao argumento da complexidade de para fornecimento dos documentos contábeis solicitados por esse juízo (Id. 24633279). Ainda, a recuperanda compareceu aos autos requerendo a prorrogação do prazo de blindagem concedido na decisão de deferimento do processamento da recuperação judicial, até a realização de nova assembleia geral de credores (Id. 25098914). Pois bem. Inicialmente, considerando o lapso temporal decorrido da determinação retro, indefiro o pedido de dilação de prazo à recuperanda, e determino que impreterivelmente no prazo de 05 (cinco) dias, apresente aos autos a documentação contábil solicitada na decisão retro (Id. 24255051), sob pena as penalidades legais. Com a apresentação dos referidos documentos, determino que a SECRETARIA, proceda com a intimação do Administrador Judicial, para que no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se nos termos da decisão de Id. 22690074, bem como acerca do pedido realizado pela recuperanda, acerca da prorrogação do prazo de blindagem, consignando-se as deliberações contidas na decisão retro. Após, vistas ao Ministério Público. Às providências necessárias. (Assinado digitalmente) Silvia Renata Anffe Souza Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-292 RECUPERAÇÃO JUDICIAL
Processo Número: 1005863-67.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
UNIVERSAL QUIMICA LTDA - EPP (AUTOR(A))
EXCELENCIA COMERCIO LTDA - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
HIGARA HUIANE CARINHENA VANDONI DE MOURA OAB - MT0010488A (ADVOGADO(A))
MARIANA RIBEIRO SERAFIM DA SILVA VIEIRA BARROS OAB - MT9383-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CREDORES (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
PABLO DOTTO OAB - SP147434 (ADVOGADO(A))
JANINE GIRARDI OAB - SC39458-O (ADVOGADO(A))
FABRICIO FAGGIANI DIB OAB - SP0256917A (ADVOGADO(A))
CARLOS EDUARDO BARLETTA OAB - SP151036 (ADVOGADO(A))
RICARDO ROSSI SIGNOLFI OAB - PR69850 (ADVOGADO(A))
EDUARDO SILVA GATTI OAB - SP234531 (ADVOGADO(A))
JOAO LEONELHO GABARDO FILHO OAB - PR16948 (ADVOGADO(A))
IGOR FABRICIO MENEGUELLO OAB - PR37741 (ADVOGADO(A))
CESAR AUGUSTO TERRA OAB - PR0017556A (ADVOGADO(A))
Outros Interessados:
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO (CUSTOS LEGIS)
BRENO AUGUSTO PINTO DE MIRANDA OAB - MT9779-O (ADVOGADO(A))
EX LEGE ADMINISTRACAO JUDICIAL LTDA - ME (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
AVANEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (TERCEIRO INTERESSADO)
Magistrado(s):
SILVIA RENATA ANFFE SOUZA

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 4ª VARA CÍVEL DE VÁRZEA GRANDE Processo: 1005863-67.2019.8.11.0002. Vistos, etc. Intime-se o administrador judicial para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre o pedido formulado pelas recuperandas no ID. 27300152-ss. Após, a manifestação do Administrador Judicial, colha-se o parecer do Ministério Público. Por fim, voltem-me imediatamente conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Às providências necessárias. (Assinado Digitalmente) SILVIA RENATA ANFFE DE SOUZA Juíza de Direito

Varas Especializadas da Fazenda Pública

2ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Intimação

Despacho Classe: CNJ-66 REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE
Processo Número: 1002337-92.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
J L CONSTRUCOES EIRELI - ME (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
ISMAEL ALVES DA SILVA OAB - MT11855/O (ADVOGADO(A))
JOAO BOSCO NOGUEIRA JUNIOR OAB - 695.876.711-04 (REPRESENTANTE)
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (RÉU)
Magistrado(s):
ALEXANDRE ELIAS FILHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1002337-92.2019.8.11.0002. AUTOR(A): J L CONSTRUCOES EIRELI - ME REPRESENTANTE: JOAO BOSCO NOGUEIRA JUNIOR RÉU: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, A peça do Id 26861467, juntada pela parte ré, requer a apreciação da petição Id 22577802 e 22578631, para reconsiderar a decisão que determinou o depósito do valor a ser realizado por perito judicial, devendo ser utilizado o valor venal do imóvel, bem como a conversão da presente Ação de Reintegração de Posse em indenização por Desapropriação Indireta. Defiro parcialmente o pedido retro, apenas para determinar que o ente requerido apresente o valor venal do imóvel a ser apreciado pela parte autora. Havendo concordância com o valor

haverá a conversão da presente ação, nos moldes pleiteados pelo Município. Sendo o valor impugnado pela autora, o bem será avaliado pelo juízo, nos termos da decisão de Id 21216827. Vindo resposta do ente público intime-se o autor para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se e intimem-se. VÁRZEA GRANDE, 12 de dezembro de 2019. Alexandre Elias Filho Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-105 MANDADO DE SEGURANÇA
Processo Número: 1019825-60.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROSEMEIRE A DA COSTA SOUSA - ME (IMPETRANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ONEIAS PETRONILO GAMA OAB - MT16760/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA (IMPETRADO)

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019825-60.2019.8.11.0002. IMPETRANTE: ROSEMEIRE A DA COSTA SOUSA - ME IMPETRADO: SECRETARIA ADJUNTA DA RECEITA PÚBLICA Vistos, ROSIMEIRE A DA COSTA SOUSA - ME, devidamente qualificado nos autos, impetrou o presente "Mandado de Segurança (com pedido liminar)" contra ato praticado pelo SECRETARIO ADJUNTO DA SECRETARIA ESTADUAL DA FAENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO, também qualificado. Aduz que a Impetrante que teve suas atividades encerradas em 01/12/2017, no entanto existe em seu nome débitos fiscais inscritos em dívida ativa CDA's n. 20171328, 2017189613 e 2018771353, todas referente a Taxa de Segurança Contra Incêndio (TACIN), sendo ilegal e abusiva a cobrança de taxa para a manutenção do serviço público. A petição inicial veio instruída com documentos. É o relatório. DECIDO. Defiro os benefícios da justiça gratuita nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. Pois bem, a taxa de combate e extinção de incêndios devida ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Mato Grosso, foi instituída pela Lei n. 4.547/1982, com nova redação dada pelas Leis n. 9.067/2008 e n. 9.377/2010, regulamentada pelo Decreto Estadual n. 2.063/2009, como contraprestação a serviço essencial, específico e divisível. A propósito, o disposto no art. 100 da Lei originária da referida taxa assim preleciona: "a exigência da referida taxa decorre da permissão concedida pelos artigos 145, II, da Constituição Federal, e artigo 77, do Código Tributário Nacional, que permitem que o ente público cobre taxas, "em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição", Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça: AGRAVO INTERNO – TRIBUTÁRIO - COBRANÇA DA TACIN (TAXA DE SEGURANÇA CONTRA INCÊNDIO) INSTITUÍDA PELO ESTADO DE MATO GROSSO – LEGALIDADE – CONTRAPRESTAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO – DISTINÇÃO DO CASO CONCRETO COM O TEMA 16 DO STF – LEADING CASE QUE ANALISA A INCONSTITUCIONALIDADE DA INSTITUIÇÃO DA REFERIDA TAXA PELOS MUNICÍPIOS – JUÍZO DE RETRATAÇÃO NÃO EXERCIDO. Assim, não há como vislumbrar o preenchimento dos requisitos para a concessão da liminar, razão pela qual, INDEFIRO o pedido de liminar. Notifique-se à autoridade coatora, para prestar informações, no prazo de 10 dias, nos termos do artigo 7º, inciso I, da Lei n. 12.016/09. Após, ao Ministério Público. Cumpra-se. VÁRZEA GRANDE, 12 de dezembro de 2019. ALEXANDRE ELIAS FILHO Juiz(a) de Direito

Expediente

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 333212 Nr: 1843-26.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUCEREMA MARIA CABRAL
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROSANGÊLA SCALABRIN CAMELLO LOPES - OAB:11.678, VIVIANE CAMELLO LOPES - OAB:21.546
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Quanto ao pedido retro, cabe salientar que os honorários periciais, já foram pagos conforme fls. 236-262.
Já em relação ao pedido da parte autora de fls. 266-292, antes de apreciar, necessário se torna expressa manifestação da executada sobre a petição juntada pela exequente, o que ora determino, no prazo de 15 dias.
Além disso, determino que parte autora junte aos autos a certidão de óbito do patrono falecido.
Intime-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 334670 Nr: 3193-49.2014.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: KELLY KATIA DAMASCENO
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: HITHER SANSÃO SOBRINHO - OAB:OAB/MT 17757
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Quanto ao pedido retro, cabe salientar que os honorários periciais, já foram pagos conforme fls. 273-302.
Já em relação petição da parte executada de fls. 305-310, intime-se o Sr. Perito para se manifestar sobre a petição juntada pela executada, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 335942 Nr: 4401-68.2014.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: ODINEIA TEREZINHA DO PRADO OLIVEIRA, ROSILENE PAULA DA SILVA, SIRLENE APARECIDA DE FREITAS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PEDRO MUHL - OAB:5719/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Antes de apreciar a peça retro, necessário se torna expressa manifestação do Sr. Perito sobre a petição juntada pela executada a fls. 608-625, o que ora determino, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 112494 Nr: 8029-12.2007.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ALEX OLIVEIRA SUZARTE DA SILVA, CÉSAR RIBEIRO DA SILVA, DEMETRIUS CORREA DE AGUIAR, EDELSON SEBASTIÃO DA SILVA, CHRISTIANE PATRICIA DE AMORIM FERRAZ, CLAUDSON RODRIGUES, LUIZ ALBERTO CALONGA ARGUELIO, EVANILDO LAURINDO DA SILVA, MARCIO FLORIANO FERRAZ LESCO, MASSAU LEANDRO DOS SANTOS, LUIZ CARLOS DIAS DE ARRUDA, LEONEL REIS DOS SANTOS, GISELLE CRISTINA SANTANA DE AGUIAR, IVANILDO RODRIGO RIOS, ODINEI JOSÉ STOLARSKI, PAULO KLEUBER FERREIRA DA SILVA, OSLY JUSTINIANO PEDRACA, VALMIR CARNEIRO DE AZEREDO, TERCINO NUNES DE MATOS FILHO, TATIANE ROBERTA MARTINS MORA, OLIVIA DE ARAÚJO ALVES
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ADÃO LUIS ARRUDA BASTOS - OAB:19862/O, LETICIA DA COSTA ELIAS - OAB:23120/O, MARIA MADALENA CERQUEIRA DE SOUZA - OAB:22924/O, MARLOS RAPHAEL CAMARGO SILVA - OAB:23105/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Intimem-se as partes exequentes para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuarem o pagamento dos honorários pericias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho

Cod. Proc.: 350518 Nr: 16201-93.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JUDITH MADALENA RODRIGUES DE ARRUDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PEDRO MUHL - OAB:5719-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Intime-se o Sr. Perito para se manifestar sobre a petição juntada pela executada, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 245056 Nr: 5588-53.2010.811.0002
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NATALICIA RODRIGUES DE SOUSA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL -INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JESUS VIEIRA DE OLIVEIRA - OAB:MT 9309, MARCELO VENTURA DA SILVA MAGALHAES - OAB:21412/O, ROQUE PIRES DA ROCHA FILHO - OAB:9.870/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Cumpra-se a decisão do Agravo de Instrumento de n.0044046-26.2011.4.01.000/MT, conforme fl. 272.
Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 334592 Nr: 3124-17.2014.811.0002
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BENEDITO LUCIO DO NASCIMENTO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIANO ALVES ZANARDO - OAB:12770/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
Nos termos do artigo 535 do CPC, intime-se a parte devedora para, em trinta dias, se quiser, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença. Decorrido o prazo "in albis" sem impugnação, certifique-se e expeça-se os devidos requisitórios, conforme os valores cobrados (art. 535, § 3º CPC).
No caso de requisição de pequeno valor (RPV), dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de dois meses, sob pena de sequestro (art. 535, § 3º, II, do CPC).
O precatório deverá observar o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a fim de se proceder ao pagamento na ordem legal (art. 730 do CPC), instruindo-se o Precatório com cópia das peças pertinentes.
Em caso de decurso de prazo sem a realização do pagamento, conclusos.
Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 585490 Nr: 12304-81.2019.811.0002
AÇÃO: Embargos à Execução Fiscal->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LOPES & CANTÃO LTDA - ME
PARTE(S) REQUERIDA(S): FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: daniel de albuquerque - OAB:249.237
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
Recebo os EMBARGOS À EXECUÇÃO e determino a intimação da parte embargada para, no prazo de 15 (quinze) dias, impugnar os presentes embargos, nos termos do art. 920, I do CPC.
Int.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 327139 Nr: 23463-31.2013.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: VALERIA BENEDITA MOLINA DE FRANÇA MAIA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIELA MOLINA BARCELLOS - OAB:OAB/MT8591
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, o executado apresentou comprovante de pagamento (fls. 172/175).
Assim, expeça-se Alvará conforme dados bancários a serem apresentados pela parte autora, no prazo de 10 (dez) dias.
Após, intime-se o exequente para, em 15 (quinze) dias, requerer o que mais entender de direito. Nada sendo requerido, certifique-se o decurso de prazo e remeta-se ao arquivo, procedendo com as baixas de estilo.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se e intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 337401 Nr: 5732-85.2014.811.0002
AÇÃO: Execução Contra a Fazenda Pública->Execução de Título Judicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NORBERTO MARQUES DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DELCI BALEEIRO SOUZA - OAB:10.246/MT, MARTINIANO PEREIRA MATOS FILHO - OAB:10.269 - MT, NORBERTO MARQUES DA SILVA - OAB:11.724
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
Vistos,
Intime-se o executado para comprovar o pagamento do RPV, nos termos do art. (art. 535, § 3º, II, do CPC).
Em caso de decurso de prazo sem a realização do pagamento, conclusos.
Expeça-se o necessário.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 338360 Nr: 6591-04.2014.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: UDIMAR FEREIRA, DENILZA LUIZA DE ARRUDA, HUERTS DE CA MPOS PEREIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PEDRO MUHL - OAB:5719-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a planilha de cálculo de fls. 562-581, ordenando, por conseguinte, seja expedida a Requisição de Pequeno Valor ou de Precatório, conforme o caso, observando-se as formalidades de praxe. Cumpra-se, com urgência.
Além disso, expeça-se o correspondente alvará para levantamento do valor depositado a título dos honorários periciais.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 441243 Nr: 7410-67.2016.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: NADIR DA COSTA E SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FERNANDA C. RIBEIRO MISSORINO - OAB:19.317, JOÃO DALVO DE OLIVEIRA JUNIOR - OAB:9459
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
Nos termos do artigo 534 e 535 do Código de Processo Civil, INTIME-SE o executado, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios

autos, impugnar a execução.
Em caso de decurso de prazo sem a impugnação, conclusos.
Int.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 303453 Nr: 24401-60.2012.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: CAILANE PEREIRA DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB:MT 9.271
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, o executado apresentou comprovante de pagamento (fls. 218/219).
Assim, expeça-se Alvará conforme dados bancários apresentados pela parte autora (fl. 205).
Após, intime-se o exequente para, em 15 (quinze) dias, requerer o que mais entender de direito. Nada sendo requerido, certifique-se o decurso de prazo e remeta-se ao arquivo, procedendo com as baixas de estilo.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se e intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 323085 Nr: 19477-69.2013.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: BRUNO EDUARDO DE CASTRO HENRIQUE
PARTE(S) REQUERIDA(S): FUSVAG-FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE VÁRZEA GRANDE-HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL, PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LEONARDO PIO DA SILVA CAMPOS - OAB:7.202/MT, RICARDO GOMES SANCHES - OAB:267.745/SP, THIAGO HENRIQUE CORREA OLIVEIRA - OAB:20892/O
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, o executado apresentou comprovante de pagamento (fls. 242/243).
Assim, expeça-se Alvará para levantamento do valor à conta bancária do credor, tão logo seja informada nos autos.
Após, intime-se o exequente para, em 15 (quinze) dias, requerer o que mais entender de direito. Nada sendo requerido, certifique-se o decurso de prazo e remeta-se ao arquivo, procedendo com as baixas de estilo.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se e intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 337692 Nr: 5979-66.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MARCIA MADALENA DA SILVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DANIEL ELIAS PEREIRA DE PAULA - OAB:17.399/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos,
Indefiro o pedido de fls. 241/246, tendo em vista não haver que se falar em pagamento de honorários advocatícios, nos termos da decisão de fls. 215/216, assim como a homologação de fl. 231.
Ademais, quanto ao pedido de fls. 236/237, aguarde-se a expedição do alvará.
Intime-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 75301 Nr: 7765-97.2004.811.0002
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ITAÚ SEGUROS S.A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTIANO VALÉRIO TAVERA CORDEIRO, PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOSE EDUARDO POLISEL GONÇALVES - OAB:12.009/MT, ROBERTA NIGRO FRANCISCATTO - OAB:133443/SP
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Dra. Silvana Moraes Valente - OAB:7.139, José Naaman Khouri - OAB:4920
Visto...
Trata-se de cumprimento de sentença proposta por ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S/A em face do MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE.
Tendo em vista a concordância da parte executada, assim como a elaboração do cálculo do débito devido, nos termos do provimento nº 11/2017-CM, bem como, por inexistir óbice de natureza legal nos cálculos de fl. 224-v, HOMOLOGO para que surta seus jurídicos e desejados efeitos em favor da parte Autora.
SOLICITE-SE ao MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal, a fim de se proceder ao pagamento na ordem legal (art. 730 do CPC), instruindo-se o Precatório com cópia das peças pertinentes.
Outrossim, seja requisitado o pagamento do débito referente os honorários advocatícios por meio de Requisição de Pequeno Valor. Fazendo-se o pagamento na ordem de apresentação do RPV à conta do respectivo crédito que deverá ser informado pelo requerente.
Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 328615 Nr: 24939-07.2013.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: EUNICE MENDES COELHO, ELNI MARIA SANTANA MONTEIRO, EDINALVA BERNARDETE CURVO, ELY REGINA ALBUES FIGUEIREDO JADEJISKY, ELAIZA TOBIAS DE AMORIM, EVA DE FATIMA ALMEIDA SILVA, ELISIA ALMEIDA AMORIM DE PAIVA, FLAVIANE MARIA DE AMORIM, GONÇALINA DOS SANTOS COSTA, GONÇALO MANOEL DA SILVA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPALIDADE DE VARZEA GRANDE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVERTON BENEDITO DOS ANJOS - OAB:12464-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono estes autos, na forma estabelecida pelo Provimento nº 56/2007-CGJ, intimando as partes requerentes, por meio de seu advogado, acerca da perícia agendada para o dia 13.02.2020, às 17:00 horas, na Sala de Convivência do Fórum de Várzea Grande-MT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 436586 Nr: 4923-27.2016.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JOAQUIM MENDES CARVALHO, JUNIOR ALBERTO DE MORAES REIS, ELGA CHRISTINE AMARANTE FERREIRA DOS SANTOS
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: IRINEU PEDRO MUHL - OAB:5719-B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Impulsiono estes autos, na forma estabelecida pelo Provimento nº 56/2007-CGJ, intimando as partes requerentes, por meio de seu advogado, acerca da perícia agendada para o dia 13.02.2020, às 17:00 horas, na Sala de Convivência do Fórum de Várzea Grande-MT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 432359 Nr: 2372-74.2016.811.0002
AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: JERONIMA DE SOUSA LOPES
PARTE(S) REQUERIDA(S): PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: CARLOS HENRIQUE FAGUNDES MAGALHÃES - OAB:MT 17.567

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Impulsiono estes autos, na forma estabelecida pelo Provimento nº 56/2007-CGJ, intimando a parte requerente, por meio de seu advogado, acerca da perícia agendada para o dia 13.02.2020, às 17:00 horas, na Sala de Convivência do Fórum de Várzea Grande-MT.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 300584 Nr: 21256-93.2012.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S/A - CEMAT
PARTE(S) REQUERIDA(S): DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT - DAE
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ERNESTO BORGES NETO - OAB:6651-A, EVANDRO CESAR ALEXANDRE DOS SANTOS - OAB:MT 13.431-B, ILANA CRISTINA DA SILVA - OAB:16.636, Murilo Espinola de Oliveira Lima - OAB:MT 3.127A, Ozana Batista Gusmão - OAB:4.062-OAB-MT, RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA - OAB:MT 8.184-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PHILLIPE AUGUSTO MARQUES DUARTE - OAB:12.566/MT
Visto...
Antes de apreciar a peça retro, necessário se torna expressa manifestação da executada sobre a petição juntada pela exequente a fl. 3.299-3.342, o que ora determino, no prazo de 15 dias.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 352769 Nr: 17847-41.2014.811.0002
AÇÃO: Embargos à Execução->Embargos->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOSÉ ALVES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANO ALVES ZANARDO - OAB:12770, JOSÉ KROMINSKI - OAB:10896/MT, LUCAS OLIVEIRA BERNARDINO SILVA - OAB:12027
Visto...
Intime-se a parte exequente/embargada para se manifestar sobre o seu interesse no prosseguimento do feito por eventual saldo remanescente, em 05 dias, sob pena de extinção.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 451692 Nr: 12604-48.2016.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LICINIO ALVES PULQUERIO
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: LILIAN CALDAS RODRIGUES - OAB:18838
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
Intime-se a parte executada para, querendo, impugnar a execução, no prazo de 30 dias e nos próprios autos (art. 535, do Código de Processo Civil).
Não impugnada a execução ou rejeitadas as arguições da executada, expeça-se requisição de Precatório ou Requisição de Pequeno Valor para pagamento dos valores acrescidos de juros e correção monetária até a data do efetivo pagamento, nos moldes estabelecidos no §3º, incisos I e II, do art. 535, do CPC, observando-se as formalidades legais (art. 100, da Constituição Federal).
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 305541 Nr: 1228-70.2013.811.0002
AÇÃO: Execução de Sentença (arts. 632 e 730 do CPC)->MATÉRIA CÍVEL - 1ª INSTÂNCIA->Procedimento Criminal Militar->PROCESSO MILITAR
PARTE AUTORA: MARIA ALBERTINA DA COSTA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO JOSÉ RICCI BOA VENTURA - OAB:9271
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Visto...
O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, o executado apresentou comprovante de pagamento (fls. 285/287).
Assim, expeça-se alvará mediante transferência para conta corrente a ser declinada nos autos, devendo para tanto ser intimada a parte exequente.
Cumpra-se. Intime-se.

Intimação das Partes
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 370255 Nr: 19643-67.2014.811.0002
AÇÃO: Liquidação Provisória de Sentença pelo Procedimento Comum->Procedimento de Liquidação->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: MÁRIO TORRES NETO, LUCINEIA DA SILVA OLIVEIRA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT, JOSÉ CARLOS DE FREITAS MARTINS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JOÃO HENRIQUE TELES DE SOUZA - OAB:11409/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: EDUARDO LUIZ ARRUDA CARMO - OAB:10.546, FERNANDO OLIVEIRA MACHADO - OAB:9012
Vistos,
Intime-se o autor, através do seu patrono, por derradeiro, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de decurso de prazo do patrono, intimem-se os autores pessoalmente, sob pena de arquivamento.
Outrossim, intime-se os Requeridos para o pagamento dos honorários periciais, nos termos da decisão de fl. 415, sob pena de sequestro.
Expeça-se o necessário.
Int.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009282-32.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ABRAAO DE SOUZA DANTAS (REQUERENTE)
EMILIANO FRANCISCO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ALTAIR BALIEIRO OAB - MT13946-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ESTADO DE MATO GROSSO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ALEXANDRE ELIAS FILHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1009282-32.2018.8.11.0002. REQUERENTE: ABRAAO DE SOUZA DANTAS, EMILIANO FRANCISCO DE SOUZA REQUERIDO: ESTADO DE MATO GROSSO Vistos, ABRAÃO DE SOUZA DANTAS e EMILIANO FRANCISCO DE SOUZA, devidamente qualificados nos autos, propôs “AÇÃO MONITÓRIA” em desfavor do ESTADO DE MATO GROSSO, também qualificado, alegando em síntese que o requerente Abraão de Souza Dantas tem registrado a Carta de Crédito n. 9.9.092.393-2 e o requerente Emiliano Francisco de Souza tem registrado a Carta de Crédito n. 9.9.092.465-3 na Secretária de Administração. A petição veio instruída com documentos. O Requerido apresentou Embargos monitórios, alegando prescrição da pretensão, prova escrita incompleta inapta a embasar ação monitória e subsidiariamente impugnação ao cálculo apresentado. Através de impugnação aos embargos, os autores rebateram as teses de defesa, por fim concordaram para que seja aplicada a correção monetária nos moldes proposto pelo requerido. É o breve relatório. Fundamento e decido. A ação monitória é cabível quando for demonstrada a existência da obrigação com prova escrita que seja suficientemente capaz de inspirar no convencimento do juiz acerca da verossimilhança das alegações, conforme dispõe o artigo 700 do Código de Processo Civil. Nesse sentido o Superior Tribunal de Justiça: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO MONITÓRIA.

PROVA ESCRITA. JUÍZO DE PROBABILIDADE. CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA. E-MAIL. DOCUMENTO HÁBIL A COMPROVAR A RELAÇÃO CONTRATUAL E A EXISTÊNCIA DE DÍVIDA. 1. A prova hábil a instruir a ação monitória, isto é, apta a ensejar a determinação da expedição do mandado monitório - a que alude os artigos 1.102-A do CPC/1.973 e 700 do CPC/2.015 -, precisa demonstrar a existência da obrigação, devendo o documento ser escrito e suficiente para, efetivamente, influir na convicção do magistrado acerca do direito alegado, não sendo necessário prova robusta, estreme de dúvida, mas sim documento idôneo que permita juízo de probabilidade do direito afirmado pelo autor. 2. O correio eletrônico (e-mail) pode fundamentar a pretensão monitória, desde que o juízo se convença da verossimilhança das alegações e da idoneidade das declarações, possibilitando ao réu impugnar-lhe pela via processual adequada. 3. O exame sobre a validade, ou não, da correspondência eletrônica (e-mail) deverá ser aferida no caso concreto, juntamente com os demais elementos de prova trazidos pela parte autora. 4. Recurso especial não provido. (REsp 1381603/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 11/11/2016). No presente caso, a parte autora apresentou cópia do documento emitido pela administração pública, reconhecendo o débito oriundo de "crédito salarial decorrente de decisões judiciais transitadas em julgado, que originaram os Precatórios nº 5.702/1999, n. 59/1996, n. 10/1996, n. 14/1996, n. 28/1997, n. 81/1999, n. 80/1999, n. 04/2000, n. 05/2000, n. 09/2000 e n. 3.511/2007", bem como informando os números das certidões (ID 15891584). O Estado requerido, através dos embargos, alegou prescrição da pretensão, prova escrita incompleta inapta a embasar ação monitória e subsidiariamente impugnação ao cálculo apresentado, contudo tais alegações não merecem prosperar, haja vista a parte autora apresentou documentos probatórios do crédito salarial pretendido. Dessa forma, ausente a indicação de fato concreto capaz de infirmar a validade da cobrança e ausente qualquer circunstância que afastasse sua exigibilidade, de rigor a procedência da demanda monitória, com a constituição do título executivo judicial em favor da demandante-embargado. Diante do exposto, e o mais constate dos autos, JULGO IMPROCEDENTE OS EMBARGOS MONITÓRIOS ofertados pelo Requerido, e JULGO PROCEDENTE A AÇÃO MONITÓRIA, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, o que faço para constituir de pleno direito, em título executivo judicial, o crédito representativo pelos títulos apresentados na exordial, constituindo a quantia de R$ 13.583,59 ao servidor Emiliano Francisco de Souza e a quantia de R$ 13.144,27 ao servidor Abraão de Souza Dantas. Os valores deverão ser corrigidos monetariamente pelo INPC, até a vigência da Lei n.º 11.960/2009, em 29.06.2009, e a partir de então a Taxa Referencial – TR, até 25/03/2015, momento em que o índice a ser adotado passa a ser o IPCA-E, enquanto que os juros de mora devem ser fixados, a partir da citação, com os índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, conforme a redação do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, com redação dada pela Lei n. 11.960/09. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas porque isenta. Porém, condeno-a ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação (art. 85, § 3º do CPC). Outrossim, defiro o pedido de destaque dos honorários contratuais em favor do patrono, conforme o termo do contrato de prestação de serviços. Transitada em julgado a decisão e observadas as formalidades legais, arquivem-se. P. R. I. VÁRZEA GRANDE, 12 de dezembro de 2019. Alexandre Elias Filho Juiz(a) de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009245-68.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
TALITA REGINA DE BARROS COSTA MARQUES FRANCIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FAUSTINO ANTONIO DA SILVA NETO OAB - MT6707-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE (REQUERIDO)
Magistrado(s):
ALEXANDRE ELIAS FILHO

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO 2ª VARA ESP. DA FAZENDA PÚBLICA DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1009245-68.2019.8.11.0002. REQUERENTE: TALITA REGINA DE BARROS COSTA MARQUES FRANCIO REQUERIDO: MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE Vistos, TALITA REGINA DE BARROS COSTA MARQUES FRANCIO, devidamente qualificada, ajuizou a presente "ação ordinária" em face do MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, alegando, em síntese, a legalidade do ajustamento do cargo de Advogado Municipal para Procurador Municipal. Aduz que no ano de 2003 foi criado o cargo de Procurador Municipal efetivo, através da Lei Municipal nº 2558/2003, ou seja, a estrutura organizacional jurídica do município sofreu alterações que resultou em transformação do cargo de advogado em procurador municipal, sendo posteriormente estruturado em plano de cargos e carreiras através da Lei Municipal nº 3753/2012. Afirma que tomou posse em 23/09/2015, e por questão de isonomia, pleiteou o ajustamento de cargo, haja vista a servidora Carolina Barbosa Costa de Arruda Moreira, teve o ajustamento e encontra-se investida no cargo de Procuradora Municipal, contudo, o seu pedido foi indeferido ao argumento de que a Lei Municipal nº 2708/2004 foi revogada em 12/11/2015 pela Lei Municipal 4107/2015. Por fim, requer fazer valer suas garantias constitucionais e direitos garantidos por lei, buscando através do Poder Judiciário a procedência do pedido. Colacionou documentos à inicial. Deferido a justiça gratuita. O ente público requerido apresentou contestação e pugnou pela improcedência do pleito. Impugnação à contestação. Após, juntada de novos documentos. É o relatório. Fundamento. Decido. Conheço diretamente do pedido, proferindo sentença, nos termos do art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil, por não depender a lide de maior dilação probatória. Versam os autos sobre pedido de ajustamento do cargo da requerente para Procuradora Municipal, em razão da transformação de cargo operada nos termos da Lei nº 2708/2004 vigente ao tempo de sua nomeação. Nota-se, que a Requerente foi nomeada para exercer o cargo de Técnico Nível Superior – Perfil Advogado, a partir de 23/09/2015, em 15/06/2016 protocolou pedido de ajustamento do seu cargo para Procuradora Municipal, com fundamento na Lei Municipal nº 2708/2004. O parecer municipal que negou o ajustamento requerido pela servidora alega que a Lei nº 2708/2004 estava em vigor à época da sua posse (23/09/2015), porém essa lei foi revogada pela atual administração municipal sessenta dias depois de sua posse, mais precisamente em 13/11/2015, por meio da Lei nº 4107/2015. Importante destacar que a Lei nº 2708/2004 em seu artigo 1º assim dispõe: Art. 1º. Nos termos do artigo 11 da Lei Federal nº. 10549/2002, ficam transformados em cargos de Procurador Municipal os atuais cargos de Advogados do quadro de servidores do Município de Várzea Grande. Embora o ente requerido tenha alegado que a promulgação da lei "foi no sentido de transformar tão somente para aqueles servidores que pertenciam ao quadro de advogados à época da criação da Lei", a autora goza de direito adquirido, uma vez que, o artigo 3º da Lei Municipal n.º 3.753/2012 traz em seu bojo as atribuições da Procuradoria Municipal de Várzea Grande, in verbis: Art. 3º - compete a Procuradoria, na pessoa do Procurador do Município: I – representar judicialmente o município, em defesa de seus bens, interesses e serviços em ações em que for parte ou terceiro interessado; II – manter as atividades da Prefeitura dentro das prescrições legais; III – representar o Município perante os Tribunais de Contas do Estado e da União; IV – promover, privativamente, a inscrição e a cobrança judicial e administrativa da dívida ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública; (...) A advocacia pública é inclusive regulamentada pelo Regulamento Geral do Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil – Lei 8.906/1994, senão vejamos: Art. 9º - Exercem a advocacia pública os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das Autarquias e das fundações públicas, estando obrigados à inscrição na OAB, para o exercício de suas atividades. Com efeito, no caso em comento, deve-se levar em conta, inclusive o disposto no § 1º do artigo 39 da Constituição Federal, vejamos: Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. § 1º A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho. I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; II - os requisitos para a investidura; III - as peculiaridades dos cargos. Portanto, não há ofensa à ilegalidade, uma vez que houve o certame e a Requerente à ele se submeteu, sendo aprovada em quarto lugar, dentro do número de vagas oferecidas. Entendimento do TJMT, in verbis: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE ALTA

FLORESTA. LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 1106/2001. ARTIGO 30. CRIAÇÃO DE CARGO COMISSIONADO DE PROCURADOR MUNICIPAL. ATRIBUIÇÕES DE NATUREZA EMINENTEMENTE TÉCNICAS. AUSÊNCIA DE EXCEPCIONAL VÍNCULO DE CONFIANÇA COM A AUTORIDADE NOMEANTE. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SIMETRIA. AFRONTA AO ARTIGO 37, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ARTIGOS 129, II E 173, § 2º, AMBOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL. NECESSIDADE DE PROVIMENTO DO CARGO POR CONCURSO PÚBLICO. AÇÃO PROCEDENTE. A criação do cargo em comissão para o preenchimento de vaga de Procurador Municipal configura verdadeira afronta ao artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e artigo 129, incisos I e II, da Constituição do Estado de Mato Grosso, uma vez sem a prévia aprovação em concurso público. Se o ingresso na carreira da Advocacia Pública da União e dos Estados deve se dar por meio de concurso público, como exigem os artigos 131 e 132 da Constituição Federal e 111 da Constituição de Mato Grosso, os cargos de advogado público municipal igualmente devem ser providos da mesma forma, observando, assim, o princípio da simetria para os entes municipais albergado no artigo 173, § 2º, da Constituição Estadual, que também encontra amparo no artigo 29 da Carta da República". (ADI 130142/2014, Desa. Marilsen Andrade Addario, Tribunal Pleno, Julgado em 26/03/2015, Publicado no DJE 07/04/2015). O TJMG ao analisar o caso de servidores que exercem as mesmas funções com subsídios diferentes determinou a equiparação salaria, senão vejamos: REEXAME NECESSÁRIO. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA INOMINADA. SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL. ISONOMIA SALARIAL. DIFERENÇAS APONTADAS. EQUIPARAÇÃO DEVIDA. PAGAMENTO NECESSÁRIO. PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA. ADEQUAÇÃO. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. MINORAÇÃO. SENTENÇA REFORMADA EM PARTE. Comprovada a identidade entre os cargos dos funcionários tomados como paradigmas, inegável o direito pleiteado pela postulante, sendo-lhe, portanto, devido o pagamento da integralidade das diferenças vindicadas, observada a prescrição quinquenal. (TJMG – REEX: 10407110014542001 MG, Relator: Barros Levenhagem, Data de Julgamento: 27/06/2013, 5ª Câmara Cível, Data Publicação: 03/07/2013). Neste norte, não há como diferenciar os cargos de procurador municipal e advogado, pois exercem as mesmas funções, a mesma carga horária, mesma responsabilidade, mas com a diferença de subsídios exorbitantes. Saliento, outrossim, que a requerente faz jus ao ajustamento do seu cargo para Procuradora Municipal, haja vista, sua nomeação ocorreu ainda na vigência da Lei nº 2708/04, e como dito pelo próprio requerido, a lei foi promulgada foi no sentido de ajustar os cargos dos servidores que pertenciam ao quadro de advogados à época da criação da Lei, logo sendo nomeada ao cargo, através do concurso público, a requerente faz parte do quando de servidores da época da criação da lei, haja vista esta lei somente foi revogada depois de sua nomeação, não podendo ter efeito "ex tunc", de forma que, não pode a autora não ser beneficiada com os efeitos da lei. Com efeito, a administração pública está sujeita ao princípio da legalidade que implica subordinação total do administrador à lei (art. 37 da CF). Além de vigorar o princípio da isonomia, segurança jurídica e razoabilidade. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na presente ação, com base no artigo 1.º da Lei n.º 2708/2004, e determino que o Requerido proceda ao ajustamento do cargo da Requerente para Procuradora Municipal, e todas as prerrogativas inerentes ao cargo, procedendo ao exato enquadramento nos termos da Lei nº 3753/2012. Por consequência, declaro extinto o processo com resolução do mérito, com fulcro no artigo 487, inciso I, do CPC. Deixo de condenar o Ente/Requerido nas custas e despesas processuais e condeno-o em honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.500,00, tendo em vista a natureza da causa e o trabalho do advogado, atentando-se para as faixas de base de cálculo (CPC, art. 85, § § 2º e 8º). Sentença não sujeita ao duplo grau de jurisdição nos termos do art. 496, § 3º, inciso III, do Código de Processo Civil. Certificado trânsito em julgado e observado as formalidades legais, arquivem-se. P.R.I. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ALEXANDRE ELIAS FILHO Juiz(a) de Direito

3ª Vara Especializada da Fazenda Pública

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 327289 Nr: 23613-12.2013.811.0002
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ESTADO DE MATO GROSSO, MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
PARTE(S) REQUERIDA(S): EMILIO CARLOS PINHATARI, MARIA APARECIDA PINHATARI
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: JENZ PROCHNOVV JUNIOR - PROC. EST. - OAB:PROC.1
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ERODILCE SANTOS GUIMARÃES - OAB:16.518, JOELI MARIANE CASTELLI - OAB:16.746
Certifico, com a finalidade de INTIMAR a PARTE REQUERIDA, para no prazo de 05 (cinco) dias efetuar o pagamento da custa judiciária no valor R$ 1.438,14 e da taxa judiciária no valor de R$ 1.438,14, totalizando em R$ 2.876,26, conforme cálculo de fls. 198, SOB PENA DE LEVAR A PROTESTO OU DÍVIDA ATIVA, consoante Provimentos 40/2014-CGJ, 80/2014-CGJ e 88/2014-CGJ, IN 09/2014-PRES e IN 10/2014-PRES.
OBS:PAGAMENTO NA FORMA SOLIDARIA
ELDER CURVO TAQUES
ESTAGIÁRIO

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 267433 Nr: 6187-55.2011.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: CELIA MOREIRA DA SILVA CRUZ
PARTE(S) REQUERIDA(S): INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: VLADIMIR DE LIMA BRANDÃO - OAB:OAB/MT 5812
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Nos termos da legislação vigente e em cumprimento ao art. 203 § 4º do CPC, impulsiono estes autos intimando a parte Exequente a requerer o que de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 380164 Nr: 26839-88.2014.811.0002
AÇÃO: Execução Fiscal->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): UNIGESSO COMERCIO DE GESSO LTDA ME, LUIZ VANDERLEI OLIVEIRA DA SILVA, GILVANEIDE GOMES DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ROMES JÚLIO TOMAZ - PROCURADOR DO ESTADO - OAB:3791
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: KLEBER JOSE MENEZES ALVES - OAB:13.379/MT
Nos termos da legislação vigente e em cumprimento ao art. 203 § 4º do CPC, impulsiono estes autos intimando a parte Exequente a requerer o que de direito.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 237332 Nr: 17113-66.2009.811.0002
AÇÃO: Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: IVANIL ALVES DE ALMEIDA
PARTE(S) REQUERIDA(S): MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE - MT
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: EVANDRO CORBELINO BIANCARDINI - OAB:7341-A, IRINEU PEDRO MUHL - OAB:5719/B
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos...
Trata-se de cumprimento de sentença proposta por IVANIL ALVES DE ALMEIDA, para recebimento do crédito exequendo.
Encaminhados, os presentes autos, ao contador judicial para análise e conferência, este manifestou que os cálculos de fls. 221/228 estão corretos.
Destarte, o artigo 524 do CPC em seu parágrafo 2º, declara expressamente que o juiz poderá valer-se do contador judicial para a verificação dos cálculos apresentados pelo credor.
Assim, por inexistir óbice de natureza legal nos cálculos de fls. 221/228, HOMOLOGO para que surtam seus jurídicos e desejados efeitos.

SOLICITE-SE, o pagamento do débito por meio de Requisição de Pequeno Valor, instruindo-se a solicitação da RPV com cópia das peças pertinentes, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento deverá ser realizado no prazo máximo de dois meses, sob pena de sequestro (art. 535, § 3º, II, do CPC).
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A): Alexandre Elias Filho
Cod. Proc.: 331697 Nr: 441-07.2014.811.0002
AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: ISAURA BOLONHESE CANDIDO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ESTADO DE MATO GROSSO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: BRUNO JOSÉ RICCI BOAVENTURA - OAB:MT 9.271
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Vistos...
Trata-se de cumprimento de sentença proposta por ISAURA BOLONHESE CANDIDO, para recebimento do crédito exequendo.
Encaminhados, os presentes autos, ao contador judicial para análise e conferência, este manifestou que os cálculos de fl. 139 estão corretos.
Destarte, o artigo 524 do CPC em seu parágrafo 2º, declara expressamente que o juiz poderá valer-se do contador judicial para a verificação dos cálculos apresentados pelo credor.
Assim, por inexistir óbice de natureza legal nos cálculos de fl. 139, HOMOLOGO para que surtam seus jurídicos e desejados efeitos.
SOLICITE-SE, por intermédio do Presidente do Tribunal competente, Precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal, a fim de se proceder ao pagamento na ordem legal (art. 730 do CPC), instruindo-se o Precatório com cópia das peças pertinentes.
Expeça-se o necessário.
Cumpra-se.

Varas Criminais

1ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Murilo Moura Mesquita
Cod. Proc.: 587458 Nr: 13506-93.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON REIS PEREIRA, JONATHAN JOSÉ DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRENO FERREIRA ALEGRIA - OAB:OAB/MT 9996, BRUNO FERREIRA ALEGRIA - OAB:6188/OABMT, PABLINE MAYARA B. BELFORT MEDEIROS - OAB:23873-O, PABLINE MAYARA BARBOSA BELFORT MEDEIROS - OAB:23873/O
Vistos etc.
I. Designo o dia 19.12.2020, às 13h30m, para a realização de audiência de instrução e julgamento.
II. Intimem-se as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa, residentes nesta Comarca, para comparecerem ao ato. Caso seja necessário, expeça-se Carta Precatória para inquirição das testemunhas eventualmente residentes fora da Comarca.
III. Intimem-se os acusados e seus respectvos advogados. Notifique-se o Ministério Público.
IV. Requisitem-se os réus.
V. Sem prejuízo do acima exposto, conceda-se vista ao Ministério Público para manifestação quanto ao pedido de fls. 663/675, trazendo os autos conclusos em seguida.
VI. Expeça-se o necessário, com a máxima urgência.
VII. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 587458 Nr: 13506-93.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON REIS PEREIRA, JONATHAN JOSÉ DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRENO FERREIRA ALEGRIA - OAB:OAB/MT 9996, BRUNO FERREIRA ALEGRIA - OAB:6188/OABMT, PABLINE MAYARA B. BELFORT MEDEIROS - OAB:23873-O, PABLINE MAYARA BARBOSA BELFORT MEDEIROS - OAB:23873/O
Intimar os advogados Bruno Ferreira Alegria (OAB/MT 9996) e Breno Ferreira Alegria (OAB/MT 11.098), defensores do acusado Anderson Reis Pereira e a advogada Pabline Mayara Barbosa Belfort Medeiros (OAB/MT 23.873-O), defensora do acusado Jonathan José de Campos, para comparecerem à audiência designada para o dia 19/12/2019 às 13h30min, conforme decisão de fls. 676, cujo teor é o seguinte: "Vistos etc. I. Designo o dia 19.12.2020, às 13h30m, para a realização de audiência de instrução e julgamento. II. Intimem-se as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa, residentes nesta Comarca, para comparecerem ao ato. Caso seja necessário, expeça-se Carta Precatória para inquirição das testemunhas eventualmente residentes fora da Comarca. III. Intimem-se os acusados e seus respectvos advogados. Notifique-se o Ministério Público. IV. Requisitem-se os réus. V. Sem prejuízo do acima exposto, conceda-se vista ao Ministério Público para manifestação quanto ao pedido de fls. 663/675, trazendo os autos conclusos em seguida. VI. Expeça-se o necessário, com a máxima urgência. VII. Cumpra-se".

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 390939 Nr: 5874-55.2015.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAO MARCOS FERREIRA SANFELICE, JOSÉ MARIA SANTANA DE OLIVEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DANIELY MARTINS DE VASCONCELOS - OAB:, LAURO GONÇALO DA COSTA - OAB:
Intimar o advogado Lauro Gonçalo da Costa, OAB/MT 15.304 e Daniely Martins de Vasconcelos, OAB/MT 21.617 constituídos pelo acusado João Marcos Ferreira Sanfelice, da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 29/01/2020, às 14h00min.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 450486 Nr: 12147-16.2016.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GABRIEL JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Everton Henrique de Moraes Barradas - OAB:MT 21.176/O, Simony Maria da Silva Barradas - OAB:MT 15.447
Intimar o advogado Everton Henrique de Moraes Barradas, OAB/MT 43408, constituído pelo acusado Gabriel José da Silva, para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia 29/01/2020, às 13h30min.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 322950 Nr: 19351-19.2013.811.0002
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EVANDRO CICERO DE CAMPOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ENILDO NEVES DE SOUZA - OAB:
Intimar o advogado Enildo Neves de Souza, OAB/MT 22020, constituído pelo acusado Evandro Cícero de Campos, da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 29/01/2020, às 18h00min.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 534087 Nr: 6648-80.2018.811.0002
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ADENIL NUNES BRANDÃO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ALESSANDER DEUSDETH LUIZ CHAVES FADINI - OAB:OAB/MT 7645
Intimar o advogado Alessander Deusdeth Luiz Chaves Fadini (OAB/MT 7645), defensor do acusado Adenil Nunes Brandão, para comparecer a audiência designada conforme decisão de fls. 154, cujo teor é o seguinte: "Vistos etc. Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público em desfavor de Adenil Nunes Brandão, pelos fatos narrados na exordial. A denúncia foi recebida no dia 16.4.2019 (fl. 139). Devidamente citado, o réu apresentou resposta à acusação às fls. 145/150, pugnando 'que seja desclassificado o delito a ele imputado' e 'que seja reconhecida a excludente de criminalidade por ter agido em legítima defesa'.Com efeito, os argumentos atinentes à desclassificação do delito e à absolvição se confundem, posto que ambos estão pautados na tese de que o crime teria sido praticado sob o manto da legítima defesa. Todavia, in casu, não se verifica a manifesta existência da excludente da ilicitude invocada, devendo ser submetidos os seus argumentos ao crivo do contraditório judicial. Portanto, em que pesem os argumentos da defesa, não merece êxito o pedido, porquanto, neste momento processual, basta para o recebimento da denúncia, a constatação da materialidade e o reconhecimento de indícios de autoria, requisitos estes que foram vislumbrados. Frise-se, ainda que, nesta fase, prevalece o princípio do in dubio pro societate, de modo que, pelos elementos até agora colacionados aos autos, constata-se a existência de lastro probatório suficiente para desencadear a persecução penal. Diante do exposto, por não vislumbrar a presença de nenhuma das hipóteses de rejeição da denúncia (art. 395 do CPP) ou de absolvição sumária (art. 397 do CPP), INDEFIRO o pedido de fls. 145/150 e DETERMINO o prosseguimento do feito. Para tanto, DESIGNO o dia 28.1.2020, às 18h00min, para a realização de audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes para comparecerem ao ato. [...]. Intimem-se o acusado e sua defesa. Notifiquem-se o Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se".

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 404981 Nr: 13905-64.2015.811.0002
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP
PARTE(S) REQUERIDA(S): JDCDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO 20 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) intimada(s): JOSIANE DE CAMPOS DA SILVA, Filiação: Ana Josefa de Campos e Benevides de Campos da Silva, data de nascimento: 01/07/1978, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, convivente. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita. .
Sentença: Diante do exposto, nos termos do artigo 414, caput, do Código de Processo Penal, IMPRONUNCIO a acusada JOSIANE DE CAMPOS DA SILVA.Publique-se. Intimem-se. Transitada em julgado esta sentença, arquivem-se os autos. Expeça-se o necessário.Cumpra-se.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Anna Carolina Arruda Leal, digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Sheila da Silva Figueiredo Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 513622 Nr: 20851-81.2017.811.0002
AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri->Processo Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIZ FELIPE DA SILVA SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FERNANDA MENDES PEREIRA - OAB:4455
Intimar a advogada Fernanda Mendes Pereira, OAB/MT 4455, constituída pelo acusado Luiz Felipe da Silva, para comparecer à audiência de instrução e julgamento designada para o dia b29/01/2020, às 17h30 min.

2ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marilza Aparecida Vitório
Cod. Proc.: 519052 Nr: 23972-20.2017.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GEOVANE GONÇALVES DA PENHA, FRANCISCO GUIMARÃES JUNIOR
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: RONEI AUGUSTO DUARTE - OAB:4420/MT
DECISÃO
I - O réus apresentaram resposta escrita requerendo a absolvição sumária de FRANCISCO GUIMARÃES JUNIOR e a desclassificação do delito supostamente praticado por GEOVANE GONÇALVES DA PENHA.
II – O art. 397, do CPP, dispõe sobre as hipóteses em que o juiz deverá absolver sumariamente o Réu, quais sejam:
"I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime;
IV - extinta a punibilidade do agente."
III – Para que seja feito o exame de forma antecipada do mérito da ação penal, os pressupostos autorizadores da absolvição a que se refere o artigo citado devem estar presentes nos autos de forma incontestável, prescindindo até de produção probatória.
IV – A denúncia discorre sobre fatos que foram investigados no Inquérito que a embasa. Há prova suficiente da materialidade e indícios bastante de autoria, além da narrativa lógica dos fatos, a justificar o prosseguimento da ação.
V – Assim, não verifico nos autos elementos que me permitam uma análise antecipada do mérito, de maneira que entendo justificado o processo e a necessidade da instrução criminal, onde será oportunizada ampla defesa ao Requerente.
VI – Pelo que, rejeito as preliminares arguidas. Após, tendo em vista que os Réus apresentaram Defesa Preliminar, não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do CPP, venham-me os autos conclusos para designação de audiência de instrução.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marilza Aparecida Vitório
Cod. Proc.: 570945 Nr: 4409-69.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WILVERSON MARQUES DE ARRUDA MOREIRA, WALEX DOUGLAS DUARTE DA COSTA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JESSYCA NAGANO BEZERRA - OAB:17185/O, MILENE VIEIRA ORMONDE - OAB:26271
DECISÃO
I – WILVERSON MARQUES DE ARRUDA MOREIRA apresentou Defesa Preliminar requerendo sua absolvição sumária.
II – O art. 397, do CPP, dispõe sobre as hipóteses em que o juiz deverá absolver sumariamente o Réu, quais sejam:
"I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do

agente, salvo inimputabilidade;
III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime;
IV - extinta a punibilidade do agente."
III – Para que seja feito o exame de forma antecipada do mérito da ação penal, os pressupostos autorizadores da absolvição a que se refere o artigo citado devem estar presentes nos autos de forma incontestável, prescindindo até de produção probatória.
IV – A denúncia discorre sobre fatos que foram investigados no Inquérito que a embasa. Há prova suficiente da materialidade e indícios bastante de autoria, além da narrativa lógica dos fatos, a justificar o prosseguimento da ação.
V – Assim, não verifico nos autos elementos que me permitam uma análise antecipada do mérito, de maneira que entendo justificado o processo e a necessidade da instrução criminal, onde será oportunizada ampla defesa ao Requerente.
VI – Pelo que, rejeito a preliminar arguida. Após, tendo em vista que os Réus apresentaram Defesa Preliminar, não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do CPP, venham-me os autos conclusos para designação de audiência de instrução.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Marilza Aparecida Vitório
Cod. Proc.: 572287 Nr: 39126-21.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): WEILLER PRADO SIQUEIRA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: Carlos Odorico Dorileo Rosa Junior - OAB:MT 13.822, KAMILLA MARIA MATIAS DA SILVA - OAB:25032/O, KELBILA MAYARA BORGES CAMPOS - OAB:25277 MT, Mariana Lima de Almeida Arruda - OAB:MT 24.211/O
DECISÃO
I – WEILLER PRADO SIQUEIRA apresentou Defesa Preliminar requerendo sua absolvição sumária.
II – O art. 397, do CPP, dispõe sobre as hipóteses em que o juiz deverá absolver sumariamente o Réu, quais sejam:
"I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato;
II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade;
III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime;
IV - extinta a punibilidade do agente."
III – Para que seja feito o exame de forma antecipada do mérito da ação penal, os pressupostos autorizadores da absolvição a que se refere o artigo citado devem estar presentes nos autos de forma incontestável, prescindindo até de produção probatória.
IV – A denúncia discorre sobre fatos que foram investigados no Inquérito que a embasa. Há prova suficiente da materialidade e indícios bastante de autoria, além da narrativa lógica dos fatos, a justificar o prosseguimento da ação.
V – Assim, não verifico nos autos elementos que me permitam uma análise antecipada do mérito, de maneira que entendo justificado o processo e a necessidade da instrução criminal, onde será oportunizada ampla defesa ao Requerente.
VI – Pelo que, rejeito a preliminar arguida. Após, tendo em vista que o Réu apresentou Defesa Preliminar, não ocorrendo nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do CPP, venham-me os autos conclusos para designação de audiência de instrução.
Intimem-se. Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 597277 Nr: 18862-69.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDMILSON COSTA, GERCI CONCEIÇÃO RIBEIRO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DAVID WENER FARINELLI SERILO - OAB:MT 19.592/O
Nos termos da legislação vigente e Provimento nº 52/2007-CGJ, impulsiono o presente feito, remetendo-o à intimação da Defesa do Réu EDMILSON COSTA, via DJE, para APRESENTAR DEFESA PRELIMINAR, no prazo 10 (dez) dias.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 403673 Nr: 13256-02.2015.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MP
PARTE(S) REQUERIDA(S): GLADJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: MARCIO SALES DE FREITAS - OAB:7.888
Nos termos da legislação vigente art. 1961, da CNGC, impulsiono o presente feito, remetendo-o à intimação da Defesa do Réu, via DJE, para APRESENTAR ALEGAÇÕES FINAIS, no prazo 05 (CINCO) DIAS.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 564898 Nr: 1151-51.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): THIAGO RODRIGO CARMO DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ KROMINSKI - OAB:10896/MT
Nos termos da legislação vigente art. 1961, da CNGC, impulsiono o presente feito, remetendo-o à intimação da Defesa do Réu, via DJE, para APRESENTAR RESPOSTA À ACUSAÇÃO, no prazo legal.

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 529015 Nr: 3788-09.2018.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): SATURNINO ANDRÉ SENA DA SILVA, VALDIRENE RISSARDI, WELDER ERNESTO DA COSTA E SILVA, VITOR HUGO SOARES DE CARVALHO, AGNALDO GUEDES DE OLIVEIRA, NAIARA RODRIGUES OVEDO, RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA, PAULO VICTOR DA SILVA CAMARGO
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: KATIA VALADARES SILVA - OAB:23270
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ADILSON DAMIÃO DA SILVA CRUZ - OAB:19.681/0, CAMILLO FARES ABINADER NETO - Defensor - OAB:
Edital Genérico ME107
Edital de:INTIMAÇÃO
Prazo:15
Intimando:Réu(s): Vitor Hugo Soares de Carvalho, Cpf: 03215039109, Rg: 20881754 SSP MT Filiação: Marcos de Carvalho e Isabel Cristina Soares, data de nascimento: 25/07/1991, brasileiro(a), natural de Maringá-PR, solteiro(a), auxiliar técnico, Endereço: Av. Julio Campos, Nº 388, Bairro: Jardim Glória I, Cidade: Várzea Grande-MT
Finalidade:PROCEDER A INTIMAÇÃO DO RÉU, acima qualificado, para que constitua outro advogado de sua confiança para apresentação das Alegações Finais, ou, declare a sua condição de hipossuficiência. Intimando-o , ainda, que não constituído o patrono no prazo assinalado, 05 (CINCO) dias, ser-lhe-á nomeado Defensor Público, sendo aberta imediatas vistas à Defensoria Pública local para o patrocínio de sua defesa.
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):MÁRCIA REGINA DE ARAÚJO
Portaria:52/2007

3ª Vara Criminal

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Moacir Rogério Tortato
Cod. Proc.: 566214 Nr: 1863-41.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento

Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ANDERSON GONÇALVES DE SOUZA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: DEFENSORIA PUBLICA - OAB:
Vistos etc.
O acusado notificado pessoalmente (fls. 85/86), apresentou, por meio da Defensoria Pública, defesa prévia (fls. 89), não suscitando preliminares, postergando a defesa do mérito para fase oportuna.
Assim, demonstrada a materialidade e os indícios de autoria e não sendo evidenciada nenhuma das causas de absolvição sumária do art. 397 do CPP, RECEBO a DENÚNCIA ofertada contra Anderson Gonçalves de Souza Silva.
Designo, nos termos do art. 56, da Lei nº 11.343/06, a audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de janeiro de 2020, às 16h.
Por fim, nos termos do art. 50, §3° da Lei 11.343/06, oficie-se a Autoridade Policial determinando a incineração da droga apreendida, guardando-se amostra necessária para realização do laudo definitivo.
Cite-se e intime-se o acusado, intimando-se ainda a Defensoria Pública e as testemunhas arroladas no feito.
Notifique-se o MP.
Expeça-se necessário.
Cumpra-se.

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Moacir Rogério Tortato
Cod. Proc.: 523444 Nr: 265-86.2018.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): EDSON MORAES GONÇALVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOSÉ DE ALENCAR SILVA - OAB:7359/MT, ROGERIO TEOPILO DA CRUZ - OAB:21521/O
Pelo exposto, julgo improcedente a pretensão inicial para ABSOLVER o acusado EDSON FABRÍCIO GONÇALVES, suficientemente qualificado nos autos, da imputação que lhe é atribuída, nos termos do art. 386, VII, do CPP.Oficie-se a Autoridade Policial, autorizando a incineração da droga apreendida. O termo comprobatório deverá vir aos autos. Restitua-se a quem de direito os objetos descritos nos itens 8 a 19 de fls. 23, consignando-se, porém, no mandado de intimação que, se não houver a retirada dos objetos em 15 dias, presumir-se-á o desinteresse por falta de valor econômico, devendo, então, ser encaminhados à Autoridade Policial para doação a entidade filantrópica ou beneficente, ou ainda, destruição.Transitada em julgado procedam-se as respectivas baixas e anotações pertinentes.

Intimação para Advogado(a) -> (Diversos)
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 588987 Nr: 14427-63.2018.811.0042
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ALEX DO NASCIMENTO MARQUES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: PAULO GUSTAVO FERNANDES MELO - OAB:18188
Intimação do advogado devidamente habilitado da decisão que segue: "Vistos etc. Vistas ao MP. Ciência às partes sobre a remessa do processo a este Juízo. Cumpra-se."

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 568752 Nr: 3170-30.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): AIRTON DE PAULA CZARNOBAY
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital Genérico ME107
Edital de:NOTIFICAÇÃO
Prazo:30
Intimando:
Finalidade:
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):
Portaria:

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 569356 Nr: 3464-82.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): ELIAS TEODORO DE ASSUNÇÃO, HEBERT VINICIUS DE ALMEIDA SANTOS, LUIS CARLOS SILVA GOMES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Edital Genérico ME107
Edital de:NOTIFICAÇÃO
Prazo:30
Intimando:Réu(s): Hebert Vinicius de Almeida Santos, Cpf: 02761569199, Rg: 24977969 SSP MT Filiação: Maxsuel Ferreira dos Santos e Leila de Almeida Santos, data de nascimento: 21/08/1998, brasileiro(a), natural de Rondonopolis-MT, solteiro(a), Endereço: Rua Santos Ou 137, Quadra 63, Bairro: Jardim Eldorado, Cidade: Várzea Grande-MT
Finalidade:
Resumo da inicial:
Decisão/Despacho:
Nome do Servidor (digitador):
Portaria:

6ª Vara Criminal

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 589194 Nr: 14453-50.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): LUIS HENRIQUE BATISTA DE JESUS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: JOAQUIM JOSE ABINADER GUEDES DA SILVA - OAB:DEFENSOR
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): LUIS HENRIQUE BATISTA DE JESUS, Cpf: 04410763199, Rg: 18361943, Filiação: Joana Batista de Miranda Mesa e Luis Gonçalo Rodrigues de Jesus, data de nascimento: 28/04/1994, brasileiro(a), natural de Varzea Grande-MT, casado(a), conferente, Telefone 65992649914. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O réu esta sendo denunciado por ter conduzido veiculo automotor com a capacidade psicomotora alterada em razão da ingestão de álcool, infração prevista no art. 306, §1°, I, do Código de Trânsito Brasileiro.
Despacho: CERTIFIQUE-SE a Sra. Gestora junto ao sistema prisional se o réu encontra-se recolhido em alguma unidade e, caso contrário, PROCEDA-SE com a sua citação editalícia, nos termos dos arts. 396 e 361 e seguintes, todos do Código de Processo Penal.Conste no edital que o réu deverá apresentar resposta escrita por intermédio de Advogado, ou declarar, caso não tenha condições de constituir um profissional, o desejo de ser patrocinado por Defensor nomeado por este Juízo. Decorrido o prazo do edital sem manifestação do denunciado, CERTIFIQUE-SE e ABRA-SE vistas dos autos ao Ministério Público para fins do art. 366 do CPP.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Letycia Pereira Morais,

digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Nerly Anchieta Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 595447 Nr: 298-08.2016.811.0112
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): GETULIO SAMPAIO DE ALCANTARA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): GETULIO SAMPAIO DE ALCANTARA, Cpf: 14209608149, brasileiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O réu foi denunciado no incurso do art.132 do Código Penal tendo em vista que dia 29/12/2019 o denunciado expôs a vida e saúde de otrem a perigo direto e iminente.
Despacho: Considerando que a inicial narra com perfeição a existência, em tese, de crime e aponta indícios suficientes da autoria, RECEBO a denúncia nos termos em que fora proposta em Juízo.CERTIFIQUE-SE a Sra. Gestora junto ao sistema prisional se o réu GETÚLIO SAMPAIO DE ALCÂNTARA encontra-se recolhido em alguma unidade e, caso contrário, PROCEDA-SE com sua citação editalícia, nos termos dos arts. 396 e 361 e seguintes, todos do Código de Processo Penal.Conste no edital que o denunciado deverá fazê-lo através de Advogado, ou declarar, caso não tenha condições de constituir um profissional, o desejo de ser patrocinado por Defensor Dativo nomeado por este Juízo, o que deverá ser certificado pelo Sr. Oficial de Justiça que proceder à sua citação e intimação.Decorrido o prazo do edital sem manifestação do denunciado, CERTIFIQUE-SE e FAÇAM os autos conclusos para as demais deliberações.CUMPRA-SE.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Letycia Pereira Morais, digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Nerly Anchieta Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 494103 Nr: 10535-09.2017.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): CRISTHIAN THIAGO DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): CRISTHIAN THIAGO DE ALMEIDA, Cpf: 05586633116, Rg: 2290050-0, Filiação: Nivalda Benedita da Costa e Cristiano Alvino de Almeida, data de nascimento: 05/06/1994, brasileiro(a), natural de Cuiaba-MT, solteiro(a), pedreiro, Telefone 65 9221-1232. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O réu esta sendo denuciado pela pratica de subtrair para si mediante violencia e grave ameaça por meio de arma de fogo, previsto no art. 157, §2°, incisos I e II do Código Penal.
Despacho: Considerando que a inicial narra com perfeição a existência, em tese, de crime e aponta indícios suficientes da autoria, RECEBO a denúncia nos termos em que fora proposta em Juízo.CITE-SE e INTIME-SE o réu para apresentar resposta à acusação em 10 (dez) dias, nos termos do art. 396, Código de Processo Penal, ficando, desde já, AUTORIZADA a expedição de carta precatória, caso necessário.Conste no mandado que o denunciado deverá fazê-lo através de Advogado, ou declarar, caso não tenha condições de constituir um profissional, o desejo de ser patrocinado por Defensor Dativo nomeado por este Juízo, o que deverá ser certificado pelo Sr. Oficial de Justiça que proceder à sua citação e intimação.Em sendo a resposta negativa ou passado o prazo estabelecido na Lei, desde já nomeio o Defensor Público atuante nesta Vara para patrocinar sua defesa atendendo os fins do art. 396-A, do Código de Processo Penal.INDEFIRO os requerimentos formulados com a denúncia (fl. 57, item “2”), porque não restou comprovada a impossibilidade do órgão acusador obter as informações, nos termos do art. 1.373, inciso II, da CNGC – Foro Judicial.DEFIRO, contudo o item “3”, devendo a Secretaria providenciar o necessário.Oferecida a resposta à acusação do réu, façam os autos conclusos.CUMPRA-SE.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Letycia Pereira Morais, digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Nerly Anchieta Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 481442 Nr: 2775-09.2017.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): FLAVIO BARROS DOS SANTOS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): FLAVIO BARROS DOS SANTOS, Cpf: 69740054153, Rg: 1166158-5, Filiação: Leonilda Maria de Barros Santos e Nilo Santana dos Santos, data de nascimento: 07/05/1981, brasileiro(a), natural de Barra do Bugres-MT, solteiro(a), motorista, Telefone 9240-9161. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O réu esta sendo denunciado no incurso do art. 163, parágrafo único, III, do Código Penal, por ter danificado tornozeleira eletrônica, pertencente a empresa contratada pelo Estado de Mato Grosso.
Despacho: CERTIFIQUE-SE a Sra. Gestora junto ao sistema prisional se o réu FLÁVIO BARROS DOS SANTOS encontra-se recolhido em alguma unidade e, caso contrário, PROCEDA-SE com a sua citação editalícia, nos termos dos arts. 396 e 361 e seguintes, todos do Código de Processo Penal.Conste no edital que o réu deverá apresentar resposta escrita por intermédio de Advogado, ou declarar, caso não tenha condições de constituir um profissional, o desejo de ser patrocinado por Defensor nomeado por este Juízo. Decorrido o prazo do edital sem manifestação do denunciado, CERTIFIQUE-SE e retornem os autos conclusos para fins do art. 366 do CPP.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Letycia Pereira Morais, digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Nerly Anchieta Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 561315 Nr: 20901-73.2018.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO
PARTE(S) REQUERIDA(S): RENATO FERREIRA DA SILVA JUNIOR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): RENATO FERREIRA DA SILVA JUNIOR, Cpf: 03736488122, Rg: 1976693-9, Filiação: Renato Ferreira da Silva e Edileuza Maria Botelho, data de nascimento: 21/05/1988, brasileiro(a), natural de Cuiabá-MT, solteiro(a), serviços gerais, Telefone 65 3691-1134 (tia). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O réu esta sendo denunciado pela pratica do crime previsto no art. 215-A c/c art. 14,II, e art.233, todos do Código Penal, tendo em vista ter praticado tentativa de atos libidinosos para satisfazer a própria lasívia e praticado atos obcenos.
Despacho: Considerando que a inicial narra com perfeição a existência, em tese, de crime e aponta indícios suficientes da autoria, RECEBO a denúncia nos termos em que fora proposta em Juízo.CITE-SE e INTIME-SE o réu para apresentar resposta à acusação em 10 (dez) dias, nos termos do art. 396, Código de Processo Penal, ficando, desde já, AUTORIZADA a expedição de carta precatória, caso necessário.Conste no mandado que o denunciado deverá fazê-lo através de Advogado, ou declarar, caso não tenha condições de constituir um profissional, o desejo de ser patrocinado por Defensor Dativo nomeado por este Juízo, o que deverá ser certificado pelo Sr. Oficial de Justiça que proceder à sua citação e intimação.Em sendo a resposta negativa ou passado o prazo estabelecido na Lei, desde já nomeio o Defensor Público atuante nesta Vara para patrocinar sua defesa atendendo os fins do art. 396-A, do Código de Processo Penal.INDEFIRO os requerimentos formulados com a denúncia (fl. 08), porque não restou comprovada a impossibilidade do órgão acusador obter as informações, nos termos do art. 1.373, inciso II, da CNGC – Foro Judicial.Oferecida a resposta à acusação, façam os autos conclusos.CUMPRA-SE.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, Letycia Pereira Morais, digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Nerly Anchieta Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Vara Esp. de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Expediente

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 565795 Nr: 1638-21.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): TAJ
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): TOMAZ AQUINO JAIVONE, Cpf: 27028950182, Rg: 872.820, Filiação: Pascoala Salvaterra e Manoel Jaivone, data de nascimento: 07/03/1959, brasileiro(a), natural de Cáceres-MT, convivente, pm. atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O DENUNCIADO ESTA INCURSO NAS PENAS DO ART. 21, DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS EM CONCURSO MATERIAL COM ART. 147, CAPUT, DO CP, AMBOS COM INCIDENCIA DO ART. 61, II, INCISO "F", DO CP, EM OBSERVANCIA AO DISPOSTO NA LEI 11.340/06.
Despacho: VISTOS ETC.Trata-se de DENÚNCIA oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em face do(s) acusado(s) pela prática, em tese, do(s) crime(s) tipificado(s) na denúncia.Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o(s) acusado(s), uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo código.Cite-se o(s) acusado(s) para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. O Sr. Oficial de Justiça, por ocasião do cumprimento da citação, deverá observar o que determina o Provimento n.º 30/2008-CGJ, indagando o acusado se ele(s) pretende(m) constituir advogado ou deseja(m) que lhe(s) seja(m) nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que deverá mencionar as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor, devendo tudo ser certificado.Não apresentada resposta no prazo legal, ou certificada à necessidade de nomeação de Defensor Público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa do(s) acusado(s), devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2°, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta.Apresentada resposta, havendo preliminares ou documentos, conceda-se vista ao Ministério Público para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias.Defiro os pedidos constantes na quota ministerial.INTIMEM-SE.CUMPRA-SE.
E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CLAUDIA BEATRIZ FORTES SOUZA NEVES, digitei.
Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019
Thais Keila Fernandes de Freitas Justino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 564981 Nr: 1193-03.2019.811.0002
AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL
PARTE AUTORA: MPDEDMG
PARTE(S) REQUERIDA(S): VADC
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 DIAS
Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): VILSON APARECIDO DA COSTA, Cpf: 01704712920, Rg: 15071014, Filiação: Izabel Conceição da Costa e Djalma Ferreira da Costa, data de nascimento: 08/10/1974, brasileiro(a), natural de Corbelia-PR, solteiro(a). atualmente em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.
Resumo da Inicial: O DENUNCIADO ESTA INCURSO NAS PENAS DO ART. 21, DA LEI DE CONTRAVENÇÕES PENAIS EM CONCURSO MATERIAL COM ART. 147, CAPUT, DO CP, AMBOS COM INCIDENCIA DO ART. 61, II, "F", DO CP, EM OBSERVANCIA AO DISPOSTO NA LEI 11.340/06.
Despacho: Código: 564981VISTOS ETC.Trata-se de DENÚNCIA oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em face do acusado pela prática, em tese, do crime tipificado na denúncia.Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra acusado, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo código.Cite-se o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. O Sr. Oficial de Justiça,

por ocasião do cumprimento da citação, deverá observar o que determina o Provimento n.º 30/2008-CGJ, indagando o acusado se ele pretende constituir advogado ou deseja que lhe seja nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que deverá mencionar as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor, devendo tudo ser certificado.Não apresentada resposta no prazo legal, ou certificada à necessidade de nomeação de Defensor Público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa do acusado, devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2°, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta.Apresentada resposta, havendo preliminares ou documentos, conceda-se vista ao Ministério Público para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias.Defiro os pedidos constantes na quota ministerial.No que tange ao suposto crime de Posse Irregular de Arma de Fogo (art. 12, da Lei 10.826/06), verifico que não há relação com os fatos envolvendo violência domestica contra mulher, assim, DETERMINO que seja extraído cópia dos autos e encaminhado a uma das Varas Criminais desta Comarca, a fim de que seja tomada as devidas providencias.INTIMEM-SE.CUMPRA-SE.Várzea Grande/MT, 19 de julho de 2019.Eduardo Calmon de Almeida CézarJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CLAUDIA BEATRIZ FORTES SOUZA NEVES, digitei.

Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019

Thais Keila Fernandes de Freitas Justino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 492180 Nr: 9341-71.2017.811.0002

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE(S) REQUERIDA(S): HAMILTON FAGUNDES RODRIGUES

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): HAMILTON FAGUNDES RODRIGUES, Cpf: 03742362160, Rg: 20159021, Filiação: Ivanete Fagundes de Oliveira Nunes e Antonio Rodrigues, data de nascimento: 10/09/1988, brasileiro(a), natural de Pocone-MT, casado(a), lavrador, Telefone 9963-7781. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Resumo da Inicial: O DENUNCIADO ESTÁ INCURSO, POR 3 VEZES, NO ARTIGO 147, CAPUT, COM INCIDÊNCIA DO ARTIGO 61, II "f", EM CONTINUIDADE DELETIVA, ARTIGO 71, TODOS DO CÓDIGO PENAL, EM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI 11.340/06.

Despacho: Cód.:492180RÉU: HAMILTON FAGUNDES RODRIGUESVistos Etc.Trata-se de DENÚNCIA oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em face de HAMILTON FAGUNDES RODRIGUES, como incurso, por três vezes, no artigo 147, caput, com incidência do art. 61, II, “f”, em continuidade delitiva, em observância ao disposto na Lei 11. 340/2006 (Violência Doméstica), contra a vítima GRACILENE VICENTE FERREIRA.Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra HAMILTON FAGUNDES RODRIGUES, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo código.Cite-se o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. O Sr. Oficial de Justiça, por ocasião do cumprimento da citação, deverá observar o que determina o Provimento n.º 30/2008-CGJ, indagando o acusado se ele pretende constituir advogado ou deseja que lhe seja nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que deverá mencionar as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor, devendo tudo ser certificado.Não apresentada resposta no prazo legal, ou certificada a necessidade de nomeação de Defensor Público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa do acusado, devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2°, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta.Apresentada resposta, havendo preliminares ou documentos, conceda-se vista ao Ministério Público para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias .Defiro os pedidos formulados nos itens 1, “a”, “b” e “c” de fls. 49.Às providências. Cumpra-se.Várzea Grande/MT, 17 de julho de 2017.Eduardo Calmon de Almeida CézarJuiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CLAUDIA BEATRIZ FORTES SOUZA NEVES, digitei.

Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019

Thais Keila Fernandes de Freitas Justino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 519679 Nr: 24294-40.2017.811.0002

AÇÃO: Ação Penal - Procedimento Ordinário->Procedimento Comum->PROCESSO CRIMINAL

PARTE AUTORA: MPDEDMG

PARTE(S) REQUERIDA(S): GDDP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 15 DIAS

Pessoa(s) a ser(em) citadas(s): GONÇALO DILZO DE PAULA, Cpf: 26774062172, Rg: 0126640-3, Filiação: Davina Benedita de Paula, data de nascimento: 21/10/1961, brasileiro(a), natural de Poconé-MT, solteiro(a), pintor, Telefone 9343-1633. atualmente em local incerto e não sabido

FINALIDADE: CITAÇÃO DO(S) RÉU(S) acima qualificado(s), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolas testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.

Resumo da Inicial: RÉU DENUNCIADO NAS PENAS DO ART. 147, CAPUT c/c ART. 61, II, "F", TDS DO CP., AMBOS COM OBSERVÂNCIA AO DISPOSTO NA LEI 11.340/06

Despacho: Vistos etc. Trata-se de DENÚNCIA oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL em face de GONÇALO DILZO DE PAULA pela prática, em tese, do crime tipificado no artigo 147, caput, c/c o artigo 61, II, “f”, ambos do Código Penal, em observância ao disposto na Lei n. 11.340/2006, contra a vítima EVA MARIA DA SILVA. Havendo nos autos material probatório mínimo e potencialmente apto a deflagrar a persecutio criminis, RECEBO a denúncia oferecida pelo Ministério Público contra GONÇALO DILZO DE PAULA, uma vez que preenchidos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal e inocorrentes as hipóteses do artigo 395 do mesmo código. Cite-se o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. O Sr. Oficial de Justiça, por ocasião do cumprimento da citação, deverá observar o que determina o Provimento n.º 30/2008-CGJ, indagando o acusado se ele pretende constituir advogado ou deseja que lhe seja nomeado defensor público ou dativo para patrocinar a sua defesa, caso em que deverá mencionar as razões pelas quais não tem a intenção de contratar defensor, devendo tudo ser certificado. Não apresentada resposta no prazo legal, ou certificada a necessidade de nomeação de Defensor Público, desde já, NOMEIO a Defensoria Pública desta Comarca para exercer a defesa do acusado, devendo para tanto, com fulcro no art. 396-A, § 2°, do CPP, ser aberta vista para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta. Apresentada resposta, havendo preliminares ou documentos, conceda-se vista ao Ministério Público para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias. Indefiro o pedido formulado no item 1, alínea “a” de fl. 28, porque não restou comprovada a impossibilidade do órgão acusador de obter as informações quando do

oferecimento da denúncia, conforme artigo 1.373, subitem II da CNGC. No que tange aos pedidos do item 1, alíneas "b" e "c" de fl. 28, determino a Sra. Gestora Judiciaria que proceda-se as comunicações à Autoridade Policial, ao Cartório Distribuidor e ao Instituto de Identificação do Estado de MT, bem como a alimentação do banco de dados do Sistema Nacional de Informações Criminais (SINIC), nos termos em que dispõe o art. 1373, inciso III, da CNGC. No que tange ao crime de injúria (art. 140, CP), constato que decorreu o prazo previsto no artigo 38 do Código de Processo Penal e artigo 103 do Código Penal sem que a ofendida exercesse seu direito de prestar queixa-crime contra o indiciado, razão pela qual é de rigor a extinção em virtude da decadência do direito da ofendida em prestar queixa. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado GONÇALO DILZO DE PAULA, qualificado nos autos, por infração ao artigo 140, caput, do Código Penal, nos termos do artigo 107, inciso IV, do Código Penal. INTIMEM-SE. CUMPRA-SE. Várzea Grande/MT, 06 de março de 2018. Eduardo Calmon de Almeida Cézar Juiz de Direito

E, para que chegue ao conhecimento de todos e que ninguém, no futuro, possa alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será afixado no lugar de costume e publicado na forma da Lei. Eu, CLAUDIA BEATRIZ FORTES SOUZA NEVES, digitei.

Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019

Thais Keila Fernandes de Freitas Justino Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado art. 1.686/CNGC

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Eduardo Calmon de A. Cezar

Cod. Proc.: 572093 Nr: 5067-93.2019.811.0002

AÇÃO: Procedimento Ordinário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: JSDS

PARTE(S) REQUERIDA(S): PLDSR

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

Código: 572093

VISTOS ETC

Trata-se de Ação de Regulamentação de Visitas ajuizada por JUNIOR SANTANA DA SILVA em face de PATRICIA LAURA DA SILVA RONDON, conforme fatos narrados na inicial e documentos.

Realizada audiência de conciliação as partes formalizaram acordo (fls. 47).

É O RELATÓRIO

DECIDO

O acordo formalizado entre as partes na audiência de conciliação, acerca da partilha de bens, aparentemente não apresenta qualquer contrariedade à lei, devendo ser registrado que foi formalizado por partes maiores e capazes, não havendo qualquer vício social ou de consentimento (fls. 47).

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, HOMOLOGO o acordo para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada entre as partes, cujas cláusulas e condições fazem parte integrante desta sentença, e via de consequência, JULGO EXTINTO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III, "b" do Novo Código de Processo Civil.

Determino à baixa na distribuição com as cautelas de praxes.

Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

Várzea Grande, 26 de novembro de 2019.

Eduardo Calmon de Almeida Cézar

Juiz de Direito

Varas Especiais da Infância e Juventude

Expediente

Intimação da Parte Requerida

JUIZ(A): Carlos José Rondon Luz

Cod. Proc.: 279970 Nr: 23886-59.2011.811.0002

AÇÃO: Cumprimento de sentença->Procedimento de Cumprimento de Sentença->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO

PARTE(S) REQUERIDA(S): Fábio Martins Defanti, FABINHO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME, FABINHO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA - ME

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: BRUNO ALMEIDA DE OLIVEIRA - OAB:17276, BRUNO DEVESA CINTRA - OAB:14230-MT

"Posto isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 924, inciso II, do Código de Processo Civil.Oficie-se ao SPC e SERASA solicitando o imediato cancelamento das restrições inseridas em nome de Fabinho Promoções e Eventos Ltda e Fábio Martins de Fanti, apenas relativas ao débito oriundo da presente ação (fls. 54/55). (...)" Várzea Grande, 08 de outubro de 2019.Carlos José Rondon LuzJuiz de Direito

Edital de Citacao

JUIZ(A):

Cod. Proc.: 600518 Nr: 20833-89.2019.811.0002

AÇÃO: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PARTE AUTORA: MPDEDMG, LVDC

PARTE(S) REQUERIDA(S): CMDC, LRDP

ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA:

ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:

ESTADO DE MATO GROSSO

PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE VÁRZEA GRANDE - MT

JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO: 30 DIAS

AUTOS N.º 20833-89.2019.811.0002

ESPÉCIE: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

PARTE AUTORA: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

PARTE REQUERIDA: Claudineia Maria da Conceição, CPF 708.711.191-45, RG 1901940-8; e Luciano Rodrigo de Pinho, Cpf: 70871119145, Rg: 1901940-8 Filiação: Maria Tereza de Pinho, data de nascimento: 24/08/1982.

CITANDOS: Claudineia Maria da Conceição, CPF 708.711.191-45, RG 1901940-8; e Luciano Rodrigo de Pinho, Cpf: 70871119145, Rg: 1901940-8 Filiação: Maria Tereza de Pinho, data de nascimento: 24/08/1982.

DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 18/11/2019

VALOR DA CAUSA: R$ 1.000,00

FINALIDADE: CITAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da presente ação que lhe(s) é proposta, consoante consta da petição inicial a seguir resumida, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da expiração do prazo deste edital, apresentar resposta, querendo, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora na peça vestibular.

RESUMO DA INICIAL: Trata-se de AÇÃO DE ADOÇÃO C/C DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO, em desfavor dos requeridos Claudineia Maria da Conceição e Luciano Rodrigo de Pinho, em lugar incerto e não sabido, cujo objeto da demanda é o pedido de destituição do poder familiar com deferimento liminarmente da suspensão do Poder Familiar em relação à criança, L.V.da C., com prioridade absoluta na tramitação processual, concessão da justiça gratuita e realização de estudo psicossocial. Após a tentativa de Citação infrutífera e da ausência de outros endereços nos Cadastros do autor para tentativa de localização da requerida, extrai-se o presente Edital conforme decisão de fls. 129/132 dos autos.

DESPACHO: "(...) Diante do exposto, com fulcro, ainda, no artigo 157 do ECA e visando atender ao postulado da proteção integral, DEFIRO A LIMINAR pleiteada inaudita altera parte e independente de justificação prévia, que se mostra desnecessária ante o contexto fático probatório já existente nos autos e a urgência necessária em casos como o presente, para o fim de determinar a suspensão do poder familiar dos requeridos Claudineia Maria da Conceição e Luciano Rodrigo de Pinho em relação à infante Luciana Vitoria Conceição. ... Citem-se pessoalmente os réus no endereço informado na inicial para, caso queiram, contestarem a ação no prazo legal (artigo 158 do ECA), sob as penas da lei, esclarecendo-os que, na impossibilidade de constituírem advogado(a;s), sem prejuízo do próprio sustento e da família, poderão requerer, em Secretaria, que lhes sejam nomeados dativos, nos termos do artigo 159 do ECA. Não sendo possível a citação pessoal, desde já defiro a citação por edital, observadas as formalidades legais. Decorrido o prazo da citação editalícia sem resposta ou não havendo apresentação das contestações, o que deverá ser certificado, desde já nomeio curadora especial dos réus a Defensoria Pública do Estado, que deverá ser intimada de seu munus, bem

como para apresentar resposta no prazo legal. Cumpridas as determinações supra, retornem-me os autos conclusos para os fins o artigo 162 do ECA. Deixo de designar a audiência conciliatória prevista no artigo 319, inciso VII, do CPC, diante da ausência de previsão legal acerca de tal audiência na Lei nº 8.069/90 (ECA), lei especial que trata da matéria sub judice, bem como porque a destituição do poder familiar é procedimento necessariamente contraditório (artigo 24 do ECA), que não admite a autocomposição (artigo 334, § 4º, inciso II, do CPC), mormente diante do disposto no artigo 161, § 4º, do ECA , aplicável ao caso vertente.
Eu, Thiago Nunes Dias, Analista Judiciário, digitei.
Várzea Grande - MT, 6 de dezembro de 2019.
Lúcia Regina Melim Saiva
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A): Carlos José Rondon Luz
Cod. Proc.: 573687 Nr: 4202-51.2015.811.0086
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: LDAD, PEF
PARTE(S) REQUERIDA(S): PJPDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBERSON SIQUEIRA DE MELO - OAB:18701/O
Dessa forma, homologo por sentença, com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil, o acordo celebrado entre as partes às fls. 83/84, com a concordância do Ministério Público, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ou seja, constitua-se em título judicial, conforme artigo 515, inciso II, do citado diploma legal e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC.Lavre-se o competente termo de guarda definitiva dos menores Paulo Ricardo Delgado da Silva, Kawanny Samara Delgado da Silva e Jhonatan Delgado da Silva ao réu/genitor Paulo Jonas Pereira da Silva (fls. 13/15), na forma do artigo 32 da Lei nº 8.078/90 (ECA), intimando-se o interessado a vir assiná-lo em Secretaria, sob pena de revogação imediata da decisão. Anoto, por fim, que, a teor do disposto no artigo 35 do ECA, a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, visando sempre ao melhor interesse da criança/adolescentes, todavia em procedimento contencioso próprio.Sem condenação ao pagamento de custas ou honorários, na forma da lei (artigo 141, § 2º, da Lei nº 8.069/90). Com o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado pela Sra. Gestora, arquivem-se os autos independentemente de nova determinação, procedendo-se às baixas e anotações necessárias.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019.Carlos José Rondon LuzJuiz de Direito

Edital de Intimacao
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 573687 Nr: 4202-51.2015.811.0086
AÇÃO: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE AUTORA: LDAD, PEF
PARTE(S) REQUERIDA(S): PJPDS
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO - OAB:
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: ROBERSON SIQUEIRA DE MELO - OAB:18701/O
Edital de Intimação - Sentença ME102
ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE VÁRZEA GRANDE - MT
JUIZO DA VARA ESPECIALIZADA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PRAZO: 10 DIAS
AUTOS N.º 4202-51.2015.811.0086 Código 573687
ESPÉCIE: Guarda->Processo de Conhecimento->Seção Cível->JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
PARTE REQUERENTE: Lucilene de Araujo Delgado e Paulo Eduardo Fontinele
PARTE REQUERIDA: PAULO JONAS PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, demais dados ignorados, sem endereço nos autos.
INTIMANDO(A, S): PAULO JONAS PEREIRA DA SILVA, brasileiro, solteiro, demais dados ignorados, sem endereço nos autos.
DATA DA DISTRIBUIÇÃO DA AÇÃO: 12/04/2019
VALOR DA CAUSA: R$ 788,00
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte acima qualificada, atualmente em lugar incerto e não sabido, dos termos da r. sentença proferida nos autos e a seguir transcrita.
SENTENÇA: Vistos etc.Trata-se de ação de guarda com pedido de antecipação dos efeitos da tutela pretendida proposta por Lucilene de Araújo Delgado e Paulo Eduardo Fontelli em face de Paulo Jonas Pereira da Silva.Inicialmente a ação foi proposta na Comarca de Nova Mutum e recebida pela r. decisão de fls. 25/26, que indeferiu o pedido de antecipação de tutela, determinou a realização de estudo psicossocial pela equipe técnica daquele Juízo e a citação do requerido, entre outras providências.Às fls. 31/33 e 56/58 foram juntados os relatórios de estudo psicossociais elaborados pela equipe técnica do referido Juízo.Às fls. 59/60 o requerido foi citado pessoalmente.Às fls. 83/85 foi juntado o termo da audiência de instrução realizada nos autos ora em apenso (código nº 573688), no qual as partes, com a concordância do Ministério Público, entabularam acordo sobre a guarda dos menores. Às fls. 95/96 sobreveio decisão declinatória de competência da Comarca de Nova Mutum para este Juízo em razão da informação de que a família teria se mudado para esta Comarca (fls. 94).Após a juntada do relatório informativo de fls. 99/101, elaborado pela equipe técnica deste Juízo, vieram-me os autos conclusos.É o relatório. Passo a decidir.No caso vertente, sem maiores delongas, é caso de acolhimento da pretensão das partes, por estar o acordo formal e materialmente perfeito, atendendo ao interesse dos menores. Dessa forma, homologo por sentença, com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil, o acordo celebrado entre as partes às fls. 83/84, com a concordância do Ministério Público, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, ou seja, constitua-se em título judicial, conforme artigo 515, inciso II, do citado diploma legal e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC. Lavre-se o competente termo de guarda definitiva dos menores Paulo Ricardo Delgado da Silva, Kawanny Samara Delgado da Silva e Jhonatan Delgado da Silva ao réu/genitor Paulo Jonas Pereira da Silva (fls. 13/15), na forma do artigo 32 da Lei nº 8.078/90 (ECA), intimando-se o interessado a vir assiná-lo em Secretaria, sob pena de revogação imediata da decisão. Anoto, por fim, que, a teor do disposto no artigo 35 do ECA, a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, visando sempre ao melhor interesse da criança/adolescentes, todavia em procedimento contencioso próprio. Sem condenação ao pagamento de custas ou honorários, na forma da lei (artigo 141, § 2º, da Lei nº 8.069/90). Com o trânsito em julgado, o que deverá ser certificado pela Sra. Gestora, arquivem-se os autos independentemente de nova determinação, procedendo-se às baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Várzea Grande, 12 de dezembro de 2019. Carlos José Rondon Luz Juiz de Direito
Eu, Lúcia Regina Melim Saiva, digitei.
Várzea Grande - MT, 13 de dezembro de 2019.
Lúcia Regina Melim Saiva
Gestor(a) Judiciário(a)
Autorizado(a) pelo Provimento n° 56/2007-CGJ

Juizados Especiais Cíveis e Criminais

Juizado Especial Cível e Criminal do Jardim Glória

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019846-36.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OLDAIR MARIO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019846-36.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:OLDAIR MARIO

DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 21/01/2020 Hora: 15:25 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019848-06.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OLDAIR MARIO DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019848-06.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:OLDAIR MARIO DA COSTA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: BANCO ITAUCARD S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 04/02/2020 Hora: 12:40 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019849-88.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KLEYTON SOUZA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO OAB - MT23763-O (ADVOGADO(A))
GRISIELY DAIANY MACHADO OAB - MT13744-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019849-88.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:KLEYTON SOUZA SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: GRISIELY DAIANY MACHADO, RITA DE CASSIA BUENO DO NASCIMENTO POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 21/01/2020 Hora: 16:10 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019853-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROBSON GOMES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019853-28.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:ROBSON GOMES DE ALMEIDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS, JADILTON ARAUJO SANTANA POLO PASSIVO: VIVO S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 04/02/2020 Hora: 12:40 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1004787-11.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
JEFFERSON MAIA BELLO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1004787-11.2019.8.11.0001 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 1.002, da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) INTERESSADO: RONAN DA COSTA MARQUES - MT21093/O , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 12:51:30

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012458-82.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CHAPADA DOS BURITIS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA BAZIQUETO PERES SALVADOR OAB - MT10279-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IRANY RODRIGUES DE MORAES (EXECUTADO)

ORDEM DE BLOQUEIO ENCAMINHADA PARA VINCULAÇÃO CÓDIGO DE RASTREABILIDADE 81120194812833

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013161-13.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCINA MENDES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANTONIA ROSANA PERIN OAB - MT0011809A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COMPANHIA BRASILEIRA DE DISTRIBUICAO (REQUERIDO)
VIRGINIA SURETY COMPANHIA DE SEGUROS DO BRASIL (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
feliciano lyra moura OAB - MT15758-O (ADVOGADO(A))
PAULO EDUARDO PRADO OAB - MT0016940S (ADVOGADO(A))

Processo n. 1013161-13.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 1.002, da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: ANTONIA ROSANA PERIN - MT0011809A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 12:57:29

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009083-73.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HERIK FELIPE DA SILVA RONDON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009083-73.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 1.002, da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a

finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 13:03:09

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011680-15.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1011680-15.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 1.002, da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 13:04:14

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009470-88.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JEAN CARLOS KMIECIK (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Luiz Augusto Arruda Custodio OAB - MT11997-O (ADVOGADO(A))
EDNÉIA SILVANA GONÇALVES OAB - MT12320-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CVC BRASIL OPERADORA E AGENCIA DE VIAGENS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU OAB - SP117417-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009470-88.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU - SP117417-A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 13:17:22

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011593-59.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FATIMA MARQUES DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1011593-59.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - MT13241-A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 13:21:05

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019731-15.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GENOVEVA MARQUES DE LIMA PAELO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS PAULO FERREIRA OAB - MT23781/O (ADVOGADO(A))
SERGENON COELHO FERREIRA OAB - MT11787/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AGEMED SAUDE S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019731-15.2019.8.11.0002. REQUERENTE: GENOVEVA MARQUES DE LIMA PAELO SILVA REQUERIDO: AGEMED SAUDE S/A Vistos, etc. INTIME-SE a parte autora, para EMENDAR a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, Parágrafo Único do CPC/2015, colacionando aos autos, o Instrumento de Mandato outorgado ao (a) causídico (a) que subscreve a inicial, em conformidade com o que determina o art. 103 e seguintes do CPC/2015, pois a procuração juntada no id. 27323870 está sem a assinatura da parte autora. A não apresentação do documento na forma ora determinada implicará em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC/2015). Considerando o tempo necessário para a emenda ora determinada, cancelo a audiencia designada, evitando a perda do ato, a qual será novamente designada após o cumprimento da diligencia pela parte, se for o caso. Após o decurso do prazo acima mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e volte-me os autos conclusos. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juiz de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012658-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DANIELE SEBASTIANA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOSE CAMPELLO TORRES NETO OAB - RJ122539-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1012658-89.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: JOSE CAMPELLO TORRES NETO - RJ122539-A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 13:34:55

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019870-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO GONCALO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019870-64.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:JOAO GONCALO DE CAMPOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 03/02/2020 Hora: 14:55 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009879-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JAILSON ALVES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1009879-64.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: ALEXANDRE MIRANDA LIMA - MT13241-A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 13:46:57

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019831-67.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BRASILINA LEMES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABRAHAM LINCOLN DE BARROS FERREIRA OAB - MT8777-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1019831-67.2019.8.11.0002 Intima-se o patrono para conhecimento e comparecimento à Audiência de Conciliação. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 03/02/2020 Hora: 15:10 Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 13:48:31

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019244-45.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SUZANA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE TADEU JORGE FERNANDES OAB - MT8441-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
S D ALLIEND NOTICIAS - ME (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019244-45.2019.8.11.0002. REQUERENTE: SUZANA DOS SANTOS REQUERIDO: S D ALLIEND NOTICIAS - ME Vistos, etc. Analisando a inicial, não se vislumbra qualquer pedido de tutela de urgência e/ou evidência. DESIGNO NO EVENTO SEGUINTE A AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO, intimando-se as partes. Defiro a gratuidade de Justiça, com escoro no Art. 54 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99, do Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicará em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019872-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
AGNALDO ROCHA FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019872-34.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:AGNALDO ROCHA FERREIRA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 03/02/2020 Hora: 15:10 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019874-04.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MAILSON NUNES DE LIMA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WENDER ADAO CORREA OAB - MT27632/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019874-04.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:MAILSON NUNES DE LIMA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: WENDER ADAO CORREA POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 03/02/2020 Hora: 15:25 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Despacho Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017934-04.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FRANSOIR ANTONIO COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON NASCIMENTO RODRIGUES OAB - MT25772/O (ADVOGADO(A))
INGRID DE SOUZA EICKHOFF OAB - MT10216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HERNANDES SOUZA SIMAO PECAS E GUINCHO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1017934-04.2019.8.11.0002. REQUERENTE: FRANSOIR ANTONIO COSTA REQUERIDO: HERNANDES SOUZA SIMAO PECAS E GUINCHO Vistos, etc. Acolho a competência declinada de id. 26516748. Analisando a inicial, não se vislumbra qualquer pedido de tutela de urgência e/ou evidência. DESIGNO NO EVENTO SEGUINTE A AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO, intimando-se as partes. Defiro a gratuidade de Justiça, com escoro no Art. 54 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99, do Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicará em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019190-79.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HELIVELTON PEREIRA DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENE ALVES OAB - MT7474-O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
HOLDER ASSESSORIA DE COBRANCA LTDA - EPP (REQUERIDO)
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1019190-79.2019.8.11.0002 Intima-se o patrono para conhecimento e comparecimento à Audiência de Conciliação. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 03/02/2020 Hora: 15:25 Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 14:02:08

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015642-46.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME PUERARI MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GUILHERME PUERARI MARQUES OAB - MT23180/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1015642-46.2019.8.11.0002. REQUERENTE: GUILHERME PUERARI MARQUES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Acolho a competência declinada de id. 26007437. Analisando a inicial, não se vislumbra qualquer pedido de tutela de urgência e/ou evidência. DESIGNO NO EVENTO SEGUINTE A AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO, intimando-se as partes. Defiro a gratuidade de Justiça, com escoro no Art. 54 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99, do Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicará em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019655-88.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CAROLINA QUEIROZ TELES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
F MOTORS - LOJA DE AUTOMÓVEIS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019655-88.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANA CAROLINA QUEIROZ TELES REQUERIDO: F MOTORS - LOJA DE AUTOMÓVEIS Vistos, etc. INTIME-SE a parte autora, para EMENDAR a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Art. 321, Parágrafo Único do CPC, colacionando aos autos a cópia LEGÍVEL dos documentos pessoais a fim de ser visível a foto e o número de inscrição da parte reclamante, pois não foi juntado nenhum documento pessoal da parte. A não apresentação do documento na forma ora determinada implicará em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC). Considerando o tempo necessário para a emenda ora determinada, cancelo a audiencia designada, evitando a vinda desnecessária da parte autora à solenidade, a qual será novamente designada após o cumprimento da diligencia pela parte, se for o caso. Após o decurso do prazo acima mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e volte-me os autos conclusos. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019698-25.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA FRANCISCA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
KARLA FAININA FREITAS CAMPOS OAB - RO2218-B (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019698-25.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUCIA FRANCISCA DA SILVA REQUERIDO: OI S/A Vistos, etc. Considerando que o comprovante de endereço é documento indispensável à propositura de ação no Juizado Especial (art. 4.º, III da Lei 9.099/95), DETERMINO à parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos termos dos artigos 319 e 320 do CPC/2015, trazendo aos autos a cópia do comprovante de residência ATUALIZADO em NOME próprio emitido com no máximo 90 (noventa) dias, pois a delimitação do referido prazo garante a atualidade do endereço da parte, com a definição correta do Juízo competente e viabiliza que as intimações ocorram com segurança, a fim de evitar que o serviço seja refeito, pois o documento juntado é de junho/2018. A não apresentação do documento na forma ora determinada implicará em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC/2015). Considerando o tempo necessário para a emenda ora determinada, cancelo a audiencia designada, evitando a perda do ato, a qual será novamente designada após o cumprimento da diligencia pela parte, se for o caso. Após o decurso do prazo acima mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e volte-me os autos conclusos. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019722-53.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PATRICIA FERREIRA SIMOES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JONATAS PEIXOTO LOPES OAB - MT20920-O (ADVOGADO(A))
YASMIN DE PINHO NOVO OAB - MT21335/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019722-53.2019.8.11.0002. REQUERENTE: PATRICIA FERREIRA SIMOES REQUERIDO: LOJAS RENNER S.A. Vistos, etc. Considerando que o comprovante de endereço é documento indispensável à propositura de ação no Juizado Especial (art. 4.º, III da Lei 9.099/95), DETERMINO à parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos termos dos artigos 319 e 320 do CPC/2015, trazendo aos autos a cópia do comprovante de residência ATUALIZADO em NOME próprio emitido com no máximo 90 (noventa) dias, pois a delimitação do referido prazo garante a atualidade do endereço da parte, com a definição correta do Juízo competente e viabiliza que as intimações ocorram com segurança, a fim de evitar que o serviço seja refeito, pois o comprovante de id. 27317301 está em nome de terceiro. A não apresentação do documento na forma ora determinada implicará em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC/2015). Considerando o tempo necessário para a emenda ora determinada, cancelo a audiencia designada, evitando a perda do ato, a qual será novamente designada após o cumprimento da diligencia pela parte, se for o caso. Após o decurso do prazo acima mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e volte-me os autos conclusos. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015878-98.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
LAUDICEIA BRAS TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNEY VELOSO GUEDES OAB - MT24987/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1015878-98.2019.8.11.0001. REQUERENTE: LAUDICEIA BRAS TEIXEIRA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Acolho a competência declinada de id. 26361836. Analisando a inicial, não se vislumbra qualquer pedido de tutela de urgência e/ou evidência. DESIGNO NO EVENTO SEGUINTE A AUDIENCIA DE CONCILIAÇÃO, intimando-se as partes. Defiro a gratuidade de Justiça, com escoro no Art. 54 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99, do Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicará em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019816-98.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
THAIS ROCHA SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MIRUXY OLIVEIRA SOARES DA SILVA OAB - MT22603/O (ADVOGADO(A))
BRUNA RAFAELA MACIEL OAB - MT21649/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1019816-98.2019.8.11.0002. REQUERENTE: THAIS ROCHA SOUZA REQUERIDO: EB COMERCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA Vistos, etc. INTIME-SE a parte autora, para EMENDAR a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 321, Parágrafo Único do CPC/2015, colacionando aos autos, o Instrumento de Mandato outorgado ao (a) causídico (a) que subscreve a inicial, em conformidade com o que determina o art. 103 e seguintes do CPC/2015, pois não foi juntada procuração nos autos. Considerando que o comprovante de endereço é documento indispensável à propositura de ação no Juizado Especial (art. 4.º, III da Lei 9.099/95), DETERMINO à parte autora, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, nos termos dos artigos 319 e 320 do CPC/2015, trazendo aos autos a cópia do comprovante de residência ATUALIZADO em NOME próprio emitido com no máximo 90 (noventa) dias, pois a delimitação do referido prazo garante a atualidade do endereço da parte, com a definição correta do Juízo competente e viabiliza que as intimações ocorram com segurança, a fim de evitar que o serviço seja refeito, pois não foi juntado comprovante de residência nos autos. A não apresentação do documento na forma ora determinada implicará em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC/2015). Considerando o tempo necessário para a emenda ora determinada, cancelo a audiencia designada, evitando a perda do ato, a qual será novamente designada após o cumprimento da diligencia pela parte, se for o caso. Após o decurso do prazo acima mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e volte-me os autos conclusos. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juiz de Direito

Despacho Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1020338-31.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
MILENA DEVINA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KLEBER RAMOS DA SILVA OAB - MT23304/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1020338-31.2019.8.11.0001. REQUERENTE: MILENA DEVINA DOS SANTOS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Acolho a competência declinada no id. 27303446. INTIME-SE a parte autora, para EMENDAR A INICIAL, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do artigo 320, do Novo Código de Processo Civil, para juntar documento que comprove a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito – devendo ser a consulta de balcão SERASA/SPC (retirada nos CDLs) e SCPC (retirada nas Associações Comerciais), emitido em no máximo 60 (sessenta) dias, porquanto o documento juntado no id. 27259667 apresenta período limitado de pesquisa, e assim não é possível verificar eventual existência de outras inscrições, inviabilizando o pedido de dano moral. A não apresentação do documento na forma ora determinada implicará em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC). Considerando o tempo necessário para a emenda ora determinada, cancelo a audiência designada, evitando a vinda desnecessária da parte autora à solenidade, a qual será novamente designada após o cumprimento da diligência pela parte, se for o caso. Após o decurso do prazo acima mencionado, com ou sem manifestação, certifique-se e volte-me os autos conclusos. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Despacho Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1020218-85.2019.8.11.0001
Parte(s) Polo Ativo:
ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ALBERTO ARCASA OAB - MT24979/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRUNA FERNANDA ALMEIDA XAVIER (EXECUTADO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DESPACHO Processo: 1020218-85.2019.8.11.0001. EXEQUENTE: ELIAS VIEIRA DE OLIVEIRA EXECUTADO: BRUNA FERNANDA ALMEIDA XAVIER Vistos etc. Acolho a competência declinada no id. 27242467. Trata-se de execução extrajudicial. DETERMINO a CITAÇÃO da parte EXECUTADA para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do débito cobrado, POR CARTA COM AR, VALENDO A VIA DESTA DECISÃO COMO CARTA. Decorrido o prazo concedido à parte executada para adimplemento ou nomeação de bens a penhora, PROCEDA-SE da seguinte forma: I - Realizado o pagamento, voltem os autos conclusos; II - Não havendo pagamento e nem nomeação de bens à penhora pelo devedor e, havendo pedido de penhora on line de bens, venham os autos conclusos, do contrário, EXPEÇA-SE o necessário para que se promova a penhora e remoção de tantos bens quantos bastem à satisfação do crédito, os quais deverão ser depositados à parte credora. Feita a penhora e remoção, IMEDIATAMENTE realize-se AVALIAÇÃO do bem penhorado; III - Efetivada a penhora dos bens, designe-se audiência de tentativa de conciliação. INTIMEM-SE as partes, cientificando: - A EXECUTADA, de que a oportunidade para interposição dos Embargos à Execução, por escrito ou verbalmente, é na referida audiência; e - A EXEQUENTE, de que o título original que embasa a execução deverá ser apresentado até a data designada para sessão de conciliação, na Secretaria desse Juizado Especial Cível, a fim de ser

carimbado e comprovar a idoneidade do mesmo, sob pena de extinção do feito, segundo o que dispõe o Enunciado 126 do FONAJE/2009,in verbis: ENUNCIADO 126 -Em execução eletrônica de título extrajudicial, o título de crédito será digitalizado e o original apresentado até a sessão de conciliação ou prazo assinado, a fim de ser carimbadoou retidopela secretaria(Aprovado Fonaje Florianópolis/SC). IV - Não sendo localizados bens passíveis de penhora, INTIME-SE a parte exequente para que os indique, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 53, § 4ª da Lei 9.099/95. Desde já, DEFIRO as benesses do Art. 212 do CPC. Cumpra-se, expedindo-se o necessário, valendo a via desta decisão como CARTA, conforme acima determinado. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019879-26.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BATISTA DA CRUZ NETO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019879-26.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:ANTONIO BATISTA DA CRUZ NETO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA POLO PASSIVO: MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 03/02/2020 Hora: 12:40 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018176-60.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FERREIRA & PELEGRINI LTDA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO FRANCISCO FERREIRA OAB - PR0058131A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
RAPHAEL CAIO NUNES DE AMORIM (REQUERIDO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010444-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CANDIDO MARIANO DA CONCEICAO FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1010444-28.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 1.002, da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI - MT14519-O , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 14:52:31

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019884-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALEXANDRE DA COSTA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI OAB - MT20787/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019884-48.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:ALEXANDRE DA COSTA AMORIM ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: ARIANNY PAULA SILVA CORREA YOSHINARI POLO PASSIVO: IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 22/01/2020 Hora: 14:55 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018075-23.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR CEZAR TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON ANTONIO CARLOS OAB - MT20710-O (ADVOGADO(A))
GENILAINE URUGUAY DE ALMEIDA CARLOS OAB - MT25947-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LAERCIO BATISTA VIANA (REQUERIDO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014166-70.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VANESSA DE ASSUNCAO OZAKI COSTA (INTERESSADO)
K. O. C. (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL OAB - MT15912-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014167-55.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IVANIL GUIA DE ASSUNCAO OZAKI (INTERESSADO)
ANGELO MASSAHARU OZAKI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANA DE JESUS CARVALHO PIMENTEL OAB - MT15912-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AVIANCA (REQUERIDO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019894-92.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KELLY DA SILVA NASCIMENTO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019894-92.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:KELLY DA SILVA NASCIMENTO DOS SANTOS ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: RAFAEL CELINO DA SILVA POLO PASSIVO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO,

das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 24/01/2020 Hora: 15:40 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012541-98.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CHAPADA DOS BURITIS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA BAZIQUETO PERES SALVADOR OAB - MT10279-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANA FELICIANI RODRIGUES (EXECUTADO)

Certifico que expedido alvará em favor da patrona da autora 574412-1

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010655-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO RODRIGUES FAGUNDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCON RODRIGO KELM OAB - MT10092-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 14/10/2019 15:25 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019900-02.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO CEZARIO ANDRADE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019900-02.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:DIEGO CEZARIO ANDRADE ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 03/02/2020 Hora: 15:40 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007565-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDI CARLOS GILGLIOLI (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE FERRAZ TORRES NETO OAB - MT208010-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NERI JOSE ANDRADE (REQUERIDO)
JANDIRA SOCORRO DA SILVA ANDRADE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDERSON TANAKA GOMES FERNANDES OAB - MT11490-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1007565-48.2019.8.11.0002 Intima-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso de ID 25942754, no prazo legal. Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 15:42:27

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1009548-82.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO CHAPADA DOS BURITIS (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAROLINA BAZIQUETO PERES SALVADOR OAB - MT10279-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
AURELIO LEMES DE CAMPOS SILVA (EXECUTADO)
ROSIMEIRE MARTINS DA SILVA (EXECUTADO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019905-24.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA DOS SANTOS IGESCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019905-24.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:JULIANA DOS SANTOS IGESCA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: ITAU UNIBANCO S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 29/01/2020 Hora: 13:40 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011336-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCELO PESSOA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

Certifico que foi expedido alvará em favor do(a) patrono(a) do(a) autor(a) com o n. 575330-9

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019911-31.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CESARAUGUSTO COSTA BOHAC DE HARO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YASMIN DE PINHO NOVO OAB - MT21335/O (ADVOGADO(A))
JONATAS PEIXOTO LOPES OAB - MT20920-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ADSON CARVALHO SOARES (REQUERIDO)
PATRICIA CRISTINA DA SILVA (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019911-31.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:CESARAUGUSTO COSTA BOHAC DE HARO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JONATAS PEIXOTO LOPES, YASMIN DE PINHO NOVO POLO PASSIVO: ADSON CARVALHO SOARES e outros FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 31/01/2020 Hora: 17:10 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente)

Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019912-16.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANA DOS SANTOS IGESCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCAS PINHEIRO CIRIACO OAB - MT21182/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019912-16.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:JULIANA DOS SANTOS IGESCA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCAS PINHEIRO CIRIACO POLO PASSIVO: OMNI FINANCEIRA S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO II Data: 03/02/2020 Hora: 15:55 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012791-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME DIONISIO NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 22/11/2019 12:55 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012415-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MONICA SANTANA DE SENA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 22/11/2019 13:40 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013372-49.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FAGNER DE ANDRADE LOPES RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 22/11/2019 13:10 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013882-62.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO FERNANDES DOS REIS LIMA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DINARTE SILVEIRA NEGRAO JUNIOR OAB - MT14750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 01/11/2019 14:55 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1008811-79.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARKA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP - EPP (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON ROBERTO LAUER OAB - MT8331-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A. L. VIEIRA DA COSTA - ME (EXECUTADO)
ANA LUCIA VIEIRA DA COSTA SILVA (EXECUTADO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013102-25.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BEDYAS FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 25/11/2019 15:00 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015230-18.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECY MENDONCA DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 26/11/2019 13:25 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013364-72.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALIRIO FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 25/11/2019 13:25 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012549-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:

FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 12/11/2019 17:10 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013547-43.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL MARIA IAMIN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 29/10/2019 16:40 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011242-86.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINEY ROMAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 29/10/2019 15:40 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018126-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADAO AUGUSTO DA SILVA PINHO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
WILSON PINHEIRO MEDRADO OAB - MT26645/O (ADVOGADO(A))
HEGNALDO ANTONIO DOS SANTOS OAB - MT26395/O (ADVOGADO(A))
MARIANA FONSECA CORREIA OAB - MT22038-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SONIA REGINA ESTEVAO (REQUERIDO)
JULIANO SCHMITZ ESTEVAO REBELO (REQUERIDO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1013164-65.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CONSTRUCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCON RODRIGO KELM OAB - MT10092-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CEZAR GABRIEL FILHO (EXECUTADO)
MILTON PEDROSO DA SILVA (EXECUTADO)

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018258-91.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ESMERALDINA MONTEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDSON ANTONIO CARLOS OAB - MT20710-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1018258-91.2019.8.11.0002 Intima-se a parte autora, nos termos dos artigos 319 e 320 do CPC, no prazo de 15 dias apresentar aos autos comprovante de residência atualizado em nome próprio, ou com comprovação de vínculo com o titular, emitido com no máximo 90 (noventa) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 16:55:03

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1005740-69.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RESIDENCIAL PARQUE CHAPADA DO POENTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOICE MARIA DE CAMPOS CRUZ (EXECUTADO)
MRV PRIME XVII INCORPORACOES SPE LTDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
THIAGO DA COSTA E SILVA LOTT OAB - MG0101330A (ADVOGADO(A))

INTIMA-SE o Patrono (a) do Autor (a), no prazo de 05 (cinco) dias, manifeste-se sobre o AR NEGATIVO juntado, sob pena de arquivamento, e por este motivo houve o cancelamento da audiência.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012990-56.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS DO PRADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG0096864A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1012990-56.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO - MG0096864A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 17:09:20

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010804-60.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EVANILZA RIBEIRO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

Processo n. 1010804-60.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Nos termos da legislação vigente e art. 990, § 1º da CNGC-MT, impulsiono estes autos com a finalidade de intimação do(a) Advogado do(a) REQUERIDO: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - MT13245-A , para apresentar as contrarrazões ao recurso, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: maira da silva moraes 13/12/2019 17:26:33

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019933-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KELVIN DAMIAO DA SILVA ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA OAB - MT25681/O (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)

PROCESSO n. 1019933-89.2019.8.11.0002 POLO ATIVO:KELVIN DAMIAO DA SILVA ARRUDA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: JOAO PAULO MAIA OLIVEIRA POLO PASSIVO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO, das partes acima qualificadas, para comparecer à AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada. DADOS DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 21/01/2020 Hora: 14:55 , no endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 . CUIABÁ, 13 de dezembro de 2019 (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016283-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA DE SOUSA CESARIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CRISTALDO DA SILVA ALENCASTRO OAB - MT0013926A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1016283-34.2019.8.11.0002 Intima-se o patrono para conhecimento e comparecimento à Audiência de Conciliação. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 31/01/2020 Hora: 16:10 Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 18:07:02

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007902-37.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HYGOR CESAR DA SILVA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1007902-37.2019.8.11.0002 INTIMA-SE a parte devedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário do débito, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do NCPC, bem como, EXECUÇÃO FORÇADA, na forma da lei. Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 18:22:31

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007335-06.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARMEN APARECIDA SIMIONATO TRENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO(A))
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCO ANDRÉ HONDA FLORES OAB - MT9708-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1007335-06.2019.8.11.0002 INTIMA-SE a parte devedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário do débito, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do NCPC, bem como, EXECUÇÃO FORÇADA, na forma da lei. Assinado eletronicamente por: NEIVA FATIMA CERQUEIRA DO ESPIRITO SANTO 13/12/2019 18:35:26

Intimação Classe: CNJ-132 EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL
Processo Número: 1008081-68.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELIAS SALES BOLIVEIRA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Passivo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1008081-68.2019.8.11.0002 INTIMA-SE a parte devedora para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário do débito, sob pena de incidir multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523 do NCPC, bem como, EXECUÇÃO FORÇADA, na forma da lei. Assinado eletronicamente 13/12/2019 13:21:00

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009880-49.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA TEREZINHA BATAREGUIRE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 Processo nº: 1009880-49.2019.8.11.0002 Intima-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso de ID 27376093, no prazo legal. Assinado eletronicamente 13/12/2019 13:11:35

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012360-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DENIS NUNES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO JOSE OJEDA NUNES OAB - MT23840/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

AUDIÊNCIA CONCILIAÇÃO JUIZADO DESIGNADA PARA 07/11/2019 13:10 JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE.

Citação

Citação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019204-63.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
REGIS KEILA COSTA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEOVALDO ALVES DE CASTRO JUNIOR OAB - MT19562/O

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KM2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO MILENA VALLE RODRIGUES PROCESSO n. 1019204-63.2019.8.11.0002 Valor da causa: R$ 36.350,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, RESCISÃO DO CONTRATO E DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) POLO ATIVO: Nome: REGIS KEILA COSTA MARTINS Endereço: RUA MACAPÁ, (LOT JD ESTADOS), JARDIM DOS ESTADOS, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78158-064 POLO PASSIVO: Nome: KM2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP Endereço: RUA ALAN KARDEC, JARDIM TROPICAL, RESENDE - RJ - CEP: 27541-290 Senhor(a): REQUERIDO: KM2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO supra-identificada, tem por finalidade a citação de Vossa Senhoria, por todo o conteúdo da petição inicial, que se encontra disponibilizado no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas, bem como a sua intimação para comparecer à audiência de conciliação designada. DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO Data: 29/01/2020 Hora: 17:10 , a ser realizada na sede do juízo, no endereço acima indicado. MEDIDA LIMINAR: "ORDENO A SUSPENSÃO das cobranças e lançamentos no cartão de crédito da parte autora em relação à compra anunciada, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada." ADVERTÊNCIA: 1. Não comparecendo à audiência designada, presumir-se-ão verdadeiros os fatos alegados pela parte reclamante na petição inicial ou termo de reclamação, podendo ser proferida sentença de plano (artigos 20 e 23 da Lei nº 9.099/95). 2. Comparecendo a parte promovida, e não obtida a conciliação, deverá oferecer contestação, escrita ou oral, no prazo de 05 (cinco) dias após a audiência de conciliação, sendo obrigatória, nas causas de valor superior a 20 salários mínimos, a presença de advogado. A ação poderá ser julgada antecipadamente, se for o caso, ou se proceder à audiência de instrução e julgamento. 3. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Decisão

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019831-67.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BRASILINA LEMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ABRAHAM LINCOLN DE BARROS FERREIRA OAB - MT8777-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019831-67.2019.8.11.0002. REQUERENTE: BRASILINA LEMES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Trata-se de RECLAMAÇÃO CÍVEL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra ENERGISA MATO GROSSO, aduzindo a parte autora que é responsável pela unidade consumidora UC 6/1373238-3, e que em outubro/2018 ocorreu uma falha elétrica na residencia da Requerente, quando da visita da equipe técnica da Energisa foi recomendado a troca do padrão de aferição de consumo da energia, afirmando que a partir da troca seu consumo aumentou exorbitantemente, e tentando resolver junto ao PROCON, não obteve sucesso, apenas oferecendo a requerida o parcelamento da dívida, acabando por ter seu fornecimento suspenso. Por essas razões, requer a concessão da medida liminar a fim de que a Requerida seja obrigada, no quarenta e oito horas, a proceder à religação/regularização do serviço de fornecimento de energia elétrica na UC n.º 6/1373283-3, em nome da Requerente BRASILINA LEMES, bem como para que instale novo medidor no padrão de entrada do serviço. Decido. Compulsando os autos, a priori, evidencia-se que os fatos narrados na exordial apresentam-se verossímeis, porquanto consta dos documentos juntados sua reclamação perante o PROCON sem a resolução da questão, e termo de confissão de dívida, bem como faturas de abril/2018 a março/2019, demonstrando o aumento anunciado, tendo a parte o direito de questionamento, coadunando com as alegações da requerente, por ora, autorizando o deferimento liminar. Nos autos, tem-se como PRETENSÃO INICIAL é a ABSTENÇÃO DE CORTE e/ou RESTABELECIMENTO da ENERGIA ELÉTRICA, produto indispensável nos dias atuais, cuja suspensão abrupta no fornecimento traz ao consumidor DANOS de GRAVE e DIFÍCIL REPARAÇÃO. Desse modo, de acordo com a DOCUMENTAÇÃO juntada aos autos, bem como a IMPORTÂNCIA do FORNECIMENTO de ENERGIA ELÉTRICA nos dias atuais, não só pelo conforto, mas para a conservação de alimentos, remédios, etc., o PERIGO da DEMORA está DEMONSTRADO. Friso ainda, que a eventual CESSAÇÃO da TUTELA que ora se concede, é reversível, remetendo a situação ao status que ante. Com essas considerações, preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC/2015, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO dos EFEITOS da TUTELA de URGÊNCIA e, por conseguinte DETERMINO que a parte Requerida RESTABELEÇA EM ATÉ 04 HORAS O FORNECIMENTO da energia elétrica na referida unidade consumidora UC 6/1373238-3, bem como SUSPENDA a cobrança da fatura apontada e SE ABSTENHA DE NEGATIVAR o nome do autor, tudo sob pena de multa diária a ser arbitrada por este Juízo. CIENTIFIQUE-SE a parte Requerida, de que se caso haja descumprimento da presente decisão, será o seu representante legal responsabilizado civilmente e criminalmente (art. 71 - CDC), sem prejuízo da aplicação da multa diária a ser arbitrada por este juízo. Esta decisão não isenta a parte autora do pagamento das faturas vencidas e vincendas, inclusive o débito ora discutido, caso a ação seja julgada improcedente. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, DEFIRO desde já, a aplicação da inversão do ônus da prova, em face da reclamada, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. CITE-SE a parte RECLAMADA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento da parte reclamada à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte reclamante, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Reclamante implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). APÓS, à parte Reclamante para, em igual prazo,

apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intimem-se. Se necessário, expeça-se o competente Mandado e, desde já defiro as benesses do art. 212 do CPC/2015, ficando autorizado o cumprimento pelo(a) oficial(a) de justiça de plantão, também se necessário. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019690-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROSA AMORIM DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA ABRIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019690-48.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ROSA AMORIM DE ALMEIDA REQUERIDO: EDITORA ABRIL S.A. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, aduzindo a parte autora que firmou contrato d assinatura de uma revista com a parte requerida, iniciando-se em fevereiro/2019, a ser descontado em sua conta corrente o valor de R$ 50,95 (cinquenta reais e noventa e cinco centavos) mensais, afirmando que nunca recebeu exemplar, e tentando resolver administrativamente perante o PROCON a requerida se comprometeu rescindir o contrato e depositar os valores já pagos, não cumprindo o acordo. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito caso tenha apontado e se abstenha caso não, bem como suspenda as cobranças em conta bancária quanto às parcelas do serviços questionado, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou extratos de sua conta corrente com o desconto a título de PGTO ELETRON COBR ABRIL COMUNICACOES SA, no valor informado, além da reclamação perante o PROCON com resposta da requerida se comprometendo a devolver os valores no prazo de 20 dias a contar de 31/10/2019, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO dos descontos na conta corrente da parte autora em relação à assinatura questionada, bem como retire ou se abstenha de negativar seu nome, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019190-79.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HELIVELTON PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARILENE ALVES OAB - MT7474-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
HOLDER ASSESSORIA DE COBRANCA LTDA - EPP (REQUERIDO)
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019190-79.2019.8.11.0002. REQUERENTE: HELIVELTON PEREIRA DA SILVA REQUERIDO: CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS PAMPAS, HOLDER ASSESSORIA DE COBRANCA LTDA - EPP Vistos, etc. Trata-se de AÇAO DE INDENIZAÇAO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS e LUCROS CESSANTES com PEDIDO DE LIMINAR, aduzindo a parte autora que sofreu ação de execução indevidamente pela requerida HOLDER referente a um apartamento que adquiriu da MRV que foi objeto de deferimento liminar determinando a suspensão de cobranças em relação ao contrato de compra e venda que se persegue o cancelamento, mas que diante da execução sofreu bloqueio em sua conta corrente referente a salário, causando diversos prejuízos, e que a execução foi extinta, mas a HOLDER continua as cobranças mesmo após a determinação de suspensão anunciada, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seja determinada à HOLDER a suspensão das cobranças e das faturas que continua a enviar, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou decisões dos dois processos anunciados, bem como cobranças emitidas pela HOLDER, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO das cobranças e faturas emitidas pela requerida HOLDER, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019204-63.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
REGIS KEILA COSTA MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEOVALDO ALVES DE CASTRO JUNIOR OAB - MT19562/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
KM2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019204-63.2019.8.11.0002. REQUERENTE: REGIS KEILA COSTA MARTINS REQUERIDO: KM2 COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - EPP Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAS E MORAIS, aduzindo a parte autora que adquiriu da requerida em

agosto/2019 um "Motor de Implante Surgic Pro/NSK" , pelo valor de dez parcelas em seu cartão de crédito de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), o que totaliza R$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), mas que o produto até o momento não foi entregue, apesar das várias tentativas de resolver a questão, causando prejuízos pois deixou de fazer cirurgias pela falta do aparelho. Desta forma, requer concessão de liminar para que a parte requerida cancele os lançamentos das parcelas em seu cartão de crédito, sob pena de multa diária a ser fixada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou mensagens trocadas via aplicativo com representante da empresa requerida, atestando a não entrega do produto, bem como faturas de seu cartão de crédito com a cobrança da compra anunciada, e orçamentos de pacientes que aguardam para fazer a cirurgia, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO das cobranças e lançamentos no cartão de crédito da parte autora em relação à compra anunciada, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019223-69.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIENE BISPO DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSLEINE VIRGINIA FERREIRA OAB - MT0016427A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOVESA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERIDO)
DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019223-69.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ELIENE BISPO DE SOUZA REQUERIDO: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, REALIZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA, GOVESA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO COM PEDIDO DE RESTITUICAO DE QUOTAS DE CONSÓRCIO C/C DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE EVIDENCIA, aduzindo a parte autora que aderiu a um consórcio administrado pela parte requerida com carta de crédito n. 0000024318, grupo 215, cota 260, proposta 23658, no valor de R$ 32.220,00 (trinta e dois mil e duzentos e vinte reais), em 36 (trinta e seis) parcelas com encerramento em 14.05.2017, das quais pagou 22 (vinte e duas) e por problemas financeiros informou o grupo e aguardou a finalização para receber sua restituição, afirmando que desde então o encerramento do grupo vem sendo adiado, por último para 2020, e tentando resolver a questão administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer a antecipação de tutela para que as requeridas liberem o valor equivalente às 22 (vinte e duas) parcelas quitadas do consórcio, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisado os autos, verifico que não deve prosperar totalmente o pedido da tutela suscitada, por não vislumbrar, neste momento, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, dispensando o mínimo de contraditório sobre os fatos e a regular produção da prova, porquanto se constata, na realidade, que os pedidos estão intrinsicamente relacionados ao mérito, devendo com este ser analisado em momento oportuno, restando, assim, necessária a instauração do contraditório para maior segurança jurídica da decisão. Ademais, NÃO HÁ PREJUÍZO que não possa ser REPARADO, CORRIGIDO ou EMENDADO, se a LIDE for, ao FINAL, julgada procedente. Assim, é sensato que se aguarde a sessão de conciliação e o regular encaminhamento processual, assegurando a parte requerida o regular contraditório sobre os fatos descritos, para a análise dos demais pedidos. Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de tutela vindicada in limine litis, DEFERINDO APENAS QUE A PARTE REQUERIDA SE ABSTENHA DE NEGATIVAR O NOME DA PARTE AUTORA quanto ao contrato sob julgamento, até ulterior deliberação, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte RECLAMADA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento da parte reclamada à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte reclamante, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Reclamante implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). APÓS, à parte Reclamante para, em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019236-68.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EMERSON SANTANA DA CUNHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TULIO AGUIAR TABOSA OAB - MT25531/O (ADVOGADO(A))
POTYRA IRAE LOUREIRO OAB - MT18910/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI MÓVEL S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019236-68.2019.8.11.0002. REQUERENTE: EMERSON SANTANA DA CUNHA REQUERIDO: OI MÓVEL S/A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DANOS MATERIAIS, MORAIS E LIMINAR, aduzindo a parte autora que em setembro/2018 contratou junto à requerida um plano de internet com a inclusão de um dependente, mas que não conseguiu utilizar por onde morar e trabalhar não possuir sinal suficiente, afirmando que tentou de todas as maneiras resolver a questão administrativamente, inclusive aceitando aumentar os gigabytes do plano, mas sem sucesso, e desde então tenta fazer o cancelamento, sem conseguir tanto pelo atendimento físico quanto pela central de telefonia, pagando por um serviço não prestado. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu determinado o cancelamento do plano, e emissão de novas faturas, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou contrato do plano, faturas desde outubro/2018, prints do aplicativo espelhando os problemas anunciados com a internet, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final,

poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, DETERMINO A SUSPENSÃO do plano de internet da parte autora quanto aos números informados (65) 9 8409-1221 e (65) 9 8412-1221, bem como DETERMINO A SUSPENSÃO da emissão de faturas, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019254-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALIDA DE SOUSA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Herlen Cristine Pereira Koch OAB - MT8428-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019254-89.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ALIDA DE SOUSA OLIVEIRA REQUERIDO: INSTITUICAO EDUCACIONAL MATOGROSSENSE-IEMAT Vistos, etc. Trata-se de RECLAMAÇÃO C/C DANOS MORAIS C/C LIMINAR, aduzindo a parte autora que em 2015/1 matriculou-se no curso de Psicologia na IES UNIVAG optando pela modalidade FIES, afirmando que ocorreu uma falha junto ao FIES – e sendo que do 2º ao 7º semestre a Reclamante recebia informações de que seu nome estaria na lista de aprovação do FIES, mas no sétimo semestre foi informada pela requerida que não receberia a aprovação junto ao FIES, sendo oferecido financiamento próprio até o final do curso, e chegando ao décimo semestre não conseguiu fazer a matrícula e foi informada que a instituição não realiza mais esse tipo de financiamento, ficando a Reclamante impedida de terminar o curso de Psicologia. Desta forma, requer seja determinado à parte requerida efetuar a matrícula da Autora no Curso de Psicologia – 10º Semestre 2019/2, financiamento do 10º semestre pela própria Reclamada, e abatimento das faltas do estágio, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisado os autos, verifico que não deve prosperar o pedido da tutela suscitada, por não vislumbrar, neste momento, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, dispensando o mínimo de contraditório sobre os fatos e a regular produção da prova, porquanto se constata pela reclamação diante do PROCON que a parte em setembro tentou resolver a questão, e somente agora, no mês de dezembro, ou seja, com a finalização do semestre, requer a matrícula, inclusive abono de faltas no estágio, o que não compete ao Juízo, porquanto estágio requer impreterivelmente carga horária, restando, assim, necessária a instauração do contraditório para maior segurança jurídica da decisão. Ademais, NÃO HÁ PREJUÍZO que não possa ser REPARADO, CORRIGIDO ou EMENDADO, se a LIDE for, ao FINAL, julgada procedente. Assim, é sensato que se aguarde a sessão de conciliação e o regular encaminhamento processual, assegurando a parte requerida o regular contraditório sobre os fatos descritos. Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de tutela vindicada in limine litis, eis que ausente os requisitos que a autorizam, assegurando o indispensável contraditório a ser obtido no curso desta reclamação. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte RECLAMADA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento da parte reclamada à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte reclamante, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Reclamante implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). APÓS, à parte Reclamante para, em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019274-80.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS VANDERLEI PEREIRA DA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO HENRIQUE LUCHETTI RODRIGUES OAB - MT12409-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019274-80.2019.8.11.0002. REQUERENTE: CARLOS VANDERLEI PEREIRA DA ROCHA REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, aduzindo a parte autora que é cliente das operadoras OI e VIVO, e ao tentar comprar a crédito no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando não ter qualquer relação jurídica com a TIM, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou consulta SERASA em que constam os apontamentos suscitados no valor de R$ 119,90 (cento e dezenove reais e noventa centavos), incluso em 15.09.2018, e R$ 69,61 (sessenta e nove reais e sessenta e um centavos) incluso em 15.10.2018, restrições únicas em nome da parte autora, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual

prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019282-57.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA HEDMARA DO AMARAL PINTO FRANCA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019282-57.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JESSICA HEDMARA DO AMARAL PINTO FRANCA REQUERIDO: HAVAN LOJAS DE DEPARTAMENTOS LTDA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNIA DE DÉBITO C/C TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNICA por Atermação, aduzindo a parte autora que ao tentar comprar a crédito no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando que o valor apontado se refere a um boleto devidamente quitado na data de seu vencimento, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou consulta SCPC em que consta o apontamento suscitado no valor de R$ 119,96 (cento e dezenove reais e noventa e seis centavos), incluso em 15.06.2018, bem como o boleto e o comprovante de pagamento, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019308-55.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MANOEL RAIMUNDO BORGES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUARA EUGENIA PAIVA DE ALMEIDA AMARAL OAB - MT24549-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019308-55.2019.8.11.0002. REQUERENTE: MANOEL RAIMUNDO BORGES DE SOUZA REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS POR FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C TUTELA DE URGÊNCIA, aduzindo a parte autora que contratou junto à requerida referente a duas linhas móveis, mas que sempre teve problemas na utilização do plano, e tentando cancelar os serviços não obtém sucesso, causando prejuízos pois as linhas eram para utilização em seu trabalho, afirmando que tentou resolver inclusive no PROCON, mas a pendência continua. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu determinado o cancelamento do plano e da emissão de novas faturas, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou farturas emitidas com os respectivos comprovantes de pagamento da operadora, bem como a reclamação no PROCON, sem a solução da questão, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, DETERMINO A SUSPENSÃO do plano contratado pela parte autora, bem como DETERMINO A SUSPENSÃO da emissão de faturas, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019423-76.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RONI HENRIQUE MENDONCA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO ALVES DE OLIVEIRA OAB - MT8083-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOCALIZA RENT A CAR SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019423-76.2019.8.11.0002. REQUERENTE: RONI HENRIQUE MENDONCA REQUERIDO: LOCALIZA RENT A CAR SA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, aduzindo a parte autora que em viagem foi até a loja requerida em São Paulo dar andamento à reserva feita de um veículo, já tarde da noite, retirada em 21.11.2019 e devolução em 25.11.2019 e que ao sair do pátio da Reclamada foi surpreendido ao ser atingido por outro veículo, o qual era dirigido por outro cliente da Reclamada, afirmando que estava na preferencial, afirmando que a requerida diante do ocorrido solicitou que pagasse a taxa de sinistro, com o que não concordou, tendo que buscar outra locadora, se surpreendendo posteriormente com uma cobrança no valor de R$ 3.752,00 (três mil, setecentos e cinquenta e dois reais), alusivo à cobrança de indenização. Desta forma, requer concessão de liminar para

que seu nome não seja negativado, bem como se abstenha de cobrar o valor controvertido, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou o contrato da locação e contrato do seguro, bem como a fatura referente ao sinistro, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da cobrança da fatura questionada, bem como que a requerida se abstenha de negativar o nome do autor, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019333-68.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PAULA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Giuseppe Zampieri OAB - MT10603-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019333-68.2019.8.11.0002. REQUERENTE: PAULA MARIA DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITO NEGOCIO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA, aduzindo a parte autora que ao tentar comprar a crédito no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando que possui uma conta corrente no banco requerido e que não possui qualquer débito em aberto com o mesmo, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou consulta balcão SPC em que consta o apontamento suscitado no valor de R$ R$ 82,06 (oitenta e dois reais e seis centavos), incluso em 01.02.2019, restrição única e recente, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019370-95.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO KLEBER DE OLIVEIRA CARVALHO (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
Glauco José Carneiro Ferreira OAB - MT11246-N (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019370-95.2019.8.11.0002. INTERESSADO: JOAO KLEBER DE OLIVEIRA CARVALHO REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, aduzindo a parte autora que ao tentar comprar a prazo no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando que não possui qualquer relação jurídica com o banco, e tentando resolver administrativamente não obteve êxito. Desta forma, requer seja determinado à parte requerida que exclua seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisado os autos, verifico que não deve prosperar o pedido da tutela suscitada, por não vislumbrar, neste momento, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, dispensando o mínimo de contraditório sobre os fatos e a regular produção da prova, porquanto se constata extrato SCPC a existência de outro apontamento que não o questionado (CEF – Caixa Econômica Federal), restando, assim, necessária a instauração do contraditório para maior segurança jurídica da decisão. Ademais, NÃO HÁ PREJUÍZO que não possa ser REPARADO, CORRIGIDO ou EMENDADO, se a LIDE for, ao FINAL, julgada procedente. Assim, é sensato que se aguarde a sessão de conciliação e o regular encaminhamento processual, assegurando a parte requerida o regular contraditório sobre os fatos descritos. Com essas considerações, INDEFIRO o pedido de tutela vindicada in limine litis, eis que ausente os requisitos que a autorizam, assegurando o indispensável contraditório a ser obtido no curso desta reclamação. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte RECLAMANTE. CITE-SE a parte RECLAMADA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento da parte reclamada à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte reclamante, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Reclamante implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). APÓS, à parte Reclamante para, em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE

BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019451-44.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VERA LUCIA VALADARES DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019451-44.2019.8.11.0002. REQUERENTE: VERA LUCIA VALADARES DE OLIVEIRA REQUERIDO: ITAU UNIBANCO S/A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA E CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS por ATERMAÇÃO, aduzindo a parte autora que recebe sua aposentadoria no valor de R$1.085,00 (um mil e oitenta e cinco reais), já possuindo um financiamento consignado que ocupa trinta por cento de seus ganhos, afirmando que a partir de setembro último passou a receber ligações de vários bancos oferecendo empréstimos, todos negados pela autora, mas mesmo assim o banco requerido fez depósito em seu nome em uma conta no Banco do Brasil, e passou a descontar em sua aposentadoria o valor de R$ 302,55 (trezentos e dois reais e cinquenta e cinco centavos), e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que a requerida se abstenha de efetivar descontos em sua aposentadoria referente ao empréstimo suscitado, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais). Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou áudio em que preposta do banco requerido oferece o consignado à autora e esta informa que já possui um empréstimo e que o sistema devia estar desatualizado, pois não possui a margem apontada, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO PARCIALMENTE a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, DETERMINO A SUSPENSÃO dos descontos referente ao empréstimo questionado, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019565-80.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARLON FLORES DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO DA COSTA TEIXEIRA OAB - MT21854/O (ADVOGADO(A))
HELIO CASTELO BRANCO DE OLIVEIRA JUNIOR OAB - MT13555-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019565-80.2019.8.11.0002. REQUERENTE: MARLON FLORES DE MORAES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E PEDIDO LIMINAR, aduzindo a parte que é proprietário de um imóvel que estava locado e é objeto de ação de cobrança de aluguéis, e foi até a concessionária solicitar a transferência da Unidade Consumidora 6/1338836-8 para seu nome, quando foi informado que existiam débitos em aberto referente a recuperação de consumo, cujo valor exorbitante é de R$ 18.034,37. (dezoito mil e trinta e quatro reais e trinta e sete centavos), informando a ENERGISA que somente com o pagamento do débito seria religada a energia e transferida a UC para seu nome, e tentando resolver a questão, não obteve sucesso, acabando por ter seu fornecimento de energia suspenso. Por essas razões requer a concessão da medida liminar a fim de que a requerida restabeleça o fornecimento de energia na UC informada, faça a transferência da UC para seu nome e suspenda a cobrança da fatura mencionada, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais). Decido. Compulsando os autos, a priori, evidencia-se que os fatos narrados na exordial apresentam-se verossímeis, porquanto a parte autora juntou os contratos de locação do imóvel, a fatura de energia ainda em nome do locatário no valor mencionado com vencimento em 20.02.2018, Carta ao Cliente com o demonstrativo da apuração do valor em cobrança, coadunando com as declarações prestadas. Ilustrando sobre troca de titularidade, cita-se entendimento dos Tribunais quanto a débito de antigo morador/proprietário: RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE DESCONSTIUIÇÃO DE DÉBITO C/C PEDIDO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. RESPABELECIMENTO DE REDE DE ENERGIA ELÉTRICA. RELAÇÃO DE CONSUMO. EXISTÊNCIA DE DÉBITOS JUNTO À CONCESSONÁRIA RÉ DEVIDO AO CONSUMO DE ENERGIA USUFRUÍDO POR ANTIGO PROPRIETÁRIO QUE IMPEDIU O RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO PELA PROPRIETÁRIA. CONDUTA ILÍCITA POR PARTE DA PRESTADORA DE SERVIÇO. IMPOSSIBILIDADE DE COBRANÇA DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL QUE NÃO UTILIZOU O SERVIÇO DE ENERGIA. RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO DOS DÉBITOS É DO CONSUMIDOR QUE USUFRUIU O SERVIÇO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. ORDENADA A TROCA DE TITULARIDADE DAS FATURAS PARA O NOME DA AUTORA, DE OFÍCIO. (Recurso Cível nº 71004911053, Quarta Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relatora: Gisele Anne Vieira de Azambuja, Julgado em 25/07/2014). Nos autos, tem-se como PRETENSÃO INICIAL o RESTABELECIMENTO da ENERGIA ELÉTRICA, produto indispensável nos dias atuais, cuja suspensão abrupta no fornecimento traz ao consumidor DANOS de GRAVE e DIFÍCIL REPARAÇÃO. Desse modo, de acordo com a DOCUMENTAÇÃO juntada aos autos, bem como a IMPORTÂNCIA do FORNECIMENTO de ENERGIA ELÉTRICA nos dias atuais, não só pelo conforto, mas para a conservação de alimentos, remédios, etc., o PERIGO da DEMORA está DEMONSTRADO. Friso ainda, que a eventual CESSAÇÃO da TUTELA que ora se concede, é reversível, remetendo a situação ao status que ante. Com essas considerações, preenchidos os requisitos do artigo 300 do CPC/2015, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO dos EFEITOS da TUTELA de URGÊNCIA e, por conseguinte DETERMINO que a parte Requerida RESTABELEÇA EM ATÉ 04 HORAS O FORNECIMENTO da energia elétrica na referida unidade consumidora UC 6/1338836-8, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este Juízo. CIENTIFIQUE-SE a parte Requerida, de que se caso haja descumprimento da presente decisão, será o seu representante legal responsabilizado civilmente e criminalmente (art. 71 - CDC), sem prejuízo da aplicação da multa diária a ser arbitrada por este juízo. Esta decisão não isenta a parte autora do pagamento das faturas vincendas, inclusive o débito ora discutido, caso a ação seja julgada improcedente. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, DEFIRO desde já, a aplicação da inversão do ônus da prova, em face da reclamada, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. CITE-SE a parte RECLAMADA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento da parte reclamada à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte reclamante, e será proferida pelo magistrado,

sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Reclamante implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). APÓS, à parte Reclamante para, em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intimem-se. Se necessário, expeça-se o competente Mandado e, desde já defiro as benesses do art. 212 do CPC/2015, ficando autorizado o cumprimento pelo(a) oficial(a) de justiça de plantão, também se necessário. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019577-94.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIS REGINA DA SILVA ROMA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MILTON JONES AMORIM VIEIRA OAB - MT16216-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019577-94.2019.8.11.0002. INTERESSADO: ELIS REGINA DA SILVA ROMA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, aduzindo a parte autora que ao tentar comprar a crédito no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando não ter qualquer relação jurídica com a mesma e desconhece os valores cobrado e sustenta que a restrição lançada é totalmente indevida, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou consulta SCPC em que consta o apontamento suscitado no valor de R$ 31,64 (trinta e um reais e sessenta e quatro centavos), incluso em 11.12.2015, restrição única em nome da parte autora, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019514-69.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
M.M.BASTOS DE SOUSA - ME (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EUZICLEI MAINARDES RODRIGUES OAB - MT7812/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019514-69.2019.8.11.0002. REQUERENTE: M.M.BASTOS DE SOUSA - ME REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM REPETIÇÃO DE INDEBITO C/C DANOS MORAIS, aduzindo a parte autora que é cliente da requerida desde 2016 e possui assinatura de duas linhas fixas e internet wi-fi, pelo valor mensal de R$ 299,00 (duzentos e noventa e nove reais) e que em outubro/2018 recebeu uma oferta de um plano ilimitado do qual seria enviado gratuitamente um notebook POSITIVO, e por valor menor mensalmente (R$ 259,90 – duzentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos), aceitando a proposta, mas começou a ser inserido em suas faturas um valor a título de TI, sem qualquer informação, e tentando resolver a questão, inclusive no PROCON, não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu determinado a suspensão das cobranças em relação ao serviço não contratado – TI, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou faturas desde fevereiro/2019 com os comprovantes de pagamento espelhando as cobranças de serviços TI, bem como a reclamação no PROCON sem a resolução da questão, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, DETERMINO A SUSPENSÃO das cobranças referente a TI nas faturas da parte autora, até ulterior deliberação, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019590-93.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FERNANDO JOSE BUZELLI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAIRE APARECIDA MACIEL SILVA OAB - MT15141/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL

CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019590-93.2019.8.11.0002. REQUERENTE: FERNANDO JOSE BUZELLI REQUERIDO: BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS, aduzindo a parte autora que é cliente do banco requerido e diante de problemas com seu cartão em novembro solicitou uma segunda via com prazo de oito dias úteis, mas até o momento não chegou, causando-lhe prejuízos pois a cada saque efetivado é debitado em sua conta o valor de R$ 2,76 (dois reais e setenta e seis centavos), afirmando que já tentou por diversas vezes resolver a questão administrativamente, mas não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que o banco requerido providencie a entrega do cartão solicitado, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou print do aplicativo do banco comprovando sua conta corrente, bem como áudio que atesta suas alegações, mormente quanto ao tempo que aguarda a solução do problema, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, DETERMINO AO BANCO EFETIVAR A ENTREGA DO CARTÃO SOLICITADO pelo autor, no prazo de 07 (sete) dias, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019689-63.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDNA ALMEIDA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LIDIANNE SANTI DE LIMA OAB - MT15435/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019689-63.2019.8.11.0002. REQUERENTE: EDNA ALMEIDA PEREIRA REQUERIDO: OI BRASILTELECOM Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, aduzindo a parte autora que ao tentar comprar a crédito no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando que era sua cliente e cancelou os serviços, fazendo acordo quanto ao débito em aberto e quitando todas as parcelas assumidas, se surpreendendo com a negativação, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou consulta SERASA em que consta o apontamento suscitado no valor de R$ 399,12 (trezentos e noventa e nove reais e doze centavos), incluso em 20.07.2018, restrição única em nome d parte autora, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019745-96.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALESSANDRO MARQUES DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JEAN DA SILVA MOREIRA OAB - MT17683-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1019745-96.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ALESSANDRO MARQUES DE JESUS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Acolho a emenda à inicial de id. 27337482, determinando à Secretaria corrigir o polo passivo da ação, para constar BANCO BRADESCO CARTÕES S/A, pessoa jurídica de direito privado CNPJ 59.438.325/0001-01, a ser notificada na Avenida Cidade de Deus, s/n – Prédio Prata – 4º Andar, Vila Yara, Osasco/SP, CEP: 06.029-900. Aduz a parte autora que ao tentar comprar a crédito no comércio local foi informada que seu nome está negativado pela parte requerida, afirmando que assim que soube do apontamento entrou em contato com a mesma e fez um acordo para quitar a dívida, sendo que já pagou cinco parcelas, e até o momento seu nome continua negativado, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou boletos constatando-se o acordo com os respectivos comprovantes de pagamento, além de consulta balcão SCPC em que consta o apontamento suscitado no valor de R$ 482,87 (quatrocentos e oitenta e dois reais e oitenta e sete centavos), incluso em 15.01.2017, restrição única em nome do autor, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA

pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Decisão Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016283-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUANA DE SOUSA CESARIO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATA CRISTALDO DA SILVA ALENCASTRO OAB - MT0013926A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LOJAS RENNER S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1016283-34.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUANA DE SOUSA CESARIO REQUERIDO: LOJAS RENNER S.A. Vistos, etc. Acolho a emenda à inicial de id. 27354369. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO C/C CANCELAMENTO DE CARTÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS POR INCLUSÃO INDEVIDA NO SPC/SERASA E PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, aduzindo a parte autora que ao tentar se cadastrar no sítio SERASA verificou que seu nome está negativado pela loja requerida, afirmando não ter qualquer relação jurídica com a mesma, e tentando resolver administrativamente não obteve sucesso. Desta forma, requer concessão de liminar para que seu nome seja excluído do banco de dados dos serviços de proteção ao crédito, sob pena de multa diária a ser arbitrada. Decido. Analisadas as alegações apresentadas, aliadas aos documentos atrelados à inicial, conclui-se que subsistem os requisitos ensejadores da concessão da tutela antecipada, pela suficiência das provas apresentadas até este momento e, consequentemente, pela verossimilhança das alegações da parte autora, vez que juntou consulta balcão SPC em que consta o apontamento suscitado no valor de R$ 235,12 (duzentos e trinta e cinco reais e doze centavos), incluso em 06.09.2018, restrição única em nome da parte autora, coadunando com a narrativa apresentada, autorizando o deferimento da liminar pugnada. Ademais, verifico ausência de perigo de irreversibilidade da medida, uma vez que a qualquer tempo (CPC/2015, art. 300) e até por ocasião do julgamento final, poderá perfeitamente ser revogada esta decisão. Ex positis, DEFIRO a ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada, e via de consequência, ORDENO A SUSPENSÃO da inscrição do nome da parte autora em relação ao débito discutido nos autos, até ulterior deliberação. DETERMINO que se oficie ao órgão restritivo para que efetive a SUSPENSÃO da inscrição, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir da intimação desta decisão, sob pena de aplicação de multa diária a ser arbitrada. Defiro a gratuidade de justiça com escoro nos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c artigos 98 e 99 do Novo Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, DEFIRO a INVERSÃO do ÔNUS da PROVA à parte REQUERENTE. CITE-SE a parte REQUERIDA para COMPARECIMENTO em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n.º 9.099/95), presumindo-se como verdadeiros todos os fatos alegados na inicial pela parte requerente, e será proferida pelo magistrado, sentença (art. 23, Lei n.º 9.099/95), oportunidade em que poderá oferecer DEFESA ESCRITA ou ORAL, por meio de advogado, ou DEFESA ESCRITA no PRAZO de até 05 (cinco) dias após a realização da audiência, ressalvando, ainda que a ausência da parte Requerente implicara em extinção e arquivamento dos autos (art. 51, I, da Lei n.º 9.099/95). Após, à parte Requerente para, querendo em igual prazo, apresentar IMPUGNAÇÃO à CONTESTAÇÃO. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019297-26.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
A. F. S. O. (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
RWLY GWLYT AFONSO ALVES DA SILVA OAB - MT24299/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIACAO JUINA LTDA - EPP (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1019297-26.2019.8.11.0002. INTERESSADO: ADRIAN FELIPE SANTOS OLIVEIRA REQUERIDO: VIACAO JUINA LTDA - EPP Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, proposta por ADRIAN FELIPE DOS SANTOS OLIVEIRA, menor representado por sua genitora GABRIELA JULIA DOS SANTOS, em face da VIAÇÃO JUÍNA LTDA – EPP. Decido. Constata-se que a presente ação tem Juízo específico para seu trâmite, não devendo aqui prosperar, pois a parte autora é menor e, assim, vedado a apreciação de processo no Juizado que tenha incapaz como parte. Com efeito, o legislador infraconstitucional buscou criar um sistema onde a celeridade e a simplicidade devem nortear a atividade jurisdicional, encontrado o pedido óbice no artigo 8º, da Lei 9.099/98, verbis: Art. 8º Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União, a massa falida e o insolvente civil. Ainda, o artigo 51, inciso IV, da Lei nº 9.099/95, dispõe: Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: [...] IV - quando sobrevier qualquer dos impedimentos previstos no art. 8º desta Lei; Pelo exposto, RECONHEÇO a INCOMPETÊNCIA absoluta deste Juízo para processamento do presente feito, consequentemente, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO nos termos do artigo 51, inciso IV, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Procedam-se às anotações e baixas pertinentes. Intime-se e cumpra-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019763-20.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROGERIO JOSE ARRUDA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO JARDIM GLÓRIA VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1019763-20.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ROGERIO JOSE ARRUDA DE CAMPOS REQUERIDO: OI S.A Vistos, etc. Dispensado o relatório conforme art. 38 da Lei 9.099/95. É o Breve Relato. Decido. Após detida análise dos autos, verificou-se que a presente ação tem por objeto reparação de danos e a parte requerente reside em Cuiabá - MT (id. 27332801 e 27332807), assim, este juízo é absolutamente incompetente, nos termos do art. 4º, inc. III, da Lei 9.099/95. Isto posto, JULGO e DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO com fundamento no artigo 51, inc. III, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios, nos

termos dos artigos 54 e 55 da Lei 9.099/95. Procedam-se às anotações e baixas pertinentes. Intime-se. Às providências. VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010655-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LEANDRO RODRIGUES FAGUNDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYCON RODRIGO KELM OAB - MT10092-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1010655-64.2019.8.11.0002 Reclamante: Leandro Rodrigues Fagundes Reclamada: TAM Linhas Aéreas S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Da Preliminar de Ilegitimidade Passiva – Relação de Consumo A parte Requerida alega preliminarmente a ilegitimidade passiva, no entanto vislumbro que o presente caso se trata de uma relação de consumo, não possuindo qualquer comprovação que possa eximir a legitimidade da parte Requerida. Assim, nos termos da norma consumerista, todos os fornecedores respondem solidariamente pelos danos causados. Deste modo, rejeito a preliminar. Mérito. Alega a parte requerente que no retorno para Cuiabá efetivou a compra de uma bagagem, no importe de R$ 120,00 (cento e vinte reais). Afirma que na primeira tentativa foi informado pela parte Requerida que o pagamento não havia concluído, motivo pelo qual repetiu a operação. Ao chegar ao seu destino constatou que houve a cobrança em duplicidade da bagagem, deste modo começou a realizar diversas solicitações para que a Reclamada restituísse o valor pago em duplicidade, contudo não logrou êxito em efetivar a solução administrativa. Assim requer a devolução do valor pago a maior e indenização por danos morais. A parte requerida, contesta, afirmando que sempre agiu de boa-fé, que a responsabilidade pelo fato foi da instituição financeira, alegando culpa exclusiva de terceiro. Afirma que não houve o preenchimento dos pressupostos caracterizados dos danos morais e não há que se falar em danos materiais, pois a requerida não deu causa a referida cobrança, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos. A parte Requerente apresentou impugnação a contestação rechaçando os argumentos da contestação. Verificando os documentos da inicial, denoto que foi cobrado da parte Requerente duas vezes o mesmo valor a título de cobrança da bagagem. Embora a parte Requerida afirme que a cobrança em duplicidade foi efetivada erroneamente por terceiro, a não solução do fato administrativamente, quando intentado pelo consumidor, caracteriza evidente falha na prestação de serviço. Afirmo ainda que o simples fato de haver uma cobrança em duplicidade não é capaz de ensejar os danos morais, contudo havendo a tentativa, pelo consumidor, de solucionar o fato administrativamente, e não havendo êxito, é possível de reconhecer o ato ilícito. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. O que se constata compulsando os documentos dos autos é que resta razão a parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente procurou solucionar o feito administrativamente, contudo não logrou êxito. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais). Quanto ao dano material, conforme acima destacado, a parte Requerente faz jus ao recebimento do valor pago em duplicidade, que perfaz o montante de R$ 120,00 (cento e vinte reais), de forma simples, uma vez que não restou comprovada a má-fé da parte Requerida. Desta feita, acolho o pedido da parte Requerida para pagamento do importe de R$ 120,00 (cento e vinte reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida, para condenar a parte Requerida para pagamento do importe de R$ 120,00 (cento e vinte reais), de forma simples, a título de dano material, que deverá ser corrigido pelo índice INPC desde o desembolso (11.06.2019) e acrescido de juros moratórios desde a citação 10.09.2019, bem como condeno a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados desde a citação – 10.09.2019. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013754-42.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDINEIA MARIA DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1013754-42.2019.8.11.0002 Reclamante: Edineia Maria de Arruda Reclamado: Banco Bradesco S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, in fine, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Das Preliminares. A preliminar arguida pela Reclamada não tem o condão de obstar o julgamento da causa. Por este motivo rejeito a preliminar. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação ao débito no valor de R$ 926,54 (novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), desconhecendo por completo o débito, pois não possui débitos com a empresa requerida, afirmando ainda que não foi notificado quanto aos fatos. A parte requerida, no mérito contesta a parte autora asseverando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato estabelecido entre as partes, o qual se encontra inadimplente, sendo legítimo o apontamento, limitando a se reportar a tal fato, sem maiores indagações ou explicações, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, não informando nenhuma relação jurídica que possa ter com esta, o que se reveste de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, apenas acostou faturas com suposta utilização dos serviços, assim não há qualquer meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito, sendo a única inscrição em seu nome. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (Grifo negrito nosso). No entanto, se denota no extrato juntado pela parte requerente que possui outro apontamento posterior em seu nome, não sendo possível a aplicabilidade do enunciado da Súmula 385 do STJ, porém deve ser considerado no momento da fixação do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência do débito descrito na inicial no valor de R$ 926,54 (novecentos e vinte e seis reais e cinquenta e quatro centavos), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso – 09.01.2015 – data da inclusão do débito no órgão de proteção ao crédito. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo C U M P R I M E N T O V O L U N T Á R I O d a CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015738-61.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VANDER VALTER VIGINOTTI (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):

VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1015738-61.2019.8.11.0002 Reclamante: Vander Valter Viginotti Reclamada: Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Da Preliminar A preliminar arguida pela Reclamada não tem o condão de obstar o julgamento da causa. Por este motivo rejeito a preliminar. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação a 02 débitos que totalizam o valor de R$ 1.013,29 (um mil e treze reais e vinte e nove centavos), que desconhece, pois não possui relação jurídica com a empresa requerida, afirmando que não foi notificada quanto aos fatos narrados nos autos. A parte requerida, no mérito contesta a parte autora asseverando que o débito ensejador da negativação é decorrente do contrato estabelecido entre as partes, Unidade Consumidora sob o nº 2537856-3, qual se encontra inadimplente, sendo legítimo o apontamento, limitando a se reportar a tal fato, apresentando somente telas e históricos de utilização, retirados seu sistema interno, para comprovar suas alegações, sem maiores indagações ou explicações, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, somente trouxe na contestação telas do sistema interno, quais não se revestem de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. Conquanto tenha a empresa requerida alegado que a dívida advém de serviços devidamente prestados, todavia a defesa não foi acostada com nenhum documento que pudesse realizar uma prova cabal de suas alegações. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). No entanto, se denota no extrato juntado pela parte requerente que possui mais um apontamento posterior em seu nome, não sendo possível assim a aplicabilidade do enunciado da Súmula 385 do STJ, porém deve ser considerado no momento da fixação do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência dos débitos aqui litigado, e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso – 26.03.2018 – data da inclusão do débito no órgão de proteção ao crédito. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015754-15.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANA PAULA FREDERICO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1015754-15.2019.8.11.0002 Reclamante: Ana Paula

Frederico de Oliveira Reclamada: Banco Bradesco S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Das Preliminares As preliminares arguidas pela Reclamada não têm o condão de obstar o julgamento da causa. Por este motivo rejeito a preliminar. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação aos dois débitos que totalizam o valor de R$ 475,71 (quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), desconhecendo por completo o referido débito. A parte requerida, no mérito contesta a parte autora asseverando que os fatos narrados pela parte requerente não são capazes de causar prejuízos e inexiste comprovação de qualquer conduta ilícita ou abusiva pela parte requerida, bem como não deve ser aplicado neste caso a inversão do ônus da prova, visto que não há um mínimo de verossimilhança nas alegações da parte requerente. Ao final pugna pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, não informando nenhuma relação jurídica que possa ter com esta, o que se reveste de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, somente faturas com suposta utilização dos serviços pela parte requerente, assim não há qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito, sendo a única inscrição em seu nome. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). No entanto, se denota no extrato juntado pela parte requerente que possui outros dois apontamentos posteriores em seu nome, não sendo possível a aplicabilidade do enunciado da Súmula 385 do STJ, porém deve ser considerado no momento da fixação do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência do débito descrito na inicial no valor de R$ 475,71 (quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso – 18.02.2018 – data da inclusão do débito no órgão de proteção ao crédito. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012791-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GUILHERME DIONISIO NUNES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULA ARAUJO COSTA OAB - MT23601/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1012791-34.2019.8.11.0002 Reclamante: Guilherme Dionísio Nunes Reclamada: Telefônica Brasil S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, in fine, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação ao débito no valor de R$ 184,27 (cento e oitenta e

quatro reais e vinte e sete centavos), desconhecendo por completo o débito, afirmando ainda que não recebeu notificação quanto aos fatos narrados. A parte requerida, no mérito contesta o autor asseverando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato estabelecido entre as partes, tendo a parte Reclamante utilizado dos serviços fornecidos pela empresa de telefonia e se encontra inadimplente, sendo legítimo o apontamento, limitando a se reportar a tal fato, acostando na defesa telas do seu sistema interno, provas produzidas de forma unilaterais, sem maiores indagações ou explicações, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome do autor ao banco de dados de negativação, juntou em sua defesa apenas telas do seu sistema interno, o que se reveste de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas, tendo em vista que somente apresentou telas do seu sistema interno e supostas faturas. A inversão do ônus da prova não tem caráter absoluto. Todavia, não reconhecendo à parte requerente a dívida lançada no banco de dados dos órgãos de proteção ao crédito, deveria a parte requerida comprovar, ainda que minimamente, que os serviços foram regularmente solicitados. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida pode provocar transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito, por um contrato que nunca realizou. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. No entanto, no contexto do presente feito, analisando o extrato juntado pela parte requerente, verifica-se que há uma inscrição que foi disponibilizada preexistente a inscrição discutida nestes autos, comandada pelo Banco Bradesco S.A, no valor de R$ 202,39, incluída em 07.02.2019, motivo pelo qual entendo que deve ser aplicado o dispositivo da Súmula n° 385 do Colendo STJ, pois até a data da prolação desta sentença, não há comprovação da ilegitimidade do apontamento registrado preexistente ao discutido nos autos. Quem já é registrado como inadimplente não pode se sentir ofendido pela inscrição do nome como inadimplente em cadastros de serviços de proteção ao crédito. Com esse entendimento, a Segunda Seção do colendo Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula n° 385, impedindo pagamento de indenização por danos morais àqueles que reclamam na justiça a reparação pela inscrição do nome em bancos de dados. Ademais, a parte requerente não juntou aos presentes autos qualquer decisão declarando inexigíveis os débitos lançados em seu nome, especialmente o mais antigo, a fim de demonstrar se tratarem de inscrições indevidas. A pessoa que tem mais de uma restrição cadastral deve ingressar com ação relativa à primeira negativação e as demais ações por dependência, ou requerer o apensamento, para julgamento conjunto. Não o fazendo, improcedem os pedidos de danos morais. Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c art. 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada na inicial para DECLARAR INEXISTENTE O DÉBITO discutido nestes autos no valor de R$ 184,27 (cento e oitenta e quatro reais e vinte e sete centavos), disponibilizado em 21.04.2019, bem como DETERMINAR A EXCLUSÃO do nome da parte requerente das entidades de restrição ao crédito em relação aos referidos débitos. Resta indeferido o pedido a título de danos morais, diante da fundamentação. Oficie o órgão restritivo para que efetue a BAIXA DEFINITIVA do nome da parte autora referente ao débito objurgado. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Após o transito em julgado, certifique-se e remeta-se ao arquivo com as baixas e anotações de praxe. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015654-60.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILA MARQUES BERNARDES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n. 1015654-60.2019.8.11.0002 Reclamante: Kamila Marques Bernardes Silva Reclamada: Banco Bradescard S.A002E Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação ao débito no valor de R$ 533,01 (quinhentos e trinta e três reais e um centavo), desconhecendo por completo o débito. A parte requerida, no mérito contesta a parte autora asseverando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato estabelecido entre as partes, o qual se encontra inadimplente, sendo legítimo o apontamento, limitando a se reportar a tal fato, sem maiores indagações ou explicações, pugnando ao final pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, não informando nenhuma relação jurídica que possa ter com esta, o que se reveste de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, apenas faturas com suposta utilização dos serviços, assim não há qualquer meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que

concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito, sendo a única inscrição em seu nome. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (Grifo negrito nosso). No entanto, se denota no extrato juntado pela parte requerente que possui três apontamentos posteriores em seu nome, não sendo possível a aplicabilidade do enunciado da Súmula 385 do STJ, porém deve ser considerado no momento da fixação do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência do débito descrito na inicial no valor de R$ 533,01 (quinhentos e trinta e três reais e um centavo), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso – 27.12.2018 – data da inclusão do débito no órgão de proteção ao crédito. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema Projudi. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012415-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MONICA SANTANA DE SENA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1012415-48.2019.8.11.0002 Reclamante: Monica Santana de Sena Reclamada: Banco do Brasil S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Das Preliminares As preliminares arguidas pela Reclamada não têm o condão de obstar o julgamento da causa. Por este motivo rejeito a preliminar. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação aos dois débitos que totalizam o valor de R$ 4.099,98 (quatro mil e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), desconhecendo por completo o referido débito. A parte requerida, no mérito contesta a parte autora asseverando que os fatos narrados pela parte requerente não são capazes de causar prejuízos e inexiste comprovação de qualquer conduta ilícita ou abusiva pela parte requerida, bem como não deve ser aplicado neste caso a inversão do ônus da prova, visto que não há um mínimo de verossimilhança nas alegações da parte requerente. Ao final pugna pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, não informando nenhuma relação jurídica que possa ter com esta, o que se reveste de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, somente faturas com suposta utilização dos serviços pela parte requerente, assim não há qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que

possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito, sendo a única inscrição em seu nome. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 7.000,00 (sete mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência do débito aqui litigado no valor de R$ 4.099,98 (quatro mil e noventa e nove reais e noventa e oito centavos), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso – 27.12.2015 – data da inclusão do débito no órgão de proteção ao crédito. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011986-81.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO ALLAN PETRY (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1011986-81.2019.8.11.0002 Reclamante: Márcio Allan Petry Reclamada: Banco Bradesco S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com escoro no art. 38 da Lei nº 9.099/95. Fundamento e Decido. Inicialmente, destaco que o deslinde das questões de fato e de direito trazidas nestes autos, não dependem de dilação probatória, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355, inc. I, do CPC. Mérito. Aduz a parte requerente que ficou inadimplente com o seu cartão de crédito, bem como a sua conta corrente, junto a parte Requerida, tendo efetuado uma renegociação para pagamento do saldo com uma entrada de R$ 450,00 e mais 3 parcelas de R$ 342,00. Afirma que mesmo depois de quitado o referido acordo a parte Requerida manteve o seu nome restrito. Assim requer indenização por danos morais. A parte requerida contesta a parte Requerente alegando que a parte Requerida nunca efetivou nenhuma negociação quanto ao débito do cartão de crédito, bem como o acordo entabulado referente ao cheque especial de três parcelas de R$ 341,80 (trezentos e quarenta e um reais e oitenta centavos) nunca foi cumprido. Aduz que por este fato houve o exercício regular de seu direito, inexistindo assim qualquer ato ilícito. Por fim requer a improcedência dos pedidos. A parte Requerente apresentou impugnação rechaçando os fatos apresentados na contestação e afirmando que a parte Requerida não efetivou nenhuma prova de suas argumentações. No contexto dos autos, verifico que embora a parte Requerente afirme que efetuou o pagamento do parcelamento de uma entrada de R$ 450,00 e mais três parcelas de R$ 342,00, o que se denota dos documentos trazidos na inicial (ID 23663244), é que o boleto no valor de R$ 450,00 não possui qualquer vinculação ao acordo narrado na inicial, bem como inexiste comprovante ou autenticação bancária, que demonstre o pagamento deste. Quanto aos valores de R$ 342,00 descontado na conta, constantes no mesmo documento de ID 23663244, é possível verificar que os valores depositados não quitaram o parcelamento efetivado pelo Requerente e confirmado pela Requerida quanto ao cheque especial, mas foram utilizados para amortizar o débito da parte Requerente com o Cartão de Crédito. Assim, pelo extrato e documentos acostados nos autos é que houve um descontrole pela parte Requerente, que gerou uma confusão de interpretação. Embora tenha efetuado uma renegociação com o débito do cheque especial, este nunca foi adimplido, pois o valor depositado na conta foi utilizado para amortizar o valor que era devido no cartão de crédito, que não foi negociado. Deste modo entendo que a parte Requerente deixou de produzir prova que lhe competia quanto a falha na prestação de serviço e ao efetivo abalo moral, motivo pelo qual, não resta dúvida que inexiste ato ilícito. Em que pese, haja a inversão do ônus da prova devido à relação consumerista aqui estabelecida, tenho que a parte Requerente, caso quisesse comprovar os fatos, poderia tê-lo feito. A consequência do descumprimento do ônus mencionado no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil é a improcedência do pedido, já que meras alegações são insuficientes à produção de provas. Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC c/c art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema Projudi. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013372-49.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FAGNER DE ANDRADE LOPES RIBEIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SILVIO LUIZ GOMES DA SILVA OAB - MT0017690A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)

Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n. 1013372-49.2019.8.11.0002 Reclamante: Fagner de Andrade Lopes Ribeiro Reclamada: Telefônica Brasil S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação ao débito no valor de R$ 93,02 (noventa e três reais e dois centavos), desconhecendo por completo o débito, pois não solicitou a contratação dos serviços da requerida. A parte requerida contesta a autora alegando que o débito é regular, tendo em vista que a parte requerente contratou os serviços e utilizou os serviços de telefonia da empresa reclamada, e restando inadimplente com relação as chamadas fornecidas pela requerida, não há que se falar em inexistência de débito, motivo pelo qual requer a improcedência total do pedido. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, somente trouxe na contestação telas do sistema interno e faturas, quais não se revestem de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas, tendo juntado apenas telas do seu sistema interno e suposto relatório de chamadas, documentos que não têm o condão de comprovar a relação jurídica entre as partes. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência dos débitos aqui litigado no valor de R$ 93,02 (noventa e três reais e dois centavos), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso no órgão de proteção ao crédito (11.01.2019). Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015655-45.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KAMILA MARQUES BERNARDES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FINANCEIRA ITAU CBD S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO OAB - SP221386-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1015655-45.2019.8.11.0002 Reclamante: Kamila Marques Bernardes Silva Reclamado: Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, in fine, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito

no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação à dívida no valor de R$ 393,62 (trezentos e noventa e três reais e sessenta e dois centavos), desconhecendo por completo o débito, bem como não foi notificado quanto à inclusão que considera indevida nos órgãos de proteção ao crédito. A parte requerida contesta a parte requerente asseverando que o débito ensejador da negativação é legítimo, conforme faturas acostadas no ID 26359901, que contém utilização do cartão de crédito, bem como comprova a relação jurídica entre as partes por meio da gravação acostada no ID 26359897, onde a parte requerente entrou em contato com o Banco solicitando informações sobre o cancelamento de uma compra que desconhece comprovando assim a relação jurídica entre as partes, portanto é legítima a negativação, não havendo que se falar em cobrança indevida. Ressalta-se que a parte Requerente não impugnou o áudio juntado, apenas aduz que a gravação não comprova a origem do débito questionado, configurando abusividade da parte requerida. No contexto dos autos, verifica-se que a parte requerida carreou aos autos documentos que COMPROVAM A RELAÇÃO JURÍDICA entre as partes, tendo em vista a juntada do áudio para o call center, da parte requerida onde é confirmado que a parte requerente é cliente da reclamada e como não há nos autos comprovação de pagamento de todas as faturas do cartão de crédito, inclusive do parcelamento efetuado por meio de acordo junto ao banco réu, resta comprovado que a negativação no nome do consumidor é legítima. Assim, diante das circunstâncias em que os fatos ocorreram aliados à prova produzida pela parte Requerida, permitem um juízo razoavelmente seguro de cognição a respeito dos fatos, os quais, pelo que dos autos constam, ocorreram da forma narrada na contestação. A consequência do descumprimento do ônus mencionado no art. 373, inciso I, do Código de Processo Civil é a improcedência do pedido, já que meras alegações são insuficientes à produção de provas. Não resta dúvida de que a parte autora contratou e, de forma negligente e desidiosa ajuizou a presente ação, sem antes ao menos fazer qualquer consulta junto à empresa ora requerida, pois nada traz neste sentido. No caso, a parte requerente agiu, irrefutavelmente, de má-fé ao ingressar com ação declaratória de inexistência de relação jurídica e de indenização por danos morais, e após a apresentação da contestação, na qual a requerida comprova de forma inequívoca a relação jurídica. Desta forma, conclui-se evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II do art. 80, do CPC. Neste ínterim, com lastro nas provas produzidas, RECONHEÇO a litigância de má-fé da parte autora, eis que agiu com deslealdade. Destaca-se que se a parte requerida não tivesse o cuidado e a diligência de guardar os documentos que ratificam a relação jurídica, certamente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito, o que deve ser combatido, pois o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC c/c art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. Com intuito inibitório, condeno a parte autora ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa corrigido da data da propositura até a data do cálculo, consoante autoriza o art. 81 do CPC; e condeno, também, a parte requerente ao pagamento das custas do processo, bem como dos honorários do advogado no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015668-44.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE FRANCISCO DE SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI BRASILTELECOM (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1015668-44.2019.8.11.0002 Reclamante: Henrique Francisco de Santana Reclamado: OI S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, in fine, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. - Da Necessidade da Realização de Prova Pericial – Áudio: Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito referente a uma negativação no importe de R$ 224,78 (duzentos e vinte e quatro reais e setenta e oito centavos), sob o argumento de que não tem débito algum com a parte requerida. A parte requerida sustenta que os valores cobrados pelos serviços de telefonia são devidos, uma vez que a parte requerente por meio de ligação ao call center, solicitou reparos na sua linha de telefone, conforme juntada do áudio na defesa, bem como telas do seu sistema interno para demonstrar a instalação dos serviços. Em sede de impugnação a parte Requerente alega que não reconhece a voz do áudio, visto que não contratou os serviços, bem como não reconhece o número do telefone. As provas produzidas nos autos, não são suficientes para que o juízo, com certeza, apure se a voz do áudio são da parte autora ou de seu filho, assim, para um exame mais acurado da questão, com vistas à completa instrução do feito, indispensável se faz a realização da prova pericial, para eliminação de quaisquer dúvidas, uma vez que há áudio comprovando a existência de contrato, bastando para tanto a verificação se a voz do áudio é da parte Reclamante ou não, o que foge da competência dos Juizados Especiais. Com efeito, o legislador infraconstitucional buscou, com os Juizados Especiais, criar um sistema onde a celeridade e a simplicidade devem nortear a atividade jurisdicional, e assim estabeleceu, no artigo 3º da Lei nº 9.099/95, que sua competência para conciliação, processo e julgamento alcança as causas cíveis de menor complexidade, significando que naquelas causas em que se exige a necessidade de perícia para o desate da questão, tais causas estariam subtraídas ao seu alcance. Sabe-se que a aferição da complexidade da causa leva em consideração não o direito material discutido, mas o objeto da prova, consoante orienta o Enunciado nº 54 do FONAJE: A menor complexidade da causa, para fixação da competência, é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material. Destarte, restando controversa a veracidade dos áudios juntados aos autos em sede de contestação, mostra-se imprescindível a realização da prova pericial que, por envolver matéria complexa, afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis, impondo a extinção do processo sem exame do mérito na dicção dos artigos 3° e 51, inciso II, da Lei de Regência dos Juizados Especiais. Sobre o assunto: RECURSO INOMINADO - COMPLEXIDADE DA CAUSA, POIS IMPRESCINDÍVEL A REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL GRAFOTÉCNICA, AFASTANDO A COMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS - EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (RNEI, 3021/2011, DR. GONÇALO ANTUNES DE BARROS NETO, TURMA RECURSAL ÚNICA, Data do Julgamento 27/03/2012, Data da publicação no DJE 13/04/2012). AÇÃO INDENIZATÓRIA - INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ANAIS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO - ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA CONTRATUAL - NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA - COMPLEXIDADE DA CAUSA - INCOMPETÊNCIA JUIZADO ESPECIAL - EXTINÇÃO DO FEITO DE OFÍCIO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. 1 - Havendo a negativa da autoria da assinatura firmada no documento apresentado pela ré, que deu causa à inclusão de seus dados nos anais de proteção ao crédito, necessário se faz a produção de prova grafotécnica 2 - Foge à alçada do Juizado Especial Cível a causa referente à negativa de assinatura de documentos, haja vista a complexidade da matéria probatória decorrente da necessidade de prova

pericial grafotécnica (art. 3º, caput da Lei nº 9.099/95). 3 - Recurso conhecido e provido. Sentença reformada, para declarar a extinção do feito, de ofício, com o reconhecimento da complexidade da causa. (RNEI, 1383/2012, DR. YALE SABO MENDES, TURMA RECURSAL ÚNICA, Data do Julgamento 10/07/2012, Data da publicação no DJE 16/08/2012). CONTRATO DE LOCAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA- LOCADORA ALEGA NÃO TER RECIBIDO ALUGUERES E VALORES REFERENTES AO CONSUMO DE ÁGUA E ENERGIA ELÉTRICA - APRESENTAÇÃO DE RECIBOS QUE COMPROVARIAM TRAIS PAGFAMENTOS - AUTENTICIDADE DE TAIS RECIBOS IMPUGNADA - ALEGAÇÃO DE FALSIDADE - INDISPENSABILIDADE DA PROVA PERICIAL GRAFOTÉCNICA - INCOMPETÊNCA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS RECONHECIDA - PROCESSO EXTINTO. A prova pericial grafotécnica, única pertinente para comprovar a falsidade de assinatura, é incompatível com o rito Juizado Especial, impondo, portanto, a extinção do processo sem resolução do mérito. (RNEI, 2838/2011, DR. JOÃO BOSCO SOARES DA SILVA, TURMA RECURSAL ÚNICA, Data do Julgamento 10/07/2012, Data da publicação no DJE 16/08/2012). NOTIFICAÇÃO PRÉVIA DO CONSUMIDOR. ART. 43 §2º CDC. COMPROVAÇÃO. NOTA PROMISSÓRIA ASSINADA. NECESSIDADE DE PERÍCIA GRAFOTÉCNICA. 1. A lei não exige comprovante de recebimento da notificação. A postagem das notificações a serem enviadas são suficientes para cumprir o disposto no art. 42, § 3º, do Código de Defesa do Consumidor. 2. A prova pericial grafotécnica é a única pertinente para comprovar a falsidade de assinatura, que é incompatível com o rito Juizado Especial, impondo, portanto, a extinção do processo sem resolução do mérito. (RNEI, 5843/2010, DR. NELSON DORIGATTI, 2ª TURMA RECURSAL, Data do Julgamento 03/05/2011, Data da publicação no DJE 10/05/2011). Registro, por oportuno, que a incompetência absoluta, como matéria de ordem pública que é, pode e deve ser reconhecida de ofício, em qualquer tempo ou grau de jurisdição, nos moldes do art. 64, do CPC. Pelo exposto, reconhecendo, em razão da complexidade da causa pela necessidade de perícia grafotécnica, tem-se a inadmissibilidade do procedimento sumaríssimo, pelo que JULGO EXTINTO a presente reclamação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em Julgado, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016423-68.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDIVAN PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO JOSE OJEDA NUNES OAB - MT23840/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n. 1016423-68.2019.8.11.0002 Reclamante: Edivan Pereira Leite Reclamada: VIVO S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação ao débito no valor de R$ 236,41 (duzentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos), desconhecendo por completo o débito. A parte requerida contesta a autora alegando que o débito é regular, tendo em vista que a parte requerente contratou os serviços e utilizou os serviços de telefonia da empresa reclamada, e restando inadimplente com relação as chamadas fornecidas pela requerida, não há que se falar em inexistência de débito, motivo pelo qual requer a improcedência total do pedido. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, somente trouxe na contestação telas do sistema interno e supostos relatórios de chamadas, quais não se revestem de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, ou qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas, tendo juntado apenas telas do seu sistema interno e suposto relatório de chamadas, documentos que não têm o condão de comprovar a relação jurídica entre as partes. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 6.000,00 (seis mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do

CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência dos débitos aqui litigado no valor de R$ 236,41 (duzentos e trinta e seis reais e quarenta e um centavos), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso no órgão de proteção ao crédito (17.08.2018). Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015939-53.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
THIAGO SANCHES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1015939-53.2019.8.11.0002 Reclamante: Thiago Sanches Silva Reclamada: VIVO S/A. (Telefônica Brasil S/A.) SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Das preliminares: - Da falta de interesse de agir – Ausência de pretensão resistida: Preliminarmente, a Reclamada sustentou que não houve qualquer contato prévio pelo Reclamante, o que, por sua vez, demonstra que não houve pretensão resistida por parte da empresa de telefonia. Por entender que o Reclamante não possui interesse de agir, a Ré postulou para que o processo fosse extinto sem julgamento do mérito. Com a devida vênia aos argumentos ventilados pela Reclamada, entendo que os mesmos devem ser refutados. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para a análise do direito do interessado, independentemente de qual venha a ser o pronunciamento jurisdicional (procedência ou improcedência). Logo, ainda que a Reclamada não tenha sido provocada na esfera administrativa (até mesmo porque não se trata de um pré-requisito para o ajuizamento de qualquer demanda), o fato de o Reclamante ter sustentado que foi negativado indevidamente faz emergir não só o seu interesse, como também, a sua legitimidade para reivindicar a tutela deste juízo (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da inépcia da inicial – Da ausência de consulta pessoal extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito: Ainda como matéria preliminar, a Reclamada alegou que o comprovante de restrição apresentado pelo Reclamante foi obtido por intermédio de cadastro de uma pessoa estranha à lide, motivo pelo qual, pugnou para que o mesmo fosse intimado a emendar a sua inicial, no sentido de obter uma consulta extraída diretamente no balcão de atendimento dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito. Não obstante os argumentos acima mencionados, tenho que os mesmos igualmente não reivindicam a guarida deste juízo. A meu ver, os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não havendo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do Mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 260,96. No entanto, o Autor informou que não possui débito algum com a empresa de telefonia, bem como, que independentemente do que ocasionou a sua negativação, de sua parte não houve nenhuma atitude que justificasse a cobrança do referido valor. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a presente demanda almejando não só a declaração de inexistência de relação jurídica, como também, a condenação da Ré ao pagamento de uma verba indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços (habilitação da linha fixa nº 65-3055-3870), bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que a Reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo das pretensões perseguidas pelo Reclamante (artigo 373, II, do CPC/2015). Apesar de a Reclamada ter sustentado a regularidade do vínculo com a parte Autora, registra-se que a empresa de telefonia se limitou em colacionar ao corpo de sua defesa o "print" de algumas telas sistêmicas, não anexando aos autos absolutamente nenhum documento apto para comprovar a efetiva contratação dos seus serviços. Com a devida vênia aos argumentos exarados na contestação, contemplo o entendimento de que, por se tratarem de provas de cunho unilateral, o simples "print" de algumas telas sistêmicas não se revela suficiente para comprovar a existência de relação negocial, tampouco a legitimidade da dívida que está sendo exigida do consumidor. No intuito de corroborar o referido posicionamento, segue destacada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARTE - NEGATIVAÇÃO JUNTO AO SPC/SERASA - ORIGEM DO DÉBITO NÃO DEMONSTRADA - DOCUMENTOS UNILATERAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - NÃO CABIMENTO. A simples negativação indevida enseja dano moral e direito à indenização, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao bom nome do cidadão. A mera apresentação de telas de sistema informatizado, desacompanhadas de quaisquer outras evidências acerca da formalização da relação jurídica entre as partes, não é suficiente para comprovar a existência da dívida, dado o caráter unilateral de tais documentos. (...). (TJ-MG - AC: 10000181436700001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 12/03/0019).". (Destaquei). In casu, entendo que cabia à Reclamada comprovar a efetiva contratação de seus serviços mediante a apresentação de documentos dotados de integridade, como por exemplo um instrumento contratual devidamente assinado pelo cliente, bem como, os documentos pessoais apresentados no momento da suposta contratação, comprovante de instalação de linha (principalmente porque, na presente lide, ocorreu a suposta habilitação de um terminal fixo) ou ainda, um arquivo de áudio em que o próprio Reclamante tenha externado a sua adesão a algum serviço que lhe foi ofertado, ônus este que, definitivamente, a empresa de telefonia não se desincumbiu. Portanto, não tendo sido devidamente comprovada a relação contratual existente entre os litigantes, entendo que a negativação registrada em detrimento do Reclamante se revelou totalmente ilícita (artigo 186 do Código Civil), amparando as pretensões submetidas à apreciação deste juízo e, consequentemente, comprometendo o acolhimento do pedido contraposto formulado na contestação. Ainda que a Reclamada tente se esquivar de suas

responsabilidades, cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação consumerista (em que as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a mesma assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para formalizar a contratação de quaisquer dos seus serviços e, consequentemente, evitar que consumidores como o Reclamante fossem prejudicados. No que tange à reparação do dano, por se tratar de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos" (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que o Postulante teve o seu nome negativado indevidamente perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. Nesse sentido, segue destacada uma decisão colegiada contemplada pelo TJRS: "APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. SERVIÇO DE TELEFONIA. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO E EXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO NEGATIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. ÔNUS DA PARTE RÉ. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA E CANCELAMENTO DE REGISTRO QUE SE IMPÕE. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO. Negativa de contratação e de existência de débito. Caso em que a autora nega a existência de contratação e de débito junto à operadora de telefonia ré, razão pela qual afirma que inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito foi indevida. O ônus da prova da contratação de serviço de telefonia e da origem do débito que motivou a inscrição desabonatória é da ré, porquanto inviável exigir-se do autor prova negativa. Telas do sistema informatizado que não se prestam para provar a contratação. Não tendo a demandada se desincumbido do ônus da prova que lhe competia, impõe-se a declaração de inexistência de dívida e o cancelamento da inscrição negativa. Inscrição em banco de dados. Dano moral. O ato ilícito e o nexo causal bastam para ensejar a indenização de danos morais puros, como é o caso de cadastramento restritivo de crédito indevido. A prova e o dano se esgotam na própria lesão à personalidade, na medida em que estão ínsitos nela. (...). APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078079506, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 29/08/2018).". (Destaquei). No que concerne à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa a sua comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Visando resguardar os fundamentos acima, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS IN RE IPSA - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1 – (...). 2 - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado considerando o grau da responsabilidade atribuída ao réu, a extensão dos danos sofridos pela vítima, bem como a condição social e econômica do ofendido e do autor da ofensa, atentando-se, também, para os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10000181439274001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 10/02/2019).". (Destaquei). Por derradeiro, registra-se que este juízo não pode fechar os olhos no tocante à existência de outra negativação em nome do Reclamante (o que pode ser facilmente observado no comprovante anexo à exordial). Embora a anotação creditícia efetivada a pedido da credora "PERNAMBUCANAS" não seja preexistente ao apontamento debatido na presente lide (o que, conseguintemente, afasta a incidência da súmula 385 do STJ), entendo que a mesma não pode ser simplesmente desprezada, pois, detém considerável importância para fins de arbitramento do quantum indenizatório. Feitas as ponderações acima mencionadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, a fim de evitar o locupletamento indevido do Reclamante, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida, primeiramente para DECLARAR a inexigibilidade do débito debatido nos autos, bem como, DETERMINAR à Reclamada para promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Outrossim, CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais ao Reclamante no importe de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação do apontamento restritivo (06/01/2019). Ademais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto formulado na contestação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor do Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 06 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015928-24.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IAN CARLOS DA CONCEICAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015928-24.2019.8.11.0002 Reclamante: Ian Carlos da Conceição Reclamada: VIVO S/A. (Telefônica Brasil S/A.) SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do CPC/2015). Fundamento e decido. Da preliminar: - Da ausência de documento indispensável para a propositura da demanda: Preliminarmente, a Reclamada sustentou que a parte Autora não apresentou nenhum comprovante de residência em seu nome, limitando-se a acostar um documento que se encontra em nome de terceiro. Além disso, a empresa de telefonia Ré relatou que o comprovante

de restrição anexo à inicial foi obtido por meio de convênio estabelecido com os Órgãos de Proteção ao Crédito, não servindo como prova de restrição comercial. Com amparo nos argumentos acima mencionados, a Reclamada postulou para que o Demandante fosse intimado a emendar a sua inicial, a fim de apresentar não só um comprovante de negativação obtido diretamente no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito, como também, um comprovante de endereço em seu próprio nome, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito sem julgamento do mérito. Em que pesem as considerações supramencionadas, tenho que as mesmas devem ser rejeitadas. Revela-se oportuno transcrever o que resta disposto no artigo 4º, I, da Lei nº 9.099/95: "Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;". (Destaquei). Ora, se a própria Lei dos Juizados Especiais atribui a parte Postulante a faculdade de escolha, bem como, principalmente, considerando que a empresa de telefonia Ré possui uma filial nesta comarca, não verifico nenhum obstáculo que impeça este juízo de apreciar o feito. Outrossim, entendo os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não subsistindo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 606,03. No entanto, o Autor informou que não possui débito algum com a empresa de telefonia, bem como, que independentemente do que ocasionou a sua negativação, de sua parte não houve nenhuma atitude que justificasse a cobrança do referido valor. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a presente demanda almejando não só a declaração de inexistência de relação jurídica, como também, a condenação da Ré ao pagamento de uma verba indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços, pois, o Reclamante migrou a sua linha telefônica pré-paga (identificada pelo nº 65-99614-2328) para o pacote de serviços "Vivo Pós 5 GB", o que, por sua vez, ocasionou a emissão de faturas mensais. A empresa Ré defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Embora o Autor tenha sustentado argumentos no intuito de induzir este juízo a acreditar que não havia nenhum vínculo contratual entre as partes, entendo que os esclarecimentos e, principalmente, os documentos apresentados pela Reclamada retiraram completamente o alicerce da petição inicial. In casu, a relação jurídica outrora estabelecida entre os litigantes restou devidamente comprovada, pois, a Reclamada apresentou a este juízo a cópia de instrumentos contratuais ("Termo de Adesão e Contratação de Serviços SMP" e "Contrato de Permanência por Benefício") devidamente assinados pelo Reclamante, bem como, a cópia do documento pessoal (CNH) pertencente ao consumidor (apresentado no momento da contratação dos serviços), faturas de cobrança (cujo endereço está em consonância com àquele informado no preâmbulo da inicial) e ainda, um "Relatório de Chamadas". Como se não bastasse, extrai-se das telas sistêmicas colacionadas ao corpo da contestação (cuja idoneidade somente está sendo levada em consideração por este juízo em decorrência dos documentos alhures mencionados) que foram registrados pagamentos de faturas durante o período de novembro/2017 a abril/2018, o que, definitivamente, não condiz com o comportamento de um fraudador. Já no que se refere à origem da dívida debatida nos presentes autos, entendo que a mesma restou igualmente esclarecida. Inobstante tivesse aderido à migração de sua linha pré-paga para um plano pós-pago (o que, reitero, restou comprovado por meio de instrumentos contratuais assinados e ainda, a apresentação de um documento de identificação pessoal), as mencionadas telas sistêmicas igualmente evidenciaram que o Postulante se quedou inerte em honrar o pagamento das faturas correspondentes aos meses de agosto a novembro/2018, motivo pelo qual, entendo que restou justificada a inserção de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. No tocante à alegação do Reclamante de que não teria sido notificado sobre o apontamento restritivo, consigno que não há como atribuir qualquer responsabilidade à empresa de telefonia Ré, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Com a devida vênia às inócuas considerações ventiladas em sede de impugnação, entendo que as mesmas não se prestaram em comprometer a idoneidade das considerações defensivas. Apesar de ter sustentado a necessidade de ser realizada uma prova de cunho pericial, o Reclamante não apontou nenhum vestígio de fraude nas assinaturas lançadas nos instrumentos contratuais anexos à contestação, bem como, quedou-se silente em refutar a CNH apresentada pela Reclamada e ainda, o fato de terem sido realizados pagamentos de algumas faturas. Portanto, em havendo débitos pendentes, bem como, não tendo sido apresentado pelo Postulante qualquer prova indicando a devida contraprestação pelos serviços comprovadamente contratados e usufruídos (bastando uma simples análise do "Relatório de Chamadas" anexo à defesa), entendo que a restrição creditícia debatida nesta lide refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da Reclamada, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). A fim de corroborar toda a fundamentação acima mencionada, segue abaixo colacionado, por analogia, um julgado contemplado pelo TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INOVAÇÃO RECURSAL - VEDAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO - SERVIÇO DE TELEFONIA - PROVA DA CONTRATAÇÃO E DO INADIMPLEMENTO - VERIFICAÇÃO - NEGATIVAÇÃO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DO CREDOR - RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU E LESÃO EXTRAPATRIMONIAL - NÃO CONFIGURAÇÃO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA DEMANDANTE - CARACTERIZAÇÃO - IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) - Se a parte Requerida se desincumbiu de seu ônus probatório, demonstrando a celebração de Contrato entre as litigantes, assim como o inadimplemento do valor pelo qual o Autor se obrigou, é legítima a inscrição do nome do Devedor nos cadastros restritivos de crédito, decorrente do exercício regular de direito do Credor, que não enseja a sua responsabilidade civil – (...). (TJ-MG - AC: 10000181119470001 MG, Relator: Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 11/12/0018).". (Destaquei). Com respaldo em toda a fundamentação exarada no presente decisum, considerando que a Reclamada logrou êxito em comprovar a existência de fatos que impedem o reconhecimento do direito reivindicado pelo Reclamante (art. 373, II do CPC/2015), tenho resta prejudicado o acolhimento das pretensões submetidas à apreciação deste juízo. - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que fora debatido nos autos, bem como, considerando o acervo probatório apresentado pela Reclamada, tenho que a parte Autora, intencionalmente (ciente da existência do vínculo com a empresa ré e de que subsistiam débitos inadimplidos), distorceu a realidade dos fatos no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo Artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". A prática incorrida pelo Reclamante demonstrou uma atitude de deslealdade processual, caracterizando-se a manifestação inaugural como sendo a materialização de sua má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser devidamente combatidas. Destaca-se ainda que, se a parte Reclamada não tivesse o cuidado e a diligência de guardar os documentos comprobatórios acerca do vínculo existente entre as partes (instrumentos contratuais e documento de identificação pessoal), possivelmente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito em favor do Reclamante, o que, repita-se, deve ser combatido, pois, o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. No entanto, em que pesem as considerações apresentadas pela

empresa Ré, consigno que, a princípio, a má-fé não deve ser estendida ao patrono da parte Reclamante, pois, não foi apresentada nenhuma prova de que o mesmo tenha participado da distorção da realidade fática. - Do pedido contraposto: Por derradeiro, no que concerne ao pedido contraposto apresentado pela Reclamada, entendo que o mesmo merece ser acolhido. Reza o artigo 31 da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.". (Destaquei). Consoante alhures mencionado, considerando que o Reclamante não apresentou nos presentes autos nenhum comprovante de que as pendências vencidas nos meses de agosto a novembro/2018 chegaram a ser devidamente quitadas, tenho que assiste à empresa de telefonia Ré o direito de reivindicar o pagamento do crédito que lhe é devido, o qual, por sua vez, é representado pelo montante de R$ 606,13 (seiscentos e seis reais e treze centavos). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito a preliminar arguida e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação, bem como, CONDENO o Reclamante ao pagamento de uma multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, corrigido à época do efetivo pagamento. Outrossim, CONDENO o Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Ademais, JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto apresentado pela Reclamada e, consequentemente, CONDENO o Reclamante ao pagamento da importância de R$ 606,13 (seiscentos e seis reais e treze centavos), a ser devidamente corrigida pelo índice INPC, bem como, com incidência de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos contabilizados a partir do efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ), ou seja, a data de vencimento da dívida (10/09/2018). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 06 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo C U M P R I M E N T O V O L U N T Á R I O d a CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014035-95.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOELMA DA CRUZ REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1014035-95.2019.8.11.0002 Reclamante: Joelma da Cruz Reis Reclamada: VIVO S/A. (Telefônica Brasil S/A.) SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Da preliminar: - Da ausência de consulta extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito: Preliminarmente, a Reclamada alegou que o comprovante de restrição anexado à exordial foi obtido virtualmente por intermédio de um convênio estabelecido entre os Órgãos de Proteção ao Crédito e uma pessoa estranha à lide, não havendo certeza acerca da totalidade dos apontamentos vinculados ao CPF da Reclamante. Desta feita, a Reclamada pugnou para que Autora fosse intimada a emendar a sua inicial, no sentido de obter uma consulta extraída diretamente no balcão de atendimento dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito. Não obstante os argumentos acima mencionados, tenho que os mesmos não reivindicam a guarida deste juízo. A meu ver, os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não havendo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do Mérito: A Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 246,40. No entanto, a Autora informou que não possui débito algum com a empresa de telefonia, bem como, que independentemente do que ocasionou a sua negativação, de sua parte não houve nenhuma atitude que justificasse a cobrança do referido valor. Por entender que foi negativada indevidamente e ainda, que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a presente demanda almejando não só a declaração de inexistência de relação jurídica, como também, a condenação da Ré ao pagamento de uma verba indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços, bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, convém alvitrar à Reclamante que, não obstante se trate de um direito básico inerente a pessoa do consumidor (artigo 6º, VIII, do CDC), a inversão do ônus da prova não pode ser interpretada de forma absoluta, a ponto de lhe eximir da obrigação de apresentar em juízo provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015). Nesse sentido, segue abaixo colacionada, por analogia, uma jurisprudência contemplada pelo TJRS: "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VÍCIO DE PRODUTO. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO. MOTOSSERRA. VÍCIO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE PROVA MINIMA CAPAZ DE AFASTAR O LAUDO APRESENTADO PELA RE. A INVERSAO DO ONUS DA PROVA NÃO É ABSOLUTA, E O CONSUMIDOR TEM QUE FAZER PROVA MINIMA DO DIREITO INVOCADO. SENTENÇA DE IMPROCEDENCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007549967 RS, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Data de Julgamento: 27/04/2018, Quarta Turma Recursal Cível).". (Destaquei). Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Em que pese a Reclamada não tenha se dignado em apresentar uma cópia do instrumento contratual correspondente à contratação dos seus serviços (limitando-se a colacionar ao corpo de sua defesa algumas telas sistêmicas), ainda assim não subsistem dúvidas acerca da regularidade do vínculo entre os litigantes, pois, dentre os documentos que instruíram a inicial, a Reclamante apresentou como seu comprovante de residência justamente uma fatura emitida pela empresa de telefonia Ré. Logo, considerando que a própria parte Autora se prestou em demonstrar ao juízo que existe uma relação contratual entre as partes, entendo que não há como exigir da Reclamada qualquer prova acerca do pagamento da pendência motivadora da restrição debatida nesta lide (a qual, segundo consta das telas sistêmicas anexas à contestação, é proveniente do inadimplemento das faturas vencidas de abril a junho/2018), pois, trata-se de uma prova de cunho diabólico. A fim de corroborar o posicionamento supra, cumpre transcrever, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTABULADO PELAS PARTES EM DECORRÊNCIA DE DÍVIDA DA AUTORA. DESCUMPRIMENTO QUE GEROU A INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. Em que pese tratar-se de relação consumerista, não há como inverter o ônus da prova em favor da autora quanto ao não pagamento das parcelas acordadas, pois se configura prova diabólica. A simples

alegação da autora de que vinha adimplindo o acordo, sem a juntada de qualquer comprovante neste sentido, implica na improcedência da ação. Sentença de primeiro grau mantida. Honorários sucumbenciais do patrono da parte demandada majorados, nos termos do §11º do artigo 85 do CPC/2015. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075643981, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 12/12/2017).". (Destaquei). Como a insurgência da Reclamante se cinge ao famigerado débito de R$ 246,40 (duzentos e quarenta e seis reais e quarenta centavos), cabia à própria consumidora apresentar provas acerca dos fatos inerentes ao direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015), ou seja, os competentes comprovantes de pagamento das faturas vencidas no período de abril a junho/2018, o que, definitivamente, não foi feito e consequentemente, justifica a inserção do seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. No que se refere à alegação da Reclamante de que não teria sido notificada sobre a inclusão do seu nome junto aos cadastros restritivos, consigno que não há como atribuir qualquer responsabilidade à Reclamada, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Com o protocolo da contestação, cabia à Demandante rechaçar pontualmente as considerações apresentadas pela Reclamada, ônus este do qual não se desincumbiu. Data vênia à impugnação apresentada nos autos, entendo que foram ventiladas apenas considerações genéricas, pois, se aproveitando da ausência de juntada de um instrumento contratual pela Reclamada, a Reclamante continuou a ventilar de forma veemente que havia sido negativada indevidamente, no entanto, se esquecendo que foi justamente a sua pessoa quem demonstrou a este juízo a existência de vínculo contratual com a Ré. Destarte, restando evidente o vínculo entre as partes, bem como, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer comprovante indicando o pagamento da dívida que lhe está sendo cobrada, entendo que a restrição creditícia debatida nos presentes autos refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da empresa de telefonia, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). No intuito de amparar a fundamentação acima citada, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO - INCLUSÃO INDEVIDA DO NOME DA PARTE AUTORA EM CADASTRO DE NEGATIVAÇÃO AO CRÉDITO - INADIMPLÊNCIA - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO - DANO MORAL - INOCORRÊNCIA - ALTERAÇÃO DA VERDADE DOS FATOS - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ - CONFIGURAÇÃO. A existência de débito autoriza ao credor, pela lei, a inserir o nome do devedor nos cadastros de órgãos de negativação de crédito, consistindo tal ação exercício regular de um direito, não havendo que se falar em ato ilícito e, consequentemente, em dever de indenizar. Restando comprovado, nos autos, que a parte autora agiu de má-fé, uma vez que alterou a verdade dos fatos, deve ser condenada à multa por litigância de má-fé, com fulcro no art. 80, II c/c art. 81, do CPC/2015. (TJ-MG - AC: 10000180338329002 MG, Relator: Luciano Pinto, Data de Julgamento: 11/12/0018).". (Destaquei). - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que foi debatido nos autos, tenho que a Reclamante, intencionalmente, distorceu a realidade dos fatos no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". A prática incorrida pela Reclamante demonstrou uma atitude de deslealdade processual, caracterizando-se tanto a manifestação inicial quanto a impugnação como sendo a materialização de sua má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser devidamente combatidas. No entanto, em que pesem as considerações apresentadas pela empresa Ré, consigno que, a princípio, a má-fé não deve ser estendida ao patrono da Reclamante, pois, não foi apresentada nenhuma prova de que o mesmo tenha participado da distorção da realidade fática. Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito a preliminar arguida e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação, bem como, CONDENO a Reclamante ao pagamento de uma multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, corrigido à época do efetivo pagamento. Ademais, CONDENO a Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013937-13.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MAIBER VACA DOMINGUEZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1013937-13.2019.8.11.0002 Reclamante: Maiber Vaca Dominguez Reclamada: VIVO S/A. (Telefônica Brasil S/A.) SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Das preliminares: - Do indeferimento da petição inicial por ausência de comprovante de residência válido: Em que pesem as considerações preliminares apresentadas pela Reclamada, entendo que as mesmas não reivindicam o acolhimento deste juízo. Reza o artigo 4º, I, da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;". (Destaquei). Concatenando o dispositivo legal supra ao caso em comento, bem como, considerando que a empresa de telefonia Ré possui uma filial nesta Comarca, não verifico nenhum obstáculo que impeça este juízo de apreciar o feito. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da falta de interesse de agir – Ausência de pretensão resistida: Ainda como matéria preliminar, a Reclamada sustentou que não houve qualquer contato prévio pelo Reclamante, o que, por sua vez, demonstra que não houve pretensão resistida por parte da empresa de telefonia. Por entender que o Reclamante não possui interesse de agir, a Ré postulou para que o processo fosse extinto sem julgamento do mérito. Com a devida vênia aos argumentos ventilados pela Reclamada, entendo que os mesmos devem ser refutados. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para a análise do direito do interessado, independentemente de qual venha a ser o pronunciamento jurisdicional (procedência ou improcedência). Logo, ainda

que a Reclamada não tenha sido provocada na esfera administrativa (até mesmo porque não se trata de um pré-requisito para o ajuizamento de qualquer demanda), o fato de o Reclamante ter sustentado que foi negativado indevidamente faz emergir não só o seu interesse, como também, a sua legitimidade para reivindicar a tutela deste juízo (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da inépcia da inicial – Da ausência de consulta pessoal extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito: Por fim, a Reclamada alegou que o comprovante de restrição apresentado pelo Reclamante não foi obtido junto à CDL do seu município, motivo pelo qual, pugnou para que o mesmo fosse intimado a emendar a sua inicial, no sentido de obter uma consulta extraída diretamente no balcão de atendimento dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito. Não obstante a exposição acima mencionada, tenho que a mesma deve ser igualmente repelida. A meu ver, os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não havendo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do Mérito: O Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar realizar uma compra no comércio local (mediante crediário), tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 90,60. No entanto, o Autor informou que não possui débito algum com a empresa Ré, motivo pelo qual, acredita que tanto a cobrança quanto a inserção creditícia são indevidas. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços (habilitação da linha nº 65-99906-5268), bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar em danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que a Reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo das pretensões inaugurais (artigo 373, II, do CPC/2015). Apesar de a Reclamada ter sustentado a regularidade do vínculo com a parte Autora, registra-se que a empresa de telefonia se limitou em colacionar ao corpo de sua defesa o "print" de algumas telas sistêmicas, não anexando aos autos absolutamente nenhum documento apto para comprovar a efetiva contratação dos seus serviços. Com a devida vênia aos argumentos exarados na contestação, contemplo o entendimento de que, por se tratarem de provas de cunho unilateral, o simples "print" de algumas telas sistêmicas não se revela suficiente para comprovar a existência de relação negocial, tampouco a legitimidade da dívida que está sendo exigida do consumidor. No intuito de corroborar o referido posicionamento, segue destacada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARTE - NEGATIVAÇÃO JUNTO AO SPC/SERASA - ORIGEM DO DÉBITO NÃO DEMONSTRADA - DOCUMENTOS UNILATERAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - NÃO CABIMENTO. A simples negativação indevida enseja dano moral e direito à indenização, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao bom nome do cidadão. A mera apresentação de telas de sistema informatizado, desacompanhadas de quaisquer outras evidências acerca da formalização da relação jurídica entre as partes, não é suficiente para comprovar a existência da dívida, dado o caráter unilateral de tais documentos. (...). (TJ-MG - AC: 10000181436700001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 12/03/0019).". (Destaquei). In casu, entendo que cabia à Reclamada comprovar a efetiva contratação de seus serviços mediante a apresentação de documentos dotados de integridade, como por exemplo um instrumento contratual devidamente assinado pelo cliente, bem como, os documentos pessoais apresentados no momento da suposta contratação ou ainda, um arquivo de áudio em que o próprio Reclamante tenha externado a sua adesão a algum serviço que lhe foi ofertado, ônus este que, definitivamente, a empresa de telefonia não se desincumbiu. No que se refere ao "Relatório de Chamadas" apresentado com a defesa, entendo que o referido documento, por estar desprovido de um instrumento contratual ou de um eventual arquivo de áudio, conserva o mesmo caráter unilateral das famigeradas telas sistêmicas, não se revelando uma prova idônea. Portanto, não tendo sido devidamente comprovada a relação contratual existente entre os litigantes, entendo que a negativação registrada em detrimento do Reclamante se revelou totalmente ilícita (artigo 186 do Código Civil), amparando as pretensões submetidas à apreciação deste juízo e, consequentemente, comprometendo o acolhimento do pedido contraposto formulado na contestação. Ainda que a Reclamada tente se esquivar de suas responsabilidades, cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação consumerista (em que as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a mesma assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para formalizar a contratação de quaisquer dos seus serviços e, consequentemente, evitar que consumidores como o Reclamante fossem prejudicados. No que tange à reparação do dano, por se tratar de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos" (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que o Postulante teve o seu nome negativado indevidamente perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. Nesse sentido, segue destacada uma decisão colegiada contemplada pelo TJRS: "APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. SERVIÇO DE TELEFONIA. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO E EXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO NEGATIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. ÔNUS DA PARTE RÉ. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA E CANCELAMENTO DE REGISTRO QUE SE IMPÕE. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO. Negativa de contratação e de existência de débito. Caso em que a autora nega a existência de contratação e de débito junto à operadora de telefonia ré, razão pela qual afirma que inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito foi indevida. O ônus da prova da contratação de serviço de telefonia e da origem do débito que motivou a inscrição desabonatória é da ré, porquanto inviável exigir-se do autor prova negativa. Telas do sistema informatizado que não se prestam para provar a contratação. Não tendo a demandada se desincumbido do ônus da prova que lhe competia, impõe-se a declaração de inexistência de dívida e o cancelamento da inscrição negativa. Inscrição em banco de dados. Dano moral. O ato ilícito e o nexo causal bastam para ensejar a indenização de danos morais puros, como é o caso de cadastramento restritivo de crédito indevido. A prova e o dano se esgotam na própria lesão à personalidade, na medida em que estão ínsitos nela. (...). APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078079506, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 29/08/2018).". (Destaquei). No que concerne à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa a sua comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Visando resguardar os fundamentos acima, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG:

"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS IN RE IPSA - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1 – (...). 2 - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado considerando o grau da responsabilidade atribuída ao réu, a extensão dos danos sofridos pela vítima, bem como a condição social e econômica do ofendido e do autor da ofensa, atentando-se, também, para os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10000181439274001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 10/02/2019).". (Destaquei). Feitas as ponderações acima mencionadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, o fato do Reclamante não possuir nenhuma anotação adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido do consumidor, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida, primeiramente para DECLARAR a inexigibilidade do débito debatido nos autos, bem como, DETERMINAR à Reclamada para promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Outrossim, CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais ao Reclamante no importe de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação do apontamento restritivo (28/11/2016). Ademais, JULGO IMPROCEDENTE o pedido contraposto formulado na contestação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor do Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013882-62.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO FERNANDES DOS REIS LIMA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
DINARTE SILVEIRA NEGRAO JUNIOR OAB - MT14750-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1013882-62.2019.8.11.0002 Reclamante: Flavio Fernandes dos Reis Lima Reclamada: VIVO S/A. (Telefônica Brasil S/A.) SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Da preliminar: - Da ausência de documento indispensável para a propositura da demanda: Preliminarmente, a Reclamada sustentou que a parte Autora não apresentou nenhum comprovante de residência em seu nome, limitando-se a acostar um documento que se encontra em nome de terceiro. Além disso, a empresa de telefonia Ré relatou que o comprovante de restrição anexo à inicial foi obtido por meio de convênio estabelecido com os Órgãos de Proteção ao Crédito, não servindo como prova de restrição comercial. Com amparo nos argumentos acima mencionados, a Reclamada postulou para que o Demandante fosse intimado a emendar a sua inicial, a fim de apresentar não só um comprovante de negativação obtido diretamente no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito, como também, um comprovante de endereço em seu próprio nome, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito sem julgamento do mérito. Em que pesem as considerações supramencionadas, tenho que as mesmas devem ser rejeitadas. Revela-se oportuno transcrever o que resta disposto no artigo 4º, I, da Lei nº 9.099/95: "Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I – do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;". (Destaquei). Ora, se a própria Lei dos Juizados Especiais atribui a parte Postulante a faculdade de escolha, bem como, principalmente, considerando que a empresa de telefonia Ré possui uma filial nesta comarca, não verifico nenhum obstáculo que impeça este juízo de apreciar o feito. Outrossim, entendo os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não subsistindo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do Mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 104,19. No entanto, o Autor informou que não reconhece a dívida que lhe está sendo cobrada, pois, contratou um plano "pré-pago". Além disso, o Postulante relatou que, apesar de ter tentado solucionar a questão administrativamente via call center (protocolo de atendimento nº 96874102897), não obteve êxito. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou que o Reclamante habilitou um pacote "GVT Light" através da linha nº (65) 3058-1007 (compreendendo banda larga e internet), bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pelo mesmo (no tocante às faturas mensais), apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar em danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, apesar de ter defendido a impossibilidade de inversão do ônus da prova, o fato é que a empresa de telefonia não apresentou absolutamente nenhuma prova no intuito de retirar o alicerce da condição de hipossuficiência técnica e financeira do Demandante. Destarte, tratando-se de um direito básico do consumidor, bem como, em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que a Reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo das pretensões inaugurais (artigo 373, II, do CPC/2015). Apesar de ter sustentado a regularidade da contratação de um pacote denominado "GVT Light" (vinculado à linha fixa nº 65-3058-1007), registra-se que a empresa de telefonia se limitou em colacionar ao corpo de sua defesa o "print" de algumas telas sistêmicas, não anexando aos autos absolutamente nenhum documento apto para comprovar a efetiva contratação do referido serviço. Não se pode olvidar que o Reclamante não negou a existência de relação com a Ré, no entanto, da exegese das considerações iniciais, a relação negocial mantida com a empresa de telefonia está relacionada apenas a uma linha "pré-paga". Pois bem, com a devida vênia aos argumentos exarados na contestação, contemplo o entendimento de que, por se tratarem de provas de cunho unilateral, o simples "print" de algumas telas sistêmicas não se revela suficiente para comprovar a alegada contratação do famigerado pacote "GVT Light", tampouco a legitimidade da dívida que está sendo exigida do consumidor. No intuito de corroborar o referido posicionamento, segue destacada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARTE - NEGATIVAÇÃO JUNTO AO

SPC/SERASA - ORIGEM DO DÉBITO NÃO DEMONSTRADA - DOCUMENTOS UNILATERAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - NÃO CABIMENTO. A simples negativação indevida enseja dano moral e direito à indenização, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao bom nome do cidadão. A mera apresentação de telas de sistema informatizado, desacompanhadas de quaisquer outras evidências acerca da formalização da relação jurídica entre as partes, não é suficiente para comprovar a existência da dívida, dado o caráter unilateral de tais documentos. (...). (TJ-MG - AC: 10000181436700001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 12/03/0019).". (Destaquei). In casu, entendo que cabia à Reclamada comprovar a efetiva contratação do plano "GVT" mediante a apresentação de documentos dotados de integridade, como por exemplo um instrumento contratual devidamente assinado pelo cliente, bem como, os documentos pessoais apresentados no momento da suposta contratação; um comprovante de instalação no endereço registrado em seus sistemas ou ainda, um arquivo de áudio em que o próprio Reclamante tenha externado a sua adesão a suposto serviço que lhe foi ofertado ou tenha demonstrado o conhecimento de alguma dívida existente em seu nome, ônus este que, definitivamente, a empresa de telefonia não se desincumbiu. No que se refere às faturas de cobrança apresentadas com a defesa, entendo que as mesmas, por estarem desprovidas dos documentos alhures relacionados, conservam o mesmo caráter unilateral das telas sistêmicas, não se revelando provas idôneas. Portanto, não tendo sido devidamente comprovada a contratação dos serviços relacionados ao mencionado pacote "GVT Light" (o que, consequentemente, compromete a legitimidade das dívidas provenientes do referido serviço), entendo que a negativação registrada em detrimento do Reclamante se revelou totalmente ilícita (artigo 186 do Código Civil), amparando as pretensões submetidas à apreciação deste juízo. Ainda que a Reclamada tente se esquivar de suas responsabilidades, cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação consumerista (em que as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a mesma assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para evitar que consumidores como o Reclamante fossem prejudicados. No que tange à reparação do dano, por se tratar de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos" (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que o Postulante teve o seu nome negativado indevidamente perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. Nesse sentido, segue destacada uma decisão colegiada contemplada pelo TJRS: "APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. SERVIÇO DE TELEFONIA. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO E EXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO NEGATIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. ÔNUS DA PARTE RÉ. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA E CANCELAMENTO DE REGISTRO QUE SE IMPÕE. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO. Negativa de contratação e de existência de débito. Caso em que a autora nega a existência de contratação e de débito junto à operadora de telefonia ré, razão pela qual afirma que inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito foi indevida. O ônus da prova da contratação de serviço de telefonia e da origem do débito que motivou a inscrição desabonatória é da ré, porquanto inviável exigir-se do autor prova negativa. Telas do sistema informatizado que não se prestam para provar a contratação. Não tendo a demandada se desincumbido do ônus da prova que lhe competia, impõe-se a declaração de inexistência de dívida e o cancelamento da inscrição negativa. Inscrição em banco de dados. Dano moral. O ato ilícito e o nexo causal bastam para ensejar a indenização de danos morais puros, como é o caso de cadastramento restritivo de crédito indevido. A prova e o dano se esgotam na própria lesão à personalidade, na medida em que estão ínsitos nela. (...). APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078079506, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 29/08/2018).". (Destaquei). No que concerne à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa a sua comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Feitas as ponderações acima mencionadas, bem como, atento ao valor da causa atribuído pelo Reclamante (valor este que, segundo previsão contida no artigo 292, V, do CPC/2015, reflete o valor pretendido em uma ação fundada em dano moral), entendo ser conveniente fixar a condenação em R$ 1.000,00 (hum mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito a preliminar arguida e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida, primeiramente para DECLARAR a inexigibilidade do débito debatido nos autos, bem como, DETERMINAR à Reclamada para promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Ademais, CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais ao Reclamante no importe de R$ 1.000,00 (hum mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação do apontamento restritivo (30/10/2015). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor do Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013102-25.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BEDYAS FIGUEIREDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013102-25.2019.8.11.0002 Reclamante: Bedyas Figueiredo Reclamada: VIVO S/A. (Telefônica Brasil S/A.) SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do CPC/2015). Fundamento e decido. Registra-se inicialmente que o valor

atribuído à causa (R$ 89,57) não condiz com o proveito econômico almejado pelo Reclamante, o qual, segundo consta dos pedidos elencados na petição inicial, é representado pela importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Destarte, com amparo no que preconiza o artigo 292, §3º do CPC/2015, retifico de ofício o valor da causa para o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Das preliminares: - Da inépcia da inicial por ausência de comprovante de residência válido: Preliminarmente, a Reclamada sustentou que o Reclamante acostou aos autos um comprovante de residência em nome de um terceiro, não comprovando ser domiciliado na Comarca de Várzea Grande. Com amparo nos referidos argumentos, a empresa Ré postulou para que o processo fosse extinto sem a resolução do mérito. Inobstante as considerações ventiladas pela Reclamada, tenho que as mesmas devem ser repelidas. Reza o artigo 4º, I, da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;". (Destaquei). Concatenando o dispositivo legal supra ao caso em comento, bem como, considerando que a empresa de telefonia Ré possui uma filial nesta Comarca, não verifico nenhum obstáculo que impeça este juízo de apreciar o feito. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da impugnação à gratuidade da justiça: Como matéria preliminar, a Reclamada sustentou que a simples afirmação da suposta hipossuficiência pelo Reclamante não é suficiente para lhe garantir a gratuidade da justiça. Com a devida vênia aos sucintos argumentos apresentados pela Ré, tenho que os mesmos não reivindicam a guarida deste juízo, pois, segundo previsão contida no artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil, "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.". (Destaquei). Outrossim, entendo que, se a Reclamada defende a necessidade de rejeição do pedido de assistência judiciária formulado pelo Reclamante, cabia à própria empresa de telefonia apresentar a este juízo alguma prova passível de afastar o entendimento acerca da condição de miserabilidade jurídica da parte Autora, o que, definitivamente, não obteve sucesso em fazer. Como se não bastasse, consigno que, independentemente da concessão do pedido de assistência judiciária, dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95 que: "O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.". (Destaquei). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da falta de interesse de agir – Ausência de pretensão resistida: Ainda em caráter preliminar, a Reclamada sustentou que não houve qualquer contato prévio pelo Reclamante, o que, por sua vez, demonstra que não houve pretensão resistida por parte da empresa de telefonia. Por entender que o Reclamante não possui interesse de agir, a Ré postulou para que o processo fosse extinto sem julgamento do mérito. Não obstante os argumentos ventilados pela Reclamada, entendo que os mesmos devem ser refutados. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para a análise do direito do interessado, independentemente de qual venha a ser o pronunciamento jurisdicional (procedência ou improcedência). Logo, ainda que a Reclamada não tenha sido provocada na esfera administrativa (até mesmo porque não se trata de um pré-requisito para o ajuizamento de qualquer demanda), o fato de o Reclamante ter sustentado que foi negativado indevidamente faz emergir não só o seu interesse, como também, a sua legitimidade para reivindicar a tutela deste juízo (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Do eventual não reconhecimento do áudio e da necessidade de prova pericial: Por entender que as considerações apresentadas pela Reclamada estão intimamente concatenadas ao mérito da lide, postergarei a análise da preliminar em debate. Do mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 89,57. No entanto, o Autor informou que desconhece o valor que lhe está sendo cobrado, pois, não possui vínculo com a empresa de telefonia. Por entender que foi negativado indevidamente e que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito propriamente dito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços, bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelos litigantes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Embora a parte Autora tenha sustentado que não possui vínculo com a empresa de telefonia, entendo que os esclarecimentos e, principalmente, as provas apresentadas pela Reclamada retiraram completamente o alicerce da petição inicial. Inobstante não tenha sido apresentado a este juízo a cópia de qualquer instrumento contratual assinado pela parte Autora, o fato é que não há como este juízo deixar de reconhecer que subsistiu uma relação negocial entre as partes, pois, a empresa Ré foi diligente em protocolizar junto à sua defesa um esclarecedor arquivo de áudio. De forma diversa da maliciosa versão inaugural, extrai-se do conteúdo do mencionado arquivo de áudio que, ao ser contatado por uma preposta da empresa de telefonia, o Reclamante reconheceu que a sua linha foi cadastrada originalmente em nome de seu genro (Wellington de Souza Nepomuceno). Ademais, o Autor não só anuiu com a migração da linha para o seu nome, como também, autorizou a contratação de um plano pós-pago (Vivo Controle), escolheu a melhor data para o vencimento de suas faturas (todo o dia 26) e ainda, confirmou à atendente vários dados pessoais (nome completo, CPF, data de nascimento, nome de sua genitora e o seu endereço residencial). Convém ressaltar que a jurisprudência pátria é pacífica em reconhecer arquivos de áudio como sendo provas aptas a comprovar o vínculo negocial existente entre os contratantes, conforme pode ser verificado no julgado que, por analogia, segue abaixo destacado: "Telefonia. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Débito supostamente desconhecido. Gravação telefônica apresentada pela ré, comprovando a contratação de novo Plano, pela autora. Inversão do ônus probatório. Impossibilidade. Ausência de verossimilhança. Exigibilidade do débito demonstrada. Cerceamento de defesa inocorrente. Acesso à mídia disponibilizado às partes. Degravação desnecessária. Improcedência da ação. Manutenção. (...). (TJ-SP 10356206020178260002 SP 1035620-60.2017.8.26.0002, Relator: Bonilha Filho, Data de Julgamento: 04/05/2018, 26ª Câmara de Direito Privado).". (Destaquei). De suma relevância registrar que, segundo consta das telas sistêmicas (cuja idoneidade somente está sendo levada em consideração em decorrência do mencionado arquivo de áudio), foi registrado o pagamento da fatura correspondente ao mês de julho/2018, ou seja, um comportamento que não condiz com o perfil de um eventual fraudador e ainda, que apenas fortalece a lisura da relação negocial. Já no que tange à origem do débito debatido nos presentes autos, tenho que a mesma restou devidamente esclarecida. Não obstante tivesse assumido o compromisso de promover o pagamento das mensalidades inerentes ao plano contratado, as telas sistêmicas colacionadas ao corpo da defesa demonstraram que o Reclamante se quedou silente em adimplir as faturas vencidas nos meses de agosto a outubro/2018. Logo, não tendo o consumidor apresentado qualquer prova de que as pendências devidas à empresa de telefonia foram devidamente amortizadas, entendo que restou justificada a inserção do seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. Após a apresentação da contestação, entendo que cabia ao Reclamante rechaçar pontualmente todos os argumentos e provas apresentadas pela Reclamada, ônus este do qual não se desincumbiu. Com a devida vênia à impugnação protocolada nos autos, tenho que a referida manifestação não passa de um compêndio de alegações genéricas, pois, o Autor sequer se deu ao trabalho de postular pela realização de uma perícia no referido arquivo de áudio (o que, a meu ver, apenas fortalece o entendimento acerca da prescindibilidade da referida prova). In casu, foram apresentadas provas substanciais acerca da relação contratual anteriormente firmada entre os litigantes, as quais, concatenadas à inércia do Reclamante em apresentar qualquer comprovante de pagamento inerente à dívida que lhe está sendo cobrada, confere legitimidade ao apontamento restritivo debatido nestes autos. Portanto, em havendo débitos pendentes, bem como, não tendo sido apresentado pelo Reclamante qualquer prova indicando a devida contraprestação pelos serviços comprovadamente contratados (conforme se extrai do arquivo de áudio anexo à defesa) e usufruídos (conforme pode ser atestado pelo "Relatório de Chamadas" vinculado à contestação), entendo que a restrição creditícia debatida nesta lide refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da Reclamada, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). Visando amparar a fundamentação supra, segue transcrita,

por analogia, uma jurisprudência do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - INOVAÇÃO RECURSAL - VEDAÇÃO - RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO - SERVIÇO DE TELEFONIA - PROVA DA CONTRATAÇÃO E DO INADIMPLEMENTO - VERIFICAÇÃO - NEGATIVAÇÃO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO DO CREDOR - RESPONSABILIDADE CIVIL DO RÉU E LESÃO EXTRAPATRIMONIAL - NÃO CONFIGURAÇÃO - LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA DEMANDANTE - CARACTERIZAÇÃO - IMPOSIÇÃO DE MULTA. (...) - Se a parte Requerida se desincumbiu de seu ônus probatório, demonstrando a celebração de Contrato entre as litigantes, assim como o inadimplemento do valor pelo qual o Autor se obrigou, é legítima a inscrição do nome do Devedor nos cadastros restritivos de crédito, decorrente do exercício regular de direito do Credor, que não enseja a sua responsabilidade civil – (...). (TJ-MG - AC: 10000181119470001 MG, Relator: Roberto Vasconcellos, Data de Julgamento: 11/12/0018).". (Destaquei). Ante todo o exposto, considerando que a Reclamada logrou êxito em comprovar a existência de fatos que impedem o reconhecimento do direito perseguido pela parte Autora (se desincumbindo satisfatoriamente do ônus probatório previsto pelo artigo 373, II, do CPC/2015), tenho resta prejudicado o acolhimento das pretensões inaugurais. - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que foi debatido nos autos, bem como, considerando o acervo probatório apresentado pela Reclamada, tenho que o Reclamante, intencionalmente (ciente da existência do vínculo com a empresa ré e ainda, de que subsistiam débitos inadimplidos), distorceu a realidade dos fatos no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". A prática incorrida pelo Reclamante demonstrou uma atitude de deslealdade processual, caracterizando-se a manifestação inicial como sendo a materialização de sua má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser devidamente combatidas. Destaca-se ainda que, se a parte Reclamada não tivesse o cuidado e a diligência de guardar a prova da contratação dos seus serviços (ou seja, o mencionado arquivo de áudio), possivelmente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito em favor do Reclamante, o que, repita-se, deve ser combatido, pois, o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. - Do pedido contraposto: Por derradeiro, no que concerne ao pedido contraposto apresentado pela Reclamada, entendo que o mesmo merece ser acolhido. Reza o artigo 31 da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.". (Destaquei). Consoante alhures mencionado, considerando que o Reclamante não apresentou nos presentes autos nenhum comprovante de que as pendências vencidas nos meses de agosto a outubro/2018 chegaram a ser devidamente quitadas, tenho que assiste à empresa de telefonia Ré o direito de reivindicar o pagamento do crédito que lhe é devido, o qual, por sua vez, é representado pelo montante de R$ 89,57 (oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação, bem como, CONDENO o Reclamante ao pagamento de uma multa de 9% (nove por cento) sobre o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, considerando a retificação ex officio do valor da causa (artigo 292, § 3º, do CPC/2015) corrigido à época do efetivo pagamento. Outrossim, CONDENO o Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Ademais, JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto apresentado pela Reclamada e, consequentemente, CONDENO o Reclamante ao pagamento da importância de R$ 89,57 (oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos), a ser devidamente corrigida pelo índice INPC, bem como, com incidência de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos contabilizados a partir do efetivo prejuízo (súmula 43do STJ), ou seja, a data de vencimento da dívida (26/08/2018). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011002-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCINEI DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER BRASIL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1011002-97.2019.8.11.0002 Reclamante: Lucinei da Silva Oliveira Reclamado: Banco Santander Brasil S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Compulsando os autos, verifico inicialmente a necessidade de tecer algumas considerações acerca da ausência injustificada do Reclamante em audiência conciliatória. Sabe-se que a informatização do processo judicial veio como meio teoricamente eficaz para garantir a celeridade da tramitação processual, esperança de um processo viável, célere e econômico. Assim, o acompanhamento pelos patronos das partes pode ocorrer a qualquer hora, estando disponível para consultar os andamentos/movimentos, bem como, visualizar petições anexadas por quaisquer patronos ou servidores judiciais que movimentam/peticionam os processos judiciais eletrônicos com assinatura digital. Na presente lide, um dia antes da realização da audiência de conciliação entre as partes, o Reclamado anexou sua defesa aos autos, juntamente com alguns documentos aptos a comprovar o vínculo existente com o Demandante, dentre eles instrumentos contratuais, documentos pessoais, extratos bancários e faturas de cobrança. Após ter promovido a análise da manifestação e documentos apresentados pelo Reclamado, tanto o Reclamante quanto o seu patrono simplesmente deixaram de comparecer à sessão de conciliação realizada nos autos e o pior, sequer apresentaram argumentos para tentar justificar a ausência. Nota-se neste Juizado um elevado número de processos, cuja parte autora deixa de comparecer à audiência de conciliação, "abandonando o processo", após a juntada da Contestação (anexada antes da audiência de conciliação e com contrato assinado), a qual, reitero, pode ser facilmente visualizada pelos patronos das partes. Ora, não podemos fechar os olhos para a realidade da clientela dos Juizados Especiais, onde astutos advogados formulam petições genéricas, e ao primeiro sinal de improcedência ou condenação por litigância de má-fé, atravessam pedidos de desistência da ação ou deixam de comparecer com a parte autora nas audiências de conciliação. In casu, após a apresentação da contestação

pelo Reclamado, o Reclamante maliciosamente deixou de comparecer à audiência de conciliação, motivo pelo qual, este juízo haverá de adotar o mesmo rigor das situações objetos do enunciado 90 do FONAJE. Com amparo nos argumentos acima mencionados, ante a evidente litigância de má-fé por parte do Reclamante, deixo de extinguir a ação pela contumácia e, consequentemente, passo ao julgamento do mérito da demanda. Da preliminar: - Da incompetência do juízo: Preliminarmente, o Reclamado sustentou a necessidade de ser realizada uma prova pericial no contrato anexo à defesa. No entanto, por entender que a complexidade da referida prova não está em harmonia com os princípios do Juizado Especial, a instituição financeira Ré pugnou para que o processo fosse extinto sem a resolução do mérito. Por entender que os argumentos supracitados estão intimamente concatenados ao mérito da lide, postergarei a análise da preliminar em debate. Do mérito: O Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar efetuar uma compra (mediante crediário), tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida no valor de R$ 307,49. No entanto, o Autor informou que não possui qualquer débito com a financeira, muito menos em atraso, bem como, que não recebeu nenhuma notificação acerca do apontamento. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, o Reclamado sustentou a regularidade do vínculo entre as partes, pois, o Autor contratou a abertura de uma conta corrente com limite de cheque especial. O Réu defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. De forma diversa do que quis fazer prevalecer o Autor, o vínculo jurídico existente entre as partes restou documentalmente comprovado, pois, o Reclamado apresentou não só a cópia de instrumentos contratuais devidamente assinados ("Proposta de Abertura de Conta"; "Termo de Contratação de Pacote de Serviços"; "Proposta de Adesão – Cheque Especial Protegido" e "Proposta de Adesão – Seguro Cartão Protegido"), como também, dos documentos pessoais apresentados pelo cliente no momento da contratação (recibos de pagamento de salários, certidão de casamento, comprovante de residência, carteira de trabalho e CNH). Não se pode olvidar que nenhum dos documentos acima relacionados foram minimamente impugnados pelo Reclamante, motivo pelo qual, não subsistem dúvidas acerca da regularidade da relação contratual (tornando prescindível a realização de qualquer prova pericial). Já no tocante ao débito submetido à apreciação deste juízo, entendo que o mesmo teve a sua origem devidamente esclarecida. Apesar de ter anuído com a abertura de uma conta corrente, bem como, ter contratado o pacote de serviços disponibilizado pela instituição financeira e ainda, ter se utilizado do limite de cheque especial, o Reclamante não manteve em sua conta corrente valores suficientes para cobrir o saldo devedor (o que pode ser facilmente visualizado no extrato bancário protocolizado com a defesa). Ademais, as faturas de cobrança anexadas à contestação demonstraram que, apesar de ter se utilizado do serviço de cartão "Santander Free Mastercard", o Demandante se quedou silente em honrar o pagamento de suas pendências, motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificada a inserção de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. No que se refere a alegação do Reclamante de que não teria sido previamente notificado sobre a inclusão de seus dados junto aos órgãos restritivos, entendo que não há como atribuir nenhuma responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo previsão contida na súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Portanto, em havendo débitos pendentes de pagamento, bem como, não tendo sido apresentado pelo Reclamante qualquer prova indicando a devida quitação, entendo que a restrição creditícia debatida nesta lide refletiu apenas o exercício regular do direito de credor do Reclamado, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). A fim de corroborar toda a fundamentação acima mencionada, segue colacionada, por analogia, uma decisão do TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INDENIZATÓRIA. INADIMPLÊNCIA COMPROVADA. INSCRIÇÃO REGULAR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO POR PARTE DO CREDOR. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. A parte autora não comprovou a inexistência de relação contratual ou o pagamento da dívida que gerou a negativação do seu nome nos cadastros de inadimplência. Por seu turno, a parte ré juntou aos autos documentos (contrato e extratos da conta bancária) que comprovam a existência da relação jurídica e da inadimplência ao tempo da inclusão. Demonstrada a regularidade do débito, agiu a instituição bancária no exercício regular do direito ao inscrever a parte recorrente no órgão restritivo ao crédito, conforme preceitua o artigo 188, inciso I do Código Civil. Lícita a inscrição, não resta caracterizado o abalo de ordem moral ao consumidor. Decisão Monocrática mantida. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (Agravo Nº 70075287979, Vigésima Quarta Câmara Cível - Regime de Exceção, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alex Gonzalez Custodio, Julgado em 25/07/2018).". (Destaquei). Por derradeiro, considerando que o Reclamado logrou êxito em comprovar a existência de fatos que, definitivamente, impedem o reconhecimento do direito reivindicado pelo Reclamante (art. 373, II do CPC/2015), tenho resta prejudicado o acolhimento das pretensões submetidas à apreciação deste juízo. - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que foi debatido nos autos, entendo ser evidente que o Reclamante (ciente do vínculo existente com a instituição financeira e ainda, que subsistiam débitos pendentes de pagamento) distorceu a realidade fática no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo Artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". Não bastasse a exordial já se prestar em refletir a materialização da má-fé do Reclamante, reitero que, ao tomar conhecimento do conteúdo da defesa, bem como, dos esclarecedores documentos apresentados pelo Reclamado, o consumidor maliciosamente deixou de comparecer à sessão conciliatória (justamente no intuito de se esquivar de uma possível condenação), o que, a meu ver, apenas potencializa o entendimento de que o mesmo litiga amparado pelo manto da deslealdade processual. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser exemplarmente combatidas, pois, o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito a preliminar arguida e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial, bem como, CONDENO o Reclamante ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, a ser corrigido até a época do seu efetivo pagamento. Ademais, CONDENO o Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com

poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015925-69.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDISON PEREIRA MARCELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015925-69.2019.8.11.0002 Reclamante: Edison Pereira Marcelo Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Do mérito: O Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar aprovar um crediário, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 348,92. No entanto, o Autor informou que não possui débito algum com a instituição financeira, motivo pelo qual, acredita que tanto a cobrança quanto a inserção creditícia são indevidas. Por entender que a situação acima mencionada lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade do vínculo entre as partes, pois, consta em seus registros a abertura de uma conta corrente em nome do Reclamante, cujo uso não só era habitual, como também, era utilizada para o recebimento de salários. O Réu defendeu que, em decorrência do inadimplemento do Reclamante, apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, convém alvitrar ao Postulante que, não obstante se trate de um direito básico inerente a pessoa do consumidor, a inversão do ônus da prova não pode ser interpretada de forma absoluta, a ponto de lhe eximir da obrigação de fornecer a este juízo provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015), motivo pelo qual, INDEFIRO o pedido de inversão formulado na inicial. Nesse sentido, segue abaixo, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRO: "Apelação cível. Danos materiais e morais. Mercadoria paga e não recebida. Inversão do ônus da prova. Aplicação não automática. Recurso desprovido. A benesse prevista no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (inversão do ônus da prova), tal benefício não é absoluto, devendo ser utilizado com ponderação e bom senso, não isentando a parte-autora de trazer, conjuntamente com a peça exordial, as provas que tenha condições de produzir e que visem a demonstrar elementos mínimos de existência do fato constitutivo de seu direito. (TJ-RO - APL: 00038103020158220014 RO 0003810-30.2015.822.0014, Data de Julgamento: 12/04/2019).". (Destaquei). Após promover a análise dos argumentos apresentados pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório anexado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Consoante se extrai da exposição fática lançada na petição inicial, o Reclamante não negou expressamente a existência de vínculo jurídico com a instituição financeira, limitando-se a sustentar apenas que não possui débito algum com a mesma, motivo pelo qual, presumo que subsistiu vínculo entre os litigantes. Embora o Reclamado não tenha apresentado a cópia de nenhum contrato visando demonstrar a abertura da mencionada conta corrente pelo Demandante, o fato é que foram apresentados alguns extratos de movimentação financeira, os quais, excepcionalmente, apesar de serem considerados documentos unilaterais, não podem ser desprezados. Isso porque, além de demonstrarem que a conta foi devidamente movimentada para fins de realização de saques, os extratos igualmente evidenciaram que a conta existente em nome do Reclamante (identificada pelo nº 1003306-4, mantida junto à agência nº 4407) era utilizada para fins de recebimento de salários (proveniente de uma Prefeitura), o que, definitivamente, não condiz com o perfil de um fraudador. Ademais, da exegese dos extratos de movimentação financeira anexos à defesa, verifica-se que, após o recebimento do salário correspondente a abril/2015, o Reclamante promoveu um saque de valores e, posteriormente, deixou de manter na conta recursos suficientes para cobrir o saldo devedor, motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificado o envio de seu nome para os Órgãos de Proteção ao Crédito. Consigno ainda que, em havendo irrefutáveis indícios acerca do vínculo entre as partes, não há como exigir da instituição financeira Ré qualquer prova acerca do pagamento da pendência motivadora da restrição debatida nesta lide, pois, trata-se de uma prova de cunho diabólico. A fim de corroborar o posicionamento acima, cumpre transcrever, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTABULADO PELAS PARTES EM DECORRÊNCIA DE DÍVIDA DA AUTORA. DESCUMPRIMENTO QUE GEROU A INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. Em que pese tratar-se de relação consumerista, não há como inverter o ônus da prova em favor da autora quanto ao não pagamento das parcelas acordadas, pois se configura prova diabólica. A simples alegação da autora de que vinha adimplindo o acordo, sem a juntada de qualquer comprovante neste sentido, implica na improcedência da ação. Sentença de primeiro grau mantida. Honorários sucumbenciais do patrono da parte demandada majorados, nos termos do §11º do artigo 85 do CPC/2015. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075643981, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 12/12/2017).". (Destaquei). Com o protocolo da contestação, cabia ao Demandante rechaçar pontualmente todos os argumentos e documentos apresentados pelo Reclamado, ônus este que, segundo minha convicção, não se desincumbiu. Data máxima vênia às considerações exaradas em sede de impugnação, tenho que as mesmas não comportam acolhimento. A meu ver, o Reclamante convenientemente se aproveitou da ausência de apresentação de um contrato pela financeira para fins de sustentar que os documentos anexados à defesa são unilaterais, no entanto, quedou-se completamente inerte em refutar o fato de que a conta corrente outrora mantida com o Reclamado era utilizada para fins de recebimento de verba salarial, o que, consequentemente, compromete a verossimilhança da narrativa inicial. Destarte, não tendo sido apresentado pelo Reclamante qualquer comprovante indicando o pagamento da dívida que lhe está sendo cobrada, entendo que a restrição creditícia debatida nos presentes autos refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da instituição financeira, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). No intuito de amparar toda a fundamentação exarada no presente decisum, segue colacionada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRJ: "APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. NÃO RECONHECIMENTO DE DÉBITO. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO. ÔNUS DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA. 1. Inobstante a relação jurídica entre as partes ser regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, não se desonera a parte autora do ônus de comprovar o fato constitutivo do direito alegado. 2. Prova dos autos a corroborar a existência de vínculo contratual entre a autora e a instituição bancária, titular da conta corrente nº 10084-5, agência 8851, fato negado pela demandante na exordial. 3. Movimentação bancária constante, verificada através de extratos, saques e refinanciamento de dívida a corroborar a tese de que a autora tenta se esquivar do pagamento de dívida contraída junto à instituição financeira. 4. Inexistência de prova quanto à indigitada conduta ilícita do réu hábil a conferir lastro fático às alegações da autora, ônus que lhe cabia, nos termos do artigo 373, I, do CPC. 5. Manutenção da R. Sentença de improcedência. 6. Negativa de provimento ao recurso. (TJ-RJ - APL: 01804642120178190001, Relator: Des(a). GILBERTO CLÓVIS FARIAS MATOS, Data de Julgamento: 25/06/2019, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL).". (Destaquei). No que se refere às exaustivas alegações do

Reclamante de que não teria sido notificado sobre a pendência que culminou com a sua inserção creditícia, consigno que igualmente não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Por derradeiro, não tendo o Reclamante se dignado em apresentar provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do seu direito (estando em flagrante dissonância com o artigo 373, I, do CPC/2015), entendo que outro caminho não há a ser trilhado por este juízo, senão refutar integralmente as pretensões inaugurais. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor do Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015914-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA DA PAZ ZOZOMAZORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002 Reclamante: Cristina da Paz Zozomazore Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Do mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar aprovar um crediário, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 114,03 (referente ao contrato nº DE03852010912038). No entanto, a Autora informou que não possui débito algum com a instituição financeira, motivo pelo qual, acredita que tanto a cobrança quanto a inserção creditícia são indevidas. Por entender que a situação acima mencionada lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade do vínculo entre as partes, bem como, esclareceu que o contrato nº DE03852010912038 se refere à conta corrente existente em nome da Reclamante. O Réu defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante (a qual, apesar de ter se utilizado do limite de cheque especial, não promoveu a devida cobertura), apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, convém alvitrar à Postulante que, não obstante se trate de um direito básico inerente a pessoa do consumidor, a inversão do ônus da prova não pode ser interpretada de forma absoluta, a ponto de lhe eximir da obrigação de fornecer a este juízo provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015), motivo pelo qual, INDEFIRO o pedido de inversão formulado na inicial. Nesse sentido, segue abaixo, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRO: "Apelação cível. Danos materiais e morais. Mercadoria paga e não recebida. Inversão do ônus da prova. Aplicação não automática. Recurso desprovido. A benesse prevista no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (inversão do ônus da prova), tal benefício não é absoluto, devendo ser utilizado com ponderação e bom senso, não isentando a parte-autora de trazer, conjuntamente com a peça exordial, as provas que tenha condições de produzir e que visem a demonstrar elementos mínimos de existência do fato constitutivo de seu direito. (TJ-RO - APL: 00038103020158220014 RO 0003810-30.2015.822.0014, Data de Julgamento: 12/04/2019).". (Destaquei). Após promover a análise dos argumentos apresentados pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório anexado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Consoante se extrai da ambígua exposição fática lançada na petição inicial, a Reclamante não chegou a negar expressamente a existência de vínculo jurídico com a instituição financeira, limitando-se a sustentar apenas que não possui débito algum com a mesma. Ademais, consigno que não subsistem motivos para duvidar da regularidade da relação outrora formalizada entre as partes, pois, juntamente com a sua defesa, o Reclamado apresentou instrumentos contratuais devidamente assinados ("Proposta de Abertura de Conta"; "Proposta de Seguro de Cartão Protegido"; "Proposta de Seguro Cheque Especial Protegido"; "Termo de Contratação de Pacote de Serviços"; "Proposta de Conta Universitária"), bem como, os documentos pessoais apresentados pela Reclamante no momento da contratação ("Cédula de Identidade" e "Cadastro do Aluno – UNIC") e ainda, extratos de movimentação financeira. No que se refere à origem da dívida debatida nos presentes autos, entendo que a mesma foi devidamente esclarecida. Conforme pode ser verificado no comprovante de restrição apresentado pela Reclamante, o contrato (nº DE03852010912038) referente à questionada dívida corresponde exatamente à conta corrente outrora aberta em nome da parte Autora (nº 3852-01-091203-8). Além disso, oportuno ressaltar que, segundo consta dos extratos de movimentação financeira apresentados pelo Reclamado, em março2017 a Reclamante não manteve saldo suficiente para cobrir a integralidade do saldo devedor (tendo o mesmo sido transferido para "crédito vencido" justamente para que a conta não permanecesse em situação de inadimplência), motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificado o envio de seu nome para os Órgãos de Proteção ao Crédito. Outrossim, inobstante às exaustivas alegações da Reclamante de que não teria sido notificada sobre a pendência que culminou com a sua inserção creditícia, consigno que igualmente não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Restando incontestável a regularidade do vínculo existente entre as partes (pois, além de não ter sido expressamente negado pela Autora, o Reclamado teve a sagacidade de apresentar instrumentos contratuais assinados e os documentos pessoais de sua cliente), entendo que não há como exigir da instituição financeira Ré qualquer prova acerca do pagamento da pendência motivadora da restrição debatida nesta lide, pois, trata-se de uma prova de cunho diabólico. A fim de corroborar o posicionamento acima, cumpre transcrever, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTABULADO PELAS PARTES EM DECORRÊNCIA DE DÍVIDA DA AUTORA. DESCUMPRIMENTO QUE GEROU A INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. Em que pese tratar-se de relação consumerista, não há como inverter o ônus da prova em favor da autora quanto ao não pagamento das parcelas acordadas, pois se configura prova diabólica. A simples alegação da autora de que vinha adimplindo o acordo, sem a juntada de qualquer comprovante neste sentido, implica na improcedência da ação. Sentença de primeiro grau mantida. Honorários sucumbenciais do patrono da parte demandada majorados, nos termos do §11º do artigo 85 do CPC/2015. APELO

IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075643981, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 12/12/2017).". (Destaquei). Com o protocolo da contestação, cabia à Demandante rechaçar pontualmente todos os argumentos e documentos apresentados pelo Reclamado, ônus este do qual não se desincumbiu. Data máxima vênia à impugnação colacionada aos autos, tenho que foram ventiladas considerações totalmente inócuas para comprometer a credibilidade da tese defensiva, pois, ao que tudo indica, a parte Autora não se atentou que foram apresentados instrumentos comprobatórios do vínculo entre as partes e ainda, extratos demonstrando que a mesma se utilizou de uma linha de crédito (limite de cheque especial) disponibilizada pela financeira. Destarte, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer comprovante indicando o pagamento da dívida que lhe está sendo cobrada (correspondente à utilização do limite de cheque especial), entendo que a restrição creditícia debatida nos presentes autos refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da instituição financeira, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). No intuito de amparar toda a fundamentação exarada no presente decisum, segue colacionada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRJ: "APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. NÃO RECONHECIMENTO DE DÉBITO. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO. ÔNUS DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA. 1. Inobstante a relação jurídica entre as partes ser regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, não se desonera a parte autora do ônus de comprovar o fato constitutivo do direito alegado. 2. Prova dos autos a corroborar a existência de vínculo contratual entre a autora e a instituição bancária, titular da conta corrente nº 10084-5, agência 8851, fato negado pela demandante na exordial. 3. Movimentação bancária constante, verificada através de extratos, saques e refinanciamento de dívida a corroborar a tese de que a autora tenta se esquivar do pagamento de dívida contraída junto à instituição financeira. 4. Inexistência de prova quanto à indigitada conduta ilícita do réu hábil a conferir lastro fático às alegações da autora, ônus que lhe cabia, nos termos do artigo 373, I, do CPC. 5. Manutenção da R. Sentença de improcedência. 6. Negativa de provimento ao recurso. (TJ-RJ - APL: 01804642120178190001, Relator: Des(a). GILBERTO CLÓVIS FARIAS MATOS, Data de Julgamento: 25/06/2019, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL).". (Destaquei). Por derradeiro, de forma diversa do que quis fazer prevalecer o Reclamado, entendo que não como ser reconhecida qualquer má-fé por parte da Reclamante, pois, além de não ter sido expressamente negada a existência de vínculo com a financeira (apesar da ambígua exposição fática), a parte Autora apenas não se desincumbiu do ônus de apresentar provas mínimas de suas alegações (estando em flagrante dissonância com o artigo 373, I, do CPC/2015). Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015922-17.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA DA PAZ ZOZOMAZORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015922-17.2019.8.11.0002 Reclamante: Cristina da Paz Zozomazore Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Das preliminares: - Da ausência de comprovante de residência: Preliminarmente, o Reclamado sustentou que a Reclamante não juntou um comprovante de residência atualizado, pois, limitou-se em apresentar documento em nome de terceiro. Desta forma, o Reclamado postulou para que o processo fosse extinto sem a resolução do mérito. Em que pesem as considerações preliminares apresentadas pelo Reclamado, entendo que as mesmas não reivindicam o acolhimento deste juízo. Reza o artigo 4º, I, da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;". (Destaquei). Concatenando o dispositivo legal supra ao caso em comento, bem como, considerando que a instituição financeira Ré possui uma agência nesta Comarca, não verifico nenhum obstáculo que impeça este juízo de apreciar o feito. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Do desmembramento de ações: Com a devida vênia aos argumentos apresentados pelo Reclamado, entendo que o fato da Reclamante ter desmembrado a discussão inerente aos apontamentos restritivos existentes em seu nome não se revela um motivo apto para ensejar a extinção do processo por inadmissibilidade do procedimento sumaríssimo, principalmente porque a presente demanda é considerada como sendo de "menor complexidade" (artigo 3º, I, da Lei nº 9.099/95). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da conexão: Como matéria preliminar, o Reclamado sustentou que a Reclamante possui outra demanda com o mesmo pedido ou causa de pedir (Processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002), motivo pelo qual, a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes, postulou pelo reconhecimento da conexão e, conseguintemente, reunião dos feitos para julgamento simultâneo. Não obstante os argumentos ventilados pela financeira Ré, tenho que os mesmos devem ser igualmente repelidos. Apesar de a matéria debatida nos presentes autos, bem como, no mencionado Processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002 guardar semelhança no tocante à causa de pedir, revela-se oportuno ressaltar que os apontamentos restritivos questionados pela parte Autora foram motivados pelo inadimplemento de contratos totalmente distintos, motivo pelo qual, entendo que não subsiste a necessidade de promover a reunião dos processos para decisão conjunta. No intuito de corroborar o entendimento acima, segue destacado, por analogia, um julgado proferido pelo TJMG: "PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - CONEXÃO - CONTRATOS DISTINTOS - REUNIÃO DOS FEITOS - DESNECESSIDADE. Não restando demonstrada nos autos a ocorrência de conexão, ante a ausência de identidade do objeto da ação, impõe-se a manutenção da decisão que rejeitou a reunião dos feitos. (TJ-MG - AI: 10000150498137001 MG, Relator: Saldanha da Fonseca, Data de Julgamento: 02/11/0015, Câmaras Cíveis / 12ª CÂMARA CÍVEL).". (Destaquei). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar aprovar um crediário, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 298,08 (referente ao contrato nº MP385266000010662066). No entanto, a Autora informou que não possui débito algum com a instituição financeira, motivo pelo qual, acredita que tanto a cobrança quanto a inserção creditícia são indevidas. Por entender

que a situação acima mencionada lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade do vínculo entre as partes, bem como, esclareceu que o contrato nº MP385266000010662066 se refere ao cartão de crédito aderido pela Reclamante. O Réu defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante (a qual, apesar de ter se utilizado do plástico, deixou de promover o pagamento de suas faturas a partir de 02/2017), apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, convém alvitrar à Postulante que, não obstante se trate de um direito básico inerente a pessoa do consumidor, a inversão do ônus da prova não pode ser interpretada de forma absoluta, a ponto de lhe eximir da obrigação de fornecer a este juízo provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015), motivo pelo qual, INDEFIRO o pedido de inversão formulado na inicial. Nesse sentido, segue abaixo, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRO: "Apelação cível. Danos materiais e morais. Mercadoria paga e não recebida. Inversão do ônus da prova. Aplicação não automática. Recurso desprovido. A benesse prevista no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (inversão do ônus da prova), tal benefício não é absoluto, devendo ser utilizado com ponderação e bom senso, não isentando a parte-autora de trazer, conjuntamente com a peça exordial, as provas que tenha condições de produzir e que visem a demonstrar elementos mínimos de existência do fato constitutivo de seu direito. (TJ-RO - APL: 00038103020158220014 RO 0003810-30.2015.822.0014, Data de Julgamento: 12/04/2019).". (Destaquei). Após promover a análise dos argumentos apresentados pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório anexado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Consoante se extrai da ambígua exposição fática lançada na petição inicial, a Reclamante não chegou a negar expressamente a existência de vínculo jurídico com a instituição financeira, limitando-se a sustentar apenas que não possui débito algum com a mesma. Embora o Reclamado não tenha apresentado nos presentes autos a cópia de nenhum instrumento contratual assinado pela Reclamante, chamou a atenção deste juízo o fato de ter sido mencionada a existência de outra ação ajuizada pela consumidora (Processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002). Após pesquisar previamente o mencionado processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002 junto ao sistema PJE, este juízo atestou que o Reclamado apresentou a cópia de vários instrumentos contratuais assinados pela Reclamante, desde o "Contrato de Abertura de Conta", bem como, "Proposta de Seguro de Cartão Protegido" e ainda, um comprovante de entrega do envelope contendo um cartão de crédito "Santander Fit MasterCrad". A meu ver, o fato de a Reclamante não ter negado expressamente a existência de vínculo com a financeira Ré e, principalmente, as provas emprestadas do processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002 extirparam qualquer dúvida acerca da regularidade da relação negocial existente entre os litigantes. A fim de amparar a fundamentação supra (no tocante a possibilidade de serem emprestadas provas para comprovar o vínculo contratual), segue colacionada, por analogia, uma jurisprudência proveniente da Turma Recursal Única de MT: "RECURSOS INOMINADOS – RELAÇÃO DE CONSUMO – INSCRIÇÃO NOS ORGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO – NEGATIVAÇÃO NO VALOR DE R$ 684,44 (seiscentos e oitenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) – SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA – INSURGÊNCIA DE AMBAS AS PARTES – PLEITO DA RECLAMANTE PARA MAJORAR O VALOR DA CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS – PLEITO DA RECLAMADA PARA JULGAR A AÇÃO IMPROCEDENTE – PROVA EMPRESTADA DOS AUTOS 8032551-83.2015.811.0002 – JUNTADA DE CONTRATO EM OUTRO PROCESSO QUE DEMONSTRA A PACTUAÇÃO DIANTE DAS ASSINATURAS IDÊNTICAS, SENDO QUE O FEITO CITADO, INCLUSIVE FOI JULGADO IMPROCEDENTE EM RECURSAL, SENDO RECONHECIDA A LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ DA AUTORA – SENTENÇA REFORMADA PARA QUE A AÇÃO SEJA JUGADA IMPROCEDENTE – RECONHECIDA A LITIGÂNCIA DE MÁ FÉ DA AUTORA – RECURSO DA RECLAMANTE IMPROVIDO – RECURSO DA RECLAMADA CONHECIDO E PROVIDO. (Procedimento do Juizado Especial Cível 325521020158110002/2018, Turma Recursal Única, Relatora: Dra. Patrícia Ceni. Julgado em 13/04/2018).". (Destaquei). No que se refere à origem da dívida debatida nos presentes autos, entendo que a mesma foi devidamente esclarecida. Conforme informações prestadas pelo Reclamado, o contrato referente à anotação discutida na presente demanda corresponde à contratação do serviço de cartão de crédito pela Demandante. Além disso, oportuno ressaltar que, segundo consta das faturas protocoladas junto à contestação, o plástico não só foi devidamente utilizado, como também, foram efetivados os pagamentos de algumas faturas, o que, por si só, faz emergir um comportamento que não condiz com o perfil de eventual fraudador. As mencionadas faturas igualmente demonstraram que, apesar de os serviços terem sido usufruídos, a Autora quedou-se silente em promover os pagamentos necessários a partir de fevereiro/2017, motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificado o envio de seu nome para os Órgãos de Proteção ao Crédito. Outrossim, inobstante às exaustivas alegações da Reclamante de que não teria sido notificada sobre a pendência que culminou com a sua inserção creditícia, consigno que igualmente não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Restando incontestável a regularidade do vínculo existente entre as partes (pois, além de não ter sido expressamente negado pela Autora, foram apresentadas faturas comprovando que o cartão de crédito foi utilizado e ainda, as provas emprestadas do processo nº 1015914-40.2019.8.11.0002 evidenciaram que o serviço em questão foi contratado por intermédio do competente instrumento contratual), entendo que não há como exigir da instituição financeira Ré qualquer prova acerca do pagamento da pendência motivadora da restrição debatida nesta lide, pois, trata-se de uma prova de cunho diabólico. A fim de corroborar o posicionamento acima, cumpre transcrever, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTABULADO PELAS PARTES EM DECORRÊNCIA DE DÍVIDA DA AUTORA. DESCUMPRIMENTO QUE GEROU A INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTRO RESTRITIVO DE CRÉDITO. Em que pese tratar-se de relação consumerista, não há como inverter o ônus da prova em favor da autora quanto ao não pagamento das parcelas acordadas, pois se configura prova diabólica. A simples alegação da autora de que vinha adimplindo o acordo, sem a juntada de qualquer comprovante neste sentido, implica na improcedência da ação. Sentença de primeiro grau mantida. Honorários sucumbenciais do patrono da parte demandada majorados, nos termos do §11º do artigo 85 do CPC/2015. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075643981, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 12/12/2017).". (Destaquei). Com o protocolo da contestação, cabia à Demandante rechaçar pontualmente todos os argumentos e documentos apresentados pelo Reclamado, ônus este do qual não se desincumbiu. Data máxima vênia à impugnação colacionada aos autos, tenho que foram ventiladas considerações totalmente inócuas para comprometer a credibilidade da tese defensiva, pois, ao que tudo indica, a parte Autora não se atentou que foram apresentadas faturas de cobrança com registros de pagamentos (o que, consoante mencionado alhures, não condiz com o comportamento de um fraudador) e ainda, ingenuamente não contava que este juízo iria analisar de forma prévia um processo conscientemente desmembrado e que também tramita por este Juizado Especial. Destarte, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer comprovante indicando o pagamento da dívida que lhe está sendo cobrada (correspondente à utilização do serviço de cartão de crédito), entendo que a restrição creditícia debatida nos presentes autos refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da instituição financeira, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). No intuito de amparar toda a fundamentação exarada no presente decisum, segue colacionada, por analogia, uma jurisprudência oriunda do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - NEGATIVAÇÃO DE CRÉDITO - FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO INADIMPLIDA - CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPROVADAS - COBRANÇA - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. - Não há falar em irregularidade da negativação do nome da parte, a justificar o acolhimento dos pedidos de declaração de inexistência de débito e condenação indenizatória, se restou claramente comprovada nos autos a contratação e efetiva utilização do cartão de crédito pela parte autora, como também, o inadimplemento de uma das faturas, e, neste cenário, inafastável o reconhecimento de que a cobrança do débito e a subsequente inscrição

do nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito consistem exercício regular do direito do credor e, como tal, não dão azo ao pedido indenizatório. (TJ-MG - AC: 10000191251933001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Publicação: 18/11/2019).". (Destaquei). Por derradeiro, de forma diversa do que quis fazer prevalecer o Reclamado, entendo que não como ser reconhecida qualquer má-fé por parte da Reclamante, pois, além de não ter sido expressamente negada a existência de vínculo com a financeira (apesar da ambígua exposição fática), a parte Autora apenas não se desincumbiu do ônus de apresentar provas mínimas de suas alegações (estando em flagrante dissonância com o artigo 373, I, do CPC/2015). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015844-23.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MERIROLEN NATALI MARTINS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015844-23.2019.8.11.0002 Reclamante: Merirolen Natali Martins Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Do mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar aprovar um crediário, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 519,43 (referente ao contrato nº DE03466010954855). No entanto, a Autora informou que não possui débito algum com a instituição financeira, motivo pelo qual, acredita que tanto a cobrança quanto a inserção creditícia são indevidas. Por entender que a situação acima mencionada lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade do vínculo entre as partes, pois, a Reclamante não só contratou a abertura de uma conta corrente, como também, aderiu ao serviço de cartão de crédito disponibilizado pelo banco. O Réu defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante (a qual, não só deixou de cobrir o saldo devedor de sua conta, como também, não promoveu o regular pagamento das faturas decorrentes do cartão de crédito), apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, convém alvitrar à Postulante que, não obstante se trate de um direito básico inerente a pessoa do consumidor, a inversão do ônus da prova não pode ser interpretada de forma absoluta, a ponto de lhe eximir da obrigação de fornecer a este juízo provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015), motivo pelo qual, INDEFIRO o pedido de inversão formulado na inicial. Nesse sentido, segue abaixo, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRO: "Apelação cível. Danos materiais e morais. Mercadoria paga e não recebida. Inversão do ônus da prova. Aplicação não automática. Recurso desprovido. A benesse prevista no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor (inversão do ônus da prova), tal benefício não é absoluto, devendo ser utilizado com ponderação e bom senso, não isentando a parte-autora de trazer, conjuntamente com a peça exordial, as provas que tenha condições de produzir e que visem a demonstrar elementos mínimos de existência do fato constitutivo de seu direito. (TJ-RO - APL: 00038103020158220014 RO 0003810-30.2015.822.0014, Data de Julgamento: 12/04/2019).". (Destaquei). Após promover a análise dos argumentos apresentados pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório anexado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Consoante se extrai da ambígua exposição fática lançada na petição inicial, a Reclamante não chegou a negar expressamente a existência de vínculo jurídico com a instituição financeira, limitando-se a sustentar apenas que não possui débito algum com a mesma. Ademais, consigno que não subsistem motivos para duvidar da regularidade da relação outrora formalizada entre as partes, pois, juntamente com a sua defesa, o Reclamado apresentou instrumentos contratuais devidamente assinados, dentre eles: "Proposta de Abertura de Conta"; "Aditivo à Proposta de Abertura de Conta"; "Termo de Solicitação ou Suspensão de Transferência de Salário"; "Termo de Adesão a Pacote de Serviços"; "Proposta de Adesão - Seguro Cartão Protegido"; "Proposta de Adesão - Cheque Especial Protegido"; "Declaração de Endereço" e "Recibo de Entrega de Cartão". Como se não bastasse, consigno que as assinaturas lançadas nos contratos supracitados guardam flagrante similitude com àquelas exaradas nos documentos protocolados com a inicial e ainda, a Cédula de Identidade apresentada pela financeira é exatamente o mesmo documento que instruiu a petição inicial, o que, definitivamente, apenas fortalece a lisura do vínculo jurídico. No que se refere à origem da dívida debatida nos presentes autos (R$ 519,43), entendo que a mesma foi devidamente esclarecida. Conforme pode ser verificado no comprovante de restrição apresentado pela Reclamante, o contrato (nº DE03466010954855) referente à questionada dívida corresponde exatamente à conta corrente que se encontra aberta em nome da parte Autora (nº 3466-01-095485-5). Além disso, oportuno ressaltar que, segundo consta dos extratos de movimentação financeira apresentados pelo Reclamado, em janeiro/2019 a Reclamante não manteve saldo suficiente para cobrir a integralidade do saldo devedor (tendo o mesmo sido transferido para "crédito vencido" justamente para evitar que a conta não permanecesse em situação de inadimplência), motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificado o envio de seu nome para os Órgãos de Proteção ao Crédito. Outrossim, inobstante às exaustivas alegações da Reclamante de que não teria sido notificada sobre a pendência que culminou com a sua inserção creditícia, consigno que não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Restando incontestável a regularidade do vínculo existente entre as partes (pois, além de não ter sido expressamente negado pela Autora, o Reclamado teve a sagacidade de apresentar instrumentos contratuais assinados e os documentos pessoais de sua cliente), entendo que não há como exigir da instituição financeira Ré qualquer prova acerca do pagamento da pendência motivadora da restrição debatida nesta lide, pois, trata-se de uma prova de cunho diabólico. A fim de corroborar o posicionamento acima, cumpre transcrever, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ACORDO EXTRAJUDICIAL ENTABULADO PELAS PARTES EM DECORRÊNCIA DE DÍVIDA DA AUTORA. DESCUMPRIMENTO QUE GEROU A INSCRIÇÃO DO NOME DA AUTORA EM CADASTRO RESTRITIVO DE

CRÉDITO. Em que pese tratar-se de relação consumerista, não há como inverter o ônus da prova em favor da autora quanto ao não pagamento das parcelas acordadas, pois se configura prova diabólica. A simples alegação da autora de que vinha adimplindo o acordo, sem a juntada de qualquer comprovante neste sentido, implica na improcedência da ação. Sentença de primeiro grau mantida. Honorários sucumbenciais do patrono da parte demandada majorados, nos termos do §11º do artigo 85 do CPC/2015. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70075643981, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Guinther Spode, Julgado em 12/12/2017).". (Destaquei). Com o protocolo da contestação, cabia à Demandante rechaçar pontualmente todos os argumentos e documentos apresentados pelo Reclamado, ônus este do qual não se desincumbiu. Data máxima vênia à impugnação colacionada aos autos, tenho que foram ventiladas considerações totalmente inócuas para comprometer a credibilidade da tese defensiva, motivo pelo qual, entendo que as mesmas não reivindicam guarida. Destarte, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer comprovante indicando o pagamento da dívida que lhe está sendo cobrada (correspondente à utilização do limite disponibilizado pela financeira), entendo que a restrição creditícia debatida nos presentes autos refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da instituição financeira, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). No intuito de amparar toda a fundamentação exarada no presente decisum, segue colacionada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRJ: "APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA. NÃO RECONHECIMENTO DE DÉBITO. ALEGAÇÃO DE FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. AUSÊNCIA DE PROVA MÍNIMA DO FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO ALEGADO. ÔNUS DO AUTOR. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA R. SENTENÇA. 1. Inobstante a relação jurídica entre as partes ser regulada pelo Código de Defesa do Consumidor, não se desonera a parte autora do ônus de comprovar o fato constitutivo do direito alegado. 2. Prova dos autos a corroborar a existência de vínculo contratual entre a autora e a instituição bancária, titular da conta corrente nº 10084-5, agência 8851, fato negado pela demandante na exordial. 3. Movimentação bancária constante, verificada através de extratos, saques e refinanciamento de dívida a corroborar a tese de que a autora tenta se esquivar do pagamento de dívida contraída junto à instituição financeira. 4. Inexistência de prova quanto à indigitada conduta ilícita do réu hábil a conferir lastro fático às alegações da autora, ônus que lhe cabia, nos termos do artigo 373, I, do CPC. 5. Manutenção da R. Sentença de improcedência. 6. Negativa de provimento ao recurso. (TJ-RJ - APL: 01804642120178190001, Relator: Des(a). GILBERTO CLÓVIS FARIAS MATOS, Data de Julgamento: 25/06/2019, DÉCIMA QUINTA CÂMARA CÍVEL).". (Destaquei). Por derradeiro, de forma diversa do que quis fazer prevalecer o Reclamado, entendo que não como ser reconhecida qualquer má-fé por parte da Reclamante, pois, além de não ter sido expressamente negada a existência de vínculo com a financeira (apesar da ambígua exposição fática), a parte Autora apenas não se desincumbiu do ônus de apresentar provas mínimas de suas alegações (estando em flagrante dissonância com o artigo 373, I, do CPC/2015). Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015230-18.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VALDECY MENDONCA DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015230-18.2019.8.11.0002 Reclamante: Valdecy Mendonça de Brito Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Das preliminares: - Da incompetência do juizado especial: Preliminarmente, o Reclamado sustentou a necessidade de ser realizada uma perícia grafotécnica no contrato anexo à defesa. No entanto, por acreditar que a complexidade da referida prova não está em harmonia com os princípios do Juizado Especial, o Réu postulou para que o processo fosse extinto sem julgamento do mérito. Por entender que as considerações supracitadas estão intimamente concatenadas ao mérito da lide, postergarei a análise da preliminar em debate. - Da ausência de comprovação de reclamação prévia: Ainda como matéria preliminar, o Reclamado sustentou não ter sido procurado administrativamente para a resolução do problema narrado nos autos. Desta feita, por acreditar que a Reclamante não possui interesse processual, a financeira Ré pugnou para que o processo fosse extinto sem a resolução de seu mérito. Não obstante os argumentos apresentados pelo Reclamado, tenho que os mesmos não comportam acolhimento. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para análise do direito do interessado, independentemente de eventual diligência administrativa (até porque não se trata de um requisito prévio para o ajuizamento de qualquer demanda) ou ainda, de qual venha a ser o pronunciamento do juízo (procedência ou improcedência). Logo, se a Reclamante sustenta que foi negativada indevidamente e ainda, que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, entendo que a consumidora detém não só o interesse, como também, a legitimidade para reivindicar a tutela jurisdicional (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar usufruir do seu crédito (aquisição parcelada de bem móvel mediante crediário), tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 538,93. No entanto, a Autora afirmou que desconhece a origem do débito que lhe está sendo cobrado e ainda, que sequer foi notificada acerca da inclusão restritiva. Por entender que foi negativada indevidamente e que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade do vínculo entre as partes, pois, a Reclamante não só detém a titularidade de uma conta corrente junto à financeira, como também, contratou o serviço de cartão de crédito. O Réu defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante (no tocante as faturas do cartão de crédito), apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais.

Embora a Reclamante tenha ventilado argumentos no intuito de induzir este juízo a acreditar que não havia nenhum vínculo entre as partes, entendo que o Reclamado apresentou esclarecedoras provas, as quais, definitivamente, comprometeram o alicerce da petição inicial. Primeiramente, consigno que não subsistem motivos para duvidar da regularidade da relação outrora formalizada entre as partes, pois, juntamente com a sua defesa, o Reclamado apresentou instrumentos contratuais devidamente assinados ("Ficha Cadastral – Pessoa Física" e "Proposta de Abertura de Contas e Adesão a Produtos e Serviços – Pessoa Física") e ainda, os documentos de identificação pessoal apresentados no momento da contratação ("Cédula de Identidade"; "Comprovante de Residência" e "Recibo de Pagamento de Salário") Como se não bastasse, verifica-se nas inúmeras faturas anexadas à contestação que foram realizados vários pagamentos, ou seja, uma prática que não condiz minimamente com o perfil de um fraudador. Já no que se refere à origem da dívida debatida nos presentes autos, entendo que a mesma foi esclarecida, pois, segundo informações prestadas pelo Reclamado, a pendência de R$ 538,93 é proveniente da utilização do serviço de cartão de crédito. A meu ver, os referidos argumentos possuem credibilidade, pois, o valor registrado na fatura referente ao mês 05/2019 é exatamente o mesmo que àquele questionado pela parte Autora. Além disso, oportuno ressaltar que, segundo consta das faturas protocoladas junto à contestação, apesar de o serviço de cartão de crédito ter sido abundantemente usufruído, a Autora quedou-se silente em promover os pagamentos que se faziam necessários a partir de 05/2019, motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificado o envio de seu nome para os Órgãos de Proteção ao Crédito. Outrossim, inobstante à alegação da Reclamante de que não teria sido notificada sobre a pendência que culminou com a sua inserção creditícia, consigno que não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Com o protocolo da contestação, cabia à Demandante rechaçar pontualmente todos os argumentos e documentos apresentados pelo Reclamado, ônus este do qual não se desincumbiu. Data máxima vênia à impugnação colacionada aos autos, tenho que foram ventiladas não só considerações inócuas para comprometer a credibilidade da tese defensiva, como também, totalmente alheias ao farto e esclarecedor acervo documental protocolado com a defesa (tanto é que sequer foi solicitada a realização de eventual perícia nos documentos anexos à contestação, fortalecendo o entendimento deste juízo acerca da prescindibilidade da referida prova), motivo pelo qual, entendo que a referida manifestação não reivindica guarida. Destarte, em não havendo absolutamente nenhuma dúvida acerca do vínculo entre as partes, bem como, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer comprovante indicando o pagamento da dívida que lhe está sendo cobrada (correspondente à utilização do serviço de cartão de crédito), entendo que a restrição creditícia debatida nos presentes autos refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da instituição financeira, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). No intuito de amparar toda a fundamentação exarada no presente decisum, segue colacionada, por analogia, uma jurisprudência oriunda do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - NEGATIVAÇÃO DE CRÉDITO - FATURA DE CARTÃO DE CRÉDITO INADIMPLIDA - CONTRATAÇÃO E UTILIZAÇÃO COMPROVADAS - COBRANÇA - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. - Não há falar em irregularidade da negativação do nome da parte, a justificar o acolhimento dos pedidos de declaração de inexistência de débito e condenação indenizatória, se restou claramente comprovada nos autos a contratação e efetiva utilização do cartão de crédito pela parte autora, como também, o inadimplemento de uma das faturas, e, neste cenário, inafastável o reconhecimento de que a cobrança do débito e a subsequente inscrição do nome do devedor nos cadastros restritivos de crédito consistem exercício regular do direito do credor e, como tal, não dão azo ao pedido indenizatório. (TJ-MG - AC: 10000191251933001 MG, Relator: Domingos Coelho, Data de Publicação: 18/11/2019).". (Destaquei). - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que fora debatido nos autos, bem como, considerando o acervo probatório apresentado pelo Reclamado, tenho que a parte Autora, intencionalmente (ciente da existência do vínculo com a financeira Ré e de que subsistiam débitos inadimplidos), distorceu a realidade dos fatos no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo Artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". A prática incorrida pela Reclamante demonstrou uma atitude de deslealdade processual, caracterizando-se a manifestação inaugural como sendo a materialização de sua má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser devidamente combatidas. Destaca-se ainda que, se a parte Reclamada não tivesse o cuidado e a diligência de guardar os documentos comprobatórios acerca do vínculo existente entre as partes (instrumentos contratuais, documentos de identificação pessoal e faturas de cobrança), possivelmente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito em favor da Reclamante, o que, repita-se, deve ser combatido, pois, o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação, bem como, CONDENO a Reclamante ao pagamento de uma multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, corrigido à época do efetivo pagamento. Ademais, CONDENO a Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013364-72.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALIRIO FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1013364-72.2019.8.11.0002 Reclamante: Alirio Ferreira de Souza Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, por não haver a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (art. 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Registra-se inicialmente que o valor atribuído à causa (R$ 1.574,59) não

condiz com o proveito econômico almejado pelo Reclamante, o qual, segundo consta dos pedidos elencados na petição inicial, é representado pela importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Destarte, com amparo no que preconiza o artigo 292, §3º do CPC/2015, retifico de ofício o valor da causa para o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais). Do Mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 1.574,59. No entanto, o Autor alegou que não possui nenhum débito legítimo com o Reclamado, bem como, que jamais recebeu qualquer notificação acerca do apontamento. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços, bem como, esclareceu que a cobrança realizada em detrimento do Reclamante configura apenas o exercício regular do seu direito, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório anexado aos autos, entendo que o Reclamado não se desincumbiu do ônus de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo das pretensões inaugurais (em patente desrespeito ao que preconiza o artigo 373, II, do CPC/2015). Data máxima vênia à contestação protocolada nos autos, entendo que a referida manifestação não passa de um compêndio de alegações genéricas, pois, embora o Reclamado tenha sustentado a regularidade da contratação dos seus serviços, não foi apresentada absolutamente nenhuma prova para corroborar tais alegações, seja um instrumento contratual devidamente assinado ou ainda, eventual arquivo de áudio. Ademais, registra-se que não foram colacionadas ao corpo da defesa telas sistêmicas, não foram apresentados extratos de movimentação financeira, faturas de cobrança, termo de confissão de dívida, enfim, a Reclamada não se dignou em apresentar qualquer prova visando esclarecer, ainda que minimamente, a origem da dívida questionada pelo Autor. Logo, em não havendo nenhum subsídio apto para amparar os genéricos argumentos exarados na contestação, entendo que a tese defensiva não detém nenhuma credibilidade, pois, resta mais do que evidente a falha na prestação dos serviços por parte da instituição financeira. Em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação de consumo (em que as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a instituição financeira Ré assume todos os riscos do seu negócio, motivo pelo qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para formalizar a contratação dos seus serviços e, consequentemente, evitar que consumidores como o Reclamante viessem a ser prejudicados. Consigna-se que a matéria debatida nos autos, qual seja, fraude na contratação de serviços, não é estranha às atividades típicas desenvolvidas/fornecidas pela instituição financeira (a qual, reitera-se, deve sempre zelar pela segurança na contratação de quaisquer dos seus serviços), razão pela qual, por se tratar de um fortuito interno, a mesma não tem o condão para afastar a responsabilidade do Reclamado. A fim de respaldar a fundamentação supracitada, oportuno transcrever os ensinamentos do doutrinador Bruno Miragem (Miragem, Bruno. Curso de direito do consumidor – 6. Ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 614/615): “Todavia, refira-se, que no direito do consumidor, considerando que o regime de responsabilidade objetiva tem por fundamento o profissionalismo dos fornecedores e a existência do defeito, admite-se atualmente a distinção entre caso fortuito interno e caso fortuito externo, segundo os termos que já estabelecemos acima. Nesse sentido, de regra só é considerada excludente da responsabilidade do fornecedor o chamado caso fortuito externo, ou seja, quando o evento que dá causa ao dano é estranho à atividade típica, profissional, do fornecedor. Apenas nesta condição estará apta a promover o rompimento do nexo de causalidade, afastando totalmente a conduta do fornecedor como causadora do dano sofrido pelo consumidor. (...)”. (Destaquei). Portanto, não tendo sido devidamente comprovada a relação contratual existente entre os litigantes, tampouco esclarecida qual a origem da dívida debatida nos autos, entendo que tanto a cobrança quanto a negativação registrada em detrimento do Reclamante se revelaram ilícitas (artigo 186 do Código Civil), motivo pelo qual, o Reclamado deve ser civilmente responsabilizado por todo o infortúnio vivenciado pelo consumidor. No que tange à reparação do dano, por se tratar de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu art. 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos” (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pelo Reclamado provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que o Reclamante teve o seu nome negativado indevidamente perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. Nesse sentido, segue transcrita, por analogia, uma decisão proveniente do TJRJ: “APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DESCONSTITUTIVA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS. SERVIÇO DE TELEFONIA FIXA QUE O AUTOR APELADO ALEGA NÃO TER CONTRATADO. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO AUTOR EM VIRTUDE DE DÉBITO RELATIVO AO ALUDIDO CONTRATO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO EXTINTIVO OU MODIFICATIVO DO DIREITO AUTORAL (ART. 373, II CPC/2015) OU CAUSA DE EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE (14, § 3º, CDC). FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DANO MORAL IN RE IPSA. VERBETE SUMULAR Nº 89 DO TJRJ. QUANTUM INDENIZATÓRIO CORRETAMENTE ARBITRADO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. ARTIGO 85 §§ 1º 2º E 11 DO CPC/2015. DESPROVIMENTO DO RECURSO. (TJ-RJ - APL: 00109356520178190207, Relator: Des(a). MARIA ISABEL PAES GONÇALVES, Data de Julgamento: 29/05/2019, SEGUNDA CÂMARA CÍVEL).”. (Destaquei). No que concerne à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa a sua comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Visando resguardar os fundamentos acima, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG: “APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS IN RE IPSA - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1 – (...). 2 - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado considerando o grau da responsabilidade atribuída ao réu, a extensão dos danos sofridos pela vítima, bem como a condição social e econômica do ofendido e do autor da ofensa, atentando-se, também, para os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10000181439274001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 10/02/2019).”. (Destaquei). Por derradeiro, registra-se que este juízo não pode fechar os olhos no que tange a existência de outras negativações em nome do Reclamante, conforme pode ser facilmente visualizado no comprovante de restrição anexo ao ID nº 26465587. Embora os apontamentos adicionais efetivados pelos credores “BANCO BRADESCARD S/A.” e “CASAS BAHIA” não sejam preexistentes à anotação que está sendo debatida na presente demanda (o que, por sua vez, afasta a incidência da súmula 385 do STJ), entendo que os mesmos não podem ser ignorados, pois detêm irrefutável importância para fins de arbitramento do quantum indenizatório. Feitas as ponderações acima mencionadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o fato de existirem outras restrições em nome do Reclamante e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido do mesmo, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487,

I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para DECLARAR a inexigibilidade da dívida debatida nos presentes autos, bem como, DETERMINAR ao Reclamado para promover a baixa da anotação creditícia no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Ademais, CONDENO o Reclamado ao pagamento de uma indenização por danos morais ao Reclamante no importe de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação do apontamento restritivo (26/10/2018). Por fim, com supedâneo no artigo 292, §3º do CPC/2015, RETIFICO ex officio o valor outrora atribuído à causa para o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e ainda, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016471-27.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IRINEU VIEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO JOSE DOS SANTOS OAB - MT16263-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1016471-27.2019.8.11.0002 Reclamante: Irineu Vieira da Silva Reclamado: Gol Linhas Aéreas S/A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com respaldo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, por não haver a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, passarei ao julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Antes de analisar o mérito das manifestações apresentadas pelas partes, entendo que o pedido de retificação do polo passivo formulado pela Reclamada comporta acolhimento. Embora na petição inicial a Reclamada tenha sido identificada como "Gol Linhas Aéreas S/A.", no momento da distribuição a ação acabou sendo ajuizada em face da "Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A.", ou seja, segundo esclarecimentos registrados na contestação, uma holding que não é responsável por qualquer operação direta de transporte aéreo. Destarte, com base nos esclarecimentos prestados pela Reclamada e, principalmente, por não subsistir nenhum prejuízo à pessoa do Reclamante, DEFIRO o almejado pedido de retificação do polo passivo. Do Mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que adquiriu passagens aéreas com a Reclamada, bem como, que a chegada ao seu destino estava marcada para o dia 14/10/2019 às 22h15min. No entanto, o Autor relatou que o seu voo de volta foi cancelado sem qualquer justificativa, motivo pelo qual, não conseguiu embarcar no horário e data prevista, sendo compelido a embarcar somente às 00h10min do dia 15/10/2019 (passando toda a madrugada no aeroporto de Guarulhos) e, consequentemente, somente chegou ao seu destino às 11h15min do dia 15/10/2019, caracterizando um atraso de 13 horas. Por entender que os fatos acima mencionados lhe proporcionaram prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, a Reclamada esclareceu que o trecho Maceió-São Paulo teve um ínfimo atraso, o que resultou na perda da conexão. No entanto, a Companhia Ré sustentou ter providenciado a reacomodação do Reclamante em voo posterior, bem como, que deu todo o suporte necessário, motivo pelo qual, não houve falha na prestação dos serviços. A Postulada defendeu ainda que o mencionado atraso decorreu de questões que fogem do controle da Companhia, razão pela qual, entende que não pode ser responsabilizada. Por fim, a Reclamada alegou que o atraso proporcionou ao Reclamante uma situação de mero dissabor, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo documental colacionado aos autos, tenho que o direito milita em favor da pretensão inaugural. Extrai-se dos documentos anexos à inicial que o Reclamante adquiriu passagens aéreas junto à Reclamada (com destino à Maceió), bem como, que o voo correspondente à volta estava previsto para o dia 14/10/2019 com o seguinte itinerário: Maceió/Guarulhos – Partida às 15h45min e Chegada às 18h45min (voo 1549); Guarulhos/Cuiabá – Partida às 20h55min e Chegada às 22h15min (voo 1424). Ademais, extrai-se da narrativa inicial que todo o problema ocorreu na viagem correspondente à volta, pois, o seu voo não só foi unilateralmente cancelado, como também, o mesmo compelido a embarcar em um novo voo na data de 15/10/2019 (Maceió/Guarulhos – Partida às 00h10min e Chegada às 03h15min – voo 9111; Guarulhos/Cuiabá – Partida às 10h00min e Chegada às 11h15min – voo 1420) que, por sua vez, culminou no atraso de 13 horas para chegar ao seu destino final (Cuiabá). De suma importância registrar que a Reclamada não só confirmou a ocorrência do atraso (o qual culminou na perda do voo da conexão), como também, justificou que o mesmo foi ocasionado por razões que fogem ao controle da Companhia e ainda, que realocou o consumidor para outro voo, não havendo nenhuma falha na prestação dos seus serviços. Com a devida vênia à tese apresentada pela Reclamada, entendo que foram ventiladas apenas considerações genéricas, pois, sequer foi esclarecido pontualmente qual o problema que ocasionou o atraso do voo originalmente contratado pelo Reclamante. Outrossim, não se pode olvidar que eventuais atrasos de voo por problemas relacionados à malha aeroviária até podem ser considerados como sendo um caso fortuito, no entanto, o fato é que tais situações não são estranhas às atividades típicas fornecidas pela Reclamada, especialmente porque são levadas ao conhecimento das Companhias Aéreas de forma prévia e ainda, por meio de um sistema totalmente informatizado. Destarte, tratando-se a inócua justificativa apresentada na contestação de um fortuito interno (ou seja, intimamente relacionada à prestação do seu serviço), tenho que a mesma não pode ser utilizada como pretexto para eximir a Companhia Aérea Ré de suas responsabilidades. A fim de respaldar a fundamentação supracitada, oportuno transcrever os ensinamentos do doutrinador Bruno Miragem (Miragem, Bruno. Curso de direito do consumidor – 6. Ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 614/615): "Todavia, refira-se, que no direito do consumidor, considerando que o regime de responsabilidade objetiva tem por fundamento o profissionalismo dos fornecedores e a existência do defeito, admite-se atualmente a distinção entre caso fortuito interno e caso fortuito externo, segundo os termos que já estabelecemos acima. Nesse sentido, de regra só é considerada excludente da responsabilidade do fornecedor o chamado caso fortuito externo, ou seja, quando o evento que dá causa ao dano é estranho à atividade típica, profissional, do fornecedor. Apenas nesta condição estará apta a promover o rompimento do nexo de causalidade, afastando totalmente a conduta do fornecedor como causadora do dano sofrido pelo consumidor. (...)". (Destaquei). Cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação de consumo (na qual as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a Reclamada assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para evitar que consumidores como o Reclamante fossem prejudicados, o que, definitivamente, não é o caso dos autos. In casu, não obstante o voo originalmente contratado

tivesse previsto que o desembarque na cidade de destino (Cuiabá) iria ocorrer no dia 14/10/2019 às 22h15min, o Reclamante não só foi realocado unilateralmente e sem qualquer aviso prévio para outro voo (em patente desrespeito ao artigo 6º, III, do CDC), como também, a sua chegada na referida localidade somente veio a ocorrer às 11h15min do dia 15/10/2019 (conforme pode ser facilmente visualizado no "Cartão de Embarque" anexo à inicial), ou seja, com um atraso superior a 13 horas, o que, a meu ver, definitivamente, supera a esfera de um mero dissabor. De suma importância salientar que, a situação em debate foi causada unicamente pela lamentável falha na prestação dos serviços da Reclamada, pois, se o voo correspondente ao trecho Maceió-Guarulhos (com partida prevista para 15h45min) não tivesse atrasado, certamente o consumidor não teria sido submetido à desgastante situação narrada na exordial. No que concerne à reparação do dano, por se tratar o vínculo estabelecido entre as partes de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a comprovação do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.". (Destaquei). Não há dúvida de que a falha na prestação dos serviços da Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o mencionado dano moral (superando, em muito, a esfera de um simples dissabor), uma vez que o Reclamante, consoante mencionado alhures, não foi previamente informado acerca da alteração de seu voo, como também, foi realocado para um voo sem que lhe fosse proporcionada qualquer outra opção e ainda, o "novo" voo fez como que o mesmo chegasse ao seu destino após o decurso de desarrazoadas 13 (treze) horas do horário originalmente previsto. In casu, a prova do abalo extrapatrimonial não se revela necessária, pois, em se tratando de dano in re ipsa (presumido), o prejuízo moral auferido pelo Demandante está concatenado à própria existência do ato ilícito que, por sua vez, revela-se irrefutável. Visando corroborar toda a fundamentação registrada no presente decisum, segue colacionada uma decisão proveniente do TJDF: "CIVIL. CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM PROPORCIONAL. RECURSO IMPROVIDO. (...). III. Incontroversa a alteração unilateral do voo originalmente contratado, com cancelamento em razão de ?manutenção não programada? na aeronave (ID 7307476, f. 3/4) e reacomodação em novo voo, a culminar em desarrazoado atraso no tempo de chegada ao destino (mais de 7h30). IV. Não fundamenta a exclusão da responsabilidade da companhia aérea pelos danos decorrentes de atraso de voo, a alegação de evento inevitável ("trafego na malha aérea"), porquanto configura fato inerente ao risco de sua atividade. Precedentes: TJDFT, Acórdão n. 906063, 5ª Turma Cível; Acórdão nº 903146, 6ª Turma Cível. V. A companhia aérea que presta assistência deficitária para minimizar os transtornos (demora nas informações prestadas por funcionário da empresa acerca do cancelamento e reacomodação em novo voo; não fornecimento de "voucher" para alimentação; tempo de espera de mais de 7h30), extrapola a esfera do mero aborrecimento e dá causa a dissabores e a abalos psicológicos capazes de configurar danos morais, por ofensa à dignidade da parte consumidora (CF, Art. 5º, incisos V e X; CDC, Art. 6º, incisos VI). (...) VII. Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos (Lei nº 9.099/95, Art. 46). Condenada a recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação (Lei n. 9099/95, Art. 55). (TJ-DF 07442260520188070016 DF 0744226-05.2018.8.07.0016, Relator: FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA, Data de Julgamento: 20/03/2019, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Publicado no DJE: 26/03/2019).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue abaixo, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Por derradeiro, inobstante a incontroversa falha na prestação dos serviços da Reclamada, este juízo não pode ignorar o fato de que o Reclamante foi realocado para um outro voo (ou seja, de uma forma distinta da originalmente contratada, logrou êxito em chegar ao seu destino final), pois, apesar de tal providência não se prestar em isentar a Companhia Aérea de suas responsabilidades (haja vista que a mesma suporta objetivamente todos os riscos provenientes de suas atividades), a mesma conserva importância para fins de arbitramento do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supracitadas, em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, a fim de evitar o locupletamento indevido do Demandante, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para CONDENAR a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais ao Reclamante no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação (artigo 405 do Código Civil). Por fim, DETERMINO que a Secretaria deste juízo providencie a retificação do polo passivo da lide junto ao sistema PJE para "Gol Linhas Aéreas S/A." (CNPJ nº 07.575.651/0001-59). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo C U M P R I M E N T O V O L U N T Á R I O d a CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015958-59.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
WEVERSON OLIVEIRA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1015958-59.2019.8.11.0002 Reclamante: Weverson Oliveira da Silva Reclamada: Telefônica Brasil S/A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Da preliminar: - Da ausência de consulta pessoal extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito: Preliminarmente, a Reclamada sustentou que o comprovante de negativação apresentado pelo Reclamante foi obtido por meio de convênio com os Órgãos restritivos e ainda, por uma pessoa estranha à presente lide. Destarte, a Ré pugnou para que o Autor fosse intimado a apresentar uma consulta extraída no balcão de atendimento dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito. Com a devida vênia às considerações apresentadas pela Reclamada, entendo que as mesmas devem ser repelidas, pois, os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não havendo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do Mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 141,79. No entanto, o Autor afirmou não reconhecer o débito que lhe está sendo cobrado e ainda, que não consumiu os serviços da empresa de telefonia, motivo pelo qual, acredita que foi negativado indevidamente. Por entender que os fatos acima mencionados lhe proporcionaram prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços (habilitação da linha nº 65-9-9937-1037 no pacote de serviços "Vivo Controle Digital 1,5GB"), bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu regular direito de credora, não havendo de se falar em danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, apesar de ter defendido a "impossibilidade de inversão do ônus da prova", entendo que as considerações ventiladas pela empresa de telefonia não comportam acolhimento. Isso porque, além de a inversão do ônus da prova se tratar de um direito básico inerente a pessoa de todo e qualquer consumidor, a Reclamada não apresentou nenhuma prova no intuito de retirar o alicerce da condição de hipossuficiência técnica e financeira do Demandante. Desta feita, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que a Reclamada não se desincumbiu do ônus de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo das pretensões inaugurais (artigo 373, II, do CPC/2015). Inobstante a Reclamada tenha sustentado a regularidade do vínculo com a parte Autora, registra-se que a empresa de telefonia se limitou em colacionar ao corpo de sua defesa o "print" de algumas telas sistêmicas, não anexando aos autos absolutamente nenhum documento apto para comprovar a efetiva contratação dos seus serviços. Com a devida vênia aos argumentos exarados na contestação, contemplo o entendimento de que, por se tratarem de provas de cunho unilateral, o simples "print" de algumas telas sistêmicas não se revela suficiente para comprovar a existência de relação negocial, tampouco a legitimidade da dívida que está sendo exigida do consumidor. Nesse sentido, segue destacada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARTE - NEGATIVAÇÃO JUNTO AO SPC/SERASA - ORIGEM DO DÉBITO NÃO DEMONSTRADA - DOCUMENTOS UNILATERAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - NÃO CABIMENTO. A simples negativação indevida enseja dano moral e direito à indenização, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao bom nome do cidadão. A mera apresentação de telas de sistema informatizado, desacompanhadas de quaisquer outras evidências acerca da formalização da relação jurídica entre as partes, não é suficiente para comprovar a existência da dívida, dado o caráter unilateral de tais documentos. (...). (TJ-MG - AC: 10000181436700001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 12/03/0019).". (Destaquei). In casu, entendo que cabia à Reclamada comprovar a efetiva contratação de seus serviços mediante a apresentação de documentos dotados de integridade, como por exemplo um instrumento contratual devidamente assinado pelo cliente, bem como, os documentos pessoais que, em tese, deveriam ter sido exigidos no momento da suposta contratação ou ainda, um arquivo de áudio em que o próprio Reclamante tenha externado a sua adesão a algum serviço que lhe foi ofertado, ônus este que, definitivamente, a empresa de telefonia não se desincumbiu. No que se refere ao "Relatório de Chamadas", bem como, às faturas (cujo endereço destoa daquele informado no preâmbulo da inicial) apresentadas com a defesa, entendo que tais documentos, por estarem desprovidos de um instrumento contratual assinado ou de um eventual arquivo de áudio, conservam o mesmo caráter unilateral das famigeradas telas sistêmicas, não se revelando provas idôneas. Portanto, não tendo sido devidamente comprovada a relação contratual existente entre os litigantes, entendo que a negativação registrada em detrimento do Reclamante se revelou totalmente ilícita (artigo 186 do Código Civil), amparando as pretensões submetidas à apreciação deste juízo. Ainda que a Reclamada tente se esquivar de suas responsabilidades, cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação consumerista (em que as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a mesma assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para formalizar a contratação de quaisquer dos seus serviços e, consequentemente, evitar que consumidores como o Reclamante fossem prejudicados. No que tange à reparação do dano, por se tratar de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos" (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que o Postulante teve o seu nome negativado indevidamente perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No intuito de fortalecer toda a fundamentação exarada neste decisum, segue destacada uma decisão contemplada pelo TJRS: "APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. SERVIÇO DE TELEFONIA. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO E EXISTÊNCIA DE DÉBITO. INSCRIÇÃO NEGATIVA. AUSÊNCIA DE PROVA DA CONTRATAÇÃO. ÔNUS DA PARTE RÉ. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA E CANCELAMENTO DE REGISTRO QUE SE IMPÕE. DEVER DE INDENIZAR CONFIGURADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO MAJORADO. Negativa de contratação e de existência de débito. Caso em que a autora nega a existência de contratação e de débito junto à operadora de telefonia ré, razão pela qual afirma que inscrição do seu nome em órgão de proteção ao crédito foi indevida. O ônus da prova da contratação de serviço de telefonia e da origem do débito que motivou a inscrição desabonatória é da ré, porquanto inviável exigir-se do autor prova negativa. Telas do sistema informatizado que não se prestam para provar a contratação. Não tendo a demandada se desincumbido do ônus da prova que lhe competia, impõe-se a declaração de inexistência de dívida e o cancelamento da inscrição negativa. Inscrição em banco de dados. Dano moral. O ato ilícito e o nexo causal bastam para ensejar a indenização de danos morais puros, como é o caso de cadastramento restritivo de crédito indevido. A prova e o dano se esgotam na própria lesão à personalidade, na medida em que estão ínsitos nela. (...). APELAÇÃO DA RÉ DESPROVIDA. APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078079506, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Richinitti, Julgado em 29/08/2018).". (Destaquei). No que concerne à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa a sua comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da

reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Visando resguardar os referidos fundamentos, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS IN RE IPSA - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1 – (...). 2 - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado considerando o grau da responsabilidade atribuída ao réu, a extensão dos danos sofridos pela vítima, bem como a condição social e econômica do ofendido e do autor da ofensa, atentando-se, também, para os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10000181439274001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 10/02/2019).". (Destaquei). Feitas as ponderações acima mencionadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, o fato do Reclamante não possuir nenhuma anotação adicional e ainda, a fim de evitar o seu locupletamento indevido, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 8.000,00 (oito mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito a preliminar arguida e, no tocante ao mérito da lide, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida, primeiramente para DECLARAR a inexigibilidade do débito debatido nos autos, bem como, DETERMINAR à Reclamada para promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Ademais, CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais ao Reclamante no importe de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação do apontamento restritivo (02/07/2019). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor do Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016458-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCY KELLEN RODRIGUES DOS REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
YURI ALAGUES BENDO OAB - MT21448/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1016458-28.2019.8.11.0002 Reclamante: Marcy Kellen Rodrigues dos Reis Reclamado: Gol Linhas Aéreas S/A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, por não haver a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, passarei ao julgamento antecipado da lide (art. 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Antes de analisar o mérito das manifestações apresentadas pelas partes, entendo que o pedido de retificação do polo passivo formulado pela Reclamada comporta acolhimento. Embora na petição inicial a Reclamada tenha sido identificada como "Gol Linhas Aéreas", no momento da distribuição a ação acabou sendo ajuizada em face da "Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A.", ou seja, segundo esclarecimentos registrados na contestação, uma holding que não é responsável pelo serviço de transporte aéreo. Destarte, com base nos esclarecimentos prestados pela Reclamada e, principalmente, por não subsistir nenhum prejuízo à pessoa da Reclamante, DEFIRO o almejado pedido de retificação do polo passivo. Do Mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, após muito planejamento com a sua família, adquiriu passagens aéreas da Reclamada (com destino à Maceió/AL), bem como, esclareceu que a viagem de ida estava prevista para 05/08/2019 e a viagem de volta para 10/08/2019. A Postulante relatou que todo o problema ocorreu durante a 2ª parte do trajeto de volta (trecho Guarulhos/SP – Cuiabá/MT), pois, já em Guarulhos/SP, no momento em que se encontrava no portão de embarque (considerando que o voo 1420 estava previsto para partir as 10h00min), percebeu que algo estava errado e os prepostos da Companhia não informavam o que estava acontecendo. A Autora relatou que, somente às 14h35min, foi informada que o voo estava atrasado e que a companhia estaria providenciando o embarque e a decolagem. A Reclamante ressaltou que somente veio a decolar às 15h33min, bem como, que chegou ao seu destino às 17h48min, ou seja, um atraso de 05 horas e 48 minutos em relação ao horário originalmente previsto. Por entender que os fatos acima mencionados lhe proporcionaram prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, a Reclamada sustentou que o voo inicialmente contratado sofreu um atraso, no entanto, que tal fato não ocorreu por uma falha na prestação de serviço da Companhia, mas sim, em decorrência do intenso tráfego aéreo na região da conexão (São Paulo). A Reclamada esclareceu que a Autora não ficou desassistida, pois, recebeu toda a assistência material devida pelo período de espera, bem como, defendeu que inexistem danos morais a serem indenizados. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, bem como, por considerar a Reclamante hipossuficiente se comparada à Reclamada, DEFIRO a inversão do ônus da prova em seu favor. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo documental colacionado aos autos, tenho que o direito milita em favor da pretensão inaugural. Inobstante a Reclamada tenha sustentado que o atraso do voo da Reclamante foi ocasionado pela intensidade do tráfego aéreo na região da conexão, entendo que tais considerações não se prestam em comprometer o alicerce da petição inicial. A meu ver, eventuais atrasos de voo por problemas relacionados à malha aeroviária até podem ser considerados como sendo casos fortuitos, no entanto, não se pode olvidar que tais situações não são estranhas às atividades típicas fornecidas pela Reclamada, especialmente porque são levadas ao conhecimento das Companhias Aéreas de forma prévia e ainda, por meio de um sistema totalmente informatizado. Destarte, tratando-se a justificativa apresentada na contestação de um fortuito interno (ou seja, intimamente relacionada à prestação do seu serviço), tenho que a mesma não pode ser utilizada como pretexto para eximir a Companhia Aérea Ré de suas responsabilidades. A fim de respaldar a fundamentação supracitada, oportuno transcrever os ensinamentos do doutrinador Bruno Miragem (Miragem, Bruno. Curso de direito do consumidor – 6. Ed. ver., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016, p. 614/615): "Todavia, refira-se, que no direito do consumidor, considerando que o regime de responsabilidade objetiva tem por fundamento o profissionalismo dos fornecedores e a existência do defeito, admite-se atualmente a distinção entre caso fortuito interno e caso fortuito externo, segundo os termos que já estabelecemos acima. Nesse sentido, de regra só é considerada excludente da responsabilidade do fornecedor o chamado caso fortuito externo, ou seja, quando o evento que dá causa ao dano é estranho à atividade típica, profissional, do fornecedor. Apenas nesta condição estará apta a promover o rompimento do nexo de causalidade, afastando totalmente a conduta do fornecedor como causadora do dano sofrido pelo consumidor. (...)". (Destaquei). Cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação de consumo (na qual as condutas dos fornecedores são

inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a Reclamada assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para evitar que consumidores como a Reclamante fossem prejudicados, o que não é o caso dos autos. In casu, não obstante o desembarque na cidade de destino (Cuiabá – MT) estivesse previsto originalmente para as 12h00min do dia 10/08/2019, a Reclamante somente veio chegar na referida localidade às 17h48min (conforme pode ser facilmente visualizado no "OFÍCIO" anexo à inicial, o qual, por sua vez, foi emitido pela Superintendência do Aeroporto Internacional Marechal Rondon), ou seja, com um atraso de 05 horas e 48 minutos, o que, a meu ver, definitivamente, supera a esfera de um mero dissabor. De suma importância reiterar que, a situação em debate foi causada unicamente pela lamentável falha na prestação dos serviços da Reclamada, pois, se o voo correspondente ao trecho "Guarulhos/SP – Cuiabá/MT" não tivesse atrasado, certamente a consumidora não teria sido submetida à desgastante situação narrada na inicial. No que concerne à reparação do dano, por se tratar o vínculo estabelecido entre as partes de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a comprovação do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.". (Destaquei). Não há dúvida de que a falha na prestação dos serviços da Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o mencionado dano moral, uma vez que a Reclamante, consoante mencionado, foi submetida a um atraso de aproximadamente 06 horas para, finalmente, chegar ao seu destino. In casu, a prova do abalo extrapatrimonial não se revela necessária, pois, em se tratando de dano in re ipsa (presumido), o prejuízo moral auferido pela Demandante está concatenado à própria existência do ato ilícito que, por sua vez, revela-se irrefutável. O posicionamento jurisprudencial é pacífico no tocante ao entendimento de que o dano moral (decorrente de atraso de voo) prescinde de prova, conforme pode ser visualizado pelos julgados que, por analogia, seguem abaixo destacados: "INDENIZAÇÃO. TRANSPORTE AÉREO. ATRASO DE VOO. DANO MORAL. OCORRÊNCIA. Alegação de caso fortuito ou força maior por necessidade de manutenção da aeronave que não se sustenta. Fortuito interno. Fato previsível que integra o risco da atividade explorada pela companhia aérea, que não exclui sua responsabilidade, que, na hipótese, é objetiva, a teor do disposto no artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor. Dano moral "in re ipsa". "Quantum" indenizatório fixado pela r. sentença mantido, em atenção às circunstâncias do caso e em consideração ao caráter punitivo da medida, ao poderio econômico da companhia aérea, e em obediência aos princípios da equidade, razoabilidade e proporcionalidade. Sentença mantida. Apelação não provida. (TJ-SP - AC: 10935494820178260100 SP 1093549-48.2017.8.26.0100, Relator: JAIRO BRAZIL FONTES OLIVEIRA, Data de Julgamento: 03/04/2019, 15ª Câmara de Direito Privado).". (Destaquei). "JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. ATRASO DE VOO DOMÉSTICO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO TRANSPORTADOR AÉREO. INTENSIDADE DO TRÁFEGO AÉREO. FORTUITO INTERNO. DANO MORAL CONFIGURADO. DANO MATERIAL COMPROVADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO ARBITRADO COM RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. I. (...) III. A relação jurídica estabelecida entre as partes é de natureza consumerista, devendo a controvérsia ser solucionada sob o prisma do microssistema instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei n.8.078/1990). IV. Na esteira do disposto no art. 14 do CDC, a responsabilidade do fornecedor de serviços é objetiva, respondendo pelos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, independentemente da existência de culpa. Tal responsabilidade será excluída quando provar que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste, ou que o fato ocorreu por culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. V. Assim, não merece acolhida a alegação da recorrente de que os eventuais danos suportados pelos autores decorreram de força maior ou culpa exclusiva de terceiro. Isso porque, mesmo que o atraso tenha decorrido das condições do tráfego aéreo, não se pode excluir sua responsabilidade, uma vez que tal situação caracteriza fortuito interno, ou seja, fatos ou eventos imprevisíveis, mas relacionados ao risco da atividade desenvolvida pela empresa aérea. (...) XII. Recurso conhecido e não provido. Custas recolhidas. Condeno a parte recorrente vencida ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da condenação. XIII. A súmula de julgamento servirá de acórdão, consoante disposto no artigo 46 da Lei nº 9.099/95. (TJ-DF 07082616320188070016 DF 0708261-63.2018.8.07.0016, Relator: ALMIR ANDRADE DE FREITAS, Data de Julgamento: 25/07/2018, 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Publicado no DJE: 31/07/2018).". (Destaquei). "RECURSO INOMINADO. OBRIGACIONAL E RESPONSABILIDADE CIVIL. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA DE PASSAGENS AÉREAS. ATRASO INJUSTIFICADO NO VOO. ALEGAÇÃO DA PARTE RÉ DE TRÁFEGO AÉREO INTENSO. FORTUITO INTERNO. FALTA DE PROVAS. TELAS SISTÊMICAS DE PRODUÇÃO UNILATERAL. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. (...) 3. Com efeito, trata-se de relação regulada pelas normas consumeristas, constando às partes, respectivamente, a caracterização de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2 e 3 do CDC. 4. Compulsando os autos, verifica-se que a parte ré não nega a falha na prestação de serviços no que tange ao atraso do voo, apenas alega que se deu por tráfego aéreo intenso no dia do embarque, ocasião que ensejou a demora da viagem. 5. Contudo, limita-se a acostar aos autos telas de seu sistema interno, que foram produzidas unilateralmente, razão pela qual vão afastadas do conjunto probatório. 6. Logo, a parte ré não se desincumbiu de seu ônus probatório, a teor do art. 373, II do CPC, posto que não comprovou fato extintivo, impeditivo ou modificativo do direito do autor. 7. Ademais, entende-se que a situação vivenciada pelo autor caracteriza abalo de ordem moral, visto que ultrapassa o mero dissabor, ainda em virtude do elevado atraso em seu voo, sem justificativa aparente. (...) 12. A sentença atacada merece ser confirmada por seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46, da Lei nº 9.099/95. RECURSO IMPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007910078 RS, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Data de Julgamento: 21/02/2019).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue abaixo, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Por derradeiro, inobstante a incontroversa falha na prestação dos serviços da Reclamada (no tocante ao atraso do voo), este juízo não pode ignorar o fato de que foi proporcionada assistência material à consumidora (tanto é que, segundo consta dos relatos iniciais, a própria Reclamante reconhece que foi fornecida refeição), o que, apesar de não isentar a Companhia de suas responsabilidades, conserva relevância para fins de arbitramento do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supracitadas, em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, a fim de evitar o locupletamento indevido da Reclamante, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para CONDENAR a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais à Reclamante no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença

(súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação (artigo 405 do Código Civil). Por fim, DETERMINO que a Secretaria deste juízo providencie a retificação do polo passivo da lide junto ao sistema PJE para "Gol Linhas Aéreas S/A." (CNPJ nº 07.575.651/0001-59). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015890-12.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE FRANCO DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO DOS SANTOS LEITE OAB - MT22620/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GOL LINHAS AEREAS S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO OAB - MT26103/A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1015890-12.2019.8.11.0002 Reclamante: Aline Franco de Freitas Reclamada: Gol Linhas Aéreas S/A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com respaldo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, considerando a revelia incorrida pela Reclamada, bem como, não tendo sido requerida a produção de qualquer outra prova complementar, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, II, do CPC/2015). Fundamento e decido. Antes de enfrentar o mérito da lide, convém tecer breves considerações acerca do pedido formulado pela Reclamada (manifestação anexa ao ID nº 26663836), no tocante a designação de uma nova data para realização da audiência conciliatória. Não obstante os fundamentos apresentados pela Companhia Aérea, oportuno alvitrar à mesma que os presentes autos tramitam sob a égide do procedimento sumaríssimo, cujos alicerces primordiais são a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e ainda, a celeridade (artigo 2º da Lei 9.099/95). Ademais, preconiza a Súmula nº 19 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso que: "SÚMULA 19: O prazo mínimo entre a citação e a realização da audiência de conciliação, instrução e julgamento é de 48 (quarenta e oito) horas. (Aprovada em 12/09/2017).". (Destaquei). Concatenando o entendimento supra ao caso em comento, bem como, considerando o fato da Reclamada ter sido devidamente intimada na data de 11/11/2019 (AR positivo anexo ao ID nº 26354248) e ainda, que a sessão de conciliação somente veio a ser realizada na data de 25/11/2019 (ID nº 26458318), entendo que não subsiste a menor possibilidade de ser agendada uma nova solenidade de conciliação, pois, não houve nenhuma nulidade no ato citatório. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido formulado pela Reclamada. Do Mérito: A Reclamante esclareceu na petição inicial ter contratado o serviço de transporte aéreo da Reclamada (com destino à Maceió/AL), cuja saída de Cuiabá/MT estava agendada para 08/08/2019 e o retorno previsto para o dia 14/08/2019. A Autora relatou que, apesar de os voos de ida terem sido devidamente respeitados, no momento do retorno se viu diante do descaso da Reclamada, pois, o voo nº 1549 (com partida prevista de Maceió as 15h45min) foi cancelado sem qualquer aviso prévio, bem como, não lhe foi proporcionado nenhum auxílio relacionado à alimentação ou hospedagem, tendo de arcar com uma despesa adicional no hotel onde se encontrava hospedada. A Postulante alegou que, sem que lhe fosse proporcionada qualquer opção em outros voos, a Reclamada reconduziu a mesma para o voo nº 9111, cuja partida de Maceió ocorreu na madrugada do dia 15/08, vindo a chegar à Guarulhos (onde seria feita uma conexão) às 03h15min. A Demandante ressaltou que, após pegar o voo correspondente à conexão (voo nº 1420), somente pousou no seu destino às 11h15min, ou seja, com mais de 13 horas de atraso. Por entender que os fatos acima mencionados lhe proporcionaram prejuízos de ordem moral e material, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Extrai-se dos andamentos processuais que, não obstante tivesse sido devidamente citada/intimada (ID nº 26354248), a Reclamada não compareceu à audiência de conciliação realizada nos autos (ID nº 26458318), tampouco apresentou a sua defesa, ainda que de forma intempestiva. Reza o artigo 20 da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz.". (Destaquei). Ademais, cumpre transcrever o que preconiza o artigo 344 do Código de Processo Civil: "Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.". (Destaquei). Outrossim, dispõe a Súmula 11 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso que: "SÚMULA 11: A contestação será apresentada no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da audiência de conciliação, sob pena de revelia.". (Destaquei). Concatenando os dispositivos legais supracitados à presente demanda, bem como, considerando a ausência injustificada da Reclamada à sessão conciliatória e ainda, reitera-se, o fato da mesma não ter apresentado a sua contestação, aplico os efeitos da revelia e consequentemente, presumo como verdadeiras as explanações da Reclamante. Independentemente da incontroversa revelia da Companhia Reclamada, tenho que a Reclamante se prestou em fornecer a este juízo esclarecedores documentos, os quais, por sua vez, conferem total verossimilhança à exposição inaugural. Da exegese do "Bilhete Eletrônico" anexo à inicial, verifica-se que a Reclamante adquiriu passagens aéreas junto à Reclamada (com destino à Maceió), bem como, que o voo correspondente à volta estava previsto para o dia 14/08/2019 com o seguinte itinerário: Maceió/São Paulo – Partida às 15h45min e Chegada às 18h45min (voo 1549); São Paulo/Cuiabá – Partida às 20h40min e Chegada às 22h00min (voo 1424). Ademais, extrai-se da narrativa inicial que todo o problema ocorreu na viagem correspondente à volta, pois, o voo originalmente contratado não só foi unilateralmente cancelado, como também, a Reclamante foi compelida a embarcar em um novo voo na data de 15/10/2019 (Maceió/Guarulhos – Partida às 00h10min – voo 9111; Guarulhos/Cuiabá – Partida às 10h00min e Chegada às 11h15min – voo 1420) que, por sua vez, culminou no atraso de 13 horas para chegar ao seu destino final (Cuiabá). Entendo que, diante das considerações e provas apresentadas pela parte Autora, cabia unicamente à Reclamada (não só em razão da inversão do ônus da prova concedida por este juízo, como também, em respeito aos preceitos do artigo 373, II, do CPC/2015) esclarecer quais foram as razões que motivaram o cancelamento do voo nº 1549 cuja partida estava prevista originalmente para a data de 14/08/2019 às 15h45min (o que desencadeou todos os percalços narrados pela Demandante), o que, em decorrência de sua revelia, não logrou êxito em fazer. Em se tratando de uma relação de consumo (na qual as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), a Reclamada assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para evitar que consumidores como a Demandante fossem prejudicados por eventual falha na prestação dos seus serviços, o que não é o caso dos autos. Portanto, não tendo sido apresentada pela Reclamada qualquer prova para justificar o cancelamento do voo originalmente contratado, bem como, que foram proporcionadas outras opções de voo à passageira ou ainda, que a mesma foi eventualmente beneficiada por algum voucher de alimentação/hospedagem, tenho plena convicção de que a Companhia Ré incorreu em patente prática de ato ilícito (artigo 186 do Código Civil), motivo pelo qual, a mesma deve ser devidamente responsabilizada em reparar todos os infortúnios vivenciados pela Demandante. No que concerne à reparação do dano, por se tratar o vínculo estabelecido entre as partes de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a comprovação do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O

fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.". (Destaquei). Não há dúvida de que a falha na prestação dos serviços da Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o mencionado dano moral (superando, em muito, a esfera de um simples dissabor), uma vez que a Reclamante, consoante mencionado alhures, não foi previamente informada acerca do cancelamento de seu voo, como também, foi realocada para um voo sem que lhe fosse proporcionada qualquer outra opção e ainda, o "novo" voo fez como que a mesma chegasse ao seu destino após o decurso de desarrazoadas 13 (treze) horas do horário originalmente previsto. In casu, a prova do abalo extrapatrimonial não se revela necessária, pois, em se tratando de dano in re ipsa (presumido), o prejuízo moral auferido pela Demandante está concatenado à própria existência do ato ilícito que, por sua vez, revela-se irrefutável. Visando corroborar toda a fundamentação registrada no presente decisum, seguem colacionadas algumas jurisprudências pátrias: "CIVIL. CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. ALTERAÇÃO UNILATERAL DE VOO. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTUM PROPORCIONAL. RECURSO IMPROVIDO. (...). III. Incontroversa a alteração unilateral do voo originalmente contratado, com cancelamento em razão de ?manutenção não programada? na aeronave (ID 7307476, f. 3/4) e reacomodação em novo voo, a culminar em desarrazoado atraso no tempo de chegada ao destino (mais de 7h30). IV. Não fundamenta a exclusão da responsabilidade da companhia aérea pelos danos decorrentes de atraso de voo, a alegação de evento inevitável ("trafego na malha aérea"), porquanto configura fato inerente ao risco de sua atividade. Precedentes: TJDFT, Acórdão n. 906063, 5ª Turma Cível; Acórdão nº 903146, 6ª Turma Cível. V. A companhia aérea que presta assistência deficitária para minimizar os transtornos (demora nas informações prestadas por funcionário da empresa acerca do cancelamento e reacomodação em novo voo; não fornecimento de "voucher" para alimentação; tempo de espera de mais de 7h30), extrapola a esfera do mero aborrecimento e dá causa a dissabores e a abalos psicológicos capazes de configurar danos morais, por ofensa à dignidade da parte consumidora (CF, Art. 5º, incisos V e X; CDC, Art. 6º, incisos VI). (...) VII. Recurso conhecido e improvido. Sentença confirmada por seus próprios fundamentos (Lei nº 9.099/95, Art. 46). Condenada a recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor da condenação (Lei n. 9099/95, Art. 55). (TJ-DF 07442260520188070016 DF 0744226-05.2018.8.07.0016, Relator: FERNANDO ANTONIO TAVERNARD LIMA, Data de Julgamento: 20/03/2019, 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Publicado no DJE: 26/03/2019).". (Destaquei). "CONSUMIDOR. TRANSPORTE AÉREO. VIAGEM DE NATAL/RN PARA PORTO ALEGRE. ALTERAÇÃO UNILATERAL DO HORÁRIO DO VÔO, SEM AVISO PRÉVIO AOS AUTORES. NECESSIDADE DE COMPRA DE NOVAS PASSAGENS E ATRASO DE MAIS DE 10 HORAS PARA CHEGADA NO DESTINO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. FALHA NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E NO DEVER DE INFORMAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ARTS. 6º, INCISO III, E 14, CAPUT, DO CDC. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO QUE COMPORTA MAJORAÇÃO. RECURSO DOS AUTORES PROVIDO. RECURSO DA DEMANDADA IMPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71006034862 RS, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Data de Julgamento: 28/09/2016, Segunda Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/10/2016).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue abaixo, por analogia, um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Não obstante a incontroversa falha na prestação dos serviços da Reclamada, este juízo não pode ignorar o fato de que a Reclamante foi realocada para um outro voo (ou seja, ainda que de uma forma distinta da originalmente contratada, logrou êxito em chegar ao seu destino final), pois, apesar de tal providência não se prestar em isentar a Companhia Aérea de suas responsabilidades (haja vista que a mesma suporta objetivamente todos os riscos provenientes de suas atividades), a mesma conserva importância para fins de arbitramento do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supracitadas, em respeito aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, a fim de evitar o locupletamento indevido da Demandante, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). - Do prejuízo material: Por derradeiro, no que se refere à pretensão da Reclamante em obter o ressarcimento dos gastos adicionais provenientes do ato ilícito incorrido pela Companhia Aérea (cancelamento unilateral de voo), entendo que a mesma reivindica parcial acolhimento. In casu, não subsistem dúvidas acerca dos prejuízos materiais auferidos pela Reclamante, pois, conforme pode ser facilmente visualizado no "Extrato de Conta" fornecido pelo hotel em que ficou hospedada (documento anexo à inicial), a mesma teve uma despesa adicional de R$ 70,00 (setenta reais). No entanto, de forma diversa do que quis fazer prevalecer a consumidora, a restituição deverá ocorrer de forma simples e não em dobro, pois, não se fazem presentes nenhum dos requisitos necessários à configuração da repetição do indébito (artigo 42, parágrafo único, do CDC), quais sejam, cobrança indevida e pagamento em excesso. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para CONDENAR a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais à Reclamante no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação (artigo 405 do Código Civil). Ademais, CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos materiais à Reclamante no montante de R$ 70,00 (setenta reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, bem como, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos contados a partir do efetivo prejuízo (súmula 43 do STJ), ou seja, a data em que foi feito o checkout no hotel (14/08/2019). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 10 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016436-67.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE GOMES DE FARIA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDMILSON FRANK GONCALVES DA SILVA OAB - MT24745/O

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1016436-67.2019.8.11.0002 Reclamante: Irene Gomes de Faria Reclamada: Telefônica Brasil S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do CPC/2015). Fundamento e decido. Das preliminares: - Da falta de interesse de agir – Ausência de pretensão resistida: Preliminarmente, a Reclamada sustentou que não houve qualquer contato prévio pela Reclamante, o que, por sua vez, demonstra que não houve pretensão resistida por parte da empresa de telefonia. Por entender que a parte Autora não possui interesse de agir, a Ré postulou para que o processo fosse extinto sem julgamento do mérito. Com a devida vênia aos argumentos ventilados pela Reclamada, entendo que os mesmos devem ser refutados. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para a análise do direito do interessado, independentemente de qual venha a ser o pronunciamento jurisdicional (procedência ou improcedência). Logo, ainda que a Reclamada não tenha sido provocada na esfera administrativa (até mesmo porque não se trata de um pré-requisito para o ajuizamento de qualquer demanda), o fato de a Reclamante ter sustentado que foi negativada indevidamente faz emergir não só o interesse, como também, a sua legitimidade para reivindicar a tutela deste juízo (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da incompetência absoluta do Juizado Especial Cível: Ainda como matéria preliminar, a Reclamada sustentou que, diante da apresentação da gravação referente ao vínculo anteriormente estabelecido entre as partes, revela-se necessária a realização de uma prova pericial. No entanto, por entender que a complexidade da referida prova não está em harmonia com os princípios que regem o Juizado Especial, a Reclamada postulou para que o processo fosse extinto por inadmissibilidade do procedimento sumaríssimo. Por entender que as considerações supracitadas estão intimamente concatenadas ao mérito da lide, postergarei a análise da preliminar em debate. - Da inépcia da inicial – Da ausência de consulta pessoal extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito: Por fim, a Reclamada alegou que o comprovante de restrição apresentado pela Reclamante não foi obtido junto à CDL do seu município, motivo pelo qual, pugnou para que a mesma fosse intimada a emendar a sua inicial, no sentido de obter uma consulta extraída diretamente no balcão de atendimento dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito. Não obstante a exposição acima mencionada, tenho que a mesma deve ser igualmente repelida. A meu ver, os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não havendo nenhum defeito ou irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do mérito: A Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 134,97. No entanto, a Autora informou que desconhece os motivos de sua negativação, pois, além de não dever nada à empresa de telefonia, não existe liame entre as partes capaz de relativizar eventual negócio jurídico. Por entender que foi negativada indevidamente e que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços (habilitação/vinculação da linha nº 65-99644-4991 em um Plano Controle), bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelos litigantes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Embora a Autora tenha ventilado argumentos no intuito de induzir este juízo a acreditar que não havia nenhum vínculo entre as partes, entendo que os esclarecimentos apresentados pela empresa de telefonia retiraram completamente o alicerce da petição inicial. Apesar de não ter sido apresentado a este juízo a cópia de qualquer instrumento contratual assinado pela parte Autora, o fato é que não há como deixar de reconhecer que subsistiu uma relação negocial entre os litigantes, pois, a empresa Ré foi diligente em protocolizar junto à sua defesa um esclarecedor arquivo de áudio. De forma diversa da versão inaugural, extrai-se do conteúdo do mencionado arquivo de áudio que, ao ser contatada por uma preposta da empresa de telefonia, a Reclamante não só aderiu à contratação de um “Plano Controle”, como também, escolheu a melhor data para o vencimento de suas faturas (todo o dia 26) e ainda, confirmou à atendente alguns dados pessoais (nome completo, data de nascimento, nome de sua genitora, e-mail e o seu endereço residencial). Convém ressaltar que a jurisprudência pátria é pacífica em reconhecer arquivos de áudio como sendo provas aptas a comprovar o vínculo negocial existente entre os contratantes, conforme pode ser verificado no julgado que, por analogia, segue abaixo destacado: “Telefonia. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Débito supostamente desconhecido. Gravação telefônica apresentada pela ré, comprovando a contratação de novo Plano, pela autora. Inversão do ônus probatório. Impossibilidade. Ausência de verossimilhança. Exigibilidade do débito demonstrada. Cerceamento de defesa inocorrente. Acesso à mídia disponibilizado às partes. Degravação desnecessária. Improcedência da ação. Manutenção. (...). (TJ-SP 10356206020178260002 SP 1035620-60.2017.8.26.0002, Relator: Bonilha Filho, Data de Julgamento: 04/05/2018, 26ª Câmara de Direito Privado).”. (Destaquei). De suma relevância registrar ainda que, segundo consta das telas sistêmicas colacionadas ao corpo da contestação (cuja idoneidade, excepcionalmente, somente está sendo levada em consideração por este juízo em decorrência do mencionado arquivo de áudio), foi registrado o pagamento da fatura correspondente ao mês de maio/2018, ou seja, um comportamento que não condiz com o perfil de um eventual fraudador e ainda, que apenas fortalece a lisura da relação negocial. Já no que tange à origem do débito debatido nos presentes autos, tenho que a mesma restou devidamente esclarecida. Não obstante tivesse assumido o compromisso de promover o pagamento das mensalidades inerentes ao plano contratado, as referidas telas sistêmicas igualmente demonstraram que a Reclamante se quedou silente em adimplir as faturas vencidas nos meses de junho a agosto/2018. Logo, não tendo a consumidora apresentado qualquer prova de que as pendências devidas à empresa de telefonia foram devidamente amortizadas, entendo que restou justificada a inserção do seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. Após a apresentação da contestação, entendo que cabia à Reclamante rechaçar pontualmente todos os argumentos e provas apresentadas pela Reclamada, ônus este do qual não se desincumbiu. Não obstante o visível esforço da parte Autora, entendo que as considerações registradas na impugnação não se prestam em comprometer a verossimilhança da tese defensiva. Ainda que realmente a Reclamada tenha realmente apresentado um “Relatório de Chamadas” estranho à linha contratada pela Reclamante (o que, consequentemente, torna a referida prova imprestável ao fim a que se destina), reitero que o arquivo de áudio, bem como, as telas sistêmicas tornaram inócuas as alegações iniciais. Embora a Reclamante tenha sustentado que qualquer estelionatária poderia ter se passado por sua pessoa, o fato é que não foi apresentado nos presentes autos nenhuma prova de que seus documentos pessoais foram eventualmente extraviados (como, por exemplo, um Boletim de Ocorrência), bem como, não foi refutado o e-mail fornecido à atendente e ainda, sequer foi postulado pela realização de uma perícia no mencionado arquivo, o que, definitivamente, considerando aos demais fundamentos alhures mencionados, fortalece o entendimento deste juízo acerca da regularidade da contratação e, consequentemente, compromete o acolhimento da preliminar de incompetência arguida pela Demandada. In casu, foram apresentadas provas substanciais acerca da relação contratual anteriormente firmada entre os litigantes, as quais, concatenadas à inércia da Reclamante em apresentar qualquer comprovante de pagamento inerente à dívida que lhe está sendo cobrada, confere legitimidade ao apontamento restritivo debatido nestes autos. Portanto, em havendo débitos pendentes, bem como, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer prova indicando a devida

contraprestação pelos serviços comprovadamente contratados (conforme se extrai do arquivo de áudio anexo à defesa), entendo que a restrição creditícia debatida nesta lide refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da Reclamada, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). Visando amparar a fundamentação supra, segue transcrita, por analogia, uma jurisprudência do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - SERVIÇOS DE TELEFONIA - CONTRATAÇÃO COMPROVADA - INADIMPLÊNCIA RECONHECIDA - INCLUSÃO DO NOME DA DEVEDORA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - AUSÊNCIA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. Não há falar em declaração de inexistência de débito e em indenização por danos morais se restou claramente comprovada nos autos a contratação e efetiva utilização dos serviços de telefonia pela autora, como também, o inadimplemento de diversas faturas pela cliente, e, neste cenário, inafastável o reconhecimento de que se deu de forma regular a inserção do nome da devedora nos cadastros de órgãos de negativação de crédito, consistindo tal ação exercício regular do direito do credor. (TJ-MG - AC: 10000190974238001 MG, Relator: Luciano Pinto, Data de Publicação: 01/11/2019).". (Destaquei). Ante todo o exposto, considerando que a Reclamada logrou êxito em comprovar a existência de fatos que impedem o reconhecimento do direito perseguido pela parte Autora (se desincumbindo satisfatoriamente do ônus probatório previsto pelo artigo 373, II, do CPC/2015), tenho resta prejudicado o acolhimento das pretensões inaugurais. - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que foi debatido nos autos, bem como, considerando o acervo probatório apresentado pela Reclamada, tenho que a Reclamante, intencionalmente (ciente da existência do vínculo com a empresa ré e ainda, de que subsistiam débitos inadimplidos), distorceu a realidade dos fatos no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". A prática incorrida pela Reclamante demonstrou uma atitude de deslealdade processual, caracterizando-se a manifestação inicial como sendo a materialização de sua má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser devidamente combatidas. Destaca-se ainda que, se a parte Reclamada não tivesse o cuidado e a diligência de guardar a prova da contratação dos seus serviços (ou seja, o mencionado arquivo de áudio), possivelmente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito em favor da Reclamante, o que, repita-se, deve ser combatido, pois, o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. - Do pedido contraposto: Por derradeiro, no que concerne ao pedido contraposto apresentado pela Reclamada, entendo que o mesmo merece ser acolhido. Reza o artigo 31 da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.". (Destaquei). Consoante alhures mencionado, considerando que a Reclamante não apresentou nos presentes autos nenhum comprovante de que as pendências vencidas nos meses de junho a agosto/2018 chegaram a ser devidamente quitadas, tenho que assiste à empresa de telefonia o direito de reivindicar o pagamento das dívidas que subsistem em seus sistemas, as quais, segundo consta da contestação, são representadas pelo montante total de R$ 134,97 (cento e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação, bem como, CONDENO a Reclamante ao pagamento de uma multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, corrigido à época do efetivo pagamento. Outrossim, CONDENO a Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Ademais, JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto apresentado pela Reclamada e, consequentemente, CONDENO a Reclamante ao pagamento da importância de R$ 134,97 (cento e trinta e quatro reais e noventa e sete centavos), a ser devidamente corrigida pelo índice INPC, bem como, com incidência de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos contabilizados a partir do efetivo prejuízo (súmula 43do STJ), ou seja, a data de vencimento da dívida (26/06/2018). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 11 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012549-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA SANTOS DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1012549-75.2019.8.11.0002 Reclamante: Luzia Santos da Silva Reclamada: Telefônica Brasil S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do CPC/2015). Fundamento e decido. Das preliminares: - Do indeferimento da petição inicial por ausência de comprovante de residência válido: Em que pesem as considerações preliminares apresentadas pela Reclamada, entendo que as mesmas não reivindicam o acolhimento deste juízo. Reza o artigo 4º, I, da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 4º É competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro: I - do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório;". (Destaquei). Concatenando o dispositivo legal supra ao caso em comento, bem como, considerando que a empresa de telefonia Ré possui uma filial nesta Comarca, não verifico nenhum obstáculo que impeça este juízo de apreciar o feito. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da inépcia da inicial – Da ausência de consulta pessoal extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito: Ainda como matéria preliminar, a Reclamada alegou que o comprovante de restrição apresentado pela Reclamante não foi obtido junto à CDL do seu município, motivo pelo qual, pugnou para que a mesma fosse intimada a emendar a sua inicial, no sentido de obter uma consulta extraída diretamente no balcão de atendimento dos Órgãos de Proteção ao Crédito, sob pena de indeferimento de sua manifestação e, consequentemente, extinção do feito. Não obstante a exposição acima mencionada, tenho que a mesma deve ser repelida. A meu ver, os requisitos constantes nos artigos 319 e 320 do CPC/2015 restaram satisfatoriamente preenchidos, não havendo nenhum defeito ou

irregularidade capaz de comprometer a apreciação do mérito da lide. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da falta de interesse de agir – Ausência de pretensão resistida: Por fim, a Reclamada sustentou que não houve qualquer contato prévio pela Reclamante, o que, por sua vez, demonstra que não houve pretensão resistida por parte da empresa de telefonia. Por entender que a parte Autora não possui interesse de agir, a Ré postulou para que o processo fosse extinto sem julgamento do mérito. Com a devida vênia aos argumentos ventilados pela Reclamada, entendo que os mesmos devem ser refutados. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para a análise do direito do interessado, independentemente de qual venha a ser o pronunciamento jurisdicional (procedência ou improcedência). Logo, ainda que a Reclamada não tenha sido provocada na esfera administrativa (até mesmo porque não se trata de um pré-requisito para o ajuizamento de qualquer demanda), o fato de a Reclamante ter sustentado que foi negativada indevidamente faz emergir não só o interesse, como também, a sua legitimidade para reivindicar a tutela deste juízo (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. Do mérito: A Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 223,51. No entanto, a Autora afirmou que não reconhece o débito que lhe está sendo cobrado, bem como, que não consumiu os serviços da empresa de telefonia. Por entender que foi negativada indevidamente e que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, no tocante ao mérito, a Reclamada sustentou a regularidade da contratação dos seus serviços (linha nº 65-99644-9037), bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelos litigantes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Embora a Autora tenha ventilado argumentos no intuito de induzir este juízo a acreditar que não havia nenhum vínculo entre as partes, entendo que os esclarecimentos apresentados pela empresa de telefonia retiraram completamente o alicerce da petição inicial. Apesar de não ter sido apresentado a este juízo a cópia de qualquer instrumento contratual assinado pela parte Autora, o fato é que não há como deixar de reconhecer que subsistiu uma relação negocial entre os litigantes, pois, a empresa Ré foi diligente em protocolizar junto à sua defesa um esclarecedor arquivo de áudio. De forma diversa da versão inaugural, extrai-se do conteúdo do mencionado arquivo de áudio que foi a própria Reclamante quem entrou em contato com o serviço de atendimento da Reclamada. Ademais, registra-se que, na ocasião, a Reclamante não só aderiu à migração do seu plano "atual" para o plano "Vivo Controle Digital", como também, escolheu a melhor data para o vencimento de suas faturas (todo o dia 26) e ainda, confirmou ao atendente alguns dados pessoais (nome completo, CPF, data de nascimento, nome de sua genitora, e-mail e o seu endereço residencial que, registra-se, é exatamente a mesma localidade indicada no preâmbulo da exordial). Convém ressaltar que a jurisprudência pátria é pacífica em reconhecer arquivos de áudio como sendo provas aptas a comprovar o vínculo negocial existente entre os contratantes, conforme pode ser verificado no julgado que, por analogia, segue abaixo destacado: "Telefonia. Ação declaratória c.c. indenização por danos morais. Débito supostamente desconhecido. Gravação telefônica apresentada pela ré, comprovando a contratação de novo Plano, pela autora. Inversão do ônus probatório. Impossibilidade. Ausência de verossimilhança. Exigibilidade do débito demonstrada. Cerceamento de defesa inocorrente. Acesso à mídia disponibilizado às partes. Degravação desnecessária. Improcedência da ação. Manutenção. (...). (TJ-SP 10356206020178260002 SP 1035620-60.2017.8.26.0002, Relator: Bonilha Filho, Data de Julgamento: 04/05/2018, 26ª Câmara de Direito Privado).". (Destaquei). De suma relevância registrar ainda que, segundo consta das telas sistêmicas colacionadas ao corpo da contestação (cuja idoneidade, excepcionalmente, somente está sendo levada em consideração por este juízo em decorrência do mencionado arquivo de áudio), foram registrados pagamentos das faturas correspondentes aos meses de março e abril/2018, ou seja, um comportamento que não condiz com o perfil de um eventual fraudador e ainda, que apenas fortalece a lisura da relação negocial. Já no que tange à origem do débito debatido nos presentes autos, tenho que a mesma restou devidamente esclarecida. Não obstante tivesse assumido o compromisso de promover o pagamento das mensalidades inerentes ao novo plano contratado, as referidas telas sistêmicas igualmente demonstraram que a Reclamante se quedou silente em adimplir as faturas vencidas nos meses de maio a julho/2018. Logo, não tendo a consumidora apresentado qualquer prova de que as pendências devidas à empresa de telefonia foram devidamente amortizadas, entendo que restou justificada a inserção do seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. Após a apresentação da contestação, entendo que cabia à Reclamante rechaçar pontualmente todos os argumentos e provas apresentadas pela Reclamada, ônus este do qual não se desincumbiu. Data máxima vênia à impugnação protocolada nos autos, tenho que a Reclamante ventilou apenas considerações genéricas, pois, apesar de ter postulado pela realização de uma perícia no arquivo de áudio, não apresentou nenhuma prova de que seus documentos foram extraviados (o que possibilitaria a atuação de um possível estelionatário), bem como, não se atentou que todos os dados confirmados ao atendente da Ré são exatamente os mesmos que àqueles indicados na inicial e ainda, sequer confrontou a informação de que foram realizados pagamentos de algumas faturas. In casu, tenho plena convicção de que foram apresentadas provas substanciais acerca da relação contratual anteriormente firmada entre os litigantes, as quais, concatenadas à inércia da Reclamante em apresentar qualquer comprovante de pagamento inerente à dívida que lhe está sendo cobrada, confere legitimidade ao apontamento restritivo debatido nestes autos. Portanto, em havendo débitos pendentes, bem como, não tendo sido apresentado pela Reclamante qualquer prova indicando a devida contraprestação pelos serviços comprovadamente contratados (conforme se extrai do arquivo de áudio anexo à defesa) e usufruídos (conforme se verifica no "Relatório de Chamadas protocolado com a contestação), entendo que a restrição creditícia debatida nesta lide refletiu apenas o exercício regular do direito de credora da Reclamada, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). Visando amparar a fundamentação supra, segue transcrita, por analogia, uma jurisprudência do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS - SERVIÇOS DE TELEFONIA - CONTRATAÇÃO COMPROVADA - INADIMPLÊNCIA RECONHECIDA - INCLUSÃO DO NOME DA DEVEDORA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO - EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO - DANO MORAL - AUSÊNCIA - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. Não há falar em declaração de inexistência de débito e em indenização por danos morais se restou claramente comprovada nos autos a contratação e efetiva utilização dos serviços de telefonia pela autora, como também, o inadimplemento de diversas faturas pela cliente, e, neste cenário, inafastável o reconhecimento de que se deu de forma regular a inserção do nome da devedora nos cadastros de órgãos de negativação de crédito, consistindo tal ação exercício regular do direito do credor. (TJ-MG - AC: 10000190974238001 MG, Relator: Luciano Pinto, Data de Publicação: 01/11/2019).". (Destaquei). Ante todo o exposto, considerando que a Reclamada logrou êxito em comprovar a existência de fatos que impedem o reconhecimento do direito perseguido pela parte Autora (se desincumbindo satisfatoriamente do ônus probatório previsto pelo artigo 373, II, do CPC/2015), tenho resta prejudicado o acolhimento das pretensões inaugurais. - Da litigância de má-fé: Da exegese de tudo o que foi debatido nos autos, bem como, considerando o acervo probatório apresentado pela Reclamada, tenho que a Reclamante, intencionalmente (ciente da existência do vínculo com a empresa ré e ainda, de que subsistiam débitos inadimplidos), distorceu a realidade dos fatos no flagrante intuito de induzir este juízo ao erro para, consequentemente, auferir vantagem indevida, incorrendo, portanto, no que resta disposto pelo artigo 80, II e III, do Código de Processo Civil. Oportuno transcrever o que resta disposto pelo Enunciado 136 do FONAJE: "O reconhecimento da litigância de má-fé poderá implicar em condenação ao pagamento de custas, honorários de advogado, multa e indenização nos termos dos artigos 55, caput, da lei 9.099/95 e 18 do Código de Processo Civil (XXVII Encontro – Palmas/TO).". A prática incorrida pela Reclamante demonstrou uma atitude de deslealdade processual, caracterizando-se a manifestação inicial como sendo a materialização de sua má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é

o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da efetiva prestação da tutela jurisdicional, razão pela qual, devem ser devidamente combatidas. Destaca-se ainda que, se a parte Reclamada não tivesse o cuidado e a diligência de guardar a prova da contratação dos seus serviços (ou seja, o mencionado arquivo de áudio), possivelmente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito em favor da Reclamante, o que, repita-se, deve ser combatido, pois, o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. - Do pedido contraposto: Por derradeiro, no que concerne ao pedido contraposto apresentado pela Reclamada, entendo que o mesmo merece ser acolhido. Reza o artigo 31 da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 31. Não se admitirá a reconvenção. É lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor, nos limites do art. 3º desta Lei, desde que fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.". (Destaquei). Consoante alhures mencionado, considerando que a Reclamante não apresentou nos presentes autos nenhum comprovante de que as pendências vencidas nos meses de maio a julho/2018 chegaram a ser devidamente quitadas, tenho que assiste à empresa de telefonia o direito de reivindicar o pagamento das dívidas que subsistem em seus sistemas, as quais, segundo consta da contestação, são representadas pelo montante total de R$ 231,51 (duzentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação, bem como, CONDENO a Reclamante ao pagamento de uma multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no artigo 81 do CPC c/c artigo 55 da Lei nº 9.099/95 c/c Enunciado 136 FONAJE, corrigido à época do efetivo pagamento. Outrossim, CONDENO a Reclamante ao pagamento das custas processuais, bem como, dos honorários advocatícios, os quais arbitro no montante de R$ 1.000,00 (hum mil reais), nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Ademais, JULGO PROCEDENTE o pedido contraposto apresentado pela Reclamada e, consequentemente, CONDENO a Reclamante ao pagamento da importância de R$ 231,51 (duzentos e trinta e um reais e cinquenta e um centavos), a ser devidamente corrigida pelo índice INPC, bem como, com incidência de juros legais de 1% (um por cento) ao mês, ambos contabilizados a partir do efetivo prejuízo (súmula 43do STJ), ou seja, a data de vencimento da dívida (26/05/2018). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 11 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010663-41.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCIO BATISTA DA CRUZ (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDEN ANDERSON GARCIA OAB - MT21835/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MM TURISMO & VIAGENS S.A (REQUERIDO)
AVIANCA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ OAB - SP178930-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1010663-41.2019.8.11.0002 Reclamante: Marcio Batista da Cruz Reclamadas: AVIANCA (1ª Reclamada) e MM Turismo & Viagens S.A. (2ª Reclamada) SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com supedâneo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Fundamento e decido. Extrai-se dos andamentos processuais que, não obstante tivesse sido devidamente citado/intimado (intimação publicada no DJ Eletrônico em 11/10/2019 – ID nº 24799978), o Reclamante não compareceu na sessão de conciliação realizada nos autos (ID nº 25917802). Preconiza o artigo 51 da Lei nº 9.099/95 que: "Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em Lei: I – quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;". (Destaquei). Concatenando o dispositivo supracitado ao caso em comento, bem como, tendo em vista que os andamentos processuais subsequentes demonstraram que a parte Postulante não apresentou nenhuma manifestação para justificar a sua ausência, entendo que outro caminho não há a ser trilhado, senão extinguir o feito sem a resolução do seu mérito. Dispositivo: Diante da contumácia incorrida pelo Demandante, bem como, com amparo no que resta disposto pelo artigo 51, I, da Lei nº 9.099/95, JULGO O PROCESSO EXTINTO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Por fim, nos termos do que preconiza o Enunciado nº 28 do FONAJE (Fórum Nacional de Juizados Especiais), CONDENO o Reclamante ao pagamento das custas processuais, não podendo ser repetido o ajuizamento desta ação sem que seja realizado o prévio pagamento. Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 12 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016563-05.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DENISE SOARES GOMES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS OAB - MG78403 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1016563-05.2019.8.11.0002 Reclamante: Denise Soares Gomes Silva Reclamada: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a presente lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Das preliminares: - Da incompetência absoluta do Juizado Especial Cível por complexidade da causa: Preliminarmente, a Reclamada sustentou a necessidade de ser realizada uma prova pericial no contrato e documentação anexada aos autos. No entanto, por entender que a complexidade da referida prova afasta a competência dos Juizados Especiais Cíveis, a Reclamada postulou para que o processo fosse extinto sem a resolução do mérito. Com a devida vênia às considerações supracitadas, tenho que as mesmas não reivindicam o acolhimento deste juízo, pois, da exegese dos documentos protocolados com a contestação, restou evidenciado que a Reclamada não apresentou a este juízo a cópia de nenhum instrumento contratual (assinado pela Reclamante) que justificasse a realização da mencionada prova pericial. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da falta de interesse de agir: Como matéria preliminar, a Reclamada frisou que não há nos autos nenhuma prova no sentido de demonstrar que a Autora tentou obter a resolução administrativa da celeuma. Destarte, por entender que a Reclamante não

possui interesse de agir, a Reclamada postulou para que a demanda fosse extinta sem análise do mérito. Não obstante as considerações supracitadas, tenho que as mesmas devem ser refutadas. A meu ver, haverá o interesse processual de agir quando a pretensão se mostrar útil e necessária para análise do direito do interessado, independentemente de eventual diligência administrativa (até porque não se trata de um requisito prévio para o ajuizamento de qualquer demanda) ou ainda, de qual venha a ser o pronunciamento do juízo (procedência ou improcedência). Logo, se a Reclamante sustenta que foi negativada indevidamente e ainda, que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, entendo que a consumidora detém não só o interesse, como também, a legitimidade para reivindicar a tutela jurisdicional (artigo 17 do CPC/2015). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da impugnação à assistência judiciária gratuita: Ainda em caráter preliminar, a Reclamada sustentou que não se encontram presentes os requisitos autorizadores do instituto da gratuidade da justiça, motivo pelo qual, postulou pelo indeferimento do pleito formulado pela Demandante. Inobstante a explanação apresentada pela Reclamada, tenho que as mesmas igualmente não comportam a guarida deste juízo, pois, segundo previsão contida no artigo 99, § 3º, do Código de Processo Civil, "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.". (Destaquei). Insta salientar que, se a Reclamada defende a necessidade de rejeição do pedido de assistência judiciária formulado pela Reclamante, cabia à própria Ré apresentar alguma prova passível de afastar o entendimento acerca da condição de miserabilidade jurídica da parte Autora, o que, definitivamente, não obteve sucesso em fazer. Registra-se ainda que, independentemente da eventual concessão do pedido de assistência judiciária, assim dispõe o artigo 54 da Lei nº 9.099/95: "O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.". (Destaquei). Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da impugnação ao valor da causa: A Reclamada alegou que a parte Autora não observou o disposto no artigo 292 do CPC/2015, motivo pelo qual, postulou para que o juízo promovesse a retificação de ofício do valor atribuído à causa. Com o devido respeito aos argumentos sustentados pela parte Ré, tenho que os mesmos devem ser rechaçados. Dentre os pedidos formulados na exordial, verifica-se que a Reclamante pugnou expressamente para que a Reclamada fosse condenada ao pagamento da importância de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de danos morais e, como valor da causa, atribuiu justamente o referido montante, nos exatos termos do que preconiza o artigo 292, V, do CPC/2015. Ante o exposto, rejeito a preliminar arguida. - Da dilação de prazo para juntada do termo de cessão individualizado: Em que pesem os esclarecimentos apresentados pela Reclamada, tenho que a sua pretensão (relacionada à dilação de prazo para a apresentação de documentos) deve ser indeferida. A meu ver, no momento em que formalizou o contrato de cessão de crédito junto à empresa cedente (essencialmente no tocante à suposta dívida existente em nome da Reclamante), a Reclamada deveria ter se precavido em obter/organizar todos os documentos inerentes a referida negociação (dentre eles, o famigerado "Termo de Cessão Individualizado") para, posteriormente, dar início aos atos conservatórios do direito cedido (artigo 293 do Código Civil). Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de dilação formulado pela Reclamada. Do mérito: A Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido da Reclamada, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 1.070,92. No entanto, a Autora afirmou que não reconhece o débito que lhe está sendo cobrado, bem como, que não consumiu os serviços da Reclamada. Por entender que foi negativada indevidamente e que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, a Reclamada esclareceu que a pendência debatida nos autos foi originalmente contraída pela Reclamante junto à "Casas Pernambucanas", bem como, que a dívida em questão lhe foi cedida por intermédio de um contrato de cessão de crédito firmado junto à referida empresa (cedente). A Reclamada (cessionária) defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante, apenas exerceu o seu direito de credora, não havendo de se falar em ato ilícito ou na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos argumentos supracitados, a Reclamada postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo documental colacionado aos autos, tenho que o direito milita em favor das pretensões inaugurais. Não obstante a Reclamada tenha protocolado junto à sua defesa um "Termo de Cessão" firmado junto à empresa cedente ("Casas Pernambucanas"), entendo que o referido documento não se prestou em comprovar que a suposta dívida existente em nome da Reclamante realmente lhe foi cedida. Da exegese do mencionado "Termo de Cessão", verifica-se cristalinamente que não é feita qualquer menção ao nome da Reclamante, tampouco à dívida supostamente devida pela mesma. Ademais, embora o referido documento tenha mencionado a existência de um "anexo" com a relação de todos os direitos creditórios objetos da cessão, o referido documento complementar não foi oportunamente apresentado em juízo, razão pela qual, entendo que a alegada cessão de crédito não restou satisfatoriamente comprovada, o que, por corolário lógico, compromete a legitimidade da dívida debatida nos presentes autos. A fim de respaldar o entendimento supracitado, segue abaixo, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJRS: "DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA. CANCELAMENTO EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. CESSÃO DE CRÉDITO NÃO COMPROVADA. Inexistindo nos autos prova da cessão de crédito, bem como, em decorrência, da existência de dívida para com o apelado, a inscrição do nome da autora nos cadastros de inadimplentes mostra-se ilegal. Apelação provida. (TJ-RS - AC: 70077218188 RS, Relator: Voltaire de Lima Moraes, Data de Julgamento: 10/05/2018, Décima Nona Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 15/05/2018).". (Destaquei). No que se refere ao alegado vínculo anteriormente estabelecido entre a Reclamante e a empresa cedente (Lojas Pernambucanas), tenho que o mesmo igualmente não restou comprovado. Embora a Reclamada tenha acostado à sua contestação a cópia de algumas faturas de cobrança, entendo que tais documentos, por si só, não se prestam em comprovar a contratação do famigerado serviço "Cartão Pernambucanas", pois, por estarem desprovidos do competente instrumento contratual (que obrigatoriamente deveria ser assinado pela Reclamante/contratante) ou ainda, de eventual arquivo de áudio, os mesmos conservam apenas um caráter unilateral. Com amparo nos fundamentos até então exarados no presente pronunciamento, não tendo sido devidamente comprovada a cessão de qualquer dívida existente em nome da Autora, bem como, a alegada existência de vínculo entre a Reclamante e a empresa cedente (o que, por corolário lógico, compromete o reconhecimento da origem da dívida debatida nos autos), tenho que a Reclamada incorreu em flagrante prática de ato ilícito ao negativar o nome da Reclamante (artigo 186 do Código Civil), motivo pelo qual, a mesma deverá ser compelida não só em promover a baixa da pendência que subsiste junto aos seus sistemas, como também, em providenciar o cancelamento da inserção creditícia efetivada em nome da consumidora e ainda, em responder pelos infortúnios que a mesma teve de suportar. No que concerne à reparação do dano, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação de consumo, imperioso o reconhecimento da responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a comprovação do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No intuito de corroborar o entendimento supra, segue abaixo, por analogia, um julgado do TJPE: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. CESSÃO DE CRÉDITO. COBRANÇA DE DÍVIDA. NEGATIVAÇÃO. ORIGEM DA DÍVIDA NÃO COMPROVADA. DANOS MORAIS CONFIGURADOS. INDENIZAÇÃO FIXADA. SENTENÇA REFORMADA. APELO PROVIDO. 1. Não comprovada a origem e regularidade da dívida apontada, e, consequentemente, da cessão realizada, revela-se ilegítima a inscrição no cadastro de inadimplentes. 2. A anotação indevida em cadastro de devedores enseja danos morais em sua forma presumida. 3. (...). 4. Sentença reformada. (TJ-PE - AC: 5306167 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 28/08/2019, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 11/09/2019).". (Destaquei). No tocante à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja,

àquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, conforme súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Visando resguardar os fundamentos acima, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG: “APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS IN RE IPSA - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1 – (...). 2 - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado considerando o grau da responsabilidade atribuída ao réu, a extensão dos danos sofridos pela vítima, bem como a condição social e econômica do ofendido e do autor da ofensa, atentando-se, também, para os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10000181439274001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 10/02/2019).”. (Destaquei). Feitas as ponderações acima mencionadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, o valor da dívida debatida nos autos, o fato da Autora não possuir nenhuma inserção creditícia adicional e ainda, a fim de evitar o seu locupletamento indevido, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 8.000,00 (oito mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, rejeito as preliminares arguidas e, no tocante ao mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC/2015 c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida, primeiramente para DECLARAR a inexigibilidade do débito debatido nos presentes autos, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Ademais, CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais à Reclamante no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contabilizados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação da anotação creditícia (28/12/2018). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 11 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016468-72.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SEVERINO SANTANA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
APARECIDO QUEIROZ DA SILVA OAB - MT18345-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1016468-72.2019.8.11.0002 Reclamante: Severino Santana de Almeida Reclamada: Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com respaldo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, não obstante a parte Reclamante, em sede de impugnação, tenha postulado pela designação de uma audiência de instrução e julgamento, revela-se tempestivo alvitrar que cabe unicamente ao julgador examinar a pertinência de eventual requerimento de prova (artigo 370 do CPC/2015). A meu ver, os documentos colacionados aos autos se revelam suficientes para auxiliar este juízo na formação do convencimento, não havendo necessidade de ser produzida qualquer prova adicional. A fim de corroborar a sucinta fundamentação acima mencionada, cumpre fazer menção a um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE. 1. O juiz é o destinatário da prova e a ele incumbe decidir sobre a necessidade ou não de sua produção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078624210, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018).”. (Destaquei). Destarte, INDEFIRO o pedido formulado pelo Demandante e, consequentemente, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, delibero por julgar antecipadamente a lide. Fundamento e decido. Do mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que detém a titularidade das Unidades Consumidoras nº 6/760380-6 e nº 6/680401-7, bem como, que os imóveis referentes as mesmas se encontravam locados (contrato verbal) e ainda, que não foi realizada a transferência de titularidade das Unidades para o nome dos locatários. O Autor relatou que, ao saírem do imóvel, os locatários deixaram contas de energia pendentes, bem como, que não teve condições de arcar com as referidas dívidas. O Postulante alegou que, apesar de ter solicitado a religação da energia elétrica (haja vista que precisa alugar os imóveis), a Reclamada se negou em fazê-lo, pois, subsistem débitos pendentes referentes às mencionadas Unidades. Por entender que os fatos acima mencionados lhe proporcionaram prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, a Reclamada sustentou que as unidades nº 760380 e nº 680401 tiveram o fornecimento de energia suspenso em razão do inadimplemento das faturas regulares de consumo, bem como, que o próprio Reclamante reconheceu não ter firmado contrato com seus inquilinos ou ainda, solicitado a troca de titularidade das unidades. A Concessionária Ré teceu algumas considerações acerca da presunção de legalidade dos seus atos, bem como, defendeu a regularidade da suspensão dos serviços e ainda, que inexistem danos morais a serem indenizados. Com amparo nos referidos argumentos, a Reclamada pugnou pela improcedência da lide. Extrai-se da decisão vinculada ao ID nº 25678857 que, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, a MM. Juíza Togada DEFERIU a inversão do ônus da prova em favor do Reclamante. No entanto, convém alvitrar à parte Autora que, não obstante se trate de um direito básico inerente a pessoa do consumidor, a inversão do ônus da prova não pode ser interpretada de forma absoluta, a ponto de lhe eximir da obrigação de apresentar em juízo provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (artigo 373, I, do CPC/2015). Nesse sentido, segue abaixo colacionada, por analogia, uma jurisprudência contemplada pelo TJRS: “RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. VÍCIO DE PRODUTO. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO. MOTOSSERRA. VÍCIO NÃO COMPROVADO. AUSÊNCIA DE PROVA MINIMA CAPAZ DE AFASTAR O LAUDO APRESENTADO PELA RE. A INVERSAO DO ONUS DA PROVA NÃO É ABSOLUTA, E O CONSUMIDOR TEM QUE FAZER PROVA MINIMA DO DIREITO INVOCADO. SENTENÇA DE IMPROCEDENCIA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-RS - Recurso Cível: 71007549967 RS, Relator: Glaucia Dipp Dreher, Data de Julgamento: 27/04/2018, Quarta Turma Recursal Cível).”. (Destaquei). Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo documental colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Não obstante toda a irresignação do Reclamante no tocante a suspensão do fornecimento da energia destinada às suas Unidades Consumidoras (nº 6/760380-6 e nº 6/680401-7), entendo que a mesma, data máxima vênia, não detém nenhum fundamento, pois, o próprio consumidor reconhece a situação de inadimplência em que

o mesmo se encontra. Apesar de o Autor ter mencionado que os imóveis referentes às Unidades nº 6/760380-6 e nº 6/680401-7 são destinados à locação, bem como, que as faturas de consumo não foram pagas por seus respectivos locatários, entendo que tais fatos não fugiram da esfera das meras alegações. Oportuno salientar que, ainda que tais argumentos fossem verossímeis, o fato do Reclamante não ter se dignado em providenciar a competente alteração de titularidade das UC's não só faz emergir a sua falta de diligência, como também, fortalece o entendimento deste juízo de que o mesmo possui total responsabilidade pelos débitos que se encontram pendentes no sistema da Concessionária. No que se refere aos mencionados débitos, os "Históricos de Contas" protocolados com a petição inicial demonstraram que, atualmente, a UC nº 680401 possui uma dívida total de R$ 604,91 (faturas referentes aos meses de junho a outubro/2018 e outubro/2019) e a UC nº 760380 uma dívida de R$ 2.317,32 (faturas referentes aos meses de novembro e dezembro/2018; janeiro a abril/2019 e outubro/2019). In casu, de suma relevância registrar que o inconformismo do Reclamante não está relacionado à eventual falta de notificação acerca da suspensão (motivo pelo qual, considerando ainda o fato das faturas mensais não terem sido apresentadas, presumo que a notificação atendeu os preceitos do 173, I, "b", da Resolução nº 414/2010 da ANEEL), mas sim, em razão da Concessionária ter se negado em atender o seu pedido de religação. A meu ver, de forma diversa do que quis fazer prevalecer o Reclamante, não houve nenhuma abusividade ou ilicitude no tocante à negativa de restabelecimento dos serviços por parte da Reclamada, pois, reitero, a situação de inadimplência do consumidor é um fato incontroverso. Outrossim, não se pode olvidar que, segundo informações registradas nas "Fichas Cadastrais" anexas à defesa, o desligamento da energia das unidades nº 680401 e nº 760380 ocorreram, respectivamente, nas datas de 16/08/2018 e 11/02/2019. Em que pese o Autor tenha ventilado de forma veemente que a negativa de restabelecimento dos serviços tinha como base o inadimplemento de débitos pretéritos, entendo que os argumentos iniciais não possuem nenhuma credibilidade, pois, no momento da suspensão, ambos os procedimentos estavam devidamente amparados pela inadimplência das 02 últimas faturas regulares, não havendo de se falar em "débito pretérito". De suma relevância registrar que a postura adotada pela Reclamada se encontra devidamente respaldada pela legislação setorial (Resolução nº 414/2010 da ANEEL), conforme pode ser visualizado no dispositivo que segue abaixo transcrito: "Art. 128. Quando houver débitos decorrentes da prestação do serviço público de energia elétrica, a distribuidora pode condicionar à quitação dos referidos débitos: II – a religação, aumento de carga, a contratação de fornecimentos especiais ou de serviços, quando solicitados por consumidor que possua débito com a distribuidora na unidade consumidora para a qual está sendo solicitado o serviço; ". (Destaquei). Portanto, com a devida vênia a versão sustentada na petição inicial, tenho plena convicção de que a negativa de restabelecimento do fornecimento de energia para as Unidades Consumidoras do Reclamante foi plenamente justificável, fruto não só do persistente inadimplemento incorrido pelo consumidor, mas também, do exercício regular do direito de credora da Concessionária Ré (artigo 188, I, do Código Civil), motivo pelo qual, não há a menor possibilidade deste juízo proporcionar guarida à pretensão indenizatória inaugural. A fim de respaldar toda a sucinta fundamentação exarada no presente decisum, seguem abaixo, por analogia, algumas decisões contempladas pela jurisprudência pátria: "RECURSO INOMINADO. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PRELIMINARES DE DESERÇÃO E AUSÊNCIA DE DIALETICIDADE REJEITADAS. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. DÉBITO EM ABERTO. SUSPENSÃO LEGÍTIMA DO SERVIÇO. DANO MORAL INOCORRENTE. RECURSO NÃO PROVIDO. (...). Restando comprovada a existência de débito e a notificação prévia a respeito do corte, não há ilicitude na conduta da concessionária de energia elétrica. Sentença de improcedência mantida. (Procedimento do Juizado Especial Cível 100215320158110058/2016, Turma Recursal Única de MT, Relator: Dr. Nelson Dorigatti, Julgado em 29/07/2016).". (Destaquei). "RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CELESC. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. CONSUMIDOR DEVEDOR. VALOR PENDENTE DE PAGAMENTO (CUSTO ADMINISTRATIVO). EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. ART. 188, I, DO CÓDIGO CIVIL. OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR INEXISTENTE. RECURSO PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE O PEDIDO. Evidenciada a inadimplência, a suspensão do fornecimento de energia elétrica é legal e legítima. "A empresa concessionária tem obrigação de prestar serviços públicos essenciais adequados, eficientes, seguros e contínuos (CDC, art. 22). Essa continuidade poderá ser interrompida, contudo, se houver inadimplência de parte da usuária, caso em que pode haver corte no fornecimento, após aviso (art. 6º, § 3º, inc. II, da Lei n. 8.987/95). Tendo sido entregue fatura com aviso de débito não quitado no vencimento, com advertência sobre a possibilidade de interrupção do serviço, o corte no fornecimento de energia elétrica pela falta de pagamento configura exercício regular de direito da concessionária, não cabendo nenhuma indenização de dano moral ao consumidor inadimplente" (AC n. 2014.083861-5, de Palhoça, Rel. Des. Jaime Ramos, j. 11-12-2014). (TJ-SC - RI: 03044457020178240091 Capital - Eduardo Luz 0304445-70.2017.8.24.0091, Relator: Marcelo Pizolati, Data de Julgamento: 09/05/2019, Primeira Turma de Recursos - Capital).". (Destaquei). "APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. INADIMPLEMENTO. DÉBITOS RECENTES. LEGALIDADE DA SUSPENSÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Pacificada a jurisprudência do Colendo STJ, acerca da possibilidade de suspensão do serviço de fornecimento de energia elétrica ante a falta de pagamento, desde que previamente notificado o devedor e o corte decorra do inadimplemento das contas dos últimos 03 (três) meses. 2. Obstar a possibilidade de suspensão do serviço, mesmo diante de um quadro de inadimplemento por período indeterminado, significaria estimular o enriquecimento sem causa, o desequilíbrio financeiro da relação entre a concessionária do serviço e o consumidor, assim como a própria continuidade na prestação do serviço pela fornecedora. 3. A essencialidade do serviço público não reflete a sua gratuidade, sendo necessária a contraprestação por parte do usuário. 4. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-DF 07096610920188070018 DF 0709661-09.2018.8.07.0018, Relator: LUÍS GUSTAVO B. DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 21/08/2019, 4ª Turma Cível).". Por derradeiro, não tendo o Reclamante obtido sucesso em apresentar provas mínimas acerca dos fatos constitutivos do direito perseguido (incorrendo em flagrante desrespeito ao artigo 373, I, do CPC/2015), tenho que outro caminho não há a ser trilhado, senão refutar os pedidos elencados na exordial. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 12 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013547-43.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RAFAEL MARIA IAMIN (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013547-43.2019.8.11.0002 Reclamante: Rafael Maria Iamin Reclamado: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95.

Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do CPC/2015). Fundamento e decido. Extrai-se dos andamentos processuais que, não obstante tivesse sido devidamente citado/intimado (intimação publicada no DJ Eletrônico em 04/10/2019 – ID nº 24548986), o Reclamante não compareceu na sessão de conciliação realizada nos autos (ID nº 25550832). Apesar de o Reclamante ter ventilado considerações acerca de um suposto descumprimento do artigo 334 do CPC/2015 (manifestação anexa ao ID nº 26252330), o que, em tese, se prestaria em justificar a redesignação da audiência anteriormente realizada em 29/10/2019, entendo que razão alguma assiste aos referidos argumentos. Primeiramente, convém alvitrar ao Reclamante que os processos distribuídos perante os Juizados Especiais tramitam sob a égide do procedimento sumaríssimo e ainda, que tais demandas se orientam por alguns critérios basilares, dentre eles, o da celeridade (artigo 2º da Lei nº 9.099/95). Ademais, preconiza a Súmula nº 19 da Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso que: "SÚMULA 19: O prazo mínimo entre a citação e a realização da audiência de conciliação, instrução e julgamento é de 48 (quarenta e oito) horas. (Aprovada em 12/09/2017).". (Destaquei). Concatenando o entendimento supra ao caso em comento, bem como, restando evidenciado o respeito ao prazo mínimo entre a citação e a audiência conciliatória anteriormente realizada, entendo que não há como ser acolhido o pedido de redesignação da audiência. Sabe-se que a informatização do processo judicial veio como meio teoricamente eficaz para garantir a celeridade da tramitação processual, esperança de um processo viável, célere e econômico. Assim, o acompanhamento pelos patronos das partes pode ocorrer a qualquer hora, estando disponível para consultar os andamentos/movimentos, bem como, visualizar petições anexadas por quaisquer patronos ou servidores judiciais que movimentam/peticionam os processos judiciais eletrônicos com assinatura digital. Na presente lide, um dia antes da realização da audiência de conciliação, o Reclamado anexou sua defesa aos autos, juntamente com alguns documentos para fins de comprovar o vínculo existente com o Demandante. Nota-se neste Juizado um elevado número de processos, cuja parte autora deixa de comparecer à audiência de conciliação após a juntada da Contestação (anexada antes da audiência de conciliação e com documentos viáveis a comprovar o negócio existente entre as partes), fazendo emergir o seu desrespeito não só com o Poder Judiciário, como também, com a parte que foi citada para litigar em juízo. A princípio, a ausência do Demandante na audiência de conciliação implicaria na extinção do feito sem a resolução do mérito, no entanto, em respeito aos atos processuais já praticados, bem como, considerando que os presentes autos já se encontram maduros para a apreciação do mérito, o fato de o Autor não ter apresentado nenhuma justificativa idônea para não ter comparecido na sessão de conciliação anteriormente realizada e ainda, a fim de evitar a insegurança proveniente da possibilidade de ser ajuizada uma nova ação debatendo exatamente os mesmos fatos (gerando novas despesas para o Poder Judiciário e para a parte que se encontra no polo passivo), deixo de extinguir a ação pela contumácia e, consequentemente, passo ao julgamento do mérito da demanda. Do mérito: O Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar aprovar um crediário no comércio local, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 669,99. No entanto, o Autor afirmou que não possui débito algum com a instituição financeira, bem como, que não recebeu nenhuma notificação acerca do apontamento restritivo. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado esclareceu que o Reclamante contratou o serviço de cartão de crédito, bem como, que apesar de ter se utilizado do plástico, deixou de promover o pagamento de suas faturas. O Reclamado defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Postulante, apenas exerceu o seu direito de credor, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado pugnou pela improcedência da lide. Em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Embora o Reclamado não tenha protocolizado junto à sua defesa a cópia de nenhum contrato assinado pelo Demandante, ainda assim entendo que se fazem presentes indícios acerca da regularidade da relação outrora estabelecida entre as partes e, principalmente, da origem da dívida motivadora da inserção creditícia. Conforme pode ser facilmente visualizado nas faturas anexas à defesa, o endereço registrado nos referidos documentos está em harmonia com àquele que se encontra exarado no preâmbulo da inicial. Ademais, as referidas faturas indicam não só que o serviço de cartão de crédito foi devidamente usufruído, mas, principalmente, que foram realizados vários pagamentos, o que, definitivamente, não condiz com o comportamento de um eventual fraudador. Logo, considerando que as faturas emitidas pela instituição financeira foram encaminhadas justamente ao endereço apontado pelo Reclamante como sendo a sua residência e ainda, tendo em vista que algumas dessas faturas foram devidamente pagas, tenho plena convicção de que as considerações iniciais (relacionadas ao alegado desconhecimento do débito) não se revelam verossímeis, pois, é evidente a regularidade do vínculo entre os litigantes. Já no que se refere à origem do débito debatido nos autos, entendo que a mesma restou satisfatoriamente esclarecida. Da exegese dos documentos protocolizados junto à defesa, constata-se que, apesar de ter utilizado abundantemente o serviço contratado (cartão de crédito), o Reclamante quedou-se silente em honrar o pagamento das faturas vencidas a partir de agosto/2017 (pois, até então, as mesmas estavam sendo amortizadas), motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificada a inserção de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. No tocante à alegação do Reclamante de que não teria sido notificado sobre a pendência que culminou com a sua inserção creditícia, consigno que não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Portanto, em havendo débitos pendentes, bem como, não tendo sido apresentado pelo Reclamante qualquer comprovante indicando a devida contraprestação pelos serviços usufruídos, entendo que a restrição creditícia debatida nesta lide refletiu apenas o exercício regular do direito de credor do Reclamado, não havendo de se falar em falha na prestação dos serviços (art. 14, § 3º, II, do CDC), tampouco como imputar à instituição financeira a prática de qualquer ato ilícito (art. 188, I, do Código Civil). Visando respaldar toda a fundamentação registrada no presente decisum, segue abaixo, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJSP: "CARTÃO DE CRÉDITO. Ação declaratória de inexigibilidade de débito e de condenação a indenizar por danos morais. Improcedência em primeiro grau. Prestação de serviços de cartão de crédito. Conjunto de elementos que revela a regularidade do vínculo negocial. Correta identificação do cliente. Hipótese em que se infere a legitimidade da contratação e a higidez da dívida exigida e não impugnada pontualmente. Negativação. Restrição de crédito decorrente de inadimplemento. Pagamento não comprovado. Legitimidade da conduta praticada pela ré. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. (TJ-SP - AC: 10139701020188260361 SP 1013970-10.2018.8.26.0361, Relator: Sebastião Flávio, Data de Julgamento: 01/10/2019, 23ª Câmara de Direito Privado.". (Destaquei). Ante todo o exposto, considerando que o Reclamado logrou êxito em comprovar a existência de fatos que impedem o reconhecimento do direito reivindicado pelo Reclamante (art. 373, II do CPC/2015), tenho que resta prejudicado o acolhimento das pretensões inaugurais, sejam elas de cunho declaratório ou indenizatório. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 13 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja

para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013528-37.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OZIEL FELICIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERNANDES TEIXEIRA DE SOUZA OAB - MT0015203A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo 1013528-37.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Preliminar - Da incompetência para julgamento: necessidade de perícia técnica no áudio A parte autora OZIEL FELICIANO DA SILVA afirma, na peça inicial que teve seu nome negativado pela empresa por um débito no valor de R$883,80, Diz que "Foi informado pela atendente que se tratava de um serviço que estava sendo prestado no Estado do Paraná, conforme DDD do telefone informado. O Requerente sempre residiu na Cidade de Várzea Grande/MT, e nunca solicitou ou autorizou a contratação junto a empresa Requerida no estado do Paraná". A requerida, por sua vez, indica a existência da contratação por parte da parte demandante, inclusive acostando aos autos áudio da suposta contratação. Todavia, a parte autora sustenta em impugnação que a voz do áudio não é sua, apresentando no ID 25852638 áudio em que contesta o documento apresentado pela requerida. Destarte, não é possível, sem prova pericial, afirmar, com absoluta certeza, de que a voz aposta apresentada pela reclamada não provém da própria parte reclamante. No presente caso, evidencia-se, portanto, a imprescindibilidade de realização de prova pericial do áudio reportado, visando atestar a autenticidade ou não da contratação dos serviços pela parte reclamante, para o efetivo deslinde da controvérsia. Registre-se que a realização da prova pericial fonética impõe rito complexo que não se coaduna com os princípios da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade que norteiam a Justiça Especializada. Conforme dispõe o artigo 3º, caput, da Lei nº 9.099/95, "o Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade". A perícia informal, prevista no art. 35 da Lei nº 9.099/95, não se coaduna com a perícia fonética, de natureza complexa, que viola os princípios da celeridade, da informalidade e da simplicidade. A perícia fonética não pode ser realizada pela simples inquirição de técnico, conforme prevê o dispositivo legal mencionado. Em caso similar ao dos autos, assim decidiu a Turma Recursal Única do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, em 13/03/2013, relator Juiz Marcelo Sebastião Prado de Moraes: RECURSO INOMINADO. RELAÇÃO DE CONSUMO - EMPRÉSTIMO NÃO REALIZADO. INCLUSÃO INDEVIDA - INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. SEMELHANÇA ENTRE AS ASSINATURAS. NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL. SENTENÇA EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Havendo nos autos contrato a justificar os débitos, em que constam lavradas assinaturas visivelmente semelhantes, imperiosa a necessidade de realização de perícia grafotécnica, a qual não se coaduna com os princípios que norteiam os Juizados Especiais, bem como, pode ser reconhecida, de ofício, pelo magistrado. A extinção do processo sem o julgamento do mérito não obsta a propositura de nova ação perante a Justiça Comum para discutir o direito ora pleiteado, até porque mero boletim de ocorrência produzido unilateralmente não tem o condão de dar a segurança ao magistrado acerca da veracidade de suas informações, bem como, da não celebração do contrato. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, consoante previsão do art. 46 da Lei nº 9.099/95: Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão. HONORÁRIOS E VERBAS SUCUMBENCIAIS. Nos termos do artigo 55 da Lei nº 9.099/95, a parte Recorrente arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre o valor da causa, ressalvada a suspensão, nos moldes do artigo 12, da Lei nº. 1.060/1950, diante da gratuidade de justiça concedida. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. (TJMT; Turma Recursal Única; RI n.º 0016658-62.2013.811.0002; Rel. Juiz Marcelo Sebastião Prado de Moraes; julgado em 13/03/2013). Forçoso concluir, assim, que o Juizado Especial não detém competência para processar e julgar a demanda manejada, vez que o deslinde da controvérsia depende de prova pericial complexa, impondo-se, assim, a extinção do processo, sem resolução do mérito. A requerida apresentou pedido contraposto, todavia, resta prejudicada a sua análise tendo em vista a extinção dos autos. Pelo exposto, acolho a preliminar e DECIDO PELA EXTINÇÃO DO PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, II, da Lei nº 9.099/95. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011242-86.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDINEY ROMAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1011242-86.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da ausência de consulta extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito Deixo de analisar tendo em vista que a parte autora apresentou o referido documento, a requerida reconhece a restrição, bem como também poderia acostar aos autos o referido documento. - Da juntada de documentos sigilosos Deixo de analisar por se tratar de pedido genérico. Mérito Sustenta a parte requerente CLAUDINEY ROMÃO que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$869,18, todavia, "desconhece a dívida em questão". O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foi acostado aos autos no ID 25691509 áudio de ligação realizada pela parte autora contratando os serviços da requerida, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente apresentou impugnação, passando a afirmar que "A Autora não realizou contratação de serviço algum junto a Requerida NO IMPORTE COBRADO, sempre possuiu telefone pré-pago junto a Requerida, quando realizou a conversão para pós-pago, a Requerida deixou de cumprir com os valores que deveriam ser efetivamente cobrado. Note que na petição inicial, o autor jamais negou o vínculo e sim o débito, a Requerida realizou cobranças acima do pactuado, ou seja, o CDC protege o consumidor pela cobrança de valores em excesso". (...) "Excelência, o plano era de R$79,90, em qual momento houve a cobrança deste valor nas faturas apresentadas em peça contestatória?". Registra-se que na inicial a parte autora não faz nenhuma menção quanto à contratação, bem como questiona os valores cobrados. Ademais, não concordando a parte autora com os valores cobrados, deveria desde a inicial arguir a sua não concordância e não fazê-lo apenas após a contratação. Por fim, a parte autora não comprova o pagamento do débito, bem como não comprova que contestou os referidos valores à época, junto à requerida. Comprovado a relação

jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto no valor de R$895,18. Todavia, o pedido contraposto deve guardar relação com o pedido da inicial, cujo valor é de R$ R$869,18, motivo pelo qual, improcede o pleito. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial e do pedido contraposto. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013525-82.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CEZARIO PADILHA DE PAULA FILHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013525-82.2019.8.11.0002 Vistos, etc. A petição acostada no ID 25966683 noticia que as partes transigiram nos autos 1008099-89.2019.8.11.0002, englobando estes autos, conforme minuta acostada no ID 25966166. Pelo exposto, decido pela homologação da transação celebrada pelas partes e com fundamento no artigo 487, III ‘b’ e art. 924, inciso II, ambos do Código de Processo Civil e pela extinção do processo, com resolução do mérito. Custas remanescentes se houver, pela parte Reclamada. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012866-73.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LINDINALVA DE OLIVEIRA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1012866-73.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da necessidade de designação de audiência de instrução e julgamento Deixo de analisar uma vez que a parte autora já compareceu em audiência de conciliação não questionando nenhuma irregularidade na contratação e por se tratar de matéria de direito. - Da ausência de consulta extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito Deixo de analisar tendo em vista que a parte autora apresentou o referido documento, a requerida reconhece a restrição, bem como também poderia acostar aos autos o referido documento. Mérito Inicialmente, determino de ofício a correção do valor da causa, na forma do art. 292, §3º do CPC, por verificar que o montante atribuído pela parte autora não corresponde ao proveito econômico pretendido, pois, in casu, o valor da causa deverá incluir a pretensão de indenização por danos morais, sendo que no presente caso, foi delimitado na quantia de R$5.000,00. Sustenta a parte requerente LINDINALVA DE OLIVEIRA RODRIGUES que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$94,93, todavia, não possuí vínculo com a empresa. O requerido contesta, sustentando que não cometeu nenhum ato ilícito. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte reclamante, em virtude da presunção passar a ser favorável a ele. Destarte, conquanto tenha o reclamado alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais e ter apresentado faturas, relatório de chamadas e telas sistêmicas, tais documentos não são hábeis a comprovar a contratação, uma vez que são considerados unilaterais, portanto, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, tais como, contrato assinado pela parte reclamante. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta, portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela parte reclamada, conforme descrito na inicial. Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. Por outro lado, o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Não tendo a requerida examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo a requerida adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Não há dúvida de que a conduta da reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte reclamante teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte autora. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral configura-se pelo sofrimento

humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. O montante da indenização por danos morais, deve ser suficiente para compensar o dano e a injustiça que a vítima sofreu, proporcionando-lhe uma vantagem, com a qual poderá atenuar seu sofrimento. Não poderá ser, no entanto, fonte de enriquecimento sem causa. Além disso, tem caráter punitivo em relação ao autor da infração, no sentido de que a indenização deve ser uma forma de inibir novas práticas da espécie. Na hipótese presente, infere-se que a reclamada não agiu com culpa grave. A repercussão na esfera psíquica da parte reclamante, decorrente da negativação de seu nome, não pode ser classificada como muito intensa. A reclamada é, sabidamente, uma instituição de grande porte. Entendo que a utilização indevida de dados pessoais não pode se converter em fonte de enriquecimento. Porém, o valor a ser fixado deve atender aos requisitos de razoabilidade e proporcionalidade de cada caso, sendo que fixo neste caso o valor de R$8.000,00 (oito mil reais). A requerida apresentou pedido contraposto, todavia, não comprovou a contratação, motivo pelo qual, improcede o pleito. Pelo exposto, decido pela procedência em parte da pretensão formulada na inicial, para: a) declarar inexigível o débito mencionado na inicial; b) condenar a reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir desta data e, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da inscrição do nome da parte reclamante no rol dos inadimplentes (16/05/2015) e; c) determinar a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, expedindo-se o necessário. Decido ainda, PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012870-13.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
NEREIDE COSTA TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1012870-13.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da ausência de consulta extraída no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito Deixo de analisar tendo em vista que a parte autora apresentou o referido documento, a requerida reconhece a restrição, bem como também poderia acostar aos autos o referido documento. - Do eventual pedido de desistência Deixo de analisar por se tratar de pedido genérico. Mérito Inicialmente, determino de ofício a correção do valor da causa, na forma do art. 292, §3º do CPC, por verificar que o montante atribuído pela parte autora não corresponde ao proveito econômico pretendido, pois, in casu, o valor da causa deverá incluir a pretensão de indenização por danos morais, sendo que no presente caso, foi delimitado na quantia de R$5.000,00. Sustenta a parte requerente LINDINALVA DE OLIVEIRA RODRIGUES que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$169,45, todavia, não possuí vínculo comercial com a empresa. O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foi acostado aos autos no ID 25784557 contrato assinado pela parte autora e cópia dos documentos pessoais, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente não apresentou impugnação. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto, requerendo a condenação da parte autora ao pagamento do débito das faturas objetos da lide, de forma atualizada. Comprovando a requerida a contratação e não tendo parte autora comprovado o pagamento, devido o pleito, todavia, a atualização deverá ser feita de acordo com o dispositivo abaixo. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor de R$5.00,00 equivalente o valor delimitado do pedido de danos morais, com fulcro nos artigos 81 do CPC c/c art. 55 da Lei 9.099/95 e Enunciado 136 FONAJE, considerando a retificação do valor da causa promovida de ofício, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decido ainda, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte requerente pagar à parte requerida a quantia de R$169,45 (cento e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), corrigida monetariamente pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da apresentação do pedido contraposto (05/11/2019), devendo a parte requerida apresentar planilha de cálculo conforme estipulado neste dispositivo. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013580-33.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZEELI MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MOREIRA LEITE NOGUEIRA OAB - MT9943-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):

VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013580-33.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c inexigibilidade de débito c/c indenização por danos morais em que aduz a parte autora GRAZEELI MONTEIRO DA SILVA OLIVEIRA que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida. A parte autora foi intimada no ID 24552073 para apresentar comprovante de residência em seu nome e atualizado e se manifestar acerca da divergência da cidade constante na inicial, conforme se verifica abaixo: "Intima-se a parte autora, nos termos dos artigos 319 e 320 do CPC, no prazo de 15 dias apresentar aos autos comprovante de residência atualizado em nome próprio emitido com no máximo 90 (noventa) dias, bem como esclarecer a cidade divergente constante na petição inicial, onde consta Cuiabá, sob pena de indeferimento da inicial". Todavia, a parte autora se manteve inerte, não apresentando aos autos o referido documento. Decido. Assim, houve o decurso do prazo estabelecido pelo Juízo, e a parte interessada não cumpriu com a diligência e nem praticou o ato que lhe competia, acarretando inexoravelmente a extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, inciso III, do CPC, por abandono da causa. Pelo exposto, decido pela extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso III, do CPC, por abandono da causa. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011204-74.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GRAZIELE PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BIANCA DA SILVA SALOMAO FELIX COSTA OAB - MT26139/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo n.º 1011204-74.2019.8.11.0002 Reclamante: Graziele Pereira Leite Reclamada: Banco Bradesco S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, da Lei nº. 9.099/95. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Das Preliminares As preliminares arguidas pela Reclamada não têm o condão de obstar o julgamento da causa. Por este motivo rejeito a preliminar. Mérito. Pleiteia a parte requerente a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação aos dois débitos que totalizam o valor de R$ 93,90 (noventa e três reais e noventa centavos), desconhecendo por completo o referido débito. A parte requerida, no mérito contesta a parte autora asseverando que os fatos narrados pela parte requerente não são capazes de causar prejuízos e inexiste comprovação de qualquer conduta ilícita ou abusiva pela parte requerida, bem como não deve ser aplicado neste caso a inversão do ônus da prova, visto que não há um mínimo de verossimilhança nas alegações da parte requerente. Ao final pugna pela improcedência dos pedidos. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude de a presunção passar a ser favorável a ela. Primeiramente, constata-se que a parte requerida NÃO juntou qualquer documento referente a serviços prestados que pudessem ser o objeto do apontamento do nome da parte autora ao banco de dados de negativação, não informando nenhuma relação jurídica que possa ter com esta, o que se reveste de imprescindibilidade para a comprovação do alegado. Conquanto tenha a parte requerida alegado que os débitos são decorrentes de um contrato estabelecido entre a parte autora e a empresa suscitada, não há nos autos nenhum documento assinado pela parte requerente, somente faturas com suposta utilização dos serviços pela parte requerente, assim não há qualquer outro meio idôneo de prova, comprovando a contratação de qualquer serviço. Em se tratando de relação de consumo, negada a contratação dos serviços pelo consumidor, é incumbência do responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma inconcussa a origem da dívida, o que não logrou fazer a instituição, ao contrário, se limitou a ficar no campo de afirmações sem bases sólidas. O que se constata compulsando a defesa é que resta razão a parte Reclamante. Frisa-se que em se tratando de relação de consumo e havendo desconhecimento da relação, é incumbência da empresa responsável pela cobrança dos débitos, demonstrar de forma incontestável sua origem, o que não logrou fazer, visto que deixou de trazer aos autos quaisquer documentos. Portanto, não comprovado que os serviços foram regularmente proporcionados, ilegítima a cobrança que gerou a inscrição, fatos que neste caso se revestem de danos passíveis de ressarcimento. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé. Não há dúvida de que a conduta da requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte requerente teve seu nome inscrito no rol dos órgãos de proteção ao crédito, sendo a única inscrição em seu nome. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral se configura pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. A propósito, trago precedente do nosso e. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DESCONTO INDEVIDO - EMPRÉSTIMO CONTRAÍDO POR TERCEIRO - ESTELIONATO - RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA - OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR - DANO MORAL - VALOR - RAZOABILIDADE - HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - CRITÉRIO LEGAL - COMPLEXIDADE RELATIVA E BASE DOCUMENTAL - RECURSOS DESPROVIDOS. Cabe à instituição bancária conferir adequadamente a procedência e veracidade dos dados cadastrais no momento da abertura de conta corrente e da contratação de empréstimo, sob pena de se responsabilizar pelos danos que causar a terceiro. O arbitramento em danos morais deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva, à luz do princípio da razoabilidade. Se a causa tem complexidade relativa e o conjunto probatório é sustentado em base documental, o percentual mínino para fixação de honorários atende o critério legal previsto no art. 20, § 3º do CPC. (TJMT - Ap, 39848/2011 - DES. MARCOS MACHADO j. 17/08/2011). (grifo negrito nosso). Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Pelo exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC e art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida para declarar a inexistência do débito aqui litigado no valor de R$ 93,90 (noventa e três reais e noventa centavos), e condenar a parte requerida ao pagamento de indenização por danos morais à parte requerente no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, calculado desde a prolação desta sentença e acrescidos de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso – 25.03.2019 – data da inclusão do débito no órgão de proteção ao crédito. Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC). Nada sendo

requerido, certifique-se e REMETA-SE ao ARQUIVO com as baixas, anotações e demais formalidades. SUBMETO o presente PROJETO DE SENTENÇA à MM. Juíza de Direito para os fins estabelecidos no artigo 40 da Lei nº. 9.099/1995. Publicada no Sistema. Intime-se. Às providências. Bruno Felipe Monteiro Coelho Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do Juiz Leigo deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016256-51.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUZIA MARIA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAPHAEL ARAUJO SCARDELAI OAB - MT18894-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1016256-51.2019.8.11.0002 Reclamante: Luzia Maria de Almeida Reclamada: Banco Santander (Brasil) S/A. SENTENÇA Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Do Mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar realizar uma compra no comércio local, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 131,92. No entanto, a Autora informou que, de forma absoluta, não tem débito algum com a instituição financeira, motivo pelo qual, acredita que foi negativada de forma indevida e abusiva. Por entender que os fatos acima mencionados lhe proporcionaram prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado sustentou a regularidade da contratação do serviço de cartão de crédito pela Reclamante, bem como, que em decorrência do inadimplemento incorrido pela mesma, apenas exerceu o seu regular direito de cobrança, não havendo de se falar em prática de ato ilícito ou ainda, na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Inicialmente, em consonância com o artigo 6º, VIII, do Código do Consumidor, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo probatório colacionado aos autos, tenho que o Reclamado não se desincumbiu do ônus de comprovar qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo das pretensões inaugurais (artigo 373, II, do CPC/2015). Apesar de o Reclamado ter sustentado a regularidade do vínculo com a parte Autora, registra-se que a instituição financeira se limitou em colacionar ao corpo de sua defesa o "print" de algumas telas sistêmicas, não anexando aos autos absolutamente nenhum documento apto para comprovar a efetiva contratação dos seus serviços. Com a devida vênia aos argumentos exarados na contestação, contemplo o entendimento de que, por se tratarem de provas de cunho unilateral, o simples "print" de algumas telas sistêmicas (as quais não passam de réplicas de faturas) não se revela suficiente para comprovar a existência de relação negocial, tampouco a legitimidade da dívida que está sendo exigida da consumidora. No intuito de corroborar o referido posicionamento, segue destacada, por analogia, uma jurisprudência proveniente do TJMG: "APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL COM PEDIDO DE LIMINAR, INAUDITA ALTERA PARTE - NEGATIVAÇÃO JUNTO AO SPC/SERASA - ORIGEM DO DÉBITO NÃO DEMONSTRADA - DOCUMENTOS UNILATERAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - QUANTUM INDENIZATÓRIO - REDUÇÃO - NÃO CABIMENTO. A simples negativação indevida enseja dano moral e direito à indenização, independente de qualquer outra prova, porque neste caso é presumida a ofensa à honra e ao bom nome do cidadão. A mera apresentação de telas de sistema informatizado, desacompanhadas de quaisquer outras evidências acerca da formalização da relação jurídica entre as partes, não é suficiente para comprovar a existência da dívida, dado o caráter unilateral de tais documentos. (...). (TJ-MG - AC: 10000181436700001 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 12/03/0019).". (Destaquei). In casu, entendo que cabia ao Reclamado comprovar a efetiva contratação de famigerado serviço de cartão de crédito mediante a apresentação de documentos dotados de integridade, como por exemplo um instrumento contratual devidamente assinado pela cliente, bem como, os documentos pessoais apresentados no momento da suposta contratação ou ainda, um arquivo de áudio em que a própria Reclamante tenha externado a sua adesão a algum serviço que lhe foi ofertado, ônus este que, definitivamente, a instituição financeira não se desincumbiu. No que se refere às "faturas de cobrança" apresentadas com a defesa, entendo que tais documentos, por estarem desprovidos de um instrumento contratual assinado ou de um eventual arquivo de áudio, conservam apenas um caráter unilateral, não se revelando como provas idôneas. Portanto, não tendo sido devidamente comprovada a relação contratual existente entre os litigantes, entendo que a negativação registrada em detrimento da Reclamante se revelou totalmente ilícita (artigo 186 do Código Civil), amparando as pretensões submetidas à apreciação deste juízo. Ainda que o Reclamado tente se esquivar de suas responsabilidades, cumpre registrar que, em se tratando o vínculo existente entre as partes de uma relação consumerista (em que as condutas dos fornecedores são inequivocadamente norteadas pelo princípio do interesse econômico), o mesmo assume todos os riscos do seu negócio, razão pela qual, deveria ter adotado todas as medidas preventivas que se fizessem necessárias para formalizar a contratação de quaisquer dos seus serviços e, consequentemente, evitar que consumidores como a Reclamante fossem prejudicados. No que tange à reparação do dano, por se tratar de uma relação regida pelo Código do Consumidor, incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O diploma consumerista preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos" (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta perpetrada pelo Reclamado provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Postulante teve o seu nome negativado indevidamente perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. Nesse sentido, segue destacada uma decisão colegiada contemplada pelo TJSE: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. INSUBORDINAÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA RÉ. ATO ILÍCITO. INCLUSÃO INDEVIDA EM ÓRGÃOS DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. DÍVIDA DE CARTÃO DE CRÉDITO NÃO COMPROVADA PELA PARTE RÉ. AUSÊNCIA DE CONTRATO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DA EMPRESA. RISCOS DA ATIVIDADE. CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. FATO IMPEDITIVO DO RESSARCIMENTO. NÃO APRESENTADO. EMPRESA DEMANDADA NÃO SE DESINCUMBIU DE SEU ÔNUS PROBATÓRIO (ART. 373, II DO NCPC), JÁ QUE NÃO COMPROVOU A REALIZAÇÃO DE NEGÓCIO JURÍDICO ENTRE AS PARTES. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO QUE ENSEJOU A ANOTAÇÃO TIDA POR INDEVIDA. DECORRENTE DO PRÓPRIO RECONHECIMENTO DA ILEGALIDADE DA NEGATIVAÇÃO. DANO MORAL. CONFIGURADO. (...). MANUTENÇÃO DA SENTENÇA QUE SE IMPÕE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJ-SE - AC: 00001633120178250060, Relator: Cezário Siqueira Neto, Data de Julgamento: 02/09/2019, 1ª CÂMARA CÍVEL).". (Destaquei). No que concerne à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in

re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa a sua comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Visando resguardar os fundamentos acima, segue colacionada uma jurisprudência do TJMG: “APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C DANOS MORAIS - NEGATIVAÇÃO INDEVIDA - DANOS MORAIS IN RE IPSA - VALOR - RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. 1 – (...). 2 - O valor da indenização por danos morais deve ser fixado considerando o grau da responsabilidade atribuída ao réu, a extensão dos danos sofridos pela vítima, bem como a condição social e econômica do ofendido e do autor da ofensa, atentando-se, também, para os princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade. (TJ-MG - AC: 10000181439274001 MG, Relator: Claret de Moraes, Data de Julgamento: 10/02/2019).”. (Destaquei). Por derradeiro, registra-se que este juízo não pode fechar os olhos no que tange a existência de outra negativação em nome da Reclamante, conforme pode ser facilmente visualizado no comprovante de restrição anexo à exordial. Embora o apontamento adicional efetivado pela credora “HAVAN LOJAS DEPARTAMENTO LTDA.” não seja preexistente à anotação que está sendo debatida na presente demanda (o que, por sua vez, afasta a incidência da súmula 385 do STJ), entendo que o mesmo não pode ser ignorado, pois detém irrefutável importância para fins de arbitramento do quantum indenizatório. Feitas as ponderações acima mencionadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o fato de existir outra restrição em nome da Reclamante e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida, primeiramente para DECLARAR a inexigibilidade do débito debatido nos autos, bem como, DETERMINAR ao Reclamado para promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da presente data. Ademais, CONDENO o Reclamado ao pagamento de uma indenização por danos morais à Reclamante no importe de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), a ser corrigido monetariamente pelo índice INPC, a partir da prolação desta sentença (súmula 362 STJ) e ainda, acrescido de juros simples de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir do evento danoso (súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação do apontamento restritivo (27/07/2019). Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da Reclamante (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 09 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014240-27.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LARISSA NAYARA DE OLIVEIRA COSTA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI OAB - MT20005-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1014240-27.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da incompetência para julgamento Deixo de analisar por se confundir com o mérito. - Da Prescrição Alega a reclamada que a pretensão autoral encontra-se prescrita, visto que o ato ilícito motivador da presente ação ocorreu em 12/2015, tendo a ação sido proposta somente após o prazo de 03 (três) anos previsto no artigo 206, §3º, V do Código Civil. Entretanto, em que pese à alegação da parte requerida, a pretensão autoral é amparada pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo certo que para a hipótese de reparação de danos, o prazo é quinquenal, conforme artigo 27 do CDC, in verbis: Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria. Ademais, entendo que no presente caso, por se tratar de negativação do nome da parte autora ainda ativa, o dano é continuado ao longo do tempo. Rejeito, pois, a preliminar em epígrafe. - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. Mérito Sustenta a parte requerente LARISSA NAYARA DE OLIVEIRA COSTA que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$523,05, todavia, “Ante o fato de não ter convencionado o contrato e débito acima mencionados com a parte Requerida, nem mesmo autorizado à realização em seu nome, os atos jurídicos que lhe são atribuídos, revestem-se de nulidade”. O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com o banco. Foi acostado aos autos no ID 26131166 termo de adesão assinado pela parte autora e cópia de documento pessoal, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. A parte requerente não apresentou impugnação. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu, ressaltando

que a parte não impugnou os contratos apresentados. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito-

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013595-02.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOAO DA SILVA CAMPOS (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
HERBERT REZENDE DA SILVA OAB - MT16773-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013595-02.2019.8.11.0002 Vistos, etc. A petição acostada no ID 26405750 noticia que as partes transigiram. Pelo exposto, decido pela homologação da transação celebrada pelas partes e com fundamento no artigo 487, III ‘b’ e art. 924, inciso II, ambos do Código de Processo Civil e pela extinção do processo, com resolução do mérito. Custas remanescentes se houver, pela parte Reclamada. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014248-04.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS HENRIQUE SODRE MARQUES (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT0020413A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1015598-27.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. - Da Prescrição Alega a reclamada que a pretensão autoral encontra-se prescrita, visto que o ato ilícito motivador da presente ação ocorreu em 04/2015, tendo a ação sido proposta somente após o prazo de 03 (três) anos previsto no artigo 206, §3º, V do Código Civil. Entretanto, em que pese à alegação da parte requerida, a pretensão autoral é amparada pelo Código de Defesa do Consumidor, sendo certo que para a hipótese de reparação de danos, o prazo é quinquenal, conforme artigo 27 do CDC, in verbis: Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria. Ademais, entendo que no presente caso, por se tratar de negativação do nome da parte autora ainda ativa, o dano é continuado ao longo do tempo. Rejeito, pois, a preliminar em epígrafe. - Da inépcia da inicial: do documento unilateral Deixo de analisar tendo em vista que a parte autora apresentou o referido documento, a requerida reconhece a restrição, bem como também poderia acostar aos autos o referido documento. Mérito Sustenta a parte requerente MARCOS HENRIQUE SODRE MARQUES que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida por um débito no valor de R$568,46, no entanto, presumindo se tratar de fraude. O requerido contesta, sustentando que não cometeu nenhum ato ilícito. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte reclamante, em virtude da presunção passar a ser favorável a ele. Destarte, conquanto tenha o reclamado alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, tais como, contrato assinado pela parte reclamante. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta,

portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela parte reclamada, conforme descrito na inicial. Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. Por outro lado, o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Não tendo a requerida examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo a requerida adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Não há dúvida de que a conduta da reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte reclamante teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte autora. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral configura-se pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. O montante da indenização por danos morais, deve ser suficiente para compensar o dano e a injustiça que a vítima sofreu, proporcionando-lhe uma vantagem, com a qual poderá atenuar seu sofrimento. Não poderá ser, no entanto, fonte de enriquecimento sem causa. Além disso, tem caráter punitivo em relação ao autor da infração, no sentido de que a indenização deve ser uma forma de inibir novas práticas da espécie. Na hipótese presente, infere-se que a reclamada não agiu com culpa grave. A repercussão na esfera psíquica da parte reclamante, decorrente da negativação de seu nome, não pode ser classificada como muito intensa. A reclamada é, sabidamente, uma instituição de grande porte. Entendo que a utilização indevida de dados pessoais não pode se converter em fonte de enriquecimento. Porém, o valor a ser fixado deve atender aos requisitos de razoabilidade e proporcionalidade de cada caso, sendo que fixo neste caso o valor de R$8.000,00 (oito mil reais). Pelo exposto, decido pela procedência em parte da pretensão formulada na inicial, para: a) declarar inexigível o débito mencionado na inicial; b) condenar a reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir desta data e, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da inscrição do nome da parte reclamante no rol dos inadimplentes (24/04/2015) e; c) determinar a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, expedindo-se o necessário. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013895-61.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUCIMAR GUIMARAES SANTANA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013895-61.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da juntada de documentos sigilosos Deixo de analisar por se tratar de pedido genérico. - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. - Da incompetência para julgamento Deixo de analisar por se confundir com o mérito. Mérito Sustenta a parte requerente JUCIMAR GUIMARAES SANTANA que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$255,50, todavia, "DESCONHECE TOTALMENTE ESTE DÉBITO BEM COMO O CONTRATO DE Nº 0222576931". O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foi acostado aos autos no ID 25935280 contrato assinado pela parte autora e cópia dos documentos pessoais, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente apresentou impugnação, requerendo a realização de perícia, alegando genericamente que a assinatura possui "divergência gritante", todavia, não impugnou especificamente os documentos pessoais apresentados, bem como não aponta a existência das supostas divergências nas assinaturas. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto, requerendo a condenação da parte autora ao pagamento do débito, no total de R$255,50 (duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos). Comprovando a requerida a contratação e não tendo parte autora comprovado o pagamento, devido o pleito. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte

autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decido ainda, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte requerente pagar à parte requerida a quantia de R$255,50 (duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos), corrigida monetariamente pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da apresentação do pedido contraposto (08/11/2019), devendo a parte requerida apresentar planilha de cálculo conforme estipulado neste dispositivo. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo C U M P R I M E N T O V O L U N T Á R I O d a CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014263-70.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA APARECIDA DA SILVA AMORIM (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1014263-70.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da impugnação ao pedido de justiça gratuita Aduz a requerida que a parte requerente não faz jus aos benefícios da justiça gratuita, haja vista não ter comprovado aos autos o preenchimento aos requisitos para o seu deferimento. Em que pese a alegação da requerida, em se tratando desta justiça especializada, não há se falar em custas, taxas ou despesas quando o feito está tramitando em primeiro grau (artigo 54 da Lei nº 9.099/95), motivo pelo qual, inexiste motivo para que nesta fase processual seja analisado o pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte requerente. Destarte, rejeito a preliminar supra. - Da falta de interesse de agir O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. - Da inaplicabilidade do CDC e da inversão do ônus da prova Postergo a análise. Mérito Sustenta a parte requerente CARLA APARECIDA DA SILVA AMORIM que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida pelos débitos nos valores de R$294,91; R$99,50; R$ 294,91 e R$99,50, no entanto, não consumiu os serviços da requerida. O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foram acostados aos autos nos ID’S 25976119 e 25976120 ficha cadastral e pedidos assinados pela parte autora, cópia dos documentos pessoais, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente não apresentou impugnação. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu, ressaltando que a parte não impugnou os contratos apresentados. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto, requerendo a condenação da parte autora ao pagamento dos débitos objetos da lide, de forma atualizada, apresentando planilha de cálculo atualizada. Comprovando a requerida a contratação e não tendo parte autora comprovado o pagamento, devido o pleito, todavia, a atualização deverá ser feita de acordo com o dispositivo abaixo. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decido ainda, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte requerente pagar à parte requerida a quantia de R$788,82 (setecentos e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), corrigida monetariamente pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da apresentação do pedido contraposto (08/11/2019), devendo a parte requerida apresentar planilha de cálculo conforme estipulado neste dispositivo. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo C U M P R I M E N T O V O L U N T Á R I O d a CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014198-75.2019.8.11.0002

Parte(s) Polo Ativo:
GABRIELA BARBOSA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1014198-75.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da incompetência para julgamento Deixo de analisar por se confundir com o mérito. - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. - Da inépcia da inicial - extrato do SPC/SERASA Deixo de analisar tendo em vista que a parte autora apresentou o referido documento, a requerida reconhece a restrição, bem como também poderia acostar aos autos o referido documento. Mérito Sustenta a parte requerente GABRIELA BARBOSA DA SILVA que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida por um débito no valor de R$1.007,19, no entanto, não contraiu tal débito. O requerido contesta, sustentando que não cometeu nenhum ato ilícito. Foi acostado aos autos no ID 26183338 (página 04 da defesa) proposta de adesão assinado pela parte autora, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. A parte requerente não apresentou impugnação. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu, ressaltando que a parte não impugnou os contratos apresentados. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012360-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DENIS NUNES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO JOSE OJEDA NUNES OAB - MT23840/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo: 1012360-97.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência de instrução, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminar - Da retificação do polo passivo A requerida requereu a retificação do polo passivo, para que passe a constar FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IPANEMA VI NP. Tendo em vista que foi a FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS IPANEMA VI NP que apresentou contestação, nada obsta que ela figure no polo passivo da presente ação. Destarte, acolho o pedido formulado. Procedam-se as devidas retificações. Mérito Pleiteia a parte requerente DENIS NUNES DA SILVA, indenização por danos morais ao argumento que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito no valor de R$3.717,38, todavia, não contraiu tal débito. A parte requerida, em sua peça de bloqueio, assevera que firmou Contrato de Cessão de Direitos Creditórios com a Via Varejo S/A, sendo totalmente legítima a cobrança e a negativação perpetrada. Pelas provas acostadas ao feito, ficou demonstrada a negativação do nome da parte Reclamante pela empresa Reclamada. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte requerente, em virtude da presunção passar a ser favorável a ela. Em que pesem as alegações da parte Reclamada, a cessão de crédito não restou suficientemente demonstrada no processo. Isso porque a parte Reclamada não trouxe aos autos o instrumento HÁBIL de cessão de crédito pactuado entre ela e a Via Varejo S/A. Registra-se que os aditamentos nos termos de cessão ocorreram em 10/10/2018, ou seja, após a restrição em 07/05/2018, bem como os débitos são distintos. Além de não trazer nenhum documento HÁBIL que demonstre a cessão de crédito, não existem provas de que o crédito específico da parte Reclamante foi cedido a Reclamada. Ademais, a parte Reclamada em momento algum na contestação informa qual operação financeira realizada entre a parte Reclamante e a empresa cedente gerou os débitos tratados no presente processo. Não se sabe qual o que foi pactuado entre a parte Reclamante e a empresa cedente, se foi um empréstimo, um financiamento ou o uso de um cheque especial que

gerou o débito. Também não se sabe o valor total da operação financeira e como deveria ser adimplido esse contrato. Assim, não existe nos autos prova da origem, da validade e da regularidade da cobrança objeto da presente ação, por assim a parte reclamada não se descurou do ônus probatório que lhe incumbia, seja por força do art. 373, II do CPC, seja pela inversão do ônus da prova concedida em favor do consumidor, restando cabível, pois, A DESCONSTITUIÇÃO DO DÉBITO NEGATIVADO, BEM COMO A CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14 que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Por outro lado, o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo ao requerido agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Não tendo o requerido examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo o requerido adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos, concorreu para a concretização da lesão. Não há dúvida de que a conduta da parte requerida provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral. Ademais, o entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte requerente. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral configura-se pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. O montante da indenização, por danos morais, deve ser suficiente para compensar o dano que a vítima sofreu, proporcionando-lhe uma vantagem, com a qual poderá atenuar seu sofrimento. Não poderá ser, no entanto, fonte de enriquecimento sem causa. Além disso, tem caráter punitivo em relação ao autor da infração, no sentido de que a indenização deve ser uma forma de inibir novas práticas da espécie. O ressarcimento do dano em si possui natureza sancionatória indireta, servindo para desestimular o ofensor à repetição do ato, pois sabe que terá de responder pelos prejuízos que causar a terceiros. O caráter punitivo é meramente reflexo ou indireto, o autor do dano sofrerá um desfalque patrimonial que desestimulará a reiteração da conduta lesiva. O castigo e a pena somente se impõem em defesa da sociedade segundo as normas penais. À vítima não assiste nenhum tipo de vingança contra o ofensor; cabe a ela apenas o ressarcimento do prejuízo sofrido. A natureza privada da lesão individual exige que a reparação civil não esteja impregnada de cunho repressivo exorbitante, devendo o caráter punitivo da indenização por dano moral ser levado em conta pelo juiz apenas a título de critério subsidiário, e nunca como dado principal e determinante do cálculo do arbitramento. Na hipótese presente, infere-se que a parte requerida não agiu com culpa grave. A repercussão na esfera psíquica da parte requerente pode ser considerada moderada, se comparada a outras adversidades. A parte requerida é empresa de grande porte. Feita essas considerações, considero adequada a fixação da indenização em R$ 8.000,00. Pelo exposto, decido pela procedência em parte da pretensão formulada na inicial, para: 1) declarar a inexistência da relação jurídica, bem como, do débito mencionado na inicial; 2) determinar que o requerido exclua os dados da parte requerente dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, no prazo de 48 horas a contar da intimação da presente decisão, e; c) condenar a parte requerida pagar ao requerente, a título de danos morais, R$ 8.000,00 (oito mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir desta data e, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da inclusão do nome do requerente nos cadastros de restrição ao crédito (07/05/2018). Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014250-71.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VALDINEIA DA SILVA JUSTINO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1014250-71.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da juntada de documentos sigilosos Deixo de analisar por se tratar de pedido genérico. - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. - Da incompetência para julgamento Deixo de analisar por se confundir com o mérito. - Da atuação do patrono da parte autora A requerida arguiu ainda a centena de distribuição de ações idênticas, todavia, a própria empresa caso entenda necessário, poderá tomar as medidas cabíveis. Mérito Sustenta a parte requerente VALDINEIA DA SILVA JUSTINO que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$136,17, todavia, não contraiu tal débito. O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foi acostado aos autos no ID 26118474 áudio de ligação realizada pela parte autora contratando os serviços da requerida, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente apresentou impugnação, alegando genericamente que o documento assinado apresentado pela requerida não se trata de contrato e que não é possível, pelo áudio, negativar o nome da autora, todavia, não impugnou especificamente os documentos apresentados, apontando a existência de divergências. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as

negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto no valor de R$136,17. Comprovando a requerida a contratação e não tendo parte autora comprovado o pagamento, devido o pleito. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decido ainda, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte requerente pagar à parte requerida a quantia de R$136,17 (cento e trinta e seis reais e dezessete centavos), corrigida monetariamente pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da apresentação do pedido contraposto (13/11/2019), devendo a parte requerida apresentar planilha de cálculo conforme estipulado neste dispositivo. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010824-51.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDER DA SILVA NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1010824-51.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da inépcia da inicial Arguiu a parte reclamada a preliminar de inépcia, sob o fundamento que a parte autora não apresentou comprovante de residência em seu nome. Em que pese o entendimento atual quanto a necessidade de apresentação de comprovante de residência no próprio nome da parte autora, no entanto, considerando o decurso da ação e o princípio da celeridade, deixo de aplicar o referido entendimento na presente lide. Ademais, nos termos do artigo 4º da Lei 9099/95, é competente, para as causas previstas nesta Lei, o Juizado do foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório e, ainda, em qualquer hipótese, poderá a ação ser proposta no foro previsto no inciso I deste artigo. Ressalto por fim que, a requerida possui loja nesta Comarca. Assim, rejeito a preliminar arguida. - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. Mérito Sustenta a parte requerente EDER DA SILVA NASCIMENTO que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida por um débito no valor de R$136,26, no entanto, não consumiu os serviços cobrados. O requerido contesta, sustentando que não cometeu nenhum ato ilícito. A inversão do ônus da prova libera o consumidor da obrigação de provar a existência dos fatos constitutivos do seu direito, passando a incumbência à parte contrária que deverá comprovar a existência de fatos impeditivos do direito da parte reclamante, em virtude da presunção passar a ser favorável a ele. Destarte, conquanto tenha o reclamado alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, tais como, contrato assinado pela parte reclamante. Infere-se, portanto, que ocorreu a utilização indevida dos dados pessoais da parte reclamante, resta, portanto, configurada a falha na prestação de serviço praticada pela parte reclamada, conforme descrito na inicial. Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e a terceiros. Por outro lado, o fato de terceiro só exclui a responsabilidade civil do causador direto do dano, se ficar caracterizada a imprevisibilidade do evento danoso. A atuação de falsários é fato previsível, incumbindo à requerida agir com diligência para não causar prejuízos a terceiros. Não tendo a requerida examinado com cuidado a documentação apresentada para a contratação, agiu com imprudência, surgindo, por consequência, o dever de indenizar. Hodiernamente a atuação de falsários é fato previsível, e não tendo a requerida adotado mecanismos tendentes a evitar os fatos concorreu para a concretização da lesão. Não há dúvida de que a conduta da reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte reclamante teve o crédito abalado. O entendimento doutrinário jurisprudencial predominante é no sentido de que a inclusão ou manutenção do nome nos cadastros restritivos de crédito gera, por si só, dano moral. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pela parte autora. A prova do reflexo patrimonial do prejuízo não se faz necessária, visto que o dano moral configura-se pelo sofrimento humano resultante de lesão de direitos da personalidade. O dano moral prescinde de prova. O montante da indenização por danos morais, deve ser suficiente para compensar o dano e a injustiça que a vítima sofreu, proporcionando-lhe uma vantagem, com a qual poderá atenuar seu sofrimento. Não poderá ser, no entanto, fonte de enriquecimento sem causa. Além disso, tem caráter punitivo em relação ao autor da infração, no sentido de que a indenização deve ser uma forma de inibir novas práticas da espécie. Na hipótese presente, infere-se que a reclamada não agiu com culpa grave. A repercussão na esfera psíquica da parte reclamante, decorrente da negativação de seu nome, não pode ser classificada como muito intensa. A reclamada é, sabidamente, uma instituição de grande porte. Entendo que a utilização

indevida de dados pessoais não pode se converter em fonte de enriquecimento. Porém, o valor a ser fixado deve atender aos requisitos de razoabilidade e proporcionalidade de cada caso, sendo que fixo neste caso o valor de R$8.000,00 (oito mil reais). A requerida apresentou pedido contraposto, no entanto, não comprovou a contratação. Pelo exposto, decido pela procedência em parte da pretensão formulada na inicial, para: a) declarar inexigível o débito mencionado na inicial; b) condenar a reclamada pagar à parte reclamante a quantia de R$8.000,00 (oito mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir desta data e, acrescidos de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da inscrição do nome da parte reclamante no rol dos inadimplentes (26/04/2019) e; c) determinar a exclusão do nome da parte reclamante dos cadastros de restrição ao crédito, expedindo-se o necessário. DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013119-61.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA DIAS DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FERNANDO DA SILVA OAB - MT17657-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013119-61.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da incompetência para julgamento Deixo de analisar por se confundir com o mérito. - Da falta de interesse O exercício do direito de ação deve estar fundado no interesse de agir, de modo que seja obtido um provimento jurisdicional necessário e útil com a demanda, do ponto de vista processual. O direito de agir decorre da necessidade da intervenção estatal, sempre que haja resistência à pretensão da parte requerente. O interesse de agir, requisito instrumental da ação, de acordo com os ensinamentos de Humberto Theodoro Júnior, verifica-se "se a parte sofre um prejuízo, não propondo a demanda, e daí resulta que, para evitar esse prejuízo, necessita exatamente da intervenção dos órgãos jurisdicionais" (Teoria Geral do Direito Processual Civil e Processo de Conhecimento, I/55-56). Assim, localiza-se o interesse processual não apenas na utilidade, mas especificamente na necessidade do processo a viabilizar a aplicação do direito objetivo ao caso concreto. Por outro lado, o interesse processual, como as demais condições da ação, deve ser visto sob o ângulo estritamente processual e consiste em poder a parte, em tese, buscar a tutela jurisdicional, independentemente de, ao final, o pedido ser julgado procedente ou improcedente. No caso de pedido indenizatório, alegando a parte requerente que o requerido praticou ato ilícito, que lhe causou prejuízos de ordem moral, caracteriza o interesse processual, pois a parte que se sente lesada tem necessidade de ir a juízo para pleitear a tutela pretendida. Afasto, pois, a preliminar. Mérito Sustenta a parte requerente MARTA DIAS DOS SANTOS que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$175,94, todavia, não possui nenhum vínculo com a empresa. O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foi acostado aos autos no ID 26148106 áudio de ligação realizada pela parte autora contratando os serviços da requerida, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente apresentou impugnação, todavia, não impugnou especificamente a áudio apresentado, apontando a existência de divergências. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto no valor de R$175,94. Comprovando a requerida a contratação e não tendo parte autora comprovado o pagamento, devido o pleito. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decido ainda, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte requerente pagar à parte requerida a quantia de R$175,94 (cento e setenta e cinco reais e noventa e quatro centavos), corrigida monetariamente pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da apresentação do pedido contraposto (14/11/2019), devendo a parte requerida apresentar planilha de cálculo conforme estipulado neste dispositivo. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)“receber, dar quitação”. Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014307-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS GREGORIO DA SILVA SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI OAB - MT20005-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1014307-89.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Sustenta a parte reclamante MARCOS GREGORIO DA SILVA SANTOS que teve seu nome negativado pela requerido por um débito no valor de R$272,66. Em consulta ao sistema projudi foi localizado o processo n.º 8012437-55.2017.811.0002 em desfavor do Banco Bradesco Financiamentos, que tramitou perante o Juizado Especial Cível de Várzea Grande/MT, sendo julgado improcedente em que se discute o mesmo débito da presente ação. In casu, está evidenciada a identidade da discussão acerca dos mesmos fatos nos autos 8012437-55.2017.811.0002. Portanto, o presente processo comporta extinção, sem julgamento do mérito, ex vi do art. 485, incisos V do CPC. Pelo exposto, decido pela extinção do processo, sem resolução do mérito, reconhecendo a ocorrência da coisa julgada, nos termos do artigo supramencionado. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014312-14.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROSANGELA DA SILVA TEIXEIRA BENITES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE BERNARDO DUZANOWSKI OAB - MT20005-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1014312-14.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355 inc. I do CPC. Preliminares - Da inépcia da inicial: do documento unilateral Deixo de analisar tendo em vista que a parte autora apresentou o referido documento, a requerida reconhece a restrição, bem como também poderia acostar aos autos o referido documento. - Da juntada de documentos sigilosos Deixo de analisar por se tratar de pedido genérico. Mérito Sustenta a parte requerente ROSANGELA DA SILVA TEIXEIRA BENITES que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida no valor de R$188,93, todavia, "Ante o fato de não ter convencionado o contrato e débito acima mencionados com a parte Requerida, nem mesmo autorizado à realização em seu nome, os atos jurídicos que lhe são atribuídos, revestem-se de nulidade" (...). O requerido contesta, sustentando que a parte autora contratou com a empresa. Foi acostado aos autos no ID 26160200 a 26160202 contrato assinado pela parte autora e cópia dos documentos pessoais, comprovando a existência da relação jurídica entre as partes e a origem do débito, sendo a negativação devida. Não obstante o Código de Defesa do Consumidor preveja a inversão do ônus da prova, esta não tem caráter absoluto, tendo em vista que cabe à parte reclamante o ônus da prova, quanto ao fato constitutivo de seu direito, conforme preceitua o art. 373, I do Código de Processo Civil. No caso, a parte requerente não apresentou impugnação. Comprovado a relação jurídica, cabia à parte autora apresentar comprovantes de pagamentos, ônus que não se desincumbiu. Presentes indícios substanciais de que os débitos que ensejaram as negativações são devidos, presume-se verdadeira a versão posta na contestação e, havendo débitos, a inclusão da devedora nos cadastros restritivos de crédito constitui exercício regular do direito. Dessa forma não há que se falar em inexistência de débitos, bem assim de configuração de danos morais. Não resta dúvida, portanto, de que a parte reclamante não quitou seu débito com a requerida. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. A requerida apresentou pedido contraposto, requerendo a condenação da parte autora ao pagamento do débito, no total de R$188,93 (cento e oitenta e oito reais e noventa e três centavos). Comprovando a requerida a contratação e não tendo parte autora comprovado o pagamento, devido o pleito. Isto posto, nos termos do art. 487, I, do CPC, DECIDO PELA IMPROCEDÊNCIA da pretensão deduzida na inicial, bem como CONDENO a parte autora ao pagamento de multa de 9% sobre o valor da ação, corrigidos à época do pagamento. Ademais, ainda, CONDENO a parte autora ao pagamento das custas do processo, bem assim dos honorários do advogado que sugiro seja fixado no montante de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Decido ainda, PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA DO PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte requerente pagar à parte requerida a quantia de R$188,93 (cento e oitenta e oito reais e noventa e três centavos), corrigida monetariamente pelo INPC, a partir de cada vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da apresentação do pedido contraposto (14/11/2019), devendo a parte requerida apresentar planilha de cálculo conforme estipulado neste dispositivo. Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. MAISA ALVES DO CARMO Juíza Leiga Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013504-09.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCUS VINICIUS DE ANGELIS SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1013504-09.2019.8.11.0002 Reclamante: Marcus Vinicius de Angelis Silva Reclamado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, em não havendo a necessidade de serem produzidas outras provas (seja documental, testemunhal ou pericial) para fins de auxiliar este juízo na formação do convencimento, delibero por julgar antecipadamente a presente lide (artigo 355, I, do Código de Processo Civil). Fundamento e decido. Compulsando os autos, verifico inicialmente a necessidade de tecer algumas considerações acerca da ausência injustificada do Reclamante em audiência conciliatória. Sabe-se que a informatização do processo judicial veio como meio teoricamente eficaz para garantir a celeridade da tramitação processual, esperança de um processo viável, célere e econômico. Assim, o acompanhamento pelos patronos das partes pode ocorrer a qualquer hora, estando disponível para consultar os andamentos/movimentos, bem como, visualizar petições anexadas por quaisquer patronos ou servidores judiciais que movimentam/peticionam os processos judiciais eletrônicos com assinatura digital. Na presente lide, alguns dias antes da realização da audiência de conciliação, o Reclamado anexou sua defesa aos autos, juntamente com alguns documentos aptos a comprovar o vínculo existente com o Demandante, dentre eles instrumentos contratuais, documentos pessoais,

notas fiscais e ainda, certidões comprobatórias de cessão de crédito. A meu ver, tudo indica que, após tomar conhecimento prévio das provas apresentadas pelo Reclamado, o Reclamante voluntariamente deixou de comparecer à sessão de conciliação realizada nos autos e o pior, até a presente data, não apresentou nenhum argumento para tentar justificar a sua ausência. Embora a patrona do Postulante tenha se dignado em comparecer na solenidade de conciliação realizada em 29/10/2019, chegando inclusive a postular pela abertura do prazo de 05 (cinco) dias para apresentar alguma justificativa acerca da ausência de seu cliente, entendo que tal providência independe de qualquer pronunciamento deste juízo, afinal, o maior interessado em comprovar que a ausência foi motivada por um fundamento legítimo é justamente o próprio Reclamante. Nota-se neste Juizado um elevado número de processos, cuja parte autora deixa de comparecer à audiência de conciliação, "abandonando o processo", após a juntada da Contestação (anexada antes da audiência de conciliação e com contrato assinado), fazendo emergir o seu desrespeito não só com o Poder Judiciário, como também, com a parte que foi citada para litigar em juízo. A princípio, a ausência do Demandante na audiência de conciliação implicaria na extinção do feito sem a resolução do mérito, no entanto, em respeito aos atos processuais já praticados, bem como, considerando que os presentes autos já se encontram maduros para a apreciação do mérito e ainda, a fim de evitar a insegurança proveniente da possibilidade de ser ajuizada uma nova ação debatendo exatamente os mesmos fatos (gerando novas despesas para o Poder Judiciário e para a parte que se encontra no polo passivo), deixo de extinguir a ação pela contumácia e, consequentemente, passo ao julgamento do mérito da demanda. Do Mérito: O Reclamante esclareceu na petição inicial que teve o nome negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 1.461,35. No entanto, o Autor sustentou que, independentemente do que ocasionou a negativação, de sua parte não houve nenhuma atitude que justificasse a referida cobrança. Por entender que foi negativado indevidamente e ainda, que tal fato lhe proporcionou prejuízos de ordem moral, o Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado esclareceu que a pendência debatida na lide foi originalmente contraída pelo Reclamante junto à uma das lojas do grupo "Via Varejo" (Casas Bahia e Ponto Frio), bem como, que a dívida em questão lhe foi posteriormente cedida por intermédio de um contrato de cessão de crédito firmado junto ao referido grupo (cedente). O Reclamado defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pelo Reclamante, apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor do Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo documental colacionado aos autos, entendo que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Inicialmente, no tocante ao vínculo existente entre os litigantes, tenho que o mesmo restou devidamente comprovado, haja vista que, segundo consta das "CERTIDÕES" anexas ao ID nº 25325420, a dívida questionada pelo Reclamante foi objeto de um contrato de cessão de crédito firmado (em 15/12/2017) entre o Reclamado (cessionário) e o grupo "Via Varejo S/A." (cedente), passando o Réu, desde então, a figurar legalmente na qualidade de credor da pendência outrora inadimplida pelo Postulante. De suma importância consignar que, além de comprovar a regularidade da cessão de crédito, o Reclamado igualmente comprovou o vínculo jurídico outrora estabelecido entre o Reclamante e uma das empresas (qual seja, "Casas Bahia") do referido grupo cedente, bem como, esclareceu precisamente a origem da dívida que culminou no apontamento submetido à apreciação deste juízo. No que se refere ao vínculo negocial outrora estabelecido entre o consumidor e uma das empresas do grupo "Via Varejo S/A." (cedente), entendo que o mesmo restou devidamente comprovado, pois, o Reclamado (cessionário) foi diligente em apresentar a este juízo a cópia de esclarecedores documentos, dentre eles: - instrumentos contratuais ("Contratos de Venda Financiada") devidamente assinado; - "Cédula de Identidade"; - "Fichas para Aprovação de Crédito" emitida pela empresa Casas Bahia ("Via Varejo") e ainda, devidamente assinadas; - "Planilhas de Demonstração de Custo Efetivo Total" assinada; - telas sistêmicas e ainda, alguns históricos de anotações restritivas. Oportuno consignar que as assinaturas lançadas nos documentos supracitados guardam notória similitude com àquelas exaradas nos documentos anexos à exordial, motivo pelo qual, tenho que não subsiste nenhuma dúvida acerca da regularidade da relação anteriormente estabelecida entre o Reclamante e a empresa vinculada ao grupo cedente. Ademais, extrai-se das telas sistêmicas anexadas à defesa (cuja idoneidade somente está sendo levada em consideração e decorrência da apresentação do farto acervo documental alhures mencionado) que o Reclamante promoveu o pagamento de uma das prestações devidas ao grupo cedente, o que, definitivamente, não condiz com o perfil de um eventual fraudador. Já no que diz respeito à dívida (objeto da cessão de crédito) debatida nos autos, entendo que a mesma teve a sua origem devidamente esclarecida. Consoante pode ser facilmente verificado no instrumento contratual ("Contrato de Venda Financiada" nº 21 1795 0000.327-3) anexo à defesa, o Reclamante financiou a importância de R$ 724,80 (setecentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) junto ao grupo cedente ("Via Varejo S/A."), bem como, assumiu a responsabilidade de promover o pagamento de 17 (dezessete) prestações no importe de R$ 64,35 (sessenta e quatro reais e trinta e cinco centavos), cujo vencimento inicial estava previsto para 15/10/2014. Todavia, em que pese o compromisso assumido, bem como, o fato de ter realizado o pagamento da 1ª parcela do financiamento aderido, o conjunto de provas anexado aos autos leva este juízo a crer que o Reclamante se quedou inerte em realizar os pagamentos que se faziam necessários a partir da prestação vencida em novembro/2014, motivo pelo qual, entendo que restou devidamente justificada a inserção de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. No tocante à alegação do Reclamante de que não teria sido notificado sobre a pendência que culminou na inserção creditícia, consigno que igualmente não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Diante das provas vinculadas à contestação, não tenho dúvidas de que o Reclamante, embora tivesse mantido relação negocial junto ao grupo cedente (Via Varejo), não honrou os pagamentos que se faziam necessários. Conseguintemente, tendo a dívida inadimplida sido regularmente cedida ao Reclamado, bem como, não tendo o Postulante se dignado em apresentar os competentes comprovantes de pagamento, reitero que a negativação submetida a apreciação deste juízo goza de legitimidade. Portanto, com supedâneo nos argumentos acima destacados, entendo que o Reclamado apenas exerceu o seu regular direito de credor (artigo 188, I, do Código Civil), não havendo como ser reconhecida qualquer falha na prestação dos seus serviços ou ainda, como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito. A fim de respaldar toda a fundamentação exarada no presente decisum, seguem abaixo, por analogia, alguns posicionamentos jurisprudenciais: "APELAÇÃO CÍVEL. NEGATIVAÇÃO DEVIDA. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA APELANTE. ART. 290 DO CC/2002. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PROVA DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. NÃO PROVIMENTO. O STJ firmou entendimento de que a ausência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito prevista no art. 290 do Código Civil não conduz à inexigibilidade da dívida, sendo, ainda, facultado ao novo credor praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos. Comprovado que apelante possuía vínculo jurídico com o Cartão Marisa e que os créditos em favor desta última foram cedidos à apelada que se sub-rogou no direito de cobrança da dívida inadimplida e procedeu à negativação dos dados cadastrais da autora em exercício regular de direito, de rigor a manutenção da improcedência do pedido. Precedentes desta Corte. Recurso não provido. (TJ-BA - APL: 05637154820178050001, Relator: Rosita Falcão de Almeida Maia, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 08/05/2019).". (Destaquei). "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CESSÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÍVIDA E RELAÇÃO CONTRATUAL COMPROVADAS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. (...). No caso telado, restou devidamente comprovada pela parte requerida a origem da dívida, bem como a cessão de crédito, conforme documentação juntada... nas fls. 49-59, evidenciando o inadimplemento da dívida junto Banco do Brasil S.A. e a regular inscrição negativa do nome da parte autora. Ao adquirir os créditos da instituição financeira, a securitizadora tem obrigação de exigir a comprovação da existência e da regularidade da dívida antes de promover a inclusão do nome consumidor nos órgãos de proteção, providência adotada pela demandada. Assim, considerando que

a empresa ré logrou êxito em demonstrar a regularidade do débito adquirido e levado a registro negativo, evidenciada está a legalidade de seu agir, o que enseja a improcedência dos pedidos e a manutenção da sentença. APELAÇÃO DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 70080703267 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 28/03/2019, Sexta Câmara Cível).". (Destaquei). Por derradeiro, considerando que o Reclamado se desincumbiu satisfatoriamente do ônus probatório previsto pelo artigo 373, II, do CPC/2015, entendo que outro caminho não há a ser trilhado por este juízo, senão refutar as pretensões (indenizatória e declaratória) consignadas na exordial. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Autora (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 13 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo C U M P R I M E N T O V O L U N T Á R I O d a CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011628-19.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JAQUELINE ANGELICA FORTES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
VIVIANE BRITO REBELLO ISERNHAGEN

Processo nº 1011628-19.2019.8.11.0002 Reclamante: Jaqueline Angélica Fortes Reclamado: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema VI - Não Padronizado SENTENÇA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Ademais, não obstante o Reclamado, em sede de contestação, tenha postulado pela designação de uma audiência de instrução e julgamento, revela-se tempestivo alvitrar que cabe unicamente ao julgador examinar a pertinência de eventual requerimento de prova (artigo 370 do CPC/2015). A meu ver, os documentos colacionados aos autos se revelam suficientes para auxiliar este juízo na formação do convencimento, não havendo necessidade de ser produzida qualquer prova adicional. A fim de corroborar a sucinta fundamentação acima mencionada, cumpre fazer menção a um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA INOCORRENTE. 1. O juiz é o destinatário da prova e a ele incumbe decidir sobre a necessidade ou não de sua produção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70078624210, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 26/09/2018).". (Destaquei). Destarte, INDEFIRO o pedido formulado pelo Demandado e, consequentemente, nos termos do artigo 355, I, do Código de Processo Civil, delibero por julgar antecipadamente a lide. Fundamento e decido. Do Mérito: A Reclamante alegou na petição inicial que, ao tentar aprovar um crediário no comércio local, tomou conhecimento de que o seu nome havia sido negativado a pedido do Reclamado, em decorrência do inadimplemento de uma suposta dívida representada pelo valor de R$ 343,72. No entanto, a Autora afirmou que não possui débito algum com o Reclamado, bem como, que não recebeu nenhuma notificação acerca do apontamento restritivo. Por entender que foi negativada indevidamente e ainda, que tal fato teria lhe proporcionado prejuízos de ordem moral, a Reclamante ingressou com a demanda indenizatória. Em sede de contestação, o Reclamado esclareceu que a pendência debatida na lide foi originalmente contraída pela Reclamante junto à uma das lojas do grupo "Via Varejo" (Casas Bahia e Ponto Frio), bem como, que a dívida em questão lhe foi posteriormente cedida por intermédio de um contrato de cessão de crédito firmado junto ao referido grupo (cedente). O Reclamado defendeu que, em decorrência do inadimplemento incorrido pela Reclamante, apenas exerceu o seu direito de cobrança, não havendo de se falar na existência de danos morais indenizáveis. Com amparo nos referidos argumentos, o Reclamado postulou pela improcedência da lide. Em consonância com o artigo 6º, VIII, do CDC, DEFIRO em favor da Reclamante a almejada inversão do ônus da prova. Após promover a análise das manifestações apresentadas pelas partes, bem como, de todo o acervo documental colacionado aos autos, entendo que o direito não milita em favor das pretensões inaugurais. Inicialmente, no tocante ao vínculo existente entre os litigantes, tenho que o mesmo restou devidamente comprovado, haja vista que, segundo consta da "CERTIDÃO" anexa ao ID nº 25781980, a dívida questionada pela Reclamante foi objeto de um contrato de cessão de crédito firmado (em 15/12/2017) entre o Reclamado (cessionário) e o grupo "Via Varejo S/A." (cedente), passando o Réu, desde então, a figurar legalmente na qualidade de credor da pendência outrora inadimplida pela Postulante. De suma importância consignar que, além de comprovar a regularidade da cessão de crédito, o Reclamado igualmente comprovou o vínculo jurídico outrora estabelecido entre a Reclamante e uma das empresas (qual seja, "Casas Bahia") do referido grupo cedente, bem como, esclareceu precisamente a origem da dívida que culminou no apontamento submetido à apreciação deste juízo. No que se refere ao vínculo negocial outrora estabelecido entre a consumidora e uma das empresas do grupo "Via Varejo S/A." (cedente), entendo que o mesmo restou devidamente comprovado, pois, o Reclamado (cessionário) foi diligente em apresentar a este juízo a cópia de esclarecedores documentos, dentre eles: - instrumento contratual ("Contrato de Venda Financiada") devidamente assinado; - "Cédula de Identidade"; - "Ficha para Aprovação de Crédito" emitida pela empresa Casas Bahia ("Via Varejo") e ainda, devidamente assinada; - "Planilha de Demonstração de Custo Efetivo Total" assinada; - telas sistêmicas e ainda, históricos de anotações restritivas. Oportuno consignar que as assinaturas lançadas nos documentos supracitados guardam notória similitude com àquelas exaradas nos documentos anexos à exordial e no termo de audiência de conciliação, motivo pelo qual, tenho que não subsiste nenhuma dúvida acerca da regularidade da relação anteriormente estabelecida entre a Reclamante e a empresa vinculada ao grupo cedente. Ademais, consigno que a Cédula de Identidade apresentada pelo Reclamado é exatamente o mesmo documento que instruiu a petição inicial, bem como, o endereço registrado no instrumento contratual é a mesma localidade indicada pela Reclamante como sendo a sua residência, o que apenas fortalece a lisura do vínculo contratual (mantido originalmente junto ao grupo cedente). Como se não bastasse, extrai-se das telas sistêmicas anexadas à defesa (cuja idoneidade somente está sendo levada em consideração e decorrência da apresentação do farto acervo documental alhures mencionado) que a Reclamante promoveu o pagamento de 03 (três) prestações devidas ao grupo cedente, o que, definitivamente, não condiz com o perfil de um eventual fraudador. Já no que diz respeito à dívida (objeto da cessão de crédito) debatida nos autos, entendo que a mesma teve a sua origem devidamente esclarecida. Consoante pode ser facilmente verificado no instrumento contratual ("Contrato de Venda Financiada" nº 21 1632 0017.259-9) anexo à defesa, a Reclamante financiou a importância de R$ 408,90 (quatrocentos e oito reais e noventa centavos) junto ao grupo cedente ("Via Varejo S/A."), bem como, assumiu a responsabilidade de promover o pagamento de 06 (seis) prestações no importe de R$ 84,95 (oitenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), cujo vencimento inicial estava previsto para 24/04/2015. Todavia, em que pese o compromisso assumido, bem como, o fato de ter realizado o pagamento de 03 (três) parcelas do financiamento aderido, o conjunto de provas anexado aos autos leva este juízo a crer que a Reclamante se quedou silente em realizar os pagamentos que se faziam necessários a partir da prestação vencida em julho/2015, motivo pelo qual, entendo que

restou devidamente justificada a inserção de seu nome junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito. No tocante à alegação da Reclamante de que não teria sido notificada de forma premonitória sobre a pendência que culminou na inserção creditícia, consigno que não há como atribuir qualquer responsabilidade ao Reclamado, pois, segundo disposição contida na Súmula 359 do STJ: "Cabe ao órgão mantenedor do Cadastro de Proteção ao Crédito a notificação do devedor antes de proceder à inscrição.". Com o protocolo da contestação, bem como, dos documentos inerentes à cessão de crédito, entendo que cabia à Reclamante refutar pontualmente a tese defensiva, ônus este do qual não se desincumbiu. Data máxima vênia à impugnação vinculada aos autos, tenho que foram ventiladas apenas considerações genéricas, pois, apesar de ter sustentado a necessidade de ser realizada uma prova pericial, a Reclamante não apontou nenhum vestígio de fraude na assinatura lançada no instrumento contratual. Além disso, a Postulante quedou-se inerte no tocante ao fato do Reclamado ter apresentado a mesma Cédula de Identidade que instruiu a inicial, o fato do endereço cadastrado no contrato ser a mesma localidade indicada como sendo sua residência ou ainda, o fato de terem sido realizados alguns pagamentos, o que, definitivamente, enfraquece sobremaneira a exposição inicial. Diante das provas vinculadas à contestação, não tenho dúvidas de que a Reclamante, embora tivesse mantido relação negocial junto ao grupo cedente (Via Varejo), não honrou os pagamentos que se faziam necessários. Conseguintemente, tendo a dívida inadimplida sido regularmente cedida ao Reclamado, bem como, não tendo a Postulante se dignado em apresentar os competentes comprovantes de pagamento, reitero que a negativação submetida a apreciação deste juízo goza de legitimidade. Portanto, com supedâneo nos argumentos acima destacados, entendo que o Reclamado apenas exerceu o seu regular direito de credor (artigo 188, I, do Código Civil), não havendo como ser reconhecida qualquer falha na prestação dos seus serviços ou ainda, como lhe imputar a prática de qualquer ato ilícito. A fim de respaldar toda a fundamentação exarada no presente decisum, seguem abaixo, por analogia, alguns posicionamentos jurisprudenciais: "APELAÇÃO CÍVEL. NEGATIVAÇÃO DEVIDA. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DA APELANTE. ART. 290 DO CC/2002. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. PROVA DA EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA ENTRE AS PARTES. EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO. NÃO PROVIMENTO. O STJ firmou entendimento de que a ausência de notificação do devedor acerca da cessão de crédito prevista no art. 290 do Código Civil não conduz à inexigibilidade da dívida, sendo, ainda, facultado ao novo credor praticar os atos necessários à preservação dos direitos cedidos. Comprovado que apelante possuía vínculo jurídico com o Cartão Marisa e que os créditos em favor desta última foram cedidos à apelada que se sub-rogou no direito de cobrança da dívida inadimplida e procedeu à negativação dos dados cadastrais da autora em exercício regular de direito, de rigor a manutenção da improcedência do pedido. Precedentes desta Corte. Recurso não provido. (TJ-BA - APL: 05637154820178050001, Relator: Rosita Falcão de Almeida Maia, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 08/05/2019).". (Destaquei). "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CESSÃO DE CRÉDITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DÍVIDA E RELAÇÃO CONTRATUAL COMPROVADAS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. (...). No caso telado, restou devidamente comprovada pela parte requerida a origem da dívida, bem como a cessão de crédito, conforme documentação juntada... nas fls. 49-59, evidenciando o inadimplemento da dívida junto Banco do Brasil S.A. e a regular inscrição negativa do nome da parte autora. Ao adquirir os créditos da instituição financeira, a securitizadora tem obrigação de exigir a comprovação da existência e da regularidade da dívida antes de promover a inclusão do nome consumidor nos órgãos de proteção, providência adotada pela demandada. Assim, considerando que a empresa ré logrou êxito em demonstrar a regularidade do débito adquirido e levado a registro negativo, evidenciada está a legalidade de seu agir, o que enseja a improcedência dos pedidos e a manutenção da sentença. APELAÇÃO DESPROVIDA. (TJ-RS - AC: 70080703267 RS, Relator: Niwton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 28/03/2019, Sexta Câmara Cível).". (Destaquei). Por derradeiro, considerando que o Reclamado se desincumbiu satisfatoriamente do ônus probatório previsto pelo artigo 373, II, do CPC/2015, entendo que outro caminho não há a ser trilhado por este juízo, senão refutar as pretensões (indenizatória e declaratória) consignadas na exordial. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do que preconiza o artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a ação. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Autora (artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no DJ Eletrônico. Intime-se. Com fulcro no artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação da MM. Juíza Togada. Várzea Grande - MT, 13 de dezembro de 2019. Kleber Corrêa de Arruda Juiz Leigo Vistos, HOMOLOGO, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, o Projeto de Sentença da lavra do (a) (a) Juiz (a) Leigo (a) deste Juizado Especial. Em havendo CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO da CONDENAÇÃO/TRANSAÇÃO/REMANESCENTE e a concordância da parte CREDORA com o(s) VALOR(ES) PAGO(S)/DEPOSITADO(S), tem-se a quitação do valor devido, não havendo outras obrigações a serem cumpridas. EXPEÇA-SE, se necessário, o competente ALVARÁ JUDICIAL na forma requerida. Caso a solicitação de transferência de valor(es) seja para a conta do(a) advogado(a) da parte credora, fica já autorizado, desde qu-e tenha sido juntado aos autos o instrumento procuratório com poderes para o(a) causídico(a)"receber, dar quitação". Tudo cumprido, ARQUIVE-SE, com as cautelas de estilo, dando-se baixa na distribuição. Intimem-se as partes da sentença. Viviane Brito Rebello Isernhagen Juíza de Direito--

Juizado Especial Cível e Criminal do Cristo Rei

Intimação

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006363-36.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HIGOR WILLIAN DIAS FERREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO FERNANDO MOTTA BONIN OAB - SP0331254A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ARIEL AUTOMOVEIS VARZEA GRANDE LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RICARDO KAWASAKI OAB - MT15729-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1006363-36.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Promovida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recuso Inominado, no prazo legal. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: CLAUDIR JUNIOR FRANCA MARTINS 13/12/2019 10:23:54

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017856-10.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DE OLIVEIRA ROMEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LINDYELLEN CRISTINA MAGALHAES DE ARRUDA OAB - MT24705/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JOSE DE OLIVEIRA ROMEIRA Endereço: RUA BERLIM, 171, (LOT RODOVIÁRIA PARQUE), DESPRAIADO, CUIABÁ - MT - CEP: 78048-100 Senhor(a) JOSE DE OLIVEIRA ROMEIRA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1017856-10.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 16.136,02 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA

AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 31/01/2020 Hora: 13:00 REQUERENTE: JOSE DE OLIVEIRA ROMEIRA Advogado do(a) REQUERENTE: LINDYELLEN CRISTINA MAGALHAES DE ARRUDA - MT24705/O REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 11 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017480-24.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELENA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE- MT - CEP: 78118-000 Processo nº 1017480-24.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Intima-se a parte RECLAMANTE para juntar comprovante de endereço VÁLIDO e em DATA RECENTE (90 dias), tais como: Contas de água, energia elétrica ou telefone, em nome do Requerente ou com declaração do titular do documento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Várzea Grande/MT, 12 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: ALLAN NEVES MARTINS 12/12/2019 14:18:33

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006025-62.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARTA BIAS DE BRITO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1006025-62.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Promovida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recuso Inominado, no prazo legal. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: CLAUDIR JUNIOR FRANCA MARTINS 13/12/2019 10:28:35

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017455-11.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOEL GOMES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JOEL GOMES DA SILVA Endereço: RUA BEIJA FLOR, 07, (LOT VI ARTHUR), QDA 49, GLÓRIA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78140-444 Senhor(a) JOEL GOMES DA SILVA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1017455-11.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.152,36 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 27/01/2020 Hora: 12:45 REQUERENTE: JOEL GOMES DA SILVA Advogados do(a) REQUERENTE: JADILTON ARAUJO SANTANA - MT18646-E, KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS - MT22797-O REQUERIDO(A): VIVO S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013549-13.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOEDESON SILVA XAVIER (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JOEDESON SILVA XAVIER Endereço: rua da justica, 02, jardim gloria I, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78128-990 Senhor(a) JOEDESON SILVA XAVIER: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1013549-13.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 27/01/2020 Hora: 12:45 REQUERENTE: JOEDESON SILVA XAVIER Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O REQUERIDO(A): OI S.A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011955-61.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA MARIA JOSE VILELA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA OAB - MT18501-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES OAB - MT18555-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1011955-61.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração (anexo) no prazo legal Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017779-98.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE LUIZ MENDES JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDREY REVELES KIST OAB - MT0021506A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MRV PRIME PROJETO MT C INCORPORACOES SPE LTDA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JORGE LUIZ MENDES JUNIOR Endereço: Alameda Julio Muller, 101, parque chapada dos buritis, bloco 19, ap 101, Alameda, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-000. Senhor(a) JORGE LUIZ MENDES JUNIOR: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1017779-98.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 14:15 REQUERENTE: JORGE LUIZ MENDES JUNIOR Advogado do(a) REQUERENTE: ANDREY REVELES KIST - MT0021506A-O REQUERIDO(A): MRV PRIME PROJETO MT C INCORPORACOES SPE LTDA ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016356-06.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EVA CRISTINA DE ARRUDA BASTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: EVA CRISTINA DE ARRUDA BASTOS Endereço: RUA MAGNOLIA, 05, CHAPEU DO SOL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78128-990. Senhor(a) EVA CRISTINA DE ARRUDA BASTOS: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1016356-06.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 14:15 REQUERENTE: EVA CRISTINA DE ARRUDA BASTOS Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O REQUERIDO(A): VIVO S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017915-95.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
GIOVANNA LEITE DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SUZIMAR GONCALVES DA COSTA OAB - MT24417/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: GIOVANNA LEITE DE MORAES Endereço: RUA MÉXICO, 17, RUA B17 QUADRA 08, SANTA ISABEL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78150-432. Senhor(a) GIOVANNA LEITE DE MORAES: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1017915-95.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 11.936,80 ESPÉCIE: [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 14:30 REQUERENTE: GIOVANNA LEITE DE MORAES Advogado do(a) REQUERENTE: SUZIMAR GONCALVES DA COSTA - MT24417/O REQUERIDO(A): CALCARD ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO LTDA ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017937-56.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CRISTINA RIBEIRO MISSORINO OAB - MT19317/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA PEREIRA Endereço: BR 050, VALO VERDE, S/N, SITIO MANGUEIRAL, ZONA RURAL, NOSSA SRA LIVRAMENTO - MT - CEP: 78170-000. Senhor(a) CARLOS EDUARDO DE ALMEIDA PEREIRA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1017937-56.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 14:30 REQUERENTE: CARLOS EDUARDO DE

ALMEIDA PEREIRA Advogado do(a) REQUERENTE: FERNANDA CRISTINA RIBEIRO MISSORINO - MT19317/O REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010484-10.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE MOURA MARQUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1010484-10.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Promovida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recuso Inominado, no prazo legal. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: CLAUDIR JUNIOR FRANCA MARTINS 13/12/2019 13:42:05

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1011025-43.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KESIA MARIVANIA DE OLIVEIRA MORAIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: KESIA MARIVANIA DE OLIVEIRA MORAIS Endereço: RUA DOUTOR PAULO DOS SANTOS, 10, (LOT JD MARAJOARA I), MARAJOARA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78138-440. Senhor(a) KESIA MARIVANIA DE OLIVEIRA MORAIS: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1011025-43.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 14:45 REQUERENTE: KESIA MARIVANIA DE OLIVEIRA MORAIS Advogado do(a) REQUERENTE: RONAN DA COSTA MARQUES - MT21093/O REQUERIDO(A): FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS NPL I ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010650-76.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
WALEX BRUNO SANTORO SALGADO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAQUISON CORREA DE CUNHA OAB - MT24688/O (ADVOGADO(A))
PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA OAB - MT24860/O (ADVOGADO(A))
GUILHERME HENRIQUE MORAES OAB - MT24464/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J R J LIMA & CIA LTDA. - ME (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: WALEX BRUNO SANTORO SALGADO Endereço: Rua 24 (vinte e quatro), QD 35, lote 06, 06, Rua 24 (vinte e quatro), QD 35, lote 06, Cohab São, Cohab São Gonçalo, Coxipó, CUIABÁ - MT - CEP: 78090-000. Senhor(a) WALEX BRUNO SANTORO SALGADO: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1010650-76.2018.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 20.530,00 ESPÉCIE: [INTERESSE PARTICULAR]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO -

CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 15:00 REQUERENTE: WALEX BRUNO SANTORO SALGADO Advogados do(a) REQUERENTE: JAQUISON CORREA DE CUNHA - MT24688/O, GUILHERME HENRIQUE MORAES - MT24464/O, PAULO HENRIQUE PIVOTTI JUNQUEIRA - MT24860/O REQUERIDO(A): J R J LIMA & CIA LTDA. - ME ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011734-78.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLAUDIO BATISTA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUNIO CESAR DE NORONHA OAB - MT15391-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: CLAUDIO BATISTA LEITE Endereço: RUA MAYSA MATARAZZO, 108, (JD C VERDE), COSTA VERDE, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78128-314. Senhor(a) CLAUDIO BATISTA LEITE: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1011734-78.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 15:15 REQUERENTE: CLAUDIO BATISTA LEITE Advogado do(a) REQUERENTE: JUNIO CESAR DE NORONHA - MT15391-O REQUERIDO(A): BANCO DO BRASIL S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1012199-87.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CONDOMINIO PARQUE CHAPADA DOS GUIMARAES (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INGRID GONCALVES DE OLIVEIRA OAB - MT16622/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLEYTON FRAGOSO DE JESUS (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1012199-87.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Promovente para manifestar-se acerca do retorno negativo do A.R, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: NILVA VIEIRA MUNDIM ROSA 13/12/2019 14:24:10

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018119-42.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIAN CRISTIAN DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
BEATRIZ BARBOSA PEROZO OAB - MT0014844A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE- MT - CEP: 78118-000 Processo nº 1018119-42.2019.8.11.0002 C E R T I D Ã O Intima-se a parte RECLAMANTE para juntar comprovante de endereço VÁLIDO e em DATA RECENTE (90 dias), tais como: Contas de água, energia elétrica ou telefone, em nome do Requerente ou com declaração do titular do documento, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. Assinado eletronicamente por: WENDER DA SILVA FIGUEIREDO 13/12/2019 14:27:07

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011652-47.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADICEIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUARA EUGENIA PAIVA DE ALMEIDA AMARAL OAB - MT24549-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A (REQUERIDO)
UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO LTDA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: ADICEIA DA SILVA Endereço: RUA TRES, 08, (LOT STA MARIA II), COSTA VERDE, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78128-652. Senhor(a) ADICEIA DA SILVA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1011652-47.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [AGÊNCIE E DISTRIBUIÇÃO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 15:15 REQUERENTE: ADICEIA DA SILVA Advogado do(a) REQUERENTE: LUARA EUGENIA PAIVA DE ALMEIDA AMARAL - MT24549-O REQUERIDO(A): UNIAO NORTE DO PARANA DE ENSINO LTDA e outros ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017546-04.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CARLA TERESINHA FIORI BERTO LUZ (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: CARLA TERESINHA FIORI BERTO LUZ Endereço: AVENIDA CASTELO BRANCO, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700. Senhor(a) CARLA TERESINHA FIORI BERTO LUZ: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1017546-04.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 6.290,66 ESPÉCIE: [ASSINATURA BÁSICA MENSAL] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 15:30 REQUERENTE: CARLA TERESINHA FIORI BERTO LUZ REQUERIDO(A): OI S.A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1016997-91.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JULIANY APARECIDA DE ARRUDA FONSECA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LEIDIANE COSTA DA SILVA LISBOA OAB - MT9250-O (ADVOGADO(A))
JOAQUIM LISBOA NETO OAB - MT10557-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MUNDIAL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - ME (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JULIANY APARECIDA DE ARRUDA FONSECA Endereço: RUA JASMIM, S/N, (LOT JD MANAÍRA) QUADRA 20, PETRÓPOLIS, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78144-396. Senhor(a) JULIANY APARECIDA DE ARRUDA FONSECA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1016997-91.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 26.000,00 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 15:30 REQUERENTE: JULIANY APARECIDA DE ARRUDA FONSECA Advogados do(a) REQUERENTE: LEIDIANE COSTA DA SILVA LISBOA - MT9250-O, JOAQUIM LISBOA NETO - MT10557-O REQUERIDO(A): MUNDIAL COMERCIO DE VEICULOS EIRELI - ME ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e

portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013971-85.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
AURISLEY BENEDITO DE CARVALHO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILENE MARIA SILVA TOLEDO PIZZA OAB - MT27232/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerido:Nome: BANCO BMG S.A Endereço: CONDOMÍNIO SÃO LUIZ, 1830, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK 1830, VILA NOVA CONCEIÇÃO, SÃO PAULO - SP - CEP: 04543-900 Senhor(a) BANCO BMG S.A: A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a sua INTIMAÇÃO para comparecer à audiência de conciliação designada, nos termos a seguir mencionados e/ou cuja cópia segue anexa. PROCESSO N. 1013971-85.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 30.000,00 ESPÉCIE: [EXPURGOS INFLACIONÁRIOS / PLANOS ECONÔMICOS]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 23/01/2020 Hora: 12:45 REQUERENTE: AURISLEY BENEDITO DE CARVALHO SILVA ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: LUCILENE MARIA SILVA TOLEDO PIZZA REQUERIDO: BANCO BMG S.A Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013971-85.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
AURISLEY BENEDITO DE CARVALHO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUCILENE MARIA SILVA TOLEDO PIZZA OAB - MT27232/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BMG S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
TAYLISE CATARINA ROGERIO SEIXAS OAB - MT15483-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: AURISLEY BENEDITO DE CARVALHO SILVA Endereço: RUA ADEMAR DE BARROS, 177, (LOT MANGA), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-724 Senhor(a) AURISLEY BENEDITO DE CARVALHO SILVA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1013971-85.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 30.000,00 ESPÉCIE: [EXPURGOS INFLACIONÁRIOS / PLANOS ECONÔMICOS]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 23/01/2020 Hora: 12:45 REQUERENTE: AURISLEY BENEDITO DE CARVALHO SILVA Advogado do(a) REQUERENTE: LUCILENE MARIA SILVA TOLEDO PIZZA - MT27232/O REQUERIDO(A): BANCO BMG S.A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores

informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008370-98.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUAN MARLLON DE SOUZA AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: LUAN MARLLON DE SOUZA AGUIAR Endereço: RUA BÉLGICA, (LOT D DIEGO), PARQUE DO LAGO, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78121-182 Senhor(a) LUAN MARLLON DE SOUZA AGUIAR: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1008370-98.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 11.357,29 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 28/08/2019 Hora: 14:30 REQUERENTE: LUAN MARLLON DE SOUZA AGUIAR Advogados do(a) REQUERENTE: JADILTON ARAUJO SANTANA - MT25556/O, KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS - MT22797-O REQUERIDO(A): ITAU UNIBANCO S/A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 30 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010138-59.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARIA DO CARMO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANA LÚCIA RICARTE OAB - MT4411-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco OLÉ CONSIGNADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LOURENCO GOMES GADELHA DE MOURA OAB - PE0021233A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: MARIA DO CARMO RODRIGUES Endereço: R DOUTOR JOÃO PEDRO MOLINA, (LOT C N S GUIA), NOSSA SENHORA DA GUIA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78130-100 Senhor(a) MARIA DO CARMO RODRIGUES: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1010138-59.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 20.000,00 ESPÉCIE: [CARTÃO DE CRÉDITO, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, DIREITO DO CONSUMIDOR, BANCÁRIOS, CARTÃO DE CRÉDITO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 24/09/2019 Hora: 15:30 REQUERENTE: MARIA DO CARMO RODRIGUES Advogado do(a) REQUERENTE: ANA LÚCIA RICARTE - MT4411-O REQUERIDO(A): Banco OLÉ CONSIGNADO ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 23 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007894-60.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLEITIANE TAQUES DO ESPIRITO SANTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDNA NUNES CORREA MARQUES OAB - MT10529/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG0096864A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE

VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: CLEITIANE TAQUES DO ESPIRITO SANTO Endereço: RUA RONDONÓPOLIS, 170, JARDIM PANORAMA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78140-160 Senhor(a) CLEITIANE TAQUES DO ESPIRITO SANTO: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1007894-60.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 30/09/2019 Hora: 14:30 REQUERENTE: CLEITIANE TAQUES DO ESPIRITO SANTO Advogado do(a) REQUERENTE: EDNA NUNES CORREA MARQUES - MT10529/O REQUERIDO(A): OMNI FINANCEIRA S/A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 29 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010630-51.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON CARMO DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: EDSON CARMO DE OLIVEIRA Endereço: RUA U, 29, (RES J C GUIMARÃES) QDA 21,, NOVO MUNDO, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78149-532 Senhor(a) EDSON CARMO DE OLIVEIRA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1010630-51.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.723,84 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 24/09/2019 Hora: 14:30 REQUERENTE: EDSON CARMO DE OLIVEIRA Advogados do(a) REQUERENTE: JADILTON ARAUJO SANTANA - MT25556/O, KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS - MT22797-O REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 22 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1005977-06.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE LUIZ DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO DOS SANTOS COSTA OAB - MT0013593A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

Impulsiono os autos, para intimar a parte Reclamante a comparecer em Audiência de Conciliação, a ser realizada no dia 01/08/2019, as 13:30, na sede deste Juizado Especial.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010310-98.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
STEFANY EDUARDA DA COSTA BISPO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AMBROSIO CINTRA OAB - MT8934-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

À(o) Requerente: Nome: STEFANY EDUARDA DA COSTA BISPO Endereço: Rua C, 08, quadra 28, Parque Del Rei, CUIABÁ - MT - CEP: 78000-000 Senhor(a) STEFANY EDUARDA DA COSTA BISPO: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1010310-98.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 11.176,34 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 19/09/2019 Hora: 14:15 REQUERENTE: STEFANY EDUARDA DA COSTA BISPO Advogado do(a) REQUERENTE: EVALDO LUCIO DA SILVA - MT10462/O REQUERIDO(A): MATOS COMERCIO DE PERFUMES E COSMETICOS LTDA ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 19 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007049-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SILVANO ABILIO DA CRUZ RONDON (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG0096864A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: SILVANO ABILIO DA CRUZ RONDON Endereço: RUA DA BONDADE, (LOT NÚCLEO G GLÓRIA), GLÓRIA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78141-018 Senhor(a) SILVANO ABILIO DA CRUZ RONDON: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1007049-28.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 30/09/2019 Hora: 14:00 REQUERENTE: SILVANO ABILIO DA CRUZ RONDON Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658 REQUERIDO(A): OMNI FINANCEIRA S/A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 29 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008298-14.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JESSICA MANUELE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
HOSANA ALVES DE LIMA OAB - DF45587 (ADVOGADO(A))
ERIKA DE OLIVEIRA DINIZ OAB - GO31716 (ADVOGADO(A))
ARYANE MARTINS SANTANA OAB - GO47642 (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JESSICA MANUELE ARRUDA Endereço: AVENIDA GOVERNADOR JÚLIO CAMPOS, - DE 7847/7848 AO FIM, JARDIM MARIA IZABEL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78150-000 Senhor(a) JESSICA MANUELE ARRUDA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1008298-14.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 05/09/2019 Hora: 16:45 REQUERENTE: JESSICA MANUELE ARRUDA Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O REQUERIDO(A): ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE

COSMETICOS LTDA ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 7 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007487-54.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO JOSE DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO SANTANDER BRASIL S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIM OAB - RJ0062192A (ADVOGADO(A))

Impulsiono os autos com a finalidade de intimar a parte Reclamante para comparecer à Audiência de Conciliação, designada para o dia 13/08/2019, às 15h15min, na sede deste Juizado Especial.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010368-04.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FLAVIO ADRIANO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: FLAVIO ADRIANO DA SILVA Endereço: RUA 11,, 02, (LOT JD MARAJOARA II), QDA 17,, MARAJOARA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78138-562 Senhor(a) FLAVIO ADRIANO DA SILVA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1010368-04.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.258,12 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 23/09/2019 Hora: 13:30 REQUERENTE: FLAVIO ADRIANO DA SILVA Advogados do(a) REQUERENTE: JADILTON ARAUJO SANTANA - MT25556/O, KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS - MT22797-O REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 21 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010013-91.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CLEBER DOS SANTOS NEVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO MARQUES E SILVA OAB - MT7731-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1010013-91.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado (anexo) no prazo legal. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013044-22.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANO CARNEIRO DE ARRUDA LARA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JAKELINE KENNEDY RIBEIRO DA SILVA OAB - MT26518/O-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA

GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: LUCIANO CARNEIRO DE ARRUDA LARA Endereço: RUA PARECIS, 12, (LOT JD MARAJOARA II), MARAJOARA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78138-572 Senhor(a) LUCIANO CARNEIRO DE ARRUDA LARA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1013044-22.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 39.920,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 16:00 REQUERENTE: LUCIANO CARNEIRO DE ARRUDA LARA Advogado do(a) REQUERENTE: JAKELINE KENNEDY RIBEIRO DA SILVA - MT26518/O-O REQUERIDO(A): INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006699-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IRENE DA SILVA REIS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: IRENE DA SILVA REIS Endereço: AV. GOVERNADOR JULIO CAMPOS, 08, QUADRA 05, CENTRO, NOSSA SRA LIVRAMENTO - MT - CEP: 78170-000 Senhor(a) IRENE DA SILVA REIS: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1006699-40.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 14/08/2019 Hora: 12:45 REQUERENTE: IRENE DA SILVA REIS Advogado do(a) REQUERENTE: SAULO AMORIM DE ARRUDA - MT0015634 REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 18 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006776-49.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUNIOR CESAR DUARTE DE CAMARGO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: JUNIOR CESAR DUARTE DE CAMARGO Endereço: AVENIDA GOVERNADOR JOÃO PONCE DE ARRUDA, (LOT JD AEROPORTO), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-152 Senhor(a) JUNIOR CESAR DUARTE DE CAMARGO: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1006776-49.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 14/08/2019 Hora: 13:00 REQUERENTE: JUNIOR CESAR DUARTE DE CAMARGO Advogado do(a) REQUERENTE: CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES - MT17620-O REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à

audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 18 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007957-85.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DIEGO SATIL PARREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: DIEGO SATIL PARREIRA Endereço: RUA SANTA GENOVEVA, (LOT JD AEROPORTO), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-070 Senhor(a) DIEGO SATIL PARREIRA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1007957-85.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.031,42 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 20/08/2019 Hora: 13:45 REQUERENTE: DIEGO SATIL PARREIRA Advogado do(a) REQUERENTE: RONAN DA COSTA MARQUES - MT21093/O REQUERIDO(A): ENERGISA/MT ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 19 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007766-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ENIO CRISTIANO LEMES BARACAT (AUTOR(A))
RODOLFO RHAULFF BARACAT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA OAB - MT21445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: RODOLFO RHAULFF BARACAT Endereço: AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, - ATÉ 757/758, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-100 Senhor(a) RODOLFO RHAULFF BARACAT e outros: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1007766-40.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 36.008,51 ESPÉCIE: [OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER]->PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 28/08/2019 Hora: 16:00 Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 28/08/2019 Hora: 16:00 AUTOR(A): ENIO CRISTIANO LEMES BARACAT, RODOLFO RHAULFF BARACAT Advogado do(a) AUTOR(A): PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA - MT21445/O Advogado do(a) AUTOR(A): PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA - MT21445/O REQUERIDO(A): ENERGISA/MT. DECISÃO: Vistos, etc. Trata-se de ação reclamatória com pedido de liminar, em que os Requerentes informam que sempre pagaram as faturas de energia elétrica em dias, entretanto, em Junho de 2019 receberam uma carta da Concessionária Energisa, cobrando o valor de R$17.615,60 (dezessete mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos), cujo valor é de um suposto consumo de 19.359 kWh registrado na Unidade Consumidora. Aduzem ainda, que desconhecem e negam veemente o suposto consumo. Por tais razões, requer liminarmente a abstenção por parte da Reclamada, para que não realize a suspensão dos serviços de energia elétrica e não haja a negativação do nome do Reclamante Sr. Rodolfo Rhaulff Baracat.No caso em tela, verifico que não deve prosperar o pedido de tutela suscitada, neste momento, elementos que evidenciem a probabilidade do direito, tampouco, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, sendo sensato e recomendável aguardar o encaminhamento processual, assegurando ao Requerido o salutar

contraditório sobre os fatos, pois a cobrança em discussão é referente a desvio de energia elétrica no ramal de entrada.Ademais, não há prejuízo que não possa ser reparado, corrigido ou emendado, se a lide for, ao final, julgada procedente.CONCLUSÃO. Com estasconsiderações, indefiro o pedido, eis que ausente os requisitos que autorizam a liminar antecipatória vindicada. Defiro a gratuidade de justiça com fulcro nos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95 e artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, defiro a inversão do ônus da prova à parte reclamante.Cite-se a parte Demandada para comparecimento em audiência de conciliação, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n. 9.099/95).Intimem-se.Cumpra-se. Marco Antonio Canavarros dos Santos - Juiz de Direito ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 31 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1007766-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ENIO CRISTIANO LEMES BARACAT (AUTOR(A))
RODOLFO RHAULFF BARACAT (AUTOR(A))
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA OAB - MT21445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: ENIO CRISTIANO LEMES BARACAT Endereço: AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, - ATÉ 757/758, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-100 Nome: RODOLFO RHAULFF BARACAT Endereço: AVENIDA PRESIDENTE ARTHUR BERNARDES, - ATÉ 757/758, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-100 Senhor(a) ENIO CRISTIANO LEMES BARACAT e outros: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1007766-40.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 36.008,51 ESPÉCIE: [OBRIGAÇÃO DE FAZER / NÃO FAZER] ->PROCEDIMENTO ORDINÁRIO (7) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 28/08/2019 Hora: 16:00 Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 28/08/2019 Hora: 16:00 AUTOR(A): ENIO CRISTIANO LEMES BARACAT, RODOLFO RHAULFF BARACAT Advogado do(a) AUTOR(A): PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA - MT21445/O Advogado do(a) AUTOR(A): PAULO RICARDO GODOY AZEVEDO FERREIRA - MT21445/O REQUERIDO(A): ENERGISA/MT DECISÃO: Vistos, etc. Trata-se de ação reclamatória com pedido de liminar, em que os Requerentes informam que sempre pagaram as faturas de energia elétrica em dias, entretanto, em Junho de 2019 receberam uma carta da Concessionária Energisa, cobrando o valor de R$17.615,60 (dezessete mil, seiscentos e quinze reais e sessenta centavos), cujo valor é de um suposto consumo de 19.359 kWh registrado na Unidade Consumidora. Aduzem ainda, que desconhecem e negam veemente o suposto consumo. Por tais razões, requer liminarmente a abstenção por parte da Reclamada, para que não realize a suspensão dos serviços de energia elétrica e não haja a negativação do nome do Reclamante Sr. Rodolfo Rhaulff Baracat.No caso em tela, verifico que não deve prosperar o pedido de tutela suscitada, neste momento, elementos que evidenciem a probabilidade do direito, tampouco, o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, sendo sensato e recomendável aguardar o encaminhamento processual, assegurando ao Requerido o salutar contraditório sobre os fatos, pois a cobrança em discussão é referente a desvio de energia elétrica no ramal de entrada.Ademais, não há prejuízo que não possa ser reparado, corrigido ou emendado, se a lide for, ao final, julgada procedente.ONCLUSÃO -Com estas considerações, indefiro o pedido, eis que ausente os requisitos que autorizam a liminar antecipatória vindicada. Defiro a gratuidade de justiça com fulcro nos artigos 54 e 55 da Lei n. 9.099/95 e artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil. Outrossim, em consonância com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, defiro a inversão do ônus da prova à parte reclamante.Cite-se a parte Demandada para comparecimento em audiência de conciliação, fazendo constar do mandado que o não comparecimento à audiência implicará em confissão e revelia (art. 20, Lei n. 9.099/95).Intimem-se.Cumpra-se.Marco Antonio Canavarros dos Santos - Juiz de Direito ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 31 de julho de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1008863-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RONEY FERREIRA DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDECUIABÁ JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: RONEY FERREIRA DE CAMPOS Endereço: RUA POCONÉ, 288, (LOT C SUL), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-113 Senhor(a) RONEY FERREIRA DE CAMPOS: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1008863-75.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.101,25 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 05/09/2019 Hora: 15:15 REQUERENTE: RONEY FERREIRA DE CAMPOS Advogados do(a) REQUERENTE: JADILTON ARAUJO SANTANA - MT25556/O, KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS - MT22797-O REQUERIDO(A): ENERGISA/MT ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 6 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009092-35.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FABIANO ARAUJO DE MEDEIROS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO VICTOR SOUSA PIO OAB - MT22670/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: FABIANO ARAUJO DE MEDEIROS Endereço: RUA BENEDITO ESCALANTE, (LOT CONSTRUMAT), PONTE NOVA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78115-300 Senhor(a) FABIANO ARAUJO DE MEDEIROS: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1009092-35.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 20.094,82 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PETIÇÃO (241) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 09/09/2019 Hora: 13:30 REQUERENTE: FABIANO ARAUJO DE MEDEIROS Advogado do(a) REQUERENTE: THIAGO VICTOR SOUSA PIO - MT22670/O REQUERIDO(A): NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 8 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007789-83.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MAURO RODRIGUES DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIEL ROQUE SAGIN OAB - MT0017891A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO PAN (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: MAURO RODRIGUES DE SOUZA Endereço: RUA DA INDEPENDÊNCIA, (LOT C SUL), CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78110-000 Senhor(a) MAURO RODRIGUES DE SOUZA: A presente

carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1007789-83.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 23.218,60 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 05/09/2019 Hora: 14:30 REQUERENTE: MAURO RODRIGUES DE SOUZA Advogado do(a) REQUERENTE: DANIEL ROQUE SAGIN - MT0017891A REQUERIDO(A): BANCO PAN ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 5 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1018119-42.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIAN CRISTIAN DA SILVA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
BEATRIZ BARBOSA PEROZO OAB - MT0014844A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: ADRIAN CRISTIAN DA SILVA Endereço: RUA DOUTOR BEVILÁQUA, 250, (LOT GOV J FRAGELLI), CRISTO REI, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-085. Senhor(a) ADRIAN CRISTIAN DA SILVA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1018119-42.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.754,90 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL, INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 15:45 INTERESSADO: ADRIAN CRISTIAN DA SILVA Advogado do(a) INTERESSADO: BEATRIZ BARBOSA PEROZO - MT0014844A REQUERIDO(A): SWISS INTERNATIONAL AIR LINES AG ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015496-05.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARQUES DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA AMORIM DE QUEIROZ MACHADO OAB - MT19687/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E FAZENDÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÃO Processo: 1015496-05.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANTONIO MARQUES DE MORAES REQUERIDO: DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE Vistos. Cuida-se de pedido de tutela provisória de urgência, formulado por ANTONIO MARQUES DE MORAES, em desfavor do DAE/VG – Departamento de Água do Município de Várzea Grande, cujo objeto é a determinação de que o requerido se abstenha de exigir, por qualquer meio, o pagamento das faturas de água referentes ao imóvel sob matrícula nº 1665, de que é titular o autor, cuja licitude da cobrança o mesmo pretende discutir no mérito da presente ação. Junta documentos e pede o imediato restabelecimento. É o que merecia destaque. Nos termos do artigo 300 “caput” do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando restar devidamente evidenciada a probabilidade de direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, conforme segue: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Nesse contexto, consoante documentos acostados, evidencia-se, pelo menos em juízo sumário, a probabilidade de direito, porquanto o DAE tem realizado o faturamento e a cobrança da água do imóvel do autor por estimativa, o que é vedado no ordenamento pátrio. Inviabilizada a leitura, seja pelo difícil acesso, seja pela inexistência de hidrômetro, deve a autarquia efetuar a cobrança da tarifação mínima. AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO REVISIONAL DE DÉBITO C/C DANO MORAL - SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE ÁGUA - COBRANÇA POR ESTIMATIVA DE CONSUMO

- ILEGALIDADE - AUSÊNCIA DE HIDRÔMETRO - PRECEDENTES DO STJ - EXCLUSÃO DO APONTAMENTO EM ÓRGÃO RESTRITIVO DE CRÉDITO - IMPOSSIBILIDADE - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO VALOR INCONTROVERSO - ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIMENTO PARCIAL PARA DETERMINAR O RESTABELECIMENTO DO SERVIÇO - RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. É ilegal a cobrança de água por estimativa de consumo no caso de inexistência de hidrômetro, por ensejar enriquecimento ilícito da Concessionária, devendo, nessa hipótese, ser exigida a tarifa mínima. (N.U 0033932-40.2016.8.11.0000, AI 33932/2016, DES.RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 11/05/2016, Publicado no DJE 13/05/2016) Outrossim, observa-se que o autor contesta o próprio faturamento de água referente ao seu imóvel, pois alega inexistir ligação de rede de água que atenda sua residência. Ainda que referida matéria esteja relegada ao mérito da demanda, certo é que se mostra imprescindível que o DAE se abstenha de realizar a cobrança de eventuais faturas mensais até final resolução da causa, uma vez que o que se discute, para além do montante cobrado, é a própria legitimidade do faturamento de água no imóvel. Quando da apreciação do mérito, se verificada a licitude da cobrança, eventuais débitos afetos ao período em que determinada a suspensão poderão ser regularmente exigidos pela autarquia. Quanto ao perigo na demora, sequer é necessário elucubrar em demasia sobre o tema, tendo-se em vista as consequências nefastas de eventual protesto/negativação do CPF do demandante, não sendo lícito ao DAE cobrar débitos pendentes de discussão judicial. Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA, para determinar à autarquia requerida que se abstenha de exigir, por qualquer meio, o pagamento das faturas de água objurgadas, referentes ao imóvel sob matrícula nº 1665, de que é titular ANTONIO MARQUES DE MORAES, até o deslinde da presente demanda, ficando vedada a emissão/cobrança de novas faturas mensais, a realização de protestos, negativação do CPF e/ou qualquer outro tipo de sanção administrativa, até o julgamento do mérito. Nos termos do Enunciado 01 das Turmas Recursais do Estado de Mato Grosso, fica dispensada a audiência de conciliação, ficando fixado prazo de 30 dias à apresentação da contestação. Nos termos do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, inverto o ônus da prova, ficando a encargo da requerida apresentar todos os elementos, notadamente documentos, necessários à resolução da lide (art. 9º, da Lei nº 12.153/09), mormente o histórico de consumo da unidade em apreço, bem como proceder a eventual vistoria, a fim de que fique comprovada a regularidade do fornecimento. Aportando nos autos as peças de defesa, intime-se a parte autora para, querendo, impugná-las no prazo de 05 (cinco) dias. Cite-se e intime-se com as advertências legais. Cumpra-se. Às providências. VÁRZEA GRANDE, 22 de outubro de 2019. Amini Haddad Campos Juíza de Direito

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015496-05.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO MARQUES DE MORAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAITON LUIZ PANAZZOLO OAB - MT16705-O (ADVOGADO(A))
ALMIR LOPES DE ARAUJO JUNIOR OAB - MT4102-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DO MUNICIPIO DE VARZEA GRANDE (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LARISSA AMORIM DE QUEIROZ MACHADO OAB - MT19687/O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E FAZENDÁRIO DE VÁRZEA GRANDE Certidão Certifico que impulsiono os autos a fim de intimar a parte autora da juntada de contestação no item 27372219, bem como para impugnar no prazo legal. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. SALIM MARTINS SANTANA Gestor(a) Judiciário(a) SEDE DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL E FAZENDÁRIO DE VÁRZEA GRANDE E INFORMAÇÕES: AVENIDA CASTELO BRANCO, 1010, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 TELEFONE: (65) 36851041

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1019692-18.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
TADEU GUERRA (REQUERENTE)
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: TADEU GUERRA Endereço: Rua Martin Afonso, Lote 03, Quadra 18, Mapim, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78155-850 Senhor(a) TADEU GUERRA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1019692-18.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.000,00 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 17:00 REQUERENTE: TADEU GUERRA REQUERIDO(A): BANCO DO BRASIL SA ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013702-46.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KAROLINE APARECIDA KRUGER DE JESUS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: KAROLINE APARECIDA KRUGER DE JESUS Endereço: RUA BRAGANÇA, S/N, JARDIM ELDORADO, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78150-781 Senhor(a) KAROLINE APARECIDA KRUGER DE JESUS: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho

e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1013702-46.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.125,57 ESPÉCIE: [DIREITO DO CONSUMIDOR, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 03/02/2020 Hora: 17:00 REQUERENTE: KAROLINE APARECIDA KRUGER DE JESUS Advogado do(a) REQUERENTE: MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR - MT16873/O REQUERIDO(A): VIVO S.A. ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011924-41.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
TERSO MALAQUIAS CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: TERSO MALAQUIAS CORREA Endereço: AVENIDA PRINCIPAL, 08, QUADRA 21, PARQUE BOA VISTA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78150-000 Senhor(a) TERSO MALAQUIAS CORREA: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1011924-41.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 07/11/2019 Hora: 15:45 REQUERENTE: TERSO MALAQUIAS CORREA Advogado do(a) REQUERENTE: ESTEVAO NOBRE QUIRINO - RO9658 REQUERIDO(A): FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 7 de outubro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011924-41.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
TERSO MALAQUIAS CORREA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1011924-41.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal. Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014710-58.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA FELISBERTO SATIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 CARTA DE INTIMAÇÃO À(o) Requerido:Nome: BANCO BRADESCARD S.A Endereço: ALAMEDA RIO

NEGRO, 585, Bloco D , 15 Andar, ALPHAVILLE INDUSTRIAL, BARUERI - SP - CEP: 06454-000 Senhor(a) BANCO BRADESCARD S.A: A presente carta, extraída dos autos da RECLAMAÇÃO abaixo-identificada, tem por finalidade a sua INTIMAÇÃO para comparecer à audiência de conciliação designada, nos termos a seguir mencionados e/ou cuja cópia segue anexa. PROCESSO N. 1014710-58.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.859,95 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 16:45 REQUERENTE: DEBORA FELISBERTO SATIRO ADVOGADO(S) DO RECLAMANTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Várzea Grande/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014710-58.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DEBORA FELISBERTO SATIRO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: DEBORA FELISBERTO SATIRO Endereço: RUA KAISER, (LOT FIGUEIRINHA), GLÓRIA, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78140-080 Senhor(a) DEBORA FELISBERTO SATIRO: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1014710-58.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 10.859,95 ESPÉCIE: [INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL, INCLUSÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES]->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL SALA 2 Data: 03/02/2020 Hora: 16:45 REQUERENTE: DEBORA FELISBERTO SATIRO Advogado do(a) REQUERENTE: NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART - MT26935/O REQUERIDO(A): BANCO BRADESCARD S.A ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 13 de dezembro de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010166-27.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DO CARMO LADISLAU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA OAB - MT18501-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78118-000 INTIMAÇÃO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO À(o) Requerente: Nome: MARCOS DO CARMO LADISLAU Endereço: RUA PADRE PEDRO COMETTI, 19, quadra 24, PARQUE DO LAGO, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78120-386 Senhor(a) MARCOS DO CARMO LADISLAU: A presente carta, referente ao processo abaixo identificado, tem por finalidade a INTIMAÇÃO de Vossa Senhoria na qualidade de parte requerente, para comparecer à Audiência Designada, conforme despacho e documentos vinculados disponíveis no Portal de Serviços do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujas instruções de acesso seguem abaixo descritas. PROCESSO N. 1010166-27.2019.8.11.0002 VALOR DA CAUSA: R$ 15.000,00 ESPÉCIE: [FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA] ->PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) DADOS DA AUDIÊNCIA: Tipo: Conciliação Juizado Sala: CONCILIAÇÃO - CÍVEL Data: 19/09/2019 Hora: 13:30 REQUERENTE: MARCOS DO CARMO LADISLAU Advogado do(a) REQUERENTE: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA - MT0018501A REQUERIDO(A): ENERGISA/MT ADVERTÊNCIA(S): 1. O não comparecimento à audiência designada e não sendo apresentada justificativa até o inicio da audiência, implicará na extinção e arquivamento do processo, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, com a condenação ao pagamento das custas processuais. 2. Deverá(ão) o(a, s) citando(a, s)/intimando(a, s) comparecer devidamente trajado(a, s) e portando documentos pessoais. VÁRZEA GRANDE/MT, 19 de agosto de 2019. (Assinado Digitalmente) CLAUDIR JUNIOR FRANÇA MARTINS Gestor de Secretaria OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço

https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código" e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular, com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço "Leia aqui seu código", clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o "Código" localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade "Solicitar Habilitação", sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba "Expedientes" no "Painel do Representante Processual", sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#suporte.

Intimação Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010166-27.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCOS DO CARMO LADISLAU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA OAB - MT18501-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE Avenida Dom Orlando Chave, s/n, UNIVAG, Cristo Rei, Várzea Grande- MT - CEP: 78118-000 Processo n. 1010166-27.2019.8.11.0002 I N T I M A Ç Ã O Impulsiono os autos com a finalidade de Intimar a parte Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal Várzea Grande, 13 de dezembro de 2019.

Sentença

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010800-23.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANATALIA ROMANA DE SOUZA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO MAGANHA DE LIMA OAB - MT17538-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010800-23.2019.8.11.0002. INTERESSADO: ANATALIA ROMANA DE SOUZA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da lei 9.0999 de 1995. Prefacialmente, devemos considerar os princípios norteadores dos juizados especiais, dispostos no artigo 2º da lei 9.099/1995 que dentre outras regras, estabelecem que o juiz não está obrigado a ater-se a todas as teses apresentadas pelas partes, mas de consignar apenas os elementos formadores da sua convicção. Sabe-se ainda que, em nosso ordenamento jurídico, é pacífico o entendimento de que, quando a prova documental é suficiente para formar o convencimento, pode a lide ser julgada antecipadamente, como bem preleciona o artigo 335, I do CPC, fato pelo qual, passo ao julgamento. Rejeito a preliminar de incompetência do Juizado Especial articulada pela parte Reclamante, para processar e julgar o feito. Esta causa, fundada em indenização por ato ilícito, nem de longe pode ser considerada complexa, sendo dispensável a realização de qualquer espécie de perícia. A parte Reclamante ajuizou a presente Ação Indenizatória por Danos Morais em desfavor da Concessionária Reclamada, na qual defende que fora vítima da má-prestação de serviço, notadamente pela interrupção imotivada de energia em sua unidade consumidora. Informa a requerente que a empresa requerida procedeu indevidamente, a interrupção do fornecimento de energia elétrica da Unidade Consumidora de sua titularidade no dia 12/08/2019. Aduz que o corte foi realizado indevidamente vez que as faturas estavam em dia. Assim, afirma a inexistência de faturas pendentes, fato que lhe causou inúmeros prejuízos, o que justifica a interposição da presente ação, pugnando pela condenação da Reclamada ao pagamento dos danos morais no importe de 10 (dez) salários mínimos. Realizada a audiência de conciliação, o acordo se fez infrutífero. A parte reclamada apresenta contestação no prazo legal, afirmando, em suma, que não cometeu ato ilícito, já que a suspensão de energia teria ocorrido desde 27/05/2019, sendo que, após esta data a UC teria sido ligada a revelia. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Foi apresentada impugnação à contestação. Pois bem. Em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não assiste à parte autora. De toda forma, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que em seu artigo 373, I e II estabelece que compete ao autor provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu alegar, na contestação, toda matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito, com que impugna o pedido do autor, sob pena de presumirem verdadeiros os fatos não impugnados. Nestes termos, ao verificar o histórico de consumo da unidade consumidora da autora, juntado pela ré, é fácil observar que a fatura dos meses de março e maio de 2019 tinham vencimentos em 27/03/2019 e 21/05/2019, porém, somente foram quitadas em 13/08/2019. Assim, não obstante a reclamante contestar as alegações da reclamada, não foi capaz de juntar aos autos qualquer documento que comprove que as faturas estavam sendo quitadas em dia, mas pelo contrario, conforme consta no ID n. 22865232 (pág. 9, 12 e 13), a Autora acostou os comprovantes de pagamento do dia 13/08/2019, referente as faturas de março e maio. Desse modo, apesar da Reclamante alegar que teve seu fornecimento de energia elétrica suspenso no dia 12/08/2019 de modo indevido, está comprovado nos autos que as faturas de março e maio apenas para adimplidas um dia após a alegada suspensão (13/08/2019). Ademais, segundo o histórico de contas da parte requerente, nota-se que é prática costumeira atrasar o pagamento de seus débitos, o que abre margem para que sejam tomadas as devidas providências, buscando a Ré também seus direitos, para que, inclusive, sejam desestimulados tais atrasos. Portanto, não há o que se falar em ilegalidade cometida pela ré quando efetuou a suspensão do fornecimento de energia elétrica da reclamante, inexistindo, portanto, qualquer falha afim de causar constrangimentos, humilhação, aborrecimentos e preocupações à autora, restando inequívoca a inexistência de dano moral a ser reparado. Nesse sentido indefiro o pedido de indenização por danos morais, restando improcedente os pedidos aduzidos na inicial. DISPOSITIVO Pelo exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão formulada na inicial, nos termos do artigo 487, I do CPC, bem como revogo a liminar deferido no ID n. 24787823. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014893-29.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:

JOSIRENE APARECIDA SANTANA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
IVAN GONCALO DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE RICARDO COSTA MARQUES CORBELINO OAB - MT5486-O (ADVOGADO(A))
VINICIUS DE ALMEIDA E SILVA OAB - MT21286-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Jacó Carlos Silva Coelho OAB - MT15013-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1014893-29.2019.8.11.0002. REQUERENTE: IVAN GONCALO DE ALMEIDA, JOSIRENE APARECIDA SANTANA DE ALMEIDA REQUERIDO: CAPEMISA SEGURADORA DE VIDA E PREVIDENCIA S/A Vistos, etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da lei 9.0999 de 1995. Prefacialmente, devemos considerar os princípios norteadores dos juizados especiais, dispostos no artigo 2º da lei 9.099/1995 que dentre outras regras, estabelecem que o juiz não está obrigado a ater-se a todas as teses apresentadas pelas partes, mas de consignar apenas os elementos formadores da sua convicção. Sabe-se ainda que, em nosso ordenamento jurídico, é pacífico o entendimento de que, quando a prova documental é suficiente para formar o convencimento, pode a lide ser julgada antecipadamente, como bem preleciona o artigo 335, I do CPC. Antes de adentrar ao mérito da demanda, observo que a parte JOSIRENE APARECIDA SANTANA DE ALMEIDA é incapaz, conforme termo de interdição e de nomeação de curador anexado no ID n. 24995352, estando representada em juízo pelo seu irmão IVAN GONCALO DE ALMEIDA, que exerce a função de curador. Sendo a reclamante incapaz, por força do artigo 8º, caput, da Lei 9.099/95, a mesma não pode ser parte perante os Juizados Especiais: "Não poderão ser partes, no processo instituído por esta Lei, o incapaz, o preso, as pessoas jurídicas de direito público, as empresa públicas da União, a massa falida e o insolvente civil." (grifei) Assim, a presente demanda deve ser julgada extinta em face da Reclamante, em razão da sua incapacidade. Por conseguinte a demanda deve prosseguir com relação ao Reclamante IVAN GONCALO DE ALMEIDA. Indefiro preliminares arguidas pela Reclamada por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. Os Autores ajuizaram a presente demanda em desfavor da Reclamada, objetivando o recebimento dos danos materiais e morais. Narra os Reclamantes que sua genitora teria aderido a dois planos de seguro, sendo o contrato nº 12.00384039/9 – Plano Melhor, com vigência desde 29/09/1993, e contrato nº 14000135394 – Plano Idade Certa, com vigência desde 01/10/1995, todavia quando do falecimento da contratante, os Reclamantes teriam recebido valor inferior ao devido. Afirmam que foi indevidamente descontado dos valores que teriam a receber como beneficiários do seguro, o valor total de R$ 2.106,84 (dois mil, cento e seis reais e oitenta e quatro centavos), referente de supostos débitos de competência 01/2017 e 07/2018, referente ao Plano melhor, e débito de competência 01/2017 do Plano Idade Certa. Tentada a conciliação, o acordo restou infrutífero. A parte reclamada apresenta contestação no prazo legal, afirmando, no mérito, a ausência de ato ilícito e dos requisitos necessários para configuração do dever de indenizar, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. O Reclamante apresentou impugnação à contestação. Pois bem, com relação ao Autor IVAN GONCALO DE ALMEIDA, em análise aos elementos e circunstâncias que envolvem a controvérsia, tenho que razão não lhe assiste. Isto porque, em que pese alegar a ausência de débitos, em razão dos pagamentos ocorrerem por meio de desconto em folha, bem como que a Reclamada não teria cientificado a falecida acerca dos débitos pendentes, nenhuma prova fizeram nesse sentido. Compulsando os autos e as provas produzidas pelo Autor, constato que o mesmo limita-se em afirmar a inexistência do débito em razão dos descontos terem ocorridos na folha de pagamento da falecida e, desse modo, presumir que as parcelas 01/2017 e 07/2018 do Plano Melhor e 01/2017 do Plano Idade Certa foram quitadas. Assim, o Autor não apresentou nos autos qualquer documento que comprove que as referidas parcelas foram devidamente adimplidas, mesmo que, em tese, deveriam ter sido debitadas em folha, pois competia ao mesmo ter diligenciado junto órgão pagador e apresentado os holerites dos meses em questão, para comprovar que não houve na época qualquer impedimento no desconto em folha. Portanto, fácil se faz chegar à conclusão de que a presente demanda se faz improcedente. A ausência de provas mínimas passíveis de corroborar a versão inaugural compromete totalmente a segurança deste juízo para atribuir qualquer ilicitude à pessoa do Reclamado, não havendo a menor possibilidade de ser reconhecida a existência dos requisitos necessários à configuração da responsabilidade civil (tanto no tocante aos danos morais e quanto aos prejuízos materiais), tampouco como ser reconhecida qualquer falha na prestação dos serviços da empresa reclamada (Artigo 14, § 3º, I, do CDC). Assim, no que se refere ao fato em que se funda a pretensão, vigora a regra do artigo 373, I, do CPC, exigindo do autor sua plena demonstração, por documento lícito e válido, sob pena de improcedência da reclamação, assim: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. (...) A parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto só o fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos os holerites da falecida, documento esse facilmente obtido junto ao órgão pagador, na qualidade de herdeiro/inventariante, com o objetivo de comprovar o adimplemento das parcelas que foram debitadas no momento do pagamento das apólices. Assim, a prova que deveria ter sido produzida pela reclamante não é impossível ou excessivamente impossível, haja vista, que bastaria este ter juntado prova documental do seu direito, como manteve-se inerte, a improcedência se impõe. Ainda, colhe-se da jurisprudência: PROCESSO CIVIL. CIVIL. CONTRATO VERBAL. ÔNUS DA PROVA. ARTIGO 333, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVA TESTEMUNHAL. 1. Incumbe ao autor provar os fatos constitutivos de seu direito e ao réu, provar os fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor (art. 333, I CPC). Não se desincumbindo a autora de tal ônus, a improcedência do pedido é medida que se impõe. 2. Negou-se provimento ao apelo. (TJDFT – Acórdão n. 577464, 20080111331082APC, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 29/03/2012, DJ 10/04/2012 p. 78) Deve-se ainda apontar que a consequência do descumprimento do ônus mencionado no art. 373, I do Código de Processo Civil é a improcedência do pedido, já que meras alegações são insuficientes. Logo, não é cabível também o pleito indenizatório. DISPOSITIVO Ante os fatos e fundamentos acima expostos, por considerar que a reclamante é incapaz, de oficio, declaro extinto o processo em face da Reclamante JOSIRENE APARECIDA SANTANA DE ALMEIDA, sem julgamento de mérito, com fulcro no artigo 51, IV, da Lei 9.099/95. Outrossim, quanto ao Reclamante IVAN GONCALO DE ALMEIDA entendo, por bem, julgar IMPROCEDENTE a pretensão deduzida no pleito inicial, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga

Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006353-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IVONE CECILIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CAIO FERNANDO MOTTA BONIN OAB - SP0331254A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO ITAUCARD S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1006353-89.2019.8.11.0002. REQUERENTE: IVONE CECILIA DA SILVA REQUERIDO: BANCO ITAUCARD S/A Visto. Deixo de apresentar o relatório com amparo no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. A parte Reclamante ajuizou a presente demanda em desfavor da Reclamada, ao argumento de defeituosa prestação de serviço, pugnando pela condenação da reclamada na obrigação de abster-se de realizar os parcelamentos automáticos com juros abusivo, na exibição do contrato e no pagamento dos danos morais. Alega a Reclamante que possui cartão de crédito junto a Reclamada, todavia apesar de efetuar pagamentos acima do valor mínimo da fatura, a Reclamada estaria realizando o financiamento automático do saldo devedor em valores abusivos. Deste modo, a autora insurge contra os valores cobrados no parcelamento automático, razão pela qual pugna pela obrigação da mesma em abster-se de realizar o parcelamento com juros abusivos. Assim, diante disto, entendo a indispensabilidade da realização de prova pericial contábil, destinada a apurar se os juros e multa aplicados nas faturas da Autora são abusivos ou não. Fato este que evidencia a complexidade da matéria discutida no processo, circunstância que torna os Juizados Especiais absolutamente incompetentes para processar e julgar o feito. Com efeito, o legislador infraconstitucional buscou, com os Juizados Especiais, criar um sistema onde a celeridade e a simplicidade devem nortear a atividade jurisdicional, e assim estabeleceu, no artigo 3º. da lei 9.099/95, que sua competência para conciliação, processo e julgamento alcança as causas cíveis de menor complexidade, significando que, aquelas causas em que se exige a necessidade de perícia complexa para o desate da questão, estariam subtraídas ao seu alcance. Sabe-se que a aferição da complexidade da causa leva em consideração não o direito material discutido, mas o objeto da prova, consoante orienta o Enunciado nº 54 do FONAJE: "A menor complexidade da causa, para fixação da competência, é aferida pelo objeto da prova e não em face do direito material". A indispensável ampliação do conhecimento necessário ao pleno esclarecimento da questão litigiosa, jungida aos supostos abusos contratuais, exige que se coloque à disposição das partes meios de provas inadmissíveis em sede dos Juizados Especiais, de modo que deve o litígio ser apresentado e decidido perante a Justiça Comum. RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITOS C/C RESTITUIÇÃO DE VALORES. PAGAMENTOS PARCIAIS DAS FATURAS E PARCELAMENTOS AUTOMÁTICOS DO SALDO. INVIABILIDADE DO JULGAMENTO COM BASE NOS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. PERÍCIA TÉCNICA. RELEVÂNCIA E NECESSIDADE. CÁLCULO COMPLEXO, ELABORADO POR PROFISSIONAL TÉCNICO HABILITADO. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA, POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO IMPROVIDO.(TJRS - Recurso Cível, Nº 71008992448, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: José Ricardo de Bem Sanhudo, Julgado em: 26-11-2019). Destaquei. Assim sendo, reconheço a incompetência do Juizado Especial, de oficio, em razão da complexidade da causa, para JULGAR EXTINTO o processo sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 51, II, da Lei 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Transitada em julgado, ao arquivo, com as baixas, anotações e demais formalidades. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para homologação. Homologado, intimem-se as partes. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga

Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, homologo o projeto de sentença juntado nos autos, com a extinção do processo, sem resolução do mérito, a teor do contido no art. 485 do CPC. II. Tratando-se de Autor ausente à Conciliação (LJE, 51, I), intime-o para pagamento das custas processuais, no prazo de 10 dias (Enunciado n. 28 do FONAJE). III. Preclusas as vias recursais, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014322-58.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ZENILDA DE SOUZA PACHECO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAYARA RONDON DE SOUZA OAB - MT23441/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB - MT16846-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1014322-58.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ZENILDA DE SOUZA PACHECO REQUERIDO: INTELIG TELECOMUNICACOES LTDA. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Retificação do polo passivo: A reclamada pleiteia a retificação dos dados do processo para, ao invés de constar TIM CELULAR S/A, passe a constar como TIM S/A., inscrita no CNPJ sob nº 02.421.421/0001-11, por ser a empresa incorporadora, fato pelo qual, acolho a preliminar para que seja retificado o polo passivo da demanda. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, pois a sua linha telefônica (65)99806-0084 não possui faturas inadimplidas. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente da linha telefônica (65) 98137-4572 de titularidade da Reclamante. Afirma que o contrato/linha está cancelado desde 11/07/2018 e que a fatura com vencimento em 10/08/2019 no valor de R$ 68,86 (sessenta e oito reais e oitenta e seis centavos) é devida, pois refere-se ao período de utilização de 19 de junho a 18 de julho de 2019. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação, oportunidade em que afirmou que a única linha telefônica contratada com a reclamada é a de numero (65)99806-0084, dessa forma, o débito negativado é indevido. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a contratação da linha telefônica (65) 98137-4572 e, consequentemente, a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar o vinculo da Autora com a linha numero (65) 98137-4572, nem cópia de alguma contratação que a justifique, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial, uma vez que, de fato, a linha telefônica (65)99806-0084 não possui qualquer débito em aberto. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral,

tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como, considerando a inexistência de outras negativações em nome da Autora e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 6.000,00 (seis mil reais). Por conseguinte, não tendo a Reclamada logrado êxito em comprovar a contratação da linha telefônica numero (65) 98137-4572, o pedido contraposto é improcedente. Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, para: 1. Declarar a inexistência dos débitos mencionados na inicial, bem como determinar o cancelamento da inscrição do nome da parte Requerente das entidades de restrição ao crédito, e; 2. Condenar a reclamada ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) em favor da reclamante, a título de dano moral, corrigida pelo INPC a partir desta data e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do evento danoso (19/04/2019). Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo da restrição comercial efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação aos débitos discutidos neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Processo Número: 1010318-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROBERTO MARTINHO DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA CAMILA PICOLLI OAB - MT0019716A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CONTESE - CONSULTORIA TECNICA DE SEGUROS E REPRESENTACOES LTDA - EPP (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FELIPE SIMIM COLLARES OAB - MG112981 (ADVOGADO(A))
AMANDA JULIELE GOMES DA SILVA OAB - MG165687 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010318-75.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ROBERTO MARTINHO DOS SANTOS REQUERIDO: CONTESE - CONSULTORIA TECNICA DE SEGUROS E REPRESENTACOES LTDA - EPP Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Ilegitimidade Passiva: Rejeito a preliminar arguida, tendo em vista que consta nos extratos da parte Reclamante que os descontos aqui discutidos foram realizados em favor da empresa Reclamada, sendo ela, portanto, parte legitima para figurar no polo passivo da demanda. Conexão: Rejeito a preliminar de conexão por não vislumbrar identidade do pedido ou a causa de pedir, uma vez que o período e os valores descontados se diferem, inclusive, quanto a empresa beneficiada pelos descontos. A parte Reclamante ajuizou a presente ação em desfavor da Reclamada, ao argumento de que vem sofrendo descontos em sua conta corrente referente a seguro não contratado junto a Reclamada. Realizada a audiência para tentativa de conciliação, esta restou inexitosa. Por ocasião da Contestação, a reclamada alega que os descontos são decorrentes de seguro originariamente contratado junto a empresa CLADAL ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME, a qual cedeu a cobrança para a empresa Promovida (ausência de responsabilidade civil). Por fim, pleiteia pela improcedência dos pedidos iniciais. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Pois bem. No caso em comento, a Reclamada pugna pela legitimidade dos descontos, juntando aos autos a proposta de seguro, documento pessoal apresentado no ato da contratação e termo de cessão (ID n. 25787867 e n. 25787869), estando o contrato devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com a assinatura nos documentos juntados pelo próprio Reclamante. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. A parte Reclamante apresentou impugnação à contestação. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de débito por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude dos descontos na conta corrente do Reclamante, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada e os descontos realizados, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais e materiais por parte da Reclamante. Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovação da inexistência de ato ilícito nos descontos na conta corrente do Reclamante. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana

Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014493-15.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO ANASTACIO DE FREITAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA DOMINGAS RONDON OAB - MT21853/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1014493-15.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANTONIO ANASTACIO DE FREITAS REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente é imperioso desenredar que in casu o deslinde das questões de fato e de direito não depende de dilação probatória de perícia ou em audiência de instrução, pelo que delibero por julgar antecipadamente a lide, ex vi do art. 355, inc. I do CPC. Indefiro as preliminares arguidas por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. Mérito Aduz a parte requerente se sua peça exordial ser titular de unidade consumidora junto a Reclamada, tendo recebido da parte requerida duas cobranças nos valores de R$ 373,71 (trezentos e setenta e três reais e setenta e um centavos) e R$ 184,50 (cento e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos), onde teve conhecimento que correspondia a uma diferença de consumo resultante de uma suposta irregularidade constatada no equipamento de medição de sua unidade consumidora, o que, entretanto, discorda veemente, além do fato de que sua energia elétrica teria sido suspensa em decorrência do não pagamento dessas faturas. Requer, portanto, declaração de inexistência do débito, bem como o recebimento de indenização a titulo de danos morais, evento. A parte requerida em sua peça contestatória sustenta que os argumentos dispensados pela parte requerente, não é provido de qualquer razão em sua pretensão, eis que se trata de um débito totalmente devido, onde a parte requerida agiu no exercício regular de seu direito. Para tanto, acostou aos autos o Termo de Ocorrência de Inspeção - TOI (ID n. 26312874), onde se verificou que o medidor da residência encontrava-se com um "desvio de uma fase na baixa tensão" o que acarretava no registro menor do consumo de energia da unidade, o que estava provocando, consequentemente, uma medição a menor na unidade consumidora. Salienta, por fim, que foi promovida a recuperação de consumo perante a referida UC, conforme previsão da Resolução n.º 414/2010. Com efeito, a solução do litígio não demanda muito esforço, mormente pela regra do Código de Processo Civil que estabelece que compete a parte reclamante provar o fato constitutivo do seu direito e ao réu fato modificativo, impeditivo ou extintivo do referido direito. Pois bem, ficou caracterizado pelo TERMO DE OCORRÊNCIA E INSPEÇÃO anexado pela parte reclamada, que o Reclamante acompanhou a inspeção, no entanto, recusou-se a assinar o termo de ocorrência. Além disso, o TOI está devidamente acompanhado do laudo fotográfico, demonstrando, assim, a irregularidade apontada. Além disso, é possível observar no histórico de contas da parte Reclamante que houve um aumento no consumo de energia elétrica após a regularização da Unidade Consumidora (ID n. 26312878). Neste sentido: ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 1 E M E N T A RECURSO INOMINADO – RELAÇÃO DE CONSUMO – ENERGIA ELÉTRICA – ALEGAÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES ACIMA DA MÉDIA DE CONSUMO – SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA – FOTOS E TOI COMPROVAM A IRREGULARIDADE NA UNIDADE CONSUMIDORA – DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO – RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. As provas coligidas nos autos são suficientes para o deslinde da controvérsia, em razão da comprovação do desvio da energia. O registro fotográfico em anexo na contestação, na forma que preleciona o artigo 129, §1º, inciso V, alínea "b", da Resolução nº. 414/2010 da ANEEL, confirmam a irregularidade da unidade consumidora, pois o borne do medidor estava invertido. De acordo com TOI – Termo de Ocorrência e Inspeção de n.415822, foi apurado que a unidade consumidora estava ligada com inversão de fase no borne do medidor, ocasionando o não registro do consumo ocorrido. Verifico ainda que a pessoa de nome "Veronica Cunha", recebeu toda a documentação necessária tais como carta de agendamento e o TOI realizado. Vejamos a apuração do TOI: Recurso Inominado nº.: 0039295-73.2014.811.0001 Origem: Segundo Juizado Especial Cível de Cuiabá/MT Recorrente(s): Liége Machado da Rosa Arantes Recorrido(s): Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia S.A Juiz Relator: Marcelo Sebastião Prado de Moraes Data do Julgamento: 13/06/2017 ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 2 Registros fotográficos: Portanto, ausente o ato ilícito, não há que se falar em dano moral. Esta Turma Recursal, tem acolhido o registro fotográfico, quando acompanhado de TOI devidamente assinado pelo Consumidor ou de um morador. Não havendo que se falar em provas produzidas de forma unilateral. Sendo a fatura emitida a título de recuperação de consumo devida, não pode ser desconsiderada diante das provas carreadas aos autos¸ registrando ainda que, no caso em tela ocorreu até mesmo a notificação da realização da inspeção, fato que não foi rebatido e nem sequer traçada uma linha sequer sobre o mesmo. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. Compulsando os autos e as provas produzidas, verifico que não restaram comprovadas as alegações da Recorrente quanto aos fatos constitutivos de seu direito, ônus que lhe incumbia nos termos do artigo 373, I, do CPC. SENTENÇA MANTIDA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO TURMA RECURSAL ÚNICA JUIZ RELATOR MARCELO SEBASTIÃO PRADO DE MORAES 3 Sentença mantida por seus próprios fundamentos, consoante previsão do art. 46 da Lei nº 9.099/95: "Art. 46. O julgamento em segunda instância constará apenas da ata, com a indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva. Se a sentença for confirmada pelos próprios fundamentos, a súmula do julgamento servirá de acórdão". HONORÁRIOS E VERBAS SUCUMBENCIAIS. A parte Recorrente arcará com as custas processuais e honorários advocatícios, estes que fixo em 10% sobre valor da causa, ressalvada a suspensão para ambas as verbas, nos moldes do artigo 98, §§ 2º e 3º, do NCPC. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. É como voto. Dr. Marcelo Sebastião Prado de Moraes Juiz de Direito - Relator (Procedimento do Juizado Especial Cível 3929573201481100001/2017, , Turma Recursal Única, Julgado em 14/06/2017, Publicado no DJE 14/06/2017) Desta feita, a parte requerida comprovou suficientemente a irregularidade constatada, o que estava provocando uma medição a menor na unidade consumidora, ocasionando tal situação a recuperação de consumo discutida na presente lide, seguindo para tanto as normas da ANEEL. Ademais, cumpre registrar que foi constatado um desvio no ramal e não irregularidades na medição do consumo, conforme fotos apresentadas, não havendo, deste modo, que se falar em realização de pericia no medidor pelo órgão responsável. De tal sorte que a parte requerida não pode ser responsabilizada pelo fato da fatura não atender às expectativas da parte requerente. Como se vê, trata-se de cobrança devida, não havendo que se falar em declaração de inexistência de débito ou indenização por danos morais. Outrossim, não havendo prova do suposto ato ilícito, não vislumbro conduta irregular da reclamada, e sim o exercício regular de um direito. Assim, não sem propósito, como vem decidindo nossos Tribunais, o mero aborrecimento, o dissabor, a mágoa ou a irritação, sem maiores consequências, não são passíveis de indenização por dano moral. Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão contida na inicial e, por conseguinte, extingo o feito com resolução do mérito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, bem como REVOGAR a liminar deferida no ID n. 24820292. Ainda, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto, corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data de vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da citação. Sem custas processuais e

honorários advocatícios (art. 54 e art. 55 da lei nº 9.099/95). Com o trânsito em julgado, nada sendo requerido, arquive-se. Decisão sujeita à homologação do Meritíssimo Juiz de Direito, ao qual a submeto, conforme preceitua o art. 40 da Lei 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008541-55.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EULANDA NEVES DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDA RIBEIRO DAROLD OAB - MT0012037A-O (ADVOGADO(A))
BERNARDO RIEGEL COELHO OAB - RJ0164014A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1008541-55.2019.8.11.0002. REQUERENTE: EULANDA NEVES DE ALMEIDA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian, extraído de site de internet, juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. A parte Autora impugna a Contestação em sua totalidade e alega que a Ré não trouxe aos autos nenhum documento (notadamente Contrato assinado) que comprovasse a contratação dos serviços, e ao final reitera os pedidos aduzidos na inicial. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. Todavia, embora a Reclamada tenha incorrido na prática de um ato ilícito em face da Reclamante, tenho plena convicção de que a pretensão indenizatória deve ser refutada, pois, o comprovante de restrição apresentado pela consumidora NÃO PROPORCIONOU A ESTE JUÍZO A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO DO ALEGADO “DANO MORAL”. Todavia, embora a Reclamada tenha incorrido na prática de um ato ilícito em face da Reclamante, tenho plena convicção de que a pretensão indenizatória deve ser refutada, pois, o comprovante de restrição apresentado pela consumidora (Evento nº 01) NÃO PROPORCIONOU A ESTE JUÍZO A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO DO ALEGADO “DANO MORAL”. In casu, o comprovante apresentado pela Demandante sequer demonstra qual a data exata em que a inserção restritiva foi efetivada (o que, por sua vez, inviabilizaria a correta liquidação da sentença), razão pela qual, reitero que o mencionado documento não detém credibilidade. Como se não bastasse, registra-se que o Reclamante não se dignou em obter um documento idôneo diretamente no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito, motivo pelo qual, a fim de evitar que o Poder Judiciário seja utilizado como uma fonte de enriquecimento indevido, entendo que o pedido de indenização por supostos danos morais deve ser rejeitado. Dispositivo: Diante de todo o exposto, nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil c/c artigo 6º da Lei nº 9.099/95, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão deduzida apenas para DECLARAR a inexigibilidade dos débitos debatido nestes autos, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva do apontamento restritivo no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data, não havendo de se falar em qualquer indenização a título de danos morais. Por fim, DEFIRO os benefícios da gratuidade da justiça em favor da parte Reclamante (Artigo 99, § 3º, do CPC/2015). Sem custas processuais e honorários advocatícios neste grau de jurisdição (Artigos 54 e 55 da Lei nº 9.099/95). Publique-se no PROJUDI. Intime-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012106-27.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIENE NERY DA COSTA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GABRIEL DAVID MARTINS SANTANA OAB - MT20788-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
Banco Safra S-A (REQUERIDO)
QUALICONSIG PROMOTORA DE VENDAS - EIRELI - ME (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
ELIANE PACHECO DE LIMA ALENCAR OAB - SP341999 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1012106-27.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ELIENE NERY DA COSTA REQUERIDO: BANCO SAFRA S-A, QUALICONSIG PROMOTORA DE VENDAS - EIRELI - ME Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC. Ilegitimidade Passiva: Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pela 2ª Reclamada, tendo em vista a solidariedade que se estabelece entre os fornecedores de bens e serviços, nos termos do art. 18 do CDC. Ademais, cumpre destacar que fica a critério da vítima/consumidor a escolha de contra quem irá demandar em razão de relação de consumo na qual se viu lesado. Inépcia da Inicial: Rejeito a preliminar de inépcia, pois sem nenhum esforço se vislumbra a causa de pedir, assim como o pedido, por lógica conclusão. Ainda, cumpre consignar que a inicial esta devidamente instruída com a documentação acerca da contratação da portabilidade. Ausência de interesse de agir: Alegam as reclamadas a ausência de interesse de agir, bem como que não foi comprovado o cumprimento do Termo de Cooperação n.15/2016. Entendo que tal preliminar deve ser rejeitada, porquanto a pretensão ao recebimento de indenização por dano moral é resistida e, portanto, presente o interesse de agir. Além disso, a Reclamada não comprovou que o Termo de Cooperação tenha abrangência Nacional ou que seja aplicado ao caso em tela (indígena). Mérito. Pleiteia a parte Reclamante a condenação das empresas Reclamadas em danos materiais e morais, ao argumento de falha na prestação de serviço. Afirma a Reclamante que a 2ª Reclamada (Qualiconsig) ofereceu a portabilidade do seu empréstimo consignado junto ao Banco Bradesco para o Banco Safra, ora 1ª Reclamada, ao argumento de juros baixo e restituição do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Narra que apesar de ter aceitado a portabilidade do empréstimo, as Reclamadas não teriam cumprido com a oferta dentro do prazo, além de terem restituído apenas o valor de R$ 2.550,07 (duzentos e cinquenta e cinco reais e sete centavos). Desse modo, pugna pela condenação das Reclamadas na restituição da diferença no valor de R$ 2.449,93 (dois mil e quatrocentos e quarenta reais e noventa e três centavos), bem como ser indenizada moralmente pelos transtornos sofridos, haja vista que o não cumprimento do acordado afetou o agendamento da sua cirurgia. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. A 1ª Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, oportunidade alega a regularidade na portabilidade e contratação do empréstimo junto à mesma. Afirma que a contratação ocorreu dentro da normalidade, sendo que, em razão do saldo devedor da Reclamante junto ao Banco Bradesco foi devidamente restituído o valor de R$ 2.550,07 (dois mil e quinhentos e cinco reais e sete centavos). Assim, afirma que não há valores a ser restituído a demandante, razão pela qual, pugna improcedência da demanda, em virtude da ausência de ato ilícito. A 2ª Reclamada afirma em sua defesa que a restituição ocorreu dentro dos padrões estabelecidos na proposta de portabilidade, na qual a Autora estaria ciente da possível redução do valor, devendo, portanto, a demanda ser julgada improcedente. Realizada audiência de conciliação, o acordo restou infrutífero. Pois bem. Conquanto tenham as Reclamadas alegado que não praticaram ilícito ensejador de reparação por danos materiais e morais, na oportunidade de apresentação das defesas, não apresentaram qualquer documento apto a provar que a autora tinha conhecimento de que, seja o valor de R$ 4.222,78 (quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos) ou R$ 5.000,00 (cinco mil reais), poderia sofrer redução. Isso porque, apesar da proposta inicial de portabilidade constar que o valor a ser restituído seria aproximadamente R$ 4.222,78 (quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos), conforme as conversas pelo aplicativo de mensagens Whatzapp, a 2ª Reclamada comprometeu-se em efetuar a restituição do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) caso a Autora aceitasse no mesmo dia a proposta de portabilidade (ID n. 23742916 – página 2). Ainda, seguindo a sequencia das mensagens é possível observar que a Autora aceitou no mesmo dia a portabilidade para recebimento do troco no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como que a Reclamada já tinha total conhecimento acerca do contrato existente entre a Autora e o Banco Bradesco, tais como: valor do empréstimo; prazo de pagamento; quantidade de parcelas pagas e a vencer, pois já havia encaminhado uma proposta anterior com previsão de restituição no valor de R$ 4.222,78 (quatro mil, duzentos e vinte e dois reais e setenta e oito centavos). Assim, as Reclamadas não demonstraram nos autos que quando da oferta de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) houve algum impedimento no empréstimo para recebimento desse valor. Ademais, também não comprovaram que tenham cientificado a Autora que, após analisar o saldo devedor, apenas poderia ser restituído o valor de R$ 2.550,07 (dois mil e quinhentos e cinco reais e sete centavos), muito menos que tenha oportunizado a mesma a não formalizar o contrato. Ao contrario disso, a Autora logrou êxito, mais uma vez, em demonstrar que mesmo após o recebimento da informação de que o valor a ser restituído seria de apenas R$ 2.550,07 (dois mil e quinhentos e cinco reais e sete centavos), a 2ª Reclamada informou que tal informação deveria ser desconsiderada (ID n. 23742916 – página 4), bem como certificou que a diferencia seria depositada (ID n. 23742916 – página 5). Assim, a despeito das reclamadas aduzirem não haver qualquer falha no serviço prestado, resta nítido a desídia das Reclamadas, cabendo as mesmas repararem a Reclamante pelos danos morais e materiais sofridos. Ainda, o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor disciplina que: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Os danos que incidem sobre a vítima, caracterizam-se in rem ipsa, ou seja, independem de demonstração, de maneira que, por evidente, não há que se exigir da reclamante prova "manifesta" dos gravames, cuja reparação postula, apesar de estar amplamente demonstrado o abalo da Reclamante em ter que se socorrer a terceiros para realização da cirurgia, apesar das Reclamadas terem prometido o pagamento do valor. Além do mais, é sempre útil repetir que a responsabilidade que incide sobre o produtor ou o fornecedor de bens de consumo é objetiva e configura-se independentemente da caracterização da culpa, sendo suficiente o ato ilícito, o nexo de causalidade e o dano, que como já dito, é, neste caso, presumido. Por tudo que dos autos constam, forte no art. 487, I do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos entabulados pela parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada para: 1. condenar a Reclamada a pagar, a título de danos materiais, o valor de R$ 2.449,93 (dois mil e quatrocentos e quarenta reais e noventa e três centavos), acrescidos de juros de 1%, a partir do evento danoso (30/05/2019), e correção monetária pelo INPC-IBGE, a partir desta data, e; 2. condenar a Reclamada a indenizar a parte Reclamante, pelos prejuízos de ordem moral que causou, em quantia que estabeleço no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC-IBGE, a partir desta data. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as

partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015164-38.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MAFALDA MORENO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CESAR LIMA DO NASCIMENTO OAB - MT4651-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIVERSO ONLINE S/A (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015164-38.2019.8.11.0002. REQUERENTE: MAFALDA MORENO REQUERIDO: UNIVERSO ONLINE S/A Visto. A parte reclamante, intimada validamente, para comparecer à Sessão de Conciliação, não o fez e também não justificou sua ausência até a abertura do ato processual. Diante disso, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no artigo 51, I, da Lei 9.099/96. Ainda, condeno a parte reclamante ao pagamento das custas processuais. "Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/95, é necessária a condenação em custas." (Enunciado 28 do XIII Encontro do Fórum Permanente de Coordenadores de Juizados Especiais). Fica condicionado o ajuizamento de nova ação, com identidade de partes e pedidos, ao pagamento das custas processuais. Quantificada as custas processuais, intime-se o Autor para pagamento, no prazo de 10 dias. Custas processuais devidamente quitadas e transitada em julgado, ao arquivo, com as baixas, anotações e demais formalidades. Preclusas as vias recursais, arquive-se. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1007194-84.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SUELI PINHEIRO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDI TOCANTINS SILVA OAB - MT16519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO OAB - MG0096864A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1007194-84.2019.8.11.0002. REQUERENTE: SUELI PINHEIRO RODRIGUES REQUERIDO: OMNI FINANCEIRA S/A Vistos etc. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95. Analisando o processo, verifico que se encontra maduro para julgamento, sendo desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 335, I do NCPC. É oportuno esclarecer que a relação travada entre as partes é de natureza consumerista, devendo ser aplicado ao caso os ditames contidos no Código de Defesa do Consumidor. Alega a parte Reclamante que teve seu nome negativado indevidamente pela requerida, que não possui dívida alguma. Em contestação alega a Reclamada que as negativações ora discutidas referem-se a dívidas contraídas junto a instituição demandada inerente a realização de empréstimo e cartão de crédito. Apesar do não comparecimento do Reclamante em audiência de conciliação, julgo o processo da forma que ele se encontra, vez que a contestação já havia sido juntada aos autos, por equidade ao enunciado 90 do FONAJE. O que se depreende do caso em tela é que houve negativação do nome da parte Reclamante relativa a dívidas inadimplidas, uma vez que a requerida comprova através contrato devidamente assinado, a existência dos débitos entre os litigantes. O autor negou os débitos com a empresa requerida o que se demonstrou inverídico após a apresentação da defesa. Portanto, o conjunto probatório contido nesta lide permite concluir pela efetiva relação jurídica entre os demandantes e efetivos débitos; e regularidade não apenas do débito, mas também das inscrições ora discutida. Cabe registrar que os contratos estão devidamente assinados e com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com a assinatura nos documentos juntados pelo próprio Reclamante. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Assim, não há falar em declaração de inexistência dos débitos, muito menos em indenização a título de danos morais, pois não comprovada qualquer ilegalidade no proceder da parte Reclamada. Esta ação configura verdadeira aventura jurídica onde a parte reclamante pretende ser premiada com a condenação da parte reclamada em danos morais, caracterizando esta ação verdadeira má fé da parte reclamante. Estando em aberto os valores, a inclusão do nome e CPF do reclamante nos órgãos de restrição ao crédito configura-se exercício regular de direito. E por qualquer ângulo que se analise a questão, se evidencia a má-fé da parte reclamante, na sua ânsia de auferir renda fácil, com objetivo de ser premiada com a condenação da parte reclamada ao pagamento de danos morais, deturpa os fatos, se aproveitando da gratuidade processual na primeira instância, litigando de má-fé, abarrotando o Poder Judiciário com lides temerárias, em prejuízo à coletividade. A imprudência da parte reclamante é flagrante neste caso, já que, por injustificável comodismo, deixou de pagar os seus débitos e agora, após comprovado que está litigando de má-fé, tem a desfaçatez de simplesmente não comparecer a audiência de conciliação, com o objetivo de arquivamento dos autos por contumácia, uma vez que não apresentou qualquer justificativa para sua ausência. Ora, comprovado a existência do débito e a litigância de má-fé por parte da reclamante não há o que se falar em extinção do feito, vez que não justificou sua ausência no referido ato, devendo esta responder pelo ilícito processual, aplicando ao caso, por equidade, o disposto no Enunciado 90 do FONAJE. ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG). Restando claro que o débito inequivocamente existe, não havendo, por consequência, prova do suposto ato ilícito perpetrado. Ao contrário, os autos evidenciam que a conduta da reclamada nitidamente configura exercício regular de direito (art. 188, I, do Código Civil), já que a parte reclamante, não quitou os débitos que detinha perante a parte reclamada, o que justificou o encaminhamento do seu nome aos cadastros de consumidores inadimplentes. Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante. Condeno a parte Reclamante, como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9% (nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) – art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de

Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007469-33.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JASMINA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE MARTINS DE ARRUDA OAB - MT19588-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1007469-33.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JASMINA MARIA DA SILVA REQUERIDO: BANCO FINASA BMC S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38, in fine, da Lei nº. 9.099/95. Compulsando os autos verifica-se que a reclamante deixou de comparecer à audiência, sem qualquer justificativa, entretanto, a parte reclamada já havia sido citada, bem como, apresentado sua contestação, inclusive juntando diversos documentos que comprovam a relação contratual entre as partes, e ainda, a legalidade do débito outrora cobrado. Pois bem. Sabe-se que a informatização do processo judicial veio como meio teoricamente eficaz para garantir a celeridade da tramitação processual, esperança de um processo viável, célere e econômico. Assim, o acompanhamento pelos patronos das partes pode ocorrer a qualquer hora, estando disponível para consultar os andamentos/movimentos, visualizar petições anexadas por quaisquer patronos ou servidores judiciais que movimentam/peticionam os processos judiciais eletrônicos com assinatura digital. Nota-se neste Juizado o elevado número de processos, certamente com o intuito de evitar um possível julgamento de improcedência com a condenação de litigância de má-fé, cuja parte autora deixa de comparecer à audiencia de conciliação, “abandonando o processo”, após a juntada da Contestação (anexada antes da audiência de conciliação e com diversos documentos que comprovam a relação contratual entre as partes), a qual pode ser visualizada pelas partes e seus patronos como mencionado acima. Ressalte-se que quem litiga de má-fé prejudica não só a parte adversa, mas todo o sistema processual, e conforme o art. 80 do Novo Código de Processo Civil, considera-se litigante de má-fé aquele que: II- alterar a verdade de fatos; Nas palavras Tereza Arruda Alvim Wambier, “a conduta de alterar a verdade dos fatos prevista no inciso I do art. 77, assim, aquele que alega fato inexistente, nega fato existente ou mesmo dá uma falsa versão para fatos verdadeiros, incide na conduta, violando o dever processual.” (Primeiros comentários ao novo código de processo civil: artigo por artigo, coordenação Teresa Arruda Alves Wambier...[et al.]. 1.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, pg. 158), III- usar do processo para conseguir objetivo ilegal; Seguindo, ainda, o pensamento de Wambier, “este inciso traz a situação da parte usar do processo para conseguir objetivo ilegal, ou seja, aquele que litiga almejando, ao fim do pleito, alcançar objetivo que sabe ser contrário ao ordenamento jurídico, age de má-fé.” (ob. cit. pg. 158) Já haviam sido identificados os casos de desistência após a apresentação de contestação com documentos, com intuito de evitar eventual condenação, motivo, pelo qual foi emitido o enunciado 90 do FONAJE, com alteração da sua redação, realizada no XXXVIII Encontro - Belo Horizonte-MG, que dispõe: “A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária”. A alteração do enunciado acima disposto decorreu de fato de conhecimento comum, de que no exercício da jurisdição somos desafiados a identificar qual das partes é realmente a vítima, visto que, todos os dias uma avalanche de ações judiciais que tem por objeto fraudes e negativações indevidas se aportam no Judiciário. Ora, não podemos fechar os olhos para a realidade da clientela dos Juizados Especiais, onde astutos advogados formulam petições genéricas, e ao primeiro sinal de improcedência ou condenação por litigância de má-fé, atravessam pedidos de desistência da ação ou, como neste caso, deixam de comparecer com a parte autora nas audiências de conciliação, devendo o Juízo ter o mesmo rigor nessa situação a exemplo daquela objeto do enunciado 90 do FONAJE. Por essas razões, deixo de extinguir a ação pela contumácia, ante a evidência de litigância de má-fé e passo ao julgamento de mérito. Fundamento e decido. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do NCPC. Propôs a parte requerente ação no qual objetiva a declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, com relação a uma dívida não tem conhecimento ou que nunca contraiu perante a parte requerida, desconhecendo por completo o fato. A parte requerida contesta a presente ação, trazendo contrato assinado, cuja assinatura se assemelha àquela apresentada nos documentos que instruíram a inicial, bem como outros elementos de prova que demonstram a existencia de vínculo jurídico entre as partes e a existencia do débito da parte autora com a parte requerida, não havendo que se falar em danos morais, sendo caso de improcedência dos pedidos iniciais. Assim, diante das circunstâncias em que os fatos ocorreram aliados à prova produzida pela requerida, permitem um juízo razoavelmente seguro de cognição a respeito dos fatos, os quais, pelo que dos autos constam, ocorreram da forma narrada na contestação. Ademais, do confronto existente entre os documentos juntados na contestação e as alegações da parte reclamante, infere-se que não ocorreu nenhum tipo de fraude na contratação. Ressalta-se que a parte autora poderia ter apresentado impugnação à contestação, entretanto, nada manifestou quanto aos documentos juntados pela parte requerida, ao invés, deixou de comparecer à audiência de conciliação. No contexto dos autos, verifica-se que a parte reclamada carreou aos autos cópia de documentos hábeis que COMPROVAM a origem do DÉBITO discutido, documentos esses devidamente assinados pela parte requerente demonstrando, assim, que a negativação é legítima. Destaca-se que se a parte requerida não tivesse o cuidado e a diligência de ter em mãos toda a documentação apresentada, que ratificam a origem do débito, certamente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito, o que deve ser combatido, pois o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. Desta forma, conclui-se evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, nos inciso II e III, do art. 80, do CPC/2015. Neste ínterim, com lastro nas provas produzidas, RECONHEÇO a litigância de má-fé da parte autora, eis que agiu com deslealdade processual. Pelo exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC/2015 c/c art. 6º da Lei 9.099/95, JULGO IMPROCEDENTE a pretensão deduzida na inicial. Com intuito inibitório, condeno a parte autora em litigância de má-fé e, por consequência, ao pagamento de multa de 9% (nove por cento) sobre o valor da causa corrigido, consoante autoriza o art. 81 do NCPC/15; e condeno, também, a parte requerente ao pagamento das custas do processo, pagamento de honorários do advogado no montante de R$ 2.000,00, nos termos do art. 55 da Lei n.º 9.099/95. Transitada em julgado, execute-se na forma da Lei (art. 523 e ss. do CPC/2015). Em caso de pagamento do valor da condenação/transação, com a concordância da parte credora, sendo necessária a expedição de alvará judicial, fica desde já autorizado a sua expedição, observando-se em caso de transferência para a conta do(a) patrono(a) a existência de cláusula conferindo poderes para "receber, dar quitação" no instrumento procuratório. Publicada no Sistema Projudi. Intime-se. Às providências. Dyego Nunes da Silva Souza Juiz Leigo Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada pelo sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011410-88.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:

ANA FERREIRA DE AGUIAR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
GISELE SILVA NASCIMENTO OAB - MT11740-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
EDUARDO MARIOTTI OAB - RS25672 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011410-88.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANA FERREIRA DE AGUIAR REQUERIDO: SODEXO DO BRASIL COMERCIAL S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC. Pleiteia a parte Reclamante a condenação da empresa Reclamada na obrigação de inclusão da mesma no plano de saúde de inativos e no pagamento de indenização por danos morais. Narra a Reclamante que laborava na empresa Reclamada, sendo que, no dia 30/03/2019 foi demitida sem justa causa. Afirma que preencheu os formulários de permanência no plano de saúde de inativos, porém a empresa Reclamada teria sido desidiosa, não dando o prosseguimento em seus documentos para inclusão no referido plano. Alega que tais fatos lhe geraram diversos transtornos, pois não possui condições de arcar com um novo plano de saúde, além de que perderia toda a carência já conquistada. Desse modo, pugna pela condenação da Reclamada na obrigação de inclusão da Reclamante no plano de saúde para inativos e no pagamento dos danos morais. A Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, oportunidade em que alega que a não inclusão da Reclamante no plano de saúde de inativos ocorreu por culpa exclusiva da Autora que não teria entregado os formulários preenchidos de forma correta. Assim, em razão da ausência de ato ilícito, pugna pela improcedência da demanda. Realizada audiência de conciliação, o acordo restou infrutífero. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito, na oportunidade de apresentação da defesa, não apresentou qualquer documento apto a provar que a não inclusão da Autora no plano de saúde de inativos tenha ocorrido por culpa da mesma. Isso porque, apesar da Reclamada alegar que não houve a inclusão em virtude do formulário estar preenchido de forma equivocada, bem como que as novas documentações teriam sido entregues já no final do prazo para inclusão, não logrou êxito em comprovar suas argumentações, pois cabe a Reclamada o encargo probatório quanto à existência de qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, conforme disposto no inciso II do artigo 373 do CPC. No caso em tela, o formulário alegado pela Reclamada, foi assinado pela Autora no dia 30/03/2019, ou seja, no mesmo dia da demissão. Por outro lado, a Reclamada não comprovou que tenha cientificado a Autora do equivoco no preenchimento do formulário, muito menos quando o formulário teria sido encaminhado para a empresa do plano de saúde e quando o mesmo teria sido reprovado por erro em seu preenchimento. Por outro lado, a Autora comprovou que teria reencaminhado a documentação por e-mail no dia 27/04/2019 (ID n. 23125735), bem como que apenas no dia 12/07/2019 teria sido informada sobre a não inclusão do plano por estar fora do prazo, em virtude dos formulários (ID n. 23125736). Desse modo, não tendo a Reclamada comprovado culpa exclusiva da Autora, deve a mesma ser condenada na obrigação de inclusão da Autora no plano de saúde de inativos, conforme preceitua o art. 30 da Lei n. 9.656/98, vejamos: Art. 30. Ao consumidor que contribuir para produtos de que tratam o inciso I e o § 1o do art. 1o desta Lei, em decorrência de vínculo empregatício, no caso de rescisão ou exoneração do contrato de trabalho sem justa causa, é assegurado o direito de manter sua condição de beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral. Destaco também o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL. CONTRATOS. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA COMUM. MANUTENÇÃO DE EX-FUNCIONÁRIO EM PLANO COLETIVO EMPRESARIAL. POSSIBILIDADE, DESDE QUE ASSUMIDA A OBRIGAÇÃO DE PAGAMENTO INTEGRAL. NECESSÁRIA MANUTENÇÃO DA PARIDADE ENTRE FUNCIONÁRIOS ATIVOS E INATIVOS. REEXAME DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A jurisprudência mais recente do STJ consolidou-se no sentido de que compete à Justiça comum o julgamento da lide relativa apenas à manutenção de ex-empregado no plano de saúde coletivo, em caso no qual inexiste questão envolvendo o contrato laboral (CC 157.664/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 23/5/2018, DJe 25/5/2018). 2. "Ao ex-empregado e a seus dependentes deve ser assegurada a manutenção no plano de saúde coletivo, nas mesmas condições que gozavam quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o pagamento integral da contribuição, a qual poderá variar conforme as alterações promovidas no plano paradigma, sempre em paridade com o que a ex-empregadora tiver que custear" (AgInt no AREsp 1.408.121/SP, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 2/4/2019, DJe 8/4/2019). 3. O recurso especial não comporta exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ). 4. No caso, seria necessário o reexame dos fatos e das provas dos autos para alterar o entendimento do Tribunal a quo sobre a cobrança do valor integral da mensalidade. 5. Agravo interno a que se nega provimento. (STJ - AgInt no REsp 1785970 / SP AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL 2018/0329337-9 – T4 - QUARTA TURMA - Relator Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA - DJe 30/08/2019). Quanto ao abalo moral, entendo que este restou devidamente comprovado, haja vista que a parte Autora procurou a empresa Reclamada por diversas vezes para solução do impasse, sendo certo que apenas em julho de 2019, ou seja, apenas quatro meses depois da sua demissão teve o conhecimento da não inclusão no plano. Além disso, pelos documentos acostados é possível observar que a Reclamante entregou a documentação para a Reclamada no dia 30/03/2019 e novamente em 27/04/2019, porém a Reclamada não providenciou a inclusão da mesma no plano de inativos. Ademais, a Reclamada não comprovou que tenha cientificado a Autora acerca das supostas pendencias no preenchimento do formulário para a sua correção, muito menos acostou qualquer documento que comprove a recusa do plano de saúde, em virtude da alegada inconsistência de informações no preenchimento. Assim, de acordo com o que expõe a lei, entendo que está configurada a responsabilidade civil, pois presente o dano, a culpa e o nexo causal, conforme estabelecido no 927 do Código Civil, em virtude do ato ilícito praticado pelo segurança da Reclamada, nos termos dos artigos 186 e 187 do Código Civil. Portanto, a obrigação de indenizar deve ser reconhecida, embora não nos moldes postulados inicialmente, diante do risco de se concretizar, em seu favor, ilícito enriquecimento. Por tudo que dos autos constam, forte no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos entabulados pela parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada para: 1. Determinar que a empresa Reclamada inclua a Reclamante no plano de saúde de inativos da empresa UNIMED, no prazo de 10 (dez) dias uteis, sob pena de multa diária de R$ 50,00 (cinquenta reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e; 2. condenar a Reclamada a indenizar a parte Reclamante, pelos prejuízos de ordem moral que causou, em quantia que estabeleço no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC-IBGE, a partir desta data. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades

necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013299-77.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ARIOSVALDO MARTINS DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MONICA DE PAULA MOTERANI OAB - MT16236-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013299-77.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ARIOSVALDO MARTINS DE ALMEIDA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste

grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007394-91.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SIRVANEI FRANCISCA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RODRIGO PEREIRA DOS SANTOS OAB - MT12921-O (ADVOGADO(A))
MARIA APARECIDA DA CRUZ OLIVEIRA ARAUJO OAB - MT12933-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Ozana Baptista Gusmão OAB - MT4062-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1007394-91.2019.8.11.0002. REQUERENTE: SIRVANEI FRANCISCA DE SOUZA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto, etc. Dispensado o relatório, com fundamento no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente, deve-se levar em consideração os princípios norteadores dos juizados especiais, dispostos no artigo 2º da lei 9.099/1995, que aduzem, entre outras coisas, que o juiz não está obrigado a ater-se a todas as teses apresentadas pelas partes, mas de consignar apenas os elementos formadores da sua convicção. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. Trata-se de Ação De Inexigibilidade de Débito Indevido - Multa Por Suposto Desvio de Energia Jamais Realizado pelo Autor – Negativação Indevida - Danos Morais e Materiais- Laudos Unilaterias sem Valor Probante e sem Refletir Diferença No Consumo seja Anterior e Posterior, na qual a parte autora informa ser proprietária da unidade consumidora UC 6/796017-2, e vinha pagando regularmente as faturas que lhe eram enviadas, entretanto, a autora recebeu em sua residência, as faturas como recuperação de consumo no valor de R$ 452,52 e R$ 553,84, pertencentes aos meses 12/2018 e 04/2019, não condizendo com seu consumo mensal. Alega ainda, que teve o nome negativado e protestado pelos supostos débitos referente à recuperação de consumo. Por essas razões requer que a Requerida Energisa se abstenha de realizar o corte no fornecimento de energia da unidade da Requerente, bem como, retire o nome do cadastro de inadimplentes (SCPC) e Cartório de Protestos das referidas faturas em litígio, sob pena de multa diária em caso de descumprimento, por fim pleiteia indenização por danos moral. A parte Ré alega em sua defesa que o débito é legítimo e decorre de recuperação de consumo, pois foi constatada uma irregularidade no medidor de consumo, sendo lavrado o Termo de Ocorrência Inspeção. Ainda, a parte Reclamada formulou pedido contraposto, no qual pleiteia o recebimento da dívida apurada. Observando os documentos carreados pela Reclamada, constata-se que foi apresentado o TOI assinado por dois técnicos da Reclamada. TOI este informando que “unidade consumidora ligada com carga na linha do borne do medidor”. Ainda, há a demonstração de envio de correspondência a Reclamante, com a finalidade de cientificá-la da ocorrência. Por fim, a Reclamada apresentou fotografias do medidor, indicando os problemas alegados. Dessa forma, tem-se que a Reclamada adotou o procedimento administrativo para a verificação da irregularidade, dando cumprimento à determinação contida no art. 129, da Resolução 414 da ANEEL. Desta feita, não resta comprovado que houve equívoco na cobrança da energia no referido mês. Portanto, a Reclamada demonstrou que atuou dentro dos limites do exercício regular do seu direito de credora. Assim, não verifico ilegalidade praticada pela Reclamada, já que os referidos documentos se traduzem em prova a socorrer as suas alegações apresentando os dados pertinentes para o deslinde da controvérsia. Acerca do ônus da prova descreve o Estatuto Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. De outro tanto, a parte demandante não se desincumbiu de referido ônus, porquanto o só fato de fazer alegações não garante, por si só a certeza do que sustenta, sendo necessário para tanto que seja carreado aos autos prova do que sustenta. Desse modo, não se afigura a hipótese de condenação em danos morais, haja vista que os fatos alegados por si só não se constituem em motivo suficiente à configuração do dano passível de reparação na esfera extrapatrimonial. A parte autora não se desincumbiu de provar o alegado, ou seja, os danos morais sofridos, ferindo o disposto no art. 373, I do NCPC. Portanto, não incorreu a Reclamada em ato ilícito, que se qualifica como a conduta que, por ação ou omissão, viola direito e causa dano a outrem, ainda que exclusivamente moral (Código Civil, art. 186). Diante do exposto, opino pela improcedência dos pedidos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Revogo a liminar de ID 21714690. Ainda, opino pela procedência do pedido contraposto formulado pela Reclamada para condenar o Reclamante ao pagamento referente ao refaturamento apurado e discutido nesta ação, devendo o valor ser atualizado monetariamente com incidência do INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013955-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALCENIR BARBOSA DA ROCHA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CASSAO JURE FERREIRA SALES OAB - MT9372-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA (REQUERIDO)
COLOR VISAO DO BRASIL INDUSTRIA ACRILICA LIMITADA (REQUERIDO)

ASSURANT SEGURADORA S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
CLAUDIO DA SILVA CARDOSO OAB - SP175878 (ADVOGADO(A))
ANTONIO ARY FRANCO CESAR OAB - SP123514-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013955-34.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ALCENIR BARBOSA DA ROCHA REQUERIDO: COLOR VISAO DO BRASIL INDUSTRIA ACRILICA LIMITADA, NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA, ASSURANT SEGURADORA S.A. Visto. Dispensado o relatório, nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C.. Ilegitimidade Passiva da 1ª Reclamada: A Reclamada alega ser parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, haja vista que o vicio supostamente apresentado no produto ser posterior a garantia legal do fabricante. Acolho a preliminar arguida, uma vez que o fabricante é responsável pelos vícios do produto manifestados nos 12 primeiros meses após a compra. Ilegitimidade Passiva da 2ª Reclamada: A Reclamada arguiu sua suposta ilegitimidade passiva ao argumento de que na cadeia comercial citada, atuou como mera intermediária, ao efetuar a venda do produto. Ocorre que o caso vertente, estamos diante da solidariedade que se estabelece entre os fornecedores de bens e serviços, nos termos do art. 18 do CDC, além disso, a empresa Reclamada foi a responsável pela venda da garantia estendida a consumidora. Desse modo, rejeito a preliminar arguida. Necessidade de Perícia Técnica: não verifico a necessidade de realização de qualquer espécie de perícia, seja por conhecimento científico ou técnico especializado (art. 156 CPC), na medida em que desnecessário para influir no julgamento da presente demanda, vez que a prova documental carreada já é suficiente bastante. Logo, não há se falar em incompetência deste Juizado para processar e julgar esta demanda. Indefiro as demais preliminares arguidas por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. Mérito. A Reclamante ajuizou a presente demanda em desfavor das Reclamadas, ao argumento de defeituosa prestação de serviço. Narra que adquiriu no dia 18/01/2018 na 2ª Reclamada (NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA) uma maquina de lavar fabricada pela 1ª Reclamada (COLOR VISAO DO BRASIL INDUSTRIA ACRILICA LIMITADA), sendo que, na oportunidade teria adquirido a garantia estendida da 3ª Reclamada (ASSURANT SEGURADORA S.A.). Afirma que no dia 19/01/2019 a máquina de lavar teria apresentado defeito, ocasião em que acionou a garantia estendida junto a 2ª Reclamada, todavia, apesar do técnico ter constatado que a placa estava queimada e que a mesma seria substituída em 15 dias, a maquina não foi consertada. Desse modo, haja vista que até o presente momento a maquina de lavar não teria sido consertada, a Autora requer a condenação das Reclamadas na restituição do valor pago e no pagamento da indenização por danos morais. Pois bem. A simples análise das alegações das partes, em confronto com os documentos apresentados, leva-me à conclusão de que deve a reclamação ser julgada parcialmente procedente. Sem nenhuma controvérsia, o reclamante adquiriu uma maquina de lavar roupas, no dia 18/01/2018, pelo valor de R$ 999,90 (novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), mais a garantia estendida no valor de R$ 159,00 (cento e cinquenta e nove reais). Aparelho este que no prazo da garantia estendida teria apresentado defeito, conforme consta na declaração emitida para a assistência técnica (ID n. 24582006). A 2ª Reclamada, em sua contestação, alega que não cometeu ato ilícito e que não estão presentes os requisitos necessários ao dever de indenizar. A 3ª Reclamada alega em sua defesa que a visita técnica ocorreu em 30/01/2019, tendo constatado que o defeito era passível de reparos, porém, que o conserto não foi realizado em razão da não localização da Autora. Desse modo, alega ausência de ato ilícito e do dever de indenizar a Reclamante moralmente. No caso, é incontroverso que o produto apresentou defeito dentro do prazo de garantia, bem como que o defeito era coberto pela garantia e que o reparo não foi realizado. Além disso, a Reclamada não logrou êxito em comprovar que os reparos não foram realizados em virtude da não localização da Autora. Isso porque o endereço da Autora constante no documento de aquisição do produto em 2018 é o mesmo informado no PROCON. Diante disto, estando o produto no prazo de garantia, deve ser aplicadas as sanções do artigo 18, e seus parágrafos, do CDC. Não se pode olvidar que neste conflito de interesses figuram, de um lado, empresas, dotada de todas as possibilidades de produção de prova, e, de outro o particular, que se encontra na condição de consumidor. Aplica-se, portanto, a inversão do ônus da prova, consagrada no artigo 6º, VIII, 8.078/90, que estabelece a facilitação da defesa de seus direitos (do consumidor), inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do Juiz, for verossímil a alegação ou quando ele foi hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência. Os problemas verificados no aparelho decorrem de vício, que frustrou a expectativa do consumidor quanto à sua utilização, de maneira que merece vigência a legal prerrogativa de opção pela substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso, ou a devolução do valor pago, consignada no artigo 18, § 1º, I e II, da Lei 8.072/90. Os danos morais são devidos, embora não na cifra inicialmente pretendida, diante de todo o desgaste, de todo o transtorno, da sensação de impotência, da humilhação, experimentados pelo consumidor, na via crucis que percorreu, tentando solucionar o impasse e assim poder fazer uso do bem pelo qual pagou. Ante o exposto, com fulcro no artigo 485, VI, do C.P.C, reconheço a ilegitimidade passiva da reclamada COLOR VISAO DO BRASIL INDUSTRIA ACRILICA LIMITADA e, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos inicias em face das demais Reclamadas para: 1. Condenar as Reclamadas, solidariamente, a pagar a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) à titulo de indenização por danos morais ocasionados, devendo o valor ser acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária pelo INPC devida, ambos a partir da publicação da sentença. 2. Condenar as Reclamadas, solidariamente, a pagar a quantia de R$ 999,90 (novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos), a titulo de dano material, a Autora. Valor esse que deverá ser atualizado com juros de 1% desde o evento danoso (19/01/2019) e corrigido monetariamente pelo INPC desde a publicação desta sentença. Desde já, fica autorizado que as Reclamadas providenciem a coleta da maquina de lavar, objeto da presente lide, com a reclamante. Faço isso como forma de evitar enriquecimento ilícito. Sem custas, despesas processuais e honorários de sucumbência (arts. 54 e 55, ambos da Lei n. 9.099/95). Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006258-59.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOSE DE ARRUDA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AURELIO AUGUSTO GONCALVES DA SILVA JUNIOR OAB - MT25211/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLARO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
AOTORY DA SILVA SOUZA OAB - MS7785-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1006258-59.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JOSE DE ARRUDA CAMPOS REQUERIDO: CLARO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na prestação de serviço defeituosa por parte da empresa Reclamada que, sem solicitação, teria realizado a troca do numero da linha telefônica utilizada pelo Reclamante. Noutras palavras, o Autor alega que é cliente da Reclamada, por meio do numero (65) 99236-7107, no entanto, em meados do mês de abril de 2019, teria se surpreendido com a mudança do seu numero telefônico para 99272 – 2456, sem que houvesse feito qualquer solicitação. Afirma que tentou por diversas vezes solucionar o imbróglio, entrando em contato telefônico e presencialmente, contudo, sem sucesso (juntou aos autos protocolo e gravação da ligação). Alega também que chegou a acionar o PROCON em razão da falha no serviço da Reclamada, mas novamente sem sucesso, uma vez que não foi restabelecido o numero telefônico. Narra que essa mudança injustificada lhe ocasionou diversos prejuízos, sobretudo, de cunho pessoal e profissional, já que ficou impossibilitada de receber chamadas de seus clientes. Deferida a liminar no ID n. 22195766. A parte Reclamada por sua vez, por oportunidade da Contestação, argumenta que a própria parte Autora teria solicitado a alteração do numero telefônico, bem como aderido ao plano de telefonia "prezão". Pugnou pela improcedência dos pedidos iniciais, haja vista a inexistência de ato ilícito que justifique a indenização em danos morais. Em que pese a alegação da Reclamada acerca da inexistência de dano moral, em razão de ter diligenciado imediatamente para restabelecer a linha telefônica, entendo que ainda assim lhe recai responsabilidade, tendo em vista que ficou demonstrado a falha na prestação de serviço que repercutiu no prejuízo da parte Reclamante em ser obstada de usufruir da sua linha telefônica em razão de erro cometido pela Reclamada. Conforme consta, restou incontroverso que houve a troca do numero da linha telefônica do Reclamante. Ainda, a Reclamada não logrou êxito em comprovar, por meio de contrato assinado ou gravação telefônica, que o Autor tenha solicitado a alteração do seu numero telefônico. Dispõe o artigo 3° da lei n° 8.078/1990 que define fornecedor como toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços. Em resumo, é aquele que tem como atividade habitual o fornecimento de produtos e serviços. Com efeito, pela análise documental trazida aos autos, é possível perceber o comportamento ingerente/negligente da parte Reclamada. Registra-se ainda que a parte Reclamante tentou solucionar o seu problema, pela via administrativa, contudo, não logrou êxito. Com efeito, como polo mais forte, a Reclamada quedou-se inerte para corrigir a falha no serviço identificada, ignorando por completo as regras consumeristas, de modo que tal comportamento, a meu ver, é suficiente a ensejar à parte Reclamante profundo dissabor. Sendo assim, agiu a Reclamada culposamente em nítida conduta ilícita e contrária aos ideais principiológicos do Código de Defesa do Consumidor, de modo que recai sobre si o dever de indenizar aquele que alega e comprova ter suportado onerosidade injustificada, seja material ou moralmente. A meu ver, o desconforto, constrangimento e aborrecimentos que a parte Reclamante sofreu em virtude do ocorrido, por si só, afeta o equilíbrio emocional de qualquer ser humano, restando configurado, portanto, o dano moral. Reconhecida a responsabilidade indenizatória da empresa Reclamada, resta nesse momento fixar o quantum da indenização e nesse sentido, a melhor doutrina e jurisprudência nos orienta que diante da impossibilidade da quantificação para o seu arbitramento justo deve o Magistrado se nortear pelo princípio da razoabilidade/moderação, de modo que a indenização seja condizente com os reflexos negativos na autoestima da vítima, em razão do ato ilícito praticado pelo ofensor, capaz de compensá-los condignamente, atentando-se, ainda, para o grau da culpa e a rapidez na atenuação da ofensa. Em tal ocorrendo, deve-se tocar ao arbitramento cabível segundo o que dispõe o artigo 946 do Código Civil. No caso em concreto, atentando-se ao grande potencial econômico da empresa Reclamada e objetivando que esta aprimore os seus serviços e evite danos a pretensos consumidores, hei por bem fixar o quantum indenizatório no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), o qual se mostra adequado à reparação dos danos, sem que importe em enriquecimento ilícito da parte Autora e com suficiente carga punitiva pedagógica para evitar nova ocorrência de atos desta natureza. Com relação aos danos materiais requeridos, entendo que o mesmo não restou devidamente comprovado nos autos, razão pela qual entendo que seu pleito é improcedente. Por outro lado, observo que a liminar deferido no ID n. 22195766, determinou que a empresa Reclamada restabelecesse os serviços a Reclamante, sob pena de multa diária no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais). Além disso, muito embora no ID n. 23734174 a Reclamada tenha alegado o cumprimento da medida antecipatória, afirmou também que não foi possível certificar se houve êxito no restabelecimento do serviço. Em contrapartida, o Reclamante logrou êxito em demonstrar que a liminar apenas foi cumprida no dia 08/11/2019 (ID n. 26533833). Assim, em razão do cumprimento da medida liminar apenas após 80 (oitenta) dias da sua intimação (20/08/2019 – ID n. 23461816), deve a Reclamada ser compelida ao pagamento da astreintes no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, OPINO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA dos pedidos inicias, e o faço para: a) CONFIRMAR a tutela deferida no ID n. 22195766; b) CONDENAR a empresa Reclamada a pagar à parte Reclamante, a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC e acrescidos de juros de 1% ao mês, a partir desta data. c) CONDENAR a empresa Reclamada a pagar ao Reclamante o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), em razão da multa arbitrada pelo descumprimento da medida liminar. Sem condenação nos ônus sucumbenciais (Lei nº 9.099/95, art. 55). Transitada em julgado e nada sendo requerido, proceda-se ao arquivamento imediato. Cumpra-se. Submeto, para fins de homologação, o presente projeto de sentença, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga

---

Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o

disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013365-57.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALIRIO FERREIRA DE SOUZA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013365-57.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ALIRIO FERREIRA DE SOUZA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010191-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ALINE JESUS GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
IONE GERALDA GONTIJO BORGES OAB - MT10346/O (ADVOGADO(A))
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010191-40.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ALINE JESUS GOMES REQUERIDO: VIVO S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de

multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010453-87.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
TELMA MORAES DE BARROS DORILEO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010453-87.2019.8.11.0002. REQUERENTE: TELMA MORAES DE BARROS DORILEO REQUERIDO: OI S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian, (internet). Sustenta que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).”. (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento

danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Submeto, para fins de homologação, o presente projeto de sentença, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010434-81.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARCEL VICENTE DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010434-81.2019.8.11.0002. REQUERENTE: MARCEL VICENTE DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010120-38.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DULCE DUARTE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
TALISSA NUNES DE SOUZA OAB - MT21337/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010120-38.2019.8.11.0002. REQUERENTE: DULCE DUARTE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte

Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012969-80.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCAS NATALICIO RODRIGUES SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
jonathas borges hosaka OAB - MT15136-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1012969-80.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUCAS NATALICIO RODRIGUES SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian, (internet). Sustenta que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E

3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Submeto, para fins de homologação, o presente projeto de sentença, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1006506-25.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUIZ FELIPE RIBEIRO DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DARGILAN BORGES CINTRA OAB - MT9150-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1006506-25.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUIZ FELIPE RIBEIRO DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian, (internet). Sustenta que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma

Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).”. (Destaquei). Contudo, o Poder Judiciário não deve fechar os olhos para a outra negativação existentes no nome da parte autora, que serve para fixar o valor do dano moral. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 3.000,00 (três mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data: 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010849-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SELMA MOREIRA DOS SANTOS ARRUDA (INTERESSADO)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA CLEUZA DE JESUS OAB - MT0020413A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI OAB - SP357590-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010849-64.2019.8.11.0002. INTERESSADO: SELMA MOREIRA DOS SANTOS ARRUDA REQUERIDO: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Reclamante. Realizada a audiência para tentativa de conciliação, esta restou infrutífera. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado entre a parte Reclamante e a empresa VIAVAREJO S/A. Neste sentido, por ter sido cessionária dos créditos afirma que a negativação é verdadeira e legítima, ante a inadimplência da parte Requerente, de sorte que inexiste responsabilidade civil que lhe recaia. Reitera-se que a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos o Instrumento Particular da citada Cessão (que lhe legitima a cobrar o crédito), bem como “Contrato”, sendo documentos devidamente assinados. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Noutras palavras, há a comprovação/liame de hígida relação contratual. Que se registre que o citado documento segue devidamente assinado, sendo absolutamente idêntica a assinatura nele exarada em comparação com a constante no termo de audiência, assinado pela parte autora. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. Ante

o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, ambos da Lei nº 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1006618-91.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
FRANCIELLY DE CASSIA SANTANA PIRES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1006618-91.2019.8.11.0002. REQUERENTE: FRANCIELLY DE CASSIA SANTANA PIRES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Processo nº 1006618-91.2019.8.11.0002 Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).”. (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis

mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008281-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELISETE LOURENCO RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARIA NEIDE MORAES COSTA OAB - MT15643-O (ADVOGADO(A))
SANLEI COSTA DOS SANTOS OAB - MT24714/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAYARA BENDO LECHUGA OAB - MT20191-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1008281-75.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ELISETE LOURENCO RODRIGUES REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de defeituosa prestação de serviço. Narra a Autora que alugou um imóvel e, desse modo, solicitou a troca de titularidade da UC para o seu nome, todavia a empresa Reclamada teria realizado a troca da titularidade, bem como religado a energia em imóvel diverso do informado pela Reclamante. Além disso, em decorrência do consumo da energia por terceiros e o não pagamento das faturas, teve seu nome incluído indevidamente nos órgãos de proteção ao crédito. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, confessando os fatos narrados na inicial, porém afirma que o equivoco não ocorreu por parte da Reclamada que apenas presta o serviço de acordo com as informações que lhe são fornecidas. Neste sentido, alega ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Compulsando os autos, resta incontroverso que a religação da energia ocorreu em endereço diverso da reclamante e, por consequência, que a energia cobrada não foi consumida pela Reclamante. Ademais, conquanto tenha a Reclamada alegado ausência de falha na prestação de serviço, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar que tenha sido a Reclamante quem forneceu os dados de modo equivocado (endereço e UC). A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito também é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Deste modo, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda, haja vista não ser responsável pelos débitos cobrados. Desse modo, é irrefutável o ato ilícito incorrido pela Reclamada, sendo certo que, muito embora a parte Reclamante possua restrição anterior ao que está sendo discutidos nesses autos, conforme consta no extrato anexado no ID n. 22055593, ainda, assim, resta configurado o dever de indenizar a Reclamante. Isso porque, conforme narrado na exordial, a Reclamante solicitou a religação da energia elétrica e a troca da titularidade, porém passados três dias a Reclamada ainda não havia providenciado a religação e transferência da titularidade. Ademais, até a propositura da demanda a Reclamada ainda não havia realizado a troca da titularidade e, sequer, informou na defesa quando o serviço foi de fato regularizado. Assim, comprovada a conduta negligente da ré, não há como lhe negar a restituição do dano moral experimentado, cabendo à parte que teve seu direito indevidamente violado, tendo como respaldo maior o art. 5º, X da CF e o art. 927 do Código Civil. Verificada a ocorrência do dano moral, resta a quantificação da indenização. O montante da indenização, por danos morais, deve ser suficiente para compensar o dano e a injustiça que a vítima sofreu, proporcionando-lhe uma vantagem, com a qual poderá atenuar seu sofrimento. Não poderá ser, no entanto, fonte de enriquecimento sem causa. Além disso, tem caráter punitivo em relação ao autor da infração, no sentido de que a indenização deve ser uma forma de inibir novas práticas da espécie. Feitas as ponderações supra, considero adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 3.000,00 (três mil reais). Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da pretensão formulada, para: 1. Confirmar a liminar deferida no ID n. 22158275; 2. Declarar a inexistência dos débitos mencionados na inicial, bem como determinar o cancelamento da correlata inscrição do nome da parte Requerente nas entidades de restrição ao crédito; 3. Condenar a Reclamada a pagar a Reclamante a quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de dano moral, corrigido pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, ambos a contar a partir desta data. Oficiem-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo das restrições comerciais efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação ao débito discutido neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos,

etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010931-95.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JORGE ALFREDO LANDOLFI BRANDAO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NILTON CESAR NALINI SILVA JUNIOR OAB - MT26076/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010931-95.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JORGE ALFREDO LANDOLFI BRANDAO REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Trata-se de ação de reparação de dano moral em razão de cancelamento de voos e atrasos. Dispenso o relatório nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95, passo a fundamentar. Registra-se que a prova documental é suficiente para formar convencimento do juízo, oportuno se faz o julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito Insta salientar que as relações entre os consumidores brasileiros e as empresas de transporte aéreo internacionais são, a partir de então, regidas pelas convenções internacionais, e não mais pelo Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido: Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor. STF. Plenário. RE 636331/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes e ARE 766618/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 25/05/2017 (repercussão geral) (Info 866). No entanto, entendimento que não se estende ao dano moral, prevalecendo o princípio da reparação integral. Nesse trilhar: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL- VÍCIOS INEXISTENTES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. Embargos de Declaração opostos pelos autores/recorridos por suposta omissão no acórdão, sob o fundamento de que as limitações impostas pelas Convenções de Varsórvia e de Montreal alcançam tão somente a indenização por dano material, e não a reparação por dano moral. Requerem atribuição de efeito modificativo, a fim de ser majorado o valor de indenização por danos morais. 2. Constitui pressuposto intrínseco dos Embargos de Declaração a obscuridade, contradição, omissão ou erro material de qualquer decisão judicial (art. 48, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 1.022, CPC). 3. Os embargos de declaração não se prestam ao reexame da causa, estando limitados às hipóteses previstas no artigo 1.022 do CPC de 2015. 4. O acórdão embargado cumpriu sua finalidade, na medida em que analisou as teses jurídicas sustentadas e as decidiu fundamentadamente. 5. A decisão colegiada está devida e suficientemente fundamentada, revelando-se incabível a pretensão da parte, de obter, via Embargos de Declaração, a modificação do julgado. 6. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 7. Decisão proferida nos termos do art. 46, da lei nº 9.099/95.(TJ-DF 07124143020188070020 DF 0712414-30.2018.8.07.0020, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA, Data de Julgamento: 25/07/2019, Primeira Turma Recursal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 05/08/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)". Após detida análise dos fatos e das provas, verifica-se que a parte autora contratou o serviço das empresa ré e suportou um atrasos e cancelamentos de voos, inegável, portanto, o vício na prestação do serviço prestado pela empresa ré. Registra-se que a parte ré confirmou as intempéries, mas para eximir-se da responsabilidade alegou a ocorrência de problemas técnicos operacionais, mas não trouxe aos autos prova hábil para atestar suas alegações. Nesse passo, atesto que a defesa não apresentou elementos suficientes para afastar sua responsabilidade, não há por parte da ré qualquer excludente de responsabilidade que a isente do dever de indenizar, não provou, portanto, nenhuma excludente prevista no artigo 14, §3º, do CDC. Ademais, a mera alegação de ocorrência de motivos técnicos operacionais não é hipótese que rompe o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, pois tais fatos decorrem de fortuito interno ligados ao risco do empreendimento. Ao realizar o serviço para qual se prestou, as empresas de transporte aéreo assumem os riscos pelo defeitos e vícios nos serviços. A responsabilidade se traduz, simplesmente, no fato concreto do dever de prestar um serviço à altura da dignidade do ser humano, devendo indenizar os seus clientes quando ocorrerem eventuais prejuízos e vícios nos serviços prestados. Nota-se que incumbe a ré proceder com um planejamento de voo seguro e eficiente ao disponibilizar serviços de transporte aéreo. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14, que "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé, não havendo dúvida de que a conduta da ré provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral. Nesse passo, é direito básico do consumidor, a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos (Art.6, VI, CDC). Quanto aos danos morais, não há dúvida de que a conduta da ré provocou transtornos, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, tendo em vista que em razão do vício no serviço, o consumidor suportou cancelamento de voo, que por consequência atrasou sua programação em mais de 14 horas. Verifica-se que a situação em apreço ultrapassou os limites do mero aborrecimento ou dissabor, devendo portanto a ré ser responsabiliza. A indenização por dano moral deve ser razoável e cumprir sua dupla finalidade, de reprovar e punir o ofensor pelo ato ilícito cometido e reparar a vítima pelo sofrimento moral experimentado. Quanto ao valor da reparação por danos morais, o arbitramento deve levar em conta a conjuntura do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Feitas as ponderações supra, entendo adequada, para o caso, a fixação da indenização de R$ 10.000,00 (dez mil reais). É a fundamentação. DISPOSITIVO Em face do exposto, afastada a preliminar, OPINO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA das pretensões deduzidas na inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, para: 1) CONDENAR a ré em danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) acrescidos de correção monetária, indexado pelo INPC, a partir do arbitramento, e de juros simples de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação; 2)

conceder à parte autora os benefícios da justiça gratuita em eventual recurso; Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual submeto, conforme o art. 40 da Lei 9.099/95. Publicado e registrado. Intimem-se. Várzea Grande-MT, 2019. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1007545-57.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LENILCE FERREIRA RODRIGUES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1007545-57.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LENILCE FERREIRA RODRIGUES REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Inépcia da Inicial: Rejeito a preliminar de inépcia, pois sem nenhum esforço se vislumbra a causa de pedir, assim como o pedido, por lógica conclusão. Ainda, cumpre consignar que a inicial esta devidamente instruída com o extrato emitido pelos órgãos de proteção ao crédito. Conexão: Rejeito a preliminar de conexão por não vislumbrar identidade do pedido ou a causa de pedir, vez que o credor, os valores dos débitos e documento de origem diferem. Ausência do Interesse de Agir: Entendo que tal preliminar deve ser rejeitada, porquanto a pretensão ao recebimento de indenização por dano moral é resistida e, portanto, presente o interesse de agir. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, informando que os débitos ensejadores da negativação são decorrentes de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência das faturas. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, mas tão somente faturas, que entendo serem insuficientes e frágeis a demonstrar cabalmente a alegada hígida relação contratual, bem como o suposto débito em aberto. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica e o débito, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Deste modo, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Por derradeiro, registra-se que este juízo não pode fechar os olhos no que diz respeito à existência de outros apontamentos restritivos em nome da Reclamante, o qual foi efetivado a pedido da credora “Banco Bradescard”, o que pode ser facilmente visualizado nos comprovantes anexos aos ID nº 22337701. No tocante aos apontamentos mencionados, consigna-se que a parte Reclamante não comprovou serem indevidos ou que suas legitimidades foram questionadas judicialmente. Assim, muito embora as negativações apontadas não sejam preexistente à negativação debatida na presente lide, o que, por sua vez, afasta a incidência da Súmula 385 do STJ, a mesma não merece ser desprezada, pois, detém relevância para fins de fixação do quantum indenizatório. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, bem como, considerando a existência de outra negativação (não preexistente) em nome da Autora e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e

adequada a fixação da indenização pelo dano moral em R$ 2.000,00 (dois mil reais). Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, para: 1. Declarar a inexistência dos débitos mencionados na inicial, bem como determinar o cancelamento da inscrição do nome da parte Requerente das entidades de restrição ao crédito, e; 2. Condenar a reclamada ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais) em favor da reclamante, a título de dano moral, corrigida pelo INPC a partir desta data e juros da mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do evento danoso (16/03/2018). Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo da restrição comercial efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação aos débitos discutidos neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010320-45.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIELE DE LIMA ALVES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIELE DE LIMA ALVES OAB - MT18759/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TAM LINHAS AÉREAS S/A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO RIVELLI OAB - MT19023-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010320-45.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ADRIELE DE LIMA ALVES REQUERIDO: TAM LINHAS AÉREAS S/A Trata-se de ação de reparação de dano moral em razão de cancelamento de voos e atrasos. Dispenso o relatório nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95, passo a fundamentar. Registra-se que a prova documental é suficiente para formar convencimento do juízo, oportuno se faz o julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Mérito Insta salientar que as relações entre os consumidores brasileiros e as empresas de transporte aéreo internacionais são, a partir de então, regidas pelas convenções internacionais, e não mais pelo Código de Defesa do Consumidor. Nesse sentido: Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor. STF. Plenário. RE 636331/RJ, Rel. Min. Gilmar Mendes e ARE 766618/SP, Rel. Min. Roberto Barroso, julgados em 25/05/2017 (repercussão geral) (Info 866). No entanto, entendimento que não se estende ao dano moral, prevalecendo o princípio da reparação integral. Nesse trilhar: “EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO, OMISSÃO OU ERRO MATERIAL- VÍCIOS INEXISTENTES. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 1. Embargos de Declaração opostos pelos autores/recorridos por suposta omissão no acórdão, sob o fundamento de que as limitações impostas pelas Convenções de Varsórvia e de Montreal alcançam tão somente a indenização por dano material, e não a reparação por dano moral. Requerem atribuição de efeito modificativo, a fim de ser majorado o valor de indenização por danos morais. 2. Constitui pressuposto intrínseco dos Embargos de Declaração a obscuridade, contradição, omissão ou erro material de qualquer decisão judicial (art. 48, da Lei nº 9.099/95 c/c artigo 1.022, CPC). 3. Os embargos de declaração não se prestam ao reexame da causa, estando limitados às hipóteses previstas no artigo 1.022 do CPC de 2015. 4. O acórdão embargado cumpriu sua finalidade, na medida em que analisou as teses jurídicas sustentadas e as decidiu fundamentadamente. 5. A decisão colegiada está devida e suficientemente fundamentada, revelando-se incabível a pretensão da parte, de obter, via Embargos de Declaração, a modificação do julgado. 6. EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. 7. Decisão proferida nos termos do art. 46, da lei nº 9.099/95.(TJ-DF 07124143020188070020 DF 0712414-30.2018.8.07.0020, Relator: FABRÍCIO FONTOURA BEZERRA, Data de Julgamento: 25/07/2019, Primeira Turma Recursal, Data de Publicação: Publicado no DJE : 05/08/2019 . Pág.: Sem Página Cadastrada.)”. Após detida análise dos fatos e das provas, verifica-se que a parte autora contratou o serviço das empresa ré e suportou um atrasos e cancelamentos de voos, inegável, portanto, o vício na prestação do serviço prestado pela empresa ré. Registra-se que a parte ré confirmou as intempéries, mas para eximir-se da responsabilidade alegou a ocorrência de problemas técnicos operacionais, mas não trouxe aos autos prova hábil para atestar suas alegações. Nesse passo, atesto que a defesa não apresentou elementos suficientes para afastar sua responsabilidade, não há por parte da ré qualquer excludente de responsabilidade que a isente do dever de indenizar, não provou, portanto, nenhuma excludente prevista no artigo 14, §3º, do CDC. Ademais, a mera alegação de ocorrência de motivos técnicos operacionais não é hipótese que rompe o nexo de causalidade entre a conduta e o dano, pois tais fatos decorrem de fortuito interno ligados ao risco do empreendimento. Ao realizar o serviço para qual se prestou, as empresas de transporte aéreo assumem os riscos pelo defeitos e vícios nos serviços. A responsabilidade se traduz, simplesmente, no fato concreto do dever de prestar um serviço à altura da dignidade do ser humano, devendo indenizar os seus clientes quando ocorrerem eventuais prejuízos e vícios nos serviços prestados. Nota-se que incumbe a ré proceder com um planejamento de voo seguro e eficiente ao disponibilizar serviços de transporte aéreo. No que concerne à reparação do dano, incide a responsabilidade objetiva. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu art. 14, que “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. Cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir a má prestação do serviço contratado, que possa acarretar prejuízo aos seus clientes e terceiros de boa-fé, não havendo dúvida de que a conduta da ré provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral. Nesse passo, é direito básico do consumidor, a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos (Art.6, VI, CDC). Quanto aos danos morais, não há dúvida de que a conduta da ré provocou transtornos, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, tendo em vista que em razão do vício no serviço, o consumidor suportou cancelamento de voo, que por consequência atrasou sua programação em mais de 12 horas. Verifica-se que a situação em apreço ultrapassou os limites do mero aborrecimento ou dissabor, devendo

portanto a ré ser responsabiliza. A indenização por dano moral deve ser razoável e cumprir sua dupla finalidade, de reprovar e punir o ofensor pelo ato ilícito cometido e reparar a vítima pelo sofrimento moral experimentado. Quanto ao valor da reparação por danos morais, o arbitramento deve levar em conta a conjuntura do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Feitas as ponderações supra, entendo adequada, para o caso, a fixação da indenização de R$ 10.000,00 (dez mil reais). É a fundamentação. DISPOSITIVO Em face do exposto, afastada a preliminar, OPINO PELA PARCIAL PROCEDÊNCIA das pretensões deduzidas na inicial, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, para: 1) CONDENAR a ré em danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) acrescidos de correção monetária, indexado pelo INPC, a partir do arbitramento, e de juros simples de mora de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação; 2) conceder à parte autora os benefícios da justiça gratuita em eventual recurso; Sem custas e sem honorários neste grau de jurisdição (art. 54 e 55 da Lei n.º 9.099/95). Decisão sujeita à homologação da Douta Juíza de Direito, a qual submeto, conforme o art. 40 da Lei 9.099/95. Publicado e registrado. Intimem-se. Várzea Grande-MT, 2019. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1010779-47.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANA KARLA MORAES DE MACEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010779-47.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANA KARLA MORAES DE MACEDO REQUERIDO: BRADESCARD ELO PARTICIPACOES S.A. Vistos etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Prefacialmente, devemos considerar os princípios norteadores dos juizados especiais, dispostos no artigo 2º da lei 9.099/1995 que dentre outras regras, estabelecem que o juiz não está obrigado a ater-se a todas as teses apresentadas pelas partes, mas de consignar apenas os elementos formadores da sua convicção. Sabe-se ainda que, em nosso ordenamento jurídico, é pacífico o entendimento de que, quando a prova documental é suficiente para formar o convencimento, pode a lide ser julgada antecipadamente, como bem preleciona o artigo 335, I do CPC, fato pelo qual, passo ao julgamento. Ausência de interesse de agir/pretensão resistida: Alega a reclamada a ausência da comprovação da pretensão resistida, vez que o reclamante não teria demonstrado que tentou solucionar administrativamente. Entendo que tal preliminar deve ser rejeitada, porquanto a pretensão ao recebimento de indenização por dano moral é resistida e, portanto, presente o interesse de agir. Incompetência: Rejeito a preliminar de incompetência do Juizado Especial articulada pelas partes, para processar e julgar o feito. Esta causa, fundada em indenização por ato ilícito, nem de longe pode ser considerada complexa, sendo dispensável a realização de qualquer espécie de perícia (grafotécnica). Inépcia da Inicial: Rejeito a preliminar de inépcia, pois sem nenhum esforço se vislumbra a causa de pedir, assim como o pedido, por lógica conclusão. Ainda, cumpre consignar que a inicial esta devidamente instruída com o extrato emitido pelos órgãos de proteção ao crédito. A parte Reclamante ajuizou a presenta ação em desfavor da Reclamada, sob o fundamento de inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito, pugnando, assim, pela inexistência do débito, e a reparação pelos danos morais sofridos. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à Reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. Pois bem. No caso em comento, a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos a proposta de adesão ao cartão Comper, documento pessoal apresentado no ato da contratação e faturas (ID n. 25873797 e n. 25873805), estando o contrato assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com os documentos juntados pela própria Reclamante (Procuração e documento pessoal). Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Cumpre consignar que houve apresentação de impugnação à Contestação, oportunidade em que o Reclamante contesta o débito objeto da negativação, afirmando que o contrato apresentado não tem relação com o débito negativado. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica e débito por parte da Reclamante. Assim, uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Isso porque, o contrato apresentado é referente ao cartão de crédito Comper Bradescard Visa Nacional e a empresa Reclamada apresentou as faturas que demonstram que o autor estava inadimplente nos meses de maio a julho de 2019, que somadas atingem a quantia de R$ 413,36 (quatrocentos e treze reais e trinta e seis centavos), sendo o exato valor inscrito nos órgãos de proteção ao crédito. Além disso, a parte Autora não comprovou o adimplemento das aludidas faturas. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada e o débito negativado, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. Destaca-se que se a parte requerida não tivesse o cuidado e a diligência de ter em mãos toda a documentação apresentada, que ratificam a origem do débito, certamente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito, o que deve ser combatido, pois o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. Restou evidente que a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte

reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9% (nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010357-72.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KELI PAULA DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EVALDO LUCIO DA SILVA OAB - MT10462-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELI OAB - MT17980-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010357-72.2019.8.11.0002. REQUERENTE: KELI PAULA DE OLIVEIRA REQUERIDO: ATIVOS S/A CIA SECURITIZADORA CREDITOS FINANCEIROS Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).”. (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE

PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1009910-84.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
NILTON MANOEL SANTO DA LUZ (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ALEIXO JUNIOR OAB - MT16527-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1009910-84.2019.8.11.0002. REQUERENTE: NILTON MANOEL SANTO DA LUZ REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO

NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015059-61.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ROZANIA DA COSTA SOUSA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JUCELIO RODRIGUES DOS SANTOS OAB - MT24760/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015059-61.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ROZANIA DA COSTA SOUSA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos etc. Dispenso o relatório, nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do CPC. Indefiro as preliminares arguidas por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. A parte Reclamante ajuizou a presente Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Indenização por Danos Morais em desfavor da Reclamada, sob o fundamento de inclusão indevida nos órgãos de proteção ao crédito, em razão da inexistência de débito junto a mesma. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Incumbe à Reclamada provar a veracidade de seus alegados na qualidade de fornecedora de serviços, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. No caso em comento, a Reclamada pugna pela existência do débito, juntando aos autos telas sistêmicas, gravação de áudio e relatório de chamadas (ID nº 26589901 e 26589902) oriunda de contato telefônico feito pela Reclamada junto à parte Reclamante. Na citada ligação fica evidente o motivo da ligação realizada, que era o de oferta de plano telefônico, o qual o Reclamante consentiu em contratar, confirmando todos os seus dados pessoais. A Reclamante apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Analisando as provas produzidas, entendo não haver qualquer ilícito praticado por parte da empresa Reclamada, pois na gravação apresentada a reclamante consentiu com a adesão do plano, oportunidade em que informou seu nome completo, CPF, nome completo da genitora e data de nascimento (minuto 13 da gravação). Destaco que tais informações foram prestadas de forma clara e sem interrupção, circunstância que evidencia que era o autor quem estava contratando o mencionado plano, não sendo, deste modo, necessária a realização de pericia. Neste sentido é o entendimento da Turma Recursal: RECURSO INOMINADO. TELEFONIA. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL POR NECESSIDADE DE PERÍCIA DE VOZ (ESPECTOGRAMA) REJEITADA. ALEGAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. ÁUDIO DE LIGAÇÃO. CONTRATAÇÃO E ORIGEM DO DÉBITO COMPROVADOS. NEGATIVAÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR NOS ÓRGÃOS PROTETIVOS. EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (TJMT – Recurso Inominado 0028750-96.2018.811.0002 – Relator: Dr. Valmir Alaércio dos Santos – Julgado em 17/09/2019). Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito, já que a parte reclamante não comprovou o pagamento das faturas. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. Destaca-se que se a parte requerida não tivesse o cuidado e a diligência de ter em mãos toda a documentação apresentada, que ratificam a origem do débito, certamente seria condenada em danos morais, causando um locupletamento ilícito, o que deve ser combatido, pois o Código de Defesa do Consumidor não deve ser utilizado como escudo à litigância de má-fé. Restou evidente que

a parte demandante, intencionalmente, alterou a verdade dos fatos, buscando vantagem indevida, incorrendo, portanto, no inciso II, do art. 80, do Código de Processo Civil. Os fatos mencionados demonstram atitude de deslealdade processual, caracterizando a parte reclamante como litigante de má-fé. Condutas como essa, onde o único intento é o lucro fácil, por meio da violação da boa-fé contratual e processual, têm abarrotado os juizados especiais de processos, retardando o julgamento de causas legítimas e onde as partes mais necessitam da tutela jurisdicional. Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, bem como ante a licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Não tendo a reclamante comprovado a quitação dos débitos, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a mesma ao pagamento dos débitos em aberto, corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data de vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9% (nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício do procurador da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013296-25.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
AULINETE CATARINA DE ALMEIDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
THIAGO ADELMO CHIMATI PERUCHI OAB - MT14519-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIM CELULAR S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO OAB - BA16780-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013296-25.2019.8.11.0002. REQUERENTE: AULINETE CATARINA DE ALMEIDA REQUERIDO: TIM CELULAR S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da

dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1013751-87.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CAIO BATISTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RONAN DA COSTA MARQUES OAB - MT21093/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013751-87.2019.8.11.0002. REQUERENTE: CAIO BATISTA DA SILVA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor

não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015143-62.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DEJAIR DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
WARLEN LEMES DA SILVA OAB - MT15085-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015143-62.2019.8.11.0002. REQUERENTE: DEJAIR DE CAMPOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou

inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011722-64.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
THAINARA DE ALMEIDA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011722-64.2019.8.11.0002. REQUERENTE: THAINARA DE ALMEIDA CAMPOS REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos "Contrato". Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome

da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011180-46.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
HENRIQUE ESTEVAM DE OLIVEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011180-46.2019.8.11.0002. REQUERENTE: HENRIQUE ESTEVAM DE OLIVEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº

9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015224-11.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIA PEREIRA LEITE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015224-11.2019.8.11.0002. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008795-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RENATO LEITE DO NASCIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1008795-28.2019.8.11.0002. REQUERENTE: RENATO LEITE DO NASCIMENTO REQUERIDO: IBI PROMOTORA DE VENDAS LTDA. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o

juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008775-37.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CARLA DE CARVALHO SILVA DE MELO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
ARYANE MARTINS SANTANA OAB - GO47642 (ADVOGADO(A))
ERIKA DE OLIVEIRA DINIZ OAB - GO31716 (ADVOGADO(A))
HOSANA ALVES DE LIMA OAB - DF45587 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1008775-37.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANA CARLA DE CARVALHO SILVA DE MELO REQUERIDO: ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Ficha de cadastro”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto do Contrato), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data de vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da citação. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1008352-77.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RANDERLEY LINO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:

CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1008352-77.2019.8.11.0002. REQUERENTE: RANDERLEY LINO DE ARRUDA REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato – proposta de adesão”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1010420-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LEIDIANE PIRES COUTINHO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCARD S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1010420-97.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LEIDIANE PIRES COUTINHO REQUERIDO: BANCO BRADESCARD S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato – proposta de adesão”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº

9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011142-34.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIANE SANTOS DIAS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
INDIANARA MAZIERO OAB - MT15739/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011142-34.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ELIANE SANTOS DIAS REQUERIDO: VIVO S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011715-72.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MARGARETH MARINHO TEIXEIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA RAFAELA SIQUEIRA GOULART OAB - MT26935/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011715-72.2019.8.11.0002. REQUERENTE: MARGARETH MARINHO TEIXEIRA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato – proposta de adesão”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO,

condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011265-32.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KELVIN CANUTA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AGRINALDO JORGE RODRIGUES OAB - MT10875-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011265-32.2019.8.11.0002. REQUERENTE: KELVIN CANUTA DA SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Outrossim, revela-se oportuno transcrever o que resta disposto no artigo 370 do Código de Processo Civil: “Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.”. (Destaquei). Não obstante a Reclamada, em sede de contestação (ID nº 26690898), tenha requerido o comparecimento pessoal da parte autora, revela-se tempestivo lembrar que cabe unicamente ao julgador examinar a pertinência de eventual requerimento de prova. A meu ver, os documentos colacionados aos autos se revelam suficientes para auxiliar este juízo na formação do convencimento, não havendo necessidade de ser produzida qualquer prova adicional em audiência de instrução e julgamento. Destarte, INDEFIRO o pedido formulado pela Reclamada e, consequentemente, com respaldo no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, delibero por julgar antecipadamente o mérito da lide. Indefiro as preliminares arguidas por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, informando que os débitos ensejadores da negativação são decorrentes de contrato legitimamente firmado pela parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, mas tão somente relatório de chamadas e faturas, que entendo serem insuficientes e frágeis a demonstrar cabalmente a alegada hígida relação contratual, bem como o suposto débito em aberto. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica e o débito, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Deste modo, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. Por outro lado, embora a Reclamada tenha incorrido na prática de um ato ilícito em face da Reclamante, tenho plena convicção de que a pretensão indenizatória deve ser refutada, pois, o comprovante de restrição apresentado pela consumidora no ID nº 23040372 NÃO PROPORCIONOU A ESTE JUÍZO A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO DO ALEGADO “DANO MORAL”. In casu, o comprovante apresentado pela Demandante sequer demonstra qual a data exata em que a inserção restritiva foi efetivada (o que, por sua vez, inviabilizaria a correta liquidação da sentença), ou seja, o extrato apresentado na exordial demonstra apenas a data de vencimento do débito e, mesmo intimado, o Autor não juntou o extrato oficial, razão pela qual, reitero que o mencionado documento não detém credibilidade. Reitero que o Reclamante não se dignou em obter um documento idôneo diretamente no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito, pois apesar de intimado não acostou aos autos (O QUAL, CERTAMENTE, EVIDENCIARIA NÃO SÓ A DATA EXATA DA EFETIVAÇÃO DA MENCIONADA NEGATIVAÇÃO, COMO TAMBÉM, A EXISTÊNCIA DE EVENTUAL APONTAMENTO ADICIONAL), motivo pela qual, a fim de evitar que o Poder Judiciário seja utilizado como uma fonte de enriquecimento indevido, entendo que o pedido de indenização por supostos danos morais deve ser rejeitado, pois não é possível identificar a data de inclusão da restrição aqui discutida. Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da pretensão formulada, somente para declarar a inexistência do débito mencionado na inicial e, determinar o cancelamento da correlata inscrição do nome da parte Requerente nas entidades de restrição ao crédito. Oficiem-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo das restrições comerciais efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação ao débito discutido neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015097-73.2019.8.11.0002

Parte(s) Polo Ativo:
RUTH ALINE SANTOS GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015097-73.2019.8.11.0002. REQUERENTE: RUTH ALINE SANTOS GOMES REQUERIDO: ODORATA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA Visto. Dispensado o relatório, com fundamento no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do C.P.C. A parte reclamante pretende ver a parte reclamada condenada e judicialmente compelida ao pagamento de indenização por danos morais, por restrição comercial indevida. Alega a parte reclamante que não tem nenhum débito com a parte reclamada, não havendo nenhuma justificativa para manutenção de restrição interna em seu nome e CPF. Pois bem. Pelos documentos anexados aos autos, não há prova segura da quantidade de restrições comercias registradas no nome e CPF da parte reclamante, tendo em vista que apenas foi juntado print de páginas eletrônicas de site de órgãos de restrição ao crédito, e faturas de consumo, que não servem como prova de restrição comercial, haja vista que não há como auferir, com certeza, a quantidade de restrições comerciais registradas no nome e CPF da parte reclamante. Isso porque, instada a juntar comprovante/extrato completo unificado emitido no balcão (papelete de cor amarelada) dos órgãos de restrição ao crédito a parte autora quedou-se inerte. A obrigação de juntar extratos idôneos, comprovando a totalidade de restrições registradas no nome e CPF da parte reclamante, é o mínimo que se exige do consumidor. No que se refere ao fato em que se funda a pretensão, vigora a regra do artigo 373, I, do CPC, exigindo do autor sua plena demonstração, sob pena de improcedência da reclamação. A prova que deveria ter sido produzida pela parte reclamante não é impossível ou excessivamente impossível, haja que bastaria este ter juntado prova documental do seu direito, o que não foi feito, de maneira que a improcedência se impõe. Neste caso, o reclamante deixou de comprovar os fatos constitutivos do seu direito. O elemento primário de todo ilícito é uma conduta humana e voluntária no mundo exterior. Esses ilícitos, como atentado a um bem juridicamente protegido, interessa à ordem normativa do Direito justamente porque produz um dano. Não há responsabilidade sem um resultado danoso. Mas a lesão a bem jurídico cuja existência se verificará no plano normativo da culpa, está condicionada à existência, no plano naturalístico da conduta, de uma ação ou omissão que constitui a base do resultado lesivo. Não há responsabilidade civil sem determinado comportamento humano contrário à ordem jurídica. (In, Rui Stocco, Tratado de Responsabilidade Civil, Editora Revista dos Tribunais, 5º Edição, São Paulo, 2001, página 95). STJ. Recurso especial. Prova. Produção. Convicção do Juiz. Considerações do Min. Luis Felipe Salomão sobre o tema.CPC, arts. 333 e 541. Lei 8.038/1990, art. 26. «... Certamente, prova é todo meio destinado a firmar a convicção do juiz sobre a verdade dos fatos alegados pelas partes em juízo. Assim, proferida decisão, de forma fundamentada, não há falar em violação aos termos do artigo 333 do CPC, pois cabe ao órgão julgador determinar as provas que julgar necessárias, indeferindo aquelas que, de acordo com a sua livre convicção, não forem úteis ou não se prestarem à solução da lide, como é o caso em questão. ... (Min. Luis Felipe Salomão).» (STJ - Rec. Esp. 663.356/2010 - SP - Rel.: Min. Luis Felipe Salomão - J. em 19/08/2010 - DJ 14/10/2010 - Doc. LEGJUR 118.1251.6000.3400). TJSP. Dano moral. Responsabilidade civil. Seguro. Ação de cobrança. Autor aposentado pelo INSS. Negativa da seguradora a reconhecer a incapacidade do segurado. Cabimento. Prova frágil para respaldar a recusa do pagamento. Inexistência de violação dos direitos à honra e dignidade, assegurados pela Constituição Federal. Inocorrência de dano moral indenizável. Sentença mantida. Recursos improvidos. (TJSP - (34ª CâmDirPri) - Apelação 2094-86.2011.8.26.0081 - 2012 - Adamantina - Rel.: Des(a). Rosa Maria Barreto Borriello de Andrade - J. em 06/08/2012 - Doc. LEGJUR 144.7244.0022.1700) Nesta condição, inexistindo ou não comprovado satisfatoriamente a conduta culposa da reclamada, a improcedência da ação se impõe. Diante do exposto, opino pela improcedência dos pedidos, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011348-48.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JUSCINEIA MARIA DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE NICEIO FIGUEIREDO CARDOSO OAB - MT3188/O (ADVOGADO(A))
CASSIO MASSARIOL CARDOSO OAB - MT22308/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011348-48.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JUSCINEIA MARIA DA SILVA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Visto. Dispensado o relatório, nos moldes do artigo 38 da Lei 9.099/95. Apenas registro que a parte reclamada apresentou contestação no prazo legal. Outrossim, revela-se oportuno transcrever o que resta disposto no artigo 370 do Código de Processo Civil: “Art. 370. Caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito.”. (Destaquei). Não obstante a Reclamada, em audiência de conciliação (ID nº 26401961), tenha requerido o comparecimento pessoal da parte autora, revela-se tempestivo lembrar que cabe unicamente ao julgador examinar a pertinência de eventual requerimento de prova. A meu ver, os documentos colacionados aos autos se revelam suficientes para auxiliar este juízo na formação do convencimento, não havendo necessidade de ser produzida qualquer prova adicional em audiência de instrução e julgamento. Destarte, INDEFIRO o pedido formulado pela Reclamada e, consequentemente, com respaldo no artigo 355, I, do Código de Processo Civil, delibero por julgar antecipadamente o mérito da lide. Valor da causa: o valor atribuído à causa (R$ 2.000,00) pela Reclamante não condiz com o proveito econômico pretendido pela mesma, vez que sugere a condenação da reclamada ao pagamento dos danos morais em R$ 6.000,00 (seis mil reais). Logo, com amparo no que preconiza o artigo 292, §3º do CPC/2015, retifico o valor da causa para o montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Litispendência: rejeito a preliminar de litispendência por não verificar a reprodução entre as ações, vez que nos autos da ação 1011343-26.2019.8.11.0002 a parte reclamante alega desconhecer os débito referentes ao ano de 2017, ao passo em que a presente ação versa sobre débitos do ano de 2016. Conexão: Rejeito a preliminar de conexão por não vislumbrar identidade do pedido ou a causa de pedir, vez que os valores dos débitos e documento de origem diferem. Mérito. A parte reclamante pretende ver a reclamada condenada e judicialmente compelida ao pagamento de indenização por danos morais, por indevido encaminhamento e manutenção de seu nome e CPF nos cadastros e registros do SPC. A parte reclamante alega que não reconhece os débitos que deram lastro ao registro das restrições comerciais, vez que desconhece tais contratos, pois não se utilizou dos serviços da empresa Ré. A parte reclamada na sua contestação afirma que o débito existe, decorrendo de legitima contratação e que o encaminhamento dos dados cadastrais da parte reclamante aos cadastros de consumidores

inadimplentes configura exercício regular de direito. E a parte reclamada está com razão, como se vê dos documentos anexados com a contestação, comprovando a contratação e o débito (instrumento de confissão de divida, parcelamento de débito, documento pessoal apresentado no ato e histórico de contas). Ainda, cabe ressaltar que o contrato apresentado pela reclamada esta devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com os documentos juntados pela própria Reclamante (Procuração e documento pessoal). Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Esta ação configura verdadeira aventura jurídica onde a parte reclamante pretende ser premiada com a condenação da parte reclamada em danos morais, caracterizando esta ação verdadeira má fé da parte reclamante. Estando em aberto os valores, a inclusão do nome e CPF do reclamante nos órgãos de restrição ao crédito configura-se exercício regular de direito. E por qualquer ângulo que se analise a questão, se evidencia a má-fé da parte reclamante, na sua ânsia de auferir renda fácil, com objetivo de ser premiada com a condenação da parte reclamada ao pagamento de danos morais, deturpa os fatos, se aproveitando da gratuidade processual na primeira instância, litigando de má-fé, abarrotando o Poder Judiciário com lides temerárias, em prejuízo à coletividade. A imprudência da parte reclamante é flagrante neste caso, já que, por injustificável comodismo, deixou de pagar os seus débitos e agora, após comprovado que está litigando de má-fé, tem a desfaçatez de comparecer no feito e simplesmente requerer a desistência do mesmo. Ora, comprovado a existência do débito e a litigância de má-fé por parte da reclamante não há o que se falar em desistência do feito, devendo esta responder pelo ilícito processual. Sobre a matéria, o FONAJE editou o Enunciado 90: ENUNCIADO 90 – A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (nova redação – XXXVIII Encontro – Belo Horizonte-MG). Restando claro que o débito inequivocamente existe, não havendo, por consequência, prova do suposto ato ilícito perpetrado. Ao contrário, os autos evidenciam que a conduta da reclamada nitidamente configura exercício regular de direito (art. 188, I, do Código Civil), já que a parte reclamante, não quitou os débitos que detinha perante a parte reclamada, o que justificou o encaminhamento do seu nome aos cadastros de consumidores inadimplentes. Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante. Ainda, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto, corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da data de vencimento, acrescidos de juros de 1% ao mês, contados da citação. Condeno a parte reclamante, como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9% (nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) – art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da reclamada. Por fim, com amparo no artigo 292, §3º do CPC/2015, retifico o valor outrora atribuído à causa para o montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011516-50.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JONATHAN LUIS DUARTE POMPEU (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CLAUDINO ALEIXO JUNIOR OAB - MT16527-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011516-50.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JONATHAN LUIS DUARTE POMPEU REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Indefiro as preliminares arguidas por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. Tentada a conciliação, o acordo restou infrutífero. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, informando que os débitos ensejadores da negativação são decorrentes de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que a justifique, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. Por outro lado, embora a Reclamada tenha incorrido na prática de um ato ilícito em face da Reclamante, tenho plena convicção de que a pretensão indenizatória deve ser refutada, pois, o comprovante de restrição apresentado pela consumidora (ID nº 23194749) NÃO PROPORCIONOU A ESTE JUÍZO A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO DO ALEGADO "DANO MORAL". In casu, o comprovante apresentado pela Demandante sequer demonstra qual a data exata em que a inserção restritiva foi efetivada (o que, por sua vez, inviabilizaria a correta liquidação da sentença), razão pela qual, reitero que o mencionado documento não detém credibilidade. Como se não bastasse, registra-se que o Reclamante não se dignou em obter um documento idôneo diretamente no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito (O QUAL, CERTAMENTE, EVIDENCIARIA NÃO SÓ A DATA EXATA DA EFETIVAÇÃO DA MENCIONADA NEGATIVAÇÃO, COMO TAMBÉM, A EXISTÊNCIA DE EVENTUAL APONTAMENTO ADICIONAL), motivo pela qual, a fim de evitar que o Poder Judiciário seja utilizado como uma fonte de enriquecimento indevido, entendo que o pedido de indenização por supostos danos morais deve ser rejeitado. Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da pretensão formulada, somente para declarar a inexistência dos débitos mencionados na inicial e, determinar o cancelamento da correlata inscrição do nome da parte Requerente nas entidades de restrição ao crédito. Oficiem-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo das restrições comerciais efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação

ao débito discutido neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011006-37.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIANA RAMOS ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA OAB - MT19194-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA OAB - MT13245-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011006-37.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUCIANA RAMOS ARRUDA REQUERIDO: ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. A Reclamada articulou preliminar de prescrição sob o argumento de que deve ser aplicado ao caso o prazo trienal previsto no artigo 206, § 3º, do CC. Ocorre que, em se tratando de relação de consumo, deve ser aplicado ao presente caso o artigo 27 do CDC, bem como o artigo 206, §5º, I, do Código Civil, ou seja, o prazo prescricional de cinco anos, razão pela qual rejeito a preliminar arguida. Indefiro também as demais preliminares arguidas por entender estarem presentes os requisitos autorizadores para o regular andamento do feito, fato pelo qual, passo a analisar o mérito. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, informando que os débitos ensejadores da negativação são decorrentes de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, mas tão somente ficha cadastral e histórico de contas, que entendo serem insuficientes e frágeis a demonstrar cabalmente a alegada hígida relação contratual, bem como o suposto débito em aberto. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Deste modo, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Assim, quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de a Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, para: 1. Declarar a inexistência do débito mencionado na inicial, bem como determinar o cancelamento da inscrição do nome da parte Requerente das entidades de restrição ao crédito, e; 2. Condenar a reclamada ao pagamento da quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais) em favor da reclamante, a título de dano moral, corrigida pelo INPC a partir desta data e

juros da mora de 1% (um por cento) ao mês a partir do evento danoso (11/12/2015). Oficie-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo da restrição comercial efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação ao débito discutido neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1014141-57.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANTONIO BENTO DE CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1014141-57.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANTONIO BENTO DE CAMPOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos “Contrato – proposta de adesão”. Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015288-21.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
KAROLINE FRANCA DOS SANTOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCELO MARQUES PONTES JUNIOR OAB - MT16873/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TELEFÔNICA BRASIL S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015288-21.2019.8.11.0002. REQUERENTE: KAROLINE FRANCA DOS SANTOS REQUERIDO: TELEFÔNICA BRASIL S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que

consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011526-94.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDSON FRANCISCO LOUSADA JUNIOR (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NATALIA BISELLI CORDEIRO OAB - MT19262/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011526-94.2019.8.11.0002. REQUERENTE: EDSON FRANCISCO LOUSADA JUNIOR REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian, (internet). Sustenta que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor

não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Contudo, o Poder Judiciário não deve fechar os olhos para a outra negativação existentes no nome da parte autora, que serve para fixar o valor do dano moral. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data: 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013522-30.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IGOR HENRIQUE DA SILVA PEREIRA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
BERNARDO RODRIGUES DE OLIVEIRA CASTRO OAB - MS13116-S (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013522-30.2019.8.11.0002. REQUERENTE: IGOR HENRIQUE DA SILVA PEREIRA REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos

serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013027-83.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
VALMI ALVARENGA NOVAES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ESTEVAO NOBRE QUIRINO OAB - RO9658 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO SA (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013027-83.2019.8.11.0002. REQUERENTE: VALMI ALVARENGA NOVAES REQUERIDO: BANCO BRADESCO SA Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado com a inicial. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. Importante registrar que incumbe à Reclamada provar a veracidade de suas alegações na qualidade de fornecedora de serviços/produtos, seja em razão da inversão do ônus da prova, seja porque as assertivas são fatos extintivos de direito, nos termos do art. 373, II do CPC. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Com a contestação a ré juntou aos autos "Contrato". Estando tal documento devidamente assinado com verdadeira identidade da assinatura ali exarada em comparação com documento pessoal. Que se diga que tal conclusão (sobre identidade das assinaturas) resulta de análise a olho nu, não sendo necessário o periciamento por expert da área grafotécnica. Sendo assim, diante de tão robusta prova, entendo que a Reclamada cumpriu satisfatoriamente com seu ônus probatório (art. 373, II do CPC), mesmo frente às argumentações da inexistência de relação jurídica por parte da Reclamante. Uma vez entendendo pela existência da

relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Diante do cenário narrado e inexistindo ato ilícito por parte da Reclamada, entendo pela improcedência da pleiteada indenização por danos morais por parte da Reclamante. DISPOSITIVO: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Condeno a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015231-03.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JOCIMAR LEITE DOS PASSOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
NAILRIK THAMYRES GAMA DE ALMEIDA OAB - MT20579/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
RENATO CHAGAS CORREA DA SILVA OAB - MT8184-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015231-03.2019.8.11.0002. REQUERENTE: JOCIMAR LEITE DOS PASSOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO CARTÕES S.A. VISTO, Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Trata-se de demanda em que a causa de pedir funda-se na alegação de cobrança indevida. Por fim, pugnou pela declaração de inexistência do débito apontado, bem como a condenação da reclamada por danos morais. Verifica-se que a parte reclamante ajuizou outra reclamação sob o nº 1008672-30.2019.8.11.0002 em trâmite na 4ª Vara Cível da comarca de Várzea Grande – MT, que se referiria das mesmas PARTES, CONTEÚDO E PEDIDOS INDÊNTICOS, sobre os mesmo fatos declinados nestes autos, em especial quanto o mesmo contrato. Portanto, verifica-se a ocorrência de litispendência entre a presente ação e a ação proposta na 4ª Vara Cível. Destaco que no caso em concreto restaram configurados os três elementos essenciais e fundamentais que caracterizam o instituto da litispendência sendo: as mesmas partes; a mesma causa de pedir e o mesmo pedido. Desta feita, a repetição de ação é evidente e isso se ressai com clareza da própria narrativa da parte reclamante, bem como da leitura da peça inicial da primeira ação em comparação com a ora em apreço. Insta ressaltar ainda que a litispendência é matéria de ordem pública, devendo ser examinada de ofício pelo juiz, consoante dispõe o art. 337, § 5º, do CPC. Ademais, a norma constitucional garante, em seu art. 5º, inciso II, como direito fundamental, que "ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei". Vê-se, então, que, os pedidos coincidem sobre as mesmas cobranças procedidas pela Reclamada, por assim as ações são idênticas, no tocante aos pedidos, a causa de pedir e às partes. Assim, é o bastante para caracterizar o instituto da litispendência de acordo com o artigo 485, inciso V, do Novo Código de Processo Civil, deve-se extinguir o processo, sem resolução de mérito: "V – quando o juiz acolher a alegação de perempção, litispendência ou de coisa julgada;" Neste sentido, verbis: "RECURSO CONTRA SENTENÇA. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL INATIVO. REALINHAMENTO DE VENCIMENTOS. LEI 12.201/2004. LITISPENDÊNCIA CARACTERIZADA. ART. 301, §§ 1º, 2º E 3º, DO CPC. EXTINÇÃO DA AÇÃO. 1) No caso em tela, os documentos juntados pelo Estado comprovam a existência de ação anteriormente ajuizada pelo autor/recorrente, que tem como objeto, assim como a presente, o pedido de realinhamento dos vencimentos, com fundamento na Lei nº 12.201/04. Identidade de partes, pedido e causa de pedir. Art. 301, § 3° do CPC. 2) Litispendência reconhecida. Extinção do feito que se impõe, por se tratar de matéria de ordem pública. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME." (TJRS - Recurso Cível Nº 71003893518, Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Heleno Tregnago Saraiva, Julgado em 18/10/2012) (destaquei) Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, OPINO pela EXTINÇÃO da presente reclamação, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso V, do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar a parte reclamante no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, por não serem cabíveis nesta fase (art. 54 e 55, da Lei Federal nº 9.099/95). Preclusa a via recursal, nada sendo requerido arquivem-se os autos com as anotações e cautelas legais. Publique-se no PROJUDI. Intime-se. Com amparo no que preconiza o artigo 40 da Lei nº 9.099/95, submeto a presente minuta de sentença para homologação do MM. Juiz Togado. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, homologo o projeto de sentença juntado nos autos, com a extinção do processo, sem resolução do mérito, a teor do contido nos art. 485, inciso V, do Código de Processo Civil. II. Preclusas as vias recursais, arquive-se. III. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012130-55.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ELIOMAR GOMES CARMOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE ROBERTO BORGES PORTO OAB - MT2854/B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES OAB - MT11065-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1012130-55.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ELIOMAR GOMES CARMOS REQUERIDO: BANCO BRADESCO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian. Sustenta que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência

da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Contudo, o Poder Judiciário não deve fechar os olhos para a outra negativação existentes no nome da parte autora, que serve para fixar o valor do dano moral. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 3.000,00 (três mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data: 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1009555-74.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LUCIA DUARTE AZEVEDO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JULIANO NAFAL DE CARVALHO OAB - MT26589/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCELO AUGUSTO MOTTA SOARES OAB - MT18555-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1009555-74.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LUCIA DUARTE AZEVEDO REQUERIDO: UNIMED CUIABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do

artigo 355, I, do CPC. Pleiteia a parte Reclamante a condenação da empresa Reclamada em danos materiais e morais, ao argumento de falha na prestação de serviço. Afirma a Reclamante que é cliente da empresa Reclamada, sendo que, no dia 29/07/2019, foi obstada a utilizar o plano contratado, em razão do sistema da Ré estar inoperante, razão pela qual teve que arcar com as custas da consulta médica no valor de R$ 537,53 (quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos). Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, oportunidade em que nega os fatos narrados na exordial, pugnando pela improcedência da demanda, em virtude da ausência de ato ilícito. Realizada audiência de conciliação, o acordo restou infrutífero. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos materiais e morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar que o sistema não estava inoperante no dia alegado pela Reclamante. Isso porque, a Reclamada, limitou-se em alegar a ausência de falha na prestação de serviço e que não houve qualquer recuso de atendimento, muito menos problemas no sistema. Todavia cabia a empresa Reclamada comprovar que, no dia e horário alegado na exordial, o seu sistema estava em funcionamento normalmente, todavia não acostou qualquer relatório de atendimento no dia em questão. Além do mais, ao contratar o plano de saúde, o consumidor o faz com a certeza de que, em um momento de necessidade ou de risco para sua saúde e sua vida, não ficará desamparado, sem atendimento médico eficaz. A proteção a esses direitos, portanto, é da própria natureza do contrato de plano de saúde. Assim, a despeito das reclamadas aduzirem não haver negado a autorização para atendimento, trata-se da famosa negativa branca, ou seja, o consumidor não iria bater às portas do judiciário, caso houvesse sido prontamente atendido, presumindo, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial, cabendo a empresa Reclamada reparar a Reclamante pelos danos morais e materiais sofridos. Ainda, o art. 14 do Código de Defesa do Consumidor disciplina que: “O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.” Os danos que incidem sobre a vítima, caracterizam-se in rem ipsa, ou seja, independem de demonstração, de maneira que, por evidente, não há que se exigir da reclamante prova “manifesta” dos gravames, cuja reparação postula. Além do mais, é sempre útil repetir que a responsabilidade que incide sobre o produtor ou o fornecedor de bens de consumo é objetiva e configura-se independentemente da caracterização da culpa, sendo suficiente o ato ilícito, o nexo de causalidade e o dano, que como já dito, é, neste caso, presumido. A obrigação de indenizar deve ser reconhecida, embora não nos moldes postulados inicialmente, diante do risco de se concretizar, em seu favor, ilícito enriquecimento. Porém a restituição do valor pago para consulta médica deve ser restituído em sua forma simples, pois não restou demonstrada a má-fé da empresa Reclamada na negativa de autorização do procedimento. Por tudo que dos autos constam, forte no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos entabulados pela parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada para: 1. condenar a Reclamada a pagar, a título de danos materiais, o valor de R$ 537,53 (quinhentos e trinta e sete reais e cinquenta e três centavos), acrescidos de juros de 1%, a partir do desembolso, e correção monetária pelo INPC-IBGE, a partir desta data, e; 2. condenar a Reclamada a indenizar a parte Reclamante, pelos prejuízos de ordem moral que causou, em quantia que, não comprovada qualquer situação de dano excepcional, estabeleço no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), acrescidos de juros de 1% ao mês, a partir da citação, e correção monetária pelo INPC-IBGE, a partir desta data. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga

Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012219-78.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SEBASTIANA FERNANDES DA SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RAFAEL CELINO DA SILVA OAB - MT0012961A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1012219-78.2019.8.11.0002. REQUERENTE: SEBASTIANA FERNANDES DA SILVA REQUERIDO: OI S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, informando que os débitos ensejadores da negativação são decorrentes de contrato legitimamente firmado pela parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação, mas tão somente telas sistêmicas, que entendo serem insuficientes e frágeis a demonstrar cabalmente a alegada hígida relação contratual, bem como o suposto débito em aberto. Reitera-se que não há nos autos nenhum

documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica e o débito, muito menos gravação das solicitações de serviços e reparos na linha telefônica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Deste modo, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. Por outro lado, embora a Reclamada tenha incorrido na prática de um ato ilícito em face da Reclamante, tenho plena convicção de que a pretensão indenizatória deve ser refutada, pois, o comprovante de restrição apresentado pela consumidora tanto no ID nº 23797121 NÃO PROPORCIONOU A ESTE JUÍZO A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO DO ALEGADO "DANO MORAL". In casu, o comprovante apresentado pela Demandante sequer demonstra qual a data exata em que a inserção restritiva foi efetivada (o que, por sua vez, inviabilizaria a correta liquidação da sentença), ou seja, o extrato apresentado na exordial demonstra apenas a data de vencimento do débito e, mesmo intimado, o Autor não juntou o extrato oficial, razão pela qual, reitero que o mencionado documento não detém credibilidade, pois existem outros débitos em nome do Reclamante, não podendo ser afirmado qual foi inscrito primeiro para a correta analise da aplicação ou não da Sumula 385 do STJ. Reitero que o Reclamante não se dignou em obter um documento idôneo diretamente no balcão dos Órgãos de Proteção ao Crédito, pois apesar de intimado não acostou aos autos (O QUAL, CERTAMENTE, EVIDENCIARIA NÃO SÓ A DATA EXATA DA EFETIVAÇÃO DA MENCIONADA NEGATIVAÇÃO, COMO TAMBÉM, A EXISTÊNCIA DE EVENTUAL APONTAMENTO ADICIONAL), motivo pela qual, a fim de evitar que o Poder Judiciário seja utilizado como uma fonte de enriquecimento indevido, entendo que o pedido de indenização por supostos danos morais deve ser rejeitado, pois não é possível identificar a data de inclusão da restrição aqui discutida. Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da pretensão formulada, somente para declarar a inexistência do débito mencionado na inicial e, determinar o cancelamento da correlata inscrição do nome da parte Requerente nas entidades de restrição ao crédito. Oficiem-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo das restrições comerciais efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação ao débito discutido neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011835-18.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANA CLAUDIA DA SILVA MIRANDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CARLOS GUSTAVO LIMA FERNANDES OAB - MT17620-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
OI S.A (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
Alexandre Miranda Lima OAB - MT13241-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011835-18.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ANA CLAUDIA DA SILVA MIRANDA REQUERIDO: OI S.A Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do seu nome pela Reclamada. A empresa Reclamada, por seu turno contesta tempestivamente, alegando, em suma, fato de terceiro e ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora. A parte Autora NÃO apresentou impugnação à contestação. Pois bem. Conquanto tenha a Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, na oportunidade de apresentação da Contestação, não apresentou qualquer documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante ou gravação telefônica, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica e a existência do débito, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. Além do mais, muito embora a parte Reclamada alegue fato de terceiro, não há como se eximir de sua responsabilidade, pois as circunstâncias que evidenciam o risco, sempre presente, de contratação em nome de outrem exigem das empresas e seus prepostos redobrada cautela tanto na análise da documentação, quanto na verificação de seus dados pessoais e cadastrais. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Deste modo, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência dos débitos aqui discutidos, objeto da presente demanda. Por outro lado, embora a Reclamada tenha incorrido na prática de um ato ilícito em face da Reclamante, tenho plena convicção de que a pretensão indenizatória deve ser refutada, pois, o comprovante de restrição apresentado pela consumidora nos ID n. 23477239 e n. 24907911 NÃO PROPORCIONARAM A ESTE JUÍZO A SEGURANÇA NECESSÁRIA PARA O RECONHECIMENTO DO ALEGADO "DANO MORAL". In casu, a parte Autora foi intimada para juntar aos autos o extrato emitido no balcão dos órgãos restritivos ao crédito, todavia, apesar de ter acostado no ID n. 24907911 o extrato de balcão, o mesmo não foi apresentado em sua totalidade. Isso porque, conforme consta no referido documento, a parte Autora possui dois registros em seu nome, no entanto, foi apresentado apenas a parte do extrato em que demonstra o débito inscrito pela Reclamada. Assim, o mencionado documento não detém credibilidade, pois existem outros débitos em nome do Reclamante, não podendo ser afirmado qual foi inscrito primeiro para a correta analise da aplicação ou não da Sumula 385

do STJ. Desse modo, a fim de evitar que o Poder Judiciário seja utilizado como uma fonte de enriquecimento indevido, entendo que o pedido de indenização por supostos danos morais deve ser rejeitado. Pelo exposto, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, opino pela PARCIAL PROCEDÊNCIA da pretensão formulada, somente para declarar a inexistência do débito mencionado na inicial e, determinar o cancelamento da correlata inscrição do nome da parte Requerente nas entidades de restrição ao crédito. Oficiem-se aos órgãos de restrição ao crédito para cancelamento definitivo das restrições comerciais efetivada no CPF da parte Reclamante, somente com relação ao débito discutido neste feito. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Fabiana Menezes de Carvalho Juíza Leiga _____ Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1015222-41.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADEMIR SOUZA SOARES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JADILTON ARAUJO SANTANA OAB - MT18646-E (ADVOGADO(A))
KELLY CRISTHINE FREITAS CAMPOS OAB - MT22797-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1015222-41.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ADEMIR SOUZA SOARES REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição “fornecedora” assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: “Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos”. (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: “SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).”. (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: “APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA

NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011709-65.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
RILLARY IARA MORAES ZAQUEMAEL (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011709-65.2019.8.11.0002. REQUERENTE: RILLARY IARA MORAES ZAQUEMAEL REQUERIDO: VIVO S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012703-93.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
LIDIANE LEMES DE CAMPOS (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
GEVANISIO ALVES PRESENTINO JUNIOR OAB - MT10953/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1012703-93.2019.8.11.0002. REQUERENTE: LIDIANE LEMES DE CAMPOS REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Mérito: Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Reclamante pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian juntado pela parte Autora. Sustenta a parte Autora que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência do Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa, e que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da parte Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a parte Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, o fato de o Reclamante não possuir nenhuma anotação restritiva adicional em seu nome e ainda, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data; 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos . Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se

tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1013160-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SILVIA MARIA GOMES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA CRISTINA DA SILVA CAMPOS PREZA OAB - MT22660/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1013160-28.2019.8.11.0002. REQUERENTE: SILVIA MARIA GOMES REQUERIDO: VIVO S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1011623-94.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADRIANO SEVERINO SILVA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VIVIANNE FRAUZINO MACHADO OAB - MT24738/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1011623-94.2019.8.11.0002. REQUERENTE: ADRIANO SEVERINO SILVA REQUERIDO: VIVO S.A. Vistos, etc. Deixo de apresentar o relatório com fulcro no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, passo ao julgamento antecipado da lide, nos moldes do artigo 355, I, do NCPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Em razão de se tratar de relação de consumo, estando patente a hipossuficiência do consumidor, onde a parte Reclamada está mais apta a provar o insucesso da demanda do que àquele a demonstrar a sua procedência, por este motivo, aplica-se a inversão do ônus da prova elencada no art. 6º, VIII, do CDC, com o fito de proporcionar equilíbrio na relação processual. Trata-se de Reclamação em que a parte Autora pleiteia a declaração de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento de que seu nome foi indevidamente inscrito no cadastro das entidades de proteção ao crédito, conforme consta do extrato da SERASA Experian. Sustenta que seu nome esteve inserido nas entidades de proteção ao crédito por débito que desconhece integralmente. A empresa Reclamada, por seu turno contesta, informando que o débito ensejador da negativação é decorrente de contrato legitimamente firmado com a parte Requerente. Neste sentido, aduz que a negativação é verdadeira e legal, ante a inadimplência da parte Requerente. Alega ainda, ausência de responsabilidade civil da empresa em relação à parte Autora, alega em suma, que não cometeu ato ilícito. Impugna a existência das figuras da culpa e da relação de causalidade, postulando, ao final, a improcedência da reclamação. Ocorre que conquanto tenha a parte Reclamada alegado que não praticou ilícito ensejador de reparação por danos morais, deixou de apresentar qualquer tipo de documento apto a provar a existência do débito que motivou a negativação. Reitera-se que não há nos autos nenhum documento assinado pela parte Reclamante, capaz de comprovar a relação jurídica entre as partes, nem cópia de alguma contratação que justifique a relação jurídica, presumindo-se, portanto, verdadeira a versão estampada na petição inicial. A inserção do nome da parte Reclamante nos cadastros das entidades de proteção ao crédito é fato incontroverso, ante ao extrato carreado. Ademais, cumpre à prestadora de serviços agir com a diligência necessária a impedir fraudes/erros sistêmicos que possam acarretar

prejuízo aos seus clientes e/ou a terceiros. Neste ponto, razão assiste à parte Autora que pugna pela declaração de inexistência do débito, objeto da presente demanda. Com amparo nos argumentos acima mencionados, não tendo sido devidamente comprovada/esclarecida a origem do débito que está cobrado da Reclamante, entendo como irrefutável a prática de um ato ilícito por parte da Reclamada (Art. 186 do Código Civil), a qual, por sua vez, deve ser compelida não só em promover o cancelamento da dívida que subsiste em seus sistemas (o que, por corolário lógico, igualmente implica no cancelamento da anotação efetivada em face da consumidora), como também, em responder pelos prejuízos imateriais impingidos em face da Reclamante. No que concerne à reparação do dano, em se tratando de uma inquestionável relação de consumo, na qual a instituição "fornecedora" assume os riscos do seu negócio (fortuito interno), incide a responsabilidade civil objetiva, ou seja, aquela que prescinde a demonstração do elemento culpa. O Código de Defesa do Consumidor preceitua em seu artigo 14 que: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". (Destaquei). Não há dúvida de que a conduta praticada pela Reclamada provocou transtornos, aflição e angústia, na extensão suficiente para caracterizar o dano moral, uma vez que a Reclamante, mesmo não possuindo qualquer pendência, teve o seu nome negativado de forma indevida perante os Órgãos de Proteção ao Crédito. No que tange à prova do dano moral, tenho que a mesma não se revela necessária, pois, a inscrição indevida de qualquer consumidor junto aos Órgãos de Proteção ao Crédito faz emergir o dano moral na modalidade in re ipsa (presumido), ou seja, aquele que dispensa comprovação. O posicionamento em questão foi devidamente consolidado pela Turma Recursal Única do Estado de Mato Grosso, nos termos da súmula que segue abaixo transcrita: "SÚMULA 22: "A inserção indevida do nome do consumidor em cadastro de órgãos de proteção ao crédito gera o dano moral na modalidade "in re ipsa", salvo se houver negativação preexistente." (Aprovada em 19/09/2017).". (Destaquei). Quanto ao valor da indenização em danos morais, o arbitramento deve levar em conta as circunstâncias do caso concreto, as condições das partes, o grau de culpa e, principalmente, a finalidade da reparação do dano moral, que é a de compensar o dano ocorrido, bem como inibir a conduta abusiva. Deve-se atentar, ainda, ao princípio da razoabilidade, a fim de que o valor não seja meramente simbólico, passível de retirar o caráter reparatório da sanção, mas, também, de modo que não seja extremamente gravoso ao ofensor. No intuito de respaldar a fundamentação supra, segue transcrito um julgado proferido pelo TJRS: "APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ENERGIA ELÉTRICA. INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO CONTRATUAL ENTRE AS PARTES. DESCONSTITUIÇÃO DOS VALORES COBRADOS. INSCRIÇÃO INDEVIDA NO ROL DE INADIMPLENTES. DANO MORAL IN RE IPSA CARACTERIZADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO. DESCABIMENTO. HONORÁRIOS RECURSAIS. DESCABIMENTO. OBSERVÊNCIA AOS LIMITES DOS §§ 2O E 3O DO ARTIGO 85 DO CPC/15. (...) 3. Para a avaliação do dano moral sofrido, o órgão julgador deve atentar para a dupla finalidade da indenização, a saber, compensatória e pedagógica. Deve, outrossim, orientar-se pelos postulados da razoabilidade e da proporcionalidade. Valor indenizatório arbitrado pelo julgador singular que merece manutenção. (...). APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70076504307, Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ricardo Torres Hermann, Julgado em 26/06/2018).". (Destaquei). Contudo, o Poder Judiciário não deve fechar os olhos para a outra negativação existentes no nome da parte autora, que serve para fixar o valor do dano moral. Feitas as ponderações supracitadas, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como, considerando o valor da dívida debatida nos autos, a fim de evitar o locupletamento indevido da mesma, entendo como justa e adequada a fixação da indenização pelo dano moral no montante de R$ 1.000,00 (mil reais). Dispositivo: Pelo exposto, opino pelo julgamento PARCIALMENTE PROCEDENTE do pedido da parte Reclamante em desfavor da parte Reclamada, nos termos do art. 487, inciso I do CPC e artigo 6º da Lei nº 9.099/95, para: 1)DECLARAR a inexistência da relação jurídico contratual entre as partes e por consequência, a inexigibilidade do débito que culminou no apontamento restritivo da Reclamante, devendo a Reclamada promover a baixa definitiva da restrição no prazo de 05 dias úteis, contados a partir da presente data: 2)CONDENO a Reclamada ao pagamento de uma indenização por danos morais a parte Autora no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), corrigidos monetariamente pelo INPC, a partir da prolação desta sentença (Súmula 362 STJ), bem como, acrescidos de juros simples de 1% ao mês, contados a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ), ou seja, a data da efetivação dos apontamentos restritivos. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos, etc. I. Para que produza os seus devidos efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c o artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Preclusas as vias recursais, intimem-se novamente as partes, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, requeiram o entenderem de direito, sob pena dos autos serem encaminhados ao arquivo. III. Havendo condenação que enseje cumprimento de sentença, o credor deverá apresentar planilha de cálculo detalhada, demonstrando o valor atualizado do débito, com exata observância ao comando judicial. Para que não sejam apresentados cálculos sem credibilidade, recomendamos que os valores sejam atualizados prioritariamente por meio da função ?atualização monetária? disponível no sítio DrCalc.net (http://www.drcalc.net/correcao.asp?it=3&ml=Calc), visto que, além de se tratar de um sítio confiável, satisfaz plenamente as peculiaridades necessárias para o caso concreto, em que o termo inicial dos juros e da correção monetária são distintos. Destaca-se que neste cálculo não deverá constar ainda a multa do artigo 523, §1º, do CPC (Lei nº 13.105/2015), visto que esta é cabível somente após a intimação específica do devedor para o pagamento, conforme entendimento já firmado pela Sistemática de Precedente (Recurso Repetitivo REsp 1102460/RS). IV. Com o objetivo do proporcionar o máximo de celeridade à fase executiva (art. 2º da Lei 9.099/95), o exequente deverá atender o disposto no artigo 524, inciso VII, do CPC, em destaque, informando o número do CPF ou CNPJ das partes (inciso I), a indicação dos bens passíveis de penhora (inciso VII) e dos sistemas on line que pretende que seja utilizado (BACENJUD e RENAJUD). V. Não havendo manifestação das partes, arquive-se. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1012650-15.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
IVALDO LUCIO DE CAMPOS BENEVIDES (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIO HENRIQUE REGINATO OAB - MT0016639A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Advogado(s) Polo Passivo:
FILINTO CORREA DA COSTA JUNIOR OAB - MT11264-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1012650-15.2019.8.11.0002. REQUERENTE: IVALDO LUCIO DE CAMPOS BENEVIDES REQUERIDO: VIVO S.A. Visto etc. Deixo de apresentar o relatório, forte no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Analisando os autos, verifico que o mesmo se encontra apto para julgamento, sendo a prova documental suficiente para formar convencimento, de forma de torna-se desnecessária a produção de outras provas, motivo pelo qual passo ao julgamento antecipado da lide, conforme o art. 355, I do CPC. Registro, que, no sistema dos Juizados Especiais, o juiz não está obrigado a rebater uma a uma as teses apresentadas pelas partes, bastando que consigne na sentença os elementos formadores da sua convicção. Pleiteia a parte Reclamante a Declaração de Inexistência de Débito cumulada com indenização por danos morais, ao argumento que seu nome foi inscrito nos famigerados cadastros das entidades de proteção ao crédito, em razão de determinado débito que não reconhece legítimo, bem como não reconhece legítima a relação contratual. Carreado com a petição inicial, a parte Autora juntou extrato do SCPC/SERASA demonstrando a existência do débito, objeto da presente demanda, que culminou com a negativação do nome da parte Reclamante pela Reclamada. Já de outro tanto, a parte

Requerida anexou nos autos, áudio, o qual demonstra a contratação do serviço da reclamada, comprovando assim a existência de relação contratual e de débitos pendentes, validando e amparando o débito apontado na restrição creditícia em apreço. Referidos áudios traduzem em provas a socorrer as alegações trazidas pelo Requerido, apresentando todos os dados pertinentes. Acerca do ônus da prova descreve o Novo Código de Processual Civil em seu art. 373 que: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Vale referir que apenas a parte demandada deu cumprimento à regra contida em referido dispositivo legal, porquanto ao rebater os argumentos expendidos na inicial trouxe aos autos a comprovação documental suficiente ao afastamento da procedência do pedido em seu desfavor. Uma vez entendendo pela existência da relação jurídica, entendo pela inexistência de ilicitude na inclusão do nome da Reclamante nos órgãos de proteção ao crédito, haja vista se tratar de exercício regular de direito, nos termos do art. 188, I do Código Civil, diante da existência do débito. Com efeito, sendo legítima a relação contratual avençada, não há se falar em indenização por dano moral. Dispositivo: Ante o exposto, forte no art. 487, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da parte Reclamante, ante a comprovada relação jurídica existente entre as partes, e, via de consequência, licitude na inclusão do seu nome nos órgãos de proteção ao crédito. Por via de consequência, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO CONTRAPOSTO, condenando a parte Reclamante ao pagamento dos débitos em aberto (objeto desta ação), corrigidos monetariamente pelo INPC a partir da data da contestação e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. Condeno ainda a parte Reclamante como litigante de má fé (art. 80, II, do CPC), ao pagamento de multa no importe de 9,9% (nove vírgula nove por cento) sobre o valor dado à causa, bem como nas custas processuais e honorários de advogado, que fixo em R$1.000,00 (mil reais) art. 55 da Lei 9.099/95, verba que será paga em benefício dos procuradores da Reclamada. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado para posterior homologação. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos habilitados. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, c/c artigo 8º, parágrafo único, da Lei Complementar Estadual nº 270/07, homologo o projeto de sentença juntado nos autos. II. Intimem-se as partes. III. Preclusas as vias recursais, ou de eventual execução do pedido contraposto, arquive-se. IV. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Sentença Classe: CNJ-319 PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Processo Número: 1017216-07.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
EDINALDO FERNANDO DE ARRUDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SAULO AMORIM DE ARRUDA OAB - MT15634-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VIVO S.A. (REQUERIDO)
Magistrado(s):
MARCO ANTONIO CANAVARROS DOS SANTOS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DO CRISTO REI DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA Processo: 1017216-07.2019.8.11.0002. REQUERENTE: EDINALDO FERNANDO DE ARRUDA REQUERIDO: VIVO S.A. Visto. Dispensado o relatório, com fundamento no artigo 38 da Lei nº 9.099/95. Consoante se verifica nos autos que a parte Autora foi devidamente intimada para emendar a inicial, nos termos dos artigos 319 e 320 do CPC, para trazer aos autos a cópia do comprovante de residência atualizado em nome próprio emitido com no máximo 90 (noventa) dias, pois a delimitação do referido prazo garante a atualidade do endereço da parte, com a definição correta do Juízo competente e viabiliza que as intimações ocorram com segurança, a fim de evitar que o serviço seja refeito. A não apresentação do documento na forma ora determinada implica em indeferimento da inicial, (Art. 321, Parágrafo único do CPC). Contudo a parte autora quedou-se inerte e não cumpriu com a determinação judicial. Posto isso, opino pelo indeferimento da petição inicial, com fundamento nos arts. 319 c/c 321 e arts. 485, I e 486, todos do CPC, extinguindo-se o processo sem resolução do mérito. Preclusas as vias recursais, nada sendo requerido, arquive-se. Sem custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, a teor dos artigos 54 e 55 da Lei nº. 9.099/95. Nos termos do art. 40 da Lei n. 9.099/95, submeto a decisão ao Meritíssimo Juiz Togado. Homologada, intimem-se as partes, por intermédio de seus patronos. Tatiana Fagundes de Souza Tauchert Juíza Leiga Vistos etc. I. Para que produza os seus legais efeitos jurídicos, nos termos do artigo 40 da Lei nº 9.099/95, homologo o projeto de sentença juntado nos autos, com a extinção do processo, sem resolução do mérito, a teor do contido nos art. 319 c/c 321 e arts. 485, I e 486, todos do CPC. II. Preclusas as vias recursais, arquive-se. III. Cumpra-se. Várzea Grande/MT, data registrada no sistema. Marco Antonio Canavarros dos Santos Juiz de Direito

Vara Especializada de Direito Bancáriio

Intimação

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003682-93.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
SICREDI CENTRO NORTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI OAB - PE21678-D (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J D A TRANSPORTES LTDA - EPP (EXECUTADO)
ELIANE TEREZINHA PILON (EXECUTADO)
JEAN DEYVISS DE ASSIS SAMPAIO (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003940-06.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VICTOR LUCAS LEAL (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1007287-47.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FERNANDO LUZ PEREIRA OAB - MT0018473S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ATTIMAR DE OLIVEIRA PERSICI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessária. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1004494-38.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BALDUINO ALBERTO CAPORICE DE SOUZA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1001949-63.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS OAB - MS12002-A

(ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANTONIO AUGUSTO PERIN (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1006283-09.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO KAWASAKI OAB - MT15729-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CLYSNETON PRINCES DOS SANTOS NEVES (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003453-41.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FLAVIA BUMLAI ALVES PINTO OAB - MT17300-B (ADVOGADO(A))
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MIGUEL BENEDITO RODRIGUES (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1013115-24.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU UNIBANCO S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))

Parte(s) Polo Passivo:
EVA BEHNE MINUSCULI (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000469-84.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. DAS G. G. FERREIRA TRANSPORTES - ME (EXECUTADO)
MARIA DAS GRACAS GOMES FERREIRA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1016719-90.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VITORIA NASCIMENTO MOLINA OAB - MT24570/O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO(A))
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
SILVANA DOS SANTOS ARAUJO - ME (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1010454-72.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)

Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE LUIZ CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT12560-O (ADVOGADO(A))
MARCOS ANTONIO DE ALMEIDA RIBEIRO OAB - MT5308-O (ADVOGADO(A))
MARCELO ALVARO CAMPOS DAS NEVES RIBEIRO OAB - MT15445-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GABRIEL NEVES FELICIANI - ME (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1010282-67.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO HONDA S/A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ OAB - MT22131-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCIANA DE SOUZA LEAO (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1015765-44.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
HUDSON JOSE RIBEIRO OAB - SP150060 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ILDEBRANDO PASSOS (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1007032-89.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO ALVES MARCAL OAB - MT13311-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:

J. PRADO SILVA - ME (EXECUTADO)
JULIANA PRADO SILVA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiário OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017067-11.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
A P DA SILVA ALVES TRANSPORTES - EPP (AUTOR(A))
ANA PAULA DA SILVA ALVES (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1017067-11.2019.8.11.0002; AUTOR(A): A P DA SILVA ALVES TRANSPORTES - EPP, ANA PAULA DA SILVA ALVES RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. 1. RECEBO os EMBARGOS à execução, posto que preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil. 2. Ouça o exequente, no prazo de quinze (15) dias – (Art. 920, I, do CPC). 3. Apresentada impugnação com preliminares e/ou documentos, dê-se vista dos autos ao embargante para se manifestar, em dez (10) dias, sob pena de preclusão. 4. Após, conclusos para os fins do artigo 920, II ou III do CPC (julgamento antecipado ou designação de audiência). 5. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1000230-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB - MT11054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEANDRO DOS SANTOS LOPES (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003899-39.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FABIANO JUNIOR DA SILVA LIMA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao

sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003529-60.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO PAN (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB - MT11877-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LEOMAR BATISTA DA SILVA (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1005214-05.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA FERREIRA TIBURTINO OAB - MT23683-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ELTON CARLOS LEMES DA SILVA (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1005744-77.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDEMILSON KOJI MOTODA OAB - MT18733-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ALEXANDRE PEREIRA DA LUZ (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em

https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1004889-98.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE EMPRESARIOS - SICOOB EMPRESARIAL MT (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB - RO3249 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
M. I. DOS SANTOS - ME (EXECUTADO)
MARIA IRACI DOS SANTOS (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1006926-98.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
FREDERICO DUNICE PEREIRA BRITO OAB - DF21822 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A.E.TSURU - ME (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1003772-04.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DA AMAZONIA LTDA - SICOOB CREDISUL (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RENATO AVELINO DE OLIVEIRA NETO OAB - RO3249 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ANA KAROLINE SAVARIS POLZL TOSTA RODRIGUES (EXECUTADO)
A L T RODRIGUES EIRELI - ME (EXECUTADO)
ALBINO LUTIANI TOSTA RODRIGUES (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação,

com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1002533-33.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GL LAVAGEM ESTACIONAMENTO DE CARROS LTDA - ME (EXECUTADO)
GILDA CABRAL DA SILVA BARBOSA (EXECUTADO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1012690-94.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
FRANCISCO TEIXEIRA DUARTE (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1003514-91.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA FERREIRA TIBURTINO OAB - MT23683-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DEIVID DA SILVA ALMEIDA (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores

informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1008193-08.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ITAU SEGUROS S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BARBARA EMANOELE COCATTO LOPES (REQUERIDO)

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MATO GROSSO COMARCA DE VÁRZEA GRANDE VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE AVENIDA CASTELO BRANCO, S/N, PAÇO MUNICIPAL, CENTRO-SUL - TEL: (65)3688-8400, VÁRZEA GRANDE - MT - CEP: 78125-700 INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO DRA RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes com autos com a finalidade de intimar o advogado da parte autora, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar a acerca da CERTIDÃO NEGATIVA DO OFICIAL DE JUSTIÇA. INDICANDO NOVO ENDEREÇO PROVIDENCIAR A DILIGENCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, ou requeira o que entender necessário. Nada mais. VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019. ANA PAULA GARCIA DE MOURA Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ Renata Ramos da Cunha Estagiária OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Intimação Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018402-65.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO J. SAFRA S.A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
CARMEM MARIELI MAGALHAES (REQUERIDO)

INTIMAÇÃO POR MEIO ELETRÔNICO EXPEDIDO POR DETERMINAÇÃO DO MM.(ª)JUIZ(A) DE DIREITO RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS FINALIDADE: EFETUAR A INTIMAÇÃO DO POLO ATIVO: Nos termos da legislação vigente e do Provimento 56/07-CGJ, impulsiono o feito, com a finalidade de INTIMAÇÃO da parte autora, para que, em 05(cinco) dias, providencie o deposito das diligências do oficial de justiça, a ser depositado pelo site do www.tjmt.jus.br, linck Emissão de Guia, Diligências, após preencha corretamente o endereço e emite-se a guia com o valor de da diligência. Sob pena de extinção nos termos do art. 485, § 1º do Código de Processo Civil VÁRZEA GRANDE, 13 de dezembro de 2019 JOSELINE MARIA MARTINS DA CRUZ Gestor(a) Judiciário(a) Autorizado(a) pelo Provimento nº 56/2007-CGJ OBSERVAÇÕES: O processo está integralmente disponibilizado pelo Sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico, no endereço https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br, nos TERMOS DO ARTIGO 9.º DA LEI 11.419/2006. INSTRUÇÕES DE ACESSO: Para acessar as peças e atos judiciais vinculados a este documento, acesse o endereço: > https://m.tjmt.jus.br/home, pelo seu navegador de internet. No celular: com o aplicativo aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código” e dê permissão para o aplicativo acessar a câmera do seu celular.Com a câmera habilitada, aponte para o QRCODE. No computador: com o portal aberto, acesse o serviço “Leia aqui seu código”, clique na lupa localizada na parte superior direita e digite o “Código” localizado abaixo do QRCODE. Caso V. S.ª não consiga consultar os documentos via internet, deverá comparecer à Unidade Judiciária (endereço acima indicado) para ter acesso, bem como proceder o seu cadastramento ao sistema. ADVOGADO: 1) O advogado deverá proceder à habilitação em cada processo que pretenda atuar, exclusivamente através da funcionalidade “Solicitar Habilitação”, sob pena de não conhecimento dos atos praticados. (Art. 21 da Resolução nº 03/2018-TP). 2) Quando da resposta a este expediente, deve ser selecionada o ícone de resposta a que ela se refere, localizada na aba “Expedientes” no “Painel do Representante Processual”, sob pena de o sistema não vincular a petição de resposta à intimação, com o consequente lançamento de decurso de prazo. Para maiores informações, favor consultar o Manual do PJe para Advogados em https://pjeinstitucional.tjmt.jus.br/#!suporte.

Expediente

Intimação da Parte Requerida
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 299851 Nr: 20483-48.2012.811.0002
AÇÃO: Procedimento Sumário->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: LUIS ROBERTO AQUINO
PARTE(S) REQUERIDA(S): BANCO DAYCOVAL S.A.
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: RENATA CINTRA RASCHEJA - OAB:15625/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA - OAB:SP/32909
Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar o advogado da parte requerida, para que em 05(cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena dos autos retornarem ao arquivo.

Intimação das Partes
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 372997 Nr: 21565-46.2014.811.0002
AÇÃO: Busca e Apreensão->Processo Cautelar->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): CLAUDEMIR JOSÉ DA SILVA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: ANTONIO SAMUEL DA SILVEIRA - OAB:9.948-A
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA: FABIANE MARTINS MATTOS - OAB:MT 8.920-B
Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar as partes, para que em 05 (cinco) dias, manifestem-se requerendo o que entenderem de direito acerca do retorno destes autos da 2ª Instância, sob pena de arquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 277809 Nr: 21395-79.2011.811.0002
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS NPL I
PARTE(S) REQUERIDA(S): HELENA SOUZA THEVES
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: MARCO ANDRE HONDA FLORES - OAB:33237
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Certifico que desentranhei a petição de fls. 145/146, conforme item 2 da decisão de fls. 145 e renumerei estes autos, bem como procedo intimação da parte interessada em retirar.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 112847 Nr: 8498-58.2007.811.0002
AÇÃO: Execução de Título Extrajudicial->Processo de Execução Trabalhista->Processo de Execução->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO DO BRASIL S/A
PARTE(S) REQUERIDA(S): IDEMI TEREZINHA CAREGNATO CURVINEL
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: FABIULA MULLER KOENIG - OAB:22.165-A/MT, GUSTAVO R. GÓES NICOLADELLI - OAB:17.980/A, MARCELO AUGUSTO BORGES - OAB:6.189/MT
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes autos com a finalidade de intimar as partes, para que em 05 (cinco) dias, manifestem-se requerendo o que entenderem de direito acerca do retorno destes autos da 2ª Instância, sob pena de arquivamento.

Intimação da Parte Autora
JUIZ(A):
Cod. Proc.: 211619 Nr: 7103-94.2008.811.0002
AÇÃO: Reintegração / Manutenção de Posse->Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa->Procedimentos Especiais->Procedimento de Conhecimento->Processo de Conhecimento->PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO
PARTE AUTORA: BANCO SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL
PARTE(S) REQUERIDA(S): JOAQUIM DONIZETE DE ALMEIDA
ADVOGADO(S) DA PARTE AUTORA: José Carlos Skrzyszowski Junior - OAB:MT 16.168
ADVOGADO(S) DA PARTE REQUERIDA:
Cumprindo o disposto no Provimento nº 56/2007/CGJ, impulsiono estes autos intimando a parte Requerente para, dentro do prazo 05 dias, retirar a Carta Precatória expedida nestes autos, e providenciar a sua devida distribuição junto ao Juízo Deprecado (Comarca de Canarana-MT), bem como a diligência do Oficial de Justiça, para cumprimento do ato..

Decisão

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1009343-87.2018.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
USEFIX UNIVERSAL SOLDAS E FIXACAO LTDA (EMBARGANTE)
CLAUDEMIR BALCEIRO (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
VALTER EVANGELISTA DE JESUS OAB - MT17513-O (ADVOGADO(A))
ANA FLAVIA DA SILVA PIMENTA OAB - MT22030/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (EMBARGADO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1009343-87.2018.8.11.0002; EMBARGANTE: USEFIX UNIVERSAL SOLDAS E FIXACAO LTDA, CLAUDEMIR BALCEIRO EMBARGADO: BANCO BRADESCO Vistos. 1. RECEBO os EMBARGOS à execução, posto que preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil. 2. Ouça o exequente, no prazo de quinze (15) dias – (Art. 920, I, do CPC). 3. Apresentada impugnação com preliminares e/ou documentos, dê-se vista dos autos ao embargante para se manifestar, em dez (10) dias, sob pena de preclusão. 4. Após, conclusos para os fins do artigo 920, II ou III do CPC (julgamento antecipado ou designação de audiência). 5. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1001571-39.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
JORDANDE DOMINGOS RODRIGUES AGUIAR (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
PAULO VICTOR DE ARAUJO AMORIM OAB - MT19600-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DAYCOVAL S/A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO PAN (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Banco Safra S-A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
BANCO BMG S.A (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
FABIO OLIVEIRA DUTRA OAB - SP292207 (ADVOGADO(A))
IGNEZ LUCIA SALDIVA TESSA OAB - SP0032909A (ADVOGADO(A))
ANDRE RENNO LIMA GUIMARAES DE ANDRADE OAB - MG78069-O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1001571-39.2019.8.11.0002; ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: JORDANDE DOMINGOS RODRIGUES AGUIAR ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: BANCO SAFRA S-A, BANCO PAN, BANCO BMG S.A, BANCO DAYCOVAL S/A Vistos. 1. Acolho o pedido do autor para a citação da Instituição Financeira (Banco Panamericano S/A), a ser realizado no endereço informado em id 22927762 (pág. 1). 2. Expeça-se o necessário. 3. Às providências. ... (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000399-33.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
SALMA ELIAS EID SERIGATO OAB - PR30998 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DIOGO DE OLIVEIRA FERNANDES (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
DESIREE DUARTE DA SILVA OAB - MT19667/O (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1000399-33.2017.8.11.0002; EXEQUENTE: BR CONSORCIOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA EXECUTADO: DIOGO DE OLIVEIRA FERNANDES Vistos. 1. Aguarde-se o cumprimento da determinação exarada nos Embargos à Execução 1013293-70.2019.8.11.0002, ou, o findar do prazo, oportunidade que se dará o regular prosseguimento da presente demanda. 2. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1057039-65.2019.8.11.0041
Parte(s) Polo Ativo:
CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
Ludovico Antonio Merighi OAB - MT905-A (ADVOGADO(A))
MARCELO BRASIL SALIBA OAB - MT11546-O (ADVOGADO(A))
CARINA PEREIRA DE ARAUJO OAB - MT26587/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JAISOM LEMES DE OLIVEIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1057039-65.2019.8.11.0041; REQUERENTE: CANOPUS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS S. A. REQUERIDO: JAISOM LEMES DE OLIVEIRA Vistos. 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, com pedido liminar, fundamentada no Dec.-Lei nº 911/69, tendo por objeto o bem descrito na inicial. 2. Para a concessão da liminar, por disposição legal, basta a comprovação da mora ou do inadimplemento do devedor, tendo o requerente cumprido este requisito. 3. Com efeito, os documentos atrelados à inicial, demonstram a relação contratual, bem como a inadimplência. 4. Por outro lado, há receio de que a requerente sofra danos pelo uso inadequado do bem e pelo seu desaparecimento, objetivando impedir a aplicação de seu pretenso direito. 5. Posto isso, DEFIRO, liminarmente, a medida pleiteada. Contudo, fica a expedição do

mandado condicionada ao pagamento da diligência do oficial de justiça, que deverá ser comprovada no feito. 6. De acordo com a redação ao art. 3º do Dec-Lei 911/69, expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a requerente, na pessoa indicada pelo autor na inicial, advertindo o requerido de que efetuando o pagamento da integralidade da dívida pendente (vencidas e vincendas), no prazo de 05 (cinco) dias, contados da execução da liminar, segundo valores apresentados pelo Credor-fiduciário na inicial, o bem lhe será restituído livre de ônus, caso em que, arbitro em 10%, sobre esta o valor dos honorários advocatícios. 7. Caso contrário, após os cinco dias de executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3, §1º do Decreto Lei 911/69), cabendo às repartições competentes o registro. 8. Cientifique o requerido de que, querendo, poderá apresentar resposta, em 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, ainda que tenha pago a integralidade do valor apontado na exordial, discordando do valor e requerendo a restituição, bem como para informar acerca do interesse de conciliação. 9. Para o efetivo cumprimento do mandado, DEFIRO as diligências conforme disposto no art. 212, § 2ª, do Novo Código de Processo Civil. 10. Com base no Princípio da Especialidade, deixo de designar Audiência de Conciliação, considerando tratar-se de feito de Busca e Apreensão com rito especial, estabelecido pelo Decreto-Lei 911/69. 11. Expeça-se o necessário. 12. Intime-se. 13. Cumpra-se. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000359-51.2017.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO DO BRASIL SA (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ADRIANO ATHALA DE OLIVEIRA SHCAIRA OAB - MT20495-A (ADVOGADO(A))
SERVIO TULIO DE BARCELOS OAB - MT14258-S (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ORIENTE DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME (EXECUTADO)
ANDREIA DOMINGAS FERREIRA (EXECUTADO)
CHOITI IEDA (EXECUTADO)
Advogado(s) Polo Passivo:
MARCOS AURELIO DA SILVA OAB - PR20747 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1000359-51.2017.8.11.0002; EXEQUENTE: BANCO DO BRASIL SA EXECUTADO: ORIENTE DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS E PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME, ANDREIA DOMINGAS FERREIRA, CHOITI IEDA Vistos. 1. Concedo ao exequente, o prazo de 5 dias, para que se manifeste sobre a certidão do senhor Oficial de Justiça que aportou ao processo em ID. 26034906. 2. Em mesma oportunidade, manifeste-se sobre a certidão de óbito apresentada em ID. 24087042, que faz parte dos Embargos à Execução PJE Nº. 1014179-69.2019.8.11.0002, opostos pelos sucessores. 3. Com a resposta, remetam-se conclusos para deliberações. 4. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-128 EMBARGOS À EXECUÇÃO
Processo Número: 1014179-69.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
CRISTINA MARIA IEDA (EMBARGANTE)
CRISTIANE MARIA IEDA (EMBARGANTE)
ALESSANDRA RENATA IEDA (EMBARGANTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MARCOS AURELIO DA SILVA OAB - PR20747 (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (EMBARGADO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1014179-69.2019.8.11.0002; EMBARGANTE: CRISTIANE MARIA IEDA, CRISTINA MARIA IEDA, ALESSANDRA RENATA IEDA EMBARGADO: BANCO DO BRASIL SA Vistos. 1. Para a obtenção do benefício da Gratuidade de Justiça, de acordo com o texto constitucional, faz-se necessário a comprovação da insuficiência de recursos, não sendo suficiente apenas a simples declaração, uma vez que seu artigo 5º, LXXIV, traz em sua redação que o benefício será concedido aos que COMPROVAREM tal necessidade, conforme se depreende do art. 5º, LXXIV, da CF, abaixo transcrito: “Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...) LXXIV - o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos;”. 2. Dessa forma, ao analisar a previsão contida no artigo 99, §3º, do Código de Processo Civil, de que “presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”, verifica-se um aparente conflito de normas, travado entre a Constituição Federal e a lei 13.105/2015, que estatui o Código de Processo Civil. 3. Nesse diapasão, para a solução da problemática da antinomia, adoto o critério hierárquico (ou de superioridade), a fim de aplicar o texto constitucional ao caso concreto. 4. Nesse sentido, colaciono trecho da obra do ilustre jurista Wander Garcia: “A ordem jurídica prevê critérios para a solução de antinomias aparentes. São eles: a) o hierárquico (lex superior derogat legi inferiori), pelo qual a lei superior prevalece sobre a de hierarquia inferior; b) o cronológico ou temporal (lex posterior derogat legi priori), pelo qual a lei posterior prevalece sobre a anterior; e c) o da especialidade (lex specialis derogat legi generali), pela qual a lei especial prevalece sobre a geral (GARCIA, Wander; Gabriela R. Pinheiro Manual Completo de Direito Civil – Volume Único – 1ª Ed. Indaiatuba –SP: Editora Foco Jurídico, 2014)”. 5. In casu, verifico que as Embargantes apresentaram suas carteiras de trabalho, a fim de comprovarem sua hipossuficiência, sendo que em todas elas encontram-se sem anotação de contrato de trabalho. 6. Pois bem. Em que pese a documentação anexada, tenho que não restou devidamente comprovada a hipossuficiência das embargantes, eis que a simples baixa, não é suficiente para comprovar a real condição financeira. 7. Assim, determino que sejam intimadas as embargantes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovem documentalmente sua hipossuficiência financeira ou recolham as custas processuais e despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito (art. 290 c/c art. 485, III, ambos do CPC). 8. Intime-se. 9. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1016447-96.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
PAULO HENRIQUE CARMIM SILVA (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE (RÉU)
Advogado(s) Polo Passivo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1016447-96.2019.8.11.0002; AUTOR(A): PAULO HENRIQUE CARMIM SILVA RÉU: COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE Vistos. 1. Recebo os Embargos à Execução, posto que preenchem os requisitos iniciais (Art. 914 e ss do CPC). 2. Ouça o exequente, no prazo de 15 (quinze) dias - (art. 920, I, do CPC). 3. Após, conclusos para os fins do artigo 920 do CPC (julgamento antecipado ou instrução). 4. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1001116-79.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ANDRE DE ASSIS ROSA OAB - MT19077-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
PAULO HENRIQUE CARMIM SILVA (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1001116-79.2016.8.11.0002; EXEQUENTE: COOPERATIVA DE CRÉDITO SICREDI SUDOESTE EXECUTADO: PAULO HENRIQUE CARMIM SILVA Vistos. 1. Considerando que os Embargos à Execução opostos pela Defensoria Pública, foram recebidos sem o efeito suspensivo, concedo ao exequente, o prazo de 5 dias, para que pugne pelo que entender necessário. 2. Decorrido o prazo sem manifestação, intime-se o exequente pessoalmente, para que em prazo igual, dê o regular prosseguimento ao feito, sob pena de extinção. 3. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1017655-18.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
JOANICE RODRIGUES FIGUEIREDO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1017655-18.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL S.A. REQUERIDO: JOANICE RODRIGUES FIGUEIREDO Vistos. 1. Concedo ao autor, o prazo de 5 dias, para que se manifeste sobre o pedido de purgação de mora que aportou ao processo em ID. 27163934. 2. Após, conclusos para deliberações. 3. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1005136-11.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ANGELA MARIA SOARES (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Ativo:
FABIANIE MARTINS MATTOS LIMOEIRO OAB - MT8920-B (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO (ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL)
Advogado(s) Polo Passivo:
HUDSON JOSE RIBEIRO OAB - SP150060 (ADVOGADO(A))
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1005136-11.2019.8.11.0002; ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: ANGELA MARIA SOARES ADMINISTRADOR(A) JUDICIAL: BV FINANCEIRA S/A CREDITO- FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Vistos. 1. Considerando o teor da decisão proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça, condiciono o pagamento da taxa e custas judiciárias iniciais, em 06 (seis) parcelas mensais, devendo o autor comprovar o pagamento da primeira parcela, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição e extinção do feito (art. 290 c/c art. 485, ambos do CPC). 2. Após o devido recolhimento, conclusos para análise da inicial. 3. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1012937-75.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR OAB - ES17315-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
EDSON ASSUNCAO DE CAMPOS FILHO 04931929133 (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1012937-75.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. REQUERIDO: EDSON ASSUNCAO DE CAMPOS FILHO 04931929133 Vistos. 1. Expeça-se o mandado de busca e apreensão a ser cumprido no endereço informado pelo autor em ID. 26274578. 2. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018824-40.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
OMNI FINANCEIRA S/A (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANIELA FERREIRA TIBURTINO OAB - MT23683-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
GILBERTO MARQUES DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1018824-40.2019.8.11.0002; REQUERENTE: OMNI FINANCEIRA S/A REQUERIDO: GILBERTO MARQUES DOS SANTOS Vistos. . 1. Em análise aos documentos colacionados aos autos, verifico que o autor não comprovou o recolhimento das custas processuais e taxa Judiciária. 2. Dessa maneira, oportunizo a autora, no prazo de 15 (quinze) dias, para que recolha as custas pendentes, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme art. 290, do CPC. 3. Intime-se. Cumpra-se. 4. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018907-56.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR OAB - MT16168-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
VERONICA DE ASSIS PEREIRA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1018907-56.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: VERONICA DE ASSIS PEREIRA Vistos. . 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, com pedido Liminar, em que a parte autora pleiteia a apreensão do veículo descrito na inicial, objeto de alienação fiduciária, argumentando estar o réu em mora. 2. Para a concessão da liminar, por disposição legal, basta a comprovação da mora ou do inadimplemento do devedor, ressaltando que a mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com Aviso de Recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário – (Art. 2º, §2º, do Decreto Lei 911/69). 3. No entanto, apesar do autor ter colacionado aos autos duas correspondências visando a Notificação do devedor, vejo que a primeira fora remetida para endereço diverso do contrato de financiamento e, a segunda, retornou com o motivo “não existe o número”, de modo que a mora não ficou devidamente comprovada, devendo, o autor, valer-se de outros meios para sua constituição. 4. Por fim, denoto que o autor não juntou aos autos o contrato social da requerente. 5. Dessa maneira, faculto ao autor a emenda da inicial para que, no prazo de 15 (quinze) dias, traga o comprovante de recebimento da referida notificação, na forma do art. 2º, §2º, do Dec. Lei 911/69, bem como o contrato social da autora, sob pena de extinção (CPC, art. 485). 6. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018912-78.2019.8.11.0002

Parte(s) Polo Ativo:
AYMORE (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
RICARDO NEVES COSTA OAB - MT12410-O (ADVOGADO(A))
RAPHAEL NEVES COSTA OAB - MT12411-O (ADVOGADO(A))
FLAVIO NEVES COSTA OAB - MT12406-A (ADVOGADO(A))
GIANOTTI AMADOR MORAES GOMES OAB - MT0018216A-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
NEY JAIR DE MELO DOS SANTOS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1018912-78.2019.8.11.0002; REQUERENTE: AYMORE REQUERIDO: NEY JAIR DE MELO DOS SANTOS Vistos. . 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, com pedido Liminar, em que a parte autora pleiteia a apreensão do veículo descrito na inicial, objeto de alienação fiduciária, argumentando estar o réu em mora. 2. Para a concessão da liminar, por disposição legal, basta a comprovação da mora ou do inadimplemento do devedor, ressaltando que a mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com Aviso de Recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário – (Art. 2º, §2º, do Decreto Lei 911/69). 3. No entanto, apesar do autor ter colacionado aos autos a Notificação Extrajudicial, verifico que esta retornou com o motivo "AUSENTE", por três vezes, o que, por si, não comprova a mora do devedor, devendo, o autor, valer-se de outros meios para sua constituição. 4. Dessa maneira, faculto ao autor a emenda da inicial para que, no prazo de 15 (quinze) dias, traga o comprovante de recebimento da referida notificação, na forma do art. 2º, §2º, do Dec. Lei 911/69, sob pena de extinção (CPC, art. 485). 5. Intime-se. 6. Cumpra-se. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018946-53.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO OAB - MT11054-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
ROGERIO SOUZA DA SILVA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1018946-53.2019.8.11.0002; REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA REQUERIDO: ROGERIO SOUZA DA SILVA Vistos. . 1. Em análise aos documentos colacionados aos autos, verifico que o autor não comprovou o recolhimento das custas processuais e taxa Judiciária. 2. Dessa maneira, oportunizo a autora, no prazo de 15 (quinze) dias, para que recolha as custas pendentes, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme art. 290, do CPC. 3. Intime-se. Cumpra-se. 4. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018980-28.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
J D A TRANSPORTES LTDA - EPP (REQUERIDO)
JEAN DEYVISS DE ASSIS SAMPAIO (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1018980-28.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BANCO BRADESCO REQUERIDO: J D A TRANSPORTES LTDA - EPP, JEAN DEYVISS DE ASSIS SAMPAIO Vistos. . 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, com pedido Liminar, em que a parte autora pleiteia a apreensão do veículo descrito na inicial, objeto de alienação fiduciária, argumentando estar o réu em mora. 2. Para a concessão da liminar, por disposição legal, necessário se faz a comprovação da mora ou do inadimplemento do devedor, podendo ser realizada por carta registrada com aviso de recebimento (Art. 2º, §2º, do Decreto Lei 911/69). 3. Analisando os autos, verifico que o autor não juntou aos autos o AR- Aviso de Recebimento da notificação encaminhada ao endereço da parte requerida, trazendo apenas o documento sob o Id 26815263, no qual consta que a notificação extrajudicial foi encaminhada por telegrama, cuja mensagem fora assinada por "Andreza C. Ronizato". 4. Ocorre que, de acordo com o entendimento jurisprudencial, não ficou configurada a mora, eis que o telegrama não está acompanhado do A. R., vejamos: E M E N T AAGRAVO DE INSTRUMENTO - BUSCA E APREENSÃO - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE VEÍCULO – NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENVIADO PARA O ENDEREÇO DO DEVEDOR POR TELEGRAMA SEM A.R. – INFORMAÇÃO DOS CORREIOS – INEXISTÊNCIA DE FÉ PÚBLICA - MORA NÃO CONFIGURADA - REQUISITO INDISPENSÁVEL AO AJUIZAMENTO DA AÇÃO - SÚMULA 72 DO STJ - AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO VÁLIDA E REGULAR DO PROCESSO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - RECURSO PROVIDO - APLICAÇÃO DE EFEITO TRANSLATIVO - EXTINÇÃO DA LIDE SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. A comprovação da mora é pressuposto de constituição válida e regular do processo em Ação de Busca e Apreensão fundada em alienação fiduciária, e a notificação extrajudicial enviada para endereço do devedor por telegrama sem AR não é instrumento hábil para essa finalidade, uma vez que os Correios não possuem fé pública e a informação prestada por eles não tem presunção de veracidade.Aplica-se o efeito translativo à decisão proferida em Agravo de Instrumento que consigna a ausência desse elemento necessário, por se tratar de matéria de ordem pública, com a consequente extinção da Ação sem julgamento do mérito. RUBENS DE OLIVEIRA SANTOS FILHO, QUARTA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 27/06/2018, Publicado no DJE 03/07/2018) 5. Não bastasse, verifico que o autor incluiu os avalista no polo passivo da demanda, todavia, não juntou nos autos as suas respectivas notificações, de modo a comprovar sua mora. 6. Deixou também de incluir o nome da avalista ELIANE TEREZINHA PILON no polo passivo junto ao registro do PJE, o que deverá também ser retificado pelo autor com a correta inclusão no sistema. 7. Por fim, deixou de recolher as custas processuais de ingresso da ação, sem as quais a análise do pedido fica prejudicado. 8. Dessa maneira, faculto ao autor a emenda da inicial para que, no prazo de 15 (quinze) dias, sane as irregularidades apontadas, na forma do art. 2º, §2º, do Dec. Lei 911/69, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, art. 321, parágrafo único). 9. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018981-13.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
TIAGO PEREIRA MARQUES (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1018981-13.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: TIAGO PEREIRA MARQUES Vistos. . 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, com pedido liminar, fundamentada no Dec.-Lei nº 911/69, tendo por objeto o bem descrito na inicial. 2. Para a concessão da liminar, por disposição legal, basta a comprovação da mora ou do inadimplemento do devedor, tendo o requerente cumprido este requisito. 3. Com efeito, os documentos atrelados à inicial, demonstram a relação contratual, bem como a inadimplência. 4. Por outro lado, há receio de que a requerente sofra danos pelo uso inadequado do bem e pelo seu desaparecimento, objetivando impedir a aplicação de seu pretenso direito.

5. Posto isso, DEFIRO, liminarmente, a medida pleiteada. Contudo, fica a expedição do mandado condicionada ao pagamento da diligência do oficial de justiça, que deverá ser comprovada no feito. 6. De acordo com a redação ao art. 3º do Dec-Lei 911/69, expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem com a requerente, na pessoa indicada pelo autor na inicial, advertindo o requerido de que efetuando o pagamento da integralidade da dívida pendente (vencidas e vincendas), no prazo de 05 (cinco) dias, contados da execução da liminar, segundo valores apresentados pelo Credor-fiduciário na inicial, o bem lhe será restituído livre de ônus, caso em que, arbitro em 10%, sobre esta o valor dos honorários advocatícios. 7. Caso contrário, após os cinco dias de executada a liminar, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário (art. 3, §1º do Decreto Lei 911/69), cabendo às repartições competentes o registro. 8. Cientifique o requerido de que, querendo, poderá apresentar resposta, em 15 (quinze) dias, contados da juntada do mandado de citação aos autos, ainda que tenha pago a integralidade do valor apontado na exordial, discordando do valor e requerendo a restituição, bem como para informar acerca do interesse de conciliação. 9. Para o efetivo cumprimento do mandado, DEFIRO as diligências conforme disposto no art. 212, § 2ª, do Novo Código de Processo Civil. 10. Com base no Princípio da Especialidade, deixo de designar Audiência de Conciliação, considerando tratar-se de feito de Busca e Apreensão com rito especial, estabelecido pelo Decreto-Lei 911/69. 11. Expeça-se o necessário. 12. Intime-se. 13. Cumpra-se. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1019053-97.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
CELSO MARCON OAB - ES10990-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
MAYARA FERREIRA CORREA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1019053-97.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: MAYARA FERREIRA CORREA Vistos. . 1. Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no § 12 do artigo 3º do Decreto Lei nº 911/69, determino o integral cumprimento da liminar deferida no juízo de origem, devendo ser cumprido pelo oficial plantonista, se necessário. 2. Após a apreensão do bem, comunique-se o Juízo do processo originário, via malote digital, que deverá providenciar a intimação da instituição financeira para retirá-lo do local depositado, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, conforme dispõe o artigo 636 da CNGC. 3. Com o cumprimento do item acima, arquive-se com baixa definitiva – (artigo 636, §2º, da CNGC). 4. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-11 PETIÇÃO
Processo Número: 1017595-45.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
MEURY FABIANE MOREIRA CAMPOS (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
EDUARDO VITALINO BARBOSA OAB - MT20628/O-O (ADVOGADO(A))
FRANCIELE YARZON RAMOS OAB - MT25915/O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO DO BRASIL SA (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1017595-45.2019.8.11.0002; REQUERENTE: MEURY FABIANE MOREIRA CAMPOS REQUERIDO: BANCO DO BRASIL SA Vistos. 1. Trata-se de ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais proposta por MEURY FABIANE MOREIRA CAMPOS, em face de BANCO DO BRASIL S/A, ambos devidamente qualificados nos autos. 2. Afirma a autora que é correntista do requerido, possuindo a conta corrente n° 40.290-7 e agência 2960-2, conta que recebe seus proventos de pensão desde meados do ano de 2017. 3. Aduz que solicitou a portabilidade dos seus proventos para sua conta na Caixa Econômica Federal, no entanto, a instituição ora requerida não retém os valores e não procede a transferência. 4. Propôs a presente demanda, para que em sede de antecipação de tutela, a instituição financeira seja compelida a proceder à transferência dos valores e, no mérito, a condenação ao pagamento de indenização por danos morais. É o relatório. DECIDO. 5. Para a concessão da tutela de urgência, é necessário o preenchimento dos requisitos constantes no artigo 300 do Código de Processo Civil, quais sejam, elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano. 6. In casu, verifico a necessidade da postergação da análise da liminar, para após a estabilização da relação processual, vez que, com a vinda de novas informações, possa firmar meu convencimento. 7. Cite-se o requerido para contestar a presente ação, querendo, no prazo legal de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de citação nos autos, advertindo-o de que se não houver contestação no prazo assinalado, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, conforme preconiza o art. 344 do Código de Civil. 8. Apresentada contestação com preliminares ou novos documentos, ao autor para impugnação e conclusos para fins dos arts. 354, 355 ou 357 do Código e Processo Civil. 9. Deixo de designar audiência de conciliação para este momento processual, eis que, após uma análise temporal e criteriosa deste juízo, concluiu-se que a obtenção de autocomposição em audiência de conciliação tem sido infrutífera, situação esta que vem acarretando, sobremaneira, o atraso na entrega da prestação jurisdicional, causando prejuízo às partes. 10. Consigno, entretanto que, caso as partes venham manifestar interesse na designação de audiência de conciliação, esta será prontamente designada este juízo. 11. Com fulcro no artigo 6º, VIII, do CDC, defiro a inversão do ônus da prova, em favor do autor, por vislumbrar sua hipossuficiência em face da parte requerida. 12. Defiro o benefício de JUSTIÇA GRATUITA, nos termos do art. 98 do CPC. 13. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. 14. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1019136-16.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
PEDRO ROBERTO ROMAO OAB - SP209551-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
LUCAS MARQUES DIAS (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1019136-16.2019.8.11.0002; REQUERENTE: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. REQUERIDO: LUCAS MARQUES DIAS Vistos. . 1. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão, com pedido Liminar, em que a parte autora pleiteia a apreensão do veículo descrito na inicial, objeto de alienação fiduciária, argumentando estar o réu em mora. 2. Para a concessão da liminar, por disposição legal, basta a comprovação da mora ou do inadimplemento do devedor, ressaltando que a mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário – (Art. 2º, §2º, do Decreto Lei 911/69). 3. Contudo, compulsando os autos, verifico que o endereço constante da notificação extrajudicial diverge do endereço informado no contrato entabulado entre as partes, o que, em princípio, configura a inexistência de mora. 4. Além do mais, verifico que não foram recolhidas as custas processuais e taxa judiciária, requisitos estes necessários para análise da inicial. 5. Assim, faculto ao autor a emenda da inicial para que, no prazo de 15 (quinze) dias, sane as irregularidades acima apontadas, na forma do art.2º, §2º, do Dec. Lei 911/69, sob pena de indeferimento da inicial (CPC, art. 321, parágrafo único). 6. Intime-se. 7. Cumpra-se. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-50 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL
Processo Número: 1017067-11.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
A P DA SILVA ALVES TRANSPORTES - EPP (AUTOR(A))

ANA PAULA DA SILVA ALVES (AUTOR(A))
Parte(s) Polo Passivo:
BANCO BRADESCO (RÉU)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1017067-11.2019.8.11.0002; AUTOR(A): A P DA SILVA ALVES TRANSPORTES - EPP, ANA PAULA DA SILVA ALVES RÉU: BANCO BRADESCO Vistos. 1. RECEBO os EMBARGOS à execução, posto que preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do Código de Processo Civil. 2. Ouça o exequente, no prazo de quinze (15) dias – (Art. 920, I, do CPC). 3. Apresentada impugnação com preliminares e/ou documentos, dê-se vista dos autos ao embargante para se manifestar, em dez (10) dias, sob pena de preclusão. 4. Após, conclusos para os fins do artigo 920, II ou III do CPC (julgamento antecipado ou designação de audiência). 5. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Decisão Classe: CNJ-131 EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL
Processo Número: 1000456-85.2016.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO BRADESCO (EXEQUENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
MAURO PAULO GALERA MARI OAB - MT3056-O (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
A P DA SILVA ALVES TRANSPORTES - EPP (EXECUTADO)
ANA PAULA DA SILVA ALVES (EXECUTADO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE DECISÕES PROCESSO 1000456-85.2016.8.11.0002; EXEQUENTE: BANCO BRADESCO EXECUTADO: A P DA SILVA ALVES TRANSPORTES - EPP, ANA PAULA DA SILVA ALVES Vistos. 1. Considerando que nesta data foram recebidos os Embargos à Execução, sem a suspensão da ação executiva, concedo ao exequente, o prazo de 5 dias, para que pugne pelo que entender necessário para o prosseguimento do feito. 2. Após, conclusos para deliberações. 3. Às providências. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juiz(a) de Direito

Sentença

Sentença Classe: CNJ-34 BUSCA E APREENSÃO
Processo Número: 1018616-56.2019.8.11.0002
Parte(s) Polo Ativo:
BANCO FINASA BMC S.A. (REQUERENTE)
Advogado(s) Polo Ativo:
ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB - MT20732-A (ADVOGADO(A))
Parte(s) Polo Passivo:
DALVA AUXILIADORA DA SILVA CRUZ (REQUERIDO)
Magistrado(s):
RACHEL FERNANDES ALENCASTRO MARTINS

ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO VARA ESPECIALIZADA EM DIREITO BANCÁRIO DE VÁRZEA GRANDE SENTENÇA PROCESSO 1018616-56.2019.8.11.0002 REQUERENTE: BANCO FINASA BMC S.A. REQUERIDO: DALVA AUXILIADORA DA SILVA CRUZ Vistos. . 1. Cuida-se de ação de Busca e Apreensão em que a autora, em petitório lançado nos autos, requereu a desistência da ação. 2. Assim, considerando que o requerido sequer foi citado da ação, HOMOLOGO a desistência e JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. 3. Recolham-se eventuais mandados expedidos. 4. Custas pagas na distribuição. 5. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. (assinado eletronicamente) Rachel Fernandes Alencastro Martins Juíza de Direito

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Des. Carlos Alberto Alves da Rocha
Presidente

Desa. Maria Helena Gargaglione Póvoas
Vice-Presidente

Des. Luiz Ferreira da Silva
Corregedor-Geral

Dúvidas e Sugestões:
Gestão do Diário da Justiça
Coordenadoria Judiciária
(65) 3617-3198

E-mail:
dje@tjmt.jus.br

Site:
www.tjmt.jus.br

CENTRO POLÍTICO ADMINISTRATIVO - CPA - CEP 78050-970 - Caixa Postal - 1071
Cuiabá - Mato Grosso - FONE/FAX: (65)3617-3000 - CNPJ: 03.535.606/0001-10

CADERNO DE ANEXOS

ESTADO DE MATO GROSSO
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE SINOP

PORTARIA Nº 181/2019-cnpar

O JUIZ DE DIREITO E DIRETOR DO FORO DA COMARCA DE SINOP-MT, Doutor **CLEBER LUIS ZEFERINO DE PAULA**, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o disposto na Seção 7, Capítulo 1, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Portaria nº 1466/2019/-PRES, de 19.11.2018, Artigo 5º;

RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer a **Escala de Servidores que estarão de SOBREAVISO** nas unidades judiciárias do Fórum da Comarca de Sinop, **no período de Recesso Forense 2019-2020,** conforme tabela anexa, além daqueles que estarão presencialmente no horário das 13h às 18h, nos termos da Portaria nº 153/2019-cnpar, de 18.10.2019:

LOTAÇÃO	PERÍODO	SERVIDOR(A)	TELEFONE
Central de Administração	20/12/2019 a 06/01/2019	Rosimeiry Moraes Nunes	66 9 9965-6562
Distribuidor	20/12/2019 a 25/12/2019 26/12/2019 a 31/12/2019 01/01/2020 a 06/01/2020	Osmir Ferreira Maria Rita de Oliveira Eny Mitusue C. Watanabe	66 9 96198871 66 9 9912 7847 66 9 9937-3999
Central de Arquivo	20/12/2019 a 06/01/2019	Rosimeiry Moraes Nunes	66 9 9965-6562
Agentes da Inf. e Juventude	20/12/2019 a 24/12/2019 26/12/2019 a 31/12/2019 01/01/2020 a 06/12/2020	Rosana Pereira da Rocha Suely Fatima Camera José Valter de Souza	66 99985-0747 66 9 9642-8800 66 9 9917-3004
Equipe Multidisciplinar	20, 22, 26, 28/12/19 01 e 03/01/2020	Assistente Social Márcia Ferreira Nunes Faria Psicóloga Andréia Aparecida Bertolini	66 98424-3635 66 99647-6522
	21,27/12 e 02/01/2020	Assistente Social Luciana Romeu Vidal Psicóloga Glenda Farias Phul	66 99698-3363 66 99918-2932
	24 e 30/12/2019 e 05/01/2020	Assistente Social Luciana Romeu Vidal Psicóloga Andréia Aparecida Bertolini	66 99698-3363 66 99647-6522
	23, 25, 29 e 31/12/2019 04 e 6/01/2020	Assistente Social Ana Maria C.C.S. Macedo Psicóloga Glenda Farias Phul	66 99971-0963 66 99647-6522
SECRETARIAS DAS VARAS			
1ª Vara Cível	20/12/2019 a 01/01/2020 02/01/20 a 06/01/20	Marli Carli Borges Jader de Souza Santos Junior	66 99672-6151 66 99205-0757
2ª Vara Cível	20/12/2019 a 06/01/2019	Noeli Reichert	66 99624-6699
3ª Vara Cível	19/12 à 25/12/2019 26/12 a 31/12/2019 01/01/2020 à 07/01/2020	Vânia Maria Nunes da Silva Nirlei Aparecida Alves M. Botin Silvia Regina Gouveia	66 99999-8734 66 99912-6188 66 99989-6456
4ª Vara Cível	19/12/2019 a 01/01/2020 02/01/2020 a 06/01/2020	Clarice Janete da Fonseca Oliveira Laura Joanir da Costa Leite Rondon	66-9.9981-9729 66-9.9995-9594
Vara Especializada de Família e Sucessões	19/12/2019 a 06/01/2020	Elair de Fátima Veiga da F. Florentino	66 99639-3287
Vara Especializada de Infância e Juventude	20 a 27/12/2019 28/12/2019 a 06/01/2020	Cleber Zuanazzi Elietti Cardena Martins	66 99249-2172 66 99609-3622
Vara Especializada da Fazenda Pública	20/12/2019 à 27/12/2019 28/12/2019 à 01/01/2020 02/01/2020 à 06/01/2020	Caroline Fernanda Dorigo Hara Maria Francisca de Jesus Vilma Alaíde da Silva	66 9 9634-3600 66 9 9973-7607
Vara Especializada dos Juizados Especiais	20/12/2019 a 20/12/2019	Thais Soares Pires Luis Tércio Okamura	65 99645-3494 65 99203-3405
1ª Vara Criminal	19/12/2019 a 25/12/2019 26/12/2019 a 31/12/2019 01/01/2020 a 06/01/2020	Sônia Aparecida Travaglia Noeli de Oliveira Anderson Carlos Alves Botin	66 99920-6144 66 99925-1911 66 99650-0050
2ª Vara Criminal	20/12/2019 e 21/12/2019 22/12/2019 a 27/12/2019	Jussara Apdª Andrade de Lima Marcos Rogerio Pereira	66 99952-9980 66 99602-4702

	28/12/2019 a 01/01/2020 02/01/2020 a 06/01/2020	Gilmara Cristina Filgueiras Jussara Apdª Andrade de Lima	66 98419-2388 66 99952-9980
3ª Vara Criminal	20/12/2019 a 06/01/2020	Cristiano Ribas Bonete	66 99676-6096
4ª Vara Criminal	20/12/2019 a 26/12/2019 27/12/2019 a 02/01/2020 03/01/2019 a 07/01/2019	Mari Teresinha Nogueira Matheus dos Santos Costa Viviane de Oliveira Moliani	66 99988-9238 66 99951-5738 66 9996434700
GABINETES DOS MAGISTRADOS			
1ª Vara Cível -	20/12/2019 a 06/01/2020	Thaisma Carvalho de Souza Willian Pereira dos Santos	66 99679-9036 66 99932-3221
2ª Vara Cível -	20/12/2019 a 06/01/2019	Camila Eduarda Von Dentz	66 9 9968 0014.
3ª Vara Cível -	19/12/2019 a 06/01/2020	Anderson Nogami, Anor Barros Vanessa Sussai	66 99607-0096 66 99969-5239. 66 99985-4717
4ª Vara Cível	20/12/2019 a 26/12/2019 27/12/2019 a 31/12/2019 01/01/2020 a 06/01/2020	Ana Paula Thalita Gonçalves Bianca dos Anjos	66 99695-6006 66 99916-1609 65 99615-6260
Vara Especializada de Família e Sucessões	20/12/2019 a 06/01/2020	Gabriel Luis A. da Guarda	66 99668-5200
Vara Especializada de Infância e Juventude **Gabinete Plantonista Cível**	20/12/2019 a 06/01/2020	Jéssica Priscila	66 99977-8745
Vara Especializada da Fazenda Pública	20/12/2019 a 24/12/2019 25/12/2019 a 31/12/2019 01/01/2020 a 06/01/2020	Ana Caroline Dutra Chagas Vanessa Schmidtke Lopes do Carmo Gabriela Dreon Savegnago	66 99999-4752 66 99609-5080 66 99967-4695
Vara Especializada dos Juizados Especiais	20/12/2019 a 06/01/2020	Daphine Doroso Buosi Kássia M. Vacário Santos Luana Gomes da Silva	66 99617-1307 66 99636-0289 66 99966-6911
1ª Vara Criminal **Gabinete plantonista Criminal**	20/12/2019 a 06/01/2020	Nathália Delilo de Brito Bogarim Kelli Tayani da Rosa Merielen de Souza Nobres	66 9 9679-3834 66 9 9998-0188 66- 9 9637-2830
2ª Vara Criminal -			
3ª Vara Criminal -	20/12/2019 a 06/01/2020	Bruno Rafael dos Reis Garcia Cláudia Patrícia Andrade Souza Borges Cristiane Burato de Andrade	66 99903-0937 66 99969-8192 66 99624-1216
4ª Vara Criminal	20/12/2019 a 06/01/2020	Kleber Wilson Rafael dos Santos Luiz Gustavo Rodrigues Anacleto	66 99638-6401 66 99699-9140

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comuniquem-se aos Juízes e Gestores Plantonistas desta.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Sinop, 13 de dezembro de 2019.

Assinada digitalmente
Cleber Luis Zeferino de Paula
Juiz de Direito e Diretor do Foro